

ABÍLIO
BARRETO

BELO HORIZONTE
MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

ABÍLIO BARRETO

BELO HORIZONTE

MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

HISTÓRIA MÉDIA

Coletânea
MINEIRIANA
Série Clássicos

INSTRUÇÃO PARA O GOVERNO
DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS
José João Teixeira Coelho

DISCURSO HISTÓRICO E POLÍTICO
SOBRE A SUBLEVAÇÃO QUE NAS
MINAS HOUE NO ANO DE 1720

BREVE DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA
FÍSICA E POLÍTICA DA CAPITANIA
DE MINAS GERAIS
Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos

MEMÓRIA SOBRE A CAPTANIA
DAS MINAS GERAIS;
SEU TERRITÓRIO, CLIMA
E PRODUÇÕES METÁLICAS
José Vieira Couto

GEOGRAFIA HISTÓRICA
DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA,
TOPOGRÁFICA, HISTÓRICA E POLÍTICA
DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS

MEMÓRIA HISTÓRICA
DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS
José Joaquim da Rocha

EXPLORANDO E VIAJANDO
TRÊS MIL MILHAS
ATRAVÉS DO BRASIL -
DO RIO DE JANEIRO
AO MARANHÃO
James W. Wells

BELO HORIZONTE
MEMÓRIA HISTÓRICA
E DESCRITIVA
Abílio Barreto

HISTÓRIA
MÉDIA

Coletânea
MINEIRIANA
Série Clássicos

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO

Coleção
MINEIRIANA
Série Clássicos

ABÍLIO BARRETO
BELO HORIZONTE
MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA
HISTÓRIA MÉDIA

MT
981.511
B273b
2. ed.
v.2

ABÍLIO BARRETO

BELO HORIZONTE

MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

HISTÓRIA MÉDIA

EDIÇÃO ATUALIZADA, REVISTA E ANOTADA

v.2

2ª EDIÇÃO REVISTA

SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIIS

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

BELO HORIZONTE
1996

Governador

EDUARDO AZEREDO

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

WALFRIDO MARES GUIA

Presidente da Fundação João Pinheiro

ROBERTO BORGES MARTINS

Diretora do Centro de Estudos Históricos e Culturais

ELEONORA SANTA ROSA

Prefeito

PATRUS ANANIAS DE SOUSA

Secretária Municipal de Cultura

MARIA ANTONIETA ANTUNES CUNHA

Secretário-Adjunto de Cultura

BERNARDO MATA MACHADO

Diretora do Museu Histórico Abílio Barreto

LETÍCIA JULIANO



F.J.P. - BIBLIOTECA



60001738
NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

Barreto, Abílio

B173b Belo Horizonte: memória histórica e descritiva - história antiga e história média. - Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

2 v. il.

ISBN 85-85930-05-5

1. História - Belo Horizonte.

I. Título

CDU 981.511

APOIO CULTURAL:



MINISTÉRIO DA CULTURA/FUNDO NACIONAL DE CULTURA

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coleção
MINEIRIANA
Série Clássicos

CONSELHO EDITORIAL

Affonso Ávila, Affonso Romano de Sant'Anna, Amílcar Vianna Martins Filho, Angela Gutierrez, Antônio Octávio Cintra, Aluísio Pimenta, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Bernardo Mata Machado, Celina Albano, Cyro Siqueira, Clélio Campolina Diniz, Douglas Cole Libby, Fábio Lucas, Fábio Wanderley Reis, Fernando Correia Dias, Francisco Iglésias, Gerson de Britto Mello Boson, Guy de Almeida, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, Isaías Golgher, Jarbas Medeiros, João Antônio de Paula, José Aparecido de Oliveira, José Bento Teixeira de Salles, José Ernesto Ballstaedt, José Israel Vargas, José Murilo de Carvalho, Júlio Barbosa, Lucília de Almeida Neves Delgado, Luis Aureliano Gama de Andrade, Maria Efigênia Lage de Resende, Maria Antonieta Antunes Cunha, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Norma de Góes Monteiro, Otavio Soares Dulci, Orlando M. Carvalho, Paulo de Tarso Flecha de Lima, Paulo Roberto Haddad, Paulo de Tarso Almeida Paiva, Pio Soares Canedo, Roberto Borges Martins, Roberto Brant, Rui Mourão, Vera Alice Cardoso, Vivaldi Moreira, Walter Moreira Salles.

A Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro foi idealizada por Júlio Barbosa e Bernardo Mata Machado.

BELO HORIZONTE - MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

Coordenação Editorial

ELEONORA SANTA ROSA

Produção Executiva

ROSELI RAQUEL A. FREIRE DOS SANTOS

Programação Gráfica e Arte

SÉRGIO LUS

Revisão de Texto

MARIA DE LOURDES COSTA DE QUEIROZ

CLÁUDIA TELES DE MENEZES TEIXEIRA

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

LUIZ GONZAGA TEIXEIRA
MARIA AUXILIADORA FARIA
RUTH VILLAMARIM SOARES

Consultor

HÉLIO GRAVATÁ

Historiadores

LIANA MARIA REIS
LUIZ GONZAGA TEIXEIRA
MARIA AUXILIADORA FARIA
RUTH VILLAMARIM SOARES

Bibliotecárias

CARMEM PINHEIRO DE CARVALHO
MARINA CAMARGOS TYMBURIBÁ

Fotografia

RUI CÉZAR DOS SANTOS

Assistente

RONALDO FERREIRA

Atualização ortográfica e primeira revisão

JOSÉ CLÁUDIO ALMEIDA ABREU

Estagiários

CLÁUDIA MARIA DAS GRAÇAS CHAVES
RONALDO SILVA
VERA LÚCIA DUTRA VIEIRA

SUMÁRIO

BELO HORIZONTE - MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA - História Média	<i>13</i>
ÍNDICE ONOMÁSTICO	<i>789</i>
ÍNDICE TOPONÍMICO	<i>865</i>
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	<i>893</i>

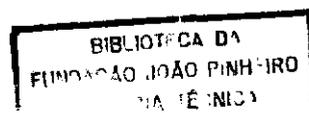
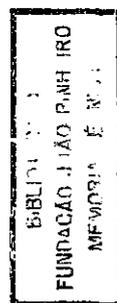
ABÍLIO BARRETO

BELO HORIZONTE

MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

História Média

Planejamento, estudo, construção
e inauguração da nova capital
(1893-1898)



“Cada povo que pretende ser mais do que uma simples aglomeração humana, deve possuir o seu patrimônio histórico. Nele se vão inspirar as forças vivas e palpitantes da sua atividade atual, e nele estabelece o critério da utilidade, que transforma em Política - na acepção aristotélica da palavra - os ensinamentos da filosofia da História.”

Paulística - Paulo Prado - 1934

“Quem, com espírito perspicaz e observador, estuda o movimento da construção da nova cidade, atende às circunstâncias de lugar, de tempo e de pessoas, vê a ordem e a harmonia que reina, o andamento regular de todos os serviços, admira-se e conclui reconhecendo que verdadeiramente Deus tem protegido a nova Cidade de Minas, desde os seus primeiros fundamentos.”

Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte
Padre Francisco Martins Dias - 1897

PONDERAÇÕES INICIAIS



o primeiro volume de nossa memória, publicada a 12 de dezembro de 1928, deixamos feito o histórico, o mais completo que nos foi possível, não só do arraial de Curral del Rei (depois Belo Horizonte), desde a sua fundação, em 1701, por João Leite da Silva Ortiz, nos primeiros dias do desbravamento das Minas Gerais, até quando foi escolhido pelo Congresso Mineiro, reunido em Barbacena, para nele ser construída a nova capital do Estado, como do problema da mudança da capital, a partir de quando a idéia de realização desse monumental cometimento despontou no cérebro da gente montanhesa, até o seu solucionamento a 12 de dezembro de 1893.

Trabalhando pelos mesmos processos e com a mesma paciência, dedicação e amor postos à prova naquele, o presente segundo volume da nossa despreziosa obra, articulado com ele, parte da escolha de Belo Horizonte para a nova capital de Minas, abrangendo todo o período de trabalho da Comissão Construtora e termina com a inauguração da cidade e criação da sua Prefeitura. É a história completa do período médio, como o volume anterior o é da história antiga de Belo Horizonte.

Dividido este, como o primeiro, em duas partes, na primeira historiamos a organização da Comissão Construtora, a sua instalação em Belo Horizonte, o planejamento, o estudo e o início dos trabalhos de construção da nova capital, resumindo todo o período administrativo do engenheiro Dr. Aarão Reis, de março de 1894 a 22 de maio de 1895; na segunda parte, damos o histórico, o mais completo que nos foi possível fazer, de como se construiu e inaugurou a mesma cidade, na administração do engenheiro Dr. Francisco Bicalho, de maio de 1895 a janeiro de 1898, quando, sucessivamente, governaram o Estado os Srs. Drs. Afonso Pena e Bias Fortes.

Em ambas essas partes apresenta-se-nos ensejo para recordar o que foi o arraial em que trabalhou, durante quase quatro anos, a grande Comissão Construtora, e em cujo solo nasceu a linda capital que hoje nos deslumbra e envaidece justamente.

O que nos custou de esforços e sacrifícios a elaboração e publicação desta obra, inspirada pelo alto pensamento de ser útil ao nosso país, somente poderão avaliar os escritores pobres que, vivendo e lutando por um nobre ideal, inteiramente à margem das ambições vulgares, confiados apenas na sua inteligência e no seu trabalho honesto, quanto conseguem no seu labor abnegado, é produto de uma odisséia de dificuldades e sofrimentos.

Por isso mesmo, este livro, concluído em 1930, só agora, em 1936, pode ser editado, graças ao interesse que tomou por ele o inteligente livreiro, Sr. Antônio Guerra, proprietário da Livraria Rex, de Belo Horizonte, que não só o editou, como reeditou o 1º volume.

No estudo e elaboração deste volume foram imensos os obstáculos que tivemos de vencer em viagens e pesquisas, mormente porque o precioso e completo arquivo da Comissão Construtora, admiravelmente organizado por ela, além de se achar lamentavelmente desfalcado de grande cópia de seus mais valiosos documentos (plantas, livros e papéis), logo que se criou a Prefeitura, foi malbaratado e dividido em duas partes: uma que ficou a cargo da Secretaria da Agricultura e ultimamente foi recolhida, por engano, ao Arquivo Público Mineiro, e outra que se acha no Arquivo da Prefeitura, quando é certo que ambas deveriam estar reunidas neste último Arquivo a que pertencem.

Entretanto, todos os óbices, todos os espinhos, todos os sofrimentos que nos dificultaram a jornada não conseguiram vencer a nossa paciência nem deter o nosso esforço patriótico, sendo, todavia, esses óbices e a falta de recursos pecuniários e de proteção os motivos que determinaram o retardamento da publicação deste volume, que está organizado, como dissemos, desde 1930.

Como se vai ver pelo desenvolvimento de suas páginas, este volume está forte e exaustivamente documentado, com documentação inédita, em sua maioria, colhida nas próprias fontes, além de guardar grande e inestimável cabedal de recordações históricas que nos ficaram da nossa permanência em Belo Horizonte desde setembro de 1895 até a presente data, com pequenas interrupções.

Cumpre-nos esclarecer que neste, como no 1º volume, não economizamos trabalho nem matéria, no intuito de torná-lo o mais completo possível, não desprezando nenhum documento ou nota que estivesse ao nosso alcance e que se relacionasse com a história de Belo Horizonte, guiados pelo desejo de fornecer aos cronistas e historiadores do futuro seguros elementos básicos para outros estudos sobre a capital e evitarmos que se perca, como se perderia seguramente, tão precioso cabedal documentário.

Evitamos o mais que nos foi possível as citações e anotações ao pé das páginas do texto, por julgarmos esse sistema por demais fastidioso e incômodo aos leitores. Preferimos antes acomodar toda a matéria no próprio corpo da narrativa, a fim de evitar os desvios da atenção do leitor e facilitar-lhe a leitura da documentação, caso esta lhe interesse.

História-fonte, elaborada com elementos fragmentários e volantes dos arquivos, a história de Belo Horizonte não poderia deixar de ser a coletora e o repositório dessa documentação,

no que ela tem de essencial. Referir-se a esses documentos, citando-lhes apenas a procedência instável seria trabalho incompleto, imperfeito, pois quando alguém quisesse examiná-los talvez não mais os encontrasse, como já não encontramos tantos e tão preciosos que se perderam nestes 40 anos. Aqui no livro, não: estarão permanentemente guardados para a história do futuro. Essa a razão do grande desenvolvimento que tomou a nossa história.

Aliás, este mesmo pensamento nosso teve-o a Comissão Construtora, quando resolveu, sábia e avisadamente, editar a *Revista Geral* dos seus trabalhos, de que deu duas edições apenas até a inauguração da cidade. Destinava-se essa publicação a reunir cronológica e permanentemente toda a documentação constituidora da história da capital. Mas, extinta aquela Comissão, não se pensou mais na *Revista*...

Com a publicação deste 2º volume da nossa despreziosa memória histórica e descritiva, damos por terminada a parte mais difícil da tarefa que nos impusemos. Resta-nos, agora, levar a cabo o histórico da capital na sua terceira fase, a contemporânea, isto é, a partir da criação da Prefeitura (1898) até os dias presentes.

Para realização desse esforço temos acumulado imenso cabedal documentário e prosseguimos em nossas pesquisas e estudos, com o pensamento de ainda prestarmos mais esse serviço ao nosso Estado e principalmente à nossa capital.

É também nosso pensamento publicar, mais tarde, a *Pequena História de Belo Horizonte*, isto é uma síntese dos três volumes de que se comporá toda a obra. Esse resumo histórico, que está quase concluído, será um volume de pequenas proporções, ilustrado, destinado particularmente às escolas primárias do Estado. Com a publicação dele daremos por terminada toda a nossa tarefa.

Agora, sejam-nos permitidas algumas palavras tradutoras de sincero reconhecimento.

Ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, pela votação e aprovação unânimes da Lei n. 350, de 2 de abril de 1930, premiando o 1º volume da nossa obra, auxílio que, se muito nos valeu materialmente, teve, sob o ponto de vista moral, a mais alta significação, pois importou na mais positiva e honrosa consagração do nosso esforço, trazendo-nos novas reservas de energia para levarmos ao termo desejado a continuação do nosso empreendimento.

Ao prefeito da capital nesse período administrativo, Dr. Alcides Lins, pela expedição do Decreto n. 71, de 23 do mesmo mês, pondo em execução aquela lei, depois de haver apoiado a apresentação do respectivo projeto.

À União dos Moços Católicos de S. José, pelo inestimável incentivo que nos veio trazer, aprovando, unanimemente, em sessão do último domingo de abril de 1930, uma proposta apresentada pelos consócios Drs. Orestes Dinis e Gastão Matos, com parecer favorável da Comissão de Legislação, a qual consubstanciava honrosíssima homenagem ao nosso esforço.

Ao dileto Amigo Dr. João Lúcio, pela maneira confortadora com que sempre incentivou o

nosso trabalho, em atos e palavras ungidos de fé e confiança no êxito da nossa obra, quando nos víamos assediados por empecilhos de toda sorte, hoje felizmente vencidos.

Por fim, encerrando estas notas e entregando à publicidade este 2º volume da nossa obra, esperamos que, quando outros méritos lhe sejam negados, não se negue, ao menos, a justiça de reconhecer a honestidade, o devotamento e hercúleo esforço com que realizamos tão penoso e delicado trabalho, fruto de um natural impulso dos mais sinceros e nobres sentimentos de amizade a este belo pedaço da nossa querida terra – Belo Horizonte.

Belo Horizonte, 1936

Abílio Barreto

PRIMEIRA PARTE

ORGANIZAÇÃO
DA COMISSÃO
CONSTRUTORA

—

PLANEJAMENTO
E ESTUDOS DA
NOVA CAPITAL, NA
ADMINISTRAÇÃO
DO ENGENHEIRO
DR. AARÃO REIS

(MARÇO DE 1894 - MAIO DE 1895)

ECOS PRODUZIDOS PELA LEI QUE ESCOLHEU BELO HORIZONTE
PARA AÍ SER EDIFICADA A NOVA CAPITAL -
A VISITA DE OLAVO BILAC E OUTROS CAVALHEIROS À LOCALIDADE



romulgada pelo Congresso Mineiro, reunido em Barbacena, a 17 de dezembro de 1893, a lei que estabeleceu a mudança da capital para a cidade que se deveria edificar no arraial de Belo Horizonte, com o prazo improrrogável de 4 anos para a construção e mudança referidas, foi a notícia repercutindo pelo Estado e País em fora, celeremente, alvissareiramente, consoante já historiamos no 1º volume desta obra, publicado em 1928.¹

E como se aquela notícia fosse um toque a reunir, por toda parte, operários, artífices, cientistas, industriais, comerciantes e grande número de aventureiros de toda espécie atentaram para o caso e se puseram a preparar, a fim de se transportarem para o novo campo de atividade, em busca da fortuna e da felicidade, logo que fossem iniciados os trabalhos de demolição do arraial e construção da cidade.

A maioria, porém, refletindo sobre o vulto imenso do empreendimento a realizar, não acreditou na sua viabilidade e concluiu pessimistamente que a deliberação do Legislativo mineiro ficaria dormindo infinitamente nas páginas da nossa Constituição, como ficou na Constituição Federal o dispositivo que estabeleceu a mudança da capital da República para o planalto central de Goiás...

Entretanto, a não ser entre os ouro-pretanos e demais partidários da permanência da capital na venerável e histórica cidade de Ouro Preto, a notícia do ato legislativo produzira a melhor impressão possível por toda parte, pois a solução daquele alto problema representava secular anseio da gente montanhesa.

Quanto à escolha de Belo Horizonte para a nova sede do governo mineiro, a opinião geral de Minas mostrava-se favorável, dada a velha tradição de rara beleza e perfeita salubridade do local, colocado no centro do Estado, o que facilitaria a irradiação do progresso pelas nossas diversas zonas.

Refletindo essa opinião, a 23 de dezembro de 1893, o inteligente espírito de Vasco Azevedo escrevia uma carta a Luís Cassiano, de Sabará, e publicada no *nO Contemporâneo*, de 9 de janeiro de 1894, felicitando a ele e a Cândido de Araújo, dois batalhadores por aquela

causa, pela vitória alcançada, tanto mais quanto, “dos pontos estudados, Belo Horizonte era o que mais atendia ao espírito que presidiu à mudança: a criação de uma cidade importante e ao mesmo tempo central”² que, ligada à rede férrea de viação do Estado, poria este em contato com o oceano e o tornaria mais independente.

Não liam, entretanto, por esta cartilha os ouro-pretanos e outros interessados na permanência da capital em Ouro Preto e, assim, a velha campanha contra aquele empreendimento ressurgiu violenta e decidida contra o governo e contra Belo Horizonte e seus adeptos.

Desprezando a opinião destes e estimulados pelas ótimas referências que se faziam ao predestinado arraial e ansiosos por conhecê-lo, inúmeras pessoas apressaram-se em vir visitá-lo, apesar das dificuldades da viagem que, então, era feita a cavalo ou a pé ou em carros de bois, partindo-se de Sabará ou Rio das Velhas, cidades mais próximas em que havia estrada de ferro.

Dentre esses visitantes, destacaremos o poeta Olavo Bilac, então nos galarins da fama e que, em companhia dos Drs. Sabino Barroso Júnior, Rodrigo Bretas e Miguel Lisboa, aqui estiveram em fins de janeiro de 1894, sendo fotografados no dia 20, ao pé do grande cruzeiro que havia no Largo da Matriz, consoante relata encantadoramente o cantor do *Caçador das Esmeraldas*, a 29 de dezembro de 1898, em crônica transcrita pelo *Almanaque da Cidade de Minas*, edição do Sr. Joaquim de Lima (1900).³

Nessa crônica, revendo a fotografia histórica, Bilac diz que parou os olhos cheios de saudades, vendo, “ao fundo, a fachada feia e acanhada da velha matriz; um tufo escuro de árvores à esquerda; mais para a frente um alto cruzeiro tosco; ao pé do cruzeiro, em grupo, sentados na relva, com botas de montar e largos chapéus desabados, ele e os seus companheiros da excursão; de pé, cruzados os braços ao peito, desempenado, com a carapinha ao sol, um velho preto pernóstico e forte *camarada* ao serviço de Mata Machado”,⁴ vindos da Fazenda das Lages a Belo Horizonte.

Depois de descrever o seu jornadaear por Ouro Preto, Sabará, Morro Velho e Santa Luzia, vieram todos a Belo Horizonte trazidos pela curiosidade de conhecer os lugares em que se tinha de construir a nova capital de Minas, lugares que teriam de ser transformados, dentro em pouco tempo, em moderníssima cidade.

Comentando a fotografia histórica, Bilac então recorda certa vez em que, “à noite, depois da novena na Matriz, trocando pernas pelo arraial”, ficou espantado, “ouvindo a voz fanhosa de um piano, e mal ousando crer na existência dessa tortura da civilização na plena ingenuidade primitiva de um povoado”.

Relendo agora esses lindos e evocadores períodos da velha crônica de Bilac, em que com tanta nitidez e tão suave colorido nos focaliza interessante aspecto de um trecho do arraial extinto, sentimos palpitante desejo de ver a fotografia e pusemo-nos em campo a pedir notícias dela aos velhos amigos daqueles tempos.

Depois de demoradas e pacientes pesquisas, fomos informados de que tal preciosa fotografia fora vista muitas vezes sobre um móvel do escritório do antigo advogado em Belo

Horizonte, Dr. Henrique Sales, residente à Rua Pernambuco, nos primeiros dias da capital.

Dirigimo-nos, então, à ilustre família e fomos por ela informados do desaparecimento daquele precioso documento; outras pesquisas, como a que fizemos junto à família Bretas, resultaram igualmente inúteis, razão pela qual deixamos de estampar aqui aquela fotografia.

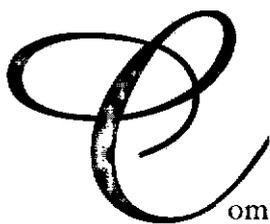
A não ser essa e algumas outras visitas que recebeu o arraial, nada ocorreu aí de importância, de fins de 1893 a fevereiro de 1894, ao passo que, em Ouro Preto, o governo arquitetava planos e cuidava de organizar a Comissão Construtora da Nova Capital, como disse o padre Francisco Martins Dias à p. 76 de seu folheto *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*, editado em 1897.⁵

NOTAS

- 1 MINAS GERAIS. Lei n. 3 adicional à Constituição, de 7 de dezembro de 1893. Marca o lugar para construção da capital do Estado e dá outras providências. *Constituição e leis adicionais decretadas e promulgadas pelo Congresso Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.
- 2 AZEVEDO, Vasco. Carta. *O Contemporâneo*. Sabará, p. 1, 9 jan., 1894.
- 3 BILAC, Olavo. Crônica. *Almanaque da Cidade de Minas*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial, p. 178-179, 1900.
- 4 *Ibidem*.
- 5 DIAS, Francisco Martins (padre). *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Tip. do Belo Horizonte, 1897, p.78.

II

O ENGENHEIRO AARÃO REIS, CONVIDADO PARA ORGANIZAR E DIRIGIR A COMISSÃO CONSTRUTORA, VEM A BELO HORIZONTE - A ESTRADA DO ARRAIAL - A ANIMAÇÃO DESTA



Com perfeita consciência da angústia do prazo prefixado para a construção e mudança da capital e patrioticamente deliberado a levar de vencida o arrojado empreendimento, havia o conselheiro Afonso Pena, presidente do Estado, convidado o engenheiro Aarão Reis para organizar e dirigir a Comissão Construtora, assim como havia organizado e dirigido, a perfeito contento, a Comissão de Estudos das localidades de entre as quais fora escolhida a de Belo Horizonte para a sede da metrópole mineira; e aquele notável profissional, aceitando a honrosa e pesada tarefa, a 30 de janeiro de 1894, vinha a Belo Horizonte em companhia do seu colega, Dr. Samuel Gomes Pereira (a quem já se deviam os estudos dessa localidade), a fim de providenciar as acomodações necessárias para o Escritório Central da Comissão e para residência dos primeiros funcionários que teriam de vir com ele trabalhar.

É isso o que nos relata *O Contemporâneo*, de Sabará, de 11 de fevereiro,⁶ acrescentando que aqueles engenheiros vieram em companhia de Cândido de Araújo e encontraram boa acolhida por parte dos horizontinos, fazendo especial menção do Sr. João Carvalho de Aguiar, que muito os auxiliou naquelas providências.

Hospedados no hotel do Sr. Antônio Joaquim da Silveira, o único então existente, instalado naqueles dias, logo no primeiro entendimento que tiveram com alguns dos principais proprietários, na localidade, conseguiram o grande sobrado colonial da Rua General Deodoro, propriedade do padre Francisco Machado, para o Escritório Central da Comissão, bem como obtiveram dos Srs. Guilherme Ricardo Vaz de Melo (Bedeco), Antônio Batista Vieira e João Carvalho de Aguiar, respectivamente, a chácara (hoje Parque) para residência do chefe, e duas casas no Largo da Matriz e na Rua do Capão para moradia dos engenheiros Carvalho de Almeida e Samuel Gomes Pereira, já convidados pelo Dr. Aarão Reis para seus auxiliares.

Tendo providenciado igualmente para que outros prédios fossem postos à sua disposição para residência de outros funcionários que teriam de vir, o Dr. Aarão Reis e o Dr. Samuel



Chácara (hoje Parque), residência do engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital.

Gomes Pereira regressaram a Ouro Preto, tendo feito a viagem a cavalo até Sabará, pelo que puderam observar o péssimo estado de conservação em que se achava a estrada entre aquela cidade e o arraial de Belo Horizonte.

Mas *O Contemporâneo* de 11 de fevereiro⁷ observava já estar sancionada a lei municipal que autorizava o chefe executivo da Câmara de Sabará, Sr. Rodrigues Lima, a mandar fazer os consertos necessários, bem como a reconstrução de uma ponte sobre o córrego do Freitas, lei votada por iniciativa de Cândido de Araújo.

Reclamando urgência para a execução daquela lei, o jornal ponderava que, devendo ser iniciados os trabalhos da Comissão até o fim do mês, grande iria ser o trânsito por aquela estrada no transporte de pessoal e material para os trabalhos dos construtores da nova capital.

Efetivamente tais consertos foram executados logo depois, mas ainda assim não era dos melhores o estado da estrada, de modo que a Comissão teve de executar outros, nos primeiros dias, após a sua instalação, a fim de poder transportar os seus primeiros materiais e instrumentos em carros de bois ou em lombos de animais, como o fez, até quando foi resolvido em definitivo o problema dos transportes por via férrea, como se verá no momento oportuno.

Assim, durante aquele período, pela velha estrada dos tempos coloniais rechinavam carros e chapinhavam tropas de manhã à noite, ao passo que Belo Horizonte se agitava numa crescente animação ansiosa e expectante, como noiva ingênua que, entre dúvidas, se prepara, cheia de sonhos, ilusões e esperanças, para as suas ambicionadas núpcias...

NOTAS

6 O CONTEMPORÂNEO. Sabará, p. 2, 11 fev., 1894.

7 *Ibidem*, p.2.

III

PELO DECRETO N. 680 O GOVERNO CRIA A COMISSÃO CONSTRUTORA
DA NOVA CAPITAL, CUJOS TRABALHOS SÃO POR ELE REGULAMENTADOS -
É NOMEADO O ENGENHEIRO-CHEFE -
OURO PRETO LUTA PELA SUA REGALIA DE CAPITAL -
UM BOLETIM - INSTALA-SE A COMISSÃO CONSTRUTORA



14 de fevereiro de 1894, o governo do Estado promulgava o Decreto n. 680 e respectivo regulamento, pelo qual era criada a Comissão Construtora e regulamentados os seus serviços e, por outro decreto da mesma data, nomeava para chefe desta o notável engenheiro Dr. Aarão Reis,⁸ amigo pessoal do conselheiro Afonso Pena e pessoa de sua absoluta confiança, cujos grandes méritos e alta competência conhecia perfeitamente e admirava.

Natural do Estado do Pará,* gozava o Dr. Aarão Reis da justa reputação de ser uma das mais notáveis figuras da engenharia nacional, tendo já prestado ao Brasil grande cópia de serviços profissionais de alta relevância, além de ser professor emérito. Exercera, com brilho invulgar, altos cargos técnicos e de confiança e era autor das seguintes obras:

A Instrução Superior no Império.

Lições de Álgebra Elementar.

A Rescisão do Contrato das Obras do Novo Matadouro - Publicação Oficial do Ministério do Império.

A Instrução Nacional e o Decreto de 19 de abril.

Tese de concurso à cadeira de Economia Política, Estatística e Direito Administrativo da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

A Engenharia e as Obras Públicas do Brasil.

A Luz Elétrica pelo Sistema Edison - Relatório apresentado ao Clube de Engenharia por uma Comissão de que foi relator - *Publicação da Revista de Engenharia.*

A Transmissão e a Distribuição Elétricas da Força.

Arquivo dos Trabalhos do 1º Congresso das Estradas de Ferro no Brasil - Publicação do Clube de Engenharia.

* Nasceu no Pará a 6 de maio de 1853 e faleceu a 11 de abril de 1936 no Rio de Janeiro, depois de ter sido diretor da EFC Brasil, deputado federal e professor da Escola Politécnica.



Sobrado colonial da Rua General Deodoro onde se instalou o Escritório Central da Comissão Construtora da Nova Capital e onde se instalou também a Prefeitura, em 1898.

Açude de Quixadá – Relatório apresentado ao Governo Imperial – Publicação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

A Eletrologia em 1886.

A Sociéte Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro – Parecer publicado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Curso Elementar de Matemática.

Relatório da Comissão de Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital do Estado de Minas Gerais.

Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais.

Traduzira:

Trigonometria Esférica, de Dubois.

A República Constitucional, de E. Labouaye.

A Idéia de Deus segundo a Filosofia Positiva, de E. Littré.

A Escravidão dos Negros, de Condorcet.

Escolheu-o, pois, o conselheiro Afonso Pena para se incumbir da ingente obra de planejar e construir a nova capital, cujo regulamento básico era o seguinte:

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 680,
DE 14 DE FEVEREIRO DE 1894

Capítulo I

ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 1º Para execução do disposto no art. 2º da Lei n. 3 adicional à Constituição do Estado de 17 de dezembro de 1893, fica organizada a *Comissão Construtora da Nova Capital*, que funcionará sob a direção geral, técnica e administrativa, de um engenheiro-chefe da imediata confiança, pessoal e profissional do Presidente do Estado, que livremente o escolherá e nomeará.

Art. 2º Os trabalhos afetos à Comissão abrangerão:

§ 1º os estudos definitivos e completos necessários à organização dos projetos e orçamentos de todas as obras da nova capital, inclusive as da via férrea que deverá ligá-la à Estrada de Ferro Central do Brasil;

§ 2º a execução direta de todas as construções que o governo deliberar sejam feitas administrativamente;

§ 3º a fiscalização dos trabalhos que forem adjudicados a empreitadas parciais, ou

fizerem objetos de concessões de uso e gozo contratadas com empresas particulares;

§ 4º a contabilidade geral, convenientemente especializada de todas as despesas que forem efetuadas com os trabalhos e serviços da nova capital, até a conclusão completa de todas as suas obras; e, bem assim, de quaisquer verbas de receita que, em virtude de autorização especial, forem arrecadadas durante a execução dos mesmos trabalhos e serviços;

§ 5º a desapropriação, amigável ou judicial, dos terrenos que tiverem de ser ocupados pela nova capital, de acordo com o projeto geral que for aprovado e, bem assim, dos prédios e benfeitorias que tiverem de ser demolidos e inutilizados, observadas as disposições legais;

§ 6º o tombamento de todos os terrenos incluídos no perímetro que for fixado, discriminadas as respectivas áreas, configuração topográfica, situação, vantagens naturais e valor relativo.

Art. 3º O projeto geral da nova capital será delineado sobre a base de uma população de 200.000 habitantes, e sobre esta mesma base será efetuada a divisão e demarcação dos lotes; as obras, porém, a executar desde já, serão projetadas e orçadas sobre a base de uma população de 30.000 habitantes; devendo, entretanto, os respectivos projetos ser organizados de forma a permitirem o natural desenvolvimento das obras executadas à proporção que for aumentando a população.

Art. 4º A organização dos projetos geral e parciais, das obras da nova capital, deverá obedecer às mais severas indicações e exigências modernas de higiene, conforto, elegância e embelezamento; porém, sem exagerada preocupação de suntuosidades dispensáveis, salvos os monumentos artísticos que o governo deliberar sejam erigidos, e para cujos projetos poderá mandar abrir concorrência estipulando, para os que forem aceitos, prêmios ou preferências aos respectivos autores para a execução das obras por empreitadas.

Art. 5º Os projetos das obras a executar poderão ser submetidos à aprovação do governo parcialmente, sempre que puderem ser executadas desde logo, sem prejuízo para o conjunto dos trabalhos.

Art. 6º Os projetos, geral e parciais, serão submetidos à aprovação do governo em original, acompanhados das peças complementares que forem indispensáveis para a apreciação e julgamento; e, depois de aprovados, serão devolvidos à Comissão, em cujo escritório técnico ficarão arquivados, extraindo-se então as cópias que forem necessárias para os trabalhos de execução. Concluídas todas as obras e dissolvida a Comissão, o arquivo técnico será entregue à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Art. 7º As obras que a Comissão for autorizada a executar pelo sistema de empreitadas parciais serão adjudicadas por meio de concorrência pública, anunciada por edital firmado pelo secretário, de ordem do engenheiro-chefe, estipulando explícita e claramente as condições em que deverão ser executadas e fixando os pontos sujeitos a concurso:

§ 1º o exame e classificação das concorrências será feito por uma junta formada pelo

chefe do serviço técnico a que estiver afeta a obra e pelo chefe da contabilidade, presididos pelo primeiro engenheiro; e o julgamento, proferido pelo engenheiro-chefe em despacho escrito;

§ 2º os interessados terão o prazo de oito dias, contados da data do despacho que será imediatamente transcrito no livro da porta, para recorrerem ao governo, por meio de requerimentos apresentados ao engenheiro-chefe, que deverá submetê-los, informados à apreciação do governo;

§ 3º esgotado o prazo acima estipulado sem aparecer recurso algum contra seu despacho, o engenheiro-chefe mandará lavrar o competente contrato; e, no caso contrário, aguardará para mandar lavrá-lo, a decisão do recurso pelo governo.

Art. 8º Nas concorrências para aquisição de materiais e outros objetos de consumo, a junta classificadora será formada por um chefe de seção, designado pelo engenheiro-chefe, e pelo almoxarife, presididos pelo chefe da contabilidade; e, do julgamento proferido pelo engenheiro-chefe, não poderá haver recurso para o governo.

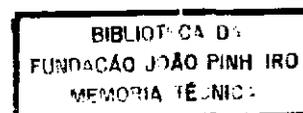
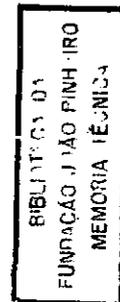
Capítulo II

DIREÇÃO GERAL, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

Art. 9º Todos os trabalhos da Comissão, quer durante os estudos definitivos, quer durante a construção das obras, serão distribuídos pelas seis seguintes *divisões de serviço*:

- 1ª) administração central;
- 2ª) contabilidade;
- 3ª) escritório técnico;
- 4ª) estudo e preparo do solo;
- 5ª) estudo e preparo do subsolo;
- 6ª) estudo e preparo da viação, das edificações, das instalações elétricas e mais trabalhos acessórios.

Art. 10. O engenheiro-chefe, além de superintender todos os serviços, terá diretamente a seu cargo a direção da 1ª Divisão.



Capítulo III

PRIMEIRA DIVISÃO

Administração Central

Art. 11. Será da exclusiva competência do engenheiro-chefe:

§ 1º a direção geral, técnica e administrativa, de todos os serviços;

§ 2º a apresentação ao governo dos planos gerais e parciais, organizados para as obras da nova capital, e respectivos orçamentos;

§ 3º a aprovação dos planos de detalhes complementares dos parciais;

§ 4º a desapropriação, amigável ou judicial, dos terrenos, prédios e benfeitorias, que for necessária para a realização do projeto geral da nova Capital;

§ 5º a organização dos projetos para os regulamentos que tenham de ser expedidos pelo governo para a observância das disposições dos §§ 3º, 7º e 8º do art. 2º da Lei n. 3 de 17 de dezembro de 1893;

§ 6º a apresentação das bases para os contratos de concessões de uso e gozo que o governo delibere celebrar de conformidade com os §§ 5º e 6º do citado art. 2º;

§ 7º a nomeação de todos os empregados que, pelo presente regulamento, não competir ao governo, e a admissão do pessoal auxiliar, operário e jornaleiro, que for sendo necessário, e cujos salários fixará;

§ 8º a organização, ou aprovação, das instruções regulamentares que forem necessárias para a execução dos serviços e trabalhos a cargo de cada uma das divisões e nas diferentes seções;

§ 9º a autorização das despesas que tiverem de ser efetuadas, de conformidade com as disposições do presente regulamento;

§ 10. a celebração dos contratos de empreitadas das obras que for autorizada a adjudicar a particulares;

§ 11. aquisição dos instrumentos, móveis e mais objetos necessários aos diversos serviços da comissão; e, bem assim, dos materiais que forem necessários para a execução das obras que tiverem de ser feitas administrativamente;

§ 12. a requisição, por intermédio da Secretaria da Agricultura, das quantias necessárias para as despesas trimestrais da comissão;

§ 13. a imposição das penas ao pessoal de conformidade com as disposições do presente regulamento;

§ 14. a direção do tráfego da via férrea que for construída para ligação da nova capital à Estrada de Ferro Central do Brasil, fixando o horário, número e velocidade dos trens, e, bem

assim, o respectivo pessoal e suas remunerações, cujas tabelas serão previamente submetidas à aprovação do governo;

§ 15. a adoção de quaisquer medidas tendentes à disciplina do pessoal e à segurança, economia e desenvolvimento das obras; e, bem assim, de providências provisórias, nos casos omissos no presente regulamento quando exigidas pela urgência do serviço, devendo em tais casos representar imediatamente ao governo para que este providencie de modo definitivo;

§ 16. propor ao governo os quadros, provisório e definitivo do pessoal a que se refere o art. 39 do presente regulamento.

Art. 12. Toda a correspondência oficial com o governo será dirigida diretamente ao Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Art. 13. Os serviços da administração central serão distribuídos pelas duas seguintes seções:

1ª) *Secretaria*, à qual competirá o expediente geral da comissão;

2ª) *Almoxarifado*, ao qual competirão aquisição, arrecadação, guarda e distribuição dos instrumentos, móveis, materiais e demais objetos da comissão;

§ 1º A Secretaria funcionará sob a direção do secretário e o Almoxarifado sob a do almoxarife, auxiliados pelo pessoal que for fixado pelo governo de conformidade com o art. 39 do presente regulamento, e os respectivos serviços serão executados de acordo com as instruções que forem expedidas pelo engenheiro-chefe.

§ 2º Enquanto o engenheiro-chefe julgar possível, sem sacrifício da boa marcha e regularidade dos trabalhos, poderá ficar o almoxarifado a cargo do fiel.

Capítulo IV

2ª DIVISÃO

Contabilidade

Art. 14. A 2ª. Divisão, que funcionará sob a direção de um chefe, imediatamente subordinado ao engenheiro-chefe, terá a seu cargo todos os serviços financeiros e de contabilidade da comissão, distribuídos pelas três seguintes seções:

1ª) Escrituração geral;

2ª) Tesouraria;

3ª) Tombamento.

§ 1º À 1ª seção, a cargo do guarda-livros, competirão todos os trabalhos relativos à escrituração geral especializada das despesas e receita eventual da comissão, verificando os respectivos documentos, processando as contas e folhas de pagamento, etc.

§ 2º À 2ª seção, a cargo do tesoureiro, competirão o recebimento e guarda das quantias que forem requisitadas para as despesas da comissão, a arrecadação dos impostos de selo descontados aos empregados nas folhas de pagamento e de quaisquer outras verbas de receita eventual, a prestação das respectivas contas, etc.

§ 3º À 3ª seção, a cargo de um escrivão, competirá o tombamento dos terrenos da nova capital, a que se refere o § 6º do art. 2º do presente regulamento.

Esta seção só será organizada depois que aprovado o projeto geral da nova capital tiver sido encetado o trabalho da divisão e demarcação dos lotes urbanos e suburbanos.

§ 4º O chefe de cada uma dessas seções será auxiliado pelo pessoal que for fixado pelo governo na forma do art. 39 do presente regulamento e os respectivos serviços serão executados de acordo com as instruções que organizadas pelo chefe da contabilidade, forem aprovadas pelo engenheiro-chefe.

Art. 15. As despesas efetuadas com os trabalhos e serviços da comissão, quer de pessoal quer de material, serão pagas pelo tesoureiro, à vista de ordem escrita do engenheiro-chefe. Para isso, fará o governo suprimentos trimensais, mediante requisições escritas do engenheiro-chefe:

§ 1º Tais suprimentos serão efetuados por meio de ordens contra o Banco da República do Brasil, que creditará as respectivas quantias, em conta corrente de movimento, à comissão, para serem retiradas, no todo ou partes, mediante cheques firmados pelo tesoureiro e visados pelo chefe da contabilidade e pelo engenheiro-chefe.

§ 2º As contas de empreitadas executadas em virtude de contratos serão pagas, diretamente pela Secretaria das Finanças, à vista de certificados explícitos, passados pelo chefe da contabilidade e visados pelo engenheiro-chefe, que deverá remeter ao governo segundas vias de tais certificados devidamente documentados. Paga a conta e recolhida à Secretaria das Finanças a primeira via do certificado, a segunda via, em que o empreiteiro também passará o recibo, será devolvida à comissão para servir de base ao lançamento, na escrituração geral das despesas da respectiva quantia.

Art. 16. Os pagamentos ao pessoal serão feitos mensalmente, pelo tesoureiro ou seu fiel, nos lugares dos trabalhos, mediante folhas organizadas em duplicata no escritório de cada seção à vista dos livros e cadernetas de ponto. Tais folhas, conferidas e rubricadas pelo chefe da seção e visadas pelo chefe do serviço, serão processadas, para verificação dos cálculos, pela 1ª seção da contabilidade; e, só depois da competente autorização escrita do engenheiro-chefe, será efetuado o respectivo pagamento.

Parágrafo único. Os pagamentos das folhas do pessoal técnico, administrativo e auxiliar serão efetuados mediante recibos em duplicata passados nas próprias folhas pelos empregados; e os das folhas do pessoal operário e jornaleiro serão efetuados na presença do engenheiro e do apontador de cada turma, certificando este, nas respectivas folhas, os pagamentos realizados, com o visto do engenheiro.

Art. 17. Os fornecimentos e as contas serão pagas na tesouraria depois de processadas na 1ª seção da contabilidade, visadas pelo chefe e autorizado o pagamento pelo engenheiro-chefe.

Art. 18. O engenheiro-chefe providenciará como mais acertado julgar sobre o modo prático de ser efetuada a aquisição dos instrumentos, móveis, materiais e mais objetos necessários ao início dos trabalhos; e, bem assim, para o daqueles que, em pequenas quantidades, forem necessários no correr dos trabalhos.

Art. 19. Todos os fornecimentos serão feitos mediante pedidos assinados pelos chefes de seção, visados pelos chefes de serviço e autorizados pelo engenheiro-chefe.

Tais pedidos deverão documentar as contas apresentadas pelos fornecedores.

Art. 20. A prestação de contas ao governo, das despesas efetuadas pela tesouraria, será trimestral.

Art. 21. Enquanto não estiver definitivamente instalada a comissão e organizados regularmente todos os serviços, as despesas, quer de pessoal, quer da aquisição dos instrumentos, móveis, materiais e mais objetos necessários para os trabalhos iniciais, serão efetuadas diretamente pelo engenheiro-chefe, mediante adiantamentos que lhe serão feitos à proporção que os for requisitando e dos quais prestará contas mensalmente.

Capítulo V

3ª DIVISÃO

Escritório Técnico

Art. 22. O escritório técnico, que funcionará sob a direção do primeiro engenheiro, terá a seu cargo todos os trabalhos técnicos de escritório, relativos à organização dos projetos e planos geral, parciais e de detalhes, dos orçamentos e das especificações e condições gerais, e, bem assim, as medições provisórias e finais, arquivo técnico e a expedição das ordens de serviço.

§ 1º Nesses trabalhos o primeiro engenheiro será auxiliado pelo pessoal que for fixado pelo governo na forma do art. 39 do presente regulamento.

§ 2º Instruções especiais serão aprovadas pelo engenheiro-chefe para a boa marcha e regularidade dos serviços afetos ao escritório técnico, distribuindo-os em tantas turmas de serviço quantas forem necessárias.

§ 3º Desde o início dos trabalhos da comissão, será instalado, no local mais conveniente, um observatório meteorológico cujo serviço ficará a cargo de um condutor de 1ª classe sob a direção do primeiro engenheiro.

Capítulo VI

4ª, 5ª e 6ª DIVISÕES

Trabalhos técnicos de campo

Art. 23. Os trabalhos técnicos de campo serão executados, quer durante os estudos definitivos, quer durante a execução das obras, pelas 4ª, 5ª e 6ª divisões de serviço mencionadas no art. 9º do presente regulamento, dirigida cada uma delas por um engenheiro-chefe de serviço, imediatamente subordinado ao engenheiro-chefe.

Art. 24. A 4ª divisão terá a seu cargo todos os trabalhos e serviços de geodésia, topografia e nivelamento necessários para o delineamento do projeto geral da nova capital; e, posteriormente, todos os concernentes à terraplenagem, arruamento, divisão e demarcação de lotes, pontes, calçamentos, ajardinamentos, arborização, etc.

Art. 25. A 5ª divisão terá a seu cargo todos os trabalhos, quer de estudos definitivos, quer de construção, relativos ao abastecimento de água, aos esgotos, à canalização das águas pluviais, à modificação do regime dos cursos de água e às drenagens.

Art. 26. A 6ª divisão terá a seu cargo todos os trabalhos quer de estudos definitivos, quer de construção, relativos à viação férrea e urbana, à construção dos edifícios públicos e particulares, às instalações elétricas e mais trabalhos acessórios que lhe forem cometidos pelo engenheiro-chefe.

Art. 27. Todos os trabalhos de cada uma destas três divisões de serviço serão distribuídos, quer durante os estudos definitivos, quer durante a execução das obras, por duas seções, dirigida cada um por um engenheiro-chefe de seção, auxiliado pelo pessoal que for fixado pelo governo na forma do art. 39 do presente regulamento.

Art. 28. O engenheiro-chefe expedirá instruções especiais para a execução dos serviços afetos a cada uma destas três divisões.

Capítulo VII

DO PESSOAL

Art. 29. Serão nomeados:

§ 1º pelo presidente do Estado, livremente, o engenheiro-chefe;

§ 2º pelo presidente do Estado, sob proposta do engenheiro-chefe: o primeiro engenheiro, os engenheiros-chefes de serviço e o chefe da contabilidade;

§ 3º pelo secretário da Agricultura, sob proposta do engenheiro-chefe, o tesoureiro, o almoxarife, o guarda-livros, o agente e os escrivães;

§ 4º pelo engenheiro-chefe, sob proposta do tesoureiro e do almoxarife, os respectivos fiéis;

§ 5º pelo engenheiro-chefe, livremente, o secretário, os chefes de seções e todos os demais funcionários não mencionados nos parágrafos anteriores.

Art. 30. A admissão e dispensa dos feitores, operários, guardas, serventes e mais jornaleiros serão da competência dos chefes de serviço, sendo previamente fixados pelo engenheiro-chefe o número e os salários; a admissão, dispensa, fixação das diárias dos auxiliares e apontadores serão da exclusiva competência do engenheiro-chefe, sob proposta dos chefes de serviço.

Art. 31. Nas faltas e impedimentos serão substituídos:

§ 1º o engenheiro-chefe, pelo primeiro engenheiro, e, na falta deste, por um dos engenheiros-chefes de serviço previamente designado;

§ 2º o primeiro engenheiro, por um dos chefes de serviço ou por um dos engenheiros do próprio escritório técnico, conforme melhor atender às conveniências do serviço, a juízo do engenheiro-chefe;

§ 3º os chefes de serviço, pelos chefes de seção, e estes, pelos engenheiros de 1ª classe, conforme designação do engenheiro-chefe;

§ 4º o chefe da contabilidade, pelo empregado que for designado pelo engenheiro-chefe;

§ 5º o tesoureiro e almoxarife, pelos seus respectivos fiéis conservando, porém, a responsabilidade que lhes cabe.

Art. 32. As demais substituições serão reguladas pelas instruções que forem expedidas pelo engenheiro-chefe.

Art. 33. Nos vencimentos mensais, fixados na tabela anexa, será sempre considerada,

para os efeitos dos impedimentos e licenças, metade como fixa e a outra metade como *gratificação*.

§ 1º O empregado que faltar sem justificação perderá os vencimentos totais.

§ 2º O empregado impedido ou licenciado perderá sempre a parte dos vencimentos considerada como gratificação, embora justifique as faltas.

Art. 34. Nas substituições temporárias com acumulação de funções, o substituto perceberá a terça parte dos vencimentos totais do substituído, sem prejuízo dos seus próprios vencimentos; e, nas substituições temporárias sem acumulação de funções, o substituto perderá os vencimentos totais do seu cargo e perceberá os do cargo substituído.

Art. 35. Todos os empregados da comissão serão considerados em mera comissão temporária.

Art. 36. As licenças de até oitenta dias serão concedidas pelo engenheiro-chefe, e as de maior prazo pelo governo, sob informação do engenheiro-chefe.

§ 1º Só por motivo de moléstia poderão ser concedidas licenças com parte dos vencimentos.

§ 2º Por motivo nenhum, o prazo da licença poderá exceder de seis meses, mesmo sem vencimentos.

§ 3º Nenhum vencimento será pago ao empregado licenciado sem que tenha registrado a licença na secretaria da comissão com declaração do dia em que começou a gozá-la e provando ter já satisfeito as exigências prescritas nas leis fiscais.

§ 4º O empregado que, qualquer que seja sua categoria, faltar sem causa justificada mais de quinze dias, seguidamente, será considerado desligado da comissão.

Art. 37. Todo o trabalho do pessoal jornaleiro, executado além das horas fixadas nas instruções, será retribuído com um acréscimo que será arbitrado pelo engenheiro-chefe, sob proposta dos chefes de serviço.

Art. 38. As penas disciplinares serão:

- 1ª) simples advertência ;
- 2ª) repreensão em ordem de serviço;
- 3ª) multa até quinze dias de vencimentos;
- 4ª) suspensão até trinta dias;
- 5ª) demissão simples;
- 6ª) demissão a bem do serviço.

§ 1º Aos empregados de sua nomeação poderá o engenheiro-chefe aplicar qualquer

destas penas, e aos de nomeação do governo as quatro primeiras; propondo a aplicação de qualquer das outras duas.

§ 2º Os chefes de serviço poderão aplicar ao pessoal sob sua jurisdição as duas primeiras penas; propondo ao engenheiro-chefe a aplicação de qualquer das outras.

Art. 39. O pessoal técnico e administrativo da comissão perceberá os vencimentos mensais estipulados na tabela anexa. Para o início dos trabalhos será admitido de conformidade com um quadro provisório que, proposto pelo engenheiro-chefe, for aprovado pelo governo; e, depois de instalados os serviços e encetados regularmente os trabalhos, o governo decretará sob proposta do engenheiro-chefe, o quadro definitivo que, em caso algum, poderá ser excedido, e só poderá ser reformado, ou reorganizado, por novo decreto do presidente do Estado.

§ 1º Além dos vencimentos estipulados na tabela anexa, terão mais, quando em efetivo exercício dos seus respectivos cargos, o engenheiro-chefe uma *diária* de quinze mil réis; e os demais funcionários de quatro *diárias*, de dois a doze mil réis, arbitradas pelo engenheiro-chefe de acordo com a categoria e a responsabilidade de cada um.

§ 2º Nenhum abono mais especial terão os engenheiros e condutores para montaria, aluguel de casa, criados, etc.

§ 3º Ao tesoureiro será abonada, para *quebras*, a quantia mensal de cinqüenta mil réis e ao respectivo fiel, a de vinte e cinco mil réis.

Capítulo VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. A sede dos trabalhos da comissão será na própria localidade (Belo Horizonte) escolhida para a edificação da nova capital.

Art. 41. O engenheiro-chefe deverá verificar, uma vez por mês e em dias indeterminados, o estado da caixa e a escrituração geral, em presença do chefe da contabilidade, do guarda-livros e do tesoureiro, mandando lavrar termo que assinará com os funcionários mencionados.

Art. 42. Semestralmente deverá também o engenheiro-chefe examinar, por si ou delegado de sua confiança, a escrituração do almoxarifado, balanceando o material existente e providenciando sobre o destino que deva ter o imprestável, encerrando as contas até a data em que se ultimar o mesmo exame. Nessas mesmas condições e forma, deverá mandar proceder a exame nos armazéns de cada uma das divisões de serviço.

Art. 43. Os empregados que tiverem sob sua guarda valores ou objetos prestarão fiança, sendo:

- para o tesoureiro15:000\$000
- para o fiel de tesoureiro.....5:000\$000
- para o almoxarife.....5:000\$000
- para o armazenista.....1:000\$000

Parágrafo único. As fianças até 5:000\$000 poderão ser prestadas em dinheiro, na tesouraria da própria comissão.

Art. 44. A cada funcionário, técnico e administrativo, serão abonadas, de uma só vez quando nomeados, as seguintes quantias:

§ 1º uma *ajuda de custo* equivalente aos respectivos vencimentos de um mês para ocorrer às despesas de sua instalação na sede dos trabalhos da comissão;

§ 2º a quantia que se verificar ser indispensável para os transportes (seu, de sua família e respectivas bagagens) desde a Capital Federal, ou localidade em que estiver no Estado de Minas Gerais, até a sede dos trabalhos da comissão.

Parágrafo único. Caso os transportes, a que se refere este artigo, não sejam feitos diretamente pela comissão mediante passes nas estradas da União e do Estado, o pagamento das despesas efetuadas pelo empregado será satisfeito à vista de recibo em duplicata com o competente *pague-se* lançado pelo engenheiro-chefe.

Art. 45. As despesas de viagens que forem efetuadas *a serviço* e de ordem superior, por qualquer funcionário, técnico ou administrativo, correrão por conta da comissão.

Art. 46. Até o dia 31 de janeiro de cada ano deverá o engenheiro-chefe apresentar ao governo o relatório geral do ano anterior, expondo o estado dos diferentes trabalhos e serviços a cargo da comissão.

Art. 47. O presente regulamento entrará em vigor desde a data de sua publicação.

TABELA DOS VENCIMENTOS MENSAIS DO PESSOAL DA COMISSÃO
CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL, A QUE SE REFERE O REGULAMENTO
EXPEDIDO PELO DECRETO N. 680, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1894

Categorias	Vencimentos mensais
I - Pessoal técnico:	
Engenheiro-chefe	2:500\$000
Primeiro engenheiro	1:300\$000
Engenheiro-chefe do serviço	1:200\$000
Dito de seção750\$000
Engenheiro arquiteto750\$000
Engenheiro de 1ª classe600\$000
Engenheiro de 2ª classe500\$000
Engenheiro de 3ª classe400\$000
Condutores de 1ª classe300\$000
Condutor de 2ª classe250\$000
Primeiro desenhista500\$000
Desenhista de 1ª classe400\$000
Desenhista de 2ª classe350\$000
Desenhista de 3ª classe250\$000
II - Pessoal administrativo:	
Chefe de contabilidade600\$000
Secretário400\$000
Tesoureiro400\$000
Guarda-livros400\$000
Almoxarife.....	.400\$000
Fiel.....	.300\$000
Escrivão.....	.300\$000
Agente.....	.300\$000
Primeiro escriturário.....	.300\$000
Segundo dito.....	.250\$000
Terceiro dito.....	.200\$000
Amanuense.....	.150\$000
Armazenista.....	.250\$000

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais, em Ouro Preto, aos 14 de fevereiro de 1894. *Davi Moretzsohn Campista*.

Dado e publicado nesta Secretaria, aos 14 de fevereiro de 1894.

Cipriano de Carvalho, diretor.⁹

Dado o andamento presto que o conselheiro Afonso Pena e o seu ilustre secretário da Agricultura, Dr. Davi Campista, em perfeita comunhão de vistas com o Dr. Aarão Reis, imprimiram na execução das leis de mudança da capital, e, prevendo o seu destronamento, Ouro Preto não se dava por vencida e lutava com armas enristadas pela manutenção de sua prerrogativa de metrópole do Estado.

Destarte, contra a vigência do Decreto 680 levantou-se a Câmara Municipal da histórica cidade, quebrando lanças *pro domo suo*. Dentre outros meios de defesa, de um lançou mão desde logo: representada pelo presidente e agente executivo, Dr. Diogo de Vasconcelos, oficiou ao presidente Afonso Pena, a 15 de fevereiro, declarando-lhe que, naquela data, seria iniciada no juízo competente uma ação de nulidade dos últimos atos governamentais relativos à mudança da capital, por serem os mesmos evidentemente atentatórios de disposições expressas das Constituições federal e estadual. E nesse mesmo dia fez distribuir pelas ruas da velha capital o seguinte boletim:

“A Câmara Municipal de Ouro Preto, por seu Agente Executivo, intentou, hoje, ação judicial anulatória da intitulada lei feita na reunião de Barbacena, para se mudar a sede do Governo do Estado. Essa lei, fundada em disposição caduca, tumultuariamente promulgada, não resiste à análise de direito. Ao Presidente do Estado, o Agente Executivo Municipal oficiou para dar-lhe conhecimento da ação. É natural que S.E.^{va} suspenda, até final decisão, qualquer expediente a respeito dessa lei.”

Tentando intimidar o governo com aquela providência, era pensamento da Municipalidade ouro-pretana fazer que este procrastinasse a execução da lei em apreço, a fim de torná-la inexecúvel; mas, ao que sabemos, tal ação não teve andamento e o governo do Estado não deteve um só momento os seus passos, prosseguindo impávida e ativamente nas medidas que vinha pondo em prática para a efetividade e execução das leis sobre o caso.

Tanto isso é verdade que, em Belo Horizonte, se notava crescente animação nos preparativos para o início dos trabalhos de construção da nova cidade, conforme noticiou *O Contemporâneo*, de 26 de fevereiro,¹⁰ dizendo que começariam a chegar naquela semana o pessoal e o material da Comissão Construtora, para cujos trabalhos o presidente Afonso Pena,

o Dr. Aarão Reis e o Dr. Samuel Gomes Pereira envidavam os maiores esforços e boa vontade no sentido de completar os elementos necessários à execução da lei.

Efetivamente, sem perda de tempo, o Dr. Aarão Reis, contando já a seu lado alguns funcionários, antigos auxiliares seus e outros que havia selecionado, transportou-se com eles para Belo Horizonte, onde tiveram cordial acolhida, pondo-se, entretanto, os horizontinos “no píncaro da observação e da expectativa, fazendo-se todo olhos e todo ouvidos para medir-lhes o passo e estudar-lhes os atos”, consoante afirmou o padre Martins Dias à p. 78 do seu folheto citado.¹¹

Naquele ambiente de dúvidas e expectativa dos horizontinos, a 1º de março de 1894 instalava-se a Comissão Construtora da Nova Capital, de cuja solenidade se lavrou o seguinte termo no Escritório Central, à Rua General Deodoro:

“No dia 1º de março de 1894, achando-se reunidos, neste escritório, à Rua General Deodoro, neste arraial de Belo Horizonte, os cidadãos abaixo-assinados, o Sr. Dr. Aarão Reis, engenheiro civil, declara que, tendo sido nomeado por decreto de 14 de fevereiro findo, do Ex^{mo}. Sr. Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais, para exercer as funções de Engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, assume tais funções e entra em exercício, dando por instalada a Comissão, iniciados seus trabalhos e empossado e em exercício todo o pessoal que já se acha presente e subscreve o presente termo, com as demais pessoas da localidade que o quiserem; e eu, Artur Rodrigues Lira, 1º escriturário da Comissão, na falta do Secretário, lavrei o presente termo, que subscrevo. Artur Rodrigues Lira. Aarão Reis, E. C. Américo de Macedo, E. C. Adolfo Radice, E. C. Henrique Augusto Kingstone, E. C. Manuel S. Couto, E. C. Luís Martinho de Morais, E. C. Eduardo Cavalcante de Campos Melo, E. C. Luís Eugênio Kingstone. Lídio Gonçalves de Abreu. João Carvalho de Aguiar. João Everton da Silva Castro. Ernesto de Lima Santos. Francisco Gomes Cardim. Júlio César da Silva. Nuno Álvares Duarte Silva, E. C. Manuel Luís da Silva Cordeiro. Francisco Furtado Nunes. Lucas Bicalho Tostes. Manuel Barroso de Carvalho. Júlio César Ferreira de Sousa, E. C. Benjamin Constant Quadros. Luís Tibúrcio de Freitas, Luís Cerqueira. Antônio Joaquim da Silveira. Francisco Caetano de Carvalho. Cândido Lúcio da Silveira. José Pedro da Costa, Eduardo Edwards”.¹²

Foi uma cerimônia simples, mas de imensa significação aquela, cujo termo era também assinado, no final, por seis dos mais dignos filhos da localidade.

É que, naquele dia para sempre memorável, começava a gestação da grande capital que hoje nos encanta e deslumbra.

Escusado é dizer que o acontecimento empolgou sobreposse o espírito da população horizontina que, se via em início a realização de antiga aspiração sua, não conseguia, por enquanto, prever claramente as condições em que teria de ficar, nem as contingências a que ficaria sujeita, nem as transformações por que teria de passar o arraial, até que do seu solo nascesse a moderníssima cidade, que se imaginava encantadoramente linda, capaz de ser o maior orgulho da gente montanhesa, o seu belo padrão de glória e a base do seu engrandecimento e do seu alto prestígio no seio da federação brasileira, como centro irradiador de progresso pelo Estado, com tem sido.

NOTAS

- 8 Aarão Leal de Carvalho Reis (Belém, Província do Grão-Pará, 1853 - Rio de Janeiro, RJ, 1930). Engenheiro, professor e urbanista. Sua formação acadêmica foi realizada na Escola Central (posteriormente Politécnica), do Rio de Janeiro, onde obteve os seguintes títulos: engenheiro geógrafo (1872), engenheiro civil (1874). Dedicou-se ao magistério, atividade que sempre exerceu, mesmo quando no desempenho de cargos públicos na área federal ou estadual. Propagandista da Abolição e da República, durante o Governo Provisório (1889/1891) foi diretor-geral de obras civis da marinha e da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Entre os anos de 1893/1895, liderou, a convite do governo de Minas, a comissão técnica organizada inicialmente para seleção do local onde iria ser instalada a nova capital e, posteriormente, para idealização e construção da cidade. Em 1895, a seu pedido, Aarão Reis foi exonerado, sendo substituído por Francisco Bicalho. Cargos que ocupou, dentre outros: diretor dos Correios e Telégrafos, do Banco da República do Brasil (1897), da Comissão de Estradas de Ferro de Pernambuco (1899), do Lloyd Brasileiro (1910), da Inspeção de Obras Contra os Efeitos das Secas (1913) da Estrada de Ferro Central do Brasil. Foi, também, deputado federal pelo Estado do Pará (1911/1912). Em 1904, participou da comissão julgadora do concurso para seleção de fachadas para a Avenida Central, no Rio de Janeiro. Publicou diversos trabalhos técnicos, especialmente estudos sobre energia elétrica e ferrovia. Sobre Aarão Reis e o projeto de Belo Horizonte, ver: LEMOS, Celina Borges. *Determinação do espaço urbano: a evolução econômica urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Tese de Mestrado. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988 (mimeo.). MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte, UFMG, 1989. SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Belo Horizonte: histoire d'une capitale au XIX^e*. Representations urbaines et architecturales française au Brésil - Une étude de cas, Paris, 1992 (mimeo.) (PENA, Otávio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte: 1711-1930*. Belo Horizonte, 1950, p. 17, 18, 19, 29, 34, 53. BARRETO, Abílio. Centenário do Dr. Aarão Reis. *Estado de Minas*, 29 abr., 1953. FIGUEIRA, Manuel Fernandes (org.). *Memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908, p. 591-600. LOTT, Paulo. Vai falar agora o engenheiro Dr. Aarão Reis. Ele não teve culpa de nada. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 12 dez., 1975. FERREZ, Marc. *Álbum da Avenida Central*. São Paulo: Ex Libris, 1983, p. 32, 123).
- 9 MINAS GERAIS. Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894. Regula o disposto no art. 2º, da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, adicional à Constituição do Estado. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais: 1894*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p. 118-129.
- 10 O CONTEMPORÂNEO. Sabará, p. 1, 26 fev., 1894, p. 1.
- 11 DIAS. *Op. cit.*, p. 79.
- 12 MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos ...* Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 2v., v.1, p. 103, 1985. Termo de Instalação ...

IV

DÚVIDAS DO POVO HORIZONTINO - REUNIÃO CONVOCADA PELO ENGENHEIRO-CHEFE - DISCURSOS DESTE E DO PADRE FRANCISCO MARTINS DIAS - INÍCIO DOS TRABALHOS - DIFICULDADES VENCIDAS



Instalada a Comissão Construtora, notou-se logo, na população do arraial de Belo Horizonte, pronunciado visível anseio pelos primeiros atos do engenheiro-chefe, anseio que se caracterizava por um misto de temor e esperança.

Bem compreendendo aquele estado de coisas, o Dr. Aarão Reis quis desanuviar os horizontes, aclarar a situação, desfazer dúvidas e, para esse fim, convocou o povo para uma reunião que se realizou, dois dias depois, no Escritório Central, comparecendo a ela as principais pessoas do lugar.

Então, perante essas pessoas, expondo os fins da sua missão em Belo Horizonte, disse o Dr. Aarão Reis “que tendo sido nomeado Chefe da Comissão encarregada de construir a nova capital, e compreendendo a sua posição melindrosa e difícil, lembrou-se de convocar o povo para pedir-lhe que não criasse dificuldades à mesma Comissão, mas antes a auxiliasse em tudo que pudesse, já se mostrando dócil às diversas prescrições regulamentares para o bom andamento do serviço, já proporcionando e facilitando meios de agasalho e indispensável comodidade aos auxiliares e demais pessoas que teriam de vir para Belo Horizonte, pois, a não ser assim, com grandes dificuldades teriam todos de lutar. Esperava ser atendido, mas se não o fosse, o seu dever lhe imporia lançar mão de meios que talvez viessem prejudicar interesses dos horizontinos, bem a contragosto da Comissão, que pretendia cumprir a sua missão na melhor harmonia para com todos”.¹³

Em nome da população local usou da palavra o padre F. Martins Dias, então pároco da freguesia da Boa Viagem, e a cujo folheto citado devemos estes informes. Disse “que não havia de ser o povo de Belo Horizonte que criaria dificuldade à Comissão Construtora, porque, tendo esse mesmo povo afixado a idéia da mudança da capital para aquela localidade, não poderia, agora que via em início de realização a sua grande e esplêndida aspiração, arvorar-se em escolho à efetuação de seus próprios anelos; que, se esse povo até agora nada havia feito, era porque estava vacilante sobre o terreno em que pisava, aguardando alguma orientação e

segurança por parte da Comissão. Mas, uma vez que esta se mostrava em tão boas disposições para com os horizontinos, ele, orador, podia assegurar ao Sr. chefe da Comissão, em nome das pessoas presentes e no de toda a população, que representava, o mais franco apoio e a maior boa vontade possível, desde que fossem respeitados os direitos de todos”¹⁴⁻¹⁵

Não houve outros discursos e, terminada a reunião, retiraram-se os horizontinos, não de todo satisfeitos, porquanto nada haviam sabido de positivo quanto ao destino que iriam ter as suas propriedades, nem ao menos se poderiam continuar habitando-as, durante os trabalhos da Comissão.

Dentre as numerosas pessoas do arraial presentes à reunião, salientavam-se as seguintes, que pertenciam ao número das suas figuras mais representativas na política, no comércio, na indústria e na lavoura: coronel José Carlos Vaz de Melo, Antônio Batista Vieira, Cândido Lúcio da Silveira, João Carvalho de Aguiar, Eduardo Edwards, Cândido de Araújo, João José da Cunha, Guilherme Ricardo Vaz de Melo, Francisco Caetano de Carvalho, Francisco Cândido da Silveira, Antônio Alves Martins Júnior, professor Luís Daniel Cornélio de Cerqueira, José Pedro da Costa e Antônio Joaquim da Silveira.

Sem perda de tempo, a Comissão começou a agir decisivamente, dispondo as coisas, organizando escritório e tomando outras providências necessárias para início dos seus trabalhos, e já *O Contemporâneo* do dia 3 de março noticiava: “Começou na semana finda a remessa do material da Comissão, já tendo seguido para Belo Horizonte grandes partidas.”¹⁶

Efetivamente, com o pessoal constante do termo de instalação tiveram início os trabalhos, lutando a Comissão com as maiores dificuldades por falta mesmo do essencial, pois sem estrada de ferro, só por meio de carros de bois ou no lombo de tropas fazia, então, os seus transportes de fora para ali.

Todavia, com os poucos elementos de que dispunha, no dia 5 de março a Comissão iniciava os seus trabalhos de campo, fincando a primeira estaca de exploração do ramal férreo à margem do ribeirão dos Arrudas, junto à ponte da Lagoinha. **Essa estaca foi fincada pelo condutor de obras Luís de Oliveira Castanheira de Almeida.** Conseqüentemente, o dia 5 de março ficou sendo data insigne na história de Belo Horizonte.

Por essa ocasião, havendo já chegado outros funcionários nomeados, pôde o engenheiro-chefe organizar as seguintes seções de Divisões: duas da 1ª.; a 1ª da 2ª; a 2ª da 3ª; as duas da 4ª; a 1ª da 5ª; e a 1ª da 6ª.

Alguns chefes e o pessoal restante já nomeado só chegaram mais tarde, sendo, então, o elemento operário deficiente e mau, conforme informou o Dr. Aarão Reis em seu relatório, posteriormente.

Por outro lado, para aquisição e principalmente para o transporte dos móveis, instrumentos e mais objetos de trabalho de Sabará até ali era necessária grande diligência no sentido de se removerem as enormes dificuldades decorrentes do estado de desorganização em que se achava o País, então a braços com a Revolta da Armada, e que se refletia em todas as esferas da atividade nacional, mormente nos serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Naquela emergência, o que valeu ao Dr. Aarão Reis, como ele próprio declarou depois em seu relatório citado, foi o fato de ter encontrado a maior boa vontade por parte do pessoal daquela ferrovia, desde o seu diretor, o coronel Vespasiano de Albuquerque, até o último dos empregados, todos desejosos de facilitar a penosa tarefa do ilustre engenheiro, que pertencera àquela Estrada, tendo sido o organizador do seu pessoal, a quem beneficiara com a criação da “Sociedade Geral de Auxílios Mútuos”.

Não tivessem ocorrido a seu favor tais circunstâncias e o Dr. Aarão Reis não teria conseguido instalar em tão pouco tempo a Comissão, dotando-a das comodidades dispensáveis à execução da sua imensa empreitada. Mas, removidas aquelas primeiras dificuldades, pôde o valoroso chefe, com o pessoal que conseguira reunir no desprovido arraial e, organizadas as seções mencionadas, iniciar os serviços de estudos da viação férrea, geodésia, topografia, águas, esgotos, canalizações, triangulação, levantamento da planta cadastral da povoação.

Dentre todos os trabalhos a serem executados, aquele que reclamava maior urgência era o estudo e a construção do ramal férreo que ligasse Belo Horizonte à Estrada de Ferro Central do Brasil, pois sem esse meio de transportes estaria a Comissão completamente embaraçada em seus trabalhos. Por isso, foi ele o primeiro a ser atacado.

Sempre interessado pelo que se passava em Belo Horizonte, *O Contemporâneo* de 15 de março informava estar estabelecido um serviço diário de correio entre a localidade e a cidade de Sabará, medida convenientíssima, dada a demora do serviço geral, que era feito de dois em dois dias.

Informava mais que a Companhia de Mineração de Morro Velho, solícita em prestar serviços àquela zona, prometia auxiliar a Comissão, fornecendo-lhe o que pudesse para o bom andamento dos seus trabalhos, conforme declarara o superintendente, Sr. George Chalmers.

Referindo-se ao ramal, mostrava-se esperançoso de que, ainda dentro daquele ano, estivesse concluído e em tráfego, bem como organizado o projeto geral da nova capital.

Em outro tópico noticiava ter seguido na segunda-feira para Belo Horizonte, com sua Ex^{ma}. família, o Dr. Aarão Reis, de regresso do Rio de Janeiro, onde fora tratar de apressar a remessa de objetos e materiais de que a Comissão necessitava urgentemente, a fim de continuar com a possível celeridade os trabalhos de edificação da nova cidade.

NOTAS

- 13 REIS, Aarão, *apud* DIAS. *Op. cit.*, p.80.
- 14 DIAS. *Op. cit.*, p.80.
- 15 Exemplo interessante da impressão causada pela população do arraial aos membros da Comissão Construtora pode ser observado nas considerações de Fábio Nunes Leal sobre o local, em que são abordados aspectos como condições físicas e climáticas, traçado urbano, casario e a população, o homem. Sobre este diz Leal em determinado trecho: "*Não saíra do arraial por força alguma* quer apanhar a civilização que irrompe neste planalto belo, que o viu pequenino e aumentar o pecúlio suculento. Eis aí um plano, um ideal digno de nota e que o registro para o conhecimento dos porvindouros." (LEAL, Fábio Nunes. O arraial de Belo Horizonte. *In*: Minas Gerais. Comissão Construtora da nova capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, p. 11-15, 1895 - grifo do autor).
- 16 O CONTEMPORÂNEO. Sabará, 3 mar., p.1, 1894.

ALFREDO CAMARATE E A ESTRADA ATÉ SABARÁ -
 SUAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ARRAIAL -
 OS PRIMEIROS TERMOS FIRMADOS -
 A OPEROSIDADE E OS PROJETOS DO ENGENHEIRO-CHEFE
 E SEUS AUXILIARES



Entre os recém-chegados para os trabalhos da nova capital estava o culto e brilhante espírito de Alfredo Camarate,¹⁷ que, em seus livros e na imprensa, usava ora o pseudônimo de Alfredo Riancho, ora o de Alberto Screw. Tão depressa chegou, como iniciou pelas colunas do *Minas Gerais* (ainda em Ouro Preto) uma série de interessantíssimas crônicas sobre pessoas, costumes e coisas do arraial de Belo Horizonte, que tanto o impressionou.

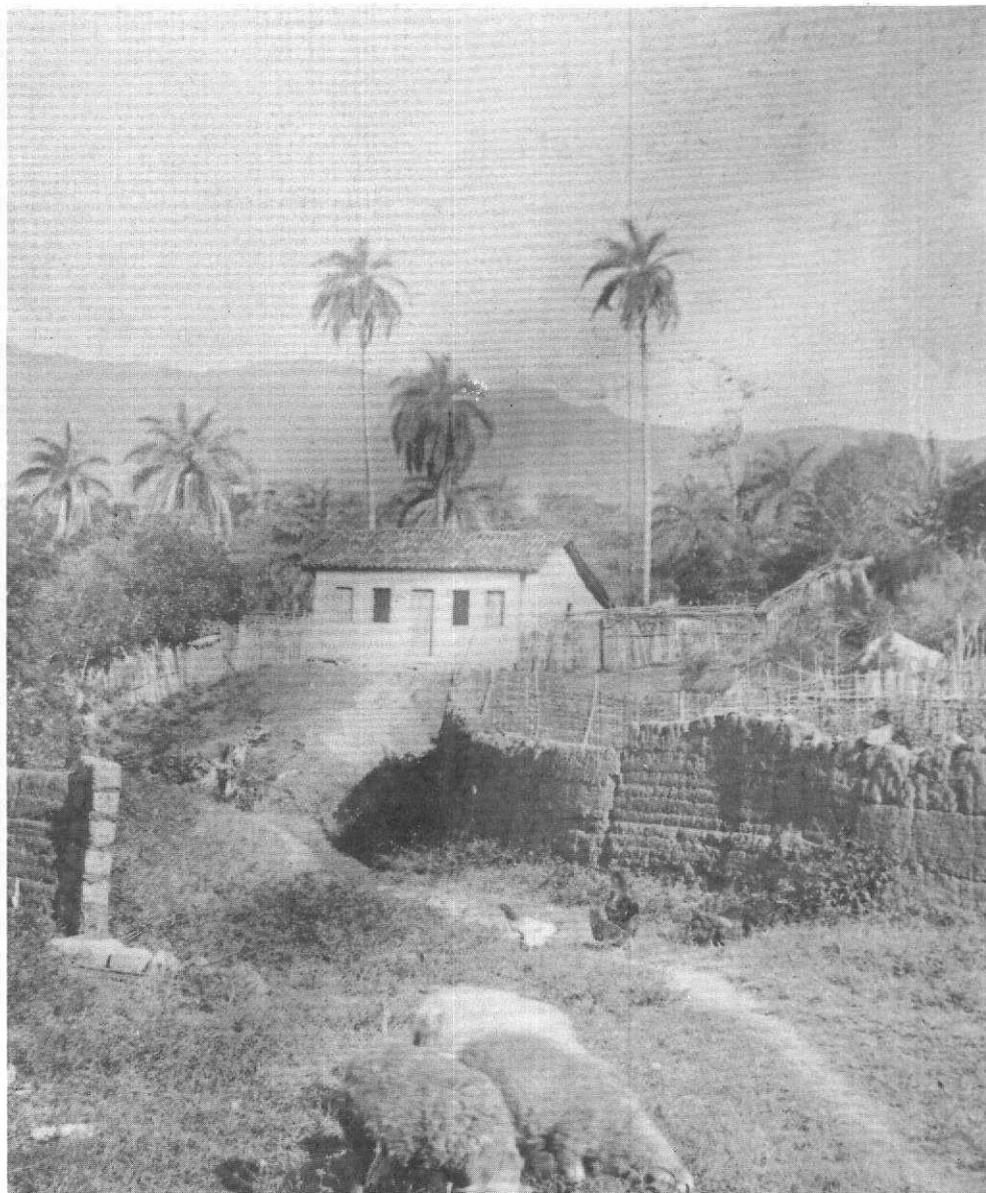
A primeira dessas crônicas descreve-nos lindamente a estrada por ele palmilhada entre Sabará e o arraial, passando por Marzagão. “Salvo raras exceções, toda a estrada de Marzagão por diante é lindíssima” - diz ele. “Caminhamos como se fosse pelo meio de extensas alamedas de jardim”.¹⁸

Ao cabo de 4 horas de viagem, entrava Camarate em Belo Horizonte pela Rua de Sabará, a mais extensa do arraial, e que se estendia do Largo da Matriz ao Cardoso, além do atual quartel do 1º Batalhão no Bairro de Santa Efigênia, assim denominado mais tarde.

“Em Belo Horizonte - escrevia ele a 25 de março de 1894, no *Minas Gerais*, sob o título “Por montes e vales” -, tenho feito o que sempre fiz em todos os pontos que tenho visitado: sigo pelas ruas, travessas e praças, ao acaso, colhendo, na inesperada variedade de episódios que o acaso me proporciona, muito melhor e proveitoso ensinamento. O que, em todo caso, vi desde logo, é que o bom, hospitaleiro, mas inerte povo mineiro desta localidade, não se preparou para abrir os braços, com avidez e desafogo, à inesperada fortuna que lhe entrou pela casa adentro. As poucas e mal fornecidas vendas não se premuniram nem de qualidade nem de quantidade de gêneros, proporcionadas ao número e categoria dos recém-chegados; nem o êxodo de centenas de pessoas caídas aqui, de todas as partes do Estado, despertou os desejos de ganância, tão fáceis de despertar em qualquer parte do mundo. Um fazendeiro abriu hotel, a instantes rogos de seus amigos, e o mantém, com a independência de quem está fazendo um favor a seus hóspedes; os proprietários de prédios, a muito custo, caíram a



Casa comercial do Sr. Eduardo Edwards (Eduardinho) na esquina do Largo da Matriz junto à ponte da Rua de Sabará. À direita vêem-se casinhas da Rua do Capão.



*Casinha que existiu em um trecho da Rua do Capão.
A Rua do Capão partia do local em que hoje está a catedral e ia terminar no atual
cruzamento da Rua das Alagoas com a Avenida Cristóvão Colombo.*

fachada dos seus modestos casebres e, para que se veja como aqui se faz errada idéia do que são as exigências da higiene e do moderno *comfortable*, basta dizer que são raríssimos os quartos de cama que tenham por soalho outra coisa que não seja a vermelha terra da localidade, molhada e batida por processos absolutamente primitivos. Esta especialidade de soalho é aqui muito preconizada: sendo consideradas as tábuas do soalho modas requintadas e esquisitas de fidalgos! Um resultado já conheço eu desta moda: é ter ficado com as camisas, punhos, colarinhos, toalhas e lençóis literalmente cobertos de uma veladura vermelha, muito igual e transparente, que nos dá aparências de pintura antiga, em que a pátina dos séculos atuou, dando-lhe uns cambiantes de ouro quente, essa tonalidade que só dá a palheta do tempo e que os pintores modernos têm inutilmente tentado imitar. Eu e o meu companheiro de quarto, só com oito dias de residência, já estamos dois anjinhos de Rafael ou de Júlio Romano, dourados e enrubecidos, desde o cabelo até as botas e, pelas horas de sol posto, com camadas sobrepostas de almagre nas partes mais salientes do vestuário; dois *amorzinhos* de Barbedine ou de Colin; mas escusado é dizer, sem a brônzea resistência e o seu elevadíssimo preço!

Não se ajuíza de um clima em oito dias; nem eu em dois anos de resistência daria opinião com visos de sentença de estalo, sobre matéria afeta a médicos e meteorologistas. Pelo que tenho visto, apesar de estarmos no mês de mais calor, a temperatura é amena, temperada, havendo freqüentes virações que, enquanto a civilização não povoar com milhares de habitantes este verdejante jardim, nos chegam embalsamadas dos perfumes resinosos das florestas; desses perfumes que têm mantido fugitivo e esquivo, a todas as complicadas manipulações de retortas, dos Pivets, Houbigants e Atkinsons dos modernos tempos.

Mas, se a respeito da superioridade das águas Pignan aconselha o inquérito como muito superior à análise, a respeito do clima, as indagações prudentes e pausadas feitas na localidade também nos parece de alta utilidade.

A julgar pela quantidade que ingiro de alimentos, o clima de Belo Horizonte deve deixar a perder de vista o da Sicília, de Nice ou da Madeira! E pela mesma razão passam todos os demais comensais, que tenho por companheiros. Note-se, em todo caso, que, para as verdadeiras voracidades deste apetite de Gargantuas não tem influído nem a variedade do *menu* nem a ciência culinária do Brillat Savarin cá do hotel. Ao almoço, temos: feijão, arroz, carne-de-vento e, às vezes, frescas batatinhas fritas e café. Ao jantar, em compensação, temos: feijão, arroz, carne-de-vento e, às vezes, carne fresca, batatinhas fritas e café! É *aquela certeza*, como dizia o falecido ator Vasques; aquela certeza infalível, sacramental, inevitável; mas à qual a gente resiste, com heroísmo e a solidez dos quadrados do exército inglês, munida de um apetite que devasta tudo quanto aparece na mesa, e mesmo o resto que fica de reserva na cozinha!

Para que se faça idéia do pouco que este povo se preparou para receber este luzido exército de hóspedes, basta dizer que o pão é fabricado por uma família, que se dedica a ganhar regulares somas de dinheiro com intermitências nos fornecimentos e exclusivamente por dedicação e favor. Que Deus lhe pague, com especiais lugares nas estadelas do céu e sem intermitências este seu meritório ato de dedicação".¹⁹



Casa da Rua General Deodoro.

Naquele meio desconfortável, tão bem descrito por Alfredo Camarate, em que iniciava os seus trabalhos um verdadeiro exército de engenheiros, condutores,²⁰ empregados de escrita e operários, vários termos de contrato foram firmados desde logo, pela Comissão, e apesar de todos os óbices e faltas e deficiências defrontadas pela Comissão na localidade paupérrima, ali já se trabalhava com bastante intensidade naquele mês de março de 1894.

Dando exemplo de dedicação e operosidade, o Dr Aarão Reis, diariamente, mal se esboçavam os primeiros albores das lindas madrugadas horizontinas, deixava o conforto da sua pitoresca vivenda, que era a Chácara (hoje Parque), montava o seu cavalo e partia a inspeccionar e estudar serviços, por longíquos pontos do arraial voltando muitas vezes bem tarde à casa, inçado de carrapatinhos (*micuins*), como eram denominados.

Tendo já concebido os lineamentos gerais do plano da nova cidade, parecia sonhar com a grandiosidade das suas concepções, castelando uma *urbs* em todo aprimorada, que fosse a sua maior glória profissional e o orgulho maior do povo mineiro. E assim como o chefe procediam os demais engenheiros e seus auxiliares, que constituíam uma falange do que mais notável havia então na engenharia brasileira, todos entregues aos trabalhos preliminares à construção de nossa grande capital.

Vendo-os passar, naquela atividade, pelas ruas do arraial, os horizontinos ficavam admirados, com imensa interrogação no olhar, como que a perguntar: Que irão fazer aqueles homens de botas, com tantos instrumentos e feixas de estacas e operários por esses campos, serras e baixadas do arraial? Que destino irão dar às nossas propriedades? Será que eles porão tudo abaixo?...

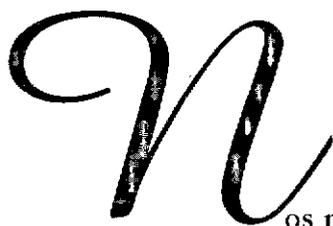
Dias angustiosos foram aqueles para os filhos de Belo Horizonte!

NOTAS

- 17 Alfredo Camarate (Lisboa, Portugal, 1840 - São Paulo, SP, 1904). Engenheiro - arquiteto, construtor, jornalista e músico. Estudou na Inglaterra. Em Portugal, foi conservador do Museu de Arte Ornamental da Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Viveu em diversos países. Veio para o Brasil aos 32 anos, aqui permanecendo até seu falecimento. No Rio de Janeiro, foi crítico de música do *Jornal do Comércio*. Como jornalista, atuou em diversos jornais do Rio, Buenos Aires, São Paulo, Ouro Preto e Sabará, sob vários pseudônimos. No *Minas Gerais e Contemporâneo*, usou os pseudônimos Alfredo Riancho e Alberto Screw, escrevendo inúmeros artigos que relatam fatos ligados à edificação da cidade, podendo-se dizer que Camarate foi, por excelência, o cronista da construção da nova capital. Fixado em Belo Horizonte, em 1894, colaborou nos trabalhos da Comissão Construtora, como encarregado de opinar sobre as plantas apresentadas para edificações particulares. Fez parte da firma "Edwards, Camarate e Soucasaux", que desenvolveu diversos trabalhos no período da construção da capital. Como músico, tocava flauta e compunha peças para piano. Sobre Alfredo Camarate ver: SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Op. cit.* FRIEIRO, Eduardo. Alfredo Camarate e a nova capital mineira. *Kriterion*: revista da Faculdade de Filosofia da UFMG. Belo Horizonte, v.18, n. 65, p. 260-266, jan.-dez., 1965. O *Contemporâneo*. Sabará, 12 ago., p.2., 1894. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 29 jan., p.2, 1904. CAMARATE, Alfredo (Alfredo Riancho). Por montes e vales. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 36, p.130, 1985.
- 18 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho] Por montes e vales. *Minas Gerais*. Ouro Preto, 21 mar., p.1, 1894.
- 19 *Ibidem*. 25 mar., p.1, 1894.
- 20 "Condutor de trabalhos: s.m. Empregado que tem a seu cargo dirigir, sob as ordens do engenheiro, a construção de todas as obras, aterros, desaterros, etc., que sejam do Estado, quer sejam particulares" (FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939, v.2).

VI

O RAMAL FÉRREO - SUA CONSTRUÇÃO - ASSENTAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA ESTAÇÃO DE GENERAL CARNEIRO - PARADA DOS TRENS DA CENTRAL NAQUELA ESTAÇÃO - ATA DAS SOLENIDADES - TELEGRAMAS CONGRATULATÓRIOS - INAUGURAÇÃO DO TELÉGRAFO PARA BELO HORIZONTE



os primeiros dias de junho de 1894, Alfredo Riancho, pseudônimo de Alfredo Camarate, escrevia interessante crônica no *Contemporâneo*, da qual extraímos estes tópicos, que bem definem as dificuldades com que lutava a Comissão Construtora:

“Uma estrada de ferro que ligasse Belo Horizonte à Central foi a menina dos olhos do Dr. Aarão Reis e do seu luzido estado-maior de engenheiros: porque, praticamente, nada se poderia fazer de importante e produtivo, em todos os demais ramos de serviço afetos à Comissão Construtora, sem que material variadíssimo e numeroso que demanda tão complicada obra viesse trazido pela locomotiva, que inutiliza, de uma vez para sempre, essas eternas boiadas que de Sabará para aqui, arrastam, em quarenta e oito horas e com uma chiadeira sonolenta cem ou duzentos quilos de cargas à razão de quarenta mil réis por carrada!”²¹

Acompanhando a atividade com que se atacavam os trabalhos do ramal, a 15 de março *O Contemporâneo*, confirmando os seus vaticínios anteriores, esperava que ainda dentro daquele ano estivesse concluído e em tráfego aquele ramal, cujo entroncamento com a Central se daria no lugar denominado Arrudas, sendo que a estação a se construir aí se denominaria “General Carneiro”, em homenagem ao herói da Lapa, conforme era pensamento do engenheiro-chefe, de acordo com a 6ª Divisão, encarregada dos respectivos trabalhos sob a direção do engenheiro José Carvalho de Almeida.

Este engenheiro, a 31 de dezembro, dando conta ao engenheiro-chefe de quanto fizera até ali, nesse sentido, escrevia em seu relatório:

“A ligação da nova capital do Estado de Minas com o plano geral de viação do Estado e federal foi o primeiro problema que se impôs à Comissão Construtora.

Apenas instalada, no dia 1º de março do corrente ano, tratou de examinar os traçados explorados pela Comissão de Estudos, mencionados no bem elaborado relatório do Dr. Samuel Gomes Pereira, incumbido do estudo de Belo Horizonte, como membro daquela Comissão.



Francisco Soucasaux, grande amigo de Belo Horizonte. Foi um dos construtores da Estação de General Carneiro, do antigo prédio do Ginásio (hoje Escola Normal) e o encarregado da serraria, carpintaria e marcenaria da Comissão Construtora da Nova Capital.

Por sua situação no vale do rio das Velhas, a nova via de comunicação não podia deixar de ser tributária da Estrada de Ferro Central do Brasil e o ribeirão dos Arrudas que, nascendo na serra do Curral, a 30 km de Belo Horizonte, corre na direção do W-E- N-E, atravessando a povoação, era o traçado natural do ramal projetado.

O traçado pela garganta do Taquaril, entroncamento na Central, entre as estações de Raposos e Sabará, apresentava o desenvolvimento de 23.000 m, sendo a maior parte em rampas e contra-rampas de 2,5% no mínimo, todo em serra, e exigindo, para vencer a garganta, a construção de um túnel de cerca de 400 m.

Pela garganta do Rabelo, para entroncar na Central, entre Honório Bicalho e Raposos, o traçado oferecia piores condições técnicas que o precedente, pois teria de transpor a serra do Curral, pelo alto da Lagoa Seca, passando por Vila Nova de Lima,* com rampas máximas em grandes extensões e com o desenvolvimento total de cerca de 32.000 m. Demais, a transposição do rio das Velhas exigia a construção de uma grande ponte de custo elevado.

Desprezando-se esses dois traçados, disputavam ainda preferência as linhas pela garganta de João Alves e pelo vale do ribeirão dos Arrudas que ofereciam, ambos, probabilidade de êxito.

A fim de estabelecer-se o paralelo entre tais linhas, foram elas estudadas simultaneamente. Sendo a margem direita do Arrudas a mais acidentada pelos contrafortes da serra do Curral e do Marzagão, que vão morrer na margem do ribeirão, separadas entre si por profundos vales que dão leito aos córregos Acaba-Mundo, Serra, Taquaril, Tombadouro, Freitas, Manuel Luís e Mariano Alves, assentou-se a linha de estudos na margem esquerda, que não exige obras de arte, além de bueiros e drenos comuns.

Teve começo a exploração das duas linhas junto à ponte da estrada da Venda Nova e terminaram: a do Arrudas, junto à ponte sobre o ribeirão na Estrada de Ferro Central do Brasil, no quilômetro 589 + 700, com a extensão de 16.475,45; e a linha da garganta de João Alves no quilômetro 595 + 300, com o desenvolvimento de 18.252 m.

Desenhados os dois (traçados no Escritório Técnico), verificou-se - como bem demonstraram: a do Arrudas, junto à ponte sobre o mesmo ribeirão na Estrada de Ferro Central do Brasil, no quilômetro 589 + 700, com a extensão de 16.475,45 m; e a linha da garganta de João Alves João Alves no quilômetro 595 + 300, com o desenvolvimento de 18.252m.

Horizonte e a Estrada de Ferro Central do Brasil, a diferença de nível de 142,25 m, desenvolvendo-se na extensão de 14.852 m.

Confirmando os tópicos transcritos do relatório, *O Contemporâneo* do dia 8 de abril noticiava estar terminada a exploração e a 18 dizia em preparo o projeto e o orçamento do ramal; ao passo que, em maio *A Folha*,²³ de Barbacena, dava curso ao propósito em que estava o Dr. Aarão Reis de inaugurá-lo até novembro. Confirmado aquelas notícias, *O Contemporâneo*, de 27 do mesmo mês de maio, anunciava para poucos dias depois o início dos

* Denomina-se hoje Nova Lima.

trabalhos de locação e construção. Já a 14 de junho, noticiando a ida do Dr. Aarão Reis a Ouro Preto, acrescentava que vários trabalhos seriam aprovados pelo governo durante a permanência daquele engenheiro na velha capital. Em outro tópico, noticiava o fracasso da primeira idéia de ligação de Belo Horizonte ao oeste de Minas por estrada de ferro, com o indeferimento de uma petição em que o Sr. Sétimo de Paula Rocha pediu ao Congresso Mineiro privilégio para construção de uma ferrovia que, partindo de Belo Horizonte, fosse entroncar-se na Oeste de Minas.

No mesmo passo, os trabalhos de construção do ramal de Belo Horizonte prosseguiam animados. A 22 de junho eram aprovados efetivamente pelo governo os planos definitivos não só do traçado do ramal férreo, mas também de todas as suas dependências, inclusive a Estação Central (*Minas*) e a de entroncamento (*General Carneiro*), orçando tudo em pouco mais de 2.000 contos de réis, tendo sido o material rodante calculado para permitir o tráfego até Lafaiete.

O leito, como dissemos, estava traçado pela margem esquerda do Arrudas, onde hoje se acha, sem outras obras de arte, além de simples bueiros, desenvolvendo-se por pouco menos de 15 km, todo ele em rampas descendentes para estação do entroncamento. Noticiando os projetos das estações de *General Carneiro*²⁴ e *Minas*, a imprensa do País enaltecia a beleza e a grandiosidade dos edifícios a serem construídos.

Por edital de 26 de junho foi aberta concorrência pública para empreitadas de preparação do leito da linha e construção das estações, bem como casas de residência. Abertas, dias depois, as propostas, foram classificadas em primeiro lugar: 1º trecho: da estaca 0 até à estaca 400, de Antônio Gonçalves de Almeida; 2º trecho: da estaca 400 até à estaca 580, de Domingos Alves de Oliveira; 3º trecho: da estaca 580 à estaca 729 + 12, do Dr. Joseph Lynch. Para a conclusão do 1º trecho foi proposto o prazo de 5 meses; para o 2º, o de 165 dias e para o 3º, 4 meses e 25 dias.

Para construir a Estação Central foi aberta apenas uma proposta dos Srs. Júlio Porta & Comp., em que se obrigavam a fazer a redução de 2% sobre a tabela e a terminar a obra no prazo de 9 meses, depois da chegada do lastro a Belo Horizonte.

Outras propostas foram apresentadas em dias subseqüentes, tais como: a do Sr. Antônio Gonçalves de Almeida, de 9, para preparação de parte da esplanada da Estação de Minas e do leito do 1º trecho do ramal; outra da mesma data, do Sr. Domingos Alves de Oliveira, para o 2º trecho; outra, de 1º, do Sr. Januário Marques Barbosa, para construção de uma casa para residência e três para turmas; outra, do Sr. Dr. Joseph Lynch²⁵ para preparação do 3º trecho do canal; outro de 11, dos Srs. Francisco Soucasaux,²⁶ Eduardo Edwards²⁷ e Alfredo Camarate, para construção da estação do entroncamento, outro finalmente com estes mesmos senhores para a construção de um abrigo para máquinas, oficina e forja, bem como uma casa para residência do agente da estação do entroncamento.

Em relação a essa casa, cuja pedra fundamental foi assentada a 1º de novembro de 1894, aqueles construtores enviaram ao engenheiro-chefe a seguinte carta:

“Arrudas, 1º de novembro de 1894 - Os abaixo-assinados, empreiteiros da Estação do Entroncamento do Ramal Férreo de Belo Horizonte, têm a honra de satisfação de comunicar ao digno Chefe da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas que, no dia 1º de novembro de 1894, foi lançada a primeira pedra nos alicerces de casa da residência erguida junto à mesma estação. Cabe, portanto, à modesta firma Edwards, Camarate & Soucasaux a glória de haver construído o primeiro alicerce da futura capital do Estado de Minas, confiada ao zelo e competência do Dr. Aarão Reis. Os empreiteiros, *Edwards, Camarate & Soucasaux*”.

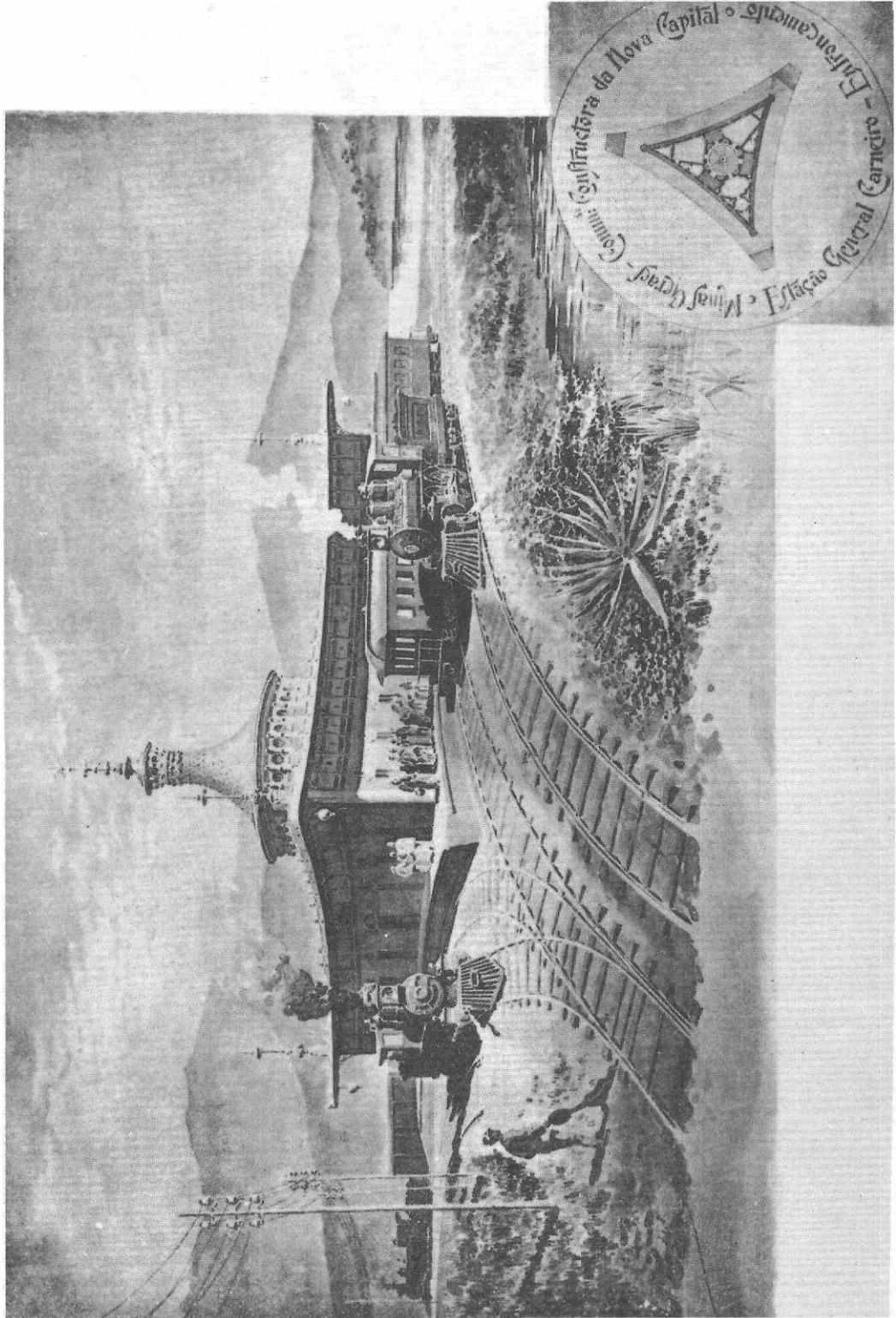
Impunha-se, com urgência, a construção de uma linha telefônica entre o arraial e a futura estação de General Carneiro e salientou-se, desde logo, a necessidade de criação de mais uma residência para o ramal, e essas providências foram tomadas, mediante autorização do governo, datada de 6 agosto, sendo designado para engenheiro-residente o Dr. Eduardo Cavalcante de Campos Melo.

Em fins daquele mês, era assinado entre o Estado e a Estrada de Ferro Central do Brasil um acordo para o entroncamento e seu serviço, tráfego mútuo do ramal, estabelecimento imediato de um estribo provisório, onde se detivessem os trens daquela ferrovia em Arrudas, mais tarde General Carneiro, ficando estabelecido que os trens de lastro do ramal circulariam até a estação de Lafaiete. A respeito, escreveu o Dr. Carvalho de Almeida, chefe de divisão, em seu relatório já referido:

“Por acordo com a Diretoria de Estrada de Ferro Central do Brasil, em 31 de agosto findo, foi estabelecido que o entroncamento do ramal nessa estrada será feito de conformidade com a planta junta. Os trabalhos desta divisão têm sido realizados todos, até o presente, pela sua seção, única organizada, de que é chefe o Dr. Manuel da Silva Couto, estando as 4 residências da construção do ramal e suas dependências a cargo dos Srs. Drs. Júlio César Ferreira de Souza, Eduardo de Campos Melo, Olímpio Carvalho de Assis e Sinval de Sá e Silva; e de todos só tenho louvores a informar. As oficinas, também a cargo desta divisão, têm sido dirigidas, com muita habilidade e zelo, pelo Sr. Jacinto Vieira, engenheiro de 3ª classe, que tem prestado muito bons serviços na instalação de todos os escritórios da Comissão em prédios (acanhados, velhos e sujos, que têm sido mister apropriar) convenientemente, mas sem despesas avultadas. Nos condutores e auxiliares, bem como no pessoal administrativo, a serviço nesta divisão tenho encontrado sempre a melhor disposição para o trabalho”.²⁸

Tendo firmado contrato a 13 de outubro com os Srs. Hermann, Buchard & Comp. para fornecimento do material fixo e rodante e ativando sempre mais e mais os trabalhos de construção do ramal e suas dependências, a 22 de janeiro de 1895, em Ofício n. 84, o engenheiro-chefe recomendava à 6ª Divisão:

“Devendo ser aberto ao tráfego, no dia 1º de fevereiro, a parada do entroncamento, e tendo a Diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil prometido que, dessa data em diante, serão recebidos, nas estações dessa estrada, telegramas para Belo Horizonte e vice-versa, recomendo: 1. prontificar a linha telegráfica para aqui e a montagem do respectivo aparelho antes de 30 do corrente; 2. que no dia 31 esteja o pessoal a postos no entroncamento para



Estação de General Carneiro construída pelos Srs. Eduardo Edwards, Alfredo Camarate e Francisco Soucasaux, inaugurada em 1897.

efetuar a ligação; 3. que se realize no referido dia 1º o assentamento da pedra fundamental da nova estação de General Carneiro.”

Como se evidencia por este ofício, o engenheiro-chefe já havia batizado a futura estação com o nome do herói da Lapa.

Em Lafaiete já se cuidava da montagem da primeira locomotiva “Belo Horizonte” e carros pouco antes recebidos para o serviço do ramal, em virtude do contrato de 13 de outubro, tendo para ali seguido no dia 25, como fiscal da Comissão junto às oficinas, o condutor Marcos da Silva Paranhos.

Ao mesmo passo, entre Belo Horizonte e General Carneiro as obras do ramal iam sendo atacadas com intensa atividade, apesar das chuvas, por grande número de operários, dentre os quais, segundo *O Contemporâneo*, de 17 de fevereiro, no dia 22 de janeiro, fora assassinado, a 2 km da 2ª daquelas estações, o brasileiro José Horfo, por seu companheiro espanhol de nome Vicente Garcia, que lhe vibrou diversas facadas no peito, por motivo fútil, sendo preso e processado em Sabará.

Finalmente, como fora previsto, no dia aprazado, efetuou-se o assentamento da pedra angular, já referida, e da solenidade foi lavrada a seguinte ata, que vai transcrita na íntegra:

“No dia 1º de fevereiro de 1895, à foz do ribeirão do Arrudas, na margem esquerda do rio das Velhas, Estado de Minas Gerais, município de Sabará, pelas 11 e meia horas do dia, presentes o Sr. engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, Dr. Aarão Reis, Dr. Hermilo Alves,²⁹ primeiro engenheiro, Dr. José Carvalho de Almeida, engenheiro-chefe da 6ª Divisão, Dr. José de Magalhães,³⁰ engenheiro-arquiteto da Comissão, que elaborou o projeto da Estação de General Carneiro, os empreiteiros das obras da mesma, Eduardo Edwards, Alfredo Camarate e Francisco Soucasaux e mais engenheiros e empregados administrativos da Comissão e outros cidadãos qualificados, abaixo-assinados, reunidos para o fim de assistirem à colocação da pedra fundamental da dita Estação de General Carneiro no entroncamento do ramal férreo da nova capital com a Estrada de Ferro Central do Brasil, procedeu-se à cerimônia do assentamento da referida pedra, tendo esta uma cavidade lateral, onde foram colocados: um exemplar da presente ata, diversas moedas brasileiras e os seguintes impressos: uma Constituição do Estado de Minas, um exemplar da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, que decretou a mudança da capital e designou o arraial de Belo Horizonte para nele ser levantada a nova cidade, um exemplar do Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894, a Planta n. 2, em papel azul, um exemplar das instruções, que regem os serviços da Comissão, outro das condições gerais para empreitadas e, finalmente, outro das especificações para as construções e tabelas de traços. Para perpetuar a memória desta ocorrência, lida a presente ata pelo Secretário da Comissão, Dr. Fábio Nunes Leal,³¹ foi assinada pelos Srs. acima referidos e mais pessoas que assistiram a esta cerimônia, não só neste livro especial destinado aos termos de inauguração, como no exemplar em pergaminho, o qual vai encerrado na pedra fundamental, e eu, João Francisco Vieira Furtado, amanuense da Comissão, o escrevi. João Francisco Vieira Furtado, Aarão Reis, Hermilo Alves, J. C. Almeida,

José Magalhães, Manuel S. Couto, Júlio César Ferreira, Eduardo Edwards, Alfredo Camarate, Francisco Soucasaux, Eusébio Queirós, Francisco de Paula Bueno de Almeida, Olímpio de Assis, Luís Martinho de Moraes, Adolfo Pereira, E.C. de Campos Melo, Pedro Sigaud, Cândido de Araújo, Luís de Oliveira Castanheira de Almeida, Joaquim José Resende, Júlio Egito Rosa, Felício da Cunha Malheiros, Alexandre Teófilo de C. Leal, César Rebelo, Davi Matos, Cândido Toledo, Virgílio Machado, Antônio Arcaño de Lima, João da Cruz Sales, Bernardino Rocha e Silva, Bento Inácio de Medeiros, Abílio Lima, Francisco Bernardo da Cruz, Fábio Nunes Leal.”

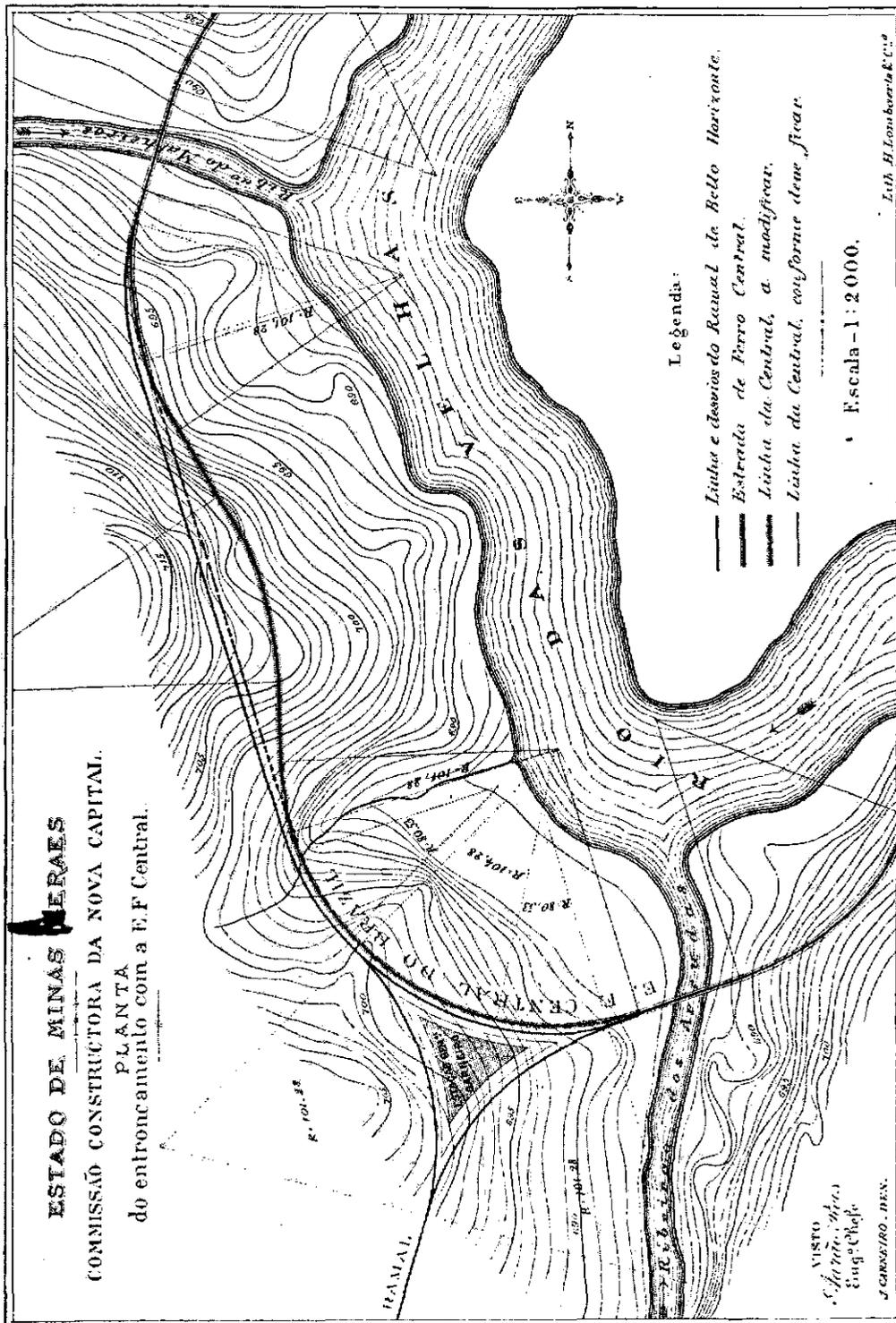
Após a solenidade, o engenheiro-chefe transmitiu para o Rio de Janeiro o seguinte despacho telegráfico:

“General Carneiro, 1º de fevereiro de 1895. Redação do *O País* - Rio. Com a abertura do tráfego, hoje, para entroncamento do ramal da nova capital mineira, coincidiu a solene colocação da pedra fundamental do edifício da nova estação General Carneiro. A estação fica situada na foz do ribeirão Arrudas, no rio das Velhas, e será construída por empreitada com Edwards, Camarate & Soucasaux. Assistiram ao ato o Dr. Aarão Reis, engenheiro-chefe, Drs. Hermilo Alves, 1º engenheiro, Carvalho de Almeida, chefe do serviço, José de Magalhães, arquiteto da Comissão, Fábio Leal, secretário e vários outros engenheiros da Comissão e empregados administrativos e pessoas gradas de Sabará e de Belo Horizonte. Os empreiteiros obsequiaram todas as pessoas presentes, oferecendo-lhes lauto almoço, durante o qual trocaram-se muitos brindes.”

Noticiando o acontecimento, *O Contemporâneo*, de 24 de março, acrescentava que “apesar de ser uma festa modesta, a ela compareceu grande número de pessoas gradas de Belo Horizonte, notando-se também a presença de alguns distintos cavalheiros desta cidade. A cerimônia do lançamento da pedra fundamental foi realizada no meio de geral contentamento público. Coincidiu com esse ato a inauguração do telégrafo para Belo Horizonte e a da parada dos trens de passageiros, mistos e de cargas na referida estação, o que muito vem facilitar o desenvolvimento das obras da nova capital. Os Srs. Francisco Soucasaux, Alfredo Camarate e Eduardo Edwards, membros componentes da firma Edwards, Camarate & Soucasaux, encarregada da construção da estação e suas dependências, obsequiaram a todas as pessoas presentes, sendo alvos de honrosos brindes do chefe da Comissão. Damos os parabéns à ilustre Comissão pelo prosseguimento rápido que vão tendo as obras da nova capital, o que prova o acerto do governo do Estado na escolha do encarregado de executar tão importante missão, assim como o tino administrativo desta em rodear-se de tão bons auxiliares”.

A inauguração do telégrafo nacional, cuja estação foi instalada pelo telegrafista Sr. Aristóteles Xavier Caldeira, deu-se em 1896, em uma casinha velha existente na Rua da Boa Vista, com uma porta e duas janelas de frente, sita no local que hoje fica atrás do prédio em que funciona o Grupo Escolar Afonso Pena, entre as ruas Bernardo Guimarães e Aimorés, Avenida João Pinheiro e Rua da Bahia, **como se verá em outro capítulo.**

A linha telegráfica vinha pelo *alto da Estação* ou *Favela*, hoje parte da Floresta, e nos mesmos postes o engenheiro-chefe mandou estender a linha telegráfica do ramal, como



Planta do entroncamento do ramal férreo com a Estrada de Ferro Central do Brasil.

informou o seguinte tópico do relatório de seu sucessor, em 1896:

“Nos mesmos postes em que fora assentada a linha telegráfica, colocou-se um segundo fio para o serviço especial do ramal, que dispõe também de uma oficina para consertos dos aparelhos.”

A construção da linha telegráfica **do ramal** fora autorizada pelo Aviso do governo do Estado n. 124, de 31 de julho de 1894, tendo o material sido fornecido pela Diretoria Geral dos Telégrafos, que se encarregou da instalação, despendendo-se com esses trabalhos apenas a importância de 4:984\$700.

Regressando, logo depois, a Belo Horizonte com a sua comitiva, foi o engenheiro-chefe à estação telegráfica **provisória** naquele dia inaugurada e transmitiu os seguintes despachos, os primeiros que partiram de Belo Horizonte:

“Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 1895 - Dr. Afonso Pena - Ouro Preto - Santa Bárbara. A primeira vez que posso corresponder daqui pelo telégrafo, cumpro o grato dever de congratular-me com V. Ex^a, por mais este melhoramento alcançado pelo Estado de Minas e mais esta garantia de sucesso para a realização do grande empreendimento devido à iniciativa de V. Ex.^a *Aarão Reis*.”³²

“Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 1895 - Dr. Bias Fortes - Ouro Preto. Acaba neste momento de ser ligada a linha telegráfica para a Capital do Estado que tão dignamente presidis. Aceitai minhas congratulações por mais este melhoramento real adquirido pelo Estado de Minas sob vossa administração. *Aarão Reis*.”

“Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 1895 - Ministro Agricultura - Rio. Acaba ser ligado telégrafo esta localidade. Agradeço V. Ex^a auxílio prestado para consecução deste melhoramento, que vai ser mais uma garantia para sucesso grande empreendimento do Estado de Minas Gerais. *Aarão Reis*.”

Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 1895. Dr. Francisco Sá - Ouro Preto. Apresento ao ilustre colega minhas congratulações pelo início do serviço telegráfico para a nova Capital do Estado de Minas. Este melhoramento é mais uma garantia para a construção da nova cidade dentro do prazo legal. *Aarão Reis*.”³³

Conforme ficou registrado na notícia acima, coincidiu com o ato do assentamento da pedra fundamental da estação de General Carneiro a ligação da linha telegráfica para Belo Horizonte, de sorte que, da estação, onde se instalou um aparelho, já pôde o engenheiro-chefe transmitir para o Rio de Janeiro os telegramas que acima transcrevemos.

Para a instalação provisória do aparelho da linha do ramal, a 18 de fevereiro a Comissão mandou a 6ª Divisão construir um barracão de tábuas no local destinado à Estação de Minas.

O Sr. Aristóteles Xavier Caldeira dirigiu a estação telegráfica até a inauguração da cidade, sendo substituído pelo telegrafista Silvestre Ribeiro, auxiliado pelo telegrafista Carlos Ataíde Rangel, depois cunhado do autor deste livro. O primeiro estafeta nomeado que serviu na estação telegráfica de Belo Horizonte foi o Sr. Mariano Gonçalves Ferreira.

Em seguida, a estação telegráfica foi transferida para outro prédio velho sito à Rua do

Capão e dali, já depois da mudança da Capital, foi removido para o prédio novo da Rua Goitacazes, propriedade do Sr. Pedro Joaquim de Almeida, antigo fiel da Comissão Construtora.

Mas, enfim, naquele princípio de 1895 tínhamos já uma estação telegráfica, por via da qual o engenheiro-chefe, a 27 de fevereiro, comunicava ao presidente Bias Fortes, nos seguintes termos, o andamento dos serviços do ramal férreo:

“Presidente do Estado - Ouro Preto - Locomotiva *Belo Horizonte* primeiro ramal, experimentada anteontem Lafaiete e aceita. Mande pagar terceira e última prestação custo. Recebi fatura outras cinco estão a chegar. Obras ramal atrasadas chuvas, mas espero ainda fazer correr trens antes maio. *Aarão Reis.*”

Firme nesse pensamento de fazer correr trens até maio, o engenheiro-chefe, a 21 de abril, telegrafava ao Dr. Antônio Olinto, ministro da Indústria, pedindo providências nesse sentido:

“Peço empenho obter Diretoria Central determine lastro 6ª residência linha centro transporte urgência à noite dormentes nosso ramal entre Vespasiano e General Carneiro, correndo despesas extraordinárias conta fornecedor coronel Virgílio Machado. Ramal pronto começar receber superestrutura metálica, só esperando Central transporte dormentes e trilhos. Destes temos General Carneiro por enquanto apenas mil, faltando cerca quatro mil já entregues Marítima.”

NOTAS

- 21 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *O Contemporâneo*. Sabará, 5 jun., p. 2, 1894.
- 22 MINAS GERAIS. Comissão Construtora de Nova Capital. *Op. cit.*, v.1., p. 65-67. Ramal férreo.
- 23 A NOVA capital. *A Folha*. Barbacena, 13 abr., p. 1, 1894.
- 24 General Carneiro. A Estação de General Carneiro, projetada por José de Magalhães, em inusitada forma triangular, foi um dos primeiros projetos executados pela Comissão Construtora, tendo sido demolida nos anos 60 (sobre o projeto ver SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Op. cit.*). Descrição pormenorizada do edifício encontra-se em CAMARATE, Alfredo (Alfredo Riancho). Por montes e vales. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 36, p.127-130, 1985.
- 25 *Joseph Linch*. Engenheiro e empreiteiro. Estabeleceu-se em Belo Horizonte, em 1895. Atuou nas obras de construção da nova capital, nas áreas de ramais férreos, construção de prédios, como o da Secretaria do Interior (em sociedade com Casemiro Garcia), como fornecedor de materiais metálicos, inclusive a superestrutura metálica da ponte Davi Campista e, ainda, explorou uma pedreira “Linch”, na área periférica da cidade (SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p. 542).
- 26 *Francisco Soucasaux* (Portugal, 1856 - Barcelos, Portugal, 1904) Artista, construtor, empresário. Veio para o Brasil ainda jovem, fixando-se inicialmente no Rio de Janeiro, onde foi responsável pela construção de inúmeros prédios, inclusive o da grande fábrica de móveis Moreira Santos, tendo igualmente montado todo o maquinário da fábrica. Transferiu-se para Belo Horizonte em 1894, quando dirigiu a serralha e carpintaria, a vapor, da Comissão Construtora. Fez parte da firma Edwards, Camarate & Soucasaux, através da qual vários contratos de fornecimento de material de construção foram estabelecidos com firmas estrangeiras e alguns prédios construídos. Fundou, com Aurélio Lobo, a empresa Soucasaux e Cia. Construiu o primeiro teatro da cidade, na Avenida Afonso Pena com Rua da Bahia, conhecido por Teatro Soucasaux, que funcionou de 1899 a 1906. Foi responsável, ainda, com Aurélio Lobo, pelas obras de construção do antigo Fórum (atual Instituto de Educação), antiga Câmara dos Deputados da Avenida Afonso Pena, onde posteriormente, funcionou o Palácio Hotel (demolido). No Rio de Janeiro, Soucasaux projetou e construiu o prédio de n. 243, da Avenida Central. Como fotógrafo, possuiu um atelier à Rua da Bahia, organizou exposições e o Álbum do

- Horizonte (A CAPITAL. Belo Horizonte, 13 abr., p. 3, 1896. MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 27 abr., p.3, 1912. CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 36, p.130, 1985. APCBH/AAB).
- 28 MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Op. cit.*, v.1, p.65-67. Ramal férreo. p.67.
- 29 *Hermilo Alves* (Bahia - ? - Cruzeiro, SP, 1906). Engenheiro, construtor, industrial. Formou-se pela antiga Escola Central, da Bahia. Trabalhou em diferentes atividades em seu Estado tendo, posteriormente, se transferido para o Rio de Janeiro, ocupando o cargo de engenheiro nas obras de construção e prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil. Logo depois, prestou serviços na Estrada de Ferro Oeste de Minas. Participou dos trabalhos de construção da capital, ocupando inicialmente o cargo de chefe do escritório técnico da Comissão Construtora. Durante os meses de março e abril de 1885, assumiu, interinamente, a Chefia da Comissão, solicitando, logo a seguir, sua exoneração. Fundou, então, a firma Hermilo Alves e Cia., proprietária da "A Predial", empresa de construção com serraria, carpintaria, ferraria e olaria, fábrica de pedras plásticas, ladrilhos e ornatos. Essa empresa funcionava na região do atual bairro de Santa Tereza, antigo Caracará. Em 1898, juntamente com o cel. Júlio Pinto Coelho, organizou, em Belo Horizonte, uma *companhia de bondes de tração animal*. Mais tarde, *dirigiu as obras de construção da Estrada de Ferro Paulista*, cargo que ocupava quando de seu falecimento (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 14 jan., p. 15, 1906. A CAPITAL. Belo Horizonte, 17 dez., p.3, 1896. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *História de Belo Horizonte: 1897 a 1930*. Belo Horizonte, 1970, p.38).
- 30 *José de Magalhães* (Pernambuco, 1851 - Campos do Jordão, SP, 1899). Engenheiro-arquiteto. Fez o curso de engenharia na Escola Central (posteriormente, Politécnica) do Rio de Janeiro. Estudou na École des Beaux-Arts, de Paris (1878/1880), onde foi discípulo do arquiteto Pierre-Gérôme Honoré Daumet. Trabalhou no Rio de Janeiro, onde desenvolveu inúmeros projetos de residências e, também, em Petrópolis, Vassouras e São Paulo. Transferiu-se, mais tarde, para Belo Horizonte, onde fez parte da Comissão Construtora, chefiando a seção de arquitetura. Autor dos mais importantes projetos de edificações realizados pela mencionada comissão, dentre as quais destacam-se: Palácio da Liberdade, Secretarias do Interior (atual Educação), Finanças (atual Fazenda), Agricultura (atual Obras Públicas), estação de General Carneiro (demolida), Palácio do Congresso (não construído) e, ainda, projetos de edificações para o interior do Parque, como restaurante, quiosque, pontes rústicas, observatório meteorológico e pavilhões (não construídos). Foi, também, autor dos projetos de sete tipos de casas para residência de funcionários do Palácio da Justiça e de um templo católico (não construído), dentre outros. Estudo e análise completa sobre a obra de José de Magalhães encontra-se em SALGUEIRO, Heliana Angiotti. *Op.cit.* REVISTA Industrial de Minas Gerais. Ouro Preto: Imprensa oficial, ano I, p. 209, 1893-1894. CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p.97-107, 1985. SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p. 543. REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, p. 2, t.78, 1915.
- 31 *Fábio Nunes Leal* (Maranhão ?-?). Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Recife/PE. Autor do anteprojeto da Constituição do Estado do Maranhão, em 1890. Em 1894, transferiu-se para Belo Horizonte para fazer parte da Comissão Construtora como secretário-geral, cargo em que permaneceu até a extinção da mesma (BLAKE, Augusto V.A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1893, v.2. p.319).
- 32 MINAS GERAIS. Secretária da Agricultura, Comércio e Obras. *Relatório...* Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896. v. 2, p. 376.
- 33 *REIS, Aarão*. Despachos. *Minas Gerais*. Ouro Preto, 2 fev., p. 4., 1895.

VII

AS DESAPROPRIAÇÕES - BELO HORIZONTE DESLIGA-SE DEFINITIVAMENTE DE SABARÁ - CONSULTOR TÉCNICO PARA A COMISSÃO CONSTRUTORA - ÊXODO DE ALGUNS HORIZONTINOS



o mesmo passo que os trabalhos do ramal férreo se desenvolviam de maneira satisfatória, apesar de mil dificuldades, a Comissão volvia as suas vistas para os demais problemas, que igualmente exigiam pronta solução. Um destes, e por certo o mais melindroso, foi o das desapropriações, de que desde logo cogitou o engenheiro-chefe. Já então pelo arraial fervilhavam boatos os mais desencontrados sobre as intenções do Dr. Aarão Reis relativamente ao destino que iriam ter as propriedades dos horizontinos.

Dentre outras coisas afirmava-se que o engenheiro-chefe queria vê-los todos pelas costas, e da veracidade desse boato deu-nos o seu testemunho pessoal o padre Francisco Martins Dias, à p. 84 do seu folheto citado, quando disse: "O Dr. Aarão Reis não merece a acusação que alguns lhe fazem de injustiça nas desapropriações. Mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir-se retirando; mas se com efeito eram esses os planos e o desejo do Dr. Aarão Reis, não se realizaram, porque foram modificados e abandonados; e como se viu e se vê ainda, grande parte dos habitantes permaneceu no arraial."³⁴

Entretanto, no início daqueles trabalhos de desapropriação, chegando ao conhecimento do engenheiro-chefe os boatos que corriam e a notícia de discussões havidas entre funcionários da Comissão e pessoas do lugar, no dia 26 de março de 1894, expediu aos chefes das divisões o seguinte ofício, no louvável intuito de preservar-se contra possíveis desentendimentos entre aqueles e estes:

"No intuito de manter, por nossa parte, quanto possível a ordem e a tranqüilidade públicas, dou por muito especialmente recomendado a V.S^a que procure evitar, usando de seu prestígio, que apareçam e se desenvolvam rivalidades descabidas entre o pessoal desta Comissão e a população da localidade. Tanto como eu, V.S^a bem compreenderá quanto nos devemos esforçar para não dar pretexto e desordens e rixas, que podem comprometer o

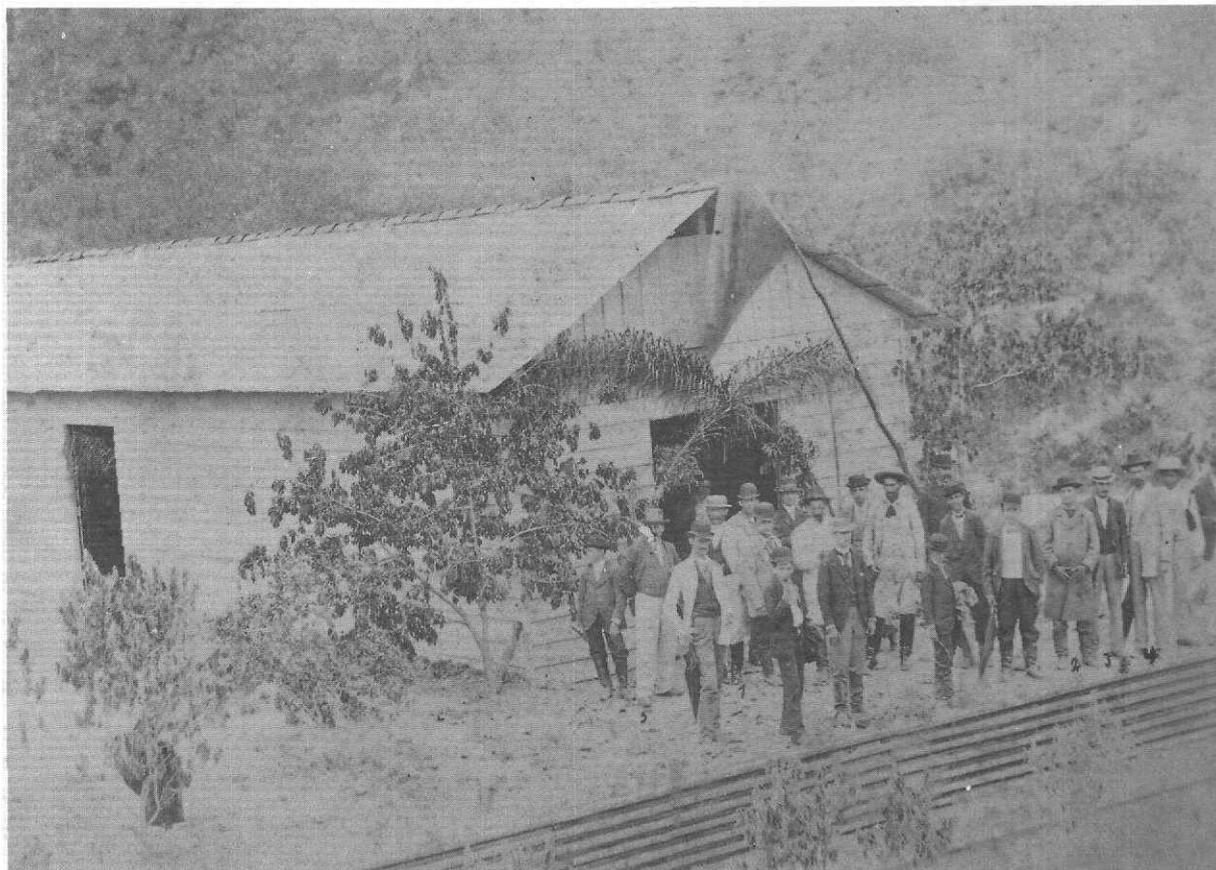
regular prosseguimento dos árduos trabalhos de que estamos encarregados.”

A providência foi boa, pois durante os trabalhos da Comissão, bem poucos foram os desentendimentos entre funcionários desta e pessoas da localidade.

A 2 de abril, para evitar que, por meio de obras, consertos e mais benfeitorias fossem valorizados os imóveis que teriam de ser desapropriados, com gravame e ônus para o Estado, o Dr. Aarão Reis requisitou do governo a expedição de um decreto que, aprovando a Planta n.2, das que haviam acompanhado o relatório da Comissão de Estudos das Localidades indigitadas para a nova capital, declarasse desapropriados os prédios, terrenos e mais benfeitorias existentes no distrito de Belo Horizonte, compreendidos dentro do perímetro indicado na referida planta, para os fins da Lei n. 3,³⁵ adicional à Constituição do Estado de 17 de dezembro de 1893, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 6º da Lei n. 15, de 17 de novembro de 1891, ficando, desde logo, autorizado, de conformidade com os §§ 4º e 5º do art. 1º do Decreto 680, a tornar efetivas tais desapropriações.

Pelo arraial continuavam circulando os mais absurdos boatos sobre as desapropriações, que se esperavam logo depois do ato governamental a respeito, já solicitado pela Comissão. E assim, nas ruas, pelas casas, por toda parte, os horizontinos não tratavam de outro assunto, uns otimistas, outros pessimistas, ao passo que o Dr. Aarão Reis procurava tranquilizar a todos, fazendo-lhes ver que se havia de cumprir a lei, sem quebra das boas normas eqüitativas e humanitárias.

Refletindo a situação *sui generis* dos habitantes de Belo Horizonte, naquele particular, Alfredo Camarate observava, em crônica publicada no *Minas Gerais*, que “as propriedades aqui tinham um valor insignificantíssimo e aparentemente mais insignificante ainda, porque a décima predial era, em geral, calculada por valor muito inferior ao seu produto locativo, fato aliás muito vulgar em todos os Estados do Brasil e mesmo em Espanha, Portugal, Itália, e poderia dizer mesmo, sem grande injustiça, em todos os países do mundo. Os que valorizaram as suas propriedades por menos, com o fim de fraudar o fisco, com a mais absoluta inocência, com a maior serenidade de consciência, porque é corrente entre o povo que roubar à Nação não é pecado, viam-se agora colhidos nas malhas da própria rede que haviam apertado, o que era a mais desastrosa e desoladora decepção; porque, cavando a ruína pelas próprias mãos, nem sequer podiam ter o alívio de queixas, motivadas em males que não fossem os da sua própria lavra! Havia, além disso, prédios sem nenhum valor locativo e que se alugavam gratuitamente, só para que os inquilinos os mantivessem num estado de uma tal ou qual conservação; havia culturas tentadas, aos acasos da fortuna, em terrenos do Estado, e todos estes posseiros e proprietários mais ou menos contestáveis e contestados de Belo Horizonte olharam apenas para o futuro, que lhes prometia a instalação de uma grande capital nestes terrenos e mesmo o pouco que olharam para os sorrisos do futuro fez-lhes esquecer que o valor da suas propriedades ia ser considerado a valer e que os seus supostos direitos teriam de ceder, diante da lei, que ainda não tinha vindo ter com eles; mas que lhes apareceu, como espectro sinistro, logo se tornou necessária a sua aparição! Uns, que se tinham por espertos,



*Galpão da Comissão Construtora no Arrudas. Dentre as pessoas que aí se vêem, destacam-se:
1. coronel Virgílio Machado; 2. padre Francisco Martins Dias; 3. coronel Antônio Ribeiro de Abreu;
4. Cândido de Araújo; 5. Giacomo Antiste.*

foram ultimamente pagar o imposto proporcional a um exagerado valor locativo; outros agarram-se aos melhoramentos e benfeitorias que fizeram nas suas propriedades; outros, finalmente, alegaram exceções que realmente se não fizeram; mas todos se esqueceram de que estavam sob a alçada da lei e de uma lei que não foi arquitetada expressamente e de momento para o caso que agora os desnorreava!”³⁶

Como se vê, a questão das desapropriações ameaçava trazer grandes desgostos aos horizontinos e não poucas dores de cabeça ao engenheiro-chefe, mas tudo isso foi, tanto quanto possível, evitado por ambas as partes, com prudência e tato, limitando-se os desentendidos a pequenos casos, sem maiores conseqüências, como, por exemplo, aquele do professor Luís Daniel Cornélio de Cerqueira, que foi muito comentado. O velho professor (aquele que sugerira a mudança do nome de Curral del Rei para o de Belo Horizonte e o defendera no *Clube Republicano* do arraial, como ficou historiado no 1º volume desta obra), julgando-se injustiçado e desgostoso por um desentendimento em que fora parte e para solucionamento do qual houve interferência policial, deixou definitivamente o arraial, retirando-se com sua família para Venda Nova, sendo a sua retirada muito sentida, conforme noticiou *O Contemporâneo* de 11 de julho de 1894.³⁷

Entretanto, o governo do Estado e a Comissão, que não poderiam ficar presos a essas pequenas desinteligências e desgostos naturais em tais emergências, prosseguiram agindo para atingir, como atingiram, objetivo mais alto, qual o do interesse do Estado, que se deveria sobrepôr ao do interesse particular. E assim, os trabalhos das desapropriações prosseguiram normalmente até o final, como se vai ver.

Satisfazendo à solicitação que lhe fizera o engenheiro-chefe, a 14 de maio o governo do Estado expedia o seguinte Decreto n. 712:

“O Doutor Presidente do Estado de Minas Gerais tendo em vista o disposto no art. 2º da lei adicional à Constituição do Estado, decreta:

“Art. 1º Fica aprovada a Planta n. 2, das que acompanharam o relatório da Comissão de Estudos das localidades indicadas para Capital do Estado, para o fim de serem desapropriados os terrenos, prédios e benfeitorias do distrito de Belo Horizonte, município de Sabará, que se achavam compreendidos dentro do perímetro incluído na referida planta.

Art. 2º O engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital promoverá a efetividade da desapropriação, nos termos do art. 2º do Decreto n. 680, de 14 de fevereiro do corrente ano, e mais legislação em vigor.

O Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas assim o tenha entendido e o faça executar.

Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto, 14 de maio de 1894.
Afonso Augusto Moreira Pena. Davi Morethson Campista.”³⁸

À fim de poder agir com certa equidade para com os proprietários nas desapropriações amigáveis, o engenheiro-chefe, por ofício de 19 de maio, solicitou e obteve do governo autorização para: a) aceitar a desistência de indenização pecuniária daqueles que preferissem

receber, na nova capital, nas imediações de sua propriedade, lotes de terrenos equivalentes a um terço, no máximo, do terreno desapropriado; b) usar de equidade nas avaliações amigáveis, dando parte em dinheiro e parte em lotes. **O Dr. Davi Campista enviou também ao engenheiro-chefe uma carta reservada ampliando ainda mais o favorecimento nas desapropriações.**

Tal providência facilitou consideravelmente o trabalho da Comissão e beneficiou, quanto era razoável, os horizontinos, que assim puderam obter em boas condições valiosos terrenos na cidade em projeto.

Munido de tal autorização, o engenheiro-chefe sentiu-se mais à vontade e pôde agir mais facilmente. Já no dia 27 *O Contemporâneo*³⁹ noticiava terem sido intimados diversos proprietários para apresentarem seus títulos de propriedade no escritório central, a fim de serem indenizados, acrescentando que, no caso de não chegarem a acordo amigável, seriam os respectivos títulos entregues ao promotor público, **que era o Dr. Flávio Fernandes dos Santos**, para procedimento judicial. Observava que urgia a terminação das desapropriações, visto como dentro em pouco estaria muito aumentado o pessoal da Comissão e as casas se faziam necessárias para habitação dos mesmos. Concluía dizendo que aquele trabalho ia sendo feito de forma a satisfazer os interesses do Estado, sem grande prejuízo da população de Belo Horizonte.

Completando as medidas que vinham sendo postas em prática para que a Comissão pudesse levar a bom termo aquela melindrosa parte da pesadíssima tarefa que tinha sobre os ombros, a 5 de junho o governo do Estado expedia o Decreto n. 716, desligando definitivamente Belo Horizonte de Sabará, a que pertencera, como distrito, durante 193 anos! Esse decreto assim dispunha:

“Art. 1º Para os efeitos da direção econômica e administrativa, fica desligado do município de Sabará o território do distrito de Belo Horizonte, compreendido na Planta n. 2, aprovada pelo Decreto n. 712, de 14 de maio último, das que acompanharam os estudos das localidades indicadas para a nova capital do Estado.

Art. 2º A superintendência dos serviços de administração local, diretamente subordinada ao govêrno, fica a cargo do engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital.

Art. 3º O governo nomeará um auxiliar técnico, formado em direito, para cooperar nos trabalhos da administração local, confeccionar projetos e regulamentos para os respectivos serviços e tudo que for útil ao bom desempenho dos trabalhos da Comissão.

Parágrafo único. No ato da nomeação serão fixados os vencimentos do auxiliar técnico.

Art. 4º O presente decreto entrará em vigor desde a data de sua publicação”.⁴⁰

A área desligada do município de Sabará por esse decreto era de 19.200.000 m² e compreendia mais ou menos o perímetro destinado à cidade, e o consultor técnico nomeado a 19 de julho foi o Dr. Adalberto Dias Ferraz da Luz,⁴¹ que, chegado a Belo Horizonte a 21, entrou logo a agir, de acordo com o engenheiro-chefe.

A fim de tomar várias providências conseqüentes ao Decreto n. 716, no dia 1º daquele



O Sr. Francisco Caetano de Carvalho, um dos primeiros marchantes do arraial, e Ex.^{ma} esposa, Sr.^a D. Rita da Silveira Carvalho, curralenses, de famílias tradicionais e numerosas.



O Sr. Antônio Joaquim da Silveira, chefe de numerosa e tradicional família do Curral del Rei e proprietário do primeiro hotel que houve no arraial de Belo Horizonte.

mês seguia para Ouro Preto o Dr. Aarão Reis, consoante informava *O Contemporâneo* de 14,⁴² acrescentando que esse engenheiro ia conseguir do presidente Afonso Pena várias e urgentes medidas tendentes ao maior desenvolvimento das obras a serem construídas. E frisava: “Quem, como nós, tem acompanhado, *pari passu*, todos os serviços da Comissão e presenciado todas as dificuldades naturais de um primeiro estabelecimento, pode dar testemunho insuspeito de que os trabalhos vão prosseguindo aceleradamente, confiados, como estão, a um pessoal técnico competentíssimo e laborioso. Vários trabalhos já terminados devem ser aprovados durante a estada do Sr. Dr. Aarão Reis em Ouro Preto”.

Finalmente, a 30 de agosto, o governo do Estado baixava o seguinte Decreto n. 776, desligando de Sabará todo o território restante do distrito de Belo Horizonte:

“O Presidente do Estado de Minas Gerais atendendo à conveniência de regularizar os serviços da administração local do distrito de Belo Horizonte, onde será estabelecida a nova capital do Estado, e à necessidade de serem desapropriados, desde já, os mananciais, pedreiras, jazidas de barro, etc., que, conquanto situados fora do perímetro da Planta n. 2, aprovada pelo Decreto n. 712, podem ser necessárias à execução dos trabalhos a efetuar, resolve, nos termos da Lei n. 3, adicional à Constituição e em adiantamento ao Decreto n. 716, de 5 de junho último:

Art. 1º Fica desligado do município de Sabará, para os efeitos da direção econômica e administrativa todo o território do distrito de Belo Horizonte compreendido em suas atuais divisas.

Art. 2º Fica autorizado o engenheiro-chefe da Comissão Construtora a promover, nos termos da Lei n. 15, de 17 de novembro de 1891, a desapropriação amigável ou judicial dos mananciais, pedreiras, etc., situados no mesmo distrito e que forem necessários ao desempenho dos trabalhos.

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor desde a data de sua publicação.”⁴³

Consoante informou o padre Martins Dias no seu folheto citado,⁴⁴ até então a situação do povo era ainda vacilante e a Comissão prosseguia nos seus trabalhos de geodésia, topografia, estudos de águas, esgotos, canalização de águas fluviais, viação férrea, triangulação, levantamento da planta cadastral do arraial, etc. Mas logo que se deu a publicação dos Decretos n. 716 e 776, alarmaram-se os horizontinos. Tais decretos calaram fundo no espírito da população local, pondo-a em grande sobressalto, entre tímida e esperançosa. Temiam todos justamente a hipótese de serem obrigados a abandonar seu torrão natal.

Entretanto, com tato, inteligência e benignidade, o Dr. Aarão Reis entrou definitivamente a efetuar as desapropriações que se fizeram com relativa facilidade, em curto prazo e com pequeno dispêndio para o Estado, como se vai ver pela relação que adiante publicamos, de todas as propriedades que então existiam no arraial, seus proprietários, sua situação, o preço pelo qual foram adquiridas ou se foram permutadas por lotes de terrenos na nova capital.

Bem poucas foram as famílias que se retiraram da localidade para outros distritos, ao passo que algumas se conservaram no arraial e a maior parte transferiu-se para os arrabaldes

da freguesia, Calafate, Piteiras,⁴⁵ Cachoeira, João Carlos, Bento Pires, Cardoso e Venda Nova.

Informa o padre Martins Dias, em seu folheto citado,⁴⁶ que era de consternar o mais endurecido coração o espetáculo do êxodo da antiga população para os lugares mencionados, a maioria com os olhos banhados em lágrimas, queixando-se da sorte abandonando os seus antigos penates em busca de outras paragens distantes do arraial de Belo Horizonte. Esclarece aquele sacerdote que muitas vezes teve de consolar com palavras de animação algumas pessoas aflitas que se dirigiam a ele pedindo o seu amparo moral. Consolando tais almas sofredoras, que tão desalentadas se retiravam do seu torrão natal, mostrava-lhes que o brilhante futuro reservado àquele solo abençoado seria também o bem-estar e a facilidade de todos. As suas habitações eram indispensáveis aos abrigos da nova capital. Que se resignassem, pois outra não poderia ser a solução do caso.

Assim, à proporção que as velhas casas iam sendo entregues pelos seus antigos proprietários, eram ocupadas por funcionários da Comissão, que iriam pagar aluguel ao Estado.

Tratando ainda daquele período angustioso, o padre Martins Dias pondera que ele parecia, em princípio, o mais terrível, melindroso e difícil para a Comissão e o teria sido efetivamente se o povo não houvesse guardado uma atitude calma e resignada, digna de louvor e se não fora a atilada perspicácia, a energia e a prudência do engenheiro-chefe, que tudo resolveu pela melhor forma, ao fim de poucos meses, amigavelmente, sem atritos, sendo apenas desapropriados judicialmente alguns poucos prédios e terrenos que eram bens de órfãos ou sobre os quais houvesse alguma complicação. Textualmente, disse aquele sacerdote: "Para falarmos mais correta e juridicamente, não devemos chamar propriamente desapropriações a essas que se fizeram em Belo Horizonte; mas sim verdadeiras transações de compra e venda, onde o comprador era o Estado na pessoa do chefe da Comissão Construtora e os vendedores os proprietários deste lugar. Sem dar prejuízo direto a ninguém, o Dr. Aarão Reis fez para o Estado tão favorável aquisição dos terrenos de Belo Horizonte, que dificilmente outro qualquer faria igual, com tanta paz e harmonia. Há quem acuse o Dr. Aarão Reis de violento, injusto e cruel para com o povo, nas desapropriações; mas não seremos nós nunca que havemos de acusá-lo neste ponto; porque seguimos muito de perto todos os trâmites dessa questão e conhecíamos todos os seus pontos melindrosos. O Dr. Aarão Reis, não podendo prejudicar o povo para favorecer ao Estado, nem sobrecarregar de despesas os cofres para favorecer ao povo, tentou guardar o termo médio, tendo em vista este vulgar princípio de direito: "Diante de um bem geral cede o particular."⁴⁷

Acrescentava ainda o então pároco da Boa Viagem: "Conhecemos que essas desapropriações causaram grandes descômodos e preocupações de espírito a muita gente, máxime aos pobres que, espontaneamente, não trocariam por qualquer dinheiro o bem-estar de que gozavam em suas pobres vivendas; mas também sabemos que todos os desapropriados, quer os que tenham conservado na povoação, quer os que se tenham retirado para fora dela, estão já tranquilos e em melhores condições que antes."⁴⁸

O padre F. Martins Dias escreveu e publicou o seu folheto em 1897 e então, falando dos

benefícios que advieram da mudança de habitantes do antigo arraial para as suas cercanias, ponderou: “E foi o que se deu, como hoje se vê. Mal haverá dois anos que os lugares denominados Calafate e Piteiras eram uma verdadeira solidão, onde não se encontravam mais que meia dúzia de casebres disseminados aqui e acolá; e hoje aqueles lugares já se ostentam com alguma animação e contam aproximadamente 60 habitações, cujos moradores se ocupam ativamente em pequenas lavouras ou em outros congêneres ramos de comércio. Cachoeira João Carlos, Bento Pires e Cardoso estão no mesmo caso que Calafate e Piteiras, não, porém, tão habitados como estes dois últimos. O arraial, depois da saída de grande parte de seus habitantes e ao passo que iam chegando os obreiros da nova cidade, foi-se logo transformando em uma verdadeira oficina de trabalho, onde se devia fundir a primeira maravilha da América do Sul, chamada Minas. As casas deixadas pelos seus ex-proprietários foram logo ocupadas pelas famílias dos membros da Comissão Construtora da Nova Capital; e como não havia cômodos para os demais obreiros da nova cidade, iam estes se acomodando como podiam, em barracões e cafuas que, a cada momento e por todos os recantos, surgiam, como cogumelos nas queimadas, em tempo de chuva.”⁴⁹

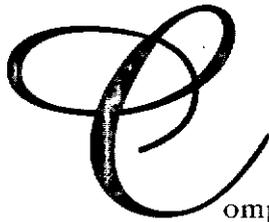
NOTAS

- 34 DIAS. *Op. cit.*, p. 84.
- 35 MINAS GERAIS. Lei n. 3 adicional à Constituição, de 7 de dezembro de 1893. *Op. cit.*
- 36 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *Minas Gerais*, Ouro Preto, p. 3, 7 jun., 1894.
- 37 LUÍS Cerqueira. *O Contemporâneo*. Sabará, 22 jul., p. 2, 1894.
- 38 MINAS GERAIS. Decreto n. 712, de maio de 1894. Aprova a Planta n. 2, das que acompanharam o relatório da Comissão de estudos das localidades indicadas para Capital do Estado, para o fim de serem desapropriados todos os terrenos, prédios e benfeitorias do distrito de Belo Horizonte, município de Sabará. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*: 1894. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p.170.
- 39 O CONTEMPORÂNEO. Sabará, p. 1, 27 maio, 1894.
- 40 MINAS GERAIS. Decreto n. 716, de 5 de julho de 1894. Desliga do município de Sabará o território do distrito de Belo Horizonte e providencia sobre a administração local. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*: 1894. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p.172.
- 41 Adalberto Dias Ferraz da Luz (Pouso Alegre, 1863 - Belo Horizonte, 1912). Advogado, magistrado e político. Formado em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro. Logo após a conclusão do curso de Direito, exerceu o cargo de juiz municipal em Pouso Alegre, MG. Em 1892, no governo Afonso Pena, foi nomeado chefe de Polícia do Estado (cargo que hoje corresponde ao de secretário de Segurança). Foi membro da Comissão Construtora da Nova Capital e, após a inauguração da cidade, seu primeiro prefeito (dezembro de 1897 a setembro 1898), nomeado pelo presidente Bias Fortes. Mais tarde, foi fiscal do governo do Estado, junto à Estrada de Ferro Leopoldina. Foi, também, um dos fundadores da Escola Livre de Direito e da Santa Casa de Misericórdia. Como político exerceu os seguintes mandatos: deputado à Constituinte (1ª assembléia da República), deputado federal na 4ª (1900/1902), 5ª (1903/1905) e 6ª (1906/1908) legislaturas (líder da bancada mineira e, após, da maioria da Câmara). Exerceu, ainda, o cargo de juiz distribuidor do fórum da Capital Federal, até data próxima ao seu falecimento (NOTAS Sociais. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 4, 28 e 29 out., 1912. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 27, p.132, 135, 137, dez., 1976).

- 42 O CONTEMPORÂNEO. Sabará, 14 jun., p. 1, 1894.
- 43 MINAS GERAIS. Decreto n. 776, de 30 de agosto de 1894. Desliga do município de Sabará todo o território do distrito do Belo Horizonte e providencia sobre desapropriação. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais: 1894*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p. 419.
- 44 DIAS. *Op. cit.*, p.81.
- 45 Piteiras - Havia um subúrbio com esse nome antigo na estrada do Cercadinho. Também eram chamados Piteiras os terrenos do atual bairro de Lourdes, nome advindo da vegetação tropical chamada "pita". Nos terrenos daquela fazenda, um português estendeu grande plantação daquela espécie vegetal, montando ali uma fábrica de cordas, não longe da lagoa que ali existia. Essa indústria pouco durou (TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte: antes Curral del Rei*. Belo Horizonte, 1947).
- 46 DIAS. *Op. cit.*, p.85.
- 47 *Ibidem*, p.83.
- 48 *Ibidem*, p.83.
- 49 *Ibidem*, p.86-87.

VIII

RELAÇÃO DAS PROPRIEDADES ADQUIRIDAS PELO ESTADO POR MEIO DE DESAPROPRIAÇÕES EFETUADAS PELA COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL

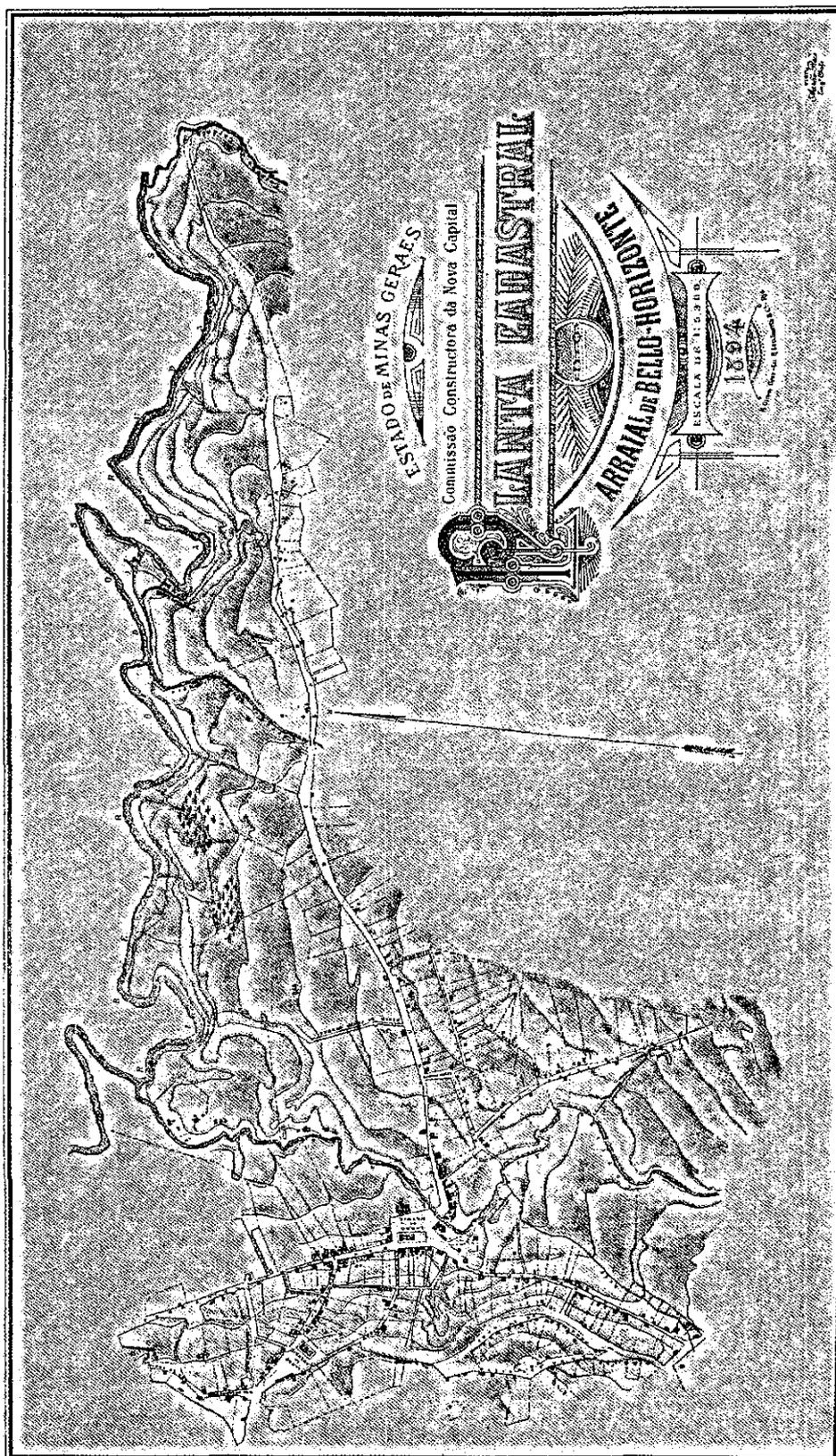


completando o capítulo anterior, damos, a seguir, o quadro completo das desapropriações feitas no distrito de Belo Horizonte, segundo o relatório apresentado pelo Dr. Aarão Reis ao governo do Estado, ao deixar a chefia da Comissão Construtora, a 20 de maio de 1895.⁵⁰

Por esse quadro ver-se-á o número de propriedades que existiam no arraial de Belo Horizonte, os nomes de seus ex-proprietários, a sua situação, o preço pelo qual foram adquiridas pelo Estado e as que foram permutadas por lotes na futura cidade. Ei-lo:

- 1 - João Carvalho de Aguiar, casa e quintal na Rua do Rosário, 1:000\$000;
- 2 - Antônio Batista Vieira, casa e quintal na Rua do Capão 400\$000;
- 3 - herdeiros de Antônio Alexandrino da Cunha, casa e quintal na Rua do Capão, 1:000\$000;
- 4 - Francisco Alexandre da Cunha, casa e quintal na Rua do Capão, 800\$000;
- 5 - Padre Francisco de Sousa Machado, casa e quintal na Rua General Deodoro, 3:000\$000.
(É o sobrado em que funcionou o Escritório Central da Comissão Construtora);
- 6 - Sinfrônio José dos Santos Brochado, casa e quintal no Beco do Gervásio, 2:000\$000;
- 7 - Francisco Antônio Vaz de Melo, casa e quintal na Rua General Deodoro, 2:100\$000;
- 8 - Cândido Lúcio da Silveira, casa e quintal na Rua General Deodoro, 1:075\$000;
- 9 - Antônio Simões da Silva, casa e quintal na Rua do Rosário, 1:250\$000;
- 10 - José Francisco Corrêa, casa e quintal na Rua do Rosário, 1:250\$000;
- 11 - Antônio Gonçalves de Oliveira, casa e quintal na Rua General Deodoro, 1:000\$000;
- 12 - Guilherme Ricardo Vaz de Melo, casa e quintal na Rua do Rosário, 550\$000;
- 13 - Modestino Rocha, casa e quintal na Rua General Deodoro;
- 14 - o sítio denominado Barro Preto, na Rua Felipe da Costa, 3.500\$000;
- 15 - Antônio Joaquim da Silveira, casa e quintal na Rua General Deodoro, 3:000\$000. Esteve estabelecido nesse prédio o primitivo hotel do arraial;

- 16 - Manuel Alves Ferreira de Melo, casa e quintal no Largo da Matriz;
- 17 - casa e quintal no mesmo largo, 6:000\$000;
- 18 - Henrique Gomes da Rocha, casa e quintal na Rua do Rosário, 1:250\$000;
- 19 - Joaquim Ferreira da Luz, casa e quintal na Rua do Rosário, 2:200\$000;
- 20 - Guilherme Ricardo Vaz de Melo, chácara no Beco da Rua G. Deodoro;
- 21 - terreno na Rua General Deodoro;
- 22 - casa e quintal na Rua do Capim, 15:300\$000;
- 23 - Francisco Vaz de Melo Neto, casa e quintal na Rua General Deodoro, 1:800\$000;
- 24 - Maximiano Batista Vieira, casa e quintal na Rua de Sabará;
- 25 - casa e quintal na mesma rua;
- 26 - terreno na Rua de Trás;
- 27 - terreno grande no Arrudas;
- 28 - terreno na Rua de Sabará, e um lote na cidade, 4:500\$000;
- 29 - Antônio Pedro Martins, casa e quintal na Rua de Sabará, 1:000\$000;
- 30 - Antônio Batista Vieira, casa grande e quintal na Rua do Capão;
- 31 - terreno na mesma rua, 3:500\$000;
- 32 - O mesmo, terreno na mesma rua, permutado por um lote na futura cidade;
- 33 - José Pedro da Costa, casa e quintal na Rua do Rosário, 3:000\$000. Era o escrivão do registro civil;
- 34 - Honório Teófilo de S. Pedro, casa e quintal na Rua do Rosário, 750\$000. Honório Teófilo era então o sacristão da Boa Viagem;
- 35 - Padre Fernando Adolfo Taite, terreno na Rua General Deodoro, 500\$000;
- 36 - O mesmo, casa e quintal na Rua do Capão, permutados por um lote;
- 37 - Francisco José de Almeida, casa e quintal no Beco do Gervásio, 1:500\$000;
- 38 - José Vítor Bolina, casa e quintal na Rua de Congonhas, 1:800\$000;
- 39 - Antônio Rodrigues Goulart, casa na Rua da Boa Vista, 300\$000;
- 40 - Joaquim José Pinto, casa na Rua da Boa Vista, 300\$000;
- 41 - Antônio Joaquim da Silveira, terreno na Rua General Deodoro, permutado por um lote;
- 42 - Camilo Avelino dos Santos, casa e quintal na Rua de Trás;
- 43 - terreno na Rua de Congonhas, 1:000\$000;
- 44 - Antônio Cândido Martins, casa e quintal na Rua de Sabará;
- 45 - terreno na mesma rua, 550\$000;
- 46 - Luís Daniel Cornélio de Cerqueira, sítio Águas Amarelas, na Rua de Sabará;
- 47 - casa e quintal na mesma rua;
- 48 - sobrado na mesma rua;
- 49 - chácara e sobradinho na mesma rua;
- 50 - casa na mesma chácara, 30\$000\$000;
- 51 - O mesmo, casa e quintal na mesma rua;
- 52 - casa na mesma rua permutada por 2 lotes;



Planta Cadastral do Arraial de Belo Horizonte.

- 53 - herdeiros do padre Bernardino José de Aquino, casa e quintal na Rua General Deodoro, 1:050\$000;
- 54 - Rita Guilhermina da Silva, casa e quintal na Rua General Deodoro, 2:700\$000;
- 55 - Casimiro Batista Vieira, sítio da Lagoinha, na Rua do Capão, 3:300\$000;
- 56 - Antônio Alves Martins, casa e quintal na Rua do Capão;
- 57 - casa na Rua da Boa Vista, 2:200\$000;
- 58 - Antônia Francisca Rosalina de Jesus, casa e quintal na Rua do Capão, 1:200\$000, com direito a 2 lotes;
- 59 - herdeiros de João da Silva Cardoso, casa e quintal na Rua General Deodoro, 2:700\$000;
- 60 - os mesmos, casa na Rua do Rosário, 300\$000;
- 61 - Elias Antônio Cardoso, terreno na Rua de Congonhas, 70\$000;
- 62 - José Carlos Vaz de Melo, casa e quintal na Rua do Rosário;
- 63 - casa e quintal na mesma rua;
- 64 - casa e quintal na mesma rua, 8:000\$000;
- 65 - o mesmo, casa na mesma rua permutada por 3 lotes;
- 66 - Adão Luís Carvalho, casa na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 67 - Ana Ricarda, casa e quintal na Rua de Sabará, 2:700\$000;
- 68 - a mesma, terreno na Rua de Sabará permutado por 1 lote;
- 69 - Maria Avelina, casa e quintal na Rua de Congonhas, 1:000\$000;
- 70 - herdeiros de Manuel João Pereira de Jesus, casa e dependências na Rua de Congonhas, 2:000\$000;
- 71 - Baltazar Nogueira Vilas Novas, casa e quintal na Rua do Capão, 600\$000;
- 72 - Ana Joaquina de Faria, casa e quintal na Rua de Trás;
- 73 - terreno e casa de capim na mesma rua, 300\$000;
- 74 - Cândido de Araújo, terreno na Rua de Sabará, permutado por 2 lotes;
- 75 - Balbina Pereira da Costa, casa e quintal na Rua de Trás, 800\$000;
- 76 - Francisco Nogueira - casa e quintal na Rua Carlota Dias, 500\$000;
- 77 - José Manuel de Abreu, casa e quintal na Rua de Congonhas, 1:800\$000;
- 78 - Francisco Luís Vieira, terreno na Rua de Congonhas, 250\$000;
- 79 - Antônio Ferreira Barbosa, terreno na Rua General Deodoro, 200\$000;
- 80 - Carlos Maciel, terreno na Rua General Deodoro, permutado por 1 lote;
- 81 - Maximiano da Rocha, casa e quintal na Rua Carlota Dias;
- 82 - casas e quintal na mesma rua;
- 83 - casa e quintal na Rua de Sabará, 1:500\$000;
- 84 - Joaquim João Pereira, terreno na Rua do Capão;
- 85 - Terreno na Rua de Congonhas, 1:100\$000;
- 86 - José Guilherme da Rocha, casa e quintal na Rua de Trás, 600\$000;
- 87 - Justino Lopes Correa e outros, casa e quintal no Largo da Matriz, 1:100\$000;
- 88 - José André da Silva, casa e quintal na Rua de Congonhas, 1:200\$000;

- 89 - Antônio Alves Martins Júnior, casa pequena, na Rua de Santana;
- 90 - casa e quintal na Rua do Capão;
- 91 - terreno na Rua do Capão, 4:500\$000;
- 92 - Jacinto Pereira da Silva, casa e quintal na Rua de Sabará, 2:000\$000;
- 93 - o mesmo, terreno na Rua General Deodoro, permutado por 1 lote;
- 94 - Miguel Pinto, casa na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 95 - Joaquim Ferreira Passos, casa e quintal no Largo da Matriz, permutados por 2 lotes;
- 96 - o mesmo terreno no Beco do Gervásio, permutado por 2 lotes;
- 97 - José Joaquim de Abreu, casa e quintal na Rua de Sabará;
- 98 - o sítio Bolina, na Rua de Congonhas, 20:000\$000;
- 99 - o mesmo, terreno na Rua de Sabará, permutado por 2 lotes;
- 100 - Madalena Teodora, casa e quintal no Beco do Gervásio, 400\$000;
- 101 - Manuel Francisco de Abreu, casa e quintal na Rua de Congonhas, 1:200\$000;
- 102 - Joaquim Simplício da Silva, casa e quintal no Morro Redondo, 500\$000;
- 103 - Ana Rita Borges, casa e quintal no Morro Redondo, 500\$000;
- 104 - José Bernardino de Araújo, casa e quintal na Rua de Trás, 400\$000;
- 105 - Manuel da Trindade, casa e quintal na Rua de Trás, 900\$000;
- 106 - José Carlos Vaz de Melo, chácara Luís Pires na Rua de Sabará;
- 107 - casa na mesma rua, 6:000\$000, tendo ainda direito a 1 lote;
- 108 - Maria Albina da Conceição, terreno na Rua de Sabará, 300\$000;
- 109 - Joaquim Alves do Vale, casa e quintal na Rua de Sabará, 650\$000;
- 110 - Maria Balbina, casa e quintal na Rua de Congonhas, 700\$000;
- 111 - João José da Cunha, casa e quintal na Rua do Capão;
- 112 - casa e quintal na mesma rua;
- 113 - terreno na mesma rua;
- 114 - terreno na mesma rua, 8:000\$000, tendo direito ainda a 3 lotes;
- 115 - José Antônio da Silva, casa e quintal na Rua de Sabará, 900\$000;
- 116 - Antônio Galdino de Faria, casa e quintal na Rua de Trás, 1:000\$000, com direito a 1 lote;
- 117 - Francisco Caetano de Carvalho, casa e quintal na Rua General Deodoro, 5:000\$000, com direito a 1 lote;
- 118 - Francisco Amâncio Bessa, casa e quintal na Rua do Capão, 700\$000;
- 119 - Cândido Lúcio da Silveira, casa na rua da Boa Vista;
- 120 - terreno na Rua General Deodoro, permutado por 2 lotes;
- 121 - Eduardo Edwards, casa e quintal na Rua do Capão, 1:300\$000;
- 122 - Alípio Luís Ferreira, casa e quintal na Rua do Capão, 1:500\$000, com direito a 1 lote;
- 123 - Herdeiros de Manuel Pinto Duarte, casa e quintal na Rua de Trás, 600\$000;
- 124 - Frutuoso Alves Martins, casa e quintal na Rua da Boa Vista, 300\$000;
- 125 - Dr. Artur Fernandes Campos da Paz, casa e quintal na Rua do Rosário, permutados por 1 lote;

- 126 - Malaquias dos Reis, casa e quintal na Rua de Sabará;
- 127 - casa e quintal na Rua de Trás;
- 128 - casa e quintal na Rua de Congonhas, 4:000\$000, com direito a 1 lote;
- 129 - Regina Angélica das Dores, casa e quintal na Rua do Rosário, 1:000\$000, com direito a 1 lote;
- 130 - Delfina Maria da Silva, casa e quintal na Rua de Sabará, 500\$000;
- 131 - Ana Esméria de Freitas, casa grande e terreno na Rua de Sabará, 2:500\$000, com direito a 1 lote;
- 132 - José Nogueira da Silva, casa e quintal na Rua de Sabará;
- 133 - casa e quintal na mesma rua, 2:200\$000, com direito a 1 lote;
- 134 - Frederico de Aquino, casa e quintal na Rua General Deodoro, 800\$000;
- 135 - Francisco Alves Nogueira, casa e quintal na Rua de Congonhas, 1:000\$000;
- 136 - Antônia Cândida de Jesus, casa e quintal na Rua do Capão, 1:200\$000, com direito a 1 lote;
- 137 - Rita Verônica, casa e quintal na Rua do Capão, 1:300\$000;
- 138 - Antônio José de Abreu, casa e quintal na Rua de Sabará, 1:200\$000, com direito a 1 lote;
- 139 - Joaquim de Sousa Menezes, casa e quintal na Rua do Capão, 1:200\$000, com direito a 1 lote;
- 140 - Trajano de Araújo Viana, terreno na Rua do Rosário, 550\$000;
- 141 - Francisco de Paula e Silva, casa e quintal na Rua de Trás;
- 142 - terreno na mesma rua, 800\$000;
- 143 - Virgílio Machado e outros, fábrica de ferro no Arrudas, 45:000\$000;
- 144 - Felisberta Rosa Martins, casa e quintal na Rua de Sabará, 400\$000, com direito a 1 lote;
- 145 - Antônio Avelino dos Santos, casa e quintal na Rua de Sabará, 3:200\$000, com direito a 1 lote;
- 146 - Viúva e herdeiros de Manuel do Rosário, casa e quintal na Rua de Trás, 300\$000, com direito a 1 lote;
- 147 - João Francisco de Sales, casa e quintal no Beco do Gervásio, 300\$000;
- 148 - Herdeiros de Vitorino Martins, casa e quintal na Rua de Congonhas, 1:300\$000;
- 149 - Rita Rosa de Jesus, terreno na Rua de Congonhas, 150\$000;
- 150 - José Manuel de Abreu Júnior, casa e quintal na Rua de Congonhas, 1:300\$000;
- 151 - Rita Verônica e herdeiros de Frutuoso da Silva, casa e quintal na Rua de Trás, 1:000\$000, com direito a 1 lote;
- 152 - José Cleto da Silva Diniz, casa e quintal na Rua do Capão, 800\$000, com direito a 1 lote;
- 153 - José Joaquim Martins, casa e quintal na Rua do Capão;
- 154 - casa na mesma rua, 2:000\$000;
- 155 - José Cândido Moreira, casa na rua da Boa Vista, 600\$000;
- 156 - João Firmino dos Reis, casa e quintal na Rua General Deodoro, 1:200\$000;
- 157 - Domingos dos Reis Correa, casa e quintal na Rua General Deodoro, 1:200\$000;

- 158 - Maria Francisca, casa e quintal na Rua de Trás, 1:000\$000;
- 159 - Maria de Jesus, casa na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 160 - Bernardo Ferreira Pinto, casa e quintal na Rua General Deodoro, 800\$000;
- 161 - Manuel Ferreira Passos, casa e quintal na Rua do Capão, 1:500\$000;
- 162 - José Simões da Silva, casa e quintal na Rua General Deodoro, 1:600\$000;
- 163 - o mesmo, terreno na mesma rua, 40\$000;
- 164 - João Ferreira Passos, casa na Rua da Boa Vista;
- 165 - casa e quintal, na Rua do Capão;
- 166 - terreno na mesma rua, 2:500\$000;
- 167 - Gabriel Ferreira Passos, casa e quintal na Rua do Capão, 2:000\$000;
- 168 - o mesmo, terreno na mesma rua, permutado por 1 lote;
- 169 - o mesmo, terreno na Rua General Deodoro, permutado por 1 lote;
- 170 - Sérgio Casemiro Alcântara, casa e quintal na Rua do Capão, 1:000\$000;
- 171 - João Francisco da Silva, casa e quintal na Rua de Santana, 400\$000;
- 172 - Delfina Marta da Cruz, casa e quintal na Rua de Santana, 150\$000;
- 173 - Manoel Pinto da Assumpção, casa grande na Rua do Comércio;
- 174 - casa e quintal na mesma rua;
- 175 - casa e quintal no Aqueduto;
- 176 - casa e quintal na Rua do Capim;
- 177 - casa e quintal na mesma rua;
- 178 - casa e quintal na mesma rua;
- 179 - rancho de tropas na mesma rua;
- 180 - casa na Rua da Boa Vista;
- 181 - casa na mesma rua;
- 182 - casa na Rua de Santana;
- 183 - casa no Pinto;
- 184 - casa no Pinto;
- 185 - sítio na Lobeira, 14:000\$000;
- 186 - Eduardo Edwards, terreno na Rua de Congonhas, permutado por 1 lote;
- 187 - Geraldino José de Alcântara, casa na Rua da Boa Vista, 500\$000;
- 188 - Luís Hilário Claudino, casa e quintal na Rua de Trás 1:250\$000, com direito a 1 lote;
- 189 - Cândido Lúcio da Silveira, casa e quintal na Rua do Comércio;
- 190 - casa e quintal na mesma rua;
- 191 - o Sítio da Mata, 13:600\$000;
- 192 - Antônio de Pádua Batista Vieira, casa e terreno na Rua de Sabará;
- 193 - terreno no Arrudas;
- 194 - terreno no Barreiro, 30:000\$000;
- 195 - Maria Hilária, casa e quintal na Rua do Capão;
- 196 - casa na mesma rua, 1:750\$000;

- 197 - Guilherme Ricardo Vaz de Melo, o sítio da Mata, com direito a 1 lote, 3:200\$000;
- 198 - Maria de S. Ferreira e Joana S. Ferreira, casa e quintal na Rua General Deodoro, permutado por 2 lotes;
- 199 - Joaquim Vicente Martins, casa e quintal na Rua do Capão;
- 200 - casa pequena na mesma rua, 1:500\$000;
- 201 - Maria Luiza, casa na Rua da Boa Vista, 450\$000;
- 202 - João Carvalho de Aguiar, casa e quintal no Largo da Matriz, 2:000\$000, com direito a 3 lotes;
- 203 - o mesmo, casa e quintal no mesmo largo, 1:000\$000;
- 204 - o mesmo, casa e quintal na Rua de Sabará, 2:000\$000;
- 205 - Francisco Cândido da Silveira, casa e terreno no Aqueduto;
- 206 - terreno entre as ruas General Deodoro e do Capim, 1:540\$000;
- 207 - Olímpio J. dos Santos, casa e quintal no Beco da Barroca, 800\$000;
- 208 - José Carlos Vaz de Melo, terreno na Ponte do Saco;
- 209 - outro terreno no mesmo lugar;
- 210 - outro terreno no mesmo lugar, 3:000\$000, com direito a 3 lotes;
- 211 - Herdeiros de Clara Luciana Maria dos Prazeres, casa e quintal na Rua General Deodoro, 800\$000;
- 212 - Vitorino Arcanjo Ferreira, terreno na Barroca;
- 213 - terreno na Lagoa Bonita;
- 214 - terreno na Lagoinha;
- 215 - sítio e casa no Cardoso, 8:000\$000, com direito a 6 lotes;
- 216 - Francisco da Silva Lobo, casa e quintal na Rua de Trás, permutados por 1 lote;
- 217 - o mesmo, terreno na Rua de Sabará, permutado por 2 lotes;
- 218 - Etelvina Joaquina da Silveira, casa e quintal na Rua do Rosário, 2:000\$000;
- 219 - Herdeiros de Carlota Dias, casa e quintal na Rua Carlota Dias, 1:250\$000;
- 220 - Francisco da Costa Pacheco, casa na Rua da Boa Vista 1:000\$000;
- 221 - José Carlos Vaz de Melo, Virgílio Machado e outros, casa e quintal no Largo do Rosário, 1:600\$000, sendo que o coronel Virgílio Machado ficou com direito a 1 lote;
- 222 - Ana Cecília, casa e quintal na Rua do Capão;
- 223 - caua nos fundos, 1:000\$000;
- 224 - Francisco Anacleto de Araújo, casa e quintal na Rua do Comércio, 1:500\$000, com direito a 1 lote;
- 225 - Francisco Cândido Fernandes, casa na Rua de Santana;
- 226 - 227 - 228 - casas na mesma rua;
- 229 e 230 - casas na mesma rua;
- 231 - casa na Rua do Capim, 1:200\$000;
- 232 - viúva e herdeiros de Zacarias Rodrigues Goulart, casa e quintal na Rua do Rosário, 2:000\$000;

- 233 - José Simões da Silva, terreno em Felipe da Costa, 1:200\$000, com direito a 1 lote;
- 234 - Antônio Batista Vieira, casa na Rua de Santana, permutada por 2 lotes;
- 235 - Manuel Galdino de Oliveira, casa e quintal na Rua de Congonhas;
- 236 - casa do mesmo terreno;
- 237 - terreno plantado na mesma rua;
- 238 - casinha e terreno na Rua de Sabará;
- 239 - telheiro no mesmo terreno, 3:000\$000;
- 240 - herdeiros de Francisco José da Silva Reis, casa e quintal na Rua do Rosário, 1:500\$000;
- 241 - Dr. Aarão Reis, casa e terreno na Rua de Congonhas, permutados por 3 lotes;
- 242 - Luís Lúcio da Silveira, casa e quintal na Rua do Comércio, 1:000\$000;
- 243 - Eduardo Edwards e outros, casa e quintal no Largo da Matriz;
- 244 - barracão na Rua do Capão;
- 245 - casa e quintal na Rua de Sabará;
- 246 - casa e quintal na Ponte do Saco;
- 247 - casa no Sítio Navio, 15:000\$000;
- 248 - Joaquim Domingos Gonçalves, casa e quintal na Rua de Sabará;
- 249 - casa e quintal na mesma rua, 1:700\$000, com direito a 1 lote;
- 250 - Francisco Querino dos Santos, casa no Barro Preto, 250\$000;
- 251 - Maria Antônia Vieira, terreno na Rua de Sabará, 400\$000;
- 252 - Maria Eulália de Siqueira e outros, casa e quintal na Rua de Sabará;
- 253 - terreno nos Correias;
- 254 - outro terreno no mesmo lugar, 1:400\$000;
- 255 - viúvo e herdeiros de Francisca Clementina Vieira, casa e terreno na Rua de Sabará, 500\$000;
- 256 - Joaquim Pinto da Silva, casa na Rua de Santana, 250\$000;
- 257 - Luís Megliorati, casa e quintal na Rua de Sabará, 1:284\$000;
- 258 - Santa Casa de Misericórdia de Sabará, terreno na Lagoa Bonita, 18:000\$000;
- 259 - Joaquim José dos Santos, casa na Rua do Leitão;
- 260 - rancho e tropas;
- 261 - engenho de mandioca;
- 262 - moinho;
- 263 - casa, tudo na mesma Rua do Leitão, 5:000\$000;
- 264 - Antônio dos Santos Reis Benfica, casa na margem do Arrudas;
- 265 - *idem*;
- 266 - *idem*;
- 267 - *idem*;
- 268 - *idem*;
- 269 - *idem*;
- 270 - casa de capim no mesmo lugar;

- 271 - casa no mesmo lugar;
- 272 - cafua de capim no mesmo lugar;
- 273 - engenho de mandioca no mesmo lugar, 5:500\$000, com direito a 1 lote;
- 274 - Crispiniano de Miranda Costa Sobrinho e Joaquim de Miranda Costa, casa de capim no Retiro, 500\$000;
- 275 - os mesmos, casa de telha na margem direita do Arrudas, 1:000\$000;
- 276 - Manuel Pinto da Conceição, casa e quintal na Rua do Capão;
- 277 - terreno na mesma rua, 1:500\$000, com direito a 1 lote;
- 278 - José Carlos Vaz de Melo e Eduardo Edwards, sítio da Olaria da Cava, 15:000\$000;
- 279 - os mesmos, terreno na fazenda do Palmital, 2:000\$000, com direito a 2 lotes;
- 280 - Teófilo dos Reis Correia, casa na Rua de Santana, 300\$000;
- 281 - herdeiros de José Lopes Sobrinho, casa e quintal na Rua de Sabará, 650\$000;
- 282 - viúvo e herdeiros de Rita Constança de Freitas, casa e quintal na Rua de Sabará, 600\$000;
- 283 - Manuel Pereira de Melo Viana, a Fazenda do Barreiro, 75:000\$000, com direito a 2 lotes contíguos à Estrada de Ferro Central;
- 284 - Ilídio Ferreira da Luz, casa, na Fazenda do Capão;
- 285 - telheiro e benfeitorias na mesma fazenda;
- 286 - Gabriel Ferreira Passos, casa na mesma fazenda;
- 287 - Antônio Ferreira da Luz, casa na mesma fazenda;
- 288 - José Ferreira da Luz, casa na mesma fazenda;
- 289 - Antônio Batista Vieira, rancho de telhas na mesma fazenda;
- 290 - o mesmo, outro rancho de telha na mesma fazenda, 35:000\$000;
- 291 - Ilídio Ferreira da Luz, casa e terreno na Rua do Capão, 1:000\$000, com direito a 2 lotes;
- 292 - Antônio Batista Vieira, casa e terreno na Ponte do Saco, permutados por 2 lotes de 10,50 m nas proximidades da Central;
- 293 - Joaquim Alves Sobrinho, casa de capim na Rua de Sabará, 80\$000;
- 294 - Antônio Gonçalves de Almeida, casa e terreno na Rua do Capão, permutados por 2 lotes de 10,50 m, sendo um próximo à Central;
- 295 - Júlio Antônio Marques, casa na Rua de Sabará, 80\$000;
- 296 - Manuel Germano Gonçalves, casa e terreno na Rua de Sabará, 350\$000;
- 297 - José Custódio Vieira, 3 partes em uma casa e quintal na Rua de Sabará, 100\$000;
- 298 - Manuel Ferreira Passos, casa na Rua da Boa Vista, 170\$000;
- 299 - o mesmo, cafua na mesma rua, 80\$000;
- 300 - Ana Joaquina de Mesquita, casa e terreno na Rua de Sabará, 500\$000;
- 301 - Joaquim Alves Nogueira, terreno na Rua de Sabará, 350\$000;
- 302 - Francisco Peregrino Vieira, casa na Rua de Santana, 200\$000;
- 303 - Ana Joaquina Pinto, cafua de capim na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 304 - Francisco João da Rocha, casa e terreno na Rua de Sabará, 800\$000;

- 305 - Herdeiros de Ana Alves Nogueira, casa e terreno na Rua de Sabará, 400\$000;
- 306 - Inácio Dias de Lima, casa de capim e terreno nas Alagoinhas, 500\$000;
- 307 - Francisco Amâncio Bessa, terreno na Rua do Capão, permutado por 1 lote de 10,5 m, no mesmo lugar ou em suas imediações;
- 308 - Joaquim Rosa da Conceição, casa na Rua da Boa Vista 180\$000;
- 309 - Antônio Batista Vieira, casa na Rua de Santana, permutada por 2 lotes;
- 310 - João José da Cunha, a Fazenda da Boa Vista, com direito a 1 lote suburbano, 25.000\$000;
- 311 - Cândido Lúcio da Silveira, a Fazenda do Leitão, com direito a 1 lote suburbano, 40\$000\$000;
- 312 - Ana Barbosa de Almeida, casa e terreno no Pinto , 1:000\$000;
- 313 - João dos Reis da Silva, casa no Pinto , 830\$000;
- 314 - Margarida Teodora da Silva, casa no Pinto , 460\$000;
- 315 - Manuel Joaquim de Oliveira, casa no Pinto , 500\$000;
- 316 - Cândido da Costa Correia, casa no Pinto , 250\$000;
- 317 - José Antônio de Santana, casa no Pinto , 250\$000;
- 318 - Antônio Francisco de Sousa, casa no Pinto , 250\$000;
- 319 - Manuel Jacinto do Nascimento, casa no Pinto , 250\$000;
- 320 - Manuel Roberto, casa no Pinto , 250\$000;
- 321 - João da Silva Cardoso, casa no Pinto , 250\$000;
- 322 - Francisco de Sales Silveira, casa no Pinto , 200\$000;
- 323 - José Miguel, casa no Pinto , 200\$000;
- 324 - Maria da Paixão, casa no Pinto , 200\$000;
- 325 - João Alves Correia, casa no Pinto , 200\$000;
- 326 - Miguel Honorato, casa no Pinto , 200\$000;
- 327 - Policena Felipa da Silva, casa no Pinto , 200\$000;
- 328 - Vitorino da Costa Júnior, casa no Pinto , 170\$000;
- 329 - Pio José Henrique, casa no Pinto , 170\$000;
- 330 - Felisberto José Barbosa, casa no Pinto , 150\$000;
- 331 - Policina Balbino da Silva, casa de capim no Pinto , 130\$000;
- 332 - Augusto Lopes da Costa, casa de capim no Pinto , 130\$000;
- 333 - Ana Maria da Conceição, casa de capim no Pinto , 130\$000;
- 334 - Francisco Basílio da Cruz, casa de capim no Pinto , 130\$000;
- 335 - Antônio Marcelino da Costa, casa de telhas no Barro Preto, 400\$000;
- 336 - Roberta da Paixão, casa de capim no Pinto , 200\$000;
- 337 - Maria Joaquina Pacheco, casa de capim na Rua da Boa Vista, permutada por 1 lote;
- 338 - Francisco Teodoro, casa de capim no Pinto , 150\$000;
- 339 - Balbino Lúcio da Silveira, casa de capim no Pinto , 200\$000;
- 340 - Rita Bernardina da Silva, casa de capim no Pinto , 250\$000;
- 341 - Antônio Justino Vieira, casa de capim na Rua de Santana, 100\$000;

- 342 - Herdeiros de Tomé Joaquim, terreno na Rua de Congonhas, 600\$000;
- 343 - Francisco da Costa Pacheco, casa e terreno no Calafate, 1:500\$000;
- 344 - Silvana Maria dos Santos, casa e terreno no Calafate, 300\$000;
- 345 - Catarina de Sena e Silva, casa e terreno no Calafate, 400\$000;
- 346 - João Lélío Pereira, casa e terreno no Largo da Matriz 2:400\$000;
- 347 - Joaquim de Seixas Ferreira, casa e terreno na Rua de Sabará, 900\$000;
- 348 - José Cleto da Silva Diniz, casa e terreno no Cercadinho, 40:000\$000, com direito a 1 lote suburbano;
- 349 - Tomás de Aquino dos Santos, casa e terreno nas Fazendas do Saco e Alagoinhas, 4:400\$000;
- 350 - Francisco Ferreira da Luz, casa e terreno no Calafate, 3:600\$000;
- 351 - Dionísio da Silva Couto, casa e terreno na fazenda do Caetano Cego, 800\$000;
- 352 - Dionísio da Silva Couto e outros, parte da fazenda de João Caldas, 3:600\$000;
- 353 - José Alves do Vale, casa e terreno no sítio do Navio 800\$000, com direito a 1 lote;
- 354 - Crispiniano de Miranda Costa, casa e terreno nas Alagoinhas, 1:000\$000;
- 355 - o mesmo, casa e terreno, idem, 1:000\$000;
- 356 - o mesmo, casa de capim, idem, 1:000\$000;
- 357 - Manuel Justino e outros, casa e terreno na Rua de Sabará, 2:800\$000;
- 358 - os mesmos, terreno na Rua de Sabará, 1:000\$000;
- 359 - Perciliano de Seixas Ferreira, casa e quintal, na Rua de Sabará, 1:000\$000;
- 360 - Francisco Caetano de Carvalho, casa na Rua do Capim, 50\$000;
- 361 - Mário Rosa, casa na Rua de Santana, 150\$000;
- 362 - Manuel Vieira da Mota, casa na Rua de Santana, 50\$000;
- 363 - Zacarias Martins, casa na Rua de Santana, 50\$000;
- 364 - João de Araújo Viana, casa na Rua de Santana, 50\$000;
- 365 - Cândida Belarmina, casa na Rua de Santana, 50\$000;
- 366 - Honório Teófilo de S. Pedro, casa na Rua da Boa Vista, permutada por 1 lote;
- 367 - Rita Romana de Sousa, casa na Rua da Boa Vista, permutada por 1 lote;
- 368 - Antônio José de Almeida, casa na Rua de Santana;
- 369 - outra casa na mesma rua, 180\$00;
- 370 - Luíza da Costa, casa na Rua de Santana, 50\$000;
- 371 - Maria da Conceição, casa na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 372 - Ana Francisca, casa na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 373 - Rita Martins, casa na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 374 - Maria Joaquina, casa na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 375 - João Soares da Conceição, casa na Rua de Santana, 50\$000;
- 376 - Crispiniano de Miranda Costa, casa na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 377 - Maria Frutuosa, casa na Rua da Boa Vista, 50\$000;
- 378 - Joaquim de Sousa Menezes, casa e terreno na fazenda do Saco;

- 379 - *idem* na fazenda do Palmital;
- 380 - *idem* na fazenda do Saco;
- 381 - *idem* na mesma fazenda;
- 382 - *idem* na mesma fazenda;
- 383 - *idem* na mesma fazenda, 14:000\$000;
- 384 - Dr. Hermilo Alves, casa no Pinto ;
- 385 - casa no Pinto , permutadas por 1 lote;
- 386 - Jacinto Vieira, casa no Pinto ;
- 387 - rancho no Pinto ;
- 388 - rancho no Pinto , permutado por 1 lote;
- 389 - Ana Clara, casa na Rua de Santana, 150\$000;
- 390 - Francisco Primo Vieira, casa na Rua de Sabará, 600\$000;
- 391 - viúva e herdeiros de Joaquim de Freitas Carneiro, casa e quintal na Rua de Sabará, 600\$000, com direito a 1 lote;
- 392 - Manuel Cândido da Conceição, parte de 1 terreno na Rua General Deodoro, 150\$000;
- 393 - Antônio Alves Martins Junior, casa na Rua de Santana;
- 394 - Camilo Ferreira Palhares, casa na Rua do Capim;
- 395 - cafua na mesma rua, 200\$000;
- 396 - Antônio Justino Alves, casa e terreno na Cancela, 500\$000;
- 397 - Virgílio C. Machado, terreno na Fazenda do Saco, permutado por 1 lote;
- 398 - Mariano Ribeiro de Abreu, terreno na Fazenda do Freitas, 1:800\$000;
- 399 - viúva e herdeiros de Manuel Henrique Monteiro, casa e quintal na Rua do Capão, 600\$000;
- 400 - Joaquim José dos Santos, terreno no Aqueduto, 100\$000;
- 401 - Cândido Lúcio da Silveira, terreno no Calajau;
- 402 - terreno no mesmo lugar, 1:800\$000, com direito a 1 lote suburbano;
- 403 - Virgílio C. Machado, terreno na Fazenda do Saco, permutado por 1 lote;
- 404 - Francisco Militão Pereira, casa e quintal na Rua de Sabará, 500\$000;
- 405 - Damaso dos Santos Benfica, casa e terreno na Lagoinha, 700\$000;
- 406 - Joaquim Ferreira Couto, casa e terreno na Lagoinha, 700\$000;
- 407 - Mariano Teixeira, casa e terreno na Lagoinha, 700\$000;
- 408 - João Evangelista Nepomuceno, casa e terreno na Lagoinha;
- 409 - casa e terreno no mesmo lugar, 1:000\$000;
- 410 - João Correia do Rosário, casa e terreno na Lagoinha, 180\$000;
- 411 - Antônio João Dias, terreno na Lagoinha, 55\$000;
- 412 - Manuel Vicente da Fonseca, terreno na Lagoinha, 1:000\$000, com direito de 1 lote;
- 413 - Joaquim de Oliveira Gomes, terreno na Lagoinha 25\$000;
- 414 - Sebastião dos Santos, casa na Rua do Capim, 25\$000;
- 415 - Maria Rita, casa na Rua do Capim, 25\$000;

- 416 - Vitorino Arcanjo Ferreira, casa e quintal no Beco do Gervásio, 2:500\$000;
 417 - herdeiros de Manuel Caetano de Carvalho, terreno na Rua do Capão, 400\$000;
 418 - Padre Francisco Martins Dias, casa e quintal no Largo da Matriz;
 419 - outra casa e quintal no mesmo largo, 4:000\$000, com direito a 4 lotes;
 420 - Herdeiros de Joana Maria do Amparo, terreno na Cancela, 1:000\$000;
 421 - Cândido de Araújo, terreno na Rua de Sabará, permutado por 2 lotes;
 422 - José Silvestre da Rocha, casa e quintal na Rua de Sabará, 600\$000;
 423 - Sebastião Cândido Martins, casa na Rua de Santana, permutada por 1 lote;
 424 - herdeiros de João Cândido Martins, casa e quintal na Rua do Capão, 2:700\$000;
 425 - João Ferreira Passos, terreno na Rua General Deodoro, 50\$000;
 426 - herdeiros de Maria H. da Anunciação, casa e quintal na Rua de Sabará, 2:000\$000;
 427 - herdeiros de Antônio José Brito, casa e quintal na Rua General Deodoro, 1:000\$000;
 428 - herdeiros de José Nogueira da Silva, casa e quintal na Rua de Sabará, 600\$000.

A soma total desta relação monta a 754:049\$000. Tem ela a data de 21 de maio de 1895 e está assinada pelos Srs. João Ewerton da Silva Castro, 3º escriturário, e José Joaquim Neto Amarante, escrivão do Tombamento, que a conferiu.

Como se vê pela relação acima, as 428 propriedades desapropriadas de que se compunha o arraial, inclusive algumas fazendas circunvizinhas, custaram ao Estado 754:049\$000, ou seja, uma média de 1:735\$602 por propriedade, mediando os preços entre o maior, que foi de 75:000\$000 (custo da Fazenda do Barreiro) e o menor de 25\$000, preço de algumas casinhas na Rua do Capim e na Lagoinha.

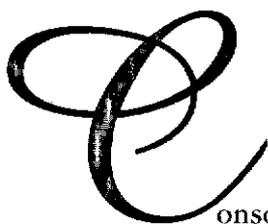
Cumpra notar que essas propriedades, em sua maioria, deram renda ao Estado, desde que foram desapropriadas até a inauguração da nova capital, e algumas até mesmo depois, alugadas a funcionários da Comissão ou a particulares. E eram disputadíssimas tais casas naquele período de tempo em que as habitações de Belo Horizonte eram constituídas por elas, por cafuas e barracões provisórios.

Conforme se verá na segunda parte deste volume, a Comissão despendeu mais 87:617\$036 com desapropriação, perfazendo o total de 841:666\$036.

NOTA

50 MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Op. cit.*, v.1, p.81-93; v. 2, p.251-253.

OBSERVAÇÕES DE ALFREDO CAMARATE SOBRE COSTUMES
E COISAS DE BELO HORIZONTE NOS PRIMEIROS DIAS DA COMISSÃO
CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL



Consoante já tivemos oportunidade de dizer, ninguém observou melhor nem descreveu com mais autoridade e segurança sobre os costumes, a vida, as belezas e os defeitos do arraial de Belo Horizonte, nos primeiros dias de trabalho da Comissão Construtora, do que Alfredo Camarate, na série interessantíssima de crônicas publicadas no *Minas Gerais*, sob o pseudônimo de Alfredo Riancho e com o título de *Por montes e vales*. Por julgá-las assim e, no propósito de tornar a mais completa e exata possível a nossa história, não passaremos adiante enquanto não trasladarmos para aqui vários tópicos dessas formosas páginas de observação autêntica daquele espírito luminar, que a 1º de abril de 1894 escrevia:

“O povo de Belo Horizonte e circunvizinhanças sabia, pelo menos há dois meses, que viria, a essa pequeníssima população, um êxodo de engenheiros, condutores, auxiliares, empregados administrativos e, com a maior parte deles, as suas respectivas famílias e não lhe era muito difícil prever que, atrás dessas centenas de pessoas, viriam outras, chamadas pela fatal atração da permuta.

Não era também muito difícil prever que este suprimento relativamente grande de população vinha quase todo habituado ao conforto e comodidade que proporcionam os grandes centros de população, e que, disposto a privar-se de muita coisa agradável e supérflua, não esperava encontrar-se num meio absolutamente desprovido mesmo daquilo que é considerado o rigorosamente indispensável.

Pois bem; já estavam bem ou mal instalados nas suas casas os engenheiros da Comissão e suas famílias; já o pequeno hotel regorgitava de hóspedes, que dormem aos 2 e aos 3 nos quartos, salas e aposentos dependentes ou de passagem; já os aluguéis de prédios, casarões e mesmo pardieiros tinham chegado a proporções de preço a que, nem pela mais exaltada imaginação dos seus proprietários, poderiam chegar no decorrer dos séculos, e ainda todos os armazéns de comestíveis estavam de prateleiras desertas ou, quando muito, povoadas com resíduos de gêneros que mal serviriam para contentar as modestas exigências da gente pobre do sertão.



Casa comercial do Sr. Cândido de Araújo à Rua de Sabará, mais ou menos no local em que hoje se dá o cruzamento da Avenida Carandaí com a Rua Paraíba. Cândido de Araújo é o que está de preto, em pé, no ângulo da casa, com as mãos segurando a gola do paletó. O homem que está recostado à entrada da última porta à direita é o Sr. coronel Francisco Lobo.

Foi então depois de repetidos pedidos e exigências da nova freguesia que se começou a pensar naquilo que já de há muito devia estar pronto; e, com a dificuldade de transporte que exige entre Sabará e Belo Horizonte e que ascendem à cifra de quarenta mil réis por cada carro de bois, os gêneros aqui sofreram a necessária alta, que produz a muita procura e a pouca oferta; chegando o preço do feijão, do toucinho, do arroz, do açúcar e de todos os mais gêneros correntes às vertiginosas alturas do custo que apresentam, entre nós, as famigeradas especiarias do Oriente.

Os que acharam, a princípio, elevadíssimos os ordenados do pessoal da Comissão Construtora da Nova Capital, se aqui viessem, verificariam que a vida é perfeitamente impossível; sobretudo para aqueles que exercem segundos e terceiros lugares nessa Comissão.

Qualquer hotel, pousada, ou casa particular adotou invariavelmente a *diária* de cinco mil réis por cabeça; mas esses cinco mil réis são o preço de um almoço e jantar de feijão, arroz, carne-de-vento e café, e do alojamento noturno numa cama, que se chama *cama* por um ostentoso luxo de tecnologia e assente num chão de terra batida e que, dia e noite, nos fornece umas velaturas de amarelo ou de vermelho, conforme o barro ou a argila de que é composto!

O Dr. Aarão Reis, prudente e enérgico como é, tem bastantes meios de cortar pela raiz as exageradas pretensões dos vendeiros, abrindo um armazém de comestíveis que os fornecesse pelo custo, sobrecarregados apenas pelas despesas de fretes e carretos, aos seus empregados; e muito poderia fazer também, contra as hipérboles de lucro dos hoteleiros; mas creio que julga por enquanto melhor atuar pela convicção e pela exposição verdadeira e clara dos recursos que ele tem em suas mãos, como chefe da Comissão Construtora.

Outra coisa suponho desde já necessária, e essa suposição deriva exclusivamente da minha impressão pessoal: é haver aqui uma força policial, não para manter a ordem na povoação, porque aqui a gente é boa, ordeira e cortês para com todos; mas para manter em respeito os que pela cizânia e intriga, com fins inconfessáveis, pretendam inimizar os que estavam com os que chegaram.

No vastíssimo campo das transações, empreendimentos e negócios de toda espécie, como vai ser, nos primeiros tempos, Belo Horizonte, as ambições e as rivalidades de interesse sempre proporcionam desaguisados insignificantes no nascedouro, mas que muitas vezes tomam proporções sérias, quando não há recursos de ordem para os fazer abortar logo no começo.

Por enquanto, as festas religiosas da Semana Santa têm sido um derivativo salutar, e, digamo-lo com justiça, que Belo Horizonte, apesar de ser uma localidade relativamente pobre, faz as suas solenidades com uma pompa natural e espontânea, muito de ver-se e admirar-se.

Todos os dias da Semana Santa tem havido procissão; extensíssimas filas de irmãos, pobres, ricos ou remediados, muitos deles sem capa; mas todos numa ordem e respeito que seria muito de seguir-se como exemplo pelos povos de outras cidades mais ricas, mas que da religião fazem pretexto para folias e ostentações.

A procissão do Enterro era sobretudo de um efeito imponente e comovente, pelas milhares de velas que a acompanhavam e que, na cauda do préstito, formavam um grande foco luminoso, que parecia lutar com vantagem, com esplêndido luar que iluminava aquela noite.

Uma coisa não se pode negar ao povo de Belo Horizonte: é a sinceridade das suas crenças. O que nas outras terras católicas é *carolice*, aqui é preito leal, culto verdadeiro e fervoroso, homenagem despida de lantejoulas, que muitas vezes transformam as festas do culto sagrado em apoteoses cenográficas de mágica! Em Belo Horizonte, os sentimentos religiosos são vazados, mais do que em qualquer parte, nos taceiros da humildade cristã.⁵¹

A 5 de abril, Camarate dizia do homem, do clima e da salubridade de Belo Horizonte, assim:

“... Se me vou ocupar da aparente saúde dos habitantes de Belo Horizonte, não vão ver em mim descocadas pretensões de decisões de competente; mas simplesmente o desejo de dizer, a meu costumado modo, a idéia que faço deste bom povo, pela impressão que me apresenta o seu aspecto, que eu tenho estudado atentas e repetidas vezes, nestes dias de festividades que aqui produzem raras e numerosas reuniões dos habitantes do lugar e cercanias.

O tipo geral deste povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos. Ora, esta fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo, que é magnífica, e com a boa saúde e pantagruélico apetite dos que têm vindo e que, em mais de um mês de residência, já iriam percebendo sintomas e prenúncios de mal-estar futuro.

Mas o mesmo estudo profano mas sincero que tenho feito nas fisionomias, aplico-o com igual boa vontade, à mesa, apreciando, com os cuidados de estatístico, o que cada um come, e quanto come!

A julgar pela alimentação que nos propinam no hotel e pela de algumas casas que tenho visitado, o povo de Belo Horizonte, num clima depauperante e abafadiço como o do Rio de Janeiro, não seria magro, nem amarelo, nem franzino; seria apenas uma multidão de cadáveres!

O proprietário do hotel, homem sincero e honrado, e que procura por todos os meios possíveis e imagináveis estar à altura das exigências e niquices dos *senhores fidalgos* que lhe chegaram da capital, dá-nos, como já disse noutro artigo, invariavelmente, ao almoço e ao jantar, feijão, arroz, carne-de-vento e café!

Ora, esta alimentação que faria fugir a sete pés um europeu ou mesmo um fluminense, representa, neste sóbrio povo, um festim muito para comparar às bodas de Camacho! Ninguém aqui tem semelhante ostentação de *menu*; ninguém aqui se sente, como nós, assoberbado pela prodigalidade e variedade de tais manjares; ninguém de Belo Horizonte, mesmo que seja remediado ou rico, mesmo que festeje batizado ou casamento, se mete em

funduras alimentares deste jaez; funduras que seriam consideradas regalias de acepipes de nababo ou de príncipe russo!

Por muito pouco que eu entenda de higiene da alimentação, conheço ainda o suficiente dessa ciência tão querida e explorada dos franceses, para que possa asseverar, sem medo de engano ou de cochilo científico, que um regime permanente de feijão, arroz com algumas raras surtidas de carne-de-vento, não pode levar ninguém a ostentar faces rubicundas e bochechudas de camponês minhoto, que recheia e alaga o estômago com carne, frutas e generoso vinho; nem tampouco exibir tez com louçanias de Moringa da Bahia, como apresentam os súditos de Sua Majestade Imperial do Reino Unido e Índias; que se atascam de manhã à noite em monolitos de *roast-beef*, em saladas e conservas de toda espécie e tudo mergulhado na nutritiva e corante *pale-ale* ou em ingestões freqüentes de Cherry ou de Oporto, na frase deles e que corroboram e fortificam.

Portanto, a palidez e magreza dos filhos cá da terra é enfermidade (se é enfermidade) mui fácil de corrigir, e, neste caso, é que está aplicada acertadamente a sentença de um célebre médico, que profetiza que, para séculos vindouros, a higiene há de completamente substituir a medicina.

Mas nem me parece que haja necessidade de aconselhar paternalmente este povo para que se alimente devidamente; o exemplo dado na maneira de viver dos outros será o suficiente para acabar, pela raiz, com esse enfezamento artificial; como o exemplo do viver dos ingleses, franceses e alemães transformou completamente a mesa dos habitantes do Rio de Janeiro, que, observados por mim durante o espaço de vinte anos, provam que lhes foi fácil e agradável trocar pelas honestas entoações do vermelho, a cara de desmamar criança que possuíam outrora!

Restam-nos ainda: os descambados de costas, os defeituosos, os aleijados e os raquíticos. Pois bem, para estes, procedi igualmente, como fazia na pintura e no jornalismo, estudei-os *d'après-nature* ou, antes, completei as minhas observações, com uma espécie de inquérito. Quase todas as famílias de Belo Horizonte têm por hábito contrair matrimônio entre parentes, e, das muitas que me citaram, o número de raquíticos, aleijados e defeituosos era espantoso!

Seria uma inutilidade dizer alguma coisa sobre o estafado assunto dos casamentos entre parentes e, sobretudo, entre parentes de um certo grau; tanto mais que a minha incompetência nada vinha acrescentar de novo ou de útil ao muito que sobre o caso têm escrito os luminares da ciência.

A inoculação de novos agentes de povoação disseminará mais as simpatias que terão mais amplo ensejo de procurarem aclimar-se em terrenos novos e, nesta forçada mescla, que provocam todas as grandes coletividades, os filhos e netos do povo de Belo Horizonte hão de vir a ser desempenados, esbeltos e robustos, e aqui é o caso de dizer: quer queiram, quer não queiram!

Reservei para fecho a magna questão do *bócio*, ou mais popularmente dos *papudos*. Tenho encontrado talvez uns 15 ou 20, e isto nas grandes aglomerações que têm produzido as festas da Semana Santa.

Mesmo que eles pertencessem ao lugar, a proporção não era assustadora; mas afiançam-me que são quase todos de uma localidade distante; o que a ser certo, pelo sim pelo não, talvez que conviesse conservá-la muito isolada da capital "Minas".

Mas, mais do que tais informações, me deu sossego e confiança o fato de verificar que quase todos os *papudos* são de cor, o que não impede de olhar para o assunto com o mesmo cuidado e carinho; mas, sem exceção, a doença acomete os que arrastam a mais miserável vida e todos podem imaginar o que será "a mais miserável vida", passando e experimentando o que é a vida dos supostos fidalgos e ricos!

Enquanto a mim, que não tenho pergaminhos para afiançar que o *bócio* provém da falta de iodo nas águas, ou de seu excesso de magnésia, creio, por intuição, que o *papudo*, pelo menos aqui, é um fruto exclusivo da mais requintada sobriedade de boca e da mais contristadora falta de recursos da mais comezinha higiene!

E para o *bócio*, ao menos para o *bócio* daqui, também me parece que, se ele existe propriamente nesta zona, será estancado e paralisado pela conquista que a civilização inerente a uma grande capital há de realizar neste magnífico pedaço da terra brasileira".⁵²

A 8 de abril, dando-nos o depoimento das suas observações sobre as virtudes do povo de Belo Horizonte, contava o caso interessantíssimo de certo velhinho alfaiate que havia na Rua Sabará e que o maravilhou com a sua excelsa probidade, assim:

"Tenho notado uma coisa: é que o moço mineiro pode ser ou não ser um moço bonito; mas um mineiro velho é quase sempre bonito, e, dessa beleza veneranda, que inspira respeito e simpatia; um como que respeito filial, que sentimos por aquelas alvas barbas, cuidadas quase sempre com garridice, senão imprópria, pelo muito pouco de esperar-se num ancião de setenta anos.

Tenho passado, por muitas vezes, diante desses rostos venerandos, mais venerandos do que descreve a história sobre os antigos patriarcas; admiro sempre, com instintivo respeito, o modo pausado, seguro e justificadamente sentencioso desses homens, dos princípios de um século e que, na simplicidade dos seus hábitos, na modesta grandeza das suas virtudes; na sobriedade das suas exigências; no seu quase constante isolamento, que nada têm de feroz nem de ostentoso, podem falar de baixo para cima com todos os homens da geração que sucedeu à sua e que tão cheios são de requintes, de pretensões, de vaidades e orgulhos e que olham de revés para o próximo, com a soberana convicção desse próximo estar muito *distante* dele.

O bom velhinho, o meu alfaiate, mantendo-se um tanto nas despreensões do curioso, um tanto nas seguranças do oficial de ofício, deu-me os bons-dias, costume invariável em todas as terras pequenas do Estado de Minas, onde se considera toda a população como um cacho de parentes, mais ou menos radicados no tronco que a todos foi berço!

Aproximei-me dele com respeito; quase que tive vontade de lhe tomar a bênção.

.....
 Encomendei-lhe seis pares de calças de brim pardo; uma cor que se aproxima um tanto das entonações do barro que, aqui, encobre por enquanto todas as ruas, todas as casas e todos os corpos de Belo Horizonte.

.....
 E quando me preparava para que o meu patriarca de ponto e bisponto me tomasse a medida das pernas, ele, depois de mastigar por alguns segundos, disse-me com adorável simplicidade: 'Olhe, eu queria dizer uma coisa ao senhor: o senhor vai por esta rua acima e, quando chegar à igreja, siga por uma ladeira que lhe fica à esquerda; mesmo na esquina há um alfaiate; fale com ele; porque lhe faz as calças que o senhor quer, com muito mais perfeição e talvez mesmo que lhe fiquem mais baratas.'

Aquele gesto da mais perfeita honestidade, do mais sublime desprendimento do velhinho, impressionou, comoveu e encheu de admiração ao cronista, que ainda nos diz:

'E não houve regras e demonstrações que chegassem para o demover do seu propósito, apesar das minhas reiteradas instâncias, porque eu já estava disposto a enfiar as pernas mesmo que fosse num par de fronhas de travesseiro; tanto mais que não era caso para isso, porque a obra que eu lhe vira nas mãos parecera-me muito jeitosa no corte e, sobretudo, de grande firmeza de princípios, na solidez das suas costuras!'

E fui-me cismando neste estranho episódio e pesando na balança da minha consciência os novos bens que trará a este povo a conquista vertiginosa dos progressos do século e as antigas virtudes patriarcais deste povo, que se irão esvaindo e fundindo nas fórmulas positivas e interesseiras dos povos ultracivilizados. Filósofos e moralistas dirão, uns, que Belo Horizonte ganha, outros que Belo Horizonte perde!"⁵³

A 11 de abril, Riancho dava-nos as suas impressões sobre a paisagem de Belo Horizonte nestes períodos felizes:

"Se no Brasil há paisagens que se assemelhem, embora ligeiramente, às da Europa, é com certeza em Belo Horizonte. Quando contemplamos um ponto de vista desta localidade, recebemos, desde logo, no seu conjunto, uma impressão idêntica à que sentimos diante das paisagens do sul da Itália, de Espanha ou de Portugal. O firmamento aqui não é tão atrevidamente azul como, por exemplo, Nápoles; não há, como naquele ridente golfo, tantos vapores que fundem os diferentes pontos e os harmonizam sem recortes e sobressaltos; mas, em compensação, a vegetação de Belo Horizonte tem verdes mais profundos e limpos; porque, afastados das estradas muito transitadas, conservam o lustre na folhagem, que se ostenta sempre limpa e lavada, como se horas antes tivessem sido banhadas por copiosa chuva.

Enquanto à entonação do solo, percorre toda a escala cromática das graduações, entre o vermelho e o amarelo e entre esta cor e o branco. Terrenos tão quentes no colorido só os vi iguais no sul da Espanha e nas cercanias de Lisboa, onde há areias que ostentam as pompas da mais assarapantada púrpura!

Mas no que as paisagens de Belo Horizonte excedem as demais que conheço no Brasil é na multiplicidade dos planos que apresentam. Essas grandiosas e respeitáveis montanhas das vizinhanças de Ouro Preto; as rendilhadas cordilheiras que circundam e afogam a cidade do Rio de Janeiro são aqui substituídas por uns montes ligeiramente ondulados nos cumes, e nunca tão altos que escondam outros que lhes ficam por detrás; e assim, de plano em plano, a palheta do pintor é povoada pelo natural, que lhe exige uma infinda gradação de matizes; tantos quantos podem existir entre um primeiro plano violentamente vermelho e os últimos planos que se fundem quase com os céus, num azul ligeiramente violáceo que, para quem não conhece a localidade, será considerado verdadeira hipérbole de perspectiva aérea, fantasia descabelada de pintor suiço, ilustrando tampas de caixa de rapé.

Ignoro se a localidade tem ou não água boa e suficiente para abastecer uma grande capital, e devo crer mesmo que a tem, louvando-me na probidade exigível do relatório feito a tal respeito por engenheiro idôneo e competente; mas o que posso afirmar é que há imensidade de córregos, nascentes, que proporcionam graciosíssimos episódios de paisagem e que lhes serpenteiam as linhas e adoçam essa tal ou qual secura aparente, que têm todas as paisagens que acentuam o vigor dos seus primeiros planos no amarelo ou no vermelho.

.....

Não é natural que o paisagista se atreva, por conta própria, a traduzir, na tela, um ponto de vista que represente, em toda a sua grandeza, esta diversidade de planos que ostentam as paisagens de Belo Horizonte. E, contudo, parece-me que seria coisa para tentar; para que, nos arquivos da municipalidade futura ou nos da Secretaria da Agricultura, ficasse uma recordação do que era Belo Horizonte antes de se começar a cortar e a construir a nova capital "Minas". As fotografias, embora tornadas de grande duração pelos processos da fotogravura, nunca darão uma idéia exata do que era a natureza aqui; já porque lhes faltam as galas do colorido; já porque elas nunca darão, com a desejada nitidez e precisão a intensidade gradativa que oferecem todos os planos. Salvo encomenda a artista conhecido, e dois ou três pontos principais de Belo Horizonte, todas estas belezas deixarão de ficar arquivadas; embora deixando em seu lugar as belezas que provêm das futuras conquistas da civilização. E será pena que tais quadros se não façam porque, como diziam os velhos, não há maior prazer, para quem tem de andar muito, do que olhar para o caminho que já se tem andado.

Para transformar estes campos esplêndidos de cultura em ruas esplêndidas de casaria, não é curto o caminho, que não haja desejo de ter o alívio de contemplar o caminho já andado.

Pontos prediletos para paisagistas, esses não faltam aqui, e a cada canto. As casas, quase todas com a modéstia e encantos de verdadeiras choupanas; as ruas sempre margeadas por

sebes, todas no mais gracioso desmancho e irregularidade; grupos de verdejantes bananeiras destacando-se, muitas vezes, sobre os tons verde-azuis dos eucaliptos; rochedos das mais atormentadas linhas, dentre os quais surgem pitorescas quedas d'água; todas as estradas animadas, especialmente agora, por carros chiadores, pacífica e vagorosamente arrastados por dez bois que mascam de alegria quando a chuva lhes mitiga o prolongado cansaço da tração; todas as ruas onde, por enquanto, apascentam livremente cabritos e ovelhas; em todas as festas e reuniões do povo um trajar rutilante no colorido e quase que à moda do Minho, a única parte de Portugal em que a invasão civilizadora não destruiu completamente os costumes de outrora; tudo, finalmente, aqui é teatro vastíssimo e inesgotável, para os Corots de nossa terra e do estrangeiro.”⁵⁴

A 15 de abril, profligando o preço absurdo a que chegaram os animais de montaria em Belo Horizonte, escrevia:

“Cavalos magros e esguios, como rocinantes quixotescos; *faquinbas* de marca miúda, que arrastam pelo chão seis pés de cavalo e cavaleiro; sendeiros, já em gozo de jubilação, mas trazidos de novo à atividade do serviço; *pangarés* desconjuntados e descoordenados na andadura, e que infligem ao picador as torturas da peneira; burros desbarrigados pelo pouco exercício dos queixos e excessiva ginástica das pernas; jericos impalpáveis, microscópicos e intangíveis; alimárias de todo o molde, configuração e cor de pêlo; tudo aqui chegou a preços fabulosos de corcel de puro sangue, de cavalo ilustrado, na sua vida e na dos seus maiores, por vitórias estrondosas, nas mais afastadas arenas das corridas.

De maneira que causa gosto ver, pela manhã, quando ainda o sol espreita, por cima das cumeeiras, o momento oportuno de nos vir alumiar, os engenheiros, de grandes chapéus moles e largas abas; de medievais acicates, afivelados, em grandes botas à Luís XIV, quase todos desempenados e donairosos, a chutar, nuns pintalegretes de quatro pernas, muito miudinhos e enfumados no andar, com meneios de cabeça, à guisa de cavalo de cortesias, impando de anchos e ufanos, por levar, em tão exíguos lombos, pessoas de tanto valor e sobretudo... de tanto peso! E os colegas saúdam-nos, com um sorriso de troça amigável; sorriso de uma bondade um tanto problemática e que só se explica pela dura necessidade de poupar quem, no dia seguinte, nos deve poupar também, com reciprocidade de razões!”⁵⁵

A 18 de abril, ocupando toda uma crônica a falar das louças de Caeté, que estavam em moda, salienta o hábito das senhoras de Belo Horizonte passearem pela manhã, contando:

“Às seis horas da manhã, quando o crepúsculo ainda conserva, em ostentações violáceas, as cristas das montanhas, já se encontram senhoras passeando pelas ruas de Belo Horizonte.



Casa situada no Beco de "Siá" Merenciana, depois beco do Vitorino, que partia da Rua General Deodoro, atrás da Matriz e, subindo, ia terminar na Rua da Boa Vista. Ficava acima do Hotel Monte Verde, depois Hotel Belém e foi residência do Dr. Hermilo Alves, que se vê à porta com sua Ex^{ma}. família.

As manhãs aqui são fresquíssimas e a atmosfera, de excepcional pureza e transparência, não encobre, como no Rio de Janeiro, pela manhã, o azulado fugitivo dos últimos planos.

Os encantos do clima, as belezas da paisagem devem influir um tanto na feição madrugadora das senhoras residentes em Belo Horizonte; mas eu estou disposto a crer antes que o fato das noites monótonas, que elas passam e que as arrasta a deitarem-se pelas nove horas é que será o principal elemento destes matutinos pendores para o bucolismo.

Há dias, por volta de seis horas da manhã, vi entrar para uma loja um rancho de senhoras, acompanhadas por um cavaleiro. Era o Dr. Hermilo Alves e sua família que procuravam exemplares da célebre louça de Caeté, para os enviar, como recordação, a parentes e amigos de S. João del Rei.”⁵⁶

A 26 de abril, depois de dizer que Belo Horizonte estava assente sobre um colossal e extensíssimo formigueiro, que iria dar muito ganho aos fabricantes de formicida e muito trabalho à Comissão Construtora, falava das hortas e quintais:

“Mas, eu, com a minha mania exageradamente locomotora, tenho percorrido todas as localidades vizinhas e vejo as jabuticabeiras carregadas de luzidas frutas, as laranjeiras e limeiras vergando debaixo de volumosos e apetitosos pomos, os ananases emergindo do solo, em graciosos e bastos penachos e sempre nas árvores e nos arbustos, nas hortaliças de todo o gênero, esse verde sadio, limpo e lustroso de quem vive nas melhores condições de saúde e robustez; apesar de viverem ameaçadas de morte que lhe deve começar pelos pés e que, talvez porque a ameaça lhes venha de tão baixo, as não assustam as crianças nem os moços, as reiteradas promessas de males futuros.

Nunca vi terra tão cultivada como aqui; é verdade também que nunca vi terra que tão pouco tenha feito pela cultura. Os cafezais cobertos de capim, abandonados absolutamente, estão cheios de rubros grãos e prometem lucrativa colheita; as laranjeiras, na maior parte cobertas de erva de passarinho, ostentando pomos de uma cor e perfeição admiráveis; mas o capim não se monda, a erva de passarinho não se arranca, unicamente porque um colossal e vastíssimo formigueiro mina as terras de Belo Horizonte!”⁵⁷

Como se está vendo, o fino, culto e atilado espírito de Alfredo Camarate, verdadeiro enamorado do antigo e pitoresco arraial de Belo Horizonte, tendo aí vivido durante todo o período dos trabalhos da Comissão Construtora, até depois da mudança da capital, deixou-nos nas suas lindas e graciosas crônicas os flagrantes mais felizes e exatos, as observações mais nítidas e sinceras, o juízo crítico mais justo e autorizado sobre os homens, costumes e coisas da localidade, que desapareceu, para de seus escombros surgir, como surgiu, a grande e majestosa cidade de Belo Horizonte. Por serem essas crônicas uma verdadeira fotografia do arraial, tal como o conheceu o autor deste livro, este não resiste ao patriótico anseio de extratá-las aqui, como o fez com todo o seu sabor documentário, ao em vez de resumi-las em

poucos períodos de linguagem própria, com o que satisfaria mais o seu egoísmo de escritor em prejuízo do alto interesse da história que encerra esta obra.

NOTAS

51 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *Minas Gerais*, Ouro Preto, 1º abr., p. 1-2, 1894.

52 *Ibidem*, 5 abr., p. 1-2, 1894.

53 *Ibidem*, 8 abr., p. 1-2, 1894.

54 *Ibidem*, 11 abr., p. 1-2, 1894.

55 *Ibidem*, p. 1-2.

56 *Ibidem*, 15 abr., p. 1-2, 1894.

57 *Ibidem*, 26 abr., p. 2, 1894.

ANDAMENTO DOS TRABALHOS - MAIS IMPRESSÕES DE CAMARATE -
MÊS DE MARIA - VISITA DO BISPO - CLUBE RECREATIVO

Em Belo Horizonte, onde era já bastante numeroso não somente o pessoal propriamente da Comissão, como o operário, que ia chegando aos magotes e colocando-se imediatamente, pois ali havia trabalho para todos, foi o mês de abril de 1894 de grande operosidade.

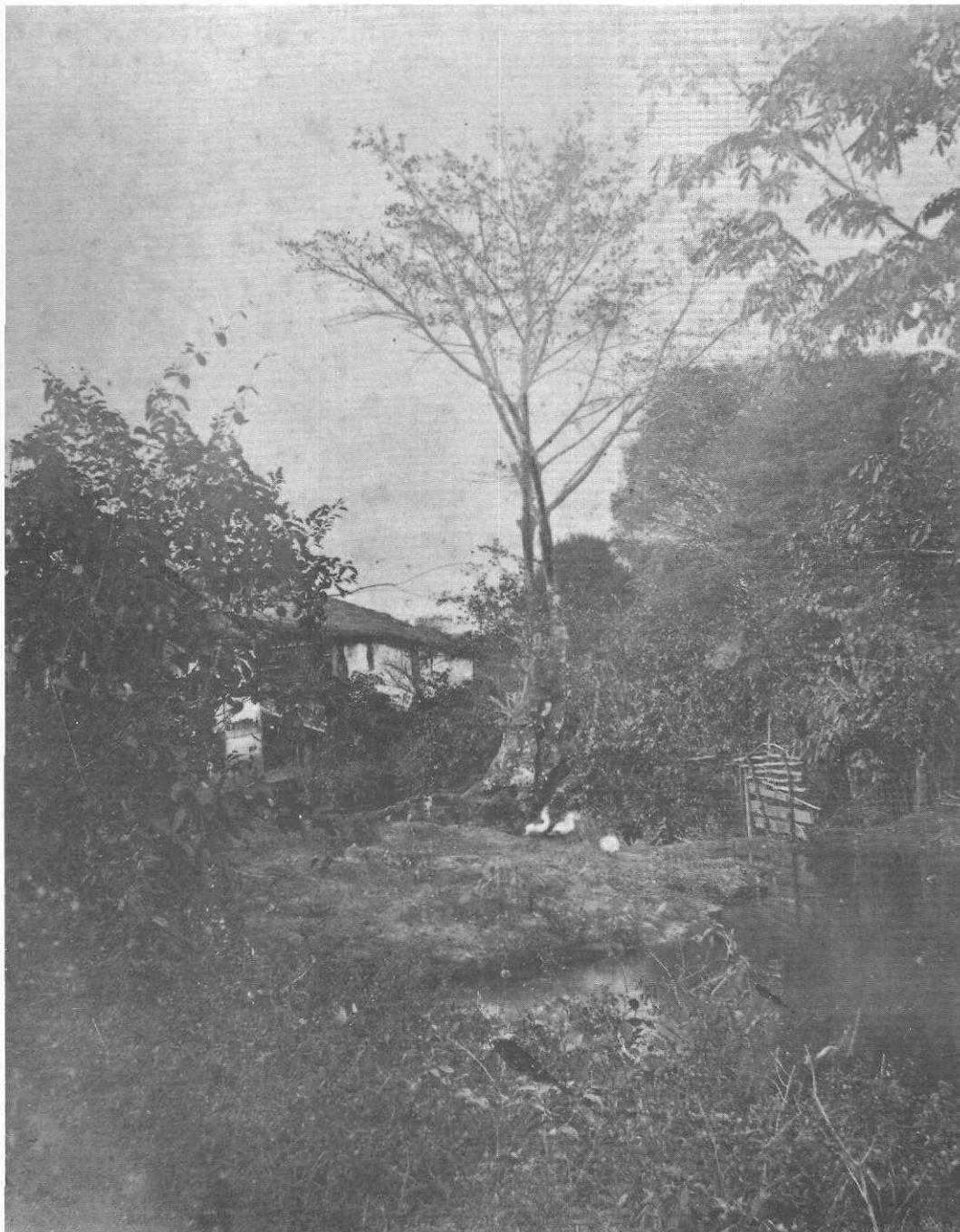
Nos escritórios trabalhava o pessoal de pena e lápis, escriturários, desenhistas e arquitetos; pelos campos, pelas velhas ruas do arraial andavam os engenheiros e condutores e operários, com os seus instrumentos e cadernetas e ferramentas, a explorar, a medir o solo, que iam crivando de estacas.

Informando os seus leitores sobre o andamento presto que iam tendo os trabalhos preparatórios para a construção da cidade, *O Contemporâneo*, do dia 8, declarava que os engenheiros da Comissão envidavam os maiores esforços para o cumprimento integral de seu compromisso para com o governo e o povo mineiro, sendo o Dr. Aarão Reis muito solícito em atender a todas as necessidades, agindo de forma a que a capital estivesse construída até 17 de dezembro de 1897.

A 18, acrescentava, segundo uma nota publicada pelo *Minas Gerais*, que quanto ao terreno em que deveria ser levantada a cidade, já estava preparada a base para ser medido, como informava o Dr. Aarão Reis, ao passo que se adiantavam outros trabalhos topográficos. Também os estudos do subsolo já haviam sido iniciados para o serviço do abastecimento de água.

Tais notícias eram confirmadas e ampliadas por Alfredo Camarate que, em crônica do dia 6 de maio, dava-nos a sua impressão panorâmica: "Em Belo Horizonte a vida continua na sua suave e encantadora monotonia, que, como a toadilha dos fados populares, acaba por adormecer nesses meios sonoros, que representam a suprema delícia de dormir acordado.

Por todas as ruas, travessas e largos, por todas as picadas e veredas, o solo já está crivado de estacas, enterradas com a cabeça à flor da terra e com o seu prego cravado e a sua testemunha encostada junto aos muros ou à beira dos viçosos valados; a todas as horas e por



Sobrado em que residiu o antigo curralense Bernardo Vaz de Melo e, ao tempo da Comissão Construtora da Nova Capital, foi habitado pelo Dr. José de Magalhães. Existiu em local que ficaria hoje pouco abaixo da Santa Casa.



Casa que existiu na Rua do Capão, vendo-se à frente dela, com o seu inseparável cão, o Sr. Baltazar Reis, e, mais longe, o Sr. Antônio José Gonçalves.

todos os montes e vales das circunjacências, os engenheiros, manuseando o nível, o teodolito ou o trânsito, condutores e auxiliares, tudo numa faina de quem quer chegar depressa, e sempre com a convicção de que não chegarão tão depressa quanto o Dr. Aarão Reis deseja.

Abriu-se um hotel mais digno deste nome, onde se come regularmente, que ostenta aqui o inaudito luxo de dar aos seus hóspedes quartos assoalhados e no qual a dona da casa proporciona o aconchego de lar às famílias que ali se hospedam. Foi estabelecido pelo Sr. Lima. A mesa é farta, variada e boa; os quartos, todos assoalhados (!), têm mobília decente, roupa limpa nas camas, lavatório, jarro e bacia (!!). Neste ponto estamos já com os recursos de uma grande cidade e ficamos por uma vez livres de certos estalajadeiros que, fazendo-nos comer e dormir como animais, em cela e chiqueiros, nos cobravam à razão de cinco mil réis diários, entre os quais havia um que, numa conta mensal na importância de 194\$440, fazia figurar esta rara e monumental verba: “uma banana, \$200 réis”. Imaginem que sabor e que tamanho teria tal banana! Outros hotéis, em idênticas condições das do que se inaugurou no Largo do Rosário estão prestes a abrir-se e não levará muitos dias, que não vejamos por aqui: cafés, botequins, restaurantes, lojas de confeitores, de ferragens e de alfaiates, armazéns de modas, perfumarias. Sempre asseverei que onde se reúnem quinhentos habitantes devem forçosamente aparecer, dentro em pouco, outros quinhentos para ganhar com os primeiros. Todos da localidade se ufam por já possuírem um padeiro francês, por se matar boi todos os dias, por terem carpinteiros de verdade, boticários (perdão: farmacêuticos), bandos de turcos bufarinhando ninharias de *toilette* e um cemitério provisório”.⁵⁸

Tinha razão Camarate: a localidade ia prosperando e se animando. Logo naqueles dias tiveram os seus habitantes o suavíssimo e piedoso entretenimento do Mês de Maria, na Matriz da Boa Viagem, todas as noites, às 7 horas, entre cânticos, ao som de um harmônio, oficiando o pároco F. Martins Dias. Cada noite uma menina coroava a Virgem Santíssima e outras meninas atiravam-lhe flores, todas vestidas de branco, engrinaldadas. E assim, naquelas noites o velho templo se repletava de fiéis e era ali que os moços da Comissão e as moças do arraial passavam os seus melhores momentos.

Além disso, logo nos primeiros dias daquele mês, a monotonia da localidade foi quebrada pela chegada do bispo, D. Silvério, que veio visitar as suas ovelhas, como nos conta Camarate, acrescentando: “Em brilhante cavalgada de mais de cem, foram os graúdos esperá-lo ao alto do Cruzeiro, donde o acompanharam, seguindo-o, dois a dois, em luzido préstito, que passou por debaixo de bananeiras de ocasião e de festivos arcos de fitas graciosamente entrelaçadas. Houve crisma, reza e cantoria no templo e nas ruas, e o vigário que teve as honras de hospedar o seu reverendo hóspede, proporcionou-lhe, na medida do possível, um quarto com uma cama de elegante simplicidade, dando-lhe as refeições numa sala toda atapetada, no chão e nas paredes, da mais exótica folhagem das cercanias. O chefe da Comissão Construtora, respeitando todas as crenças, permitiu sueto aos empregados que quisessem ir esperar a chegada do bispo; foi, enfim, uma festa que pôs em rebuliço os íncolas de Belo Horizonte e com o entusiástico afã com que os fluminenses receberam as vitoriosas hostes brasileiras, ao

chegarem da Guerra do Paraguai. Mas, sabido que foi o bispo, Belo Horizonte continuou ao seu costumado ramerrão, alterado apenas pelo sonolento chiar dos carros, que é também outro ramerrão convidativo para longas e reparadoras sestras”.⁵⁹

Entretanto, logo depois, outro acontecimento veio encher de animação o espírito da gente moça do arraial - a fundação do *Clube Recreativo*, que *O Contemporâneo* de 16 de maio⁶⁰ dizia ter sido levada a efeito por moços da Comissão Construtora, por iniciativa do Sr. João Ewerton da Silva Castro e cujos estatutos provisórios já haviam sido aprovados, tendo sido eleito no dia 10 a primeira diretoria, assim: Dr. Samuel Gomes Pereira, presidente; Dr. Recenvindo Rodrigues Pereira, vice-presidente; Luís Gomes Pereira, 1º secretário; Artur Rodrigues Lira, 2º secretário; Júlio César da Silva, tesoureiro. O fim da sociedade era proporcionar aos sócios, meios de diversões, tais como: bailes, jogos das armas, xadrez, bilhares, representações teatrais, corridas a pé e outras quaisquer que a diretoria julgasse de utilidade, além de manter uma sala de leitura para uso de seus sócios.

Lindas festas proporcionou o *Clube Recreativo* à melhor sociedade do pachorrento meio horizontino, onde a existência era um contínuo e vertiginoso trabalhar de uma legião de homens, com o pensamento voltado para a data fatal - 17 de dezembro de 1897 - em que se deveria inaugurar a cidade.

A primeira partida do *Clube Recreativo* foi assim descrita pelo mesmo jornal do dia 11 de julho:

“Realizou-se no dia 23 do mês ultimamente findo a primeira partida que o *Clube Recreativo de Belo Horizonte* prometera aos seus associados. Cedido pelo digno chefe da Comissão o edifício em que funciona o respectivo escritório técnico, os incansáveis diretores dos festejos procuraram orná-lo com apurado gosto, sendo belo de ver-se a ornamentação interior, feita de vistosas folhagens, bandeiras, lanternas, emblemas e vários lindos enfeites. A modéstia das *toilettes* e a sua elegância muito se fizeram notar, assim como a boa ordem que existiu e a abundância de *buffet*, onde o Castro, o correto e sempre atencioso Castro,* não se cansava de atender a todos, sempre risonho e amável, tendo como valente companheiro o Sr. Júlio César de Sousa, um dos mais esforçados batalhadores em prol do nascente clube. E, enquanto isto, no salão destinado às brilhaturas coreográficas, o Quadros,** empunhando o bastão de general, ia repetindo, lesto e incansável, o *avant deux, tour de main, promenade, chaîne de dame, à vos places*, etc. Tocaram nessa festa bastante concorrida e que correu na melhor ordem desejável, alguns músicos da banda ‘Santa Cecília’, desta cidade (Sabará).”⁶¹

Alfredo Camarate, bordando comentários em torno da iniciativa, escrevia a 10 de maio, naquele seu delicioso e leve estilo sempre laivado de bom humor:

“A princípio os arranjos domésticos preocuparam exclusivamente todas as famílias. Não era negócio de pouca monta acomodar filhos e demais parentes em casas mal abrigadas e

* João Ewerton da Silva Castro.

** Benjamim Constant Quadros.

despidas de toda sorte de conforto; puxar pelo talento culinário, para fazer refeições ingeríveis com os poucos recursos de que se dispõe, arranjar servos onde até faltam cavadores de enxada; descobrir agulhas, alfinetes, fitas, pentes, perfumarias, papel, penas, etc., porque tudo faltava nos primeiros dias, numa população preparada para as mais simples exigências de um povo do interior de Minas. Mas agora, que o *stock* dos armazéns daqui se tem avolumado consideravelmente; agora que todos ou quase todos têm as suas choupanas com modesta garridice de salões, começa-se a pensar no alimento do espírito e, para as senhoras, o *alimento do espírito* são bailes, musicatas e reuniões de todo gênero. E como a sociedade de Belo Horizonte está com a mão na massa dos divertimentos, procuram-se minuciosamente as cantoras da localidade e entre as recém-chegadas, e consta-me que, com esse numeroso suprimento, se tenciona executar uma grande missa festiva, em que se ostentam coros de trinta ou mais senhoras, acompanhados pelo bom órgão que tem a igreja que, com certeza, nesse dia solene, enriquecerá as suas alfaias e paramentos, com muitas dádivas e a sua ornamentação com os graciosos e artísticos enfeites, que sabem fazer as senhoras.”⁶²

NOTAS

58 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *Minas Gerais*, Ouro Preto, 6 maio, p. 2, 1894.

59 *Ibidem*, p. 2.

60 O CONTEMPORÂNEO. Sabará, 16 maio, p. 1, 1894.

61 *Idem*, 11 jul., p. 3, 1894.

62 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *Minas Gerais*, Ouro Preto, 10 maio, p. 4, 1894.

SEPULTAMENTOS NO ADRO DA MATRIZ - CEMITÉRIO PROVISÓRIO -
 QUADRO DO PESSOAL DA COMISSÃO CONSTRUTORA



Em maio de 1894, segundo noticiava *A Folha*, de Barbacena,⁶³ estavam muito adiantados os trabalhos de topografia da Comissão e os empregados desta lutavam com as maiores dificuldades por falta de acomodações, sendo caríssimo o custo de vida em Belo Horizonte.

Justamente naqueles dias, um grave problema, que vinha preocupando sobretudo o engenheiro-chefe, teve solução, ainda que provisória. Referimo-nos aos sepultamentos, que eram feitos no adro da Matriz da Boa Viagem, pois não havia cemitério no arraial e o futuro campo santo da futura cidade ainda não estava nem sequer projetado.

Era uma lástima o espetáculo macabro dos sepultamentos e, referindo-se a eles, dizia Alfredo Camarate, em crônica de 23 daquele mês: “Há uma coisa que me confrange e me comove, no meio de toda esta lufa-lufa necessária para fazer surgir do nada uma capital que deve trazer desde o nascedouro os resultados benéficos das conquistas deste século - é que, de há dois meses para cá, vejo enterrarem-se, numa cova que mal daria, em tamanho, para o corpo de um recém-nascido, cadáveres sobre cadáveres, desenterrando-se os crânios dos antigos *posseiros* ainda trazendo pedaços de pele pegados ao osso, e isto acompanhado do nauseabundo cheiro de cadáveres mal curtidos, de profanações (que não são outra coisa) com os crânios rolando pela terra onde todos pisam, essa terra que dá ingresso ao templo de Cristo, que entre todos respeitos que pregou, também pregou o respeito pelos mortos”.⁶⁴

Camarate não exagerava, nem dizia toda a verdade. O número de corpos aí inumados era tal que, ao abrir-se qualquer sepultura, encontravam-se restos deles ainda mal decompostos, o que importava em sério perigo para a salubridade pública. Acrescia que eram enterramentos feitos a esmo, abrindo cada qual à vontade as sepulturas para os seus mortos, sem ordem, sem numeração e sem ao menos a mínima indicação do local, prática esta que, de forma alguma, poderia coadunar-se com os hábitos de veneração pelos mortos do pessoal numeroso da Comissão Construtora e das mais pessoas atraídas para a localidade pelos trabalhos em via de execução.



Dr. José de Magalhães, engenheiro arquiteto da Comissão Construtora da Nova Capital, montando uma das suas três lindas éguas de raça. O local em que se acha era o atual da Escola Normal, em cujas proximidades, dentro do Parque, se celebrou a missa campal a 7 de setembro de 1895.

Atendendo a tais considerações e obedecendo ao dever, que lhe competia, de velar pela sorte dos seus auxiliares e pela salubridade do arraial em que iam viver com suas famílias, o Dr. Aarão Reis, de acordo com o padre Francisco Martins Dias, mandou fechar e nivelar uma pequena área de 40 m de frente e outros tantos de fundo, no local em que hoje os fundos do Orfanato Santo Antônio, entre as Ruas São Paulo, Tamoios, Rio de Janeiro e Tupis, para servir provisoriamente de cemitério, até que, planejada a nova cidade, se providenciasse o estabelecimento do definitivo.

Esse cemitério provisório, inaugurado em meados de 1894, recebeu corpos até os primeiros dias de 1897 e das providências tomadas em relação a ele o engenheiro-chefe deu conhecimento ao governo do Estado pelo Ofício n. 40, de 28 de maio, as quais foram aprovadas pelo Aviso n. 145, de 31, da Secretaria da Agricultura.⁶⁵

Iam tendo assim andamento os trabalhos preliminares para a construção da cidade, não com a presteza que era para se desejar, “mas, ainda assim, tudo tem caminhado com essa rapidez dos que respeitam o rifão: andar devagar para chegar depressa”, no dizer do Camarate, pelo *O Contemporâneo* de 14 de junho de 1894.⁶⁶

Por sua vez, o arraial progredia em civilização, em bom gosto, e Camarate ironizava-o com aquele seu bom humor de sempre: “E os hoteleiros, os comerciantes, os armazenistas, com palhinhas arrastadas pelo tufão, vão caminhando, por bom ou mau grado. Já há perfumarias, capas à espanhola, fogos da China e xícaras com asas! Só faltam teatros e um jornal. Comédias e comédias!”

Jornais e teatro tivemos-los pouco depois, como adiante se verá, e o mais a que se referia Camarate figurava no seguinte anúncio publicado no *O Contemporâneo*: “Perfumarias, capas à espanhola, fogos da China e xícaras com asas encontram-se na ‘Nova Capital’ estabelecimento comercial de Cândido de Araújo - Belo Horizonte.”⁶⁷ A “Nova Capital”, de Cândido de Araújo,⁶⁸ era um dos mais importantes estabelecimentos da localidade e ficava na Rua de Sabará.

Naqueles dias, havia o Dr. Aarão Reis ido a Ouro Preto resolver com o governo certas providências para ativamente dos trabalhos a seu cargo e, regressando, trazia aprovados pelo Aviso n. 160, de 18 de junho, da Secretaria da Agricultura,⁶⁹ o seguinte quadro do pessoal técnico e administrativo de nomeação, sob a sua chefia:

“Primeira Divisão - Administração geral - Gabinete do engenheiro-chefe, tendo por auxiliar jurídico o Dr. Adalberto Dias Ferraz da Luz e o amanuense João Furtado.

1ª seção - Secretaria: Secretário, Dr. Fábio Nunes Leal; primeiros escriturários, Artur Rodrigues Lira e Ernesto de Lima Santos; 2º escriturário, João Delgado; 3º escriturário, Júlio Egito Rosa, Pedro Emiliano Cotrim e João Antero de Carvalho; amanuenses, Francisco Nicolau Pereira, Davi Sousa Matos, Júlio Bressane, Marçal Benigno de Oliveira e Cândido de Assis Toledo.

2ª seção - Almoxarifado: almoxarife, Aníbal Pedro dos Santos; fiel, Carlos Maciel; agente no Rio de Janeiro, Frederico Nogueira; escrivão, Alfredo Alves Pinto; amanuense, Joaquim de Rezende; armazenista, João Ewerton da Silva Castro.



Grupo de engenheiros e outros funcionários que constituíam a 1ª e 2ª seções da 4ª Divisão. São eles: 1. Paul Villon, arquiteto-jardineiro, construtor do Parque; 2. Dr. Adolfo Radice, engenheiro; 3. Dr. Américo de Macedo, engenheiro-chefe da 4ª Divisão; 4. Dr. Samuel Gomes Pereira, 1º engenheiro da C.C. da N.C.; 5. Dr. Ludgero Dolabela, depois engenheiro-chefe dos serviços de Águas e Esgotos; 6. Dr. Cândido de Abreu, engenheiro; 7. Dr. Nuno Álvares Duarte Silva, engenheiro; 8. Américo Pereira da Silva; 9. João Carvalho de Aguiar; 10. Francisco Antunes da Silva Guimarães; 11. Pedro Bosisio; 12. Daniel Dhelhomme; 13. Dr. Paul Boutbilier de Saint André; 14. Noel Pedro Sicard; 15. Antero Astolfo da Silveira; 16 e 17. não identificados; 18. Otávio Barbosa da Silva Carneiro; 19. não identificado; 20. Antônio José Gonçalves; 21. não identificado.

Fotografia e Meteorologia: 1º escriturário, Dr. Cícero Ferreira;⁷⁰ condutor de 1ª classe, Michel Dessens; condutor de 2ª classe, João Sales.

Segunda Divisão – Contabilidade: chefe, Benjamim Constant Quadros – 1ª seção – escrituração geral: guarda-livros, Francisco da Silva Lobo; primeiros escriturários, João Almeida e Luís Gomes Pereira; segundos escriturários, Manoel da Silva Cordeiro, Guilherme Augusto de Faria e Henrique Dickens; terceiros escriturários, Heitor Gavino Lopes da Costa e José Batista Maciel; amanuenses, Paulino José de Sousa, Lídio Gonçalves de Abreu e Alexandre Teófilo de Carvalho Leal; – 2ª seção – Tesouraria: tesoureiro, Leopoldo César Gomes Teixeira; fiel, Pedro Joaquim de Almeida; amanuense, João Batista Gomes; – 3ª seção – Tombamento: escrivão, José Joaquim Neto Amarante; 2º escriturário, Francisco Ovídio de Sousa Lopes; 3º escriturário, Antônio Batista Vieira; amanuense, José Júlio Santiago e Manuel Gomes Pereira.

Terceira Divisão – Escritório Técnico – Gabinete do primeiro engenheiro, Dr. Hermilo Alves; terceiros escriturários, Procópio Honório Teixeira e J. Gentil da Silva Moura; armazenista, Antônio Correia de Araújo; – 1ª seção – Cálculos: chefe, Dr. Adolfo Pereira; engenheiro de 1ª classe, Dr. Américo Diamantino Lopes; engenheiros de 2ª classe, Luís José da Silva Júnior e Rogério Fajardo; engenheiros de 3ª classe, Joaquim Lustosa e Júlio Vidal; condutores de 1ª classe, Leopoldino Faria e Antônio de Almeida Melo; condutores de 2ª classe, Luís Charaix, Honório Gandra e Julien Riant; – 2ª seção – Projetos: chefe, Dr. Bernardo Joaquim de Figueiredo;⁷¹ engenheiro de 1ª classe, Dr. Antônio do Prado Lopes Pereira;⁷² engenheiro de 2ª classe; José Ascânio Burlamaqui; engenheiros de 3ª classe, Ernest Austin e Alberto Horta; condutor de 2ª classe, Carlos Quadros; primeiro desenhista, Carlos Peyreton; desenhista de 2ª classe, Gustavo Dal'Ara, João Batista Carneiro, Francisco Isidro Monteiro e Estevão Neiva; amanuense, Francisco Furtado Nunes; – 3ª seção – Arquitetura: engenheiro arquiteto, Dr. José de Magalhães; 1º desenhista, Edgar Nascentes Coelho;⁷³ desenhista de 1ª classe, José Verdussen⁷⁴ e Júlio César da Silva; desenhista de 2ª classe, George Bernet; desenhista de 3ª classe, Artur Ferrari e Eduardo Le Monier; amanuense, Francisco Alves Pinto Júnior.

Quarta Divisão – Estudos e preparo do solo – Escritório da Divisão: engenheiro-chefe, Dr. Samuel Gomes Pereira; 3º escriturário, Antero Adolfo da Silveira; armazenista, João Carvalho de Aguiar; – 1ª seção – Geodésia, Pontes, Calçamentos, Arborização: chefe da seção, Dr. Ludgero Dolabela;⁷⁵ engenheiro de 1ª classe, Dr. Adolfo Radice; engenheiro de 2ª classe, Dr. Francisco de Paula Cunha; engenheiros de 3ª classe, Drs. Paul Villon⁷⁶ e Miguel Frederico Presgreave; condutores de 1ª classe, Henrique Burnier e Félix Pourcine; condutor de 2ª classe, Alexis Morin; amanuense, Otávio Barbosa Carneiro; – 2ª seção – Topografia, Divisão e demarcação de lotes, Arruamentos, Terraplenagens: chefe, Dr. Américo de Macedo;⁷⁷ engenheiro de 1ª classe, Dr. Cândido de Abreu; engenheiro de 2ª classe, Dr. Paul Bouthilier; engenheiro de 3ª classe, Drs. George Verschneider, Noel Pedro Sicard, Aristides de Oliveira, César Gorges e Frederico Cornehl; condutores de 1ª classe, Francisco Antunes da Silva Guimarães, Manuel Barroso de Carvalho, Pedro Bosisio e Carlos Belo Lisboa; condutores de 2ª classe, José Xavier de Gouveia, Antônio Gonçalves, Daniel Dhelhomme, José Barbosa de Resende, José Alves de Castro, Carlos

Sauvage e Henrique von Kruger; amanuense, Américo Pereira da Silva.

Quinta Divisão - Estudos e preparo do subsolo - Escritório da Divisão: engenheiro-chefe, Dr. Caetano César de Campos;⁷⁸ 3º escriturário, João do Amaral Franco; armazenista, Antônio Raimundo Soares; 1ª seção - Abastecimento de água, Regime dos córregos, Plantio e conservação das matas: chefe de seção, Dr. Francisco Saturnino Rodrigues de Brito;^{78A} engenheiro de 1ª classe, Dr. Francisco Bhering; engenheiro de 2ª classe, Dr. Zacarias de Faro Rolemberg; engenheiros de 3ª classe, Dr. Lucas Bicalho Tostes e Joaquim de Assis Ribeiro; condutores de 1ª classe, William Ingoldgby e Artur Silva; condutores de 2ª classe, Donato Manna; amanuense, Joaquim Horta; - 2ª seção - Esgotos, Águas pluviais e Drenagens: chefe de seção, Dr. Eugênio Raja Gabaglia; engenheiro de 1ª classe, Dr. Francisco de Paula Oliveira; engenheiro de 2ª classe, Dr. Nuno Duarte; engenheiro de 3ª classe, Dr. Eduardo Porto; condutor de 1ª classe, Baltasar Pinto dos Reis; condutores de 2ª classe, Luís Castanhede, Cândido Nogueira e Anísio Palhano; amanuense, Franklin de Lima.

Sexta Divisão - Viação, Edificações, Eletricidade - Escritório da Divisão: engenheiro-chefe, Dr. José de Carvalho Almeida; 3º escriturário, Pedro de Siqueira Coutinho; armazenista, José G. das Chagas Sobrinho; - 1ª seção - Viação, Eletricidade: chefe, Dr. Manuel da Silva Couto; engenheiro de 1ª classe, Dr. Júlio César de Sousa; engenheiro de 2ª classe, Dr. Olímpio Camilo de Assis; engenheiros de 3ª classe, Drs. Sinval de Sá e Silva e Jacinto Vieira; condutor de 2ª classe, Antônio Arcanjo de Lima; amanuense, Domingos Francisco Pinto; 2ª seção - Edificações: chefe, Dr. Luís Martinho de Moraes; engenheiro de 1ª classe, Dr. Eduardo de Campos Melo; engenheiro de 2ª classe, Dr. Josafá Belo; engenheiro de 3ª classe, Dr. Pedro da Nóbrega Sigaud;⁷⁹ condutor de 2ª classe, Guilherme Bannitz; amanuense, Jaime Bhering.

Como veremos depois, esse quadro, que tinha o caráter de definitivo, foi modificado duas vezes, atendendo-se às exigências do serviço e aos propósitos economistas da Comissão e do governo de Estado, na segunda fase dos trabalhos. Com a organização do pessoal acima funcionou a Comissão até meados de 1895, como se verá depois.⁸⁰

NOTAS

- 63 A FOLHA. Barbacena, p. 1, 13 abr., 1894.
- 64 CAMARATE, Alfredo [Alfredo, Riancho]. Por montes e vales. *Minas Gerais*, Ouro Preto, p. 5, 23 maio, 1894.
- 65 APM/SA, 374.
- 66 O CONTEMPORÂNEO. Sabará, p. 4, 14 jun., 1894.
- 67 *Idem*, p. 4, 5 jun., 1894 (Anúncios).
- 68 *Cândido Araújo Matos da Silveira* (Curral del Rei - Rio de Janeiro, 5/1897). Jornalista e comerciante. Propagandista da Abolição e da República. Trabalhou intensamente para a transferência da capital para o antigo Curral del Rei. Era redator do jornal *O Contemporâneo*, de Sabará. Em 1894, abriu em Belo Horizonte uma casa comercial "A Nova Capital", que trabalhava com inúmeros tipos de produtos como: tecidos, molhados, ferragens, armarinho, roupa feita, calçados, perfumaria, etc. (NETO, Azeredo. Dois curralenses ilustres. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 107, 108, 1945. *O Contemporâneo*. Sabará, p. 4, 14 out., 1884).
- 69 MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Op. cit.*, v.1, p.105-107: Pessoal Técnico.
- 70 *Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues* (Oliveira, MG, 1861 - Belo Horizonte, MG, 1920). Médico e professor. Formou-se, em 1885, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Membro da Comissão Construtora da Nova Capital, inicialmente como escriturário, depois como médico na 3ª Divisão, período de Francisco Bicalho. Exerceu, em Belo Horizonte, os seguintes cargos: médico da Prefeitura; prefeito de Belo Horizonte de 20/4/1905 a 10/5/1905; diretor da Higiene Municipal; organizador dos regulamentos da Polícia Sanitária; do matadouro; de instalações sanitárias; do laboratório de análises clínicas; da instalação da filial do Instituto Oswaldo Cruz; criou o hospital que levou seu nome; fundador da Santa Casa; professor substituto da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina, de que foi fundador e diretor desde a sua fundação em 1915; membro do Conselho Fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 7, 15 ago. 1920. MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 12, 13 e 14, ago., 1923. PIRES, Aurélio. Mestres de outrora. *Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 22, 1928).
- 71 *Bernardo Joaquim de Figueiredo* (Rio de Janeiro, RJ, 1862 - Belo Horizonte, MG, 1904). Engenheiro. Formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi engenheiro da Comissão Construtora. Quando esta foi extinta, foi designado, entre os primeiros funcionários da prefeitura, para o cargo de engenheiro, passando, posteriormente, aos quadros do Estado (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 4, 23 e 24, maio, 1904).
- 72 *Antônio do Prado Lopes Pereira* (Ilha de Marajó, AM, 1864 - Rio de Janeiro, RJ, 1941). Engenheiro, empresário, político e advogado. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1888. Mais tarde, em 1905, bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Formado em engenharia, fez parte do quadro técnico da Estrada de Ferro Recife/Caruaru, PE. Trabalhou na Estrada de Ferro Baturité, que ligou Pernambuco ao Ceará. Em Minas, atuou no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, de Ouro Preto a Itabira. Em 1894, veio para Belo Horizonte, sendo membro da Comissão Construtora. Extinta a Comissão, retirou-se da engenharia oficial, fundando a empresa Prado Lopes, que compreendia serraria, carpintaria, além da exploração de uma pedreira, na região da Lagoinha que, posteriormente, passou a chamar-se Prado Lopes em razão de ter sido explorada por longos anos pelo engenheiro. Sua empresa forneceu material para obras em diversos prédios, além de ter sido responsável pela construção de edifícios dentre os quais destacam-se: antiga sede do Correios e Telégrafos (demolida); do antigo Conselho Deliberativo, atual Museu de Mineralogia e Teatro Municipal. Foi um dos fundadores da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte, da Faculdade Livre de Odontologia e Farmácia e da Santa Casa de Misericórdia. Como político, em Minas, foi membro do Conselho Deliberativo (1899); deputado estadual na 5ª e 6ª legislaturas (1907-1914); ocupou a presidência da Câmara enquanto ali permaneceu; deputado federal para a 6ª legislatura (1912-1914). Em 1918, transferiu-se para o Rio Grande do Sul, para superintender a Cia. de Estradas de Ferro Minas de São Jerônimo. De 1920 e 1930, novamente na política, representou o Estado do Pará, na Câmara Federal. Com a dissolução do Congresso, em 1930, voltou a exercer atividades profissionais em São Paulo e, posteriormente, no Rio de Janeiro, onde residiu até seu falecimento (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 9, 23, ago. 1941. PENA, Otávio. *Op. cit.* MONTEIRO. *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. *Op. cit.*).
- 73 *Edgar Nascentes Coelho* (Rio de Janeiro, RJ, 1853 - Belo Horizonte, MG, 1917). Desenhista, projetista. Na Capital Federal, pertenceu à Comissão de Melhoramentos do Material do Exército. Trabalhou muitos anos no prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil. Mudou-se para Belo Horizonte em 1894, ocupando então o lugar de desenhista na seção de arquitetura da Comissão Construtora. No desempenho dessa função (1894/1897), participou de alguns dos mais importantes projetos de edifícios públicos da capital, como o do Quartel do 1º Batalhão da Polícia Militar, da

- Antiga Estação da Central (1894), do Ginásio Mineiro, Faculdade de Direito e Câmara dos Deputados (demolidos) e do Palácio do Congresso (não construído). Extinta a Comissão Construtora, foi nomeado desenhista da prefeitura em 1889, transferindo-se depois para a Secretaria de Agricultura. Nos anos seguintes, projetou edifícios como as igrejas de Santa Efigênia (1900), São José (1901) e Sagrado Coração de Jesus (1901), além de ter contribuído na execução de diversos projetos para templos neogóticos em todo o Estado. Os prédios originais do Colégio Izabela Hendrix (1906) e do Teatro Municipal (1909) são de sua autoria, mas foram modificados posteriormente. Além desses trabalhos, também projetou diversas residências particulares (PENA, Otávio. *Op. cit.*, p. 46. IEPHA/Setor de Pesquisa).
- 74 *Jean Marie Joseph Verdussen* (Bélgica, - Rio de Janeiro, RJ, 1927). Desenhista, projetista, escultor. Foi desenhista de 1ª classe da seção de arquitetura da Comissão Construtora, onde colaborou no projeto da antiga Estação Central (1894). Possuía uma firma comercial, "Verdussen & Cia", responsável pelo fornecimento de material de construção, nos primeiros anos da capital. O prédio da antiga Faculdade de Direito, já demolido, foi construído sob sua responsabilidade, em sociedade com José Piffer. Ainda como construtor, estiveram a seu cargo as obras do antigo Teatro Municipal (posteriormente modificado - Cine Metrôpole) igualmente demolido. Foi autor do projeto original do Colégio Santa Maria (1909) e da antiga Delegacia Fiscal (demolido). Exerceu o cargo de cônsul da Bélgica, por longos anos (PENA, Otávio. *Op. cit.* p. 38. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *Op. cit.* p. 38. APCBH/AAB).
- 75 *Ludgero Wandick Dolabella* (Santa Luzia, MG 7 - Rio de Janeiro, RJ, 1924). Engenheiro e empresário. Diplomou-se, em 1885, pela Escola de Minas de Ouro Preto. Desenvolveu trabalhos profissionais em diversos Estados. Em São Paulo, pertenceu à comissão encarregada de construir a rede de esgotos, tendo, posteriormente, trabalhado na Cia. Mogiana. Voltando a Minas, prestou serviços na Estrada de Ferro Central, quando da construção do prolongamento do trecho Santa Luzia/ Sete Lagoas, além de, como chefe de seção, fazer o reconhecimento da linha entre Currálinho, Bocaiúva, Montes Claros e Araçuaí. Em 1894, novamente em São Paulo, dirigiu os serviços de saneamento de Santos. No mesmo ano de 1894, já em Minas, passou a fazer parte da equipe técnica da Comissão Construtora, atuando na área de rede de água e esgotos da nova cidade. Extinta a mencionada comissão, foi nomeado diretor de obras da Prefeitura de Belo Horizonte. Mais tarde, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde dirigiu os trabalhos de abastecimento de água da ilha de Paquetá, sendo, em seguida, encarregado da parte de engenharia da Exposição Nacional, de 1908. Dedicou-se, ainda, aos serviços de construção da Estrada de Ferro Central, como empreiteiro, fazendo parte da firma Dolabella e Portella, encarregada dos serviços do ramal de Montes Claros. Foi um dos diretores da Cia. Minas Fabril, de Belo Horizonte (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 6, 24 fev., 1924).
- 76 *Paul Villon* (Côtes Saint-André, França. 1842, -?) Arquiteto-paisagista. Seu pai e irmãos dedicavam-se também à jardinagem. Foi discípulo de Alphard, Barili Deschamps, trabalhando com os mesmos no embelezamento de Paris e de Dubrel; foi também, professor de arborização nesta última cidade. Foi chefe do serviço de arborização de Marselha, ainda sob orientação de Alphard e Lejourdan. Transferindo-se para o Brasil, fixou-se, inicialmente, no Rio de Janeiro, onde trabalhou nos serviços de arborização do Parque da Aclamação, Quinta da Boa Vista, chefiado por Glazion. Restaurou, também, o parque do Palácio do Catete. Em São Paulo, foi responsável pelo projeto e execução do Parque Paulista. Veio para Belo Horizonte, quando da construção da cidade, participando da Comissão Construtora quando fez o projeto paisagístico do Parque Municipal e dos jardins do Palácio da Liberdade, sendo-lhe atribuído, ainda, o projeto original dos jardins da Praça da Liberdade. Extinta a mencionada comissão, foi designado para membro do corpo de funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte, no cargo de arquiteto-paisagista (1898). Em 1898, pede exoneração por ter sido nomeado para igual cargo na Capital Federal (MINAS GERAIS. Ouro Preto, p. 5, 23 out., 1897. PENA, Otávio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte: 1711-1930*. Belo Horizonte, 1950, p. 31. CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 36, p. 185, 1985).
- 77 *Américo de Macedo* (Paracatu, MG, 1864 - Belo Horizonte, 1912). Engenheiro, jornalista, político. Formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1886, logo depois trabalhou na construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (posteriormente Central do Brasil) e na Estrada de Ferro do Sapucaí. Foi membro da Comissão Construtora da Nova Capital, responsável pela área de topografia e terraplenagem. Exonerando-se do cargo que exercia na mencionada comissão, transferiu-se para a cidade de Frutal, onde trabalhou em sua profissão. Como político, foi deputado estadual na 4ª legislatura (1903-1906), representando a região do Triângulo Mineiro, cargo a que renunciou em 1905, por ter sido nomeado, pelo presidente João Pinheiro, primeiro prefeito de Caxambu. Eleito deputado federal para a 8ª legislatura (1912-1914), faleceu antes de tomar posse. Colaborou como cronista em vários jornais da capital e fundou o jornal O Democrata, em Frutal (MONTEIRO, Norma de Góes (coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano - 1889-1991*. Belo Horizonte: UFMG/Assembleia Legislativa de Minas Gerais. MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 5, 26 jun., 1912).
- 78 *Caetano César de Campos* (? - Rio de Janeiro, 1920). Engenheiro. Trabalhou na construção da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, da Leopoldina e na Estrada de Ferro do Paraná. Fez parte da comissão de melhoramentos do porto do Maranhão e pertenceu ao quadro técnico da Comissão Construtora da Nova Capital. Posteriormente, por longos anos, exerceu o cargo de diretor-geral de Obras Públicas, do Ministério da Viação e Obras Públicas. No exercício dessa diretoria, foi representante do Brasil na primeira convenção de Radiotelegrafia Internacional, reunida em Berlim, 1909. (NOTAS sociais. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 5, 7 jul., 1920).

- 78A *Francisco Saturnino Rodrigues de Brito* (Campos, RJ, 1864 - Píclotas, RJ, 1929). Formou-se, em 1886, em engenharia, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. No início de sua carreira atuou na área de estradas de ferro: Leopoldina, Minas (1887); Baturité, Ceará (1888 e 1892); Bahia e Minas (1889); Sergipe (1890); Tamandaré, Pernambuco (1891) e Rio Grande do Norte (1891). Em 1893, trabalhou em Piracicaba, SP, e, em 1894, prestou serviços na repartição da carta cadastral do Rio de Janeiro. Do Rio, veio para Belo Horizonte, para participar da Comissão Construtora como chefe de seção de abastecimento de água (1894/95), cargo do qual se demitiu por divergências com o engenheiro Caetano de César Campos, conforme relata em sua publicação *A nova capital de Minas e seu abastecimento d'água* (1895). Como engenheiro sanitaria, trabalhou em Vitória, ES (1895/96); na Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo, quando elaborou projeto de saneamento de Campinas, Ribeirão Preto, Limeira, Sorocaba, Amparo (1896/97); no Rio de Janeiro (1898/1901), projetos de saneamento de Petrópolis, Paraíba do Sul, Itacoatiara, Campos; novamente em São Paulo, é responsável pelo abastecimento de água da capital e projeto de saneamento de Santos (1909/1918); simultaneamente ao trabalho de Santos, projeta e executa as obras de saneamento de Recife (até 1918). Realizou ainda trabalhos, estudos e pareceres sobre várias capitais do País e de cidades do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Minas. Foi responsável pelo projeto de saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas e da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Engenheiro-sanitaria de nome no País e mesmo no exterior, publicou dezenas de trabalhos, projetos, relatórios e estudos diversos. *Obras completas* de Saturnino de Brito compreendeu 23 volumes (NEVES, Lourenço Baeta. Um grande engenheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 1, 6, 12 jun., 1938. NEVES, Lourenço Baeta. Saturnino de Brito - 14 de julho 1864 - 10 de março de 1929. *Esboços e estudos de sua extraordinária atuação pela felicidade bigida do Brasil*. Rio de Janeiro, 1935. BRITO, Saturnino Rodrigues de. *Memórias diversas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944, v. 18).
- 79 *Pedro da Nóbrega Sigaud* (Rio de Janeiro, RJ, 1869 - Rio de Janeiro, RJ, 1916). Engenheiro, professor e empresário. Formou-se, em 1894, pela Escola Politécnica, do Rio de Janeiro. Veio para Belo Horizonte no mesmo ano, quando começou a fazer parte do quadro da Comissão Construtora. Extinta esta última, passou a funcionário da prefeitura, no cargo de diretor de Obras Públicas. Posteriormente, no Rio de Janeiro, foi engenheiro da Casa Guinle, na implantação do sistema de energia elétrica. Trabalhou, ainda, nas obras do ramal de Santa Bárbara e da bitola larga de Belo Horizonte, como sócio da firma Sigaud & Liebmann. Exerceu o magistério como professor das cadeiras de Mecânica Geral e Aplicada, na Escola Livre de Engenharia, de Belo Horizonte. Foi membro do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte - 1912 (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 10, 3 fev., 1916. MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 3, 5 fev., 1916).
- 80 Os engenheiros que ocuparam cargos de chefia na Comissão Construtora foram objeto de nota biográfica na presente reedição. O levantamento dos dados biográficos mostrou que esses técnicos eram, em sua quase totalidade, formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Esse dado leva à constatação de que Aarão Reis, ao constituir sua equipe de trabalho, procurou cercar-se de profissionais que, como ele, eram oriundos da mencionada escola, reduto do ideário positivista à época. Dessa forma, havia entre o engenheiro-chefe e seus auxiliares imediatos uma perfeita identidade, o que facilitou a efetiva implantação das concepções urbanísticas de Reis ao elaborar a planta da nova capital.

INSTRUÇÕES REGULAMENTARES PARA O FUNCIONAMENTO DAS
DIVISÕES DA COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL

ó no mês de junho de 1894, como ficou dito, a Comissão Construtora se achou organizada, sendo certo, porém, que figuravam no quadro de seu pessoal alguns funcionários já nomeados mas que ainda não haviam chegado a Belo Horizonte.

Todavia, conseguida aquela primeira organização, a 1º de junho o engenheiro-chefe expedia instruções regulamentares pelas quais deveria funcionar a 1ª Divisão incumbida da Administração Central.

Essas instruções, porém, a 31 de outubro foram modificadas e grandemente ampliadas, abrangendo os serviços de todas as cinco Divisões de que se compôs a Comissão.

A fim de evitarmos repetições, deixaremos de publicar as primeiras, transcrevendo, em seguida, as últimas. Ei-las:

I - INSTRUÇÕES REGULAMENTARES PARA A EXECUÇÃO
DOS SERVIÇOS A CARGO DA 1ª DIVISÃOCapítulo I
DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

Art. 1º Todos os serviços da administração central ficarão a cargo da 1ª Divisão estabelecida pelo art. 9º do Regulamento de 14 de fevereiro de 1894, a qual funcionará sob a direção imediata do engenheiro-chefe.

Art. 2ª A 1ª Divisão compreenderá os serviços a cargo:

§ 1º do Gabinete do engenheiro-chefe;

§ 2º da Secretaria;

§ 3º do Almojarifado;

§ 4º do Gabinete Fotográfico;

§ 5º do Observatório Meteorológico.

Capítulo II

DO GABINETE DO ENGENHEIRO-CHEFE

Art. 3º Coadjuvante diretamente o engenheiro-chefe, pela forma que ele julgar mais conveniente ao serviço público, funcionarão permanentemente no seu gabinete: o Dr. consultor jurídico; um engenheiro de 3ª classe; um amanuense.

Art. 4º A cargo do engenheiro de 3ª classe, que servir no gabinete, ficará o protocolo de todos os projetos e mais papéis técnicos, que entrarem ou saírem; e a cargo do amanuense, todos os papéis de mero expediente administrativo.

Capítulo III

DA SECRETARIA

Art. 5º A Secretaria funcionará sob a direção imediata do secretário.

Art. 6º O pessoal da Secretaria poderá ser elevado, conforme as exigências do serviço, até: 3 primeiros escriturários, 3 segundos escriturários, 3 terceiros escriturários, 1 armazenista, 3 amanuenses, 1 encarregado geral da portaria.

Art. 7º Os serviços a cargo da Secretaria se distribuirão pelas três turmas seguintes: 1ª) turma de recepção, expediente e arquivo; 2ª) turma do expediente interno; 3ª) turma do expediente externo.

Art. 8º A 1ª turma terá a seu cargo: 1º) o protocolo geral de entrada, em que se numerem todos os papéis remetidos à Secretaria; 2º) os protocolos de ofícios, requerimentos e papéis diversos; 3º) a distribuição dos papéis a informar e os despachos para serem preparados; 4º) a coleta, classificação e preparo dos dados necessários para organização dos relatórios anuais; 5º) a escrituração do livro da porta; 6º) a remessa do expediente às Divisões; 7º) a direção da portaria; 8º) a organização dos pedidos ao Almojarifado; 9º) a arrecadação, guarda o fornecimento dos móveis, aparelhos, objetos de expediente e de consumo ao Gabinete do engenheiro-chefe, à Secretaria, ao Almojarifado, ao Gabinete Fotográfico e ao Observatório Meteorológico; 10º) o arquivo geral dos papéis da Comissão.

Art. 9º A 2ª turma terá a seu cargo: 1º) a correspondência interna da Comissão; 2º) a expedição das instruções e ordens de serviço; 3º) o processo de todos os papéis concernentes ao serviço interno da Comissão e do seu pessoal; 4º) a expedição das licenças e seus respectivos registros; 5º) as nomeações e demissões do pessoal da Comissão; 6º) a organização das folhas de pagamento do pessoal do Gabinete do engenheiro-chefe, da Secretaria, do

Gabinete Fotográfico e do Observatório Meteorológico; 7º) o registro geral do pessoal e o especial da 1ª Divisão.

Art. 10. A 3ª turma terá a seu cargo: 1º) a correspondência oficial da Comissão com o governo; 2º) a correspondência externa da Comissão com quaisquer autoridades, corporações, ou simples cidadãos estranhos aos serviços da Comissão; 3º) o processo de todos os papéis apresentados por pessoas estranhas à Comissão; 4º) a escrituração do livro de contrato de responsabilidade e arrendamentos, e do livro de contrato de empreitadas; 5º) as requisições de passagens e bagagens; 6º) a expedição do correio da Comissão.

Art. 11. Cada uma dessas turmas será dirigida por um 1º escriturário, auxiliado pelo pessoal que for designado pelo secretário.

Art. 12. Qualquer papel, externo ou interno, apresentado à Secretaria, receberá, na 1ª turma, um número em tinta carmim, correspondente ao que tiver no protocolo geral, e, bem assim, o carimbo da data da entrada; e depois será registrado no protocolo de ofícios, ou no de requerimentos, ou no de papéis diversos, mencionando-se o número de ordem do papel e o respectivo assunto em extrato, ficando em branco uma coluna para o movimento que tiver.

Art. 13. Em seguida será o papel apresentado ao secretário, que o mandará informar pela turma a que competir, por estas instruções, o respectivo estudo e processo.

Parágrafo único. Os papéis, quer despachados pelo secretário, quer pelo engenheiro-chefe, voltarão à 1ª turma, que lhes dará o destino conveniente.

Art. 14. Na respectiva turma de processo, será o papel distribuído, pelo chefe da turma, a um escriturário ou amanuense, para extratá-lo em um folha de papel avulsa, com a qual capeará, e, depois de convenientemente informado pelo chefe da turma, subirá ao secretário, que, depois de examiná-lo, ou mandará logo preparar o expediente, ou submetê-lo-á a despacho do engenheiro-chefe.

Art. 15. No livro da porta, que ficará à disposição das pessoas estranhas à Comissão, mas que tenham negócios com ela, se lançarão os despachos dados pelo engenheiro-chefe aos requerimentos; e, bem assim, a aceitação das propostas, nas concorrências para serviços e empreitadas.

Art. 16. O arquivo será organizado em coleções correspondentes às diversas divisões por que se acham distribuídos os serviços da Comissão, tendo, além dessas, uma para os papéis diversos, e mais uma destinada à guarda dos documentos.

Art. 17. Cada chefe de turma será responsável pelos serviços de seus auxiliares e levará *incontinenti*, ao conhecimento do secretário, qualquer falta cometida pelos mesmos.

Art. 18. Sobre objeto de serviço, nenhum empregado poderá dirigir-se ao secretário senão por intermédio do chefe da sua respectiva turma.

Art. 19. Nenhum papel oficial, embora proveniente de qualquer das divisões de serviço, poderá ser apresentado diretamente ao engenheiro-chefe, sem ser por intermédio da Secretaria. Os que versarem sobre assuntos urgentes, deverão trazer a nota respectiva; e os de caráter reservado deverão trazer, no sobrescrito, essa declaração.

Capítulo IV DO ALMOXARIFADO

Art. 20. Ao Almojarifado, 2ª seção da 1ª Divisão, competirá:

§ 1º a arrecadação e classificação do material existente, e do que for adquirido para a organização dos diversos serviços e obras a cargo das divisões;

§ 2º a verificação da quantidade e da qualidade do material, no ato de ser recebido, observando-se nos exames as especificações dos pedidos ou contratos;

§ 3º a organização de pedidos para aquisição do material necessário aos suprimentos dos armazéns das divisões;

§ 4º a satisfação de pedidos de fornecimento assinados pelos chefes das divisões e despachados pelo engenheiro-chefe;

§ 5º a escrituração da carga, descarga e movimento dos armazéns do Almojarifado.

Art. 21. O Almojarifado funcionará sob a direção imediata do almojarife.

Art. 22. O pessoal do Almojarifado poderá elevar-se conforme as exigências do serviço, até 1 fiel, 1 agente no Rio de Janeiro, 1 escrivão, 1 armazenista, 1 escriturário e os guardas e serventes que forem necessários, e cuja admissão for autorizada.

Art. 23. Ao almojarife, como chefe da seção e principal responsável pela regularidade e boa marcha do serviço, competirá:

§ 1º responder pela quantidade do material em depósito;

§ 2º manter os armazéns em perfeita ordem e asseio, dirigindo as arrumações e acondicionamento dos artigos sob sua responsabilidade, zelando a conservação e limpeza dos materiais em depósito, e devendo, no caso de deterioração casual, dar imediatamente parte ao engenheiro-chefe para resolver a respeito, sendo que a falta de cumprimento destes deveres sujeitará o almojarife à indenização do valor do material deteriorado;

§ 3º organizar ou fazer organizar os pedidos para aquisição dos materiais, de modo que os armazéns se conservem sempre providos dos necessários para o trabalhos das divisões;

§ 4º assistir ou mandar assistir por seu fiel ou pelo armazenista ao exame e conferência do peso, quantidade e medida do material que tiver de ser recebido;

§ 5º providenciar sobre os fornecimentos que forem ordenados pelo engenheiro-chefe, para que sejam satisfeitos com maior prontidão e regularidade;

§ 6º mandar examinar o material inservível, e requisitar conserto para o que estiver no caso de poder ser novamente fornecido;

§ 7º assinar os termos e passar as declarações e recibos que deverão constituir sua responsabilidade;

§ 8º apresentar, até o dia 1º de cada mês, um relatório dos fornecimentos às divisões,

durante o mês anterior; e, até o dia 20 de janeiro, abril, junho e outubro, um balancete trimestral de todo o movimento do Almojarifado.

Art. 24. Ao fiel competirá:

§ 1º receber todos os materiais que se destinarem ao Almojarifado, verificando se as quantidades e preços conferem com os mencionados nos pedidos ou contratos, e declarando nas contas e faturas o resultado da conferência;

§ 2º efetuar as compras externas quando ordenadas pelo almoxarife, com pedidos despachados pelo engenheiro-chefe;

§ 3º informar as contas relativas a tais compras, as quais serão depois visadas pelo almoxarife;

§ 4º escriturar os livros-borrões da entrada e saída dos materiais e mais objetos do Almojarifado.

Art. 25. Ao agente no Rio de Janeiro competirá:

§ 1º efetuar, com prontidão e economia, as encomendas que lhe forem feitas pelo almoxarife, mediante pedidos de compra despachados pelo engenheiro-chefe;

§ 2º providenciar para que as encomendas feitas pelos fornecedores sejam transportadas com regularidade pela Estrada de Ferro Central do Brasil;

§ 3º informar o Almojarifado de qualquer ocorrência do mercado do Rio de Janeiro que possa interessar a regularidade dos trabalhos da Comissão;

§ 4º tomar conhecimento das reclamações que o Almojarifado fizer a respeito dos fornecimentos recebidos, e apresentá-las aos fornecedores, providenciando para que sejam atendidas e satisfeitas;

§ 5º prestar aos fornecedores as informações de que estes carecerem para a boa execução das encomendas;

§ 6º satisfazer as informações que, sobre assuntos que interessem à Comissão, lhe forem exigidas pelo secretário, de ordem do engenheiro-chefe;

§ 7º atender, durante as concorrências, aos proponentes que o procurarem para obter informações, colher apontamentos, ou examinar as plantas e quaisquer outros documentos que lhe tenham sido enviados pelo engenheiro-chefe, para esse fim;

§ 8º satisfazer qualquer incumbência que, sobre negócios relativos aos trabalhos da Comissão, lhe for cometida pelo engenheiro-chefe.

Art. 26. Recebido um pedido de compra, procurará o agente imediatamente o fornecedor indicado - ou, na falta de indicação, o que mais conveniente lhe parecer aos interesses da Comissão - e dar-lhe-á a encomenda, entregando-lhe o referido pedido e fazendo-lhe as

recomendações que tiver recebido do Almojarifado, ou que lhe sugerir o seu critério.

Art. 27. Pronta a encomenda e encaixotada, o agente fornecerá ao fornecedor a competente requisição para o transporte pela Estrada de Ferro Central do Brasil, com cuja administração se entenderá sempre que houver dificuldade para o recebimento de mercadorias ou bagagens.

Art. 28. Despachados na Estrada os volumes, deverá o fornecedor entregar imediata-mente ao agente o respectivo conhecimento, que este remeterá logo pelo correio em carta endereçada ao engenheiro-chefe, tomando nota, em um protocolo, da data de expedição, nome do fornecedor, número e data dos pedidos satisfeitos, número dos volumes despachados (bagagem ou mercadorias), data da expedição do conhecimento pelo correio e quaisquer outros apontamentos.

Art. 29. Satisfeito e despachado o pedido, deverá o fornecedor apresentar ao agente e respectiva fatura em triplicata, com discriminação de objetos e preços e soma total, adicionando-lhe, como documento, o pedido:

§ 1º tais faturas deverão ser, pelo agente, enviadas ao Almojarifado em carta dirigida ao engenheiro-chefe;

§ 2º conferidas no Almojarifado, à chegada dos objetos fornecidos, serão depois enviadas ao chefe da Contabilidade, que mandará conferir os cálculos pela 1ª seção, e depois, submeterá, por intermédio da Secretaria, ao *pague-se* do engenheiro-chefe. Obtido este, serão as contas devolvidas pela Secretaria à Contabilidade, que providenciará sobre o respectivo pagamento em prazo curto.

Art. 30. Os pagamentos das faturas de objetos vindos do Rio de Janeiro poderão ser feitos pelo tesoureiro diretamente, quando ali for; ou, se mais convier, pelo próprio agente que, em tais casos, receberá as competentes ordens e suprimentos de dinheiro.

Art. 31. Quando o pagamento for efetuado pelo agente, deverá este exigir do fornecedor uma 4ª via de recibo para sua ressalva, pois as três vias de fatura deverão ser devolvidas à Tesouraria da Comissão em carta registrada com endereço ao engenheiro-chefe.

Art. 32. Dos editais e quaisquer outras publicações que o agente receber ordem de fazer publicar nos jornais, deverá exigir notas em triplicatas para serem pagar depois, pelo mesmo processo das faturas de fornecimento, podendo entender-se com a administração dos jornais para o fim de ser a Comissão debitada e tiradas as respectivas contas por semetres ou trimestres.

Art. 33. O agente requisitará do Almojarifado, mediante pedidos de fornecimento despachados pelo engenheiro-chefe, os objetos de escritório de que carecer para o expediente da Agência no Rio de Janeiro.

Art. 34. Toda a correspondência oficial do agente deverá ser dirigida ao almoxarife, sempre que tratar de aquisição de objetos encomendados pelo Almojarifado; e, nos demais

casos, será dirigida ao engenheiro-chefe; o endereço, porém, do invólucro deverá ser sempre para o engenheiro-chefe.

Art. 35. Ao escrivão, auxiliado pelo escriturário, competirá:

§ 1º escriturar os livros de registro de pedidos e os livros auxiliares de saída;

§ 2º processar as primeiras, segundas e terceiras vias das contas dos fornecedores, verificando se combinam com as notas que tiverem acompanhado as remessas parciais;

§ 3º escriturar com toda fidelidade e asseio os livros de entrada e saída do Almojarifado, segundo os modelos estabelecidos, examinando previamente se os documentos estão legalizados;

§ 4º escriturar os termos que deverão ser lavrados, sempre que se derem faltas no reconhecimento do recebimento do material;

§ 5º organizar as demonstrações mensais dos fornecimentos feitos pelo Almojarifado, e as trimensais do movimento e inventário do mesmo.

Art. 36. As demonstrações mensais, para escrituração da 2ª Divisão (Contabilidade), serão organizadas pelas notas de entrega, que, para esse fim, deverão ser colecionadas depois de terem o competente recibo; e as trimensais, pelos livros gerais de escrituração do Almojarifado.

Art. 37. Ao armazenista competirá:

§ 1º fornecer, mediante pedidos despachados pelo engenheiro-chefe e distribuídos pelo Almojarifado, os materiais e objetos de expediente que forem pedidos pelas diversas divisões;

§ 2º extrair guias em duplicatas, de entrega do material fornecido às divisões, das quais uma será devolvida, no mesmo dia, pela respectiva divisão com o competente recibo, a fim de acompanhar a demonstração mensal destinada à Contabilidade;

§ 3º assistir às conferências para entrega ou remessa de material.

Art. 38. Haverá no Almojarifado os seguintes livros para a respectiva escrituração: 2 livros gerais, 1 livro de registro de termos de exame de material, livros auxiliares, livros-talões de guias de entrega, livros-talões de pedidos.

Art. 39. Os dois primeiros livros gerais serão escriturados pelo escrivão, que dará entrada aos materiais pelas faturas e terceiras vias de contas, depois de competentemente legalizados pelas conferências e recibos; e saída, pelas notas escrituradas nos livros auxiliares de saída.

Art. 40. Na escrituração dos livros auxiliares de saídas mencionará o escrivão, por espécies e em cada página, o número de documento, a quantidade de material, preço por unidade e o total de cada fornecimento, e, bem assim, o seu destino.

Art. 41. Constituem documentos de carga do Almojarifado:

§ 1º portarias ou ordens do engenheiro-chefe, especificando os artigos, sua qualidade, quantidade, procedência e preço;

§ 2º as terceiras vias de faturas e contas, depois de conferidas pela Contabilidade e pagas aos fornecedores.

Art. 42. As três vias de cada fatura deverão ser remetidas à Contabilidade, depois de feitas as declarações sobre a conferência e passados os competentes recibos, de conformidade com o art. 24º, § 1º.

Art. 43. Nenhum documento de carga poderá ser escriturado pelo escrivão sem que estejam satisfeitas as disposições do artigo antecedente.

Art. 44. Os artigos remetidos ao Almoxarifado, em virtude de pedidos devidamente autorizados pelo engenheiro-chefe, deverão ser acompanhados pelas respectivas faturas de contas de fornecimento, em triplicata, documentadas com o competente pedido, para serem processadas.

Efetuando o pagamento, passando o fornecedor recibo em todas as três vias, a terceira será devolvida pela Contabilidade ao Almoxarifado, para documento de carga do Almoxarifado.

Art. 45. Constituem documentos de descarga do Almoxarifado:

§ 1º portarias ou ordens do engenheiro-chefe, especificando os artigos que devem ser entregues ou fornecidos, sua quantidade, bem como a declaração do débito a fazer;

§ 2º os pedidos de fornecimentos despachados pelo engenheiro-chefe.

Art. 46. Os empregados do Almoxarifado, à exceção daqueles que tiverem a seu cargo a escrituração, prestarão fiança, sendo: a do almoxarife de 5:000\$000; a do fiel de 2:000\$000; a do armazenista de 1:000\$000.

Art. 47. O engenheiro-chefe examinará semestralmente, por si ou por empregado que designar, a escrituração do Almoxarifado, dando balanço no material existente, providenciando acerca do destino que deva ter o imprestável, e encerrando definitivamente as contas até a data em que ultimar o mesmo exame.

Art. 48. Os volumes pertencentes à Comissão, ou a seu pessoal enviados de Sabará ou do local do entroncamento, por carros de bois ou bestas de carga, enquanto não se abrir ao tráfego o ramal férreo em construção, serão acompanhados de *guias de remessa*, extraídas de talões, declarando o número de volumes, as marcas, os destinos, o meio por que é feito o transporte e o preço ajustado:

§ 1º recebidos os volumes, o Almoxarifado dará ao carreiro ou tropeiro *guias de pagamento* para serem apresentadas ao tesoureiro e satisfeitas;

§ 2º no fim de cada mês, o Almoxarifado organizará, em duplicata, uma relação geral dos transportes pagos, a qual, depois de examinada pelo tesoureiro, conferida pela 1ª seção de Contabilidade e autenticada pelo engenheiro-chefe, substituirá, como documento de despesa, as guias pagas durante o mês.

Capítulo V
DO GABINETE FOTOGRÁFICO E OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO

Art. 49. O Gabinete Fotográfico e o Observatório Meteorológico funcionarão sob a direção do próprio secretário, do engenheiro de 3º classe, que servir no gabinete do engenheiro-chefe, ou de qualquer outro funcionário designado expressamente pelo engenheiro-chefe.

Art. 50. Ao funcionário encarregado da direção desses serviços anexos à 1ª Divisão, cumprirá dar todas as providências para que eles sejam executados com a máxima regularidade, ordem e método.

Art. 51. Ao Gabinete Fotográfico incumbirá:

§ 1º executar todos os trabalhos fotográficos que lhe forem cometidos expressamente pelo engenheiro-chefe;

§ 2º fornecer as provas heliográficas dos desenhos dos projetos que tiverem de ser executados;

§ 3º executar quaisquer trabalhos acessórios que convenha, de futuro, afetar-lhe.

Art. 52. Os trabalhos do Gabinete Fotográfico serão executados por um condutor, auxiliado pelo pessoal que for fixado pelo engenheiro-chefe, conforme as exigências do serviço.

Art. 53. Nenhum trabalho será executado pelo Gabinete Fotográfico sem ordem expressa, por escrito, expedida pela Secretaria; e nenhum trabalho sairá sem ser acompanhado de guias de remessa à Secretaria.

Art. 54. Haverá no Gabinete Fotográfico:

§ 1º um livro-registro dos trabalhos executados, a cujos números de ordem corresponderão os números dos clichês fotográficos e das provas heliográficas preparadas, mencionando-se o número de provas positivas extraídas e remetidas à Secretaria; e quaisquer outras circunstâncias;

§ 2º um livro-inventário, do qual deverão constar todos os móveis, aparelhos e ingredientes fornecidos ao Gabinete;

§ 3º um talão de memorando para correspondência com Secretaria;

§ 4º um talão de memorando para os pedidos;

§ 5º um livro-talão de ocorrências diárias.

Art. 55. O Gabinete Fotográfico enviará diariamente ao engenheiro-chefe um boletim de ocorrência, mencionando os trabalhos executados na véspera e quaisquer acidentes ocorridos.

Art. 56. Os trabalhos do Observatório Meteorológico serão executados por outro condutor, que deverá observar, nesse serviço, quanto ao modo de realizar as observações, as instruções constantes do relatório da Comissão de Estudo.

Art. 57. Haverá no Observatório Meteorológico: para os registros, inventário, correspondência e expediente, livros análogos aos indicados para o Gabinete Fotográfico, no art. 54, devendo o registro das observações ser organizado de acordo com o modelo aprovado pelo engenheiro-chefe.

Capítulo VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58. O serviço nos escritórios começará diariamente às 9h 30 da manhã, devendo o ponto ser encerrado pelo chefe da seção impreterivelmente às 10 horas; e terminará às 4 horas da tarde. A nenhum empregado será lícito assinar o ponto, à entrada, depois das 10 horas da manhã; e rubricá-lo, à saída, antes das 4 horas da tarde. A falta de assinatura à entrada importará a perda total do dia e a falta de rubrica à saída importará a perda de meio-dia.

§ 1º o serviço de cada seção poderá ser prorrogado, quando o respectivo chefe julgar necessário ou houver ordem do engenheiro-chefe;

§ 2º o do Gabinete Fotográfico será feito durante as horas do expediente da Secretaria; as diligências e serviços externos, porém, poderão ser feitos em qualquer ocasião, que for designada pelo encarregado da direção, quando os trabalhos o exigirem.

Art. 59. Nas faltas e impedimentos serão substituídos:

§ 1º o engenheiro-chefe, pelo primeiro engenheiro; e, na falta deste, pelo chefe de divisão que for designado pelo engenheiro-chefe;

§ 2º o engenheiro auxiliar do Gabinete, por outro qualquer, designado pelo engenheiro-chefe;

§ 3º o secretário, pelo 1º escriturário que for pelo engenheiro-chefe designado;

§ 4º os chefes de turmas, pelos escriturários que o secretário designar;

§ 5º o almoxarife, pelo fiel e este pelo armazenista;

§ 6º o escrivão, pelo escriturário do Almoxarifado.

Art. 60. Nas substituições determinadas no artigo anterior, e somente nelas, prevalecerão as disposições do art. 34 do Decreto n.680, de 14 de fevereiro de 1894.

Art. 61. A nenhum funcionário técnico ou administrativo da 1ª Divisão será lícito ausentar-se dos trabalhos da Comissão sem prévia licença do engenheiro-chefe e preenchidas as formalidades legais:

§ 1º se a ausência for de oito dias, no máximo, a licença poderá ser concedida, independentemente de requerimento escrito, por simples aviso da Secretaria à respectiva Divisão, a fim de ser o funcionário considerado como faltando com participação de causa, e não lhe ser aplicada a pena do § 4º do art. 36 do Regulamento;

§ 2º para ausência excedente de oito dias será mister obtenção de portaria de licença, embora seja licença sem vencimentos;

§ 3º para a ausência nos dias em que não houver serviço, bastará permissão verbal do chefe da seção a que estiver ligado o funcionário.

Art. 62. Serão causas justificadas para as faltas: 1º) moléstia do empregado; 2º) nojo por falecimento de pessoa de sua família; 3º) gala de casamento.

Parágrafo único. Somente ao engenheiro-chefe competirão a aplicação e o julgamento das justificações de faltas.

Art. 63. Os descontos por faltas interpoladas serão correspondentes aos dias em que elas se derem; no caso, porém, de faltas consecutivas, serão descontados também os dias feriados compreendidos nesses períodos.

Art. 64. Para base do julgamento sobre justificação de faltas em número não excedente de três, durante o mês, e, bem assim, as motivadas por gala ou nojo, bastará a simples alegação, por escrito, do empregado, competentemente informada pelo chefe da seção; se, porém, o número das faltas exceder de três, e não forem elas motivadas por gala ou nojo, será indispensável a exibição de atestado médico. Quando o número das faltas exceder de oito, embora motivadas por moléstia, será indispensável, para o abono, portaria de licença.

Art. 65. Ficará sem efeito a licença concedida se o funcionário que a tiver obtido não entrar no gozo dela dentro do prazo improrrogável de trinta dias, contados do dia em que tiver sido expedida a respectiva portaria.

Art. 66. Na Secretaria haverá um livro-registro das nomeações, penas, transferências, demissões, etc., dos empregados da 1ª Divisão, de modo que cada um possa obter em qualquer ocasião a sua fé de ofício.

Art. 67. Ao funcionário que ausentar-se da localidade sem permissão prévia, nos termos do art. 50, será aplicada, a juízo do engenheiro-chefe, qualquer das penas do art. 38 do Regulamento.

Art. 68. Em casos excepcionais de força maior, poderão o secretário e o almoxarife assumir a responsabilidade de permitir a ausência, antes de obtida a competente portaria de licença, deixando o funcionário a respectiva petição escrita e selada e procurador que satisfaça as exigências fiscais quanto à portaria de licença; sendo em tais casos apresentada ao engenheiro-chefe a justificação do fato.

Art. 69. O funcionário que, embora presente na sede dos trabalhos da Comissão, deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada, por mais de quinze dias, seguidamente, será considerado incurso no § 4º do art. 36 do Regulamento.

Art. 70. Os documentos for faltas interpoladas serão correspondentes aos dias em que

elas se derem; no caso de faltas sucessivas, serão descontadas também neste período os dias feriados.

Art. 71. Qualquer funcionário que tiver de solicitar licença por moléstia ou outro qualquer impedimento, deverá fazê-lo por meio de requerimento, em que declare os motivos de seu pedido, e por intermédio do chefe de sua respectiva seção, devendo este prestar sua informação, em separado, tanto com respeito à justiça do pedido, como tendo em atenção a urgência do serviço. Se a licença pedida não exceder de trinta dias, o requerimento será dirigido ao engenheiro-chefe, e se exceder sê-lo-á à Secretaria da Agricultura, competindo ao chefe da seção pôr o *cumpra-se* nas portarias firmadas pelo engenheiro-chefe, tendo em atenção que as licenças caducam passados trinta dias da data da concessão; e para verificação de semelhante fato deverá tomar nota da respectiva data quando a licença lhe for apresentada para o *cumpra-se*.

Art. 72. Nenhum funcionário, qualquer que seja a sua categoria, poderá reassumir o exercício de seu respectivo cargo antes de apresentar-se ao engenheiro-chefe e receber da Secretaria guia para apresentar-se à seção a que estiver ligado.

Parágrafo único. O recebimento dessa guia não isenta o chefe da seção do dever de comunicar ao engenheiro-chefe a data exata em que o funcionário tiver reassumido o exercício.

Art. 73. Os pagamentos ao pessoal da Divisão serão efetuados pela Tesouraria, por meio de quatro folhas distintas, organizadas em duplicatas, uma para o Gabinete do engenheiro-chefe, outra para a Secretaria, outra para o Almojarifado e, finalmente, outra para o Gabinete Fotográfico e Observatório Meteorológico, conferidas pelo secretário e pelo almoxarife, e visadas pelo próprio engenheiro-chefe. Tais folhas organizadas no 1º dia útil de cada mês, de conformidade com os livros de ponto e as disposições do Regulamento destas instruções, serão conferidas pela 1ª seção da 2ª Divisão, antes de serem submetidas ao *pague-se* do engenheiro-chefe.

Art. 74. Nenhum empregado poderá exonerar-se a si próprio e, quando o tiver sido pela autoridade competente, seja ou não a seu pedido, não poderá sujeitar-se a processo criminal, retirar-se do serviço sem fazer entrega, a quem for designado pelo chefe da Divisão, de todos os objetos pertencentes ao Estado.

Art. 75. Nenhum empregado poderá, sem autorização do engenheiro-chefe, fornecer, exceto ao seu superior imediato, informações, quer verbais, quer escritas, sobre questões concernentes ao serviço de que estiver incumbido. O empregado que faltar a esta disposição será punido com as penas indicadas nestas instruções, conforme a gravidade da indiscrição que tiver praticado.

Art. 76. Até o dia 1º de cada mês, o chefe de cada seção (Secretaria e Almojarifado) enviará ao engenheiro-chefe um relatório resumido dos trabalhos efetuados no mês precedente acompanhado de relação nominal do pessoal; e informará franca e explicitamente sobre o modo por que cada funcionário tiver satisfeito suas obrigações.

Art. 77. O engenheiro-chefe providenciará, como julgar acertado, sobre quaisquer ocorrências não previstas nas presentes instruções.

BIBLIOTECA DA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
MEMÓRIA TÉCNICA

Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 1894. O engenheiro-chefe, *Aarão Reis*.

II - INSTRUÇÕES REGULAMENTARES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS A CARGO DA 2ª DIVISÃO

Capítulo I DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

Art. 1º Todos os serviços de contabilidade da Comissão ficarão a cargo da 2ª Divisão, estabelecida pelo art. 9º do Regulamento de 14 de fevereiro de 1894, a qual funcionará sob a direção imediata do chefe da Contabilidade.

Art. 2º A Divisão compreenderá os serviços a cargo:

- § 1º do Gabinete do Chefe;
- § 2º da escrituração geral (1ª seção);
- § 3º da Tesouraria (2ª seção);
- § 4º do Tombamento (3ª seção).

Capítulo II DO GABINETE DO CHEFE

Art. 3º Coadjuvando diretamente o chefe da Contabilidade, pela forma que ele determinar, funcionarão, permanentemente, em seu gabinete: 1 escriturário e 1 armazenista.

Art. 4º Serão atribuições e deveres do chefe da Contabilidade:

§ 1º proceder, uma vez por mês, quando o engenheiro-chefe o determinar, à verificação do estado da caixa e da escrituração geral, na presença do mesmo engenheiro-chefe, assinando com este, o guarda-livros e o tesoureiro, os termos que de tais verificações forem lavrados.

§ 2º visar, com o engenheiro-chefe, os cheques firmados pelo tesoureiro, para as retiradas das quantias creditadas à Comissão, em conta corrente de movimento pelo Banco da República do Brasil;

§ 3º passar em duas vias certificados explícitos das contas de empreitadas executadas em virtude de contratos, baseando-se nas folhas das medições provisórias ou finais organizadas pela 3ª Divisão e despachadas pelo engenheiro-chefe;

§ 4º fazer parte das juntas de exame e de classificação das concorrências públicas de

empreitadas parciais, a que se refere o § 1º do art. 7º do Regulamento de 14 de fevereiro de 1894, e que deverão funcionar sob a presidência do 1º engenheiro;

§ 5º presidir as juntas classificadoras das concorrências para as aquisição de materiais e outros objetos de consumo, a que se refere o art. 8º do Regulamento;

§ 6º visar as folhas de pagamento de sua Divisão e os pedidos feitos ao Almojarifado;

§ 7º visar as contas de fornecimentos, depois de processadas pela 1ª seção, antes de serem apresentadas ao *pague-se* do engenheiro-chefe;

§ 8º cumprir e fazer cumprir não só o Regulamento de 14 de fevereiro de 1894, como também as instruções regulamentares e ordens de serviço expedidas pelo engenheiro-chefe;

§ 9º fiscalizar assiduamente os trabalhos cometidos às três seções, que compõem a 2ª Divisão, não permitindo que os serviços deixem de ser feitos no tempo próprio e com maior nitidez e clareza;

§ 10. distribuir pelas seções - determinando os trabalhos que deva cada uma executar - os empregados designados para a 2ª Divisão, que não tenham funções expressas no Regulamento ou nestas instruções;

§ 11. propor ao engenheiro-chefe a adoção de medidas que repute indispensáveis à regularidade dos serviços a cargo da Divisão ou que com eles se relacionem;

§ 12. informar ao tesoureiro-chefe, da idoneidade dos empregados da Divisão, propondo os que lhe parecem mandar rubricar todos os livros que precisarem dessa formalidade;

§ 13. dar as instruções e modelos que forem precisos para o pronto, claro e regular desempenho do serviço.

Art. 5º A cargo do pessoal que servir no gabinete do chefe ficarão os seguintes serviços:

§ 1º expediente interno e externo do Gabinete;

§ 2º protocolo de entrada e saída dos papéis que transitarem pelo Gabinete;

§ 3º correspondência oficial do chefe;

§ 4º registro geral do pessoal da Divisão;

§ 5º organização das folhas de pagamento do pessoal do Gabinete;

§ 6º livro do ponto do Gabinete;

§ 7º arquivo geral da Divisão;

§ 8º livro de pedidos do Almojarifado e arrecadação, guarda e distribuição às gerações dos objetos de expediente;

§ 9º organização do mapa demonstrativo do movimento dos objetos recebidos do Almojarifado;

§ 10. livros de termos de exame da caixa e da escrituração geral.

Capítulo III
DA 1ª SEÇÃO (ESCRITURAÇÃO GERAL)

Art. 6º A 1ª seção funcionará sob a direção imediata do guarda-livros.

Art. 7º Coadjuvando diretamente o guarda-livros, pela forma que lhe determinar, funcionarão, na 1ª seção, os escriturários e amanuenses que forem precisos, e cujo número poderá elevar-se até: 3 primeiros escriturários, 4 segundos escriturários, 4 terceiros escriturários e 4 amanuenses.

Art. 8º Serão atribuições e deveres da 1ª seção:

§ 1º fazer, na escrituração geral das despesas, o lançamento de todas as quantias pagas pela Tesouraria, discriminando-as tanto quanto for possível;

§ 2º processar as folhas de pagamento do pessoal para verificação dos cálculos, antes de serem apresentadas ao *pague-se* do engenheiro-chefe;

§ 3º fazer todos os trabalhos relativos à escrituração geral, convenientemente especializada, de todas as despesas e receitas eventuais da Comissão, verificando e examinando os respectivos documentos e processando as contas e folhas de pagamento;

§ 4º escriturar diariamente, em livros apropriados, todas as verbas de receitas e de despesas à vista das segundas vias dos documentos de arrecadação e de pagamentos fornecidos pela Tesouraria;

§ 5º extrair mensalmente do livro-caixa um balancete minucioso da receita e despesa do respectivo mês, descritas, verba por verba, adicionando à receita o saldo do mês anterior e demonstrando a colocação do que ficar sob a responsabilidade da Tesouraria, balancete que, depois de conferido e autenticado pelo tesoureiro e visado pelo chefe da Contabilidade, será remetido ao engenheiro-chefe, acompanhado das primeiras vias, competentemente numeradas, de todos os documentos de receita e de despesa a que se referir o mesmo balancete;

§ 6º organizar, semestralmente, um balanço geral, em que sejam especificadas, com clareza e minuciosidade: as quantias arrecadadas, o valor das propriedades adquiridas, o das obras executadas e dos materiais existentes, os gastos gerais efetuados, a importância do saldo em dinheiro no cofre da Tesouraria, o valor dos contratos firmados e tudo mais que da escrituração se depreender ter ocorrido durante o semestre;

§ 7º extrair em duplicata e remeter mensalmente às divisões as notas do que a Tesouraria, por conta de cada uma delas, tiver pago durante o mês, e, bem assim, as da importância dos objetos que lhes tiverem sido supridos pelo Almojarifado, tiradas da própria conta por este enviada à Contabilidade, devendo as Divisões devolverem uma das vias, declarando se conferem ou não tais notas, para se proceder ao respectivo lançamento;

§ 8º encher os livros-talões para a cobrança dos aluguéis dos prédios estaduais existentes na localidade, os quais serão enviados à Tesouraria, depois de conferidos pelo guarda-livros e visados pelo chefe da Contabilidade;

§ 9º extrair mensalmente, para ser entregue ao engenheiro-chefe, um mapa demonstrativo do total de todas as verbas de receita arrecadada e despesas realizadas pela Comissão, acumuladas desde o início de seus trabalhos.

Art. 10. Para auxiliar a conferência das folhas de pagamento haverá um livro especial, escriturado na Seção, de lançamentos dos impostos pagos pelo pessoal do quadro e as notas de licença e alterações que se forem dando as licenças e alterações.

Capítulo IV DA 2ª SEÇÃO (TESOURARIA)

Art. 11. Segunda seção, a Tesouraria, funcionará sob a imediata direção do tesoureiro.

Art. 12. Além do fiel, que será o seu auxiliar substituto natural, terá o tesoureiro, para coadjuvá-lo pela forma que lhe parecer mais acertada, um amanuense de sua indicação.

Art. 13. Serão atribuições e deveres da 2ª seção:

§ 1º efetuar os pagamentos das despesas feitas com os trabalhos e serviços da Comissão, quer de pessoal, quer de material, à vista de ordens escritas do engenheiro-chefe;

§ 2º firmar os cheques contra o Banco da República do Brasil, para suprimento das quantias necessárias às despesas correntes da Comissão;

§ 3º efetuar mensalmente, nos lugares que forem designados pelo engenheiro-chefe, os pagamentos ao pessoal da Comissão, mediante folhas organizadas em duplicata no escritório de cada seção, à vista dos livros e cadernetas de ponto, visadas pelos chefes das respectivas Divisões, processadas pela 1ª seção da 2ª Divisão e com o *pague-se* do engenheiro-chefe;

§ 4º exigir do pessoal técnico, administrativo e auxiliar, recibos em duplicata, passados nas próprias folhas de pagamento e, do engenheiro e apontador, que assistirem ao pagamento do pessoal operário jornalheiro de cada turma, o competente certificado, passado em duplicata na respectiva folha;

§ 5º prestar, no 1º dia útil de cada mês, contas ao engenheiro-chefe das despesas efetuadas e receita arrecadada durante o mês findo;

§ 6º receber e guardar as quantias que forem sendo requisitadas ou retiradas do banco, para as despesas da Comissão;

§ 7º arrecadar os impostos de selo descontados aos empregados, nas folhas de pagamento e quaisquer outras verbas de receitas eventuais;

§ 8º transportar, do Rio de Janeiro ou de Ouro Preto, as quantias em dinheiro que forem necessárias para acorrer as despesas da Comissão em Belo Horizonte;

§ 9º providenciar de forma a nunca faltar troco para os pagamentos do pessoal;

§ 10. conservar no cofre da Tesouraria, sem falta de um real sequer, o saldo em dinheiro que a escrituração, em qualquer momento, demonstrar dever existir em seu poder, não lhe

sendo absolutamente permitido desviar quantia alguma, por mais insignificante que seja, e qualquer que seja o pretexto alegado, sob pena de suspensão imediata de suas funções e conseqüente responsabilidade criminal;

§ 11. não guardar no cofre da Tesouraria quantia alguma não pertencente à Comissão, sob pena de ser ela considerada como parte integrante do saldo, que for encontrado por ocasião de qualquer exame e conferência em caixa, embora se verifique ser esse saldo superior ao demonstrado pela escrituração;

§ 12. numerar todos os documentos de receita e despesa, dos quais deverão as segundas vias ser enviadas imediatamente, depois de arrecadadas, à 1ª seção; e, no 1º dia útil do mês seguinte, as primeiras vias dos mesmos documentos, acompanhadas de demonstração, em forma de conta corrente, para o que escriturará livro próprio a esse fim;

§ 13. verificar se os selos dos recibos que forem passados à Tesouraria para recebimento de quaisquer quantias estão de conformidade com o Regulamento para a arrecadação do selo.

Art. 14. O fiel, que em tudo substituirá e auxiliará o tesoureiro, de acordo com o § 5º do art. 31 do Regulamento de 14 de fevereiro de 1894, terá responsabilidade dos seus atos nos mesmos termos impostos àquele.

Art. 15. A cargo do amanuense que servir na Tesouraria ficarão os seguintes serviços:

§ 1º fazer assinar, verificando as assinaturas, as folhas de pagamento pelo pessoal técnico, administrativo e auxiliar;

§ 2º velar pelo exato cumprimento das ordens de serviços, instrução e regulamentos e apontador e visado pelo engenheiro da residência ou turma;

§ 3º organizar, sob inspeção do tesoureiro e seu fiel, os bilhetes de recebimento de vencimentos do pessoal técnico, administrativo e auxiliar, à vista das assinaturas nas folhas respectivas.

Capítulo V DA 3ª SEÇÃO (TOMBAMENTO)

Art. 16. A 3ª seção, Tombamento, funcionará sob a imediata direção do escrivão do Tombamento.

Art. 17. Coadjuvando diretamente o escrivão, pela forma que lhe determinar, funcionarão os escriturários e amanuenses que forem precisos e cujo número poderá elevar-se até: 1 segundo escriturário, 2 terceiros escriturários, 2 amanuenses.

Art. 18º. Serão atribuições e deveres da 3ª seção:

§ 1º o tombamento de todos os terrenos da nova capital, pertencentes aos Estados, discriminadas as respectivas áreas, configuração topográfica, situação, vantagens naturais e valor relativo de cada um;

§ 2º ter, sob sua guarda e nas melhores condições de segurança e conservação, todos os

documentos comprobativos do direito de propriedade do Estado sobre os bens imóveis adquiridos dentro do perímetro marcado para a nova capital ou nas suas imediações;

§ 3º escriturar os livros-registro dos imóveis adquiridos na localidade e dos lotes de terrenos demarcados na planta da nova cidade;

§ 4º organizar com método e clareza o arquivo de todos os documentos e mais papéis referentes ao tombamento com índice alfabético para facilitar as buscas;

§ 5º fiscalizar o lançamento nas notas do escrivão do Juízo de Paz da localidade, das escrituras públicas, por meio das quais for o Estado adquirindo as propriedades existentes em Belo Horizonte;

§ 6º proceder à numeração de todos os prédios e terrenos que forem adquiridos pelo Estado;

§ 7º fiscalizar a boa conservação dos prédios que forem alugados a particulares;

§ 8º fiscalizar os contratos de arrendamento que forem feitos de prédios para estabelecimentos comerciais.

Capítulo VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Serão deveres comuns a todas as três seções:

§ 1º guardar os papéis até serem findos os prejudicados os negócios a que se referirem;

§ 2º passar as certidões que o chefe da Contabilidade autorizar;

§ 3º prestar as informações e pareceres que forem exigidos sobre negócios de sua competência;

§ 4º manter em ordem e arquivo dos livros, papéis e documentos pertencentes à seção;

§ 5º observar com rigor as ordens relativas ao ponto do pessoal;

§ 6º confeccionar e registrar as respectivas folhas de pagamento;

§ 7º requisitar, mediante pedidos extraídos de talões, os objetos de expediente de que careçam e tenham de ser fornecidos pelo Almojarifado.

Art. 20. Serão deveres comuns aos chefes das seções:

§ 1º distribuir, dirigir e fiscalizar todos os trabalhos de suas respectivas seções, pelos quais serão responsáveis perante o chefe da Divisão;

§ 2º cumprir e fazer cumprir os despachos e ordens do chefe da Divisão e propor-lhe quaisquer medidas que julgarem convenientes ao bom andamento e regularidade do serviço;

§ 3º informar acerca dos negócios que correm pelas seções e interpor pareceres sobre aqueles que o exigirem.

Art. 21. Serão deveres comuns aos escriturários e amanuenses:

§ 1º executar os trabalhos que lhes forem cometidos pelo chefe da respectiva seção;

§ 2º responder pelos erros de cálculos, omissões de notas e lançamentos próprios à escrituração, documentos, folhas de pagamento e ordens de serviço das mesmas seções.

Art. 22. Serão substituídos nas faltas e impedimentos:

§ 1º o chefe da Contabilidade pelo chefe da 1ª seção e, na falta deste, pelo chefe da 3ª seção;

§ 2º o guarda-livros por um 1º escriturário da 1ª seção que for designado pelo chefe da Contabilidade;

§ 3º o tesoureiro por seu fiel ou, na falta deste, pelo empregado que escolher, sob sua responsabilidade;

§ 4º o escrivão do Tombamento pelo respectivo escriturário da seção;

§ 5º os primeiros escriturários, incumbidos de serviços pelos segundos escriturários que forem designados pelo chefe da Contabilidade.

Art. 23. Somente nas substituições acima indicadas prevalecerão as disposições do art. 34 do Regulamento expedido pelo Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894.

Art. 24. O serviço nas seções começará diariamente às 9h 30 da manhã e terminará às 4 horas da tarde. A nenhum funcionário será lícito assinar o ponto à entrada depois das 10 horas da manhã nem rubricá-lo à saída antes das 4 horas da tarde. A falta de assinatura à entrada importará perda total do dia e a falta de rubrica à saída importará perda de meio-dia.

Art. 25. Os pagamentos ao pessoal da Divisão serão efetuados pela Tesouraria, por meio de folhas separadas, organizadas em duplicatas, uma no gabinete do chefe e as outras nas seções, conferidas pelos respectivos chefes e visadas todas pelo chefe da Divisão.

Parágrafo único. Tais folhas organizadas no 1º dia útil de cada mês, de conformidade com os livros do ponto e as disposições do Regulamento, serão conferidas pela 1ª seção, antes de submetidas ao *pague-se* do engenheiro-chefe.

Art. 26. A nenhum funcionário será lícito ausentar-se do local dos trabalhos da Comissão sem prévia licença do engenheiro-chefe e preenchidas as formalidades legais:

§ 1º se a ausência for de oito dias, no máximo, a licença poderá ser concedida independentemente de requerimento escrito, por simples aviso da Secretaria à Divisão, e a fim de ser o funcionário considerado como faltando com participação de causa e não lhe ser aplicada a pena do § 4º do art. 36 do Regulamento;

§ 2º para ausência excedente de oito dias será mister obtenção de portaria de licença, embora seja a licença sem vencimentos;

§ 3º para as ausências nos dias em que não houver serviço, bastará permissão verbal do chefe da Divisão.

Art. 27. Serão causas justificativas para as faltas: 1ª) moléstia do empregado; 2ª) nojo por falecimento de pessoa de sua família; 3ª) gala de casamento.

Parágrafo único. Somente ao engenheiro-chefe competirão a aplicação e o julgamento das justificações de faltas.

Art. 28. Os descontos por faltas interpoladas serão correspondentes aos dias em que elas se derem; no caso, porém, de faltas consecutivas, serão também descontados os dias feriados; compreendidos nesse período.

Art. 29. Para base do julgamento sobre justificação de faltas em número não excedente de três dias, durante o mês, e, bem assim, para as motivadas por gala ou nojo, bastará a simples alegação por escrito, do empregado, competentemente informada pelo chefe da Divisão; se porém, o número das faltas exceder de três e não tiverem sido elas motivadas por gala ou nojo, será indispensável a exibição de atestado médico. Quando o número das faltas exceder de oito, embora motivadas por moléstia, será indispensável, para o abono, portaria de licença.

Art. 30. Ficará sem efeito a licença concedida, se o funcionário que a tiver obtido não entrar no gozo dela dentro do prazo improrrogável de trinta dias, contados do em que tiver sido expedida a respectiva portaria.

Art. 31. Qualquer funcionário que tiver de solicitar licença por moléstia ou outro qualquer impedimento, deverá fazê-lo por meio de requerimento, em que declare os motivos do seu pedido e por intermédio do chefe da sua respectiva seção, devendo este informar, em separado, tanto com respeito à justiça do pedido, como tendo em atenção a urgência do serviço.

Se a licença pedida não exceder de trinta dias, o requerimento deverá ser dirigido ao engenheiro-chefe e, se exceder, sê-lo-á à Secretaria da Agricultura.

Art. 32. No gabinete do chefe haverá um livro-registro das nomeações, licenças, promoções, penas, transferências, demissões, etc., dos respectivos empregados, de modo que cada um possa obter, em qualquer ocasião, a sua fé de ofício.

Art. 33. Nenhum funcionário, qualquer que seja a sua categoria, poderá reassumir o exercício de seu respectivo cargo - após licença, com ou sem vencimentos - antes de apresentar-se ao engenheiro-chefe e receber da Secretaria guia para apresentar-se à Divisão. Parágrafo único. O recebimento dessa guia não isenta o chefe da Divisão do dever de comunicar ao engenheiro-chefe a data exata em que o funcionário tiver reassumido o exercício.

Art. 34. Ao funcionário que se ausentar da localidade sem permissão prévia, nos termos do art. 25, será aplicada, a juízo do engenheiro-chefe, qualquer das penas do art. 38 do Regulamento.

Art. 35. Em casos excepcionais de urgência e força maior, poderá o chefe da Divisão assumir a responsabilidade de permitir a ausência, antes de obtida a competente portaria de licença, deixando o funcionário a respectiva petição escrita e selada e procurador que

satisfaça as exigências fiscais quanto à portaria de licença; sendo em tais casos apresentada ao engenheiro-chefe a justificação do fato.

Art. 36. O funcionário que, embora presente na sede dos trabalhos da Comissão, deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada, por mais de quinze dias, seguidamente, será considerado incurso no § 4º do art. 36 do Regulamento.

Art. 37. O arquivamento dos papéis será feito por coleções mensais ou anuais, distintas, consoante a natureza daqueles, em ordem de datas, recebendo cada um, no dorso, um número de ordem igual ao que tiver recebido na respectiva coluna do protocolo de entrada, e o assunto abreviado em uma ou mui poucas palavras.

Parágrafo único. Cada coleção será capeada pelo índice respectivo, indicando este os números de ordem e assunto de cada papel.

Art. 38. De todos os ofícios, ordens de serviço expedidas e memorando, se guardará cópia seja nos livros especiais copiadores ou nos talões.

Art. 39. Em cada ofício só se tratará de um assunto.

Art. 40. Nenhum empregado poderá exonerar-se a si próprio e, quando o tiver sido pela autoridade competente, seja ou não a seu pedido, não poderá, sem sujeitar-se a processo criminal, retirar-se do serviço sem fazer entrega, a quem for designado pelo chefe da Divisão, de todos os objetos pertencentes ao Estado e que se acharem a seu cargo.

Art. 41. Nenhum empregado poderá, sem autorização do engenheiro-chefe, fornecer, exceto a seu superior imediato, informações, quer verbais, quer escritas, sobre questões concernentes ao serviço de que estiver incumbido. O empregado que faltar a esta disposição será punido com as penas indicadas nestas instruções, conforme a gravidade da indiscrição que tiver praticado.

Art. 42. Até o dia 10 de cada mês o chefe da Divisão enviará à Secretaria um relatório resumido dos trabalhos efetuados no mês precedente. Informará franca e explicitamente acerca do modo pelo qual cada funcionário tiver cumprido suas obrigações. Este relatório será acompanhado de uma relação nominal do pessoal.

Art. 43. O engenheiro-chefe providenciará, como julgar acertado, sobre quaisquer ocorrências não previstas nas presentes instruções.

Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital, em Belo Horizonte, em 31 de outubro de 1894. O engenheiro-chefe, *Aarão Reis*.

III - INSTRUÇÕES REGULAMENTARES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E TRABALHOS A CARGO DAS 3ª, 4ª, 5ª e 6ª DIVISÕES TÉCNICAS

Capítulo I ATRIBUIÇÕES GERAIS DAS DIVISÕES

Art. 1º A execução de todos os serviços e trabalhos técnicos de campo - quer durante os estudos definitivos, quer durante a construção, por administração ou empreitadas, das obras

necessárias à edificação da nova capital do Estado - competirá às 4ª, 5ª e 6ª Divisões do serviço estabelecidos pelo art. 9º do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 640, de 14 de fevereiro de 1894; e a de todos os trabalhos técnicos de escritório competirá à 3ª Divisão de serviço estabelecida pelo mesmo artigo.

Art. 2º A 3ª Divisão será dirigida pelo primeiro engenheiro, e cada uma das outras três (4ª, 5ª e 6ª), por um engenheiro-chefe de serviço, imediatamente subordinado, qualquer deles, ao engenheiro-chefe.

Art. 3º Os trabalhos da 3ª Divisão serão distribuídos por três seções designadas, respectivamente, 1ª, 2ª e 3ª seções; e, em cada uma das outras três Divisões de serviço, todos os trabalhos e serviços - assim de estudo, como de construção, recepção e exame de materiais, fiscalização de empreitadas, montagem de aparelhos e maquinismos, etc. - serão distribuídos por duas seções, designadas, respectivamente, 1ª e 2ª seções.

Parágrafo único. Cada seção será dirigida por um engenheiro-chefe de seção, coadjuvado pelo pessoal técnico e administrativo, fixado pelas presentes instruções, e pelo auxiliar que o engenheiro-chefe julgar necessário admitir.

Art. 4º A 3ª Divisão terá a seu cargo todos os trabalhos técnicos desse escritório relativos à organização - dos projetos e planos gerais, parciais e de detalhes - dos orçamentos, das condições gerais, especificações e séries de preços -, das medições provisórias e finais, das obras que forem sendo executadas - do arquivo técnico - e, bem assim, quaisquer outros acessórios que lhe forem cometidos pelo engenheiro-chefe.

Art. 5º A 4ª Divisão terá a seu cargo todos os trabalhos e serviços de *geodésia topográfica e nivelamento* necessário para o delineamento do projeto geral da nova capital; e, posteriormente, todos os concernentes à locação, divisão e demarcação de lotes, arruamentos, terraplenagens, pontes, calçamentos, ajardinamentos, arborização e quaisquer outros acessórios que lhe forem cometidos pelo engenheiro-chefe.

Art. 6º A 5ª Divisão terá a seu cargo todos os trabalhos - quer de estudos definitivos, quer de construção - relativos ao abastecimento de água, aos esgotos, à canalização das águas pluviais, à modificação de regime dos cursos de água, à drenagem e quaisquer outros acessórios que lhe forem cometidos pelo engenheiro-chefe.

Art. 7º A 6ª Divisão terá a seu cargo todos os trabalhos - quer de estudos definitivos, quer de construção - relativos à viação férrea e urbana, à construção dos edifícios públicos e particulares, às instalações elétricas e quaisquer outros acessórios que lhe forem cometidos pelo engenheiro-chefe.

Art. 8º Em cada uma dessas quatro divisões de serviço haverá:

§ 1º um escritório para o arquivo dos papéis da Divisão, correspondência oficial, organização dos relatórios mensais, registro do pessoal, confecção das folhas de pagamento e do ponto geral dos operários e jornaleiros, e mais trabalhos de administração e de escrita;

§ 2º um armazém para aquisição, arrecadação, guarda e fornecimento às seções, dos

materiais, objetos de consumo e de escritório, ferramentas, aparelhos, instrumentos, etc.

Art. 9º O escritório será dirigido por um escriturário, coadjuvado por um amanuense e, quando a afluência do serviço o exigir, pelos auxiliares que forem admitidos pelo engenheiro-chefe.

Art. 10. O armazém ficará a cargo de um armazenista, que será coadjuvado, quando for isso necessário, pelos auxiliares que o engenheiro-chefe admitir.

Parágrafo único. Quando as necessidades dos trabalhos em execução o exigirem, o armazém estabelecerá depósitos parciais para facilitar o serviço dos fornecimentos às seções.

Art. 11. Na 3ª Divisão haverá - além do escritório e do armazém - o arquivo técnico a cargo do funcionário que for designado pelo engenheiro-chefe, sob proposta do primeiro engenheiro.

Capítulo II ATRIBUIÇÕES DAS SEÇÕES TÉCNICAS

Art. 12. À 1ª seção da 3ª Divisão incumbirá:

§ 1º os cálculos de qualquer natureza, que sejam julgados necessários para a organização de plantas e projetos de obras de arte, baseados nas cadernetas de campo ou em quaisquer outros dados que forem fornecidos à 3ª Divisão pelas outras três divisões técnicas, por intermédio da Secretaria;

§ 2º a organização das séries de preços elementares e compostos que devam ser aplicados aos orçamentos das obras projetadas e às medições das realizadas;

§ 3º a confecção das especificações dos trabalhos a realizar e das condições gerais em que devem ser realizados pelos empreiteiros;

§ 4º a confecção dos orçamentos detalhados de todas as obras que forem projetadas;

§ 5º as medições provisórias e finais das obras realizadas por empreiteiros, aplicando, às notas, desenhos e mais informações remetidas pela respectiva Divisão, os cálculos indispensáveis, de acordo com as especificações, condições gerais e séries de preços.

Art 13º De todos os trabalhos organizados nesta seção deverão ser tiradas quatro cópias autenticadas, que serão remetidas, por meio de memorando, ao primeiro engenheiro. Uma dessas cópias será imediatamente recolhida ao arquivo técnico, e as outras três serão remetidas pelo primeiro engenheiro, oficialmente, à Secretaria, para os fins convenientes.

Art. 14º À 2ª seção da 3ª Divisão incumbirá:

§ 1º a redução a desenhos das cadernetas, já calculadas, que lhe forem remetidas, por intermédio do escritório da Divisão, pela 1ª seção;

§ 2º a redução à escala de 1:400 de todos os polígonos e triângulos desenhados topográfica e cadastralmente de acordo com as cadernetas fornecidas pela 4ª Divisão;

§ 3º a reunião, em uma só planta, de todos esses polígonos e triângulos;

§ 4º a confecção da planta geral da nova cidade, com indicação do modo por que devam ser agrupados os quarteirões em seções e divididos em lotes;

§ 5º a organização - de acordo com as bases fornecidas pelas outras três divisões - de todos os projetos das obras que tenham de ser executadas, com exceção apenas das de arquitetura, que competirão a outra seção;

§ 6º a redação da memória justificativa e descritiva de cada obra projetada, com especificação minuciosa de todos os seus detalhes.

Art. 15. À 3ª seção da 3ª Divisão, a cargo do engenheiro-arquiteto, incumbirá:

§ 1º a organização de todos os projetos de edifícios, monumentos, jardins, bosques, avenidas e mais construções arquitetônicas, que tenham de ser executadas na nova capital;

§ 2º a indicação das regras arquitetônicas, que devem ser observadas nas edificações particulares;

§ 3º a organização dos tipos gerais de prédios que convenha adotar, em diversos pontos da nova cidade, para garantia do efeito artístico dos monumentos ou dos edifícios aí levantados;

§ 4º a redação da memória justificativa e descritiva de cada obra projetada, com especificação minuciosa de todos os seus detalhes.

Art. 16. De cada um dos desenhos de projetos organizados, quer pela 2ª, quer pela 3ª seção, deverá ser tirada, antes da aquarela definitiva, uma cópia em papel-tela bem transparente, a qual será imediatamente remetida, por memorando, ao primeiro engenheiro:

§ 1º logo que receber essa cópia, o primeiro engenheiro requisitará da Secretaria que, pelo Gabinete Fotográfico, que lhe sejam fornecidas tantas provas heliográficas quantas forem necessárias para a confecção dos orçamentos e dos detalhes;

§ 2º concluídos definitivamente os desenhos de cada projeto e organizado o respectivo orçamento, o primeiro engenheiro remetê-los-à Secretaria, fazendo acompanhar os originais das respectivas cópias em papel tela;

§ 3º depois de competentemente aprovado o projeto, serão os originais devolvidos pela Secretaria à 3ª Divisão, para serem recolhidos ao arquivo técnico, e as cópias em papel-tela serão enviadas, com uma via do orçamento respectivo e das especificações e descrição geral da obra, à divisão que a tenha de executar;

§ 4º essa Divisão requisitará da Secretaria as provas heliográficas de que carecer.

Art. 17. À 1ª seção da 4ª Divisão incumbirá:

§ 1º os trabalhos geodésicos concernentes à determinação exata dos vértices do perímetro poligonal que for determinado para a área urbana e suburbana da nova capital;

§ 2º a determinação da hora da localidade e de suas coordenadas geográficas em relação ao meridiano do Rio de Janeiro;

§ 3º a determinação da altitude sobre o nível médio dos mares, dos diversos pontos principais da localidade;

§ 4º o estudo do plantio e replantio de árvores indígenas e exóticas, a execução dos jardins e parques que forem projetados, e a arborização das ruas, praças e avenidas;

§ 5º a construção de monumentos, estátuas, cemitérios, matadouros, fornos de cremação e de incineração, mercados, lavanderias e outras congêneres que lhe forem cometidas.

Art. 18. À 21ª seção da 4ª Divisão incumbirá:

§ 1º o levantamento da planta cadastral e topográfica de toda a área compreendida dentro do perímetro que for determinado pela rede de triangulação para limite da nova cidade;

§ 2º a implantação, no terreno, do projeto geral que for aprovado para a nova cidade, a locação e nivelamento das ruas, praças, avenidas e parques, e a divisão e demarcação dos lotes em que forem divididas os quarteirões;

§ 3º a execução das terraplenagens que foram necessárias para abertura das ruas, avenidas e praças;

§ 4º a construção das pontes e calçamentos.

Art. 19. À 1ª seção da 5ª Divisão incumbirá:

§ 1º os estudos e construção das obras do abastecimento de água à nova cidade;

§ 2º modificação do regime dos cursos de água;

§ 3º replantio e conservação das matas e florestas que interessarem aos mananciais captados e a captar.

Art. 20. À 2ª seção da 5ª Divisão incumbirá:

§ 1º os estudos e construção das obras de esgotos e canalização das águas pluviais;

§ 2º os estudos e construção das obras de drenagem do subsolo;

§ 3º os trabalhos de abastecimento e de esgotamento dos edifícios públicos e particulares, e dos jardins, parques, mercados e outros logradouros públicos.

Art. 21. À 1ª seção da 6ª Divisão incumbirá:

§ 1º os estudos, construção, conservação e tráfego da viação férrea e da urbana, suburbana e vicinal;

§ 2º as instalações elétricas que tiverem de ser estabelecidas na nova cidade;

§ 3º a direção das oficinas da Comissão.

Art. 22. À 2ª seção da 6ª Divisão incumbirá:

§ 1º a construção dos edifícios públicos;

§ 2º a fiscalização das edificações particulares, velando pela observância dos regulamentos, tipos e mais condições higiênicas, arquitetônicas e sanitárias que forem adotadas.

Art. 23. Os serviços e trabalhos da cada seção serão distribuídos em tantas residências ou turmas quantas forem necessárias, a juízo do engenheiro-chefe, que fixará o número delas sob proposta do respectivo engenheiro-chefe de serviço.

Art. 24. Cada residência ou turma ficará a cargo de um engenheiro, de um condutor ou de um desenhista designado pelo engenheiro-chefe do serviço.

Art. 25. O escritório de cada uma das seções funcionará sob a direção do próprio chefe, auxiliado por um amanuense.

Capítulo III DO ESTUDO E EXECUÇÃO DAS OBRAS

Art. 26. Os estudos e trabalhos da 4ª Divisão versarão sobre:

§ 1º medição rigorosa de uma base geodésica a que seja referida a triangulação geral de toda a área destinada à nova cidade e seus subúrbios;

§ 2º medição rigorosa dos ângulos formados pelos lados dos triângulos em que for dividida a área geodésica;

§ 3º determinação da hora e das coordenadas geográficas da localidade e das altitudes dos principais vértices da triangulada;

§ 4º levantamento da planta cadastral do atual arraial de Belo Horizonte, para o fim de poderem ser desapropriados os prédios, terrenos e mais benfeitorias compreendidas dentro do perímetro indicado pela Planta n. 2 das que acompanharam o relatório da "Comissão de Estudos";

§ 5º levantamento das plantas das fazendas situadas nas circunvizinhanças, que contenham mananciais que possam ser aproveitados - já ou de futuro - para o abastecimento da nova cidade;

§ 6º planimetria e nivelamento de toda a área compreendida dentro do perímetro do polígono formado pelos vértices exteriores da triangulação;

§ 7º implantação, no terreno, do projeto que for adotado e aprovado para a nova cidade;

§ 8º locação das ruas, avenidas e praças e divisão e demarcação dos lotes em que forem divididos os quarteirões;

§ 9º estudo experimental do plantio e replantio de árvores indígenas e exóticas e formação de um grande viveiro para atender às necessidades do ajardinamento e da arborização da cidade;

§ 10. execução dos projetos que forem adotados e aprovados para a construção de parques, jardins, mercados, cemitérios, fornos de incineração e cremação, lavanderias, banheiros públicos, monumentos, chafarizes, matadouros, etc.

§ 11. terraplenagens das ruas, avenidas e praças, e fixação dos níveis da soleira dos prédios a edificar em cada lote;

§ 12. construção das pontes, pontilhões e bueiros, cujos projetos forem adotados e aprovados para serem executados;

§ 13. execução dos calçamentos e arborizações das ruas, praças e avenidas;

§ 14. medições provisórias e finais das obras executadas por empreitadas na Divisão;

§ 15. execução de quaisquer outros trabalhos acessórios que forem cometidos pelo engenheiro-chefe à Divisão.

Art. 27. Os estudos e trabalhos da 5ª Divisão versarão sobre:

§ 1º escolha, captação e medição dos mananciais convenientes mais próximos à cidade;

§ 2º estudos dos locais e disposições para o despejo das águas servidas e pluviais;

§ 3º reconhecimento e exploração do terreno para o traçado das linhas de canalizações gerais e de transporte dos materiais de construção;

§ 4º planimetria dos sítios onde houverem de ser construídas as obras complementares de cada serviço;

§ 5º estudo do subsolo quanto à sua natureza, constituição e umidade;

§ 6º estudo e experiências sobre a plantação e conservação de florestas, assim quanto ao solo, como em relação aos vegetais;

§ 7º hidrografia e outros elementos para modificação dos cursos de água;

§ 8º implantação dos traçados e projetos das obras no terreno e seu respectivo nivelamento;

§ 9º condução e fiscalização das obras, desde os roçados, abertura de valas e fundações, sua regularização e exame, execução de alvenarias e superestruturas, assentamento dos encanamentos, registros e aparelhos de manobra e fiscalização, tanques, caixas, etc., até os vigamentos, pinturas e experiências finais de prova;

§ 10. execução das canalizações e obras correlativas internas dos edifícios públicos;

§ 11. fiscalização dos projetos e do assentamento das canalizações e obras correlativas dos prédios particulares;

§ 12. recepção e exame dos materiais e construção de quaisquer obras afetas à Divisão;

§ 13. montagem dos maquinismo, aparelhos e oficinas que forem necessários aos serviços;

§ 14. medições provisórias e finais das obras executadas por empreitadas na Divisão;

§ 15. sondagem e exame geológico dos terrenos que tenham de receber fundações de qualquer obra de arte;

§ 16. quaisquer outros serviços acessórios que lhe forem cometidos pelo engenheiro-chefe.

Art. 28. Os estudos e trabalhos da 6ª Divisão versarão sobre:

§ 1º reconhecimento e estudos definitivos de campo dos traçados das vias férreas que sejam necessárias para a ligação da nova capital ao plano geral da viação do Estado e da União e, bem assim, dos ferro-carris urbanos, suburbanos e vicinais que convenham ao desenvolvimento regular do novo núcleo de população;

§ 2º implantação e locação, no terreno, dos traçados que forem adotados, projetados e aprovados para serem executados;

§ 3º determinação e marcação dos pontos de passagem de cortes para aterros e vice-versa de tangência e curvatura, bueiros, pontilhões, pontes, túneis ou quaisquer outras obras de arte;

§ 4º planimetria dos terrenos particulares que tenham de ser desapropriados para a passagem das linhas ou construção de suas dependências;

§ 5º planimetria e nivelamento de cada localidade onde tiver de ser construída qualquer obra de arte;

§ 6º preparação do leito das vias férreas e dos ferro-carris, construção das respectivas obras de arte, estações, oficinas e mais dependências, assentamento das superestruturas metálicas, lastreamento, montagem das oficinas e do material rodante e de tração, etc.;

§ 7º direção dos serviços do tráfego, locomoção e conservação das linhas férreas que estiverem a cargo da Comissão;

§ 8º estudo das aplicações de eletricidade que convenha fazer na nova capital, quer para a tração de veículos, quer para a iluminação pública e particular, quer para a transmissão da palavra, quer para a transmissão e distribuição de força, quer para qualquer outro fim;

§ 9º execução das instalações elétricas que forem adotadas;

§ 10. execução, por administração ou por empreitadas, de todos os trabalhos de construção dos edifícios públicos, que tiverem de ser executados;

§ 11. fiscalização das edificações particulares, sob o ponto de vista da higiene sanitária, da segurança, regularidade dos alinhamentos, alturas dos pavimentos, composição das

alvenarias, preparação conveniente do solo e das fundações, e demais regras arquitetônicas que forem estabelecidas;

§ 12. distribuição, fixação e preparação das residências, que tiverem de ser incumbidas da administração e fiscalização dos diversos trabalhos em execução;

§ 13. medições provisórias e finais das obras executadas por empreitadas na Divisão;

§ 14. execução de quaisquer outros trabalhos acessórios que lhe forem cometidos pelo engenheiro-chefe.

Art. 29. Todos os variados serviços e trabalhos de cada Divisão serão distribuídos, de conformidade com os arts. 7 a 14, pelas respectivas seções e residências ou turmas.

Capítulo IV

ATRIBUIÇÕES ESPECIAIS DOS FUNCIONÁRIOS DE CADA DIVISÃO

Art. 30. Ao chefe de serviço competirá:

§ 1º dirigir, distribuir e fiscalizar todos os serviços da Divisão, velar pelo bom andamento e regularidade técnica e administrativa;

§ 2º organizar ou fazer organizar instruções técnicas especiais para a boa execução e regularidade de cada serviço, submetendo-as à aprovação do engenheiro-chefe;

§ 3º propor ao engenheiro-chefe todas as medidas que entender convenientes para a disciplina e melhoramento do serviço, quando forem superiores à sua alçada;

§ 4º cumprir e fazer cumprir o Regulamento, as instruções regulamentares, as instruções técnicas especiais e as ordens de serviço que forem expedidas;

§ 5º ser intermediário das relações entre o pessoal da Divisão e o engenheiro-chefe;

§ 6º enviar ao engenheiro-chefe relatórios resumidos dos trabalhos mensais, até o dia 10 do mês seguinte, trimensais até o dia 15 do primeiro mês do trimestre seguinte, e anuais até vinte dias depois de findo cada ano;

§ 7º expedir ordens de serviços para os trabalhos da Divisão, executados, quer por administração, quer por empreitadas;

§ 8º aplicar ao pessoal de nomeação sob sua jurisdição as penas de advertência e repreensão e propor ao engenheiro-chefe a aplicação de quaisquer outras;

§ 9º admitir, suspender, multar e dispensar os mestres, apontadores e feitores, cujo número e salário serão previamente fixados pelo engenheiro-chefe;

§ 10. suspender e multar os auxiliares técnicos, mestres, apontadores gerais e encarregados de serviço, que serão admitidos e dispensados mediante proposta ao engenheiro-chefe;

§ 11. promover os estudos que lhe parecerem convenientes à regularidade e melhoria dos serviços e trabalhos a cargo da Divisão;

§ 12. visar as folhas de pagamento da Divisão e os pedidos de materiais ao Almojarifado;

§ 13. fazer parte das juntas presididas pelo primeiro-engenheiro para o exame e classificação das propostas em concorrência para os serviços da Divisão;

§ 14. entender-se diretamente com os chefes das diferentes divisões, no que de qualquer delas depender o bom andamento dos serviços da sua respectiva Divisão.

Art. 31. Ao chefe de seção competirá:

§ 1º dirigir e fiscalizar assiduamente todos os trabalhos e serviços da seção a seu cargo, distribuindo-os de acordo com o chefe da Divisão pelas residências ou turmas, expedindo ordens de serviços e velando pela boa e regular execução de todos os serviços;

§ 2º velar pelo exato cumprimento das ordens de serviços, instrução e regulamentos e pela execução perfeita de todos os trabalhos e obras da respectiva seção;

§ 3º admitir e dispensar os operários, jornaleiros e serventes, cujo número e salário serão fixados pelo engenheiro-chefe, sob proposta do chefe da Divisão;

§ 4º propor ao chefe da Divisão as multas, suspensões e mais penas disciplinares em que incorrer o pessoal da seção;

§ 5º fazer parte, quando designado pelo engenheiro-chefe, das juntas classificadoras formadas para aquisição de materiais e presididas pelo chefe da Contabilidade;

§ 6º examinar os boletins diários das residências ou turmas, e remeter ao chefe da Divisão os da seção, mencionando, com clareza e precisão, os fatos ocorridos e as providências tomadas;

§ 7º promover e propor ao chefe da Divisão os estudos e melhoramentos que parecerem convenientes aos serviços a cargo da seção;

§ 8º fiscalizar e inspecionar diariamente a exatidão dos pontos dos operários da seção;

§ 9º fazer organizar e conferir as folhas de pagamento do pessoal da seção;

§ 10. propor ao chefe da Divisão a admissão dos mestres, apontadores, feitores e mais auxiliares que forem necessários para os serviços a cargo da seção;

§ 11. ser o intermediário das relações entre o pessoal da seção e o chefe da Divisão.

Art. 32. A cada um dos engenheiros, condutores e desenhistas incumbirá, conforme a natureza dos serviços de que estiverem encarregados:

§ 1º executar os trabalhos que lhe forem cometidos pelo chefe da seção a que estiverem ligados;

§ 2º observar as instruções regulamentares, as instruções técnicas especiais e as ordens de serviço;

§ 3º dirigir os serviços da residência ou da turma, que lhe for confiada, encaminhando e guiando os trabalhos dos companheiros menos graduados que estiverem sob suas ordens e,

bem assim, os dos auxiliares técnicos, de desenho ou de escrita;

§ 4º propor ao chefe de seção a admissão, dispensa e punição dos feitores, operários jornaleiros e serventes que estiverem na residência ou turma a seu cargo;

§ 5º levar ao conhecimento do chefe da seção, por meio de boletins diários, tudo quanto ocorrer nos trabalhos a seu cargo, mencionando o número de operários e jornaleiros, os materiais recebidos e empregados, etc.;

§ 6º propor ao chefe da seção as modificações que lhe parecerem convenientes, quer nas ordens de serviço, quer nas obras ou trabalhos em execução;

§ 7º fiscalizar a tomada do ponto do pessoal sob suas ordens;

§ 8º assistir ao pagamento do pessoal e certificá-lo nas respectivas folhas.

Art. 33. Aos escriturários das divisões competirá:

§ 1º a recepção, redação ou escrita e cópia de toda a correspondência do chefe da Divisão, segundo as ordens recebidas ou os despachos dos papéis;

§ 2º o arquivo metódico da correspondência;

§ 3º os registros: de nomeações, licenças, faltas, punições e transferências do pessoal da Divisão - das guias e certidões e mais papéis referentes a empregados no serviço da Divisão;

§ 4º Os protocolos de entrada e saída de papéis da Divisão;

§ 5º a confecção das folhas de pagamento do pessoal do escritório da Divisão;

§ 6º o resumo dos mapas de serviço e coordenação dos boletins diários;

§ 7º a tomada de notas e informações para os relatórios.

Art. 34. O escriturário será coadjuvado por um amanuense e mais auxiliares que forem necessários para preenchimento de suas atribuições.

Art. 35. Os amanuenses das seções terão nos respectivos escritórios atribuições análogas às do escriturário no da respectiva Divisão.

Art. 36. Ao armazenista competirá:

§ 1º fazer ao Almoarifado, por ordem do chefe da Divisão, os pedidos de materiais e objetos de consumo necessários ao serviço da Divisão, receber e acondicionar em boa ordem e tê-los sob sua guarda nos armazéns ou nos depósitos;

§ 2º fornecer, mediante pedidos autorizados pelo chefe da Divisão, os materiais que forem requisitados pelo escritório da Divisão ou pelas seções;

§ 3º escriturar o movimento dos objetos sob a sua guarda, tendo em dia e em boa ordem a sua escrituração, de modo a poder dar balanço em qualquer ocasião;

§ 4º prevenir com antecedência o chefe da Divisão sobre os materiais que estejam próximos a esgotar-se;

§ 5º velar pela perfeita conservação dos objetos sob sua guarda e responsabilidade;

§ 6º dirigir e fiscalizar os depósitos parciais anexos ao armazém da Divisão;

§ 7º apresentar ao chefe da Divisão balanços mensais e anuais, com indicação das seções a que tenham sido feitos os fornecimentos.

Art. 37. O armazenista será responsável pelas faltas de material do armazém e depósitos a seu cargo.

Art. 38. O armazenista será auxiliado, quando necessário, pelo pessoal que o engenheiro-chefe aprovar.

Art. 39. Ao arquivista técnico competirá:

§ 1º organizar o arquivo metodicamente, registrando em protocolo especial todos os papéis e desenhos que receber, de modo que se tornem fáceis as pesquisas;

§ 2º manter o arquivo sempre na melhor ordem, não deixando sair nenhum documento sem o competente recibo e ordem superior;

§ 3º requisitar do primeiro engenheiro as providências que forem mister para a regularidade do serviço a seu cargo;

§ 4º apresentar ao primeiro engenheiro relatórios mensais, trimensais e anuais do movimento e estado do arquivo.

Capítulo V

DO PESSOAL E RESPECTIVO SERVIÇO

Art. 40. O pessoal técnico e administrativo, de nomeação, da 3ª Divisão, poderá elevar-se até: 1 primeiro engenheiro, 2 engenheiros-chefes de seção, 1 engenheiro-arquiteto, 2 engenheiros de 1ª classe, 2 engenheiros de 2ª classe, 3 engenheiros de 3ª classe, 2 condutores de 1ª classe, 2 primeiros desenhistas, 2 desenhistas de 1ª classe, 5 desenhistas de 2ª classe, 6 desenhistas de 3ª classe, 2 escriturários, 1 armazenista, 4 amanuenses.

Art. 41. O pessoal técnico e administrativo, de nomeação, da 4ª Divisão poderá elevar-se até: 1 engenheiro-chefe de serviço, 2 engenheiros-chefes de seção, 2 engenheiros de 1ª classe, 2 engenheiros de 2ª classe, 6 engenheiros de 3ª classe, 8 condutores de 1ª classe, 12 condutores de 2ª classe, 1 escriturário, 1 armazenista, 3 amanuenses.

Art. 42. O pessoal técnico e administrativo, de nomeação, da 5ª Divisão poderá elevar-se até: 1 engenheiro-chefe de serviço, 2 engenheiros-chefes de seção, 4 engenheiros de 1ª classe, 4 engenheiros de 2ª classe, 6 engenheiros de 3ª classe, 8 condutores de 1ª classe, 8 condutores de 2ª classe, 1 escriturário, 1 armazenista, 3 amanuenses.

Art. 43. O pessoal técnico e administrativo, de nomeação, da 6ª Divisão poderá elevar-se até: 1 engenheiro-chefe de serviço, 2 engenheiros-chefes de seção, 2 engenheiros de 1ª classe, 2 engenheiros de 2ª classe, 6 engenheiros de 3ª classe, 8 condutores de 1ª classe, 8 condutores de 2ª classe, 1 escriturário, 1 armazenista, 3 amanuenses.

Art. 44. Além do pessoal de nomeação acima designado, haverá, em cada Divisão, os auxiliares técnicos e de escrita, mestre-geral, encarregados de serviço, apontador-geral, mestres, contramestres, feitores, apontadores parciais, oficiais, operários, jornaleiros e serventes, que os trabalhos e serviços em execução exigirem e forem mandados admitir na forma das presentes instruções regulamentares.

Art. 45. Os serviços, nos escritórios, começarão diariamente às 9h 30 da manhã, devendo o ponto ser encerrado pelo chefe da Divisão ou pelo chefe da seção impreterivelmente às 10 horas, e terminará às 4 horas da tarde. A nenhum funcionário será lícito assinar o ponto, à entrada, depois das 10 horas da manhã, nem rubricá-lo, à saída, antes das 4 horas da tarde. A falta de assinatura à entrada importará perda total do dia; e a falta da rubrica à saída importará perda de meio-dia.

Art. 46. Os serviços de campo começarão, também diariamente, às 6h30 da manhã nos meses de setembro a abril, e às 7 horas da manhã nos meses de maio a agosto, terminando sempre às 5 horas da tarde:

§ 1º em cada turma, será concedido prazo (não excedente de uma hora) a 1 trabalhador, para cuidar do almoço da respectiva turma, antes da refeição;

§ 2º aos chefes de Divisão será facultado determinar, quando assim lhes parecer mais conveniente, que, em certas turmas, os serviços de campo sejam encetados diariamente às 8 h 30 da manhã, sem intervalo para almoço.

Capítulo VI DOS PAGAMENTOS

Art. 47. Os pagamentos do pessoal técnico e administrativo de cada Divisão serão feitos na Tesouraria da Comissão, por meio de folhas separadas, organizadas em duplicata, uma no escritório da Divisão, conferida pelo escriturário, e as outras nos escritórios das seções, conferidas pelos respectivos chefes; e todas visadas pelo chefe da Divisão.

Parágrafo único. Tais folhas organizadas no 1ª dia útil de cada mês, de conformidade com os livros e cadernetas de ponto e as disposições do Regulamento, serão entregues no escritório da 2ª Divisão (Contabilidade); e, depois de examinadas e conferidas pela 1ª seção desta Divisão, serão remetidas à 2ª seção (Tesouraria) para serem efetuados os respectivos pagamentos, mediante recibos firmados em duplicata nas próprias folhas.

Art. 48. Os pagamentos ao pessoal operário e jornaleiro serão efetuados por meio de folhas organizadas também em duplicata, nos escritórios das seções, até o dia 5 de cada mês, de conformidade com o livro de ponto de cada seção:

§ 1º para cada residência será organizada folha separada, com os nomes por extenso dos mestres, apontadores, feitores, oficiais, operários e jornaleiros, o número de dias de serviço

de cada um com as frações indicadas por decimais, os respectivos salários, as multas e quaisquer reposições a descontar e o líquido a pagar a cada um;

§ 2º tais folhas, conferidas pelo chefe da seção e visadas pelo da Divisão, serão entregues também no escritório da 2ª Divisão para serem os cálculos conferidos na respectiva 1ª seção;

§ 3º o pagamento de cada folha será realizado pelo próprio Tesoureiro ou pelo seu fiel, no dia e lugar previamente comunicados à Divisão, em presença do apontador geral da Divisão ou do parcial da residência, que atestará a identidade de cada indivíduo que se apresentar para receber e, bem assim, na do engenheiro (ou condutor) residente, ou do chefe da seção, que atestará os pagamentos efetuados.

Art. 49. Aos operários e jornaleiros que forem despedidos antes de findo o mês, dará o chefe da Divisão uma guia indicativa do número de dias que tiver trabalhado, do salário a que tiver jus, das multas e reposições que lhe devem ser descontadas e do líquido a receber:

§ 1º uma segunda via dessa guia será imediatamente enviada pelo escritório da Divisão, que a passará ao da 2ª Divisão; e a Tesouraria só poderá aceitar a guia e efetuar o respectivo pagamento depois de receber do chefe da 2ª Divisão a 2ª via com o competente visto;

§ 2º os nomes dos operários e jornaleiros que tiverem recebido guia para pagamento serão, não obstante, incluídos nas respectivas folhas do mês, com a competente observação;

§ 3º por ocasião de ser efetuado o pagamento da folha, a Tesouraria apresentará ao engenheiro que assistir ao pagamento e tiver de atestá-lo, as guias pagas; e, quando devolver à 1ª seção da 2ª Divisão as segundas vias das folhas pagas - para efetuar-se ali os respectivos lançamentos na escrituração e serem elas arquivadas -, as fará acompanhar de ambas as vias das guias pagas.

Art. 50. Aos operários e jornaleiros que se despedirem voluntariamente não poderão ser dadas guias para pagamento antecipado.

Art. 51. O empregado removido de um para outro serviço entrará na folha do serviço que deixar até a véspera inclusivamente do dia em que seguir para o seu novo destino. Deste dia inclusivamente em diante vencerá pela folha do serviço para a qual tiver sido removido. Estas datas serão comunicadas, em ofícios, ao engenheiro-chefe pelos engenheiros-chefes das respectivas Divisões.

Capítulo VII DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 52. Nas faltas e impedimento serão substituídos:

§ 1º os engenheiros, condutores e desenhistas-chefes de turmas ou residências, pelos engenheiros, condutores e desenhistas que forem designados pelo chefe da Divisão, sobre

proposta da respectiva seção;

§ 2º os engenheiros e condutores de serviços, em qualquer turma ou residência, pelos engenheiros ou condutores que forem designados pelo chefe da seção;

§ 3º o escriturário da Divisão pelo respectivo amanuense e, na falta deste, pelo de qualquer das seções, que for designado pelo chefe da Divisão;

§ 4º o armazenista, por qualquer dos outros armazenistas da Comissão, que for designado pelo engenheiro-chefe, sobre requisição do chefe da Divisão;

§ 5º o arquivista-técnico, pelo funcionário que for designado pelo engenheiro-chefe, sobre proposta do primeiro engenheiro.

Capítulo VIII DAS AUSÊNCIAS

Art. 53. A nenhum funcionário técnico ou administrativo será lícito ausentar-se do local dos trabalhos da Comissão sem prévia licença do engenheiro-chefe e preenchidas as formalidades legais:

§ 1º se a ausência for de oito dias, no máximo, a licença poderá ser concedida, independentemente de requerimento escrito, por simples aviso da Secretaria à respectiva Divisão, a fim de ser o funcionário considerado como faltando com participação de causa e não lhe ser aplicada a pena do parágrafo do 4º do art. 36º, do Regulamento;

§ 2º para ausência excedente de oito dias será mister obtenção de portaria de licença, embora seja a licença sem vencimentos;

§ 3º para ausências nos dias em que não houver serviço, bastará permissão verbal do chefe da Divisão a que estiver ligado o funcionário.

Art. 54. Serão causas justificativas para as faltas: 1ª) moléstia do empregado; 2ª) nojo por falecimento de pessoa de sua família; 3ª) gala de casamento.

Parágrafo único. Somente ao engenheiro-chefe competirão a apreciação e o julgamento das justificações de faltas.

Art. 55. Os descontos por faltas interpoladas serão correspondentes aos dias em que elas se derem; no caso, porém, de faltas consecutivas, serão também descontadas os dias feriados compreendidos nesse período.

Art. 56. Para base do julgamento sobre justificação de faltas em número não excedente de três e durante o mês e, bem assim, para as motivadas por gala ou nojo, bastará a simples alegação, por escrito, do empregado, competentemente informada pelo chefe da Divisão; se, porém, o número das faltas exceder de três e não tiverem sido elas motivadas por gala ou nojo, será indispensável a exibição de atestado médico. Quando o número das faltas exceder de oito, embora motivadas por moléstia, será indispensável, para o abono, portaria de licença.

Art. 57. Ficará sem efeito a licença concedida se o funcionário, que a tiver obtido, não entrar no gozo dela dentro do prazo improrrogável de trinta dias, contados do em que tiver sido expedida a respectiva portaria.

Art. 58. No escritório de cada uma das Divisões de serviço haverá livro-registro das nomeações, licenças, promoções, penas, transferências, demissões, etc., dos respectivos empregados, de modo que cada um possa obter em qualquer tempo a sua fé de ofício.

Art. 59. Ao funcionário que se ausentar da localidade sem permissão prévia, nos termos do art. 53, será aplicada, a juízo do engenheiro-chefe, qualquer das penas do art. 30º do Regulamento.

Art. 60. Em caso excepcionais de urgência e força maior, poderá o chefe da Divisão assumir a responsabilidade de permitir a ausência antes de obtida a competente portaria de licença, deixando o funcionário a respectiva petição escrita e selada e procurador que satisfaça as exigências fiscais quanto à portaria de licença; sendo em tais casos apresentada ao engenheiro-chefe a justificação do fato.

Art. 61. O funcionário que, embora presente na sede dos trabalhos da Comissão, deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada, por mais de quinze dias, seguidamente, será considerado incurso no § 4º, do art. 36º, do Regulamento.

Art. 62. Qualquer funcionário que tiver de solicitar licença por moléstia, ou outro qualquer impedimento, deverá fazê-lo por meio de requerimento, em que declare os motivos do seu pedido, e por intermédio do chefe da sua respectiva Divisão, devendo este prestar sua informação em separado, tanto com respeito à justiça do pedido, como tendo em atenção a urgência do serviço. Se a licença pedida não exceder trinta dias, o requerimento será dirigido ao engenheiro-chefe; e, se exceder, sê-lo-á à Secretaria da Agricultura. Competindo ao chefe da Divisão pôr o *cumpra-se* nas portarias firmadas pelo engenheiro-chefe e receber do licenciado, para transmitir à Secretaria, a comunicação oficial do dia em que entrar no gozo da licença, terá atenção que as licenças caducam passados trinta dias da data da sua concessão; para verificação de semelhante fato, deverá tomar nota da respectiva data, quando a licença lhe for apresentada para o *cumpra-se*, assim como comunicará também à Secretaria o dia em que o empregado se apresentar de novo ao serviço, ou porque tenha findado o tempo da licença ou porque tenha ele desistido do tempo que faltar.

Art. 63. Nenhum funcionário, qualquer que seja sua categoria, poderá reassumir o exercício do seu respectivo cargo - após a licença, com ou sem vencimento - antes de apresentar-se ao engenheiro-chefe e receber da Secretaria guia para apresentar-se à Divisão a que estiver ligado.

Parágrafo único. O recebimento dessa guia isenta o chefe da Divisão do dever de comunicar ao engenheiro-chefe a data exata em que o funcionário tiver reassumido o exercício.

Capítulo IX
DO PONTO DO PESSOAL E JORNALEIRO

Art. 64. O ponto do pessoal operário será tomado em cadernetas abertas e encerradas pelo chefe da seção - quatro vezes por dia, pelos apontadores respectivos, à vista do pessoal de cada turma ou residência e transferido todos os dias, antes de terminado o serviço diário, da Divisão.

Art. 65. As cadernetas do apontador-geral serão em número de 4, sendo 2 para cada seção, das quais uma para os dias ímpares e outra para os dias pares.

Art. 66. O apontador geral comparecerá diariamente, das 10 às 12 horas do dia, no escritório de cada seção para entregar ao respectivo amanuense a caderneta do dia anterior, a fim de ser verificado o ponto pelos boletins de ocorrências das turmas ou residências.

Art. 67. Verificada a exatidão do ponto, o amanuense transferirá o respectivo assentamento para o livro geral do ponto da seção, pelo qual se organizarão as folhas de pagamento mensais.

Art. 68. No fim de cada mês, o chefe da seção encerrará os assentamentos do mês no livro geral do ponto e, bem assim, os das duas cadernetas do apontador geral; e este encerrará os apontamentos das cadernetas dos apontadores parciais.

Capítulo X
DAS MEDIÇÕES PROVISÓRIAS E FINAIS
DAS OBRAS EXECUTADAS POR EMPREITADAS

Art. 69. Até o dia 1º de cada mês, proceder-se-á à medição provisória dos trabalhos e obras feitas no mês anterior, pelo empreiteiro. Nenhuma medição provisória será feita sem que o engenheiro-chefe da seção haja dado ao empreiteiro aviso por escrito, com três dias de antecedência, para que possa o mesmo empreiteiro a ela assistir; procedendo-se, porém, à sua revelia, se não comparecer. Neste caso, o empreiteiro perderá o direito de reclamar a verificação de que trata o seguinte artigo.

Art. 70. A classificação e quantidades de serviços resultantes das medições provisórias serão lançadas em livro especial pelo engenheiro que fizer as medições e rubricadas pelo engenheiro-chefe da seção. O empreiteiro tomará conhecimento dessas notas no escritório da seção, dentro do prazo de três dias, contados da data em que receber o convite em ordem de serviço e deverá, em seguida, autenticar a folha ou folhas do referido livro em que estiverem lançadas tais notas, declarando, se for caso disso, qual o motivo de impugnação de qualquer parte da medição.

Art. 71. Autenticadas pelo empreiteiro as notas da medição provisória mensal, será o livro respectivo remetido oficialmente, pelo chefe da Divisão, ao primeiro-engenheiro, a fim de proceder-se na 1ª seção da 3ª Divisão aos cálculos respectivos e aplicação dos preços e

organizar-se a competente folha de medição, que, visada pelo primeiro-engenheiro, será remetida por este oficialmente ao engenheiro-chefe.

Art. 72. Obtido o *certifique-se* do engenheiro-chefe, será a folha de medição remetida pela Secretaria ao chefe da 2ª Divisão para passar ao empreiteiro o competente certificado que o habilite a receber o pagamento a que tiver feito jus.

Art. 73. Se o empreiteiro impugnar qualquer parte da medição provisória, o chefe da Divisão poderá, se assim julgar acertado, mandar proceder à nova medição; ou então sujeitará à decisão do engenheiro-chefe a impugnação do empreiteiro, antes de remeter ao escritório técnico o livro respectivo para a organização da folha de medição.

Art. 74. Organizada a folha de medição, o primeiro-engenheiro devolverá, à respectiva Divisão, o livro, acompanhando-o de uma via da respectiva folha de medição para o arquivo da Divisão.

Art. 75. As obras e trabalhos medidos provisoriamente, em cada mês, serão pagos dentro de vinte dias, contados da data do certificado passado ao empreiteiro pelo chefe da Contabilidade, deduzindo-se 10% da importância do serviço feito, os quais ficarão retidos na Tesouraria da Comissão ou no Tesouro do Estado, como reforço de caução, para fiel execução do contrato e da solidez e conservação das obras até seu recebimento definitivo. Nesse pagamento serão deduzidas também quaisquer quantias que o empreiteiro dever.

Art. 76. Depois de inteiramente concluídas todas as obras e trabalhos de qualquer empreitada, o engenheiro-chefe da Divisão a que estiver ela afeta mandará proceder, sob sua inspeção, à respectiva medição final, convidando o empreiteiro, com três dias de antecedência e por escrito, para assisti-la; e, se este não comparecer, procederá à sua revelia:

§ 1º as classificações dos terrenos e das obras, as quantidades dos serviços realizados, as distâncias dos transportes, as especificações dos materiais fornecidos e todos os demais dados resultantes dessa medição final serão consignados, com clareza, método e precisão, pelo engenheiro-chefe da seção, no mesmo livro especial das medições provisórias, o qual, depois de rubricadas as respectivas folhas pelo engenheiro-chefe da Divisão, será por este remetido oficialmente ao Escritório Técnico, acompanhado de quaisquer esclarecimentos e informações que forem julgados convenientes.

§ 2º organizados no Escritório Técnico os competentes desenhos em duplicata, será o empreiteiro convidado, por escrito, pelo primeiro-engenheiro, para vir examiná-los e autenticá-los com a sua assinatura, caso os aceite como base para a organização da conta final da sua empreitada.

§ 3º no caso contrário, ser-lhe-á entregue, mediante recibo, uma das vias dos mencionados desenhos, a fim de habilitá-lo a apresentar, dentro do prazo de dez dias, sua reclamação, que será dirigida por escrito e devidamente fundamentada ao engenheiro-chefe.

Art. 77. Quer autenticados, quer impugnados pelo empreiteiro, os desenhos a que se

refere o artigo antecedente serão submetidos à aprovação do engenheiro-chefe, que, se julgar atendível a reclamação do empreiteiro, poderá determinar que se proceda à nova medição final de todas ou só parte das obras em questão.

Art. 78. Depois de aprovados pelo engenheiro-chefe serão esses desenhos devolvidos pela Secretaria ao Escritório Técnico, a fim de serem efetuados os cálculos necessários à organização da respectiva folha de medição final, que, autenticada pelo primeiro-engenheiro, será por este remetida oficialmente ao engenheiro-chefe, sendo os desenhos e cálculos recolhidos ao arquivo técnico.

Art. 79. Obtido o *certifique-se* do engenheiro-chefe, será a folha de medição final remetida pela Secretaria ao chefe da 2ª Divisão (Contabilidade) para organizar a conta final da empreitada, convidando o empreiteiro, por escrito, para vir examiná-la e autenticá-la com a sua assinatura; e, caso tenha esta reclamação a oferecer contra ela, deverá apresentá-la ao engenheiro-chefe, por escrito e devidamente fundamentada, dentro do prazo de quinze dias, contados da data em que tiver recebido o convite do chefe da Contabilidade.

Art. 80. Se não for atendida a reclamação do empreiteiro, nos casos de que tratam os arts. 76 e 78, e somente em tais casos, ficar-lhe-á livre o recurso para o Governo do Estado, que decidirá em última instância, ficando o empreiteiro obrigado a sujeitar-se à sua decisão. O recurso só será recebido dentro de trinta dias, contados da data da respectiva decisão do engenheiro-chefe, a qual será lançada no livro da porta da Secretaria da Comissão, para conhecimento dos interessados. Todos os recursos serão remetidos à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, por intermédio do engenheiro-chefe, para que subam logo com a respectiva informação.

Art. 81. O certificado do saldo demonstrado na conta final, deduzidas as multas e despesas devidas pelo empreiteiro, ser-lhe-á passado logo que cesse a responsabilidade do mesmo pela solidez e conservação das obras e sejam estas recebidas definitivamente pelo engenheiro-chefe.

Capítulo XI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 82. A nenhum engenheiro ou empregado qualquer é permitido conservar em seu poder instrumento, caderneta, desenho, material ou objeto qualquer do serviço da Comissão. Logo que conclua o trabalho de que se achar incumbido, cumpre recolhê-los aos escritórios, armazéns ou depósitos, únicos lugares em que devem tais objetos ser recolhidos e guardados, mediante as formalidades devidas para entrega e recepção respectivas.

Parágrafo único. No decurso de um mesmo trabalho poderá, porém, o engenheiro, condutor ou empregado dele incumbido, conservar sob sua guarda e responsabilidade os objetos acima aludidos, de que haja de servir-se no dia seguinte.

Art. 83. No escritório de cada seção haverá:

§ 1º um livro especial para ordens de serviço, onde o respectivo chefe lançará, não só as ordens que diretamente quiser expedir ao pessoal da seção, como as que receber do chefe da Divisão, livro a cuja margem os engenheiros, condutores e demais empregados técnicos ou administrativos lançarão o seu *ciente*, logo que tomem conhecimento delas;

§ 2º um livro-inventário minucioso da mobília, objetos de uso de escritório, de engenharia, de desenho, etc., com a indicação do respectivo estado e mais esclarecimentos necessários;

§ 3º um livro-talão das ocorrências de importância nos trabalhos, do qual serão extraídos boletins diários para serem diariamente remetidos ao chefe da Divisão. Tais boletins serão submetidos, quando preciso, pelo chefe da Divisão ao engenheiro-chefe, no próprio original.

Art. 84. Em cada residência ou turma de serviço haverá um livro-talão de ocorrências - escriturado diariamente, mencionando: as ocorrências havidas nos seus trabalhos, o número dos auxiliares, operários e jornaleiros apresentados para o serviço, os materiais entrados, empregados ou em ser, o progresso dos trabalhos, os serviços encetados e os concluídos, as causas de atrasos ocorrentes, as ordens de serviço recebidas e outros quaisquer esclarecimentos tendentes a mostrar com exatidão o andamento, regularidade ou atraso dos trabalhos.

Art. 85. O arquivamento dos papéis será feito nos escritórios, por coleções mensais e anuais, distintas, consoante a natureza daqueles, em ordem de datas, recebendo cada um no dorso um número de ordem igual ao que tiver recebido na respectiva coluna do protocolo de entrada, e o seu assunto abreviado em uma ou muito poucas palavras.

Parágrafo único. Cada coleção será capeada pelo índice respectivo, indicando este o número de ordem e o assunto de cada papel.

Art. 86. De todos os ofícios, ordens de serviço expedidas e memorando, se guardarão cópias, seja nos livros especiais, copiadores ou nos talões.

Art. 87. Em cada ofício só se tratará de um assunto.

Art. 88. Os livros, cadernetas de campo e outros papéis de serviço serão escriturados com toda clareza e nitidez, não se admitindo emenda alguma sobreposta a qualquer dizer ou número, senão a tinta vermelha.

Parágrafo único. Os erros de papel ou frase cometidos serão corrigidos pela expressão - digo - interposta ao erro e à correção; e os de algarismo ou números, nas cadernetas de campo, serão traçados e substituídos pelo certo na linha seguinte, como de nova observação.

Art. 89. Em todas as cadernetas de serviço de campo lançará o engenheiro, condutor ou qualquer encarregado dela, no alto da folha do seu começo, a designação do serviço respectivo e, na linha das observações correspondentes à última inscrição de cada dia, a data (dia, mês e ano abreviadamente) em que houver feito o trabalho, assinado.

Art. 90. Os nomes dos operários ou jornaleiros, que se despedirem ou forem despedidos do serviço da Divisão, deverão ser imediatamente comunicados às demais Divisões.

Art. 91. As ordens aos empreiteiros em geral serão dadas pelo chefe da seção, que poderá, porém, delegar, sob sua responsabilidade, essa faculdade aos engenheiros ou condutores residentes, sob suas ordens, quando assim convier ao serviço. As ordens expedidas aos empreiteiros pelos engenheiros ou condutores residentes serão por estes imediatamente transmitidas, por cópia, ao chefe da seção, para os necessários fins.

Art. 92. Ao pessoal técnico e administrativo de nomeação, a serviço em qualquer das quatro Divisões, serão abandonadas, na forma do § 1º do art. 39, do Regulamento, as diárias que forem arbitradas pelo engenheiro-chefe em ordens de serviço.

Art. 93. Nenhum trabalhador pago pelo Estado poderá ser empregado em serviço puramente particular dos engenheiros, salvo em horas não dedicadas ao trabalho.

Art. 94. Nenhum empregado poderá exonerar-se a si próprio e, quando o tiver sido pela autoridade competente, seja ou não a seu pedido, não poderá, sem sujeitar-se a processo criminal, retirar-se do serviço sem fazer entrega a quem for designado pelo chefe da Divisão, de todos os objetos pertencentes ao Estado e que se acharem a seu cargo.

Art. 95. Até o dia 10 de cada mês, cada chefe de Divisão enviará à Secretaria um relatório resumido dos trabalhos efetuados no mês precedente, mencionando o número de trabalhadores empregados, o trabalho feito durante o mês, o número efetivo de dias de serviço no campo e quaisquer outras ocorrências. Informará franca e explicitamente acerca do modo pelo qual cada funcionário tiver cumprido suas obrigações. Este relatório será acompanhado de uma relação nominal de todo o pessoal técnico e auxiliar de cada serviço.

Art. 96. Nenhum empregado poderá, sem autorização do engenheiro-chefe, fornecer, exceto a seu superior imediato, informações - quer verbais, quer escritas - sobre questões concernentes ao serviço de que estiver incumbido. O empregado que faltar a esta disposição será punido com as penas indicadas nestas instruções, conforme a gravidade da indiscrição que tiver praticado.

Art. 97. Quando, por demissão ou remoção, um engenheiro retirar-se do serviço em que estiver, procederá com seu sucessor ou com o chefe da seção a uma verificação do arquivo e inventário dos objetos a seu cargo. Seu substituto ou chefe da seção passará recibo na última página do inventário, com as observações que julgar necessárias e que serão visadas pelo engenheiro que se retirar.

Art. 98. Não se entregará aos empreiteiros desenho ou nota de espécie alguma, sem conservar-se no arquivo da Divisão a respectiva cópia autêntica assinada pelo empreiteiro ou com recibo em separado.

Art. 99. Cada residência terá um livro com o título - *Livro-registro das obras de arte* - rubricado pelo engenheiro-chefe, e no qual se consagrará a cada obra de arte o número de páginas em branco suficientes para se lançar, em seguida à designação detalhada da mesma obra, o dia em que tiver sido entregue o projeto ao empreiteiro, o número da ordem de serviço mandando começar a construção, os dias em que tiver sido implantada no campo, encetada a construção, niveladas as casas, sapadas, etc., um esboço cotado da implantação no

terreno, os números e datas de todas as ordens de serviço que forem sendo expedidas acerca da mesma obra, esboço e designação do terreno encontrado nas fundações e todas as ocorrências havidas na construção, na ordem em que tiverem lugar as mesmas ocorrências, mencionando-se tudo que possa servir para se fazer o histórico completo de cada obra. Todas estas notas serão escritas a tinta e sem rasuras nem emendas, de modo que façam fé.

Art. 100. As omissões das presentes instruções regulamentares serão preenchidas por meio de ordens de serviço expedidas pelo engenheiro-chefe.

Belo Horizonte, aos 8 de outubro de 1894. O engenheiro-chefe, *Aarão Reis*.”⁸¹

NOTA

81 MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Op. cit.*, v. 2. p. 64-91: Regulamentação - Instruções expedidas pelo engenheiro-chefe.

XIII

O PROBLEMA DAS ÁGUAS - ESTUDOS - TRAÇADOS EM SIFÃO E EM CALHA - MEDIÇÃO DOS MANANCIASIS - PLANO DAS CANALIZAÇÕES - DISPOSIÇÕES DOS RESERVATÓRIOS - ELEMENTOS DE CANALIZAÇÃO - TRABALHOS REALIZADOS

Um dos aspectos curiosos dos primeiros trabalhos da Comissão Construtora era a procura de água para o abastecimento das futuras grandes populações da nova capital. Acompanhando os passos dos engenheiros caçadores de água, Camarate vinha depois pelo *Minas Gerais* e contava: "Procuram-se e acham-se córregos importantes, nascentes que reluzem pela limpidez e boa qualidade das águas; e, nesta incansável peregrinação pelo reino das águas, encontram-se episódios de paisagem encantadores: a linfa deslizando, só, por entre pedras e pedrouços de ferro; regatos borbulhando pelo meio de pitorescas moitas, córregos serpenteando por debaixo de uma vegetação frondosa, fresca e luzente, com aquele aspecto limpo e asseado das crianças que vivem com pouca poeira à porta e muita água em casa! E, nesta caçada à água, o Dr. César de Campos, como Santo Humberto, nunca se contenta com a água que encontra; porque, procurando água para 200.000 habitantes, quer dar-lhes regalias de patos; quer que se inundem por dentro e por fora, nas múltiplas necessidades de um povo civilizado, com relação ao líquido elemento, e haja, em abundância, água para o movimento das turbinas, para a irrigação das ruas, para a lavagem dos esgotos, para a seção balnear de todos os hospitais, asilos, quartéis e casas de ricos e pobres, para cascatas e repuxos, nos jardins públicos e chácaras particulares e dizem até que para beber!"⁸²

Quanto fez a administração Aarão Reis relativamente ao serviço de abastecimento de água à nova capital ficou minudentemente consignado no relatório a ele apresentado pelo chefe da 5ª Divisão, a 6 de outubro e pelos informes que o engenheiro-chefe prestou ao Governo do Estado, ao desligar-se da Comissão. Expunha o Dr. César de Campos:

"O local escolhido para a nova capital assenta às fraldas da Serra do Curral, em espigões mais ou menos perpendiculares a essa linha de cumeadas e em declive para o ribeirão dos Arrudas, *thalwegg* coletor das vertentes da serra e a ela proximamente paralelo. Fica-lhe a 5 km a L o Pico do Cruzeiro, cume da serra com 1.389 m de altitude. Entre esses espigões correm, como se vê da planta anexa, em direção e sentido quase N, e a contar de L, os

córregos da Serra, Acaba-Mundo, Leitão e Pinto, dentro do perímetro, e, fora dele, de um lado, os córregos Cardoso, Taquaril e, do outro, os Cercadinho, Ponte Queimada, Bom Sucesso e Capão da Posse, afluentes todos do Arrudas e com águas, avolumadas ou mesquinhas ainda, acima da situação geral da futura cidade. Das elevações, a mais saliente em altura, dentro do perímetro, é a da Boa Vista, que fica entre os córregos Acaba-Mundo e Leitão. Confirmando-lhe o nome, um largo horizonte, aberto a N e NE, descortina-se para muito além da Serra da Piedade, que demora à direita do Rio das Velhas. Antes de alcançar a maior altura ao descer a Serra, o seu dorso abate-se formando garganta entre a Encosta do Ilídio⁸³ e o Alto da Boa Vista:⁸⁴ por modo que, esse espigão, de todos os lados despreendido, senhoreia a região circunvizinha em assentada longa de uns 600 m por largura de 300 e 400 entre as cotas 890 e 901 m. Avulta ainda, dentro do perímetro, o morro da Santa Cruz, que, à maneira de ilha, campeia entre o Serra e o Acaba-Mundo, com arredondado cimo à altitude de 961 m no limitado âmbito de cerca de 100 m por 40. O aspecto da região, em grande parte desnudada do arvoredo, benéfico regulador do regime hidráulico, reduzida a pastos em larga extensão da sua área, deixa, ao primeiro lance de olhos, antever para os cursos de água, regime torrencial. O programa da Comissão, no tocante ao abastecimento de água, está contido no seguinte artigo do regulamento: “Art. 30. O projeto geral da nova capital será delineado sobre a base de uma população de 200.000 habitantes e sobre esta mesma base será efetuada a divisão e demarcação dos lotes; as obras, porém, a executar desde já, serão projetadas e orçadas sobre a base de uma população de 30.000 habitantes, devendo, entretanto, os respectivos projetos serem organizados de forma a permitir o natural desenvolvimento das obras executadas à proporção que for aumentando a população.” Os primeiros estudos para reconhecimento dos recursos da região em mananciais indicaram, como aproveitáveis para o abastecimento, as fontes e volumes seguintes: Acaba-Mundo (reunião do Acaba-Mundo, Ilha e Gentio, 90 litros por segundo; Serra (Serra, Mangabeira e Bolina), 140; Leitão, 90; Cardoso, 30; Cercadinho e Cercado, 390; Capão da Posse, 500; Bom Sucesso, 100; Taquaril, 20; Caracará, 20 Era, pois, natural, assim pela sua menor distância ao núcleo inicial da povoação, como por nascerem e fazerem grande trecho de seu curso em terras devolutas, começar o estudo definitivo de aquisição pelos córregos Serra e Acaba-Mundo. Para conhecer tanto o volume disponível como a altura da captação, linhas foram corridas desde o Largo do Rosário no Alto da Boa Vista, até o ponto conveniente no Acaba-Mundo, servindo de base a transversais, cujo nivelamento desse a cota máxima a atingir-se na zona mais provavelmente aferente a esse córrego. Esse ponto de captação foi, depois, ligado, com o desenvolvimento de 1200 m pela fralda da serra, ao reservatório da Encosta do Ilídio. Entroncando nessa base de operações, traçaram-se vários ramais de ensaio. O primeiro determinou a situação mais acomodada ao reservatório, na Encosta do Ilídio, superior ao plano geral da futura cidade; o segundo, a altitude exata do morro de Santa Cruz, e depois, prolongando-se vale do córrego Serra acima em demanda do ponto conveniente à captação destas águas, ligou esse manancial àquele morro, que melhor lhe cabia pela correspondência de alturas. Para abastecê-lo, uma

caixa poderá estabelecer-se no morro vizinho, que lhe fica senhoril, e cujas sobras reforçarão as caixas do plano inferior. O estudo dos córregos Gentio e Ilha, afluentes do Acaba-Mundo, mostrou aquele baixo e este inaceitável por brejado desde grande altura, e por somenos às despesas da captação as suas minúsculas e espalhadas origens. O Bolina já não encheria um tubo de polegada de diâmetro e mais tarde secou. Logo às medições provisórias, por flutuador e seção, e antes mesmo, à simples vista, acusavam o Serra e o Acaba-Mundo notável insuficiência para o suprimento à futura cidade. O Serra com o seu afluente Mangabeiras e mais o Bolina, que no ano anterior davam, segundo relatório dos primeiros estudos, 140 litros por segundo, indicavam agora apenas de 36 litros; e o Acaba-Mundo, ali notado com o Gentio, quase seu par, e com o ilha, como dando 90 litros, somente alcançavam 25 litros e com o Ilha 32. A redução era notável. O ano das avaliações do reservatório é tido pelos moradores do lugar com o estivo; mas a seca continuou desse para o presente, que os habitantes consideram de auge de escassez e mínima rara. Melhores condições não podia a Comissão encontrar a tal respeito. Fez-se, pois, de mister buscar outras fontes. O córrego do Leitão, de pouco volume, baixo e com as nascentes disseminadas por um amplo anfiteatro de propriedade particular, não era o que mais enquadrava ao plano do abastecimento inaugural. Entre o Taquaril, acerca de 8 km e notado com 20 litros, e o Cercadinho, a 7 km e indicado com 250 litros, não havia hesitar, visto a insignificância do Cardoso (medido com 3 litros na cota 950). Na proporção deduzida das medições feitas em outros, deviam-se esperar daqueles córregos as despesas de 15 (Taquaril) e 160 litros (Cercadinho) respectivamente. Explorada a região e feito um reconhecimento taqueômetro, verificou-se a necessidade de fazer alta a presa de água por causa da elevação dos pontos intermediários mais deprimidos do terreno, no percurso mais curto. Medido cuidadosamente o manancial por flutuador, deu a descarga de 113 litros por segundo ou 9.763.000 litros diários. Aquele percurso, todavia, obrigado a contornar, até a sua ponta no Pinto, o espigão de grande altura, que separa o Cercadinho do local da futura cidade, chegava quase ao dobro da distância que une os seus pontos terminais - pouco menos de 4 km. Passando nos pontos obrigados pela linha de carga, a poligonal de ensaio, corrida para o sifão, deu o desenvolvimento de 6.600 m, a perda de carga de 0.003 e carga estática máxima de 8 atmosferas até o sítio escolhido provisoriamente para o reservatório principal, na encosta do Ilídio. O diâmetro de 40 a 45 cm de tubo daria curso ao volume de água achado. Resultando, porém, do primeiro reconhecimento e outros subseqüentes, a possibilidade de sensível encurtamento da linha, fazendo-a passar pela garganta, entre os morros das Pedras⁸⁵ e das Taboas, embora em túnel, com a vantagem a maior de poder ser feita por meio de calha a condução das águas; e no intuito, muito recomendado pelo engenheiro-chefe, de evitar quanto possível as grandes dificuldades com que tem de lutar a Comissão para os transportes, até aqui, da enorme massa de materiais de toda sorte, de que terá de precisar; outra linha foi corrida pela encosta do espigão, depois de várias tentativas por outras encostas de primeiro aspecto prometedoras de bom traçado e para travessia em túnel. Esse traçado de encosta, que se antolhava muito mais curto que o de sifão, à vista de seu giro assaz inferior àquele, deu em

resultado uma linha mista, cuja extensão excedeu, por causa do colear do terreno, de 200 m à primeira. Vindo em calha desde o Cercadinho até o túnel, transpõe, ao sair deste, o vale do Leitão em sifão (em qualquer caso obrigado) para chegar ao reservatório. O túnel teria de comprimento cerca de 260 m de reta aberta em rocha granítica, já descoberta e à vista da boca de montante. Atravessando-se, porém, a grota do pequeno lagrimal da Chácara por meio de um sifão de 200 m de extensão, em vez de circundá-la, poder-se-á encurtar de uns 500 m o percurso da linha. Igual solução poderá ser aplicada na baixa do córrego do Aleixo, pouco depois da tomada de água no Cercadinho, com encurtamento de 500 m em 800, para não passá-la sobre arcada. Esses sifões poderão ser duplos para ficar aí o abastecimento em condições de igualdade, quanto a interrupções possíveis, ao serviço em calha (Dupuit, p. 262), facilitando o transporte. O desenvolvimento da linha, em todo o caso, só poderá resultar do projeto definitivo que ora se elabora no Escritório Técnico, assim como da construção a extensão exata do túnel. A escolha final da linha e natureza do conduto a adotar-se ficou dependente de estudos mais detidos de escritório, embora para o critério não lhe faltem desde já um certo número de bases indicativas da superioridade da calha.* A conveniência, aconselhada pelos próprios Srs. Drs. Afonso Pena e Bias Fortes, de serem adquiridos desde já todos os mananciais de que possa vir a carecer a cidade quando elevar-se até 200.000 habitantes, elimina da questão a consideração atinente aos ônus da aquisição de terras. Quanto à duração, arejamento da água e conservação, a linha de calha é tão superior, que não admite hesitações; quanto ao transporte e manejo, assim pelas dificuldades, como pelo custo e risco de quebras, bastará lembrar que aquela é composta de materiais que podem ser transportados a salvo, até em cargueiros, para o lugar do emprego, e os tubos de ferro são peças longas de 4 m e do peso de meia tonelada aproximadamente; e quanto à aquisição, os tubos terão de vir do estrangeiro, do Rio de Janeiro a Sabará por estrada de ferro, dali ao Belo Horizonte naturalmente pelo ramal férreo, porque deveriam esperar à vista do preço e riscos do transporte por outro modo, e, finalmente, serem de Belo Horizonte transportados para o local do assentamento; ao passo que, para a calha, há, ao lado da linha, excelente e abundante pedra para a construção e o próprio túnel fornecê-la-á já quebrada, para abóbadas, etc. A seção do túnel, cujas dimensões regulam-se antes pela necessidade do espaço para o trabalho de escavação e da conservação, será de cerca de 3000 m cúbicos por metro corrente. Satisfaz-se a calha com escassa declividade; por isso a água chegará ao túnel com carga mais que suficiente, para, por meio de pequena derivação, abastecer a zona do Pinto, podendo ainda ser aproveitada, mais tarde, para o abastecimento dos núcleos de população que se hão de formar naturalmente na convidativa faixa superior de terreno que conterà a futura cidade. E, também, como de futuro a linha do Cercadinho poderá tornar-se, ao menos em parte, um tronco para adução das águas, que volumosas há desse mesmo lado da localidade, poderá o aqueduto ser,

* BECHMAN. *Distribution d'eau*. PALADINI, do Inst. Techn. Sup. de Milão. *Conduttura delle acque*. - TURAZZA. *Conduttura forzata delle acque*. DUPUIT. *Conduit et distribution des eaux*. 2^a edition.

desde já, construído, com pequeno acréscimo de despesa de estabelecimento, em condições de transportar muito maior volume de água. É, quiçá, vantagem para não ser desprezada, tanto mais quanto elimina, de um só feito, o principal motivo da preferência de várias linhas de encanamentos a um tronco só.* Para abastecer o bairro do Pinto, poderá partir da boca do túnel uma derivante em comunicação com caixa especial. Bairro *sui generis* pelo terreno que constitui o fundo do seu vale, não parece que desde o princípio haja de ser desejado para habitação, senão na chapada que o precede, e isto mesmo na parte voltada para o centro da cidade. Provável é que seja procurado por alguma indústria, nomeadamente a olaria, para que possua regular matéria-prima. Mas, não é razoável que a água, com dificuldade e alto preço buscada para satisfazer às necessidades da alimentação e higiene pública, seja distribuída para indústria que não a mínima, que se exercita dentro das casas de moradia. Acresce ainda a sabida inconveniência das aglomerações operárias em um centro populoso e governativo. Para completar o estudo da circunvizinhança, quanto aos volumes e alturas dos mananciais, fizeram-se também explorações à margem esquerda do ribeirão dos Arrudas, desde as proximidades da estação do ramal férreo ao córrego do Caracará. Este, o da Lagoinha e o do Menezes são as fontes exploradas e niveladas. Nenhum fruto se colheu, porém, de tais pesquisas, em benefício do abastecimento, pois, ou os volumes são minúsculos, ou as alturas incompatíveis com as da área em que tem de ficar a futura cidade, ou a qualidade das águas má para a alimentação. O córrego do Menezes acusou na cota 851 apenas ... 4.73 litros por segundo.

Ao mesmo passo que se faziam os estudos, cujos resultados vão consignados até aqui, a outra pesquisa, nada inferior em importância, procedia-se: da quantidade mínima de água fornecida pelos mananciais. O processo, empregado direto, consistiu simplesmente na coleta da água de cada córrego em caixões de forma geométrica simples, rapidamente mensurável, marcando o tempo de fluxo por um ou mais cronógrafos a cotejo, em séries de dez operações concordes, diariamente. Para isso, foram os córregos devidamente barrados, correndo a água em calha de madeira encaixada no alto da própria barragem ou no desvio, conforme pareceu melhor. As barragens foram feitas de barro apropriado com sapê de permeio, socado em camadas entre duas filas serradas de paus fincados e travados, de modo a constituírem um açudamento perfeitamente estanque, firme e inflexível. Foi preferida a calha, em vez de orifícios ou de vertedouro simples, quando coubesse, no intuito de servir, ao mesmo tempo, a outras experiências; e, para isso, foi ela provida de uma comporta de movimento gradual à vontade. A entrada de água no caixão coletor era permitida, ou obstada pela chegada ou retirada súbita da tampa obturando-o. Essas condições, acompanhando a oscilação anual dos *dispêndios* de estiagem, deram para *mínima*, em cada córrego, arredondados para menos os

* BECHMAN. *Distribution d'eau*, p. 202.

resultados, os seguintes volumes em litros por segundo: Serra e seu afluente Mangabeira, 28; Acaba-Mundo, 15; Cercadinho, 111; ao todo, 154, o que mostra, em relação ao relatório dos estudos, uma grande diminuição nos mananciais. Já de seca fora o ano das medições último citadas, segundo é unânime dizer dos moradores da localidade. O corrente, em que vamos fazendo as medições, é por eles considerado *excepcionalmente* rigoroso, e as observações anteriores o confirmam. Temos, pois, por seguro o cálculo em tais bases, tanto mais quanto, apropriadas as cabeceiras e coberta de arvoredo a desmatada região, como vai ser, outro será necessariamente o rendimento das fontes. Insuficiente por si cada um dos córregos para fornecer a quantidade de água exigida aos 30.000 habitantes, para que é projetada a cidade inicial, dão juntos 13.305.600 litros diários ou necessário a 44.350 habitantes à razão de 300 litros diários por habitante. Ainda mesmo abatendo 25% o volume de água medido fica superior ao limite de 9.000.000 marcados para os 30.000 habitantes da cidade inaugural. Devido à natureza do terreno, granítico e suas decomposições mais ou menos profundas, intercalado de rochas calcárias ou ferríferas, e ao forte pendor das encostas da serra, faz-se em geral rápido o escoamento das águas caídas. Ao longo dos pegos dos córregos, onde ainda algum arvoredo se conserva, é ele mais demorado e a evaporação menor – e, para nada omitir –; em muitos acidentes, onde, por existência de camada aluvial antiga, por menor inclinação, por vegetação rasteira ou outras resistências, a velocidade diminui, absorve o terreno alguma água em razão da sua constituição e disposição. Com efeito, a terra peroxidada superior, extraída e logo socada com varas grossas, reduz-se a cerca de metade do volume que primitivamente ocupa. Por tal complexo de fatos, acontece coincidir a época do calor e de maior dispêndio de água com um abundante rendimento das fontes, sem que estas *em tempo algum se esgotem*; e dá-se a *mínima* pelo tempo do *maior frio*, quando *menos a água é necessária* – frio assaz moderado e acima de zero do termômetro centígrado em mínima de inverno. Admitiremos, pelo certo, como superior às médias, os volumes médios para o relatório de 1893. Separando, proporcionalmente aos volumes atuais, os que ali se acham englobados, teremos: Acaba-Mundo, 38 litros; Serra e Mangabeiras, 125 litros; Cercadinho, 250. Contaremos, somente, que o *máximo* a recolher das fontes venha a ser, em litros por segundo: Acaba-Mundo, 25; Serra e Mangabeiras, 40; Cercadinho, 160, no total de 225, isto é, por dia, 19.440.000 litros. Tomaremos, apenas, 18.000.000; com isso teremos *em tempo* quente, para 30.000 habitantes, 600 litros por dia, o dobro do requerido. Ainda mesmo reduzindo esses 19.440.000 a 15.000.000 apenas, teremos para cada habitante 500 litros por dia.

Conhecidas as fontes e suas *despesas*, os meios de conduzir as águas à cidade, a configuração do solo, a distribuição do povoado e juntamente as suas alturas máximas, resta assinalar definitivamente a posição mais adequada ao reservatório, ou reservatórios. A razão capital da preferência está na elevação do sítio acima dos pontos principais; vem depois a

consideração das manobras e a economia da distribuição. Os pontos edificáveis mais altos, a que tem de satisfazer o abastecimento para 30.000 habitantes, são o Alto da Boa Vista, na cota 901 e o Morro da Santa Cruz a 961. Ajuntadas a essas cotas, respectivamente, as alturas dos mais altos edifícios, a constante de ressalva ou segurança e a perda de carga do encanamento desde o reservatório, conforme a distribuição no percurso, o diâmetro e a natureza do tubo, etc., obtém-se a cota de nível inferior da água no reservatório, ou melhor, do início da canalização distribuidora. Sendo qualquer dos aludidos ápices situado em eminências separadas de todo o contorno por depressão do terreno, só nas encostas fraldeantes da serra vizinha, ou em algum morro não destinado à habitação no cimo, era possível encontrar altura satisfatória sem construção especial elevada. O Morro da Porteira de Taboa, última vértebra do espigão compreendido entre o Leitão e o Chácara e que, alcançando a cota 1.010, domina o Pinto e o local da cidade, afastaria demasiado o alimentador da distribuição interna do centro a abastecer, com dispensável acréscimo de despesa durante os primeiros tempos. Consideremos conjuntamente a divisão das águas. O Morro da Santa Cruz abrange pequena superfície, ao passo que o Alto da Boa Vista é extenso. Natural é, pois, destinar àquele um manancial de menos águas, e tanto mais conforme, quanto lhe está mais perto e é o que mais alto vantajosamente pode ser captado. Quadra-lhe, pois, o córrego da Serra. Mais próximo da Boa Vista fica o córrego Acaba-Mundo, que já a abastece por meio de um valo de terra. Mais próximo, também, o manancial mais importante. Notando-se mais que - em prolongamento desse espigão e depois da depressão, que já descrevemos - vai-se erguendo para a serra, entre os vales do Leitão e do Acaba-Mundo, a Encosta do Ilídio, compreende-se quão apropriada está ela para, por sua situação dominante à cota 901, receber, por um lado, o Acaba-Mundo e, pelo outro, o Cercadinho, no mesmo depósito. Com o subir às fontes de um rio minguia o seu caudal, escasseando a área de infiltração que o alimenta. Assaz pronunciado é no córrego Serra esse fato, e dá azo a que, mais tarde, quando a necessidade de captar o Taquaril, aparecer, esse córrego possa, ainda com proveito, ser de novo captado em cota mais baixa e concorrer com aquele a um outro depósito, completando-se de tal arte um triângulo proximamente equilátero nas encostas circundantes da cidade, de cujos vértices manará a água para o centro, inferior em altura. De um lado o ondeado do terreno em um sentido e o seu declive desde 960 até 835, de outro a existência de *talwegg* cortando em duas partes a cidade, que para ele se derrama vales abaixo, estão aconselhando, para mais regular distribuição interior, assim a multiplicação dos abastecedores, como a divisão da altura em zonas de abastecimento. O estabelecimento de um terceiro reservatório, que funcionará como de extremidade na encosta fronteira do ribeirão dos Arrudas, fazendo 2º vértice ao triângulo já referido, virá de molde fechar o perímetro da zona aferente ao plano de limite inferior. Não permitiram as fontes da encosta respectiva que à alimentação deste terceiro reservatório concorressem também águas a ela peculiares. Ficará, pois, apenas adstrito às sobras o produto da noite. Assim, pois, três reservatórios no perímetro da cidade constituirão as fontes da sua canalização interna: o principal, na Encosta do Ilídio e na cota 933, recebendo o Acaba-Mundo

e o Cercadinho com capacidade relativa aos 18.000.000 que deve coligir no máximo; o da Santa Cruz, na elevação vizinha ao morro e na cota 976, alimentado pelo córrego Serra e capaz de receber-lhe os 3.500.000 de máxima; e, finalmente, o da estação, atrás desse edifício, na vertente oposta do ribeirão dos Arrudas, em conta ainda por fixar, com capacidade para as sobras e recepção noturna.

Para o caso da linha máxima, estão estudados *três tipos* de aquedutos: dois *visitáveis* e um *não*. Dos *visitáveis*, que terão cabida se estudos em execução mostrarem conveniência em ser essa linha reservada desde já para tronco da futura captação das águas do córrego Capão da Posse, um adapta-se melhor às condições do serviço por empreitada e outro às da execução administrativa. O primeiro, trapezoidal coberto de abóbada e com a soleira em arco invertido, pode dar vazão a 320 litros por segundo com declive de 0m,0005 à altura d'água de 50 cm; e o segundo, oval, com igual soleira, dará vazão para a mesma altura d'água e declividade de 0m,0004, a 340 litros por segundo. O *não-visitável* tem o fundo em semicírculo de 60cm de diâmetro, com paredes verticais de 25 cm de altura e coberto por abóbada em arco de círculo. Pode dar vazão, com 12 cm d'água acima do diâmetro do fundo, a 160 litros por segundo em declive de 0m,0005. Os seus volumes são, respectivamente: para o *oval*, 28cm de alvenaria ordinária e 0,62 m³ de alvenaria de abóbada; para o *trapezoidal*, 1,60m³ de alvenaria e 0,25 m³ de alvenaria de abóbada; e para o *circular*, 0,64 m³ de alvenaria ordinária e 0,08 m³ de alvenaria de abóbada. A seção do túnel (2 m sobre 1,70 m proximamente) dará cerca de 3,5 m³ por metro corrente. A calha interna, de 70 cm de largura e constituída por um murete de 80cm de altura, dará vazão, só com 31 cm de altura d'água a 154 litros por segundo no declive de 0,002, podendo escoar 386 litros com 60 cm de altura d'água. Para o sifão de travessia do vale do Leitão e condutor da água ao poço de chegada com 1.250 m de desenvolvimento e 7 atmosferas de carga estática, está calculado o diâmetro de 45cm, que produzirá a velocidade de cerca de 93 cm. No projeto definitivo poderá esse sifão ser constituído por *linha dupla*, de menor diâmetro cada uma satisfazendo juntas à descarga nas épocas de *máxima* da fonte, assim assegurando a continuidade do serviço e facilitando o transporte para o lugar do emprego, etc., com sobrada compensação ao excesso de despesa pela substituição de *dois a um só* tubo. O muro de contorno do reservatório, estudado com 5,5 m de altura, cuba de 10,04 m³ por metro corrente e o muro divisor 11,275 m³; trabalhando ambos com pressão, na base, nunca maior de 2,5 kg por centímetro quadrado.

Creio ter dado, com a exposição que deixo feita, resumida mas completa notícia dos trabalhos que têm sido realizados pela 5ª Divisão a meu cargo para o preparo dos elementos indispensáveis à organização do projeto definitivo para o abastecimento de água à futura

capital do Estado de Minas Gerais, ora em construção. Tendo perdido muito ainda em princípio, a coadjuvação eficaz do Dr. Luís Martinho de Moraes, que era o chefe da seção respectiva, cargo que deixou por ter sido convidado para dirigir os trabalhos de um dos portos marítimos da República, não pude ter o auxílio seguido de um bom chefe de seção; pois ao Dr. Martinho de Moraes sucedeu, após uma pequena interinidade do Dr. Eduardo Campos de Melo, o Dr. Recenvindo Rodrigues Pereira, pouco depois chamado pela presidência do Estado, para o cargo de diretor da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; e, só há poucos dias, assumiu a direção o Sr. Dr. Saturnino de Brito, ultimamente nomeado. Graças, porém, ao concurso desses colegas, que acabo de nomear, e dos Srs. Drs. Francisco de Paula Oliveira, João Júlio Proença e Lucas Bicalho, que mais demoradamente me têm auxiliado, e de alguns bons condutores e auxiliares, consegui realizar os trabalhos que acabo de expor, senão completos, pelo menos suficientes para a base do *projeto definitivo*, que está sendo elaborado.

Gabinete do Engenheiro-chefe da 5ª Divisão, 6 de outubro de 1894. O engenheiro-chefe, *C. César de Campos*.⁸⁶

NOTAS

- 82 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. Por montes e vales. *Minas Gerais*. Ouro Preto, p. 5-6, 6 jun., 1894.
- 83 Encosta do Ilídio - No antigo Curral del Rei, Ilídio Percira da Luz era proprietário da Fazenda Capão, que abrangia grande extensão de terras compreendendo parte do atual bairro de Santo Antônio. Encosta do Ilídio era a área onde se construiu o Reservatório do Cercadinho (vide nota n. 245), atual Carangola, situado na rua do mesmo nome (TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte* - antes Curral del Rei. Belo Horizonte, 1947).
- 84 Alto da Boa Vista - Parte da área assim denominada, à época do Curral del Rei, foi exatamente a escolhida pela Comissão Construtora para implantar o centro administrativo da nova capital, com o Palácio da Liberdade, Praça e prédios das Secretarias de Estado.
- 85 Morro das Pedras - atual região da avenida Raja Gabaglia da pedreira de calcário (vide nota n. 345). Morro das Tábuas.
- 86 CAMPOS, Caetano César de. Abastecimento d'água, esgotos, canalização de águas pluviais, modificação dos cursos d'água e drenagem. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos ...* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, v.1, p. 55-65, 1895.
- 87 BECHMANN, G. *Distribution d'eau et assainissement*. 2 ed., Paris: Lib. Polytechnique Ch. Beranger, 1899, t.2.
- 88 BECHMANN. *Op. cit.*, p.202.

XIV

SEMPRE A CAMPANHA CONTRA A MUDANÇA DA CAPITAL -
SITUAÇÃO ELEITORAL DE BELO HORIZONTE -
CORRESPONDÊNCIA TROCADA ENTRE O GOVERNO DO ESTADO
E O BISPADO SOBRE A DEMOLIÇÃO DOS TEMPLOS DO ARRAIAL



Quanto mais o Governo e a Comissão Construtora intensificavam sua ação para levar de vencida o monumental cometimento de Minas, mais acirrada se fazia a campanha contra a mudança da capital, objetivando especialmente o conselheiro Afonso Pena, a Comissão referida e o arraial de Belo Horizonte. Os maldizentes classificavam de loucura a execução daquela obra gigantesca. Dizia-se que o Estado iria abrir falência, enterrando-se em Belo Horizonte, num carrascal inóspito, povoado de formigas e de papudos, onde iria consumir nada menos de 110 mil contos ...

Um dos principais veículos de tais ataques era o *Farol*, de Juiz de Fora, a cuja redação o Dr. Aarão Reis, a 30 de junho, mais uma vez rebatendo afirmações injustas, escrevia: "Creio bem que quando a nova cidade tiver atingido a população de 150 mil habitantes, representará capital *muito superior* aos 110 mil contos de réis com que sonha o vosso correspondente; mas posso assegurar também que a execução das obras e trabalhos *indispensáveis* à instalação da nova capital em Belo Horizonte dificilmente exigirá do *Estado* dispêndio que atinja a mais de 20 mil contos. Demais, continuo convencido de que, para essa cifra, concorrerá com ótimo contingente a venda de lotes durante a construção das obras".

Tal campanha, porém, jamais entibiou os homens notáveis que se achavam à frente da ingente obra, que avançava sempre com a inabalável firmeza das boas causas.

Os recentes atos do Governo aprovando projetos da Comissão, além do mais, tiveram a virtude de levar por todo o Estado reconfortante aura de sadia confiança no futuro da nova capital, aumentando a emigração para o novo campo de trabalho.

Naquele período, em vésperas de eleições, agitou-se a questão de saber se os eleitores domiciliados em Belo Horizonte poderiam ou não votar, em vista da desligação recente do

território, e *O Contemporâneo*, do dia 11 de julho, dava por solucionado o caso, publicando o seguinte ofício do Secretário do Interior à Câmara de Sabará: “Em resposta ao ofício de 18 do corrente (junho) que dirigistes ao Sr. presidente do Estado, consultando se na futura eleição municipal poderão votar também os eleitores residentes no território de Belo Horizonte, compreendido na planta para a nova capital e desligado desse município pelo dec. 716, de 5 do corrente, ou se somente os que residem fora, na parte do distrito não desmembrada, declaro-vos, em nome daquele magistrado, que os primeiros eleitores não poderão votar. Conforme o citado decreto que regulamentou a Lei n. 3, adicional à Constituição, achando-se desmembrada econômica e administrativamente o distrito de Belo Horizonte desse município, isto é, a área demarcada para a fundação da nova capital, os eleitores nele compreendidos perderão, *ipso facto*, o direito de voto que antes exerciam na comunhão local. Acresce que a referida área não constitui ainda distrito, e diz o art. 61 do regulamento eleitoral vigente: *Só no distrito de seu domicílio onde for alistado será permitido votar*”.⁸⁹

Outra questão que se agitou naqueles dias foi a da demolição dos velhos templos do arraial e como o chefe da Comissão fizesse sentir ao Governo a necessidade de se obter autorização do Bispado para a mesma demolição, no dia 8 de agosto o Presidente do Estado oficiava ao Sr. bispo de Mariana nestes termos:

“Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 8 de agosto de 1894. Exmo. Sr. Bispo da Diocese de Mariana. Entre os edifícios que, em virtude do Decreto n. 722, de 14 de maio próximo findo, e para cumprimento da Lei n. 3, adicional à Constituição do Estado, devem ser demolidos no distrito de Belo Horizonte, para o conveniente traçado da nova cidade destinada à capital do Estado, estão a Igreja Matriz e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, pertencentes ao culto católico de que sois um dos respeitáveis chefes. Para satisfação desta necessidade do serviço público e salvaguarda, ao mesmo tempo dos elevados interesses da religião católica, assume o Estado o compromisso de fazer oportunamente construir, em lugar apropriado, novos templos que substituam os que têm de ser demolidos. Rogo-vos queirais anuir à realização de tal medida necessária e conveniente aos interesses do serviço e do culto, dignando-vos determinar as providências exigidas pelo culto em casos tais. Envio-vos os protestos de meu alto apreço e consideração. Saúde e fraternidade. *Afonso Augusto Moreira Pena*.

Em resposta, a 18, o Sr. bispo oficiava ao Governo:

“Palácio Episcopal de Mariana, em 18 de agosto de 1894 - Ilmo e Exmo Sr. Acuso recebido o ofício de V.Ex^a, datado de 8 do corrente, no qual V.Ex^a expõe que, para o conveniente traçado da cidade de Belo Horizonte, devem ser ali demolidas a Igreja Matriz e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, pertencentes ao culto católico. Outrossim, declara V. Ex^a no citado ofício que, para satisfação dessa necessidade do serviço público e salvaguarda, ao mesmo tempo, dos elevados interesses da religião católica, assume o Estado o compromisso de fazer oportunamente construir, em lugar apropriado, novos templos que substituam os que têm de ser demolidos e para isto solicita V. Ex^a que eu, anuindo à realização da medida, dê as

providências exigidas pelo culto em casos tais. Para não ficar por mais tempo retardada a resposta ao mesmo ofício, comunico a V. Ex^a que a Autoridade Diocesana recorreu para este efeito à Ex^{ma} Internunciatura Apostólica, a fim de impetrar as faculdades que não cabem em sua alçada episcopal. Esta solução ainda não chegou, mas logo que a Ex^{ma} Internunciatura Apostólica me comunicar, transmitirei a V. Ex^a o que houver sido resolvido. Não ignora V. Ex^a o tremendo compromisso, que assume o bispo, por solene juramento, em sua sagração, de defender e manter os direitos da Igreja; por isso, não obstante a grande confiança que tenho nos intuitos da honrada Presidência do Estado, não estranhará V. Ex^a que eu solicite se digne de providenciar a fim de ficarem inabalavelmente garantidos todos os sacrossantos direitos da mesma Igreja em caso desta ordem. Efetivamente, não bastará que o Estado se comprometa a construir novos templos, se não também um cemitério, que substitua o cemitério paroquial de Belo Horizonte, cujo uso foi proibido pela Comissão Construtora. Além disso, não se podendo entender que seja pensamento do Estado deixar aquela numerosa população sem os recursos da religião, sendo como é tão extensa a área da projetada cidade, bem se poderia empreender as obras por outros pontos, deixando-se para mais tarde possível a demolição dos templos. E quando de todo não se possa prescindir dessa dolorosa medida, torna-se indispensável que, antes da demolição da Matriz, esteja preparado, pelo menos, o templo provisório que se preste com a devida decência aos atos do culto dos católicos. Por outra parte, sendo certo que boa porção da área da nova cidade é patrimônio da Matriz* e da Capela de Nossa Senhora do Rosário, assim como das capelas extintas de Santana e S. João Batista,** compreende V. Ex^a que a Autoridade Diocesana não pode fugir ao dever de pugnar pela defesa de tais direitos, que, aliás, estou certo, só acharão garantia e apoio nos Primeiros Magistrados do católico povo mineiro. Deus guarde a V. Ex^a - Il^{mo} e Ex^{mo} Sr. conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena. M.D. presidente do Estado de Minas Gerais. *Antônio, bispo de Mariana*".⁹⁰

A 15 de dezembro de 1894, o Presidente Bias Fortes, empossado a 7 de setembro, insistiu junto ao Bispado sobre as providências solicitadas pelo seu antecessor, no seguinte ofício:

"Palácio Presidencial do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 15 de dezembro de 1894. Ex^{mo} e Rv^{mo} Sr. Bispo da Diocese de Mariana. Em ofício de 8 de agosto do corrente, pediu o meu ilustre antecessor o assentimento de V. Ex^a para que pudesse realizar-se a demolição dos templos existentes na paróquia de Belo Horizonte, os quais seriam substituídos por outros novos, como exige o plano regular da nova cidade, que ali tem de ser construída para sede do Governo do Estado. Dignou-se V. Ex^a Rev^{ma} responder que, para a anuência solicitava, aguardava lhe fossem concedidas as faculdades precisas pela Ex^{ma} Internunciatura Apostólica. Estando agora acabados os projetos dos novos templos, precisando o Governo de

* O então vigário da freguesia, padre Francisco Martins Dias, em seus *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*, (p. 42), entra em dúvida se a Matriz tinha ou não patrimônio em terras do arraial.

** Desconhecemos a existência dessa capela de São João Batista, sendo esta a primeira vez que encontramos referência à existência dela. A de Santana já não existia.

providenciar para a demolição dos atuais, venho de novo solicitar o definitivo assentimento de V. Ex^a Rev^{ma} a essa medida, necessária à edificação da nova capital. Os templos projetados corresponderão à majestade do culto católico e a demolição dos existentes se fará à medida da construção dos novos, de modo a não serem os fiéis privados dos atos religiosos. Envio a V. Ex^{ma} Rev^{ma} os protestos de minha respeitosa estima e consideração. Saúde e fraternidade. *Crispim Jacques Bias Fortes*".⁹¹

A resposta do Sr. bispo não se fez esperar. Veio no dia imediato, nestes termos:

"Palácio Episcopal de Mariana, em 16 de dezembro de 1894. Il^{mo} Ex^{mo} Sr. Tive a honra de receber o Ofício n. 371, de 15 do corrente mês, pelo qual V. Ex^a solicita a resposta definitiva, que, em data de 18 de agosto do corrente ano comprometi-me a dar ao ofício do ilustre antecessor de V. Ex^a, datado de 18 do mesmo mês de agosto sobre a demolição da Igreja Matriz e da Capela de Nossa Senhora do Rosário de Belo Horizonte, depois de haver obtido do Sr. Internúncio Apostólico as faculdades que a autoridade diocesana impetrara. Nesse mesmo ofício deixei entrever as dificuldades que se ofereciam ao caso vertente e ponderei que, havendo contraído o solene compromisso de defender e manter os direitos da Igreja, não podia deixar de insistir por eles em assunto desta natureza. Agora, porém, em vista da resposta do Ex^{mo} Sr. Internúncio Apostólico, cumpre-me declarar a V. Ex^a em solução ao citado ofício da honrada Presidência, de 8 de agosto, que nenhuma dúvida ponho em anuir à referida demolição da Igreja Matriz e da Capela de Nossa Senhora do Rosário de Belo Horizonte, depois que estiverem prontos os templos que em lugar apropriado o Estado assumiu o compromisso de construir. Transcrevo aqui, textualmente, a resposta do Ex^{mo} Rev^{mo} Sr. Internúncio Apostólico: *"Ante omnia novam ecclesiam construunt, et absolvant; deinde ratio habebitur de demolitione veteres Demolito facillime fit et brevi tempore aedificatio nom item; et fideles iterea carereant ecclesia fortasse ad longum tempus"*. Com efeito, está a Ex^a Presidência de acordo, e dos termos dos próprios ofícios de 8 de agosto e 15 de dezembro corrente isto se deduz, que os elevados interesses espirituais de tão avultado número de católicos residentes em Belo Horizonte devem ser salvaguardados. Ora, é claro que isto não aconteceria se ficassem os mesmos fiéis privados de igrejas por todo o tempo, e não pequeno, que durasse a construção dos novos templos. O expediente único, portanto, que concilia as necessidades da obra projetada pelo Estado com os direitos da Igreja e com os interesses religiosos da população católica é adiar-se a demolição proposta, até que a construção prometida dos novos templos esteja concluída. Isto, tenho a consoladora e firme esperança de que V. Ex^a fará, porquanto, além de corresponder aos seus intentos já manifestados, é de mais a mais medida exequível e que não prejudica os planos da cidade que se pretende edificar. Efetivamente como observei em meu ofício anterior, a área de Belo Horizonte e de certo os trabalhos de aterro e nivelamento só gradualmente se hão de executar; começando, pois, a obra por outros pontos, dar-se-á o tempo necessário para erigir as novas igrejas. Permitti-me-á V. Ex^a que insista de novo na necessidade de salvaguardar os patrimônios da Matriz e da Capela de Belo Horizonte, e os direitos do cemitério paroquial, como ponderei no

meu primeiro ofício. É também possível que nos oratórios e passos, cuja demolição parece exigida pelo aformoseamento da nova capital, estejam implicados juntamente com o culto direitos de particulares. O dever pastoral obriga-me a trazê-los à lembrança e consideração de V. Ex^a, pedindo as necessárias providências para que sejam respeitados tanto os da Igreja, como os que, com os dela, estiverem ligados. Tal é, Ex^{mo} Sr., a solução que me cabe dar ao pedido de V. Ex^a que, estou certo, atenderá a estas razoáveis ponderações, assim como a todos os mais direitos da Igreja, a que aludi em meu ofício anterior, de 18 de agosto. Alenta-me a firme crença de que a honrada Presidência de Minas Gerais nem faltará à justiça para com a mesma Igreja, nem a solicitude que merecem os interesses do católico povo mineiro. Deus guarde a V. Ex^a - Il^{mo} Ex^{mo} Sr. Dr. *Crispim Jacques Bias Fortes*, M. D. Presidente do Estado de Minas Gerais - *Antônio, bispo de Mariana*".

Como se vê, naqueles dias, era pensamento do Governo a demolição da tradicional Matriz da Boa Viagem, apesar do seu alto valor histórico; mas este pensava assim porque, não delineada ainda a planta da capital, acreditava que a permanência daquele templo ali perturbaria o traçado da nova cidade. Certo é, porém, que a importância tradicional daquele templo se impunha tão eloqüentemente que a Comissão Construtora, de acordo com o Governo, julgou de melhor aviso conciliar o traçado da capital com a conservação da Matriz, providenciando para que o local em que ela se achava se convertesse em uma praça, como ao tempo do arraial. E foi o que se fez, com aplausos unânimes dos habitantes de Belo Horizonte. Desde então, nem o Governo, nem a Comissão, pensou mais em demoli-la. Ao contrário disso, tudo se fez, dali por diante, para conservá-la, como ainda demonstraremos documentadamente no momento oportuno.

NOTAS

89 OFÍCIO do Secretário do Interior. *O Contemporâneo*. Sabará, p. 1, 11 jul., 1894.

90 BENEVIDES, Antônio Maria Correia de Sá e (dom.). Ofício. *O Contemporâneo*. Sabará, p. 2, 23 set., 1894.

91 FORTES, Crispim Jacques Bias. Ofício. *O Contemporâneo*. Sabará, p. 2, 23 dez., 1894.

A VISITA DO PRESIDENTE AFONSO PENA,
DO PRESIDENTE ELEITO BIAS FORTES E DO SECRETÁRIO DA
AGRICULTURA, DAVI CAMPISTA, A BELO HORIZONTE -
UMA DATA MEMORÁVEL



stava para terminar o período administrativo do conselheiro Afonso Pena. Deveria assumir as rédeas do Governo de Minas a 7 de setembro próximo o presidente eleito Bias Fortes. Como era natural, os dois eminentes estadistas quiseram conhecer pessoalmente a localidade em que se trabalhava na construção da nova capital e verificar de perto o desenvolvimento que iam tendo os trabalhos da Comissão Construtora. Deliberados, pois, a empreender aquela visita, a 18 de agosto de 1894, em companhia do Dr. Davi Campista, então secretário da Agricultura, e obras públicas, partiram de Ouro Preto e chegaram a Sabará.

“Recebidos festivamente pelo povo sabarense” - conta-nos *A Folha*, de Barbacena -, “depois de lauto almoço que lhes foi oferecido pelo Sr. coronel Daniel da Rocha, dirigiram-se para Belo Horizonte, em companhia do Sr. Dr. Aarão Reis, que os viera receber naquela cidade.

A viagem foi feita em trem de lastro até a foz do ribeirão dos Arrudas no rio das Velhas, junto ao local em que iria ser levantada a estação do entroncamento do ramal, na Central do Brasil. Aí encontraram os animais que os deveriam transportar até Belo Horizonte, onde chegaram à noite, sem que um só foguete denunciasse o mais simples festejo oficial adrede preparado.

Hospedados com extrema simplicidade pelo engenheiro-chefe da Comissão em sua modesta vivenda, sentiram-se desde logo os ilustres visitantes agradavelmente impressionados pela amenidade do clima e pelo escrupuloso cuidado com que se evitara distrair-lhes a atenção com festejos e arruídos de encenação descabida.

Ao clarear do dia seguinte (19), estavam já de pé os viajantes e, tomada ligeira refeição, encetaram a sua excursão matinal, examinando a localidade em que se achava a vivenda do Dr. Aarão Reis, e que, pela sua situação, sua topografia, abundância de fontes de água cristalina, confluência do córrego Acaba-Mundo com o ribeirão do Arrudas, esplêndida configuração e fertilidade do solo, estava já indicada para constituir o grande e magnífico parque da futura capital.

Aí montando animais, foram visitar a base da triangulação, onde tiveram ocasião de

encontrar os engenheiros no delicado e especialíssimo serviço da medição, que estava sendo feito com o rigor indispensável ao fim a que se destinava. Viram, depois, a esplêndida situação em que iria ficar a estação central do ramal férreo, ocupando o fundo de uma bela praça de 200 por 100 m, que seria cortada longitudinalmente pelo ribeirão do Arrudas, convenientemente canalizado e transposto, bem em frente à estação, por elegante pontilhão já projetado, sendo as ribanceiras taludadas e gramadas. Uma alameda dupla, de 20 m de largura de cada lado, acompanharia o ribeirão em todo o seu percurso dentro da futura cidade, desde o parque até o arrabalde do Pinto. A enorme esplanada da Lagoinha, que ficava em frente à estação, seria naturalmente o futuro bairro comercial, para cujo arruamento já estava em estudo um anteprojeto bem combinado. Da praça da estação partiria, perpendicularmente a esse importante edifício, a Avenida do Comércio, de 50 m de largura, com passeios de 4 m junto aos prédios, via dupla para carros e *tramways*, dois renques de árvores frondosas com passeios, e, no centro, estrada areiada, de 8 m de largura, para cavaleiros. Esta avenida iria terminar numa praça junto ao ribeirão, onde ficaria reservado espaço para o futuro teatro,* e daí, cruzando com ela quase em ângulo reto, partiria a grande avenida, que, atravessando quase toda a capital, iria terminar, com percurso de quase três quilômetros, no alto do Cruzeiro, onde seria edificada a Igreja** que teria de substituir a velha matriz do arraial e cujo projeto, que estava já sendo orçado, era um mimo de gosto artístico que honraria o eminente arquiteto nacional Dr. José de Magalhães. Desse ponto que os encantou dirigiram-se os ilustres visitantes para o Cemitério Provisório, com seu modesto mais respeitoso necrotério, e louvaram o asseio, a ordem e o método com que estava sendo feito aquele penoso serviço. Percorreram, em seguida, todo o Alto da Boa Vista, apreciando o panorama que dali se descortinava, e o efeito que deveriam fazer os edifícios que, nessa parte da cidade, seriam levantados. Desceram pela Rua do Capão, onde havia esplêndida facha de ótimos terrenos para edificações particulares, nas fraldas do morro do Cruzeiro, e estendendo-se pelas ruas de Sabará e Congonhas; e, dando volta pelo Largo da Matriz, regressaram à casa para deixar os animais e prepararem-se para ir à missa.

Como eram, porém 8:30h. da manhã e a missa estava marcada para as 10:30h., tiveram tempo de, antes dela, visitar minuciosamente o escritório central da Comissão, na Rua General Deodoro. Foi tal a ordem, o método e o escrupuloso cuidado em que encontraram todos os serviços, desde a Secretaria até o Almoxarifado, que os ilustres visitantes não puderam conter a manifestação de sua surpresa, diante da completa organização de tão variados serviços, em menos de seis meses, e em localidade onde tudo faltava, e foi mister trazer do Rio até cadeiras e mesas, e fazer no prédio as acomodações necessárias. Na Secretaria, a cargo do Dr. Fábio Nunes Leal, encontraram o arquivo na melhor ordem, os livros de contratos e responsabilidades escriturados com asseio e cuidado, as ordens de serviço colecionadas, a biblioteca organizada, tudo enfim em ordem e de modo a estar a repartição habilitada a dar de pronto

* Em vez do teatro fez-se ali o primitivo mercado.

** A catedral não se fez ali, mas no próprio local em que existia a Matriz da Boa Viagem.



Grupo tirado por ocasião da visita que fizeram aos trabalhos da Comissão Construtora o conselheiro Afonso Pena, presidente do Estado, Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, presidente eleito, e Dr. Davi Campista, secretário da Agricultura e Obras Públicas (os três que estão sentados). De pé, a partir da esquerda vêem-se: o Dr. Adalberto Ferraz, o Dr. Aarão Reis, o Dr. Fábio Nunes Leal, o farmacêutico Teodoro Lopes de Abreu, o capitão Antônio Lopes de Oliveira, o Dr. Hermilo Alves, o coronel Francisco Lobo, os Srs. Paulino José de Sousa, João B. Gomes e outros altos funcionários da mesma Comissão.

qualquer informação exigida. No tombamento (3ª seção da Contabilidade), encontraram plantas de todos os imóveis desapropriados e a desapropriar, em folhas separadas, extraídas, em maior escala, das dos polígonos da planta topográfica e, bem assim, todos os documentos relativos a cada desapropriação, coligidos, numerados e classificados na melhor ordem e com todo o método, sob a direção do Sr. Francisco Lobo. Na Tesouraria, a cargo do Sr. Leopoldo Gomes, verificaram o modo prático por que eram feitos os pagamentos, só depois da conferência dos documentos, feita pela seção da Contabilidade, e do *pague-se* do engenheiro-chefe, sendo os recibos passados em duplicata, das quais era uma logo remetida para aquela seção. Subindo, em seguida, à 1ª seção da Contabilidade, a cargo do guarda-livros Sr. Benjamin Quadros, examinaram a escrituração geral de todas as despesas e da receita da Comissão, perfeitamente especializadas, e foram surpreendidos com a apresentação de um mapa minucioso, indicando, por parcelas especializadas com clareza, todas as despesas efetuadas até a véspera (18 de agosto) e todas as verbas de receita arrecadada, tais como: impostos, multas, eventuais, etc. No Almoxarifado, a cargo dos Srs. capitão Aníbal Santos e Carlos Maciel, verificaram igualmente o cuidado, asseio e exatidão da respectiva escrituração e apreciaram o processo adotado para o fornecimento às diversas divisões e os suprimentos do mercado. Concluíram, finalmente, a sua visita pela 3ª Divisão (Escritório Técnico), instalado em vasto barracão de madeira, onde tiveram ocasião de ver e apreciar os projetos em andamento, os cálculos das cadernetas de campo e orçamentos; os desenhos dos cinco polígonos topográficos já fechados, etc.; e viram os três quadros a óleo pintados pelo Sr. Rouéde (*esses quadros magníficos se encontram na Secretaria da Prefeitura, agora, em 1940*) e que representavam pontos de vista do arraial. Antes de se retirarem, manifestaram a todo o pessoal a satisfação que lhes causara a boa ordem, o método e a atividade de todos os trabalhos e permitiram SS. Ex^{as} que, no gabinete fotográfico da Comissão ficasse um grupo formado por eles, pelo engenheiro-chefe e alguns dos seus ilustres colaboradores, que se achavam na ocasião ali.

Do escritório dirigiram-se para a velha matriz, onde ouviram a missa conventual. Depois; percorreram o templo, examinando as antiquadas mas belas pinturas do teto e da capela-mor.

Em seguida, regressaram a pé para a residência do Dr. Aarão Reis, que reuniu à sua mesa de almoço todos os seus chefes de serviços e de seção para apresentá-los aos ilustres visitantes; e também, representando a população local, o digno sacerdote que exercia a vigararia de Belo Horizonte.

Ao *champagne*, levantou-se o Dr. Aarão Reis para brindar o povo mineiro, cujo sentimento ninguém melhor representava, na atualidade, que os Ex^{mos} Drs. Afonso Pena e Bias Fortes. Aproveitando o ensejo, explicou, em traços largos mas completos, qual a missão de que se achava incumbido, e que não podia, nem poderia ser, como muitos julgavam, o de fazer um lance de teatro, dotando o Estado de Minas, em quatro anos, de uma capital já com 30 mil almas, todas as ruas calçadas, a arborização frondosa, os parques copados, os *tramways* e as ricas carruagens circulando por todos os lados, a água e a iluminação distribuídas por todos os

cantos, etc., um verdadeiro conto de fadas, em suma. Dessa falta de compreensão de muitos é que tinha resultado - disse S.S. - aquele receio que se traduzia pela pergunta incessante que surgia de todos os lados: Quanto vai gastar o Estado com a sua nova capital? - pergunta que só o futuro poderia responder, porque a ninguém era dado prever as proporções a que atingiria a cidade em construção. Se, porém - declarou S.S. -, se der à pergunta seus termos restritos: quanto vai gastar a Comissão para desempenhar-se de sua tarefa, que se cifra apenas em preparar os lineamentos gerais, da nova capital e pô-la em condições de poder ser aí instalado o Governo do Estado? - então poderia assegurar, sob sua responsabilidade técnica e administrativa, que não havia motivos para que aquele dispêndio inicial se elevasse a cifra superior a 20 mil contos, podendo até ficar aquém, se o desenvolvimento das edificações não fosse muito rápido desde o princípio. Abundando nessas considerações, explicou os motivos por que tem exigido que os serviços geodésicos e topográficos se executem com minuciosidade e exatidão, que alguns julgam exageradas, sem refletir que a planta da nova cidade, levantada sobre os dados fornecidos por aqueles trabalhos, terá de ser locada em terreno, onde não poderão *crescer* nem *minguar* os lotes em que for dividida a área da cidade. Seu discurso foi uma verdadeira preleção da máxima utilidade; o engenheiro cedeu lugar ao antigo professor e, se aquele mostrou que via perfeitamente claro o que tinha de fazer e pisava com firmeza o terreno que tinha de trilhar, este deu aos seus auxiliares, que o rodeavam atentos, uma excelente lição das mais proveitosas, esclarecendo-os e guiando-os no desempenho da tarefa comum.

Ao ilustre engenheiro-chefe sucedeu, com a palavra, o Conselheiro Afonso Pena, declarando que tudo quanto vira e examinara, e que o satisfizera por completo, não o surpreendera; pois, de há muito conhecia e apreciava o profissional a cuja competência técnica e administrativa havia confiado a execução do grandioso empreendimento. Sua maior satisfação, naquele momento, provinha apenas de ter o seu ilustre sucessor podido verificar, por si mesmo, o acerto de sua escolha e o modo brilhante por que o Dr. Aarão Reis estava honrando a confiança que nele depositara. Quando tudo quanto tinham acabado de apreciar - de ordem, de método, de disciplina, de regularidade, de atividade e de dedicação - não bastasse para a excelência da escolha que fizera do engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, bastaria para atestá-la a presente reunião em que se encontravam agremiados, sob as ordens de seu ilustre chefe, tantos engenheiros dos mais distintos e dos mais proveitosos e de reputação mais firmada por anteriores trabalhos. Plenamente satisfeito pelos trabalhos que acabava de visitar, brindou S. Ex.^a a Comissão na pessoa de seu ilustre chefe e brindou ao presidente eleito do Estado, Sr. Dr. Bias Fortes.

Agradecendo o brinde que lhe fora feito, o Dr. Bias Fortes deu parabéns à sua fortuna por ter vindo a Belo Horizonte, pois, plenamente satisfeito com tudo quanto examinara, sentia-se agora forte para prosseguir com empenho na realização daquele grande empreendimento. Havia sido guarda vigilante do Tesouro do Estado enquanto seus recursos, atrofiados pela centralização monárquica, lhe não permitiam afoitezas e audácias; agora, porém, que a federação estava produzindo os seus esplêndidos efeitos, levando Minas à bela situação financeira

que ostentava, e lançando-se na carreira do desenvolvimento progressivo, entendia que era tempo de impulsionar com coragem todas as forças vivas do Estado e dotá-lo de quantos elementos pudessem influir para o seu progresso e sua prosperidade. Minas - disse - precisava ter uma capital onde pudesse receber seus hóspedes condignamente à justa fama de suas riquezas e de sua grandeza. Demais, a mudança da capital para Belo Horizonte era uma lei do Estado, discutida amplamente, votada conscientemente e promulgada solenemente; cumpria, pois, dar-lhe a pronta execução, que seu próprio texto exigia, sem desfalecimentos descabidos, nem tergiversações indecorosas. Felizmente, via que a Comissão estava organizada e dirigida de modo a inspirar ao Governo e ao Estado de Minas absoluta confiança, não só no dispêndio escrupuloso dos dinheiros públicos, como no êxito do grande empreendimento. Saudando, por isso, a ilustre Comissão, brindava à prosperidade de Minas e à realização de sua nova capital.

O Presidente Afonso Pena brindou, em seguida, o Rev^{mo} Vigário Francisco Martins Dias, como representante legítimo desse belo sentimento religioso que tem feito a força e a grandeza do Estado de Minas.

Respondendo, o Rev^{mo} Vigário brindou o Dr. Aarão Reis, chefe da Comissão, a cujo tino, critério e fina educação devia a localidade o modo por que se ia encaminhando, sem atritos perigosos, a delicada questão das desapropriações.

Agradecendo, o Dr. Aarão Reis brindou ao seu ilustre amigo, Dr. Davi Campista, a cuja honrosa confiança devia, em grande parte, o que tinha podido fazer na Comissão, nos poucos meses que dirigia, em meio das mais sérias dificuldades de organização, e cujo cavalheirismo se confessava devedor de finezas pessoais que penhoravam a sua mais sincera estima e mais elevada consideração.

O Dr. Afonso Pena fechou a série de brindes, propondo - em frases repassadas de respeitadas referências ao benemérito senador Francisco José Furtado, cujo nome ecoou sempre em Minas, como sinal de honestidade, de talento e de patriotismo acendrado - o brinde de honra à Ex^{ma} Senhora do Dr. Aarão Reis, filha daquele grande estadista, que tão relevantes serviços havia prestado à integridade da Pátria Brasileira e à expansão das idéias liberais.

Findo o almoço, tomaram SS. Ex^{as} os animais e, acompanhados pelos Drs. Aarão Reis, Hermilo Alves, Adolfo Pereira, Rev^{mo} Vigário Dias, Leopoldo Gomes, Cândido Lúcio, Joaquim Luz e outros cavalheiros, regressaram ao ponto de entroncamento do ramal, na foz do ribeirão do Arrudas, de onde seguiram em trem, para Ouro Preto o Conselheiro Afonso Pena e o Dr. Davi Campista e para Barbacena o Dr. Bias Fortes.

Aquela visita - cujos salutareos efeitos para o regular prosseguimento do grandioso empreendimento eram óbvios -, salientava *A Folha*, importava uma verdadeira consagração da nova capital mineira, e sua data (19 de agosto de 1894) podia ser considerada como a da fundação oficial da futura cidade de Minas, que, colocada no cruzamento das duas mais importantes estradas de ferro do Brasil - a Central e a Espírito Santo-Minas -, seria, dentro de poucos anos, o maior centro de atividade, de riqueza e de conforto do grande planalto brasileiro, de cerca de mil metros de altitude, dominava toda a América do Sul.

PREMIANDO O MÉRITO -
 FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA DE BELO HORIZONTE
 E DO MUSEU PAULA OLIVEIRA -
 A REVISTA GERAL DOS TRABALHOS DA COMISSÃO CONSTRUTORA



ão grata fora a impressão recebida pelos ilustres visitantes relativamente aos trabalhos da Comissão Construtora e particularmente aos da 4ª e 6ª Divisões, que o engenheiro-chefe, no dia 21 de agosto, pelos Offícios n. 421 e 422, premiava o mérito de alguns funcionários, promovendo-os assim:

“Desejando dar público testemunho da satisfação que me causaram a ordem, o método e a regularidade em que foram encontrados os serviços da Divisão a vosso cargo, por ocasião da visita com que foi esta Comissão honrada pelos Ex^{mos}. Srs. Presidente efetivo do Estado, Presidente eleito para o novo período constitucional e Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, deliberei promover a engenheiro de 3ª classe os condutores de 1ª classe: Drs. Joaquim Lustosa e Joaquim de Assis Ribeiro e Jacinto Vieira; a condutor de 1ª classe o de 2ª, Henrique Burnier e a condutores de 2ª classe os auxiliares técnicos Antônio José Gonçalves, Luís Barbosa de Resende, Anísio Palhano de Jesus e Mário Broglia.”

Aquela visita fora um grande incentivo para quantos trabalhavam em Belo Horizonte, ao mesmo passo que vinha reanimar a confiança nos espíritos indecisos e timoratos, que olhavam as obras da futura capital com pessimismo e descrença. Conseqüentemente, uma atividade nova repontou logo ali, estimulando novas iniciativas. Dentre estas, destacou-se a fundação da nossa biblioteca⁹² e respectivo museu.

Assim foi que, a 27 de agosto, alguns membros da Comissão, em uma reunião bastante concorrida, assentaram fundar aquela instituição e dirigiram ao Dr. Aarão Reis o seguinte ofício, convidando-o para presidente honorário:

“A honrosa missão de que fostes incumbido pelo Governo de Minas Gerais, de construir a nova capital e que vai sendo por vós desempenhada com tamanha proficiência e acerto, para que se complete, com toda a louçania e brilhantismo de que é digna, necessário é, parece-nos, ao lado dos edifícios que se levantam, dos templos que se projetam, das avenidas que se rasgam, dos parques que se povoam de frondosas árvores, se vão, ao mesmo tempo, na

modéstia dos esforços individuais e particulares, criando os núcleos das instituições científicas e literárias, que lhes serão as glórias do futuro e o maior estímulo para o seu povoamento no presente. Neste elevado pensamento, temos proposto aos companheiros de trabalho a coligação de todos nós no honroso propósito de fundar aqui uma modesta biblioteca, início e pródromo da futura e rica biblioteca da capital deste grande Estado, concorrendo cada um com o número de volumes que possa dispensar de suas estantes, e, ao mesmo tempo, com pequena mensalidade para a aquisição de outras e de jornais científicos, sendo complemento da projetada criação um museu, para o qual generosamente ofertou o nosso distintíssimo companheiro de trabalho, o Sr. Francisco de Paula Oliveira, festejado mineralogista mineiro, uma rica coleção de minerais, de valor superior a 4:000\$000, aumentada já por outras ofertas de outros membros da Comissão. Na América do Norte, como sabeis, as maiores instituições congêneres a que ora empreendemos tiveram idêntica origem e, hoje, assombram o mundo inteiro, com a sua grande e pujante riqueza. É o primeiro cuidado daquele grande povo, ao fundar suas cidades, levantar, junto aos templos, as escolas, as bibliotecas e os museus, oferecendo, desde logo, aos seus habitantes, conforto ao corpo, luz ao entendimento, tranqüilidade à alma. Nós, que hoje procuramos imitá-lo tanto, não o devemos tomar de exemplo só para os fatos da política; antes é de preferência sirva-nos ele no vasto campo da indústria e do progresso de seguro guia, que de fato é. Não desejamos nós os construtores da capital entregá-la ao Governo de Minas, sem deixar uma lembrança direta e espontânea de nossa passagem por este grandioso Estado. Para podermos, porém, realizar tão alevantado intento, criando a nossa biblioteca, carecemos não só da animação oficial do chefe da Comissão, como o auxílio direto e da boa vontade do companheiro de trabalho, que com tanta distinção a dirige. Vimos, portanto, em nome dos membros da Comissão, convidar a V.S^a. para fazer parte da nossa modesta associação, aceitando a presidência honorária dela. Para podermos instalar a biblioteca e o museu, carecemos de uma casa adequada e, pertencendo, hoje, quase todas deste arraial ao Governo, só poderemos obter uma por vosso intermédio, e, bem assim, cópias autênticas de alguns trabalhos dessa Comissão, dignos de memória para o nosso arquivo. Se formos felizes nestas pretensões modestíssimas e justas, acrescentará V.S^a. mais um florão às glórias de homem de ciência e penhorará em extremo aos vossos companheiros de Comissão, que este assinam. Belo Horizonte, 27 de agosto de 1894. P.P.A.P. *Samuel Gomes Pereira. José Magalhães. Fábio Nunes Leal*”

O Dr. Aarão Reis aceitou o convite e cedeu imediatamente uma casa velha existente no Largo da Matriz, à esquerda da igreja, junto a umas casuarinas que ainda hoje existem nas proximidades da Catedral, onde se instalou, pouco depois, a biblioteca, que aí funcionou até depois de mudada a capital.

O museu criado anexo à Biblioteca denominava-se *Paula Oliveira*, e sobre a origem dessa denominação esclarece-nos a seguinte correspondência:

“Ilmo Sr. A associação que instituímos neste arraial para a criação de uma biblioteca e de um museu, que sirvam de presente como lugar de estudo aos membros da Comissão



Prédio situado no Largo da Matriz da Boa Viagem em que se fundou e funcionou a Biblioteca, até depois de inaugurada a cidade.

Construtora da Nova Capital e de início às grandes instituições que, de futuro, se ostentarão na Cidade de Minas, convidou o Sr. Dr. Aarão Reis, engenheiro-chefe da mesma Comissão, para seu presidente honorário; e, fazendo justiça aos vossos superiores merecimentos científicos, vos convida a aceitar o cargo de vice-presidente honorário e, ao mesmo tempo, pede licença para dar ao seu rico museu de minerais o nome *Paula Oliveira*, como uma grata recordação da oferta por vós feita a esta associação da rica coleção de minerais com que a brindastes. Contando com a vossa aquiescência e com futuros e novos esforços em prol da nascente associação, reitera os protestos de sua alta estima e consideração. Saúde e fraternidade. Ilmo Sr. Dr. *Francisco de Paula Oliveira* (aa.). *Samuel Pereira, José de Magalhães, Fábio Nunes Leal.*"

Em officio de 30 de agosto, o Dr. Oliveira aceitou e agradeceu o convite.

Instalada a biblioteca, com a denominação de "Sociedade Literária de Belo Horizonte", era aquele o ponto favorito de reuniões dos funcionários da Comissão Construtora e demais pessoas cultas do arraial. Era ali que eles descansavam o espírito em leituras de livros, revistas e jornais. Era ali, em sala apropriada, que comentavam os acontecimentos de cada dia e as novidades que iam pelo mundo. E era ali que nasciam as iniciativas daqueles dias e daquela gente.

Uma dessas iniciativas foi a que teve o Dr. Aarão Reis relativamente à publicação da *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*,⁹³ destinada a guardar toda a documentação histórica da fundação da cidade, idéia essa que, submetida ao julgamento do Governo do Estado, foi aprovada pelo Aviso n. 264, de 3 de setembro,⁹⁴ tendo sido publicados apenas dois fascículos. Era pensamento do engenheiro-chefe manter essa revista, na qual fosse registrando todos os fatos interessantes da história da nova capital, o que deveria ser continuado pelas administrações da futura municipalidade. Mas, infelizmente, depois de extinta a Comissão Construtora e criada a Prefeitura da Capital, nunca mais se pensou em tão útil publicação, que hoje seria uma fonte preciosa de informações e documentos para o historiador de Belo Horizonte!

Esse primeiro fascículo da *Revista*, publicado em abril de 1895, continha a seguinte matéria: Retrato do Conselheiro Afonso Pena; explicação sobre a publicação da *Revista*, pelo Dr. Aarão Reis; histórico da fundação da nova capital, pelo Dr. Adalberto Ferraz; fotografia do Largo da Matriz; descrição do arraial, pelo Dr. Fábio Nunes Leal; panorama fotográfico do arraial; Belo Horizonte sob o ponto de vista higiênico, pelo Dr. Cícero Ferreira; retrato do Dr. Bias Fortes; atos legislativos; atos executivos; estudo e preparo do solo; geodésia e topografia; planta cadastral do arraial; abastecimento de água e esgotos; ramal férreo - linha estudada, estudos definitivos, perfil longitudinal, planta do entroncamento; desenho da ponte Davi Campista; descrição desta pelo Dr. Hermilo Alves; estação de General Carneiro, desenho; descrição desta pelo Dr. Hermilo Alves; plano geral; receita e despesa 1894; relação das propriedades adquiridas pelo Estado; mapa gráfico das observações meteorológicas; a nova capital - transcrição da *A Gazeta de Notícias*; termo de instalação da Comissão Construtora; pessoal técnico da Comissão Construtora.

Impressa na casa H. Lombaerts & C., Rua dos Ourives, 7, Rio, nela escreveu o Dr. Adalberto Ferraz, prefaciando-a:

“Será a história, por assim dizer, escrita dia a dia, da fundação da capital de um dos mais importantes Estados da União Brasileira, história que, sem dúvida, continuará a ser feita pela administração municipal da nova cidade, de modo a termos sempre, metodicamente organizados, os dados estatísticos referentes à sua vida em todas as suas manifestações.”⁹⁵

Lido esse período, uma observação nos ocorre, naturalmente: é que tendo sido o Dr. Adalberto Ferraz o organizador dos serviços municipais e o primeiro prefeito da nova capital, foi ele também o primeiro a não prosseguir na publicação daquela tão útil revista.

Nesse mesmo primeiro fascículo da *Revista*, o Dr. Aarão Reis apresentando-a, escrevia:

“Intimado pelo meu ilustre amigo, o Sr. Dr. Afonso Pena, a assumir a direção geral - técnica e administrativa - dos trabalhos referentes à edificação da nova capital do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte, nem um só instante me iludi quanto às sérias dificuldades de toda sorte que me seria mister superar para desempenhar-me satisfatoriamente de tão árdua e espinhosa tarefa, nem quanto à tremenda responsabilidade pessoal e profissional que me teria de assoberbar. Vi bem claro desde logo diante de mim; mas, expondo a S. Ex^a, com inteira franqueza, as condições especialíssimas do problema a resolver praticamente, tive a fortuna de encontrar o lúcido espírito de S. Ex^a já preparado, por séria meditação sobre a questão, a encaminhá-la pelo único traço que oferecia seguras probabilidades de bom êxito. A elaboração do regulamento de 14 de fevereiro do corrente ano que constituiu a Comissão Construtora da Nova Capital e estabeleceu-lhe o regime de organização e de ação obedeceu a tais vistas e intuits, dando ao respectivo chefe larga esfera de atribuições, quer quanto ao modo de encaminhar os trabalhos, quer quanto à escolha dos seus colaboradores e auxiliares. E é de justiça que, incidentemente, eu confesse que, até a presente data, tenho encontrado, da parte do Governo do Estado, a mais absoluta decisão de não contrariar nem perturbar os desenvolvimentos que vão tendo, sob minha direção, os trabalhos; de modo que, se não tenho conseguido mais, nem melhor corresponder à expectativa do Estado, cabe-me por inteiro a responsabilidade, e só posso apelar para a malha intrincada de sérias dificuldades que me envolvem, e para a deficiência própria, do que podem dar testemunho seguro todos quantos me cercam, e em meio dos quais trabalho sem reservas, nem subterfúgios, a que não se adaptam o meu espírito e o meu caráter. Tratando-se de obras, serviços e trabalhos os mais variados, pareceu-me indispensável, para dar-lhes, desde princípio, a organização e proficiência, distribuí-los em *divisões de serviço* bem distintas e especializadas, à frente de cada uma das quais ficasse colocado um chefe que, por sua competência, tino administrativo e zelo, pudesse dar-me arras de eficaz colaboração. Obtida essa distribuição - prossegue o Dr. Aarão Reis, depois de enumerar as seis divisões - foi minha preocupação cercar-me de companheiros nos quais pudesse encontrar verdadeiros colaboradores; e, ainda desta vez, graças à despreocupação pessoal com que procuro agir nas emergências difíceis de minha vida profissional, tive a fortuna de poder atrair para junto de mim os meus ilustres colegas, Drs. Hermilo Alves, como primeiro engenheiro, e Samuel Gomes Pereira, Caetano César de Campos e José de Carvalho Almeida, como chefes, respectivamente, das 4^a, 5^a, e 6^a Divisões

de serviço. As seções técnicas se acham atualmente confiadas aos seguintes profissionais: Dr. Adolfo Pereira, a 1ª (cálculos) da 3ª Divisão; Dr. Bernardo de Figueiredo, a 2ª (projetos em geral) da 3ª Divisão; Dr. José de Magalhães, a 3ª (arquitetura) da 3ª Divisão; Dr. Ludgero Dolabela, a 1ª (trabalhos geodésicos) da 4ª Divisão; Dr. Américo de Macedo, a 2ª (trabalhos topográficos) da 4ª Divisão; Dr. Saturnino de Brito, a 1ª: (abastecimento de água) da 5ª Divisão; Dr. Eugênio Raja Gabaglia, a 2ª (esgotos) da 5ª Divisão; Dr. Manuel da Silva Couto, a 1ª (viação férrea) da 6ª Divisão; Dr. Martinho de Moraes, a 2ª (edificações) da 6ª Divisão. E as seções administrativas aos seguintes cavalheiros: Dr. Adalberto Ferraz, consultor jurídico; Dr. Fábio Nunes Leal, secretário; Benjamin Constant Quadros, chefe de Contabilidade; Aníbal Pedro dos Santos, almoxarife; Leopoldo César Gomes Teixeira, tesoureiro; Francisco da Silva Lobo, guarda-livros; José Joaquim Neto Amarante, escrivão do tombamento. É com o eficaz concurso destes colaboradores e de seus excelentes auxiliares - que seria fastidioso enumerar neste lugar - que me vou desempenhando do compromisso assumido para com o eminente estadista, que acaba de organizar, sob os novos moldes do regime republicano federativo, o grande, vasto e riquíssimo Estado de Minas Gerais. E, do modo por que o vamos desempenhando, dará público testemunho, de hora em diante, a *Revista Geral* dos trabalhos desta comissão que, despreziosamente, apresento ao público ilustrado do meu país, certo de que não me faltarão, nem a justiça para os meus leais esforços no fiel cumprimento de árduos deveres, nem a animação e os conselhos dos estudiosos.”⁹⁶

NOTAS

- 92 Biblioteca criada pelos funcionários da Comissão Construtora em 1894, foi por estes administrada até a inauguração da capital, quando foi doada à Prefeitura. Passou, então, a funcionar em sede provisória, à rua Goiás, junto ao local onde ficava o Cine Metrôpole. Posteriormente, instalou-se no andar térreo do antigo Conselho Deliberativo, hoje Museu de Mineralogia, onde permaneceu até 1963, quando foi transferida para uma das salas do edifício do Colégio IMACÓ, no Parque Municipal. À época, tinha aproximadamente 20.000 volumes. Permanece hoje no mencionado colégio (PRIMEIRA biblioteca pública de Belo Horizonte. Boletim da Biblioteca Pública de Minas Gerais. Professor Luis de Bessa. Belo Horizonte, v.1. p. 52-53, jul., 1970).
- 93 MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H. A. Lombaerts, 1895, 2v.
- 94 APM/SA. 365.
- 95 LUZ, Adalberto Dias Ferraz da. História da fundação da nova capital. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos ...* Rio de Janeiro: H. A. Lombaerts, v.1, p. 9-10, 1985.
- 96 REIS, Aarão. Explicação. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Op. cit.*, v.1, p.5-6.

EMPOSSA-SE O PRESIDENTE BIAS FORTES -
NOTÍCIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS
DE GEODÉSIA E TOPOGRAFIA



mpossado a 7 de setembro de 1894 e tendo convidado para seu secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o notável engenheiro, Dr. Francisco Sá, o presidente do Estado, Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, trouxe para a alta administração de Minas o firme propósito de levar ao bom termo desejado a obra insigne que tão brilhantemente fora iniciada pelo seu antecessor. Assim, continuando a orientação do conselheiro Afonso Pena relativamente a Belo Horizonte, prosseguiu firme no empreendimento das obras da nova capital, prestigiando por todos os modos a Comissão Construtora, que, por sua vez, trabalhava denodadamente. Sobre os trabalhos mais importantes realizados por esta Comissão, informava *O Contemporâneo*, de 20 de setembro, em uma transcrição do *Minas Gerais*:

“O adiantamento em que se acham os trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital deixa esperar que antes do fim do corrente ano esteja aprovada definitivamente pelo Governo a planta geral da nova cidade, e encetada a locação das ruas e avenidas e a divisão e demarcação dos lotes, de modo a poderem ser postos à venda. Os trabalhos realizados durante agosto findo pela 2ª seção (topografia) da 4ª Divisão, a cargo do Dr. Américo de Macedo, sob a chefia do Dr. Samuel Pereira, foram realmente notáveis e mereceram os mais justos louvores do engenheiro-chefe, Dr. Aarão Reis. Foram corridos 336 km, 732 m de alinhamentos e 354 km e 268 m de nivelamento, ficando quase concluídos os trabalhos dos triângulos n. 1 a 14, abrangendo, em projeção horizontal, uma área de 1.850 ha aproximadamente. Com a execução desse trabalho, despendeu a seção com o pessoal técnico e jornaleiro, 25:438\$241, correspondendo apenas a 75\$549 por quilômetro de linha corrida e nivelada, média realmente baixa, atenta a natureza pouco favorável do terreno estudado. As médias diárias do serviço foram de 12 km e 471 m para alinhamentos e de 13 km e 121 m para os nivelamentos, sendo para cada uma das 9 turmas de serviço as médias diárias de 1 km e 385 m, para alinhamentos e 1 km 485 m para nivelamentos. Comparado ao serviço executado no mês anterior (julho), o de agosto apresentou as seguintes diferenças para mais: em alinhamentos, 230 km

403 m; em nivelamentos 221 km 546 m. Distribuídos pelas turmas, o serviço mensal foi o seguinte:

Turmas	Alinhamento - Metros correntes	Nivelamento - Metros correntes
1ª turma, do Dr. Dolabella	50.550	30.269
2ª turma, do Dr. Prado Lopes	37.856	48.919
3ª turma, do Dr. Lustosa	38.856	40.388
4ª turma, do Dr. Sicard	55.625	51.140
5ª turma, do Dr. Burlamaqui	32.517	44.490
6ª turma, do Dr. Verschneider	24.150	29.043
7ª turma, do Dr. Sigaud	20.996	21.498
8ª turma, do Dr. Bouthilier	51.430	49.095
9ª turma, do Dr. Austin	24.751	39.426
	336.732	354.268

Na 1ª seção (geodésia) da mesma 4ª Divisão, a cargo do Dr. Raja Gabaglia, prosseguiu-se no serviço da medição da *base* em verificação; e ficaram medidos definitivamente os triângulos n. 1 e 2 da rede geral da triangulação, cujos vértices são determinados pelos extremos da *base* e os dois *sinais do Cunha* e da *Barroca*. Foram mais construídos 5 sinais de madeira em diversos vértices da rede da triangulação. A despesa total de toda a Divisão foi, durante o mês de agosto, de 39:892\$618, sendo 36:588\$838, com pessoal técnico e operário, 3:903\$780 com materiais fornecidos pelo Almoarifado; sendo apenas de 6.71% a verba da administração dos serviços da Divisão, incluída neste total.

Não foram menos importantes os trabalhos executados pela 3ª Divisão (Escritório Técnico). A 1ª seção fez, no mês findo, os orçamentos de uma ponte para a Praça da Estação Central e do edifício para o Grande Hotel de Minas; calculou e organizou as cadernetas de resumo da linha locada do ramal férreo e as do triângulo n. 14, com redução de todo o alinhamento ao horizonte; calculou o polígono cadastral n. 1 e reduziu ao horizonte 52 quilômetros de linhas dos trabalhos da 4ª Divisão. A 2ª seção projetou e fez plantas da linha de calha estudada pela 5ª Divisão, para o aproveitamento do córrego Cercadinho e bem assim da linha de sifão e do alinhamento delas até a Capela do Rosário; organizou a planta geral da disposição dos edifícios da Estação Central; estabeleceu os perfis da praça da Estação e do canal; desenhou o polígono n. 1, e fez redução à escala de 1.400 deste e dos de n. 2, 3 e 4; enviou ao Tombamento 67 plantas de casas e terrenos para despropriações. A 3ª seção (arquitetura) confeccionou os desenhos da fachada principal do corte transversal, e das plantas do hotel, da fachada principal, cortes transversais e plantas da capela; das fachadas principal e lateral, dos cortes transversais e longitudinal das plantas e de diversos trabalhos (altar-mor, flecha do campanário, etc.) da igreja matriz; além de outros vários desenhos.



Dr. Francisco Sá, secretário da Agricultura e Obras Públicas do governo Bias Fortes, no período de construção da cidade.



Dr. Francisco Antônio de Sales, secretário das Finanças do governo Bias Fortes e que referendou o decreto inaugural da cidade.

A 6ª Divisão encetou os seguintes trabalhos: mudança da linha locada, junto à 2ª residência, em ponto onde a mesma estava projetada muito perto do ribeirão dos Arrudas, e outra junto à 3ª residência para diminuir o movimento de terras; instalou as 4 residências do ramal férreo junto à linha locada, preparando-se para fornecer aos empreiteiros as notas indispensáveis ao ataque dos trabalhos contratados; e nas oficinas encetaram-se diversos trabalhos para as demais divisões, tais como planchetas, mesas, armários, empassados, bancos, etc.”

Essa notícia fornece-nos uma idéia, ainda que ligeira, de como se trabalhava em Belo Horizonte, construindo a nova capital. Vejamos agora o que fizeram a 1ª e a 2ª seção da 4ª Divisão, segundo o seu relatório apresentado ao engenheiro-chefe a 6 de outubro de 1894:

“Sobre a região esboçada na Planta n. 2 anexa ao relatório da Comissão de Estudos das localidades indicadas para a nova capital do Estado de Minas Gerais, e sobre a base de uma população de 200.000 habitantes (art. 3º do regulamento que baixou com o Decreto n. 680 de 14 de fevereiro de 1894), tem de ser delineado o projeto geral da futura cidade que, portanto, abrangerá uma área de 2.000 ha, correspondente a 100 m² por habitante, área média mais folgada que as das principais cidades européias higiênicas, e estatuída pelo ilustrado engenheiro Dr. Aarão Reis à página 19 daquele relatório, apresentado a S. Exª o Sr. Dr. Afonso Pena, quando presidente do Estado. Exigindo a execução do projeto geral uma *planta detalhada* e um *plano rigorosamente* cotado, foi, para esse fim, envolvido o perímetro indicado na citada Planta n. 2 em uma *rede de 19 triângulos*; e levantada a planta cadastral da parte edificada do arraial de Belo Horizonte por meio de *quatro polígonos* ligados aos triângulos n. 3, 5, 7 e 8 daquela rede.

I - TRABALHOS GEODÉSICOS

Os *trabalhos geodésicos* ficaram confiados à 1ª seção, sob a chefia do Dr. Eugênio Gabaglia, que já procedeu à medida rigorosa da *base* e tem adiantada a medição dos ângulos dos triângulos.

Medição da base - Para o cálculo da rede da triangulada escolheu-se uma linha de *base com 1 km de extensão aproximadamente*, em terreno de inclinação sensivelmente uniforme e suave (135 km por metro, em média). Para medir esta linha serviu de *basímetro* uma fita de aço dos fabricantes G.W. Eddy & Cia., de Brooklin, pesando 0.011672 g. por metro corrente, tendo de comprimento 29.9962 m na temperatura de 32º centígrados, quando esticada de modo a não fazer catenaria, segundo o documento da aferição que foi feita *pela Comissão da Carta Cadastral do Distrito Federal*, sendo seu *coeficiente de dilatação* igual para 1º centígrado. Nos extremos da *base* construíram-se dois pilares de alvenaria de tijolo de seção quadrada (40 x 40 cm) de 1,20 de altura e capeados por pedras de cantaria com as dimensões 45 x 10 cm, sobre as quais soldaram-se duas aranhas de bronze polido. Nos círculos centrais das duas aranhas traçaram-se a buril finíssimo três diâmetros, ficando assim assinalados e rigorosamente determinados, por um ponto, cada um dos extremos da linha de base.

Procedeu-se depois, para determinar o alinhamento geral, a um estaqueamento de 30 e 30 m, instalando-se, sobre o pilar do extremo de S da *base*, um teodolito bem regrado, como auxílio do qual fincaram-se as *estacas-mesas* destinadas a receber os extremos da fita. Estas estacas foram feitas de madeira de lei, com a seção de 10 x 10 cm; sobre seus topos aparafusaram-se *placas de metal polido* e se lhes adaptava, na ocasião da medição, dois aparelhos especiais: um munido de um parafuso de chamada, para a coincidência do traço 0 da fita; e o outro destinado a receber um peso de 6 kg 9025, para dar-lhe uma tensão igual àquela a que for sujeita quando comparada. Estes aparelhos foram imaginados pelo Dr. Adolfo Radice, engenheiro de 1ª classe da seção, e construídos, sob sua direção, nas oficinas desta Comissão. Entre as *estacas-mesas* foram alinhadas, de 5 em 5 m, outras estacas bem firmes e munidas de cruzetas moveáveis, tendo para apoio da fita um cilindro oco de latão, girando livremente em torno de um eixo horizontal. Por meio destas cruzetas, idealizadas pelo Dr. Augusto de Abreu Lacerda Lustosa, engenheiro-chefe da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de Minas Gerais, se consegue colocar a fita, quando esticada, no plano indicado pelos topos das *estacas-mesas* paralelo ao terreno natural e evitar a catenária que se formaria, em cada trenada, em virtude do próprio peso da fita. Chega-se facilmente a este resultado esticando um cordão entre duas *estacas-mesas* consecutivas e abaixando ou elevando cada uma das cruzetas, até que os cilindros de metal tangenciam o cordão que é, depois, substituído pela fita de aço. Para cada uma trenada coloca-se a fita, munida de três termômetros igualmente espaçados, sobre os cilindros móveis, e, no momento preciso em que um dos engenheiros verificava, por meio de uma lupa, a coincidência do traço 0 da fita com o o pilar, ou *estaca-mesa*, dado pelo ponto inicial, ou pela última trenada, um outro engenheiro marcava, no topo da *estaca-mesa seguinte*, com uma lâmina de aço pontuda, a posição do ponto extremo da fita, e os condutores faziam a leitura simultânea dos três termômetros, destinados a indicar a temperatura média do basímetro na ocasião da operação. Sobre o pilar N da *base* marcou-se, como ficou dito acima, a última divisão exata da fita, e o espaço compreendido entre ela e o ponto extremo da linha de base, marcado no centro da aranha, foi medido por comparação com o metro padrão, ao qual se adaptou uma escala de marfim de 30,4 cm de comprimento, dividida em 760 partes, correspondendo, portanto, cada divisão a 0,4 mm.

Cálculo do comprimento verdadeiro da base - Correção da temperatura

$$C' = C [1 + K (t - t')]$$

C = comprimento da fita

C' = comprimento corrigido da fita

K = coeficiente de dilatação da fita

t = temperatura média da fita

t' = temperatura da fita quando comparada com aferidor

ESTADO DE MINAS GERAES

COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL

BELLO HORIZONTE

Projecto da rede de triangulação
traçada sobre a planta primitiva
da COMISSÃO D'ESTUDO.

Escala - 1:24000



Projeto da rede de triangulação traçada sobre a planta primitiva.

Correção do saco da fita

O saco da fita é considerado um arco de parábola

$$C'' = C \left[1 - \frac{1}{24} \left(\frac{nd}{p} \right)^2 \right]$$

C = comprimento corrigido

n = peso da fita em quilogramas e por metro corrente

d = distância em metros, entre suportes

P = tensão em quilogramas

Correção da inclinação de uma trenada

$$\% = \sqrt{(a+b) a-b),}$$

% = comprimento exato da trenada reduzida ao horizonte

a = comprimento da trenada corrigido da temperatura e do saco

b = diferença do nível dos extremos da fita

Correção da altitude

$$\beta = B - \frac{Bh}{R}$$

β = comprimento da base, reduzido ao nível do mar

B = comprimento verdadeiro da base

h = altitude do meio da base

R = raio médio da terra

TABELAS

Para cálculo do comprimento da base

TABELA A

Número das estacas	Comprimento da trenada	Temperatura média da fita	Correção da temperatura	Comprimento da trenada corrigido da temperatura	Correção da catenaria	Comprimento da trenada

TABELA B

Número das estacas	Comprimento exato da trenada %	Diferença de nível, b	a + b	Long. (a + b)	a - b	Long. (a - b)	Long. %	Comprimento da trenada reduzida ao horizonte %

Depois da medição que foi sempre feita nos dias calmos e nas horas mais frescas do dia (das 5 às 8 horas da manhã), procedeu-se a um nivelamento cuidadoso, das *estacas-mesas*, ligando-o, depois, a um ponto próximo, de altitude já conhecida. Pelo processo acima descrito, e medindo a *base* duas vezes, a segunda no sentido inverso da primeira, obteve-se, para o valor do comprimento total, corrigido da temperatura, único fator variável em uma e outra medição, os seguintes resultados:

1ª medição 1004,669072 m
 2ª medição 1004,666373 m
 Diferença $\Delta = 0,002699$ m

Este *resultado* muito abona em favor do processo aplicado por esta Comissão, que a ele recorreu por ser absolutamente impossível, na ocasião, obter o *basímetro* de *réguas* no Rio de Janeiro, e o curto prazo marcado pelo Congresso do Estado para a construção da nova capital não permitia que se pudesse fazer a aquisição desse aparelho em país estrangeiro, além das dificuldades que haveria para a respectiva remessa e desembarque no porto da Capital Federal, naquela época em poder dos revoltosos. Apesar, porém, dos resultados obtidos, forçoso é confessar que os engenheiros desta Comissão não tinham absoluta confiança nos processos que iam ser aplicados para a medição da *base*; e, para acobertar nossa responsabilidade profissional, estudamos todas as causas de erro, fizemos numerosas experiências, imaginamos e construímos aparelhos especiais e não nos poupamos a esforços de toda a natureza para obter um resultado aproveitável. Felizmente todos esses esforços foram exuberantemente recompensados e a linha *base* foi medida com a aproximação de 0,002699 m, o que bem abona a competência técnica e o zelo dos engenheiros Drs. Adolfo Radice e Nuno Álvares Duarte Silva, de seus auxiliares, os Srs. condutores Henrique Burnier, Luís de Oliveira Castanheda Almeida e Honório da Silva Candra, e do ilustre chefe da 1ª seção, Dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia.

Medição dos ângulos - Nos vértices de todos os triângulos que formam a rede triangulada, construíram-se pequenos pilares de alvenaria de tijolo, iguais aos que se construíram nos dois extremos da *base*. Estes pilares servem, nas medições dos ângulos, de suporte aos teodolitos, que são, assim, instalados em perfeitas condições de estabilidade. As pontarias fazem-se para três espécies de sinais: a de *alvenaria*, de *madeira* e *iluminados*, os quais são empregados segundo as exigências da posição, *bora de trabalho* e *importância do vértice do ângulo* que assinalam. Os dois primeiros tipos servem para a medição de ângulos *durante o dia*, e o último para a medição durante a noite. Os primeiros, construídos de alvenaria de tijolo, são formados por dois pilares ligados por um arco e estão empregados no extremo N da *base* e nos vértices *Cunha*, *Cruzeiro* e *Barroca*. O arco é atravessado por uma base de ferro com 1,50 m de comprimento, suportando, na parte superior, um cilindro de folha de Flandres de 20 cm de diâmetro e 30 cm de altura, pintado de branco e vermelho, instalado em perfeitas condições de estabilidade e de modo que seu eixo prolongado vai passar exatamente pelo centro do pilar suporte do teodolito. Os de madeira são formados por uma pirâmide triangular de pinho de riga, pintada de preto e suportando, verticalmente no vértice, o mesmo aparelho já descrito nos de alvenaria de tijolo. Os iluminados são formados por quadros de madeira perfurados no centro, que se adaptam a um suporte vertical. Os diâmetros dos círculos abertos nos diversos quadros, de que fazemos uso, variam de 11 cm. Sobre o pilar construído no ponto de vista, coloca-se o suporte vertical do aparelho, e, depois de bem centrado, ilumina-se pela parte posterior com uma lanterna de reflector e vão-se aplicando diversos quadros até que o disco iluminado se apresente no campo da luneta como uma estrela de primeira grandeza. O sistema de medição com os sinais iluminados tem dado muito bons resultados; mas só pode ser aplicado quando de um pilar se avista perfeitamente o outro. Os teodolitos de que dispõe atualmente esta Comissão são os de Casella, que medem ângulos com a aproximação de 20 segundos, de modo que, em cada vértice, é necessário fazer um grande número de repetições, para chegar a uma medida convenientemente aproximada. Trabalhando com os sinais de alvenaria e com os de madeira, durante o dia, tem-se medido ângulos com a aproximação de 5 *décimos* de segundo, e com os iluminados tem-se chegado à aproximação de 3 *décimos* de segundo. Os ângulos são todos medidos mais de uma vez, de dia e de noite, mudando de operadores e empregando os dois sistemas da *repetição* e da *reiteração*. Apesar dos resultados obtidos, a medida de todos os ângulos da rede da triangulada há de ser verificada quando chegarem, da Europa, os *teodolitos de precisão*, encomendados desde fevereiro, para os trabalhos de astronomia.

II - TRABALHOS TOPOGRÁFICOS

Os *trabalhos topográficos* ficaram confiados à 2ª seção sob a chefia do Dr. Américo de Macedo, que já concluiu todos os trabalhos de campo referentes, quer à carta cadastral do arraial, que à planimetria e nivelamento de toda a área compreendida dentro de perímetro

poligonal formado pelos vértices exteriores da rede da triangulação, e trata, presentemente, do levantamento das plantas das *fazendas* em que têm de ser captados os mananciais que podem ser aproveitados para o abastecimento de água à cidade.

Cadastrro - Para o levantamento da carta cadastral do arraial foram descritos, como dissemos, 4 polígonos, que foram designados pelos números 1, 2, 3, e 4. O perímetro do polígono n. 1 abrange a Rua de Sabará e o beco da Fonte Grande; o de n. 2, as ruas de Sabará (continuação) de Trás n. 1, de Trás n. 2, beco da Chácara, Rua Marechal Deodoro e Largo da Matriz; o de n. 3, as ruas do Capão, Congonhas e Carlota Dias; e o de n. 4, a Rua da Boa Vista, Largo do Rosário, entrada do Morro Redondo, becos do Gervásio, da Barroca, Major Cândido, João Lelis, Francisco Cândido e Rua do Aqueduto. Para organização da planta, tendo em vista as futuras desapropriações, foram *descriminados todos os terrenos, públicos e particulares, determinada a posição de todos os prédios e suas divisões interiores com declaração do seu estado de conservação e natureza dos materiais empregados* em sua construção, assim como *notas detalhadas das benfeitorias existentes nos respectivos terrenos adjacentes*; e de cada propriedade fez-se, no Escritório Técnico (3ª Divisão) uma planta especial. Os caminhamentos foram classificados em três categorias: *linhas de perímetro, linhas auxiliares e seções transversais*. Chamamos *linhas auxiliares* as que partem de um ponto do mesmo perímetro e que têm por fim auxiliar, servindo de base, o levantamento dos detalhes. As *seções transversais* são linhas que partem de pontos do perímetro, ou das *linhas auxiliares*, tendo por fim assinalar minuciosamente todos os *detalhes* que não convenha levantar pelas auxiliares por causa de obstáculos (casas, muros, etc.) ou por ficarem a uma distância inconveniente daquelas primeiras linhas. Nos quatro polígonos, todos os caminhamentos foram estaqueados de 10 em 10 m e, nos triângulos da rede, de 20 em 20 m; empregando-se como goniômetro, o trânsito de Gurley e, como diatrímetro, as fitas de aço. Estas foram todas aferidas, servindo de padrão uma outra fita, também de aço, dos fabricantes Chesterman, de Sheffield, aferida na Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Para medir, estendia-se a fita sobre cavaletes de madeira espaçados de 5 em 5 m e esticava-se, com um dinamômetro, até sujeitá-la a uma tensão de 10 quilogramas; nesta posição a fita era sensivelmente paralela à inclinação do terreno e marcava-se, então, os seus extremos sobre o solo, projetando-o, por meio de prumos, sobre as cabeças das estacas que se enterravam até ficarem rentes ao chão. Todas as linhas de perímetro, auxiliares e de seções transversais foram estaqueadas pelo mesmo processo.

Nivelamento - Todas as linhas mencionadas anteriormente foram cotadas, tomando para plano de comparação o nível médio do mar. Partiu-se com o primeiro nivelamento da ponte da Estrada de Ferro Central do Brasil sobre o ribeirão dos arruda, cuja altitude é de 692,346 m; e subindo-se pela estrada de rodagem de Sabará a Belo Horizonte, fincou-se o *primeiro marco de referência* no Largo da Matriz, na cota de 859,953 m. Dentro do perímetro indicado na Planta n. 2, acima referida, a altitude varia de 800 m até 1.000 m, aproximadamente; ao sul o terreno vai-se elevando rapidamente, pela encosta da serra do Curral, até atingir a altitude de 1.389,641 m, no vértice denominado Pico da Serra. O instrumento empregado no

nivelamento de todas as linhas de *perímetro, auxiliares e seção transversais* foi o nível de Gurley. A princípio pensou-se em levantar as *seções transversais* com régua de 3 m de comprimento graduada em centímetros e nível de pedreiro; semelhante idéia foi, porém, abandonada antes de dar-se princípio aos trabalhos, por ser esse processo muito deficiente para a organização do *plano cotado* sobre o qual tem de ser projetada a futura cidade; e ficou decidida, então, a adoção, para o nivelamento de todas as linhas, no nível de Gurley e da *mira de Casella*. A tolerância estabelecida para os nivelamentos foi de 5 mm por quilômetro, havendo compensação, e sendo rejeitado todo o nivelamento cuja verificação acusasse, em qualquer estaca de ligação, ou marco de referência, erro superior àquele máximo. Damos em seguida o tipo de caderneta para registro dos nivelamentos, adotado na seção de topografia (Fig. +).

REGISTRO DOS NIVELAMENTOS

(Fig. +)

Estacas	+	A ¹	-	-	Cotas	
R N	C. 42	800.142			800.000	800.000
1				0.980	799.162	0.327
aux.	0.030	795.952	4.220		795.922	_____
2				2.220	793.732	800.327
+ 8				3.922	792.030	12.440
aux.	0.041	791.806	4.190		791.762	_____
3				2.506	789.360	787.887
aux.	8.111	787.887	4.030		787.776	
4				1.209	786.678	

Na 1ª coluna registram-se os números das estacas dos alinhamentos; na 2ª as visadas à ré; na 3ª, a altura do instrumento; na 4ª as visadas avante sobre as estacas, ou auxiliares; na 5ª, as visadas avante sobre as estacas dos alinhamentos e, finalmente na 6ª, as altitudes dos diversos pontos do terreno. A separação das visadas avante em duas colunas tem a grande vantagem de facilitar o cálculo da caderneta feito no campo pelo observador. Os processos topográficos empregados por esta Comissão têm dado bons resultados, fechando todos os perímetros com exatidão e ligando-se sempre os nivelamentos dentro do limite da tolerância. Este excelente resultado, obtido nas operações de campo, é, sem dúvida alguma, devido à perícia dos operadores e ao zelo e atividade com que o chefe da seção sabe dirigir e fiscalizar todos os trabalhos que lhe são confiados. Quase todos os engenheiros e condutores da Comissão têm passado por esta seção; enumerar, portanto, o pessoal técnico dela importaria enumerar, por bem dizer, o pessoal técnico da Comissão. As médias diárias obtidas nos

trabalhos, quer de alinhamentos, quer de nivelamento, e o modo por que os resultados topográficos se estão ajustando, nos desenhos dos triângulos, aos geodésicos, dão a média do mérito, da proficiência e do zelo com que tem sido servida, em geral, esta seção, dirigida, desde o princípio, com exemplar mérito, pelo Dr. Américo de Macedo. Gabinete do engenheiro-chefe dos serviços da 4ª Divisão, em 6 de outubro de 1894. O engenheiro-chefe da 4ª Divisão, *Samuel Gomes Pereira*, engenheiro civil.⁹⁷

NOTA

- 97 PEREIRA, Samuel Gomes. Estudo e preparo do solo. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Op. cit.*, p.37-51.

XVIII

ESPECIFICAÇÕES GERAIS E TABELAS QUE ACOMPANHAVAM OS CONTRATOS FEITOS COM A COMISSÃO CONSTRUTORA PARA AS OBRAS DA NOVA CAPITAL



os 20 de dezembro de 1894, o engenheiro-chefe, usando das atribuições que lhe conferiam os §§ 8º e 10º do art. 11 do Regulamento expedido pelo Decreto n. 681, de 14 de fevereiro desse ano, determinou que em todos os contratos que tivessem de ser celebrados para a execução, por empreitadas, das obras relativas à construção dos edifícios públicos, a cargo da 2ª seção da 6ª Divisão de serviço, fossem observadas, como parte integrante dos mesmos contratos, as especificações gerais e respectivas tabelas de preços seguintes:

“I - TRABALHOS PREPARATÓRIOS

Roçada, limpa e destocamento no local destinado à construção

Art. 1º O empreiteiro deverá roçar, limpar e destocar o terreno, em que tiver de ser construído o edifício, na zona que, pelo engenheiro-residente, for julgada necessária para a execução das obras respectivas. Os tocos e raízes serão arrancados e removidos para fora da área roçada, e queimados. O preço n. 1 da tabela anexa às presentes especificações será aplicável às *capoeiras comuns*, em que as roçadas forem feitas *à foice*. O preço n. 2 será aplicável às *capoeiras grossas*, em que tornarem necessário o emprego de *machado* para as derrubadas, podendo-se encontrar nelas, excepcionalmente, árvores de 25 cm de diâmetro. O preço n. 3 aplicar-se-á a cada toco de mais de 15 cm de diâmetro no ponto em que for cortada a árvore. Esses tocos deverão ser contados, antes de arrancados, pelo engenheiro-residente, que, em ordem de serviço, declarará o número deles. A área destinada ao edifício, compreendida dentro do respectivo perímetro, deverá ser nivelada antes de serem traçados os alicerces. Pela *simples limpeza* do terreno nada receberá o empreiteiro.

Caminhos de serviço

Art. 2º Os caminhos que forem necessários para a condução dos materiais até o local das obras serão abertos e conservados à custa do empreiteiro, e constituirão, com os ranchos e barracões para abrigo do pessoal e do material, despesa de sua instalação. As pontes, porém, que deverão ser construídas com toda a segurança, em vista de ordens de serviço e sob a fiscalização do engenheiro-residente, nos caminhos de serviço, serão pagas pelos preços n. 4 e 5 da tabela anexa. O empreiteiro será responsável pela conservação de tais pontes, até o fim dos trabalhos, e obrigado a reconstruí-las à sua custa, caso venha a ser isso necessário para a execução das obras.

Movimento de terras

Art. 3º Sob este título serão compreendidos todos os trabalhos que for mister executar, tanto para o nivelamento da área destinada ao edifício e suas dependências, como para a abertura das cavas dos alicerces. Quer o nivelamento se faça por escavação, quer por aterro, os volumes dos materiais extraídos serão, em geral, medidos nas cavas, bastando, para isso, as dimensões tomadas nas mesmas cavas e nas seções transversais do terreno e do projeto.

Cavas para fundações

Art. 4º As cavas para fundações terão as dimensões estritamente necessárias para a construção, não se levando em conta o excesso que o empreiteiro houver dado, quer para facilitar o seu trabalho, quer para fazer o escoramento das terras. Essas cavas, quando feitas acima do nível natural das águas, serão pagas pelos preços n. 6 a 10 da tabela anexa, conforme a natureza do terreno; e, quando o forem abaixo desse nível, serão pagas pelo preço n. 11 da mesma tabela. As dificuldades que apresentarem essas escavações, bem como o esgoto das cavas, não darão direito à indenização adicional ao empreiteiro, visto acharem-se contemplados nos preços estipulados.

Escoramentos

Art. 5º Os escoramentos, quando necessários, a juízo do engenheiro-residente, serão pagos pelo preço n. 12 da tabela anexa. Se, porém, o madeiramento empregado puder ser removido para nova, ou novas aplicações, aquele preço sofrerá, nestas, a redução de 50% (cinquenta por cento).

Classificação das escavações

Art. 6º Os materiais extraídos das escavações feitas, quer para o nivelamento da área destinada ao edifício, quer para as fundações, serão classificados nas seguintes categorias: 1ª terra; 2ª pedra solta, ou moledo; 3ª pedreira. Ficarão compreendidos: na primeira, a areia a terra vegetal, as argilas secas, ou molhadas, o lodo, o cascalho e todas as decomposições de rochas em estado de desagregação; na segunda, o moledo, a piçarra, os xistos desagregáveis à picareta, o cascalho grosso e compacto, o pedregulho e a pedra solta, ou seixos, cujo volume seja superior a 3 dm e inferior a 50 dm³, de modo que dois homens possam suspender o braço e colocar na carroça; e na terceira, toda a rocha que não puder facilmente ser extraída e carregada sem o emprego de mina e fogo, ou de cunhas de ferro e marrão para ser desmontada, ou partida.

Distribuição dos materiais extraídos

Art. 7º Os materiais extraídos das escavações serão depositados fora da área destinada ao edifício a construir, nos lugares que forem designados pelo engenheiro-residente, sendo pago ao empreiteiro o transporte (que exceder a 5 m) à razão de três réis por metro, de acordo com o n. 13 da tabela anexa. A pedra extraída das cavas poderá ser empregada na construção das obras, se para isso der o engenheiro-residente ordem escrita; e, em tal caso, dos preços das alvenarias, será deduzido o da extração da pedra.

II - EXECUÇÃO DAS FUNDAÇÕES

Meios de execução

Art. 8º Antes de dar começo a qualquer obra de arte, o empreiteiro reunirá todos os meios de execução necessários para que a construção, uma vez principiada, continue e se conclua sem demora, nem interrupções.

Modo de fundações

Art. 9º Não poderão ser começadas as alvenarias das fundações de obra alguma sem que, primeiramente, o engenheiro-residente haja aprovado as cavas abertas e os materiais reunidos para a obra; o que tudo deverá constar de ordens de serviço. Se o empreiteiro tiver alguma objeção a opor contra o modo de fundações ordenado, fá-lo-á circunstanciadamente, por escrito, ao engenheiro-chefe, e por intermédio do engenheiro-residente, a fim de que a questão suba logo competentemente informada. Neste caso, o empreiteiro suspenderá a execução da dita obra, até que as dúvidas sejam resolvidas pelo engenheiro-chefe. Se as

objeções do empreiteiro não forem atendidas e algum estrago, ou ruína, vier a sofrer a obra durante ou depois de construída, devido isso unicamente ao projeto determinado pelo engenheiro-chefe, não será responsabilizado o empreiteiro e se lhe pagarão os reparos ou reconstrução.

Classificação das alvenarias

Art. 10. As alvenarias para fundações serão classificadas nas seguintes categorias: 1^a, concreto; 2^a, alvenaria ordinária de pedra.

Concreto

Art. 11. O concreto será feito com pedras de grande dureza, quebradas de modo que passem, em todos os sentidos, por um anel de 4 cm de diâmetro. A pedra quebrada para a confecção do concreto será previamente lavada em grande quantidade de água, antes de ser misturada com argamassa de areia e cimento, cuja composição será determinada, para cada caso, pelo engenheiro-residente. O emprego do concreto terá lugar seguidamente à sua preparação, sendo inutilizado tudo o que deixar de ser empregado no mesmo dia. O concreto será assentado por camadas horizontais de 10 a 20 cm de espessura, e dentro de caixa ou caixão, que revestirá as paredes de cava de fundação, onde será fortemente comprimido enquanto estiver fresco. A imersão do concreto pelo processo que o engenheiro-residente aprovar e com todas as cautelas necessárias para evitar a diluição ou deslavamento da argamassa. Não se deverá empregar qualquer camada antes de haver-se varrido e extraído a borra depositada sobre a anterior. Cada camada será assentada sempre em condições de fazer liga com a anterior; e, se esta estiver solidificada, será primeiramente picada, varrida, umedecida e coberta de uma camada de argamassa, para então receber a nova camada de concreto. Qualquer construção por cima do concreto só poderá começar depois que, verificada a solidificação destes, for autorizada por ordem de serviço do engenheiro-residente. Para cada metro cúbico de concreto se empregará meio metro cúbico de argamassa.

Alvenaria ordinária de pedra

Art. 12. A pedra a empregar nos alicerces será quebrada ao vivo em todas as faces, sendo expurgada de crostas decompostas e de qualquer outra parte menos resistente. Sendo o volume das pedras necessariamente irregular, não serão admitidas pedras de volume inferior a dois centésimos de metro cúbico e cuja grossura seja menor que 15 cm. As pedras redondas, bem como os seixos rolados, em nem um caso serão admitidos. A argamassa será indicada por ordem de serviço do engenheiro-residente, conforme a necessidade de cada caso.

III - ALVENARIA DAS PAREDES

Qualidade da pedra

Art. 13. A pedra a empregar, quer nas cantarias, quer nas alvenarias, terá a necessária resistência, a juízo do engenheiro-residente. Será expurgada de crostas decompostas e de qualquer outra parte menos resistente, devendo ser de boa qualidade, sã e isenta de defeitos. Será assentada, em geral, segundo o leito natural da pedreira.

Classificação

Art. 14. A cantaria e as alvenarias a empregar na construção das paredes serão classificadas nas seguintes categorias: 1ª classe, cantaria; 2ª classe, alvenaria de aparelho; 3ª classe, alvenaria de lajões; 4ª classe, alvenaria ordinária; 5ª classe, alvenaria de pedra seca; 6ª classe, alvenaria de tijolo. A cantaria e as alvenarias de qualquer dessas classes serão preparadas com a espécie de argamassa que for determinada em cada caso, devendo apresentar obra maciça, sem vazio ou interstício algum.

Cantaria

Art. 15. A cantaria será aparelhada conforme as indicações e dimensões indicadas nos projetos. Será perfeitamente lavrada, sendo a pedra sem defeito algum, seja qual for sua aplicação. Será medida segundo as suas dimensões efetivas e à vista do projeto, excluindo-se, em cada pedra, o tardo, que será contado na alvenaria em que estiver envolvido. No preço n. 15 da tabela anexa será incluído o levantamento das pedras até 5 m de altura. Quando se der maior levantamento ou quando a cantaria for empregada em abóbadas, regularão, para os pagamentos, os preços n. 36 e 39 da mesma tabela. Para cada metro cúbico de cantaria empregar-se-ão cinco centésimos de metro cúbico de argamassa.

Alvenaria de aparelho

Art. 16. A alvenaria de aparelho será feita com pedra de forma retangular, facetada a martelo cortante, ou a picão, nos leitos, juntas laterais e faces aparentes. O preparo será tal que todas as faces, menos a do lado do tardo, fiquem sensivelmente planas, e pelo contato no assentamento das pedras não produzam juntas maiores de 12 mm. As pedras terão as dimensões e serão assentadas conforme a indicação dos respectivos projetos. No assentamento, entre os meios-fios e alternadamente, empregar-se-ão travadouros em número tal que apresentem na sua face aparente, pelo menos, a quarta parte da área da respectiva fiada. Sempre que for possível, os *travadouros* atravessarão a espessura da parede. Quando

essa alvenaria for empregada como revestimento de outra, de categoria inferior, ficará em bruto o tardo dos *travadouros*, e o revestimento será classificado como alvenaria de aparelho tão-somente na espessura determinada pelo engenheiro-residente. Quando a alvenaria de aparelho for empregada em abóbada, as pedras terão forma de aduelas, cujos leitos e juntas serão normais à superfície do intradorso; quando combinada com cantaria, em paredes ou abóbadas, a largura na alvenaria de aparelho ficará subordinada à das aduelas de testa, de modo a formar fiadas contínuas. Em cada metro cúbico desta alvenaria serão empregados *trinta centésimos do metro cúbico* da argamassa que for determinada pelo engenheiro-residente.

Alvenaria de lajões

Art. 17. A alvenaria de lajões será preparada com pedras duras, desbastadas em forma de lajões, de modo a apresentar leitos suficientemente regulares para o bom assentamento em camadas horizontes, devendo os lajões ter, no mínimo, a altura de 30 cm. Quando empregada em maciços de fundações, os lajões de duas camadas consecutivas cruzar-se-ão entre si e terão as juntas desencontradas, pelo menos, de distância igual a dois terços da altura da camada. Quando em construção, ou revestimento de muros, as juntas, que correrem para cima, serão, do mesmo modo, desencontradas; e, entre as lajes longitudinais de cada camada, assentar-se-ão *travadouros* em quantidade tal que a área de sua face exterior seja, pelo menos, a quarta parte da área da respectiva camada. Os *travadouros* terão, ordinariamente, em comprimento três a cinco vezes a altura, e atravessarão a espessura do muro, sendo a mesma espessura inferior 50 cm; porém, em paredes de maior espessura, apanharão sempre, pelo menos, as três quartas partes da espessura da parede respectiva. Os lajões serão desbastados também na face aparente, de modo a compor-se convenientemente o paramento, no qual não se admitirão calços nem desigualdades pronunciadas, a juízo do engenheiro-residente. A argamassa a empregar será indicada pelo engenheiro-residente, conforme o caso, contando-se para cada metro cúbico de alvenaria vinte centésimos do metro cúbico de argamassa.

Alvenaria ordinária

Art. 18. A alvenaria ordinária será preparada com pedras duras e apropriadas, de tamanhos irregulares, não se admitindo, porém, pedras de volume inferior a 2 centésimos de metro cúbico, e cuja grossura seja menor que 15 cm, exceto em obras de pequenas dimensões, ou para calços. As pedras redondas, bem como os eixos rolados, em nem um caso serão admitidos; assim também não se permitirá o emprego de enchimentos de pedras miúdas, vulgarmente denominadas de *criação*, nem o emprego de pedras com crostas desganhadas e cortadas a martelo, segundo a feição apropriadas, na ocasião do assentamento.

Os leitos serão toscamente feitos a martelo. Depois de molhadas, as pedras serão assentadas em banho de argamassa e aí comprimidas com malho de madeira, fazendo refruir a argamassa pelos lados até tomar uma posição sólida, sendo, em seguida, calçadas com lascas de pedra dura, de formas e dimensões adequadas. A obra será maciça, sem vazio ou interstício algum. Quando for exigido, a alvenaria ordinária será executada por camadas respaldadas horizontalmente. As juntas laterais de pedras superpostas deverão ser convenientemente desencontradas, a juízo do engenheiro-residente, e, entre as pedras correntes de cada camada, empregar-se-ão, alternadamente, *travadouros* em quantidade tal que representem, pelo menos, a quarta parte da área exterior da camada. Estes travadouros terão de largura três quartas partes da espessura das pedras respectivas, quando for esta superior a 50 cm; e toda a espessura, quando for esta de menos de 50 cm, devendo eles ter, ordinariamente, para comprimento, três a cinco vezes a altura. Para compor o paramento, escolher-se-ão as melhores pedras, as quais serão empregadas por maneira a evitar calços aparentes, bem como desigualdades pronunciadas, ou defeituosas, no paramento. A argamassa será indicada pelo engenheiro-residente conforme o caso, por ordem de serviço, devendo contar-se, para cada metro cúbico de alvenaria, 30 centésimos do metro cúbico de argamassa.

Alvenaria de pedra seca

Art. 19. A alvenaria de pedra seca será executada nas mesmas condições que a precedente, com diferença de não levar argamassa; devendo, portanto, ser feita com cuidado que essa circunstância exige.

Alvenaria de tijolo

Art. 20. A alvenaria de tijolo será feita com tijolos duros, sonoros, bem queimados, mas não vitrificadas, de forma retangular, com faces planas e quinas vivas. Cada tijolo terá 22 cm de comprimento, 105 mm de largura e 7 cm de espessura; podendo, entretanto, ser admitidas outras dimensões, quando o engenheiro-chefe reconhecer necessário, a bem das construções. Os tijolos serão bem molhados na ocasião do emprego, e serão assentados com regularidade, não devendo as juntas ter mais de 1 cm. No assentamento de cada uma fiada de tijolos, deverão estes ser dispostos em *meios-fios* e *tições* alternados sobre duas fiadas consecutivas, de conformidade com o sistema de amarração que for prescrito pelo engenheiro-residente, mas de modo que as juntas laterais dos tijolos fiquem regularmente colocadas, acertando-se em linhas verticais descontínuas. Na construção de abóbadas, empregar-se-á de preferência a disposição em *anéis concêntricos*, com *juntas cruzadas*, somente em cada um. A argamassa a empregar, nos diversos casos, será indicada pelo engenheiro-residente, por ordem de serviço; devendo contar-se, para cada metro cúbico de alvenaria, 20 cm do metro cúbico de argamassa.

IV - ARGAMASSAS

Classificação

Art. 21. As argamassas serão sempre preparadas em caixões ou tabuleiros de madeira, debaixo de cobertura enxuta; devendo a mistura da areia com a cal ou com o cimento ser feita a seco e com o maior cuidado, para garantir a homogeneidade da massa. As proporções, em que deverão ser empregadas as partes componentes das argamassas, serão as indicadas nos n. 132 a 140 da tabela anexa, conforme for determinado, em ordem de serviço, pelo engenheiro-residente.

Cimento a empregar

Art. 22. Para as argamassas e qualquer outra aplicação, o cimento será da melhor qualidade, a juízo do engenheiro-residente; e, segundo as necessidades da obra, se empregará o cimento de *pega rápida, demorada ou mediantemente rápida*. Será a marca indicada pelo engenheiro-residente, por ordem de serviço, conforme o caso e sua aplicação. O cimento de *Portland de 1ª qualidade* será empregado de preferência nas obras, não se admitindo cimento algum que, não comprimido, pese menos de 1.300 quilogramas por metro cúbico, ou que deixe resíduos mais de 20% de seu peso em uma peneira de 900 malhas por centímetro quadrado. Se o engenheiro-chefe entender conveniente, sujeitará o cimento a experiências de resistência não inferior a 18 quilogramas por centímetro quadrado, depois de sete dias de feita a argamassa, a qual deverá ficar imersa em água durante seis dias.

Cal e areia

Art. 23. Para as argamassas de cal, será empregada, de preferência, a de pedra virgem, extinta na mesma obra, em tanques especiais de madeira. A areia que se empregar nas argamassas será expurgada das pedras e das matérias terrosas e vegetais, que contiver, devendo, para isso, ser peneirada e lavada, sempre que o engenheiro-residente o exigir. Podendo ser fina ou grossa, conforme o emprego que deve ter a argamassa, ela deverá, entretanto, ser sempre áspera ao tato. Para a confecção de qualquer argamassa, a água empregada será perfeitamente limpa.

V - REVESTIMENTOS, EMBOÇOS E REBOCOS

Revestimento a cimento

Art. 24. O revestimento ou reboco de cimento será feito de uma só demão, sendo

preparada a argamassa em quantidade e em condições de ser empregada imediatamente. Nas emendas que se fizerem num painel, por exemplo, que não tiver sido completado na véspera, será a face da junta existente bem raspada com a colher, e bem molhada com água limpa, muito antes de se fazer a aplicação da argamassa em continuação.

Modo de aplicação

Art. 25. As paredes destinadas a receber este reboco ou revestimento serão previamente limpas e lavadas com cuidado, momentos antes da aplicação. Para estes rebocos será a argamassa projetada com força na parede, de modo a obter-se a melhor adesão à alvenaria; e será, depois, a parede desempenada à regua e alisada ou polida com o dorso da colher ou com polidores de ferro, tendo o operário o cuidado de não deixar aquentar o instrumento de que se servir neste caso. Este revestimento ou reboco terá a grossura que for determinada pelo engenheiro-residente, mas nunca inferior a 1 cm.

Revestimento a cal

Art. 26. O revestimento com argamassa de cal nas paredes será aplicado a uma só demão ou precedido de emboço, segundo o engenheiro-residente determinar; mas ambos os trabalhos constituirão um só objeto de pagamento, sendo o emboço considerado como a primeira demão do reboco a duas mãos. O empreiteiro fará estes trabalhos onde lhe for determinado pelo engenheiro-residente. A parede a emboçar ou rebocar será perfeitamente limpa de plastras e manchas de argamassa ou de corpos estranhos; as juntas serão esgaratadas até a profundidade correspondente, pouco mais ou menos, a uma vez e meia a sua largura, e todas as partes serão escovadas e umedecidas na ocasião de aplicar-se-lhes a argamassa, a qual será projetada e estendida com força, de modo a encher perfeitamente as juntas e aderir por todas as partes à parede. A superfície do emboço será bem desempenada com régua, mas deverá ficar áspera; a do reboco, porém, será perfeitamente alisada ou levará o aparelho rústico que o engenheiro-residente determinar, não devendo apresentar fenda alguma. O emboço e reboco terão, juntos, 2 cm de espessura, no máximo.

Capas para abóbadas

Art. 27. As capas para abóbadas serão preparadas com argamassa indicada pelo engenheiro-residente, conforme o caso, e deverão ser executadas depois do decimbramento. A superfície do extradorso será limpa de plastas e corpos estranhos, assim como das pontas de pedras, se algumas tiverem ficado; as juntas serão desguarnecidas até a profundidade, pelo menos, de 1 cm, e todas as partes serão varridas e bem lavadas, sendo uniformizado o extradorso com alvenaria, antes da aplicação da capa. Esta obra será executada, em geral, nas mesmas condições que o reboco liso, no que lhe for aplicável. Assentada a capa de argamassa,

o empreiteiro terá os cuidados necessários para evitar a rápida dessecação, devendo para tal fim abrigá-la provisoriamente com esteirões ou por qualquer outro modo adequado e regá-la diferentes vezes. Enquanto a argamassa não se solidificar, proceder-se-á à sua compressão nas rachas que começarem a reformar-se, raspando-se em seguida a colher para alisá-la. Se, depois da solidificação da argamassa, notar-se alguma fenda, será esta cuidadosamente tapada com argamassa fresca, apropriada a esse fim. A espessura da capa de abóbada será de 3 cm, em média, o que corresponde ao emprego de três centésimos de argamassa em cada metro quadrado.

Estuque em tetos

Art. 28. O estuque em tetos poderá ser feito em gesso puro ou de argamassa de cal com coberta de gesso branco. No primeiro caso, será o gesso aplicado com três demãos; duas de gesso pardo e uma, na coberta, de gesso branco. A primeira demão de gesso pardo ou de 2ª classe será aguada e aplicada com a brocha na madeira por aspensão ou projetada com a colher, até cobrir perfeitamente a madeira. A segunda demão, ainda de gesso pardo, será aplicada em duas vezes e deverá apresentar uma espessura de 1cm, no mínimo. Esta camada será bem plana e regularizada à colher, e bem apertada, de sorte a formar borla do mesmo gesso para cima das ripas. A terceira demão, de gesso branco, será aplicada depois de secas as primeiras, e terá de 2 ou 3 mm de espessura. Esta camada será de um branco uniforme, sem manchas, nem aparências de emendas. No segundo caso, de estuque de cal e gesso, seguir-se-á o mesmo processo, sendo a argamassa de cal empregada em lugar do gesso pardo; porém a camada de gesso branco terá 3 a 4 mm de espessura.

Art. 29. O estuque de gesso para tetos será feito em armação de madeira, preparada conforme as disposições do mesmo teto, indicadas na planta. Para os caibros dessa armação deverá ser empregado, de preferência, o pinho de Riga; e para as ripas, o pinho sueco. As ripas deverão ser serradas à serra travada para, pela aspereza assim conseguida, aderirem melhor com a massa do estuque. Procurar-se-á conseguir a maior rigidez do madeiramento dos tetos de estuque, conservando-se contudo as dimensões indispensáveis, que a prática indicar para cada caso.

Estuque em paredes e abóbadas

Art. 30. O estuque em paredes e abóbadas de alvenaria de tijolo ou de pedra será feito com os materiais do estuque de 2ª classe, podendo porém a camada de gesso branco ter maior ou menor espessura, conforme o caso. O estuque imitando mármore com veios e cores entranhadas no gesso será feito segundo o processo do artista executante; tendo este, previamente, dado provas da sua aptidão em experiências à parte.

VI - REJUNTAMENTO

Limpeza das juntas

Art. 31. Nas obras de cantaria e de alvenaria, cujo paramento não tiver de ser rejuntado ou rebocado, proceder-se-á ao acabamento das juntas desfazendo-se as excrescências ou rebarbas, suprimindo-se as falhas que houver e passando-se as juntas a ferro para comprimir e alisar a argamassa. Em todas as espécies de obras, o paramento, quando acabado, deverá ficar limpo de plastas e nódoas de argamassa, assim como de poeira e de outros corpos estranhos. Estes trabalhos ficarão compreendidos no feitio da obra principal e não serão contados para pagamento algum adicional.

Refeitura das juntas

Art. 32. Para se proceder à refeitura das juntas, estas serão descarnadas na profundidade de 2 ou 3 cm, devendo ser escovadas e umedecidas na ocasião de empregar-se a nova argamassa, cuja classe será indicada pelo engenheiro-residente. Essa argamassa será aplicada sem manchar a face das pedras ou tijolos. Depois de bem comprimida nas juntas, a argamassa será corretamente afeiçoada e alisada segundo a forma que for determinada para os filetes, não devendo apresentar fendas nem rebarbas, nem tampouco emplastar as beiradas das pedras ou tijolos adjacentes. Depois de concluídos estes trabalhos, o lugar da obra deverá ficar desembaraçado de materiais e entulho pelo empreiteiro, sem ter por isso direito a pagamento ou compensação alguma.

VII - REVESTIMENTOS DOS PAVIMENTOS

Classificação

Art. 33. Os revestimentos dos pavimentos serão classificados do seguinte modo: 1ª classe, ladrilhos; 2ª classe, calçamentos; 3ª classe, cimentação.

Ladrilhos

Art. 34. Os revestimentos com ladrilhos serão das seguintes categorias: 1ª) ladrilhos litóido-mosaicos, de 1ª ordem, formando medalhões; 2ª) ladrilhos litóido-mosaicos, de 2ª ordem, de várias cores e desenhos; 3ª) ladrilhos litoídios-mosaicos, de 3ª ordem, de uma ou duas cores; 4ª) ladrilhos de cimento comprimido; 5ª) ladrilhos de mármore; 6ª) ladrilhos de terracota ou de tijolos.

Assentamento dos ladrilhos

Art. 35. Antes de serem empregados em obras, deverão os ladrilhos ser bem limpos de qualquer impureza que possa impedir a perfeita adesão da argamassa. Se o assentamento tiver lugar em terraços ou sobre abóbadas, deverá a superfície, que tiver de recebê-los, ser perfeitamente preparada com uma camada de alvenaria de lascas de pedras com argamassa de cimento, de cerca de 4 cm de espessura. Os ladrilhos serão depois assentados sobre um banho de cimento, cuja espessura variará de 10 a 15 mm. Se o assentamento dos ladrilhos tiver lugar sobre o chão, deverá este ser perfeitamente apiloado e coberto por uma camada de concreto de pedras miúdas, a qual será também batida, antes de receber o banho de cimento sobre o que deverão assentar os ladrilhos. As juntas dos ladrilhos, em caso algum, deverão apresentar grossura sensível, e a superfície ladrilhada deverá ficar perfeitamente limpa de rebarbas ou manchas de argamassa.

Calçamentos

Art. 36. Os calçamentos poderão ser das seguintes categorias: 1^a) lajedos; 2^a) paralelepípedos; 3^a) alvenaria ordinária.

Lajedos

Art. 37. Os lajedos poderão ser de pedra apicoada na face aparente e nas laterais formando retângulos; ou de pedra plástica perfeitamente endurecida e que apresente resistência proximamente igual à das pedras naturais. As dimensões das lajes serão sempre as determinadas pelo engenheiro-residente, em ordem de serviço. O assentamento será feito sobre o chão bem socado e resistente, admitindo-se, para o nivelamento das lajes, o emprego de lascas de pedra com argamassa. As juntas serão tomadas com argamassa de cimento e não deverão apresentar mais de 5 mm de largura.

Paralelepípedos

Art. 38. Os calçamentos de paralelepípedos serão feitos sobre uma camada de macadame de 10 a 15 cm, bem socada e coberta de uma camada de areia de 4 cm devendo o terreno ser perfeitamente regularizado e apiloado antes de receber a pedra britada do macadame. Os paralelepípedos serão assentados com as juntas alternadas, e perfeitamente encostados uns aos outros. A superfície calçada será coberta por uma nova camada de areia de 2 cm de espessura e ressocada com pilão largo e pesado ou, de preferência com rolo mecânico.

Alvenaria ordinária

Art. 39. Os calçamentos de alvenaria ordinária serão feitos sobre um chão perfeitamente regularizado, apiloado e coberto da quantidade de areia necessária para encher os vazios devidos às irregularidades da pedra. As pedras deverão ser desganhadas, de modo que possam encostar-se umas às outras sem deixar grandes vazios. A superfície calçada será coberta por uma nova camada de areia de 2 cm e ressocada com pilão largo e pesado, como nos calçamentos a paralelepípedos.

Cimentação

Art. 40. A cimentação dos pavimentos, áreas ou terraços será feita com concreto, em camada delgada, bem socada, sobre um chão previamente regularizado e apiloado. Sobre o concreto será lançada a argamassa de cimento, que deverá ser espalhada e desempenada à régua e, depois, alisada com a colher, se assim o for ordenado pelo engenheiro-residente.

VIII - MADEIRAMENTOS

Qualidade das madeiras

Art. 41. Em todos os vigamentos, madeiramentos e, em geral, em todas as obras de carpintaria, serão empregadas as melhores madeiras de lei, o pinho americano e o pinho europeu de qualquer procedência. Ao engenheiro-residente competirá determinar a espécie para o caso.

Condições de emprego

Art. 42. Qualquer que seja a madeira deverá esta ser bem sã, seca e livre de qualquer branco, ou outros defeitos aparentes.

Serragem

Art. 43. Qualquer madeira para telhado ou madeiramento grosso será serrada a quinas vivas, alguns meses antes da sua aplicação na obra.

Execução

Art. 44. Qualquer obra de carpintaria será executada com o maior cuidado, segundo as regras da arte e de conformidade com desenhos e detalhes do projeto respectivo. Qualquer

defeito na execução da mão-de-obra das peças de aparelhos será motivo bastante para sua rejeição.

Tesouras

Art. 45. Na confecção das tesouras para armação de telhados, será proibido o emprego de pontas ou pregos para união das peças aparelhadas; só poderão ser empregadas cavilhas de madeira de lei ou parafusos de porca. Qualquer obra defeituosa será rejeitada e demolida por conta do empreiteiro, carregando este com os prejuízos que deste fato derivarem.

IX - SOALHOS E FORROS

Qualidades

Art. 46. As madeiras para soalhos e forros serão escolhidas entre as que forem próprias para este fim, tanto estrangeiras como nacionais.

Vigamento

Art. 47. As vigotas ou barrotes terão as dimensões indicadas nas plantas do projeto respectivo e serão assentes de conformidade com as exigências do art. 45. O vigotamento para forro, de pinho de Riga, da Suécia ou do Paraná, deverá ser serrado a quinas vivas.

Barrotamento para soalhos

Art. 48. Ao assentar os barrotes para soalhos, deverá cada extremidade penetrar de 25 cm na parede respectiva, e serem assentes sobre uma tábua de madeira de lei (canela preta ou peroba), impedindo, assim, que o mesmo barrote descanse diretamente sobre a alvenaria.

Barrotamento para forros

Art. 49. O barrotamento para forros será assentado na forma indicada para soalhos; tendo, porém, menor penetração nas paredes, nunca inferior a 10 cm.

Soalhos

Art. 50. As tábuas para soalhos serão da melhor qualidade na classe escolhida e sem defeitos. Serão aparelhadas a macho e fêmea e assentadas conforme o desenho respectivo para os diversos aposentos. Serão pregadas nas juntas com pregos dos denominados *sem*

cabeça, nunca de mais de 5 cm de comprimento; ao pregá-las, ter-se-á o cuidado de não quebrar o macho, sendo que uma falha deste, no corpo da tábuas, de mais de 10 cm será motivo bastante para ser a mesma tábuas rejeitada. As tábuas receberão um prego em cada vigota, sendo arrancado o prego que não penetrar em todo o seu comprimento.

Entabeiramentos

Art. 51. Todo o soalho será entabeirado com duas, três a cinco tábuas unidas pela bissetriz dos ângulos dos quatro cantos. As tábuas serão dispostas no entabeiramento conforme as disposições indicadas pelos desenhos respectivos do projeto.

Afagamento

Art. 52. Todos os soalhos serão *perfeitamente afagados e lisados* depois de concluídos os trabalhos de pintura.

Rodapés

Art. 53. Os soalhos levarão rodapés da mesma madeira, com que forem feitos e cuja seção será indicada na planta respectiva ou por um esboço fornecido oportunamente ao empreiteiro pelo engenheiro-residente.

Forros

Art. 54. As tábuas para forros serão geralmente de pinho da Suécia, em folhas largas ou estreitas, sendo que em folhas estreitas poderá ser aceito o pinho do Paraná, são, bem seco e sem nós.

Forros de saia e camisa.

Art. 55. A grossura das tábuas largas para saia e camisa será de 12,5 mm ou de 5 mm em pranchão. As tábuas serão *perfeitamente aplainadas e bem alisadas*; as saias levarão uma moldura e um redondo de cada lado. Tanto as saias como as camisas serão assentadas em rachas ou fendas, aparentes.

Forros lisos

Art. 56. Os forros lisos serão feitos com tábuas de pinho da Suécia ou do Paraná, em folhas estreitas de 10 cm de largura por 15 mm de espessura, aparelhadas de uma face, a

macho e fêmea e com bite do lado fêmea. Estes forros, assim como a classe da madeira a empregar, serão sempre indicados ao empreiteiro por ordem de serviço de engenheiro-residente.

Cimalhas

Art. 57. Todos os forros levarão cimalhas e aba, com uma moldura ao pé da aba, no caso do mesmo forro não ter entablamento completo, isto é, cimalha, friso, aba e arquitrave. Qualquer forro com cimalha ou simplesmente com moldura ou cantoneira será estabelecido de tal sorte que a ventilação seja efetiva e permanente sem ser aparente.

Para obter este resultado bastará estabelecer a primeira cimalha, ou cantoneira, em todo o desenvolvimento do aposento, a 1 cm de distância, para baixo do nível do mesmo forro. Para isto, preparar-se-ão, no forro e a distância conveniente para dentro da cimalha, uns pequenos tacos tirados das mesmas tábuas. Todas as molduras, cimalhas, abas e arquitraves serão, assim como a tábua dos mesmos forros, perfeitamente aplainadas e lisas e sem revés na superfície vista. O nivelamento na face dos forros será perfeito, assim como o das cimalhas e mais molduras. Qualquer destes defeitos no trabalho dos forros será motivo bastante para serem desmanchados à custa do empreiteiro, sofrendo o mesmo os prejuízos que de tal fato derivarem.

X - ESQUADRIAS

Qualidade

Art. 58. Todas as madeiras empregadas para portas, caixilhos ou qualquer obra de marcenaria serão de primeira qualidade, sem defeito algum, muito secas e de filamentos ao comprido; não terão nenhuma racha ou vento, nem partes brancas ou podres.

Execução

Art. 59. Todos os trabalhos de marcenaria serão executados com a maior perfeição, observando-se estritamente as regras da arte, de acordo com os desenhos de conjunto e detalhes do projeto, perfis, molduras, grossuras da madeira, etc. As juntas do aparelho das peças à meia-esquadria, cunha, respinga e à meia-madeira serão perfeitas e de muita precisão. Em geral, o trabalho de marcenaria deverá, para dar-se como pronto, não apresentar defeitos ou falhas, na execução da mão-de-obra. No assentamento de tais obras tomar-se-á o maior cuidado, evitando danos ou prejuízos nos rebocos ou estuques. Toda obra que apresentar defeitos na qualidade do material ou na execução será desmanchada e reconstruída à custa do empreiteiro.

XI - COBERTURAS

Espécies de telhas

Art. 60. As coberturas para os telhados serão de telhas de barro (francesas ou nacionais), de zinco, de chumbo, de cobre e de vidro.

Escolha da telha

Art. 61. A classe da cobertura, assim como a natureza e dimensões dos materiais a empregar-se, será sempre indicada pelo engenheiro-residente, por ordem de serviço.

Execução

Art. 62. Em princípio, as coberturas de qualquer classe que sejam serão cuidadosamente estabelecidas, ficando o empreiteiro responsável pelos estragos causados por defeito de confecção na mão-de-obra das mesmas.

Telhas francesas

Art. 63. Na cobertura com telhas francesas legítimas ou suas similares nacionais, serão elas assentes nas ripas e amarradas a estas com arame de cobre. As telhas para cumeeiras e espigões serão assentes com argamassa de cimento.

Zinco

Art. 64. O zinco para cobertura, encanamentos ou outros trabalhos será sem falhas nem defeitos e terá o peso e a grossura que forem indicados em ordem de serviço. A cobertura será executada conforme os desenhos nos seus detalhes de execução e de acordo com as regras da arte. As dobras exigidas para execução do desenho nunca serão de ângulo vivo, devendo apresentar uma curva que não altere a textura do mesmo zinco. As folhas de zinco serão fixadas no madeiramento com linguetas de zinco soldado na face interior e pregadas com pregos galvanizados ao mesmo madeiramento. No sarrafo em relevo, formando painéis no telhado, onde deverão ser regularmente juntadas as folhas, serão estas pregadas com pontas galvanizadas ou de cabeça de chumbo, cobertas com uma carapuça côncava de zinco soldada à mesma folha. Estas pontas serão colocadas a 70 cm de distância, no correr do sarrafo de mais de 1,50 m de comprimento. Quando a largura de uma face de telhado for superior ao comprimento de uma folha de zinco, a folha superior cobrirá a inferior com sobrepono de 20 cm e será pregada na

forma acima indicada com duas pontas na largura da folha.

Calhas e canos

Art. 65. As calhas e canos de zinco serão executadas conforme os desenhos de detalhes do projeto respectivo; as folhas deverão dar o desenvolvimento inteiro da seção transversal da calha ou do cano, não sendo admitida emenda no sentido longitudinal. As soldas das peças nas calhas serão feitas de ambas as faces; os canos ou condutores verticais serão de embutir, sem solda alguma.

Ferro em contato com o zinco ou com o cobre

Art. 66. Todo o ferro empregado nas coberturas de zinco ou de cobre será estanhado na parte em contato com o zinco. Indicações especiais do engenheiro-residente darão ao empreiteiro os esclarecimentos complementares de execução para o estabelecimento das calhas e canos.

Cobre

Art. 67. As coberturas, calhas e canos de cobre serão executados conforme o especificado para o zinco; neste caso, o engenheiro-residente dará as indicações, por ordem de serviço, ao empreiteiro, marcando a grossura e o peso do cobre.

Chumbo

Art. 68. Para coberturas, calhas, cano de chumbo e mais obras, seguir-se-ão as indicações dadas por ordens de serviço, que determinarão a grossura do chumbo e o modo da aplicação na obra respectiva, e mais o sistema da segurança, conforme o caso.

Vidros

Art. 69. As coberturas de vidro serão sempre compostas de armação de ferro especial ou caixilho, para receber o vidro. A forma da armação, classe, qualidade, grossura e mais particularidades dos vidros serão indicadas por ordens de serviço do engenheiro-residente. Todo o ferro da armação respectiva será pintado com três demãos de zarcão, recebendo depois a cor definitiva que for escolhida pelo engenheiro-residente. A massa para a colocação dos vidros será composta de zarcão, alvaiade de chumbo e óleo de linhaça, triturados até obter-se a homogeneidade perfeita das partes.

XII - VIDRAÇAS

Qualidade

Art. 70. Os vidros empregados na obras serão da melhor qualidade na classe indicada; serão bem transparentes e claros, não influenciando em nada nas cores vistas através; serão livres de qualquer defeito, perfeitamente planos e sem bolhas.

Classificação

Art. 71. Os vidros serão classificados nas seguintes categorias: 1ª vidros 1/2 grossura; 2ª vidros grossos; 3ª vidros de espelho; 4ª vidros de diversas cores; 5ª vidros especiais de ornamentação de igreja; 6ª vidros despolidos opacos; 7ª vidros esmerilhados.

Escolha

Art. 72. A classe e qualidade dos vidros serão indicados por ordem de serviço do engenheiro-residente.

Assentamento

Art. 73. Ter-se-á o maior cuidado no assentamento dos vidros em caixilhos, tanto de ferro como de madeira. Antes de serem os vidros colocados nos rebaixos do respectivo caixilho, serão esses bem limpos e raspados, e o caixilho receberá uma demão de alvaiade (quando de madeira), ou de zarcão (quando de ferro). Os vidros serão assentados em seus respectivos lugares e seguros nos caixilhos com pequenos pregos sem cabeça denominados de *vidraceiro*, dispostos a 15 cm de distância um do outro e, depois, seguros com massa aplicada e comprimida fortemente contra os vidros e o caixilho. A massa nunca deverá passar a face do rebaixo interior e deverá ser igual em largura em todo o perímetro do vidro.

Vidros para coberturas

Art. 74. Os vidros para telhados ou coberturas serão sobrepostos de 10 cm na parte inferior, sendo a base do vidro sobreposto cortada em ângulo obtuso ou em curva. Entre o vidro de baixo e o de cima, na parte sobreposta, será conservado um pequeno vão de 5 mm com o fim de facilitar o escoamento das condensações, que sempre se produzem na face interior do vidro. O modo de assentamento dos vidros, neste caso, será sempre indicado pelo engenheiro-residente, por ordem de serviço e conforme o caso, indicando ao mesmo tempo a classe e qualidade dos vidros. Se a cobertura for feita com telhas de vidro do formato das telhas francesas, o modo de assentá-las será idêntico ao seguido com aquelas telhas.

XIII - PINTURA E FORRAÇÃO

Qualidade das tintas

Art. 75. As tintas empregadas, tanto para a pintura simples como para a decorativa, serão sempre compostas com materiais de primeira qualidade e deverão ser empregadas com toda as exigências da arte. O emprego do pó-de-sapato será absolutamente proibido.

Pintura

Art. 76. Para as pinturas inferiores será empregado o alvaiade de zinco exclusivamente; para as exteriores, o alvaiade de chumbo. A tinta para forro será preparada unicamente com mínimo de ferro puro sem mistura de ocre de qualidade alguma.

Óleo

Art. 77. Para desmanchar as tintas será empregado o óleo de linhaça puro e a essência de terebintina. Serão as tintas desmanchadas conforme as regras da arte, de sorte que, sendo estendidas em um vidro, depois da trituração, não se percebam grãos de alvaiade ou de outras matérias que entraram na composição.

Aplicação

Art. 78. Antes de ser aplicada qualquer tinta, será perfeitamente escovada a madeira e livre de poeira, de barbas das molduras e outras asperezas na sua superfície; sendo queimados os nós pelo processo empregado na parte da pintura. O ferro será bem limpo de qualquer mancha de oxidação. No caso de aplicação da pintura em paredes, será a superfície das mesmas embebidas com uma demão de óleo de linhaça servido com letargírio. Depois de seca aplicar-se-á uma primeira demão de alvaiade de zinco e, depois de seca esta, serão aplicadas as demais tintas, que formarão a cor e os desenhos indicados.

Recusa de pintura feita

Art. 79. Toda pintura que apresentar sinal de fraude na sua composição ou que for mal aplicada, será recusada e feita de novo à custa do empreiteiro, sofrendo este os prejuízos que de tal fato derivaram.

Cores

Art. 80. As cores adequadas e o número de demãos a aplicar-se, em madeira, ferros ou

paredes serão indicadas pelo engenheiro-residente, em ordens de serviço.

Limpeza após o trabalho

Art. 81. Terminado o serviço de pintura, o empreiteiro mandará limpar os soalhos e ladrilhos; e, bem assim, os vidros de qualquer outra parte onde tiver caído tinta no correr do serviço de pintura.

Pinturas decorativas

Art. 82. Nas pinturas decorativas, após os preparos necessários - tanto para a madeira ou ferro, como para as paredes ou tetos -, o artista fará as decorações de conformidade com as regras da arte e seus processos, observando as indicações do engenheiro-residente.

Forração a papel

Art. 83. Nos quartos ou aposentos que tiverem de receber a forração a papel, verificar-se-á o perfeito estado das paredes, que serão lixadas e bem limpas e receberão uma primeira forração de papel comum, antes de ser aplicada a forração definitiva. O trabalho será feito com a maior perfeição e qualquer prejuízo cusado por imperícia dos operários ou por qualquer outra forma, na execução deste serviço, correrá por conta do empreiteiro. A qualidade dos papéis, assim como sua disposição nos aposentos, serão indicadas ao empreiteiro pelo engenheiro-residente.

XIV - TRABALHOS DIVERSOS

Mármore

Art. 84. A qualidade dos mármore, que forem aplicados nas obras e suas dimensões respectivas, serão indicadas, por ordem de serviço e pelos desenhos de detalhe.

Ferro

Art. 85. Todo o ferro que for empregado nas obras será da melhor qualidade e sem defeitos; as superfícies ou faces serão bem limpas, não apresentando traços de oxidação. Os ferros laminados, para cantoneiras, caixilhos de ferro ou outras obras, deverão estar de acordo com as amostras ou indicações especiais. Todas as obras de ferraria serão executadas com o maior cuidado, de conformidade com os desenhos de execução e as ordens de serviço do engenheiro-residente. Todos os ferros, seja qual for a sua utilidade nas obras, receberão, antes

de serem assentes no lugar respectivo, uma demão de zarcão em todas as suas faces. O maior cuidado será tomado no assentamento de qualquer peça de ferro para que esta apresente a máxima resistência ou estabilidade de que for capaz, no lugar em que tiver de ser aplicada. As armações para telhados, os caixilhos para vidraças, os consoles etc., serão assentados cuidadosamente e previamente examinados pelo engenheiro-residente, antes de serem colocados em seus respectivos lugares.

Ferragens

Art. 86. As ferragens para portas, janelas e outros misteres serão sempre de primeira qualidade e, em geral, de metal amarelo, sendo o empreiteiro obrigado a conformar-se com as amostras ou marcas, que lhe forem indicadas por ordem de serviço do engenheiro-residente. Será feito o assentamento das ferragens com o maior cuidado e perfeição, e qualquer prejuízo causado às peças de madeira onde forem aplicadas correrá por conta do empreiteiro. Depois de concluídos os trabalhos de pintura, o empreiteiro verificará o estado de todas as ferragens, certificando-se do bom funcionamento de todas as peças. Antes da recepção definitiva, o engenheiro-residente procederá a nova verificação, ordenando as reparações e substituições que julgar necessárias.

XV - CANALIZAÇÕES INTERNAS

Qualidade do material

Art. 87. As canalizações no interior dos edifícios, até a face exterior das paredes, serão feitas com material escolhido e todo de primeira qualidade.

Mão-de-obra

Art. 88. O trabalho de mão-de-obra será feito com toda a perfeição e experimentado pelo engenheiro-residente no correr do assentamento, especialmente na conclusão do serviço. Quaisquer defeitos que apresentar a canalização, quer de material, quer de mão-de-obra, serão reparados pelo empreiteiros, por cuja conta correrão as despesas e prejuízos resultantes.

Acceptação

Art. 89. As obras das canalizações só serão aceitas depois de seu perfeito funcionamento durante vinte dias consecutivos.

Encanamento para água

Art. 90. Os encanamentos para distribuição de água serão de chumbo ou de ferro galvanizado, conforme determinar o engenheiro-residente, que indicará os diâmetros para cada caso. A ligação de dois canos entre si será sempre feita por meio de solda ou luva de rosca guarnecida com massa de alvaiade de chumbo.

Encanamentos para esgotos

Art. 91. Os encanamentos para esgotos serão de ferro fundido galvanizado, de cobre, de grés ou de barro vidrado. Os encanamentos de ferro fundido galvanizado, para esgotos, serão estabelecidos em sentido vertical com suas curvas, sifões e ramificações necessárias; deverão ser seguros nas paredes - embutidos ou à face das mesmas - por ganchos de ferro especiais galvanizados. As junções serão retomadas com estopa coberta e chumbo bem apertado a martelo. Os canos de cobre para esgotos serão feitos especialmente para as bocas dos recipientes respectivos, e deverão embutir uns nos outros, sem soldas, apenas ligados com massa de minium nas junções. Serão seguros com ganchos de ferro galvanizados especiais. A grossura do cobre, segundo sua aplicação, será indicada pelo engenheiro-residente. Todos os detalhes de construção, para o assentamento das canalizações, serão fornecidos ao empreiteiro por ordem de serviço do engenheiro-residente, de acordo com os desenhos, descrições e indicações.

Canalização para gás

Art. 92. No caso de canalização para gás, seguir-se-á o processo do art. 90, observadas as indicações e ordens de serviço do engenheiro-residente. Esta canalização, sendo feita em geral com canos de chumbo, serão estes sem moessa, depressão ou qualquer deformação. As junções dos canos e destes com as ramificações serão feitas com todo o cuidado e de conformidade com as prescrições da arte.

Banheiras, W.C. fogões, etc.

Art. 93. As banheiras, W.C., fogões, bocas de esgotos, sumidouros, torneiras, lampiões, estátuas, etc., serão assentes ou colocados em seus competentes lugares pelo respectivo empreiteiro, conforme as indicações do engenheiro-residente. No caso de serem estes utensílios fornecidos pelo empreiteiro, as amostras ou marcas serão por ele submetidas à aprovação prévia do engenheiro-residente. Quer neste caso, quer quando o fornecimento for feito ao empreiteiro, os mesmos utensílios deverão ser isentos de defeitos, tanto da qualidade como na forma ou colocação.

Observação gerais sobre preços

Art. 94. Nos preços estipulados na tabela anexa estarão incluídos: *o descobrimento e abertura de pedreiras; a extração, preparo e fornecimento dos diversos materiais a empregar nas obras; a aplicação dos materiais na obra; o fornecimento e emprego de andaimes, cimbres, aparelhos mecânicos, ferramentas, utensílios, etc.; e todas as demais despesas ordinárias e extraordinárias, que forem necessárias para a execução das obras, inclusive os transportes dos respectivos materiais até o local do emprego.*

Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital, em Belo Horizonte, aos 20 de dezembro de 1894 - O engenheiro-chefe, *Aarão Reis*.⁹⁸

TABELA DE PREÇOS

N.	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNIDADES	PREÇOS
	<i>I - Trabalhos preparatórios</i>		
1	Roçada em capoeira	m ²	\$010
2	Ditas em capoeirão a machado	m ²	\$020
3	Destocamento (cada toco de diâmetro superior a 15 cm)	Cada um	\$400
4	Pontes estivadas para caminhos de serviço, com 5 a 10 m de vão	metro linear	10\$000
5	Ditas com mais de 10 m de vão	metro linear	12\$000
	<i>II - Movimento de terras</i>		
6	Escavação em terra, para desaterros ou para fundações de edifícios, até 1,60 m de profundidade	m ³	\$900
7	Ditas de pedra solta, pedregulho ou moledo, até 1,60 m de profundidade	m ³	2\$050
8	Dita em terra, de 1,60 m a 3 m de profundidade	m ³	1\$350
9	Dita de pedra solta, pedregulho ou moledo, até 1,60 m de profundidade	m ³	2\$600
10	Acréscimo de preço para a escavação quando feita abaixo de 3 m de profundidade; para cada metro de profundidade	m ³	\$900
11	Dito para cada metro de profundidade abaixo do nível natural das águas	m ³	1\$440
12	Escoramento de cavas para fundações	m ²	5\$000
13	Transporte de materiais extraídos	metro linear	\$003
14	Apiloamento de terra em camadas de 20 a 30 cm de espessura	m ³	\$300
	<i>III - Cantarias e alvenarias</i>		
15	Cantaria com argamassa n. 1	m ³	119\$100
16	Alvenaria de aparelho com argamassa n. 3	m ³	55\$200
17	Dita de lajões com argamassa n. 9	m ³	35\$200
18	Dita de ditos sem argamassa	m ³	26\$800
19	Dita ordinária com argamassa n. 3	m ³	46\$200
20	Dita <i>idem</i> n. 9	m ³	29\$100
21	Dita <i>idem</i> sem argamassa	m ³	17\$100
22	Dita de tijolos com argamassa n. 3	m ³	60\$100

N.	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNIDADES	PREÇOS
23	Dita <i>idem</i> com dita n. 9	m ³	48\$700
24	Concreto com argamassa n. 3	m ³	69\$800
25	Dito com argamassa n. 9	m ³	41\$400
26	Aparelho grosso a picão	m ²	6\$000
27	Dito fino a ponteiro	m ²	12\$000
28	Dito liso a escopro ou escoda	m ²	20\$000
29	Rejuntamento com argamassa n. 3	m ²	1\$300
30	Dito com argamassa n. 6	m ²	1\$100
31	Esboço e reboco com argamassa n. 3	m ²	2\$800
32	Dito com argamassa n. 6	m ²	2\$400
33	Frontal de tijolos ocios, madeira e argamassa n. 9	m ²	12\$000
34	Dito de ditos comuns, madeira e argamassa n. 9	m ²	8\$500
35	Paredes de tabique e estuque, de tabuado grosso, ripas e argamassa n. 9	m ²	9\$000
36	Acréscimo de preço para cantaria, quando empregada a mais de 5 m acima do solo	m ³	8\$000
37	Dito para alvenaria de pedra, <i>idem</i>	m ³	4\$000
38	Dito para alvenaria de tijolo, <i>idem</i>	m ³	1\$600
39	Dito para cantaria ou alvenaria de tijolo, quando empregada em abóbadas	m ³	2\$000
40	Dito de alvenaria ordinária, <i>idem</i>	m ³	5\$000
41	Pedra britada para lastro ou concreto	m ³	11\$700
<i>IV - Coberturas</i>			
42	Telhado com telhas francesas e madeiramento de pinho de Riga ou madeira de lei, serrada	m ²	12\$000
43	Dito com telhas chatas nacionais e madeiramento de pinho de Riga ou madeira de lei, serrada	m ²	10\$000
44	Dito com telhas curvas nacionais, <i>idem, idem</i>	m ²	8\$000
45	Dito com telhas curvas nacionais e madeiramento de pau roliço	m ²	5\$000
46	Dito com telhas de zinco ondulado e madeiramento de pinho de Riga ou madeira de lei, serrada	m ²	10\$000
47	Dito com telhas de zinco ondulado e armação de ferro	m ²	28\$000
48	Telhado com telhas de zinco ondulado e armação mista de ferro e madeira	m ²	20\$000
49	Dito com telhas de zinco liso e armação de ferro	m ²	34\$000
50	Dito com telhas de zinco liso e armação de madeira	m ²	24\$000
51	Dito com telhas de zinco liso e armação mista de madeira e ferro	m ²	29\$000
52	Telhas chatas, francesas	m ²	6\$000
53	Ditas chatas, nacionais	m ²	4\$500
54	Ditas curvas, nacionais	m ²	2\$500
55	Ditas de folhas de zinco ondulado	m ²	5\$000
56	Ditas de folhas de zinco liso	kg	2\$500
57	Ditas de louça ou de vidro	m ²	50\$000
<i>V - Ladrilhos e calçamentos</i>			
58	Lajedos para calçada ou passeios, de pedra lavrada a picão, assentes na obra	m ²	18\$000
59	Calçada de paralelepípedos, pronta	m ²	10\$000
60	Dita de alvenaria ordinária, <i>idem</i>	m ²	4\$000
61	Pedra plástica para calçadas, passeios ou para forros de embasamento	m ²	16\$000
62	Ladrilhos litóido-mosaicos, de 1ª ordem, formando medalhões, assentes no lugar sobre lastro de concreto	m ²	28\$000
63	Ditos, ditos de 2ª ordem, de várias cores, assentes no lugar sobre lastro de concreto	m ²	22\$000

N.	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNIDADES	PREÇOS
64	Ditos de 3ª ordem, de uma ou duas cores, <i>idem</i>	m ²	15\$000
65	Ditos de pedra plástica ou de cimento, pronto no lugar	m ²	10\$000
66	Ditos de mármore, assentes no lugar	m ²	30\$000
67	Ditos de tijolos, assentes no lugar	m ²	4\$600
68	Folhas de mármore para degraus, soleiras, peitoris, etc.	m ²	35\$000
69	Calçamento de macadame	m ²	3\$000
<i>VI - Soalbos e forros</i>			
70	Soalho de macho e fêmea, com frisos de 10 cm de pinho de Riga ou madeira de lei, com o competente vigamento	m ²	15\$500
71	Dito, dito, com folhas largas, <i>idem</i>	m ²	10\$900
72	Dito de juntas secas, <i>idem</i>	m ²	8\$500
73	Dito de madeira de lei de várias cores formando medalhões, <i>idem</i>	m ²	36\$500
74	Dito de pranchões de 5 cm sobre vigamento de madeira de lei	m ²	16\$000
75	Forros de saia e camisa com o competente vigamento	m ²	7\$600
<i>VI - Esquadrias</i>			
76	Portas ou janelas, almofadas, com molduras, de 1ª ordem, assentes no lugar, com as respectivas ferragens	m ²	44\$000
77	Ditas com molduras de 2ª ordem, <i>idem, idem</i>	m ²	30\$000
78	Dita, de calha comum, <i>idem, idem</i>	m ²	12\$500
79	Portas interiores com vidros, <i>idem, idem</i>	m ²	25\$700
80	Caixilhos para janelas e banheira com vidros, <i>idem, idem</i>	m ²	21\$000
<i>VIII - Ornamentação</i>			
81	Estuque em parede ou teto, com cal	m ²	8\$000
82	Dito com gesso liso	m ²	15\$000
83	Dito, em teto com armação de madeira sustentada por arame grosso à armação do telhado	m ²	30\$000
84	Dito, dito, com armação de ferro e abóbada de tijolo servindo a mesma para base de ladrilhamento	m ²	25\$000
85	Cimalhas, molduras e outras peças de ornamentação, lisas, nas paredes de alvenaria	m ²	30\$000
86	Ditas, ditas nos tetos de estuque		
87	Ditas, ditas de madeira na obra	m ³	300\$000
88	Vidros comuns colocados em obra	m ²	6\$000
89	Ditos reforçados, <i>idem</i>	m ²	9\$000
90	Ditos, duplos, lavrados, <i>idem</i>	m ²	15\$000
91	Ditos, grossos, com labores ricos, <i>idem</i>	m ²	30\$000
92	Pintura lisa, a três mãos de tinta	m ²	2\$400
93	Ditas, imitação de bronze, para ferro	m ²	3\$000
94	Dita decorativa em paredes	m ²	10\$000
95	Ditas em tetos	m ²	17\$000
96	Ditas, a ocre ou caiação a cola, com filetes a óleo	m ²	\$400
97	Caiação comum	m ²	\$120
98	Forração a papel em aposentos	m ²	1\$200
99	Dita a papel superior, em grandes salões	m ²	5\$000
<i>IX - Trabalhos diversos</i>			
100	Escada de madeira de lei envernizada com corrimãos e forros, colocada na obra	degrau	40\$000
101	Dita de ferro fundido, em espiral, <i>idem</i>	degrau	25\$000
102	Dita com armação de ferro e de degraus de mármore, <i>idem</i>	degrau	60\$000
103	Balaustradas de madeiras de lei envernizadas, com corrimãos e chapins	metro linear	40\$000

N.	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UNIDADES	PREÇOS
104	Ditas de pedra plástica ou de cimento, para terraços, platibandas, etc.	metro linear	36\$000
105	Madeira de lei ou pinho de Riga, serrada nas quatro faces, na obra	m ³	165\$000
106	Aparelhamento de madeira, nos casos imprevistos aqui	m ²	\$600
107	Condutores e calhas de cobre colocados na obra	metro linear	18\$000
108	Ditos, ditos, de zinco, <i>idem</i>	metro linear	10\$000
109	Canos de chumbo, <i>idem</i>	kg	1\$000
110	Dito de ferro, <i>idem</i>	kg	\$600
111		kg	1\$200
112	Canos de barro vidrado, de 30 cm de diâmetro, <i>idem</i>	metro linear	15\$000
113	Ditos, ditos, de 15 cm, <i>idem</i>	metro linear	6\$000
114	Ditos, ditos, de 10 cm, <i>idem</i>	metro linear	4\$000
115	Ditos, ditos, de 5 cm, <i>idem</i>	metro linear	2\$000
116	Ferro forjado ou laminado, em obra	kg	1\$400
117	Dito fundido, <i>idem</i>	kg	\$600
118	Zinco liso, <i>idem</i>	kg	2\$500
119	Dito modelado, <i>idem</i>	kg	3\$500
120	Cobre, na obra	kg	4\$500
121	Latrina de luxo com tampo de madeira envernizada e caixa para lavagens automáticas, assentada no lugar	cada uma	250\$000
122	Dita inferior, <i>idem</i>	cada uma	150\$000
123	Dita comum, <i>idem</i>	cada uma	60\$000
124	Fogões de luxo, assentados e prontos para funcionar	cada um	600\$000
125	Dito inferior, nas mesmas condições	cada um	300\$000
126	Dito comum, para família, nas mesmas condições	cada uma	150\$000
127	Banheira de luxo, de ferro esmaltado, com caixa envernizada e aparelhos completos, assentada	cada uma	500\$000
128	Dita inferior, completa, mas sem luxo, <i>idem</i>	cada uma	200\$000
129	Pára-raios de luxo, com ornatos, colocado no lugar e pronto para funcionar	cada um	1.000\$000
130	Dito simples, mas completo, <i>idem</i>	m ³	600\$000
	<i>X - Argamassa</i>		
131	Argamassa n. 1 (cimento puro)	m ³	229\$400
132	Dita n. 2 (1 de cimento e 1 de areia)	m ³	144\$000
133	Dita n. 3 (1 de cimento e 2 de areia)	m ³	96\$300
134	Dita n. 4 (1 de cimento e 3 de areia)	m ³	80\$400
135	Dita n. 5 (1 de cimento e 4 de areia)	m ³	71\$500
136	Dita n. 6 (1 de cal e 1 de areia)	m ³	67\$300
137	Dita n. 7 (1 de cal e 1/2 de areia)	m ³	55\$200
138	Dita n. 8 (1 de cal e 2 de areia)	m ³	48\$000
139	Dita n. 9 (1 de cal e 3 de areia)	m ³	39\$400

Observação: Para os trabalhos especiais não-contemplados nesta tabela vigorarão os preços constantes do orçamento da respectiva obra; e, na falta destes, os que forem ajustados previamente. Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital, em Belo Horizonte, aos 20 de dezembro de 1894. O engenheiro-chefe, *Aarão Reis*".

NOTA

98 MINAS GERAIS. Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894. Regula o disposto no art. 2º da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, adicional à Constituição do Estado. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais: 1894*. Outo Preto: Imprensa Oficial, 1895, p.118-129.

O GRANDE HOTEL - A PONTE DAVI CAMPISTA -
PROJETO DE MUDANÇA DAS CAPITAIS FEDERAL E DO ESTADO -
CONCORRÊNCIA PARA AS OBRAS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA -
PALÁCIO PRESIDENCIAL, MATRIZ, CAPELA - REGULAMENTO N. 803



Em fins de 1894, boa etapa estava vencida pela Comissão Construtora com a realização dos principais estudos, trabalhos preliminares e projetos. Vivia agora os seus esforços para o início das construções no perímetro destinado à cidade, tarefa sem dúvida ainda mais pesada do que a primeira. Mas o engenheiro-chefe estava de ânimo sereno para enfrentá-la, apesar das dificuldades de transporte com que lutava, pois ainda estava em construção o ramal férreo.

Já *O Contemporâneo*, de 23 de setembro, noticiava estar em concorrência, até o dia 8 de outubro, a construção de um grande hotel, de acordo com o projeto aprovado pelo governo do Estado, cujas cópias poderiam ser examinadas na Secretaria da Agricultura, em Ouro Preto, e no Rio de Janeiro, na Agência Comercial da Comissão, à Rua do Rosário, 58, 2º andar, criada antes pelo engenheiro-chefe com autorização do governo. No momento oportuno, historiamos a construção e a inauguração desse hotel que, afinal, passou a ser obra particular.

Outra obra cuja construção ia entrar em andamento era a da ponte que havia de ligar a Estação de Minas ao centro da cidade, sobre o ribeirão dos Arrudas, ao fim da Avenida do Comércio (hoje Santos Dumont) e a 6 de outubro o Dr. Aarão Reis submetendo à aprovação do governo o respectivo projeto, oficiava à Secretaria da Agricultura sobre a denominação que deveria receber:

“Como é esta a primeira obra que terá de ser construída na nova cidade, proponho que, em justa homenagem ao ilustre cidadão que, como secretário da Agricultura, organizou esta Comissão, regulamentando seus variados serviços e enfrentando com firmeza e decisão as dificuldades que foi mister superar para instalá-la - seja essa ponte denominada *Davi Campista*.

Tal providência que consubstanciava a mais justa homenagem ao notável conterrâneo, que fora o grande auxiliar do Conselheiro Afonso Pena na preparação e execução das grandes e urgentes medidas que se fizeram necessárias nos primeiros dias, foi imediatamente aprovada pelo governo, assim como os projetos que acompanhavam tal



Dr. Davi Campista, secretário da Agricultura e Obras Públicas do governo Afonso Pena, um dos organizadores da Comissão Construtora da Nova Capital.

proposta, sendo a construção da ponte contratada com o Sr. Manuel Lourenço Laranjeira, a 27 de outubro do mesmo ano.*

Foi justamente nesse período que se agitou no País a idéia de se mudar a Capital Federal, sendo lembrada para tal fim a cidade de Barbacena. O *Contemporâneo* do dia 7 do referido mês publicou, mesmo na íntegra, um projeto apresentado na Câmara Federal pelo deputado Herculano de Freitas, o qual não teve andamento. E, no dia 14,⁹⁹ circulava o boato de ser pensamento de alguns deputados federais a mudança provisória daquela capital para Ouro Preto, passando a capital de Minas a funcionar também provisoriamente em Sabará, sendo então aproveitada a vizinha cidade de Santa Luzia para o estabelecimento de algumas repartições. O referido jornal aplaudia muito aquelas projetadas medidas que, todavia, não passavam de projeto...

Iniciou-se o ano de 1895 em Belo Horizonte com a abertura de concorrência pública no dia 1º de janeiro, para execução dos seguintes serviços: abastecimento de água, orçado por 900:000\$000; Matriz no alto do Cruzeiro, por 400:000\$000; Capela do Rosário¹⁰⁰ (hoje pertencente ao Orfanato Santo Antônio), por 40:000\$000; sendo ao mesmo passo atacadas as obras do Parque,¹⁰¹ de 360.000 m², por administração, em pequenas empreitadas.

A 11, o governo do Estado expedia o Decreto n. 803, com o seu respectivo regulamento seguinte, dispondo sobre a planta da cidade, sobre os terrenos compreendidos dentro do seu perímetro, sobre a venda de lotes, sobre os lotes concedidos a funcionários públicos, e aos proprietários de casas em Ouro Preto, etc..

Capítulo I

DA PLANTA DA CIDADE DE MINAS

Art. 1º A planta geral da Cidade de Minas será desenhada em escala de 1.4000.

Art. 2º A sua área será dividida em seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene.

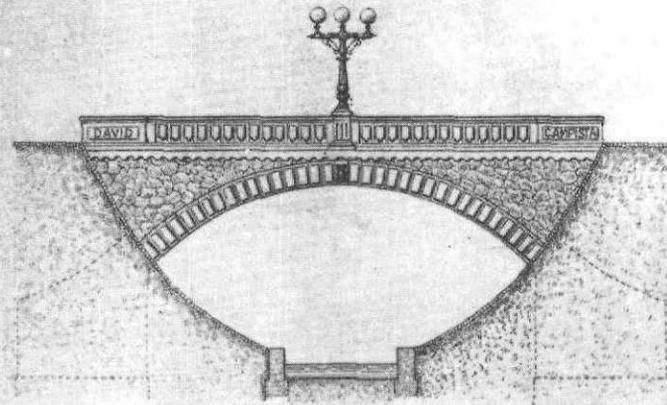
Parágrafo único. As seções serão separadas na planta geral por traços de tinta azul e designadas por algarismos romanos; os quarteirões, avenidas e ruas serão designados por

* Essa ponte alargada e reconstruída, mais tarde, recebeu outra denominação.

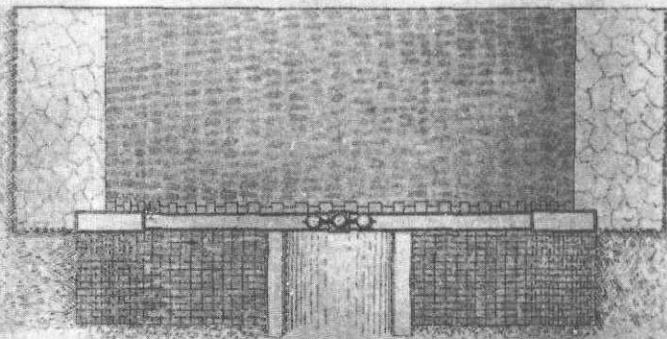
ESTADO DE MINAS GERAES
COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL

PONTE SOBRE O CANAL NA PRAÇA DA ESTACÃO

ELEVACÃO



ME TADE DA PLANTA



Projeto da ponte sobre o canal da Praça da Estação (hoje Rui Barbosa).

BIBLIOTECA DA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
MEMÓRIA TÉCNICA

BIBLIOTECA DA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
MEMÓRIA TÉCNICA

algarismos arábicos, em numeração ordinal, que será repetida em cada seção; e os lotes de cada quarteirão serão também designados por algarismos arábicos, do tipo menor, em numeração cardinal, repetida em cada quarteirão de modo que cada lote, além do seu número, será designado pelo número de seu quarteirão e da seção a que este pertencer.

Art. 3º As praças, avenidas e ruas receberão denominações que recordem as cidades, rios, montanhas e datas históricas mais importantes, quer do próprio Estado de Minas Gerais, quer da União e, bem assim, dos cidadãos que, por seus serviços relevantes, houverem merecido da Pátria Brasileira.

Art. 4º Na mesma planta serão designados os lugares destinados para os edifícios públicos, templos, hospitais, cemitérios, parques, jardins, matadouros, mercados, etc.; os quarteirões e lotes que convenha deixar reservados; e, bem assim os lotes destinados a concessões aos funcionários públicos estaduais e aos proprietários de casas em Ouro Preto, nos termos dos n. 7 e 8 do art. 2º da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, e aos ex-proprietários em Belo Horizonte que o tenham havido por indenização, observadas as condições das respectivas escrituras.

Parágrafo único. Essa designação será feita pelos nomes dos respectivos edifícios ou logradouros; pelas letras r e R, para os quarteirões e lotes a reservar; pelas letras F e P, para lotes destinados aos funcionários estaduais e aos proprietários de casas em Ouro Preto; e pelas letras B e H, para os lotes destinados aos proprietários em Belo Horizonte.

Art. 5º Da planta desenhada de conformidade com o art. 1º ficará arquivado um exemplar na secretaria da Comissão Construtora e outro na Secretaria de Estado da Agricultura, e, depois de aprovada, será ela reproduzida em escala menor e em grande número de exemplares, que serão distribuídos a todas as Câmaras Municipais do Estado e expostas ao exame do público em diversos lugares.

Capítulo II

DOS TERRENOS COMPREENDIDOS DENTRO DO PERÍMETRO NA NOVA CAPITAL

Art. 6º Os terrenos compreendidos dentro do perímetro da nova capital serão vendidos com as formalidades estatuídas neste regulamento, excetuados os precisos para a construção dos edifícios públicos, bibliotecas, museus, hospitais, templos, mercados, logradouros públicos, etc.; e os destinados aos funcionários estaduais e aos de casas em Ouro Preto, nos termos dos números 7 e 8, do art. 2, da lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, e aos ex-proprietários em Belo Horizonte, que os tenham adquirido por indenização ou permuta, nos termos de suas respectivas escrituras.

Art. 7º Dos terrenos que tiverem de ser expostos à venda, o governo reservará os quarteirões ou lotes que julgar conveniente só deverem ser vendidos dez anos, pelo menos, depois da instalação da capital.

Capítulo III

DAS VENDAS DE LOTES

Art. 8º Os lotes destinados às edificações urbanas e suburbanas serão vendidos em hasta pública, excetuados os destinados a algum fim especial e os reservados nos termos do art. 6º deste regulamento.

Art. 9º A concorrência versará sobre o preço do metro quadrado de cada lote e sobre o prazo para edificá-lo.

Parágrafo único. As concorrências posteriores à primeira terão por base tabelas de preços mínimos, que serão fixados tendo-se em vista a área dos lotes, sua situação relativa à maior ou menor proximidade dos edifícios públicos, das ruas principais e do centro comercial, não devendo esses preços ser inferiores ao menor preço obtido para terrenos iguais na última concorrência anterior.

Art. 10. À proporção que for sendo concluída a locação, divisão e demarcação dos lotes de cada seção, o engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital o comunicará ao governo, que autorizará a respectiva venda, quando o julgar conveniente, tendo em vista o desenvolvimento progressivo das redes de canalização de água e de esgoto dos calçamentos e da iluminação.

Art. 11. Resolvida a venda de alguns ou de todos esses lotes, que serão designados por seus números, quarteirões e seções, o governo autorizará o engenheiro-chefe a efetuar-la.

Art. 12. O engenheiro-chefe mandará então anunciar por editais - que serão publicados no *Minas Gerais*, em outros jornais do Estado e em três dos órgãos de maior circulação na Capital Federal - que se acham à venda, pelo prazo de trinta dias, contado da data do edital, tantos lotes para prédios urbanos ou suburbanos, designando-os por suas seções, quarteirões e números e declarando qual a área e situação de cada um relativamente à proximidade dos edifícios públicos, das avenidas, praças e ruas principais ou do centro comercial; e que serão recebidas, até uma hora da tarde do último dia do prazo da concorrência, propostas devidamente seladas, assinadas, com indicação da residência dos proponentes, em cartas fechadas com o seguinte dizer: Proposta para a compra de um lote de terreno, nos termos do edital de *tal data*.

Art 13. Cada proposta só poderá mencionar um lote, que será designado por sua seção, quarteirão e número, não sendo tomadas em consideração as que mencionarem mais de um lote.

Art. 14. Nenhum proponente poderá, por si ou por interposta pessoa, apresentar propostas para compra de mais de cinco lotes em cada concorrência.

Parágrafo único. Verificada a transgressão do disposto neste artigo, o governo declarará de nenhum efeito as vendas feitas, que excederem ao número de lotes nele estipulado, restituindo as respectivas importâncias.

Art. 15. A ninguém será permitido adquirir, por si ou por interposta pessoa, seja por adjudicação em concorrências diversas, seja por transferência de outros adquirentes que ainda não tenham edificado em seus lotes, mais de 29 lotes urbanos, de 10 suburbanos, ou de 20 entre os de uma e de outra espécie.

Parágrafo único. Verificada a transgressão deste artigo, proceder-se-á pela forma indicada no parágrafo único do artigo antecedente.

Art. 16. As propostas serão abertas e classificadas por uma junta composta dos chefes da 3ª seção de 2ª Divisão, sob a presidência do chefe da Contabilidade, servindo de secretário o da Comissão Construtora e sujeitas ao julgamento do engenheiro-chefe.

Art. 17. No dia, hora e lugar designados no edital, reunida a junta classificadora, serão abertas, em presença dos interessados as propostas apresentadas, que serão lidas em voz alta pelo secretário, à proporção que forem sendo abertas e rubricadas pelos membros da junta, lavrando-se em seguida termo minucioso em livro especial, numerado, aberto e encerrado pelo engenheiro-chefe e rubricado pelo auxiliar jurídico.

Art. 18. Dentro de breve prazo, não excedente de oito dias, a junta fará classificação das propostas apresentadas, dando por escrito o seu parecer, fazendo em seguida remessa dos papéis ao engenheiro-chefe.

Art. 19. O engenheiro-chefe dará o seu despacho dentro do prazo de cinco dias, contados da data em que lhe for remetido o parecer da junta, sendo o referido despacho transcrito imediatamente no livro da porta.

Art. 20. Os interessados poderão recorrer deste despacho para o presidente do Estado, dentro do prazo de oito dias, contados da data de sua transcrição no livro da porta.

Art. 21. Esse recurso será interposto por meio de requerimento, que será entregue na secretaria da Comissão Construtora e, depois de devidamente informado pelo engenheiro-chefe, será sujeito ao julgamento do presidente do Estado.

Art. 22. Se do provimento do recurso resultar anulação de toda a concorrência, será anunciada nova com as mesmas formalidades do presente regulamento.

Art. 23. Esgotado o prazo para a interposição de recursos sem que tenham sido apresentados, ou depois de decididos pelo governo, o engenheiro-chefe mandará convidar por editais os concorrentes preferidos para virem, no prazo marcado no mesmo edital, e nunca inferior a oito dias, legalizar as suas compras, sob pena de serem elas consideradas caducas.

Art. 24. Os lotes, cujas arrematações não forem legalizadas no prazo estipulado no artigo anterior, e, bem assim, os não arrematados, poderão ser vendidos, independente de nova concorrência, com as formalidades acima prescritas; nunca, porém, por menor preço do que o obtido em concorrência para terrenos iguais, tendo-se em vista as suas áreas e a situação de cada um em relação à maior ou menor proximidades dos edifícios, das ruas principais ou de centro comercial.

Art. 25. Apresentado o requerimento ou proposta para a compra de qualquer dos lotes

de que trata o artigo antecedente, o engenheiro-chefe mandará anunciar, por edital publicado no *Minas Gerais*, o nome do proponente, o lote ou lotes constantes da proposta e os preços oferecidos, declarando que será a venda efetuada, se, dentro do prazo de quinze dias, não aparecer outro proponente oferecendo maior preço.

Parágrafo único. Se dentro desse prazo for apresentada proposta mais vantajosa, será sobre ela ouvido o primeiro proponente, o qual, dentro de quinze dias da data do aviso que lhe for feito, declarará se concorda com as condições dessa proposta e neste caso será preferido, independente de mais audiência do segundo proponente, ao qual só será feita a venda caso o primeiro proponente não queira se sujeitar às condições da proposta do segundo, ou nenhuma declaração faça no prazo marcado.

Art. 26. O proponente, cuja proposta, nos termos do artigo anterior, for definitivamente aceita, será convidado para, no prazo de quinze dias, vir legalizar a sua compra, sob pena de ser ela considerada caduca.

Art. 27. O adquirente de lote, nos termos deste regulamento, além de sujeitar-se às regras de construção, higiene e segurança dos prédios que forem posteriormente estabelecidas, ainda se sujeitará por declaração expressa no respectivo título de venda, às seguintes cláusulas:

"1ª) O adquirente de lotes para prédios urbanos os edificará dentro de prazo fatal de quatro anos, contados da data do respectivo título de compra, cercando porém a frente com muro ou jardim e fazendo o passeio na rua dentro de dois anos, contados da mesma data; e quando os lotes sejam contíguos, até o número de três, poderá fazer uma só edificação ou casa, mas com a obrigação de cultivar flores, árvores frutíferas, hortaliças, pelo menos na metade de todo o terreno."

"2ª) O adquirente de lotes para prédios suburbanos os edificará também dentro do prazo fatal de quatro anos, contados da data do respectivo título de compra, cercando, porém, todo o terreno com arame farpado ou muro, dentro do prazo de um ano, contado da mesma data; e quando os lotes sejam contíguos poderá fazer uma só edificação ou casa, mas com a obrigação de cultivar efetivamente, pelo menos, a metade de todo o terreno."

Art. 28. A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas mencionadas no artigo antecedente importará na caducidade da venda, revertendo os respectivos terrenos para o domínio do Estado, sem que nenhuma indenização caiba aos adquirentes, em comisso, por este fato, ou por qualquer melhoramento feito nos terrenos e tão-somente a retirada das benfeitorias feitas, as quais, se não forem retiradas dentro do prazo marcado no mesmo decreto de caducidade, serão vendidas em hasta pública, sendo o produto da venda, deduzida a parte dispendida com a mesma hasta pública, entregue aos adquirentes.

Art. 29. As restrições impostas nos arts. 14 e 15 só perdurarão pelo prazo de seis anos contado da data da publicação deste regulamento.

Parágrafo único. A restrição imposta no art. 11 e seguinte cessará desde que o adquirente dos lotes tenha edificado prédio em todos eles, nos termos do art. 27.

Capítulo IV

DOS LOTES CONCEDIDOS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS E AOS PROPRIETÁRIOS DE CASAS EM OURO PRETO

Art. 30. O governo do Estado de Minas Gerais cederá gratuitamente um lote de terreno na nova capital, de acordo com a planta geral que for aprovada, a cada um dos:

§ 1º funcionários estaduais existentes na data deste regulamento, e que por força de suas funções forem obrigados a transferir sua residência para a nova capital.

§ 2º proprietários de casas em Ouro Preto, situadas no perímetro estabelecido para a cobrança de imposto predial no exercício de 1890, e adquiridas ou construídas até 17 de dezembro de 1893.

Art. 31. Esses lotes não poderão ser contíguos e serão designados pelas letras F e P na planta geral da cidade, que está sendo organizada pela Comissão Construtora e sujeita à aprovação do Governo.

Art. 32. Para esse fim, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas comunicará ao engenheiro-chefe da Comissão Construtora:

1º) o número de funcionários públicos compreendidos na disposição do § 1º do art. 30.

2º) o número dos proprietários compreendidos na disposição do § 2º do art. 30.

Art. 33. Essas concessões só serão feitas aos funcionários e proprietários que as requererem dentro do prazo improrrogável de trinta dias, contado da data da aprovação da planta geral da nova capital.

Art. 34. Os requerimentos, acompanhados dos respectivos documentos, serão entregues na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Art. 35. A Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas remeterá ao engenheiro-chefe quatro listas autênticas, contendo duas os nomes dos funcionários que houverem requerido lotes urbanos e lotes suburbanos, duas dos proprietários que houverem requerido lotes de cada uma das classes citadas.

Parágrafo único. Se algum desses concessionários houver transferido, em termos hábeis, o seu direito, na respectiva lista figurará o nome do cessionário com a declaração do nome do cedente.

Art. 36. Terminado o prazo do art. 33, o governo, por decreto, declarará extinto o direito dos funcionários e proprietários que não houverem requerido suas concessões; ficando os lotes, que por esse motivo sobrarem, livres para serem vendidos nos termos dos arts. 6º e seguintes deste regulamento.

Art. 37. A distribuição dos lotes será feita por meio de quádruplo sorteio: dois para as

concessões dos lotes urbanos e suburbanos aos funcionários, e outros dois para as concessões das mesmas espécies aos proprietários.

Art. 38. Esses sorteios terão lugar na secretaria da Comissão Construtora, em dias e horas designados pelo engenheiro-chefe, anunciados por edital publicado no *Minas Gerais*, com antecedência, pelo menos, de oito dias, e perante uma junta composta do 1º engenheiro, do auxiliar jurídico e de dois cidadãos nomeados pelo governo, sob a presidência do engenheiro-chefe da Comissão Construtora, servindo de secretário o da mesma comissão.

Art. 39. No dia, lugar e hora designados, reunidos os membros da junta e à vista dos interessados presentes, o secretário organizará tantas cédulas quantos os lotes designados, respectivamente, na planta que tiver sido aprovada, designando-os pelos respectivos números, *quarteirões e seções*.

Art. 40. Essas cédulas, todas da mesma dimensão e cor, do mesmo modo enroladas, serão lançadas em uma urna pelo secretário, que em altas vozes as irá contando; fechando em seguida à chave a referida urna.

Art. 41. Em seguida o presidente da junta anunciará que vai proceder ao sorteio dos lotes que deverão caber aos funcionários (ou proprietários), designando um dos membros da junta, de nomeação do governo, para fazer a leitura dos nomes dos funcionários, constantes da respectiva lista enviada pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e o outro para a leitura das cédulas.

Art. 42. Colocada a urna em lugar visível e depois de havê-la o secretário feito girar, o membro da junta lerá o primeiro nome do concessionário constante da lista, e, em seguida, um menino, menor de 12 anos, retirará da urna uma cédula que entregará ao outro membro da junta, que, em alta voz, a lerá passando-a em seguida ao presidente.

À proporção que forem sendo lidas as cédulas, o secretário irá fazendo em uma lista especial o lançamento dos lotes sorteados, em frente dos nomes dos concessionários, designando cada lote pelo seu respectivo número, quarteirão e seção; sendo os nomes dos concessionários lidos pela ordem numérica em que estiverem na lista fornecida pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Art. 43. Terminado cada sorteio, o secretário lavrará termo que será assinado por todos os membros da junta, e no qual, além dos nomes dos concessionários e designação especificada, por seção, quarteirão e número do lote sorteado para cada um, mencionará todos os incidentes havidos.

Art. 44. Esse termo será lavrado em livro especial, numerado, aberto e encerrado pelo engenheiro-chefe e rubricado pelo auxiliar jurídico.

Art. 45. De cada termo de sorteio serão extraídas duas cópias autênticas para serem remetidas: uma à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e a outra, ao diretor da Imprensa Oficial, a fim de ser logo publicada no *Minas Gerais*.

Art. 46. Dos atos praticados pela junta haverá recurso voluntário para o presidente do

Estado, interposto dentro do prazo improrrogável de oito dias, contado da data da publicação no jornal oficial do termo de sorteio.

Art. 47. Esses recursos serão interpostos por meio de requerimentos dirigidos ao presidente do Estado, entregues na secretaria da Comissão Construtora, a fim de subirem, já competentemente informados pelo engenheiro-chefe, presidente da junta, ao conhecimento do presidente do Estado, de cuja decisão não haverá mais recurso.

Art. 48. Se do provimento de qualquer recurso interposto resultar anulação de todo o sorteio respectivo, se procederá a novo, com as formalidades deste regulamento.

Art. 49. À proporção que for sendo concluída a locação, divisão e demarcação dos lotes sorteados, o engenheiro-chefe mandará convidar, por edital, os respectivos concessionários para virem, dentro do prazo máximo de oito dias, legalizar as suas concessões mediante termos que serão lavrados no mesmo livro dos sorteios, na 3ª seção da 2ª Divisão da Comissão Construtora (Contabilidade).

Parágrafo único. Esgotado o prazo, o engenheiro-chefe comunicará ao governo os nomes dos concessionários que não tiverem comparecido para legalizar suas concessões, revertendo a propriedade dos respectivos lotes para o Estado.

Art. 50. Os concessionários serão obrigados, sob pena de caducidade decretada pelo governo, a edificar os lotes concedidos dentro do prazo improrrogável de dois anos, contados da data em que forem legalizados as respectivas concessões, nos termos do artigo antecedente, observando as regras e condições higiênicas que forem estabelecidas para a edificação na nova capital.

Art. 51. Os concessionários poderão transferir seus lotes sob as mesmas condições e ônus em que lhe são concedidos.

Art. 52. Um dos lotes contíguos a cada um dos que houverem sido concedidos aos funcionários públicos, pela forma determinada no presente capítulo, não será incluído na primeira concorrência que for anunciada e, terminada esta, será adjudicado ao concessionário deste que o requerer dentro do prazo de quinze dias depois daquela concorrência pelo preço médio que nesta for obtido para terrenos iguais.

§ 1º A compra desses lotes será legalizada no mesmo prazo fixado no art. 49.

§ 2º Os adquirentes ficarão sujeitos à obrigação imposta no art. 50.

Capítulo V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. O governo concederá a cada um dos funcionários constantes do art. 35 existentes na ocasião da mudança:

1º) uma ajuda de custo equivalente aos respectivos vencimentos de dois meses, para ocorrer as despesas de sua instalação na sede da nova capital;

2º) transporte (seu e de sua família e respectiva bagagem) desde a estação de Ouro Preto, da Estrada de Ferro Central do Brasil até a estação Central do ramal férreo da nova capital.

Art. 54. Os terrenos adquiridos nos termos deste regulamento serão sujeitos ao registro *Torrens*, dentro do prazo de cinco meses, contado da data do respectivo título de aquisição, sob pena de ser declarada caduca a venda, observadas as disposições do art. 28.

Art. 55. Este regulamento entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 11 de janeiro de 1895. *Francisco Sá*.¹⁰²

NOTAS

99 MUDANÇA das capitais. *O Contemporâneo*. Sabará, p. 1, 14 out. 1894.

100 A Capela do Rosário, por certo período, anexa ao Orfanato de Santo Antônio, constitui, atualmente, a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. Esse templo, construído segundo as concepções do neogótico, conserva, ainda hoje, em seu aspecto exterior, suas características originais. Já o seu interior perdeu importantes elementos ornamentais, como, por exemplo, o retábulo em madeira entalhada, o pára-vento e a pintura em chapa das paredes. Conserva, por outro lado, a balaustrada do coro, de execução aprimorada. Em 1956, cogitou-se de sua demolição para que no local surgisse nova edificação, projetada por Oscar Niemeyer. Entretanto, a proposta não se concretizou, tendo havido à época, protestos de entidades culturais no sentido de sua preservação. A capela mantém o culto religioso, recebendo diariamente grande número de fiéis. Seu valor histórico a singulariza no quadro das edificações religiosas da cidade, por ter sido construída pela Comissão Construtora que se mantém preservada (ESTADO DE MINAS, 3 jul., 1956).

101 O parque foi implantado em área da chácara do Sr. Guilherme Ricardo Vaz de Melo, desapropriada pela Comissão Construtora. A mesma comissão previa para o logradouro que "será este Parque o mais importante e grandioso de quantos há na América e, por si só, merecerá a visita de nacionais e estrangeiros e elevará a nova cidade acima de quantas ora atraem no Brasil. (...) Várias construções de gosto enfeitarão este belo jardim, proporcionando vários entretenimentos aos passantes". Após o período da Comissão Construtora que executou o projeto paisagístico original, de Paul Villon exceto as edificações complementares (não construídas por falta de recursos), o parque foi recebendo, ao longo dos anos, alguns melhoramentos. Registre-se, ainda, que nas primeiras décadas do século, inúmeros eventos sociais e esportivos ali aconteceram. Entretanto, a partir de 1913, e, ao longo do tempo, o Parque sofreu uma série de mutilações que o comprometeram profundamente se comparado com sua área primitiva. Em 1938, por exemplo, a Prefeitura prolongou a Rua Pernambuco até o ribeirão Arrudas, atravessando-o justamente na sua parte florestal mais importante, no local histórico em que fora celebrada a missa campal e realizado o banquete quando do assentamento das pedras fundamentais dos edifícios mais importantes da cidade (7/9/1985). Aquela área destinada à construção da Universidade de Minas Gerais, o que não se fez (mais tarde o prolongamento da Rua Pernambuco passou a chamar-se Alameda Ezequiel Dias). Confirmando as considerações acerca de suas perdas, tem-se que a área original era de 640.000 m², reduzida atualmente a 180.000 m², sendo que, destes, 38 mil são ocupados por prédios que pouco se ligam à finalidade do logradouro como o Teatro Francisco Nunes, Colégio Imaco, Abrigo Santa Teresa (atual Mercado das Flores). Por outro lado, grande parte do espaço original do Parque foi ocupado por edificações da área de saúde, escola de medicina e, até, pelo antigo campo do América (onde hoje funciona um hipermercado). A Lei n. 483, de 4/7/1955, deu ao parque a denominação de Parque Municipal Américo René Gianetti. Em 1968, o Poder Público, preocupado com a série de mutilações sucessivas sofridas pelo logradouro, através da Lei n. 1538, de 26/9/1968, proibia a construção de novas edificações em sua área, com exceção daquelas que se destinassem ao seu embelezamento ou melhor funcionamento. Contudo, em fevereiro de 1971, a Lei n. 1939 autorizou à Prefeitura a doar à Fundação Palácio das Artes parte do terreno pertencente ao Parque. Finalmente, em 1975, através do Decreto n. 17.086, o Parque foi tombado pelo IEPHA/MG. Permanece como principal logradouro de lazer da cidade, importante reserva ambiental, bastante utilizado pela população, notadamente nos finais de semana. Recentemente passou por obras de restauração que buscaram dar-lhe melhores condições de funcionalidade e, ainda, restituir-lhe beleza paisagística buscada por seu criador, o arquiteto-paisagista Paul Villon (A nova capital do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro: H. Lambaerte. 1985, p.100. PENA, Otávio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte (1711-1930)*. Belo Horizonte, 1950, p. 31/2, 37, 75, 100, 117, 138, 160, 166, 238/9. BARRETO, Abílio. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1950, p.194 - IEPHA/Setor de Pesquisa).

102 MINAS GERAIS. Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895. Estabelece as bases para o levantamento do plano geral da Capital do Estado, em construção no distrito de Belo Horizonte, desmembrado para este fim do município de Sabará, e bem assim para as concessões, vendas e distribuições de lotes urbanos e suburbanos para construção naquele distrito. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p. 84-92.

PROVIDÊNCIAS PARA AS CONSTRUÇÕES -
ANIVERSÁRIO DA COMISSÃO -
PALÁCIO DA ADMINISTRAÇÃO - CASAS PARA FUNCIONÁRIOS -
DIVERGÊNCIA DE ORIENTAÇÃO - POLITICAGEM -
CLUBE 17 DE DEZEMBRO - INÍCIO DO PALÁCIO PRESIDENCIAL



Quando aguardava a terminação do prazo estabelecido para a concorrência anunciada, o Dr. Aarão Reis foi ao Rio de Janeiro e *O Contemporâneo* do dia 20 de fevereiro de 1895,¹⁰³ noticiando a sua viagem, dizia que ele fora se entender com a Diretoria da Estrada de Ferro Central, no sentido de promover o embarque do material necessário para o serviço de construção da cidade, a fim de facilitar aos empreiteiros arrematantes de diversos serviços os meios necessários de cumprirem os seus contratos no prazo determinado.

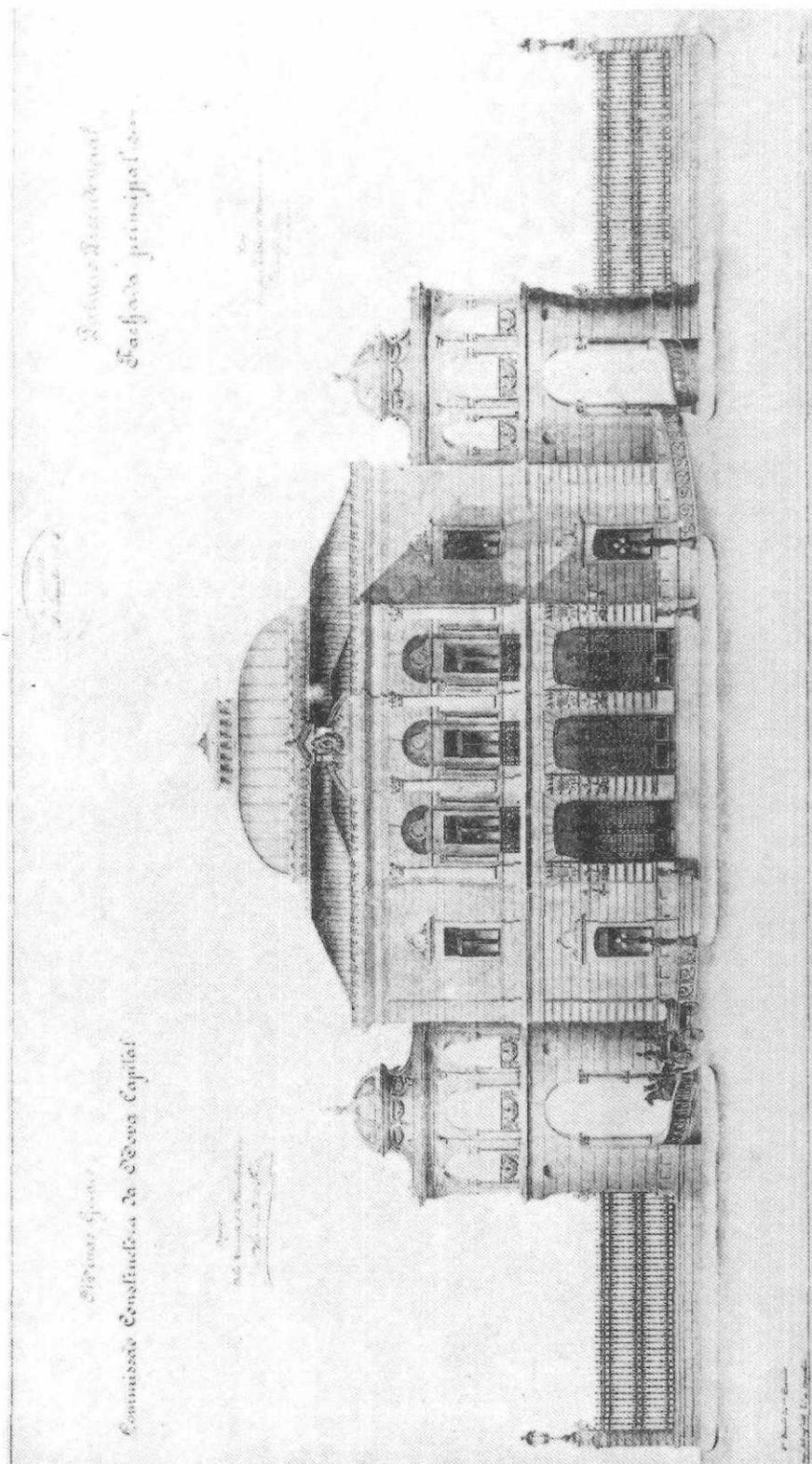
Salientava o muito que se tinha feito em menos de um ano, tendo-se em vista as imensas dificuldades de toda sorte com que lutava a Comissão desde a sua instalação, tais como, por exemplo, as determinadas pela crise de transportes naquela ferrovia e pela morosidade dos mesmos transportes de Sabará até Belo Horizonte em carros de bois, pois o ramal férreo ainda estava em construção.

Observava, porém, que aquelas dificuldades iam sendo removidas com tino, critério e notável força de vontade; que todos os serviços estavam sendo preparados com ordem e economia. Elogiava calorosamente o corpo de engenheiros da Comissão, "escolhido com escrúpulo dentre o que havia de mais notável na engenharia brasileira".

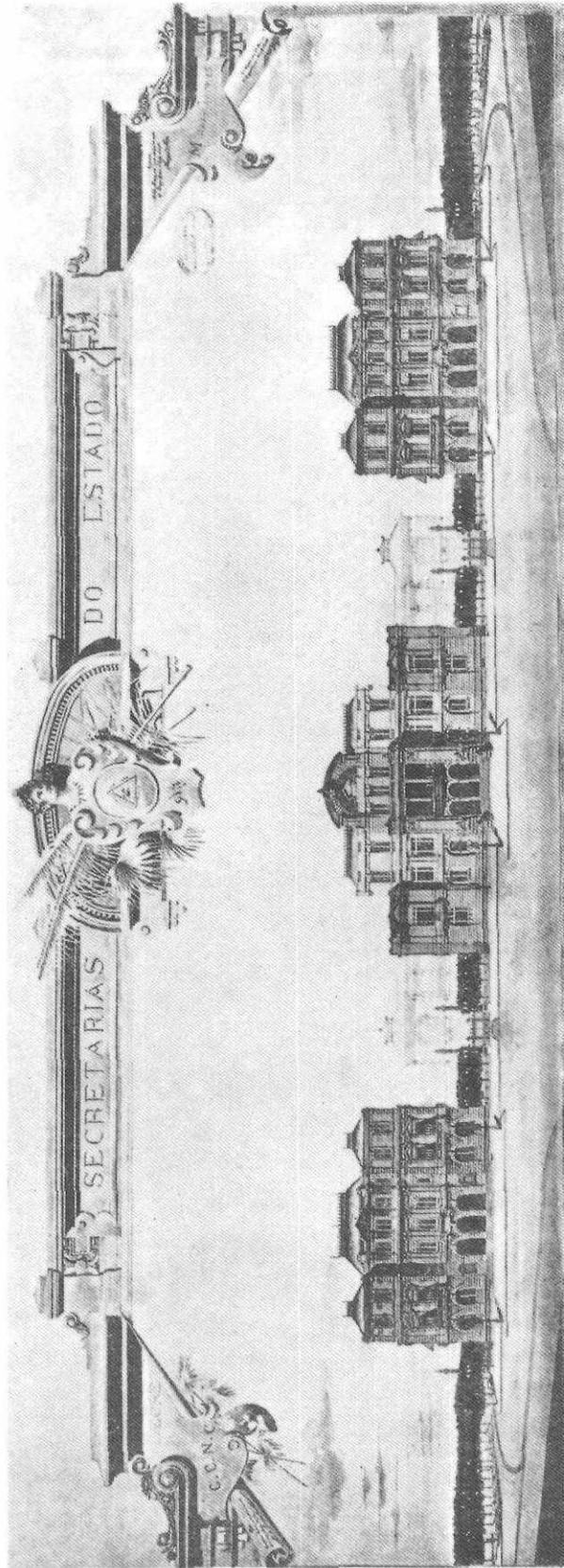
Afirmava que Belo Horizonte, graças aos esforços do Dr. Aarão Reis, estava transformada "em uma verdadeira oficina de trabalho, auxiliando para isso ao distinto chefe um pessoal técnico de primeira ordem".

À vista do exposto, vaticinava não ser de admirar que antes de terminado o prazo constitucional para a mudança da capital esta se tornasse efetiva, para honra e glória de Minas e do notável engenheiro-chefe.

O Dr. Aarão Reis pouco se demorou no Rio, pois a 19 daquele mês, já de novo em Belo Horizonte, assistia ao enlace Quadros-Cunha, a quem nos referimos em outra parte; e antes disso, isto é, a 14, data do primeiro aniversário da Comissão, telegrafava ao presidente do Estado:



Projeto da frente do Palácio Presidencial, depois de modificada.



Projetos das Secretarias da Agricultura, Interior e Finanças, em substituição ao projeto do Palácio da Administração não aprovado.

“Dr. Presidente do Estado - Ouro Preto. Saudando V. Ex^a no primeiro aniversário da organização desta Comissão, quando já ultimados os estudos definitivos, preparada a planta geral da nova cidade quase pronto o ramal férreo e encetadas já ativamente várias construções, creio poder assegurar não faltarei ao compromisso assumido, habilitando o governo a transferir, como exige a Lei, sua sede para a nova capital, dentro do prazo que termina 17 de dezembro de 1897. Assim, queira dispor, como até hoje, da colaboração eficaz dos meus companheiros de todas as categorias e da confiança do governo. *Aarão Reis.*”

Em data de 17, expedia este outro despacho telegráfico ao Dr. Francisco Sá.

“Dr. Secretário da Agricultura - Ouro Preto. Felicito V. Ex^a regresso. Já estão firmados contratos construção palácio, igreja, capela e obras abastecimento, e aguardo findar-se prazo artigo sétimo regulamento firmar para fornecimento material metálico. Estão sendo ultimados desenhos definitivos da planta geral da cidade. Chuvas ultimamente têm atrasado obras, mas não danificado. Aguardo decisão V. Ex^a projetos levados Dr. Josafá Bello. *Aarão Reis.*”

Eram oito os projetos levados ao secretário da Agricultura pelo Dr. Josafá Bello, com os Ofícios n. 18 e 19, de 9 daquele mês, a saber: o do Palácio da Administração, reunindo em si todas as repartições públicas, orçado por 1.616:503\$193, 7 tipos de casas para 219 funcionários, e cujos preços iam de 6:000\$000 a 20:000\$000. Esse grupo de casas estava orçado em 2.108:000\$000, dando uma média de 9:625\$520 por casa. Acompanhava os projetos uma tabela de quanto deveria pagar cada funcionário, de juros e amortização, em 10,15,20 e 25 anos, juros de 5%.

O projeto do Palácio da Administração não foi aprovado pelo secretário da Agricultura que, no dia 11, depois de aprovar os do Brasão do Estado e da Coroa Mural da nova cidade, oficiava nestes termos ao engenheiro-chefe:

“Em resposta ao vosso Ofício n. 18, de 9 do corrente mês, no qual submetestes à minha aprovação o projeto do Palácio da Administração, com o respectivo orçamento, na importância de 1.616:503\$193, recomendo-vos que, em vez do projeto proposto, façais organizar e remeter-me, com toda urgência, os projetos de três edifícios destinados às três secretarias de Estado e repartições anexas. A elaboração desses projetos deve ser feita de forma a não retardar-se o início da respectiva execução, a fim de que possa esta ficar acabada antes de expirar o prazo constitucional, o que aliás mais facilmente se obterá com a construção de três edifícios do que com a do único projetado. Para a instalação das secretarias e repartições anexas, ter-se-á em vista a sua atual organização, havendo, porém, salas em quantidade e amplitudes suficientes para o desenvolvimento que elas possam ter nos anos mais próximos. No edifício destinado à Secretaria do Interior serão também instaladas as Secretarias da Polícia, Inspetoria de Higiene e Instituto Vacínico; no da Secretaria das Finanças, a Coletoria e a Imprensa Oficial; no da Agricultura, a repartição de Terras e a Junta Comercial. Os três edifícios serão localizados na mesma praça, com a proximidade relativa que a conveniência do serviço público exigir. Saúde e fraternidade. O secretário de Estado, *Francisco Sá.*”

Nos seguintes termos, a 2 de março, em Ofício n. 28, respondeu o Dr. Aarão Reis:

“Acuso recebido o Aviso n. 71, de 28 de fevereiro findo, em que V. Ex^a me recomenda - em vez do projeto proposto em meu Ofício n. 18, de 9 do mesmo mês, para o Palácio da Administração, reunido num só edifício tôdas as repartições atuais do Estado - faça eu organizar, com toda urgência, os projetos de três edificios distintos, sendo um para cada uma das três Secretarias de Estado e suas repartições anexas. Já expedi ordens no sentido recomendado, e pode V. Ex^a estar certo de que não pouparei esforços para que, apesar do inevitável atraso que ocasionará esta alteração, possa a execução de tais projetos ficar concluída antes de expirado o prazo constitucional, como V. Ex^a deseja. Assim me ajude nesse empenho a saúde que já vai alterada e não sei se me permitirá insistir, por muito tempo, no excesso de esforço mental que me tem sido mister desenvolver para procurar corresponder à confiança do Governo de Minas Gerais. Saúde e fraternidade. *Aarão Reis.*”

Percebe-se, através das últimas peças de correspondência trocadas entre o Dr. Aarão Reis e o secretário da Agricultura, a frieza autoritária deste, um certo ressentimento por parte do engenheiro-chefe e a tendência que se manifestava no seu espírito no sentido de se afastar daquela chefia. Esse fato, aliás, é confirmado pelo testemunho de pessoas da época, que nos afirmam a existência, então, dentre outros, de dois motivos determinantes daquele pensamento do notável engenheiro: a deliberação em que estava o governo de reduzir o pessoal da Comissão, com o que o Dr. Aarão Reis não se conformava, e a politicagem que ameaçava lançar os seus tentáculos sobre a mesma Comissão. Naqueles dias era mesmo muito comentada a seguinte frase atribuída ao engenheiro-chefe, em relação ao caso: “A politicagem quer entrar na Comissão. É tempo de eu sair.”¹⁰⁴

Tal desentendimento ficou aliás documentado pelo próprio Dr. Aarão Reis quando, atacado violentamente por eminente político no *Contemporâneo* de 13 de abril de 1895, no dia 25, pelo mesmo jornal, dando cabal resposta ao seu contendor, escreveu dentre outros, os seguintes períodos, assinados e datados de 15:

“Tenho atravessado a minha vida de cabeça sempre erguida; e agora mesmo, tendo feito - para desempenhar-me da penosa tarefa que me foi imposta pela confiança de um estadista ímpoluto - até o sacrificio da minha saúde, dando em 14 meses de insano labor ao Estado de Minas o projeto completo, com seus principais detalhes, da sua nova capital e assegurando-lhe a execução em cifra inferior a que os próprios otimistas fixaram, retiro-me da direção dos trabalhos exatamente quando os especuladores de toda sorte, inclusive os politiquieiros, começam a entrar. Nem com uns nem com outros hei de pactuar. Não porque conteste o direito que assiste a qualquer cidadão de exercitar sua atividade no comércio e na indústria; mas porque não sei compreender e menos exercer a dualidade dos que especulam com suas posições oficiais.”

Sem embargo desses desentendidos, expedidas pelo engenheiro-chefe as necessárias ordens e preparados, finalmente, pela Comissão os novos projetos da Secretarias do Interior, das Finanças, da Agricultura e da Imprensa Oficial (primitiva), de acordo com as

recomendações do secretário da Agricultura, a 13 de abril de 1895 foram submetidos ao julgamento do governo, que os aprovou imediatamente, sendo logo posta em hasta pública a respectiva construção, bem como a do Palácio da Justiça, já aprovado.

A 15, por Aviso n. 141, a Secretaria da Agricultura aprovava igualmente o projeto do Palácio do Congresso que, tendo sido depois duas vezes posto em concorrência pública, não teve licitantes e, mais tarde, iniciado por administração, ficou em alicerces, como esteve até pouco tempo, na Avenida Afonso Pena.*

Embora no firme propósito de se afastar da Comissão, o engenheiro-chefe trabalhava incessantemente: a planta da cidade estava sendo ultimada; o ramal férreo achava-se muito adiantado e os seus trabalhos em atividades; os estudos e projetos principais estavam feitos e outros em andamento; várias obras estavam contratadas e em via de início; tudo indicava que a nova capital não tardaria a ir surgindo do solo.

Tudo ali era progresso. Até os serviços federais já iam melhorando, como foram provas a instalação do telégrafo e a criação de um correio diário entre a localidade e Sabará, providência esta muito aplaudida pelo *O Contemporâneo*, que mostrou ser ela há muito reclamada, à vista do grande movimento de correspondência para Belo Horizonte. Mas convinha saber (acentuava aquele jornal) se havia sido aumentado em razoável proporção o ordenado do agente de Belo Horizonte, de forma que pudesse ser o cargo exercido a contento, pois pessoa alguma habilitada se sujeitaria a ser agente do correio mediante o mesquinho ordenado de 20\$000 mensais! Justamente por insuficiência de ordenado havia pedido a sua exoneração a agente Sr^a D. Ana Jardim.

O referido correio diário foi estabelecido a partir de 8 de fevereiro de 1895 e, daí por diante, até a inauguração da cidade teve a agência de Belo Horizonte o seguinte pessoal: Jaime Bretas Bhering, nomeado a 1º de fevereiro de 1895, entrou em exercício a 4 de março, sendo exonerado a pedido a 18 de julho; José Gonçalves de Melo, nomeado a 18 de julho, não entrou em exercício; José Moreira Coelho, nomeado a 4 de março de 1896, foi exonerado por abandono de emprego a 19 daquele mês e ano; José Xavier de Gouveia, nomeado a 19 de março de 1896, foi exonerado a pedido a 26 do mesmo mês. Tendo sido anteriormente criado o lugar de ajudante, pela Portaria n. 863, de 3 de junho de 1895, com a elevação da agência à categoria de 3ª classe, foi nomeado para aquele lugar o Sr. Augusto de Faria Pinto, a 4 de março de 1896. Não tendo o Sr. Faria entrado em exercício, foi substituído pelo Sr. Sebastião Firmo dos Santos (ajudante), nomeado a 11 de abril do mesmo ano, o qual exerceu o lugar de agente até 25 de junho, quando foi nomeado para aquele cargo o Sr. Antônio Pereira dos Santos. Ainda ao tempo do arraial, contou a agência com mais dois funcionários: José Paulo de Araújo, carteiro, e Joaquim Alves Ferreira Prado, servente, nomeados a 26 de novembro de 1896. Com esse pessoal funcionou a agência até a mudança da capital.

Acentuando ainda os progressos de Belo Horizonte, diremos que, à proporção do

* Nesse local estão sendo construídos o edifício dos Correios e Telégrafos e o Palácio da Municipalidade.

avancamento do tempo, mais preocupava o espírito dos dirigentes da Comissão a angústia do prazo fatal estabelecido pela Constituição para a transferência do governo, ao refletirem sobre a obra imensa que tinham a executar. Por isso a data de 17 de dezembro de 1897 não lhes saía do pensamento, razão ainda pela qual, organizando, naqueles dias, um clube esportivo, deram-lhe o nome de “Clube Esportivo 17 de Dezembro”, de que nos deu notícia *O Contemporâneo* de 17 de fevereiro de 1895.

Enfim, os obreiros da nova capital, vencendo todos os óbices que lhes opunha a situação excepcional de Belo Horizonte, sempre alegres e de ânimo sereno, com firmeza e confiança no êxito completo da monumental obra que iam realizando, trabalhavam sempre com denodo.

Assim, ainda durante o mês de fevereiro de 1895, preparavam-se cadernetas e perfis da esplanada do Palácio Presidencial¹⁰⁵ (hoje Praça da Liberdade) a fim de serem iniciadas as escavações, segundo o Ofício n. 1, da respectiva seção, de 28 do referido mês, sendo que a 1º de março o empreiteiro Sr. Carlos Antonini¹⁰⁶ assinava a planta do grande edifício, e no dia 6 começava o trabalho de escavações para os alicerces.* Na 2ª parte deste volume historiaremos a construção deste e dos outros grandes edifícios.

* De tempos a esta parte, criou-se em Belo Horizonte uma lenda em relação ao local deste palácio. Dizem que aí existia certa velhinha habitando uma cafua e que ao ter de ser esplanada a praça foi o referido casebre demolido, pelo que a proprietária despejada irrogou uma praga contra os presidentes do Estado que tivessem de habitar o palácio a ser ali construído. Assim, aqueles presidentes que, na ordem cronológica da sucessão, fossem representados por número par, saíam dali mortos...

A fim de mostrarmos como essa lenda é produto de pura imaginação popular, afirmamos de uma vez para sempre que o local em que se acha o palácio era uma colina coberta de vegetação rasteira que foi desaterrada, sendo que ali jamais existiu habitação alguma. As casas do arraial mais próximas da atual Praça da Liberdade eram as da Rua Boa Vista que a margeava. O fato de terem falecido mais tarde, em palácio, alguns presidentes foi talvez o que deu origem à lenda, pois nos primeiros anos da capital ela não existia.

NOTAS

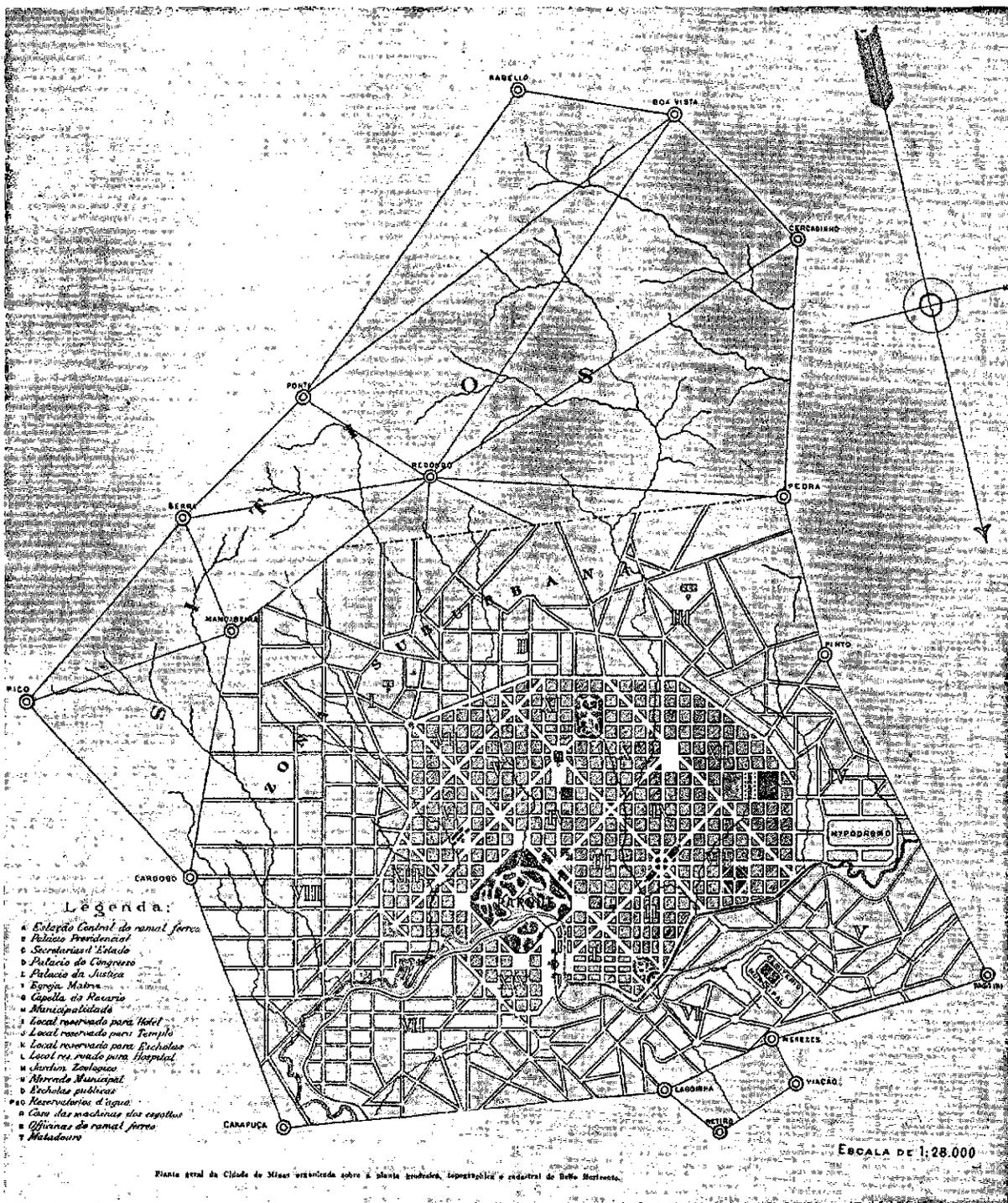
- 103 DOUTOR Aarão Reis. *O Contemporâneo*. Sabará, 20 jan., 1895, p.1.
- 104 Com a saída de Afonso Pena da presidência do Estado, em junho de 1894, Aarão Reis perdeu, de certa forma, a autonomia e o prestígio que lhe concedia o dirigente que o trouxera para planejar a nova capital. Assim, começaram a surgir atritos entre o engenheiro-chefe e a nova administração estadual, que desencadearam o processo de afastamento de Aarão Reis. Há hipótese de que havia duas divergências básicas com o governo Bias Fortes. A primeira delas era relacionada com o problema financeiro da construção da nova capital. O engenheiro não concordava com o interesse do governo em estimular a iniciativa privada para construção da cidade. Por outro lado, o governo, sem recursos financeiros, não via outra saída senão a concorrência pública. O outro ponto de discordância estava relacionado com a imposição governamental para que o chefe da Comissão Construtora empregasse certos "protegidos" não habilitados tecnicamente para exercer alguns cargos existentes (LEVEN, Michel Marie. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte: 1893-1914*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG/DCP, 1977, LEMOS, Cefina Bornes. *Op. cit.*).
- 105 O Palácio da Liberdade, que domina o conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade, foi construído segundo projeto do engenheiro-arquiteto José de Magalhães, obedecendo à tendência estilística "oficial" do período, a eclética, com predominância de elementos do neoclássico do 2º império francês. Dessa forma, esse empreendimento de grande vulto e de gosto apurado veio refletir, nitidamente, a influência francesa na arquitetura da nova capital e, de modo geral, o gosto europeu difundido, aceito e extremamente valorizado à época. A sofisticação do projeto exigia materiais requintados que foram, em grande maioria, importados da Europa, tais como: armações de ferro das escadarias e estruturas metálicas da cobertura vindas da Bélgica, telhas de Marselha, pinho de Riga da Letônia, mármore de Carrara, dentre outros. A pintura e a decoração foram executadas pelo artista Frederico Antônio Steckel e equipe que realizaram elaborados trabalhos nos tetos, paredes e cimalkas com grande utilização de elementos em estuque e *papier maché*. Obra-prima de grande destaque é indiscutivelmente a magnífica escadaria instalada no vestíbulo do prédio, em estilo *art-nouveau*. Ricamente trabalhada em ferro com ornamentação em motivos florais, totalmente feita nas oficinas belgas Acières Bruges, sendo seu sistema de confecção *folly* (desmontável) considerado um grande avanço tecnológico no período. Importaram-se também para compor a decoração final do palácio peças de mobiliário, tapeçarias, cristais, porcelanas, talheres, etc., sendo a grande maioria de origem francesa e o restante de outros mercados europeus. O palácio foi inaugurado em 1898, embora com obras em andamento. Nos anos seguintes, os trabalhos foram sendo gradativamente concluídos principalmente no que se refere aos elementos ornamentais. Já em 1920, no governo Artur Bernardes, passou por grande remodelação para receber os soberanos belgas, em visita a Belo Horizonte. Os trabalhos realizados, segundo projeto dos arquitetos Enoch Lima e Elisário Bahiana, consistiram basicamente em mudanças na decoração, quando predominou o gosto pelo estilo Luís XVI. Já no ano de 1925, era inaugurada nova decoração do teto do salão de honra do palácio, executada pelo artista Antônio Parreiras. A partir dessa data, há um vazio de informação não tendo sido localizados registros de grandes intervenções no edifício até 1968, quando, no governo Israel Pinheiro, foram colocadas grades na frente e laterais e realizadas transformações internas, como algumas mudanças na distribuição dos cômodos e construção de novos apartamentos no segundo pavimento. O tombamento do Palácio da Liberdade, efetuado em 1975, pelo IEPHA/MG, com todos os seus elementos decorativos internos e externos e bens móveis, objetivou a garantia da preservação integral desse notável monumento. Em 1978, o IEPHA/MG realizou vistoria no palácio quando constatou que o mesmo apresentava trincas e rachaduras generalizadas provocadas por um grave processo de recalque na fundação. Alertado para a dimensão do problema, o governo do Estado deu início a amplos trabalhos de restauração no edifício que tiveram início em 1980. Para solucionar o problema da fundação foi contratada uma firma especializada em serviços dessa natureza, que como primeira medida colocou ao redor de todo o prédio (interna e externamente) estacas "raiz" de 15 cm de diâmetro, com profundidade média de 20 m. Esses trabalhos, concluídos em 1981, restituíram ao edifício condições de equilíbrio indispensáveis a sua salvaguarda. Concluída essa primeira etapa, o IEPHA assumiu a direção dos trabalhos, dando início à restauração dos elementos artísticos e arquitetônicos, objetivando sua total recuperação e preservação. Essa fase encerrou-se em 1983. Posteriormente, no ano de 1991, prosseguiram os trabalhos de restauração dos elementos artísticos em alguns cômodos do edifício, como, por exemplo, no salão de banquetes. No ano de 1992, iniciou-se a pintura geral externa que substituiu a cor cinza, mantida por longos anos, pelo tom pêssego. A VISITA dos Soberanos Belgas. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, p. 1, 30 set., 1920. PALÁCIO DA LIBERDADE. Restauração 1981-1983. Belo Horizonte: IEPHA/MG, sd. IEPHA/Setor de Pesquisa).
- 106 Carlos Antonini (Itália, 1839 - Belo Horizonte, MG, 1913). Engenheiro, construtor, projetista e industrial. Foi oficial do exército italiano. Tinha o título de comendador. Veio para Belo Horizonte à época da construção da cidade, tendo sido responsável pela edificação de inúmeros prédios, dentre os quais destaca-se a parte posterior do Palácio da Liberdade. Projetou e construiu, em 1898, um sobrado para sua residência, situado à Rua da Bahia esquina de Bernardo Guimarães, prédio que hoje abriga parte da Escola Estadual Ordem e Progresso. Essa edificação, por seu valor histórico e arquitetônico, é tombada pelo IEPHA/MG. Como industrial, Antonini montou, na cidade, por volta de 1898, a "Cerâmica Horizontalina", nas proximidades do Quartel, com diversos tipos de produtos. Foi, também, líder entre os membros da colônia italiana em Belo Horizonte (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 6, 15 maio, 1913).

A PLANTA GERAL DA NOVA CAPITAL -
OS NOMES DAS RUAS, PRAÇAS E AVENIDAS -
AUSENTA-SE, POR ENFERMIDADE, O ENGENHEIRO-CHEFE -
CHEFIA INTERINA DA COMISSÃO

Foi a 23 de março de 1895 que ficou concluída a planta geral da nova capital,¹⁰⁷ trabalho notável que há de honrar sempre os nomes dos engenheiros que a planejaram e executaram. Submetendo-a à aprovação do governo do Estado, assim se expressava o Dr. Aarão Reis, em Ofício n. 26:

“É com a maior satisfação que submeto, hoje, à aprovação de V. Ex^a a planta geral da futura ‘Minas’, destinada a ser a capital do Estado. Não foi sem grande esforço de minha parte e dedicação de meus dignos auxiliares que consegui, em tão limitado tempo, levar a cabo trabalho tão cheio de dificuldades e tão moroso em seus processos. O resultado obtido, porém, satisfaz-me por completo, e a planta submetida à aprovação do governo demonstra cuidadoso estudo e detido exame da topografia do terreno. Vai a planta desenhada em *duas vias*, na escala de 1:4.000, na forma do art. 5º do Regulamento de 11 de junho do ano passado (Decreto n. 803), das quais uma é destinada ao arquivo da Secretaria de Estado, a cargo de V. Ex^a, e a outra para ser, depois da competente aprovação de V. Ex^a, devolvida ao arquivo técnico desta Comissão, como determina o citado regulamento. Acompanha estes dois exemplares da planta geral uma planta geodésica, topográfica e cadastral da área destinada à edificação da nova capital, e mais um exemplar da planta geral desta, desenhada sobre a topografia local, plantas estas que peço V. Ex^a se digne devolver-me, porque são necessárias aos trabalhos em andamento. Vai, também, com as mencionadas plantas, a redução à escala de 1:10.000 da planta geral da cidade, a fim de ser reproduzida litograficamente, conforme determina o citado artigo, depois de aprovada pelo governo. É minha intenção mandar fazer primeiramente uma reprodução ligeira, ainda que grosseira, mesmo no País, para facilitar a venda dos primeiros lotes; preparo, porém, outra redução mais cuidada e de acordo com a topografia local, a fim de mandar reproduzi-la no estrangeiro, circulada por gravuras de vistas atuais deste arraial, de alguns dos edificios em construção e projetadas, tipos de futura arborização da cidade, seus arruamentos, de maneira a dar uma idéia do que virá a ser a nova cidade. Foi

organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120 x 120 m, pelas ruas, largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro, proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas - que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada à ligação dos bairros opostos - dei a largura de 50 m, para constituí-la em centro obrigado da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade. A zona suburbana, de 24.930,803 m² - em que os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14 de largura -, circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros e é, por sua vez, envolvida por terceira zona de 17.474.619 m² reservada aos sítios destinados à pequena lavoura. Para a localização dos primeiros 30.000 habitantes estão reservadas apenas as seções I a VII da área urbana (com 4.395.212 m²), e as I e VI da zona suburbana (com 3.855.993 m²), compreendidas todas na faixa determinada por duas linhas paralelas traçadas pelo eixo das avenidas Cristóvão Colombo e Araguaia. Esta faixa, somando 8.250.205 m², é muito superior à indispensável para a localização de 30.000 habitantes; foi determinada pela impossibilidade de restringi-la mais com lotes urbanos e suburbanos, como exige a lei. O preparo, porém, das ruas, avenidas e praças deverá ser feito lentamente e à medida que a afluência da população o for exigindo, e que poderá ser regulado por meio das concorrências a que terá de ser submetida, necessariamente, a venda de lotes nas diversas seções. Sendo superior a 850 o número dos lotes a marcar com as letras F e P é preciso marcar igual número de urbanos e suburbanos, foi mister estender a marcação dos suburbanos pela seção II; depois, porém, que tiverem os interessados feito suas escolhas, procurarei limitá-los somente às indicadas seções suburbanas I e VI. A parte central dessa faixa - onde se dá a confluência do córrego Acaba-Mundo com o ribeirão Arrudas e existem várias fontes naturais, sendo muito acidentada a topografia do terreno - ficou reservada para o grande Parque, já em construção, o qual, pela ondulação do solo, exigirá pequeno dispêndio relativo para tornar-se o maior atrativo da nova cidade, cujo clima, seco e saudável, é dos melhores que há no Estado de Minas. A área urbana é dividida em seções separadas na planta geral, por traços de tinta azul e designadas por algarismos romanos; os quarteirões divididos por avenidas e ruas são designados por algarismos arábicos, em numeração ordinal, repetida em cada seção; e os lotes de cada quarteirão também designados por algarismos arábicos, de tipo menor em numeração cardinal. Acham-se já



Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte.

designados na planta os lotes dados em pagamento aos antigos proprietários do arraial, com as letras B e H e bem assim, os quarteirões e lotes a reservar, com as letras R e r; os lotes destinados aos empregados públicos, com a letra F e os destinados aos ex-proprietários de Ouro Preto, com a letra P; marcados estes dois em número duplo, metade na parte urbana, metade na parte suburbana, para escolha, tudo de acordo com o regulamento e as ordens de V. Ex.^a. Vão denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos os nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União e, bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo. Com a apresentação destas plantas fica encerrado o primeiro período - se não o mais trabalhoso e árduo, ao certo o mais importante - da espinhosa tarefa que me foi cometida pelo governo do Estado de Minas Gerais. Se não desempenho dela não tenho, porventura, correspondido por completo às vistas do governo, diz-me a consciência que não tem sido por falta dos mais dedicados esforços, leais e sinceros, para merecer do governo a confiança absoluta que me é indispensável para desempenhar os compromissos assumidos e da qual não posso e não poderei prescindir. Saúde e fraternidade. Ilmo e Exmo Sr. Dr. Francisco Sá, M.D. Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. *Aarão Reis*, engenheiro civil.¹⁰⁸

Nota-se no final desse ofício a maneira frisante como o engenheiro-chefe diz que não pode e não poderá prescindir de absoluta confiança do governo para levar a bom termo a obra gigantesca que lhe pesava sobre os ombros, o que ainda uma vez vem mostrar a resolução inabalável em que estava o Dr. Aarão Reis de se afastar da Comissão Construtora se lhe fosse restringida aquela confiança.

Examinando-se a planta então apresentada, verifica-se que só o Palácio Presidencial ficaria na Praça da Liberdade; que as secretarias seriam localizadas em uma praça triangular da VI seção; que os palácios do Congresso e da Justiça ficariam na Avenida Afonso Pena; que a matriz seria construída na Praça do Cruzeiro; a municipalidade seria localizada entre a VIII e IX seções; na VIII seção seria reservado um quarteirão para escolas e na XII outro para hospital; o Jardim Zoológico ficaria na XI seção e o Hipódromo no mesmo local que mais tarde se chamou Prado Mineiro.¹⁰⁹

Vê-se também, por esse ofício, que o engenheiro-chefe deu às nossas primeiras ruas, praças e avenidas *nomes de cidade, rios, montanhas, datas históricas e nomes de alguns cidadãos credores de serviços ao povo*. Portanto, as outras denominações de minerais, pedras preciosas e tribos indígenas, que figuram na planta, foram acrescentadas posteriormete. Esses primeiros nomes de ruas, avenidas e praças eram os seguintes, conforme uma relação existente no arquivo da Comissão:

Na zona urbana: *Praças*: República, Tiradentes, Marechal Deodoro, 15 de Junho, 15 de Novembro, José Bonifácio, Benjamim Constant, Cruzeiro, 7 de Setembro, 13 de Maio, Belo Horizonte, 14 de Julho, Progresso, 21 de Abril, Liberdade, Federação, Estação, 14 de Outubro, 24 de Fevereiro, 3 de Maio, América, 14 de Fevereiro, 14 de Setembro, Escolas (24 praças). *Avenidas*: Afonso Pena, Araguaia, Parque, Cristóvão Colombo, Itacolomi, Paraúna, Brasil,

Mantiqueira, Álvares Cabral, Tocantins, Amazonas, Paraibuna, Liberdade, Paraná, São Francisco, Araguari, Carandaí, Paraopeba, Comércio, Oiapoque, 17 de Dezembro ou de Contorno (21 avenidas). *Ruas*: Alagoas, Álvares Maciel, Alvenga Peixoto, Antônio de Albuquerque, Arapé, Aimorés, Bahia, Barbacena, Bernardo Guimarães, Borba Gato, Caetés, Carijós, Ceará, Cláudio Manuel, Curitiba, Domingos Vieira, Emboabas, Espírito Santo, Felipe dos Santos, Fernandes Tourinho, Gonçalves Dias, Goitacases, Grão-Pará, Guajajaras, Guaicurus, Otonis, Paraibuna, Paraíba, Padre Marinho, Padre Rolim, Pernambuco, Guarani, Inconfidentes, Itambé, Itatiaia, Jequitinhonha, Juiz de Fora, Liberdade, Manaus, Maranhão, São Paulo, Santa Catarina, Santa Rita Durão, Sergipe, Silva Jardim, Tapuias, Tabajaras, Tamoios, Tomás Gonzaga, Tomé de Sousa, Tupinambás, Uberaba, Mato Grosso, Mucuri, Nunes Viana, Ouro Preto, Paracatu, Sapucaí, Urucuia, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul (63 ruas).

Na zona suburbana: *Praças*: Ametista, Esmeralda, Opala, Rubi, Safira, Topázio e Turquesa. *Avenidas*: Paraopeba, Prado e Ramal. *Ruas*: Abaeté, Adamina, Almandina, Além Paraíba. Albita, Alfenas, Alto Rio Doce, Anfibólios, Amianto, Angito, Andesita, Anhangüera, Andes, Ará, Ardósia, Araxá, Araçuai, Aiuruoca, Baritina, Berilo, Baependi, Bagagem, Bambuí, Baetita, Blenda, Bonfim, Buriti, Calcedônia, Campo Belo, Caxambu, Caratinga, Carangola, Campanha, Cassiterita, Caraça, Cambuci, Caparaó, Caldas, Cerusa, Chopin, Chapecó, Cristal, Chumbo, Cinábrio, Cobre, Cobalto, Curvelo, Cinofana, Cristina, Diabase, Dialogita, Diamantina, Dilomia, Diorita, Erê, Estibina, Esmaltina, Euclásio, Ferro, Formiga, Frutal, Fuchista, Galena, Grão-Mogol, Granada, Grafito, Guaicuí, Hematita, Indaiá, Inhaúma, Itabira, Itabirito, Itacolomito, Itacamita, Itapecerica, Itinga, Itajubá, Jacutinga, Jacuí, Jaguarí, Januária, Jaspe, Lambari, Lavras, Lazulita, Leste, Leopoldina, Linhito, Luerina, Malaquisto, Maltito, Mariana, Mármore, Marcossita, Manhauçu, Manganês, Matipó, Mica, Minas Novas, Montes Claros, Monte Alegre, Moscovita, Muzambinho, Muriaé, Níquel, Niquelina, Oeste, Oligisto, Oliveira, Ônix, Orenoque, Ouro, Ouro Fino, Outono, Patos, Patrocínio, Palma, Palmira, Pampas, Peçanha, Pergamita, Pico, Pium-í, Piau, Piranga, Platina, Pirapora, Plombagina, Piracicaba, Primavera, Pirapetinga, Ponte Nova, Pouso Alegre, Porfiro, Prata, Pouso Alto, Pitangui, Pirites, Pirolosita, Poperi, Piropo, Quartzo, Queluz, Rio Doce, Rio Novo, Rio Pardo, Rio Preto, Rio das Velhas, Rutilo, Sabará, Salinas, Serro, Sete Lagoas, Serpentina, Sienita, Siderose, Spath, Taleito, Tales, Traíras, Trifana, Turfa, Turmalina, Turvo, Ubá, Uronita, Varginha, Viçosa. (7 praças, 3 avenidas e 168 ruas).¹¹⁰

Apresentada a planta geral da cidade e os principais projetos e orçamentos das obras mais importantes, estava vencida a primeira etapa da formidável obra, e o Dr. Aarão Reis sentindo-se enfermo, a 29, em Ofício n. 39,¹¹¹ ao secretário da Agricultura, comunicava-lhe simplesmente:

“Por se terem agravado os meus padecimentos, vi-me forçado a passar hoje a chefia desta Comissão ao 1º engenheiro, Dr. Hermilo Alves, na forma do Regulamento, e rogo a V. Exª permissão para ausentar-me por alguns dias em procura de restabelecimento.”

E nessa mesma data telegrafava ao presidente do Estado:

“Dr. Bias Fortes - Ouro Preto. Por se terem agravado os meus sofrimentos passei hoje

chefia desta Comissão ao 1º engenheiro, Dr. Hermilo Alves, na forma do Regulamento. Peço permissão ausentar-me por alguns dias procura restabelecimento.”

Comunicou igualmente o seu afastamento ao Dr. Rangel Pestana, então presidente do Banco da República; pois era por esse estabelecimento de crédito que se fazia a movimentação de numerário para o custeio dos trabalhos da Comissão.

Assumindo interinamente a chefia da Comissão, o Dr. Hermilo Alves fez outras comunicações de sua interinidade, na mesma data.

Era de ver-se, então, como a imprensa do Rio de Janeiro e de outros Estados, noticiando a apresentação da planta geral, elogiava-a sem reservas, enaltecendo os méritos da Comissão Construtora. Um dos jornais comentava que, logo à primeira vista, se destacava a Avenida Afonso Pena, com a largura de 50 m e com a extensão de 3.320 m, aproximadamente; o Parque, imensa zona que seria ajardinada e dentro da qual seria construído o Cassino* cujo projeto estava terminado, bem como a respectiva esplanada, sendo a área do grande logradouro público de cerca de 545.000 m². Salientava que, um tanto afastado do Parque, mas em magnífica posição, estava o Jardim Zoológico com 100.000 m².* Mostrava que o futuro hipódromo* estava colocado nos subúrbios e a sua área era de 164.848 m², sendo que a futura raia poderia ser um retângulo, cujos lados concordariam por meio de curvas de raio e não inferiores a 100 m.

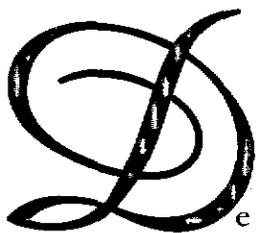
A planta geral executada pela 2ª seção da 4ª Divisão, chefiada pelo Dr. Américo de Macedo, foi aprovada pelo Decreto n. 817, de 15 de abril de 1895,¹¹² e em torno dela e dos demais projetos igualmente aprovados pelo governo, como dissemos, a imprensa do País fazia grande propaganda da futura cidade, considerada, então, como verdadeira maravilha da ciência e da arte moderna, inspirada pela grande cidade argentina de La Plata.

* Não foram construídos.

NOTAS

- 107 Sobre a planta geral de Aarão Reis para a nova capital, ver: MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Op. cit.* LEMOS, Celina Borges. *Op. cit.* SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Op. cit.*
- 108 REIS, Aarão. Ofício n. 26, de 23 de março de 1895, apresentando ao governo as plantas da cidade. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H.A. Lombaerte, v. 2, p. 59-60, 1985.
- 109 Localização de edificações e logradouros prevista na planta original de Aarão Reis que, excetuando-se o Palácio da Liberdade, não foram cumpridas: Secretarias - VI seção urbana, praça triangular, provavelmente onde hoje está situado o Colégio Arnaldo; Matriz praça Cruzeiro, atual Milton Campos, Municipalidade, entre a VIII e a IX seção urbana, na Avenida Amazonas, entre a praça Raul Soares e rua Rio Grande do Sul, escolas, VIII seção urbana, quarteirões delimitados pela avenida Augusto de Lima, ruas Ouro Preto, Juiz de Fora e Tupis; Hospitais, XII seção urbana, quarteirões delimitados pelas ruas Alvarenga Peixoto, Bernardo Guimarães, Uberaba, ao lado da praça América (ver nota n. 110), jardim zoológico, XI seção urbana onde hoje está situado o Minas Tênis Clube I (área ampliada, pois alcançava a rua Fernandes Tourinho), Hipódromo, atual bairro Prado.
- 110 Praças - muitas praças, previstas na planta original de Aarão Reis, nem chegaram a ser implantadas enquanto outras mudaram de nome e outras ainda desapareceram ou foram modificadas devido às sucessivas alterações no traçado primitivo. É possível indicar a área aproximada em que existiram. Praça República, atual Afonso Arinos; Tiradentes, aproximadamente onde está situado o edifício SULACAP (Bahia com Afonso Pena); Marechal Deodoro, área à direita da praça da Estação, sob o Viaduto de Santa Tereza; 15 de junho, cruzamento da avenida Assis Chateaubriant com avenida Francisco Sales, Rua Tabajara e Urucuaia; 15 de Novembro, atual Hugo Werneck; José Bonifácio, na atual avenida Alfredo Balena, onde está situada a Escola Estadual Pedro II; Benjamin Constant, atual cruzamento das avenidas Carandaí, Alfredo Balena, Afonso Pena, rua Guajajaras e Timbiras, onde está situado o edifício Raposo Tavares e Condomínio Edifício Louis Ench; Cruzeiro, atual Milton Campos; Sete de Setembro, Benjamin Guimarães; 13 de maio, atual Diogo Vasconcelos; Belo Horizonte, atual Floriano Peixoto; 14 de julho, atual Dr. Lucas Monteiro Machado; Progresso, próxima à atual Praça João Pessoa, inclusive área onde está situado o Colégio Arnaldo; 21 de abril, atual Tiradentes; Liberdade, Liberdade; Federação, atual Carlos Chagas; Estação, atual Rui Barbosa; 12 de outubro, atual Sete de Setembro; 24 de Fevereiro, não identificada; 3 de Maio, não identificada; América, cruzamento das avenidas Amazonas, Barbacena e ruas Bernardo Guimarães e Ouro Preto, próximo à atual Praça José Miguel Arges; 14 de fevereiro, atual Rio Branco; 14 de setembro, atual Raul Soares; Escolas, área que se destinava à construção de prédios escolares (projetos não implantados), abrangendo quatro quarteirões compreendidos entre as ruas Tupis, Ouro Preto, Juiz de Fora e Avenida Augusto de Lima. Com relação às avenidas e ruas da zona urbana serão mencionadas as que mudaram de nome. Avenidas: Araguaia, Francisco Sales; Parque, Pasteur; Itacolomi, Barbacena; Paraúna, Getúlio Vargas; Mantiqueira, Alfredo Balena; Tocantins, Assis Chateaubriant; Paraibuna, Bernardo Monteiro; Liberdade, João Pinheiro; São Francisco, Olegário Maciel; Araguari, não identificada; Paraopeba, Augusto de Lima; Comércio, Santos Dumont; 17 de Dezembro, Contorno (nome popular). Ruas: Barbacena, Tenente Brito Melo; Borba Gato, Prof. Francisco Brant (ligava a rua da Bahia à rua Sergipe com Avenida Cristóvão Colombo, atualmente é uma rua fechada ocupada por edificações da Prodemge e outros); Emboabas, Antônio Aleixo; Jequitinhonha, atual início da rua Timbiras, começava na avenida do Contorno e alcançava a Praça do Progresso (Colégio Arnaldo e Praça João Pessoa), compreendida apenas três quarteirões que hoje são os três primeiros quarteirões da Timbiras; Liberdade, Levindo Lopes; Paraibuna, Professor Moraes. Para um estudo detalhado da toponímia de Belo Horizonte, zona urbana (limitada pela Avenida Contorno) ver: GOMES, Leonardo José de Magalhães. *Memória de ruas*: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, Museu Abílio Barreto, 1992. As praças previstas na área suburbana (fora dos limites da Avenida Contorno) não foram implantadas enquanto as ruas, em sua grande maioria, mantêm o nome original.
- 111 MHAB/Documentos diversos, 1895, p.21.
- 112 MINAS GERAIS. Decreto n. 817, de 15 de abril de 1895. Aprova a planta geral da Cidade de Minas, futura capital do Estado de Minas Gerais. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p.144.

DECRETO E REGULAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS PARA
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS - HASTA PÚBLICA DESTAS CONSTRUÇÕES.



e acordo com a proposta que lhe remetera o engenheiro-chefe, o governo do Estado, a 15 daquele mês de abril de 1895, promulgou o seguinte Decreto n. 818 e respectivo regulamento, estabelecendo as normas para a construção de casas para os funcionários públicos:

“DECRETO N. 818

Promulga o regulamento para a construção de casas para os funcionários públicos concessionários de lotes na nova capital.

O doutor presidente do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art. 57 da Constituição do Estado, resolve, para a execução do n. 6, art. 2º, da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, aprovar o regulamento que com este baixa, assinado pelo engenheiro Francisco Sá, secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que o fará executar.

Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 15 de abril de 1895.

Crispim Jacques Bias Fortes.

Francisco Sá.

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 818 DESTA DATA

Art. 1º O governo do Estado contratará com quem melhores vantagens oferecer a construção de casas para os funcionários públicos, concessionários de lotes na nova capital.

Art. 2º A construção será paga pelo Estado, por conta dos mesmos funcionários, os quais resgatarão a dívida por essa forma contraída, por meio de descontos mensais nos seus

vencimentos proporcionais a uma anuidade invariável, fixada de acordo com a tabela anexa e compreendendo os juros de 5% ao ano e a respectiva quota de amortização.

Parágrafo único. A anuidade começará a ser cobrada da data em que for entregue ao respectivo funcionário o título provisório de propriedade da casa.

Art. 3º Será permitido ao funcionário fazer entrada de quaisquer quantias para maior amortização de sua dívida, desde que pelo menos correspondam a uma taxa de 2 1/2% sobre o capital inicial da dívida.

Parágrafo único. Essas quantias serão creditadas ao respectivo funcionário, vencendo os juros de 5% ao ano para serem encontrados na liquidação final de contas.

Art. 4º Os tipos das casas corresponderão a seis classes de valores, determinados em vista dos vencimentos anuais dos funcionários e relativos às seguintes categorias destes:

- 1º) funcionários que vencem mais de doze contos de réis;
- 2º) funcionários que vencem mais de nove contos de réis;
- 3º) funcionários que vencem mais de sete contos de réis;
- 4º) funcionários que vencem mais de quatro contos de réis;
- 5º) funcionários que vencem mais de dois contos de réis;
- 6º) funcionários que vencem até dois contos de réis.

Art. 5º Dentro em trinta dias da data do contrato para a construção das casas, o particular ou empresa que o tiver assinado, submeterá à aprovação do governo as plantas e orçamentos detalhados dos tipos de casas correspondentes às diversas classes de valores.

Art. 6º No mesmo prazo poderá qualquer funcionário apresentar ao governo a planta e orçamento do tipo de casa que preferir para sua habitação.

Art. 7º Dentro em oito dias depois de terminado o prazo a que se refere o art. 5º, a Secretaria de Estado da Agricultura Comércio e Obras Públicas remeterá ao contratante da construção das casas as plantas e orçamentos aprovados, segundo os quais deverão ser construídas.

Art. 8º Se algum ou alguns dos projetos a que se referem os arts. 5º e 6º não merecerem a aprovação do governo, este fará organizar outros a cuja execução será o contratante obrigado.

Art. 9º Até dez dias depois de aprovados, os projetos serão recebidos na Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas os requerimentos dos funcionários que quiserem obter a construção de casas nos termos deste regulamento.

§ 1º Será lícito aos funcionários pedir a construção de casa de valor inferior ao que corresponder à sua categoria, nos termos do parágrafo único do art. 3º; ou ainda de valor superior, entrando desde logo, porém, com diferença calculada pelos respectivos orçamentos, entre o preço da casa de valor correspondente à sua categoria e o da que escolher.

§ 2º No requerimento, o funcionário declarará, de acordo com a tabela anexa, qual o prazo máximo que escolhe para a amortização da dívida.

Art. 10. Antes de iniciada a construção ou durante esta, poderá o funcionário exigir do contratante qualquer modificação de detalhe do projeto adotado, contanto que daí não resulte a necessidade de se interromper a edificação da casa. O aumento ou diminuição de valor resultante da modificação aceita fica sujeito às condições estabelecidas no § 1º do artigo antecedente.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas aprovará o orçamento da modificação feita para o fim de ser fixado o novo valor da casa.

Art. 11. Terminado o prazo para recepção dos requerimentos dos empregados, a Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas comunicará ao contratante da construção o número de casas a construir com a determinação dos respectivos valores e nomes dos funcionários requerentes, devendo a construção ser encetada no prazo de trinta dias da data dessa comunicação.

Art. 12. À proporção que for sendo concluída a construção de cada casa e recebida pelo engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, será expedido pela Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um título provisório de propriedade ao respectivo funcionário.

Parágrafo único. O secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas mandará convidar por edital, o respectivo funcionário para vir receber o seu título provisório de propriedade e fará à Secretaria das Finanças as precisas comunicações a fim de começar a ser feito o desconto mensal de que trata o art. 2º.

Art. 13. O título definitivo de propriedade só será expedido a cada funcionário depois de completada a amortização de sua dívida.

Art. 14. Antes de extinta a dívida, essas casas não poderão ser alienadas, sob qualquer título (ou hipotecadas, salvo permissão expressa do governo).

Art. 15. Se, antes de completa extinção da dívida, falecer o respectivo funcionário, poderão os seus herdeiros necessários, ou cônjuge sobrevivente requerer, dentro do prazo improrrogável de trinta dias, contados da data da morte, para continuar a efetuar o pagamento da dívida, obrigando-se a entrar todos os meses, pelo menos com a importância necessária para pagamento da anuidade estipulada no art. 2º.

Parágrafo único. Se, dentro do prazo estipulado neste artigo, não for apresentado requerimento por parte do cônjuge sobrevivente ou dos herdeiros necessários, ou se deixarem de satisfazer, por espaço de três meses, as prestações a que forem obrigados, ou se o seu requerimento for indeferido, será o prédio vendido em *hasta pública*, a fim de ser pago o restante da dívida, sendo o excedente, descontadas as despesas com a *hasta pública*, entregue a quem de direito.

Art. 16. Se antes de extinta a dívida for o funcionário exonerado, será a respectiva casa vendida em *hasta pública*, nos termos do parágrafo único do artigo antecedente, se ao exonerado não convier saldar a sua dívida dentro do prazo improrrogável de quinze dias, contados da data de sua exoneração, podendo o governo, para esse fim, consentir na venda da casa.

Art. 17. A fiscalização das construções ficará a cargo da Comissão Construtora da Nova Capital.

Art. 18. O secretário de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas anunciará com urgência a concorrência pública para o fim de que trata o art. 1º.

Art. 19. O presente regulamento entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em Ouro Preto, 15 de abril de 1895. *Francisco Sá.*¹¹³

TABELA - A

Das anuidades que deverão pagar os funcionários públicos, de acordo com o regulamento expedido pelo Decreto n. 818 desta data, para amortização do capital adiantado pelo Estado para a construção das casas edificadas nos lotes concedidos pelo § 1º do art. 30 do Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895, calculados para 10, 15, 20, 25 e 30 anos, sendo o juro do capital sempre de 5% ao ano.

CAPITAIS (segundo os valores arbitrados para 6 classes de casas)	ANUIDADES CORRESPONDENTES A:				
	10 anos 12.95%	15 anos 9.63%	20 anos 8.02%	25 anos 7.10%	30 anos 6.50%
20:000\$000	2:592\$000	1:935\$000	1:608\$000	1:421\$000	1:302\$000
16:000\$000	2:076\$000	1:548\$000	1:288\$000	1:141\$000	1:044\$000
14:000\$000	1:824\$000	1:350\$000	1:128\$000	994\$000	912\$000
11:000\$000	1:428\$000	1:062\$000	888\$000	784\$000	720\$000
9:000\$000	1:176\$000	873\$000	728\$000	641\$000	588\$000
6:000\$000	780\$000	585\$000	585\$000	427\$000	396\$000

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Ouro Preto, 15 de abril de 1895. *Francisco Sá.*¹¹⁴

TABELA - B

Das prestações mensais que deverão pagar os funcionários públicos, de acordo com o regulamento expedido pelo Decreto n. 818 desta data, para amortização do capital adiantado pelo Estado para a construção das casas edificadas nos lotes concedidos pela Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, calculadas para 10, 15, 20, 25 e 30 anos, sendo o juro do capital sempre de 5% ao ano.

CAPITAIS (segundo os valores arbitrados para as 6 classes de casas)	ANOS					OBSERVAÇÕES
	10	15	20	25	30	
20:000\$000	216\$000	161\$000	134\$000	119\$000	108\$000	As quantias foram reforçadas para mil-réis sempre que o decimal excedeu 2.
16:000\$000	173\$000	129\$000	107\$000	95\$000	87\$000	
14:000\$000	151\$000	113\$000	94\$000	83\$000	76\$000	
11:000\$000	119\$000	89\$000	71\$000	65\$000	68\$000	
9:000\$000	97\$000	73\$000	60\$000	54\$000	49\$000	
6:000\$000	65\$000	48\$000	40\$000	36\$000	33\$000	

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Ouro Preto, 15 de abril de 1895.
*Francisco Sá.*¹¹⁵

Baseado nesse regulamento, no dia 16, a Comissão Construtora abria concorrência pública para a construção daquelas casas, cujo histórico acidentado será concluído na segunda parte deste volume.

NOTAS

- 113 MINAS GERAIS. Decreto n. 818, de 15 de abril de 1895. Promulga o regulamento para a construção de casas para os funcionários públicos concessionários de lotes na nova capital. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p.145-147.
- 114 MINAS GERAIS. Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895. *Op. cit.*, p. 84-92.
- 115 MINAS GERAIS, Lei n. 3, adicional à Constituição de 7 de dezembro de 1893. Marca o lugar para construção da Capital do Estado e dá outras providências. Constituição e leis adicionais decretadas e promulgadas pelo Congresso Legislativo Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

O ENGENHEIRO-CHEFE PEDE EXONERAÇÃO -
 A MENSAGEM PRESIDENCIAL E A CAPITAL -
 SONETO ENCOMIÁSTICO - ACRÓSTICO -
 DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE LOTES - MEDALHAS COMEMORATIVAS -
 MUDANÇA DE CRUZEIRO - EXONERA-SE O DR. AARÃO REIS -
 É SUBSTITUÍDO PELO DR. FRANCISCO BICALHO - RECEPÇÃO DESTA -
 SUA POSSE - RELATÓRIO AARÃO REIS



Reassumindo a chefia da Comissão a 24 de abril de 1895 o Dr. Aarão Reis parece tê-lo feito apenas para prestar contas de sua gestão administrativa. Efetivamente, pouco depois dirigia ao presidente do Estado o seu pedido de exoneração, alegando precariedade em seu estado de saúde, e a 27, encaminhando à Secretaria da Agricultura igual pedido do Dr. Caetano César de Campos, logo após exonerado, dizia:

“Por ter já solicitado do Ex^{mo} Sr. presidente do Estado a minha exoneração do cargo de engenheiro-chefe, abstenho-me de propor substituto para o Sr. Dr. César de Campos, embora entenda que a Divisão de Serviços a seu cargo é da maior importância e necessidade para o bom resultado dos trabalhos desta Comissão.”

Justamente no dia em que o Dr. Aarão Reis reassumiu as funções do seu cargo para se exonerar logo em seguida, o presidente Bias Fortes, em mensagem dirigida ao Congresso Mineiro, assim exprimia o juízo que formava do adiantamento das obras de construção da nova capital:

“Os estudos definitivos para a construção da cidade foram realizados em curto prazo e com perfeição técnica.

Em menos de um ano foi levantada a planta geodésica, topográfica e cadastral de uma zona de cerca de 50.000.000 de m² ou 5.000 ha, onde existiam mais de 400 habitações, sendo a primeira vez que se executa, de um modo completo, semelhante trabalho em nosso país. Aprovada como já se acha a planta geral da nova cidade, dentro em poucos dias serão expostos à venda, mediante concorrência pública, os primeiros lotes de terrenos para edificações particulares. Tal parece ser o desejo geral, que se nota, da aquisição desses lotes, que não será de estranhar-se que, quando tenha o governo de fazer a sua transferência para a nova capital, já aí encontre considerável população convenientemente localizada.”¹¹⁶

Em verdade, o entusiasmo que reinava por toda parte em relação à nova capital, naqueles dias, era notável.

A sua futura grandiosidade e beleza eram celebradas em prosa e versos. E para não deixarmos sem documentação a nossa afirmativa, aqui vai o soneto que escreveu o poeta Ricardo Alves, de Ibertioga, sob o título *Belo Horizonte*.

*“Um arraial pequeno e sem futuro,
E até creio que sempre em decadência,
É hoje grande e vai, muito seguro,
Brevemente galgar justa eminência.*

*Com mudar-se-lhe o nome cresce um furo
E para melhorar mostra tendência;
Agora vai ali tudo em apuro
E o bom gosto só tem a preferência...*

*Pois o Curral del Rei, nome já lido,
Belo Horizonte passa-se a chamar: *
Nome este que por lei foi escolhido.*

*E vamos ter ali bela cidade
Pra capital de Minas se firmar
Bem ostentosa e cheia de vaidade”.*

Na mesma ocasião em que foi publicado esse soneto, *O Contemporâneo*¹¹⁷ homenageava os chefes da Comissão Construtora com este curioso acróstico, publicado a 21 de abril de 1895:

* É engano do poeta. O arraial chamava-se Belo Horizonte desde 12 de abril de 1890, como já noticiamos no 1º volume desta obra.

Dr. Hermilo **C**. Alves
 Dr. Samuel **G**Omes Pereira
 Dr. José de **M**agalhães
 Dr. Américo de **M**acedo
 Dr. Bernardo de **F**igueiredo
 Francisco **S**ilva Lobo
 Dr. Manuel **S**. Couto
 Dr. José Carv**A**lho de Almeida
 Dr. Adolf**O** Pereira
 Benjamin **C**. Quadros
 Leopold**O** Teixeira
 Dr. Saturni**N**o de Brito
 Carlo**S** Maciel
 Dr. Adalber**T**o Ferraz da Luz
 Dr. Eugênio **R**aja Gabaglia
 Dr. Fábio **N**unes Leal
 Dr. Caetano **C**. de Campos
 Dr. Luiz Mar**T**inho de Moraes
 Dr. Cícer**O** Ferreira
 Dr. Ludge**R**o Dolabella
 José **A**marante

Com a exoneração do Dr. Aarão Reis ia encerrar-se o primeiro período daquela Comissão, isto é, a fase de organização dos serviços, planejamento geral das obras e início de execução destas. Mas enquanto esperava o decreto de sua exoneração, o engenheiro-chefe agia.

Assim, no dia 25 de abril, em Ofício n. 514, à 4ª Divisão, determinava: "Estando já aprovada definitivamente a planta da Cidade de Minas, cumpre que V.Sª proceda, com urgência, à divisão e demarcação dos lotes da 1ª e 2ª seções urbanas, encetando, ao mesmo tempo, o preparo das respectivas ruas e avenidas e canal, pelo processo das pequenas tarefas já autorizadas."¹¹⁸ E a 16 de maio, em Ofício n. 70, comunicava à Secretaria da Agricultura: "De conformidade com o art. 10 do regulamento expedido pelo Decreto n. 803, de 11 de janeiro do corrente ano, comunico a V. Exª que se acha concluída a locação, divisão e demarcação de lotes da 1ª e 2ª seção da área urbana, podendo V. Exª autorizar, quando julgar conveniente, a abertura da concorrência para a respectiva venda, excluídos, porém, os quarteirões da 1ª seção, que ficam ao norte da avenida do Comércio, cujo topografia exige preparo que só com vagar poderá ser feito."

Ainda a 25 de abril,¹¹⁹ comunicava à mesma secretaria ter mandado cunhar na Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, medalhas comemorativas do assentamento das pedras fundamentais dos edifícios públicos e propunha o dia 15 de junho para aquela solenidade que, afinal, só se realizou a 7 de setembro, como se verá depois.

A 1º de maio, recomendava à 4ª Divisão: "Tendo de ser retirado da praça que está sendo preparada para a igreja o cruzeiro da localidade, e desejando o Rev^{mo} vigário trasladá-lo para o centro da praça que, na planta geral da futura cidade, acha-se denominada - Ametista - recomendo-vos que, determinado o centro da dita praça auxiliéis o Rev^{mo} Sr. Vigário na trasladação, prestando a S. Rev^{ma} todo o concurso para efetuar a trasladação."¹²⁰

A 18 de maio, fazia ciente à mesma secretaria, em Ofício n. 71,¹²¹ haver contratado com a Companhia Artes Gráficas do Brasil, no Rio de Janeiro, a impressão litográfica de 10.000 exemplares da planta geral, em escala 1:10.000, da cidade de Minas, impressa a cinco cores, no formato 1 m x 0,75.

Finalmente, por decreto de 20 de maio de 1895, era exonerado, a pedido, o Sr. Dr. Aarão Reis do cargo de engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital e nomeado para substituí-lo, na mesma data, o Sr. Dr. Francisco de Paula Bicalho,¹²² engenheiro notável, cujo nome já estava ligado a grandes obras efetuadas no País e cuja reputação o colocava entre os mais ilustres e competentes mestres da engenharia brasileira.

A sua chegada a Belo Horizonte estava anunciada para o dia 22 de maio e não tendo sido possível ir recebê-lo pessoalmente em General Carneiro, nessa data, o Sr. Dr. Aarão Reis, em Ofício n. 628,¹²³ convidou a todos os chefes de serviços a fazê-lo e estes foram ao encontro do novo chefe, cuja recepção conquanto simples, sem o menor aparato, foi muito cordial, sendo acompanhado até o arraial por todos os seus auxiliares.

E nessa mesma data, após a solenidade da transferência da chefia, realizada às 2 horas da tarde, no escritório central, à Rua General Deodoro, com a presença de todos os funcionários, que foram, então, apresentados ao Dr. Bicalho pelo Dr. Aarão Reis, os dois eminentes engenheiros, em Ofícios n. 72¹²⁴ e 73, respectivamente, comunicaram ao secretário da Agricultura aquela ocorrência nos seguintes termos:

O Dr. Aarão Reis: "Comunico a V. Ex^a que, na data de hoje, passei a chefia desta Comissão ao Il^{mo} Sr. Dr. Francisco Bicalho".

O Dr. Francisco Bicalho: "Comunico a V. Ex^a que, na data de hoje, assumi a chefia desta Comissão".

Dias antes de sua exoneração, com o seu requerimento solicitando-a, o Dr. Aarão Reis havia remetido ao Sr. presidente Bias Fortes uma *exposição* de quanto ocorrera durante o período de sua gestão, a qual transcreveremos na íntegra, a seguir, no intuito de fixarmos definitivamente o histórico completo, documentadíssimo, daquele período fundamental da edificação da nova capital.

Dado esse propósito, em que sempre estivemos, de publicar integralmente esse valioso documento, dele nada reproduzimos, como se viu, nos capítulos precedentes desta primeira

parte do presente volume e nesses capítulos nada mais fizemos do que ampliar, completar e confirmar com outros numerosos documentos e com o nosso testemunho e conhecimento próprio tudo quanto ali relatou o chefe demissionário.

Em agosto de 1895, os seus ex-companheiros e colaboradores mandaram tirar uma edição daquela *exposição*, precedida da seguinte nota: "No intuito de tornar conhecidos e apreciados os valiosos e importantes serviços realizados, na chefia desta Comissão, pelo Dr. Aarão Reis, iniciador e organizador dos grandes trabalhos em andamento, seus ex-companheiros e colaboradores nessa ingente tarefa mandaram tirar esta edição avulsa da minuciosa *exposição* com que o ilustre profissional passou a direção geral, técnica e administrativa, desta Comissão ao seu digno sucessor, o distinto Sr. Dr. Francisco Bicalho, atual engenheiro-chefe."¹²⁵

Antes, porém, de reproduzirmos a *exposição* apresentada pelo Dr. Aarão Reis, deixaremos aqui a Ordem de Serviço n. 78, de 22 de maio de 1895, em que aquele engenheiro se despedia de seus auxiliares. Ei-la:

"Ao deixar, hoje, a chefia desta Comissão, que exerci desde o início dos seus trabalhos, em 14 de fevereiro do ano findo, por ter afinal obtido a exoneração por que instava, desde 25 de abril findo, cumpro o grato dever de despedir-me, e faço sinceramente saudoso, de todos os bons e leais colaboradores, que tive a fortuna de poder agremiar em torno de mim e a cujo auxílio eficaz e dedicado devo a felicidade de ter conseguido dar ao Estado de Minas Gerais, em catorze meses apenas de trabalho, o projeto completo com seus principais detalhes, da sua nova capital, assegurando-lhe a execução na cifra inferior a que era fixada pelos mais otimistas.

Coagido por pertinaz enfermidade, que exigia repouso e tranqüilidade absoluta por alguns meses, a abandonar o posto em que me colocou a confiança nunca arrefecida do meu ilustre amigo, Sr. Dr. Afonso Pena, ex-presidente do Estado, e em que era mantido, com as mais repetidas seguranças de igual confiança, pessoal e profissional, pelo Ex^{mo} Sr. Dr. Bías Fortes, atual presidente e todos os seus dignos secretários de Estado, levo, para o recanto de minha obscuridade individual a que volto, a grande satisfação de ver o encargo de concluir esta preciosa tarefa confiada pelo governo a um colega cuja alta capacidade é notória em todo o País, e cujos talentos e real merecimento estou habituado a respeitar e proclamar desde que labutamos na mesma honrosa profissão.

Dos bons companheiros que, com lealdade, me têm coadjuvado até este momento, espero uma última fineza - que lhes peço com o mais sincero empenho: a de prestarem ao meu ilustre sucessor, neste posto de verdadeiro combate o mesmo concurso eficaz e leal, enquanto dele S. S^a julgar carecer; convencidos como devem ficar, de que, sob o bondoso comando de Francisco de Paula Bicalho, só podem caminhar para as glórias do triunfo, tendo previamente assegurada a vitória nesta gigante campanha em que devem prosseguir com o mesmo ardor e o mesmo entusiasmo. Sempre os acompanharão os votos da minha mais sincera estima e da minha mais reconhecida gratidão. *Aarão Reis*".¹²⁶

NOTAS

- 116 FORTES, Crispim Jaques Bias. Mensagem. MINAS GERAIS. Congresso. Anais da Câmara dos Deputados. Ouro Preto: Imprensa Oficial, p. 26, 1895.
- 117 DIVERSÕES. Acróstico. *O Contemporâneo*. Sabará, p. 3, 21 abr., 1895.
- 118 MHAB/CC. Correspondência, 25 abr., 1895.
- 119 *Idem*, 27 abr., 1895.
- 120 *Idem*, 1 maio, 1895.
- 121 *Idem*, 18 maio, 1895.
- 122 Francisco de Paula Bicalho é biografado pelo autor no capítulo XLIII.
- 123 MHAB/DD, 1895, p. 32.
- 124 MHAB/CC, Reis - Secretaria de Agricultura, 5/1895.
- 125 REIS, Aarão. *Exposição apresentada ao Ex^{mo} Sr. Dr. Crispim Jacques Bias Fortes...* Rio de Janeiro: H.A. Lombaerts, 1895, p. 3.
- 126 MHAB/DD, 1895.

EXPOSIÇÃO APRESENTADA AO GOVERNO DO ESTADO PELO
DR. AARÃO REIS AO DEIXAR A CHEFIA DA COMISSÃO CONSTRUTORA

“



^{xmo} Sr. Tendo de passar a chefia desta *Comissão*, por ter pedido minha exoneração do cargo, que exercia desde o início dos respectivos trabalhos, de *engenheiro-chefe*, cumpro o dever de apresentar a V. Ex^a a seguinte exposição do quanto tenho feito, até agora, no desempenho de tão honrosa incumbência.

Nomeado, em 14 de fevereiro do ano findo, pelo eminente e ilustre antecessor de V. Ex^a para - de conformidade com o Regulamento expedido, nessa mesma data, pelo Decreto n. 680 - assumir a direção geral, técnica e administrativa da Comissão Construtora da nova capital, que deveria incumbir-se tanto dos *estudos definitivos*, como da execução de todos os trabalhos e serviços necessários à fundação da nova cidade, dentro do prazo de *quatro anos*, fixado pela Lei n. 3, adicional à *Constituição do Estado*, promulgada pelo Congresso Mineiro, aos 17 de dezembro de 1893, consagrei, desde logo, toda a atividade, toda a energia e todo o esforço de que possa dispor à organização dessa *Comissão* e sua instalação definitiva no próprio local dos trabalhos a realizar.

Tive a fortuna de poder congregiar em torno de mim um grupo escolhido de excelentes profissionais e dedicados auxiliares administrativos e, no dia 1º de março - quinze dias apenas depois de nomeado -, dei logo princípio, em Belo Horizonte, aos nossos trabalhos, com o reduzido pessoal que então consegui reunir.

Como bem compreende V. Ex^a, muito pouco pude fazer nos dois primeiros meses, sem acomodações para os trabalhos de escritório, sem móveis e outros objetos para a instalação das diferentes seções, sem instrumentos de campo mesmo para ativar os trabalhos e rareando ainda o pessoal auxiliar e jornaleiro para os diversos serviços.

Só pouco e pouco - e muito lentamente - foram chegando os companheiros, sendo então possível organizar os serviços de algumas das seções.*

* A princípio funcionaram apenas as duas seções da 1ª Divisão; a 1ª da 2ª Divisão; a 2ª da 3ª Divisão; as 2 da 4ª Divisão; a 1ª da 5ª Divisão; e a 1ª da 6ª Divisão.

Para a aquisição - e sobretudo para o transporte até o arraial - dos móveis, instrumentos e mais objetos de expediente, foi mister muita diligência para vencer as enormes dificuldades criadas pelo estado em que então se achava o País, a braços com a revolta da Armada, e que se refletia em todas as esferas da atividade nacional e, principalmente, no serviço da *Estrada de Ferro Central do Brasil*.

Devo, entretanto, confessar que, se não tivesse encontrado no pessoal dessa repartição federal - desde o seu ilustre diretor, o Sr. coronel Vespasiano d'Albuquerque, até o último dos empregados - o maior e mais eficaz desejo de facilitar a penosa tarefa atual de um antigo companheiro de trabalhos, que ali teve a fortuna de deixar, na organização do serviço como no pessoal, alguns vestígios de sua colaboração na alta administração dessa ferrovia, eu não teria, por certo, conseguido instalar, em tão poucos meses, como o fiz, esta *Comissão*, dotando-a das comodidades indispensáveis à execução da árdua tarefa que lhe incumbe.

Sem essa coadjuvação da boa vontade de antigos companheiros e leais auxiliares, que ainda se lembram e acolhem com benevolência o camarada e chefe de outros tempos - que não se poupou outrora dissabores para dar ao pessoal garantias de futuro, que não tinha** -, todos os meus esforços para ativar a instalação aqui desta *Comissão* teriam sido vãos.

Encarregado da execução dos mais variados e importantes trabalhos técnicos dentro do curto prazo de quatro anos, era mister que não me descuidasse de aparelhar, desde logo, esta Comissão para desempenhar-se regularmente de tão penosa tarefa. E é a essa orientação que devo o ter conseguido realizar, nos catorze meses decorridos até 30 de abril findo, não só os estudos definitivos necessários à organização da planta geral da nova cidade, que já se acha aprovada pelo Decreto n. 317, de 15 de abril findo, como também: as obras provisórias indispensáveis à instalação da *secretaria*, do *almoxarifado*, da *contabilidade*, do *escritório técnico* e dos *escritórios das divisões técnicas de serviço* e suas diferentes seções; as obras definitivas (que estão por bem dizer, concluídas) do ramal férreo e suas dependências; o melhoramento dos caminhos que de *Sabará* se dirigem a esta localidade e que servem diversos pontos; o preparo de um *cemitério provisório* para impedir que continuassem os enterramentos a ser feitos no adro da *igreja matriz*, onde já se não podia abrir covas sem exumar corpos ainda mal decompostos; os projetos já aprovados de todos os edifícios públicos, que têm de ser construídos, alguns dos quais já estão em via de execução e para outros aberta concorrência pública para a adjudicação das respectivas obras a empreiteiros; o projeto do grande *Parque* central da nova cidade, cujas obras, já autorizadas, estão bastante adiantadas, revelando o que poderá vir a ser, de futuro, essa belíssima concepção; a locação de todas as avenidas e das principais ruas e praças; a terraplenagem da grande avenida *Afonso Pena* e de mais duas outras; o início da execução das obras projetadas para o abastecimento de água; o preparo de uma colônia para a pequena lavoura; e vários outros serviços e trabalhos que V. Ex.^a encontrará adiante mencionados.

Tais resultados, que são de bom augúrio para o regular prosseguimento dos trabalhos

* Refiro-me à fundação da Associação Geral de Auxílios Mútuos.

desta *Comissão*, devo-os - não há negá-lo - à dedicação exemplar com que todos os companheiros, sem distinção de categorias, se têm esforçado por facilitar a minha tarefa e desempenhar a tremenda responsabilidade que assumi para com o Estado de Minas Gerais.

Mas devo-o, igualmente, à boa distribuição dos nossos trabalhos e serviços pelas *divisões* e *seções* criadas pelo Regulamento, e que agem concorrentemente para a consecução do objetivo comum, de conformidade com as diversas *instruções*, que organizei e expedi.

Hoje, mais do que nunca, estou convencido da excelência da organização adotada para a execução dos variados e importantíssimos serviços incumbidos a esta *Comissão*.

É, pois, pela exposição dos serviços de cada uma dessas divisões que poderei dar contas a V. Ex^a do que pude fazer, até 30 de abril findo, nesta *Comissão*.

Expedido a 14 de fevereiro do ano próximo passado, o Decreto n. 680, que deu Regulamento para a execução da nova capital do Estado, no arraial do *Belo Horizonte*, foi, em 1º de março, instalada a *Comissão Construtora*, organizada por ordem do governo com um quadro *provisório* de pessoal muito limitado, que foi sendo preenchido à proporção que se desenvolviam os serviços.

Distribuídos os trabalhos pelas seis *divisões de serviço*, por que foram divididos, segundo o preceito do art. 9º do Regulamento, entraram estas imediatamente em função, e já em princípio de junho propunha eu ao ilustre antecessor de V. Ex^a o quadro *definitivo* do pessoal técnico e administrativo de nomeação, para ativar as obras de construção, o qual foi aprovado pelo Aviso n. 160, de 18 do mesmo mês, e tem ido sendo posto em execução à medida que o desenvolvimento dos trabalhos vai exigindo, sendo que em época alguma esteve esse quadro preenchido em sua totalidade, e ultimamente apresenta claros em quase todas as classes de funcionários (Anexo n. D).

1ª DIVISÃO

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

A 1ª Divisão, incumbida da administração central, funcionava sob minha imediata direção, compreendendo duas seções: a secretaria, encarregada do expediente geral, e o almoxarifado, da aquisição, arrecadação, guarda e distribuição dos instrumentos, móveis, materiais e mais objetos de uso e consumo.

A 1º de junho do ano findo, dei *instruções* para o serviço desta divisão, as quais foram, depois, alteradas e ampliadas pelas de 31 de outubro, compreendendo então nelas os serviços a cargo do *gabinete do engenheiro-chefe*, da *secretaria*, do *almoxarifado*, do *gabinete fotográfico* e do *observatório meteorológico*, por haver reconhecido ser necessário - para melhor orientação e maior regularidade e fiscalização de tais serviços - ficarem eles mais imediatamente sob minha direção e diuturnos cuidados, e não caberem, naturalmente, em nem uma das outras divisões.

No gabinete do engenheiro-chefe, coadjuvando-me diretamente, funcionavam apenas o Dr. consultor jurídico, que era meu imediato auxiliar na administração local, e um amanuense.

Cabendo a direção econômica e administrativa da nova capital ao presidente do Estado, até que delibere o Congresso a respeito, nos termos da Constituição, e como preceitua a Lei n. 3, à Constituição no art. 8º - foi-me, pelo Decreto n. 716, de 5 de junho de 1894, cometida pelo governo a superintendência geral dos serviços da administração local não só de todos os terrenos compreendidos dentro do perímetro indicado na Planta n. 2, das que acompanharam o relatório da Comissão de estudo das localidades indicadas para a capital do Estado, como de todo o território do distrito do Belo Horizonte, compreendido em suas atuais divisões, desligado do município de Sabará pelo Decreto n. 776, de 30 de agosto de 1894, ficando assim aumentados, com os da administração local, os encargos que já sobre mim pesavam.

E, sendo o das desapropriações um dos mais melindrosos trabalhos dos que me haviam sido afetos pelo Regulamento, e cheio de dificuldades por sua natureza e pelos atritos, que forçosamente deveriam despertar - chocados, como teriam de ser, interesses de toda a sorte, e que rompiam por hábitos e aconchegos de uma longa moradia no lugar -, embora ficasse autorizado a proceder judicial ou amigavelmente a tais desapropriações; e reconhecendo que me era impossível arcar com serviço tamanho, e de especialidade tão fora dos meus estudos; requisitei um auxiliar, com conhecimentos jurídicos, a quem incumbisse, não só auxiliar-me na dilatada órbita dos serviços administrativos, como na verificação da validade dos documentos de propriedade, dos direitos dos posseiros, de acordo com as leis federais e com as do Estado, na variadas hipóteses que surgissem nos diversos casos de desapropriação.

Pelo já citado Decreto n. 716, de 5 de junho, foi-me dado um auxiliar técnico-jurídico e, por portaria de 19 de julho, nomeado o Sr. Dr. Adalberto Dias Ferraz da Luz, a cujas luzes, retidão, saber e inexcusável lealdade muito devo o bom êxito desta parte melindrosa da minha árdua tarefa.

2ª Seção
Secretaria

O movimento de papéis, nas três turmas em que se acha subdividida a secretaria, foi o seguinte até 30 de abril findo:

- Entrados e registrados nos livros respectivos	2.533
- Expedidos	<u>2.230</u>
Total	4.763

Foram também lavrados pela secretaria 23 contratos de empreitada, sendo:

- 1 - para o fornecimento de 30.000 dormentes;
- 3 - para a preparação do leito do ramal férreo;

- 2 - para a construção das casas de residência e de turmas;
 - 2 - para a construção das estações *Central* e *General Carneiro* (entroncamento);
 - 1 - para o fornecimento do material fixo e rodante para o ramal;
 - 1 - para o estabelecimento de uma *parada* na *Fábrica do Marzagão*;
 - 1 - para a construção da *Ponte Davi Campista*;
 - 1 - de retificação do contrato da *Ponte Davi Campista*;
 - 1 - para a construção das obras do abastecimento de água;
 - 1 - para a construção de dois compartimentos e da cobertura geral da *parada do Marzagão*;
 - 1 - para a edificação do *Palácio Presidencial*;
 - 1 - de distrato do contrato para a construção da *Estação Central*;
 - 1 - de novação de contrato para a construção da *Estação Central*;
 - 1 - para a edificação de uma nova igreja e de uma *capela*;
 - 1 - para o fornecimento do material metálico para o abastecimento de água;
 - 1 - de novação de contrato, modificando o modo de pagamento estipulado para a construção da *Estação General Carneiro*, na parte relativa ao material metálico;
 - 1 - de novação de contratos uniformizando o preço para os trabalhos da escavação do ramal e a taxa de abatimento;
 - 1 - para a organização de um *álbum de vistas fototípicas* do arraial de Belo Horizonte e das obras projetadas;
 - 1 - para o assentamento da superestrutura metálica do ramal férreo;
- e mais 78 termos de arrendamento, fiança e inovações de contratos, como consta dos Anexos n. 2 e 3.

A *secretaria* tem funcionado sob a criteriosa e inteligente direção do ilustre Sr. Dr. Fábio Nunes Leal.

Julgando da mais alta conveniência, não só para habilitar o governo a julgar da execução e progresso dos trabalhos incumbidos a esta *Comissão*, ao furo e à medida que vão eles sendo realizados, como também dá-los a conhecer à população deste Estado, ficando ao mesmo tempo registrados os métodos e processos empregados, já nos estudos, já na execução das variadas obras e serviços, o histórico da decretação da construção da nova capital, as observações meteorológicas, os fatos mais dignos de memória, as plantas e algumas reproduções, por fototipia, das atuais construções, que dêem futuro, uma idéia do que era o arraial do Belo Horizonte, e, bem assim das que se vão levantar; propus ao governo que me autorizasse a fazer uma publicação, em forma de revista estatística e descritiva da nova capital, editada em número de exemplares suficientes, não só para ser distribuída gratuitamente pelas autoridades municipais e estaduais, bibliotecas, estabelecimentos de ensino, como para ser exposta à venda; o que fui autorizado a executar pelo Aviso n. 264, de 3 de setembro, estando já em distribuição o primeiro número para cuja publicação lutei com os mais sérios embaraços derivados da falta, no País, de oficinas preparadas para a execução de tais trabalhos

em condições razoáveis de preço, tempo e perfeição; e em preparo o segundo número no qual mandei incluir cópia reduzida da planta geral da nova cidade.

Como acima disse, transferei (provisoriamente) pela Ordem de Serviço n. 58, de 31 de outubro, da 3ª para a 1ª Divisão o *observatório meteorológico*, e pela de n. 59, da mesma data, em observância do art. 41 das novas *Instruções Regulamentares*, designei um 1º *escriurário* da *secretaria* para dirigir os trabalhos do *gabinete fotográfico* e do *observatório meteorológico*. O *gabinete fotográfico* executou variados serviços de sua especialidade, fornecendo grande número de provas positivas, já de diversas vistas do arraial e das suas principais habitações atuais, que servirão de recordação deste arraial, quando transformado em cidade moderna, já dos planos e plantas dos edificios projetados, para serem expostas ao público, e das provas heliográficas das plantas dos edificios a construir, para os cálculos orçamentários e fornecimentos aos empreiteiros.

Depois de novembro do ano findo, pude organizar este serviço com regularidade, estabelecendo escrituração cuidadosa do seu movimento.

De então até 30 de abril findo, tirou o *gabinete fotográfico* 1.790 provas positivas, 8 heliográficas, além de muitas outras que tinha ele tirado durante o tempo em que esteve sob a imediata direção da 4ª Divisão, o que demonstra a sua utilidade nesta *Comissão* (vide Anexo n. 4).

Das vistas fotográficas tiradas foram remetidas 468 à 2ª Divisão, para serem expostas à venda na *tesouraria*, das quais só restavam em ser, em 30 de abril findo, 174; tendo sido arrecadada a soma de 920.000.

O *observatório meteorológico* tem funcionado regularmente desde a sua instalação, e pelos *mapas gráficos*, de suas observações e respectivas tabelas numéricas, que acompanham o meu relatório anual, terá V. Exª apreciado a exatidão das observações feitas durante os estudos para a escolha da localidade para a nova capital e a excelência das condições climatéricas que tanto recomendam a designação deste arraial para a fundação da nova cidade.

Os enterramentos eram feitos, nesta localidade, no pequeno adro da *igreja*; mas, o número de corpos aí inumados era tal que, ao abrir-se qualquer sepultura, encontravam-se restos ainda mal decompostos deles, o que importava sério perigo para a salubridade pública.

Acrescia que eram os enterramentos feitos a esmo, abrindo cada qual, à vontade, as sepulturas para seus mortos, sem ordem, sem numeração, e, nem menos, a mínima indicação do local, prática esta que de forma alguma poderia coadunar-se com os hábitos de veneração pelos mortos do pessoal numeroso desta *Comissão* e dos demais cidadãos atraídos para aqui pelos trabalhos em via de execução.

Atendendo a tais considerações e obedecendo ao dever, que me competia, de velar e providenciar pela sorte dos meus auxiliares e pela salubridade do local em que tínhamos de conviver, com as nossas famílias, e trabalhar para o Estado, mandei, de acordo com o ilustre sacerdote que exerce a vigararia aqui, fechar e nivelar uma pequena área de 40 m de frente e outro tanto de fundo para servir *provisoriamente* de cemitério até que, planejada a nova cidade, se providenciasse para a edificação do definitivo, do que dei conta à *Secretaria de*

Estado, pelo Ofício n. 40, de 28 de maio, e foi aprovado pelo Aviso n. 145, de 31 do mesmo mês, expedindo eu, imediatamente, *instruções* para o serviço do *cemitério provisório* e sujeitando-o à inspeção do *1º escrivão*, Dr. Cícero Ferreira, já encarregado da direção do *gabinete fotográfico* e do *observatório meteorológico*.

Pelo quadro anexo (n. 5) verá V. Ex^a que, sendo já a população desta localidade muito superior a 3.000 almas, a mortalidade foi diminuta nos onze meses decorridos de 30 de maio de 1894 a 30 de abril último.

2ª Seção
Almoxarifado

O movimento desta seção foi o seguinte:

Objetos entrados	245:708\$473
Devolvidos pelas divisões	<u>10:421\$362</u>
	256:129\$835
Saídos	<u>250:021\$827</u>
Existentes6:108\$008

Pelo mapa junto (Anexo n. 6) verá V. Ex^a como foram estes objetos distribuídos pelas divisões, tendo subido a essa soma o dispêndio porque tive de montar não só os escritórios para as divisões e suas seções, *secretarias, gabinetes de desenho e fotográfico e observatório meteorológico*, como de reparar as próprias casas, inabitáveis na maior parte, em que foram instalados esses serviços, e ainda de adquirir utensílios, ferramentas e materiais para todo o serviço, notando-se que os móveis, cofres, instrumentos de engenharia, ferramentas, etc., agora adquiridos, serão aproveitados na maior parte para a instalação aqui das várias repartições que têm de ser transferidas de Ouro Preto e para as repartições municipais.

Esta seção funcionou a princípio sob a chefia do Sr. capitão Aníbal Santos, ao qual substituiu, em dezembro último, o Sr. Carlos Maciel, cujo zelo é inexcedível.

A despesa desta divisão, até 30 de abril findo, foi de:

Pessoal	134:601\$503
Material	<u>33:263\$689</u>
Total	167:865\$192

2ª DIVISÃO

CONTABILIDADE

Esta Divisão - dirigida pelo Sr. Benjamim Constant Quadros - tem a seu cargo todo o serviço financeiro e de contabilidade da *Comissão*, distribuídos em *três seções*: a 1ª; de *escrituração geral*; a 2ª, *tesouraria*; e a 3ª, *tombamento*.

Instalada a *Comissão* em 1º de março, iniciaram-se os serviços desta Divisão apenas com o guarda-livros e com um 1º *escriurário*, sendo aumentado o número de seus empregados à proporção que os serviços foram se desenvolvendo.

A princípio, o próprio *guarda-livros* - Sr. Benjamim Quadros - acumulou às funções desse cargo as de *tesoureiro-pagador*; e depois que foi nomeado e entrou em exercício de *tesoureiro* o Sr. Leopoldo César Gomes Teixeira e foi nomeado *escrivão do tombamento* o Sr. Francisco da Silva Lobo, passou o Sr. Quadros a acumular às suas funções próprias de *guarda-livros*, chefe da 1ª seção, as de chefe da 2ª Divisão (*contabilidade*), cargo para que foi promovido definitivamente em data de 10 de dezembro último, passando a *guarda-livros* o Sr. Lobo.

1ª e 2ª Seções

Escrituração Geral e Tesouraria

O movimento total da caixa, até 30 de abril findo, foi o seguinte:

Receita geral.....	4.289:559\$152
Despesa geral	3.270:516\$259

A receita geral subdivide-se nas parcelas seguintes:

Suprimentos feitos pela Secretaria das Finanças	4.000:000\$000
Arrecadação de impostos, aluguéis de imóveis, vendas de objetos, vistas fotográficas, transmissão de telegramas, etc., feita pela própria Comissão	68.359\$404
Depósitos de fianças e de cauções para garantia de contratos	221:199\$748
Total.....	<u>4.289:559\$152</u>

Sendo a despesa realizada de	3.270:516\$859
Passou para o mês de maio corrente o saldo de	1.019:042\$293

Pelos quadros anexos (sob os n. 7 a 12) vereis a discriminação e procedência das diversas verbas de receita, a discriminação da receita eventual por meses, a despesa discriminada pelas diversas espécies de serviços e pelas diversas divisões, e, finalmente, a partilha da despesa total entre o pessoal e o material. Por tais mapas podereis verificar miudamente o emprego das quantias dispendidas, que já deveis, entretanto, conhecer pelos mapas mensais que vos tenho enviado invariavelmente no 1º dia útil de cada mês, demonstrando as despesas do mês anterior.

Do anexo sob n. 11 consta o termo do exame da caixa da *tesouraria* feito no dia 1º de maio do corrente.

Determinando o § 2º do art. 14 do Regulamento, de 14 de fevereiro de 1894, que a *tesouraria* desta *Comissão* arrecadasse os *impostos de selo* devidos pelos funcionários e quaisquer outras verbas de *receita eventual*, e o art. 35, que todos os empregados desta *Comissão* fossem considerados em *mera comissão temporária* vos consultei, por officio de 10 de fevereiro de 1894, se os *impostos de selo* deviam ser cobrados e escriturados; e fui autorizado pelo Aviso n. 63, de 5 de abril do ano passado, a efetuar a arrecadação do *imposto do selo de nomeação* por meio de desconto na folhas de pagamento, levando seu produto, como receita, à caixa da *Comissão*, de acordo com as instruções dadas no mesmo aviso.

3º Seção

Tombamento

Como havia dito em meu relatório da *Comissão de estudos das localidades para a nova capital*, os terrenos do arraial de *Belo Horizonte* eram em grande parte de propriedade particular, que teriam de ser desapropriados para o levantamento da projetada cidade, tornando-se, por isso, sob o ponto de vista econômico e administrativo, mais difícil e onerosa minha missão, não só por terem de ser aumentados os dispêndios com a desapropriação de mais de 400 propriedades, a maior parte edificadas e cultivadas, como pelos embaraços que teria de encontrar na relutância de seus proprietários, que se veriam forçados a emigrar dentro de curto espaço de tempo, abandonando os seus lares, plantações e hábitos de longa data.

Embora houvesse o engenheiro incumbido do estudo de *Belo Horizonte*, calculado em cerca de 200 contos as desapropriações indispensáveis ao preparo da área exigida pela localização dos primeiros 30.000 habitantes da futura cidade, sempre acreditei subiria a muito mais tal dispêndio; e, por isso, no cômputo da despesa mínima que, a meu ver, exigiria a edificação da nova cidade, em cada uma das localidades estudadas, absteve-me de incluir verba referente à desapropriação, mesmo porque, então, não estava resolvido ainda se o Estado trataria desde logo de efetuar a desapropriação de toda a área necessária para 200.000 habitantes.

Considero, pois, o melhor e mais valioso serviço de quantos possa ter prestado ao Estado no desempenho desta tarefa, o fato de ter conseguido amigavelmente e sem atritos a desapropriação de - por bem dizer - todas as propriedades deste arraial por uma verba muito

inferior a que realmente era de se esperar, tendo dispendido até esta data 757:668\$716, restando apenas uma meia dúzia de pequenas propriedades para concluir-se a desapropriação total de toda a área abrangida pela projetada cidade.

Com muitas pequenas exceções - devidas quase todas à existência de menores e ausentes - foram efetuadas as desapropriações por meio de escrituras públicas de compra e venda.

Felizmente pude apressar esta parte da minha tarefa que se afigurava inçada de dificuldades, e evitar que - por meio de obras, consertos e mais benfeitorias - fossem valorizados os imóveis existentes, com gravame de ônus para o Estado, para o que requisitei, por ofício de 2 de abril, a expedição de um decreto que, aprovando o relatório da *Comissão de Estudo*, declarasse desapropriados os prédios, terrenos e mais benfeitorias existentes no distrito de *Belo Horizonte*, compreendidas dentro do perímetro indicado na referida Planta n. 2, para os fins da Lei n. 3, adicional à Constituição do Estado, de 1º de dezembro de 1893, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 6º da Lei n. 15, de 17 de novembro de 1891, ficando desde logo autorizado, nos termos dos §§ 5º do art. 1º e 4º do art. 1º do Decreto n. 680, a tornar efetivas tais desapropriações; e, efetivamente, foi pelo governo expedido o Decreto n. 712, de 12 de maio de 1894.

Reconhecendo que, para ficar habilitado a dar execução pronta a este decreto, por maneira mais conveniente, carecia agir com certa equidade para poder chegar a acordo amigável com os proprietários desta localidade, solicitei, por ofício de 1º de maio, e obtive autorização para, sempre que fosse possível: 1º) aceitar a desistência da indenização pecuniária daqueles que preferissem receber, na nova capital, nas imediações de sua atual propriedade, lotes de terrenos equivalentes a $\frac{1}{3}$ (no máximo), do terreno desapropriado; 2º) usar de equidade nas avaliações amigáveis, dando parte em dinheiro e parte em lotes; o que facilitou extraordinariamente minha missão. De fato, é incontestável que a fundação aqui da nova capital - beneficiando largamente os proprietários das circunvizinhanças, cujos terrenos e prédios tendem já à rápida e enorme valorização - tornava-se, para os desta localidade, de considerável prejuízo, pois todos os terrenos, casas e benfeitorias aqui existentes tinham forçosamente de ser desapropriados e entregues imediatamente à *Comissão*, sem que tivesse seus proprietários adquirido, na nova cidade, lotes onde pudessem estabelecer-se. Acrescia ainda que - baseando-se a avaliação das desapropriações no insignificante valor locativo correspondente ao imposto predial coletado no segundo semestre do exercício de 1893 - tais proprietários teriam de receber dos cofres públicos importâncias que, de modo algum, chegariam para a aquisição de um lote na futura cidade, e quiçá mesmo nas suas circunvizinhanças, sendo o prejuízo deles duplo - na bolsa e nas comodidades de que ficavam privados desde logo.

Foram tão acertadas estas medidas, e procurei empregá-las com tanta cautela e prudência, que pude realizar, como já disse, a desapropriação - por bem dizer total - deste arraial, amigavelmente, vendo-me apenas forçado a submeter a processo judicial nove desapropriações.

Tendo de ser as casas desapropriadas ocupadas pelos membros da *Comissão*, consultei a *Secretaria de Estado*, por ofício de 20 de julho, se devia cobrar aluguel aos mesmos à proporção que fossem elas adquiridas pelo Estado, visto como, pelo § 2º do art. 39 do Regulamento, *nenhum abono mais especial teriam os engenheiros e condutores, além dos ordenados, para aluguel de casas, montaria, criados, etc.*, embora tivessem estes procedido a grandes reparos, consertos e acréscimos nessas casas para torná-las habitáveis. Pelo Aviso n. 235, de 2 de agosto, foram-me dadas instruções para esse serviço e encetou-se a cobrança dos aluguéis.

Em abril findo, a arrecadação dessa verba de receita atingira já à soma de Rs.21:005\$021, o que corresponde a um juro superior a 10% do valor por que foram obtidas as desapropriações, feitos os necessários descontos do valor dos terrenos não ocupados.

Acha-se, pois, por bem dizer, concluído o trabalho de desapropriação, faltando apenas poucos prédios e terrenos, que não elevarão, segundo creio, o dispêndio a mais de 800 contos, inclusive as despesas judiciais, que montam já a Rs. 3:544\$808.

As despesas realizadas com os trabalhos e serviços desta divisão, até 30 de abril findo, foram de Rs.82.431\$459, assim discriminadas:

Pessoal	68:614\$207
Material	13:817\$252
Total	82:431\$459

MOVIMENTO DE PAPÉIS

O movimento de papéis, entrados e saídos, foi o seguinte:

Entrados

Ofícios	332
Memorandos	288
Ordens de serviço	75
Requerimentos	89
Papéis diversos	60
Total	844

Saídos

Ofícios	104
Recibos de casas	1.591
Memorandos	87
Total	1.782

3ª DIVISÃO

ESCRITÓRIO TÉCNICO

Esta Divisão - dirigida pelo 1º *engenheiro* Dr. Hermilo Alves - tem a seu cargo todos os trabalhos técnicos de escritório relativos: à organização dos projetos e planos gerais, parciais e de detalhes; à confecção dos orçamentos, especificações, condições gerais e tabelas de preços; ao cálculo e organização das medidas provisórias e finais; e, bem assim, o arquivo técnico.

Subdivide-se em *três seções*, incumbindo:

à 1ª *seção*: os cálculos de qualquer natureza, que fossem julgados necessários para a organização de plantas e projetos de obras de arte, baseados nas cadernetas de campo ou em quaisquer outros dados fornecidos pelas outras três divisões técnicas; a confecção dos orçamentos de todas as obras projetadas; e a organização das folhas de medições provisórias e finais das obras realizadas por empreiteiros;

à 2ª *seção*: a redução a desenho das cadernetas de todos os polígonos e triângulos desenhados topográfica e cadastralmente; a confecção da planta geral da nova cidade; e a organização de todos os projetos das obras que tivessem de ser executadas, com exceção apenas das de arquitetura;

e, finalmente, à 3ª *seção*: a confecção dos projetos de edifícios, monumentos, jardins, avenidas e mais construções arquitetônicas, que tivessem de ser executadas na nova capital, e, bem assim, a organização dos tipos gerais de prédios que conviesse adotar para garantia do efeito artístico da cidade, e indicação das regras arquitetônicas que deverão ser observadas nas construções em geral.

1ª Seção

Cálculos

Esta seção - que funcionou sempre sob a chefia do engenheiro Dr. Adolfo Pereira - organizou uma *tabela de redução ao horizonte* de todas as distâncias medidas segundo a inclinação do terreno, nos trabalhos topográficos, na qual, entrando-se com a diferença de

nível e com a distância medida, tem-se imediatamente a horizontal corresponde.

Tal tabela não contém erro maior de 0,0005m, tendo-se procedido a verificações minuciosas.

Como se poderá julgar, sendo trabalho inteiramente material, exigiu contudo grande esforço para que fosse executado a tempo de prestar os serviços que se desejava obter.

Para se facilitar ainda o cálculo da redução ao horizonte, foi indispensável a organização de 27 cadernetas com 234 km de alinhamentos, extraíndo-se das cadernetas de campo as colunas dos estaqueamentos, das deflexões e das cotas de nivelamento.

Iniciado o trabalho de desenho dos polígonos em que foi dividida a área da planta, antes de terminado o serviço geodésico, teve esta seção de projetar, para precisar a exatidão do serviço de campo, diferentes lados desses polígonos, sobre as linhas N e S com os respectivos sinais, de sorte que a soma algébrica dessas projeções acusasse o erro preciso em cada polígono, desde que não fosse nulo.

Este método, empregado nos polígonos topográficos e do cadastro, registrou apenas o erro de 0.002m por metro de medição em um polígono, erro que reduziu-se a menos de 0.001m no polígono geral.

Para os trabalhos topográficos foram feitos 680 km de perfis extraídos de 120 cadernetas de campo, cujos cálculos foram verificados.

Para a captação dos diferentes córregos destinados ao abastecimento de água, foram reduzidos ao horizonte 12 km de linhas medidas no campo, segundo a inclinação do terreno.

Nos demais trabalhos relativos ao abastecimento de água, esta seção limitou-se a verificar os cálculos dos projetos apresentados anteriormente pela 5a. Divisão, o que, atendendo-se à série de alterações efetuadas com o fim de satisfazer exigências de maior perfeição, tomou bastante tempo.

Além dos orçamentos do ramal férreo e de todas as suas dependências (tais como: estações, casas de residência, oficinas, abrigo para material rodante e obras de arte), foram feitos os orçamentos dos projetos da *Ponte Davi Campista*, do *Hotel*, do *Palácio Presidencial*, da *Igreja*, da *Capela*, do *Palácio da Administração* (não aprovado), do *Palácio do Congresso*, do *Palácio da Justiça*, das *Secretarias de Estado*, da *Imprensa*, do *Cemitério* e de *sete tipos de casas para residência de funcionários públicos*.

O serviço desta seção foi pesado e variadíssimo, sendo que esta última circunstância contribuiu em muito para que a solução de certas questões não tivesse sido alcançada com a brevidade que era para desejar.

2ª Seção

Projetos

Ao engenheiro Dr. Bernardo de Figueiredo coube a chefia desta seção.

Dos trabalhos da 4ª Divisão foi desenhada a rede da triangulação geodésica, da qual se

destacaram os 27 triângulos que a compõem, sobre os quais foram desenhados, na escala de 1:2.000, a topografia e o cadastro geral da zona designada para construção da nova capital, com a superfície de 51.220.804 m²

A planta do arraial do Belo Horizonte e seus arredores foi desenhada também em quatro grandes polígonos na escala de 1:1.000.

Fez-se novo desenho de todos os triângulos geodésicos na escala de 1:4.000, os quais foram reunidos em uma planta geral, para sobre ela ser projetada a cidade e seus subúrbios.

Foi desenhada rigorosamente, na mesma escala de 1:4.000, a *planta geodésica, topográfica e cadastral do arraial e seus arredores*, com todos os limites das propriedades que passaram ao domínio do Estado, por compras realizadas pela *Comissão*, ou por desapropriações judiciais.

Fez-se o projeto da cidade, que foi desenhado, em papel cartão, *cinco vezes* na escala 1:4.000, e *três vezes* na escala de 1:10.000 e *uma vez* em escala reduzida (1:28.000) para a *Revista*.

A área de 51.220.804 m² ficou assim dividida na planta da cidade:

Área urbana.....	8.815.382 m ²
Área suburbana	24.930.803 m ²
Área de sítios.....	17.474.619 m ²

A planta topográfica e cadastral (completa) foi também desenhada na escala de 1:10.000, abrangendo todo o território compreendido pela rede geodésica, e está sendo litografada para acompanhar o 2º número da *Revista*.

Destas plantas foram tiradas as cópias necessárias: à 4ª Divisão, para o serviço de locação de ruas e praças; à 3ª Divisão, para o projeto dos *grades* das mesmas; e à 5ª Divisão, para o estudo da rede geral dos esgotos.

Desenhou-se também a rede de triangulação geodésica em pequena escala (1:50.000), sendo feitas diversas reproduções.

Fica, finalmente, em execução o desenho de toda a área estudada na escala de 1:20.000, sobre o qual deverá ser traçado o projeto geral da cidade, compreendendo quatro grandes plantas, onde se encontrarão todos os detalhes topográficos e do projeto da cidade, subúrbios e sítios dentro da rede geodésica.

Estas quatro plantas que, reunidas, representarão o transunto de todo o trabalho feito pela *Comissão* até o momento em que foi projetada a cidade, eram por mim destinadas ao arquivo da edilidade da futura capital.

Em dois exemplares das plantas da cidade, na escala de 1:4.000 – um dos quais ficou na *Secretaria da Agricultura*, em Ouro Preto –, foram separadas as seções por *traços de tinta azul* e designados por *algarismos romanos*; os quarteirões foram designados por *algarismos arábicos de tipo grande*, repetidos em cada seção; e os lotes de cada quarteirão foram também

designados por *algarismos arábicos de tipo menor*, repetida a numeração em cada quarteirão; de modo que cada lote pode ser designado pelo número respectivo; seguido do número do quarteirão e do número da seção em que se acha.

As praças, avenidas e ruas, não só da parte urbana como da suburbana, receberam denominações de acordo com o art. 3º do Decreto n. 803, de 11 de janeiro do corrente ano.

Foram também designados os quarteirões destinados aos edifícios públicos, templos, hospital, cemitério, parque, jardim zoológico, matadouro, mercado, esgotos, eletricidade, lavanderia municipal, escolas, polícia, teatro, bombeiros, etc.; os quarteirões e lotes reservados; os lotes destinados aos funcionários públicos estaduais, aos proprietários de casas e Ouro Preto e aos ex-proprietários em Belo Horizonte, sendo todas estas designações feitas de acordo com o art. 4º do citado Decreto n. 803, de 11 de janeiro do corrente ano.

Dentre os variadíssimos trabalhos feitos por esta seção, destacam-se ainda os seguintes:

- *trezentas e setenta* plantas de casas e terrenos do arraial e de suas circunvizinhanças, para a planta cadastral e para as desapropriações;
- *dois projetos completos da Ponte Davi Campista*, que está sendo construída em frente à Estação Central;
- *três perfis-tipos* das avenidas e das ruas;
- *as plantas e perfis* dos terrenos explorados para a captação e canalização das águas dos córregos *Cercadinho, Acaba-Mundo e Serra*;
- *os projetos dos reservatórios, do túnel das calhas, das represas, das caixas de areia e de todos os detalhes de canalização* das mesmas águas;
- *o projeto do ramal férreo*, constando de plantas, perfis, tipos de bueiros, plano de entroncamento na Central, tipos normais da linha, trilhos e acessórios, e vários desenhos de detalhe.

A multiplicidade e variedade dos serviços desta seção, as modificações, alterações e correções que, durante os estudos, tiveram de ser feitas, principalmente no projeto do abastecimento de água e no da cidade, tornaram os seus serviços muito mais desenvolvidos do que parecem pelos trabalhos apresentados.

3ª Seção Arquitetura

Os excelentes e numerosos trabalhos desta seção são devidos à proficiência inconteste de seu chefe, o distinto arquiteto nacional, Dr. José de Magalhães.

Dentre eles, destacam-se os seguintes:

- projeto da *Estação Central*, com os respectivos armazéns e plataformas com cobertura metálica;

- projeto da *Estação General Carneiro*, de forma triangular e arquitetura *sui generis*, no entroncamento do ramal férreo com a Estrada de Ferro Central do Brasil;
- projetos de edifícios para *depósito de material rodante e para oficinas*;
- projetos de casas de residência para agentes, engenheiros e turmas de conservação da linha.
- projeto de um *templo católico*, com detalhes e ornamentações;
- projeto de uma *capela católica*, com detalhes;
- projeto de um *palácio presidencial*, com detalhes e ornamentações;
- dois projetos de *hotel*;
- projeto do *Parque* - com todos os seus detalhes internos e externos, tais como: um *cassino*, um *restaurante*, *casas do administrador e do guarda*, *coretos*, *pontes rústicas*, *observatório meteorológico*, *quiosques*, *caramanchões*, etc., etc.;
- projeto de um grande *palácio da administração*;
- projetos de *três palácios* para as *secretarias de Estado* e de uma *imprensa oficial*, em substituição ao grande palácio precedente;
- projetos de *brasões* para a *futura capital* e para o *Estado de Minas*;
- projeto de um *cemitério público*, com o respectivo *necrotério*;
- projetos de *sete tipos de casas para residência dos funcionários públicos* da capital;
- projeto de um *palácio do Congresso*;
- projeto de um *palácio da Justiça*;
- desenho em perspectiva do *interior da igreja*, da *Estação Central* e da *Estação General Carneiro*.

DESPESA

A despesa realizada com os trabalhos desta Divisão, até 30 de abril findo, foi de:

Pessoal	213:922\$020
Material (inclusive o existente)	24:777\$964

Total	238:699\$984

MOVIMENTO DE PAPÉIS

O movimento de entradas e saídas de papéis oficiais foi o seguinte:

Entrados:

Ofícios	258
Memorandos	627
Ordens de Serviço	68
Edital	1
Circulares	16
	—
Total	970

Saídos:

Ofícios	231
Memorandos	492
Requerimentos	41
	—
Total	764

4ª DIVISÃO

ESTUDO E PREPARO DO SOLO

A esta Divisão - dirigida pelo *engenheiro-chefe de serviço*, Dr. Samuel Gomes Pereira, que à proficiência alia incontestáveis dotes administrativos - incubem todos os trabalhos e

serviços de *geodésia, topografia e nivelamento* necessários para o delineamento do projeto da nova capital; e, posteriormente, todos os concernentes à *locação, divisão e demarcação de lotes, arruamentos, terraplenagens, pontes, calçamentos, ajardinamentos, arborização e quaisquer outros acessórios* que lhe forem cometidos.

Subdivide-se em *duas seções*, incumbindo:

à *1ª seção*: os trabalhos geodésicos concernentes à determinação exata dos vértices do perímetro poligonal determinado para área urbana e suburbana da nova capital; a determinação da hora da localidade e de suas coordenadas geográficas em relação ao meridiano do Rio de Janeiro; a determinação da altitude, sobre o nível médio dos mares dos pontos principais da localidade; e a construção de monumentos, estátuas, matadouros, fornos de cremação e de incineração, mercados, lavanderias e outras obras congêneres que lhe forem cometidas;

e à *2ª seção*: o levantamento da planta cadastral e topográfica de toda a área compreendida dentro do perímetro determinado pela rede de triangulação, para limite da nova cidade; a implantação no terreno do projeto geral para nova cidade; o nivelamento das ruas e a divisão e demarcação dos lotes em que forem divididos os quarteirões; a execução das terraplenagens necessárias para a abertura das ruas, avenidas e praças; e a construção das pontes e calçamentos.

1ª Seção

Trabalhos geodésicos

A *1ª seção* - que funcionou até o fim do ano passado sob a chefia do ilustre Dr. Eugênio Gabaglia, e ora deixo confiada ao engenheiro Dr. Eduardo de Campos Melo - mediu, com o máximo rigor e precisão, a *base geodésica*, à qual foi referida a triangulação geral de toda a área destinada à nova cidade e seus subúrbios.

Sendo o comprimento determinado da *base* de 1.004,45019m, pode-se afirmar que foi medida com um erro provável de 0,0146m no máximo.

Sua orientação, em relação ao meridiano verdadeiro é de 16° 20' 10", ocidental, sendo a variação da agulha de 7° 16' 45".

A área total foi dividida em 27 triângulos, cujos ângulos foram todos medidos, empregando-se os dois métodos de *repetição* e de *reiteração*. Esta medição foi também feita com todo o rigor, pois o triângulo n. 18, que fechou em piores condições, acusou, na soma de seus ângulos, uma diferença apenas de 4,750.

A área abrangida pela rede geodésica é de 51.220.804m²; seu perímetro poligonal (de 30.269,59m) ficou assinalado no terreno por meio de marcos de alvenaria construídos abaixo do terreno natural e, dentro de cada um destes marcos, se fixou uma pedra de cantaria, na

qual se acha embutida uma aranha de bronze, cujo centro determina a posição *exata* do vértice correspondente; e, tendo-se procedido da mesma forma com os *extremos da linha da base* e com *todos os vértices da triangulada*, estes marcos servirão para se poder verificar, em todo o tempo, a linha poligonal, limite dos terrenos urbanos e suburbanos - e o que não é menos importante -, assinalarão *pontos fixos e determinados*, pelos quais se poderá fazer, em qualquer época, mais ou menos remota, a revisão do cadastro da cidade.

Foram determinadas as altitudes, sobre o nível médio dos mares, de todos os vértices dos triângulos da rede, a saber:

Carapuça	884,384 m
Lagoinha	927,062 m
Menezes	933,523 m
Pastinho.....	939.410 m
Pinto.....	970.525 m
Pedra	1.035,723 m
Redondo.....	1.121.405 m
Mangabeira.....	1.167,080 m
Cardoso	1.012,000 m
Pasto.....	1.024,851 m
Cruzeiro	961,575 m
Cândido.....	1.011,062 m
Barroca.....	895,185 m
Cunha.....	872,905 m
Cercadinho.....	1.030,161 m
Boa Vista.....	1.237,650 m
Rabelo	1.265,322 m
Ponte da Serra.....	1.324,058 m
Serra.....	1.375,150 m
Pico	1.389,641 m
Norte (da base)	862,941 m
Sul.....	849,309 m ¹²⁷

Para a determinação destas altitudes, empregou-se o nível de Gurley, partindo o primeiro

nivelamento da soleira da ponte da *Estrada de Ferro Central do Brasil* sobre o *ribeirão do Arrudas*, cuja altitude sobre o nível do mar é 692,346 m; e ligando-o sucessivamente a todos os vértices denominados *Serra, Rabelo, Boa Vista, Pasto e Cercadinho*, cujas altitudes foram determinadas por nivelamento trigonométrico.

Esta seção está atualmente determinando a *bora do lugar e as coordenadas geográficas*, trabalho que ainda não se havia podido fazer por falta de instrumentos de precisão. Os teodolitos que, para esse fim, encomendara eu da Europa em maio do ano passado, só chegaram em meados do mês de abril findo.

É de se esperar que neste trabalho se obtenham resultados tão precisos como os anteriores, porque acha-se especialmente encarregado deste serviço o Dr. Nuno Alyes Duarte Silva, engenheiro habilitadíssimo na especialidade e com mais de doze anos de prática no *Observatório do Rio de Janeiro*.

O *arquitecto-paisagista*, Sr. Paul Villon - além de um esboço de projeto para o *Parque*, que foi definitivamente organizado, na 3ª seção da 3ª Divisão, pelo Dr. José de Magalhães -, preparou dois viveiros: um, para *floricultura*, com área de 13.136 m², e outro com 139,500 m², para o *plantio de árvores indígenas e exóticas*, destinadas ao mesmo *parque* e à *arborização das praças, ruas e avenidas*, estando já nascidas e em boas condições de desenvolvimento 20.875 plantas de diversas espécies, em sua maioria *palmeiras*, além de plantações para experiência, como: *alfafa, trifólio e muitas gramíneas*.

No *Parque* estão traçadas grande número de ruas, com bastante gosto e arte, e algumas já niveladas, assim como uma esplanada sobre o qual se tem de construir o cassino, situado em posição de onde se descortina uma grande parte da cidade.

Para o *cemitério* foi estudado um terreno com a área de 170.036 m², situado a 650 m do perímetro urbano, no prolongamento do eixo da avenida *Cristóvão Colombo*, em lugar alto e bem arejado. O solo é seco, argiloso-arenoso, existindo muito próximo uma pedreira, o que facilitará a construção dessa dependência da nova cidade.

2ª Seção *Topografia*

A 2ª seção - que funcionou sempre sob a chefia do Dr. Américo de Macedo, um dos mais prestimosos colaboradores que nesta *Comissão* agremiei - fez o levantamento da *planta cadastral e topográfica* de toda a área (de 33.252.083 m²), abrangida pelos triângulos do n. 1 a 8 da rede geodésica, dentro da qual foi projetada, tanto a parte urbana como a suburbana da nova capital.

Neste trabalho - verdadeiro *tour de force* pela presteza e precisão com que foi executado - se empregaram os processos mais aperfeiçoados de topografia moderna. Todas as medidas foram tomadas segundo a inclinação do terreno por meio de fitas de aço aferidas, colocadas sobre cavaletes de madeira e esticadas a dinamômetros até uma determinada

pressão constante, sendo sempre cuidadosamente nivelados os seus extremos para redução das medidas ao horizonte. Cada triângulo de rede geodésica foi dividido por muitas linhas auxiliares, de modo a formar o conjunto uma verdadeira quadrícula de malhas tão estreitas quanto fosse necessário para determinação dos menores detalhes topográficos.

Pode-se calcular folgadoamente em mais de 1.500 km a extensão total de linhas estaqueadas a trânsito, medidas sempre pelo mesmo processo acima descrito, niveladas e contraniveladas pelo sistema americano com o nível de Gurley; pois só no mês de agosto foram estudados 354 km.

Os triângulos da rede de n. 20 a 27, cujo terreno, por muito acidentado, não se presta à edificação, foram estudados por outros processos mais expeditos e sua representação geográfica não deve ser considerada, como nos primeiros, um plano rigorosamente cotado para sobre ele serem projetadas todas as obras da nova capital.

Para as desapropriações, foram levantadas as plantas detalhadas de todas as casas e propriedades particulares e as dos terrenos devolutos incluídos no perímetro da rede geodésica, além das plantas das fazendas *Barreiro*, *Taquaril*, *Cercadinho*, *Capão Pequeno* e *Leitão*, que representam uma área total de 436.550 m².

A *fazenda Barreiro* - onde propus ser fundada uma colônia, que abasteça a futura capital dos gêneros explorados pela pequena lavoura - está sendo dividida em lotes; e, para ligá-la ao centro consumidor, já foi estudada uma linha para a construção de uma estrada de rodagem econômica, cujo projeto está sendo preparado.

Já deixo concluída a locação de todas as avenidas da parte urbana do projeto geral da nova cidade e de todas as ruas e praças das seções I a VII do mesmo projeto e, bem assim, a demarcação dos quarteirões e sua divisão em lotes nas seções I e II, que deverão ser as primeiras construídas. A avenida de contorno, perímetro urbano, está também locada em toda a extensão, roçada e limpa em toda a largura, que é de 35 m, e dá trânsito livre a peões e cavaleiros, tendo-se para isso construído um caminho de serviço com pontes e estivas sobre os córregos e ribeirões que a atravessam.

O movimento de terra, iniciado pelo sistema de pequenas tarefas, prossegue regularmente, havendo preparados:

- Na *Avenida Afonso Pena*, 892 m, com 50 m de largura;
- Na *Avenida da Liberdade*, 415 m, com 35 m de largura;
- Na *Avenida do Comércio*, 150 m, com 35 m de largura;
- Na *Praça da República*, 70 m, com 53,30 m de largura;
- Na *Praça do Mercado* 76 m, com 50 m de largura;¹²⁸

Em duas ruas 230 m, com 20 m de largura, isto é, 1.832 m correntes de leito preparado de praças, ruas e avenidas, equivalentes a 76,456 m².

A construção da *Ponte Davi Campista*, projetada sobre o *ribeirão do Arrudas*, em frente

à estação do ramal férreo, foi contratada com Manuel Lourenço Laranjeira, que lhe deu começo em 14 de janeiro deste ano, e acha-se ainda na escavação dos encontros, sendo este atraso devido a freqüentes interrupções ocasionadas pelas chuvas torrenciais e enchentes extraordinárias que, durante os meses de novembro a março, elevaram consideravelmente o nível de água do ribeirão e destruíram, por mais de uma vez, os trabalhos já encetados..

Por último, teve ainda esta seção a seu cargo a conservação das ruas do arraial e a demolição dos prédios que, por sua posição, embaraçavam a locação dos eixos e a preparação dos leitos das ruas e avenidas e, bem assim, daqueles que, por seu estado, ameaçavam ruína.

Despesa

A despesa com esta divisão, até 30 de abril findo, foi de:

Pessoal	355:748\$462
Material	75:182\$242
Movimento de terras	19:928\$214
Ponte Davi Campista	<u>619\$700</u>
	451:477\$988

MOVIMENTO DE PAPÉIS

O movimento de entradas e saídas de papéis oficiais foi o seguinte:

Entrados:

Ofícios	291
Memorandos	831
Ordens de serviço	80
Circulares	43
Requerimentos	<u>60</u>
Total	1.305

Saídos:

Ofícios	257
Memorandos	601
Ordens de serviço	413
Circulares	31
Requerimentos	<u>60</u>
Total	1.362

5ª DIVISÃO

ESTUDO E PREPARO DO SUBSOLO

Esta divisão - que funcionava sob a direção do *engenheiro-chefe de serviço*, Dr. Caetano César de Campos* - tem a seu cargo todos os trabalhos, quer de estudos definitivos, quer de construção relativos: ao *abastecimento de água*; aos *esgotos*, à *canalização das águas pluviais*, à *modificação do regime dos cursos de água*, à *drenagem e quaisquer outros acessórios* que lhe forem cometidos.

Subdivide-se em *duas seções*, incumbindo: à *1ª seção*, os estudos e construção das obras de abastecimento de água; modificações do regime dos cursos de água; e replantio e conservação das matas e florestas que interessem aos mananciais captados e a captar; e à *2ª seção*, os estudos e construção das obras de esgotos e de canalização das águas pluviais; os estudos e construção das obras de drenagem do subsolo; e os trabalhos de abastecimento e de esgotamento dos edifícios públicos, e particulares, e dos jardins, parques, mercados e outros logradouros públicos.

Esta 2ª seção foi organizada somente em janeiro do corrente ano.

1ª Seção

Abastecimento de água

A parte principal dos trabalhos incumbidos a esta seção - que teve por chefes, sucessivamente, os Srs. L. Martinho de Moraes, Recenvindo R. Pereira e Saturnino de Brito - era incontestavelmente a organização do projeto das canalizações gerais adutoras das águas potáveis para o abastecimento da cidade; e foi ele concluído por completo durante o ano findo, tendo-se iniciado em março pelo reconhecimento dos mananciais que pudessem ser aproveitados para aquele fim.

Esse serviço foi dividido em duas partes: uma para o abastecimento imediato de uma população de 30.000 almas, no mínimo; outra abrangendo os mananciais que se destinam a ampliar esse abastecimento à proporção do aumento da população; sendo que tais estudos foram feitos tendo-se muito em vista, segundo recomendação expressa minha, diminuir, tanto quanto possível, as canalizações metálicas, cujos transportes pela *Estrada de Ferro Central do Brasil*, cada vez mais difíceis, poderiam comprometer a prontificação das obras no curto prazo de lei.

* O ilustre Sr. Dr. C. C. de Campos - cuja alta competência técnica e inexcusável honorabilidade profissional mais uma vez se firmaram, como era aliás de esperar, nos importantes trabalhos que, em boa hora, lhe confici nesta *Comissão* - pediu e obteve exoneração em princípios de maio corrente, coagido, por grave enfermidade de sua Ex^{ma} Senhora, a recolher-se à *Capital Federal*. O convite que - depois de ter tomado pleno conhecimento das obras projetadas e em execução para o abastecimento de água da nova capital mineira - lhe fez, para voltar para Belo Horizonte em categoria superior, o meu ilustrado sucessor e distinto colega Sr. Dr. Francisco Bicalho, que por seus talentos tradicionais e longo tirocinio nessa especialidade de nossa profissão comum, goza merecidamente de avantajados créditos que lhe dão incontestável autoridade - dispensa-me da ingrata tarefa de discutir pela imprensa pretendidos erros atribuídos a este meu distintíssimo colaborador, pela inveja, impotente e sôfrega ambição indisciplinada.

Do quadro a seguir constam os estudos das linhas para calhas, sifões e auxiliares:

N. de ordem	ESPECIFICAÇÃO	LINHAS		Auxiliares	Totais
		Aproveitadas	Abandonadas		
		km	km	km	km
1	Linha Cercadinho	4.810	24.432	—	29.242
2	Variante evitando o túnel	—	3.402	—	3.402
3	Linha Acaba-Mundo	1.360	3.076	366	4.802
4	Linha Serra	1.620	2.611	—	4.321
5	Linha Leitão	4.030	—	—	4.030
6	Linha Ilha	—	911	—	911
7	Linha Taquaril	5.375	10.628	1.374	17.377
8	Linha Posse	8.516	8.908	696	18.120
9	Transversais para o alto da Boa Vista	—	—	1.384	1.384
10	Linha Bolina	—	2.374	—	2.374
11	Linha Gentio	—	3.570	—	3.570
Totais		25.711	64.912	3.820	89.443

Em maio do ano findo iniciaram-se os trabalhos de barragem para medição das águas, e pelo quadro abaixo se verifica o volume de cada um dos mananciais:

MANANCIAIS	1894					Observações
	Julho	Agosto	Outubro	Novembro	Médias	
	Litros por segundo					
Taquaril	—	—	29.746	31.567	30.656	A medição do Leitão em outubro foi efetuada por meio de flutuador.
Serra	23.234	23.298	23.571	22.301	23.101	
Mangabeira	2.194	3.321	1.047	1.343	1.976	
Acaba-Mundo	16.402	15.417	13.249	14.313	14.845	
Leitão	—	—	38.047	24.448	31.247	
Cercadinho	111.221	112.198	111.282	111.800	111.625	
Posse (com o Clemente)	—	—	158.702	162.315	160.508	
Totais	153.051	154.234	374.824	368.127	373.958	

Em dezembro suspenderam-se as medições por causa das chuvas continuadas e torrenciais.

Estando - quando encetaram-se os trabalhos da 5ª Divisão - apenas também começados os do levantamento topográfico a cargo da 4ª Divisão de serviço, foi mister correr linhas preliminares para base e ligação, assim dos alinhamentos de exploração como dos nivelamentos; o que explica a grande extensão de linhas estudadas no campo, a maior parte das quais tiveram de ser abandonadas. Hoje, que toda a zona em que vai ser edificada a nova

capital está bem estudada (topográfica e até cadastralmente), é fácilimo o ofício de *mestres-de-obras feitas* que nada poupam à crítica pretenciosa e, na impotência de cálculos que não são para todos, confiam mais na tabelas dos manuais e dos próprios catálogos das fábricas.

Conhecidas as cotas dos pontos mais elevados da futura cidade, estava naturalmente indicada, para o seu abastecimento, a captação das águas do *córrego Serra* que, além de ficar o mais próximo, apresentava águas mais altas.

Captado na cota 987, vem ter, por uma linha de sifão, ao reservatório em construção no morro que fica atrás do *do Cruzeiro*; tendo sido também estudada, para a sua canalização, em observância à minha recomendação, uma linha para calha que não deu resultado satisfatório.

Para completar o volume de água necessário ao abastecimento para 30.000 habitantes no mínimo, à razão de 300 litros para cada um, procedeu-se a diversos estudos para a captação das águas do *Acaba-Mundo* e do *Cercadinho*, que são destinadas ao mesmo reservatório situado na *Encosta do Ilídio* e também já em construção.

Dos estudos para a adução das águas do *Acaba-Mundo* concluiu-se adotar uma linha de sifão com 1.284 m de extensão, tendo sido também estudada uma linha para calha que foi abandonada. Dos estudos para o caso do *Cercadinho* resultou o projeto que apresentei ao governo; foi aprovado e acha-se em execução. Esse projeto constava, a partir da represa, de: um aqueduto de tomada, um canaleta de depuração, uma caixa de areia, um sifão metálico de 300 m, outra caixa de areia, um trecho de calha coberta, outro sifão metálico de 200 m, com suas caixas de areia, outro trecho de calha coberta, mais longo, calha em túnel, cascata de 6,50 m de queda, canaleta de 102 m, e, finalmente, caixa de areia e sifão com 1.249 m de desenvolvimento total; e sendo: a seção do túnel de $1,85 \times 1,70 = 3,15$ m; sua calha de $0,70 \times 0,80$ m; a largura dos canaletes de 1,10 m; as declividades em calha de 0,0005 m e no túnel de 0,002m; o diâmetro do sifão de 0,35 m (linha dupla para 150 litros); a velocidade em calha e canaleta de 0,55 m a 0,70 m e no sifão 0,90 m; o reservatório com 5 m de altura útil e cota de fundo 933,00; e, finalmente, as caixas de areia de 3,00 m x 2,50 m x 0,90 m.

Ao proceder-se à locação deste projeto, reconheci que, para evitar séria questão de desapropriação de uma pedreira no *Morro das Pedras*, situada a cavaleiro sobre a linha de calha projetada, convinha examinar novamente uma modificação do traçado, que fora primitivamente abandonada por exigir túnel de 400 m de comprimento; porquanto, não podendo chegar, como esperava, a acordo razoável com o proprietário, era mister recorrer ao processo judicial, cuja natural morosidade seria agravada pela circunstância de estar essa pedreira encravada em terras de uma fazenda ainda indivisa.

Determinei, nesse sentido, que se procedesse com urgência a novos estudos dessa modificação e, tendo-se verificado que, transferindo a represa para 200 m à montante do ponto escolhido, seria possível reduzir o túnel a 310 m apenas de comprimento; deliberei tomar a responsabilidade de adotar essa modificação, que libertava a administração da aludida questão de desapropriação, sem elevar o orçamento aprovado para as obras projetadas, visto como a extensão total do traçado ficava reduzida a 4.810 m apenas.

Só uma consideração de elevada ordem administrativa me faria ir, assim, de encontro à opinião do ilustre e competentíssimo chefe da 5ª Divisão, Dr. C. César de Campos, que abandonara semelhante traçado perante o dilema de: ou elevar o ponto de tomada das águas, ou adotar um túnel de 400 m de comprimento, abandonando um ponto que, antes do projeto definitivo da nova cidade, parecia ser obrigado (o *Pinto*). As repetidas medições, a que fiz proceder nos dois pontos de tomada das águas, me levam a acreditar que o abastecimento não será prejudicado, na quantidade, pela modificação que adotei.

Feita a locação no terreno do projeto a executar, estão já os empreiteiros, que contrataram a execução das obras, dando início aos respectivos trabalhos.

Estudados os meios de conduzir as águas necessárias ao abastecimento para 30.000 habitantes no mínimo, passou-se às pesquisas complementares do plano geral para maior cidade.

Os córregos *Taquaril* e *Cardoso*, de um lado, e *Bom Sucesso* e *Capão da Posse*, do outro, foram o objetivo dos estudos, já concluídos no campo.

Para a linha do *Taquaril* foi feito, em primeiro lugar, um estudo para calha. Reconhecendo-se, porém, que uma linha de sifão era preferível, foi o seu estudo feito de modo a permitir o cálculo das perdas de carga para o anteprojeto. A cota de tomada deverá ser aproximadamente 970, e - sendo construído o seu reservatório no ponto que parecer mais conveniente na encosta do espigão norte do morro de Sabará - sua extensão total será de cerca de 4.000 m, sendo 3.700 de encanamento metálico e 300 de calha.

Para a adução das águas do *Posse*, depois de várias tentativas, ficou assentada uma linha que, partindo da represa, em calha, com a extensão de 4.600 m, venha ter a um ponto conveniente do contraforte divisor das águas do *Posse* e do *Bom Sucesso*, e daí, por uma linha direta de sifão, entroncar na linha do *Cercadinho*, na encosta do *Morro das Pedras*.

Mudado, porém, como foi ultimamente, o traçado da linha do *Cercadinho*, essa linha de sifão, em lugar de vir ter ao *Morro das Pedras*, deverá procurar a garganta entre os *Morros Cândido Lúcio* e *Pinto* e seguir em calha até à ponta do espigão do *Cândido Lúcio*, onde deverá ser estabelecido novo reservatório. A sua extensão total será aproximadamente de 4.600 m para o primeiro trecho de calha, 4.850 m para o trecho de sifão e 1.320 m para o último trecho de calha; ao todo 10.770 m, aproximadamente.

Como o córrego *Posse* pode fornecer francamente 300 litros por segundo, isto é, 25.920.000 litros diários, correspondentes a cerca de 90.000 habitantes, entendi que, adquirindo - como o foi, por proposta minha - pelo Estado este manancial, para aumento futuro do suprimento de água à nova capital, não havia mister adquirir também, preventivamente, o outro manancial (do *Taquaril*), que apenas poderá fornecer 30 litros por segundo, isto é, 2.592.000 litros diários, correspondentes a 9.000 habitantes, no máximo.

Completaram esses estudos os dos *planos cotados para toda as represas e reservatórios* e para um *açude no Leitão*, em número de 11, e abrangendo 374,290 m².

Embora a excelência das águas desta localidade já tivesse sido verificada pela *Comissão*

de Estudo, foram feitas, no laboratório da *Escola de Minas de Ouro Preto*, por um engenheiro da divisão - o ilustrado Sr. Dr. Francisco de Paula Oliveira -, novas análises, que vieram mais uma vez provar suas obras condições de potabilidade (Anexo n. 13).

Aberta a concorrência para a execução das obras aprovadas relativas à captação dos mananciais *Serra, Acaba-Mundo e Cercadinho*, foi lavrado o contrato para esse fim em fevereiro deste ano, e os trabalhos inaugurados em março. O serviço ficou distribuído por três residências, a saber: a 1ª com o reservatório principal, destinado às linhas *Acaba-Mundo e Cercadinho* e com o trecho de obras de alvenaria desta linha a partir da estaca 0 até a estaca 17x9; nesta estaca começa a 2ª residência, que compreende o restante da linha *Cercadinho* até a represa na estaca 240 x 10; a 3ª residência, finalmente, consta do reservatório *Serra* e linhas de sifão e represas correspondentes aos córregos *Serra e Acaba-Mundo*.

No mês de março foram instaladas as 1ª e 3ª residências, atacando esta a escavação do reservatório *Serra* e ultimando aquela os serviços preparatórios.

No mês de abril a 2ª residência começou os serviços preparatórios da linha *Cercadinho* e a 1ª os de escavação da cava do reservatório principal.

Brevemente os trabalhos no túnel serão iniciados, e, bem assim, os das represas *Acaba-Mundo e Serra*.

O quadro junto dá o resultado das medições de março e abril dos serviços executados pelos empreiteiros.

SERVIÇOS EXECUTADOS PELOS EMPREITEIROS EM MARÇO E ABRIL:

Residências	Especificações	Unidades	Quantidades	Transporte médio	N. da tabela de preços	Observações
I	<i>Reservatório principal:</i>					
	a) Roçada em capoeira	m.q	7.800	-	1	Serviço concluído
	b) Roçada em capoeirão	m.q	3.300	-	2	Serviço concluído
	c) Destocamento	m.q	80	-	4	Serviço concluído
II	d) Escavação na cava	m.c	584.020	15	7	-
	<i>Linha Cercadinho:</i>					
	Roçada em capoeirão	m.q	3.060	-	2	Serviço concluído
III	<i>Linha Cercadinho:</i>					
	a) Roçada em capoeira	m.q	2.430	-	1	
	b) Roçada em capoeirão	m.q	15.489	-	2	
III	c) Pontes estivadas	m.q	2.250	-	5	
	<i>Reservatório Serra:</i>					
	Esplanada -- 1ª categoria	m.c	273.337	15	7	Serviço concluído
	Cava: 1ª categoria	m.c	596.225	20	7	
	- 2ª categoria	m.c	397.483	20	8	
- 1ª categoria	m.c	298.556	20	10		
- 2ª categoria	m.c	199.038	20	11		

2ª Seção

Esgotos e mais trabalhos do subsolo

Embora não tivesse ainda organizada a 2ª seção desta Divisão - à qual pertencem os trabalhos de drenagem e reconhecimento do subsolo -, procedeu-se, o ano passado, a algumas sondagens do terreno, efetuando-se 16 perfurações com o comprimento total de 135 m, variando a profundidade de cada uma de 8 a 11 m. Os resultados foram sempre satisfatórios, não se apresentando água senão em alguns furos feitos à margem dos córregos ou ribeirões.

Organizada já este ano - sob a chefia do ilustrado Dr. E. Gabaglia, que foi pouco depois substituído pelo atual chefe Dr. Ludgero W. Dolabella, talento que dentro em breve será uma glória profissional para o Estado de Minas Gerais -, essa 2ª seção iniciou os seus trabalhos de campo pelo estudo de uma linha à margem direita do *ribeirão do Arrudas*, que serviria de exploração para o coletor geral das águas dos esgotos, no caso de ser preferido o sistema de epuração pelo solo para seu tratamento.

Foram feitas diversas operações para o estudo das vazões dos ribeirões e córregos que atravessam a cidade, dentro do perímetro urbano, com o fim de colherem-se elementos para o projeto das respectivas canalizações. Prosseguindo-se este ano nos trabalhos de sondagens, foram feitas algumas, para conhecimento geológico geral da localidade, e outras em lugares onde se tornavam especialmente necessárias, em vista dos fins a que eram destinados; assim, fizeram-se diversas no local do *reservatório Serra*, no da *barragem do Leitão* e em maior número ainda no local destinado ao futuro *cemitério* da cidade.

No escritório da seção, fizeram-se:

- cópias dos triângulos topográficos, desenhados no escritório técnico na escala de 1:2.000, e em que se encontram curvas de nível de metro em metro;
- ampliação da planta da cidade para a escala de 1:2.000;
- esboço do projeto da rede dos esgotos;
- tipos de caixa de *chasse* automáticas para lavagem dos esgotos;
- caixas de inspeção;
- tipo geral dos coletores;
- indicação dos elementos para o cálculo das dimensões dos coletores, deduzidos do abastecimento de água e da quantidade da chuva máxima;
- tabela das velocidades e descargas para cada declividade e cada diâmetro, calculada segundo a fórmula e coeficientes de *Bazin*.

Despesa

A despesa desta Divisão, até 30 de abril findo, foi de:

Pessoal	154:372\$534
Material	<u>31.758\$214</u>
Total	186:130\$748

MOVIMENTO DE PAPÉIS

O movimento de papéis da divisão, até 30 de abril, foi:

Entrados:

Ofícios	214
Memorandos	403
Ordens de Serviço	<u>72</u>
Total	689

Saídos:

Ofícios	264
Memorandos	427
Relatórios	<u>14</u>
Total	705

6ª DIVISÃO

VIAÇÃO FÉRREA E EDIFICAÇÕES

Esta divisão - sob a criteriosa e proficiente direção do *engenheiro-chefe de serviço* Dr. José de Carvalho Almeida - tem a seu cargo todos os trabalhos, quer de estudos definitivos, quer de construção, relativos à viação férrea e urbana, construção dos edifícios públicos e particulares, às instalações elétricas e mais trabalhos acessórios; e subdivide-se em *duas seções*.

À *1ª seção* incumbem os estudos, a construção, a conservação e o tráfego da *viação férrea* e da *urbana, suburbana e vicinal, as instalações elétricas* e a direção das oficinas da *Comissão*.

À *2ª seção* incumbem a construção dos edifícios públicos e a fiscalização da dos edifícios particulares.

Esta seção só instalou-se e começou a funcionar em junho do corrente ano.

1ª Seção

Viação férrea

Organizada esta seção, sob a zelosa chefia do Dr. Manuel da Silva Couto, que nela se tem

conservado com vantagem para o serviço, iniciou desde logo seus trabalhos, cravando a primeira estaca de exploração no dia 5 de março à margem do *ribeirão do Arrudas*, junto à ponte da estrada da Venda Nova.

Entre os vários traçados que eram indicados para o ramal férreo, destinado a ligar a nova capital à *Estrada de Ferro Central do Brasil*, apenas dois podiam entre si disputar preferência, porque todos os mais apresentavam desenvolvimentos incompatíveis com a urgência exigida pela construção de semelhante via de comunicação.

Estudados simultaneamente os dois traçados - pela garganta do *João Alves* e pelo *vale do Arrudas* -, verificou-se que o primeiro desenvolvia-se, na extensão de 18.252 m, em piores condições técnicas do que o segundo, que entroncava na *Estrada de Ferro Central* no quilômetro 589 + 700, na foz do *Arrudas*, no *rio das Velhas*, com o desenvolvimento de 16.479,40 m. Para o perfeito conhecimento do melhor traçado, correram-se, além das linhas principais, 10.760 m de variante, perfazendo o total das linhas corridas e niveladas a extensão de 38.267 m.

Terminaram os trabalhos de campo dos estudos definitivos das duas linhas no dia 7 de maio, no *rio das Velhas*, e reconheci, pelos estudos comparados no escritório técnico, ser preferível transferir todo o traçado para a margem esquerda do ribeirão por onde, sem alterar as distâncias, teria a vantagem de evitar pontes e pontilhões, que retardariam a preparação do leito, para mim da máxima urgência.

As condições técnicas do traçado adotado pelo *vale do Arrudas*, depois das modificações feitas por ocasião do preparo do leito, são as seguintes:

	metros	metros
Alinhamentos retos		6.642,600
Alinhamentos curvos de 101,280 de raio		1.997,450
Alinhamentos curvos de 104,330 de raio		175,400
Alinhamentos curvos de 107,580 de raio		110,500
Alinhamentos curvos de 114,740 de raio		1.120,800
Alinhamentos curvos de 143,360 de raio		1.214,900
Alinhamentos curvos de 152,900 de raio		132,200
Alinhamentos curvos de 163,800 de raio		549,850
Alinhamentos curvos de 176,390 de raio		631,200
Alinhamentos curvos de 191,700 de raio		383,700
Alinhamentos curvos de 229,260 de raio		1.026,000
Alinhamentos curvos de 286,540 de raio		89,000
Alinhamentos curvos de 382,200 de raio		704,400
		<u>8.135,400</u>
Total		14.778,000

A porcentagem entre dois alinhamentos é, pois, de:

Em curvas	55,05%
Em retas	<u>44,95%</u>
	100,00%

Quanto ao perfil, oferece o traçado as seguintes condições técnicas:

	metros	
Extensão em nível		5.337,450
Extensão em rampa, sendo:		
de	0,0050	600,00
de	0,0080	260,00
de	0,0085	800,00
de	0,0100	1.720,00
de	0,0150	266,60
de	0,0170	1.492,50
de	0,0180	340,00
de	0,0190	1.216,00
de	0,0200	2.744,800
		<u>9.440,550</u>
Total		14.778,00

A porcentagem de declividade é, pois, de:

Em rampa	63,89%
Em nível	<u>36,11%</u>
	100,00%

Para aproveitar mais vantajosa e economicamente as condições do ponto de entroncamento, na foz do *ribeirão do Arrudas no rio das Velhas*, determinei que fosse adotado, para a respectiva estação, o tipo triangular, que melhor assentou por ter-se podido, no projeto, realizar o entroncamento por meio de dupla curva, bifurcada, de raio igual ao da *Estrada de Ferro Central do Brasil*, formando um triângulo equilátero, permitindo tal circunstância dar à *Estação General Carneiro* disposições arquitetônicas que, já pela singularidade, já pela elegância, prepararão desde logo o espírito dos visitantes que forem atraídos pela nova capital mineira.

Quanto à *Estação Central (Minas)* que terá de ser levantada como pórtico, na nova capital, procurei dar-lhe não suntuosidades descabidas, nem mesmo luxo artístico

dispensável, mas toda a elegância, todo o conforto e todas as comodidades, cujas faltas seriam imperdoáveis na *Estação Central* de uma cidade que vai ser edificada ao abrir do século XX.

Fiz incluir igualmente ao projeto geral da viação férrea as residências para os agentes das duas estações e para o engenheiro que tiver de ser o encarregado da conservação da linha e, bem assim, as casas para as turmas de conservação.

Quanto ao material rodante, fiz orçá-lo, não para o tráfego insignificante de um ramal de 15 km, mas para habilitar-me a fazer os penosos transportes de que carecia para realizar a construção da nova capital em três anos, como manda a lei, fazendo circular livremente os trens do ramal férreo até Lafaiete, indo ali buscar os materiais de construção para a cidade, o que consegui já obter da diretoria da *Estrada de Ferro Central do Brasil*, no acordo que com ela firmei a 31 de agosto do ano findo.

Tendo submetido à aprovação do governo, em 9 de junho, os projetos relativos ao ramal férreo, foram eles aprovados pelo Aviso n. 9, do mesmo mês; e, pelo de n. 95, de 27 também desse mês, fui autorizado a contratar as respectivas empreitadas.

Aprovados assim os estudos do traçado e mais dependências, iniciou-se a locação definitiva da estaca 90 em diante, por ter resolvido instalar nesse local a *Estação Central*.

As despesas foram as seguintes:

Estudos	17:487\$384
Locação	19:194\$406
Total	36:681\$790

Aberta a concorrência para a construção de linha, estações e dependências, foram aceitas as seguintes propostas e firmados os contratos respectivos:

- com Júlio Porta & C. - para a construção da Estação Central e suas dependências;
- com Januário Marques Barbosa - para a construção de uma casa de residência e três de turmas;
- com Antônio Gonçalves de Almeida - para a preparação do leito da estrada, da estaca 0 a 400;
- com Domingos Alves de Oliveira - *idem*, da estaca 400 a 580;
- com o Dr. Joseph Lynch - *idem*, da estaca 580 a 737 + 12,30;
- com Edwards, Camarate & Soucasaux - para a construção da estação do entrocamento, e, posteriormente para a construção da casa de residência do agente dessa estação;
- com Virgílio Cristiano Machado - para o fornecimento de 30.000 dormentes.

As dificuldades de transportes dos materiais e ferramentas pela *Estrada de Ferro Central do Brasil*, a extraordinária estação pluviosa e, ultimamente, o aparecimento da cólera no Vale do Paraíba, impediram que os trabalhos relativos ao preparo do leito do ramal férreo ficassem terminados dentro dos prazos estipulados nos contratos celebrados, sendo que este último

fato coagiu-me a proibir a aumento do pessoal jornalheiro, interrompendo por isso os prazos.

Vencidos os prazos estipulados em seus contratos para a conclusão de suas empreitadas, sem que tivessem terminado os trabalhos, na forma do art. 28 das *Condições gerais* de 23 de junho de 1894, foram multados na quantia de 20:000\$000 cada um dos empreiteiros, sendo: Dr. Joseph Lynch em 25 de abril, o Sr. Antônio Gonçalves de Almeida no dia 2 de maio e o Sr. Domingos Alves de Oliveira em 14 do mesmo.*

Em todo caso vão eles bastante adiantados a poder se abrir o tráfego até o mês de junho próximo, se a *Estrada de Ferro Central* ativar o transporte dos 4.800 trilhos que estão na *Estação Marítima* desde novembro do ano findo, e dos quais têm chegado, até hoje, a *General Carneiro*, apenas 1.200.

Autorizado pelo Aviso n. 88, de 18 de junho, como havia requisitado, a entrar em acordo com a diretoria da *Estrada de Ferro Central do Brasil* sobre o entroncamento e seu serviço, tráfego mútuo do ramal, estabelecimento imediato de um estribo provisório, onde se detenham os trens daquela estrada, no ponto do entroncamento, permissão para os trens de lastro do ramal circularem até a estação de Lafaiete e outras medidas que julgasse convenientes para o bom desempenho dos serviços, de que me achava incumbido, firmei, com a diretoria dessa estrada, o termo de 31 de agosto, a que já me referi, e do qual remeti à Secretaria de Estado, em 18 de setembro, um exemplar autografado.

Tendo sido aberta, na Secretaria de Estado, em Ouro Preto, concorrência para o fornecimento do material fixo e rodante para o ramal, foi-me ordenado, pelo Aviso n. 143, de 22 de agosto, dar parecer sobre ass seis propostas apresentadas. Ouvida a junta competente, na forma do disposto no 1º do art. 7º do Regulamento desta *Comissão*, apresentei, por Ofício n. 237, o parecer por ela formulado, com o qual me conformei, acrescentando alguns esclarecimentos; e pelo Aviso n. 65, de 22 de setembro, foi-me cometido o encargo de firmar contrato com os Srs. Hermann, Burchard & C., proponentes preferidos, para esse fornecimento.

Em cumprimento dessa ordem, firmei com esses senhores o contrato de 13 de outubro, que está sendo cumprido regularmente.

Tendo requisitado pelo Ofício n. 106, de 20 de julho, autorização para o assentamento da linha telegráfica destinada a ligar a *Estação Central* do ramal com a do entroncamento, fui autorizado a fazê-lo por administração pelo Aviso n. 124, de 31 de julho, e ajustei não só a direção do serviço de assentamento, como o fornecimento do respectivo material, com a *Repartição Geral dos Telegrafos*, que deu começo aos serviços em fins de outubro.

Inaugurei o serviço telegráfico em 1º de fevereiro.

Com o pessoal empregado no serviço de assentamento da linha despendeu-se, até sua conclusão, a quantia de 4:984\$700.

* Sobre proposta minha, foram relevadas, pelo governo, essas multas, como era de equidade.

Havendo a *Companhia Industrial Sabarense*¹²⁹ proposto ceder gratuitamente os terrenos necessários para a passagem do ramal, construção da estação do entroncamento na foz do *Arrudas*, e mais edifícios preciosos ao uso do ramal férreo, e facultar a utilização das madeiras de que carecesse a linha telegráfica, mediante o estabelecimento de um estribo na sua *Fábrica do Marzagão*, fui autorizado a entrar em acordo com a mesma, pelo Aviso n. 38, de 8 de outubro, e realizei o contrato a 17 do mesmo mês, concorrendo a companhia com todas as despesas da construção da parada e desvio, o qual foi aprovado pelo Aviso n. 205, de 31 de outubro.

A necessidade de preparar acomodações para o funcionamento da *Comissão* forçou-me a montar oficinas de carpintaria e de ferreiro, ficando, assim, não só atendidas aquelas obras, como as de reparo, de que carece constantemente a *Comissão*.

Instaladas convenientemente as 1ª, 2ª, 3ª e 6ª Divisões e suas dependências, foi dispensado o pessoal de carpinteiros e pedreiros empregado nessas instalações.

Como entre as propriedades adquiridas para o Estado se achasse a *Fábrica de Ferro* pertencente à *Companhia Progressista Sabarense*,¹³⁰ que consegui obter pelo preço de 45:000\$000, designei-a para nela estabelecer-se a oficina de ferreiro.

Este estabelecimento - além de esplendidamente situado à margem do *ribeirão do Arrudas*, e em ponto em que, por sua topografia, ficou isento de ser cortado pelas ruas e avenidas da nova capital - dispõe de respeitável força hidráulica, que poderá ser elevada a 200 cavalos a vapor, obtida por meio de pequena represa feita naquele ribeirão com canaleta de derivação para a fábrica.

Montada apenas - e de modo primitivo - para fabricar o minério extraído do próprio terreno em grande abundância, extrema facilidade e ótima qualidade, presta-se maravilhosamente este estabelecimento para, com pequena despesa, converter-se em modesta, mas utilíssima oficina para reparações, consertos e mesmo pequenos trabalhos de ferraria, serralheria, carpintaria, etc.

Tendo sido autorizado pelo Aviso n. 181, de 6 de outubro, a utilizar esta *Fábrica de Ferro*, para aí estabelecer as oficinas do ramal férreo, mandei já levantar as plantas e fazer os planos dos edifícios e estudar os maquinismos indispensáveis.

A esplanada da *Estação Minas* está preparada até o local da estação, e a casa do agente, construída até a altura das cimalthas.

Estão prontos os alicerces e paredes externas da *Estação General Carneiro*; e à respectiva casa para o agente faltam apenas algumas obras complementares.

A morosidade de transporte pela *Estrada de Ferro Central do Brasil* não me permitiu ainda receber todo o material fixo e rodante do ramal já existente no Rio de Janeiro desde novembro do ano findo.

Apenas consegui receber uma locomotiva para passageiros, que fiz montar em *Lafaiete*, em alguns carros plataformas, que estava fazendo montar em *General Carneiro*.

As medições provisórias, até 31 de março, demonstram os seguintes serviços nas obras a cargo da 1ª seção:

Ramal férreo

. Escavações em terra, pedra solta e pedreira.....(m ³).....	153.309,662
. Alvenaria com argamassa.....(m ³).....	1.728,588
. Alvenaria de pedra seca.....(m ³).....	1.004,760
. Carga e descarga de pedreira.....(m ³).....	1.959,990
. Rejuntamento.....(m ²).....	997,003
. Transporte de pedras.....(m ³).....	934,391
. Drenos.....(m ³).....	70,360
. Entroncamentos.....(m ³).....	211,586
. Roçada.....(m ²).....	443.340,000

Estação Minas

. Escavação em terra.....(m ³).....	22.055,306
. Escavação em pedra solta.....(m ³).....	1.174,297

Casa do agente na Estação Minas

. Escavação em terra.....(m ³).....	63,730
. Alvenaria com argamassa.....(m ³).....	96,003
. Carga e descarga de pedras.....(m ³).....	67,202
. Transporte de pedras.....(m ³).....	67,202

Desvio do ribeirão do Arrudas

. Roçada.....(m ²).....	9.672,050
. Escavação em terra.....(m ³).....	13.216,789
. Escavação em pedra solta.....(m ³).....	1.105,630

Estação General Carneiro

. Escavação.....(m ³).....	10.159.803
. Alvenaria com argamassa.....(m ³).....	162,090

2ª Seção
Edificações

Aprovados os planos do *Palácio Presidencial, matriz e capela*, contratei, mediante concorrência, a construção do primeiro com o Sr. Carlos Antonini e a dos dois últimos com o Sr. Afonso Masini.

Para dirigir as obras de construção desses edifícios e dos demais já aprovados, organizei a 2ª seção da 6ª Divisão, que iniciou os seus trabalhos em princípio deste ano, sob a chefia do zeloso e enérgico Sr. Dr. L. Martinho de Moraes, meu dedicado companheiro de longos anos.

Vai já adiantado o trabalho o preparo das esplanadas para o *Palácio Presidencial* e para a *matriz*.

Os serviços executados nas respectivas esplanadas, até 30 de abril, foi o seguinte:

Palácio Presidencial

Roadada em capoeira	m ²	26.500,000
Destocamento	(tocos)	175
Total		1.196:939\$653
Escavação em terra	(m ³)	3.094,360

Igreja matriz

Roadada	(m ²)	2.302,030
Destocamento	(toco)	1
Escavação em terra	(m ³)	3.343,819
Escavação em pedra solta	(m ³)	3.094,360

A despesa total desta divisão de 1.196:293\$653, entrando nesta soma pagamentos a empreiteiros, reparos e construção de casas para os escritórios da *Comissão*, materiais para os diversos serviços, etc., assim discriminadas:

Pessoal	211.309\$816
Material	51.974\$027
Leito e edificações do ramal férreo	419.898\$350
Material fixo e rodante para o mesmo	507.855\$100

MOVIMENTO DE PAPÉIS

O movimento dos papéis entrados e saídos, até 30 de abril próximo passado, foi o seguinte:

Entrados

Ofícios	221
Circulares.....	35
Ordens de serviço.....	76
Memorandos	285
Requerimentos.....	26
Total.....	634

Saídos

Ofícios	188
Ordens de serviço.....	25
Memorandos	391
Total.....	604

Além das despesas já realizadas e constantes do presente relatório - com a instalação definitiva dos diversos e variados serviços desta *Comissão*, desapropriações, estudos definitivos e respectivos projetos -, acham-se já autorizadas pelo governo as relativas às seguintes obras e trabalhos:

Ramal férreo e suas dependências.....	2.115:307\$945
Obras de canalizações gerais para o abastecimento de água	977:849\$024
Palácio Presidencial.....	537:423\$656
Igreja e capela	471:940\$176

Parque, jardins e arborizações	1.000:000\$000
Ponte Davi Campista	32:350\$580
Palácio do Congresso	1.175:911\$450
Secretaria da Agricultura.....	230:923\$316
Secretaria das Finanças.....	230:923\$316
Secretaria do Interior	272:513\$610
Imprensa Oficial.....	120:428\$900
Palácio da Justiça	<u>805:045\$470</u>
Total	7.952:616\$443

São estas, Ex^{ma} Sr., as informações que, ao deixar o cargo de engenheiro-chefe desta *Comissão*, me julgo no dever de ministrar a V. Ex^a, pedindo prévia permissão para incluí-las no texto do 2º número da *Revista*, que já está no prelo.

No desempenho desta bem penosa, ingrata e árdua tarefa, procurei - com esforço e sinceridade - corresponder à honrosa confiança do governo do Estado de Minas Gerais, indo para isso até o sacrifício de minha saúde.

Se mais não fiz, foi porque não me foi possível fazer.

Saúde e Fraternidade.

Il^{mo} e Ex^{mo} Sr. Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, M.D. Presidente do Estado de Minas Gerais.

Aarão Reis.¹³¹

ANEXO N. 1

Quadro do pessoal que funcionou em cada um dos meses decorridos, de março de 1894 a 20 de maio de 1895.

CATEGORIAS	1894												1895				
	Quadro total	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	
Engenheiro-chefe	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Consultor jurídico	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Engenheiros-chefes de serviço	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	
Engenheiros-chefes de secção	8	3	4	4	5	5	6	7	7	7	8	8	8	8	8	8	
Engenheiro-arquiteto	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Engenheiros de 1ª classe	10	5	4	5	7	7	8	8	8	8	9	8	8	8	8	7	
Engenheiros de 2ª classe	10	3	3	5	7	8	8	8	9	9	9	9	8	7	8	7	
Engenheiros de 3ª classe	22	6	6	5	4	6	12	13	13	13	16	16	16	15	14	15	
Condutores de 1ª classe	27	6	7	6	5	10	8	8	8	8	10	12	12	9	7	9	
Condutores de 2ª classe	28	5	6	6	5	12	19	17	17	16	20	20	21	21	16	17	
Primeiros desenhistas	2	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	1	
Desenhistas de 1ª classe	2	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	
Desenhistas de 2ª classe	5	2	2	2	2	3	3	4	4	4	5	4	4	5	4	4	
Desenhistas de 3ª classe	6	1	2	2	2	5	5	3	2	2	2	2	2	3	4	4	
Chefe da contabilidade	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	1	1	
Secretário	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	1	1	
Almoxarife	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	1	1	
Guarda-livros	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	1	1	
Tesoureiro	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	1	1	
Agente comercial Rio	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	1	1	
Escrivães	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	1	1	
Ficéis	2	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
1º escriturários	6	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
2º escriturários	9	2	3	3	6	7	5	5	5	5	5	6	6	6	5	4	
3º escriturários	15	4	4	4	4	8	10	11	12	12	13	11	11	14	14	12	
Amanuenses	21	5	5	5	8	14	14	14	16	16	21	21	20	20	21	21	
Armenistas	6	4	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5	6	6	6	6	
Totais	194	56	61	63	73	105	122	127	130	129	138	150	147	147	141	137	

Secretaria da Comissão, aos 20 de maio de 1895 - O 1º Escrivão: Artur Lira. Confere, 21/5/95. - O secretário: Fábio Leal.

ANEXO N. 2

CONTRATOS CELEBRADOS POR ESTA COMISSÃO ATÉ 30 DE ABRIL DE 1895

1 - 27 de junho - Contrato com Virgílio Cristiano Machado, para fornecimento de 30.000 dormentes.

2 - 9 de agosto - Contrato com Antônio Gonçalves de Almeida, para a preparação de parte da esplanada da *Estação Minas* e do leito do primeiro trecho do ramal férreo entre estacas 0 a 13 e 18 a 400.

3 - 9 de agosto - Contrato com Domingos Alves de Oliveira, para a preparação do leito do segundo trecho do ramal férreo entre estacas 400 e 580.

4 - 10 de agosto - Contrato com Dr. Joseph Lynch, para preparação do leito do terceiro trecho do ramal férreo entre estacas 580 e 737 + 12.30.

5 - 10 de agosto - Contrato com Januário Marques Barbosa, para a construção de uma casa para residência e três para turmas.

6 - 11 de agosto - Contrato com Júlio Porta & Cia. para a construção dos edifícios *Estação de Minas* do ramal férreo.

7 - 11 de agosto - Contrato com Eduardo Edwards, Francisco Soucasaux e Alfredo Camarate, para a construção do edifício da *Estação General Carneiro*.

8 - 10 de outubro - Contrato com Eduardo Edwards, Francisco Soucasaux e Alfredo Camarate, para a construção de uma casa para residência, próximo à *Estação General Carneiro*.

9 - 13 de outubro - Contrato com Herman Burchard & C., para o fornecimento do material fixo e rodante para o ramal férreo.

10 - 17 de outubro - Contrato com a diretoria da *Companhia Industrial Sabarense*, para o estabelecimento de um estribo no Marzagão.

11 - 27 de outubro - Contrato com Manuel Lourenço Laranjeira, para a construção da ponte *Davi Campista* sobre o ribeirão do Arrudas.

12 - 21 de dezembro - Termo de retificação do contrato da ponte *Davi Campista* e contrato para a fatura de parte do canal por onde devem correr as águas do ribeirão do Arrudas, entre as normais tiradas do eixo do ramal nas estacas 23 + 1 e 29 + 18.2.

13 - 3 de janeiro - Contrato com Antônio Pereira Gonçalves, para a construção dos dois compartimentos e da cobertura geral da *Parada do Marzagão*.

14 - 31 de janeiro - Contrato com Carlos Antonini, para a construção do edifício destinado a *Palácio Presidencial*, inclusive o preparo da respectiva esplanada.

15 - 4 de fevereiro - Termo de distrato com Júlio Porta e Inocência Pinheiro, do contrato firmado em 11 de agosto de 1891, para a construção do edifício da *Estação Minas* e suas dependências.

16 - 5 de fevereiro - Contrato com o Dr. Joseph Lynch, para a construção dos edifícios da *Estação de Minas* do ramal férreo.

17 - 6 de fevereiro - Contrato com Dr. Joseph Lynch e Francisco Vidal Gomes, para os trabalhos do assentamento da superestrutura metálica no ramal férreo, entre as estações *General Carneiro e Minas*.

18 - 11 de fevereiro - Contrato com Afonso Masini, para a construção da igreja e da capela.

19 - 13 de fevereiro - Contrato com João F. Blaksley, Antônio Homem de Loureiro Siqueira (visconde de Carvalhais) e Manuel Ferreira de Miranda, para a execução das obras do abastecimento de água, excluídos os trabalhos de fornecimento e assentamento do material metálico.

20 - 16 de fevereiro - Termo de novação de contrato com Antônio Gonçalves de Almeida, Domingos Alves de Oliveira e Joseph Lynch, uniformizando o preço para os trabalhos de escavação e a taxa do abatimento.

21 - 25 de março - Contrato com o Dr. Joseph Lynch, para o fornecimento do material metálico e acessórios necessários para as obras do abastecimento de água.

22 - 1 de abril - Termo de novação de contrato com Eduardo Edwards, Francisco Soucasaux e Alfredo Camarate, modificando o modo de pagamento estipulado no seu contrato, de 11 de agosto de 1894, relativo ao material metálico destinado à cobertura da *Estação General Carneiro*.

23 - 29 de abril - Contrato com Ehrhard Brand, para a organização de um álbum de vistas fototípicas do arraial de Belo Horizonte e das várias obras projetadas.

Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital, em Belo Horizonte, aos 2 de maio de 1895. *Ernesto de Lima Santos* - 1º escriturário. Confere. 20/5/1895. O secretário: *Fábio Leal*.

ANEXO N. 3

CONTRATOS DIVERSOS FIRMADOS ATÉ 30 DE ABRIL DE 1895

1 - 10 de março de 1894 - Termo de fiança prestada por Teodoro Lopes de Abreu, nomeado para exercer as funções de armazenista da 5ª Divisão.

2 - 30 de março de 1894 - Termo de fiança prestada por Carlos Maciel, nomeado para exercer as funções de fiel do almoxarife.

3 - 30 de março de 1894 - Contrato permitindo ao major Francisco Antônio Vaz de Melo construir um barracão nos terrenos de sua propriedade à Rua General Deodoro, para sua moradia provisória.

4 - 30 de março de 1894 - Contrato permitindo a Antônio Batista Vieira construir um barracão nos terrenos de sua propriedade, à Rua do Capão, para sua moradia provisória.

5 - 30 de março de 1894 - Termo de fiança prestada por João Ewerton da Silva Castro, nomeado para exercer as funções de armazenista da 1ª Divisão.

6 - 13 de março de 1894 - Termo de fiança prestada por João Carvalho de Aguiar, nomeado para exercer as funções de armazenista da 4ª Divisão.

7 - 31 de março de 1894 - Termo de fiança prestada por José Gomes das Chagas Sobrinho, nomeado para exercer as funções de armazenista da 6ª Divisão.

8 - 2 de maio de 1894 - Contrato pelo qual Antônio Batista Vieira cede a esta *Comissão* o terreno de sua propriedade à Rua do Capão, para ser levantado um pequeno barracão, destinado a escritório e armazém da 6ª Divisão.

9 - 4 de maio de 1894 - Contrato permitindo a Joaquim de Sousa Nogueira montar uma olaria em um terreno devoluto situado nas cabeceiras do *córrego do Pinto*.

10 - 9 de maio de 1894 - Contrato permitindo a Pietro Dellavalle levantar um barracão em terrenos de Luís Cerqueira, à Rua Sabará.

11 - 7 de julho de 1894 - Contrato permitindo a Pietro Dellavalle estabelecer uma padaria no barracão cuja construção foi autorizada pelo termo de 9 de maio último.

12 - 11 de julho de 1894 - Termo de fiança prestada por Antônio Correia de Araújo, nomeado para exercer as funções de armazenista da 3ª Divisão.

13 - 18 de julho de 1894 - Termo de fiança prestada por Aníbal Pedro dos Santos, nomeado para exercer as funções de almoxarife.

14 - 15 de agosto de 1894 - Contrato permitindo a Giovanni Leonardi edificar um barracão provisório em terrenos devolutos à Rua General Deodoro, para a fabricação de pedra plástica, etc.

15 - 15 de agosto de 1894 - Contrato permitindo a José Carlos Vaz de Melo e Guilherme Ricardo Vaz de Melo continuar a manter o seu estabelecimento comercial, no Largo do Rosário, na casa que foi de José Carlos Vaz de Melo e hoje é do Estado.

16 - 17 de agosto de 1894 - Contrato permitindo a Joaquim Gomes Teixeira montar uma olaria nos terrenos entre o engenho de Antônio dos Reis e a Lagoinha.

17 - 20 de agosto de 1894 - Contrato permitindo a Antônio Alves Martins Júnior continuar a manter o seu estabelecimento comercial à Rua do Capão, na casa que foi de sua propriedade e é hoje do Estado.

18 - 21 de agosto de 1894 - Contrato permitindo a João Pinto de Almeida Lima continuar a manter o hotel que tem no Largo do Rosário na casa que foi de José Carlos Vaz de Melo.

19 - 21 de setembro de 1894 - Contrato permitindo a João Mialaret permanecer com a casa de barbeiro no prédio, à Rua do Capão, que foi de Francisco e Antônio Alexandre.

20 - 13 de setembro de 1894 - Contrato permitindo a Cândido de Araújo permanecer com a casa de negócio no prédio à Rua de Sabará, que foi de José Joaquim de Abreu.

21 - 14 de setembro de 1894 - Contrato permitindo a Júlio Porta & Cia. montarem escritório na casa à Rua General Deodoro, que foi de Francisco Vaz de Melo Neto, de quem compraram o massame.

22 - 15 de setembro de 1894 - Contrato permitindo a Francisco Caetano de Carvalho a

continuar com casa comercial no prédio à Rua General Deodoro, que foi de Antônio Joaquim da Silveira.

23 - 23 de setembro de 1894 - Contrato permitindo a Pietro Dellavalle montar um bilhar no barracão que construiu à Rua de Sabará.

24 - 5 de outubro de 1894 - Contrato permitindo a Antônio Romanelli estabelecer um hotel na casa à Rua do Rosário, que foi de José Carlos Vaz de Melo e outros herdeiros de João da Silva Cardoso.

25 - 5 de outubro de 1894 - Contrato permitindo a Manuel Pinto de Assunção continuar a manter seu estabelecimento comercial na casa à Rua do Comércio, que foi de sua propriedade.

26 - 11 de outubro de 1894 - Contrato permitindo a João José da Cunha continuar a manter a padaria em parte da casa, que foi de sua propriedade à Rua do Capão.

27 - 13 de outubro de 1894 - Contrato permitindo que Pietro Dellavalle transfira a George Roy o contrato que tinha do barracão à Rua Sabará.

28 - 18 de outubro de 1894 - Contrato permitindo que Cândido Lúcio da Silveira e Francisco Cândido da Silveira continuem com casa comercial à Rua do Comércio, no prédio que foi de Cândido Lúcio da Silveira.

29 - 24 de outubro de 1894 - Contrato permitindo a Jeferson Santos estabelecer uma casa de fumos e artigos congêneres, em parte da casa à Rua General Deodoro, que foi de propriedade de Francisco Antônio Vaz de Melo.

30 - 3 de novembro de 1894 - Termo de fiança prestada por Antônio Raimundo Soares, nomeado para exercer as funções de armazenista da 5ª Divisão.

31 - 6 de novembro de 1894 - Contrato permitindo a Antônio José Pires fazer algumas cafuas no terreno à Rua General Deodoro, que foi de Guilherme Ricardo Vaz de Melo.

32 - 6 de novembro de 1894 - Contrato alugando a João Mialaret o pasto e uma pequena casa da Ponte do Saco, que foi de Eduardo Edwards.

33 - 7 de novembro de 1894 - Contrato permitindo a Eduardo Edwards continuar com casa de negócio no prédio, que foi de sua propriedade, no Largo da Matriz.

34 - 7 de novembro de 1894 - Contrato permitindo a Manuel Pinto de Assunção continuar a permanecer no rancho, que foi de sua propriedade à Rua do Comércio.

35 - 8 de novembro de 1894 - Termo de aditamento ao contrato de 6 do corrente em virtude de haver João Mialaret desistido da casa existente no terreno que alugou.

36 - 13 de novembro de 1894 - Contrato permitindo que Vítor de Carvalho monte no barracão que comprou a George Roy, à Rua de Sabará, uma casa comercial.

37 - 14 de novembro de 1894 - Contrato permitindo a Cirilo Diniz estabelecer um armazém de secos e molhados, em parte de uma casa no Largo da Matriz, que foi de Eduardo Edwards.

38 - 22 de novembro de 1894 - Contrato alugando a José Ozias de Sousa Lopes, para montar uma casa de pensão, a casa à Rua do Comércio, que foi de Francisco Anacleto de Araújo.

39 - 7 de dezembro de 1894 - Contrato permitindo a que Teodoro Lopes de Abreu continue com farmácia na casa à Rua General Deodoro, que foi de Francisco Caetano.

40 - 8 de dezembro de 1894 - Contrato permitindo que Antônio dos Santos Benfica continue com a casa de negócio que tem na Lagoinha, na casa que foi de sua propriedade.

41 - 10 de dezembro de 1894 - Contrato alugando a Eduardo Edwards o pasto no lugar denominado *Navio*, que foi de sua propriedade, e também o que foi de Luís Vítor Pereira.

42 - 11 de dezembro de 1894 - Contrato permitindo que Tomé de Carvalho continue com oficina de seleiro na casa situada na Lagoinha, que foi de Antônio dos Reis.

43 - 18 de dezembro de 1894 - Contrato alugando a Alberto Bressane Lopes o sítio no lugar denominado *Capão*, que foi de Elídio Ferreira da Luz, e o cafezal, que foi de Antônio de Pádua.

44 - 4 de janeiro de 1895 - Termo de levantamento da fiança prestada pelo ex-armazenista Teodoro Lopes de Abreu.

45 - 4 de janeiro de 1895 - Contrato alugando a Francisco de Paula Bueno de Azevedo o sítio denominado *Cardoso* e a pequena casa existente no lugar chamado *Olaria*, para montar uma serraria.

46 - 9 de janeiro de 1895 - Contrato alugando a Júlio Porta & Cia. as casas que foram de Antônio dos Santos Benfica.

47 - 10 de janeiro de 1895 - Contrato alugando a Quintiliano Augusto de Lima as casas e terrenos que foram de Crispiniano de Miranda Costa, no lugar denominado *Lagoinha*.

48 - 11 de janeiro de 1895 - Contrato alugando a Gabriel José Ferreira Passos parte da casa, à Rua do Capão, que foi de Manuel Pinto da Conceição, para nela estabelecer uma casa comercial.

49 - 14 de janeiro de 1895 - Contrato alugando a José Gonçalves de Melo o sítio e olaria no lugar denominado *Olaria*, que foi de propriedade de José Carlos Vaz de Melo.

50 - 23 de janeiro de 1895 - Contrato alugando a Vítor de Carvalho o prédio situado no Largo da Matriz, que foi de propriedade de João Carvalho de Aguiar, para nele estabelecer uma casa comercial.

51 - 28 de janeiro de 1895 - Contrato alugando a Olímpio Raimundo Teixeira o prédio situado na Rua do Comércio, que foi de propriedade de Manuel Pinto de Assunção, para nele estabelecer uma oficina de alfaiate.

52 - 5 de fevereiro de 1895 - Termo de reforço de fiança que fez Carlos Maciel, promovido de fiel a almoxarife.

53 - 7 de fevereiro de 1895 - Contrato alugando ao Dr. Eusébio Queirós C. Matoso o prédio à Rua do Rosário n. 60, para nele estabelecer um escritório de amostras de ferragens e outros artigos destinados a construções.

54 - 18 de fevereiro de 1895 - Contrato permitindo a João Pinto de Almeida Lima abrir um negócio no barracão que está construindo junto ao edifício em que tem o seu hotel.

55 - 19 de fevereiro de 1895 - Contrato alugando a João F. Blaksley e Manuel Ferreira de

Miranda parte da fazenda denominada *Leitão*, que foi de Cândido Lúcio da Silveira, para nela estabelecer o escritório e armazém da empreitada que tomaram, conjuntamente com o visconde de Carvalhais, para execução das obras do abastecimento.

56 - 21 de fevereiro de 1895 - Termo de Aditamento aos contratos feitos com João Mialaret, em 6 e 8 de novembro do ano passado, por haver desistido da casa existente nos terrenos que alugou.

57 - 22 de fevereiro de 1895 - Termo de levantamento da fiança prestada pelo ex-almoxarife capitão Aníbal Pedro dos Santos.

58 - 4 de março de 1895 - Termo de fiança prestada por Alexandre Henrique Leal, nomeado para exercer as funções de armazenista do almoxarifado.

59 - 6 de março de 1895 - Contrato alugando a Rodolfo Maciel parte do prédio n. 17, situado no Largo da Matriz, para estabelecer uma casa comercial.

60 - 13 de março de 1895 - Contrato permitindo que Vítor de Carvalho transfira ao tarefeiro Francisco de Albuquerque o barracão que tem à Rua de Sabará.

61 - 13 de março de 1895 - Termo de levantamento da fiança prestada pelo ex-armazenista João Ewerton da Silva Castro.

62 - 14 de março de 1895 - Contrato alugando a Antônio Luís de Loureiro Maior o prédio sob n. 243, situado à Rua do Comércio.

63 - 14 de março de 1895 - Contrato alugando ao tarefeiro José Guzzi a casa sob n. 402, situada no lugar denominado Lagoinha.

64 - 21 de março de 1895 - Contrato permitindo que Joaquim Gomes Teixeira tire lenha dos matos, que foram de Cândido Lúcio da Silveira e Guilherme Ricardo Vaz de Melo, nas proximidades da Estação Central, unicamente para consumo da Olaria que tem em terrenos da Lagoinha, e pelo prazo de dez meses.

65 - 4 de abril de 1895 - Termo de fiança prestada por Joaquim Nicolau Pereira, nomeado para exercer as funções de armazenista da 1ª Divisão.

66 - 9 de abril de 1895 - Contrato alugando parte do prédio sob n. 420, situado no Largo da Matriz, a José Luís da Cunha Horta e Alfredo Brasil, para estabelecerem uma casa comercial.

67 - 9 de abril de 1895 - Contrato permitindo que Antônio Romanelli continue a morar no prédio sob n. 23, à Rua General Deodoro, cujo massame comprou a Júlio Porta & Cia.

68 - 10 de abril de 1895 - Contrato alugando a Francisco Ferreira da Silva a casa sob n. 127.

69 - 10 de abril de 1895 - Contrato alugando a Américo Pereira da Silva parte da casa que ocupa à Rua do Capão para continuar com farmácia.

70 - 10 de abril de 1895 - Contrato alugando a Ernesto José de Aquino a cafua situada na Rua Boa Vista, que foi de José da Costa, para estabelecer oficina de sapateiro.

71 - 10 de abril de 1895 - Contrato alugando ao empreiteiro Afonso Masini a cafua sob n. 400, situada na Rua do Capão.

72 - 11 de abril de 1895 - Contrato alugando a José Gonçalves de Melo uma parte do sítio que foi de Antônio de Pádua.

73 - 17 de abril de 1895 - Contrato autorizando o empreiteiro Dr. Joseph Lynch a tirar até 100 carros de lenha dos matos que foram de Joaquim de Sousa Menezes.

74 - 18 de abril de 1895 - Contrato permitindo que Antônio Romanelli transfira a Antônio Augusto Maia o hotel que tem no prédio à Rua do Rosário, esquina da General Deodoro.

75 - 20 de abril de 1895 - Contrato alugando a Carlos Eduardo de Monte Verde a casa sob n. 283, para estabelecer uma oficina de marceneiro e de ferreiro.

76 - 23 de abril de 1895 - Contrato alugando a Antônio Rodrigues do Nascimento o prédio sob n. 282, situado à Rua de Sabará.

77 - 24 de abril - Contrato permitindo a Aníbal Pedro dos Santos a abrir casa comercial no prédio n. 7, situado à Rua General Deodoro, onde já residia e de cujo massame é cessionário.

78 - 27 de abril de 1895 - Contrato alugando a Aníbal Pedro dos Santos a casa n. 19, sita à Rua do Rosário, a fim de para ali transferir seu estabelecimento comercial, visto precisar ser demolida a de n. 7, à Rua General Deodoro.

Belo Horizonte, 2 de maio de 1895. *Ernesto de Lima Santos*, 1º escriturário. Confere. 20/5/1985. O secretário: *Fábio Leal*.

ANEXO N. 4

ESTADO DE MINAS GERAIS - COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL - 1ª DIVISÃO - GABINETE FOTOGRAFICO - BELO HORIZONTE, EM 30 DE ABRIL DE 1895.

Ilmo. Sr. Dr. engenheiro-chefe. Acompanha o presente ofício um "balancete" de todo movimento realizado pelo *Gabinete Fotográfico* durante os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, do qual extraio o resumo que vai incluso.

Conforme se deduz deste "balancete", o *Gabinete Fotográfico* produziu, de janeiro a abril, 1.584 cópias diversas no valor de 4:542\$000 réis; importância essa que dá vantajosamente para pagar o pessoal que, no decurso de quatro meses, ganhou 4:138\$000 réis, ficando ainda o saldo de 404\$000 para amortização do material empregado. Não se deve entretanto deduzir do que fica dito que a importância produzida pelo *Gabinete* represente dinheiro entrado para os cofres da *Comissão*, porque dela apenas uma pequena parte provém de vendas, a maior parte representando trabalho de distribuição para propaganda, que se faz imprescindível quando se pretende levar a efeito obras que demandam concorrência. Muito errado andaria, portanto, quem, não examinando os livros de escrituração do *Gabinete Fotográfico*, quisesse avaliar do seu movimento pela renda verificada na *Contabilidade*, porque, em regra, são poucas as provas que por lá transitam; devendo-se notar que principalmente as provas heliográficas têm destinos diversos e alheios à *Contabilidade*.

Outro fato, para o qual convém chamar a atenção, é que a escrituração do Gabinete Fotográfico fazendo-se, não à medida que as provas vão sendo preparadas, mas à medida que vão tendo saída, segue-se, que, no fim de cada mês, há um certo estoque de provas que figuram no mês seguinte; e assim se explica a razão por que o mês de março, que foi muitíssimo trabalhoso, parece de resultado anêmico, ao passo que o mês de abril figura com uma plethora espantosa, representada pela soma de 2:768\$000 réis. O que seria mais verdadeiro exprimir-se, porque é também a resultante da realidade, é que os meses de março e abril concorreram com trabalho igual; e, como a renda avaliada de dois meses é de 3:282\$500 réis, a cada um deles caberia a importância de 1:642\$750 réis.

De tudo isto um fato sobressai: é que o Gabinete, se não faz entrar diretamente toda essa importância para os cofres da Comissão, poupa-lhe pelo menos essa despesa. E nem se diga que poder-se-ia prescindir disso, porque hoje, em todo o mundo civilizado, qualquer comissão, qualquer empresa, mesmo secundária, até os turistas, não dispensam em seus serviços um gabinete fotográfico que traduza ao vivo os trabalhos realizados, as impressões recebidas. Ora, nós, que felizmente não somos selvagens, na construção de uma cidade destinada a tornar-se capital de um Estado - como o de Minas -, não poderíamos desprezar estes meios de vulgarização fácil e atraente, mormente tendo certeza de que é necessário e mesmo fatal o reclame que facilite a rápida povoação da nova cidade. O Gabinete Fotográfico, portanto, quando mesmo não desse para pagar o pessoal, não se justificava simplesmente, mas impunha-se.

Dr. Cícero Ferreira,

Encarregado do Gabinete Fotográfico.

Resumo de todo o movimento do Gabinete Fotográfico
durante os meses de janeiro, fevereiro, março e abril

Mês de janeiro

. Cópias positivas preparadas94	
. Cópias heliográficas extraídas112	
. Renda avaliada		562\$000

Mês de fevereiro

. Cópias positivas preparadas200	
. Cópias heliográficas extraídas39	
. Renda avaliada		697\$500

Mês de março

. Cópias positivas preparadas99	
. Cópias heliográficas extraídas87	
. Renda avaliada		514\$500

Mês de abril

. Cópias positivas preparadas771	
. Cópias heliográficas extraídas182	
. Renda avaliada		2:768\$000
	1.584	4:542\$000

ANEXO N. 5

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS ÓBITOS
(maio de 1894 a abril de 1895)

MESES	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO			Totais por mês
	Maiores	Menores	Anjos	Maiores	Menores	Anjos	
1894							
Maio				1			1
Junho				2		1	3
Julho			1	2			3
Agosto	2	1	2		1	8	14
Setembro	1			3		1	5
Outubro	1		1	3	1	1	7
Novembro	3		3	5			11
Dezembro	1	2	1	2	2		8
1895							
Janeiro	3				3	1	7
Fevereiro	2		3	1	5		11
Março	1	1			2	2	6
Abril		2		1	2		6
Totais	14	6	11	21	16	14	82

ANEXO N. 6

ESTADO DE MINAS GERAIS -
COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL - 1ª DIVISÃO -
2ª SEÇÃO - BELO HORIZONTE, EM 11 DE MAIO DE 1895

Ilmo Sr. Cabe-me a honra de vos apresentar, como determina a vossa Circular n. 536, de 29 de abril último, a demonstração e discriminação do movimento do *Almoxarifado*, durante os meses decorridos de 1º de março de 1894 a 30 de abril de 1895.

Nesse período, foram encerradas as contas de entradas e saídas, em 30 de junho e 31 de dezembro, lavrando as juntas, nomeadas para examinar a escrituração e balancearem os saldos, os competentes termos, discriminando as entradas, saídas e os saldos existentes verificados em depósito nos armazéns. Todos os pedidos das divisões foram fornecidos com a maior regularidade e presteza; e, se alguma vez isto não aconteceu, foi devido a retardamento nos transportes pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Vencidas as grandes dificuldades nos transportes por meio de carros de bois e de tropa, folgo em registrar que não houve perda nem dano nos objetos destinados a esta *Comissão*; outro tanto, porém, não posso dizer da Estrada de Ferro Central que, apesar das constantes reclamações feitas à diretoria da mesma, por intermédio do amanuense encarregado dos transportes nas estações de *Sabará* e *General Carneiro*, ainda não se obteve a entrega de três volumes cujo conteúdo importa em 158\$000 réis.

Exercendo desde o começo desta *Comissão* o lugar de fiel, não foi sem muita relutância de minha parte que aceitei propusésseis ao governo o meu nome para almoxarife; acedi, porém, às instâncias vossas, e, a 23 de janeiro do corrente ano, fui nomeado para substituir o meu digno antecessor, o Sr. capitão Aníbal Pedro dos Santos.

Ao assumir, pois, tão alto quão espinhoso encargo, foi com muita satisfação que vi estar em dia a escrituração do depósito a meu cargo, entregue ao Sr. Alfredo Alves Pinto, em boa hora nomeado escrivão do Almoxarifado com a promoção do Sr. José Joaquim Neto Amarante, seu antecessor, para o lugar de escrivão do tombamento.

Estando vago o lugar de armazenista deste almoxarifado, nomeastes, para preenchê-lo, o Sr. Alexandre Henrique Leal, que entrou em exercício do mesmo a 4 de março próximo findo.

São estas as exposições resumidas, mas sucintas, das ocorrências que se deram neste Almoxarifado durante a minha administração e a do meu antecessor.

Saúde e fraternidade.

Ilmo. Sr. Dr. Aarão Reis, M. D. engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais. O almoxarife, *Carlos Maciel*.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DO ALMOXARIFADO
ATÉ 30 DE ABRIL DE 1895

<i>Entrados:</i>		
Objetos entrados.....	245:708\$473	
<i>Idem</i> devolvidos pelas divisões	<u>10:421\$362</u>	256:129\$835
<i>Saídos:</i>		
Objetos fornecidos à	1ª Divisão	32:617\$021
<i>Idem</i>	2ª Divisão	14:792\$252
<i>Idem</i>	3ª Divisão	25:046\$144
<i>Idem</i>	4ª Divisão	80:770\$332
<i>Idem</i>	5ª Divisão	30:908\$624
<i>Idem</i>	6ª Divisão	53:503\$327
<i>Idem</i> Secretaria da Agricultura		9:586\$000
<i>Idem</i> vendidos a diversos.....	<u>2:798\$127</u>	<u>250:021\$827</u>
Existentes.....		6:108\$008

Belo Horizonte, 6 de maio de 1895. O escrivão, *Alfredo Alves Pinto*. Confere. Belo Horizonte, 6 de maio de 1895. O almoxarife, *Carlos Maciel*.

DISCRIMINAÇÃO DOS OBJETOS ENTRADOS ATÉ 30 DE ABRIL DE 1895

Instrumentos e objetos de engenharia	70:848\$870
Papéis e objetos de escritório	53:610\$817
Máquinas e ferragens.....	32:916\$804
Móveis.....	30:283\$000
Madeira e objetos de construção.....	19:999\$870
Fotografia e pertences.....	11:099\$660
Telefone e pertences.....	6:110\$500
Formicida	6:750\$000
Vagões e trilhos.....	5:000\$000
Animais	<u>7:588\$952</u>
Total	245:708\$473

Belo Horizonte, 6 de maio de 1895. O escrivão, *Alfredo Alves Pinto*. Confere. Belo Horizonte, 6 de maio de 1895. O almoxarife, *Carlos Maciel*.

ANEXO N. 7

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DE 22 DE FEVEREIRO DE 1894 A 21 DE MAIO DE 1895

Visto. Belo Horizonte, 21 de maio de 1894. O chefe da Contabilidade, *B. C. Quadros*.
Visto. Belo Horizonte, 23 de maio de 1894. O engenheiro-chefe, *Aarão Reis*.

R E C E I T A					
MESES	SECRETARIA DE FINANÇAS	IMPOSTO DE SELO	EVENTUAIS	MULTAS	
Transportes	4.000.000\$000	30:861\$500	10:755\$648	350\$700	
Maio - até 21	—	1:786\$500	251\$600	—	
Somas	4.000.000\$000	32:648\$000	11.007\$248	350\$700	

D E S P E S A						
MESES	ALMOXARIFADO	ACONDICIONAMENTOS	TRANSPORTES	CONSERTOS	AJUDAS DE CUSTO	DESPESAS GERAIS
Transportes	237:598\$037	2:782\$300	28:362\$130	306\$000	52:150\$000	6:113\$130
Maio - até 21	17:280\$006	222\$400	363\$800	—	—	1:270\$920
Somas	255:878\$043	3:004\$700	28:725\$930	306\$000	52:150\$000	7:384\$050

R E C E I T A

MESES	ALMOXARIFADO	TRANSPORTES	ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	REPOSIÇÕES
Transportes Maio - até 21	2:695\$927 568\$400	398\$390 79\$600	21:005\$021 —	250\$300 —
Somas	3:264\$327	477\$990	21:005\$021	250\$300

D E S P E S A

MESES	1ª DIVISÃO	2ª DIVISÃO	3ª DIVISÃO	4ª DIVISÃO	5ª DIVISÃO	6ª DIVISÃO
Transportes Maio - até 21	135:361\$503 13:914\$664	68:614\$207 8:278\$496	194:612\$776 19:280\$663	377:215\$871 58:141\$795	155:598\$284 11:853\$448	1.145:173\$081 142:097\$767
Somas	149:276\$167	76:892\$703	213:893\$439	435:357\$666	167:451\$732	1.287:270\$848

RECEITA

MESES	FIANÇAS E CAUÇÕES	TELÉGRAFO	SEXTA DIVISÃO	IMÓVEIS	TOTAL
Transportes	221:199\$748	1:185\$918	56\$000	800\$000	4.289:559\$152
Maio - até 21	12:284\$049	495\$394	—	—	15:465\$543
Somas	233:483\$797	1:681\$312	56\$000	800\$000	4.305:024\$695

DESPESA

MESES	IMÓVEIS	BENEFITORIAS EM IMÓVEIS	FIANÇAS E CAUÇÕES	JUROS DE CAUÇÕES	TOTAL
Transportes	755:448\$808	3:435\$650	107:596\$471	148\$611	3.270:516\$859
Maio - até 21	2:219\$098	—	—	—	275:923\$867
Somas	757:668\$716	3:435\$650	107:596\$471	148\$611	3.546:440\$726

RECAPITULAÇÃO

Recita	4.305:024\$695	6ª DIVISÃO	
Despesas	3.546:440\$726	Abate-se da despesa geral a proveniente do ramal férreo, a saber:	
	-----	Construção de edifícios e do leito	426:142\$413
Saldo	758.583\$969	Material fixo e rodante	607:223\$170

			1.033:365\$583

Confere. Belo Horizonte, 21 de maio de 1895. O guarda-livros, *Francisco da Silva Lobo*.
 Belo Horizonte, 21 de maio de 1895. O 1º escrivão, *Luís Gomes Pereira*.

ANEXO N. 8

QUADROS DEMONSTRATIVOS DAS DESPESAS DO PESSOAL E MATERIAL,
EFETUADAS, CADA MÊS, DESDE MARÇO DE 1894 ATÉ ABRIL DE 1895,
PELAS SEIS DIVISÕES DE SERVIÇO

1ª DIVISÃO				
Meses	Pessoal	Material	Diversos	Total
1894				
Março	5:155\$709	—	—	5:155\$709
Abril	—	—	—	—
Maio	5:677\$500	—	—	5:677\$500
Junho	6:130\$353	6:898\$037	—	13:028\$390
Julho	7:174\$493	1:457\$046	—	8:631\$539
Agosto	9:171\$328	3:082\$418	—	12:253\$746
Setembro	11:685\$757	1:967\$663	760\$000	14:413\$420
Outubro	12:408\$563	2:559\$692	—	14:968\$255
Novembro	12:676\$052	7:929\$080	—	20:605\$132
Dezembro	12:611\$065	838\$900	88\$900	13:538\$925
1895				
Janeiro	12:804\$525	1:735\$073	—	14:539\$595
Fevereiro	13:078\$630	4:140\$060	—	17:218\$690
Março	12:460\$914	1:559\$820	—	14:020\$734
Abril	13:425\$654	335\$900	52\$000	13:813\$554
	134:460\$543	32:503\$689	900\$960	167:865\$192

EXPLICAÇÃO DA VERBA - DIVERSOS

1894				
Setembro	Assinaturas de revistas		760\$000	—
Dezembro	Viagem de um empregado a serviço		88\$960	—
1895				
Abril	Viagem de um empregado a serviço		52\$000	900\$960

2ª DIVISÃO

MESES	PESSOAL	MATERIAL	DIVERSOS	TOTAL
1894				
Março	1:142\$516	—	—	1:142\$516
Abril		—	—	—
Maio	1:380\$000	—	—	1:380\$000
Junho	2:158\$079	5:797\$517	—	7:955\$596
Julho	3:039\$000	877\$863	—	3:916\$863
Agosto	4:188\$352	708\$313	—	4:896\$665
Setembro	5:521\$207	204\$500	—	5:725\$707
Outubro	5:749\$333	953\$969	—	6:703\$302
Novembro	6:245\$916	1:777\$000	—	8:022\$916
Dezembro	6:444\$000	763\$100	—	7:207\$100
1895				
Janeiro	7:688\$075	280\$923	—	7:968\$998
Fevereiro	8:074\$996	1:101\$800	—	9:176\$796
Março	8:130\$785	1:334\$267	—	9:465\$052
Abril	8:851\$948	18\$000	—	8:869\$948
	68:614\$207	13:817\$252	—	82:431\$459

3ª DIVISÃO

MESES	PESSOAL	MATERIAL	DIVERSOS	TOTAL
1894				
Março	4:016\$044	—	—	4:016\$044
Abril	—	—	40\$500	40\$500
Maiο	8:179\$500	—	—	8:179\$500
Junho	8:497\$096	11:005\$937	—	19:503\$033
Julho	8:071\$443	175\$000	—	8:246\$443
Agosto	10:671\$832	4:339\$600	—	15:011\$432
Setembro	16:143\$142	350\$000	—	16:493\$142
Outubro	18:187\$325	2:732\$200	—	20:919\$525
Novembro	19:698\$489	1:545\$860	—	21:244\$349
Dezembro	20:624\$164	792\$500	—	21:416\$664
1895				
Janeiro	21:875\$868	2:181\$867	—	24:057\$735
Fevereiro	20:271\$801	306\$000	—	20:577\$801
Março	19:299\$999	678\$200	—	19:978\$199
Abril	19:035\$573	630\$300	—	19:665\$875
	194:572\$276	24:737\$467	40\$500	219:350\$240

EXPLICAÇÃO DA VERBA - DIVERSOS

1895			
Abril	Observatório Meteorológico		40\$500

4ª DIVISÃO

MESES	PESSOAL	MATERIAL	DIVERSOS	TOTAL
1894				
Março	12:889\$185	—	112\$915	13:002\$100
Abril	—	—	—	—
Mai	17:389\$774	—	—	17:389\$774
Junho	20:523\$582	42:529\$125	30\$000	63:082\$707
Julho	22:643\$454	10:819\$518	1:599\$820	34\$522\$795
Agosto	31:100\$843	3:303\$780	—	34:404\$623
Setembro	36:588\$838	2:307\$773	—	38:896\$611
Outubro	28:375\$181	576\$310	—	28:951\$491
Novembro	31:726\$092	1:312\$800	—	33:038\$892
Dezembro	28:412\$899	370\$100	—	28:782\$999
1895				
Janeiro	25:020\$532	3:021\$010	—	28:041\$542
Fevereiro	35:076\$066	948\$620	—	36:024\$686
Março	31:064\$706	3:619\$380	3:607\$381	38:291\$467
Abril	34:847\$612	5:260\$786	16:939\$903	57:048\$301
	355:658\$767	74:069\$202	21:750\$019	451:477\$988

EXPLICAÇÃO DA VERBA - DIVERSOS

1894				
Março	Consertos de estradas		106\$915	—
Março	Viagens a serviço		6\$000	112\$915
Junho	Aluguel de casa		30\$000	30\$000
Julho	Viagens a serviço		1:039:820	—
Julho	Aluguel de casa		20\$000	1:059\$820
1895				
Março	Tarefas de avenidas		—	3:607\$381
Abril	Tarefas de avenidas		—	16:939\$903
				21:750\$019

5ª DIVISÃO

MESES	PESSOAL	MATERIAL	DIVERSOS	TOTAL
1894				
Março	5:124\$552	—	—	5:124\$552
Abril	—	—	—	—
Maió	6:909\$750	—	692\$000	7:601\$750
Junho	7:981\$527	17:746\$210	642\$200	26:369\$937
Julho	7:941\$225	2:119\$166	274\$200	10:334\$591
Agosto	10:428\$383	1:104\$480	—	11:532\$863
Setembro	11:881\$564	2:168\$000	80\$000	14:129\$564
Outubro	10:265\$081	1:276\$270	—	11:541\$351
Novembro	15:396\$564	567\$463	—	15:964\$027
Dezembro	14:403\$983	2\$840	—	14:406\$823
1895				
Janeiro	14:075\$284	3:982\$102	—	18:057\$386
Fevereiro	18:184\$384	99\$000	—	18:283\$384
Março	16:921\$514	1:018\$633	213\$750	18:153\$897
Abril	13:922\$323	448\$300	260\$000	14:630\$623
	153:436\$134	30:532\$464	2:162\$150	186:130\$748

EXPLICAÇÃO DA VERBA - DIVERSOS

1894				
Maió	Cemitério provisório		—	692\$000
Junho	Cemitério provisório		—	642\$200
Julho	Cemitério provisório		214\$200	
"	Aluguel de casa		60\$000	274\$200
Setembro	Viagens a serviço		—	80\$000
1895				
Março	Editais		—	213\$750
Abril	Editais		—	260\$000
				2:162\$150

6ª DIVISÃO

MESES	PESSOAL	MATERIAL	DIVERSOS	TOTAL
1894				
Março	8:272\$453	--	--	8:272\$453
Abril	--	--	--	--
Mai	11:954\$875	--	--	1:954\$875
Junho	9:707\$594	26:175\$091	--	35:942\$685
Julho	14:313\$500	2:997\$792	341\$000	17:652\$792
Agosto	20:112\$743	7:347\$816	1:700\$200	29:160\$759
Setembro	17:689\$169	3:326\$760	764\$000	21:779\$929
Outubro	14:902\$116	2:274\$240	14:141\$994	31:318\$350
Novembro	18:042\$298	2:728\$502	33:489\$092	54:258\$892
Dezembro	18:170\$675	1:067\$150	26:332\$269	45:570\$094
1895				
Janeiro	17:728\$841	2:679\$012	173:573\$001	193:980\$854
Fevereiro	20:523\$568	1:137\$540	120:733\$609	142:394\$717
Março	18:432\$351	1:077\$704	304:280\$445	325:790\$500
Abril	20:668\$633	896\$920	269:213\$200	290:778\$753
	210:577\$816	51:708\$527	944:569\$310	1.206:855\$653

EXPLICAÇÃO DA VERBA - DIVERSOS

1894				
Julho	Editais	--		341\$500
Agosto	"	457\$000		
"	"	1:075\$200		
"	Viagens a serviço	168\$000		1:700\$200
Setembro	" " "	564\$000		
"	Indenização	200\$000		764\$000
Transporte		2:805\$700		
Outubro	Dormentes	5:000\$000		
"	Estação Central	2:637\$804		
"	Ramal férreo	6:504\$190		14:141\$994
Novembro	Editais	174\$000		
"	Estação Central	6:845\$260		
"	Ramal férreo	13:269\$218		
"	" "	9:583\$636		
"	Est. General Carneiro	3:616\$978		33:489\$092
Dezembro	Editais	233\$000		
"	Estação Central	8:303\$129		
"	Ramal férreo	10:555\$490		
"	Est. General Carneiro	3:207\$000		
"	" " "	4:033\$650		26:332\$269

EXPLICAÇÃO DA VERBA - DIVERSOS

1895			
Janeiro	Estação Central	9:448\$523	
"	Ramal férreo	15:756\$548	
"	" "	10:570\$853	
"	" "	12:463\$937	
"	" "	36:988\$251	
"	Est. General Carneiro	3:343\$919	
"	Material fixo e rodante	85:000\$970	173:573\$001
Fevereiro	Distribuição de condução de material	810\$000	
"	Dormentes	15:000\$000	
"	Ramal férreo	21:925\$742	
"	" "	23:697\$721	
"	" "	15:399\$783	
"	Est. General Carneiro	32\$800	
Fevereiro	Transporte	76:857\$046	250:342\$056
"	Est. General Carneiro	3:062\$300	
"	" " "	5:050\$098	
"	" " "	2:006\$685	
"	Material fixo e rodante	33:748\$480	120:733\$609
Março	Editais	148\$560	
"	"	220\$250	
"	Secretaria de Finanças	659\$650	
"	Canal	2:771\$007	
"	Estação Central	1:567\$192	
"	Ramal férreo	39:315\$109	
"	" "	18:956\$690	
"	Est. General Carneiro	11:828\$867	
"	Material fixo e rodante	228:813\$120	304:280\$445
Abril	Editais	45\$000	
"	Canal	1:777\$806	
"	Resid. Ramal férreo	3:555\$902	
"	Estação Central	3:778\$645	
"	Ponte Linch	1:650\$000	
"	" "	196\$000	
"	Ramal férreo	24:917\$281	
"	" "	29:925\$045	
"	" "	33:349\$813	
"	Est. General Carneiro	2:702\$608	
"	" " "	6:668\$773	
"	Material fixo e rodante	155:126\$640	
"	" " "	4:165\$890	
"	Igreja	1:353\$547	269:213\$200
			944:569\$310

Belo Horizonte, 30 de Abril de 1895. O 1º escriturário, *Luís Gomes Pereira*. Confere o guarda-livros, *Francisco da Silva Lobo*.

ANEXO N. 9

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MAPA DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DAS DIVISÕES ATÉ 30 DE ABRIL DE 1895

Visto - Belo Horizonte, 30 de abril de 1895. O chefe da Contabilidade, *B. C. Quadros*.

Visto - Belo Horizonte, 30 de abril de 1895. O engenheiro-chefe, *Aarão Reis*.

Divisões	Instalação, estudos definitivos, móveis e objetos de consumo, ajudas de custo, etc.			RAMAL FÉRREO		OBRAS REALIZADAS					Totais
	Pessoal	Material	Leito e edificações	Material fixo e rodante	Movimento de terras	Ponte Davi Campista	Canal	Igreja			
1ª	134.601\$503	33.263\$689	—	—	—	—	—	—	—	167.865\$192	
2ª	68.614\$207	13.817\$252	—	—	—	—	—	—	—	82.431\$459	
3ª	194.572\$276	24.777\$964	—	—	—	—	—	—	—	219.350\$240	
4ª	355.748\$462	75.182\$242	—	—	19.928\$214	619\$070	—	—	—	451.477\$988	
5ª	154.372\$534	31.758\$214	—	—	—	—	—	—	—	186.130\$748	
6ª	211.309\$816	51.974\$027	419.897\$350	507.855\$100	—	—	4.548\$813	1.353\$547	—	1.196.939\$653	
Somas	1.119.218\$798	230.775\$388	419.897\$350	507.855\$100	19.928\$214	619\$070	4.548\$813	1.353\$547	—	2.304.195\$280	

Belo Horizonte, 30 de Abril de 1895. O 1º escrivário, *Luís Gomes Pereira*.
 Confere. Belo Horizonte, 30 de abril de 1895. O guarda-livros, *Francisco da Silva Lobo*.

ANEXO N. 10

EVENTUAIS

Sob esta denominação estão as seguintes verbas de receita:

MESES	DIFERENÇA DE CONTAS	JUROS PAGOS PELO BANCO DA REPÚBLICA DO BRASIL	VENDA DE MOINHOS, LENHA, MASSAMES E IMPRESSOS	IMPOSTO DE 6%, TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADES	VENDA DE FOTOGRAFIAS	COBRANÇA DE 1/2 % SOBRE OS CHEQUES A PARTICULARES	RENDA DO CEMITÉRIO PROVISÓRIO	TOTAL
1894 - Transporte	16\$000	525\$000	994\$000	680\$610	262\$500	—	107\$300	2.585\$410
1895 - Janeiro			40\$000	608\$688	51\$000	12\$500	20\$600	732\$788
" - Fevereiro			393\$500	79\$440	120\$000	107\$250	14\$500	714\$690
" - Março		4:149\$600	1:386\$000	123\$000	294\$000	40\$500	43\$200	6:036\$300
" - Abril			307\$000	85\$560	193\$000	80\$300	20\$600	686\$460
Somas	16\$000	4:674\$600	3:120\$500	1:577\$298	920\$500	240\$550	206\$200	10:755\$648

Belo Horizonte, 30 de Abril de 1895. O 1º escriturário, *Luís Gomes Pereira*.
 Confere. Belo Horizonte, 30 de abril de 1895. O guarda-livros, *Francisco da Silva Lobo*.
 Visto. Belo Horizonte, 4 de maio de 1895. O chefe da Contabilidade, *B. C. Quadros*.

ANEXO N. 11

Da despesa geral, até 30 de abril de 1895 abate-se:		3.270:516\$859
Eventuais	1:000\$000	
Almoxarifado	2:695\$927	
Transportes398\$390	
Reposições250\$300	
Fianças e cauções	107:596\$471	
Imóveis800\$000	
		<u>112:741\$088</u>
		<u>3.157:775\$771</u>

ANEXO N. 12

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL -
2ª DIVISÃO CONTABILIDADE

Termo n. 4

No dia primeiro de maio de mil oitocentos e noventa e cinco, na Tesouraria da Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, presentes os senhores doutor Aarão Reis, engenheiro-chefe; Benjamim Constant Quadros, chefe da Contabilidade; Francisco da Silva Lobo, guarda-livros; Leopoldo César Gomes Teixeira, tesoureiro; e Pedro Joaquim de Almeida - fiel do tesoureiro; a fim de verificarem o estado da caixa, a cargo do tesoureiro citado, de conformidade com o artigo quarenta e um do Regulamento da Comissão; declaram que, depois de bem examinada a escrituração do livro-caixa e conferidos os documentos de receita e despesa encontraram o saldo na importância de *mil e dezenove contos e quarenta e dois mil duzentos e noventa e três réis* (1.019:042\$293), divididos no seguinte modo: em moeda corrente, *cento e trinta e nove contos trezentos e noventa e três mil seiscentos e noventa e três réis* (139:393\$693), em crédito de caderneta do Banco da República do Brasil, *seiscentos e oitenta e sete contos quatrocentos e oitenta e sete mil e seiscentos réis* (687:487\$600), em crédito de outra caderneta do mesmo banco, a cargo do agente da Comissão, Frederico Augusto de Sousa Nogueira e sob a responsabilidade dos senhores doutor engenheiro-chefe, e tesoureiro, para pagamento do material fixo e rodante, no Rio de Janeiro, conforme o respectivo contrato, *cento e oitenta e seis contos quinhentos e quatro mil novecentos réis* (186:504\$900); e em estampilhas estaduais de diversos valores, *cinco contos seiscentos e cinqüenta e seis mil cem réis* (5.656\$100). O que foi tudo visto e verificado pelo senhor doutor Aarão Reis, engenheiro-chefe e mais funcionários acima mencionados. E estando tudo assim verificado, o tesoureiro tornou a recolher ao cofre o saldo referido existente em seu poder; e para constar lavrou-se o presente termo por mim escrito e assinado com os funcionários ditos. E, eu, Luís Gomes Pereira, primeiro escriturário funcionando como secretário *ad hoc*, o escrevi. *Luís Gomes Pereira. Aarão Reis, Leopoldo César Gomes Teixeira, B.C. Quadros, Francisco da Silva Lobo, Pedro Joaquim de Almeida.*

ANEXO N. 13
ANÁLISES DAS ÁGUAS POTÁVEIS QUE TERÃO DE SER APROVEITADAS PARA O ABASTECIMENTO
DA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS.

ESPECIFICAÇÕES	SERRA	ACABA-MUNDO	CERCADINHO	POSSE	LEITÃO	TAQUARIL	OBSERVAÇÕES
<i>I Caracteres físicos</i>							
Limpidez	Perfeita	Perfeita	Perfeita	Perfeita	Perfeita levemente	Perfeita	As análises 3 a 6 foram feitas pelo engenheiro de minas, Francisco de Paula Oliveira, em águas sem serem filtradas. As análises 1 e 2 foram feitas no laboratório da Casa da Moeda em águas filtradas.
Cor	Incolor	Incolor	Incolor	Incolor	Amarela	Incolor	
Cheiro	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	
Sabor	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	
Impressão particular ao tato	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	
Temperatura da água na dosagem dos gases	25°	25°	19°	19°	19°	19°	
<i>II Dosagem química em 1 litro de água</i>							
Ácido silícico e argila	0,0070	0,0060	0,1275	0,1285	0,0938	0,0825	
Ácido sulfúrico	traços	traços	-	-	-	-	
Ácido azótico	0,0010	0,0005	0,0060	0,0050	0,0075	0,0050	
Óxido férrico e alumina	0,0050	0,0095	0,0167	0,0110	0,0205	0,0145	
Cal	traços	0,0040	0,0063	0,0023	0,0041	0,0036	
Magnésia	-	traços	0,0029	0,0024	0,0030	0,0020	
Potassa e soda	0,0010	0,0006	0,0024	0,0007	0,0023	0,0008	
Cloro	-	-	-	-	-	-	
Amônia	0,0090	0,0044	0,3262	0,3751	0,3585	0,3346	
Materiais combustíveis e voláteis	0,0230	0,0250	0,4880	0,5250	0,4900	0,4430	
Resíduos totais	-	-	gr	gr	gr	gr	
Matéria orgânica por litro	-	-	0,0080	0,0170	0,0100	0,0090	
Grão hidrotimétrico	-	-	7°	5°	10°	10°	
<i>III Gases contidos em 1 litro de água</i>							
Azoto	cc	cc	cc	cc	cc	cc	
Oxigênio	11,90	9,30	12,40	13,44	13,20	15,20	
Ácido carbônico	10,20	13,60	4,80	4,96	6,00	3,84	
	1,70	2,50	1,20	0,40	1,20	0,90	
Totais	cc	cc	18,40	18,80	20,40	20,00	
	23,80	25,40					

ANEXO N. 14

Relação do material fixo e rodante do ramal férreo, com os respectivos pagamentos efetuados pelo agente, no Rio de Janeiro, a Hermann Buchard & Comp.

CLASSIFICAÇÃO DO MATERIAL	DATA DO PAGAMENTO	VAPORES	PRESTAÇÕES	CÂMBIO	IMPORTÂNCIA	TOTAIS
Uma locomotiva de passageiros, custo de 6.786 dólares	2 janeiro	...	1ª	4731	10:594\$510	33:420\$510
	21 janeiro	Imperial Prince	2ª	4940	11:062\$540	
	9 abril	...	3ª	5253	11:763\$460	
2.582 trilhos de aço e 373 feixes, com talas de juntas	2 janeiro	...	1ª	10 7/16	19:767\$570	63:138\$610
	6 fevereiro	Bessel	2ª	9 5/8	21:436\$260	
	9 abril	...	3ª	9 13/32	21:934\$780	
1.746 trilhos de aço, 501 feixes com chapas de junção e mais acessórios	15 janeiro	...	1ª	10 7/16	15:547\$944	49:816\$443
	25 fevereiro	Herschel	2ª	9 5/8	16:456\$520	
	10 maio	...	3ª	8 15/16	17:811\$979	
35 chaves completas para desvios, custo de 1b. 735	21 janeiro	...	1ª	10	5:821\$200	18:337\$785
	1 março	Holbein	2ª	9 3/4	5:970\$460	
	10 maio	...	3ª	8 15/16	6:546\$125	
2 giradores de custo 1b. 571 10.	15 janeiro	...	1ª	10 3/16	4:442\$031	14:266\$207
	4 março	Olbers	2ª	9 9/16	4:733\$330	
	10 maio	...	3ª	8 15/16	5:089\$946	
Uma locomotiva de passageiros, custo de 6.786 dólares	1 março	...	1ª	5.070	11:353\$660	23:155\$200
	16 abril	Thomaz Stuarts	2ª	5.270	11:801\$540	
24 carros de plataformas, custo de 1b. 3.840	1 março	Bellova	1ª	9 3/4	31:192\$620	63:525\$160
	9 abril	...	2ª	9 13/32	32:332\$540	

4 locomotivas de carga, custo 36.128 dólares	6 março	<i>Euphemia</i>	1 ^a	5.300	63:187\$880	63:187\$880
2 carros de 1 ^a classe, custo lb. 870	26 março	...	1 ^a	9 7/15	14:602\$161	
	18 maio	<i>Banklands</i>	2 ^a	8 15/16	15:574\$370	30:176\$531
2 carros de 2 ^a classe, custo lb. 612	26 março	...	1 ^a	9 7/16	10:271\$865	
	18 maio	<i>Banklands</i>	2 ^a	8 15/16	10:957\$021	21:228\$886
2 carros mistos, custo lb. 743	26 março	...	1 ^a	9 7/16	12:470\$581	
	18 maio	<i>Banklands</i>	2 ^a	8 15/16	13:301\$183	25:771\$764
1 vagão para correio e bagagem, custo de lb. 657	26 março	...	1 ^a	9 7/16	5:513\$574	
	18 maio	<i>Banklands</i>	2 ^a	8 15/16	5:880\$805	11:394\$379
8 vagões cobertos, custo lb. 1520	26 março	<i>Banklands</i>	1 ^a	9 7/16	12:755\$911	
	18 maio	...	2 ^a	8 15/16	13:605\$117	26:361\$028
6 vagonetes, custo lb. 600	26 março	<i>Banklands</i>	1 ^a	9 7/16	5:035\$239	
	18 maio	...	2 ^a	8 15/16	5:370\$370	10:405\$609
1 vagão para animais, custo de lb. 205	26 março	...	1 ^a	9 7/16	1:720\$369	
	18 maio	<i>Banklands</i>	2 ^a	8 15/16	1:834\$954	3:555\$323
1 vagão para inflamáveis, custo lb. 161	11 maio	<i>Hevelius</i>	1 ^a	9	1:428\$440	1:428\$440
Direitos de alfândega, carga e descarga, estadia em saveiros, comissões, etc.						495:169\$755
Total						146:085\$660
						605:255\$415

Belo Horizonte, 21 de maio de 1895. 2º escriturário, *Guilherme Augusto de Faria*, 2º escriturário.
Visto. Belo Horizonte, 21 de maio de 1895. O chefe da Contabilidade, *B. C. Quadros*.

BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
MEMÓRIA TÉCNICA

BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
MEMÓRIA TÉCNICA

NOTAS

- 127 Serão identificados os locais menos conhecidos e os que perderam o nome antigo. Carapuça, final do bairro Sta. Tereza; Meneses, Carlos Prates, Lagoinha, Pastinho, próximo ao Carlos Prates, área da Avenida Pedro II; Pinto, região da Barroca, alto da rua Pedra Bonita; Pedra, Morro das Pedras, alto da Raja Gabaglia; Redondo, Morro Redondo, região do Belvedere; Cardoso, Sta. Efigênia; Pasto, região da Serra; Cândido, entre São Lucas e Funcionários; Cunha, início da Floresta; Cercadinho, região do bairro Estrela Dalva, reserva do Cercadinho (COPASA); Boa Vista, na serra do Curral; Rabelo, região da serra da Mutuca; Pico, pico Belo Horizonte, na serra do Curral.
- 128 Praça do Mercado - nome popular da antiga praça 14 de fevereiro, atual Rio Branco (rodoviária).
- 129 Cia Industrial Sabarense. Primeira fábrica do antigo Curral del Rei, fundada em 1877, localizada no povoado de Marzagão, dedicada à indústria têxtil. Em 1894, tinha como presidente Alípio Alves da Silva Melo, sendo que, em 1895, ali foi inaugurada uma estação - do Ramal de Belo Horizonte, no Km 592 (ainda existente). No ano de 1909, possuía 655 contos de rês de capital e reservas, 3.000 fusos, 110 teares, 110 cavalos de força motriz hidráulica, 180 operários (mulheres na maioria), produzindo anualmente um milhão de metros de tecidos crus e tintos, consumindo cada ano 100.000 k de algodão. Posteriormente, passou a denominar-se Cia. de Fiação e Tecidos Marzagão. Em 1925, estava em fase de grande produção, com maquinário moderno e mão-de-obra qualificada. Desativada por volta de 1976, em 1982, o prédio foi reformado e ali passou a funcionar uma fábrica de jeans, atividade que ainda permanece (FÁBRICA e estação de Marzagão. *Anuário Histórico e Corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ano III, p. 254, 1909. INDÚSTRIA têxtil. Companhia Industrial Sabarense. *Revista Industrial de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, p.135-137, 1893-1894. SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926, p.1.354-1.372).
- 130 Progressista Sabarense. Em 1865, os senhores Cel. Virgílio Cristiano Machado, Capitão José Carlos Vaz de Melo e Dr. Campos da Paz fundaram uma nova indústria no Cardoso. Era uma fábrica de manufatura de ferro onde trabalhavam 40 operários diariamente. Essa fábrica produziu as grades da cadeia de Sabará. Em 1888, a sociedade foi liquidada e passou a pertencer à Cia. Progressista Sabarense, que a cedeu mais tarde à Comissão Construtora da Nova Capital (APCBII/AAB).
- 131 REIS, Aarão. *Exposição apresentada ao Ex^{mo}. Sr. Dr. Crispim Jaques Bias Fortes. Op. cit.*

SEGUNDA PARTE

**A CONSTRUÇÃO
E A INAUGURAÇÃO
DA NOVA CAPITAL,
NA ADMINISTRAÇÃO
DO ENGENHEIRO
DR. FRANCISCO BICALHO**

(MAIO DE 1895 - JANEIRO DE 1898)

APREENSÕES E RECEIOS DESFEITOS -
 REORGANIZA-SE A COMISSÃO CONSTRUTORA -
 REFORMA DO REGULAMENTO N. 680 - REANIMAÇÃO -
 REDUÇÃO DO PESSOAL - HINO AO TRABALHO

os espíritos timoratos e pessimistas aquela mudança de chefia da Comissão Construtora provocou sérias apreensões e receios. Temia-se que os trabalhos da Comissão fossem interrompidos ou retardados ou que tivessem orientação outra, de modo a impossibilitar a realização da mudança da capital dentro do já bem estreito prazo constitucional.

Tais temores e receios foram confirmados pelo padre F. Martins Dias, em seu folheto citado, quando ponderou ser muito de se temer sofressem grande abalo os serviços da nova cidade com o afastamento do primeiro chefe, "homem que, como já vimos, juntava a seu belo talento, bem cultivado nas ciências exatas, uma atividade admirável, uma argúcia diplomática e uma franca afabilidade de ânimo no trato com seus auxiliares e subalternos".¹³²

Em Ouro Preto, principalmente, as más previsões corriam como bem fundadas e eram veiculadas com visível contentamento....

Mas a verdade é que não tinham base séria tais prvisões, incumbindo-se o tempo e os fatos de provar bem depressa que os serviços, muito ao contrário de se prejudicarem com aquela mudança de chefia, progrediram, tomaram rápido impulso, não obstante a terrível guerra que se lhe opunham as chuvas e a Estrada de Ferro Central.

O novo chefe da Comissão, logo depois de tomar-lhe a direção, compreendendo a grave e difícil situação em que se achava para levar a nova cidade ao estado de poder receber o governo com o seu funcionalismo, no prazo angusto da lei, apenas se achou inteirado do pé em que estavam as obras, delineou o seu programa de trabalho e entrou em ação, empregando toda a energia do seu espírito culto e experimentado, removendo óbices, atalhando dificuldades, conquanto bem visse que a formidável obra a executar requeria prodígios de energia, esforços tenazes de toda natureza, visto como não estava proporcional ao tempo em que deveria ficar concluída.

De sorte que passageiros foram os receios e as más previsões dos pessimistas: duraram

apenas o tempo necessário para que o novo chefe tomasse pleno conhecimento do pé em que estava a ingente tarefa que acabava de receber sobre os ombros.

Engenheiro notável, já experimentado em muitas outras obras vultosas e importantes que lhe aureolavam o nome, espírito metódico, enérgico, destemeroso, empreendedor, o Dr. Francisco Bicalho, assim que julgou azado o momento, desenvolveu prodigiosa ação, no firme propósito de levar de vencida o pesadíssimo encargo que lhe cometera a confiança do governo de Minas.

Entretanto, ele próprio confessava, em seu relatório de abril de 1896,¹³³ que só depois que conseguiu tomar seguro conhecimento da situação pôde avaliar as imensas dificuldades que teria de enfrentar para levar a termo desejado a honrosa mas aspérrima tarefa que recebera, sendo certo, porém, que nunca se iludira a respeito.

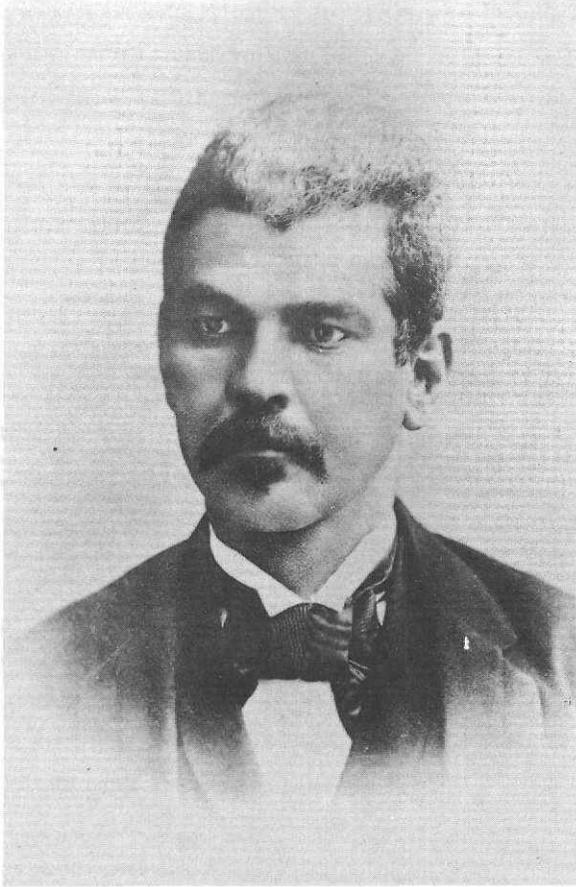
Só então viu bem claro que “tinha por tarefa construir em curtíssimo prazo o núcleo indispensável e essencial para a instalação da nova capital, em uma localidade inteiramente balda de recursos, a 600 quilômetros do porto, por onde haviam de ser recebidos os materiais de importação estrangeira e servida apenas por uma via férrea cujo serviço se achava em condições deploráveis e calamitosas, provocando reclamações e queixas gerais. Entretanto, era urgente facultar imediatamente livre acesso para a enorme massa de materiais de diversas espécies, que se iam tornar necessários desde logo”, pois não se podia compreender a construção de obra de tão grande vulto, “sobretudo urgida pelo prazo, sem o estabelecimento de instalações prévias de serviços, mais ou menos perfeitas e completas, que, não só acarretariam economia, como principalmente permitiriam mais rápida execução.”

Acresce que se tratava não de uma só obra, “mas de todas aquelas, de variadíssimas espécies, que compõem uma cidade a edificar de chofre: palácios dignos para a administração superior, edifícios públicos de toda natureza, casas para moradia dos funcionários públicos, terraplenagem para arruamentos, calçamentos, abastecimento de água, rede de esgotos e águas pluviais, iluminação pública, parque, jardins e tudo mais que compreende as exigências da vida social moderna.”

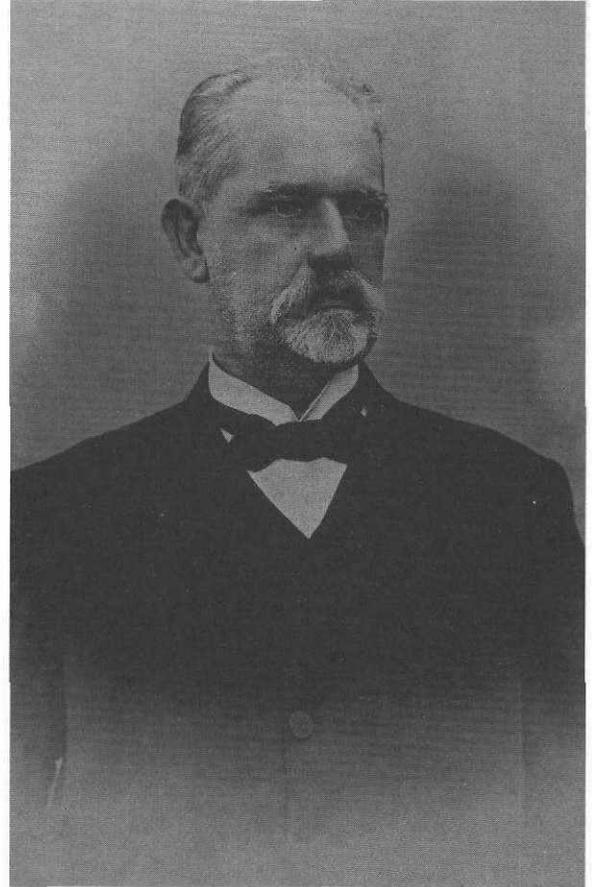
Ora, a execução de tão complexos, numerosos e variados trabalhos exigia imperiosamente completo aparelhamento dependente dos mercados europeus, acrescentando que nada estava feito ainda neste particular, sendo que o próprio ramal férreo, que deveria ligar a localidade à Estrada de Ferro Central do Brasil, estava em construção.

Ponderava o engenheiro-chefe que o seu ilustre antecessor “que com louvável dedicação e grande atividade procedera aos estudos e preparara o plano geral e projetos para os edifícios principais, não tivera tempo para cuidar daqueles preliminares e arcar com os quase insuperáveis obstáculos que lhe opunha a Estrada de Ferro Central, então no maior descabro de serviço, pela sua aplicação aos misteres da guerra.”

Além disso, “viu a Comissão que a sua tarefa não se reduzia a levantar somente os edifícios públicos, ou promover simplesmente a edificação da cidade oficial. Era mister ir em socorro da atividade particular, sem a qual decidida e animada, não era possível esperar-se



*Dr. Crispim Jacques Bias Fortes,
o presidente do Estado em cujo governo
se construiu e inaugurou a cidade.*



*Dr. Francisco de Paula Bicalbo,
sucessor do Dr. Aarão Reis na chefia da Comissão
Construtora (maio de 1895 a janeiro de 1898).*

resultado lisonjeiro por ocasião da mudança. Para isso, era necessário o mais eficaz auxílio à iniciativa particular, com a sua intervenção e mesmo a sua ação direta e imediata no mercado de materiais de construção, constituindo-se ela própria fornecedora dos particulares, pois destarte poderiam eles obter por preços sem competência os materiais de que carecessem, adquirindo-os a Comissão, por toda parte, e, portanto, a preços reduzidos.”¹³⁴

Contudo, tais materiais eram escassíssimos. “Mesmo a pedra era vedada aos construtores, pois que todas as pedreiras da localidade e suas imediações eram propriedades do Estado, e não estavam ainda sequer *descobertas*, ou preparadas para serem exploradas; a areia tinha de ser extraída do leito do rio das Velhas e para Belo Horizonte transportada por caminho de ferro; as olarias em pequeno número, mal montadas, quase sem produção, não davam esperança de servirem, como recurso eficaz, para o grande andamento que deveriam tomar as construções; a telha, a cal, as madeiras, tudo, enfim, que tinha de ser obtido do próprio País, faltava completamente e era com verdadeira luta e dificuldade que se podiam conseguir insignificantes suprimentos, de má qualidade e por preços exorbitantes.

Entretanto, somente nos edifícios públicos ter-se-ia de empregar, em números redondos: 15.000 m³ de pedra para alvenaria; 100.000 sacos de cal; 15.000 m³ de areia; 14.000 milheiros de tijolos; 500 milheiros de telhas; 20.000 barricas de cimento; 36.000 couçoeiras de pinho, além do mais que seria longo mencionar, mas que tudo se contava por milheiros. Reúna-se a isso o que teria de ser consumido nas construções particulares, desenvolvidas estas com a precisa animação, e formar-se-á aproximada idéia da importância das providências que urgia fossem tomadas imediatamente, não só para a possibilidade de tais fornecimentos, como também para fazê-lo chegar a Belo Horizonte no momento preciso.”

Ao assumir o Dr. Bicalho a chefia da Comissão, já se achavam concluídos os estudos de campo, organizado o plano geral da nova cidade e, bem assim, preparados os projetos de conjunto e perspectiva para os principais edifícios públicos, tudo já aprovado pela administração do Estado. Urgia entrar no período das construções, convindo, preliminarmente, reorganizar a Comissão em divisões de serviço correspondentes aos múltiplos e variados trabalhos a executar.

Assim, em data de 27 de maio, o chefe propôs ao governo a reforma necessária; e a 28, em Ofício n. 79, encaminhando à Secretaria da Agricultura o pedido de exoneração do 1º engenheiro, Dr. Hermilo Alves, despachado depois favoravelmente, declarava que conquanto em exercício há poucos dias, tinha tido ocasião de verificar os relevantes serviços técnicos prestados por aquele distinto profissional, justificando mais uma vez o honroso conceito com o que distinguia a classe dos engenheiros, e sentia profundamente que os interesses particulares do Dr. Hermilo Alves o privassem do seu valioso concurso e auxiliado no desempenho da missão de que se achava incumbido.

Em seguida, necessitando conferenciar demoradamente com o governo sobre as providências que julgava urgentes para a intensificação das obras da nova capital, a 7 de junho passava a direção da Comissão ao Dr. Samuel Gomes Pereira e ia a Ouro Preto.

Mas, nessa mesma data, de acordo com a sua proposta anteriormente feita, o governo

expedia os Decretos n. 826 e 827,¹³⁵ modificando o Regulamento n. 680.¹³⁶ Em virtude do primeiro desses decretos, o quadro do pessoal de nomeação aprovado, que se compunha de 194 funcionários, mas que nunca tinha estado completo, ficou reduzido a 102, que se não completou desde logo, sendo então dispensados 45 funcionários, cujos serviços foram julgados desnecessários.

Em virtude da reforma, o quadro de 102 funcionários da Comissão ficou assim constituído: 1 engenheiro-chefe; 8 chefes de serviços técnicos e municipal; 1 chefe de contabilidade; 1 secretário; 7 engenheiros de 1ª classe; 7 engenheiros de 2ª classe; 7 engenheiros de 3ª classe; 1 médico; 1 arquiteto-jardineiro; 7 condutores de 1ª classe; 14 condutores de 2ª classe; 1 primeiro desenhador; 2 desenhadores de 1ª classe; 3 desenhadores de 2ª classe; 4 desenhadores de 3ª classe; 1 tesoureiro; 1 almoxarife; 1 guarda-livros; 1 agente comercial (no Rio); 1 fiel do tesoureiro; 1 fiel escrivão do almoxarifado; 4 primeiros escriturários; 4 segundos escriturários; 10 terceiros escriturários; 12 amanuenses; 1 armazenista.¹³⁷

Como dissemos, o primitivo quadro compunha-se de 194 funcionários, mas nunca esteve completo, sendo que, desde a organização da Comissão até maio de 1895, sofreu as seguintes alternativas, quanto ao trabalho efetivo do pessoal: março de 1894, 56; abril, 61; maio, 63; junho, 73; junho, 105; agosto, 122; setembro, 127; outubro, 130; novembro, 129; dezembro, 138; janeiro de 1895, 150; fevereiro, 147; março, 147; abril, 141; maio, 137.

O outro decreto (n. 827) expedido na mesma data, de acordo com a proposta do engenheiro-chefe, foi o seguinte:

“O Presidente do Estado de Minas Gerais, considerando que o atual estado dos trabalhos a cargo da Comissão Construtora da Nova Capital permite seja organizada de modo a reduzir ao estritamente necessário as despesas de administração, de acordo com as exigências da nova fase de realização e construção de obras em que entra a mesma Comissão, resolve, para execução da Lei n. 3, adicional à Constituinte do Estado, determinar que o regulamento promulgado pelo Decreto 680, de 14 de fevereiro de 1894, continue a ser observado com as modificações que com este baixam, assinadas pelo secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que assim o faça executar, ficando revogadas as disposições em contrário. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto, 7 de junho de 1895. *Crispim Jacques Bias Fortes. Francisco Sá.*”

“São as seguintes as modificações do Regulamento 680:

No § 1º do art. 7º, onde diz - presidido pelo primeiro engenheiro - diga-se: presidido pelo chefe de serviço designado pelo engenheiro-chefe.

No art. 8º, onde diz - um chefe de seção - diga-se: um engenheiro.

O art. 9º é substituído pelo seguinte: Todos os trabalhos da Comissão serão distribuídos pelas seguintes divisões de serviços: 1ª) administração geral; 2ª) contabilidade; 3ª) serviços municipais; 4ª) escritório técnico; 5ª) viação férrea e eletricidade; 6ª) arruamentos, calçamentos, parques e jardins; 7ª) edificações públicas; 8ª) abastecimento de água; 9ª)



Grupo de engenheiros e outros altos funcionários da C.C. da N.C., a saber: 1. Artur Rodrigues Lira; 2. Dr. Bernarao Figueiredo; 3. Dr. Adalberto Ferraz; 4. Dr. Francisco Bicalbo; 5. Dr. Cícero Ferreira; 6. Dr. Antônio do Prado Lopes; 7. Dr. Manuel da Silva Couto; 8. Major Luís R. de Moraes Jardim; 9. Dr. Eduardo A. da S^a Porto; 10. Coronel Francisco Lobo; 11. Dr. Luís Silva; 12. Dr. Pedro da Nóbrega Sigaud; 13. Dr. Américo Diamantino Lopes; 14. Leopoldo César Gomes Teixeira; 15. Dr. Olímpio Carvalho de Assis; 16. Dr. Honório do Couto; 17. Dr. Ludgero Dolabella; 18. Luís Gomes Pereira.

esgotos; 10ª) edificações municipais, casas para empregados e particulares.

Parágrafo único. Poderão ser reunidas sob a direção de um mesmo chefe aquelas das divisões de serviço nas quais o estado dos trabalhos permitir essa reunião.

No art. 14, em vez de - três - diga-se: duas seções - suprimida a terceira - Tombamento.

O § 3º do art. 14 fica suprimido. E o § 4º do art. 14 passa para o § 3º do mesmo artigo.

O art. 21 fica suprimido.

O capítulo V será substituído pelo seguinte:

3ª Divisão

Serviços municipais

Art. 21. A 3ª Divisão que será dirigida pelo respectivo chefe, formado em direito, terá a seu cargo todos os serviços de ordem municipal, como: o tombamento; a distribuição e venda dos lotes pela forma determinada pelo governo; as posturas e a polícia municipal; a direção e fiscalização dos serviços e estabelecimentos municipais; a higiene e salubridade públicas, a conservação dos próprios municipais e estaduais.

Parágrafo único. O chefe da 3ª Divisão será auxiliado por um médico e pelo pessoal que foi fixado na forma do parágrafo único do art. 28.

O capítulo VI será substituído pelo seguinte:

4ª Divisão

Serviços técnicos

Art. 22. Os trabalhos técnicos de campo, de escritório, de construção, serão distribuídos pelas sete últimas divisões, mencionadas no art. 9º, dirigida cada uma pelo respectivo engenheiro-chefe do serviço imediatamente subordinado ao engenheiro-chefe.

Art. 23. A 4ª Divisão terá a seu cargo o estudo e exame dos projetos remetidos pelas demais seções, a verificação e cálculos de todas as medidas e contas de empreitada, a organização de projetos, orçamentos, instruções e outros trabalhos profissionais requisitados pela divisão municipal e tudo mais que se referir à contabilidade e serviços técnicos da administração geral.

Art. 24. A 5ª Divisão terá a seu cargo todos os trabalhos relativos à viação férrea, quer de construção, quer de tráfego e as instalações elétricas.

Art. 25. A 6ª Divisão terá a seu cargo os arruamentos, calçamentos, terraplenagem, demarcação de lotes, viação urbana, parques, jardins e todos os demais trabalhos urbanos que

devam ser feitos por administração.

Art. 26: A 7ª e a 10ª Divisões terão a seu cargo a construção dos palácios, edifícios públicos e casas particulares feitas por conta do Estado, competindo àquela todos os edifícios públicos estaduais e a esta as demais construções municipais e para funcionários.

Art. 27. A 8ª e a 9ª Divisões terão a seu cargo tudo que se referir ao estabelecimento dos esgotos, canalização das águas fluviais, a modificação do regime dos cursos de água e as drenagens.

Art. 28. A cada uma dessas divisões competem todos os trabalhos de campo e escritório relativos aos estudos, projetos e construção de tudo que se referir aos serviços que a cada uma disser respeito.

Parágrafo único. Cada uma destas divisões será auxiliada pelo pessoal que for designado pelo engenheiro-chefe: na quantidade, espécie e categorias que a seu juízo for julgado necessário para cada uma, dentro dos limites do quadro do pessoal a que se refere o art. 39.

Art. 29. O serviço de cada uma das divisões técnicas será regido por instruções regulamentares expedidas pelo engenheiro-chefe.

No capítulo VII (do pessoal) são feitas as alterações seguintes:

No § 2º do art. 29, que passa a art. 3º, suprima-se: o primeiro engenheiro, e acrescente-se no fim: o chefe dos serviços municipais.

No § 3º do mesmo artigo, onde se diz: o agente e os escrivães - diga-se: o agente comercial.

O § 5º do mesmo artigo será substituído pelo seguinte - pelo engenheiro-chefe livremente todos os demais empregados.

O art. 30 passa a 31 e o art. 31 que passa a 32, será substituído pelo seguinte: nas faltas e impedimentos serão substituídos:

§ 1º o engenheiro-chefe pelo chefe de serviço técnico, que ele previamente designar, e, na falta de designação, pelo mais antigo no serviço e igualdade de condições pelo mais velho.

§ 2º o chefe dos serviços municipais pelo secretário; o chefe da contabilidade pelo guarda-livros; os chefes dos serviços técnicos pelos seus imediatos nas divisões ou por um engenheiro de 1ª classe de outra divisão designado pelo engenheiro-chefe; o tesoureiro e o almoxarife pelos seus respectivos fiéis, conservando, porém, a responsabilidade que lhes cabe.

§ 3º as demais substituições serão determinadas pelas instruções regulamentares.

Acrescente-se no fim do capítulo VIII a seguinte *disposição transitória*: os engenheiros-chefes de serviços, que continuarem na mesma categoria por esta reforma, não perderão direito aos vencimentos que percebem pela tabela que acompanhou o regulamento aprovado pelo Decreto 680, de 14 de fevereiro de 1894, sendo feitas nessa tabela as seguintes modificações:

Ficam suprimidos o primeiro engenheiro, os chefes de seção e o engenheiro-arquiteto.

O ordenado do engenheiro-chefe de serviço é reduzido a 1:000\$000. Acrescente-se: chefe de serviço municipal, 1:000\$000; médico, 500\$000 mensais e arquiteto-jardineiro 400\$000 mensais. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 7 de junho de 1895. *Francisco Sá.*

Em virtude dessas modificações feitas pelo governo, o quadro dos funcionários da Comissão construtora foi reorganizado pelo seguinte forma:

1ª Divisão - Administração Geral - engenheiro-chefe: Dr. Francisco Bicalho; secretário, Dr. Fábio Nunes Leal; Almojarife, Carlos Maciel; agente comercial no Rio de Janeiro; Frederico Augusto de Sousa Nogueira; fiel escrivão, Alfredo Alves Pinto; primeiros escriturários: Artur Rodrigues Lira e João Manhães dos Santos Delgado; terceiros escriturários: Júlio do Egito Rosa, Otávio Barreto de Oliveira Braga e João Antero de Carvalho; amanuense, Júlio Bressame Lopes.

2ª Divisão - Contabilidade - chefe: Benjamim C. Quadros; tesoureiro: Leopoldo César Gomes Teixeira; guarda-livros: Francisco da Silva Lobo; fiel do tesoureiro: Pedro Joaquim de Almeida; primeiros escriturários: João de Carvalho Almeida e Luís Gomes Pereira; segundos escriturários: Manuel Luís da Silva Cordeiro e Henrique Werneck Dickens; terceiros escriturários: José Batista Maciel e João Francisco Vieira Furtado; amanuense: Paulino José de Sousa e Teófilo de Carvalho Leal.

3ª Divisão - Serviços Municipais - chefe: Dr. Adalberto Dias Ferraz da Luz; médico: Dr. Cícero Ferreira Rodrigues; condutores de 1ª classe: Michel Dessens e Pedro Bosísio; condutor de 2ª classe: João da Cruz Sales, 2º escriturário: Francisco Ovídio de Sousa Lopes; 3º escriturário: Antero Adolfo da Silveira; amanuense: João Batista Gomes.

4ª Divisão - Escritório Técnico - chefe: Dr. Bernardo Joaquim de Figueiredo; engenheiro de 1ª classe: Dr. Américo Diamantino Lopes; engenheiros de 2ª classe: Drs. Nuno Alvares Duarte Silva e Eduardo Alves da Silva Porto; engenheiro de 3ª classe: Dr. Alberto Horta; desenhista de 2ª classe: João Batista Carneiro; desenhista de 3ª classe: Hermano Zickler; terceiros escriturários: Procópio Honório Teixeira e João Éverton da Silva Castro; amanuenses: Otávio Barbosa Carneiro e Cantidiano Ferreira de Carvalho.

5ª Divisão - Viação Férrea e Eletricidade - chefe: Dr. Samuel Góis Pereira; engenheiro de 1ª classe: Dr. Cândido de Abreu; engenheiros de 3ª classe: Noel Pedro Sicard e Dr. Jacinto Vieira; condutor de 2ª classe: Antônio José Gonçalves; 2º escriturário: Guilherme Augusto de Faria; amanuenses: Jaime Bretas Bhering, Davi de Sousa Matos e Benjamim Franklin de Lima. Para o ramal férreo - agentes: Joviano Teixeira Coelho e Saturnino Correia; auxiliar: Felício da Cunha Malheiros; condutor de trens: Antônio Emídio Teixeira de Carvalho.

6ª Divisão - Arruamentos, Calçamentos, Parques e Jardins - chefes: Dr. Américo de Macedo; engenheiros de 1ª classe: Drs. Adolfo Radice e Manuel Alves Cordeiro de Araújo Feio; engenheiro de 2ª classe: Dr. Paul Bouthilier de St. André; engenheiro de 3ª classe: Dr. Frederico Cornels; arquiteto-jardineiro: Paul Villon; condutor de 1ª classe: Francisco Guimarães; condutores de 3ª classe: Joaquim Cândido Nogueira, Daniel Delhome e Carlos Sauvage;

amanuense: Américo Pereira da Silva; armazenista: João Batista Maciel Junior.

7ª Divisão - Edificações Públicas - chefe: Dr. Martinho de Moraes, engenheiro de 2ª classe: Dr. Pedro da Nóbrega Sigaud; engenheiro de 3ª classe: Dr. Aristides de Oliveira; condutor de 1ª classe: Guilherme Bennitz; 1º desenhista: Carlos Peyreton; desenhistas de 3ª classe: Francisco Furtado Nunes e Luís Olivieri; amanuense: Joaquim Ramos de Lima.

8ª Divisão - Abastecimento de Água - chefe: Dr. Manuel da Silva Couto; engenheiros de 2ª classe: Drs. Francisco de Paula Cunha e Frederico Presgreave; condutor de 1ª classe: Baltasar Pinto dos Reis; condutor de 2ª classe: Anísio Palhano de Jesus; amanuense: Joaquim Horta.

9ª Divisão - Esgotos - chefe: Dr. Ludgero Dolabella; engenheiro de 1ª classe: Dr. Luís José da Silva Júnior; 3º escriturário: João do Amaral Franco.

10ª Divisão - Edificações Municipais, Casas para Funcionários e Empregados - chefe: Dr. José Carvalho de Almeida; engenheiros de 1ª classe: Drs. Júlio César Ferreira de Sousa e Antônio do Prado Lopes Pereira; engenheiro de 2ª classe: Dr. Olímpio Camilo de Assis, condutor de 2ª classe: Luís Charaix; desenhista de 3ª classe: Ernesto Troschel; 3º escriturário: Pedro Raimundo de Siqueira Coutinho.*

Assim reorganizado o quadro do pessoal da Comissão, tratou o engenheiro-chefe de aparelhá-la para levar a bom tempo a 2ª parte do grande empreendimento.

Desdobrando-se em atividade, providenciando com urgência o aparelhamento necessário para que a Comissão pudesse entrar decisivamente no período das construções, o engenheiro-chefe viu logo, com prazer, o ressurgimento da confiança de toda gente, até mesmo dos mais pessimistas, no êxito completo da obra que se realizava. Conseqüentemente, grande entusiasmo empolgou todos os espíritos e desse entusiasmo é reflexo o seguinte hino dedicado então a Belo Horizonte, pelo poeta J. Jardim:

*Já o sol com seus lumes fulgentes
Desce à terra a dar vida e calor;
Eia! Erguer, meus irmãos, e contentes,
Ao trabalho com alma e vigor!
Lide a mão que não teme o cansaço,
Lide o peito que tem coração.
Na bigorna batendo o compasso,
Diga o malho ao artista a canção.
O trabalho nobrezas encerra,*

* Cumpre notar que esse quadro representa apenas o pessoal administrativo, de nomeação feita pelo governo ou pelo engenheiro-chefe, pois além desses funcionários titulados havia na Comissão outras classes de empregados extranumerários, contratados, que não recebiam título de nomeação senão quando entravam para o quadro por meio de promoção. Eram em grande número, assim como o pessoal operário jornaleiro que era ainda mais numeroso. Por esse motivo, não daremos aqui a relação desse pessoal, que tornaria exageradamente volumoso este livro. Entretanto, como homenagem a todos os obreiros construtores da cidade, publicaremos oportunamente essa relação completa, que está sendo feita, com as respectivas notas sobre a vida funcional de cada um naquele período de 1894 a 1897.

*É quem glórias à pátria conduz;
Só trabalho dá frutos à terra,
Só trabalho nobreza produz.
Neste solo tão rico e formoso
Vejo o mundo crescer e brilhar;
Honra eterna ao artista brioso,
Sejam glórias na pátria a raiar!
À vitória! À vitória! - sem susto,
Mostre o peito firmeza e valor;
Quem confia em seu braço robusto,
Não lhe falta na luta o vigor.*

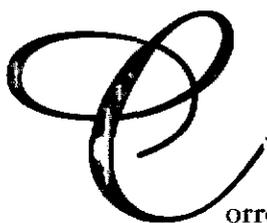
Apesar da tremenda campanha movida por alguns jornais contra o governo, a Comissão e Belo Horizonte, no intuito malévolos de provocar uma solução de continuidade no arrojado empreendimento de Minas, inúmeras pessoas que visitaram a localidade naqueles dias, dela se retiraram bem-impressionadas, indo divulgar lá fora bons augúrios que, formando eco por toda parte, determinaram, dentro em pouco, notável aumento de população no arraial. De sorte que a pacata localidade, mais do que nunca, invadida por verdadeira onda humana de nacionais e estrangeiros, teve, imediatamente, a sua vida e os seus costumes muito modificados.

NOTAS

- 132 DIAS, Francisco Martins (padre). *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Tipografia do Belo Horizonte, 1897.
- 133 BICALHO, Francisco. Relatório. In: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras. *Relatório ...* Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896, v. 2, p. 357.
- 134 *Ibidem*, p. 358.
- 135 MINAS GERAIS. Decreto n. 826, de 7 de junho de 1895. Altera o quadro do pessoal da Comissão Construtora da Nova Capital. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p. 158-159.
MINAS GERAIS. Decreto n. 827, de 7 de junho de 1895. Estabelece modificações no regulamento que baixou com o Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894, para execução de obras de construção da nova capital. *Idem*, p. 159-162.
- 136 MINAS GERAIS. Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894. Regula o disposto no art. 2º, da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, adicional à Constituição do Estado. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. 1894, Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p. 118-129.
- 137 MHAB/DD, 1895, p. 41.

II

A ORDEM PÚBLICA NO ARRAIAL - O CAPITÃO LOPES E A SUA AÇÃO EM BELO HORIZONTE



Correndo célere por toda parte a notícia das rendosas obras que se encetavam em Belo Horizonte, com perspectivas sedutoras de ganho abundante e fácil, crescia vertiginosamente a população local, com a chegada contínua de operários e outros elementos adventícios de ambos os sexos e de todas as nacionalidades,¹³⁸ em maioria italianos, muitos turbulentos, de reputação duvidosa, que iam improvisando cafuas e barracões para suas moradias, sendo que alguns vadios ficavam mesmo perambulando pelas ruas, dormindo ao relento, dada a impossibilidade absoluta de encontrarem abrigo.

Em seu folheto citado, informava o padre F. Martins Dias¹³⁹ que a Comissão admitia progressivamente os operários recém-chegados, à proporção do desenvolvimento dos seus serviços; e como estes progrediam extraordinariamente, também de dia para dia aumentava a população que, de 2.600 almas, que era até março de 1894, subiu a 3.500 até dezembro do mesmo ano; a 5.000, até dezembro de 1895 e a 6.000, até dezembro de 1896, quando a localidade apresentava uma movimentação intensa de centro adiantado.

Conseqüentemente ao crescimento da população a vida local tornava-se cada vez mais complicada e perigosa, reclamando a ação de uma autoridade enérgica, criteriosa e previdente, que reprimisse os delitos e mantivesse a ordem e a tranqüilidade indispensáveis para o bom andamento dos trabalhos da construção da cidade.

Daqui, as providências tomadas pelo Dr. Aarão Reis para a vinda de um escolhido sub-delegado de polícia. Correspondendo-se com o governo a respeito, recaiu a escolha acertadamente no então delegado especial de Sabará, capitão Antônio Lopes de Oliveira, consoante noticiou *O Contemporâneo* de 16 de maio de 1894, dizendo que desde a semana passada se achava em Belo Horizonte um destacamento composto de alguns praças ao mando do delegado de polícia daquela cidade, que era o referido oficial da Brigada Policial, cujos méritos realçava.

Chegado a Belo Horizonte o capitão Lopes, compreendeu desde logo o Dr. Aarão Reis a

necessidade que havia de prestigiar, por todos os modos, a ação daquela autoridade e, por isso, no dia 12 de novembro, em Ofício n. 462, recomendava a todos os chefes de Divisões:

“Certo de que V.S.^a bem compreende quanto é delicada e cheia de dificuldades a minha posição à frente dos trabalhos desta Comissão, que são executados em uma localidade afastada de pronta ação das autoridades do Estado, e onde só posso manter a ordem e a disciplina entre numeroso pessoal recrutado das camadas mais ínfimas da sociedade, dando à autoridade policial local a força moral e todo o prestígio de que carecer para suprir a deficiência de seus meios de ação material – dou por muito recomendado a V.S.^a que envide, com o máximo cuidado, os mais incessantes esforços para que todos os auxiliares de V.S.^a se compenetrem da necessidade que temos todos, no próprio interesse de nossas famílias, de prestigiar, por todos os modos e em todas as circunstâncias, a autoridade policial, de modo a que possa ela agir com resultado, em qualquer emergência difícil e imprevista que, quando menos esperemos, surja aqui. A ordem e disciplina garantem-se melhor pelo exemplo dos que estão em posição de compreender melhor as conveniências sociais do que mesmo pela força material. E neste sentido, muito poderá V.S.^a fazer em benefício comum; e apelando para o seu concurso eficaz, conto que procederá V.S.^a com perfeita compreensão das circunstâncias atuais desta Comissão.”

Documentando os fundamentos que tinha o engenheiro-chefe para tomar aquela providência, pouco depois, isto é, a 14 de dezembro, justamente no dia em que o governo autorizava a construção do Palácio Presidencial por empreitadas, ocorreu em Belo Horizonte acontecimento gravíssimo. Por questões de serviço, um grupo de operários agrediu o empreiteiro Dr. Carlos Poma, desfechando-lhe vários tiros, um dos quais o atingiu, e o agredido só não perdeu a vida graças aos prontos socorros médicos que recebeu. Os agressores foram presos em flagrante e processados pelo capitão Lopes. O *Contemporâneo* do dia 23, registrando o acontecimento, salientava que aquele e outros fatos demonstravam a necessidade de ser aumentado o destacamento policial de Belo Horizonte a fim de se precaver contra conseqüências funestas e inevitáveis numa localidade como o arraial, onde existia já “numeroso pessoal, em grande parte alheio ao sentido do dever”.

Pelo que ficou dito e transcrito, linhas acima, forme-se um juízo aproximado do que era a sociedade de Belo Horizonte naquele tempo. E se era assim no primeiro ano de trabalho da Comissão, imagine-se o que terá sido nos anos seguintes, até a inauguração da cidade, quando foram intensificados os trabalhos de construção, com pessoal muitíssimo mais numeroso, movimentando-se dia e noite por todos os lados da povoação. Pois, apesar disso, graças ao prestígio e à força moral que a Comissão dava à autoridade do capitão Lopes com o seu pequeno destacamento de praças, e graças principalmente às admiráveis qualidades pessoais de coragem, serenidade, critério e energia daquele digno militar, que sabia ter ação pronta, segura, justa e decisiva para cada caso surgido, nunca foi a ordem ali seriamente alterada, e havia muita sociabilidade entre as famílias, que trocavam visitas e partilhavam de festas íntimas, passeando, sem receio, à noite.



Subdelegacia de polícia sita à Rua General Deodoro, vendo-se à frente o capitão Lopes (Antônio Lopes de Oliveira) e o seu destacamento policial.

Mas, a princípio, com dissemos, o capitão Lopes,¹⁴⁰ como delegado especial de Sabará, tinha a sua jurisdição ampliada até Belo Horizonte. Somente a 15 de janeiro de 1895 é que foi efetivado como subdelegado no arraial, tendo tomado posse a 7 de fevereiro seguinte, quando assumiu o policiamento integral de Belo Horizonte, onde permaneceu como autoridade inflexível até a inauguração da capital.

Durante todo aquele período, era ele dentro do arraial, com poderes quase discricionários, toda uma polícia e toda uma justiça em seus múltiplos desdobramentos.

Alto, moreno-escuro, corpulento, desempenado, calmo, voz suave, sempre risonho, muito amável, prudente, prestimoso e de uma energia férrea, com o pequeno destacamento de que dispunha e que não passaria de 10 praças, instalado com a sua delegacia em uma casinha velha sita à Rua General Deodoro, em frente ao Escritório Central da Comissão, o seu rigorismo policial fazia lembrar um Javert. Movia-se, entretanto, com sabedoria, critério e firmeza inflexível dentro do âmbito das suas atribuições e, assim, conseguiu, desde o princípio, popularizar-se, fazendo-se estimado pela melhor sociedade e temido pela gente mal procedida.

Assim foi que durante todo o período da administração Aarão Reis e na administração do Dr. Francisco Bicalho a orientação policial do capitão Lopes não sofreu solução de continuidade. Entretanto, este novo chefe da Comissão Construtora, verificando que o destacamento policial se tornava deficiente, dado o extraordinário crescimento da população operária em Belo Horizonte, a 27 de setembro de 1895 dirigiu ao secretário da Agricultura o seguinte Ofício n. 140:

“O notável crescimento da população nesta localidade que, naturalmente, tende a aumentar-se proporcionalmente com o desenvolvimento das obras públicas e particulares em via de execução com a entrega dos lotes já vendidos, permutados ou doados, torna-se preciso cuidar dos meios indispensáveis para a manutenção da ordem pública, felizmente até hoje completamente mantida. O atual destacamento é absolutamente insuficiente para o serviço do policiamento e não oferece, quanto ao número, a menor garantia para a repressão de qualquer desordem de caráter mais grave, que possa surgir. Nestas condições, peço a V. Ex^a providenciar no sentido de ser reforçado com urgência, de mais doze praças de infantaria, morigerados e, se possível, solteiros, devidamente armados e municiados, o mesmo destacamento. Para o mesmo fim, seria muito conveniente que para aqui viesse um destacamento de cavalaria, comandado por oficial ou inferior de confiança, sendo, porém, preciso que, antes, sejam feitas as acomodações precisas e para isso peço a V. Ex^a informar-me se pode ser atendida esta requisição e em que condições quanto ao número.”

O reforço do destacamento foi feito imediatamente, mas apenas quanto a soldados de infantaria. Somente mais tarde veio o reforço de cavalaria pedido, sob o comando do valente e famoso sargento Félix (Felão) e sob as ordens do capitão Lopes, quando já iam surgindo os turbulentos bairros provisórios de cafuas e barracões - *Córrego do Leitão* e *Favela* ou *Alto da Estação*, aglomerações humanas justamente consideradas a suburra¹⁴¹ da futura cidade.

O primeiro desses bairros ficava aquém da velha fazenda do Leitão, na margem esquerda do córrego desse nome e se espraiava pela colina fronteira. A *Favela* ocupava toda a colina que vai da atual Avenida Tocantins até a Avenida do Contorno, em frente às estações da Central e da Oeste.

Nesses dois bairros onde fermentavam todos os maus instintos das camadas mais ínfimas da sociedade, as desordens eram freqüentes, mas o capitão Lopes controlava admiravelmente e anulava com vantagem os arremessos brigões do populacho, agindo com inexorável rigeza para com os refratários aos imperativos legais e aos bons costumes, jamais praticando a menor violência com a gente ordeira e morigerada.

Se às vezes se excedia na punição dos maus elementos é porque bem compreendia que, sem se fazer temível e temido, ser-lhe-ia impossível manter a ordem naquele meio excepcional de Belo Horizonte, com os seus 5.000 operários de todas as nacionalidades, muitos desacompanhados de suas famílias e outros tantos que não as tinham, além de crescido número de aventureiros, de desclassificados e de malfeitores de toda espécie.

Ora, aqueles homens que, durante o dia, brandiam as ferramentas, esplanando o solo e construindo a cidade que aqui hoje admiramos, mal a noite caía, ajuntavam-se nas tavernas, que proliferavam por toda parte como cogumelos, e aí bebendo, fumando, jogando, discutindo, armavam freqüentes distúrbios. Mas bastava que surgisse ali o temido capitão Lopes e tudo serenava, pois ele, sem nada temer, entrava nas tascas, entre os brigões, prendia-os, entregava-os aos soldados. Os raros que se revoltavam contra a sua energia pagavam caro a ousadia: recolhia-os ao xadrez de sua delegacia, depois de fazê-los saborear as *doçuras* dos marmeleiros do seu quintal ... Por fim, até os mais valentões se submetiam à sua autoridade, passivamente, a fim de evitar a *marmelada*

E era assim que ele, à noite, enquanto a população ordeira dormia tranqüilamente, percorria as tascas, dando ordens, repreendendo, mandando fechar portas, sempre respeitado e temido, dando margem a que os construtores da cidade pudessem trabalhar despreocupados em relação ao delicado problema da ordem pública.

Mas, não obstante a grande energia do capitão Lopes, em princípios de 1896, começou a campear no arraial desabusada jogatina, que determinou a publicação do seguinte edital, datado de 31 de março:

“O capitão Antônio Lopes de Oliveira, subdelegado de polícia do distrito de Belo Horizonte - a todos quantos o presente edital virem ou dele notícia tiverem -, faz saber que são absolutamente proibidos jogos de qualquer espécie, e reuniões que possam alterar o sossego público; e que procederá com toda energia contra os infratores, de acordo com as leis vigentes. Dado e passado em Belo Horizonte, aos 31 do mês de março de 1896 - Eu, Francisco Ovídio de Sousa Lopes, escrivão de polícia, o escrevi. *Antônio Lopes de Oliveira.*”¹⁴²

Por esse tempo, os ladrões de galinha campeavam em Belo Horizonte e por tal forma, que o caso chegou a inspirar a um jocoso poeta esta reclamação em quadrinhas que, depois

de publicadas em um jornal da época e adaptadas a certa toada musical então em voga, eram cantadas pela garotada:

*Em guarda, olá da polícia!
Às armas, ó capitão!
Está na terra a milícia
Do gatuno e do ladrão.*

*Guerra tenaz às galinhas
Declarou o ratoneiro,
Quer durmam elas no campo
Ou durmam no galinheiro.*

*O bom Delgado Manhães,
Lá da Rua do Capão
Chora as galinhas perdidas,
Levadas pelo ladrão.*

*Macedo, doutor simpático,
É chefe e não escapou;
Apesar do guarda Chico,
Sem as galinhas ficou.*

*O Zeca, uma por uma,
Galo e galinhas perdeu
E outro tanto ao João de Almeida
Há bem pouco aconteceu.*

*O Cunba, que faz barulho,
Massa de pães a bater,
Andou também por um triz
Ao galinheiro perder.*

*Acorda, polícia, acorda!
Desperta "seu" capitão!
Já roubaram ao barbeiro
Lá da Rua do Capão.*

Quem esteve em Belo Horizonte naquele período, e ainda hoje vive, certamente não terá

esquecido a interessante toada que os garotos cantarolavam pelas ruas do velho arraial sobre a gatunagem nos galinheiros. A última dessas graciosas quadrinhas populares, entretanto, envolve uma censura injusta ao capitão Lopes: deixa transparecer que ele dormia e deixava os ladrões agirem à vontade. Não é verdade. Ele não se descuidava de seus deveres e multiplicava-se em energia e atividade permanente. Mas, contra os ladrões de galinhas e contra a fantasia dos poetas populares, quem pode ?.....

Alfredo Camarate, em fina crônica, muito chistosa, publicada na *Capital*, de 3 de abril de 1896, sob o pseudônimo de Alberto Screw, deixou-nos a respeito dele, capitão Lopes, o seguinte depoimento: “Queixam-se alguns da sua rispidez e eu acho que ele é a autoridade que melhor assenta, nas tumultuosas e anormais circunstâncias que atravessamos e que deixadas ao deus-dará, se transformaria numa casa de Orates, onde todos andariam às marradas, fazendo justiça pelas próprias mãos, imitando a justiça de Fafe, de Portugal, ou a dos linchamentos da América do Norte. O capitão tem o verdadeiro senso prático e consta-me mesmo que, a fim de distribuir uma penalidade suave e igualitária, para crimes de somenos importância, obriga os presos a fazer a limpeza das cavalariças policiais, com o que lucra muito a higiene da terra e a saúde das cavalidades ali abrigadas !”¹⁴³

Salientando o seu valor e mostrando quanto era estimado e admirado, *A Capital*, de 11 de abril de 1897, registrando a passagem do seu natalício, dizia: “Ao brioso militar nosso amigo, que tão bons serviços tem prestado a esta localidade, e cuja existência, desde a sua mocidade, tem sido dedicada à gloriosa missão de defender a Patria e garantir a ordem pública à custa do próprio sangue, os nossos cumprimentos.”¹⁴⁴

Ainda fazendo-lhe justiça, a 11 de agosto, um cronista do mesmo jornal, sob o título de *Honra ao mérito*, escrevia: “Haverá por aí quem não conheça o capitão Lopes, digno delegado de polícia e não menos digno militar? Não: todos o conhecem e todos sinceramente o estimam e o respeitam. Amável e delicado com todas as pessoas de bem, expansivo e excelente companheiro, revela pelo seu fino trato e lhaneza a pureza dos seus nobres sentimentos. Amigo dedicado e espontaneamente prestimoso, o capitão Lopes com o maior desprendimento está sempre pronto a servir. Considerado pelo Dr. Aarão Reis, Dr. Francisco Bicalho, Dr. Adalberto Ferraz e pelos demais ilustres chefes da Comissão Construtora, soube manter, desde o início dela, o prestígio da autoridade dentro dos limites da lei, conquistando geral simpatia. Ai da ordem pública na barafunda desse cosmopolitismo individual em Belo Horizonte, se não fosse o tino, a prudência e a justiça do capitão Lopes, sempre cercado do merecido apoio ! Na maior intimidade, os rapazes gracejam verbalmente ou pela imprensa, procurando fazê-lo dar o cavaco ... mas é à toa. Muitos deles obtiveram emprego na Comissão sob a desinteressada proteção do capitão Lopes. Se a medalha deve ter o reverso, a do capitão Lopes não o desdoura. Terror dos velhacos, vagabundos e desordeiros, ele é um temível *Menelik* em Belo Horizonte. Ofendido em seus brios, ergue-se à altura de sua dignidade: não se curva à imposição de ordem alguma. Oxalá que o governo não olvide os relevantíssimos serviços que tem prestado este distinto militar.”¹⁴⁵

Concluindo, diremos que nunca será demais repetir: sem o capitão Lopes ou outro delegado possuidor de têmpera igual à sua, de seu critério e de seu valor, Belo Horizonte, na época da construção, seria uma horrível seara de crimes, um antro de vícios e de perdição, impossível de ser habitado. Entretanto, graças aos dotes excepcionais por nós apontados, da individualidade *sui generis* desse oficial que nunca se deixou subornar ou engodar por quem que fosse, os obreiros da cidade aqui puderam viver e trabalhar tranqüilamente, até a inauguração da capital, na qual, durante alguns anos, ainda prestou serviços como delegado de polícia.

Mais tarde, reformado no posto de major da Força Pública, depois de viver alguns anos em Belo Horizonte, onde foi algumas vezes homenageado e outras injustiçado, transferiu a sua residência para Alto Rio Doce e ali faleceu a 23 de maio de 1927.

Glória, pois, ao nome do capitão Lopes, a incorruptível autoridade que, no seu campo de ação, foi o braço direito da Comissão Construtora da Nova Capital.

Cumpre-nos, ainda, ponderar que, no período abrangido por este volume da nossa história, dentre outros que se destacaram, quatro nomes devem ser particularmente salientados pelos seus feitos: o Dr. Aarão Reis, chefe da Comissão de Estudos das Localidades indigitadas para sede da nova capital, organizador e primeiro chefe da Comissão Construtora, o Dr. Francisco Bicalho, sucessor do primeiro chefe da mesma Comissão, seu reorganizador e construtor da cidade; o Dr. Adalberto Ferraz, chefe dos Serviços Municipais e primeiro prefeito; e o capitão Lopes, o delegado de polícia que manteve a ordem necessária no arraial durante aquele aspérrimo e excepcional período. A obra monumental realizada sob a direção dos três primeiros aí está: é a nossa maravilhosa capital refulgente de vitalidade e de progresso, e o maior elogio a eles feito consiste em dizer que são os autores dessa obra imperecível. Não acontece, entretanto, a mesma coisa em relação ao capitão Lopes. A sua obra gigantesca, sem a qual a dos outros não seria realizada, só ficou na memória dos que estiveram em Belo Horizonte de 1894 a 1898 e dela passaria aos pósteros apenas uma vaga tradição, talvez adulterada. Esta a razão pela qual dedicamos à notável autoridade este merecido e justo capítulo do presente volume.

NOTAS

- 138 Imigração/Operários em BH. O exame dos dados existentes com relação à entrada de imigrantes em Minas Gerais permite afirmar que, no período de construção da nova capital, aconteceu intenso afluxo para a cidade. Por iniciativa do governo, o serviço de imigração para o Estado promoveu, entre os anos de 1888/1898, a vinda de 68.622 imigrantes, com grande predomínio de italianos. Desse total, 49.459 chegaram entre os anos de 1894/1897, fase de construção da Capital. No ano de 1896, por exemplo, auge das obras de construção, registra-se a entrada, no Estado, de 22.496 imigrantes. Número recorde, sendo necessário mencionar que muitos se fixaram na região do antigo Curral del Rei. Importante considerar que o grande incentivo do governo mineiro nesse período, inclusive com promessa de facilidades, dentre outras, respondia, à necessidade de mão-de-obra, notadamente, especializada, para os trabalhos de construção da nova cidade. Entretanto, a contribuição do imigrante, muito especialmente do imigrante italiano na edificação da Capital mineira, não foi ainda objeto de estudo dos especialistas. Há carência de trabalhos que permitam uma avaliação do papel desempenhado pelos italianos em Belo Horizonte. Um dado a mencionar são pesquisas

realizadas por historiadores do IEPHA/MG, que buscaram identificar profissionais (artistas, arquitetos, construtores, artesãos, mestres, entre outros) que atuaram na construção da cidade e na ornamentação de seus edifícios. A investigação registrou que 70% desses profissionais são originários da Itália. Essa constatação, embora de um levantamento preliminar, permite inferir que a contribuição do imigrante italiano na edificação de Belo Horizonte é de significação maior e necessita de estudos aprofundados. Sobre imigração em Minas Gerais ver: MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. SENNA, Nelson de. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906, p. 71. Cem anos de imigração italiana. *Estado de Minas*. Belo Horizonte: 30 jun., 1989 (Cad. Fem.). SOARES, Ruth Villamarim. Nas construções antigas, a marca da arte da Itália. *Estado de Minas*. Belo Horizonte: p. 8, 6 ago., 1989 (Cad. Fem.). Operários. Inexiste bibliografia sobre a contribuição da classe operária no período de construção da cidade. Os poucos estudos sobre operariado belo-horizontino referem-se à fase posterior como, por exemplo, os de: FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yonne de Souza. *A classe operária em Belo Horizonte*. UFMG/PROED, 1982, p. 165-214. Ou ainda: DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários em Minas Gerais*. São Paulo: HUCITEC, 1988. Imigração. *O Contemporâneo*. Sabará, 2 set., 1986 - IEPHA/Setor de Pesquisa).

139 DIAS. *Op. cit.*, p. 87.

140 Capitão Lopes - é biografado pelo autor neste Capítulo II.

141 "Suburra, s.f.1. Bairro a que se relegam bordéis e casas de prostituição. 2. Tapete grosseiro de pelos compridos." FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939.

142 OLIVEIRA, Antônio Lopes (capitão). Edital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 3, 5 abr., 1896.

143 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Screw]. Pinceladas. *A Capital*. Belo Horizonte, 3 mar., 1896.

144 CAPITÃO Lopes. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 15 abr., 1897.

145 HONRA ao mérito. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 12 ago., 1897.

III

O PROBLEMA DOS TRANSPORTES - O RAMAL FÉRREO DA CIDADE DE MINAS



Depois da reorganização efetuada na Comissão e das providências relatadas em capítulo anterior, a mais urgente e imediata medida que reclamava a atenção do engenheiro-chefe prendia-se à questão dos transportes.

O serviço de viação férrea, a cargo da 5ª Divisão, chefiada pelo engenheiro Dr. Samuel Gomes Pereira, ainda estava por terminar, e o Dr. Francisco Bicalho, em seu relatório de abril de 1896, informava que a construção do ramal férreo que deveria ligar Belo Horizonte à Central, em General Carneiro, não tinha ficado concluída no prazo contratual, "devido ao período das chuvas que teve de atravessar e a outros embaraços provenientes da falta de transportes na mesma Central".¹⁴⁶

O leito daquele ramal estava sendo construído sob a direção do engenheiro J. Carvalho de Almeida, tendo concorrido "para embaraçar a atrasar a conclusão das obras, não só as abundantes chuvas que caíram nos meses de dezembro de 1894 e primeiro trimestre de 1895, como também a obstrução do tráfego da Central e a grave epidemia que assolou o vale do Paraíba. Em junho, ao passar esse serviço para a nova Divisão, em virtude da reorganização da Comissão, faltava apenas para a conclusão do leito o alargamento de corte, abertura de valas e valetas para esgoto da linha e consolidação dos aterros".¹⁴⁷

Sendo urgente a necessidade de tráfego no ramal, julgou o engenheiro-chefe acertado "receber dos empreiteiros esse leito, para proceder ao imediato assentamento dos trilhos e começar, sem demora, a circulação dos trens, dispensando-os, assim, da conservação das obras de terra. Foi, então feita a medição final dos trabalhos executados desde a estaca 30 + 8 até a 737 + 12,33, em General Carneiro, achando-se para a conta final dos mesmos empreiteiros:

Trabalhos preparatórios	3:787\$900
Movimento de terras	418:305\$350
Obras de arte.....	<u>125:643\$297</u>
Soma.....	547:736\$297
Desconto de 10% pelo contrato.....	<u>54:773\$629</u>
Custo do leito.....	492:962\$668

Reunindo-se a este custo o da superestrutura metálica, seu assentamento, obras acessórias, estações e outros em construção e material rodante, chega-se à importância de 2.091:907\$379, despendida com este ramal até 31 de dezembro de 1895.

Achavam-se já projetadas as duas principais estações do ramal, uma no seu entroncamento com a Central, denominada “General Carneiro”, e outra nesta localidade, com o nome de “Estação de Minas”.

Ponderava o engenheiro-chefe que, ao empossar-se do seu cargo, já encontrara adiantadas as fundações da primeira, cujo projeto era original por sua forma triangular curvilínea, de muito bom gosto e mesmo luxuosa. A sua construção havia sido grandemente impulsionada durante o ano, revelando, desde logo, a sua imponência e gosto artístico que apresentaria aquele edifício, cujo custo excederia bastante ao *quantum* do seu orçamento.

A execução do lindo projeto da “Estação de Minas” iria custar aproximadamente 800 contos, além de exigir outras disposições mais acordes com o seu fim; assim também o armazém de mercadorias estava colocado de forma a dificultar o acesso aos veículos, pelo que convinha deslocá-lo a fim de melhor atender à comodidade e conveniência pública. Com estes fundamentos, o engenheiro-chefe deu instruções ao mesmo arquiteto, autor daquele projeto, a fim de preparar outro de custo reduzido à metade do primeiro, sem comprometer a beleza do edifício em outro estilo. “Para colocar o armazém de importação em melhor posição para serventia pública, sem de forma alguma prejudicar a perspectiva da grande praça, em que estão situados estes edifícios, foi mister modificar o traçado do ramal na chegada à estação, que foi implantada no terreno” e estava com os alicerces quase respaldados em fins daquele ano.

Cultivando as melhores relações com o marechal Jerônimo Jardim, então diretor da Central, a 31 de maio de 1895, em Ofício n. 80, o engenheiro-chefe reiterou-lhe o pedido de providências feito pelo seu antecessor, no sentido do estabelecimento de tráfego mútuo entre o telégrafo destinado ao ramal (provisoriamente ligado à linha do telégrafo nacional) e o daquela ferrovia, o que foi feito em junho seguinte.

Outra providência solicitada ao mesmo diretor, a 3 de junho, em Ofício n. 81, foi a de designação do pessoal necessário, a fim de que pudessem trafegar nas linhas da Central os lastros do ramal, conforme preceituava a cláusula XI do contrato de 31 de agosto de 1894.

Achando-se, então, encostadas nas oficinas e depósitos da Central muitas de suas locomotivas e carros, precisando de reparações que a diretoria não podia mandar executar

nas referidas oficinas, por estarem estas, até então, ocupadas em preparação de material bélico, o material rodante em condições de circular era mais do que insuficiente para as necessidades do tráfego público.

Reconhecido este fato, tornava-se indispensável que o Estado de Minas suprisse a Central do material rodante, de bitola larga, necessário ao transporte das cargas destinadas à construção da nova capital. Por isso, com a precisa autorização da Secretaria da Agricultura, o engenheiro-chefe celebrou com a administração daquela estrada o contrato de 25 de junho de 1895, concebido nestes termos:

“Acordo entre as partes contratantes: a Estrada de Ferro Central do Brasil, representada pelo seu diretor o engenheiro marechal Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, de um lado, e do outro, a Comissão incumbida da construção da nova capital do Estado de Minas Gerais, representada pelo seu chefe o engenheiro Dr. Francisco Bicalho, em virtude de autorização constante do Aviso n. 224, de 11 do corrente, expedido pela Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, tendo por fim o transporte de materiais e outros artigos para Belo Horizonte, onde vai ser construída a referida capital.

1ª) A Comissão, devidamente autorizada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, encomendará nos Estados Unidos da América do Norte e fará entrega à Estrada de Ferro Central do Brasil do seguinte material rodante para bitola larga, no menor prazo possível: 3 (três) locomotivas Consolidation classe 10 - 36 - E - da Fábrica Baldwin; 15 (quinze) vagões fechados sobre *truks*, com lotação pra 20 (vinte) toneladas de carga; 20 (vinte) ditos gôndolas, do mesmo tipo e igual carga; 15 (quinze) ditos plataforma. As locomotivas serão em tudo iguais ao que foi encomendado à Norton Megaw & Companhia pela diretoria da estrada por carta de 10 de outubro de 1892 e os vagões de tipos aprovados pela administração da estrada.

2ª) A estrada receberá dos fornecedores todo esse material e depois de conferido o fará montar com urgência em suas oficinas, por conta da Comissão, a quem ficará pertencendo em inteira propriedade, até que seja indenizada do respectivo valor, de conformidade com a cláusula VIII (oitava), e obriga-se a conservá-lo até então em bom estado de serviço, fazendo à sua custa as reparações que forem precisas.

3ª) Do material indicado na cláusula I (primeira), os vagões destinam-se exclusivamente ao transporte de cargas para Belo Horizonte, podendo a Estrada empregar as locomotivas em outros serviços, contanto que, por falta de tração, nunca deixem de ser feitos os transportes, na conformidade da cláusula seguinte:

4ª) A Estrada fará transporte de cargas para Belo Horizonte por meio de trens especiais ou pelos ordinários da tabela, contanto que a quantidade de mercadorias transportadas não seja inferior a 2.400 (duas mil e quatrocentas) toneladas por mês, entregando-as em General Carneiro, na proporção de 240 (duzentas e quarenta) toneladas de 3 (três) em 3 (três) dias, suprimindo com o seu, em caso de insuficiência, o material rodante que for necessário na bitola larga.

5ª) A Estrada designará o lugar nesta capital e a hora em que devam ser recebidas as cargas destinadas a Belo Horizonte, de modo a evitar as dificuldades de acesso que possam provir da concorrência, devendo ser-lhes entregue com as notas de expedição visadas pelo representante da Comissão Construtora da Nova Capital; sendo tudo por frete a pagar pela mesma Comissão, será recebido na estação marítima o material que for importado e nas estações intermediárias os materiais de construção que nelas tenha de ser embarcado. O carregamento será feito com a assistência de um empregado da Comissão, que fará a conferência e selará cada carro com selo especial.

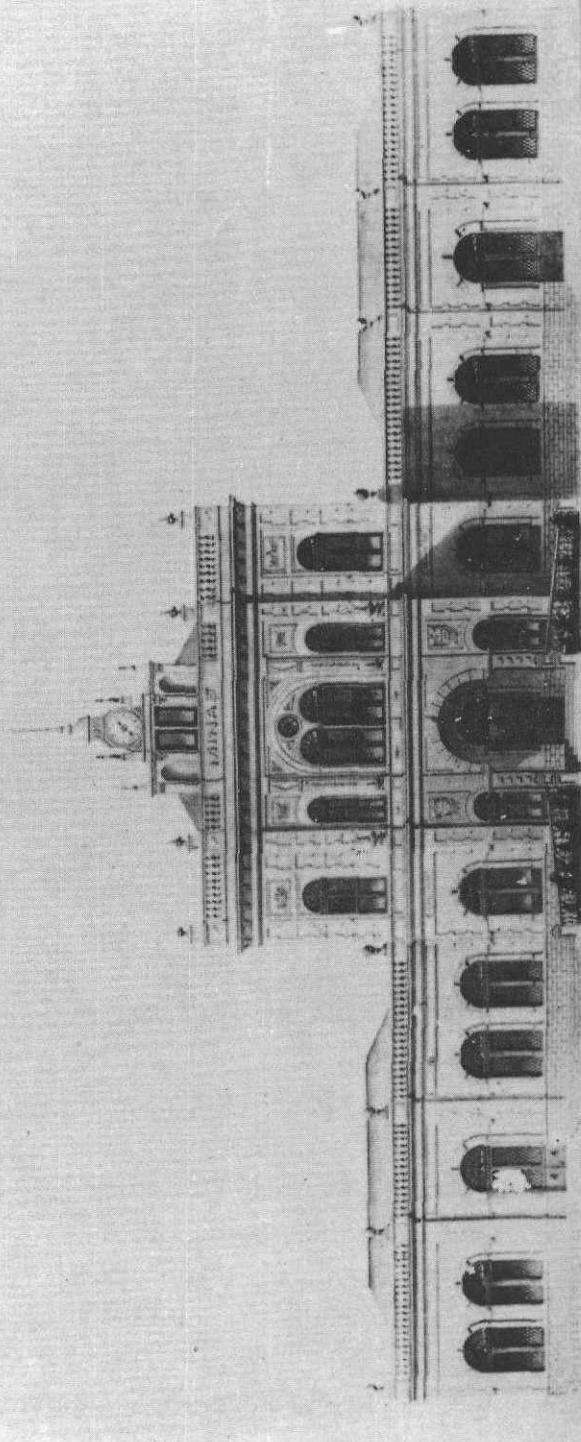
6ª) A baldeação em Lafaiete ou onde tiver lugar para a bitola estreita será igualmente feita na presença de um empregado da Comissão, que fará a conferência, baldeando-se a carga de carro a carro ou depositando em armazém especial a que não possa ser embarcada imediatamente em vagão de bitola estreita. Para este fim a Estrada fará, por conta da Comissão, desvios especiais para as duas bitolas e um barracão de madeira para depósito de cargas, o qual ficará sob a guarda de empregado da Comissão. Os vagões de bitola estreita serão igualmente lacrados com o selo especial da Comissão, ficando a Estrada exonerada de qualquer responsabilidade por faltas, uma vez verificada a integridade dos selos em General Carneiro.

7ª) Os carros de bitola estreita fornecidos pela Estrada serão rebocados por locomotivas suas até a estação de General Carneiro e dali em diante por locomotivas do ramal de Belo Horizonte, devendo ser, ali, restituídos vazios no máximo prazo de 48 (quarenta e oito) horas, pagando a Comissão 10\$000 (dez mil réis) por carro e por dia de excesso sobre 24 (vinte e quatro) horas, depois de entregues naquela estação. As avarias resultantes no percurso entre General Carneiro e Belo Horizonte serão indenizadas à Estrada pela Comissão.

8ª) Os fretes a pagar pela Comissão, de acordo com a cláusula V (quinta), serão calculados de conformidade com as tarifas da estrada pela distância percorrida somente até a estação de General Carneiro. Da respectiva importância, a Estrada fará reverter 20% (vinte por cento) em favor da Comissão para indenização do custo do material fornecido, o qual passará a pertencer à Estrada, logo que o desconto atingir o seu custo ou pague a Estrada a diferença na terminação do contrato.

9ª) O presente contrato começará a vigorar logo que seja entregue e montado o material que a Comissão Construtora da Nova Capital se obriga a fornecer, e vigorará por 5 (cinco) anos, podendo, porém, ser rescindido a partir de 1 (um) de janeiro de 1898, se assim convier a ambas as partes. Até que entre em execução o contrato, o transporte das cargas para Belo Horizonte continuará a ser feito como até agora; a Estrada, porém, compromete-se, desde já, a facilitar, tanto quanto possível, o transporte de materiais destinados à construção da nova capital do Estado de Minas Gerais. O presente contrato fica dependente da aprovação do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, no que exorbitar das atribuições da diretoria da Estrada, que solicitará essa aprovação logo que seja assinado. Em fé do que se lavrou o presente termo - Secretaria da Diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 25 de junho

ESTADO DE MINAS GERAES
COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL
BELLO HORIZONTE EM 1894



GABINETE PHOTOGRAPHICO

ESTAÇÃO CENTRAL

AGOSTO DE 1894

A Estação de Minas que se construiu nos primeiros dias da cidade e mais tarde foi demolida para, em seu lugar, se construir a atual.

de 1895 (assinados) Jerônimo R. de Moraes Jardim, diretor. Francisco Bicalho. Como testemunhas (assinadas) N. Jobim R. de Almeida, 2º escriturário interino - Artur F. de Sousa, 3º escriturário - Estavam coladas 4 estampilhas no valor de mil trezentos e vinte réis, devidamente inutilizadas. Confere, *José Ricardo de Albuquerque*, secretário interino. Confere, *Artur F. de Sousa*, 3º escriturário.”¹⁴⁸

Para a realização dessa iniciativa providencial e decisiva nos destinos gloriosos de Belo Horizonte e cujo acordo foi aprovado pelo governo federal no dia 16, a par da boa vontade do Sr. Marechal Jardim, no sentido de não embarçar o interesse público de Minas, o engenheiro-chefe encontrou no eminente mineiro Sr. Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires, ministro da Viação, o mais dedicado apoio. E os resultados desse acordo constituíram o elemento decisivo para que se efetivasse a mudança da capital antes de findo o prazo constitucional, como se vai ver.

Entrementes, prosseguia animada a construção do ramal entre Belo Horizonte e General Carneiro. Além dos contratos para as construções já referidas, tinham sido feitos mais os seguintes: a) com os Srs. Júlio Porta, Dr. Joseph Lynch e Antônio Gonçalves de Almeida, para construção da Estação de Minas; b) como Sr. Januário Marques Barbosa, para edificar uma casa destinada ao agente dessa estação; c) com os Srs. Edwards, Camarate & Soucasaux, para construção de um abrigo para máquinas, oficinas e forja, bem como uma casa para residência do agente da Estação de General Carneiro.

A 29 de junho eram expedidas ordens para a construção de um estribo público no quilômetro 5 do ramal junto ao bueiro duplo do Caracará, a pedido dos Srs. Hermilo Alves & Comp., que ali perto mantinham grande olaria.

Para conclusão do assentamento da superestrutura metálica, a 11 ainda de junho, o engenheiro-chefe teve de pedir emprestado ao Dr. Lassance Cunha 12 quilômetros de linha e acessórios, até que chegasse o material adquirido no estrangeiro. Esse pedido de empréstimo e os despachos que aqui vão transcritos bem revelam a urgência com que se cuidava da inauguração do ramal. São os seguintes:

“Belo Horizonte, 19 - Marechal Jardim - Rio. Rogo entregar um carro de primeira classe em General Carneiro, para experiência Ramal.”

“Belo Horizonte, 20 -Chefe Tráfego - Rio. Dentro de 4 dias espero tráfego Ramal, que desimpedirá General Carneiro. Rogo não suspender remessa material construção, trilhos, acessórios que são urgentes para assentamento linha.”

A 26, voltava o engenheiro-chefe a pedir emprestados ou alugados ao diretor da Central, por uns dias, 1 carro de 1ª classe, 1 de 2ª, 1 misto, 1 de bagagem e um de cargas, a fim de organizar a primeira composição de um trem diário que trafegasse entre Belo Horizonte e General Carneiro, logo que terminasse o assentamento da linha.

Só no dia 27 de julho, como informou o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896, “pôde chegar a Belo Horizonte a máquina de lastro, aqui recebida com festejos e grande

entusiasmo por parte da população. De fato, o silvo da locomotiva nos anunciava o início de uma quadra menos cheia de obstáculos, facilitando relações com a estação de General Carneiro, porta de entrada para avultada massa de materiais de que tanto carecíamos.

Até então as tropas de cargueiros e os pesados e lentos carros de bois não podiam fazer frente aos transportes e, assim, não obstante achar-se a linha férrea ainda na consolidação, nem sequer lastrada, o que não garantia a segurança da circulação, começou-se imediatamente o serviço de tráfego provisório.¹⁴⁹

Efetivamente, tendo sido a 22 daquele mês designado o Sr. Bernardino Correia para agente da Estação de Minas, que era então um barracão de madeira coberto de zinco, a 27 Belo Horizonte ouvia pela primeira vez, ferindo os recôncavos da Serra do Curral, o silvo da locomotiva, prenunciando a grandiosidade dos seus dias futuros, a cujo transcorrer hoje assistimos admirados.

No dia imediato ao da inauguração do lastro, o engenheiro-chefe telegrafou ao diretor da Central:

“Aqui chegou ontem máquina que fará serviço Ramal. Rogo ordenar despacho geral cargas General Carneiro”. Essa máquina denominava-se “Belo Horizonte.”

Desse dia em diante foi ciclópica a intensificação dos trabalhos da Comissão Construtora, que se desdobrava, que se multiplicava em atividade, atacando a um tempo muitas e grandiosas obras da nova capital.

Entre as primeiras cargas particulares transportadas pelo lastro para Belo Horizonte estavam diversos volumes vindos do Rio de Janeiro para *A Construtora*, grande estabelecimento comercial do Sr. Artur Haas,¹⁵⁰ instalado à Rua do Rosário, no antigo arraial desde os primeiros dias da Comissão Construtora, e foi esse cavalheiro que forneceu a garrafa de *champagne* com que as pessoas presentes à estação provisória solenizaram a chegada das primeiras cargas comerciais a Belo Horizonte.

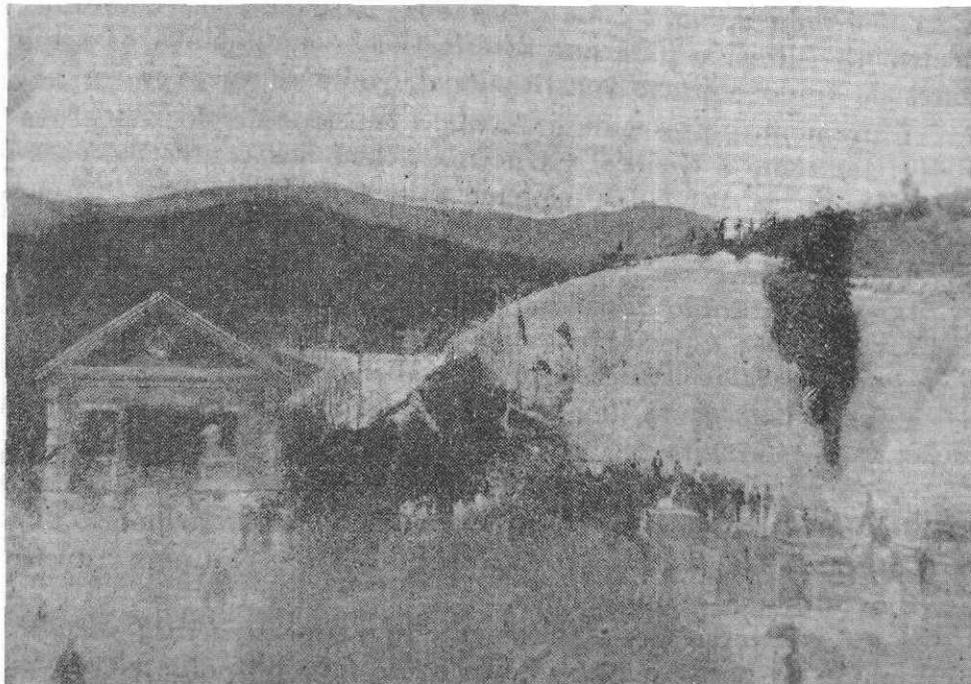
A construção da estação de General Carneiro estava ainda bastante atrasada, tanto assim que, no dia 11, fora concedida aos seus construtores uma prorrogação de prazo por seis meses para concluí-la, segundo o Ofício n. 756, da chefia da 5ª Divisão.

Mas, enfim, tínhamos já o lastro prestando serviços. Urgia, agora, a inauguração do ramal, que se projetava para o dia 7 de setembro próximo, e as providências iam sendo tomadas para esse fim.

A 17 de agosto era nomeado o Sr. Joviano Teixeira Coelho para o lugar de agente da Estação de Minas, removido o Sr. Bernardino Correia para Lafaiete, tendo entrado em exercício logo que entrou em vigor o acordo firmado entre a Comissão e a Central.

Achava-se, então, a inacabada estação de General Carneiro abarrotada de materiais que o pequeno lastro do ramal não conseguia transportar senão aos poucos para Belo Horizonte, apesar de trafegar incessantemente; a diretoria da Central reclamava providências urgentes, e o engenheiro-chefe da Comissão respondia em Ofício n. 113, de 19 de agosto de 1895:

“Permita, porém, V. Ex^a que eu alegue, em minoração do fato, a dificuldade em que me



Trabalhos de construção em General Carneiro.

tem posto a morosidade de transporte do material férreo, em parte ainda na Marítima, e em parte espalhado pela estações da Central, faltando peças essenciais para a montagem de 4 locomotivas e da maioria dos carros de cargas e de passageiros, o que me obrigou a ter um agente a correr as estações com o fim de fazer seguir a carga demorada nelas e a pedir a V.Exª emprestados alguns carros.”

No dia imediato, o engenheiro-chefe telegrafava:

“Marechal Jardim - Central. Peço a V.Exª o obséquo de emprestar-me mais 20 toneladas de carvão existentes Lafaiete.” A 21 autorizava o chefe da 5ª Divisão a construir um posto telefônico no desvio do quilômetro 7 do ramal e a 24, ainda sobre a irregularidade dos transportes reclamava do diretor da Central, em Ofício n. 117:

“Sou forçado a ir de novo à presença de V. Exª para rogar que se digne reforçar suas ordens em relação ao desembarque na Marítima e ao transporte pela Central do material do abastecimento de água vindo para esta Comissão. Já estamos com a 3ª remessa no porto e ainda parte da 1ª está nos saveiros, a pagar estadias elevadíssimas, que duplicam, em poucos dias, o valor do material e só V. Exª poderá remover esta dificuldade por meio de ordens positivas a respeito.”

Mas aquelas dificuldades estavam prestes a ser removidas. Em consequência do acordo firmado com a Central, a 29, o Dr. Bicalho comunicava ao diretor daquela estrada, em Ofício n. 120.

“Levo ao conhecimento de V. Exª que, por carta da *The Brazilian Contracts Corporation Limited*, de 27 do corrente, fui informado de que, por telegrama de 26, teve esta companhia notícia de estarem embarcados os 50 vagões da minha encomenda, a bordo do vapor *Count Dewon*, e que as 50 toneladas de pertences dos mesmos virão pelo valor *Alberts*, que deve sair a 1º de setembro.”

Ao mesmo passo que eram tomadas todas as providências para a normalização do tráfego e conclusão do ramal, anunciava-se definitivamente a inauguração deste para o dia 7 de setembro, dia em que também seriam assentadas as pedras fundamentais dos edifícios públicos. Neste sentido, a 26 de agosto o Dr. Francisco Bicalho telegrafava:

“Dr. Aarão Reis - Silva Manuel, 22 - Rio. Inauguração oficial 7 de setembro. Peço mandar cunhar data nas medalhas comemorativas empenhando-se fiquem prontas. Espero não falte à solenidade. Precisamos três medalhas de ouro, vinte e cinco prata e quinhentas cobre.”

Para a mesma solenidade, o engenheiro-chefe fazia distribuir, a 31, a seguinte carta-convite a pessoas gradas e à imprensa.

“Tenho a honra de convidar V. Exª para assistir à inauguração do ramal férreo da nova capital do Estado de Minas e bem assim o assentamento da primeira pedra do Palácio Presidencial, Congresso e Secretaria de Estado, o que deverá ter lugar no dia 7 de setembro próximo. Se V. Exª dignar-se aceitar este convite, encontrará, na Estrada de Ferro Central, trem especial que terá de transportar os convidados para esta pequena festa, com horário que será em tempo publicado pelos jornais da Capital Federal.”

Ainda expedia mais estes despachos nos primeiros dias de setembro de 1895:

“Belo Horizonte, 2 - Marechal Jardim - Central - Rio. Peço a V. Ex^a, mais vinte toneladas de carvão emprestadas, com urgência. Rogo a V. Ex^a providenciar trem inaugural chegue à hora para não prejudicar missa campal, às 11 horas. Valeria a pena trazer sua Ex^{ma} Senhora para assistir essa solenidade só uma vez feita no Brasil.”

“Belo Horizonte, 2 - Dr. Francisco Sá - Ouro Preto. Acho inútil mandar convite V. Ex^a tendo trem às ordens para trazer quem quiser. Muito abrilhantaria festa se V. Ex^a trouxesse Família e fiz esse igual pedido ao Dr. Bias Fortes, Antônio Olinto e outros. Não me animei fazê-lo diretamente falta acomodações dignas recebê-los. Teremos missa campal, segunda dita Brasil.”

Ao mesmo passo que todas essas providências iam sendo tomadas para o maior brilhantismo das festas inaugurais, Belo Horizonte agitava-se num azáfama de preparativos para as grandes solenidades do dia 7, as maiores e mais brilhantes de que fora teatro na sua existência de 194 anos.

NOTAS

146 BICALHO. *Op. cit.*, p.376.

147 *Ibidem*, p. 375.

147A Há um engano. O primitivo edifício da Estação de Minas não é o que está na foto.

148 MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras. *Relatório...* Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896, v. 2, p. 395-396.

149 BICALHO. *Op. cit.*, p.360.

150 Arthur Haas (Alsacia-Lorena) 1865/Belo Horizonte, 1937). Comerciante. De descendência holandesa e alemã, era ainda jovem quando seu país natal transformou-se em zona litigiosa, disputada por Alemanha e França. Concedido aos cidadãos o direito de optar por uma nacionalidade ou outra, a fim de superar o litígio que se prolongava, Haas optou pela francesa. Veio para o Brasil na mocidade, fixando-se, no ano de 1894, no então Curral del Rei, quando acontecia a fase inicial de construção da nova capital. Estabeleceu-se com uma casa de material de construção “A Construtora”, que trabalhava com diversos tipos de materiais. Posteriormente, estendeu suas atividades ao ramo de material elétrico, fotográfico, minérios, dentre outros, e, a partir de 1920, ao de automóveis. Essa atividade é mantida até os dias atuais pela empresa que conserva o nome de seu fundador. Paralelamente à venda de automóveis, manteve, por muitos anos, posto de gasolina. Foi um dos fundadores da Associação Comercial de Minas Gerais, da Santa Casa de Misericórdia, ocupando ali todos os cargos de direção eletiva e do Orfanato de Santo Antônio. Entre 1910 e 1919, ocupou o cargo de cônsul da Rússia e, de 1920, até seu falecimento, o mesmo cargo como representante dos Países Baixos (QUARENTA e um anos de atividade na atual capital mineira. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 3, 19 fev., 1935. MORAIS, Frederico. Eles construíram Minas. Arthur Haas. Um pioneiro da venda a prestação revolucionou o comércio de Minas. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 7 jul., 1963. CASA Arthur Haas. *Revista Social Trabalhista*. Belo Horizonte, Veloso & Cia, n. 59, p. 224, 1947. PENA, Otávio. *Op. cit.* p. 229).

IV

ASPECTOS DE BELO HORIZONTE, EM FINS DE 1895, VISTOS PELO AUTOR DESTE LIVRO AO CHEGAR

F

oi justamente em setembro de 1895 que, após acidentada viagem de muitos dias a cavalo, tendo partido de Diamantina, por via Gouveia, Camelinho, Paraúna, Jequitibá, Vespasiano e Venda Nova, contando apenas 12 anos de idade, cheguei a Belo Horizonte, em companhia de minha família, indo habitar um sítio que o meu irmão mais velho, Raimundo Barreto, havia adquirido nas Piteiras, de onde nos transferimos, pouco depois, para a capital em construção.

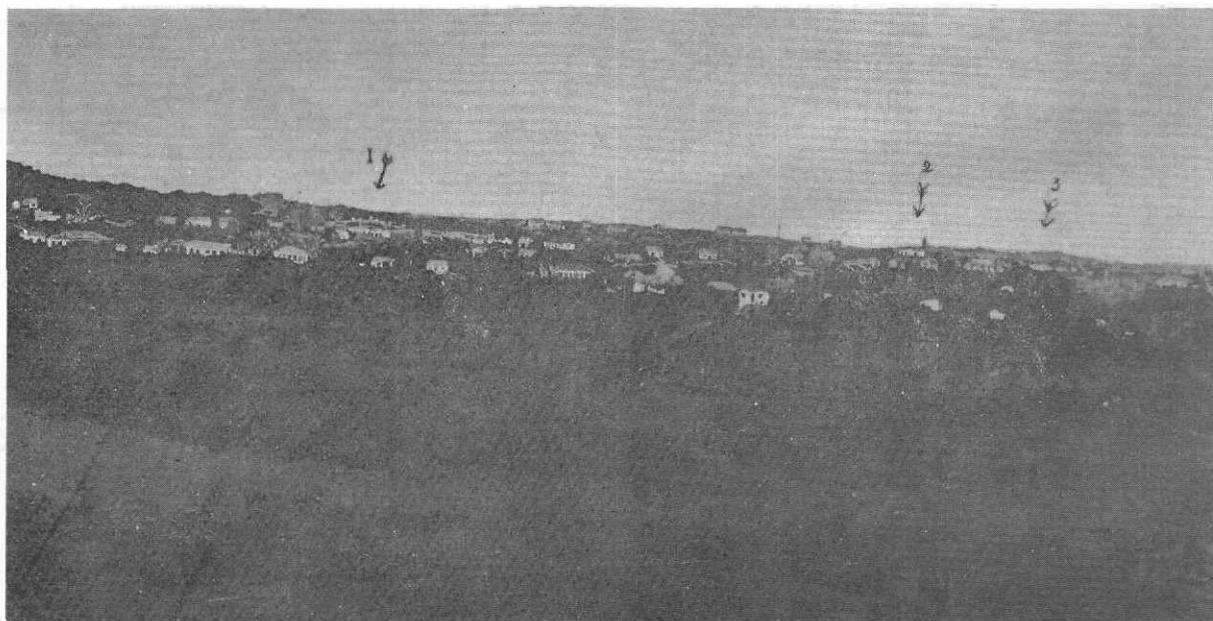
Em Diamantina, nos últimos tempos de nossa permanência ali, eu ouvira constantes referências entusiásticas sobre a futura capital que se estava construindo em Belo Horizonte e vira muitos conterrâneos partirem para aqui, delineando grandes *castelos* e cheios de esperanças.

Diziam-se maravilhas do que a nova cidade iria ser. Para os ambiciosos de fortuna, era o novo *eldorado*, que os atraía irresistivelmente com as suas perspectivas magníficas, recordando, talvez, os áureos tempos do nascer de Minas, época das *bandeiras*, quando viera ter a este solo predestinado da fazenda do Cercado, depois Curral del Rei, o seu arrojado primeiro povoador, João Leite da Silva Ortiz, em 1701.

Para os sonhadores e visionários, repetia-se, então, o acontecimento histórico em moldes mais civilizados. Uma verdadeira torrente humana se encaminhava para aqui e todos vinham com os seus haveres, cheios de sonhos ...

Sob a forte sugestão de quanto ouvira e mal discernira o meu cérebro infantil, imaginei, desde logo, fantasiosamente, Belo Horizonte como sendo uma dessas terras lendárias dos contos de fadas, bela, rica, maravilhosa, onde eu havia de chegar, conquistar os objetos do meu sonho, viver num deslumbramento, ser feliz ...

Nessa ilusória expectativa, tive uma desilusão imensa quando, chegado ao alto da Lagoinha - vindo por aquela mesma estrada outrora batida pelos mascates e boiadeiros dos sertões do S. Francisco e da Bahia, demandando o Curral del Rei -, ouvi o *camarada*, o Jacinto



Panorama do arraial de Belo Horizote, antigo Curral del Rei. A seta n. 1 indica a Via Crucis campal que existiu no local hoje situado atrás da Secretaria do Interior. A seta n. 2 indica a casa em que residiram o Sr. Joaquim Farnese da Paixão e sua ilustre esposa, D. Senborinha Farnese. A seta n. 3 indica a casinha em que se instalou o telégrafo nacional ao tempo da Comissão Construtora.

das Neves, dizer, indicando com o dedo, a povoação ciclópica que se espalhava cá em baixo, à nossa frente:

- Viva o Belo Horizonte!

Olhei. Tive uma desilusão.

- Deveras?! - volvi rapidamente. Mas então é aquilo a nova capital que tanto se elogia?!

- perguntei, pasmado, ao Jacinto, alongando o olhar decepcionado pela vastidão populosa que tinha em frente.

- Pois, então - tornou o Jacinto, naturalmente -, o senhor queria coisa melhor? Não pode ser. Está tudo no começo; mas dizem que vai ser a primeira cidade do Brasil.

Pareceu-me incrível. O que via diante de mim era um imenso desfile de carroças, puxadas por animais amestrados naquele trabalho, indo e vindo ao longo das extensas esplanadas, no meio de uma nuvem de poeira vermelha; era uma infinidade de turmas de operários a trabalhar de chaula e picareta, ao pé dos barrancos, derrubando barreiras, enchendo e despejando carroças de terra, desaterrando aqui, aterrando ali, esplanando acolá; eram dinamites estourando nas pedreiras adjacentes; eram animais girando em torno das amassadeiras de olarias e estas em plena atividade, na fabricação de tijolos e telhas; eram carretões e carros de bois rechinando ao peso dos grandes carregamentos de madeira e outros materiais; era um pandemônio, enfim, a área de terra em que se preparava a futura capital. E todo aquele trabalho vertiginoso e incessante desenvolvia-se no meio e em torno de casas velhas do antigo arraial e por entre milhares de cafuas e ranchos cobertos de sapé ou de zinco, salpicados por toda parte, desordenadamente.

Sob aquela primeira impressão desconcertante para a minha obscura compreensão infantil, deixei a velha porteira, que ainda lá está no alto da Lagoinha, à sombra de antigo pau de óleo, e desci, penetrando, enfim, no arraial ciclópico, cuja situação topográfica era realmente deslumbradora e aí passei a residir, como disse.

O que era Belo Horizonte naquele tempo!

As ruas, praças e avenidas da futura cidade iam sendo rasgadas, mas não tinham ainda uma construção sequer. O arraial, mais adensado em torno e nas circunjunções da Matriz da Boa Viagem, estava quase intacto e as suas ruas e becos alongavam-se em várias direções, que hoje podem ter como pontos de referência a Lagoinha, a Imprensa Oficial, a Praça da Liberdade, a Praça 12 de Outubro, o bairro de Santa Efigênia e a Ponte do Saco.

A Estação de Minas era um provisório barracão de tábuas coberto de zinco, plantado no meio de uma esplanada que estava sendo preparada. Atrás dela, pelo alto da colina, acima da projetada Rua Sapucaí, ia-se adensando uma povoação de cafuas e barracões de zinco, a que o povo denominava *Favela* ou *Alto da Estação* ou *Morro da Estação*. Denominava-se *Favela* por ser muito semelhante ao morro de igual nome existente no Rio de Janeiro.

Tal qual aquele bairro improvisado, onde morava a gente operária, existia igualmente o *Leitão*, outro aglomerado humano de gente pobre, em rumo oeste do arraial. Esses dois bairros mescladíssimos e turbulentos, sobretudo à noite e nos dias de descanso, puseram à prova de

fogo as energias e o valor do subdelegado de polícia capitão Lopes, conforme mostramos em outro capítulo.

O parque, hoje tão belo, virente e pitoresco, era um atascadeiro em meio de matagal agreste, recortado por caminhos que iam ter à Estação de Minas. Ao centro ainda conservava a antiga chácara que pertencera ao Sr. Guilherme Ricardo Vaz de Melo, cuja casa era então habitada pelo engenheiro-chefe da Comissão Construtora, Dr. Francisco Bicalho.

Não havia iluminação pública no arraial; por isso, as lanternas eram objetos de uso forçado à noite. Toda gente as tinha e eram de todos os gostos e formas e maneira de funcionamento, melhores ou piores, luxuosas ou modestas, de cristal ou de vidro, a querosene ou a vela, conforme a condição e as posses do possuidor. E pelas ruas poentas, na estação da seca ou lamacentas no período das águas, era curioso ver-se à noite aquele desfilar e entrecruzar de focos luminosos, qual uma nuvem de pirilampos.

Fazendo parilha com as lanternas, outro objeto de uso obrigatório era o par de botas. Ninguém do sexo masculino usava calçado que não fosse o par de botas, desde o engenheiro ou médico ou advogado ao operário que não andasse descalço. E havia as de todos os feitios, cores e qualidades, desde a de atanado, ferrada, até a de cavalinho da Rússia, finíssima. Houve mesmo uma senhora - Mme. Julien Riant - que também usava botas, sendo que este uso generalizado de tal espécie de calçado era exigido: na seca, como defesa contra a poeira asfíxiante que se desenvolvia no arraial, em consequência dos serviços de terra; nas águas, para se vencer o lamaçal generalizado em que se transformava o povoado. E assim, de botas e de lanternas, a população mantinha os seus hábitos de sociabilidade, em visitas, passeios e reuniões à noite.

Os grandes empreiteiros ou tarefeiros tinham os seus armazéns, em que os operários se abasteciam de gêneros alimentícios e outras utilidades, e o comércio local era muito animado. Posso mesmo afirmar que o Belo Horizonte de hoje não possui uma só casa comercial varejista cujo movimento possa ser comparado, por exemplo, ao do armazém "A Esperança", dos Srs. Neves & Quites, então instalado em enorme barracão coberto de zinco, à Rua General Deodoro, no qual a sacaria de gêneros se empilhava até o teto e se alastrava por debaixo das árvores que o cercavam, onde era guardada à noite por pessoa paga. Era tão intenso o movimento dessa casa comercial que, para se comprar ali qualquer coisa, fazia-se mister esperar longo tempo, forcejando-se por entre a freguesia, até que se conseguisse chegar ao balcão. E essa freguesia, em sua maior parte, era composta de operários, principalmente italianos. E como "A Esperança" havia outros estabelecimentos. Os gêneros eram importados por via do ramal, cujo lastro havia sido recentemente inaugurado, ou comprados em um rancho de tropas que havia na Rua do Capim, situado em local que hoje está nas proximidades da Imprensa Oficial.

O custo de vida era altíssimo. Não havia no arraial o menor vestígio de conforto. Tudo aqui era provisório. A única farmácia existente era a "Farmácia Abreu", instalada na Rua General Deodoro, em 1894, um dos pontos prediletos para palestra à noite, escolhido pelas principais pessoas da localidade. O seu proprietário, o farmacêutico Teodoro Lopes de Abreu,



Rua do Rosário do arraial de Belo Horizonte.



Fotografia batida por João Sales por ocasião da inauguração do prédio da Farmácia Abreu à Rua da Babia. Da esquerda para a direita vê-se: 1. José Siqueira; 2. um filho do negociante Antônio Maria da Silva Carvalho (Carvalbinho); 3. José Vieira (Vieirinba); 4. Teodoro Lopes de Abreu, proprietário de farmácia; 5. outro filho do Sr. Carvalbinho; 6. Antônio Barredo Lisboa; 7. Teopista Abreu; 8. Antônio Raimundo Soares, sócio da farmácia; 9. José Silveira; 10. um empregado da Casa Trompowsky; 11. em pé, à frente, João Passos, e atrás de todos o pretinho Menelick.



*Rua General Deodoro, a principal do arraial de Belo Horizonte, ao tempo de C.C. de N.C.,
vendo-se ao fundo a Matriz da Boa Viagem.*

cavalheiro amabilíssimo a quem a cidade muito ficou a dever, tinha o dom de atrair para ali a melhor sociedade local, a quem ele oferecia infalivelmente todas as noites, às 7 horas, deliciosa xícara de café, ilustrada sempre por encantadora prosa dos seus amigos.

Não havia cafés nem confeitarias, nem restaurantes. Um estabelecimento denominado “Confeitaria Rústica”, à Rua de Sabará, do Sr. Estêvão Amblard, não passava de um botequim. Botequins e tascas – esses, sim – proliferavam por toda parte. O Escritório Central da Comissão Construtora, à Rua General Deodoro, tinha tanto movimento como tem hoje a Prefeitura.

À noite, quando o arraial se aquietava para o repouso de seus habitantes, ouvia-se uma fantástica orquestra de sapos nas charnecas do parque e nos charcos existentes na Avenida Afonso Pena, acompanhada pelo *bedelengar* dos cincerros e *gongolôs*, atados ao pescoço dos animais de trabalho em grande número soltos por toda parte.

Os ofícios e solenidades religiosas do culto católico eram celebrados na Matriz da Boa Viagem ou na Capela do Rosário. Havia também o culto metodista, exercitado em casas particulares, pois ainda não tinha templo.

A Rua General Deodoro, anteriormente denominada Rua do Saco, era a principal do arraial e tão importante para ele como a Avenida Afonso Pena o é hoje para nós. Ali estava localizado, como dissemos, o sobrado colonial que pertencera ao padre Francisco Machado, onde funcionava a Comissão. Em frente estava a subdelegacia de polícia, com o seu destacamento reduzido e o seu xadrezinho de balaústres ao lado, vendo-se ao fundo vastas touceiras de marmeleiros, de que o capitão Lopes se servia, às vezes, para exemplar os recalcitrantes, segundo diziam. E era de ver-se aí aquele capitão, pachorrento e bonacheirão, sempre de casquete, à paisana ou fardado, a saudar aos íntimos que passavam: “Adeus, menino! Adeus, primo!”

Ali, fazendo esquina com o Largo da Matriz, estavam as oficinas do *Belo Horizonte*, o primeiro jornal que existiu na localidade. Ali estavam instaladas as maiores e mais afreguesadas casas comerciais da praça e, dentre outras pessoas, era habitada essa rua: pelo Dr. Adalberto Ferraz, então chefe da 3ª Divisão, organizador dos serviços municipais e, mais tarde, o nosso primeiro prefeito; pelo Dr. Cícero Ferreira, anteriormente encarregado do Gabinete Fotográfico, depois médico da Comissão, organizador dos serviços de higiene e posteriormente prefeito e fundador da Faculdade de Medicina; pelo Sr. Carlos Fornaciari, que, tendo vindo de Pouso Alegre, aqui iniciou a fabricação da cerveja que se tornaria afamada sob a denominação de “Renânia”, cuja fábrica, anos depois, por sua morte, passou a outros fabricantes com a denominação de “Polar”, hoje “Antártica Mineira”.

Enfim, quanto havia de mais notável no arraial em vias de cidade estava na Rua General Deodoro. E durante o dia, enquanto as dinamites estouravam nas pedreiras; enquanto os comboios do ramal, apitando a cada momento, transportavam os materiais para as construções; enquanto se ouvia a cantilena dolente dos operários na faina de seus trabalhos, na Rua General Deodoro era aquele contínuo desfilar de homens calçados de botas, todos com o pensamento voltado para o dia 17 de dezembro de 1897, último do prazo constitucional estabelecido para a mudança da capital.



Trecho do Largo da Matriz e início da Rua do Capão, vendo-se, à frente da casa comercial do Sr. Eduardo Edwards, o farmacêutico Teodoro Lopes de Abreu. No alto vê-se a Secretaria da Agricultura em construção.

Aqui passava um italiano, carregando uma lata, uma garrafa e um funil, apregoando o seu “karoizino”, pois era o querosene o combustível iluminativo mais comum nas habitações locais. Ali surgia uma carrocinha gradeada, tirada por dois bodes, em meio de uma nuvem de pó vermelho, conduzida por um menino franzino e vivo: era o Basílio d’Ávila, pequenino e empreendedor, no seu comércio ambulante de cigarros e outros artigos para fumantes. Além, passava um ciclista veloz, pedalando a sua máquina *Cleveland*; era o Dr. Fernando Esquerdo, franzino, sempre de branco, com as suas meias botas amarelas, pedalando e percorrendo os serviços e lançando o ciclismo na futura cidade.

Quando a noite caía e ao crepúsculo maravilhoso de Belo Horizonte se estampavam nos confins das serranias da Contagem os quadros mais fantásticos, mais belos e embevecedores que é possível imaginar, vinham chegando os infalíveis comparsas da boa “roda” que se formava todas as noites à porta da Farmácia Abreu. O Abreu, o Soares e o João Passos (este, gurizote ainda, praticante na farmácia, filho do arraial, mas também já de botas) recebiam os amigos amavelmente, oferecendo-lhes cadeiras e perguntando pelas novidades. Vinham todos cevados pela boa prosa e pelo saboroso café que o Abreu oferecia aos amigos, às Aves-Marias, quando o “cavaco” ia mais animado. Formado o grupo seleta, que era composto de engenheiros, médicos, altos funcionários, empreiteiros, comerciantes e industriais, comentavam-se os fatos do dia, discutia-se o andamento das obras da nova capital, falava-se das novidades vindas pelos últimos jornais, desancavam-se os antimudantistas que andavam pelas colunas de *O Farol* e de outros jornais a dizer *cobras e lagartos* contra Belo Horizonte e as suas obras; enfim, passava-se em revista o que havia de mais interessante pelo mundo e pela localidade. E a boa e chistosa pilhéria lá vinha pontilhar de graça e de bom humor aqueles serões camaradas ...

Foi numa daquelas noites que ali chegando, como de costume, amável e bonachão, o notável desenhista da Comissão, Sr. Edgard Nascentes Coelho, perguntou-lhe o Abreu como ia de plantas e desenhos lá pela sua seção.

“Muito bem”, respondeu o Sr. Edgard. “Tem-se trabalhado a valer, pois, como sabe, o Bicalho exigente e meticoloso e o Dr. Adalberto anda sempre naquele *corre-corre*, que é um deus-nos-acuda... Mas, vai tudo bem. Só o que me tem desgostado ultimamente é a malandragem do pretinho, contínuo da minha seção, que deu agora para chegar tarde, deixando as mesas sem espanar, tudo sujo, atrapalhado, um inferno! Hoje reclamei, como em outros dias, e ele desculpou-se dizendo que atrasara um pouco porque estivera cantando no coro da Boa Viagem.

- Ora essa! -olveu o Abreu. Então o pretinho agora deu para cantar?!

- Ora, se deu ... Canta e ... entoa - explicou o Sr. Edgard. Mas veja você, mestre Abreu, como está este mundo de pernas para o ar: antigamente o couro é que cantava no negro, ao passo que, hoje em dia, o negro é que canta no coro...”

Uma gostosa gargalhada dos componentes da “roda” festejou aquele trocadilho, talvez o primeiro perpetrado em Belo Horizonte...

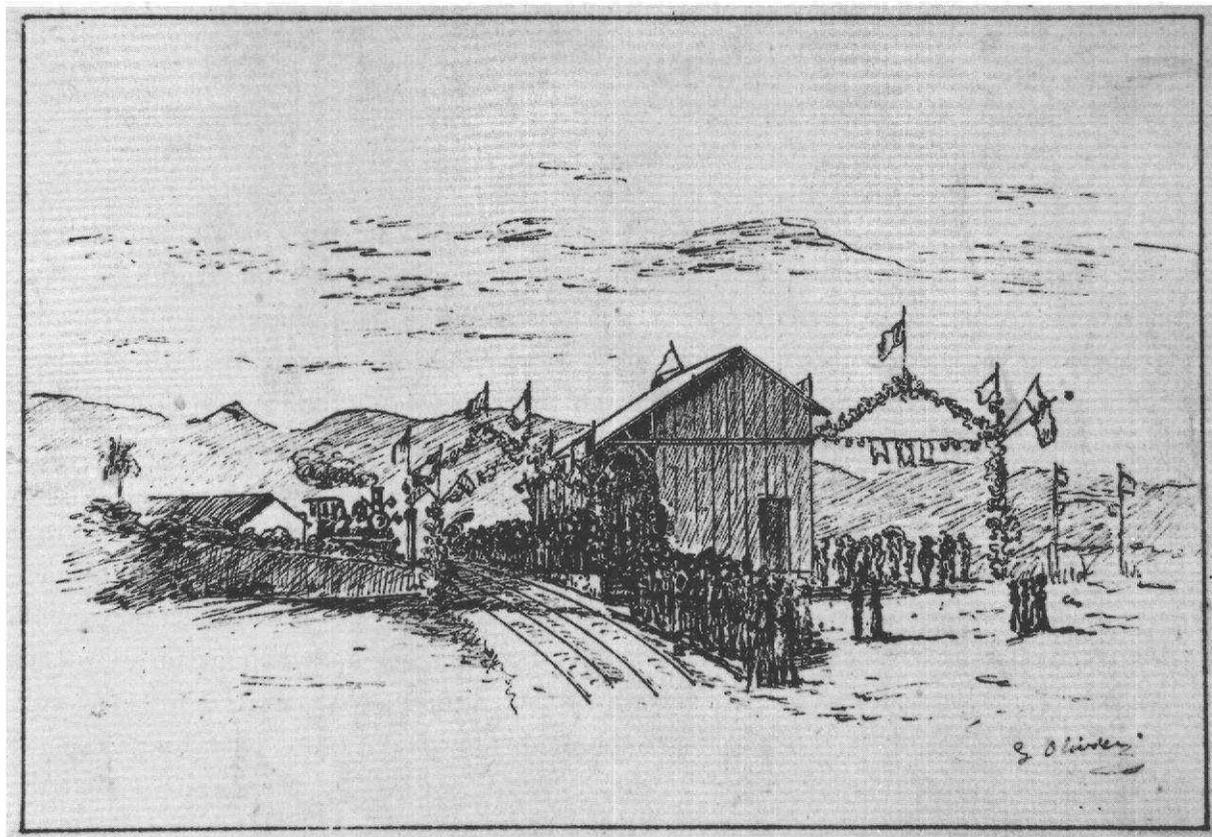
A INAUGURAÇÃO DO RAMAL FÉRREO E O ASSENTAMENTO DAS PEDRAS FUNDAMENTAIS DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS



quele ramal, que seria o elemento decisivo para a realização das obras da nova capital, fora uma barreira formidável que a Comissão Construtora tivera de vencer, desde o início da chefia do Dr. Aarão Reis. Tudo vinha embaraçando a ação dos dirigentes da Comissão: chuvas torrenciais, dificuldade de operários agravada pelo aparecimento do *cholera morbus* na Paraíba do Sul, morosidade da Central do Brasil nos transportes do material fixo e rodante adquirido na Europa, uma verdadeira odisséia de empecilhos! Mas o Dr. Francisco Bicalho, continuador da tarefa confiada ao Dr. Aarão Reis, não se desencorajava. Ao contrário, ia vencendo todas as dificuldades com energia de ferro.

Com as acertadas providências que já relatamos, entrara o ramal a trafegar, transportando imensa quantidade de materiais que estavam atravancando a estação inacabada de General Carneiro, e os passageiros que se dirigiam a Belo Horizonte e que até então faziam a viagem a cavalo. Material e passageiros vinham ter a uma estação improvisada em Belo Horizonte, grande barracão coberto de zinco, nas proximidades do local em que está hoje a estação Central.

Os dias precedentes haviam sido chuvosos e ensombrados, ameaçando temporal, mas a manhã de 7, por ditoso capricho da natureza, após alguns momentos de tempo duvidoso toldado por nuvens escuras, brilhou maravilhosamente, apresentando-nos um céu de pleno azul, iluminado pelo mais lindo sol, contando-se a mais a vantagem de não haver poeira nem lama por aqueles projetos de ruas e avenidas. E naquela manhã luminosa, às 7 horas, entre aclamações populares e ao som de uma banda de música, partiu da estação provisória o comboio especial ao encontro dos convidados levando, entre outros passageiros, uma comissão composta dos Srs. Francisco Bicalho, Ludgero Dolabela, Martinho de Moraes, Manuel da Silva Couto e Samuel Gomes Pereira, incumbida de receber, em General Carneiro, o Sr. Dr. Bias Fortes, presidente do Estado, e sua comitiva, que haviam partido de Ouro Preto às 4 horas da madrugada, com destino a Belo Horizonte.



Croquis da provisória Estação de Minas no dia da inauguração do ramal férreo (desenho de Luís Olivieri).

Igualmente, do Rio, havia partido, no dia 6, às 4h 30 da tarde, outro comboio especial, com cerca de 300 pessoas, que vinham assistir às festas inaugurais.

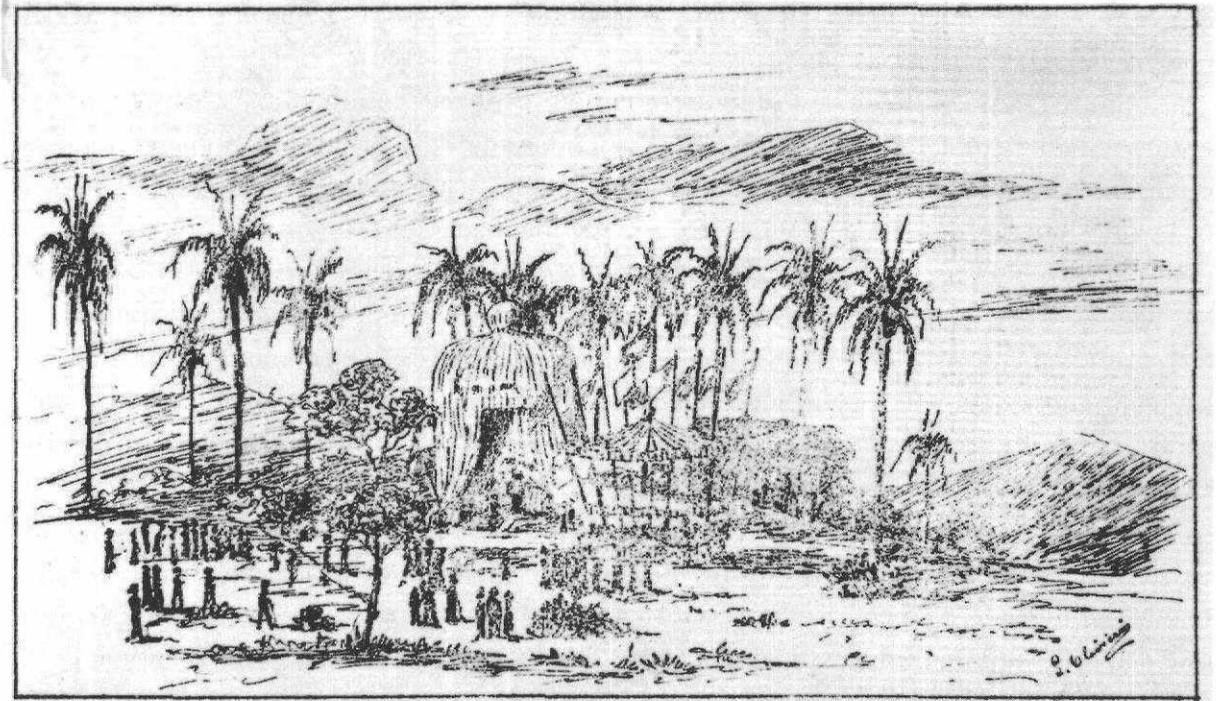
Longas horas tiveram que esperar em General Carneiro as pessoas idas de Belo Horizonte, em conseqüência do atraso que traziam os comboios vindos de Ouro Preto e do Rio. O primeiro a chegar foi o dos convidados e populares e no qual se fazia ouvir a banda de música sabarense. À sua entrada na estação de General Carneiro, houve um delírio de aclamações dos que chegavam e dos que ali estavam. Esse comboio, após o almoço das pessoas que o ocupavam, partiu para Belo Horizonte, entre outras tantas demonstrações de regozijo popular, que explodiam com maior vibração ainda ao chegar à nova capital em construção.

Minutos depois, chegava o segundo comboio especial, conduzindo o presidente Bias Fortes e sua ilustre comitiva, sob um atropar vibrantíssimo de aclamações populares, foguetes e música, na estação de General Carneiro embandeirada. Após o almoço, depois da bênção dos trilhos e da máquina inaugural da ferrovia, denominada Belo Horizonte, bênção realizada pelo cônego Roussim, acolitado pelo padre Francisco Martins Dias, servindo de paraninfo o Dr. Bias Fortes, foram ligados os dois comboios formando um só, tirado este pelas duas locomotivas Belo Horizonte e Ouro Preto. As duas máquinas, cujas denominações lembravam, por caprichosa coincidência, os nomes da velha e da nova capital, silvaram demoradamente e arrastaram o enorme comboio inaugural, demandando Belo Horizonte, cada qual numa extremidade da composição, a 1 hora e 20 minutos da tarde.

Nesse momento, o padre Francisco Martins Dias, percorrendo os carros, distribuiu entre os viajantes muitos exemplares do primeiro número de seu jornal *Bello Horizonte*, vindo à luz da publicidade naquele dia. Ao Sr. Presidente Bias Fortes ofereceu o primeiro exemplar que saíra da máquina impressora (Liberty) e destinado a ser colocado no receptáculo da pedra fundamental do Palácio Presidencial.

Mas o comboio coleava triunfalmente aclamado com entusiasmo por grupos de populares que se postavam no cimo dos morros, nas esplanadas e nos campos marginais, em toda a extensão da linha, por onde florejavam as frondes de ouro dos ipês. Em Marzagão, em Freitas, em Cardoso, tais demonstrações de regozijo subiram de vulto. E quando os excursionistas avistaram ao longe as primeiras casas do velho arraial e as esplanadas da futura capital, uma exclamação espontânea percorreu todos os carros: "Que soberbo, esplêndido panorama!"

Os dois grandes comboios, fundidos naquele, conduziam, além do Sr. presidente Bias Fortes e sua família e das pessoas já referidas, os Srs. Drs. Henrique Diniz, Francisco Sales e Francisco Sá, secretários de Estado; conselheiro Dr. Afonso Pena, diretor da Faculdade de Direito; desembargadores Resende Costa e Gama Cerqueira, com as respectivas famílias; Dr. Alfredo Pinto, chefe de Polícia; Dr. Recenvindo Rodrigues Pereira, diretor da Secretaria da Agricultura; Dr. Joaquim Gonçalves Ferreira e família, Francisco Maldonado, Dr. Gastão da Cunha, subprocurador-geral do Estado; Dr. Pádua Rezende, administrador dos Correios; Dr.



Croquis de solenidade da missa campal desenhados por Luís Olivieri.



Missa campal celebrada a 7 de setembro de 1895, dia da inauguração do ramal férreo e do assentamento das pedras fundamentais dos edifícios públicos. A missa celebrou-se no alto do Parque, nas proximidades da Praça Benjamin Constant.

Bernardino de Lima, lente da Escola de Minas; Dr. Antero Botelho, substituto do juiz seccional; Dr. Estêvão Lobo, secretário da chefia de Polícia; Dr. Borja de Almeida, procurador fiscal; Dr. Carlos Prates, inspetor de terras; Dr. Augusto Avelino e Afonso de Brito, reitores do Internato e Externato do Ginásio Mineiro; Dr. Francisco Barbosa, inspetor de higiene; Dr. Jovelino Mineiro, lente da Escola de Farmácia; Dr. Alfredo Guimarães, secretário da Junta Comercial; Dr. Antônio de Almeida, promotor de justiça de Ouro Preto; capitão Adão Pedro Soares, representando o coronel Felipe de Melo, comandante-geral da Brigada Policial; Dr. Aurélio Pires e Antônio Costa, lentes do Externato do Ginásio Mineiro; Deodoro de Araújo, diretor do Núcleo Colonial "Rodrigo Silva"; Dr. Edumundo da Veiga, diretor da Imprensa Oficial; Dr. Júlio Vidal, comendador Francisco Cândido, capitão Mariano Ribeiro de Abreu, Dr. Agostinho Cortes, Dr. Horácio Andrade, coronel Antônio Horta, José Felicíssimo, Dias Duarte, Zoroastro Pires, Artur Felicíssimo, Francisco Moreira, Edeltrudo Pires, Artur Sales, coronel Manuel Lopes de Oliveira, Afonso Pena Júnior, João Vampré, José Olinto, Carlos Magalhães, Francisco Moura, Cornélio Rosemburg, Mariano Neves da Silva, Jorge Augusto de Magalhães, Lauro Cintra, Fausto Fábio Maldonado, Teófilo Resende, Américo Pinto e Francisco Murta.

Essas pessoas haviam sido recebidas em Miguel Burnier por uma comissão de Belo Horizonte, tendo-se incorporado à comitiva presidencial os Srs. Dr. Antônio Olinto dos Santos Pires, Ministro da Viação e família; marechal Jerônimo Jardim, diretor da Central e família; senador Cristiano Otoni, Dr. Antônio Felício dos Santos, Dr. Aarão Reis, diretor dos Correios, Dr. Andrade Pinto, chefe do tráfego da Central; Dr. José Veríssimo, diretor da *Revista Brasileira*; Dr. Clementino Guimarães, chefe de iluminação da Central; Dr. Juscelino Barbosa, secretário do Ministério da Viação; Barão de S. Geraldo, padre João Pio, deputado ao Congresso Mineiro; Martim Carneiro, Dr. Pio Pequeno, Alcides Medrado, diretor da *Revista Industrial*; Dr. Dupret, Dr. Matias Guimarães, Dr. Gonzaga de Campos, Dr. Belfort, diretor da Estrada de Ferro Porto Alegre; Dr. José Severiano de Lima, promotor de Justiça em Barbacena; Dr. Cândido Ferreira de Abreu, senador C. Otoni, Dr. Paranhos Pederneiras, pelo *Jornal do Comércio*; Domingos Olímpio, pelo *O País*; Júlio Pimentel, pela *Gazeta de Notícias*; deputados federais Costa Júnior, Rodolfo Abreu, Lima Duarte, Pinto da Fonseca e Almeida Gomes; Dr. Brás Bernardino Loureiro Tavares, juiz de direito de Juiz de Fora; Dr. Afonso Arinos, Visconde de Assis Martins, capitão Bueno de Azevedo, Dr. Antero Botelho, pelo *Correio de Leopoldina*, e grande número de senhores e senhorinhas, estudantes e pessoas do povo.

Precisamente às 2 horas e 10 minutos da tarde, uma tarde luminosa, o comboio especial transpunha as agulhas da chave, entrava em Belo Horizonte, ao silvo festivo e longo das duas locomotivas. Foi, então, um delírio a expansão popular! Um entusiasmo indizível! Eram girândolas a estrugir; aclamações que tocavam às raias da loucura. Não mentimos nem exageramos afirmando que muita gente chorava, na comoção incontida e empolgante que o ineditismo daquele acontecimento provocava. O Alto da Estação ou Favela, aquela desordenada cidade de cafuas, que ia surgindo, estava apinhada de populares, que agitavam lenços e acenavam, gritando e aclamando os homens que mais contribuíram para aquele acontecimento, que era o início de

outros maiores. Em torno da estação provisória, pela esplanada em frente, grande massa popular explodia aclamações estrondosas, de mistura com o Hino Nacional executado pela banda de música do 1º Batalhão da Brigada, que também viera de Ouro Preto, e pela Corporação Musical Sabarense. Por todo o arraial, enfim, era aquele mesmo fremito de almas, saudando o memorável acontecimento e aos que chegavam para partilhar das alegrias dele.

Em meio daquele frenesi entusiástico, desembarcaram os excursionistas e formou-se o cortejo com destino ao local adrede preparado para a missa campal, num belo e pitoresco planalto situado no Parque, no ponto em que as atuais avenidas Oswaldo Cruz¹⁵¹ e Carandaí formam um ângulo. Aí, entre coqueiros que ainda hoje existem, ouvindo-se o marulhar próximo do córrego Acaba-Mundo, em vistoso e magnífico pavilhão arquitetado pelo bom gosto do Dr. José de Magalhães, subiu logo ao altar o frei capuchinho Sebastião Ciocci, acolitado pelo padre Francisco Martins Dias e cônego Antônio Roussim, para celebrar a missa campal. Os altos convidados ocupavam outros pavilhões, e o povo espalhava-se pelas circunvizinhanças, acompanhando com unção todo o cerimonial; que se celebrava ao som de uma harmonia e de suaves vozes femininas.

Ao Evangelho, houve uma pausa a fim de se ouvir a oração magnífica e sábia do padre Dr. Júlio Maria, que percorreu larga e brilhantemente sobre as seguintes palavras do *Psalmites*, traduzidas: *Se o Senhor não edificar e não guardar a cidade, debalde trabalharão os que a edificam.*

O padre filósofo, depois de pregar com notável brilho sobre o acontecimento, pediu a Deus a bênção para a nova capital em construção.

Finda aquela solenidade, dirigiram-se os presentes ao local destinado ao Palácio do Congresso, na Avenida Afonso Pena, junto ao lugar em que hoje se acha o Teatro Municipal,¹⁵² e aí se efetuaram a bênção e o assentamento da pedra fundamental daquele palácio, que, afinal, não se construiu.*

Sob vistosos arcos, em pequeno pavilhão lindamente ornamentado, lavrou-se a ata da solenidade, a qual foi lançada em um cofre de veludo azul-celeste, juntamente com outros objetos, tais como: um exemplar da Constituição Federal, outro da Estadual, jornais do dia, moedas, cartões, etc. Esse cofre foi colocado pelo Sr. presidente Bias Fortes em uma caixa de madeira; esta em outra mais tosca e esta, finalmente, na cavidade quadrangular aberta na pedra, que se assentava, sendo sobre esta colocada uma outra pedra, que a fecharia, as quais foram convenientemente argamassadas, formando um único bloco. Esse bloco foi em primeiro lugar cimentado pelo Sr. presidente do Estado, que passou a trolha ao Sr. Dr. Afonso Pena, e este aos secretários de Estado que, por sua vez, a passaram ao Dr. Aarão Reis e outras pessoas de destaque social.

Seguiu-se a bênção da pedra, sendo então proferidos vários discursos. O primeiro foi o do Sr. Dr. Francisco Bicalho, engenheiro-chefe da Comissão Construtora, que disse mais ou menos o seguinte: havia mais de 200 anos que ecoaram no mesmo lugar em que estava sendo

* Em seu lugar estão sendo construídos o Palácio da Municipalidade e o edifício dos Correios e Telégrafos (1936).

edificada a capital os alviões europeus, ferindo o seio virgem da terra mineira para levantarem-se as primeiras construções que deveriam abrigar aqueles que vinham à cata do ouro ou zelar os interesses do fisco português. Mal poderiam imaginar aqueles ousados exploradores que, sobre esses mesmos alicerces por eles fundados, ter-se-ia de levantar dois séculos mais tarde, a grande capital de um dos mais ricos e futuros Estados da Federação de Santa Cruz. O ato não tinha apenas o significado da fundação de uma nova cidade, porém muito mais alta significação: era o despertar de um povo ativo, laborioso e sedento de progresso para a realização definitiva de seus destinos. Congratulava-se, portanto, com o Sr. presidente do Estado e com o povo mineiro por aquele monumental empreendimento.

A esse discurso respondeu o Sr. presidente Bias Fortes, fazendo sentir que Minas, edificando a sua nova Capital, realizava uma obra genial, o mais vivo e positivo atestado de sua capacidade criadora e realizadora, seguramente o elemento do mais decisivo alcance para que pudesse atingir e tornar em fato concreto o seu grande sonho de progresso. Por isso, congratulava-se também, de todo coração, com a magnânima terra mineira por aquele altíssimo acontecimento. Seguiram-se outros discursos.

Sempre em meio à maior vibração de entusiasmo e regozijo popular, dali seguiram as pessoas presentes para a esplanada que acabava de ser aberta para a Praça da Liberdade, onde se efetuou, com idênticas solenidades, o lançamento das pedras angulares do Palácio Presidencial e das Secretarias do Interior, Finanças e Agricultura.¹⁵³ A trolha que serviu naquelas cerimônias fora fundida em prata pelos Srs. Clark, Irmão & Setragnim, de Sabará, e, após a solenidade, foi encerrada em uma caixinha de veludo azul-celeste para ser recolhida, como o foi, ao Arquivo Público Mineiro.¹⁵⁴

Lançadas as fundações da futura capital de Minas, o Sr. presidente do Estado e demais altas personalidades, bastante fatigados, dirigiram-se ao Escritório Central da Comissão Construtora, à Rua General Deodoro, onde descansaram alguns momentos, para visitarem, depois, demorada e detidamente, todas as suas dependências, em companhia do Dr. Francisco Bicalho e de seus dignos auxiliares.

Nesse ínterim, as entusiásticas demonstrações de regozijo popular continuavam vibrando pelo arraial, onde não havia uma só casa de construção moderna, senão habitações antigas, cafuas e barracões cobertos de capim e de zinco, tudo provisório. As bandas de música percorriam as ruas, emprestando-lhes uma atividade e vibração como nunca haviam tido em sua existência quase bissecular.

Isso durou até as 7 horas da noite, quando se realizou o grande banquete de 200 talheres, oferecido pela Comissão Construtora aos visitantes e servido pela Casa Pascoal, do Rio de Janeiro, em aprazível e pitoresco trecho do Parque, sob um vasto e belo caramanchão coberto de folhagens e ornamentado de flores.

Àquela hora, já as trevas da noite haviam baixado sobre o arraial absolutamente desprovido de qualquer espécie de iluminação pública e era surpreendente e de belo efeito o espetáculo que apresentava o vistoso caramanchão levantado no meio da natureza agreste do Parque, ainda inculto, iluminado por grandes lampeões belgas e a *giorno*. Em torno da mesa

sentavam-se as mais ilustres figuras representativas de Minas Gerais, no momento, e algumas da Federação.

O banquete transcorreu em meio de uma alegria e comunicabilidade excepcionais e que se estampavam na fisionomia de todos os convivas. Ao *champagne* houve uma verdadeira torrente de discursos, cada qual mais palpitante de entusiasmo, um perfeito recorde oratório...

Falaram sucessivamente: o Dr. Francisco Bicalho, saudando o Sr. presidente do Estado, com quem se congratulou pelo alevantado acontecimento que os reunia em torno daquela mesa; o presidente Bias Fortes, em agradecimento, terminando por uma saudação ao Dr. Afonso Pena, em cujo governo se havia resolvido o problema da mudança da capital; este agradecendo, pondo em realce a firmeza de ânimo com que o governo do presidente Bias Fortes estava levando de vencida a construção da nova capital, terminando por uma saudação ao patriarca dos mineiros ali presentes, senador Cristiano Otoni; este agradecendo e brindando o Estado de Minas, na pessoa do Dr. Francisco Sá; este brindando ao marechal Jardim; este ao Dr. Henrique Diniz; o Dr. Alfredo Guimarães, em nome da comissão de Ouro Preto, saudando a Comissão Construtora; o desembargador Gama Cerqueira ao Congresso Mineiro; o Dr. José Lessa ao povo mineiro; o Dr. Campos da Paz ao Estado de Minas, representado na pessoa de seu presidente; o Dr. Francisco Feio à imprensa brasileira, na pessoa do Dr. Pederneiras; este, agradecendo e saudando as senhoras e senhoritas que iluminavam a festa com o encanto e a graça da sua presença; o Dr. Henrique Lessa ao Dr. Alexandre Stockler; o deputado Artur Torres ao Tribunal da Relação; o Dr. Antão de Vasconcellos aos Drs. Aarão Reis e Francisco Bicalho, os dois pioneiros da construção da nova capital; o Dr. Pádua Resende, em nome do Dr. Stockler aos Srs. Drs. Bias Fortes e Afonso Pena e à Comissão Construtora; o Sr. Domingos Olímpio aos Drs. Afonso Pena e Bias Fortes, como duas garantias do progresso e engrandecimento de Minas; o Dr. Adalberto Ferraz ao Dr. Antônio Olinto; o Dr. Manuel Couto ao Congresso Mineiro; e finalmente o Dr. Bias Fortes em eloqüente oração, erguendo o brinde de honra ao Sr. presidente da República.

Uma nota pitoresca que se registrou durante os brindes e fez estalar de riso aos circunstantes foi o caso de dois ilustres convivas que se ergueram e se puseram a discursar ao mesmo tempo, nada havendo que fizesse um ceder ao outro a palavra. Iam assim naquele duelo oratório quando, em dado momento, ambos perderam o fio dos respectivos discursos, igualmente atrapalhados. Mas, tanto bastou que um readquirisse a faculdade da palavra, para que o outro também se desentalasse e prosseguisse no duelo oratório até o fim...

E, como toda medalha há de ter sempre o seu reverso, uma nota desagradável também se registrou; logo após o banquete vários convivas começaram a sentir positivos sintomas de envenenamento que, felizmente cederam aos primeiros cuidados médicos, não se tendo conseguido apurar a causa daquelas fortíssimas cólicas que sentiram muitos convivas...

Terminado o banquete as 10 horas da noite, o Sr. presidente Bias Fortes e sua comitiva seguiram dali para a estação, de onde partiram às 11 horas para Ouro Preto, em trem especial, ao passo que os demais excursionistas do Rio e de outras localidades, acompanhados de grande

massa popular e das bandas de música, depois de acompanharem, entre aclamações, o chefe de Estado à *gare*, organizaram vibrante passeata pelas ruas do arraial, indo em primeiro lugar saudar a redação do *Bello Horizonte*, onde falou um orador e respondeu o padre Francisco Martins Dias. Em seguida, os manifestantes foram à residência do Dr. Samuel Gomes Pereira, um dos mais distintos e operosos engenheiros da Comissão Construtora que, saudado por um orador dos manifestantes, agradeceu. Dali dirigiram-se à residência do Dr. Francisco Bicalho, na chácara do Parque, onde falaram vários oradores, aos quais respondeu o homenageado.

Era um espetáculo interessante o daquela passeata em meio da escuridão da noite, iluminada por centenas de lanternas e globos venezianos a percorrerem as velhas ruas escuras do arraial, lembrando imensa nuvem de vagalumes.

Pinheiro; 2. Domenico Mirco, *Ana Bolena*, variação para clarineta, pelo Sr. Francisco Moreira, Central da Comissão Construtora um belo concerto adrede preparado por musicistas vindos de Ouro Preto e que constituíram mais tarde a primeira orquestra sacra, que teve a nova capital. Executou-se o seguinte programa musical:

“1ª) Parte: - 1. *Ouverture* para orquestra, pelos Srs. Vicente do Espírito Santo, Trajano de Araújo Viana, José Nicodemos da Silva, Francisco Monteiro, Domingos Monteiro e Inocêncio Pinheiro; 2. Domenico Mirco, *Ana Bolena*, variação para clarineta, pelo Sr. Francisco Moreira, com acompanhamento de piano pela Sra. D. Firmina Monteiro; 3. Boccherini, *Minueto*, quinteto para cordas; 4. P. Stiquini, *Domingo na aldeia*, cena pitoresca, sexteto para cordas; 5. H. Braga, *Gavota*, quarteto para cordas; 6. B.C. Fauconier, *Viston*, sexteto para piano, cordas e clarineta; 7. Gottschalk, *Tarantela*, para piano e orquestra.

2ª) Parte - 8. *Ouverture* para orquestra; 9. Santana Gomes, *Saudades*, quinteto para cordas; 10. G. Salieri, *Pensieri Beliniani*, fantasia para clarineta e piano, pelo Sr. José Felicíssimo e Sra. D. Firmina Monteiro; 11. G. Balzone, quarteto de cordas; 12. B. C. Fauconier, sexteto para cordas; 13. *Fausto*, trio para piano, violino e violoncelo; 14. Alpaeth, *Pot-pourri*, dueto para clarinetas com acompanhamento de piano pela Sra. D. Firmina Monteiro e Sr. José Felicíssimo”.

Ao fim do concerto, o Dr. Alfredo Guimarães improvisou eloqüente discurso, congratulando-se com a sociedade do arraial de Belo Horizonte e com todas as pessoas presentes pelo grandioso acontecimento que os reunia naquela localidade. E para que não desaparecesse a recordação daquela festa encantadora, resolveram as pessoas presentes lavrar uma ata, que todos assinaram, terminando assim aquele que foi o primeiro concerto realizado em Belo Horizonte, no dia 7 de setembro de 1895, quando se inaugurou o Ramal Férreo e se assentaram as pedras fundamentais dos edifícios públicos da nova capital.

No dia 8, com a partida do último comboio do ramal, levando os excursionistas, volveu o arraial à sua vida de trabalho, entrando justamente no período febril e ciclópico das edificações.

Bello Horizonte, 31 de Agosto de 1895

Ilmo. Sr. Sr. Secretário Pres.

Tenho a honra de convidar a V. Ex.^a para assistir à inauguração do Ramal Férreo da nova capital do Estado de Minas, e bem assim o assentamento da primeira pedra do Palácio Presidencial, Congresso e Secretarias de Estado, o que deverá ter lugar no dia 7 de Setembro próximo.

Se V. Ex.^a dignar-se aceitar este convite encontrará, na estrada de ferro Central, trem especial que terá de transportar os convidados para esta penúltima festa, com horário que será em tempo publicado pelos jornais da Capital - Federal.

Le V. Ex.^a
 Gen. e C.^o
 Fran.^{co} de Paula Pimenta

Fac-símile de um convite para a festa inaugural do ramal férreo e do assentamento das pedras fundamentais dos edifícios públicos.

Das grandes festas realizadas havia ficado na lembrança de todos que a assistiram uma recordação indelével, que ainda hoje perdura, conquanto bastante esfumada pelas névoas do tempo. Ficaram também diversas medalhas comemorativas, que a Comissão mandara cunhar na Casa da Moeda, apresentando estampas, em relevo, no anverso, as armas da cidade, circundadas pelas seguintes inscrições: “14 de fevereiro de 1894”, na parte superior e “7 de setembro de 1895”, na parte inferior; e, no reverso, o Palácio Presidencial, com as datas “15 de junho de 1891”, na parte superior, e “17 de dezembro de 1893”, na parte inferior.

As medalhas de ouro haviam sido oferecidas aos Srs. presidente do Estado, Afonso Pena e presidente da República, sendo esta última enviada posteriormente. As medalhas de prata couberam aos Srs. Drs. Henrique Diniz, Francisco Sá e Francisco Sales e aos representantes da imprensa do Rio de Janeiro. As de bronze foram distribuídas pelos excursionistas de maior destaque.

Ainda como lembrança das grandiosas festividades de Belo Horizonte, ficou também a delicada trolha de prata, que serviu na cerimônia do assentamento das pedras angulares, a qual fora fundida na orivesaria dos Srs. Clark, Irmão & Setragni, de Sabará, e continha os seguintes nomes gravados: “Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, presidente do Estado”; Dr. Henrique Augusto de Oliveira Diniz, secretário do Interior”; “Dr. Francisco Sá, secretário da Agricultura”; “Dr. Francisco Sales, secretário das Finanças”; e, na face oposta: “Assentamento da primeira pedra dos edifícios da nova Capital – 7 de Setembro de 1895”. Essa preciosa relíquia inaugural acha-se bem guardada no Arquivo Público Mineiro.

NOTAS

- 151 Av. Oswaldo Cruz, antiga Avenida Mantiqueira, depois Oswaldo Cruz (1927), e, atualmente, Alfredo Balena.
- 152 Inicialmente, próximo ao terreno onde se constituiria o Teatro Municipal, existiu o teatro Soucasaux, no local em que, primitivamente, funcionara a carpintaria e marcenaria da Comissão Construtora (Ruas da Bahia, Goiás e Avenida Afonso Pena). Inaugurado em dezembro de 1899, numa iniciativa de Francisco Soucasaux, esse teatro instalou-se em amplo galpão convenientemente adaptado para a finalidade a que se propunha, tendo inclusive pintura do artista Bertolino Machado. Com a extinção do Teatro Soucasaux, em 1906, foi dado início à construção do Teatro Municipal, um pouco acima da área do Soucasaux, obedecendo ao projeto de Edgar Nascentes Coelho, executado pela firma Verdussen e Cia. Em 21 de outubro de 1921, o prédio foi inaugurado. Ricamente ornado, o painel do forro do teatro foi executado em Bruxelas, pelo pintor Godi. O material metálico empregado na construção e o mobiliário foram importados respectivamente da Bélgica e dos Estados Unidos. Essa casa de espetáculos funcionou até 1945, quando a edificação passou por reforma geral, segundo projeto do arquiteto italiano Rafaelo Berti. Essa intervenção deu origem ao Cine Metrôpole, inaugurado em 1942. Como cinema, funcionou até outubro de 1983, quando foi demolido após lamentável episódio em que o governo do Estado desconsiderou o tombamento efetuado pelo IEPHA/MG (PENA, Otávio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte*, 1711/1930. Belo Horizonte, 1950. p. 39/57. BARRETO, Abílio. Recordar é viver. Teatro e cinematógrafos de Belo Horizonte. III. *Alterosa*. Belo Horizonte, v.9., n. 81, p. 72-73, jan., 1947. TOMBAMENTO do Metrôpole só depende do Governador. *Diário da Tarde*. Belo Horizonte, p. 8, 27 maio, 1983. Arquivo IEPHA/MG.
- 153 Secretaria do Interior, atual Educação, Secretaria de Finanças, atual Fazenda, Secretaria de Agricultura, atual Obras Públicas. Sobre os prédios das Secretarias ver notas 223, 224 e 225.
- 154 A trolha foi transferida do APM para o acervo do Museu Mineiro, em 19/7/1977, onde permanece. Em sua ficha de identificação, a peça é assim descrita: “pá de prata triangular, cabo de madeira, arrematada em terminações de ouro cinzelado. Traz inscrições na face superior (...) e inferior (...). Dimensões 28 x 8 cm. Acompanha caixa retangular forrada de veludo azul” (Arquivo Museu Mineiro).

A IMPRENSA DE BELO HORIZONTE ATÉ A INAUGURAÇÃO DA CAPITAL

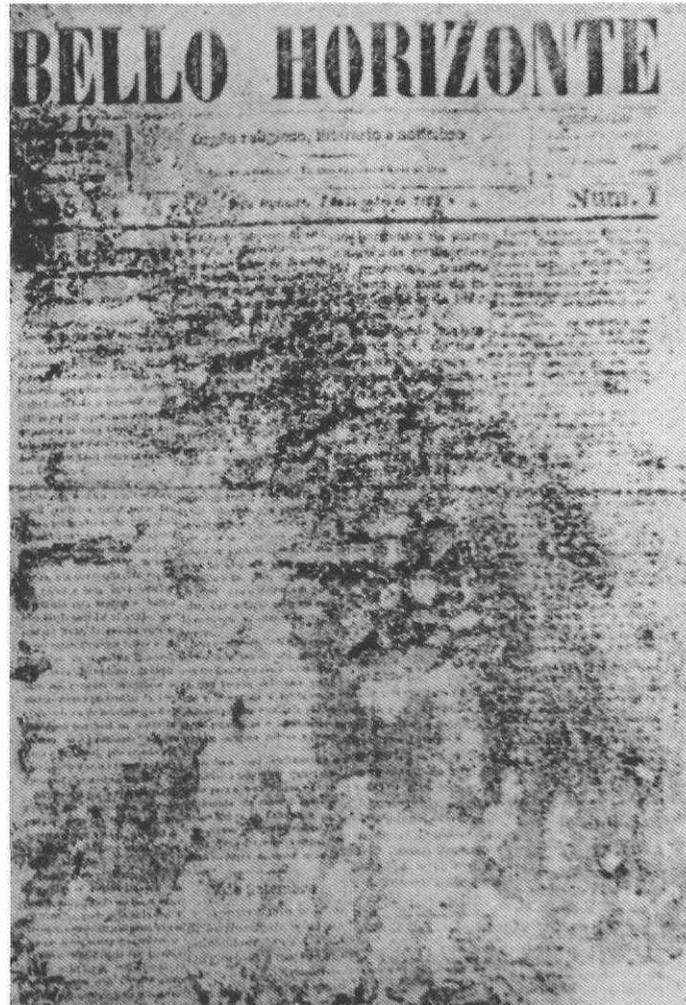
través de sua dilatadíssima existência quase bissecular, nunca possuíra um jornal a localidade que se chamara *Curral del Rei* até 1890, que, tomando então, a denominação de *Bello Horizonte*, ia mantê-la até 12 de dezembro de 1897, quando em virtude da Lei n.º 3, de 17 de dezembro de 1893, receberia o nome de *Minas*, para, em 1901, em virtude de outra lei, voltar a denominar-se definitivamente *Bello Horizonte*.

Instalada, porém, a Comissão Construtora, e iniciados os seus múltiplos serviços, sentiu-se logo ali a necessidade palpitante do pulmão sadio da imprensa que, não somente fosse o veiculador permanente das ocorrências locais, como, principalmente, fizesse ecoar, para além das nossas montanhas, bem conduzida propaganda do grandioso empreendimento que Minas iniciava e o defendesse com calor e sinceridade contra as insídias, calúnias, aleives e perfídias, com que, de longa data, vinha sendo guerreado injusta e criminosamente pelos seus inimigos.

Até então, quanto ocorria em Belo Horizonte, era noticiado pelo *O Contemporâneo*, de Sabará, que ótimos serviços prestou à capital em construção, ou por correspondência e despachos telegráficos aos jornais do Rio de Janeiro, Ouro Preto, Juiz de Fora, Barbacena e de algumas outras localidades.

Dezoito meses depois de instalada a Comissão, isto é, em agosto de 1895, soube-se na localidade que o padre Francisco Martins Dias, então pároco da freguesia da Boa Viagem, havia adquirido e estava montando uma tipografia para a próxima publicação do *Bello Horizonte*, com que se iria inaugurar a imprensa aqui. Soube-se também que, dentro em pouco, apareceria também *A Capital*, fundado pelos jornalistas coronel Francisco Bressane de Azevedo e José Maria Teixeira de Azevedo Júnior¹⁵⁵, os quais, para tal fim, deveriam chegar aqui, como chegaram, a 1º de setembro para promover a respectiva instalação, pois já estavam com negociações entabuladas para a aquisição das respectivas oficinas.

Efetivamente, a 7 de setembro daquele ano, dia em que o arraial, vibrando de contentamento, estava engalanado para assistir ao assentamento das pedras fundamentais dos edifícios públicos e à inauguração do seu Ramal Férreo, às primeiras



O Bello Horizonte, primeiro jornal publicado na nova capital.

horas da manhã, um moço alto e franzino percorria as suas ruas, sobraçando um maço de jornais, distribuindo-os pelas casas que se iam abrindo. Esse moço era Teofisto Vaz de Melo e esse jornal era o *Bello Horizonte*, fundado e redigido pelo mencionado sacerdote, composto e impresso pelos tipógrafos João Elói da Costa Camelo e Teofisto Vaz de Melo, semanário católico publicado aos domingos, impresso em máquina Liberty, movida a pedal. Como dissemos, dessa 1a. edição foram distribuídos muitos números entre os excursionistas que vieram assistir às solenidades da inauguração do ramal e do assentamento das pedras fundamentais dos edifícios públicos. O primeiro exemplar saído da máquina, impresso em cetim, foi oferecido ao presidente Bias Fortes e colocado na pedra fundamental do Palácio do Congresso. O *Bello Horizonte* foi redigido pelo seu fundador e proprietário até 30 de setembro de 1898, quando passou a diário, sob a redação do grande jornalista José Maria Teixeira de Azevedo Júnior, tendo como colaboradores João Lúcio Brandão, Artur Lobo, Ernesto Cerqueira e outros, sendo o seu gerente o Sr. Felisberto Ferreira Brant. A redação e oficinas eram instaladas em um prédio antigo, sito na esquina da Rua General Deodoro com o Largo da Matriz, atrás desta, na própria residência daquele sacerdote, em local onde, mais ou menos, é hoje a esquina da rua Sergipe com Timbiras. Meses depois de fundado o jornal, Porfírio Camelo e o autor deste livro foram admitidos como aprendizes em suas oficinas, tendo sido este último também o seus distribuidor em substituição a Teofisto Vaz de Melo. Sua tiragem, na primeira fase, foi de 700 exemplares e, na segunda, de 1.000. Suspendeu-se a sua publicação, definitivamente, a 31 de março de 1899. Na noite de 6 para 7 de setembro de 1895, quando ia ser impressa a edição do primeiro número, empastelou-se uma das páginas, tendo sido necessário um prodígio de esforços dos tipógrafos para que o jornal circulasse no dia seguinte, por ocasião das grandes festas inaugurais. O *Bello Horizonte* prestou grandes serviços à nova capital, defendendo-a pugnando pelo seu progresso, não obstante ser um jornal principalmente defensor do catolicismo, na sua primeira fase.

* * *

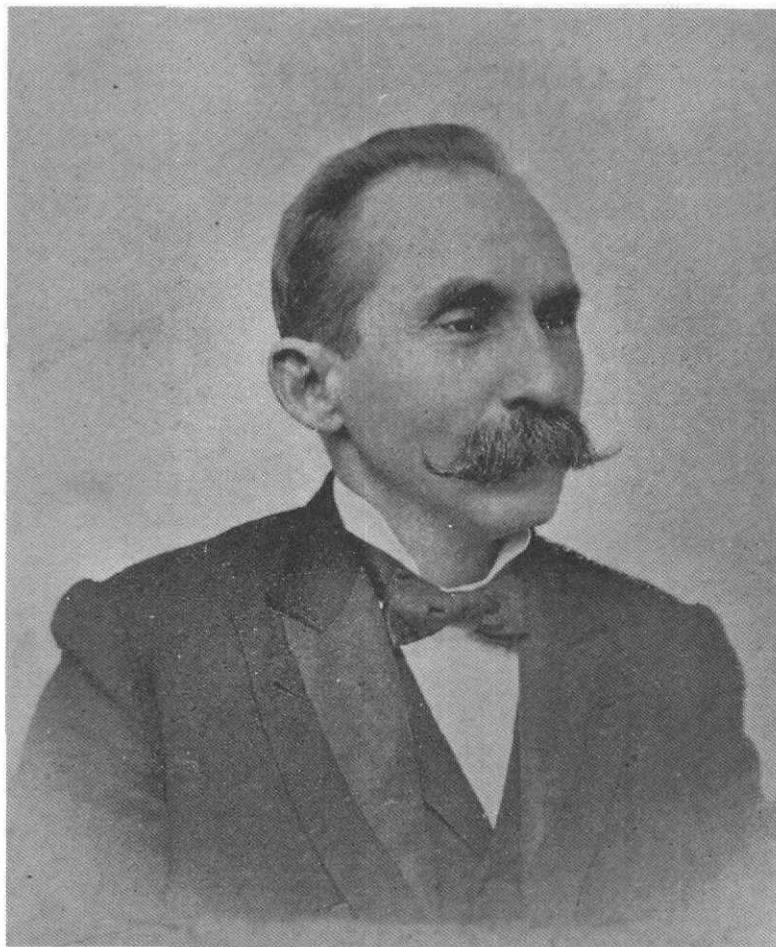
Depois do *Bello Horizonte*, tivemos *A Capital*, recebida pelos horizontinos com alvoroço no dia 28 de janeiro de 1896, pela manhã, e cujo aparecimento se anunciara desde 11 de setembro. Era um bissemanário de grande formato, fundado e redigido pelo então deputado estadual, coronel Francisco Bressane de Azevedo, aproveitando a idéia que haviam tido os Srs. Cândido de Araújo, Azevedo Júnior e Alberto Bressane Lopes, os quais, primitivamente, tinham pensado em lançar aquele jornal por meio de uma sociedade por ações. Foi redigido pelo coronel Francisco Bressane e Azevedo Júnior (este durante pouco tempo) até 1898, quando assumiu a sua redação o Dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, na ausência do coronel Bressane. Era um matutino político e de propaganda, publicado às quintas-feiras e aos domingos. Até a data em que se suspendeu a sua publicação - 4 de agosto de 1898 - esteve instalado, a princípio, em uma grande casa antiga, à entrada da Rua de Sabará, propriedade do professor



Trecho da Rua de Sabará, ao sair do Largo da Matriz, vendo-se em frente: 1. a casa que pertenceu a Antônio Manuel de Abreu; 2. a casa grande com nove janelas e uma porta, que pertenceu a Luís Daniel Cornélio de Cerqueira e onde se editava A Capital; 3. casa que pertenceu ao Sr. João Carvalho de Aguiar e que era habitada pelo Sr. Antero da Silveira. Em frente à redação de A Capital vê-se, fechada por uma grade, a árvore há pouco tempo arrancada da Avenida Afonso Pena, pouco acima da Distribuidora.



Primeiro número, em 2ª edição, de A Capital, segundo jornal editado em Belo Horizonte, o maior defensor e propagandista da nova capital.



*Coronel Francisco Bressane de Azevedo,
fundador e redator de A Capital, o segundo jornal que se fundou em
Belo Horizonte e o maior propagandista e defensor da nova capital.*

Luiz Daniel Cornélio de Cerqueira, pouco além do Largo da Matriz da Boa Viagem, à direita, pouco adiante da velha ponte de madeira que existia sobre o córrego Acaba-Mundo, quase em frente ao primitivo “Teatro Provisório”; depois mudou-se para outro prédio, também antigo, à entrada da Rua do Rosário, em frente a uma casinha de cimento armado que a Comissão Construtora havia levantado a título de experiência e na qual funcionava então o posto telefônico. Antes de assumir a sua redação, o Dr. Alfredo Pinto, foi redigido durante pequeno período, como dissemos, por Azevedo Júnior, que lhe deu feição literária diferente.

Era *A Capital* impressa em máquina Marinoni, que pertencera ao antigo jornal ouro-pretano *O Movimento*. As suas edições eram de 1.000 exemplares, sendo o seguinte o seu pessoal: fundador, diretor e redator, coronel Francisco Bressane de Azevedo; gerente, Luís Gomes Pereira; tipógrafos, Eduardo da Costa Santos, Zeno Pereira, Artur Benevenuto de Faria, Oscar Pereira, Deolindo Seabra, Afonso (alemão), Turiano Pereira e João Sandy; tocador de máquina, o mudo João Batista dos Óculos; aprendiz e distribuidor, o autor deste livro; servente, Paulino Siúves.

O primeiro número, de que se deram duas edições, foi composto e paginado por Eduardo Costa Santos, Deolindo Seabra e Zeno Pereira.

Sem desprezar outros assuntos, esse jornal tratava sempre desapaixonada e largamente, com carinho, dos trabalhos da Comissão Construtora e dos interesses da nova capital, de que foi grande propagandista e verdadeiro baluarte na sua defesa, como bem atesta este livro, em que se encontram preciosos informes colhidos na sua coleção.

A edição inaugural, além dos artigos de fundo, expondo as diretrizes do novo órgão da imprensa belo-horizontina, trazia um longo artigo do engenheiro e arquiteto, Dr. José de Magalhães, de que extratamos este tópico:

“Esta nova cidade, para cuja construção cooperam a ciência e a arte modernas, no centro do futuroso Estado de Minas, deverá com todos os fundamentos contribuir e com eficácia para que os seus cidadãos aprendam melhor a estimar-se, unidos por estradas de rodagem e de ferro ao resto do Estado. O benéfico influxo que resultará desta nova aglomeração se espalhará, e postos assim os sentimentos e idéias em comum, esclarecendo-se todo o Estado sobre interesses recíprocos, empenhar-se-ão, confundir-se-ão, porém, num interesse único, o da família mineira, o da sociedade e o da Pátria!”¹⁵⁶

Augusto de Lima, o grande batalhador pela causa da mudança da capital, escrevia numa crônica:

“Quem há cinco anos, apenas, vaticinasse a mudança da capital para o antigo Curral del Rei seria apupado como falso profeta. Nem há tanto tempo foi indigitado como temerário e digno da sorte que Platão destina aos



Aurora, terceiro jornal aparecido em Belo Horizonte.

poetas da sua República, o último governador da ditadura, que, segundo a frase então em voga e hoje felizmente esquecida, 'inventara a terra dos papos'. E a capital de Minas em Belo Horizonte é, entretanto, uma realidade, que depende apenas da evolução fatal de um biênio, para sua atualidade."¹⁵⁷

No dia 15 de novembro de 1896, João Elói da Costa Camelo, natural de Diamantina, compositor, paginador e impressor do *Bello Horizonte*, robusto talento de poeta, prosador e jornalista, à frente de alguns outros moços, lançou o primeiro jornal puramente literário que contou Belo Horizonte: *A Aurora*, de pequeno formato, tiragem de 300 exemplares editado nos dias 1º e 15 de cada mês, nas oficinas em que trabalhava o seu fundador. Esse interessante jornalzinho suspendeu definitivamente a sua publicação a 1º de agosto de 1897.

A 21 de abril de 1897 publicava-se o primeiro número do 4º jornal de Belo Horizonte, *O Tiradentes*, de pequeno formato, publicação quinzenal, que deram apenas três edições. Sob a gerência do Sr. João C. de Barros, era editado nas oficinas de *A Capital*. A 1º de julho foi transferido para o Sr. Zeno Pereira.

Finalmente, no dia 4 de julho de 1897 tinha publicidade o 5º e último jornal que teve Belo Horizonte, até a mudança da capital, e o seu primeiro periódico humorístico. Denominava-se *O Boêmio*, era semanário, de pequeno formato, esfuziante de graça, criação de um grupo de jornalistas à frente dos quais estava Azevedo Júnior. Propriedade do Sr. Zeno Pereira, era impresso nas oficinas de *A Capital* e viveu até 22 de agosto. Trocista, satirizava, inexoravelmente, os costumes, pessoas e coisas da sociedade de então, sendo as suas edições disputadíssimas.

Tal, em resumo, o histórico da imprensa de Belo Horizonte, até a mudança da capital.

NOTAS

- 155 José Maria Teixeira de Azevedo Júnior (Rio de Janeiro, RJ, ? - Rio de Janeiro, RJ, 1909). Jornalista e professor. Iniciou seu trabalho na imprensa na cidade de Pitangui, MG. Mais tarde, transferiu-se para Belo Horizonte, atuando nos anos da construção e, ainda, nos seguintes. Foi redator do jornal *A Capital*, fundador e redator do *Bello Horizonte*, redator do *Diário de Minas*, fundador do *Jornal do Povo* (1895) e do *Boêmio* (1897), primeiro jornal humorístico da cidade. Em 1899, foi escolhido membro do antigo Conselho Deliberativo, na primeira eleição ali realizada. Transferindo residência para Juiz de Fora, dirigiu *O Farol* e escrevia na *Gazeta da Tarde*. Colaborou ativamente na *Gazeta de Uberaba* e, no Rio de Janeiro, foi redator do *Correio da Manhã*. Escreveu peças teatrais, notadamente, comédias. Em Belo Horizonte, na Praça da Liberdade, conserva-se sua herma, trabalho do escultor Antonino Matos, em bronze, com pedestal em granito, inaugurada em 1923 (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 4, 1 maio, 1909. AZEVEDO Júnior. A Consagração de antecostem. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 4, 23 e 24 abr., 1923. PENA, Otávio. *Op.cit.* p. 23-50).
- 156 MAGALHÃES, José de. A nova capital de Minas. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 28 jan., 1896.
- 157 LIMA, Augusto de. Ilustres confrades e amigos. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 28 jan., 1896.

VII

DEFICIÊNCIA DE OPERÁRIOS - APELO À IMIGRAÇÃO - PREPARO DAS RUAS, PRAÇAS, AVENIDAS, CANAIS E PONTES

N

os primeiros meses dos trabalhos da Comissão Construtora, como dissemos, era deficiente e mau o elemento operário. Várias providências então postas em prática pelo Dr. Aarão Reis resolveram, no momento, o problema operário e o número de trabalhadores, depois daquela medida, chegou a ser excessivo até.

Chegado, porém, o período das construções, que reclamava um verdadeiro exército de braços operários, tornaram-se estes, outra vez, deficientes em relação à gigantesca obra a realizar-se, embora a afluência contínua daquele elemento. Por isso, foi o Dr. Francisco Bicalho forçado a apelar para a imigração e nesse sentido, a 12 de agosto de 1895, dirigiu à Secretaria da Agricultura o seguinte Ofício n. 110:

"Tendo os serviços incumbidos a esta Comissão entrado na época de seu maior desenvolvimento e sendo evidentemente insuficiente o número de trabalhadores que atualmente procuram esta localidade, tomo a liberdade de lembrar a V. Ex^a a conveniência de estabelecer aqui uma hospedaria de imigrantes, fazendo a Inspetoria de Terras e Colonização dirigir para ela principalmente imigrantes solteiros, que queiram dedicar-se a serviços por salários, prestando-se esta Comissão a levantar e fornecer o barracão necessário para o primeiro agasalho, logo que tenha recebido as instruções necessárias daquela repartição e aquiescência de V. Ex^a."

Aceito o alvitre pelo secretário, iniciou-se logo o serviço de imigração para Belo Horizonte, tendo-se, antes, para tal fim, escolhido um lugar perfeitamente apropriado para a construção da hospedaria, à margem da linha férrea do ramal, próximo a uma das suas estações, muito distante do centro dos trabalhos e abundantemente provido de água, como informou o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896.

Construiu-se aí um grande edifício de madeira, sobre pilares de tijolos e cobertura de zinco, com as necessárias condições higiênicas e acomodações separadas para solteiros e famílias, podendo acomodar perfeitamente cerca de 200 pessoas. Era de 45 m de

comprimento o barracão, com dois corpos avançados, medindo 3 m x 9 m e 4,10 m de altura no pé direito, dispondo dos seguintes compartimentos: uma sala de entrada e trabalho com 9 x 8 m; 16 quartos para famílias com 3 x 3 m cada um; espaçoso dormitório para solteiros, com 18 m x 9 m, além dos cômodos necessários à administração, rouparia e pequena enfermaria para o tratamento de moléstias ligeiras. O corpo principal comunicava-se por um apêndice com o salão de jantar, tendo este 18 m x 8 m. Este salão comunicava-se com outro, destinado à cozinha e copa, tendo pelo lado de fora, junto ao fogão, uma caldeira para desinfecção de roupas. Em compartimentos separados, despejando sobre o ribeirão do Arrudas, fizeram-se *closets* para ambos os sexos, e duas banheiras igualmente separadas. Possuía a hospedaria os móveis e demais utilidades necessárias ao seu fim, sendo pintada a piche, óleo e calçação, e dispondo a administração de telefone para o arraial.

Dando a sua impressão sobre a Hospedaria de Imigrantes *A Capital*, de 28 de maio de 1896,¹⁵⁸ elogiava a sua instalação, descrevia-a minuciosamente e alinhava dados estatísticos, mostrando que até aquela data haviam entrado ali 171 imigrantes, sendo 102 homens e 69 mulheres de várias nacionalidades, em maior número italianos.

Esse mesmo jornal, edição de 10 de junho de 1897, notava que, de janeiro de 1896 a 31 de maio de 1897,¹⁵⁹ haviam entrado na hospedaria 1.543 indivíduos, dos quais tinham falecido 15 adultos. A despesa com a instalação da hospedaria e alimentação importava em 35:790\$200. Até a instalação da capital, o Estado havia despendido com ela 75:557\$166.

Resolvida pela imigração as últimas dificuldades relativas ao braço operário, lutava-se ainda com sérias dificuldades para acomodação daquela gente. Neste particular informava o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896: "Sendo absolutamente insuficientes as casas aqui existentes e, apesar do contínuo levantamento de cafuas e pequenas barracas pelos próprios operários para sua residência, tornava-se isto causa de grandes embarços, originando queixas nessa classe. Por esse motivo, foram construídas pela Comissão pequenas casas de pau-a-pique, cobertas de zinco, com acomodação para famílias e solteiros, as quais se acham todas alugadas por módica mensalidade."¹⁶⁰

Por esse tempo, acontecia que, sendo quase todos os trabalhos de construções executados por tarefas de mão-de-obra, os tarefeiros, ávidos de ganho, não dispoem de pessoal em número suficiente para as obras ajustadas, aliciavam trabalhadores de outros tarefeiros, deixando estes em dificuldades para cumprirem seus compromissos com a Comissão, o que ocasionou uma reclamação do tarefeiro, Dr. Joseph Lynch. Atendendo a essa reclamação, a 14 de setembro o engenheiro-chefe expediu o Ofício n. 469 à 6ª Divisão, pelo qual ficou estabelecido "que não se dariam tarefas senão a quem trouxesse *de fora* pessoal necessário e correspondente ao trabalho contratado."¹⁶¹

O resultado dessa medida foi ótimo, pois dentro em pouco, havendo excesso de operários em Belo Horizonte, o Dr. Francisco Bicalho, a 26 de fevereiro de 1896, telegrafava ao Sr. Francisco Emílio de Souza, em Juiz de Fora: "Peço não mandar imigrantes com família, porque não tenho meios de acomodá-los. Mesmo solteiros, não mande sem consulta prévia."

Ainda por essa ocasião os inimigos da mudança da capital que, impatrioticamente, lançavam mão de todas as armas para combater o grande cometimento por assim dizer realizado, pelas colunas de *O Farol*, acusavam o governo do Estado “pela indignidade de mandar seduzir e aliciar, na Europa, pobres imigrantes, milhares de operários e jornalheiros, que vieram enganados, tendo-se lhes prometido emprego constante e bem remunerado, para depois deixá-los ao abandono, ao relento, sem agasalho, na miséria e sem lhes ter pago os salários!”

Mas *A Capital*, de 8 de janeiro de 1896, pulverizando aquela inverdade, concluía:

“Nós conhecemos a oposição que o ilustre redator de *O Farol* fez e faz à retirada da sede do governo mineiro de Ouro Preto; sabemos bem que o ilustre jornalista lança mão de todos os expedientes para, agora e sempre, dificultar a realização de tal medida, porém custamos acreditar que fosse em obediência a esses sentimentos que S. S^a se lançasse esse malsinado artigo do dia 12, denúncia falsa apresentada perante os governos estrangeiros contra a proverbial, imaculada e tradicional honestidade do governo mineiro; denúncia falsa apresentada perante o estrangeiro contra os interesses vitais e urgentes do nosso Estado. O título desse artigo está errado: não é *má-fé*, mas sim *falsidade*”.¹⁶²

A Capital rebatia ainda com superioridade, uns tópicos da *Tribuna Italiana*, de 27 de janeiro, quando esta dizia: “*Al governo manca il conquibus e per quest’anno, forse, até logo lavoro ...*” E mais adiante: “*i quali (operai) male informati potessero portarsi a Belo Horizonte credendo di trovarci lavoro; sarebbero costretti di ritornare colla piva nel sacco*”.

Havendo, então, verdadeira pletera de operários, pôde a Comissão intensificar os seus trabalhos, a começar pela terraplenagem e preparo das ruas, praças, avenidas e canais. Estes serviços executados na zona urbana destinada a 30.000 habitantes eram representados pelos seguintes algarismos, de junho a dezembro de 1895:

SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM EXECUTADOS DE JUNHO A DEZEMBRO DE 1895

Seções	Terra m ³	Pedra sota m ³	Pedra m ³	Total m ³	Transporte médio
I	108.551.945	8.686.013	—	117.235.958	136,m0
II	142.704.321	14.404.785	468.470	157.577.576	122,m0
III	141.874.940	2.939.743	145.000	144.959.683	185,m0
IV	13.821.582	879.892	—	14.701.474	68,m0
V	37.040.014	85.900	1.499	38.354.513	109,m0
VI	37.957.567	765.151	3.150	38.961.858	110,m0
VII	19.203.457	9.100	—	19.212.557	81,m0
Canal	2.963.855	—	—	2.963.855	64,m0
Parque	3.067.080	—	—	3.067.080	149,m0
Soma	—	—	—	537.036.m ³ 572	

A área das ruas, praças, avenidas e quarteirões, preparada, em metros quadrados, era a seguinte:

Seções	Ruas	Avenidas	Praças	Quarteirões	Totais
I	48.640m ²	32.200m ²	—	59.263m ²	140.103m ²
II	65.200	70.700	60.000m ²	56.555	252.455
III	71.300	87.400	19.530	21.470	199.700
IV	14.160	—	—	—	14.160
V	60.840	7.350	—	2.400	70.275
VI	32.680	37.100	—	—	69.780
VII	28.180	7.700	—	5.000	36.380
Soma	321.000m ²	242.135m ²	79.530m ²	141.188m ²	782.853m ²

Extensão total das ruas preparadas16.425 m

Idem de avenidas7.974 m

Sendo:

De corte14.978 m

Em aterro9.448 m

Como informou o engenheiro-chefe, em seu relatório de 1896, a terraplenagem “compreendia a abertura e preparo de todas as vias públicas, de acordo com os perfis projetados pela 4ª Divisão e sujeitos a alterações aconselhadas pelo melhor exame do terreno. À vista da topografia da região, o movimento de terras tornou-se considerável e não avaliável pelos perfis dos eixos, em virtude da grande largura das ruas e avenidas, que obrigavam muitas vezes a cortes não pequenos de um lado e aterros nas mesmas circunstâncias do outro.”

O movimento de terras efetuou-se, assim, não só na faixa compreendida pelas vias públicas, como nos próprios quarteirões, para os empréstimos ou depósitos que se tornavam necessários, havendo a vantagem de ficarem estes prontos para a construção de prédios. Esse trabalho, executado à proporção das necessidades em toda a região da cidade em construção, foi suspenso nos primeiros dias de 1896, sendo dali por diante feito de acordo com as exigências das construções. Exceto pequena parte feita por administração, todo aquele trabalho foi executado pelo sistema de tarefas.

“Fez-se a implantação no terreno dos eixos de todas as praças, avenidas e ruas da nova cidade, de acordo com a planta aprovada, com a possível precisão. Os pequenos senões que até aqui têm sido notados e alguns de possível correção - informava o engenheiro-chefe - não têm importância real, porquanto só podem ser perceptíveis por instrumentos.”¹⁶³

As grandes chuvas de fins de 1895 e princípios de 1896 danificaram muito os serviços de terraplenagem executados, que a Comissão teve de reparar no início das construções. Por essa ocasião pensou o engenheiro-chefe no problema do calçamento, mas viu logo a impossibilidade de executá-lo por falta de recursos e de tempo. Dispôs-se, entretanto, a macadamizar algumas ruas, logo que fosse possível. Naqueles dias, Alfredo Camarate, em crônica na *Capital*,¹⁶⁴ fazendo considerações sobre o problema do calçamento da nova cidade, lançava a idéia de se utilizar da madeira como o pinho injetado, por exemplo, para tal fim, mas essa idéia não foi aproveitada.

Em julho de 1896 o rebaixamento geral do canal do Arrudas estava sendo atacado em todos os pontos e havia sido iniciado o revestimento dos taludes, quer da parte que atravessava a esplanada da Estação, quer na Praça do Mercado (hoje Rio Branco) onde fora construída uma ponte de madeira, que iria servir às futuras ruas do bairro da Lagoinha e ao ramal férreo do Morro das Pedras e da Viação.

A Ponte Davi Campista, ligando a Estação de Minas à cidade, estava em construção. Tinha 16 m de vão e 8,20 m de largura, devendo a sua superestrutura metálica ser apoiada em encontros de alvenaria. Tais encontros haviam sido contratados com o Sr. Manuel Lourenço Laranjeira, sendo os trabalhos iniciados em 14 de janeiro de 1896. Construído o primeiro, foi rescindido o contrato. O segundo, contratado com os Srs. Edwards, Camarate & Soucasaux, só foi começado depois das chuvas e em abril estava concluído. A superestrutura metálica pesava 50 toneladas, já tendo chegado uma parte e estando a outra em viagem.

Ainda em julho de 1896, estavam sendo colocadas em pontos convenientes placas provisórias de madeira, designando as ruas, avenidas e praças da cidade pelos seus respectivos

nomes, números e letras, de modo a facilitar aos visitantes e interessados o conhecimento e situação das vias públicas e dos lotes, quarteirões e seções. Essa providência foi determinada em virtude da grande afluência de visitantes a Belo Horizonte, naquele período, sendo os hotéis e pensões deficientes para acomodá-los.

A 29, eram transferidas para o canal do Arrudas, no trecho que atravessava a Praça do Mercado, as águas desse ribeirão, onde ficou concluído o revestimento da parte em que o canal era atravessado pela ponte de madeira.

Já então se cogitava da primeira estátua que deveria ter a cidade, o que, entretanto, como tantas outras coisas se projetou mas não se fez. A Lei n. 170 de 6 de setembro¹⁶⁵ daquele ano autorizava o governo do Estado a despender a necessária quantia "para que mandasse erigir na praça principal da Cidade de Minas uma estátua ao grande vulto nacional", general Gomes Carneiro.

O volume das escavações feitas nas ruas, praças e avenidas, em 1896, foi de 151.873 m³, estando concluída a demarcação dos quarteirões e lotes da 5^a, 6^a e 7^a seções, além de terem sido demarcados muitos lotes na 3^a e 4^a seções. Já bastante adiantados os trabalhos de canalização do Arrudas, consistentes em escavações e empedramento. A natureza do terreno, a proximidade do leito antigo que cortava o canal em 14 partes, e cujo fundo estava mais elevado do que o projetado, causavam embaraços e atrasos.

Consoante escrevia *A Capital*, de 10 de junho de 1897, "dos muitos e variados serviços de que se achava encarregada a 6^a Divisão, aquele que mais absorvia a atenção do pessoal técnico fora, decerto, a demarcação de lotes, quer para a venda a particulares, quer para a definitiva entrega aos proprietários em Ouro Preto e Belo Horizonte, serviços esses que estavam adiantadíssimos na zona destinada a 30.000 habitantes, faltando apenas alguns quarteirões limítrofes com a Avenida do Contorno,¹⁶⁶ nas seções 1^a e 2^a, e alguns poucos da 3^a e 4^a seções."¹⁶⁷

Haviam sido também traçadas no campo novas ruas suburbanas e delimitados lotes também suburbanos na direção dos córregos da Lagoinha, da Serra e do Gentio.

Segundo aquele jornal, o serviço de calçamento a macadame pouco havia progredido por diversos motivos; contudo achava-se preparada na praça da Estação uma faixa de 6 m de largura, na extensão de 200 m, o primeiro que se fez.

Por essa ocasião estava concluída a Ponte Davi Campista, mas não havia sido ainda entregue ao trânsito público. A ponte artística sobre o canal da Avenida Tocantins¹⁶⁸ (mais tarde demolida para se construir o Viaduto), estava começada, isto é, em trabalhos de fundação e só foi concluída após a inauguração da cidade.

Como dissemos, o serviço de movimentação de terra fora quase paralisado durante as chuvas. Cessadas, porém, estas, tinha sido recommençado, com a preparação de ruas. Destes serviços destacava-se o da Rua 26 ou da Bahia, no trecho entre o Parque e a Rua 11 ou dos Tupinambás, em que havia um aterro reclamando alguns milhares de metros cúbicos. Este serviço era urgente, pois a Rua 26 estava destinada a ser a artéria principal da circulação em

trânsito da estação do ramal ao Grande Hotel¹⁶⁹ nela existente e que dentro em pouco seria inaugurado.

A extensão de vias públicas abertas ao trânsito era de 23.000 m em ruas de 20 m e 5.400 m em avenidas de 30 m de largura. Da avenida Afonso Pena tínhamos, além do trecho da Praça do Mercado ao fim do Parque, mais uma pequena parte na primitiva Praça 7 de setembro,¹⁷⁰ próxima ao Cruzeiro.

O canal do Arrudas tinha o desenvolvimento total de 2.100 metros na parte que atravessava a zona destinada a 30.000 almas. As escavações estavam concluídas numa extensão de 1.900 m e o revestimento dos taludes estava apenas iniciado.

A 29 de junho, em homenagem a Floriano Peixoto, na data aniversária de seu falecimento, os empregados da Comissão Construtora representaram ao Dr. Francisco Bicalho, pedindo a mudança do nome da Avenida Brasil para o daquele marechal, sendo a petição deferida pelo engenheiro-chefe.*

O calçamento a macadame iniciado na Praça da Estação, em meados de 1897, estava sendo executado lentamente em algumas ruas mais centrais, só dispondo a Comissão de um compressor (a que o povo deu a denominação de *engrossa*, no sentido de bajulação política que, naquele tempo, não era menos vergonhosa do que agora ...).

A fim de intensificar aquele trabalho de calçamento a macadame no dia 12 de outubro o engenheiro-chefe, em Ofício n. 207, pedia emprestada ao Dr. João Penido Filho, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, uma daquelas máquinas e então pôde macadamizar alguns trechos da Rua da Bahia e Avenida da Liberdade.

Outro serviço que a Comissão empreendeu nos seus últimos tempos foi a construção do canal do córrego Acaba-Mundo, a fim de mudar-lhe o curso, mas não pôde concluir esse trabalho, com o qual despendeu o Estado 83:138\$022.**

* Ultimamente voltou a denominar-se "Brasil".

** A conclusão desse trabalho foi executada na administração do prefeito Cristiano Machado, em 1929.

NOTAS

- 158 O MATADOURO. Hospedaria dos Imigrantes. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 28 maio 1896.
- 159 NOVA capital. Imigração. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 10 jun., 1897.
- 160 BICALHO. *Op. cit.*, p.368.
- 161 MHAB/CC. Correspondência, mar./set., 1895.
- 162 A má-fé. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 28 jan., 1896.
- 163 BICALHO. *Op. cit.*, p.379.
- 164 CAMARATE, Alfredo. Calçamento. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 11 fev., 1896.
- 165 MINAS GERAIS. Lei n. 170, de 3 de setembro de 1896. Autoriza o governo do Estado a dispender a quantia necessária para mandar erigir, na praça principal da Cidade de Minas uma estátua ao general Gomes Carneiro. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896, p. 22.
- 166 Av. Contorno. O nome original da avenida é 17 dezembro. Entretanto, o próprio Aarão Reis passou a chamá-la de Contorno e não há nenhuma lei posterior que modifique o nome original.
- 167 NOVA capital. Venda de lotes. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 10 jun., 1897.
- 168 Av. Tocantins, atual Assis Chateaubriand.
- 169 *Grande Hotel*. No prédio do Grande Hotel, em maio de 1908, aconteceu um incêndio de grandes proporções, o maior registrado na capital, que destruiu totalmente a edificação. Já no ano seguinte, em abril de 1909, tem-se notícia de que o Grande Hotel, inteiramente reconstruído, é reinaugurado. Posteriormente, em 1923, é adquirido pelo Sr. Archanjo Malleta, que promove no estabelecimento uma série de melhorias. O projeto de reforma foi executado pelo arquiteto Luís Olivieri e, conforme noticiava periódico da época, "Não se tratava de ligeiras modificações, de retoques insignificantes mas de uma nova construção à margem do antigo prédio, que vai ser consideravelmente ampliado...". Em 1956, após extenso período de funcionamento, o Grande Hotel foi vendido à Cia. de Empreendimentos Gerais, que o demoliu em 1957 e ali construiu o Edifício Archanjo Malleta, "monumental bloco arquitetônico com conjunto de salas e apartamentos, inaugurado em 1961" (PENA, Octávio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte: 1711/1930*. Belo Horizonte, 1950. DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, p. 2, 11 abr., 1923. DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, p. 2, 18 abr. 1923. DEMOLIÇÃO do prédio do Grande Hotel. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, p. 4, 4 abr. 1956).
- 170 Primitiva praça 7, atual Benjamin Guimarães.

VIII

A PRIMEIRA ÁREA DA CIDADE - AS PRIMEIRAS NEGOCIAÇÕES DE LOTES - NÃO CESSAVA A CAMPANHA CONTRA A NOVA CAPITAL

proximando-se a ocasião de serem vendidos os primeiros lotes, no dia 5 de julho de 1895, em Ofício n. 92, o Dr. Francisco Bicalho propôs ao governo algumas alterações no Regulamento n. 803, de 11 de janeiro, justificando-as assim:

“As ampliações que proponho não ferem o espírito das diversas disposições do citado regulamento e são indispensáveis. De fato, no que diz respeito à venda de lotes (capítulo III) o regulamento, além de estabelecer, como regra, o princípio moralizador da concorrência, procura evitar possíveis especulações, não ilícitas, mas prejudiciais, talvez, para o futuro desenvolvimento da cidade, fixando o número de lotes que cada concorrente poderá adquirir, seja em cada concorrência, seja em todas elas, e estabelecendo prazos fatais para as respectivas construções. Tal sistema, porém, dificulta por demais a criação, aliás urgente, de estabelecimentos industriais que serão notável elemento de vida para a nova cidade, por proporcionarem a matéria-prima para as suas construções”.

Sem embargo da proposta acima, naquele dia era publicado edital, abrindo concorrência para a venda em hasta pública de 200 lotes de terrenos, os primeiros que se iam negociar em Belo Horizonte, com a condição de serem construídos os respectivos prédios dentro do prazo improrrogável de quatro anos. Esses lotes estavam situados no bairro comercial, limitados pelas avenidas São Francisco, Amazonas e Comércio e Rua Tamoios e Praça da Estação, na 1ª e 2ª seções, separados pela Avenida Afona Pena.

Mas a solução do governo à proposta do engenheiro-chefe não se fez esperar, veio no dia 9, com a expedição do Decreto n. 840 e respectivo regulamento seguinte:

“O Presidente do Estado de Minas Gerais atendendo à necessidade de facilitar na nova capital o estabelecimento de indústrias relativas a materiais de construção e à de harmonizar as disposições do regulamento promulgado pelo Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895, com a nova organização dada à Comissão Construtora da Nova Capital, pelo Decreto n. 827, de 7 de junho último, resolve aprovar o regulamento que com este baixa assinado pelo

engenheiro Francisco Sá, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que o fará executar. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, 9 de julho, de 1895. *Crispim Jacques Bias Fortes - Francisco Sá*”.

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 840,
DE 9 DE JULHO DE 1895

Art. 1º Efetuada a primeira concorrência para a venda de lotes na nova capital e determinadas as tabelas de preços, nos termos do parágrafo único do art. 9 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895, o engenheiro-chefe poderá vender diretamente àqueles que requererem, nunca, porém, por menor preço do que o mínimo obtido em concorrência para terrenos iguais, até dez lotes contíguos ou não, quando destinados ao estabelecimento de qualquer indústria relativa a materiais de construção.

Parágrafo único - O pretendente em seu requerimento determinará o fim a que se destinam os lotes cuja venda solicita, declarando minuciosamente as condições em que pretende montar os projetados estabelecimentos.

Art. 2º O adquirente dos lotes, nos termos do artigo antecedente, além de sujeitar-se às regras de construção, higiene e segurança, que a respeito forem estabelecidas, se sujeitará, por declaração expressa no respectivo título de venda, às seguintes cláusulas: 1ª) dentro *do prazo improrrogável de um ano* terá montado os estabelecimentos industriais nas condições determinadas no citado título de venda; 2ª) dentro desse mesmo prazo fará o passeio na rua e cercará todo o terreno com muros ou gradil.

Art. 3º A falta de cumprimento de qualquer das cláusulas mencionadas no artigo antecedente importará na caducidade da venda, observando então o disposto no art. 28 do citado regulamento.

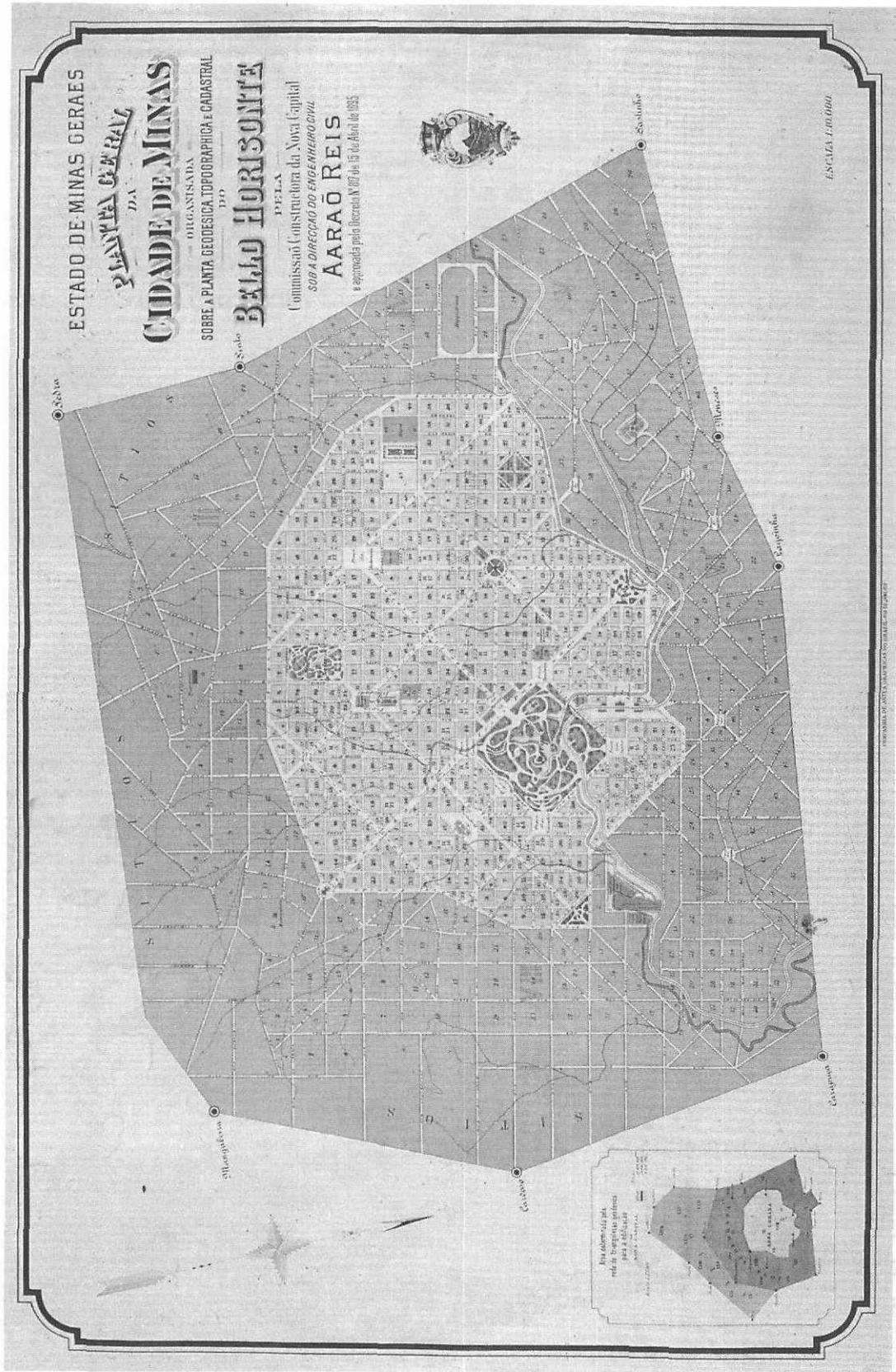
Art. 4º Os lotes vendidos de acordo com os artigos antecedentes não serão computados para os efeitos dos arts. 14 e 15 do citado regulamento.

Art. 5º Os lotes, cuja venda em *hasta pública* estiver anunciada, não poderão ser vendidos nos termos dos artigos antecedentes, senão depois de julgada a concorrência.

Art. 6º As propostas para compra de lotes, nos termos ao art. 6º e seguintes do mencionado regulamento, serão abertas e classificadas por uma junta composta dos chefes da terceira divisão, como presidente, e da segunda e da sexta divisões, servindo de secretário o da Comissão Construtora, e sujeitas ao julgamento do engenheiro-chefe.

Art. 7º O livro de termos mencionado no art. 17 do citado regulamento será rubricado pelo chefe da terceira divisão.

Art. 8º A junta que tem de presidir os sorteios para a distribuição de lotes aos funcionários públicos e proprietários em Ouro Preto, será composta dos chefes da terceira e décima divisões e de dois cidadãos nomeados pelo governo, sob a presidência do engenheiro-chefe, servindo de secretário o da Comissão.



Planta geral da Cidade de Minas.

Art. 9º De cada sorteio será lavrado um termo, de acordo com o art. 43 do citado regulamento, no mesmo livro a que se refere o art. 17 do mesmo regulamento.

Art. 10. À proporção que for sendo concluída a locação, divisão e demarcação dos lotes sorteados, o engenheiro-chefe mandará convidar por edital os concessionários para comparecerem, dentro do prazo máximo de 15 dias, e receberem os seus respectivos títulos de propriedades.

Art. 11. Os funcionários ou proprietários mencionados nos §§ 1º e 2º do art. 30 do referido regulamento, que adquirirem os lotes até o número de dois, quando urbanos, e de quatro quando suburbanos, contíguos aos que lhes houverem sido sorteados, poderão fazer uma só edificação, observando o disposto nas cláusulas 1ª e 2ª do art. 27, mantido, porém, o prazo do art. 50, todos do citado regulamento.

Art. 12. O presente regulamento entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Ouro Preto, 9 de julho de 1895, "*Francisco Sá.*"¹⁷¹

Em seu relatório de abril de 1896, o engenheiro-chefe informava que "a parte urbana compreendida nas 7 primeiras seções da planta aprovada, que, com as suburbanas que lhes ficam contíguas", compunham a área calculada para uma população de 30 mil almas e estava sendo preparada para a instalação da nova capital, continha 3.639 lotes de terrenos para edificações particulares, dos quais 417 eram reservados e só podiam ser vendidos no fim do prazo de dez anos; 353 pertenciam aos funcionários públicos por sorteio e adjudicações; 597 haviam sido doados por lei aos proprietários de prédios em Ouro Preto; 114 tinham sido concedidos em pagamento a ex-proprietários de Belo Horizonte, restando assim 2.158 para serem expostos à venda.

Na zona suburbana não estava ainda conhecido o número de lotes "por não poder ser mantida a disposição constante da planta, sem exame ou concordância com os acidentes topográficos do terreno".¹⁷² Já estavam, entretanto, demarcados 60 lotes de tais terrenos aproximadamente e que iam ser também expostos à venda em hasta pública.

O tipo comum do lote urbano era de 10 m de frente por 60 de fundo, com a superfície de 600 m². Outros tinham de frente 15 m por 20 m de fundo, variando a área de 480 a 600 m², ao passo que a superfície dos lotes suburbanos variava entre 2 a 6.000 m², de acordo com as suas condições de situação e topografia.

"No intuito de evitar, tanto quanto possível, a simples especulação de compra e venda de terrenos, sem a construção de prédios que interessava ao desenvolvimento da nova cidade, procurou o regulamento estabelecer medidas coercitivas, quer fixando, sob pena de caducidade, prazos máximos para as construções, quer determinando o maior número de lotes baldios, que a cada um era lícito possuir com tal caráter" - informava o engenheiro-chefe e prosseguia:

"Não sendo igualmente possível marcarem-se preços mínimos para as vendas, por dependerem da procura que tivesse de estabelecer-se, e não convindo, por outro lado, que

semelhante condição, de importância relativamente secundária, pudesse embaraçar ou diminuir o número de pretendentes, estabeleceu o regulamento a livre hasta pública, como modo das aquisições, sem embargo da dificuldade oposta que daí provinha, qual a falta de uma base ou critério para as propostas que deveriam afluir em licitação.”

A primeira concorrência efetuou-se a 10 de agosto, em presença de crescido número de pessoas, no meio de confortadora animação. Para os 199 lotes oferecidos à venda, foram apresentadas 623 propostas, sendo vendidos 135 lotes e ficando os 64 restantes sem licitantes. Variaram os preços das propostas entre 100 réis a 8\$000 cada metro quadrado, não estando tal variação acorde com as condições e qualidades dos lotes pretendidos, “mas como consequência da falta de uma base qualquer que guiasse o pretendente em sua oferta, obrigando-o assim a regular-se pelo valor dos terrenos nas localidades em que cada um residia.”

Muito satisfeito com o resultado da primeira hasta pública o Dr. Francisco Bicalho telegrafou logo ao *Minas Gerais* e ao presidente do Estado:

“Belo Horizonte, 30 - Redação *Minas Gerais* - Ouro Preto - Apresentaram-se 623 propostas concorrência realizada hoje venda lotes nova capital. É extraordinária a afluência de concorrentes e visitantes atualmente em Belo Horizonte.”

“Belo Horizonte, 30 - Dr. Bias Fortes - Ouro Preto - Completo êxito concorrência 623 propostas lotes. Felicitações.”

Mas aquele acontecimento, altamente animador para o futuro da nova capital, irritou alguns espíritos malevolentes, adversários da mudança da capital, e estes, pelas colunas de *O Farol*, de Juiz de Fora, recrudesceram a sua velha campanha demolidora contra Belo Horizonte, afirmando que tinha sido um fracasso a primeira hasta pública de lotes na *poeirópolis* onde reinavam o tifo e o bócio endêmico.

Rebatendo tais ataques, no dia 10, o engenheiro-chefe publicava pelo mesmo jornal uma série de cartas que lhe haviam sido enviadas pelos Drs. Américo Diamantino Lopes, José de Carvalho Almeida e Júlio César de Souza e outros, documentando a improcedência das afirmativas daquele jornal.

Os motivos determinantes daquela campanha explicavam-se do seguinte modo: a princípio eles estavam crentes de que a mudança da capital não se fizesse pela angústia do prazo legal em que esta se deveria realizar; convictos agora do contrário, tal o vigor com que eram enfrentados os trabalhos e tal o resultado animador da concorrência pública para a venda dos primeiros lotes, tudo faziam para lançar o desânimo no espírito das demais pessoas que pretendessem adquirir terras em Belo Horizonte. Mas perdiam o tempo, quanto ao objetivo maior da sua campanha, que era evitar a mudança.

Todavia, grande mal fizeram ao progresso da futura cidade e esse mal ressaltou-se logo na segunda concorrência pública realizada a 12 de dezembro de 1895, para a venda de 225 lotes situados nas 7 secções urbanas, pois desses lotes apenas foram adjudicados 21, por preços que variavam de \$710 a 6\$150 por metro quadrado, tendo sido fixados previamente preços mínimos, de acordo com os obtidos na primeira concorrência e tendo-se em vista a

situação, qualidade, preparo dos lotes e demais circunstâncias que deveriam influir para o valor de cada lote.

Até abril de 1896 haviam sido lavradas 81 escrituras de venda, compreendendo 141 lotes urbanos, que produziram 77:744\$339.

“Posto que, pelos motivos expostos, houvesse o regulamento sabiamente estabelecido, como regra, a concorrência para a aquisição de terrenos na nova capital, pareceu acertado que tal sistema fosse modificado, admitindo exceção para não dificultar o estabelecimento de indústrias diversas, que, não só auxiliariam as construções, como constituiriam, mais tarde, notável elemento de vida e progresso para a nova cidade” – ponderava o engenheiro-chefe.

Esse pensamento determinou a proposta que o Dr. Bicalho fez ao governo, bem como o decreto por este baixado a 9 de julho, acima transcrito, cujos efeitos se fizeram sentir logo, quer quanto ao estabelecimento de diversas olarias e fábricas de materiais de construção no arraial, quer quanto à venda de terrenos, que começaram a obter preços mais justos e eqüitativos do que os oferecidos nas concorrências.

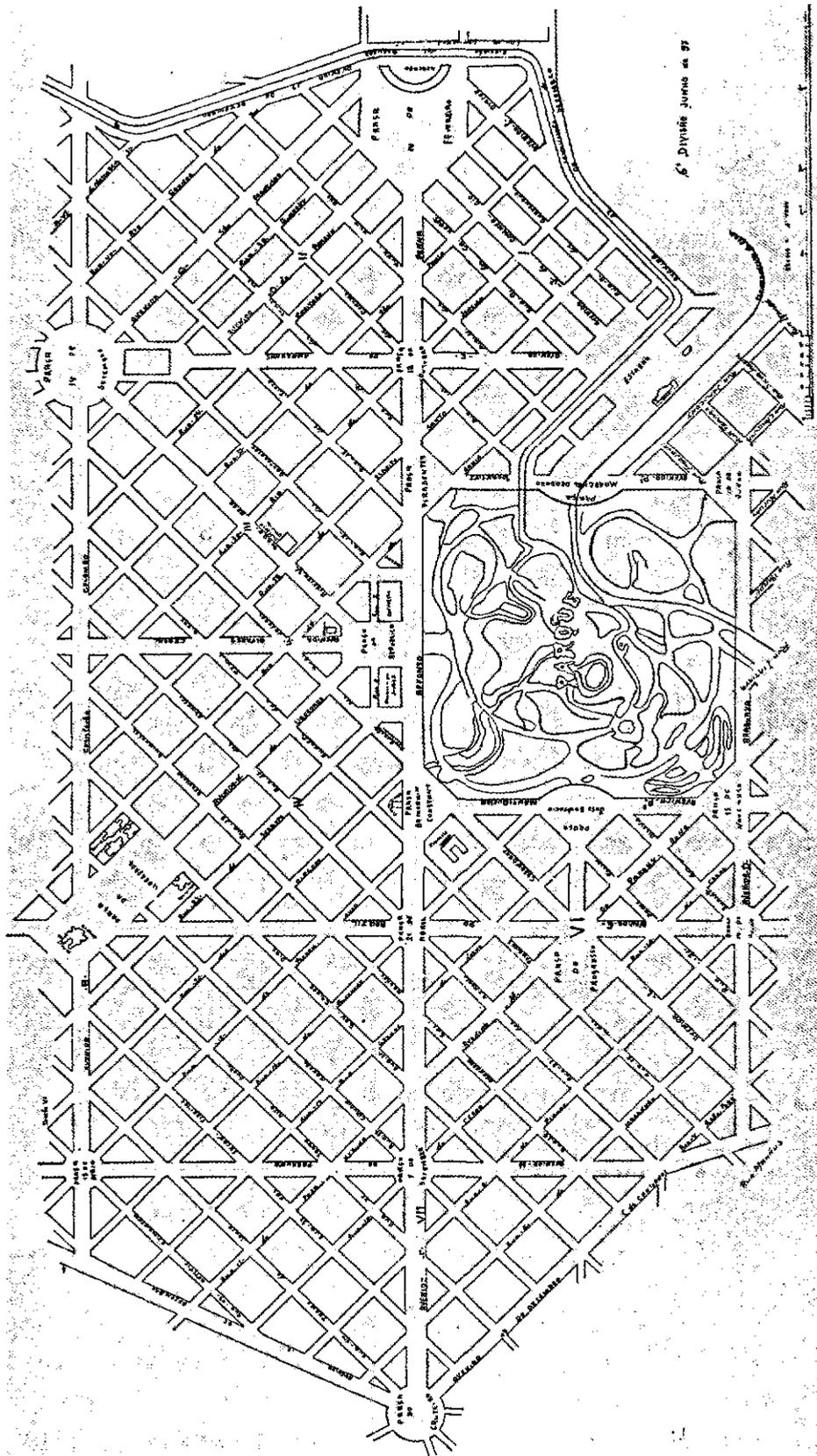
Mas na opinião do engenheiro-chefe, a faculdade concedida por aquele decreto deveria ser mais ampliada, pois praticamente se ia verificando o fato de não poderem ser atendidas pretensões que interessavam efetivamente ao desenvolvimento da futura cidade, pelos entraves criados pelo regulamento vigente. A opinião daquele ilustre chefe era para que fosse permitida a venda de lotes francamente, “desde que o comprador se obrigasse, sob pena de caducidade, a realizar a construção em curto prazo, não excedente de 18 meses”, o que era então exeqüível, porquanto a própria Comissão se propunha a vender por preços relativamente baixos, os materiais necessários às mesmas construções”.

Para o arraial, naqueles dias, era grande a afluência de pessoas que, “por suas condições sociais e de fortuna”, eram “elementos que deveriam ser francamente aproveitados para o núcleo da população definitiva”, e as construções em andamento já permitiam bem escolher as melhores situações “que, para o fim ou profissão de cada um”, mais conviesse tomar na futura cidade, “não sendo bem justificável a impossibilidade da venda deste ou daquele lote, somente pelo fato de não ter sido ainda posto em concorrência pública”.¹⁷³

Afirmava o engenheiro-chefe que tal impossibilidade já havia afastado ou feito retraírem-se, pelo menos temporariamente, algumas pretensões razoáveis e convenientes à cidade em construção.

Desenvolvendo, então, forte propaganda da nova cidade e com o pensamento de tornar conhecido o seu plano, o engenheiro-chefe, naqueles dias, fazia distribuir largamente, pelos Estados de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Capital Federal, grande número de plantas, fotografias e álbuns de vistas dos principais edifícios, o que determinou inúmeras referências encomiásticas em jornais daqueles Estados. Também para o estrangeiro, dirigidas aos encarregados dos serviços de imigração, haviam sido feitas outras tantas remessas.

Naqueles dias, a zona suburbana achava-se intacta, mesmo porque ainda estava sendo preparada. Só a 15 de julho de 1896 foi afixado edital, assinado pelo Dr. Adalberto Ferraz,¹⁷⁴



Planta copiada pela Inspetoria Técnica da Prefeitura, de uma outra desenhada em 1897 pela 6ª Divisão da Comissão Construtora, mostrando-nos a primeira área da cidade destinada a 30.000 habitantes, estando todas as ruas ainda designadas por números e as avenidas por letras do alfabeto. O traçado da cidade ainda estava intacto, como era natural. Nada se tinha modificado ainda.

chefe da 3ª Divisão, para a venda em hasta pública de alguns lotes na referida zona, no dia 1º de setembro, a uma hora da tarde.

Antes, porém, da realização dessa concorrência, isto é, a 20 de agosto, o governo do Estado expedia o Decreto n. 959,¹⁷⁵ autorizando o engenheiro-chefe a vender diretamente lotes urbanos, suburbanos e de sítios destinados a construções particulares, conforme ele havia proposto em seu relatório, “desde que o adquirente se obrigue a realizar a edificação definitiva de prédios dentro do prazo máximo de dois anos, contados da data da escritura de venda, sob pena de caducidade desta, observando-se, então, o disposto no art. 28 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895”. Os preços de venda não poderiam ser inferiores aos mínimos obtidos nas concorrências realizadas.

A 1º de setembro, como fora estabelecido em edital, realizou-se a abertura de propostas para a primeira venda de lotes suburbanos, sendo aceitas as seguintes: Na 1ª seção, quarteirão 1: Frederico Gosling, para os lotes 1 e 7; Manuel Pinto de Assunção, para o lote n. 3; no quarteirão 2: Alberto Bressane Lopes, para o lote n. 2; José d'Ávila Goulart, para o lote n. 5; Carlos Monte Verde, para o lote n. 7; no quarteirão 3: José Duarte da Costa Negrão, para o lote n. 3 e Francisco A. C. Horta, para os lotes n. 7 e 8; no quarteirão 4: Lahire de Vasconcelos, para o lote n. 2; D. Regina Saraiva, para o lote n. 4; José Duarte da Costa Negrão, para o lote n. 6; no quarteirão 5: José Duarte da Costa Negrão para o lote n. 1; Rafael Ponzio Pierre & Comp. para os lotes n. 6 e 9; Pedro Joaquim de Almeida, para o lote n. 7; Alvernaz Bitencourt & Comp., para o lote n. 10; no quarteirão 6: Dr. Américo de Macedo, para os lotes n. 3 e 4; no quarteirão 7: Pedro Joaquim de Almeida, para o lote n. 1; Dr. Américo de Macedo, para o lote n. 3. Na 4ª seção, quarteirão 1: Rosa Pace, para os lotes n. 1 e 2; - no quarteirão 2: Rosário Pace, para os lotes n. 2 e 5; Carlos Monte Verde, para o lote n. 6; no quarteirão 35: Rosário Pace, para o lote n. 11; Montanari Mauro, para o lote n. 19; Severino Marques, para o lote n. 21; no quarteirão 38: Adolfo Coussandier, para os lotes n. 2 e 14; Donato Donati, para os lotes n. 20 e 21.

São estes, pois, os *bandeirantes* dos nossos subúrbios a começar pelo conde de Santa Marinha,¹⁷⁶ que, tendo adquirido naqueles dias, por compra direta, o terreno da Avenida 17 de Dezembro ou do Contorno, limítrofe com a Rua do Ramal e Rua Januária, aí construiu o grande edifício em que manteve o seu estabelecimento industrial a que nos referimos em outra parte, edifício que hoje foi aproveitado para armazém da Central do Brasil.

Já pondo em execução as disposições de Decreto n. 959, a 16 de outubro a Comissão anunciava aceitar negociações sobre os lotes das seções de n. I a VI, da zona suburbana, ainda restantes. E por esse meio novas negociações se foram fazendo nas áreas urbana e suburbana, de sorte que, até 30 de abril de 1897, os títulos de venda expedidos pela Comissão atingiram o número de 169 lotes urbanos e 31 suburbanos, elevando-se o produto das vendas a 156:571\$273.

Por essa ocasião já haviam sido entregues, aos funcionários públicos, aos proprietários em Ouro Preto e aos ex-proprietários, em Belo Horizonte, 301 lotes a que tinham direito.

A Capital, edição de 10 de junho de 1897,¹⁷⁷ afirmava que, dos 2.158 lotes urbanos

restantes na área destinada a 30.000 habitantes, tinham sido vendidos 210, havendo um saldo de 1.948. Os vendidos haviam produzido uma renda de 169:145\$293, dando uma média de 800\$000 por lote. Para construção nos lotes vendidos haviam sido aprovadas plantas correspondentes a 202 casas que, somadas às 200 de funcionários, completariam o número de 402, para início da futura cidade, o que seria bastante animador, mesmo na hipótese, não provável, de diminuir ou de paralisar por algum tempo o movimento de construções. Mas aquela hipótese não era admissível e nem se coadunava com a febre sempre crescente de construções e que tendia para a rápida progressão, atendendo-se ao valor locativo dos novos prédios que remunerariam o capital empregado com uma taxa de 20%.

À primeira vista - comentava aquele jornal - "parecia que em uma cidade fundada como a realização do mais ardente sonho mineiro, a venda de 210 lotes não correspondia à expectativa geral". Engano. Não era assim. Ao contrário, aquele resultado era muito animador, tendo-se em vista que: 1º havia pouco mais de um ano apenas que se tinham iniciado os trabalhos propriamente de construção da cidade, pois os anteriores haviam sido preparatórios; 2º a terrível crise financeira atravessada pelo país havia "criado as maiores dificuldades a todas as classes, embaraçando e entorpecendo a iniciativa particular, assim como tornando o capital cada vez mais tímido e retraído"; 3º só agora se iam conseguindo "firmar no espírito timorato de nossos patrícios a convicção de que a mudança da sede do governo se faria no prazo legal", e que não havia mais motivo para se dar crédito à campanha tenaz e desanimadora que os antimudantistas moviam contra a realização daquele alto empreendimento. Assim, quem atentasse bem nessa fortes razões, concluiria forçosamente "que era soberbo o êxito obtido", prenunciador de "um belo porvir à futura capital de Minas."

Realmente eram justíssimas as ponderações de *A Capital* e quem, ainda hoje, examinar a grande massa de papéis de expediente da Comissão, daquele período em diante, verá o vulto enorme de propostas que esta recebeu e despachou favoravelmente, vendendo e permutando lotes nas áreas urbana e suburbana. Comprovando o nosso asserto, desejaríamos estampar aqui a relação completa desses lotes, mas, por ser trabalho demais penoso ir buscá-los todos em papéis esparsos para reuni-los, dispensamo-nos desse esforço desnecessário. Entretanto, não deixaremos de mencionar mais alguns lotes suburbanos vendidos antes da mudança da capital, para se ter uma idéia de como se ia formando essa grande zona da nova cidade.

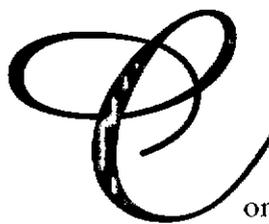
Assim, diremos que, a 21 de outubro de 1897, a Comissão vendeu a preços que variaram entre 100 e 150 réis o metro quadrado, com o prazo de dois anos para construção, os seguintes lotes: ao Dr. Adalberto Ferraz, os de n. 1 e 3, quarteirão 2, da I seção; ao Sr. Alberto Bressane Lopes, o de n. 6, quarteirão 3, da I seção; ao Sr. Francisco Bressane de Azevedo, o de n. 1 do quarteirão 3, da I seção; ao Sr. M. A. Gomes Pereira, o de n. 5, quarteirão 3, da I seção; ao Dr. Olímpio de Assis, o de n. 4, quarteirão 2, da I seção; ao Dr. Bernardo de Figueiredo, os de n. 1 e 3, quarteirão 4, da I seção; ao Sr. Luís Gomes Pereira, os de n. 15, 16 e 17 do quarteirão 35 da VI seção; ao Dr. Antônio do Prado Lopes, o de n. 6, quarteirão 2, da I seção; ao Dr. Cícero Ferreira, os de n. 4 e 6, do quarteirão 1, da I seção; ao Sr. Edgar Nascentes Coelho, o de n. 8, quarteirão 1, da I seção; ao Sr. Carlos Monte Verde, por

1:037\$841, o de n. 8, quarteirão 2, da VI seção, transferido no mesmo dia, por 1:600\$000 aos Srs. Eduardo Spiller e Roberto Pliske.

NOTAS

- 171 MINAS GERAIS. Decreto n. 840, de 9 de julho de 1895. Harmoniza as disposições do regulamento promulgado pelo Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895, com a nova organização dada à Comissão Construtora da Nova Capital. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895, p.185-187.
- 172 BICALHO. *Op. cit.*, p.365.
- 173 BICALHO. *Op. cit.*, p.366.
- 174 LUZ, Adalberto Dias Ferraz da. Nova capital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 3, 30 jul., 1896.
- 175 MINAS GERAIS. Decreto n. 959, de 20 de agosto de 1896. Autoriza o engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital a vender diretamente lotes de terrenos urbanos, suburbanos ou de sítios destinados a construções particulares. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896, p.324-326.
- 176 *Antônio Teixeira Rodrigues* (Portugal, 1850 - Rio de Janeiro, 1900). Conde de Santa Marinha. Construtor e industrial. Veio para o Brasil exercendo, inicialmente, a profissão de canteiro (escultor de pedra) no Rio de Janeiro, onde executou inúmeros trabalhos. Na mesma cidade, foi provedor de Santa Casa de Misericórdia e da Beneficência Portuguesa. Recebeu o título de conde, do governo português, pelos serviços prestados à instrução pública e ao culto católico em seu país. Transferiu-se para Belo Horizonte, em 1894, quando iniciou suas atividades na capital. Atuou como empreiteiro nas obras de construção de diversas edificações, destacando-se a parte posterior do Palácio da Liberdade, prédio da Imprensa Oficial, do Quartel do 1º Batalhão, da Imprensa Oficial e necrotério do cemitério do Bonfim, dentre outros. Explorou a pedreira do "Morro das Pedras", que fornecia material para as construções da cidade. Para atuar em grande escala, em seus empreendimentos, adquiriu uma pequena locomotiva, "Mariquinha", que trafegava no ramal férreo urbano, inclusive atingindo a área da pedreira. Foi, igualmente, responsável pela edificação da primeira residência da zona suburbana da cidade (1896), situada à rua Januária, ainda existente, pertencendo atualmente à Rede Ferroviária Federal, conhecida como "Casa do Conde de Santa Marinha" (tombada pelo IEPHA). Construiu, ainda, nas proximidades da mencionada casa, um edifício onde funcionou o "Grande Empório Central" (1897), empreendimento que abrangia diversos setores de produção. Esse prédio, embora parcialmente demolido, ainda permanece na área da Praça da Estação, sob o Viaduto da Floresta, igualmente pertencente à Rede Ferroviária Federal (CONDE de Santa Marinha. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 5 nov., 1900. MARIQUINHA, relíquia histórica de Belo Horizonte. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 29 out., 1935. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *História de Belo Horizonte: de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, p. 6).
- 177 NOVA capital. Vendas de lotes. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 10 de jun., 1897.

JUSTA COMPENSAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS EM OURO PRETO



Como já ficou dito, a Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893,¹⁷⁸ sábia e justamente, concedera a cada um dos proprietários de imóveis em Ouro Preto, a título de compensação pela desvalorização que naturalmente se verificaria nas propriedades ali, uma vez mudada a sede do Governo do Estado para Belo Horizonte, um lote de terreno gratuito aqui, tal como fizera em relação aos funcionários com residência obrigatória na capital.

Acontecia, porém, que era tal o ânimo rebel dos habitantes da velha capital contra aquela mudança, que muitos beneficiados da referida lei se desinteressaram por completo daquele direito e nem se deram ao incômodo de vir a Belo Horizonte conhecer a localização dos lotes que lhes haviam sido doados. E para dar mais eloqüente demonstração do seu desgosto e de sua animosidade contra a mudança, anunciavam, com desdém, que venderiam por qualquer preço os mesmos terrenos “na *papudópolis*, na *poetrópolis*, na *formigópolis*” - expressões com que procuravam ferir os créditos do arraial em véspera de ser a primeira cidade de Minas.

Subedores disso, não faltaram espíritos negociastas de vários pontos do Estado que foram ou mandaram a Ouro Preto adquirir na *bacia das almas*, grande quantidade daqueles terrenos, o que lhes proporcionou gordos lucros. Para exemplo, citaremos o Sr. José Francisco de Macedo que, por haver adquirido número considerável daqueles lotes, recebeu a cognominação que lhe deu a inventiva popular de José dos Lotes.

Conforme demonstramos em outro capítulo, nos dias 30 e 31 de julho de 1895, efetuou-se em Belo Horizonte o sorteio de lotes destinados aos referidos proprietários, de acordo com a seguinte relação organizada pela Secretaria da Agricultura, a 18 do aludido mês:

RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE CASAS EM OURO PRETO COM DIREITO A LOTES
DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÕES NA FUTURA CAPITAL DO ESTADO, CONFORME A LEI
N. 3, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1893:

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Antônio Carvalho Brandão	-	Urbano
O mesmo, por suas filhas Maria e Ana	-	"
D. Ana das Dores Paula	Vitor Maria Sarda	"
D. Amélia Augusta da Luz	Pedro Coussandier	"
Antônio Rodrigues Braga	<i>Idem</i>	"
Antônio de Jesus Passos	<i>Idem</i>	"
Agostinho de Paula Ribeiro	<i>Idem</i>	"
Antônio Demétrio G. Correa	-	"
Antônio Apolinário Guerra	Mariano Guarniere	"
Antônio Pereira Soares	<i>Idem</i>	"
Adão da Purificação Carvalho	<i>Idem</i>	"
Artur Dias Ferreira e Galdino D. Ferreira	<i>Idem</i>	"
Antônio Moreira	Eduardo Faria	"
D. Ana de Jesus Soares	<i>Idem</i>	"
D. Ana Ermelinda Álvares Antunes	-	"
Agostinho Dias dos Santos	-	"
Augusto Coutinho	-	"
Albino Barbôsa da Silva	-	"
Antônio Pereira Azedo	-	"
Antônio Basílio Ferreira	-	Urbano
Antônio Vieira Ferreira Silva	-	"
Antônio Fiuza da Rocha	-	"
D. Amélia Augusta da Silva	-	"
Antônio Rodrigues Barcelos	-	"
Afonso Fernandes e F. de P. F. Monteiro	-	"
Antônio Leão Lopes da Cruz	-	"
Antônio Ricardo dos Santos	-	"
D. Ana Ermelinda Felicíssimo	-	"
Augusto Pantaleão	-	"
Avelino E Máximo de Jesus	-	"
Antonino Gentil Gomes Cândido	-	"
Augusto Henrion	-	"
Antônio Pereira de Faria	-	"
Alfredo A. Ferreira de Oliveira	-	"
Agostinho José dos Santos	-	"
Afonso de Jesus Torquato	-	"
D. Adélia Albana Rosa	-	"
D. Ana Rosa do S. Silva	-	"
Agostinho José C. do Couto	-	"
Albino da Costa Guimarães	-	"
Alfredo Furst	-	"
Antônio Coelho de Magalhães Gesteira	-	"
Antônio de Santa Cecília	-	"
Antônio Augusto de Almeida	-	"
Antônio José Neto	-	"
Antônio Felipe Gomes	-	"
Antônio Bento de Souza	-	"
D. Ana Andreza do Sacramento	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Antônio Maria Passos	-	"
D. Antonina Augusta Ferreira e Irmãs	-	"
Anacleto Nunes Mendes Lisboa	-	"
D. Ambrosina Maria de Paula	-	"
D. Antônia Carolina Ferreira	-	"
D. Antônia Alberta de Jesus	-	"
Antônio Rodrigues do Nascimento	-	"
Antônio Fortunato da Fonseca	-	"
Angelino Cláudio Martins	-	Suburbano
Antônio Pereira Soares	-	Urbano
Antônio Vieira de Carvalho	-	"
Antônio Gomes Monteiro	-	"
Antônio Augusto das Dores	-	"
Antônio Ambrósio de Jesus	-	"
Antônio Maria Antunes	-	Urbano
D. Antônia Carolina Ferreira, - tutora de seus filhos Ana, Domingos, Joaquim, Maria e Antônia	-	"
Ângelo Benedito	-	"
Antônio José Tavares Filho	-	"
D. Ana Leopoldina de O. Carvalho	-	Suburbano
D. Ana Margarida Leite	-	Urbano
Antônio Francisco Junqueira	-	"
Augusto Pinto Moreira	-	"
D. Ana Bonifácia Dias	-	Urbano
Antônio Augusto do Couto	-	"
Dr. Antônio Augusto de Lima	-	"
D. Augusta Maria da P. Neves	-	"
Adolfo José dos Passos	-	"
D. Antônia Lopes da Cruz	-	"
Afonso Alves Branco	-	Suburbano
Antônio Pereira Torroso & Irmãos	-	Urbano
Amâncio Hermógenes da Silva	-	"
Antônio Alves dos Santos	-	"
D. Ana Augusta de Oliveira Cata Preta e Júlia Lima de Oliveira Cata Preta	-	"
Antônio Virgílio Nunes Bandeira, D. Maria Amélia Bandeira da Rocha e Francisco de Assis Bandeira	-	"
Antônio Leite Ramalho	-	"
Afonso Pinheiro de Faria	-	"
Antônio Augusto Celso Nogueira	-	"
Adão Pedro Soares	-	"
Antônio Augusto de Oliveira	-	"
Associação de Caridade Santa Isabel de Hungria	-	"
D. Ana Vicência de Paula	-	"
Antônio Balena	-	"
D. Ambrosina Elvira Augusta da Silva	-	"
André Ferreira da Silva	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
D. Amélia Augusta Alvim	-	"
Augusto Justino Fernandes dos Santos	-	"
D. Antonina Augusta do Carmo Ferreira	-	"
Antônio Cesário de Lima	-	Suburbano
D. Ana Lopes da Cruz	-	Urbano
Antônio Martins dos Santos	-	"
Antônio Augusto dos Passos	-	"
Antônio Rodrigues Romão	-	"
Antônio Dias Ribeiro	-	"
Dr. Atabalipa Americano Franco	-	"
D. Angélica F. de Araújo Torres	-	"
Alfredo Cata Preta Santos	-	"
Antônio Joaquim Ribeiro	-	Urbano
Augusto Correia de Magalhães	Albino G. de Carv.º	"
Afonso Baeta & Comp.	-	"
D. Argentina Lessa	-	"
Antônio Ferreira Pedrosa	-	"
Antônio Félix Ramos Papagaio	-	"
Américo Vieira de Brito	-	"
Antônio Felício Magaldi	-	"
D. Balbina Soares	Adolfo Carvalho	"
Bernardino José do Amor Divino	Maximiano Guarnieri	"
Bernardino Ferreira da Silva Jr.	Eduardo Turio	"
D. Balbina Maria da C. Cruz	-	"
Benjamim de Miranda Lima	-	"
D. Bárbara Scotti	-	"
D. Balbina Ferreira	-	"
Boaventura Rodrigues da Costa	-	"
Bernardo Augusto da Ascensão	-	"
Boaventura Simões Prata	-	"
D. Benvinda de Assis P. de Moraes	-	"
Benjamim Severiano da Silva	-	"
Dr. Bernardo Pinto Monteiro	-	"
Benedito Tibúrcio de Souza	-	"
Dr. Bernardino Augusto de Lima	-	"
Bernardino de Sena R. Mourão	-	"
Bruno von Sperling	-	"
Banco de Minas Geraes	-	"
D. Camila Cândida de Jesus	-	"
D. Claudina Ferreira dos Santos e	-	"
D. Delfina Olímpia Ferreira	-	"
D. Camila Maria do Carmo	-	"
Carlos César do Carmo	-	"
Caseriro José de Sousa	-	"
Cândido Luís Maria de Oliveira	-	"
Cândido Roque José Maria	-	"
Dr. Camilo de Brito	-	"
D. Carlota Augusta Magalhães Gesteira	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
D. Carolina Rosalina Santiago	-	"
D. Camila Silveira da S. Coelho	-	"
D. Carlota Ferreira de Araújo	-	"
Conrado Ribeiro de Araújo	-	"
D. Carolina da Ascensão Lima	-	Urbano
Carlos José dos Santos	-	"
Carlos Antônio de Santa Rosa	-	"
Camilo de Lélis Santiago	Pedro Coussandier	"
Caixa Econômica Particular	-	"
D. Celestina Benta Ramos	-	"
Carlos Simões	-	"
Carlos Manoel da Silva	-	"
Dr. Claudino Pereira da Fonseca	-	"
Cândido Augusto da Cruz	-	"
Cândido Eloi Tassara de Pádua	-	"
Clementino Luís Pacheco	-	"
Dr. Cornélio Vaz de Melo	-	"
Cândido Maximiano da Silva	-	"
D. Casimira Madureira Murta	-	"
Cassiano Emiliano da Silva	-	"
Camilo da Costa Braga	-	"
Cesário Rodrigues Pombo	-	"
Cesário Modesto Moreira	-	"
D. Carlota Fernandes dos Santos	Adolfo Coussandier	"
Carlos Simões Prata	-	"
Carlos Horta Buzelin	-	"
Carlos Fortunato Meireles	-	"
Dr. Cláudio A. Bernhaus de Lima	-	"
Carlos Augusto Soares de Magalhães	-	"
Cesário Rodrigues Brandão	-	"
D. Caetana Celestina do E. Santo	-	"
D. Carolina J. de Jesus Ribeiro	-	"
D. Cândida Dias dos Santos	-	"
Domingos de Magalhães Gomes, tutor dos órfãos	-	"
Delfino, Olímpia, Bernardo e Aurélia	-	"
Diogo Pereira de Azevedo	-	"
D. Domitila Angélica Alves	-	Suburbano
Domingos do E. Santo Andrade	-	Urbano
Davi Francisco de Oliveira	-	"
Demétrio Coelho Neto	-	"
Davi Moretzshon	-	"
Domingos de Magalhães Gomes	-	"
Domingos da Silva Porto	-	Suburbano
Domingos Fernandes Monteiro	-	Urbano
D. Decemília Ferreira Madureira	-	Urbano
D. Deolinda Gonzaga de Magalhães	-	"
Delfino Dias dos Santos	-	"
D. Delfina Feu	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Davi dos Santos Abreu	-	"
Eduardo Augusto Alvares Costa	Adolfo Coussandier	"
D. Eulina Felicíssima Dias	Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa	"
D. Emília Bernardina do Carmo	Mariano Guarnieri	"
Elisiário José de Sousa	Adolpho Coussandier	Suburbano
D. Etelvina Soares	-	Urbano
D. Ifigênia Francisca Borges	-	"
Ezequiel Antônio de Melo	-	"
Ernesto Silvestre da Costa	-	"
Elisiário de Paiva	-	"
D. Euflausina Maria Ferreira	-	"
D. Emília Augusta da Silva Mendes	-	"
Francisco Amedée Peret	-	Suburbano
Francisco de Paula Sousa	-	Urbano
Francisco José Lopes	-	"
Francisco Antônio dos Santos	Pedro Coussandier	"
Francisco da Costa Lima	-	"
Florêncio Machado Coelho	-	"
Fortunato Pereira Campos	-	"
D. Fortunata Correia de Andrade	-	"
D. Francisca da Rocha	Adolfo Coussandier	Suburbano
Frutuoso Gomes Monteiro	-	Urbano
D. Francisca Cândida de Jesus	Adolfo Coussandier	"
Felipe Santiago	-	"
D. Florinda Fausta da Silva	-	"
D. Fortunata da Costa Lopes	-	"
D. Firmina Herculana Pacífica	-	"
Florêncio Fernandes de Jesus	-	"
Fortunato Coelho de Magalhães	-	"
Francisco Gonçalves da Costa Leal	-	"
Francisco Dias Barreiros	Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa	Urbano
Francisco de Paula Paiva	-	Suburbano
Francisco de P. Soares Ferreira	-	Urbano
Francisco de A. Soares Magalhães	-	"
Francisco de P. L. de Oliveira	-	"
Francisco Antônio de Paula	-	"
DD. Francisca de Paula Soares Albergaria e	-	"
Francisca Rosa Soares Albergaria	-	"
Francisco de Assis Oliveira	Albino Gaspar de Carvalho	"
D. Francisca Carolina de U. Cintra	-	"
D. Flávia Martins Neca	-	"
Francisco de Paula Gil	Adolfo Coussandier	"
Francisco Zeferino Candeias	-	"
Francisco M. dos Santos Cavalcante	-	"
Francisco de Paula Mendonça	Pedro Coussandier	"
Firmino Caetano de Jesus	-	"
Francisco de Paula Camilo	Francisco A. de O. Bastos	"
D. Felicidade Gomes da Silva	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Francisco do Sacramento	-	"
Dr. Francisco de Paula F. Veloso	Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa	"
Francisco de P. S. Veloso	-	"
D. Francisca de A. M. Coelho	-	"
Francisco de Paula X. de Abreu	-	"
Francisco José de Araújo	-	"
Francisco Ribeiro Mourão	Adolfo Coussandier	Suburbano
Florêncio dos Santos Goudinho	-	Urbano
Francisco Cirino Rodrigues	-	"
Francisco X. Machado e	-	"
D. Francisca de Sales Machado	-	"
D. Feliciano de P. Felicíssimo	-	"
Francisco Coelho de M. Gomes	-	"
Francisco de P. Fernandes Rabelo	-	"
Francisco Luís da Veiga	-	"
Francisco José Soares Moreira	-	"
<i>Idem, idem</i>	-	"
Francisco de Paula S. Júnior	-	Urbano
Felício José de Andrade	Pedro Coussandier	"
Francisco de Paula da R. Nunan	-	"
Felipe Ferreira	-	"
D. Francisca Ana D. Monteiro	-	"
Francisco Antônio Painhas	-	"
Francisco de Magalhães Gomes	-	"
Francisco José Antunes	-	"
Francisco Teixeira Amaral	-	"
Francisco de Paula Fradinho	-	"
Francisco Luís M. de Britto	-	Suburbano
Francisco de Paula Saturnino	-	"
Francisco Ferreira Alves	-	Urbano
Francisco da Costa Guimarães	Vítor M. Sarda	"
D. Fausta Cândida Fonseca	-	"
Florentino Teixeira do Rosário	-	"
Francisco Gomes de Sá	Pedro Coussandier	"
Francisco Olivette	-	"
D. Francisca de P. de O. Catão	-	"
Francisco Nicolau Pereira	-	"
Francisco José da Costa	Eduardo Turio	"
D. Guilhermina Augusta Scott	-	"
D. Gabriela de Oliveira Brás	-	"
D. Gertrudes da Costa Rodrigues	-	"
Gregório Pedro Ferreira	-	"
Guilherme Amedée Peret	-	"
Gabriel Santos	-	"
Gabriel José Velasco	Bartolomeu Labesque	"
D. Generosa A. F. Guimarães	-	"
Gabriel Carlos Alvares da Costa	-	"
D. Generosa A. Ferreira e Irmã	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Herdeiros de Antônio P. da Costa	-	"
Idem de D. Rita G. dos Santos	-	"
Idem de Rafael Arcanjo C. Gama	-	"
Henrique Deodato Dias Coelho	-	Suburbano
Herdeiros de Raimundo N. S. Ataíde	-	Urbano
Idem de Sabino Machado da Luz	-	"
Idem de Valeriano M. de C. Reis	-	"
Idem de D. Maria Inácia Salgado	Ernesto Troschel	"
Idem de D. Teresa E. de Jesus	Pedro Coussandier	Urbano
Idem de Carlos Benedito Monteiro	-	"
Idem de D. Maria Barcelos	-	"
Idem de Manuel T. Tomás Henriques	-	"
Idem de Francisco de Paula Sousa	-	"
Idem de Manuel Ferreira de Araújo	-	"
Idem de Manuel Simões Franco	-	"
Herdeiros de Maximiano B. Machado	-	"
Idem de Augusto de Sales Couto	-	"
Idem de Antônio Luís M. Musqueira	-	"
Idem de Antônio José de Sousa	-	"
Idem de Agostinho de A. Porto	-	"
Idem de Antônio J. F. Guimarães	-	"
Idem de Claudionor J. de O. Quites	-	"
Idem de Claudiano da C. Monteiro	-	"
Idem de T. de Oliveira	-	"
Idem de Camilo Luís Maria	-	"
Idem de Floriano Dias Ribeiro	-	"
Idem de Fernandes Martins dos Santos	-	"
Idem de Francisco de P. Lana	-	"
Idem de Francisco da C. Sardinha	-	"
Idem de D. Francisca M. de Jesus	-	"
Idem de D. Maria do C. Prata	-	"
Idem de Higino Ferreira da Silva	-	"
Idem de Inácia Rangel Ribeiro	-	"
Idem de João Martino	-	"
Idem de José Rodrigues Pombo	-	"
Idem de Eufrosino F. de Brito	-	"
Idem de José Francisco Rodrigues	-	"
Idem de D. Joana Maria dos Prazeres Monteiro	-	"
Idem de José Dias dos Santos	-	"
Idem de José Pereira da Silva	-	"
Idem de Joaquim José dos Passos	-	"
Idem de João Antônio Afonso	-	"
Idem de José J. Viegas de Menezes	-	"
Idem de José Fernandes de Sousa	-	"
Idem de José Januário Carneiro	-	"
Idem de João José dos Santos	-	"
Idem de João da Costa Monteiro	-	Urbano
Horácio Andrade	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Honório Pereira Campos	-	"
Henrique Eduardo Renault	-	"
D. Honorina Augusta de Oliveira	Eduardo Turio	"
Horácio Bueno	-	"
D. Honestalda Cândida de Almeida	-	"
Henrique Longuinho Batista	-	"
Honório Gomes da Silva	-	"
Honestaldo José Fagundes	-	"
Henrique G. de Paula Castro	-	Suburbano
Honório Pinheiro de Faria	-	"
Herculano Pinheiro de U. Cintra	-	"
Idalino Rodrigues Neves	-	Urbano
D. Inocência Maria de Almeida	-	"
D. Inês de Castro M. Carlota	-	"
D. Isibina César Lima	-	"
D. Izabel Barcelos	-	"
Inocência Pinheiro	-	"
Isidro Petronílio Monteiro	-	"
João Pires de Sousa	Pedro Coussandier	"
José Mariano da Costa Lana	-	"
Joaquim Augusto de Oliveira Santos, por seus filhos Álvaro, Edgar e Mário	-	"
D. Joaquina Fernandes Coelho	Bartolomeu Labesque	"
Joaquim Caetano de Magalhães	Eduardo Turio	"
D. Josefina Clara da Silva	-	"
João Antônio de Mendonça	-	"
João dos Santos Campeiro	Dr. Sabino Barroso Júnior	"
João Fernandes Vieira	-	"
João Batista da Silva	-	"
José Bento Soares	-	"
Dr. Joaquim Cândido da C. Sena	-	"
José dos Santos Gonçalves	-	"
Dr. José Tristão de Carvalho	-	"
José Agostinho Lessa	-	"
João José Gonçalves	-	"
José Basílio Ferreira	-	Urbano
José Teodoro de Magalhães	Pedro Coussandier	"
João Augusto Soares	-	"
José Antônio da Fonseca	-	"
João Paulo Africano	-	"
João Belarmino Ferreira da Silva	-	"
João Antônio Tassara de Pádua	-	"
Joaquim Severiano de Carvalho	-	"
José Lopes de Oliveira	-	"
João Cecílio dos Reis Teixeira	-	"
João Batista de Medeiros	-	"
D. Joaquina Carolina de Jesus	-	"
José Maria dos Reis Barcelos	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Jucundino Júlio Santiago	-	"
João Gomes Pessoa	-	"
João de Sales Pereira	-	"
João de Sousa Leal	-	"
D. Joana Gonçalves de Magalhães	Adolfo Coussandier	"
João Tertuliano da Silva	-	"
Joaquim Cipriano Ribeiro	-	"
José da Costa Teixeira	-	"
Jacinto Antônio da Costa	-	"
João Paulo Ferreira de Oliveira	-	"
Joaquim Teixeira de Sousa	-	"
Joaquim Lourenço Machado	-	"
João da Conceição Barbosa	-	"
José Bernardes de Paula Aroeira	-	"
José Neves	-	"
Joviano Gonçalves Pereira	-	"
José de Paula Cruz	Dr. Cipriano José de Carvalho	"
D. Júlia Augusta da S. Lima	-	"
D. Joaquina Maria de Almeida	-	"
Dr. José Serrano M. da Silva	-	"
João Alfredo de Ataíde	-	"
João Vitor de Magalhães Gomes	-	"
João Francisco dos Reis	-	"
Joaquim Bonifácio F. da Silva	-	"
D. Jacinta Pio Pereira	-	"
Joaquim Rodrigues de P. Guerra	Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa	Urbano
João Pereira de Faria	-	"
João Egídio dos Santos	-	"
Joaquim Coelho Gouveia	-	"
Joaquim Luís da Motta	-	"
José E. Francfort d'A. Bicalho	-	"
José Luís Teixeira	Bartolomeu Labesque	"
D. Jacinta Silveira de Sousa	-	"
João Pedro de Jesus	-	"
José Joaquim Ferreira	-	"
João José da Rocha	-	"
D. Joana Cata-Preta Santos	-	"
José Antônio da Silva Guimarães	Adolfo Coussandier	"
José Felicíssimo de P. Xavier	-	"
José dos Passos Moreira	-	"
Joaquim Francisco dos Passos	-	"
José Francisco de Macedo	-	"
José de Calasans T. de Magalhães	-	"
João dos Reis Teixeira	Pedro Coussandier	"
João Xavier dos Santos	-	"
João Antônio Duarte	-	"
Jacinto Dias Coelho	-	"
José P. de Ulhoa Cintra	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
João Antônio Ribeiro	-	"
João Batista Elena Sobrinho	-	"
José Jacinto Fagundes	-	"
Joaquim Dias de Paula	-	"
João Honorato do E. Santos	-	"
João Valamiel Rodrigues	-	"
José Soares da Silva	-	"
João Peixoto de Sá	Dr. Cipriano José de Carvalho	"
José Joaquim dos Santos & Irmãos	-	"
Joaquim Osório Teixeira	-	"
D. Josefina Celso de Abreu	-	"
João da Silva Lisboa	-	"
João Francisco de Paula Alves	-	"
José dos Santos Lucas	-	"
Joaquim Ângelo de Sousa	-	Urbano
Joaquim Augusto de O. Santos	-	"
José Pereira de Faria	Adolfo Coussandier	"
José Augusto de Carvalho Gama	-	"
José Firmo dos Santos	-	"
José Bonifácio Fernandes	-	"
D. Justina Bárbara Pereira	-	"
José Inácio de Carvalho Sampaio	-	"
Jorge Rendington	Adolfo Coussandier	Suburbano
D. Josina Emília Bretas Bhering	-	Urbano
José Marçal Ricardo	-	"
João Francisco de Paula Castro	-	"
João P. de Ulhoa Cintra	-	Suburbano
Dr. José Joaquim Fernandes Torres	-	"
Joaquim Francisco Gadelha	-	"
Luís Francisco Rodrigues	Pedro Coussandier	Urbano
Leopoldo Barbosa F. Alvim	-	"
D. Laura dos Santos Barbosa	-	"
D. Luísa Amador dos Santos	-	"
D. Luísa Francisca de P. Santos	-	"
D. Leonídia A. de Assis Martins	-	"
D. Leonídia Lourença de P. Theodora	-	"
Cônego Luís Tirésio da C. Braga	-	"
Luís Maria Soares de Albergaria	-	"
Lucas Machado Veloso Caldas	-	"
Ludovico Ferreira Veloso	-	"
Luís Augusto Soares de Magalhães	-	"
Luís Pinto da Rocha	-	"
Lauro de Lima	-	"
D. Leandra M. da Conceição Pereira	-	"
D. Luísa E. de Paula Santos	-	"
Leônidas Botelho Damásio	-	Suburbano
D. Leonor Gabriela M. Freitas	-	"
Leopoldo Augusto Ribeiro Bhering	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Manuel José de Paiva	Dr. Cipriano José de Carvalho	Urbano
D. Maria da Conceição M. Brandão	-	"
Manuel Tertuliano Ferreira	-	"
Manuel Marçal dos Santos	-	"
Manuel de Carvalho Oliveira	-	Urbano
Marcelino Pinto de Miranda	-	"
D. Maria Rodrigues dos Santos	Adolfo Coussandier	"
D. Marciana Maria da Silva	-	"
D. Maria da Cruz P. Coelho	-	"
D. Maria Joana Vieira	-	"
Manuel Correia Burgos, tutor de João Capistrano G. da Mata	-	"
D. Maria Felisbina de Sousa	-	"
Manuel Luís de Araújo	-	"
D. Maria M. de Resende Santos	-	"
Manuel de Paula Ferreira	-	"
D. Matilde C. Ascensão Cardoso	-	"
D. Maria Delminda Ferreira	-	"
D. Maria J. Álvares Antunes	-	"
D. Maria Branca Soares	-	"
D. Maria I. Galvão da C. Fonseca	-	"
Manuel Grieco Rodrigues	-	"
D. Maria Fortunata Bhering	-	"
D. Maria Justina Chenot	-	"
Miguel Antônio Tregellas	-	"
Manuel de Magalhães Gomes	-	"
Manuel Fernandes Vieira	-	"
D. Minervina B. de Queiroga	-	"
Manuel Ferreira Guedes	-	"
D. Maria da P. de Magalhães Reis	-	"
D. Maria T. Soares Pombo	-	"
D. Maria da Conceição Pereira	-	"
Manuel Antônio dos Santos	-	"
D. Maria Rosa do Nascimento	-	"
Miguel da Silva Ribeiro	-	"
D. Maria Luísa de Oliveira	-	"
D. Maria Francisca Rodrigues	-	"
D. Maria Clara de A. Palhares	-	"
Manuel Estêvão dos Santos	-	"
Manuel Bento Malheiros	-	"
D. Maria dos Santos Torres	-	"
D. Maria Isabel de Lemos	-	"
D. Maria Augusta Soares	-	"
D. Maria de Jesus Teixeira	-	"
Manuel Diniz Gomes	Mariano Guarnieri	"
Manuel Vieira dos Reis	-	"
Manuel Correia Burgos	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
D. Maria J. de Magalhães Musqueira	-	"
Marçal José dos Santos	-	"
Manuel Joaquim de Lemos	-	"
D. Maria M. Policarpo Ribeiro	-	"
D. Maria J. de Santana Liebman	-	"
D. Maria Arcanja da Cunha	-	"
Manuel Fiuza da Rocha Sobrinho	-	"
D. Maria do Carmo Ferreira	Bartolomeu Labesque	"
Manuel Pedro de Macedo	-	"
D. Maria da Conceição Paiva	-	"
D. Maria Escolástica de Jesus	-	"
D. Maria Rosa Pereira	-	"
Manuel de Oliveira Lana	-	"
Manuel Fernandes Chaves	-	"
D. Maria Isidora	-	"
D. Maria José do E. Santo	Mariano Guarnieri	"
D. Maximiana Pereira de Oliveira	-	"
D. Maria das Dores Brandão	-	"
D. Maria Fernandes Teixeira	-	"
D. Maria Eduarda de Aguiar	-	"
D. Maria Norbertina Antunes	-	"
D. Maria Leite de Andrade	-	"
Manuel da Costa Matias	-	"
D. Maria Eulália de Sousa Braga	-	"
Manuel Tomás Teixeira	-	"
D. Miquelina Maria Ruas	-	"
Manuel da Paixão Lopes	-	"
D. Maria Helena	Bartolomeu Labesque	Suburbano
D. Maria Rita de Santana	-	"
Manuel José Cabral Filho	-	"
Nicolau José Ferreira	-	"
Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo	-	Urbano
Ordem Terceira de N. S. das Mercês e Perdões	-	"
Ordem Primeira de S. Francisco de Assis	-	Urbano
Otávio Vieira de Brito	-	"
Olímpio Ferrer de F. Oliveira	-	"
Olímpio Moreira	-	"
D. Olímpia Fernandes Monteiro	-	"
Ovídio Saraiva Fidelis	-	"
Olímpio Ferreira Torres	-	"
D. Paula Rosa de Jesus	Eduardo Turio	"
D. Perciliana Indomila A. dos Santos	Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa	"
Pompílio Antônio Palombo	-	"
Paulino Pio Pereira	-	"
Pedro Augusto da Silva Nunes	-	"
Pedro Coelho de M. Gomes	-	"
Pedro Luís Maria	-	"
Pedro Pio Pereira	-	"
Pedro Arbues C. da Conceição	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Pedro Poch	-	"
Pedro de Macedo V. da Fonseca	-	"
Pedro Teixeira da Mota	-	"
Pedro José da Silva	-	"
Dr. Pedro José da Silva	-	"
Pedro Luís dos Santos	-	Suburbano
Quintiliano Teixeira de Oliveira	-	Urbano
D. Rita Ambrosina da Luz	-	"
Rodrigo Pinto Homem	-	"
Randolfo A. Baeta Neves	-	"
Raimundo Caetano B. de Oliveira	-	"
Raimundo José dos Santos	-	"
Raimundo Neves Moura	Mariano Guarnieri	"
D. Rita Pio Ramos	Eduardo Turio	"
Romualdo Antônio de Carvalho Gama	-	"
Rodolfo Augusto Gonzaga	-	"
D. Rosalina Alves Rosemburg	-	"
D. Reduzina Ferreira de Carvalho	-	"
D. Rita Carlota Soares	-	"
D. Rita Maria de Cássia Lagoa	-	"
D. Raimunda Nonato Franco	-	"
Randolfo Bretas	-	Urbano
Ricardo Ribeiro Café	Adolfo Coussandier	Suburbano
Santa Casa de Misericórdia	-	Urbano
Sebastião Pedro	-	"
Serafim Gonçalves Antunes	-	"
Saturnino Fernandes Lopes	-	"
Severo Barbosa de O. Júnior	-	"
Sebastião Ferreira Pinto	Clemente Rueff	"
Sabino de Jesus Passos	Adolfo Coussandier	"
Simão Ferreira	Pedro Coussandier	"
D. Senhorinha da Silva Lessa	-	"
Dr. Sízínio Ribeiro Pontes	-	"
D. Silvéria Maria Marques	-	"
D. Silvéria de Paula Felicíssimo	-	"
D. Severina de Paula Conceição	-	"
Silvério Ribeiro de Carvalho	-	"
Severo Barbosa de Oliveira	-	"
Serafim Francisco Gonçalves	-	"
Serafim Afonso Painhas	-	"
D. Teresa Augusta Meirelles	-	"
D. Teresa de Paula Castro	-	"
Tomás José Rodrigues	-	"
D. Teresa Augusta de Jesus	Adolfo Coussandier	"
D. Teresa Amélia de O. Deschamps	-	"
D. Teresa Lagrotta	-	"
Dr. Teófilo Pereira da Silva	-	"
Tomé do Nascimento Jesus	-	"

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS OU CEDENTES	NOME DOS CONCESSIONÁRIOS	ESPÉCIE DO LOTE
Teotônio José Soares	Adolfo Coussandier	Suburbano
Dr. Virgílio M. de Melo Franco	-	Urbano
Vicente Ferreira Passos	-	"
D. Vicência de P. Alves Pinto	-	"
Viscondessa de Camargos	-	"
Vicente Gomes Monteiro	-	"
Vicente F. do Espírito Santo	-	"
Vicente da Costa Guimarães	Eduardo Turio	"
Vicente Martino	Mariano Guarnieri	"
Vigilato Coelho Neto	-	"
Vicente de Sousa Neves	-	Suburbano

Terceira Seção da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em Ouro Preto, 18 de julho de 1895. O amanuense, *Eduardo Cintra*.¹⁷⁹

Como se vê, ao ser organizada essa relação e antes de efetuado pela Comissão Construtora o primeiro sorteio, muitos lotes já haviam sido transferidos por seus proprietários a terceiros. Mas as negociações de tais terrenos tomaram grande vulto foi depois do sorteio referido, em que também se destinaram lotes a funcionários públicos e aos ex-proprietários em Belo Horizonte e principalmente depois da entrega dos referidos lotes.

A entrega, porém, não se fez imediatamente; e vantajosa para aqueles concessionários de lotes foi a medida que tomou o engenheiro-chefe, relatada no seguinte tópico do seu relatório de abril de 1896:

“O regulamento que acompanhou o Decreto n. 803, de 11 de janeiro de 1895, determinou que seria por meio de sorteio o modo de se efetuar aquelas concessões, estabelecendo as formalidades para tal processo, que foi realizado nos dias 30 e 31 de julho findo. Tendo, porém, a citada lei fixado o prazo de 2 anos para a edificação em tais lotes, sob pena de caducidade da concessão, mandando o regulamento contá-lo da data do respectivo título, pareceu de equidade, atentas as dificuldades até agora existentes para a aquisição de materiais de construção, que não se apressasse a entrega dos lotes aos proprietários de Ouro Preto, que, em sua maior parte, teriam de ver caducas as suas concessões. Agora, porém, que aquelas dificuldades têm desaparecido, vai-se proceder à entrega de tais lotes”.¹⁸⁰

Para se ajuizar da procura que tinham aqueles lotes, vamos transcrever linhas abaixo o anúncio que saiu publicado em *A Capital*, de 3 de junho de 1897, sob o título: *Aos proprietários de Ouro Preto e Belo Horizonte*. Ei-lo:

“Alfredo Brasil tem ordem para comprar lotes e dá preferência aos seguintes:

3a. seção —	Quarteirão	16	—	Lotes	4
	“	19	—	“	17
	“	19	—	“	20
	“	19	—	“	22
	“	6	—	“	11
	“	6	—	“	13
4a. seção —	“	31	—	“	10
	“	26	—	“	21
	“	28	—	“	24
	“	28	—	“	14
	“	28	—	“	16
	“	24	—	“	19
	“	22	—	“	19

Os proprietários poderão mandar o último preço por carta a A. Brasil - Belo Horizonte.”¹⁸¹

NOTAS

- 178 MINAS GERAIS. Lei n. 3, adicional à Constituição de 7 de dezembro de 1893. Marca o lugar para a construção da capital do Estado e dá outras providências. *Constituição e leis adicionais decretadas e promulgadas pelo Congresso Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.
- 179 RELAÇÃO dos proprietários de casas em Ouro Preto com direito a lotes de terrenos para construções na futura capital do Estado, conforme a Lei n. 3 ... *Minas Gerais*, Ouro Preto, 28 jul., 1895, p.4-6.
- 180 BICALHO. *Op. cit.*, p. 365.
- 181 Aos Srs. proprietários de Ouro Preto e Belo Horizonte [Anúncio]. *A Capital*. Belo Horizonte, 3 jun., 1897, p.3.

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÕES NO RIO DE JANEIRO -
TEATRO E DIVERSÕES AO TEMPO DA COMISSÃO CONSTRUTORA

Logo que os trabalhos da Comissão Construtora começaram a ter grande desenvolvimento, reconheceu-se a inadiável necessidade de ser montado no Rio de Janeiro um Escritório de Representações, em substituição ao simples agente que ali era mantido até então e que representasse a mesma Comissão em suas transações com a praça, cumprindo contratos, pagando, recebendo, comprando e efetuando despachos da imensa quantidade de materiais que teriam de vir dali, da Europa e dos Estados Unidos para Belo Horizonte.

Capacitado dessa necessidade, a 16 de setembro de 1895, em Ofício n. 126 à Secretária da Agricultura, o engenheiro-chefe propunha:

“Tendo de se desenvolver desde já os serviços desta Comissão na Capital Federal, já quanto às relações com a Estrada de Ferro Central do Brasil que, pelo acordo de 25 junho do corrente ano, entrega-nos todo o serviço de transportes de mercadorias para Belo Horizonte, estabelecendo uma estação no antigo matadouro, exclusivamente sob a nossa direção, já quanto aos contratos de fornecimentos e compra de materiais de que carecemos, pagamentos de contratos, etc., proponho a V. Ex^a a criação de um Escritório de Representações da Comissão na Capital Federal, sujeito exclusivamente a esta Comissão e com o seguinte pessoal: chefe-representante, com categoria e vencimentos do chefe de Contabilidade desta Comissão, 1; escrivão, tirado do quadro atual, 1; amanuense, agente, 1; *idem*, 1; ajudante, 1; servente, 1. Parece-me que, por ora, são suficientes estes empregados e, caso se verifique a necessidade de outros, serão aproveitados dos que puder a Comissão em Belo Horizonte dispensar. Tendo pedido demissão do cargo o atual agente comercial, vou comissionar o Dr. secretário para montar o serviço na Capital Federal, de acordo com o novo plano, caso mereça a aprovação de V. Ex^a.”

Pelo Aviso n. 386, de 24 do mesmo mês, o governo aprovou a proposta do engenheiro-chefe, sendo então organizado o escritório pelo Dr. Fábio Nunes Leal, secretário da Comissão, ficando encarregado do mesmo escritório o Sr. Frederico Nogueira, com o pessoal necessário. A 23 de março de 1896, o engenheiro-chefe escrevia ao agente:

“Tenho presente a sua carta de 18 do concorrente, vinda por intermédio do Dr. Samuel e, respondendo-a, peço-lhe que, sempre com antecedência, me previna das quantias de que necessitar para conservar em dia os nossos pagamentos, ignorando eu completamente as faltas que tem sofrido, por não poder ter presente os vencimentos aí. Prevenindo-me com tempo evitaremos qualquer reclamação. Concordei com o Dr. Samuel em ir ele, toda vez que a V.ª. convier, até aí, para facilitar a remessa das nossas cargas, ficando a seu cargo telegrafar oportunamente.”¹⁸²

Atendendo a chamados do agente, muitas vezes foram ao Rio o Dr. Samuel e o Sr. Benjamim Quadros, tendo o escritório funcionado regularmente até a inauguração da capital, quando foi suprimido.

Naqueles dias, Belo Horizonte ainda era um lugar sem conforto, cujos habitantes, trabalhando a mais não poder, eram forçados a uma existência muito modesta e sem distrações.

Não havia aqui casas públicas de diversões, pois só nos últimos dias de setembro de 1895 foi que, atraído pela fama da capital que se construía e pela abundância de dinheiro que aqui circulava, o artista espanhol Félix Amurrio visitou-a e, conseguindo que os Srs. Aurélio Lobo e coronel Daniel da Rocha mandassem o Sr. Carlos Monte Verde construir um teatrinho provisório, térreo e coberto de zinco, na Rua de Sabará, pouco além do Largo da Matriz, para aí trouxe a Companhia de Zarzuelas, de que era diretor e da qual faziam parte: o maestro-diretor, D. Joaquín Valdealde; a primeira tiple absoluta, Carlota Milanez; a primeira tiple cômica, Ismenia Mateos; a segunda tiple, Carmen Allende; a primeira característica, Marcelina Guaranta; a segunda característica, Carmen Martínez; o primeiro tenor, Enrique Carillo; o segundo tenor Juan Ortega; o primeiro barítono, Gabriel Ferradas; o segundo barítono, Félix Hernande; o primeiro baixo, Alejandro Silva; o baixo-cômico genérico, Félix Amurrio; a tiple genérica, Mercedes Díaz; as comprimárias, Victoria e Luísa Iglesias; os comprimários, Juan Montero e D. Juan Mogellat; o alfaiate, Antônio Bueno; o arquivista, Juan Reinoso; o cabeleireiro, Manuel Ara; o aderecista, Santiago Chi; o primeiro ponto, Carlos Allende; o segundo ponto, Manano Mateos; além de 20 coristas de ambos os sexos, do representante, Manuel Caballe e do secretário Manuel Montes.

“Provisório” foi o título que recebeu o improvisado teatrinho da Rua de Sabará, térreo, sem forro, despido de todo e qualquer conforto, e a estréia da *troupe* realizou-se com a peça *El anillo de bierro*, agradando muito e com lotação completa.

Sobre os méritos da *troupe* Amurrio, Alfredo Camarate externou-se em crônica pelas colunas do *Bello Horizonte*, edição de 3 de novembro de 1895, onde se lia este tópico: “Félix Amurrio é um ator cômico de primeira ordem e muitos artistas têm a nossa companhia de zarzuela, que são de reconhecido mérito”.

Camarate fazia ainda referências lisonjeiras a Ferradas, às segundas partes e ao corpo de coros.

Achava-se, então, em Belo Horizonte, um jornalista francês, Sr. F. Reymond, que mandou para o seu jornal este juízo irônico sobre o “Provisório”.

“Les distractions ne sont pas nombreuses à Belo Horizonte, elles sont même très rares; c’est probablement pour cela que tout le monde accourait à l’appel d’une compagnie espagnole qui donnait justement à mon arrive quelques représentations dans le Grand Théâtre de Belo Horizonte, appelé ‘Provisório’. Je ne dirai rien de la compagnie, moi le citadin, puisque tout le monde applaudissait, ce devait être bon, mais ce qui m’a charmé le plus, c’est la fraîcheur qui régnait dans la salle, où la pluie pénétrait par les trous du plafond. Heureusement que tous les spectateurs avaient leur parapluie et qu’ils s’en servaient !”

Em seguida, representou a companhia a *Gran Vía* e poucas peças mais, sempre com boas casas e agradando muito, mas, apesar disso, não foi bem-sucedida financeiramente, pois o “Provisório” não tinha lotação capaz de manter uma companhia tão numerosa. Por isso foi curtíssima a temporada e, com o seu afastamento, fechou-se o teatro.

Como recordação daquela companhia, durante muito tempo, foi cantado e assobiado pela garotada do arraial o *Dúo de los paraguas*, da *Gran Vía*, um dos números mais apreciados por aquela assistência, composta de engenheiros, funcionários da Comissão, empreiteiros, comerciantes, muitos com suas famílias, e operários.

Cumprir frisar que não havia *frisas* e os camarotes eram pequenos cercados de maneira grosseira, roliça e as cadeiras destes e as da platéia eram bancos toscos de tábua, tudo forrado de ganga vermelha.

Fechado o “Provisório”, a sociedade horizontina, não tendo onde se divertir, trocava visitas ou refugiava-se na Biblioteca, como antes. De longe em longe, um baile familiar e as festas religiosas, eis tudo o que vinha quebrar um pouco a monotonia do viver da gente moça.

Nesse ínterim tivemos a primeira temporada do “Circo Peruano”, do Sr. Savalla, armado nas proximidades da Distribuidora e alcançando grande sucesso com a sua encantadora artista Ritinha Savalla.

Em abril de 1896, uma novidade surgiu em Belo Horizonte: um *fonógrafo*, que, no dia 20, estava funcionando na sala da Biblioteca ! Esse aparelho - grande curiosidade para a localidade - deu audições durante alguns dias, das 12 às 16 horas da tarde, ao preço de 1\$000 para adultos e \$500 para crianças, com direito a ouvir 4 peças !..

Ia assim transcorrendo a vida de trabalhos, sem conforto e pouco divertida dos habitantes da futura cidade, quando, a 7 de setembro daquele ano, dia em que se verificou um princípio de incêndio na casa velha habitada pelo Dr. Ludgero Dolabela, um sensacional acontecimento artístico para o meio fê-lo vibrar de contentamento.

Na noite daquele dia estreava no “Provisório” a companhia dramática e de comédias “Cardoso da Mota & Comp.”, com a peça “A Cabana do Pai Tomás”. A enchente foi à cunha. Antes do espetáculo e nos intervalos se fez ouvir a banda de música “Carlos Gomes”. A platéia aplaudiu sem reservas a famosa estrela Maria da Piedade e chorou ante os lances dolorosos do dramalhão. A fina flor da sociedade ali estava nos *camarotes* ou nas *cadeiras*. O povo das *gerais* arranjava-se como podia, atrás, de pé, sobre o chão poento. O famoso capitão Lopes, imponente e solene em seu irrepreensível fardamento branco, era majestoso no improvisado

camarote da polícia, gozando serenamente aquela noite de arte, que o fazia esquecer, por momentos, as complicações e os “casos” freqüentes da sua agitada subdelegacia.

Fora, na escuridão da noite, ao bruxoleio das lamparinas a querosene e ao clarão dos fogachos acesos ao lado dos tabuleiros, e onde ferviam cafeteiras, caldeirões com canjica, os quitandeiros apregoavam os comes-e-bebes.

Findo o espetáculo, foi aquele desfilar de botas e de lanternas pelas velhas ruas e pelas mal rasgadas vias da nascente cidade, onde mal se divisavam os perfis dos transeuntes, indo as senhoras e senhorinhas levadas pelo braço dos parentes, no meio da poeirada e dos brocotós. Ao transporem a ponte da Rua de Sabará, sobre o córrego Acaba-Mundo, ouviram, de envolta com o marulhar das águas, um trovador romântico; ao som do violão, cantando uma das modinhas em voga:

*Vês que amenidade,
que serenidade,
traz a noite em meio,
quando, em brando enleio,
vem lenir o seio,
de algum trovador,
o luar albente
que do bardo a mente
no silêncio exalta,
chora a tua falta,
rutilante estrela
de eteral candor.*

Foi uma doce nota de poesia romântica que os acompanhou até a casa e de que, certamente, não se esqueceram nas noites seguintes, quando voltaram ao “Provisório”.

A 11, a Companhia representou “Os prisioneiros do subterrâneo”, sendo cantada, no intervalo a famosa cançoneta “Pão fresco”, com franco sucesso. A 12 subia à cena “José do Telhado”, e no entreato era cantada a cançoneta “Assim...Assim...”.

A *Capital*, apreciando o valor da Companhia Cardoso da Mota, dizia: “Não obstante ser o nosso teatro apenas um barracão muito malfeito e muito impróprio para o fim a que se destina e onde, por maior que seja o esforço, dificilmente o artista se salva, entretanto o desempenho satisfaz plenamente, salientando-se Cardoso da Mota no papel de José do Telhado; Maria da Piedade, no de Morgadinha; Edmundo Silva, no de Cristóvão; Roberto Guimarães, no de Morgado”.¹⁸³

A seguir, a Companhia representou: “O poder do ouro”, “O Conde de Monte Cristo”, “Os sete degraus do crime” e outros dramalhões em voga. Os programas eram impressos nas oficinas de *A Capital*, quase em frente ao teatro, onde trabalhava um mudo, tocador de roda, o

João Batista dos Óculos, que se tomou de grande paixão por Maria da Piedade, a ponto de praticar desatinos por amor dela...

Nos dias 16 e 17 de fevereiro de 1897 a Companhia fez um interregno para a estréia do grupo lírico dos Srs. Laurens & Comp., que não foi bem-sucedido, dando apenas dois espetáculos, pois a 18 dava-se a Companhia Cardoso da Mota "O Conde de Monte Cristo", representando a seguir a "A greve dos operários", "Os dois sargentos", "Como se faz um deputado", "A cabana do Pai Tomás" e outras peças, em que também tomaram parte os artistas Cruz Gomes, Canedo, Correia Leal e Edmundo Silva.

A 27 a Companhia representou com grande sucesso a moderna revista *Minas Nua*, paródia de *Rio Nu*; e a 4 de março, na festa artística de Maria da Piedade, dava-nos em *reprise* "A Cabana do Pai Tomás". Homenageando a beneficiada, o poeta Heitor Vasco, um dos seus admiradores, publicou em *A Capital*, sob epígrafe com o nome dela, o seguinte soneto:

*"Como o oceano quando se encapela,
e ameaça a bramir horripelmente,
em cólera terrível e fremente,
assim que pelos céus ruge a procela,

a alma do povo impetuosamente,
de pronto acorda e pronto se revela,
num delírio de aplausos, logo que ela
em cena surge, eletrizando a gente.

Chega e sorri. Há um deslumbramento,
vendo-se a graça e vendo-se o talento
em torno dela as asas agitando.

E fala, e canta a sua voz divina,
em harmonia doce e cristalina,
tal se arcanjos ouvíssemos cantando."*¹⁸⁴

Logo depois, após os dias de carnaval, a Companhia seguiu para o Rio de Janeiro.

E por falar em carnaval, lembremos que o Belo Horizonte daqueles dias não o conhecia ainda tal como era festejado nos grandes centros. Naquele ano, nem foi aqui festejado, como no-lo conta *A Capital* do dia 4 de março, nestes termos: "Não houve carnaval nesta localidade, nem o mau tempo e o péssimo estado das ruas permitiram esse divertimento. Apenas algum *confetti* semeado por mimosas mãos e alguns mascarados e um bando de espanhóis caracterizados andaram pelas ruas. Houve algum entrudo; muitos limões foram atirados, esgotando-se muitos jarros e baldes de água no corpo do próximo ... Há quem condene esta brincadeira por brutal e contrária à saúde; muitos, porém, gostam dela e, como se sabe, gostos não se discutem. Nós apreciamos muito a *molhadela* no corpo dos outros."¹⁸⁵

Somente a 10 de abril de 1897 foi que se reabriu o "Provisório", com a estréia do

prestidigitador e sonambulista Pismel, que ali realizou alguns espetáculos com sucesso, especialmente no trabalho denominado “A mala moscovita”.

Terminada a pequena temporada Pismel, fechou-se novamente o “Provisório”. Mas em compensação um outro acontecimento de nota para a localidade veio agitar o rapazio. Havia chegado e armava-se no Largo do Rosário, o “Circo Peruano”, da Companhia Savalla, que, em fins do ano anterior, havia feito uma feliz temporada em Belo Horizonte, no local em que hoje está a distribuidora de eletricidade.

Noticiando a nova temporada da Companhia Savalla, *A Capital*, de 20 de maio, comentava: “Tem dado aqui diversos espetáculos, agradando, geralmente, a Companhia do *Circo Peruano*, dirigida pelo hábil artista Savalla, que é um bom equilibrista. Ritinha Savalla é uma artista consumada, exibindo-se sempre com grandes aplausos em todos os difíceis trabalhos que a companhia tem executado.”

Mas *A Capital* não contou que aquele circo exibia um belíssimo tigre aprisionado nos sertões do Brasil e que era um número de sucesso. Não disse que os palhaços engraçadíssimos eram o *Pepino* e o *Jiló*: *Pepino* (Casimiro Savalla), um rapazote, filho do diretor da *troupe*, Sr. José Ramos Savalla; *Jiló*, um bacharel em direito, o Dr. Augusto Rodrigues Duarte. Não disse que os principais artistas, os mais queridos do povo, eram os irmãos Ritinha e Nenê Savalla. Ritinha, por sua graça, pela sua formosura cativante e pelos seus dotes de artista, em plena floração de seus 18 anos, fascinava o público, que a vitoriava estrepitosamente todas as noites. Muitos cavalheiros hoje altamente colocados atiraram-lhe chapéus, para serem pisados pelos seus pés e deram-lhe presentes valiosíssimos. Ao que sabemos, Ritinha faleceu em 1906, em Taubaté, casada.

Ainda estava trabalhando em Belo Horizonte o *Circo Peruano*, quando tivemos a última temporada teatral do “Provisório”, com a Companhia de Operetas dirigida pelo ator Machado Careca, a qual fez a sua estréia a 20 de maio daquele ano, com a peça “O periquito”, seguindo-se-lhe a *Gran Vía*, que lograram êxito completo, destacando-se os artistas Maria da Piedade, Cardoso da Mota, Edmundo Silva, Maria Lina, Roberto Guimarães e Marieta Aliverti. A orquestra, organizada e dirigida por Alfredo Camarate, com elementos de Belo Horizonte, era o que se podia desejar de melhor para o meio, naqueles dias. Destacava-se dela o excelente violino que era o Sr. Ernesto Troschel. A Companhia deu mais alguns espetáculos e seguiu a 3 de junho para Ouro Preto.

Finda a temporada da Companhia Machado Careca, um dos melhores elementos que ela possuía ficou encerrada a existência artística do “Provisório”, pois este foi demolido pela Comissão Construtora a 22 de junho daquele ano da graça de 1897.¹⁸⁶ Contando o seu desaparecimento escreveu *A Capital*, melancolicamente:

“E era uma vez o teatro em Belo Horizonte Na sua faina de derruir para melhorar, lá estiveram os operários no bota-abixo daquele barracão, coberto de zinco, em verdade muito *chulé*, na fase sertaneja. Desapareceu o modestíssimo templo da arte de Talma porque a estética assim o ordena e porque Belo Horizonte há de ter a sua *opera comme il faut*. Vai-te,

barracão ! Tu eras feio ...Vai-te ! O demo é que Talma está na rua..”

Demolido o “Provisório”, ficou Belo Horizonte sem teatro até depois da mudança da capital, ou melhor até junho de 1898, quando se fez a tentativa do primeiro teatro na nova cidade, e cujo histórico não será feito aqui por se achar fora do período de tempo abrangido por este volume.

NOTAS

182 APM/SA, 375.

183 TEATRO. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 9 out., 1896.

184 VASCO, Heitor. A Maria da Piedade. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 4 mar., 1897.

185 TEATRO. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 4 mar., 1897.

186 *Idem*, p. 1, 22 jul., 1897.

AINDA O PROBLEMA DOS TRANSPORTES E O RAMAL FÉRREO-
TELEFONES E TELÉGRAFOS

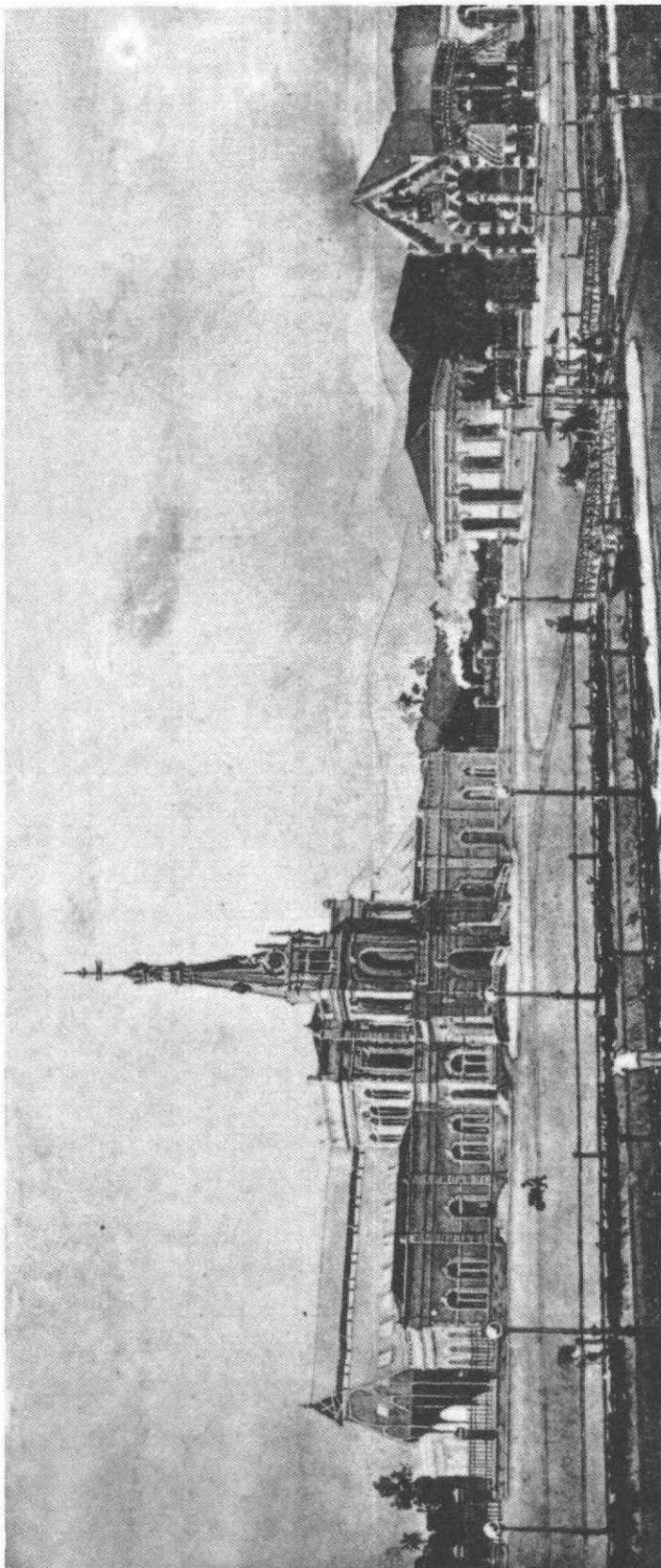
inaugurado o ramal de Belo Horizonte a General Carneiro, não tinha este correio ambulante. Somente a 12 de setembro em Ofício n. 125, ao secretário da Agricultura, informava o Dr. Bicalho: "Em resposta ao Ofício de V. Ex^a n. 351, de 2 do corrente, cabe-me comunicar que já foram dadas as providências necessárias no sentido de ser concedida passagem nos trens entre as estações de General Carneiro e Minas, ao estafeta do Correio Geral."

Em vésperas de ser assinado no Rio, entre a Comissão e diretoria da Central, o acordo sobre o serviço telegráfico mútuo daquela via férrea com o ramal, o Dr. Bicalho, não podendo ir pessoalmente assiná-lo, designou para aquele fim o Dr. Samuel Gomes Pereira, chefe da 5^a Divisão, conforme o Ofício n. 156, de 26, ao diretor da Central.

Informa o engenheiro-chefe, em seu relatório de abril de 1896,¹⁸⁷ que a 21 de setembro de 1895 propôs ao governo a abertura do tráfego público, com caráter provisório, sendo aprovadas pela Secretaria da Agricultura não só a tabela de vencimentos provisórios para o pessoal, como as tarifas com o mesmo caráter para transporte de viajantes, bagagens e mercadorias, conforme os Avisos n. 190 e 204, de 17 de outubro e 11 de novembro.

Mandou também pôr em vigor para o ramal os regulamentos e instruções regulamentares da Central, na parte que fosse aplicável ao tráfego do mesmo ramal, também provisoriamente. Entretanto, desde a chegada do lastro, a 27 de julho, apesar das dificuldades de circulação em uma linha ainda imperfeita para o serviço regular, começaram a correr os trens, transportando cargas da Comissão e também de particulares, mediante pagamentos, para atender a instâncias e embarços do comércio.

Por essa ocasião a Comissão só tinha conseguido montar duas máquinas de passageiros e algumas plataformas para transporte de materiais, pelo que teve de pedir alguns carros emprestados à Central, e foi com esse material rodante que iniciou o tráfego e fez a inauguração.



Projeto da Estação de Minas.

Como já ficou dito, para a estação provisória em Belo Horizonte havia sido levantado um barracão de madeira, sobre baldrame de pedra seca com 20 m x 5 m, com plataforma coberta de zinco, destinado à agência, telégrafo e armazém de mercadorias. Ao lado levantou-se outro, com 30 x 7 para depósito de materiais de construção. No fim do ano, aqueles dois barracões eram insuficientes, à vista do grande desenvolvimento que tomou o tráfego, que estava dando um movimento diário de 80 carros, entre chegados e saídos.

Como acontecia com mais de um serviço, atenta a presteza e urgência com que tudo deveria ser feito, em múltiplos e variados ramos da atividade, não tinha sido possível estabelecer a precisa regularidade na escrituração do tráfego, desde o começo, dada a falta de livros que ainda não tinham chegado, e a falta de prática do pessoal.

A 4 de novembro, em Ofício n.172, o Dr. Francisco Bicalho comunicava ao diretor da Central: "Devendo estar montados até o fim do corrente mês todos os carros e locomotivas que a Comissão Construtora da Nova Capital de Minas se comprometeu entregar à Estrada de Ferro Central do Brasil para efetividade do acordo entre ambas, firmado a 25 de junho do corrente ano, peço a V. Ex^a designar, desde já, qual o local nessa capital e a hora em que devem ser recebidas as cargas destinadas a Belo Horizonte, como determina a cláusula 5^a do referido acordo, a fim de que possa mandar publicar com a necessária antecedência os avisos que facultem ao público o despacho de mercadorias para esta localidade."

Já estando no Rio parte da cobertura da Estação de General Carneiro, a 13 o engenheiro-chefe dirigia ao diretor da Central o Ofício n. 178, concebido nestes termos: "Devendo embarcar na Central os materiais da cúpula da Estação de General Carneiro, peço a V. Ex^a se digne providenciar para que sejam eles enviados o mais brevemente possível e recomendar cuidado na carga e descarga dos mesmos, por isso que grande parte deles vem já montados e carecem cuidado para se não danificarem. Peço ainda igual cuidado e presteza na baldeação em Lafaiete."

Em dezembro de 1895, sentiu-se a Comissão Construtora mais desafogada. Estavam solucionadas as dificuldades mais sérias com que vinham lutando - o problema dos transportes, pois no dia 2 entrava em vigor o mencionado acordo de 25 de junho, pelo qual a Central se obrigava a transportar do Rio para General Carneiro 2.400 toneladas de cargas, pelo menos, por mês, fornecendo-lhe o Estado de Minas 3 locomotivas e 50 vagões, e fazendo em Lafaiete um armazém para baldeações, tendo sido todo esse material fornecido por Minas e comprado nos Estados Unidos e na Inglaterra e montado nas oficinas daquela via férrea.

Ainda assim, havia sempre obstáculos a embaraçar a ação dos obreiros da capital, naquela parte, como informava o engenheiro-chefe em seu relatório de 1896,¹⁸⁸ dizendo continuarem tais dificuldades pelo lado da Central, pelo que tinha sido necessário fazer especiais de Lafaiete para cá, com material rodante do ramal, que não era suficiente para fazer face a mais esse serviço, sendo que, naqueles seis meses, precisava a Comissão receber cargas em quantidade correspondente a cerca de 2.000 vagões da bitola larga, ou cerca de 10 carros por dia.

Naqueles dias, estive em Belo Horizonte o marechal Jerônimo Jardim, diretor da Central, que prometeu ao Dr. Francisco Bicalho remover os empecilhos que a Central ainda criava quanto aos transportes para a capital em construção e realmente muito fez nesse sentido.

Em virtude do acordo firmado, a Comissão estabelecera duas agências mais: uma na Marítima, em barracão cedido pela Central para despachos e recebimentos dos respectivos fretes de todas as cargas destinadas a Belo Horizonte, e outra em Lafaiete, para a baldeação respectiva. Desse modo, era assombrosa a quantidade de cargas que se transportava diariamente do Rio para Belo Horizonte. Quem viajava, então, pela Central, abismava-se encontrando em todas as estações vagões, pranchas, comboios inteiros entulhados de toda espécie de materiais, que vinham do estrangeiros ou haviam sido comprados no Rio, pela Agência Comercial, dirigida pelo Sr. Frederico Nogueira.

Para se ter uma idéia do movimento do ramal férreo nos seus primeiros dias, vamos trazer para este histórico alguns algarismos estatísticos, referentes aos transportes e comunicações particulares, sem que nos refiramos, por enquanto, à vultosa massa de materiais destinados à Comissão.

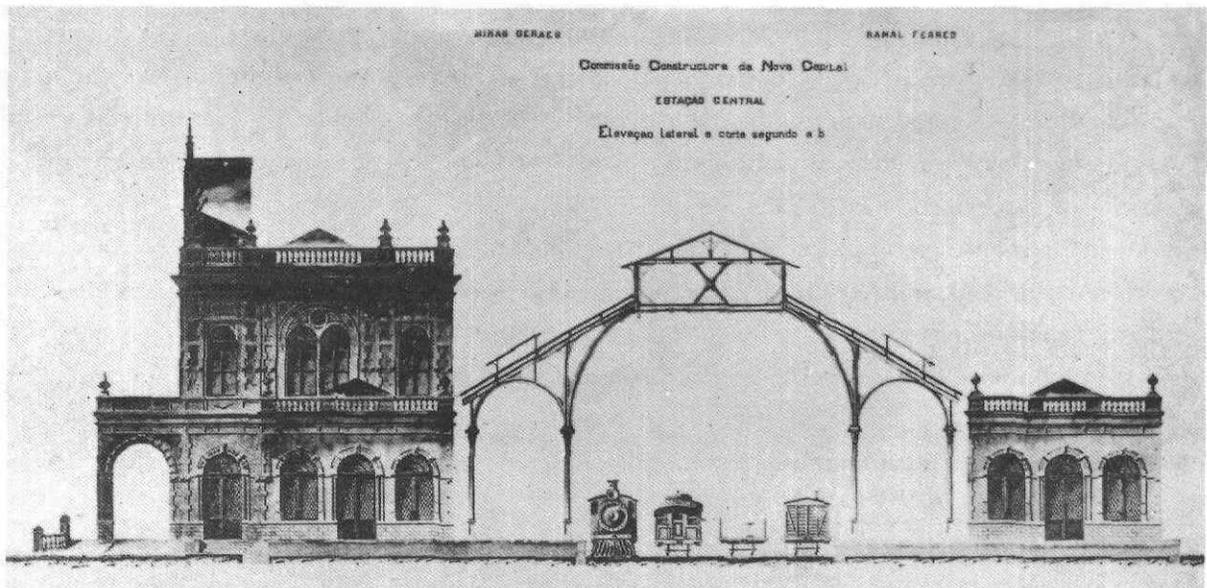
Assim, diremos que de 1º de junho a 31 de dezembro de 1895 haviam sido recebidos pela respectiva estação telegráfica 1.463 telegramas, com 22.754 palavras e transmitidos 1.708, com 29.811 palavras, dando uma renda de 5:885\$160. De agosto a dezembro do mesmo ano foi o seguinte o movimento de passageiros e cargas: viajantes de 1ª classe, 4.374; de 2ª classe, 18.336. Bagagens e encomendas, 120.525 quilogramas; mercadorias, 2.990.719 quilogramas; animais, 18; carroças, 66; tudo isso recebido. Nesse mesmo período, a receita do ramal foi de 68:318\$345 e a despesa, de junho a dezembro, foi de 104:812\$550.

Segundo o relatório do engenheiro-chefe, de abril de 1896,¹⁸⁹ a linha do ramal tinha a extensão total de 19.066 metros inclusive desvios, sendo 14.700 m naquela e 4.286 m neste, ao passo que os trilhos tinham o peso de 19.600 kg por metro. Havia sido comprados 33.671 dormentes, sendo 15.000 de primeira classe; 9.147 de 2ª classe e 8.356 de 3ª classe. O leito havia sofrido muito com as chuvas dos dois últimos meses de 1895, por não se achar ainda consolidado, nem convenientemente dotado de varetas e bueiros para esgotos. Em alguns pontos foi lastreado com macadame e construíram-se quatro bueiros, sendo dois abertos. Em outros lugares empregaram-se tubos de ferro inaproveitáveis para o serviço de abastecimento de água, por terem sido danificados pela Central.

Construíram-se três casas para residências das turmas de conservação e duas outras para moradia dos agentes das estações de General Carneiro e Minas, ambas bem situadas e confortáveis.

Assentou-se um encanamento de ferro com 2 km de extensão para o abastecimento de General Carneiro, o qual fornecia três litros de água por segundo, sendo instalada na esplanada da Estação uma caixa de ferro de 18.000 litros de capacidade, sobre colunas de ferro, para alimentar as locomotivas e as dependências da mesma estação.

Em Marzagão, onde funcionava a fábrica de tecidos da Companhia Industrial Sabarense,



Elevação lateral da Estação de Minas.

foi construída, por conta da mesma companhia, uma parada com desvio e pequeno edifício. Outra parada, com desvio e posto telegráfico, foi estabelecida no quilômetro 7, lugar denominado Freitas, a fim de atender às conveniências do tráfego e melhor aproveitamento das locomotivas, visto como aí termina a rampa batida de 2%, que vem de General Carneiro, na qual as máquinas do tipo *Consolidation* só podiam rebocar oito carros carregados, quando desse ponto até Belo Horizonte puxavam bem 16 carros. Com essa providência fazia-se uma economia de 16 km de percurso das máquinas para a mesma quantidade de cargas transportadas para a nova capital.

Com a preparação das esplanadas das estações de Minas, General Carneiro, paradas de Marzagão, casas de turmas e também para assentamento de desvios e aterros de brejos e desvios de ribeirão, foi feito um movimento de terras que cubou 107.330 m³, sendo 103.313 m³ de primeira categoria, 3.567 m³ de segunda e 60 m³ de terceira.

Em General Carneiro estabeleceram-se oficinas provisórias para montagem do material rodante e outros misteres das construções, ao mesmo passo que eram encomendadas da Europa edificios de aço para as oficinas definitivas, depósitos de carros e locomotivas, assim como as necessárias máquinas para ferro e madeira, destinadas ao serviço de conservação e reparos do material rodante.

Especialmente para o serviço do ramal, que dispunha de uma pequena oficina destinada a concertos dos aparelhos telegráficos, nos mesmos postes em que havia sido assentada a linha do Telégrafo Nacional, foi colocado um segundo fio.

Para atender exclusivamente às necessidades da Comissão, tinha-se montado um serviço telefônico, composto de um centro de 20 linhas do Sistema William, ligando entre si os diversos escritórios e casas de residência dos chefes de divisão, polícia e estações de Minas e General Carneiro.

As instâncias de muitos particulares que desejavam gozar de semelhante serviço, mediante pagamento de mensalidades, encomendou a Comissão outro centro para 50 linhas, que foi assentado em fins de 1895.

O centro telefônico primitivo funcionava em um cômodo anexo ao escritório central da Comissão Construtora, sendo depois transferido para um pequeno prédio de cimento armado que o engenheiro-chefe mandara construir por experiência à Rua do Rosário e que hoje ficaria situado entre as ruas Guajajaras, Sergipe, Timbiras e Avenida João Pinheiro.

Era encarregado do centro telefônico o Sr. Carlos Lynch, que aí permaneceu até depois de mudada a capital.

As locomotivas do ramal eram 6, com as seguintes denominações, número de rodas e peso: n. 1, "Ouro Preto", pesando 17.690 toneladas com 8 rodas; n. 2, "Belo Horizonte", pesando 17.690 toneladas, com 8 rodas; n. 3, 4, 5 e 6 "Várzea do Marçal", "Juiz de Fora", "Barbacena" e "Paraúna", cada qual pesando 30.844 toneladas, com 10 rodas. As de n. 1 e 2 eram do tipo americano e as de n. 3 a 6 eram do tipo *Consolidation*. As duas primeiras destinavam-se a trens de passageiros e as últimas a comboios de cargas. A "Belo Horizonte" foi

a primeira que trafegou.

Possuía, então, o ramal 2 carros de 1ª classe, para 48 passageiros cada um, 2 de 2ª classe, para 72 passageiros, 2 mistos para 57 passageiros, 1 para correio e bagagens, 1 para animais, 6 vagões fechados para mercadorias, 2 abertos com bordas, 22 plataformas, 4 plataformas com bordas, 1 vagão para inflamáveis e 6 vagonetes.

O pessoal era pago pela seguinte tabela provisória de vencimentos:

Agente de 1ª classe, 400\$000; agente de 2ª classe, 350\$000; ajudante, 300\$000; conferente, 300\$000; fiel, 250\$000; telegrafista de 1ª classe, 350\$000; telegrafista de 2ª classe, 250\$000; telegrafista de 3ª classe, 200\$000; agente e telegrafista, 250\$000; mestre de oficinas telegráficas, 300\$000; condutores de trens, 200\$000; contador, 700\$000; ajudante, 450\$000; amanuense, 240\$000; mestre de oficinas, 350\$000; encarregado do depósito, 250\$000; maquinista de 1ª classe, 350\$000; maquinista de 2ª classe, 300\$000; mestre de linha, 250\$000. Os praticantes e auxiliares tinham as diárias de 5\$ a 8\$000 e o pessoal jornaleiro as de 2\$ a 7\$000.

A maior parte da areia consumida nas obras da nova capital era extraída das praias do rio das Velhas, mas o carregamento dos carros do ramal era constantemente interrompido pelo tráfego dos trens da Central. A fim de remover esse tropeço, o Dr. Bicalho, no dia 8 de janeiro de 1896, em Ofício n. 5, pediu à diretoria daquela ferrovia permissão para assentar uma chave na estação de General Carneiro e um desvio onde entrassem os carros da Comissão para que pudessem ser carregados sem embarçar o tráfego. Obtida a permissão, foi logo executada aquela providência.

De como sofreu o ramal com as chuvas de fins de 1895 e princípios de 1896, dá-nos idéia o seguinte despacho telegráfico do engenheiro-chefe, de 1º de fevereiro: "Dr. Francisco Sá Ouro Preto. Janeiro choveu setecentos milímetros, com prejuízos obras. Ramal tem sofrido muito. Tráfego interrompido por dois dias queda barreiras e dois aterros ocorridos. *F. Bicalho*".

Terminadas, porém, aquelas chuvas, o ramal voltou a trafegar normalmente, e a Comissão, perfeitamente abastecida de quantos materiais precisava para as suas obras, entrou a trabalhar vertiginosamente na construção da cidade.

A 2 de outubro de 1896, o Dr. Prado Lopes, chefe do serviço do ramal, organizou e pôs em execução o seguinte horário para trens de passageiros, entre as estações de Belo Horizonte e General Carneiro; é o mesmo publicado a 30 de julho, com pequenas modificações:

ESTAÇÕES	R. M. 2		R. M. 4		R. S. 2	
	Partida	Chegada	Partida	Chegada	Partida	Chegada
De Minas para G. Carneiro						
Minas	8 h 00	—	2 h 07	—	2 h 25	—
Cardoso	8 h 14	8 h 10	2 h 16	2 h 14	2 h 33	2 h 33
Freitas	8 h 28	8 h 26	2 h 30	2 h 28	2 h 45	2 h 45
Marzagão	8 h 48	8 h 46	2 h 50	2 h 48	2 h 03	3 h 03
G. Carneiro	—	8 h 55	—	2 h 57	—	3 h 30
De G. Carneiro para Minas						
G. Carneiro	12 h 55	—	4 h 25	—	11 h 50	—
Marzagão	1 h 04	1 h 02	4 h 34	4 h 32	11 h 57	11 h 57
Freitas	1 h 24	1 h 22	4 h 54	4 h 52	12 h 15	12 h 15
Cardoso	1 h 35	1 h 36	5 h 08	5 h 06	12 h 27	12 h 27
Minas	—	1 h 46	—	5 h 19	—	12 h 35

Em consequência desse horário, conjugado com o da Central, houve alteração no serviço do Correio, o que determinou a seguinte carta do engenheiro-chefe ao Dr. Francisco Brant, Administrador dos Correios de Minas, de 3 de outubro: "A correspondência destinada a Belo Horizonte até hoje tem vindo na mala de Sabará, onde pernoitava o expresso, seguindo pela manhã ao seu destino, de modo que pelas 8 horas da manhã seguinte era recebida e distribuída aqui. Acontece que, ultimamente, adotado como ponto terminal do expresso a estação de General Carneiro, de onde um trem do ramal de Belo Horizonte segue imediatamente para esta localidade, onde chega à noite em vez de ser esta alteração vantajosa à correspondência do correio, fica ela detida em Sabará, até a saída do outro trem, que vem chegar às 2 horas aqui, sendo distribuída à tarde. Entretanto, se for estabelecida mala-direta para Belo Horizonte e daqui para a Capital Federal, aproveitaríamos para a correspondência as vantagens de vir ela diretamente pelo expresso até General Carneiro, podendo ser distribuída logo pela manhã".

A medida proposta foi adotada pelo administrador dos Correios e ficou assim normalizado o serviço de correspondência para a nova capital em construção.

A 30 de outubro, chegavam a Belo Horizonte, onde permaneciam durante algumas horas, conferenciando com Dr. F. Bicalho, os Drs. Paulo de Frontin, novo diretor da Central; Aguiar Moreira, subdiretor do tráfego; Andrade Pinto, chefe da linha; Adolfo Pereira, inspetor do 3º distrito, em companhia do deputado federal Gonçalves Ramos.

Essa visita do diretor da Central prendia-se ao novo horário de trens que iria entrar em vigor naquela ferrovia, em princípios do ano próximo, no sentido de melhor atender aos interesses de Belo Horizonte.

Efetivamente, a 25 de janeiro de 1897, entrava em vigor o novo horário, vantajosíssimo para a nova capital, pelo que foi o acontecimento festejado na localidade com música e foguetes. Em correspondência com aquele foi logo organizado outro horário para os trens do ramal.

Para darmos uma idéia aproximada do movimento de transportes no ramal, além dos dados já expostos referentes ao serviço para particulares, tivemos a paciência de organizar, com elementos colhidos em fontes diversas, o seguinte quadro que, na eloquência de seus algarismos, demonstra a quantidade de cargas destinadas à Comissão Construtora, segundo o número de carros entrados e saídos:

MOVIMENTO DO RAMAL FÉRREO DA CIDADE DE MINAS, A PARTIR DE 1º DE MAIO,
ENTRE AS ESTAÇÕES DE MINAS E GENERAL CARNEIRO, ATÉ 23 DE NOVEMBRO DE 1896

ANO DE 1896 Dias	MOVIMENTO DE CARGAS		DOS CARREGADOS - IMPORTAÇÃO DO RIO		PEDRA, AREIA E OUTROS MATERIAIS		TOTAL RECEBIDO EM MINAS	OU SEJAM POR DIA	MÉDIA DE ENTRADAS E SAÍDAS DE CARROS
	Entraram carregados	Saíram vazios	Número de carros	Peso em toneladas	Número de carros	Peso em toneladas			
De 1 a 15 maio	500	499	181	1.985	319	3.508	5.493	366	66
De 16 a 30 maio	580	376	222	2.442	358	4.153	6.595	439	60
De 1 a 7 de junho	177	173	66	726	111	1.221	1.497	278	50
De 8 a 14 de junho	217	215	49	539	108	1.484	2.387	298	54
De 15 a 28 de junho	350	325	149	1.639	201	2.211	3.850	275	48
Até 5 de julho	163	157	80	880	83	913	1.793	256	45
Até 12 de julho	148	192	65	715	119	1.309	2.024	289	53
Até 26 de julho	402	386	163	1.793	239	2.629	4.422	315	60
Até 2 de agosto	190	185	107	1.177	83	913	2.090	294	53
Até 9 de agosto	180	185	100	1.100	80	880	1.980	282	52
Até 23 de agosto	447	453	216	2.376	231	2.541	4.917	351	44
Até 30 de agosto	243	252	132	1.452	111	1.221	2.673	381	70
Até 13 de setembro	534	508	297	3.267	237	2.607	5.874	416	74
Até 20 de setembro	245	255	136	1.496	109	1.199	2.695	385	72
Até 27 de setembro	239	212	141	1.551	98	1.378	2.629	375	67
Até 11 de outubro	481	523	316	3.476	165	1.815	5.291	377	71
Até 25 de outubro	500	480	302	3.322	198	2.178	5.500	392	79
Até 15 de novembro	596	631	296	3.256	300	3.300	6.556	295	55
Até 23 de novembro	153	157	55	605	98	1.078	1.683	210	38

A 14 de agosto de 1897, segundo o Ofício n. 141 do engenheiro-chefe à Secretaria da Agricultura, era o seguinte o pessoal que trabalhava no ramal férreo: Luiz Rodrigues de Moraes Jardim, contador; Guilherme Augusto de Faria, ajudante; Antônio César Berredo Lisboa, amanuense; José Cerqueira, amanuense; Joviano Teixeira Coelho, agente de 1ª classe; Jaime Bretas Bhering, ajudante; Antenor Pedro de Campos, fiel; João Gualberto Pereira, conferente de 1ª classe; Antônio Martins de Sousa, conferente de 3ª classe; Francisco de Lima Ornela, telegrafista de 1ª classe; Daniel de Sousa Matos, telegrafista de 2ª classe; Antônio Emílio Martins Pereira, telegrafista de 2ª classe; Álvaro Otávio de Lima e Silva, telegrafista de 3ª classe; Bento Eugênio de Araújo Cunha, telegrafista de 3ª classe; Modesto Silva, conferente de 3ª classe; Mário da Cunha Horta, conferente de 3ª classe; Benjamim Ribeiro de Sousa, mestre de oficinas telegráficas; Manuel Lopes Dias, mestre de oficinas de máquinas; Manuel Carlos do Nascimento, encarregado do depósito; Laurindo Seabra, condutor de trem; Afonso Sampaio, condutor de trem; Antônio Fernandes, maquinista de 2ª classe; José Moreira Ramos, maquinista de 3ª classe; José Constantino, maquinista de 3ª classe; Antônio de Sousa Menezes, armazenista; Alberto Lamartine, ajudante na Marítima; Narbal Nascentes Coelho, mestre de linha; Elias Fernandes, mestre de linha. Era ainda esse o mesmo pessoal quando foi inaugurada a cidade, trabalhando, então, sob a direção do Dr. Prado Lopes.

Consoante noticiava *A Capital*, de 10 de junho de 1897,¹⁹⁰ a Estação de General Carneiro havia ficado completamente concluída, já funcionando provisoriamente; a Estação de Minas estava em alicerces; o armazém desta estação ia receber vigamento metálico e cobertura; o abrigo para máquinas, composto de dois galpões metálicos, estava concluído; a esplanada de General Carneiro estava concluída e a de Minas em vias de conclusão; estavam prontas três casas para turmas, em General Carneiro, Freitas e entre Cardoso e Minas; igualmente haviam ficado concluídos os postos de Marzagão, Freitas e Cardoso (hoje Arrudas).

O número de passageiros que em 1896 haviam viajado no ramal era de: 1ª classe, 10.883; de 2ª classe, 48.366. O peso total de mercadorias para particulares transportadas fora de 13.256.761 quilogramas. O peso total das mercadorias transportadas para a Comissão tinha sido de 113.568.582 quilogramas.

A 5ª Divisão havia montado: linhas telegráficas para o serviço; carvoeiras para depósito de 1.000 toneladas de carvão, ao passo que o leito da linha recebia macadame como complemento de sua consolidação, para cujo fim haviam sido montados um britador e uma pedreira.

Estava assim o ramal, quando se inaugurou a capital.

O telégrafo nacional foi inaugurado em setembro de 1896, como dissemos à p. 65. A estação foi instalada pelo telegrafista Aristóteles Xavier Caldeira numa casinha antiga existente na Rua da Boa Vista, com uma porta e duas janelas de frente, sita no local que hoje (1940) fica atrás do prédio em que funciona o grupo escolar Afonso Pena, entre as ruas Bernardo Guimarães e Aimorés e Avenida da Liberdade (atual João Pinheiro). A 2 de julho de 1896, em carta ao engenheiro-chefe o Sr. Frederico de Sousa Nogueira, agente no Rio, pedia

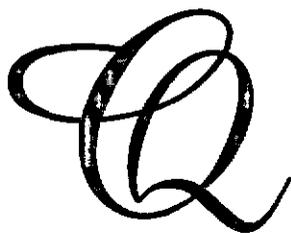
autorização para usar o telegráfo nacional logo que fosse inaugurado, e a autorização foi dada a 24 de setembro à repartição dos telégrafos.

O Sr. Aristóteles Xavier Caldeira dirigiu a estação até a inauguração da cidade, quando foi substituído pelo telegrafista Silvestre Ribeiro, auxiliado por Carlos Ataíde Rangel. Por esse tempo era estafeta do telegráfo o Sr. Mariano Gonçalves Ferreira. Da primitiva casinha da Rua da Boa Vista o telegráfo foi mudado para outra também antiga da Rua do Capão e dali foi transferida para o prédio novo da Rua Goitacases, propriedade do Sr. Pedro Joaquim de Almeida.

NOTAS

- 187 Bicalho, Francisco. Relatório. MINAS GERAIS. Secretária da Agricultura, Comércio e Obras. *Relatório...* Ouro Preto: Imprensa Oficial, v.2, p.376-377, 1896.
- 188 *Ibidem*, p. 377.
- 189 *Ibidem*, p. 376.
- 190 NOVA Capital. *A Capital*. Belo Horizonte, 10 jun., p. 2, 1897.

O RAMAL FÉRREO URBANO -
INSTRUÇÕES PARA O SEU FUNCIONAMENTO E PARA
O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO



Quando o engenheiro-chefe da Comissão Construtora estudava detidamente e compunha o seu plano geral de ataque a todas as grandes obras de construção da capital, a partir de maio de 1895, compreendeu logo que, para o seguro resultado de seus trabalhos, não poderia prescindir de um ramal férreo urbano que removesse em definitivo as dificuldades de transporte de material, da estação para os diversos pontos em que se teriam de executar as construções.

Dados os acidentes do terreno e a enorme quantidade de material que tinha de ser empregada nas obras, era literalmente inexequível que os transportes fossem feitos pelos meios ordinários, tornando-se assim indispensável o estabelecimento de uma rede férrea, com tração a vapor, ligada às pedreiras da localidade, que se achavam a 6 e 8 km de distância, servindo diretamente aos principais edifícios a serem construídos.

Tratou, portanto, a Comissão de encomendar da Europa todo o material preciso para as linhas de serviço, quer fixo, quer rodante, sobretudo para o serviço de pedra, bem como linhas e vagonetes Decauville.

Logo começou a receber o material pedido, atacou imediatamente a construção desse ramal, que se ligava com o de Minas a General Carneiro, de sorte que a 12 de novembro de 1895 estava concluído o leito da linha férrea para a Pedreira do Carapuça, iniciando então a 5ª Divisão a cujo cargo ficou a construção do ramal urbano o serviço de assentamento dos trilhos, tendo sido antes permitido aos empreiteiros Srs. Afonso Masini e Carlos Antonini construírem à sua custa um desvio para transporte de pedras, auxiliando a Comissão com o material de via permanente.

A 4 de dezembro, já em vésperas de ser inaugurado o ramal urbano, o Dr. Francisco Bicalho expedía as seguintes *Instruções* para o serviço de circulação nas linhas e para fornecimento de materiais de construção:

“INSTRUÇÕES PARA A CIRCULAÇÃO NAS LINHAS URBANAS E
FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Usando das atribuições que me são conferidas pelo 8º do art. 11, do regulamento em vigor, determino que sejam observadas, para a circulação nas linhas urbanas e fornecimento de materiais de construção, as instruções que a este acompanham.

Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 4 de dezembro de 1895. O engenheiro-chefe *F. Bicalbo*.

As linhas férreas urbanas são destinadas ao transporte dos materiais para as construções por administração, por empreitada ou de particulares, nos seguintes termos:

Capítulo I

CIRCULAÇÃO E TRÁFEGO

1ª A circulação de trens nessas linhas será feita sob a direção, fiscalização e responsabilidade da 5ª Divisão.

2ª Essas linhas, para o seu tráfego, ficam divididas em dois distritos: O primeiro, da Estação de Minas ao Largo da Liberdade, compreendendo os ramais do Mercado e Congresso; o segundo do Largo da Liberdade à Pedreira do Calcário, com o ramal do Reservatório do Cercadinho.

3ª Em cada um destes distritos, só trabalhará uma locomotiva e nenhum trem ou vagão se moverá na linha sem máquina.

4ª A máquina de um distrito não entrará na linha de outro, sem licença da Estação de Minas ou do posto telefônico do Largo da Liberdade.

5ª A velocidade dos trens não excederá de 8 km por hora.

6ª Serão estabelecidos postos telefônicos no Largo da Liberdade, Pedreira do Calcário, Congresso e Largo do Mercado.

7ª Com a máquina de cada um dos distritos trabalhará um chefe de trem responsável pelo serviço respectivo, sob as ordens imediatas do condutor do ramal, ficando este encarregado especialmente da execução do serviço e da fiscalização dos fornecimentos de materiais por estas linhas, sob a direção do chefe da 5ª Divisão.

8ª As descargas serão feitas nos lugares indicados nas notas de expedição ou recibos, a que se refere a cláusula 23, pelos guarda-freios, quando pertençam a particulares e pelo pessoal dos empreiteiros ou tarefeiros, para as obras do Estado, auxiliados pelos mesmos guarda-freios.

9ª Todos os vagões e vagonetes das pedreiras terão guarda-freios, sem os quais os maquinistas não os receberão nos trens, sob pena de multa.

10ª O carregamento nos depósitos do almoxarifado será feito por pessoal deste e nas pedreiras pelos respectivos arrendatários.

11ª Os chefes de trens farão assinar pelos respectivos destinatários os recibos de que trata a cláusula 23, entregando-se no mesmo dia ao contador. Organizarão também as folhas dos trens com a necessária clareza e discriminação para o perfeito conhecimento do serviço de cada dia, para o que o chefe da 5ª Divisão expedirá as necessárias instruções.

12ª Nenhum transporte será feito sem ser acompanhado do recibo acima referido, e pela infração desta disposição será severamente punido o chefe de trem. Excetuam-se os transportes feitos mediante despacho da Estação de Minas, acompanhados então das respectivas notas de expedição.

13ª Os encarregados dos postos telefônicos das pedreiras, da Estação de Minas e do Largo do Mercado tomarão nota da composição de cada trem e hora de partida, segundo as instruções do chefe da 5ª Divisão, no intuito de bem fiscalizar o fornecimento de pedra.

14ª As cargas que venham pelo ramal e devam seguir pelas linhas urbanas pagarão as respectivas taxas por 10 km qualquer que seja o seu percurso nelas e bem assim a carga e descarga, mesmo que tenham de seguir no mesmo vagão até o lugar do destino.

15ª O valor dos fretes, por todos os transportes, será creditado ao ramal férreo, como renda extraordinária, e da mesma forma a despesa. Os fretes de particulares serão recebidos pela tesouraria da Comissão e dos empreiteiros por descontos nas respectivas contas mensais.

Capítulo II

FORNECIMENTO DE MATERIAIS A PARTICULARES

16ª Fica o almoxarife autorizado a vender aos particulares, quando tenha em depósito, os materiais mencionados na tabela anexa, pelos preços nela indicados.

17ª Para este fim será estabelecido um depósito de materiais a cargo do almoxarife na Estação de Minas ou outro local que mais convenha, cumprindo ao almoxarife providenciar para que se mantenha ele sempre provido, de acordo com o consumo ordinário de areia, cal, cimento, tijolos e outros materiais que se reconheçam convenientes para facilitar as construções particulares.

18ª Os preços de venda serão os do custo de cada material, no depósito, acrescido de 10% e mais a carga, descarga e fretes nas linhas urbanas.

19ª Para satisfazer o pedido de qualquer particular, o almoxarife encherá a guia de pagamento (tipo A) mencionando o nome do comprador, a quantia a pagar, por extenso no corpo, a quantidade, espécie e procedência do material e respectivo preço por unidade, e, depois de sujeitá-la ao visto do engenheiro-chefe, a entregará ao interessado para efetuar, na tesouraria da Comissão, o pagamento.

20ª O tesoureiro entregará à parte um recibo em duplicata pelo tipo B, dos quais a primeira via ficará com o interessado, como documento seu, e a segunda via será por ele entregue ao almoxarife para tornar efetivo o fornecimento do material.

21ª Só depois de estar de posse deste recibo, que será colado no talão da respectiva guia de fornecimento, o almoxarife extrairá esta (tipo c), endereçando-a ao contador do ramal férreo e enchendo a primeira via com designação do nome do comprador, lugar da descarga, número da guia do pagamento, quantidade, espécie, procedência e custo do material: serão destacadas do talão as duas vias, das quais a segunda irá em branco e remetidas ao contador por estafeta e protocolo.

22ª O contador do ramal, depois de verificar o cálculo do custo cobrado, encherá com os mesmos dizeres a segunda via da guia de fornecimento, endereçando-a ao encarregado do depósito do almoxarifado, ou ao arrendatário da pedreira, a quem caiba cumprir a ordem de fornecimento, e providenciará sobre a entrega de vagões para o respectivo carregamento e transporte, depois, pelos trens urbanos.

23ª Carregado o vagão, será entregue ao chefe de trem com um recibo do tipo D, que fará as vezes de nota de expedição. Este recibo será preenchido pelo encarregado do depósito do almoxarifado ou arrendatário da pedreira, que fizer o fornecimento, o qual fará o chefe de trem rubricar o talão do mesmo recibo, como prova de o ter recebido.

24ª O chefe de trem exigirá do destinatário a assinatura do recibo de que trata a cláusula anterior, e o entregará ao condutor, que o colará à primeira via da guia de fornecimento para arquivá-la depois de satisfeito.

25ª Só poderão ser vendidas quantidades de materiais correspondentes à lotação dos carros e vagonetes das pedreiras.

26ª O contador fiscalizará o pronto fornecimento de todos os pedidos constantes das guias de fornecimento e remeterá à 2ª Divisão, até o dia 5 de cada mês, uma nota detalhada de todos os fornecimentos e transportes feitos no mês anterior.

Capítulo III

FORNECIMENTO AOS EMPREITEIROS

27ª Os fornecimentos aos empreiteiros serão feitos pelo almoxarife, mediante pedidos escritos dos mesmos, visados pelos respectivos chefes da Divisão.

28ª O almoxarife preencherá a guia de pagamento como na cláusula 19ª, mas a enviará diretamente à 2ª Divisão para debitá-la ao empreiteiro e proceder oportunamente à cobrança por desconto, nas contas mensais. O mesmo almoxarife expedirá desde logo a guia de fornecimento, que seguirá exatamente os mesmos trâmites marcados para os fornecimentos a particulares.

29ª Se os empreiteiros requisitarem não fornecimento, mas simples transporte de materiais seus, serão estes feitos mediante o despacho comum a pagar, pela Estação de Minas, e o conhecimento remetido à 2ª Divisão para a cobrança na forma indicada na cláusula anterior.

Capítulo IV

FORNECIMENTO À COMISSÃO

30ª Os fornecimentos para as obras por administração ou tarefa serão também feitos pelo almoxarifado, mediante pedidos do chefe da Divisão, despachados pelo engenheiro-chefe, e seguirão os mesmos trâmites dos fornecimentos aos empreiteiros, da guia do fornecimento em diante.

31ª Nestes pedidos os chefes de Divisão deverão dar as indicações precisas para que a 2ª Divisão possa fazer os lançamentos e discriminações, de forma a tornar-se conhecido o custo real de cada obra.

32ª Cada Divisão fará a escrituração técnica do serviço a seu cargo, de forma a conhecer também o custo real das obras que se construírem.

Capítulo V

PAGAMENTOS DE PEDRA AOS FORNECEDORES

33ª Será pago aos arrendatários das pedreiras a pedra que fornecerem para as obras por administração ou empreitada, por medição na obra feita, de acordo com os respectivos contratos de arrendamento.

34ª A pedra fornecida a particulares, por intermédio da Comissão, será por esta paga, de acordo com o contrato, e por medição nos vagões, mediante contas mensais documentadas com as guias de fornecimentos entregues aos fornecedores e visadas pelo contador do ramal, à vista dos recibos de que trata a cláusula 24. Para a medição tomar-se-á o comprimento, a largura e a altura média do espaço ocupado pelas pedras no vagão, regularmente arrumadas, e considerar-se-á como volume real $\frac{2}{3}$ do produto das 2 dimensões.

35ª Os arrendatários das pedreiras podem vender pedra diretamente aos particulares, requisitando somente o transporte, que será feito mediante pagamento à vista, à razão de 1\$500 por metro cúbico de pedra, qualquer que seja a distância do percurso.

Capítulo VI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

36ª Até o dia 5 de cada mês, o almoxarife enviará à 2ª Divisão uma relação de todos os fornecimentos feitos no mês anterior, com todas as declarações precisas para o exame e conferência da contabilidade.

37ª O tesoureiro também fornecerá, até o dia 5, a relação de todos os pagamentos no

mês anterior pelas guias do almoxarifado.

38ª A 2ª Divisão procederá à conferência das notas a que se referem as cláusulas 26, 36, 37 e 39, confrontando-as para verificar a sua exatidão, e extrairá por elas e pelos conhecimentos de que trata a cláusula 28 a relação das quantias a cobrar por descontos nas contas mensais dos empreiteiros.

39ª A 5ª Divisão remeterá igualmente no mesmo prazo à 2ª Divisão a relação dos fretes a pagar pelos empreiteiros, correspondentes aos transportes nas linhas urbanas.

40ª Como nestas instruções acham-se envolvidas funções de diversos empregados desta Comissão, serão expedidas cópias a todos aqueles a quem possa interessar para que cada um as cumpra rigorosamente na parte que lhe disser respeito.

Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 4 de dezembro de 1895 - o engenheiro-chefe. *F. Bicalho.*"

Observações: Os fretes no ramal e linhas devem ser creditados ao ramal, como sua receita, sendo *fictícia* a que se refere aos fornecimentos feitos à própria Comissão e aos empreiteiros, quando tenham isenção de transporte.

A renda *fictícia* será debitada ao serviço a que pertencer as obras.

Os empreiteiros têm isenção de fretes no ramal, mas pagarão a carga em General Carneiro para o tijolo e areia.

Têm isenção de fretes nas linhas urbanas para a pedra, e não pagarão descarga dos demais materiais, por ser ela feita por eles mesmos no local das obras.

Nos fornecimentos à Comissão não se inclui preço de material, senão para a pedra, porque os outros saem do almoxarifado, que remeterá, como até agora, a respectiva nota mensal à contabilidade. Na tabela incluem-se os fretes, carga e descarga, no ramal e linhas urbanas, por não se acharem contemplados naquela nota do almoxarifado e constituírem *renda* do ramal.

No fornecimento de pedras aos empreiteiros por intermédio da Comissão, pagar-se-ão aos arrendatários das pedreiras os preços de seus contratos para a Comissão, em cujo benefício reverterá a diferença, que será creditada à obra a que pertencer.

As contas das pedreiras serão conferidas mensalmente pelas notas do contador do ramal: as dos demais materiais, como até aqui, pelo almoxarifado, em cujo depósito se considerarão sempre como entrados esses materiais, mesmo que passem diretamente do fornecedor para as obras.

Para os empreiteiros, as guias de pagamento a que se refere a cláusula 28 das instruções, remetidas pelo almoxarifado à contabilidade, mencionarão a importância real a descontar ou a cobrar dos mesmos empreiteiros, sem incluir os valores em tinta vermelha, que só devem ser considerados pelo contato do ramal, como renda *fictícia* do mesmo.

As notas a que se refere a cláusula 36, que o almoxarifado deve remeter mensalmente à contabilidade, devem mencionar em relações separadas os fornecimentos pedidos para a Comissão, empreiteiros e particulares, de conformidade com os modelos juntos.

Da mesma forma procederá o contador do ramal para o disposto na cláusula 26 e a

contabilidade fará os respectivos lançamentos das contas *a cobrar* pelas relações do contador e não pelas do almoxarifado, que podem ainda não estar satisfeitas de fato.

A relação da cláusula 37 serve para conferir os fornecimentos a particulares, já previamente pagos.

A relação da cláusula 39 mencionará não só os fretes a cobrar por transportes nas linhas urbanas, de acordo com a cláusula 29, como também por transportes no ramal, carregamento e descargas, multas por estadias de vagões, armazenagens, etc., e qualquer outra dívida a cobrar, independente ou que não seja autorizada ou conhecida pelo almoxarifado.

Os preços materiais são para General Carneiro, isto é, carregados com todas as despesas da procedência e fretes da Central até a referida estação. *F. Bicalho*.¹⁹¹

Só a 31 de dezembro daquele ano ficou concluído o tronco das linhas férreas urbanas, que, partindo da Estação de Minas, atravessava o ribeirão dos Arrudas por uma sólida ponte de madeira construída ao fim da Rua dos Caetés, com 19,50 m de comprimento e 7,70 m de altura sobre o nível da água, com um vão livre de 12 m, seguia pela Avenida Amazonas, até a rua 28 ou do Espírito Santo, continuando por esta, a cuja *grade* se adaptou com a rampa de 3,6% até a Praça da Liberdade, com o desenvolvimento de 2.240 m.

Daquele tronco iriam partir, como partiram pouco depois, ramais para a Pedreira do Calcário, para o Reservatório do Cercadinho, para o local do Congresso e Palácio da Justiça, devendo estender-se até o Quartel do 1º Batalhão,¹⁹² assim como para a pedreira de granito do Morro das Pedras e para as pedreiras da Viação e Lagoinha,¹⁹³ passando por três olarias das mais importantes. Como se verificou mais tarde, tais linhas urbanas mediram a extensão de mais de 20 km, tendo, portanto, um desenvolvimento superior ao próprio ramal de Belo Horizonte a General Carneiro. Nessa ocasião já se achava feito o estudo de campo, organizado o projeto, locado e preparado o leito para a do Calcário, faltando apenas o assentamento do material metálico que ainda não havia chegado. Este ramal tinha a extensão de 5.400 m, com ziguezague ou duas reversões a meio do caminho, sendo as rampas de 4 e 5% mas favoráveis ao transporte de pedra.

Essa linha para o Acaba-Mundo foi inaugurada a 5 de abril de 1896. Naquele dia, às 7 horas da manhã, partia da Praça da Liberdade o trem inaugural daquele ramal de serviço, destinado ao transporte de pedras. Compunha-se o comboio de uma locomotiva e um carro de passageiros, repleto este de convidados e membros da Comissão Construtora, vendo-se muitas senhorinhas em leves e graciosas *toilettes*. Deixando a Praça da Liberdade, o comboio rumou para o recôncavo da serra, margeando o morro que se alteia para os lados da Lagoa Seca, passando pelo ziguezague, onde a linha tomava um plano mais elevado, até chegar à magnífica Pedreira do Calcário, parando à distância de uns 100 m, onde já existia grande quantidade de pedras arrebetadas e uma boa porção delas aparelhadas. Após agradável passeio a pé pelas circunjacências pitorescas, descortinando-se lá em baixo a cidade em construção em meio do arraial, às 9 horas o Dr. Prado Lopes obsequiou os excursionistas com saborosa xícara de café, regressando todos às 10 horas. A partir desse dia, os trens de

transporte trafegaram continuamente por ali, até depois de inaugurada a cidade.

Na mesma ocasião, a 9ª Divisão projetou, locou e começou o ramal para a pedreira de granito do Morro das Pedras, nas extensão total de 9.000 m, a contar da Praça do Mercado, ou seja, mais da metade do ramal para General Carneiro, com rampas variáveis, ascendentes, e tendo como máximo de declividade 3,1%. Iniciado o assentamento dos trilhos a 5 de junho, para essa linha foram construídos 5 bueiros de pedra arrumada, um pontilhão com vigas de madeira sobre encontros de pedra seca, 2 bueiros com tubos de 0,65, inutilizados para o abastecimento de água. Com esse leito, que depois recebeu linha de bitola de 1 m, havia a Comissão dispendido, até então, 22:624\$959. Essa linha que iria servir a pedreira explorada pelo Sr. conde de Santa Marinha, era destinada à circulação de sua pequena locomotiva, a que o povo denominava *Mariquinbas*,¹⁹⁴ e respectivos vagonetes, para o transporte de pedras e cantaria preparadas por ele naquela pedreira que a Comissão lhe arrendara. Em agosto intensificou-se o assentamento de trilhos, por haver chegado o material que se esperava, sendo logo inaugurada a linha. A *Mariquinbas* e seus vagonetes trafegavam não só nesse como nos demais ramais urbanos.

À pedreira da Viação só a 2 de julho chegou a ponta dos trilhos. Igualmente era destinado esse ramal ao transporte de pedras e as suas linhas foram assentadas em quatro dias, fazendo-se o transporte de materiais em troles, trabalhando-se sempre dia e noite. Assim, no dia 8, fez-se a inauguração que não se realizara a 2 por falta de máquina disponível.

Naqueles dias iniciou-se também o assentamento da linha férrea que iria, como foi, servir a pedreira da Lagoinha com a extensão de 1.300 m, entroncando-se, antes de atravessar o canal do Arrudas, com o ramal da pedreira da Viação, juntando-se, depois, os dois ramais na Praça do Mercado com o do Morro das Pedras. Teve rápida construção esse ramal logo depois inaugurado.

Construíram-se ainda dois pequenos ramais denominados "Hermilo Alves", no Caracará, e "Lynch", o primeiro com 877 e o segundo com 1.000 m.

Segundo noticiou *A Capital*, de 10 de junho de 1897,¹⁹⁵ a extensão total das linhas urbanas era de 26.973 m, quase o dobro da do ramal férreo entre Belo Horizonte e General Carneiro, que era de 14.800 m. Por essa ocasião a extensão das linhas urbanas, parceladamente, era a seguinte: linha de serviço Hermilo Alves, no Caracará, 977 m; *idem* do Carapuça, 1.706 m; *idem* do Palácio, 2.240 m; *idem* do Calcário, 5.400 m; *idem* do Reservatório, 1.500 m; *idem* do Congresso, na Avenida Afonso Pena, 850 m; *idem* do Quartel, 1.700 m; *idem* do Mercado, 1.200 m; *idem* Lynch, 1.000 m; *idem* Viação, 1.300 m; *idem* Morro das Pedras, 9.000 m; *idem* Nova Imprensa, 200 m.

Nas linhas urbanas haviam sido construídos postos no Congresso, Mercado, Palácio e Calcário, construções provisórias de madeira, bem como quatro pontes, sendo uma no vão total de 26 m, que era a ponte da linha do Carapuça, no Cardoso, e a de Minas, que tinha 10 m de vão. As outras duas eram de 8 m de vão, na linha do Quartel, sendo uma esconsa.

Havia duas largas porteiras para evitar acidentes: uma na Avenida Afonso Pena e outra na Rua Guajajaras, nos cruzamentos destas com a Rua Espírito Santo, ambas ao cuidado de guardas permanentes, que as fechavam à passagem dos trens, para interceptar o trânsito público.

O peso total transportado da estação de Minas para as diferentes obras foi de 108.648.055 kg, do início do tráfego até junho.

A 5ª Divisão havia montado linhas telefônicas em número de 42 aparelhos, não só para as obras como para o serviço das linhas urbanas e para particulares.

Na construção e nos custeio do ramal férreo urbano despendeu o Estado, até a extinção das linhas, depois de inaugurada a capital, 1.053:643\$044, segundo o relatório do secretário da Agricultura, de 1899.¹⁹⁶

NOTAS

- 191 BICALHO. *Op. cit.*, p. 399-402.
- 192 Quartel do 1º Batalhão da Polícia Militar. Situado em Santa Efigênia, na Praça Floriano Peixoto, o prédio do Quartel está incluído entre as primeiras edificações de Belo Horizonte. Teve sua construção iniciada em março de 1897, sob a responsabilidade do conde de Santa Marinha. Segundo habitantes antigos da cidade, grande parte da área por ele ocupada era pantanosa, devido à existência anterior de uma lagoa nas proximidades. Entretanto, sua construção provocou relativa concentração da população na região suburbana a leste da cidade. Em abril de 1898, um grande incêndio destruiu quase totalmente o prédio, que se encontrava em fase final de suas obras. Recuperado em menos de um ano, foi inaugurado em maio de 1899. Ao longo dos anos sofreu algumas intervenções, como, por exemplo, em 1938, quando foram modificados galpões, telhados e assoalhos. O prédio e a Praça Floriano Peixoto foram tombados pelo IEPHA/MG, em 1894, pelo seu valor histórico, arquitetônico e paisagístico (BARRETO, Abílio. *Resumo histórico de Belo Horizonte: 1701-1947*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950, p. 139. IEPHA/Setor de Pesquisa).
- 193 Pedreiras - Calcáreo existente na Serra do Curral, na área do Acaba-Mundo, pedra de calcáreo róseo-avermelhado e branco. O calcáreo róseo-avermelhado recebe bem o polimento e foi utilizado no prédio da Secretaria do Interior (Educação), nas colunas que ornaram a entrada do prédio. Foi explorada por arrendamento em 1895, por J. Orlandini. Pedreiras Viação e Lagoinha - pedreiras existentes na região do atual bairro Lagoinha. Foram exploradas pelo Sr. Chapot Prevost. A origem do nome Viação, está ligada ao fato de que, em 1895, o Estado comprou ao Banco e Empresa Viação do Brasil 9 alqueires de terras situadas na Lagoinha, incluindo a pedreira então denominada "Viação". De posse dos terrenos, a Comissão Construtora os dividiu em lotes, alguns dos quais foram cedidos gratuitamente e outros vendidos, além de explorar a pedreira. A pedreira situada atrás do atual conjunto IAPI, após o encerramento das atividades da Comissão Construtora, passou a ser explorada pelo engenheiro Antônio do Prado Lopes Pereira, daí denominar-se Pedreira Prado Lopes, nome que a vila hoje existente, ainda conserva. Pedreira Morro das Pedras - de granito de excelente qualidade situada na região da atual Avenida Raja Gabaglia, próxima ao Hospital Madre Tereza. Pedreira Carapuça - situada nas proximidades do bairro Santa Tereza, um pouco além deste (SILVEIRA, Álvaro da. *Flora e Serras Mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. *Atlas Corográfico Municipal*. Minas Gerais: Secretaria de Agricultura. Belo Horizonte, 1926, v. 1. MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. *Atlas Corográfico Municipal*. Belo Horizonte, 1926, v. 1. APCBH/AAB).
- 194 Locomotiva que pertenceu ao conde de Santa Marinha, utilizada em seus empreendimentos no período de construção da nova capital. Transportava material consumido em grande escala nas construções e pedras extraídas da pedreira "Morro das Pedras", explorada pelo conde. Era de pequenas dimensões, se comparada às demais locomotivas de propriedade do Estado. Entretanto, "sua bitola era igual à do ramal urbano". Fabricada em Filadélfia, EUA, pela Baldwin Locomotive Works, traz gravada acima da porta a data de 5/12/1874. Suas reduzidas dimensões, em relação às demais locomotivas que trafegavam no ramal urbano, e seu apito estridente, levaram a população a denominá-la "Mariquinhas". Após a construção da cidade, foi vendida a uma mineração, em Conselheiro Lafaiete, sendo utilizada nos serviços de mina por longos anos. Posteriormente, adquirida pelo Estado, foi recuperada em Divinópolis e hoje encontra-se exposta no Museu Histórico Abílio Barreto (ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 26 jun., 1935. BARRETO, Abílio. Um pouco da história de Belo Horizonte. *Estado de Minas*, 29 out., 1935. MARIQUINHA, relíquia histórica de Belo Horizonte. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 26 jun., 1935).
- 195 NOVA capital. *A Capital*. Belo Horizonte, 10 jun., 1897, p. 2.
- 196 MINAS GERAIS. Secretaria de Agricultura. Comércio e Obras. *Relatório ... Cidade de Minas*: Imprensa Oficial, 1896, p. 98-99.

ONDE IRIA SER O CENTRO DE MAIOR ATIVIDADE COMERCIAL DA
NOVA CAPITAL?

propósito desta pergunta, em fins de 1895, depois da inauguração do ramal férreo,¹⁹⁷ quando a Comissão Construtora apressava as grandes instalações necessárias ao início da construção da nova capital, deu-se aí um fato interessante, que aqui registramos.

Apesar da campanha tenaz de malevolência que os inimigos de Belo Horizonte e da mudança da capital não cessavam de sustentar, afirmando sempre que o governo do Estado teria de retroceder naquele empreendimento por absurdo, irrealizável e altamente prejudicial aos interesses de Minas, notável animação de compra e venda de lotes imperava ali, naqueles dias, desde a primeira concorrência pública e primeiro sorteio para a venda particulares e doação de tais lotes a funcionários e proprietários em Ouro Preto.

É que o Dr. Francisco Bicalho, até fins de novembro de 1895, tinha tomado todas as providências necessárias à construção da cidade e os seus magníficos resultados iam surgindo animadoramente, incutindo confiança e entusiasmo até mesmo nos espíritos mais pessimistas.

Tais providências postas imediatamente em prática pelo engenheiro-chefe determinaram logo, como dissemos, um verdadeiro *surge et ambula*, que não se deteve até o fim.

Ora, em certa manhã de domingo, em fins do mês e ano referidos, quatro homens de negócio se reuniram na Rua General Deodoro e dali saíram percorrendo os pontos principais da localidade, a fim de escolherem terrenos para as casas que pretendiam construir. Animava-os a grande afluência de visitantes ao arraial em vias de capital, todos à porfia de bons terrenos. Eram eles os Srs.: Antônio Pereira Belém, proprietário de um hotel instalado em singelo barracão no Beco do Vitorino, próximo à matriz da Boa Viagem, hotel que pertencera ao Sr. Carlos Monte Verde; Roberto C. Dickson, primeiro pastor metodista que se fixou na nova capital; Carlos Monte Verde (depois proprietário do famoso *Hotel Floresta*, instalado no ano seguinte na subida da Avenida do Contorno e que deu nome ao bairro da Floresta) aquele mesmo Sr. Carlos Monte Verde que foi, pouco mais tarde, proprietário da primeira casa



Trecho da antiga Rua de Congonbas, atualmente proximidades do Ginásio Arnaldo.

definitiva e do primeiro hotel que se instalaram na Cidade de Minas; finalmente, José Francisco de Macedo, mais tarde apelidado José dos Lotes por haver adquirido, por preços ínfimos, considerável número de lotes em Belo Horizonte, inclusive muitos na Avenida Afonso Pena, dentre os que haviam sido sorteados para os proprietários em Ouro Preto.

Aqueles quatro homens, como os demais que habitavam o arraial naqueles dias, não podiam antever o local fadado a ser no futuro o centro de maior atividade comercial da nova cidade, mas esforçavam-se por atinar, por meio de raciocínios e deduções, com um local futuroso para as casas que pretendiam edificar dentro em pouco.

Acontecia que Belo Horizonte então não passava de um chapadão poento, em meio do qual se espalhavam casas velhas, com seus quintais arborizados, cafuas de barro e capim, barracões de tábuas e zinco, entre recortes de barrancos, esplanadas, aterros recentemente feitos, por onde milhares de operários e de carroças enxameavam como formigueiro revolvido.

Os primeiros prédios definitivos da nova cidade ainda estavam em projetos no papel. Ninguém poderia prever, portanto, onde a cidade por nascer concentraria mais animação, mais vida e, conseqüentemente, onde as propriedades alcançariam maior valorização.

Por isso, com insistente interrogação no cérebro, lá se foram aqueles quatro homens, experimentadíssimos em negócios, andando de vagar pelas ruas ou caminhos poentos, calçados de botas, trocando idéias, em direção à zona que a Comissão dizia destinada a ser o bairro comercial, com o fito de escolher cada qual o lote de terra que melhor lhe conviesse para edificação de sua projetada habitação.

Naquela manhã luminosa do amanhecer horizontino, os quatro caçadores de lotes aqui saudavam conhecidos ou amigos à janela de suas casas; ali cruzavam grupos de italianos palradores, com argolões pendentes das orelhas, cachimbo ao queixo, tagarelando a sua algaravia; além ouviam o badalar de cincerros e o bufar de animais de carroça pastando às soltas.

Como era cedo e o sol ainda não se tornara incômodo, fizeram uma digressão pela parte alta do arraial. Subiram pela Rua do Rosário e depois rumaram pela esquerda à Rua da Boa Vista, nas proximidades da futura praça da Liberdade, que já estava esplanada. Nessa rua pararam em frente à casa velha, em que pouco antes se instalara provisoriamente o telégrafo nacional, junto à habitação da veneranda e inesquecível D. Senhorinha Farnese. Dali desceram, foram até o Largo do Rosário, passaram em frente à capela, demolida dois anos depois, deixaram à esquerda do Largo e Hotel Lima e atravessaram a linha do ramal férreo urbano que subia pela Rua Espírito Santo, com destino à Praça da Liberdade e ao Acaba-Mundo. Na travessia da linha havia larga porteira e nas proximidades dela ficavam a fábrica de gasosa e selaria do Sr. José Gonçalves de Melo. Do outro lado da linha, à entrada da Rua do Capim, estava a casa comercial do Sr. Francisco Cândido da Silveira, aquém das casas em que moravam os Srs. Leonardo Gutierrez e João da Cruz. Em frente a estas estava a casa comercial do Sr. Manuel Pinto da Assunção, onde, depois, em certa noite, foi ferido mortalmente, com certo

tiro de espingarda um militar que a arrombava. Nessa Rua do Capim, pouco adiante, passaram pelo rancho de tropas, que ficava próximo do local em que mais tarde se construiu a Imprensa Oficial.

Deixando para trás esse lugar, chegaram ao Cemitério Provisório, então recentemente construído pela Comissão entre as ruas Rio de Janeiro, Tupis, Tamoios e São Paulo. Desceram pela direita em rumo ao Parque. No quarteirão entre a Avenida A ou Afonso Pena e a Avenida N ou da Liberdade e as ruas 26 ou da Bahia e Goiás, então Rua Z, a Comissão montava a grande serraria e carpintaria a vapor, destinada a preparar todo o madeiramento para as edificações da capital, dirigida por Francisco Soucasaux.

Atravessada a Avenida Afonso Pena, que era um esplanadão aberto somente em alguns pontos, foram descendo pela mal esboçada Rua da Bahia até a praça em que iria ser construída a Estação de Minas e onde os Srs. Isidro Viana e Antônio Romaneli instalaram um grande armazém.

Aí pararam durante alguns momentos, como procurando orientação. Já haviam percorrido os pontos que julgavam principais, mas continuavam indecisos, absolutamente inseguros sobre qual seria o melhor local para as edificações das respectivas casas, impossibilitados como estavam de prever, de adivinhar qual iria ser o centro principal de atividade da futura *urbs*.

Já de retorno haviam transposto a ponte de madeira existente sobre o ribeirão dos Arrudas, no fim da Rua dos Caetés, e agora subiam pela Avenida Amazonas. Aí o Sr. Antônio Belém teria perguntado aos companheiros:

- Mas então, não haverá entre vocês algum vidente, algum profeta capaz de nos indicar qual destas novas vias públicas da capital por nascer será, em importância, a nossa Rua do Ouvidor, para que aí construamos nossas casas?

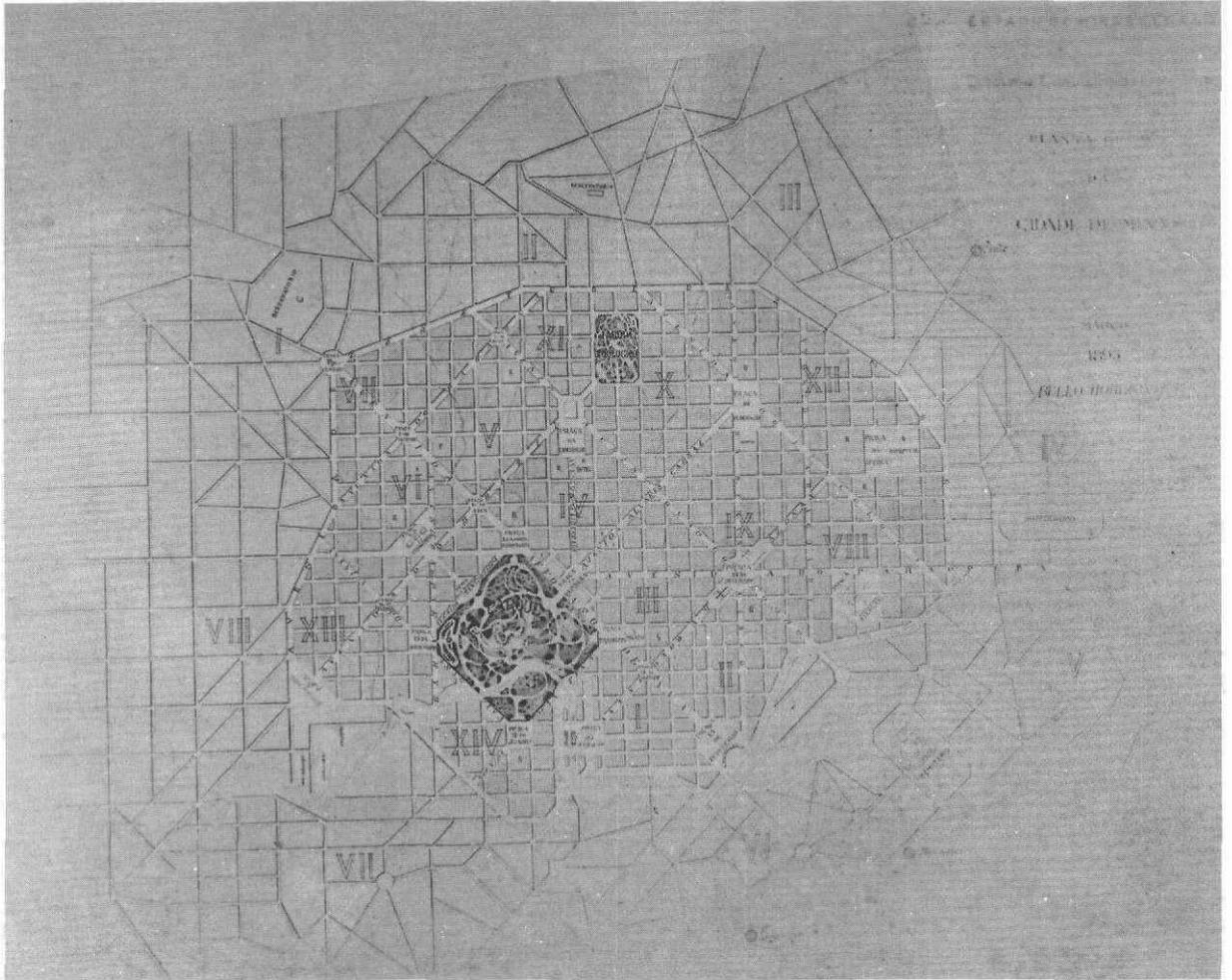
Todos ficaram a pensar durante alguns instantes. Por fim, teria dito o pastor Dickson:

- Não me parece possível um tal vaticínio, pois nem mesmo sabemos com segurança se levará a bom termo a construção da capital ...

- Realmente - volveria o Sr. Belém - a ajudar pelo que não cessa de proclamar a imprensa amarela, não se fará nunca, por absurda, a mudança da capital ... Mas isso são *cantigas* dos antimudantistas. A aspiração secular de um povo não é brincadeira e a sua transformação em realidade foi maduramente estudada. Hoje, a mudança é imperativo de uma lei constitucional, que será cumprida fatalmente, custe o que custar. O presidente Bias Fortes não cessa de afirmar aos pessimistas que tocam no assunto: "A 17 de dezembro de 1897 mudarei a sede do governo, ainda que seja para uma barraca".

Os demais apoiariam a opinião do Sr. Belém e o Sr. José de Macedo, com aquela sua aguda sagacidade em coisas de negócios, objetaria:

- De acordo. E para mim o progresso disto é uma questão de tempo. Por isso tenho comprado quantos lotes me aparecem em boas condições. Quanto a prever onde será a nossa futura *Ouvidor*, não sei; mas, segundo cá o meu modo de pensar, a nossa futura *Rua Larga de*



Outra planta geral da cidade.

S. Joaquim será esta Avenida Amazonas, em que nos achamos e estas ruas vizinhas serão o centro mais comercial da capital.

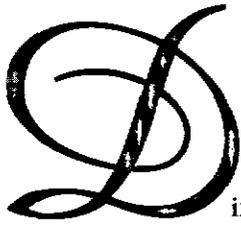
E dadas as razões por que assim pensava, os demais concordaram com ele, pelo que todos deliberaram adquirir lotes naquelas imediações. Efetivamente, pouco depois, os quatro haviam edificado suas casas, sendo que os Srs. Dickson, Monte Verde e José de Macedo o fizeram na Avenida Amazonas, ao passo que o Sr. Belém construiu a sua habitação na esquina das ruas Espírito Santo e Caetés, onde instalou o seu "Hotel Belém".

Entretanto, para considerável número dos principais habitantes de Belo Horizonte naqueles dias, o futuro centro de maior atividade seria o trecho compreendido no retângulo formado pelas ruas Guajajaras e Bahia e Avenidas Afonso Pena e Liberdade. E foi assim pensando que ali edificaram os Srs. Oscar Trompowski, Arthur Haas, Dr. Hermilo Alves, Teodoro Abreu, José Maria da Silva Carvalho, Francisco Soucasaux e outros.

O episódio aqui relatado, com descritiva e colorido ao modo de quem traceja este livro, foi contado pelo Sr. José Francisco de Macedo.

NOTAS

- 197 *Ramais férreos* - Os ramais férreos urbanos foram implantados pela Comissão Construtora para facilitar o transporte de material para os diversos canteiros de obras da cidade. Da linha-tronco desse ramal que, partindo da Estação, dirigia-se para a Afonso Pena e Praça da Liberdade, partiam vários sub-ramais que atingiam áreas de construção de prédios e, ainda, as diversas pedreiras exploradas nos arredores da cidade. Assim, ramal Hermilo Alves; no Caracará, era na região do atual Bairro Santa Tereza, onde estava situada a empresa de construção e cerâmica de Hermilo Alves; Carapuça, pedreira do mesmo nome, além do bairro Santa Tereza; Palácio, área de construção do Palácio Presidencial; Calcáreo, pedreira do Acaba-Mundo (área que conserva o mesmo nome); Reservatório, atual área do alto da rua Carangola, bairro Santo Antônio; Congresso, na Avenida Afonso Pena, próxima a atual Praça Afonso Arinos, área destinada à construção do palácio do Congresso; do Quartel do 1º Batalhão, na atual Praça Floriano, Santa Efigênia; do Mercado, atual praça Rio Branco; Linch, pedreira explorada pelo engenheiro Joseph Linch; Viação e Lagoinha, região do bairro Lagoinha; Morro das Pedras, alto da atual Avenida Raja Gabaglia; Nova Imprensa, área em que se construía o prédio da Imprensa Oficial, existente na Avenida Augusto de Lima. Os trens de passageiros, entre a estação General Carneiro e Estação de Minas, iam até o posto do "Congresso" e, às vezes, até o posto "Palácio". As locomotivas do Estado, que trafegavam nos ramais urbanos, eram seis e denominavam-se: "Ouro Preto", "Belo Horizonte", "Juiz de Fora", "Barbacena", "Várzea do Marçal" e "Paraúna" (respectivamente o nome da antiga capital do Estado e dos locais estudados para a implantação da nova capital) (REVISTA SOCIAL TRABALHISTA. Belo Horizonte: Veloso & Cia. n. 59, p.224, 1947. ANUÁRIO DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, n.2, p.2, 1954).

NOTÍCIA SOBRE OS MATERIAIS EMPREGADOS
NA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL

ifícil, senão impossível, seria dizer a quantidade exata ou mesmo aproximada dos materiais empregados na construção da capital, ao tempo da Comissão Construtora, pela falta quase absoluta de elementos históricos coordenados nesse sentido.

Todavia, com alguns dados e algarismos por nós colhidos e fontes diversas, procuraremos fornecer aos que nos lerem uma idéia aproximada, uma notícia do vulto a que atingiu aquele consumo de materiais, a natureza e procedência deles e os preços por que eram adquiridos.

Salientaremos, desde logo, o problema da pedra. Quando a Comissão Construtora entrou decisivamente no período das construções, com exceção de pequenas pedreiras mal exploradas pelos empreiteiros de obras e que não davam resultado satisfatório, nenhuma havia ainda em condições de poder suprir a avultada quantidade desse material, que se ia tornando grandemente necessário. Existiam, porém, nas imediações, não obstante se acharem mais ou menos afastados dos centros de trabalhos, importantes massas de gnaiss, calcário e granito, que era preciso tornar acessíveis com o preparo e abertura de bons caminhos.

Cuidando de obter a pedra necessária para as obras em início, providenciou o engenheiro-chefe a abertura de caminhos para as pedreiras em melhor situação nos lugares denominados Cardoso e Carapuça, nas proximidades da linha do ramal, onde fez instalar serviços depois de construir um desvio que media 800 m de extensão e uma ponte de madeira sobre o ribeirão dos Arrudas. Mas, enquanto se tomavam estas providências, o transporte de pedras era feito em carroças, com as maiores dificuldades, e em pequena quantidade, devido aos maus caminhos e às chuvas. Construído o desvio, em princípios de 1896, desenvolveu-se transporte de pedras por via do ramal, sendo pouco depois abandonada a pedreira do Cardoso.

A do Carapuça, arrendada ao Sr. José d'Ávila Goulart, com quem foi contratado o fornecimento de toda a produção para as obras da nova capital, esteve sempre em atividade. Referindo-se a ela, escrevia *A Capital* em 1897: "Ali o trabalho é intenso. Junto aos enormes

blocos de pedra de uma cor igual, tinham as marretas dos cavoqueiros, ouvia-se a cantarola dos operários, ritmando o seu árduo labor, alavancas em punho, movendo pedras para as pranchas; no telheiro, o picão retínia, desbastando grandes pedaços de pedra, preparando-os para as obras. Na ferraria, diversos trabalhadores pontavam as brocas. Do alto da pedreira era lindo o panorama de Belo Horizonte ao longe. Aí dois operários perfuravam um bloco cantando uma canção melancólica, ao passo que em baixo a turma de operários broqueava as rochas. Esses operários eram em número superior a 50. Comunicava-se com Belo Horizonte por uma linha férrea, construída a expensas do Sr. Goulart, cujo filho é o administrador. O movimento de pranchas é cada vez maior, devido à excelente qualidade do produto por todos preferido. O fogo às minas é posto 3 vezes por dia. Os operários são na maioria nacionais, quase todos mineiros.”

Explorada pelo Sr. J. Orlandini, existia a pedreira de calcário corado, semelhante a mármore, situada no recôncavo do Acaba-Mundo, na Serra do Curral. A ele arrendada por contrato, em fins de 1895, começou logo a produzir considerável quantidade de pedra para alvenaria e lajedos e meios-fios para passeios. Prestava-se também aquele calcário para cantarias e molduras, pela sua qualidade e coloração, sendo muito preferido pelos pedreiros por apresentar formas bastante regulares, facilitando o seu assentamento nas construções.

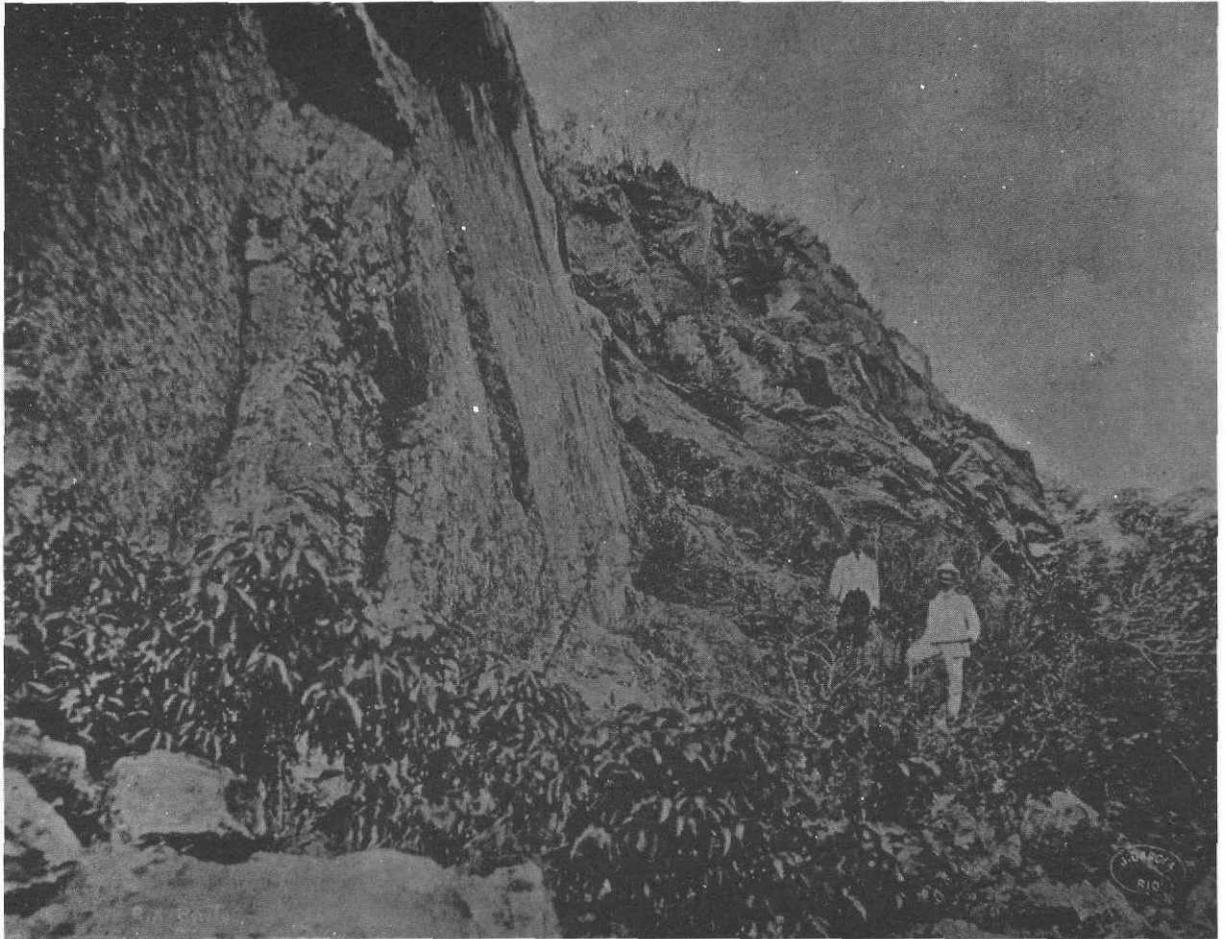
Essa pedreira ficava a 6 km da Praça da Liberdade e em princípios de 1896 foi dotada de um ramal férreo pelo qual se transportava a sua produção, como noticiamos em outro capítulo, constituindo precioso elemento para a presteza dos trabalhos e embelezamento das construções.

A 8 km da cidade, no local denominado “Morro das Pedras”, existia outra pedreira, que foi arrendada por contrato ao Sr. Antônio Teixeira Rodrigues, conde de Santa Marinha, que a explorou desde meados de 1896, por meio de um ramal urbano a que também nos referimos. Produzia granito de admirável homogeneidade, que não só era perfeitamente cortável a cunha, como se prestava a cantarias de fino polido. O ramal para esta pedreira era servido por vagões e pela máquina “Mariquinhas”, propriedade do conde.

Assim como essas pedreiras, o engenheiro-chefe pôs em movimento outras existentes, tais como a “Viação” e “Lagoinha”, todas servidas pelo ramal férreo urbano.

O engenheiro-chefe cuidou, depois, “de promover e animar a extração de areia no rio das Velhas, garantindo aos fornecedores a compra de importantes volumes desse material, por determinado preço”, auxiliando as suas instalações e conseguindo da administração central “a permissão para o estabelecimento de grandes depósitos à margem de sua linha e construção de tabladros para os carregamentos”¹⁹⁸ nos carros da Comissão.

Havia no arraial duas olarias montadas e que dispunham de cerca de um milhão e duzentos mil tijolos “que não achavam consumo, pois este material, sem a pedra para as fundações, não poderia ter aplicação; exaustas de recursos e desanimadas, iam parar com a pequena produção que até então fabricavam, quando a Comissão lhes foi em auxílio, comprando todo o produto e garantindo o consumo de tudo que fabricassem”, pelo que, em



Jazidas de calcário e mármore no Acaba-Mundo.

novembro, já se podia contar daquelas duas procedências com mais de 30.000 tijolos por dia, de regular qualidade.

Igual procedimento teve relativamente a vários outros pequenos produtores “adquirindo a Comissão, por essa ocasião, avultada quantidade de tijolos, conseguindo que todas essas olarias e outras que se montaram depois trabalhassem ativamente e com animação.”

Entretanto, os recursos da localidade “não bastariam e era mister procurá-los mais longe. Assim, quer para tijolos, quer para a cal e telha, dirigiu-se a Comissão a todos os fabricantes que, por sua situação nas proximidades da Central, pudessem tornar-se fornecedores razoáveis, animando-os, fazendo-lhes pedidos de importantes fornecimentos, quer pela Secretaria, quer pela imprensa, em editais de concorrência, a que concorreram em grande número”. Por isso, já “não havia mais motivo de recear-se a falta ou escassez desses materiais”, que estavam sendo fornecidos com a precisa abundância.

Em relação aos preços daqueles materiais, “não deixavam de ser menos eficazes os esforços e intervenção da Comissão. Assim, a pedra ordinária, que aqui não se obtinha senão em insignificante quantidade e a preços que regulavam de 20\$ a 30\$ por metro cúbico”, em novembro de 1895 em diante poderia adquiri-la quem quisesse a 9\$000, “excelente para as construções particulares e na quantidade de que precisasse. A areia, que dificilmente se obtinha e custava 11\$ e 12\$ por metro cúbico, a cal, que não se conseguia a menos de 5\$ e 6\$ o saco, poderiam ser adquiridas pelos particulares a 6\$600 a primeira e 2\$400 por saco, a segunda”.

Ao mesmo passo, por intermédio do engenheiro belga, Dr. Joseph De Jaegher,^{198A} entrou em relações comerciais com grandes estabelecimentos metalúrgicos da Bélgica, fazendo avultadíssimas compras, como outras que fez em outros países da Europa e nos Estados Unidos.

Assim, além do material fixo e rodante para os ramais urbanos que havia adquirido, encomendou linhas de vagonetes Decauville, guindastes, britadores, locomóveis, compressores a vapor e diversos outros materiais para as instalações de serviços, a fim de se poder trabalhar mais desafogadamente.

Outra providência acertada que tomou o Dr. Francisco Bicalho foi a de promover, junto ao governo federal, por intermédio do governo de Minas, a isenção de direitos adicionais e expediente que teriam de pagar os materiais importados para as obras da nova cidade. Nesse sentido, foi expedido o Ofício n.154, de 18 de outubro de 1895, ao secretário da Agricultura, esclarecendo-o a respeito de tal isenção, que foi obtida e subiu a milhares de contos de réis.

Por intermédio dos Srs. Edwards, Camarate & Soucasaux, a 24 de outubro referido, o engenheiro-chefe escrevia aos Srs. Azemard & Leonard, Rue des Petits, Paris, pedindo a remessa de catálogos de todas as fábricas de que fossem representantes e que pudessem interessar aos serviços da construção de uma capital moderna, a fim de se habilitar para fazer as encomendas que fossem necessárias. Escreveu ainda a muitas outras casas estrangeiras no mesmo sentido.

Para a preparação do madeiramento necessário às construções, cuidou logo o engenheiro-

chefe da montagem de uma grande serraria a vapor a que se referiu *A Capital*, de 4 de fevereiro de 1896¹⁹⁹ e cujos maquinismos foram recebidos a 4 de junho seguinte. Efetivamente, no cercado de arame que limitava o local destinado ao edifício do Congresso onde foram estabelecidos barracões higiênicos para a moradia de operários, bem como um de grandes proporções coberto por diversas meias-águas, destinado à serraria, onde se preparavam todas as esquadrias, molduras, balaústres, etc., de que se necessitava nas obras. As máquinas eram impulsionadas por um motor de 25 cavalos-vapor. Junto a este fez-se outro barracão para a carpintaria, onde eram armadas as peças já preparadas na serraria. Outras muitas instalações foram feitas naquele recinto, onde todos os materiais vinham ter por via do ramal férreo urbano.

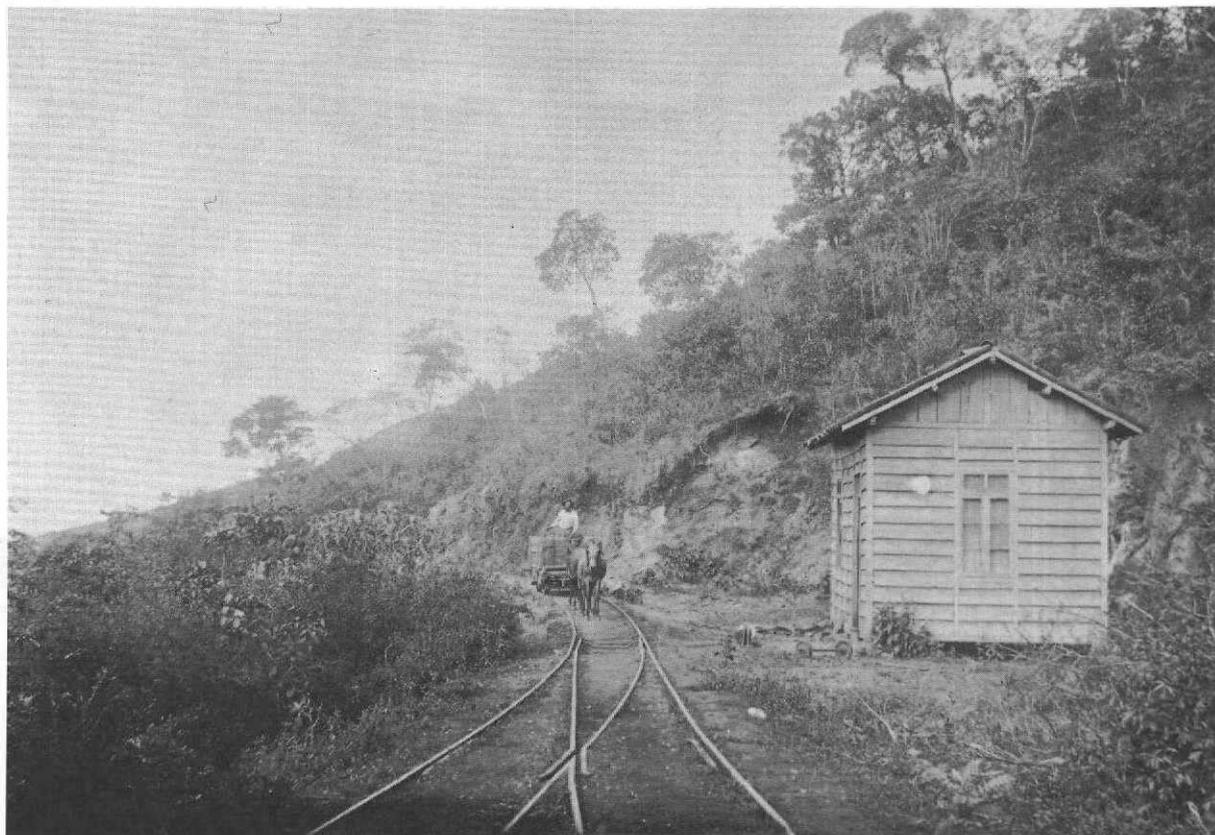
Promovendo ainda a aquisição de materiais, a 15 de fevereiro e a 18 de maio de 1896, em virtude de concorrência pública, recebia a Comissão e eram aceitas pelo engenheiro-chefe várias propostas para fornecimento de 14.000.000 de tijolos, 230.000 sacos de cal e 175.000 telhas regulando os preços de: 51% a 61% para o milheiro de tijolos; 100% a 120% para o milheiro de telhas; 1\$900 a 2\$400, para o saco de cal.

Por essa ocasião, começaram a chegar do estrangeiro os materiais encomendados, que eram recebidos no Rio de Janeiro pelo Escritório de Representações e logo despachados para Belo Horizonte, por via da Central do Brasil, em virtude do contrato a que já nos referimos.

Não somente esses materiais importados, como os que se adquiriam no Rio e em outros grandes centros do país, vinham pela linha da bitola larga até Lafaiete, onde a Comissão tinha um armazém com pessoal necessário para o reembarque na bitola estreita. Aí fazia-se a baldeação para os carros dessa bitola e esses carros vinham até General Carneiro, de onde eram comboiados pelas máquinas do ramal férreo da capital, sendo descarregados diretamente no Almoarifado da Comissão, que se instalara nos terrenos de esquina da Afonso Pena com a Rua Espírito Santo, no mesmo local em que se acha hoje a Matriz de São José, ou, por ordem daquele almoarifado, conduzidos para locais mais próximos das construções.

Diariamente viam-se chegar comboios e mais comboios carregados de peças de ferro, escadarias, vigamentos, portões, maquinismos, carroças, guindastes, britadores, locomóveis, compressores, madeiras, cal, areia, tijolos, ferragens, cimento, tintas, tubos de ferro e de chumbo, manilhas, ferramentas, óleos e tudo mais de que as obras careciam.

A partir desse período foi realmente assombroso o consumo de materiais de toda espécie e, para se formar uma idéia aproximada do grande vulto de compras que se faziam, diremos que, de 15 de fevereiro a 31 de agosto de 1896, a Comissão havia recebido 8.001.542 tijolos, 173.297 telhas francesas, 47.247 telhas nacionais e 91.519 sacas de cal, fornecimentos feitos pelos Srs. Zeimer & Comp., de Vespasiano; Sinfrônio de Sousa Campos, de Sabará; Lafaiete Barbosa Rodrigues Pereira, de Queluz; Moura Costa & Comp. de Pedra do Sino; Luís Chapot Prevost, de Itabira; Hermillo Alves & Comp., de Belo Horizonte; José Gonçalves de Melo, de Belo Horizonte; Henrique Spagiar, de Santo Antônio; Virgílio Machado & Comp., de Sabará; Pedro Barcelos, de Santa Luzia; Augusto José de Sousa, Francisco José de Almeida, Manuel



Posto do ramal férreo urbano no Acaba-Mundo.

Vicente da Fonseca, Manuel Rodrigues de Sousa, Alberto Bressame Lopes, Joaquim Gomes Teixeira, capitão Mariano Ribeiro de Abreu, Loureiro, Ribeiro, Miranda e Comp., Francisco J. Jerônimo, Alberto S. & Comp., Antônio de Uilhôa Filho, Ilídio Ferreira da Luz, Melo & Magalhães, Antônio Augusto da Silva Ramos, Garcia Ribeiro de Miranda, Cândido de Araújo, Jorge Brandão, Caetano Lopes e Silva & Irmão, de Belo Horizonte.

Esses e outros materiais eram distribuídos pelas obras do Palácio, das Secretarias, da Imprensa Oficial primitiva (7ª Divisão), das obras a cargo da 3ª Divisão (serviços municipais), das obras das casas de funcionários (10ª Divisão) e o restante depositado no Almojarifado (1ª Divisão), sendo também cedidos aos particulares pelos preços regulados na seguinte tabela organizada pelo engenheiro-chefe, em janeiro de 1896:

Em abril de 1896, informava o engenheiro-chefe em seu relatório: "Com o andamento atual das obras, o carregamento de 30 vagões, pelo menos, ou de mais de 500 carroças de diversos materiais é diariamente absorvido nas construções e já nos estamos preparando para a eventualidade de ser preciso serviços noturnos no ramal férreo e linhas urbanas, para fazer frente ao enorme desenvolvimento das edificações".²⁰¹

Até julho de 1897, só a Pedreira do Carapuça havia fornecido à Comissão Construtora 1.185.200 metros cúbicos de pedra e 226.700 metros cúbicos a particulares, além de haver fornecido mais à Comissão 185,80 metros lineares de lajedos de 8,80 para passeios nas casas dos funcionários.

Anteriormente, isto é, a 1º de agosto de 1896, havia começado a funcionar a grande serraria e carpintaria a vapor a que já nos referimos acima, composta de 22 máquinas para serrar, aparelhar, furar, respigar, moldurar, etc., dirigida pelo inesquecível artífice Francisco Soucasaux.

Por essa ocasião, estava no Rio de Janeiro, ativando o embarque dos materiais para Belo Horizonte, o Dr. Samuel Gomes Pereira, e como a Central não dava o necessário andamento ao serviço de transportes, o Dr. Francisco Bicalho escreveu-lhe a 9 de setembro:

"O movimento de cargas de Lafaiete, destinado a Belo Horizonte, não corresponde às quantidades por V. Sa despachadas na Marítima, conforme suas comunicações. Parece, pois, que os carros da bitola larga ficam retidos em caminho, ou presos nas estações intermediárias. Peço-lhe mandar examinar esse fato e providenciar para que não aconteça como está sucedendo, que os particulares recebam ultimamente mercadorias dentro de 6 e 8 dias da data dos despachos, sem que suceda o mesmo com os materiais da Comissão. De novo peço a sua cooperação para que consigamos aqui um forte estoque de materiais, telhas e cimento até fins de novembro próximo, para que se possa trabalhar no interior dos prédios na quadra chuvosa que se aproxima: por enquanto, os materiais daquela espécie que temos recebido apenas têm bastado para as necessidades atuais."

Não obstante essas providências, a irregularidade nos serviços de transporte pela Central continuavam travando o andamento das obras de Belo Horizonte, pelo que o Dr. Bicalho teve de enviar enérgicos ofícios à diretoria daquela estrada, reclamando o cumprimento do acordo firmado com a Comissão.

Mas, apesar de todas essas dificuldades, até o dia da inauguração da Cidade de Minas, nunca ficou um serviço parado em Belo Horizonte, por falta de materiais.

Finalizando este capítulo, daremos adiante um quadro organizado pacientemente por nós, com os dados que conseguimos colher parceladamente em edições de *A Capital*, e pelo qual se fará uma idéia do movimento de materiais em Belo Horizonte.



Trecho da Rua de Sabará, avistando-se no alto as secretarias em construção e a velha Rua da Boa Vista. A casinha assinalada com o algarismo 1 foi a primeira sede do telégrafo nacional em Belo Horizonte.

QUADRO DO MOVIMENTO DAS LINHAS URBANAS DO RAMAL FÉRREO DA CIDADE DE MINAS, EM CONSTRUÇÃO,
NO TRANSPORTE DE MATERIAIS PARA OS DIVERSOS PONTOS DAS OBRAS EM EXECUÇÃO PELA COMISSÃO CONSTRUTORA,
DE 1º DE MAIO A 23 DE NOVEMBRO DE 1896.

DIAS EM QUE FOI TRANSPORTADO O MATERIAL	CÁRROS E MATERIAIS TRANSPORTADOS													
	PEDRA (metros cúbicos)		AREIA (metros cúbicos)		MADEIRAS (metros cúbicos)		TIJOLOS		CAL (sacos)		CIMENTO (barricas)		GESSO (barricas)	
	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material
	Número total de carros transportados													
De 1 a 15 de maio	696	1.096	582	306	296.000	2.400	360	12						
De 16 a 31 de maio	827	1.693.596	123	130.000	78	371.162	18	5.400	10	600				
De 1 a 7 de junho	244	267.724	45	270.000	41	186.498	10	3.000	2	lotação				
De 8 a 14 de junho	352	530.436	54	324.000	32	120.798	8	2.330	1	"				
De 15 a 28 de junho	649	1.059.814	106	636.000	102	382.794	32	9.550	10	550				
De 29 de junho a 5 de julho	252	473.598	29	174.000	39	159.114	6	1.557	5	346				
De 6 a 12 de julho	325	718.203	52	312.000	61	253.552	4	915	4	210				
De 13 a 26 de julho	607	873.516	100	900.000	117	459.830	15	4.705	13	667				
De 27 de julho a 2 de agosto	297	406.463	48	288.000	46	191.286	18	4.952	4	290				
De 3 a 9 de agosto	259	298.761	37	222.000	45	220.344	16	4.495	17	991				
De 10 a 23 de agosto	695	924.690	100	600.000	159	606.210	54	16.100	11	635				
De 24 a 30 de agosto	357	437.366	56	336.000	65	286.334	21	6.300	20	1.120				
De 1 a 13 de setembro	569	707.801	99	594.000	140	597.092	18	5.350	12	670				
De 14 a 20 de setembro	293	376.269	39	234.000	48	199.069	8	2.149	14	839				
De 21 a 27 de setembro	334	441.956	37	222.000	55	227.092	5	1.500	18	1.080				
De 28 de set. a 11 de out.	593	724.862	62	372.000	105	439.778	13	3.900	27	1.620				
De 12 a 25 de outubro	622	711.350	64	384.000	120	465.889	9	2.668	38	2.280				
De 26 de out. a 15 de nov.	755	941.773	112	872.080	130	477.279	11	3.250	11	683				lotação
De 16 a 23 de novembro	162	278.540	27	162.000	40	153.000	4	1.200	-	-				

CARROS E MATERIAIS TRANSPORTADOS																
DIAS EM QUE FOI TRANSPORTADO O MATERIAL	TELHAS		TUBOS DE FERRO (quilos)		FERRAGENS		TRILHOS		DORMENTES		BAGAGEM DE IMIGRANTES		PREGOS (caixas)		TÁBUAS	
	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material
De 1 a 15 de maio	—	75.000	—	12.000	—	lotação	—	lotação	—	—	—	—	—	—	—	—
De 16 a 31 de maio	13	79.376	—	—	10	lotação	3	lotação	2	500	—	—	—	—	—	—
De 1 a 7 de junho	—	—	—	—	2	—	—	—	17	4.500	—	—	—	—	—	—
De 8 a 14 de junho	7	37.218	—	—	11	—	—	—	3	882	1	lotação	—	—	—	—
De 15 a 28 de junho	5	14.792	—	—	—	—	7	lotação	8	—	4	—	—	4	100	4
De 29 de junho a 5 de julho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 6 a 12 de julho	2	8.950	—	—	—	—	6	lotação	8	lotação	—	—	—	—	—	4
De 13 a 26 de julho	2	4.550	—	—	—	—	4	lotação	9	—	—	—	—	—	—	4
De 27 de julho a 2 de agosto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
De 3 a 9 de agosto	3	6.500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14
De 10 a 23 de agosto	7	13.940	—	—	17	lotação	—	—	10	lotação	—	—	—	—	—	9
De 24 a 30 de agosto	2	4.585	—	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6
De 1 a 13 de setembro	16	67.201	—	—	8	—	4	240	4	—	—	—	—	—	—	—
De 14 a 20 de setembro	18	60.367	—	—	11	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11
De 21 a 27 de setembro	21	68.318	—	—	—	—	3	180	—	—	—	—	—	—	—	11
De 28 de set. a 11 de out.	51	178.767	—	—	28	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	37
De 12 a 25 de outubro	12	39.920	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
De 26 de out. a 15 de nov.	6	21.350	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De 16 a 23 de novembro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

CARROS E MATERIAIS TRANSPORTADOS																
DIAS EM QUE FOI TRANSPORTADO O MATERIAL	SACOS VAZIOS		MAQUINISMOS		CINÇOURAS		RIPAS		PEÇAS DE EDIFÍCIOS		FERRO E ZINCO		GRAMPOS		DIVERSOS MATERIAIS	
	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material	Número de carros	Quantidade de material						
De 1 a 15 de maio	1	lotação														lotação
De 16 a 31 de maio																
De 1 a 7 de junho																
De 8 a 14 de junho																
De 15 a 28 de junho																
De 29 de junho a 5 de julho			3	lotação	5	264									14	lotação
De 6 a 12 de julho					4	319									6	"
De 13 a 26 de julho					5	361	2	3.468							4	"
De 27 de julho a 2 de agosto					5	168									4	"
De 3 a 9 de agosto					8	745									6	"
De 10 a 23 de agosto					14	856									20	"
De 24 a 30 de agosto					11	1.256				12	1.149					
De 1 a 13 de setembro					34	3.451						4	lotação			
De 14 a 20 de setembro					23	1.674										
De 21 a 27 de setembro					16	1.033										
De 28 de set. a 11 de out.					61	4.549										
De 12 a 25 de outubro					75	6.529										lotação
De 26 de out. a 15 de nov.														1	5	"
De 16 a 23 de novembro															68	"
															3	"

NOTAS

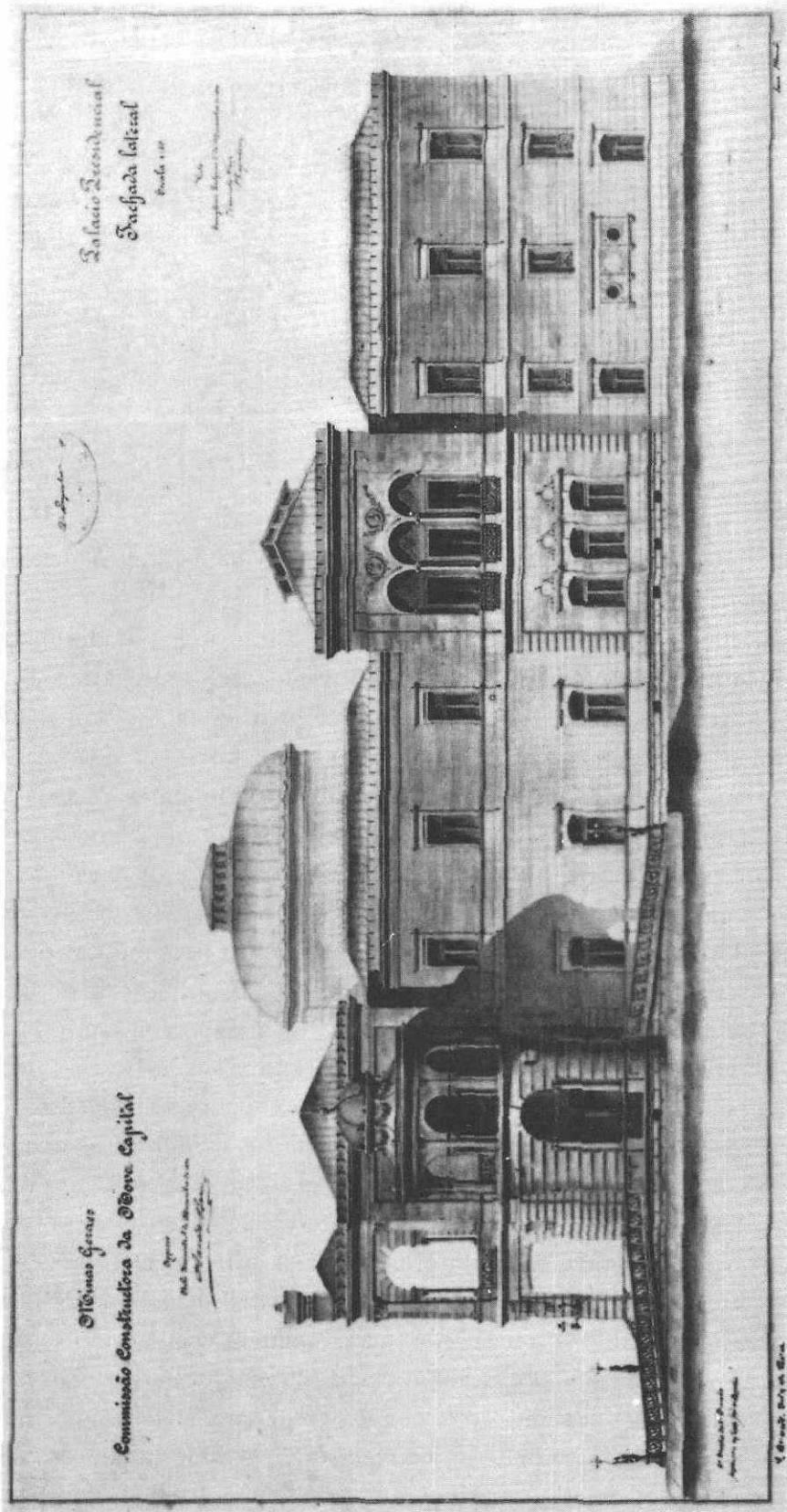
- 198 BICALHO. *Op. cit.*, p. 377-378.
- 198A *Joseph Jaegher* (Bélgica, 7 -, 7). Engenheiro e empresário. Veio para Belo Horizonte quando da construção da cidade, sendo representante das oficinas de construção e forjas de Bruges, usina fabricante de material completo para estrada de ferro. Atuou como empresário, apoiado por capital belga, em empresas públicas e particulares. Dedicou-se ao transporte ferroviário, tendo recebido, em 1898, do governo do Estado, concessão para explorar uma estrada de ferro que, partindo da capital, iria encontrar-se com a Estrada de Ferro Oeste de Minas, na estação Gonçalves Ferreira. Exerceu o cargo de cônsul da Bélgica, em Belo Horizonte (O CONTEMPORÂNEO. Sabará, p. 1, 20 jul., 1902. O CONTEMPORÂNEO. Sabará, p. 1, 13 nov., 1898. PENA, Otávio. *Op. cit.*, p. 36. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *Op. cit.*).
- 199 PALÁCIO do Congresso. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 4 fev., 1896.
- 200 MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. *Comércio e Obras*. *Op. cit.*, v.2, p. 408, 1896.
- 201 BICALHO. *Op. cit.*, p. 394.

A CONSTRUÇÃO DOS GRANDES EDIFÍCIOS PÚBLICOS



uita razão tinha *A Capital*, de 25 de fevereiro de 1896, quando salientava com ufania:

“O honrado Dr. Bicalho ao substituir ao ilustre Dr. Aarão Reis na administração dos negócios da nova capital, impulsionou tanto quanto possível os diversos serviços de instalação, indispensáveis para se levar a efeito, dentro do limitado prazo da lei, importantíssimas obras de cuja realização depende a mudança da sede do governo do Estado. Assim é que o S.^{sa} tratou, desde logo, de facilitar o transporte de materiais pela Estrada de Ferro Central, já adquirindo material próprio nas duas bitolas desta linha, já firmando contratos com a respectiva diretoria; preparou pedreiras de granito e de mármore, ligando-as às diversas obras por meio de linhas férreas, que se acham, por sua vez, ligadas ao ramal de Belo Horizonte; fundou serrarias e oficinas de ferro, animou o comércio de materiais, impulsionou as indústrias particulares com a compra de tijolos, cal, etc.; firmou contratos para fornecimentos de alvenarias de pedra, de cantaria, etc., e encomendou todo o material necessário para os primeiros calçamentos, para as pontes e armazéns de ferro, aparelhos para suspender materiais, etc. Estão em viagem com destino a este lugar os vigamentos, escadarias e material metálico para os primeiros edifícios já em construção, dentre os quais devemos salientar, pelo adiantamento das obras entregues à direção do laborioso Dr. Martinho de Moraes, os que estão destinados para as Secretarias do Interior e das Finanças, sendo que bom caminho seguem as obras do edifício para a Imprensa Oficial, as da capela, que vem substituir a do Rosário, as do Palácio Presidencial, as da estação principal da estrada de ferro e as da estação de entroncamento, que está quase concluída. Seguem regularmente os trabalhos preparatórios para a instalação das obras dos dois edifícios em que deverão funcionar o Congresso e a Relação. O serviço das águas está convenientemente atacado; os canos de ferro estendem-se por todos os pontos por onde tem de passar a canalização: um reservatório está escavado e outro em estado adiantado; um túnel por onde terá de passar o encanamento tem

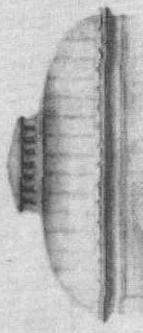


Palácio Presidencial
Fachada lateral
Escala 1:100

1854

Minas Gerais
Comissão Constituinte da Nova Capital

Projeto
de
Abílio Barreto



Projeto de
Abílio Barreto

1854

Projeto do perfil do Palácio Presidencial.

30 m de cada lado já perfurado. As casas dos funcionários públicos, ainda que em pequeno número, por enquanto, vão dando um novo aspecto, sorridente e animador àquela parte da futura cidade, onde elas, pouco a pouco, se levantam da terra, cercadas de matos ainda. Para os exigentes, talvez não seja muito o serviço que, ligeiramente, acabamos de noticiar; para nós, porém, testemunhas presenciais, ele representa um grande esforço, com o qual não dispensei, relativamente, a fabulosa quantia de que fazem *cavalo de batalha*, os que a todo transe desejam o fracasso da mudança da capital. E note-se que não falamos de outros serviços como os de terraplenagem, que, por si sós, bastariam para consumir não pequena quantia. Em que pese aos que contrariamente pensam, poucos, felizmente, podemos afirmar que os prédios necessários para a instalação do governo na nova capital ficarão concluídos dentro do prazo da lei. E é isso o que os mineiros desejam”.²⁰²

Efetivamente a cargo da 7ª Divisão, dirigida pelo engenheiro Dr. Martinho de Moraes, achava-se a construção de todos os edifícios públicos, cujos projetos preliminares haviam sido aprovados pelo governo do Estado.

A princípio, era pensamento da Comissão construir os edifícios das secretárias no centro da cidade, como foi indicado na planta, mas chegada a época da respectiva edificação, julgou mais acertado colocá-los na mesma praça do palácio, conforme o seguinte tópico do relatório do engenheiro-chefe, de abril de 1896:

“Pareceu-me acertado transferir os edifícios das Secretarias de Estado para a mesma grande praça em que fora projetado o Palácio Presidencial e, merecendo este alvitre a aprovação de V. Exa, assim foram eles definitivamente locados, bem como aquele palácio”.²⁰³

A primeira concorrência pública realizada pela Comissão a 20 de maio de 1895, em virtude de edital de 26 de abril,²⁰⁴ para construção do Palácio do Congresso e das Secretarias da Agricultura, do Interior e das Finanças, e da Imprensa Oficial (hoje Arquivo Público Mineiro), não logrou bom êxito. Em virtude dela, apenas a construção do Palácio do Congresso ia ser feita, mas não chegou a ser celebrado o respectivo contrato pelo fato de terem os proponentes se recusado a aceitar certas exigências que a Comissão julgava indispensáveis. Assim, não se lavrou o contrato e eles perderam a caução.

Aberta a 17 de junho seguinte nova concorrência²⁰⁵ para construção dos edifícios que não tinham tido licitantes, só se apresentou o Sr. Francisco Ferreira da Silva, para a Imprensa Oficial, sendo a sua proposta aceita e com ele celebrado o respectivo contrato a 10 de junho.

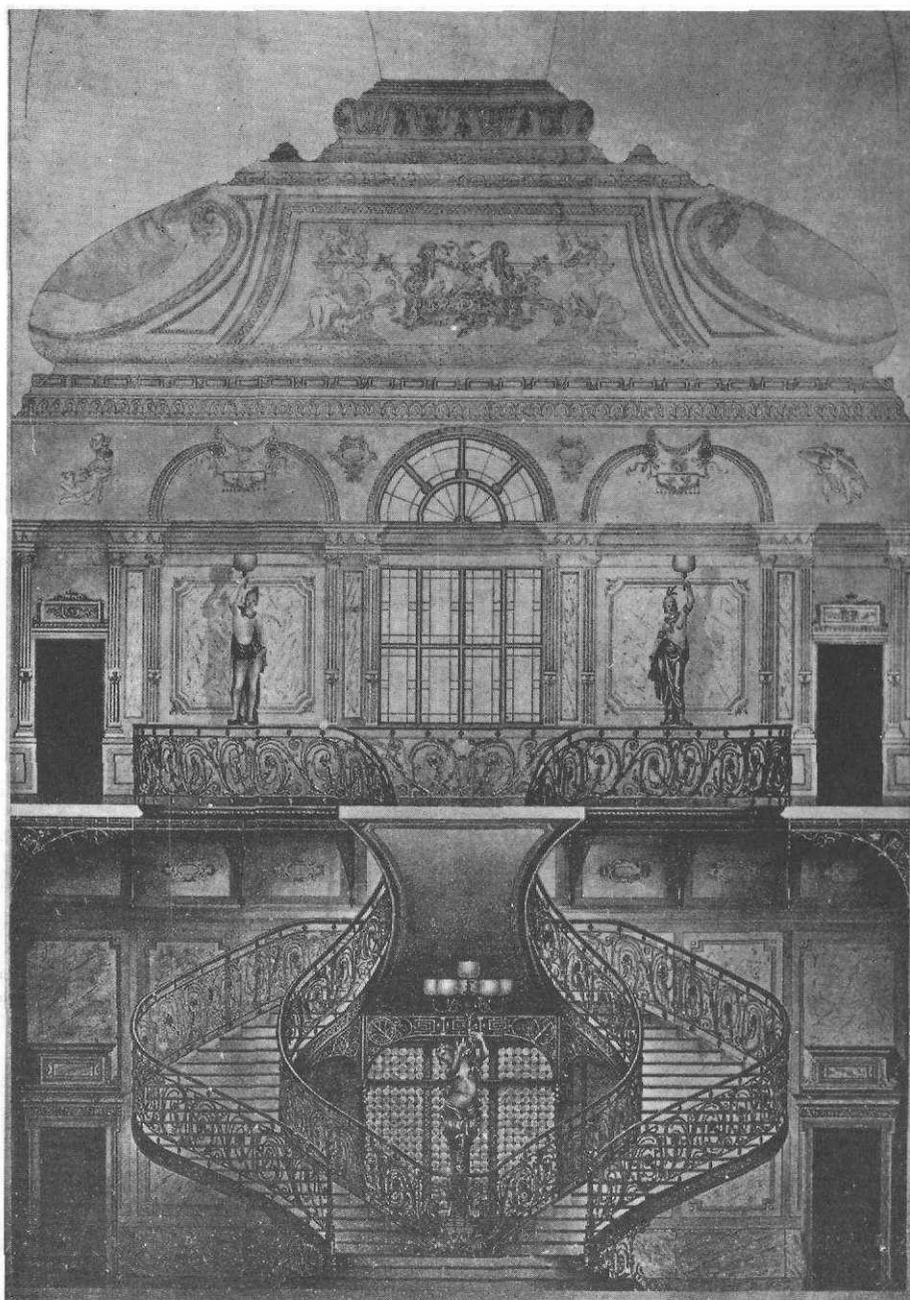
À vista do resultado quase negativo das duas concorrências realizadas, não foi possível empreender-se a construção daqueles prédios por meio de empreitadas completas. E como não se podia perder mais tempo em novas tentativas naquele sentido, resolveu o engenheiro-chefe mandar construí-los por meio de ajustes parciais de mão-de-obra, o que constituiria um meio-termo entre os serviços por empreitada e os por administração.

Acontecia que, em face do prazo angusto que se tinha para o preparo de que era essencial à instalação da capital, aquele sistema de tarefas oferecia incontestáveis vantagens porque, por um lado, de forma alguma onerosa as obras ou lhes aumentaria o custo e, por

outro lado, não prenderia a Comissão aos empreiteiros, muitas vezes maus, e cujos contratos não poderiam ser rescindidos sem dificuldades e protelações, com grande perda de tempo, o que era inadmissível naquele emergência.

Incontestavelmente, com aquele sistema a Comissão ficaria muito mais sobrecarregada de trabalhos, pois nas empreitadas completas estes se resumiriam em simples fiscalização, ao passo que pelo processo de tarefas de mão-de-obra ela deveria ter ação direta e ativa, providenciando sobre o fornecimento de materiais, a fim de que estes estivessem na obra a tempo e a hora, em quantidade e qualidade necessárias. Mas eram incontestáveis as vantagens daquele sistema na presteza da execução das obras, sem aumentar-lhes o custo de forma alguma. “De fato – dizia o engenheiro-chefe em seu relatório – tal custo compõe-se de duas verbas gerais, custo de materiais e custo de mão-de-obra. O primeiro depende dos preços do mercado, da quantidade a comprar, do crédito do comprador e da maior ou menor procura, que estabelece a concorrência e conseqüente elevação do valor. Aqui, com o sistema por tarefas, só haverá, por assim dizer, um único grande comprador, a Comissão, que dispõe de todo o crédito e grandes meios de ação em toda a região servida pela via férrea; não tem concorrente sério; pode, até certo ponto, governar os preços do mercado, e, portanto, obter os mesmos materiais por muito menor preço do que qualquer empreiteiro ou particular e já demonstrada, como já tivemos ocasião de dizer, a grande baixa que tem conseguido por sua ação sobre o custo dos principais materiais de construção. O segundo elemento, custo da mão-de-obra, depende do valor dos salários e, essencialmente, da capacidade do administrador ou executor das obras. É dessa fonte que, ordinariamente, provém o excesso do custo nos trabalhos por administração, não só aqui, como em qualquer outro país, por motivos que não interessa analisar agora. Esta probabilidade de prejuízo desaparece, porém, desde que, com o sistema de tarefas a mão-de-obra, é contratada pelo seu valor contemplado nos orçamentos, acrescentando que a concorrência de que proviria aumento de salários acha-se também um tanto restrita pela ação direta que se tem sobre o tarefeiro que, baldo de qualquer direito, pode ser sumariamente substituído de um dia para outro. Outra vantagem também de considerável valia refere-se à qualidade da obra, pois o tarefeiro não pode levá-la pela má qualidade de materiais, nem tem interesse em viciar as argamassas para economia de cal e cimento. Em resumo, pois, o sistema de tarefas, nas nossas circunstâncias, é o mais vantajoso, pois garante a economia e boa qualidade das obras, permitindo maior presteza nas construções, exigindo, porém, mais trabalho, atividade e zelo por parte do pessoal da Comissão, o que me é grato registrar aqui, tem sido conseguido sem grandes dificuldades.”²⁰⁶

Por aquele sistema, portanto, a Comissão fornecia todos os materiais necessários às construções e ajustava a sua execução com mestres-tarefeiros, pelos preços incluídos nos orçamentos para a mão-de-obra, eliminando-se assim um dos motivos principais de contestações e dúvidas. Ao mesmo tempo, reservava-se inteira liberdade para, sem maiores formalidades, substituir por outro mais capaz o tarefeiro que não trabalhasse com a devida atividade e perfeição. E foi assim, por aquele processo de tarefas, que se executaram todas as



Escadaria do Palácio Presidencial.

obras públicas da nova capital, exceção feita apenas das já anteriormente contratadas, como o Palácio Presidencial, cuja fachada havia sido ajustada por contrato com o Sr. conde de Santa Marinha e a parte posterior com o Sr. Carlos Antonini.

Como dissemos, os projetos de todos os grandes edifícios públicos estavam prontos e aprovados pelo governo.²⁰⁷ “Tais projetos, porém, de conjunto e simples perspectiva estavam muito longe de bastar para guiarem a respectiva construção” – informava o engenheiro-chefe em seu relatório citado. “Cada edifício exigia mais de uma centena de desenhos, inclusive os de detalhe e ornamentação. Encetada ao mesmo tempo a edificação de todos eles, não era possível obter grande cópia de desenhos, feitos nas horas regulamentares de trabalho, sem um batalhão de desenhadores, que dificilmente poderiam ser reunidos. Por esta razão, resolvi suprimir o escritório de desenho arquitetônico e ajustar por empreitada, com o próprio arquiteto, autor dos mesmo projetos, o Sr. Dr. José de Magalhães, o preparo de todos os desenhos, mesmo assim, apesar de ter feito ele vir do Rio e São Paulo muitos desenhadores hábeis e trabalhar freqüentemente até horas mortas da noite, não tem podido fornecê-los com a presteza que era de desejar, preparando, porém, para cada edifício, os que se vão tornando indispensáveis para o andamento das obras.”²⁰⁸

Para a construção do palácio e das secretarias, quando se preparava a esplanada, que viria a ser, mais tarde, a Praça da Liberdade, estando esse trabalho a cargo do mesmo empreiteiro, Sr. Carlos Antonini, verificou-se que ele não desenvolvia convenientemente o serviço urgentíssimo daquela esplanada, pelo que o engenheiro-chefe encarregou o Sr. Leonardo Gutierrez²⁰⁹ de executar o mesmo trabalho por conta do referido empreiteiro. Assim procedendo, dentro em pouco viu desaterrada a colina então existente ali, da qual foram removidos nada menos de 1.800.000 metros cúbicos de terra, com a qual se aterrou a barroca de grande profundidade que havia entre as ruas Bernardo Guimarães, Sergipe e Avenida da Liberdade.

Abriam-se, então, as ruas que iam dar naquela praça e, chegado o momento de se demolir a *Via Crucis campal* a que já nos referimos no primeiro volume desta obra, próprio do bispado, até aquele momento existente naquelas proximidades, mais ou menos na Rua Sergipe, entre Santa Rita Durão e Gonçalves Dias, no dia 1º de julho, em Ofício n. 4, a 7ª Divisão comunicava ao engenheiro-chefe:

“O aterro da avenida G* e rua 35** junto à praça do Palácio Presidencial, aproximando-se atualmente das cruzes da *Via Sacra*, próprio do bispado, torna-se urgente darem-se providências para serem elas removidas para local apropriado, o que levo ao vosso conhecimento. *Luís Martinho de Moraes*”.

Comunicado imediatamente o fato ao vigário da freguesia da Boa Viagem, padre Francisco Martins Dias, este, depois de lançar a necessária bênção a todas as cruzes, que eram em número de 14, mandou arrancá-las e incinerá-las ali mesmo, sendo que, nesse piedoso trabalho, foi o vigário Dias auxiliado pelo Sr. Afonso Masini.

* Era a atual Avenida Brasil.

** Era a atual Rua Santa Rita Durão.

Preparada, enfim, a Praça da Liberdade, o engenheiro-chefe mandou instalar ali uma canalização provisória de canos de chumbo, com a extensão de 1.080 m, a fim de suprir de águas as obras do palácio e das secretarias, bem como mandou construir em pontos convenientes grandes barracões para depósito de materiais, para o serviço de canteiros, para o preparo de argamassas, arranchamento do pessoal operário, além dos acessórios de aparelhamento para execução das mesmas obras.

As providências que iam sendo postas em prática prenunciavam o próximo desaparecimento do arraial, casulo secular que aos poucos se iria metamorfoseando na encantadora nova capital de Minas e tinham, igualmente, a finalidade de fazer que os comerciantes e industriais cuidassem logo de edificar também prédios definitivos para os seus estabelecimentos localizados, então, em casas velhas ou barracões. E para que nada faltasse aos próprios trabalhos e aos dos particulares, todas as providências eram tomadas pela Comissão no sentido de atrair para Belo Horizonte todos os elementos indispensáveis aos seus serviços.

Assim, em carta de 18, o Dr. Bicalho escrevia ao Sr. Frederico Antônio Steckel, habilíssimo artista pintor e decorador, residente no Rio:

“Estando informado de que V. S^a não só se dedica e encarrega de pinturas e decoração de edifícios, como tem em seus armazéns grande quantidade de amostras de ornamentação variadas para o mesmo fim, das quais naturalmente se terá de fazer grande aplicação em construções nesta capital, peço-lhe informar se deseja incumbir-se de tais serviços aqui e se pode mandar-me amostras do que tem nesse gênero, acompanhando-as de preços detalhados para bem avaliar as vantagens do seu emprego.”

A resposta do pintor Steckel determinou esta outra carta do engenheiro-chefe, expedida a 13 de fevereiro:

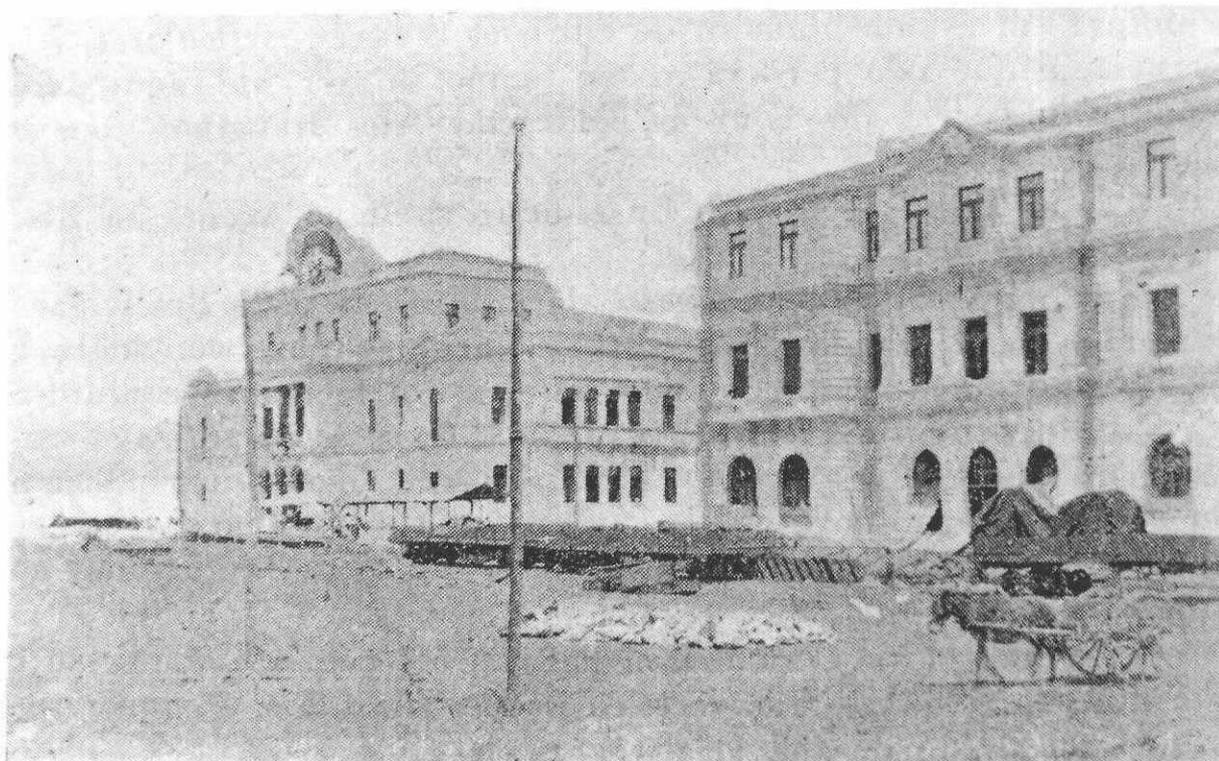
“Respondendo a sua carta de 25 do mês findo, tenho a informar-lhe que há aqui grande quantidade de obras de ornamentação e pintura em grande número de edifícios e casas particulares, parecendo-me que não poderá o seu tempo se vier até aqui para examinar e ver se lhe convém contratar esses trabalhos com a Comissão.”

A 24 de julho, escrevia o engenheiro-chefe ao Agente no Rio, sobre a vinda do pintor Steckel:

“Envio a V.S^a. o incluso *passé* da Estrada de Ferro Central do Brasil para entregá-lo ao Sr. Frederico Steckel,²¹⁰ a quem de novo convidará a vir até aqui entender-se comigo sobre a ornamentação e pintura dos palácios e edifícios em construção. O *passé* autoriza bagagem para poder o Sr. Steckel trazer amostras das ornamentações em papel comprimido e outras que, porventura, tenha, e modelos ou desenhos para ornamentação interna de tetos e paredes de palácios e casas.”

O Sr. Steckel veio, entabulou negociações com a Comissão e, logo que regressou ao Rio, recebeu do Dr. Bicalho a seguinte carta de 7 de agosto de 1896:

“De acordo com a cláusula 9^a do seu contrato, ficam aprovadas as especificações



As Secretarias do Interior primitiva e das Finanças em construção.

constantes da sua proposta para ornamentação e pintura do Palácio Presidencial, Secretarias do Interior, das Finanças e da Agricultura, na parte relativa à ornamentação com estuque-cartão e, quanto à pintura, provisoriamente, como está indicado nas mesmas propostas, mas podendo eu alterá-las até o momento de sua execução. Fica, portanto, V.S.^a autorizado a fazer, em nome e por conta desta Comissão, a encomenda de todo o material, quer do referido estuque-cartão, quer de tintas e mais ingredientes, remetendo-me, oportunamente, as relações detalhadas dessas encomendas e respectivos orçamentos para eu poder providenciar sobre o pagamento.”

Ao passo que o engenheiro-chefe trocava essa correspondência sobre os trabalhos de pintura e decoração, haviam sido atacadas resolutamente as construções dos edifícios públicos, das casas para funcionários e de muitos prédios particulares. Tanto assim é que, a 30 de abril de 1896, já *A Capital* informava:

“Percorrendo ontem os diversos pontos onde estão sendo ativados os serviços de construção, tivemos o prazer de notar, com viva surpresa, o extraordinário desenvolvimento que tem tido as obras das Secretarias, da Imprensa e das casas dos funcionários públicos. Destas, algumas já se acham cobertas, outras em poucos dias ficarão em estado de receber as telhas e um grande número delas já está com as paredes externas muito adiantadas. Podemos afirmar que, em curto período, graças à atividade inteligente do Sr. Dr. Bernardo de Figueiredo e do seu operoso auxiliar, o Sr. Dr. Olímpio de Assis, umas cinqüenta casas ficarão concluídas brevemente.

As obras das Secretarias, da Imprensa e do Palácio Presidencial prosseguem dia a dia com maior atividade. Tudo nos leva a crer, pois, que se a Central não faltar com os materiais necessários, grande incremento tomarão as obras dos edifícios públicos durante o período da seca em que entramos agora. Que não nos falte Deus com o bom tempo, nem a Central com os materiais e o governo do Estado aqui se instalará nos respectivos edifícios dentro do prazo da lei.”²¹¹

O mesmo jornal, edição de 28 de maio, acrescentava com maior estusiasmo ainda:

“Nós mesmos, a princípio, logo que aqui chegamos, fomos desanimados pela impressão geral de desânimo e de receio que revelaram os que não tinham ainda base segura para julgar conscienciosamente dos complexos e importantíssimos trabalhos que em boa hora foram confiados à competência provada do honrado Dr. Francisco Bicalho, digno sucessor do ilustre Dr. Aarão Reis. De fato, os dispendiosos e extraordinários serviços de instalação que passavam quase despercebidos aos olhos do observador profano em questões de engenharia, só podiam ser avaliados com alguma precisão por profissionais de reconhecido mérito. O ilustre Dr. Bicalho, porém, profissional abalizado, já havia estudado o difícil e complicado plano, e esperava confiante nos seguros e brilhantes resultados positivos que hoje presenciamos. Não seria, pois, justo que hoje, ao noticiarmos o animador andamento dos serviços de construção, guardássemos silêncio sobre os louvores que merecem S. Ex.^a e os seus inteligentes e operosos auxiliares, pelos ingentes esforços que têm empregado, e atividade inexcedível com que impulsionam os diversos trabalhos, vencendo todas as grandes e sérias dificuldades que ameaçam entrar o andamento de tão importantes serviços. Depois de ter feito grande movimento



Prédio construído para Ginásio e que se destinou ao Fórum. Completamente modificado, é hoje a Escola Normal.



Quartel do 1º Batalhão da Brigada Policial, prédio em que se registrou o primeiro incêndio na nova capital.

de terras para o preparo da vasta praça em que foram locados os edifícios cujas obras noticiamos, foi iniciada a construção destes, o que sucedeu em meados de novembro último. Achava-se tal construção, porém, dependente de grande cópia de materiais diversos e estabelecimento de instalações de serviços e meios de ação de que não se podia dispor em uma região como esta, balda, por enquanto, naquela ocasião, de todos os recursos. Entre esses materiais, avultavam a pedra, cujas jazidas tiveram de ser exploradas e ligadas por vias férreas ao centro das construções; a areia, de transporte difícil, vinda do rio das Velhas, a grande distância daqui, e depois transportada para as obras em carroças puxadas por animais; os tijolos que eram então aqui fabricados em quantidade diminuta e teriam de vir de longe; o cimento e outros materiais, enfim, que só pela estrada de ferro poderiam ser fornecidos em quantidade necessária às obras. Tantas e tão assoberbadoras dificuldades não entibiaram, entretanto, o ânimo do digno chefe da Comissão, nem desalentaram o espírito dos seus esforçados auxiliares, que as levaram de vencida, ao mesmo tempo que outras superiores ao esforço humano, por algum tempo, vieram aquebrantar-lhes a vigorosa energia, anulando qualquer esforço. Foi assim que, pouco depois de encetadas as obras, começaram (em dezembro de 1895) as chuvas torrenciais, que ocasionaram aqui, como todos vimos, enchentes descomunais, paralisando todos os trabalhos e, o que pior foi, interrompendo absolutamente o movimento da Central, ficando assim impossibilitadas quaisquer relações com a região por esta servida. Assim, no primeiro trimestre deste ano (1896), só tivemos 18 dias de melhor tempo, e mesmo estes não puderam ser convenientemente aproveitados, por serem intercalados com outros de chuva e acharem-se os caminhos cheios de atoleiros intransitáveis. Com tais contratemplos, em condições tão desfavoráveis, é realmente admirável que se tenha conseguido fazer tanto serviço.”²¹²

Transpostas, porém, aquelas dificuldades, as coisas mudaram completamente de aspecto, pelo que pôde o engenheiro-chefe dizer em seu relatório de abril de 1896:

“No momento em que escrevo, as coisas mudaram inteiramente de face e causam funda impressão o movimento, a atividade, o progresso que se observa por toda parte em que os trabalhos se realizam. Entretanto, foi muito desfavorável o primeiro trimestre do corrente ano pelas continuadas e abundantes chuvas que embaraçaram os serviços, causando excepcionais inundações em uma das quais foram carregadas duas antigas pontes pelo ribeirão assoberbado. Durante esse trimestre marcou o pluviômetro 1.538 m/m de chuva, quando em todo o decurso do ano passado, que aliás foi chuvoso, apenas recolheram-se 1.643 m/m de chuva. Tivemos no mês de janeiro 5 dias sem chuva, no mês de fevereiro outros 5 e em março 8 dias; mas estes 18 dias foram intercalados com os de chuva, de forma que não puderam ser bem aproveitados, por se acharem os caminhos quase intransitáveis, transformados em verdadeiros atoleiros, e as valas e cavas das fundações dos edifícios cheias de água, que era preciso esgotar continuamente. As barreiras caídas, os aterros corridos, desastres e suspensão do tráfego por longo tempo e repetidas vezes na estrada Central atestam a excepcional grandeza e continuidade dos aguaceiros, que tão graves prejuízos causaram à lavoura, à indústria e ao comércio de toda a região servida pela estrada.

Não obstante o isolamento em que ficamos, chegando ao extremo de passarem-se mais de 20 dias sem sequer recebermos malas do correio e esgotarem-se aqui os armazéns e depósitos de gêneros alimentícios, que atingiram preços exorbitantes, fizeram-se, entretanto, trabalhos, sem embargo dos graves obstáculos que a própria natureza opunha. Com as providências tomadas e meios de ação estabelecidos, conseguiu-se mais, no meio de tanta calamidade, do que se conseguira antes, com excelente tempo. O concorrente mês de abril que começou com melhor feição, permitiu maior expansão aos trabalhos: as paredes dos Palácios Presidencial, do Interior, das Finanças e a Imprensa Oficial, já livres de seus grandes alicerces, começam a subir com rapidez e algumas dezenas de casas de funcionários vão surgindo do solo como por encanto e com presteza tal, que causa admiração aos próprios residentes desta localidade, que, de um dia para outro, podem sentir e avaliar o progresso e desenvolvimento dos trabalhos. Já estão no porto do Rio de Janeiro, os travejamentos de aço para os soalhos e telhados de todos esses palácios encomendados na Bélgica e, bem assim, carregamentos de madeiras, telhas, cimento e outros materiais destinados às construções pelo Estado, dependendo apenas de seu transporte pela Central. Está contratado com diferentes produtores o fornecimento de 100.000 sacas de cal e 9 milhões de tijolos, de que consumimos agora cerca de 40.000 por dia; bem como algumas dezenas de metros cúbicos de areia, que o ramal férreo diariamente traz do rio das Velhas. Providenciam-se desde já os trabalhos de ornamentação interna e externa de todos os edifícios públicos, montagem de oficinas de carpintaria para preparo das esquadrias e encomenda das ferragens diversas para estas, que são em quantidade tal, que merecem importação direta do estrangeiro. Penso que, tanto quanto possível, estão providenciadas todas as necessidades, de forma que nada faltará no momento oportuno.”

“Espero, com muito bom fundamento, que ao chegarmos ao fim do corrente ano e ao começar a futura quadra das chuvas, todos os palácios e muito mais de uma centena de casas para funcionários já se achem com os telhados assentados, de sorte que se possa executar, mesmo com as águas, todos os trabalhos internos de esquadria, pintura e ornamentação desses edifícios. E para os trabalhos externos e conclusão dos demais, teremos o ano seguinte (1897), que permitirá a instalação da nova capital, com os principais edifícios públicos definitivos na época marcada na lei fundamental.”²¹³

A 21 de dezembro de 1896, observando o engenheiro-chefe que os grandes edifícios públicos e a maior parte das casas para funcionários públicos iam chegando ao estado de receber pintura e ornamentação, escreveu a seguinte carta ao Sr. Frederico Steckel:

“Estando-se procedendo ao revestimento das secretarias e casas para funcionários, julgo de conveniência que V. S^a venha até aqui, quando tiver ocasião, para ver se tem alguma objeção a fazer que possa interessar o serviço de que vai incumbir-se. Junto remeto os respectivos *passes*”.

Em virtude dessa carta o pintor Steckel chegou a Belo Horizonte em janeiro de 1897, trazendo pessoal idôneo, com o qual, a 28 daquele mês, iniciou os serviços de pintura das casas para funcionários e pintura, decoração e ornamentação dos grandes edifícios públicos.

Tinha como seu melhor auxiliar o habilíssimo pintor e decorador, Sr. Bertolino Machado, dentre outros.

São, portanto, da autoria do Sr. Steckel e do seu pessoal os trabalhos de pintura, decoração e ornamentação do Palácio Presidencial, das Secretarias, do Quartel do 1º Batalhão, dos primitivos prédios para Imprensa Oficial, Secretaria da Polícia, Escolas (hoje Câmara dos Deputados), dos palacetes para residência dos secretários e chefe de Polícia e das casas para funcionários, pintura e decoração essa cujo custo se elevou ao total de 662:940\$497.

Quando se inaugurou a capital ainda estavam em pintura alguns desses prédios, sendo que o da Secretaria da Polícia foi feito posteriormente.

NOTAS

- 202 NOVA Capital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 25 fev., 1896.
- 203 BICALHO. *Op. cit.*, p.359.
- 204 CONCORRÊNCIA. *Minas Gerais*, Ouro Preto, p. 8, 30 abr., 1895.
- 205 *Idem*, p. 7, 17 jun., 1895.
- 206 BICALHO. *Op. cit.*, p. 382-383.
- 207 Estudo detalhado sobre arquitetura de Belo Horizonte, no período da Comissão Construtora e, anos posteriores, encontra-se em: SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Op.cit.*
- 208 BICALHO. *Op. cit.*, p. 381.
- 209 *Leonardo Alvares Gutierrez Y Bardon* (Espanha, 1872, Rio de Janeiro, 1927). Construtor e industrial. Veio para Belo Horizonte à época da construção, tendo trabalhado como empreiteiro na edificação de diversos prédios, dentre os quais se destaca o Palácio da Liberdade (parte posterior). Realizou, também, as obras de terraplenagem da área da Praça da Liberdade. Exerceu, por longos anos, na cidade, o cargo de cônsul da Espanha (DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, p. 2, 13 out., 1927. MINAS GERAIS. Belo Horizonte, p. 11, 13 out., 1927).
- 210 *Frederico Antônio Steckel* (Dresden, Alemanha - 1834, Rio de Janeiro, 1921) Pintor. Diplomou-se pela Escola de Belas Artes de Berlim. Em 1846, chegou ao Brasil, residindo no Rio de Janeiro, durante mais de trinta anos. Dedicou-se à decoração e ornamentação de vários edifícios públicos e igrejas do Rio, dentre os quais o do antigo Paço Imperial, Palácio do Itamarati, Palácio do Rio Negro (Petrópolis). Dada a importância dos trabalhos realizados na antiga capital do País, foi distinguido pelo Imperador D. Pedro II com a encomenda da Ordem da Rosa. Em 1889, recebeu medalha de bronze na Exposição Universal de Paris. Quando da construção de Belo Horizonte, foi convidado pela Comissão Construtora para prestar serviços na decoração e ornamentação dos edifícios em construção. Assim, mudou-se para Belo Horizonte, onde permaneceu por longo período. Nesta cidade foram-lhe confiados serviços de ornamentação dos mais importantes prédios públicos, como o Palácio da Liberdade, Secretarias de Estado, casas de secretários (secretário de Finanças, hoje Arquivo Público Mineiro, secretário do Interior, hoje Escola Afonso Pena), Imprensa Oficial, Quartel do 1º Batalhão da Polícia Militar. Ornamentou, ainda, o teto da Igreja de Santa Efigênia, a Casa do conde de Santa Marinha, o Palácio da Justiça e o antigo Palacete Steckel (sua residência), onde, posteriormente, funcionou a reitoria da UFMG, já demolido. Fundou o Clube das Violetas, entidade vinculada à vida artístico-cultural da capital mineira, e promoveu as primeiras exposições de pintura da cidade, como a de 7 de setembro de 1901 (TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte*: antes Curral del Rei. Belo Horizonte, 1947. p. 91, 137, 138. FREDERICO, Antônio Steckel. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, p. 6, 8 jan., 1921).
- 211 EDIFÍCIOS Públicos. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 30 abr., 1896.
- 212 *Idem*, p. 1, 28 maio, 1896.
- 213 BICALHO. *Op. cit.*, p. 393-394.

AINDA A CONSTRUÇÃO DOS GRANDES EDIFÍCIOS E DOS PRIMEIROS TEMPLOS DA NOVA CAPITAL



este capítulo, encerrando a notícia já bastante desenvolvida relativamente à construção dos grandes edificios públicos e dos primeiros templos da nova capital, daremos a seguir as notas que conseguimos reunir em relação a cada um deles separadamente. Vejamo-las:

PALÁCIO PRESIDENCIAL - A fachada deste palácio foi contratada com o Sr. A. Teixeira Rodrigues, conde de Santa Marinha, conforme a sua proposta de 11 de agosto de 1896 na importância de 448:520\$000, que ficou depois reduzida, por acordo, a 404:320\$000. Com esse mesmo construtor contratou-se a balaustrada das entradas laterais por 22:800\$000. Quanto à parte posterior do edificio, havia sido anteriormente confiada ao Sr. Carlos Antonini, por contrato firmado com a Comissão a 30 de janeiro de 1895. A 27 de fevereiro foram-lhe entregues as notas necessárias para dar começo aos trabalhos, que compreendiam não somente a parte acima referida, como o preparo da esplanada da Praça da Liberdade. A 7 de setembro fez-se o assentamento festivo da pedra fundamental. O empreiteiro, porém, desde o princípio entrou a recalçar, como no-lo revela o engenheiro-chefe nestes tópicos de seu relatório de abril de 1896:

“Este empreiteiro não desenvolveu a precisa atividade, nem se preparou com as instalações precisas para tão importante obra, resultando desta falta reais dificuldades para si e atraso das obras. Mesmo as escavações para a esplanada, que são bastante remuneradoras e procuradas com empenho por muitos tarefeiros, não ficaram concluídas nem tiveram o andamento possível. Não sendo eficazes as repetidas ordens de serviço, foi o empreiteiro intimado a 19 de outubro, sob pena de multa, a dar princípio à construção dos alicerces no prazo de quinze dias e concluí-los até o dia 22 de novembro. Entretanto, só a 25 deste último mês deu ele começo aos trabalhos, sendo-lhe imposta a multa de 100\$000 diários pelo prazo que excedeu e prorrogado até 25 de dezembro, sob pena de rescisão do contrato, em que ficou incurso.

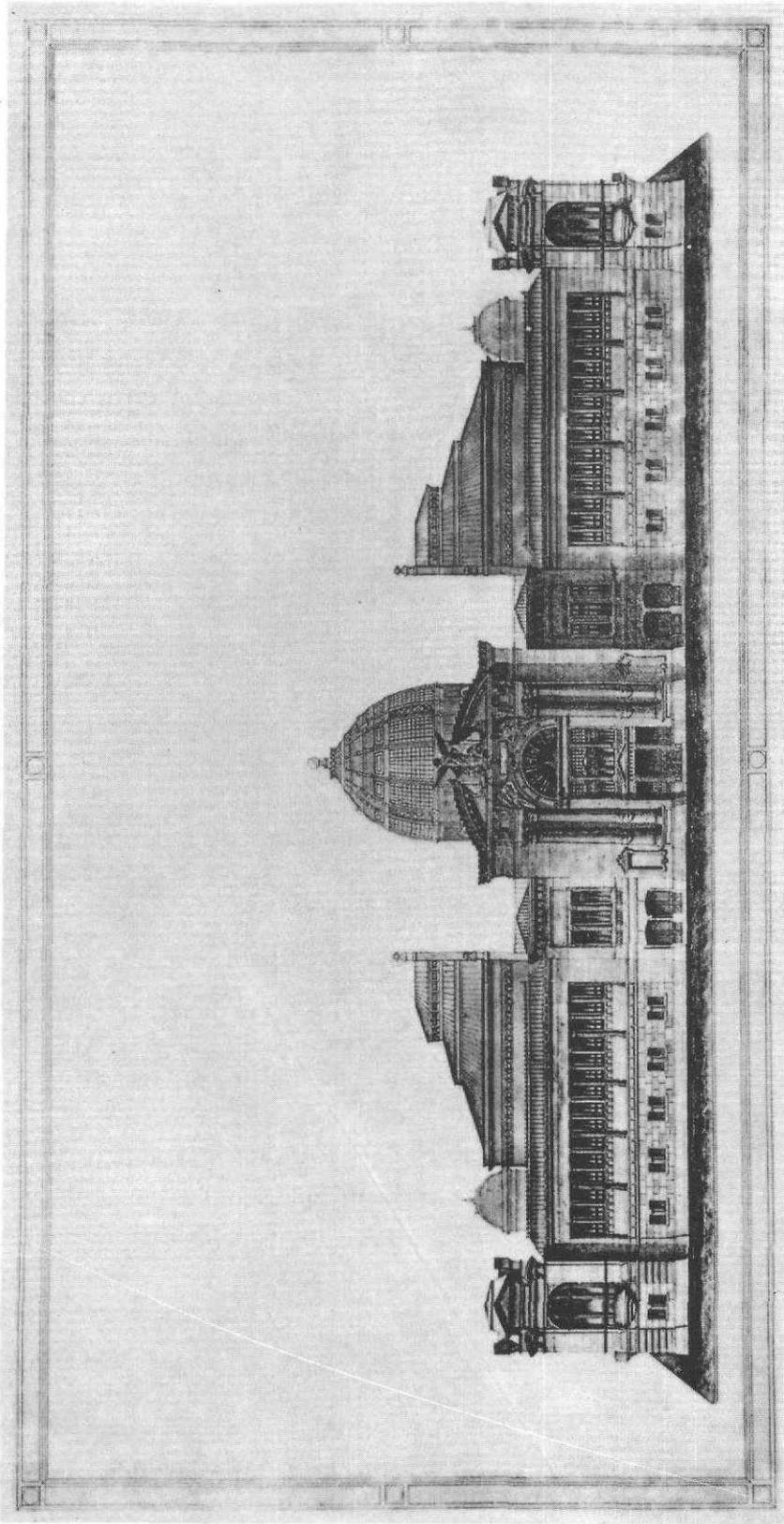
Esta empreitada confirma o inconveniente do sistema para trabalhos urgentes, pois nos

contratos são estabelecidos requisitos para sua rescisão, sempre suscetíveis de reclamações, de que podem originar-se protelações ou demandas, além do tempo que consome com formalidades e liquidações. Felizmente teve a Comissão de fazer instalações para transporte de materiais destinados a outras obras e delas se utiliza hoje este empreiteiro, além de muitos outros auxílios, que lhe presta a Comissão, resolvida, porém, a proceder com energia, pois não lhe é possível mais qualquer tolerância, sob a pressão do prazo fatal. O trabalho feito até 31 de dezembro reduziu-se a 13.216 m³ de escavações e 162 m³ de alvenaria.”

A 15 de abril de 1896, já em grande atividade as obras oficiais, tendo o engenheiro-chefe feito a elas uma visita, notou que as do Palácio Presidencial não iam tendo o desenvolvimento necessário e recomendou enérgicas providências contra o procedimento do empreiteiro, no sentido de melhor aproveitar a boa estação que entrava. E o Dr. Martinho de Moraes expediu imediatamente uma ordem, marcando ao referido construtor o prazo de oito dias para aumentar o pessoal e o material, de modo a serem construídos mensalmente 600 m³ de alvenaria, sob penalidades regulamentares. A esse ofício retrucou o Sr. Antonini, desculpendo-se como pôde, e o secretário da Comissão, no dia 20, em nome do chefe, respondeu:

“O engenheiro-chefe tendo recebido o seu ofício de 17 do corrente, incumbiu-me de responder-lhe, cientificando-o de que ele próprio verificou não ter-se, na semana passada, trabalhado nas obras de sua empreitada do Palácio Presidencial, senão dia e meio, ao passo que, nas outras empreitadas e obras, por tarefa, foi a semana inteira aproveitada. Na visita que fez às obras, encontrou todas em andamento e somente parada a sua empreitada, o que levou a mandar que lhe fosse expedida a ordem de serviço contra a qual V.S^a. protesta no ofício que ora respondo, mas da qual o mesmo Dr. engenheiro-chefe confirma todos os termos. Quanto aos desenhos, é ainda insubsistente a sua queixa, porque já lhe foram entregues todos os de conjunto, sendo que os de detalhe só lhe poderão ser fornecidos à medida das necessidades da construção. *Fábio Leal.*”

A providência enérgica foi salutar, pois o Sr. Antonini, sempre fiscalizado pela Comissão, não recalcitou mais e a 28 de maio de 1896 apresentou executados 565 m³, 244 de alicerce, 527 m³, 448 de embasamento, 23 m³, 137 de alvenaria ordinária (paredes), 23 m³, 550 de alvenaria de tijolos, ao passo que a 24 de setembro a alvenaria de tijolos havia atingido a altura do vigamento de ferro na ala posterior do lado esquerdo e, 13 dias depois, todas as paredes atingiram aquela altura, sendo que ainda não haviam chegado o vigamento para o forro e o travejamento de aço para a cobertura, os quais estavam em viagem vindos da Europa. A 31 de dezembro estavam respaldadas as paredes à altura das cimalthas e era coberto provisoriamente de zinco corrugado para se esperar a armação metálica e não se interromper o trabalho interno durante a estação das chuvas, que havia entrado. E assim, sob aquela cobertura provisória, foram-se assentando os soalhos e forros, ao passo que se ativava o aparelhamento da cantaria para a parte de frente do edifício, a qual estava confiada ao Sr. Antônio Teixeira Rodrigues, conde de Santa Marinha, como dissemos. A 31 de março de 1897, estava adiantado o revestimento de emboço e reboco das paredes internas e externas. Os



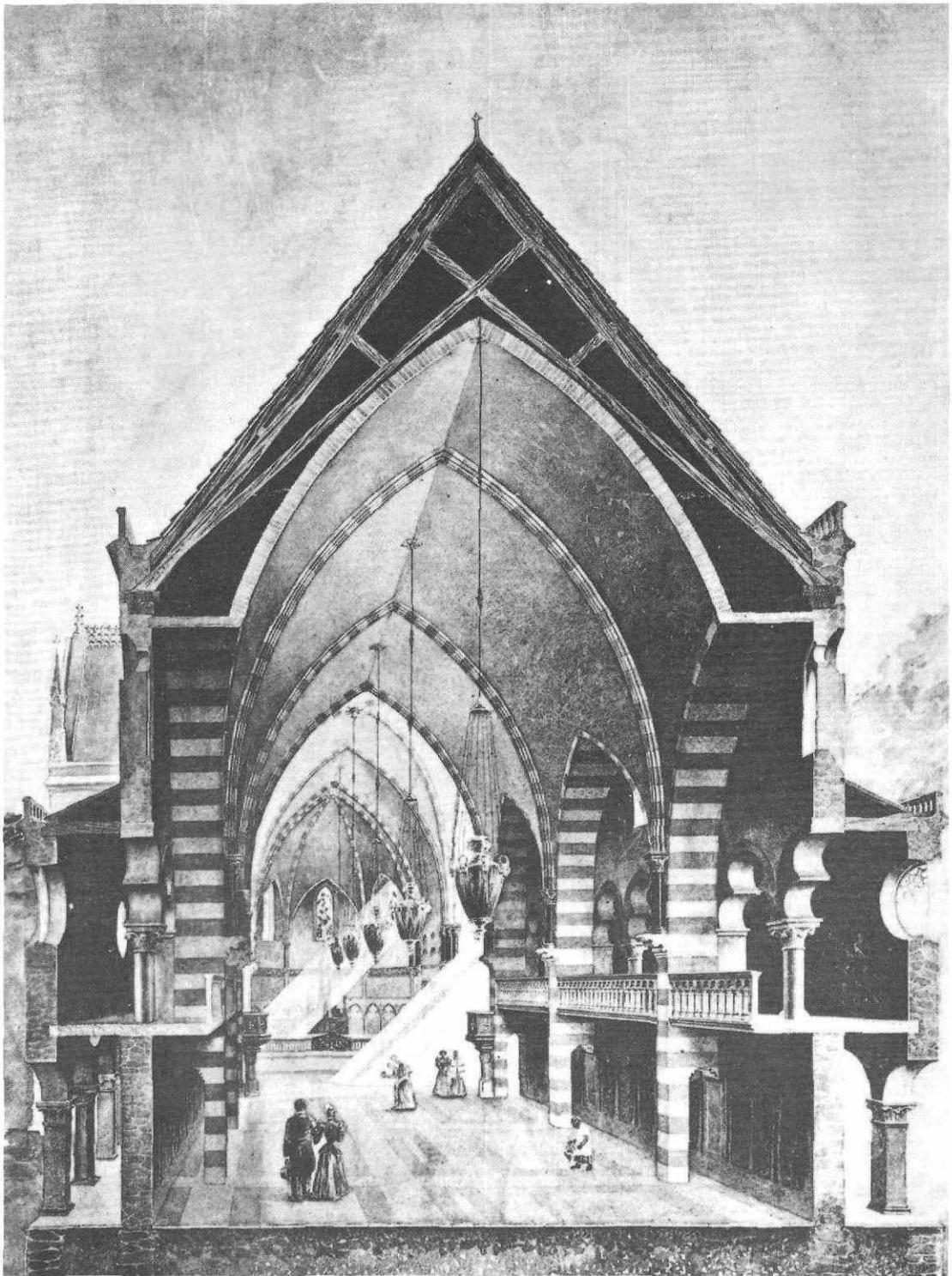
O Palácio do Congresso, que não se construiu.

vãos da escada principal e o salão de jantar dependiam de estuque e ornamentação, estando já forrados diversos cômodos. Havia chegado o engradamento de aço da cobertura, que seria assentado logo que o tempo permitisse tirar o zinco da cobertura provisória. A 6 de maio, em Ofício n. 63, ao secretário da Agricultura, o engenheiro-chefe pedia-lhe incumbir ao Dr. Davi Campista de adquirir na Europa o *christofle*, cristais e louças para o serviço de 48 pessoas em jantares oficiais, devendo tudo ser marcado com o escudo do Estado. A 10 de junho, a entrada ainda aparentava atraso nas obras, mas internamente concluíam-se os trabalhos de assentamento dos assoalhos e forros em todos os quartos e dependências, cujas paredes estavam já revestidas de emboço e reboco, menos o vão da escada principal, no pátio interno e no salão de jantar, por não estarem ainda cobertos. Assentavam-se as guarnições das portas e janelas e estava concluída a cobertura das duas alas posteriores em que se ia começar a decoração e pintura dos tetos e a cobertura do salão de jantar, cujas paredes iam ser estucadas. As duas "logias" laterais já se achavam cobertas e forradas e eram assoalhadas e estucadas. Ia-se assentar a cúpula do vão da escada e as das alas laterais. Já se achava no Rio de Janeiro a escadaria principal, estando já assentadas as duas escadas de serviço. Concluía-se o revestimento externo das paredes. O engradamento metálico deste prédio foi armado pelos Srs. Francisco Ferrari e Pedro Bachetta. Ao inaugurar-se a capital, ainda estava em obras de acabamento este edifício, que custou ao Estado 1.389:612\$084, sendo 108:000\$000 da pintura e decoração.²¹⁴

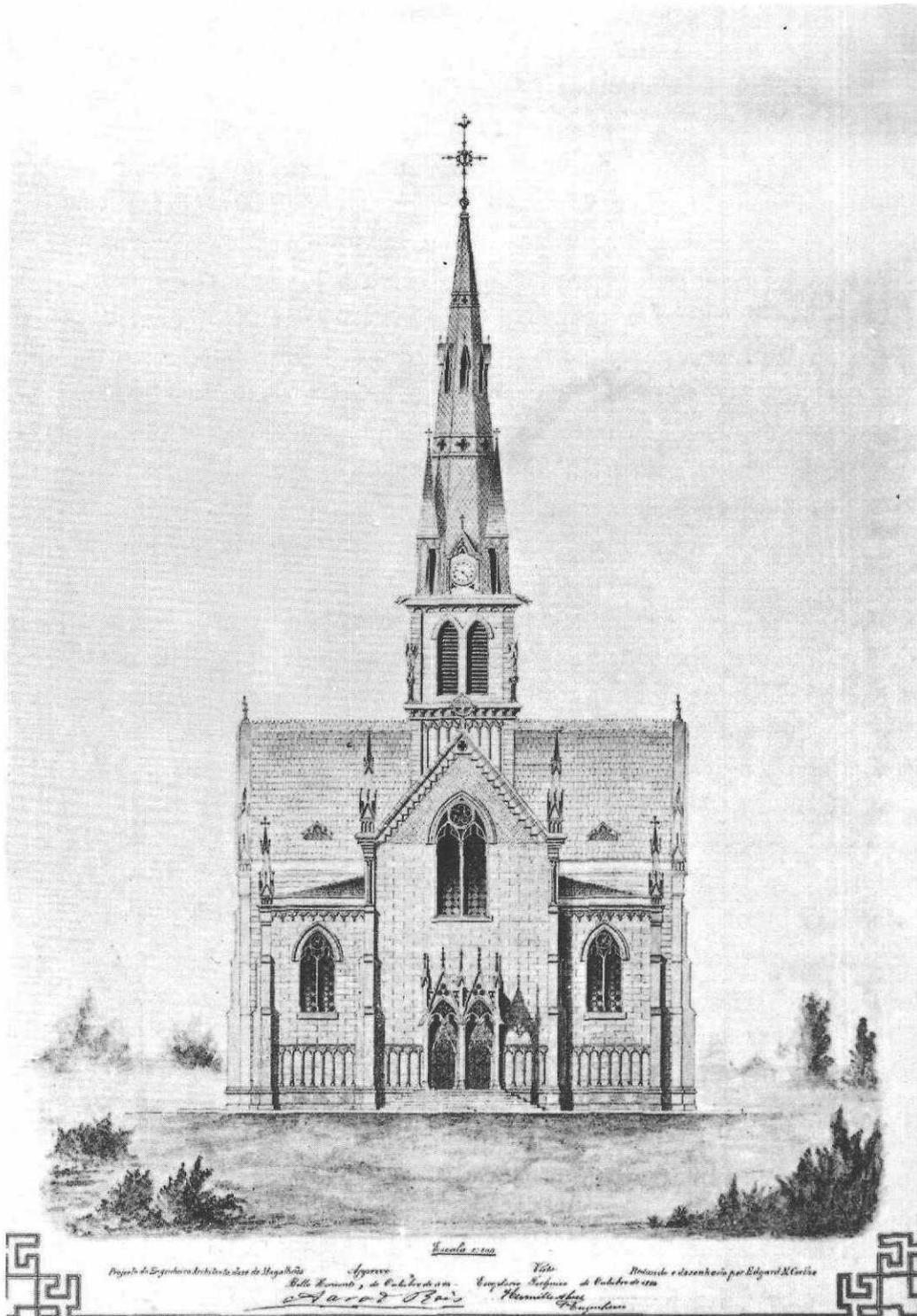
PALÁCIO DO CONGRESSO - Posta em concorrência pública a 26 de abril de 1895²¹⁵ a construção deste palácio e das Secretarias da Agricultura, do Interior, das Finanças e da Imprensa Oficial (hoje Arquivo Público Mineiro), a 20 de maio, findo o prazo, só foi apresentada uma proposta e esta pelo Sr. Afonso Masini, por si e como procurador do Sr. Carlos Antonini, para a construção do Palácio do Congresso. Aceita tal proposta a 25 de maio, não foi o contrato celebrado pela recusa dos proponentes, à vista de estipulações enérgicas sobre o andamento da obra, com que não concordaram. Conseqüentemente, a 31 de dezembro o engenheiro-chefe declarou sem efeito a aceitação da proposta, perdendo os proponentes a caução efetuada. Iniciada a construção por meio de tarefa de obra, foi logo depois suspensa, ficando em alicerces, como esteve até 1936, na Avenida Afonso Pena, entre a Delegacia Fiscal e o Teatro Municipal. Essas fundações custaram ao Estado 187:272\$701.*

PALÁCIO DA JUSTIÇA - Para a construção deste palácio foi anunciada concorrência pública a 7 de maio de 1895 e, findo o prazo, foi recebida apenas uma proposta, a do Sr. Manuel Ferreira de Miranda, por si e como procurador de outros sócios, sendo a eles adjudicada a obra, cujo contrato não foi também celebrado por se terem recusado a assiná-lo os proponentes, alegando não lhes convir mais aquele negócio. Esse palácio nem foi iniciado naquela ocasião, sendo adiada a sua construção. O projeto era grandioso e um primor de arte, em nada semelhante ao atual que foi construído muitos anos mais tarde. Com as plantas desenhadas despendeu o Estado 13:955\$000.

* Aí estão sendo construídos o edifício dos Correios e Telégrafos e o Palácio da Municipalidade.



Interior da Igreja Matriz, cuja construção fora projetada no Cruzeiro.



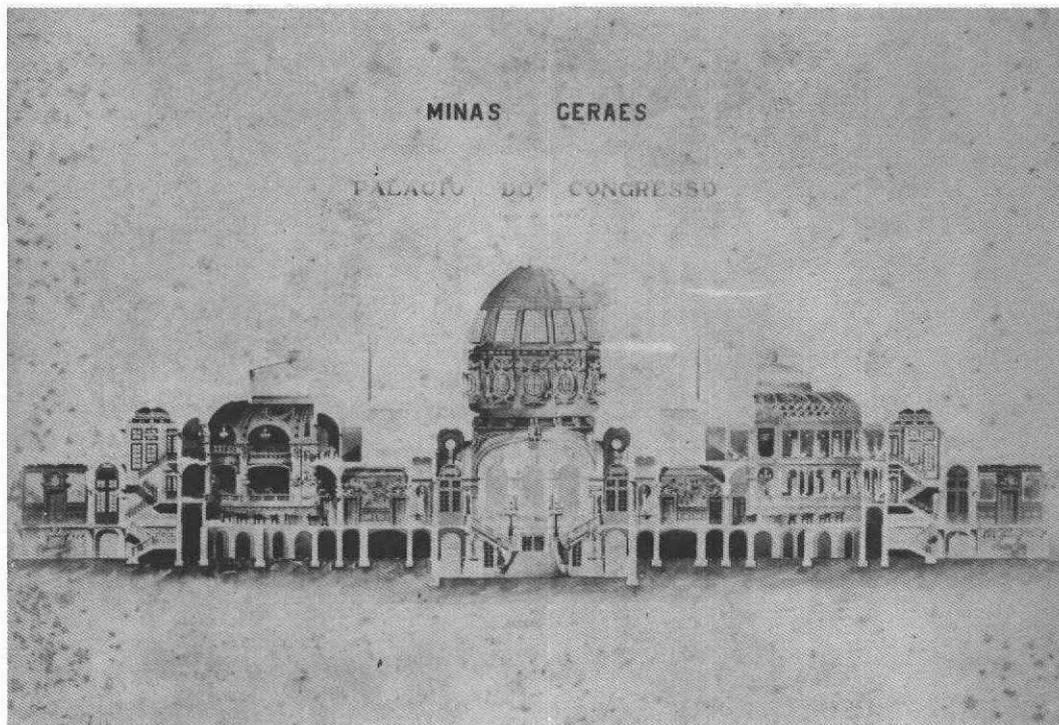
Fachada principal da Igreja Matriz que se pretendia construir na Praça do Cruzeiro.

IGREJA MATRIZ - Resolvida a construção deste suntuoso templo, escolheu-se o alto do Cruzeiro, ao fim da Avenida Afonso Pena, para aí ser erguido e a sua edificação foi contratada com o Sr. Afonso Masini, a 11 de fevereiro de 1895, bem como a preparação da esplanada. "Por falta de recurso ou de capacidade - informava o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896 - não fez o empreiteiro instalação alguma e luta com muitas dificuldades para obter ali qualquer material, não tendo meios convenientes de transportes. Nem mesmo as escavações tiveram o desejado impulso, tendo sido extraídos, até 31 de dezembro, apenas 14.625 metros cúbicos de piçarra. Na data em que escrevo, a pedido do empreiteiro, que aliás tem atividade e boa vontade, está resolvida a rescisão deste contrato por acordo." Os serviços executados na esplanada custaram ao Estado 75:911\$111. Verificado, então, pela planta da cidade, que a velha Matriz da Boa Viagem ficara colocada em uma praça e que seria condenável a sua demolição, por se tratar de um templo tradicional, resolveu-se conservá-la como preciosidade histórica do arraial que ia desaparecer. Em 1897 estava resolvido que a nova matriz seria construída em outro local ainda não escolhido, mas logo depois foi posta à margem a idéia de tal construção, cujo belíssimo projeto fora arquitetado pelo engenheiro Dr. José de Magalhães e aprovado pelo governo do Estado.

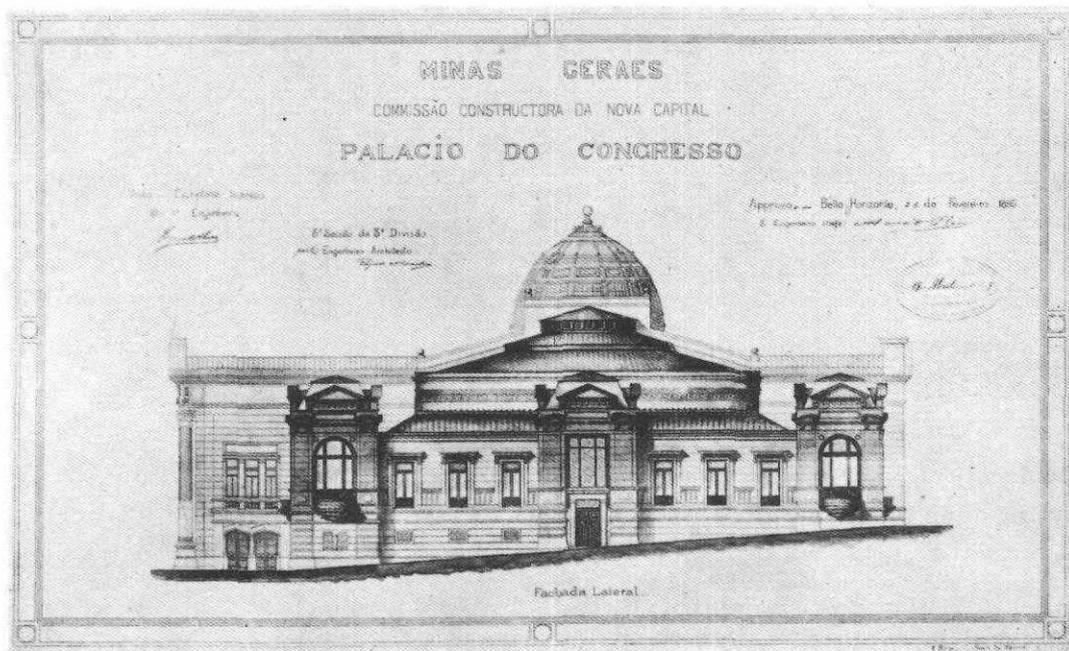
CAPELA DO ROSÁRIO - Empreitada pelo Sr. Afonso Masini a mão-de-obra da construção deste pequeno templo, que viria substituir a antiga capela da mesma invocação, então existente no arraial, a 19 de julho de 1895 aquele tarefeiro começou a depositar materiais no local, à Rua São Paulo, esquina com a Rua Tamoios e Avenida Amazonas. A 22 de agosto assentava-se a pedra fundamental do templo que, em setembro, tinha prontos 113 m³ de escavações, 214 m³ de alvenaria e 24 m² de aparelho de pedra. A 28 de maio de 1896 apresentava 161, 956 m³ de alicerces, 157,437 m³ de alvenaria de tijolos, 17,242 m² de aparelho grosso de picão, 62,83 m² de aparelho de escopo e 4,65 m² de reajustamento. A 24 estava colocado todo o madeiramento do forro da cobertura e haviam sido assentados o telhado, o assoalho e toda a esquadria, aparelhados na serraria a vapor, recentemente instalada pela Comissão. "Apesar da pequena importância desta obra" - escrevia o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896 - "não teve ela andamento satisfatório pela dificuldade e morosidade no suprimento dos materiais precisos, sempre por falta de instalações e meios de ação."²¹⁷ A 31 de dezembro preparava-se na serraria a obra de talha para o altar. A 31 de março de 1897 estava concluído o trabalho de revestimento interno e externo das paredes, bem como os de carpintaria, faltando o assentamento do altar e do coro, que se concluíam na serraria. A 10 de junho, escrevia *A Capital*: "Brevemente ficará concluída esta singela mas elegante igrejinha, que vai ser oferecida ao culto católico em substituição ao velho casarão (antiga capela) que se vê próxima do Hotel Lima e por cuja frente passa uma rua da nova cidade."²¹⁸ A rua a que se referia *A Capital* era a da Bahia e a velha capela foi demolida logo depois de inaugurada a nova. Mas, em junho de 1897, nesta, achava-se concluído todo o revestimento externo, imitação de cantaria. Sobre a entrada principal e sob o pórtico já estava colocado o baixo-relevo em cimento, representando Nossa Senhora do

Rosário, um belo trabalho artístico do escultor W. Troschel. Internamente, estavam sendo executadas as pinturas, achando-se quase concluído o assentamento do coro. O altar, toda obra de talha feita na serraria, estava quase concluído. Finalmente, a 26 de setembro de 1897, com grande solenidade, realizava-se a inauguração da Capela do Rosário, hoje anexa ao Orfanato de Santo Antônio, aquela mesma capelinha que estava fadada a ser a primitiva sede da freguesia de São José, quando da criação desta em 1900. Mas, naquele dia da inauguração da capela, às 10 horas da manhã, saía a procissão da Matriz da Boa Viagem, percorrendo várias ruas e, às 11 horas, chegava ao novo templo, acompanhada por grande multidão de fiéis, conduzindo em andores as imagens de N.S. do Rosário, S. Benedito e Santa Ifigênia. Estes andores eram carregados por moças e o púlpito em que ia o sacerdote o era pelos senhores Drs. Francisco Bicalho, Cícero Ferreira, Adalberto Ferraz, Pedro Sigaud, Eduardo Porto, coronel Leopoldo Gomes e coronel Francisco Bressane. Ao meio-dia, depois da bênção do templo, seguiu-se a missa cantada, durante a qual se fez ouvir magnífica orquestra, dirigida pelo professor Alfredo Camarate e na qual fazia a sua estréia a hoje consagrada violinista Sra. D. Branca de Carvalho Vasconcelos, então criança e discípula do professor Troschel, que também fazia parte da orquestra. À noite houve bênção e outras cerimônias religiosas nesse que foi o primeiro templo construído em Belo Horizonte. A construção da capela fora executada sob a direção do Dr. Pedro Sigaud, por parte da Divisão que havia sido dirigida pelo Dr. Martinho de Moraes e naqueles dias o era pelo Dr. Manuel Couto. O estuque foi executado pelo Sr. João Morandi.²¹⁹ Custou ao Estado 64:755\$815.

Descrivendo-a, dizia *A Capital*, de 28 de outubro de 1897: "A frente principal - de estilo gótico a que obedece todo o edifício - consta de escadaria de cantaria de granito, sobre a qual se assenta a base também de cantaria do pórtico gótico, em cujo fundo, sobre a verga da porta, se vê em baixo-relevo de cimento a imagem de N. Senhora, rodeada de anjos. Acima do pórtico está o grande óculo guarnecido de caixilhos em forma de rosácea, com vidros de cores, e no tope do frontão, sobre uma colunata imitação de cantaria, acha-se a cruz feita de cimento. Nas paredes laterais, a altura elevada, destacam-se as janelas góticas, munidas de caixilhos envidraçados e venezianas de vidro e na extremidade posterior da capela, sobre a cumeeira, está o campanário, cujo sino se pode repicar ou dobrar por meio de cordas que descem passando por carretéis. O interior da capela é mais belo. O teto de frisos assenta-se sobre o madeiramento, todo aparente, de caibros e terças, sustentadas por tesouras em grandes arcos ogivais apoiados por colunatas sobre consoles de pedra, engastados na parede a meia altura destas. Todo o madeiramento do teto é pintado em cor creme, tendo filetes, pingentes e rosetas douradas, sendo os frisos pintados em branco. As pinturas das paredes constam de uma barra alta de decorações à chapa, de uma grega abaixo da cornija e de pinturas lisas; na abside a barra imita mármore branco. Nas janelas da abside, servindo de nichos e sobre pranchas de madeira torneada e envernizada, presas às janelas, acham-se colocadas as imagens de N. S. do Rosário, Santa Ifigênia e São Benedito, que fazem fundo ao altar colocado em frente e dividindo a sacristia do corpo da capela. Este altar é, conforme o



Outro projeto do Palácio do Congresso, que não se construiu.



Outro projeto do Palácio do Congresso, que não se construiu.

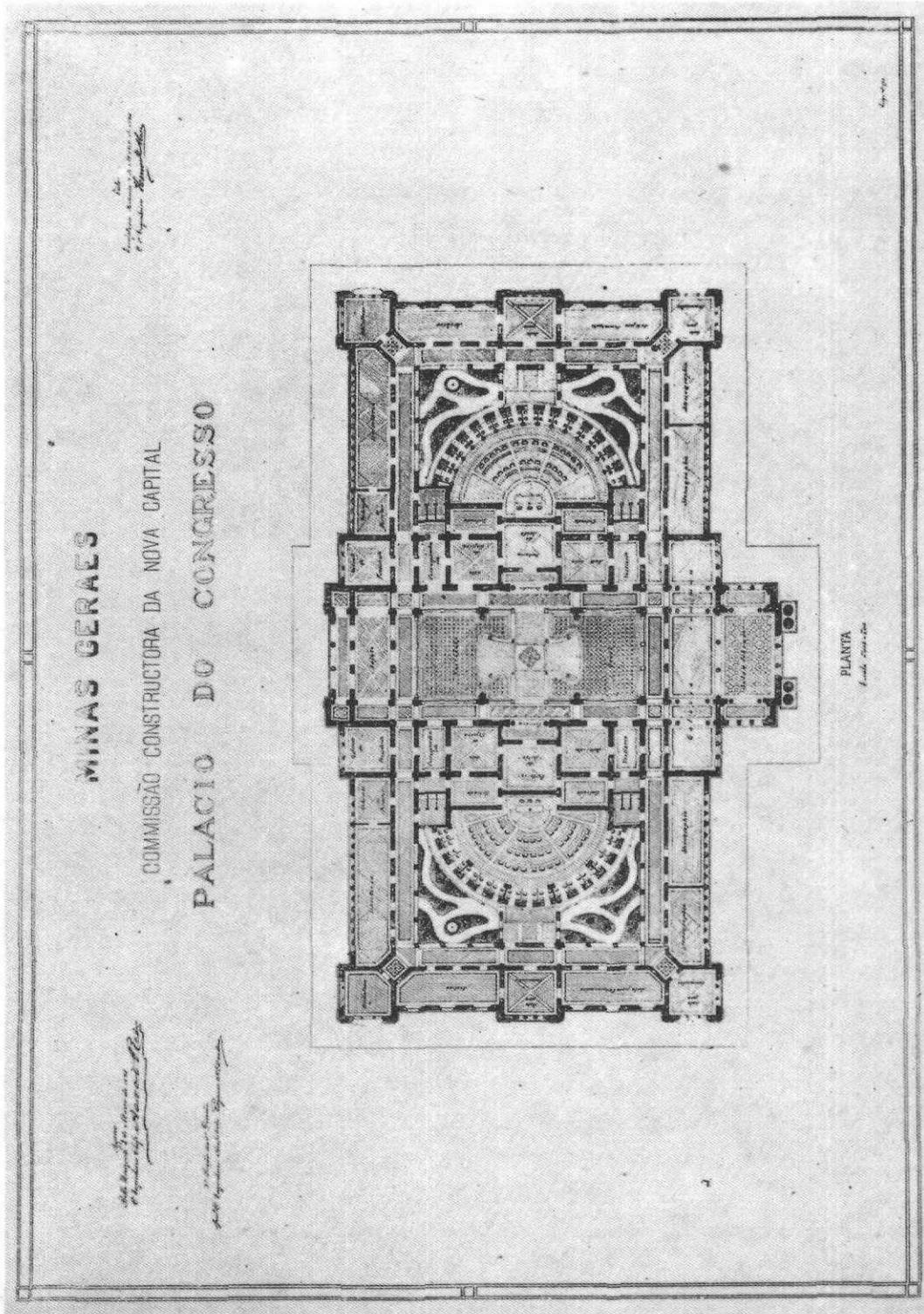
uso moderno, obra de talha de madeira, cedro envernizado com filetes e embutidos de ouro e de estilo gótico. Os ornatos em obra de talha, bem como as figuras de anjos são perfeitos e muito recomendam a perícia do artista entalhador das oficinas da Comissão Construtora. Trabalhos de marcenaria também perfeitos são o pára-vento da entrada, feito de canela parda, encerado e provido de vidros grandes, e a balaustrada do coro, que é de cabiúna e jacarandá, com balaústres torneados. Sobre vigas de ferro revestidas de madeira e amparadas por colunas de ferro fundido bronzeado está colocado o coro. Também de real valor como obra de carpintaria, feita à mão, é o portão principal, pintado com tingimento de madeira.²²⁰

IMPRESA OFICIAL (primitivo prédio) - Duas vezes também esteve em hasta pública a construção deste edifício, que se achava orçado por 129:423\$900; na segunda, a 24 de maio, foi aceita a proposta do Sr. Francisco Ferreira da Silva, sendo lavrado o respectivo contrato a 10 de julho daquele ano de 1895. A 31 de dezembro, estavam feitos 887 m³ de escavações e 124 m³ de alvenaria de pedra. A 13 de maio de 1896, chegava ao Rio de Janeiro, pelo vapor Buffon, a cobertura de aço deste edifício que, a 28 daquele mês, apresentava mais 426,893 m³ de alicerces, 345,267 m³ de embasamento, 314,100 m³ de alvenaria de tijolos, ao passo que a 24 de setembro estava toda a obra respaldada e pronta para receber o travejamento metálico, ainda não chegado a Belo Horizonte. A 31 de dezembro de 1896 montava-se a armação de aço, estando já assentada a do corpo central e começada a colocação das duas escadas de ferro. A 31 de março, tendo o governo resolvido instalar nesse prédio a Secretaria da Polícia e construir outro para a Imprensa Oficial, tratou-se de modificá-lo interiormente, enquanto se fazia o revestimento das paredes externas e se assentavam as guarnições e marcos das portas e janelas externas. Estava concluído o assentamento da cobertura do edifício, que ficou retardado por causa das adaptações por que teve de passar. A 10 de junho estava muito adiantado o seu revestimento, podendo-se apreciar já a sua estética. Quanto se inaugurou a capital, ainda estava em obras interiormente. Este prédio é o que se acha à Rua da Bahia, entre as ruas Gonçalves Dias e Alvarenga Peixoto, onde funcionou a Chefia de Polícia, o Externato do Ginásio Mineiro e hoje é ocupado pelo Arquivo Público Mineiro. Custou ao Estado 427:946\$206, sendo 30:000\$000 da decoração e pintura.²²¹

SECRETARIA DO INTERIOR - Duas vezes foi posta em concorrência pública a construção deste edifício (convertido em Secretaria da Educação e Saúde Pública, ultimamente, após a revolução de 1930), sendo a segunda a 24 de maio de 1895, sem que lograsse em nenhuma delas, licitantes, estando orçada em 272:513\$610. Fracassadas as concorrências, foram os trabalhos de construção contratados por meio de tarefa de mão-de-obra com os Srs. Dr. Joseph Lynch e Casimiro Garcia, que os iniciou a 22 de outubro, e a 31 de dezembro haviam conseguido executar 515 m³ de escavações e 386 m³ de alvenaria, estando já em viagem da Europa o vigamento metálico. A 26 de maio de 1896, tinha o construtor feito 1.123,886 m³ de alvenaria de pedra, 18,577 m³ de alvenaria de pedra seca, 140,458 m³ de alvenaria de tijolos, 28,23 metros lineares de cantaria da sapata, 28,25 metros lineares de cantaria de cordão. A 24 de setembro de 196 estavam feitos 1.243,715 m³ de

alvenaria de pedra, 1.319,000 m³ de alvenaria de tijolos, achando-se todo respaldado à altura do vigamento de ferro, sendo que este ainda estava em viagem, vindo da Bélgica, bem como a cobertura metálica. Faltava somente elevar o centro da fachada principal, sobre a entrada, o que estava dependendo do preparo da cantaria para as sacadas. A 31 de dezembro era coberto provisoriamente de zinco corrugado, a fim de se poder trabalhar nele internamente durante a estação das águas que havia entrado agreste. Sabia-se, então, que a armação metálica havia partido da Bélgica a 3 daquele mês. A 31 de março de 1897, já na entrada do verão, estava assentada a escada e quase terminado o revestimento das paredes exteriores, menos a fachada principal. Achavam-se também muito adiantados os trabalhos de carpintaria, assentamento das guarnições e forro. O Sr. Frederico Steckel havia iniciado o serviço de pintura e decoração. Concluía-se o embarrotamento e entarugamento de madeira para assentamento dos assoalhos. Nas duas alas laterais estavam assentadas as coberturas definitivas, chegadas pouco antes, faltando as do corpo central, que chegaram e foram assentadas pouco depois. À vista do adiantamento das obras, os engenheiros encarregados delas, Srs. Drs. Manuel Couto e Pedro Sigaud, pensavam na conveniência de se instalar, aí, provisoriamente, o Tribunal da Relação em fins de maio ou princípios de junho, e isto mesmo ficou resolvido a 29 de março, quando esteve em Belo Horizonte o desembargador Adolfo Olinto, presidente daquele tribunal. A 10 de junho estava sendo ajustada a cobertura definitiva do 3º pavimento, com as devidas cautelas para não se prejudicarem os trabalhos feitos sob a cobertura provisória de zinco, que então se retirava. A 7 de julho retiraram-se os andaimes. Internamente, concluía-se o 3º pavimento, onde iria reunir-se, não mais em junho, mas a 1º de setembro próximo, o Tribunal da Relação. *A Capital*, assim descrevia o prédio onde, efetivamente, se instalou aquele tribunal, a primeira repartição pública que se mudou de Ouro Preto para Belo Horizonte:

“Divide-se este pavimento em uma sala central de 6 m multiplicados por 10, que dá portas para o terraço da frente, duas grandes salas laterais com 8 x 9 m, um corredor central com 3 x 10 m, que dá acesso às três salas e que pode ser utilizado como sala de espera, e o vão da escada principal, que dá acesso aos dois pavimentos elevados. Os tetos do 3º pavimento, exceto o do vão da escada, são de frisos de madeira, bem como as cimalthas e molduras; estão pintados a óleo a 4 meios tons; sendo os das salas laterais divididos em 6 painéis por caixotões; são singelos, mas de aspecto agradável estes tetos. Os soalhos são de pinho-de-Riga espinhadas nas duas salas laterais e divididos em painéis corridos na sala do centro e no corredor. As esquadrias e guarnições são de cedro e estão sendo pintadas a óleo; as paredes são pintadas a cola. No vão da escada, há muito tempo, está concluída a decoração do teto, que é primorosa e muito abona a competência artística do Sr. Frederico Antônio Steckel e de seu auxiliar, o Sr. Bertolino Machado. Este teto é dividido por caixões em 3 grandes painéis ao centro e 14 menores em redor daqueles, todos armados com belas decorações de estuque-cartão, cimalthas, tabelas e florões e pinturas decorativas de fino labor. As paredes do vão da escada estão sendo pintadas a óleo com figuras decorativas. No 2º pavimento, diversos tetos já estão pintados e decorados a estuque-cartão, devendo-se destacar entre eles, pelo realce da pintura, a decoração



Planta do Palácio do Congresso.

do gabinete de despachos. Está sendo também assentado o *plafond* especial, que veio da Bélgica para a sala que se destina às conferências e despachos do governo do Estado. Neste pavimento já estão 8 salas assoalhadas, achando-se já feitos o entarugamento nos outros cômodos, estando também adiantado o revestimento das paredes e faltando apenas assentar as esquadrias que, por serem envernizadas, só serão colocadas depois de concluída a pintura das paredes e tetos. No 1º pavimento, que, naturalmente, é o mais atrasado, já estão também assentados os forros de madeira e alguns soalhos de pinho-de-Riga. O revestimento exterior do edifício está adiantado, já se tendo dado começo à pintura externa cor-de-rosa. Infelizmente ainda não chegou da Europa a cúpula da parte central, que fica detrás do grande arco do frontão, que dará ao edifício aspecto monumental.²²²

A 14 de agosto de 1897, terminava-se o assentamento da parte metálica, cuja montagem fora feita pelos Srs. Francisco Ferrari e Pedro Bachetta, sob a direção do Dr. Pedro Sigaud. Para solenizar o acontecimento, o Dr. Manuel Couto, chefe da 7ª Divisão, ofereceu uma taça de champagne às pessoas presentes, sendo trocados vários brindes, a saber: o do Dr. Prado Lopes aos Drs. Couto e Sigaud, pelos resultados de seus esforços; o do Dr. Sigaud aos seus auxiliares, brindando também ao Sr. Steckel, autor da pintura, e Jacó, representante do Dr. De Jaegher. O brinde de honra foi erguido ao Sr. presidente do Estado. A 19 foi também festejado o assentamento da cúpula e colocação do escudo do Estado e do busto da República. Pela inauguração da capital estava em acabamento esse edifício, que custou ao Estado 896:934\$935, sendo 70:668\$504 de decoração e pintura.²²³

SECRETARIA DAS FINANÇAS - Orçada em 230:923\$316, foi também posta em concorrência pública duas vezes a construção deste prédio, sem que aparecessem licitantes, sendo a última a 24 de maio de 1895. Edificado igualmente pelo sistema de tarefas de mão-de-obra, teve por tarefeiros os Srs. José e Caetano Tricoli, que, tendo iniciado o trabalho a 25 de novembro, desenvolveram neles notável atividade, conseguindo em pouco mais de um mês, até 31 de dezembro, executar 493 m³ de escavações e 162 m³ de alvenaria, apesar de ter perdido alguns dias devido às chuvas e não obstante estarem incompletas as instalações exigidas pelos serviços. Naqueles dias, soube-se estar em viagem o vigamento de aço, vindo da Europa. A 28 de maio de 1896 o tarefeiro apresentava 449,074 m³ de alicerces, 340,882 m³ de embasamento, 29,180 m³ de alvenaria de pedras (paredes), 103,941 m³ de alvenaria de tijolos, 5,40 m³ de *opus incertus*, 45,981 metros lineares de cantaria da sapata, 28,46 metros lineares de cantaria de cordão. A 24 de setembro, já respaldadas as paredes, assentava-se a cobertura dos dois pavilhões laterais posteriores, cobertura de zinco liso em losangos. A 31 de dezembro estava terminado o assentamento das telhas francesas, faltando ainda parte das telhas de zinco nos quatro pavilhões. A 31 de março de 1897, estava concluída a cobertura definitiva de todo o edifício, faltando apenas a pintura externa do zinco de cobertura dos quatro pavilhões, estando pronto o revestimento das paredes externas até abaixo do 3º pavimento e o das internas do 2º e 3º pavimentos, menos no vão da escada. Havia sido assentadas algumas guarnições e forros do 3º pavimento. Foi o primeiro edifício a receber

cobertura definitiva; por isso, era o mais adiantado. A 10 de junho estava adiantada a pintura exterior, que era em meio tom creme, nas molduras sobre fundo da mesma cor, mais carregada, já se podendo, então, avaliar a beleza e elegância da fachada, em que se destacava o centro vistosamente ornamentado, notando-se na cimalha do 3º pavimento um grande frontão com bastante balanço, apoiado sobre grandes consoles e tendo ao centro o escudo do Estado de Minas ladeado de ramagens. No 2º pavimento notavam-se as oito pilastras com seus capitéis coríntios e sobre a entrada principal um belo escudo da Secretaria das Finanças. Interiormente, estavam adiantados os trabalhos de carpintaria no 3º pavimento, que já se achava quase todo forrado e assoalhado, achando-se já pintados e decorados os tetos e vãos da escada e das duas galerias laterais, e concluído o revestimento das paredes. Já estava iniciado o assentamento dos marcos e guarnições de portas e janelas. Nos outros pavimentos inferiores estavam revestidas as paredes, pregadas as guarnições lisas e já se tinha dado começo ao assentamento dos assoalhos e forros. Estavam-se ultimando os trabalhos de acabamento, quando se deu a mudança da capital. Custou ao Estado 753:073\$738, sendo 65:000\$000 de decoração e pintura.²²⁴

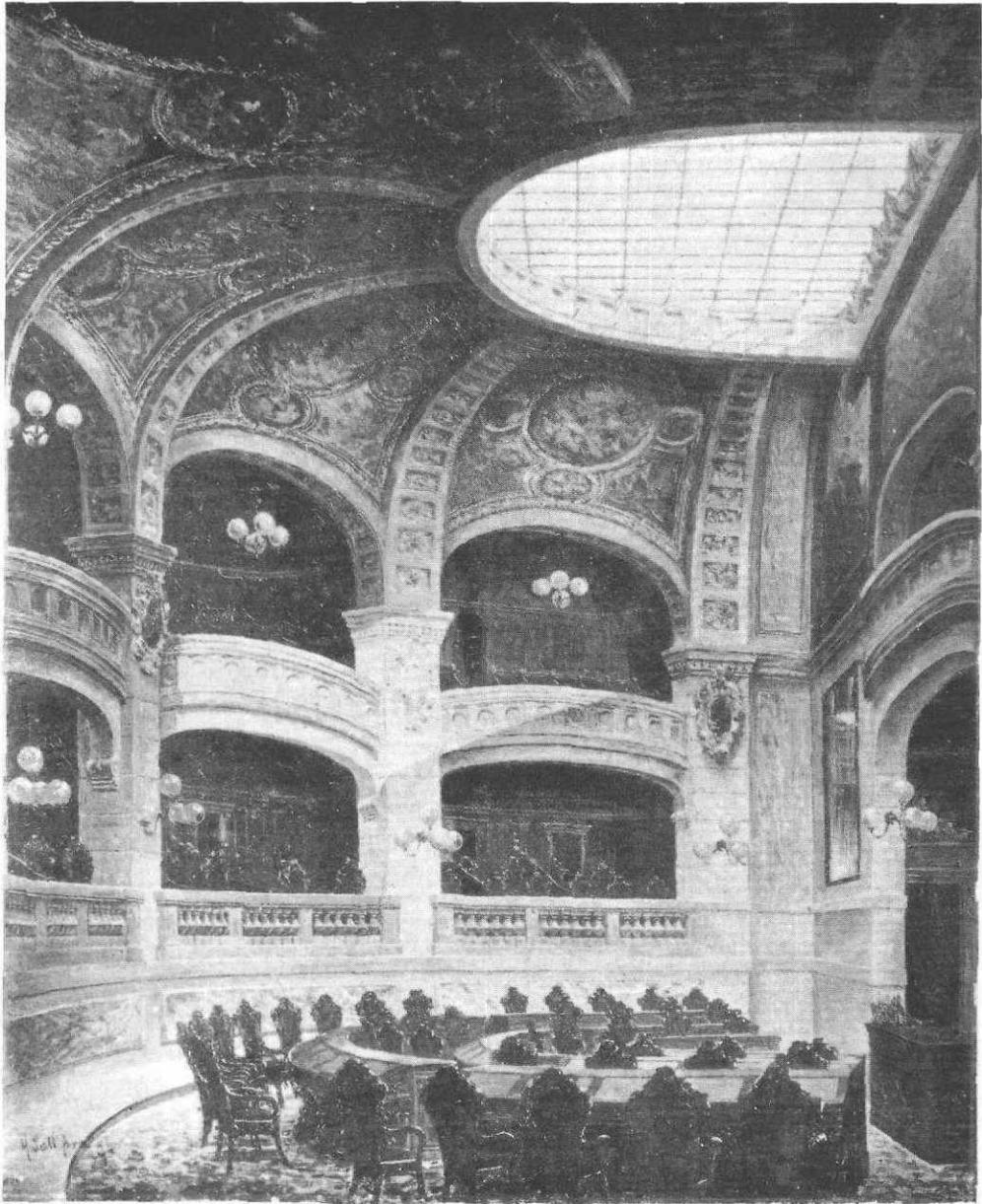
SECRETARIA DA AGRICULTURA - Das três Secretarias foi esta a última a ser iniciada. Como as outras, foi construída pelo processo de tarefa de mão-de-obra, por não ter aparecido um licitante sequer nas duas concorrências públicas efetuadas, a última a 24 de maio de 1895. Estava orçada por 230:923\$316. Tendo por tarefeiro o Sr. José Francisco Condeça, a 31 de dezembro daquele ano, o que se tinha feito aí era representado por 1.149 m³ de escavações para o preparo da esplanada. O serviço propriamente de construção dependia das instalações e do material que não tardaria a ser trazido pelo ramal urbano. A 24 de setembro de 1896, a alvenaria estava à altura dos arcos do primeiro pavimento e a 31 de dezembro chegara a meia altura do segundo pavimento e trabalhava-se ativamente para aproveitar o veranico de janeiro. A 30 de março de 1897, a alvenaria estava acima do assoalho do 3º pavimento, tendo-se já assentado as coberturas dos dois pavilhões posteriores, que não passavam do 2º pavimento. A 1º de junho registrou-se aí lamentável acontecimento: o operário Giuseppe de tal, italiano, de 22 anos de idade, solteiro, caindo de um andaime de 17 m de altura, veio a falecer e foi sepultado no Cemitério do Bonfim, no qual se tinha começado pouco antes o serviço de sepultamentos. A 10 de junho estava sendo assentada a cobertura sobre o terceiro pavimento. Nos dois pavilhões posteriores estavam sendo revestidas as paredes exteriores. Internamente, colocavam-se os forros e assoalho. Não obstante ter sido o último iniciado, foi rápida a construção desse edifício, que ainda estava em obras por ocasião da mudança da capital e custou ao Estado 733:212\$542, sendo 65:000\$000 na decoração e pintura.²²⁵

IMPrensa OFICIAL (a nova) - Tendo o governo resolvido instalar a Chefia de Polícia no prédio em construção, à Rua da Bahia, destinado à Imprensa Oficial, cuidou-se imediatamente da construção de outro para esta repartição, sendo logo escolhido o terreno sito à Avenida Paraopeba, esquina com a Rua Espírito Santo, onde hoje se acha. A preparação dos desenhos deste novo edifício foi iniciada a 31 de março de 1897, quando se preparava o

local mencionado. Foi confiada a construção desse edifício ao Sr. Antônio Teixeira Rodrigues, conde de Santa Marinha, que a 10 de junho dava por concluídos os alicerces e a 30 de setembro colocava o engradamento para a cobertura. Quando se instalou a capital, continuava em obras o prédio destinado à Imprensa Oficial, que custou ao Estado 290:691\$383, sendo 10:000\$000 de decoração e pintura. Por ter sido iniciado muito tarde, só em 1898 ficou concluído, pelo que foi a Imprensa Oficial a última repartição pública estadual a se mudar de Ouro Preto para a Cidade de Minas.²²⁶

QUARTEL DO 1º BATALHÃO DA BRIGADA POLICIAL - Feita a escolha do local para este quartel na Praça Belo Horizonte ao fim da Avenida Floriano Peixoto (hoje Brasil), foram os desenhos do edifício iniciados a 31 de março de 1897, quando já estava preparado o terreno, onde se abriram logo as cavas e se começou a depositar materiais conduzidos pelo ramal férreo urbano. Da sua construção foi encarregado o Sr. conde de Santa Marinha. A 30 de setembro estava com as paredes bastante adiantadas, mas não ficou concluído por ocasião da mudança da capital, motivo pelo qual as forças policiais vindas então de Ouro Preto, compostas do 1º batalhão de infantaria e do esquadrão de cavalaria, ficaram provisoriamente aquarteladas na Hospedaria dos Imigrantes. O primeiro incêndio ocorrido na nova capital verificou-se nesse edifício, a 6 de abril de 1898, às 10 horas da noite, ocasionando um prejuízo de cerca de 40:000\$000. Àquela hora, quando se recolhia para dormir a cidade recém-nascida, foi alarmada por contínuos toques de sinos na Matriz da Boa Viagem e pelos estrídulos sons de cornetas. Ergueu-se a população e se apavorou avistando o imenso clarão que iluminava toda a região do quartel. Era o batismo de fogo da nova capital. Apesar de ingentes esforços de populares que acorreram de toda parte ao local do sinistro, não foi possível deter o incêndio, que devorou todo o madeiramento do edifício. Reencetadas as obras de construção, a 12 de maio de 1899 foi festivamente inaugurado o edifício, com a instalação aí das forças policiais. Custou ao Estado 757:261\$172, inclusive as cavaliariças para o esquadrão de cavalaria que foram construídas pelos Srs. Proença & Irmão.²²⁷

GINÁSIO (depois Fórum) - Já estando preparado o terreno para a construção desse edifício na Praça Benjamim Constant, a 31 de março de 1897 começaram a ser organizados os desenhos e projetos respectivos, estando encarregados da construção os Srs. Francisco Soucasaux, Aurélio Lobo e Bento de Medeiros, os quais, a 30 de setembro, festejando o assentamento da cobertura, ofereceram um lanche aos seus amigos e auxiliares, servido pela Confeitaria Rio de Janeiro, do Sr. Carlos Maciel. Já então quase concluído, destinava-se ao funcionamento do ginásio; mas ao inaugurar-se a capital estava ainda em obras, tendo sido a sua planta executada pelo hábil desenhista e arquiteto Sr. Edgar Nascentes Coelho. Concluído em 1898, resolveu o governo instalar aí o Tribunal da Relação e demais departamentos do Fórum, tendo custado ao Estado 292:108\$933. Era um belíssimo edifício, estilizado, onde, depois do Fórum, funcionou a Escola Normal Modelo, até que, por fim, na administração do presidente Antônio Carlos, sendo secretário do Interior o Dr. Francisco Campos, foi demolido em parte para ser transformado no edifício majestoso que se vê ali atualmente.²²⁸



Interior do Palácio do Congresso.

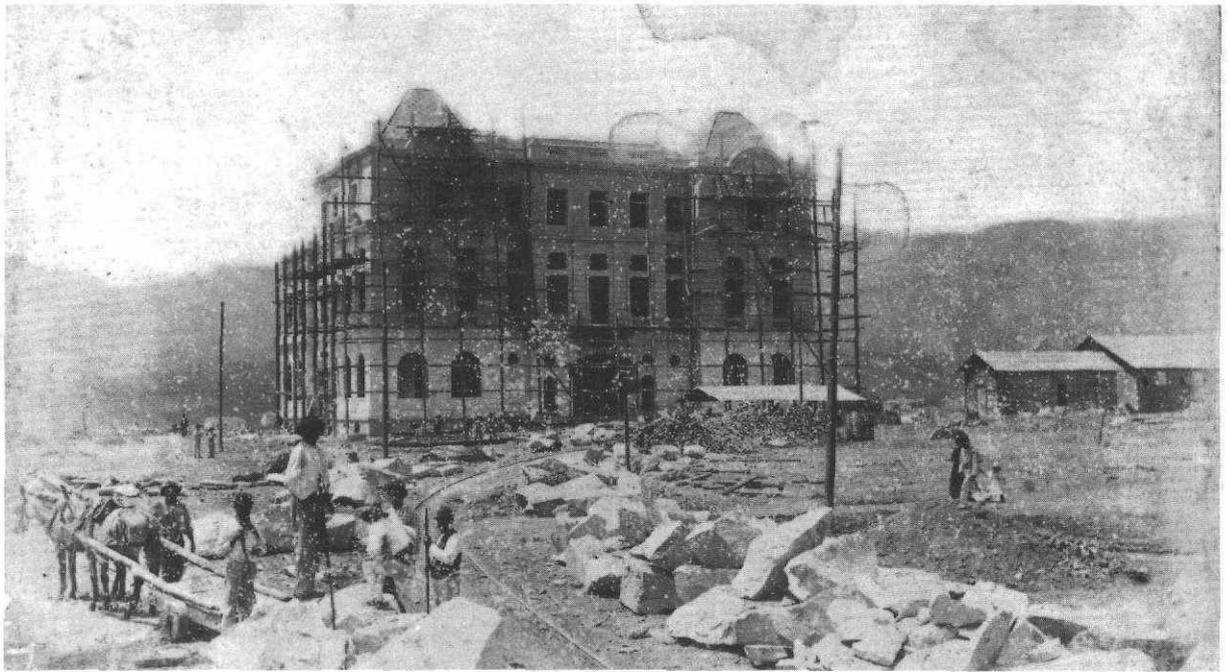
PRÉDIO ESCOLAR (hoje Câmara dos Deputados) - Destinado ao funcionamento das primeiras escolas da capital, a 10 de junho de 1897 estava em alicerces este prédio, cuja construção ficara a cargo do Sr. Antônio Augusto Giestal, pelo processo de tarefas de mão-de-obra, na Praça da República. A 30 de setembro tinha as paredes em condições de receber a armação metálica para a cobertura. Por essa ocasião já não se destinava mais ao funcionamento das escolas e sim para as reuniões do Senado. Custou ao Estado 133:736\$315, inclusive 15 contos de pintura.²²⁹

CASAS PARA SECRETÁRIOS E CHEFE DE POLÍCIA - Para residência dos três secretários de Estado e do chefe de Polícia, a 10 de junho de 1897 já estava em andamento a construção de três palacetes na Avenida da Liberdade e um na Rua Bernardo Guimarães. O mais adiantado de todos, iniciado a 16 de fevereiro, já se achava coberto, quase concluído. Os outros dois da avenida começavam a receber alvenaria de tijolos, ao passo que o prédio da Rua Bernardo Guimarães, destinado ao chefe de Polícia, iniciado a 11 de abril, estava com o porão concluído tendo sido todo o embasamento feito com alvenaria para ser rejuntada. Esses 4 prédios, que custaram ao Estado cerca de 800:000\$000, estão situados nos quarteirões 15 e 23 da IV seção. No que era destinado à residência do secretário das Finanças funciona hoje a Prefeitura.²³⁰

FACULDADE LIVRE DE DIREITO - Em virtude da Lei n. 206, de 18 de setembro de 1896, ficou o governo autorizado a despende 100:000\$000 com a construção do edifício destinado à Faculdade de Direito, mas só em abril de 1897 veio a Belo Horizonte o Sr. Dr. Henrique Sales, então diretor daquele estabelecimento de ensino superior, a fim de conferenciar com o Dr. Francisco Bicalho sobre a construção do edifício. Cumprindo a promessa feita ao Dr. Henrique Sales, pouco depois o engenheiro-chefe da Comissão remeteu-lhe o projeto para Ouro Preto. Mas, por motivos diversos, só depois de inaugurada a capital se cuidou da construção do prédio, que hoje vemos na Praça da República, e cujo histórico não faremos aqui por estar fora do período compreendido por este volume. Em consequência do retardamento dessa obra, quando nos primeiros meses de 1898 a Faculdade de Direito veio para a cidade de Minas, foi se instalar provisoriamente no prédio da Rua Pernambuco, esquina da Rua Cláudio Manuel, propriedade do desembargador Adolfo Olinto.

CASSINO - Entre os projetos preparados pela Comissão Construtora e aprovados pelo governo para edificações na nova capital, figurava o do cassino, que deveria ser construído no Parque Municipal, nas proximidades do local em que hoje se acha o Instituto de Radium. Por causa das aperturas de tempo e escassez de recursos, não se chegou a construir este prédio, em cujos trabalhos preliminares e fundações gastou o Estado 17:363\$708.

PROJETOS NÃO-REALIZADOS - Além dos edifícios construídos ou não pela Comissão e cujo resumo histórico fizemos acima, haviam sido projetados pelo Dr. Aarão Reis um pavilhão para restaurante e outro para observatório meteorológico no Parque, bem como um hipódromo, um politeama e um jardim zoológico, em outros pontos da nova cidade, os quais não puderam ser realizados por aquela Comissão, pelos mesmos motivos determinantes da não construção do cassino.



Secretaria da Agricultura, em construção.

NOTAS

- 214 Palácio da Liberdade. Ver nota 105.
- 215 CONCORRÊNCIA. *Minas Gerais*, Ouro Preto, p. 8, 30 abr., 1895.
- 216 A nova matriz projetada por José de Magalhães não foi construída, como informa o autor. Esse fato pode ser visto sob dois aspectos. O primeiro refere-se à permanência da antiga matriz da Boa Viagem, cuja demolição estava prevista no projeto original da cidade. O cancelamento da demolição deveu-se, em parte, à população. Esta, que se encontrava perplexa com a avalanche de transformações causadas no arraial pela chegada da Comissão Construtora, sofreria profundo abalo com o desaparecimento de sua matriz setecentista. O espírito religioso dos curralenses era extremamente arraigado e, de certa forma, isso foi considerado pelos construtores da nova capital, ao decidir pela conservação do antigo templo. Outro fator a ser levantado é a questão de recursos. Na realidade, eram bastante escassos e, sem dúvida, contribuíram para a decisão em não construir novo templo, o que implicaria em altos custos. Considere-se, também, que outros projetos de edifícios não se concretizaram devido à mesma causa.
- 217 BICALHO. *Op. cit.*, p.381-382.
- 218 NOVA capital. Edifícios públicos. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 10 jun., 1897.
- 219 *João Morandi* (Lugano, Suíça, 1862 - Belo Horizonte, MG, 1936). Arquiteto e escultor, freqüentou as escolas de Belas Artes de Berna, Suíça e de Clermont-Ferrant, na França, formando-se como arquiteto e escultor. Trabalhou na cidade de La Plata, Argentina, transferindo-se para Belo Horizonte em 1896, a convite dos membros da Comissão Construtora. De início, montou seu atelier, anexo à sua residência, denominado, então, "Construção de Obras e Fábrica de Pedras Plásticas". Dividia seu tempo entre as atividades de arquiteto - projetou diversas residências e prédios - e escultor, tendo realizado inúmeros trabalhos artísticos na capital. Trabalhou, em colaboração com Francisco Steckel, na ornamentação em gesso dos mais importantes edifícios de cidade. No seu atelier, criou uma pequena escola, deixando alguns discípulos, dentre eles seu filho, Alfredo Morandi. Principais obras em Belo Horizonte (trabalhos de ornamentação escultórica): Palácio da Liberdade (decoreação interna); antigo Conselho Deliberativo, hoje Museu de Mineralogia (torreão, decoreação interna e externa); Secretarias de Estado (parte da ornamentação interna); Conservatório Mineiro de Música (ornamentação); antigo Fórum, atual Instituto de Educação e Estação da Central (trabalhos ornamentais), Igreja de São José e Boa Viagem (ornamentação interna); Igreja de Lourdes (ornamentação interna e externa), antigo Mercado Municipal (demolido) e Capela do Rosário (ornamentação) (TASSINI, Raul. *Op. cit.* p.142. IEPHA/Setor de Pesquisa).
- 220 NOVA capital. Edifícios públicos. Capela do Rosário. *A Capital*. Belo Horizonte, 28 out., 1897, p.1. Capela do Rosário - Vide nota n. 100.
- 221 Prédio hoje demolido.
- 222 NOVA capital. Edifícios públicos. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 10 jun., 1897.
- 223 A Secretaria do Interior (atual Secretaria de Estado da Educação), em 1900, era assim descrita por um almanaque local: "Este edifício está também situado na Praça da Liberdade. O seu conjunto é simples e belo. O peristilo levantado em colunas coríntias de mármore sanguíneo, tirado da pedreira do Acaba-Mundo e aqui trabalhado, é coberto por um terraço, formado no 2º pavimento. Este terraço é, por sua vez, encimado por uma cúpula de ferro, revestida de estuque, de / de esfera, belamente decorada a óleo azul-celeste tendo ao centro, revestindo o vão, o busto da esfinge da República, o que dá ao edifício uma singularidade especial. A sua decoreação interna é simples, porém elegante, salientando-se a do salão nobre, que é esplêndido. O teto deste salão é uma obra artística e valiosíssima, assim também o assoalho, que é de mosaico e madeira embutida (...) O vão da escada é esplêndido destacando-se, à entrada, as belas colunas nas quais é perfeitamente reproduzido o mármore. Tem este edifício 3 pavimentos, medindo 42 m de frente, de 26 de fundo e 22 m 50 de altura e ocupa uma superfície de 1.092 m²." Após a Revolução de 1930, ocorre a mudança da funcionalidade da edificação, que passa a abrigar a Secretaria da Educação e Saúde, criada pela Lei n. 1.147, de 6 de setembro de 1930. O prédio é tombado no conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade. Ao longo dos anos passou por diversas obras sendo que entre os anos 1986/1989, foi integralmente restaurado (LIMA, J.R. *Almanaque da Cidade de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1900, p. 19-20. IEPHA/Setor de Pesquisa).
- 224 A antiga Secretaria de Finanças, hoje Secretaria de Estado da Fazenda, em 1900/1902, segundo Alfredo Moreira Pinto, apresentava o seguinte aspecto: "A fachada apresentava na parte inferior um estilo/dórico e na parte superior um estilo coríntio. Compõem-se de tres corpos, um recentrante, que é o central, e dois salientes aos lados. O corpo central tem três andares, no andar térreo tem três portas de dois metros de largura, e nos dois superiores cinco janelas. Os corpos laterais têm duas janelas em cada andar, tendo as do primeiro pavimento dois metros de largura; são coroadas por tímpanos triangulares. Comunicam-se os três pavimentos por uma bela escadaria do sistema *joly*". A descrição de Moreira Pinto reflete a filiação do edifício às concepções do ecletismo, uma constante nos prédios oficiais construídos

- pela Comissão Construtora e concebidos pelo arquiteto José de Magalhães. No decorrer dos anos, o prédio passou por diversas intervenções, como, por exemplo, em 1905, quando ocorreram reparos no telhado, em 1908, acréscimos nos fundos e em toda altura do edifício, 1926 e 1927, acréscimos gerais e obras na área externa (canteiros, calçamento, etc.). Após 1930, aconteceram outras obras, mas pesquisas realizadas não identificaram as datas. Mais tarde, em 1971, o edifício sofreu grande "reforma" promovida pela Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1977, o prédio foi tombado pelo IEPHA/MG, como parte integrante do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade (PINTO, Alfredo Moreira. *Monografia de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902, p.14. IEPHA/Setor Pesquisa).
- 225 Originalmente abrigando a Secretaria de Agricultura, o prédio da atual Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas expressa, igualmente, em sua linhas, filiação à arquitetura eclética. Uma vez mais cita-se Alfredo Moreira Pinto, para uma descrição do edifício no ano de 1901: "Compõe-se a sua fachada de três corpos, dois salientes e um reentrante todos de três andares. No 1º pavimento, em cada corpo lateral, tem duas janelas; pelo corpo central um portão de ferro, largo, ladeado por duas portas, também de ferro mais estreitas; no 2º pavimento, nos corpos laterais, duas janelas e no corpo central cinco; no 3º pavimento uma janela nos corpos laterais e cinco na central. No frontão dos corpos laterais lêem-se em relevo as iniciais S.A. No primeiro pavimento funcionou a Prefeitura; no segundo, a Secretaria da Agricultura e no terceiro, a repartição de terras e colonização. Comunicam-se os diversos andares por meio de uma escadaria de ferro com degraus de carvalho, a qual se divide em quatro lances, sendo dois singelos e dois duplos". A história do edifício aponta melhoramentos. Em 1903, construção de muros, gradil e reparos em geral, 1924, acréscimos diversos, 1926, reparos e 1927, instalação elétrica. Nos anos seguintes não foram detectados registros de outras intervenções que certamente ocorreram. O prédio, com as demais secretarias, foi tombado pelo IEPHA/MG, em 1977, como parte integrante do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade (PINTO, Alfredo Moreira. *Monografia de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902, p.12-13. IEPHA/Setor Pesquisa).
- 226 O prédio da Imprensa Oficial, situado na Avenida Augusto de Lima, mantém-se ainda preservado. Entretanto, seu núcleo original, construído pela Comissão Construtora, recebeu inúmeros acréscimos resultando descaracterizações no edifício que hoje ocupa área de grande extensão.
- 227 Quartel do 1º Batalhão (vide nota n. 192).
- 228 A partir de 1909, a antiga Escola Normal (atual Instituto de Educação), que havia funcionado em pequena edificação localizada à rua Timbiras, hoje demolida, instalou-se definitivamente no prédio construído para o Ginásio Mineiro, mas que servia até então de Fórum, localizado no quarteirão formado pelas ruas Pernambuco, Paraíba, Timbiras e Avenida Carandaí. Em 1912, já funcionando como Escola Normal, uma reforma procurou colocá-lo em condições satisfatórias e definitivas para funcionamento da instituição. Durante a administração Antônio Carlos (1926/30), o prédio sofreu uma modificação radical, sendo em parte demolido, mantendo, no entanto, o mesmo partido arquitetônico. Ao ser reinaugurado em 1930, o edifício, exemplo de ecletismo, apresentava porte monumental e sobriedade na fachada que fora desenhada pelo arquiteto Carlos Santos. No ano de 1953, um grande incêndio destruiu quase toda a ala direita do prédio, atingindo principalmente a biblioteca (mais de 30 mil volumes), os arquivos e laboratório de testes. Três anos mais tarde, a ala direita estava reconstruída e voltava a funcionar. Em 1982, o prédio do Instituto de Educação era tombado pelo IEPHA/MG, através do Decreto n. 21.969, de 15 de fevereiro de 1982 (IEPHA/Setor Pesquisa).
- 229 Prédio hoje demolido.
- 230 As casas construídas para residência de secretários de Estado mantêm-se preservadas. As três da Avenida João Pinheiro são as seguintes: prédio do Arquivo Público Mineiro, antiga residência do Secretário de Finanças onde funcionou, também, a Prefeitura Municipal, que conserva suas características originais; o prédio do atual Museu Mineiro, originalmente residência do secretário de Agricultura (assemelhava-se ao prédio do Arquivo Público Mineiro) que, em 1905, foi adaptado para ali funcionar o Senado Mineiro (senado estadual), época em que foi demolida a fachada original, construindo-se um acréscimo até o alinhamento (aspecto que mantém parcialmente). Abrigou, também, a Procuradoria Geral do Estado e, a partir de 1981, o Museu Mineiro; a terceira residência, de secretário da Avenida João Pinheiro, é o prédio que onde hoje funciona a Escola Estadual Afonso Pena, inicialmente casa do secretário do Interior. Ali foi instalado, provisoriamente, nos primeiros anos do século, o Primeiro Grupo Escolar da Capital. A casa do Chefe de Polícia, cargo que hoje corresponde ao de secretário de Segurança, situada à rua Bernardo Guimarães, bastante descaracterizada, é hoje parte do conjunto onde funciona a Escola Estadual Ordem e Progresso. Todos os prédios acima citados são protegidos através do instrumento legal do tombamento pelo IEPHA e constituem o Conjunto Arquitetônico da Avenida João Pinheiro e área adjacente (IEPHA/Setor Pesquisa).

LOTES E CASAS PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS -
 COMO NASCEU O BAIRRO HABITADO PELOS SERVIDORES DO ESTADO

“N

ão sendo de se esperar que as construções particulares tomassem, desde logo, tal incremento que permitisse o aboletamento de todos os funcionários públicos, por ocasião da mudança da capital, e tendo a estes sido concedidos, por lei, lotes de terreno na nova cidade, resolveu o governo a construção de casas para residência dos mesmos, pelo Estado, mas por conta dos empregados, futuros proprietários, de conformidade com os Decretos n. 818 e 849, de 15 de abril e 27 de agosto findos” - informava o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896.²³¹

Anunciado para o dia 30 de julho de 1895 o sorteio de lotes para as construções referidas, no dia 11 a Comissão pediu ao governo a nomeação de 2 empregados públicos que, com a 3a. e a 6a. Divisões, compusessem a comissão de sorteio. E o governo, no dia 25, nomeava os Srs. Josefino Torquato de Magalhães e Castro e Edeltrudo Pires Camargo para fazerem parte daquela comissão, sendo que, no dia imediato, terminava o prazo concedido aos servidores do Estado que tinham direito a lotes na nova capital, para requererem a construção.

A propósito do sorteio, no dia 27, o Dr. Bicalho telegrafava ao Dr. Francisco Sá, secretário da Agricultura: “Rogo dizer com urgência se vêm empregados públicos assistir sorteio lotes dia 30 para mandar trem lastro esperá-los. Convém dizer terão dormir Sabará não havendo cômodos aqui”.

Efetivamente, aqueles funcionários vieram, e o sorteio de 207 lotes, iniciado no dia 30, no Escritório Central da Comissão, terminou no dia 31, no meio da maior animação. Todos esses lotes já estavam locados, bem como 114 destinados aos ex-proprietários de Belo Horizonte, perfazendo todos, com os sorteados para os proprietários em Ouro Preto, um total de 918 lotes.

De conformidade com disposições regulamentares e mediante concorrência pública, a 8 de junho, a Secretaria da Agricultura firmava contrato com os Srs. Manuel Ferreira de Miranda,



Aspecto de um trecho do bairro dos funcionários em 1897.

barão de Miranda, visconde de Carvalhais, Antônio Homem Loureiro Siqueira e Manuel Vicente Ribeiro Júnior, para construção das casas destinadas aos funcionários que teriam de vir de Ouro Preto, ficando a fiscalização das obras a cargo da Comissão Construtora.

Julgando a Comissão inaceitáveis os projetos dos diferentes tipos de casas apresentados pelos mesmos empreiteiros, o engenheiro-chefe mandou organizar outros de acordo com o contrato, os quais, no dia 20 de agosto, eram levados a Ouro Preto pelo engenheiro Dr. Olímpio Carvalho de Assis, a fim de que os funcionários escolhessem os que mais lhes agradassem e fornecessem ao mesmo engenheiro as notas de alterações que desejassem nos seus prédios a serem construídos.

Nesse mesmo dia 20 era publicado o Decreto n. 847, estabelecendo o modo de serem adjudicados àqueles funcionários os lotes contíguos aos que haviam obtido gratuitamente e prorrogava o prazo para apresentação de requerimentos para construções. Esse decreto foi modificado pelos de n. 849, de 27 de agosto de 1895, e 937, de 20 de março de 1896.²³²

A propósito desses lotes contíguos, observava o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896: "Considerando a excelente situação desses terrenos e as condições em que se acham de muito superiores às daqueles que foram vendidos na primeira concorrência pública, propus a V. Ex^a e foi aprovado que, de acordo com o art. 52 do regulamento que acompanhou o Decreto n. 803, de 11 de janeiro, fosse aplicada a média de 700 réis, deduzida das propostas apresentadas naquela primeira concorrência, como preço para a venda aos funcionários dos mencionados lotes contíguos, preço aquele muito vantajoso ao comprador, como o têm confirmado as vendas posteriores de terrenos, feitas mediante concorrência e fora desta."²³³

Competia à 10^a Divisão, que esteve sucessivamente a cargo dos engenheiros J. Carvalho de Almeida e Bernardo de Figueiredo, fiscalização do contrato celebrado pela Secretaria da Agricultura com os referidos empréstimos e constituía este encargo, sem sombra de dúvida, a mais pesada tarefa desta Divisão, como se vai ver, linhas abaixo:

"Tal contrato começou a ser mal cumprido desde o começo" - dizia o engenheiro-chefe no seu relatório da abril de 1896, ao governo - "De fato, tinha sido marcado o preço das casas que o Estado devia contruir para as diferentes categorias de empregados públicos, constituindo-se estes devedores das respectivas importâncias. Em tais preços, devia-se, pois, compreender todas as despesas a fazer, para permitir a habitação desses prédios, atendidas também aquelas a que são obrigados os proprietários na nova cidade, isto é, os lajedos na rua, muros ou gradis nas frentes, instalações para água e esgotos e, pelo menos, uma pequena parte dos muros divisórios das propriedades. Os empreiteiros, porém, em obediência à obrigação que lhes cabia pelo contrato, apresentaram tipos grosseiramente preparados e cujos orçamentos, sem considerar muitas daquelas despesas, já eram excelentes, para alguns, do preço total em que deveriam importar. Por esse motivo não puderam ser aprovados tais projetos e teve a Divisão de organizar novos, acompanhados de diferentes desenhos para as fachadas, ficando, tanto estas como as divisões internas, à escolha dos interessados. Perdeu-se, assim, quase um mês, sendo a 19 de agosto entregues aos empreiteiros todos esses projetos e

desenhos por cópias. Só a 20 e 27 de setembro seguinte, foi possível entregar-lhes as relações das diversas casas a construir, sua posição na cidade de todas as demais informações precisas para o desempenho de sua missão, sendo-lhes recomendado, a 9 de outubro, o que aliás não deveria ser preciso, que tomassem todas as providências para o início das obras, de conformidade com as relações e desenhos já entregues. Depois de examinados os tipos pelos interessados, na Secretaria, em Ouro Preto, e ali tomadas notas de todas as alterações ou recomendações de cada um, foi afinal, a 4 de novembro, ordenado aos empreiteiros que dessem imediato começo aos trabalhos. De há muito, porém, podia-se suspeitar que semelhante contrato fora assinado pelos empreiteiros com qualquer outro intuito, que não a execução das obras. Com efeito, demandavam estas enormes quantidades de materiais de toda sorte, alguns dos quais deveriam mesmo ser importados do estrangeiro e outros, mesmo do País, careciam ser encomendados desde logo, por não se poder encontrá-los prontos na quantidade precisa. Entretanto, os empreiteiros conservaram-se em completa inatividade e indiferença, deixando correr inutilmente em tempo precioso, sem sequer tratarem do estabelecimento dos indispensáveis caminhos de serviço e meios de transportes, de cuja falta tanto se ressentia aqui. Assim, quatro longos meses, depois de assinado aquele contrato, não tinham eles dado passo algum para a sua realização com a precisa seriedade, nem se achavam preparados com a mais ligeira e rudimentar instalação para tão grande tarefa qual a de edificar 205 prédios no prazo de 22 meses e em localidade balda de recursos próprios. A falta de confiança em tais executores se tornava tanto mais funda, quanto já eram eles aqui conhecidos como empreiteiros das obras do abastecimento, que eram arrastadas com intolerável lentidão, achando-se este último contrato sob a iminência de rescisão”.²³⁴

Já impaciente ante a desídia ou má-fé dos empreiteiros, a 31 de dezembro de 1895, em Ofício n. 216, o engenheiro-chefe expunha com franqueza ao secretário da Agricultura o que era patente:

“... ou são eles incapazes, por não compreenderem, sequer, a importância da tarefa de que se encarregaram, ou procedem de má-fé, especulando com a urgência de tais construções, para forçar uma rescisão, com que possam lucrar. Cumprindo-lhes construir 205 casas, que devem importar em mais de dois mil contos e tendo tão grande trabalho apenas 20 meses de prazo, sou levado a crer que de fato não querem eles empenhar quantias importantes, que lhes seja difícil ou trabalhoso reaver, no caso de rescisão do contrato, a que será forçado o governo. Em face da curteza do prazo, torna-se indispensável o emprego de medidas imediatas e enérgicas e, por isso, proponho a V. Ex^a, nos termos da cláusula 23, a imposição da multa de cinco contos de réis pela repetida infração do disposto na cláusula 18 do contrato, que determina o andamento preciso dos trabalhos inquestionavelmente muito superiores ao que tem sido dado e, bem assim, que, sob pena de rescisão do contrato, de conformidade com a cláusula 27, e, dentro do prazo de dez dias, dêem os empreiteiros andamento à construção de 50 casas, pelo menos, de sorte que o valor das obras feitas, por sua medição e preços da tabela, não seja inferior a cem contos de réis mensais, pois só assim

poderão elas achar-se prontas no prazo marcado.”²³⁵

Tais providências foram tomadas, mas não deram resultado e, apesar das chuvas torrenciais que perturbavam o andamento dos trabalhos de Belo Horizonte, eles avançavam ao iniciar-se o ano de 1896, exceção feita das construções de casas para funcionários, que estavam quase inteiramente paradas, propositadamente, pelos empreiteiros, motivo pelo qual o Dr. Bicalho, no dia 4 de janeiro, telegrafava ao secretário da Agricultura:

“Dr. Francisco Sá - Ouro Preto - Empreiteiros casas ausentaram-se sem deixar representante algum. Obras sem areia, faltando quem receba ordens de serviço. Peço providências urgentes.”

A 10, continuando o mesmo estado de coisas, o chefe fazia seguir este outro despacho telegráfico:

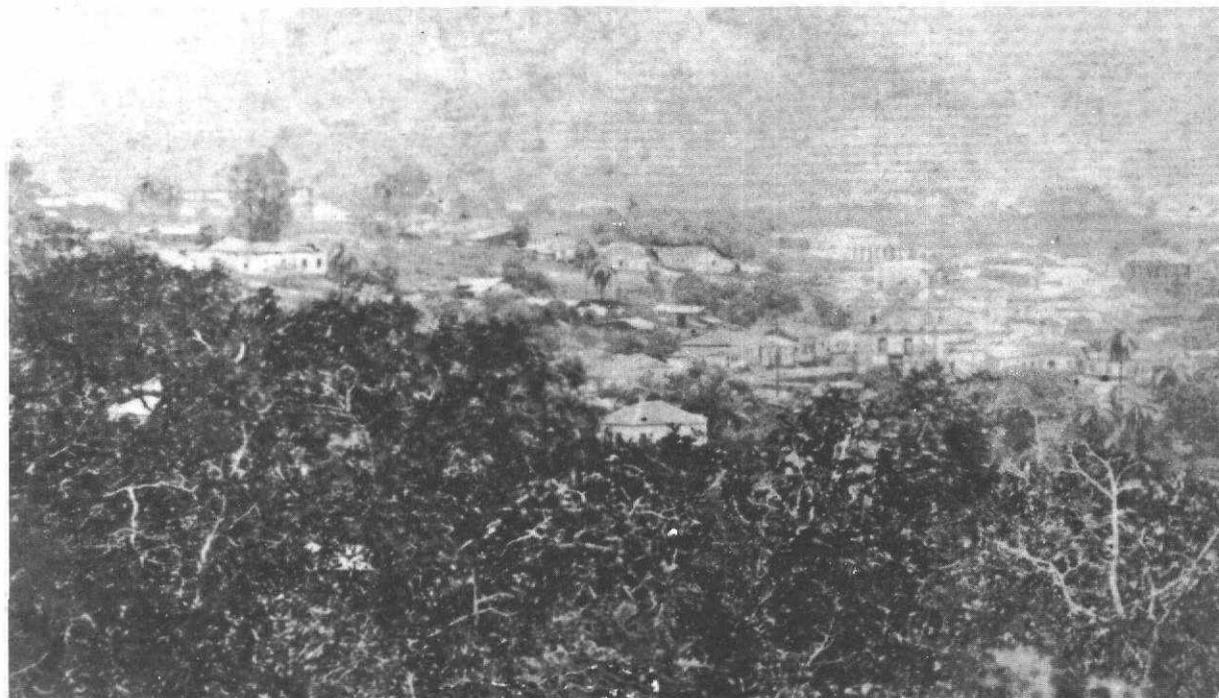
“Dr. Francisco Sá - Ouro Preto - Empreiteiros casas continuam sem representante aqui. Intimei administrador obras começo 50 casas dentro prazo dez dias, sob pena rescisão. Mesmo que não chovesse obras estariam paradas falta areia e insignificante depósito tijolos. Desde 4 novembro até hoje tudo que está feito não chega 2 contos.”

Confirmando esses telegramas, eis o que nos conta a respeito o relatório do engenheiro-chefe:

“Malgrado os avisos anteriores da Comissão, as casas foram começadas com cerca de 10 operários, sem material e sem qualquer meio de ação, parando diversas vezes por motivos diversos e não atendendo os empreiteiros às instantes e repetidas ordens de serviço para o desenvolvimento dos trabalhos. Em dois meses de trabalho, até 31 de dezembro, abriram as cavas para as insignificantes fundações de algumas pequenas casas e executaram pequena parte destas, com obra malfeita e abuso na composição da argamassa, sendo todo esse trabalho avaliado em 1:800\$000, não havendo no local pedra e tijolos que bastassem para a edificação de uma só casa das do último tipo ! Se lembrarmos aqui que o valor total desse contrato deve exceder de dois mil contos que teriam de ser empregados no prazo de 22 meses, torna-se patente a incapacidade de executores que consomem dois longos meses para efetuar obras no valor de 1:800\$000 apenas.”²³⁶

Esgotado aquele prazo sem que os empreiteiros modificassem o seu desidioso proceder, o chefe da Comissão, em Ofício n. 10, do dia 20 de janeiro de 1896, comunicou novamente à Secretaria da Agricultura:

“Participo a V. Ex^a que findou ontem o prazo que marquei aos empreiteiros das construções de casas para funcionários, para darem começo a 50, pelo menos, o que eles não cumpriram, pois estão iniciadas 13 casas apenas, com andamento irrisório. Penso, entretanto, que convém esperar para declarar-se a rescisão do contrato, a terminação do prazo de 30 dias, a findar no dia 10 do mês próximo, no qual deverão os empreiteiros executar obras no valor de cem contos de réis. Esta espera não trará inconvenientes, pois, durante ela, tomarei as providências para dar aos trabalhos o andamento necessário e tem a vantagem de impedir que os empreiteiros possam alegar aqodamento na aplicação da rescisão, aliás, inteiramente justificada.”



Outro aspecto do bairro dos Funcionários em 1897.

Em seu relatório citado, o engenheiro-chefe confirmava nestes termos o ofício acima:

“Não se devendo, antes da rescisão deste contrato a que evidentemente queriam os empreiteiros compelir o governo, tomar providência mais direta no sentido de serem os trabalhos executados por outro meio, mandei estudar a abertura dos caminhos para assentamento de linhas Decauville destinadas ao serviço destas obras, preparar as tabelas de preços para mão-de-obra, especificações e outros elementos para ajuste de tarefas, tratando ao mesmo tempo de providenciar sobre os fornecimentos dos diversos materiais, sem externar os motivos que determinaram tais medidas ou o destino que deviam ter os mesmos materiais.”²³⁷

Afinal, esgotado o segundo prazo sem melhores resultados, o governo, de acordo com a Comissão, a 23 de março de 1896 rescindiu o contrato. Os empreiteiros apelaram para os tribunais, movendo uma ação contra o Estado, mas terminaram perdendo a causa, como se poderá ver na *Revista Forense*. E as casas destinadas aos funcionários passaram a ser construídas pelo processo de tarefas de mão-de-obra, tendo, desde logo, prodigioso andamento conforme nos informa o seguinte tópico do relatório citado, de abril daquele ano:

“Com efeito, aquele contrato foi rescindido, por ato do governo, com abundância de fundamentos, e graças à inteligente direção imprimida a este serviço pelo ativo chefe da Divisão, estamos hoje recuperando o tempo perdido e, por meio de tarefas de mão-de-obra, os trabalhos se desenvolvem com impulso tal que, realmente, se tornam dignos de todo aplauso”.*

* Pedimos vênias à Ex^{ma} Sra. D. Carolina de Figueiredo para transcrevermos aqui a carta que o Dr. Antônio do Prado Lopes, colega de seu ilustre e extinto esposo, Dr. Bernardo de Figueiredo, na Comissão Construtora da Nova Capital, lhe escreveu a 8 de outubro de 1927, por se tratar de um documento de alto valor para a história de Belo Horizonte. Ei-la:

Rio, 8/10/1927. Cara e boa amiga D. Carolina - Estranho lhe deve ter parecido que tendo tão bondosamente me escrito sobre assunto que me toca tanto o coração lhe não tenha eu dado resposta. Alguma coisa singular devia ter ocorrido. Foi o que se deu. Sua carta me chegou já eu doente. A moléstia foi se agravando de modo que lhe não pude mais escrever. Agora que melhoro, o faço, pedindo-lhe mil desculpas. Como isto me contrariou!

Pede-me que lhe diga o que sei do importante papel que, como técnico, desempenhou na construção de Belo Horizonte o meu querido e inolvidável amigo, o seu saudoso “Tinho”. Como se trata de acontecimento sobre o qual já decorreram cerca de 30 anos, necessário é que expendam algumas considerações gerais, antes de falar de Figueiredo, do desempenho que com brilho e competência técnica-profissional deu aquele competente profissional ao lado do qual me desvanço e orgulho de ter trabalhado.

Duas foram as fases daquela grande obra que hoje faz o orgulho dos mineiros ou antes do Brasil, a construção da bela cidade moderna que é a capital do grande Estado Central. A primeira, a dos estudos e projetos do seu traçado, que chamarei fase Aarão Reis e Hermilo Alves; a 2ª., sua construção, que chamarei Francisco Bicalho. A fase Aarão Reis tinha a seguinte organização: diretor, Aarão Reis; 1º engenheiro, Dr. Hermilo Alves, que era o chefe do Escritório Técnico. Várias divisões de serviços, cada uma com os seus respectivos chefes e estas, por sua vez, divididas em seções com seus respectivos chefes de seções no serviço de campo. A estes incumbia tomar no campo os dados necessários para enviá-los aos escritórios das divisões para dali serem remetidos ao Escritório Central, onde se preparavam as plantas sobre as quais se iria criar o projeto da nova cidade.

Três eram ali as seções técnicas, a de projetos, a de contabilidade, que estudava e reduzia os cálculos geodésicos e preparava os dados necessários e precisos para boa organização da planta, que se achava a cargo dos engenheiros Manuel Couto, chefe de Divisão, e o saudoso profissional Adolfo Pereira, tão cedo também roubado à família e à Pátria, engenheiro de alto valor profissional; a terceira arquitetura a cargo do notável artista e profissional brasileiro José de Magalhães, assassinado miseravelmente.

Terminados os estudos vem a fase da construção com o Dr. Francisco Bicalho, que modifica a organização Aarão Reis, criando sob suas ordens imediatas de diretor e engenheiro-chefe 10 Divisões de serviços, cada uma com organização própria, poder-se-ia dizer uma federação de trabalhos presos somente à direção central.

Na 1ª fase Aarão Reis, Bernardo de Figueiredo era chefe de seção de projetos, ao lado de Hermilo Alves. A sua alta competência

Efetivamente, o que a 10a. Divisão dirigida pelo Dr. Bernardo Figueiredo fazia no Bairro dos Funcionários era admirável! Centenas de casas de tipos e tamanhos diversos brotavam do solo como por encanto, e em toda a vasta faixa de terra que vai do Palácio ao Quartel havia uma movimentação de trabalho vertiginosa. Milhares de operários, escavando o solo ou trepados nos andaimes, cantarolando alegremente, preparavam cavas, construíam alicerces, erguiam paredes, assentavam cumeeiras e telhados, colocavam portas, janelas e forros, rebocavam, pintavam, ao passo que os comboios do ramal férreo urbano iam depositando os materiais nos lugares mais próximos às construções.

Para a compra de ferragens destinadas àquelas casas, no dia 2 de março de 1896, ia ao Rio de Janeiro o Dr. Olímpio de Assis, levando esta carta do secretário da Comissão ao Agente Comercial:

profissional, e sua bela capacidade de trabalho deve Minas aquela organização dos trabalhos técnicos do escritório central, que todos nós aplaudimos e que lhe criou o alto respeito de seus chefes, Hermilo Alves e Aarão Reis e estima de seus colegas companheiros de trabalho. Bernardo era um esforçado e um dedicado. A organização das plantas presidiu-a com rara competência. Acompanhou o traçado da capital desde o seu início. Ajudou o belo traçado das ruas e avenidas. Acompanhou as diversas fases desse traçado. Quantas vezes, anotados, não devolvia ao campo para serem revisados dados que necessário era corrigir, isto com esmerada delicadeza, sem despertar irritação nos colegas.

Bernardo de Figueiredo aliava as suas qualidades de competência profissional a um temperamento de delicadeza. Mandava, pedindo.

Terminada a fase dos estudos e projetos veio a fase de execução. Aarão Reis se retirara e Francisco Bicalho assumiu a direção dos trabalhos. Nova fase, nova organização. A Bernardo Figueiredo coube a 1a. Divisão dos trabalhos - construção das casas necessárias ao alojamento do pessoal que de Ouro Preto viria para a nova capital.

Era essa uma das mais trabalhosas das seções de serviço. Bernardo de Figueiredo dedicou-se, como sempre o fez, com decidido afincio, à sua nova obrigação. Fê-lo com amor e dedicação tais que, esgotado, com a sua saúde abalada, deu, no prazo, termo àquela espinhosa missão, mas ao terminar percebeu que sua vida minada, sua saúde comprometida.

Minas não o deixou, ficando como chefe de serviço na Secretaria da Agricultura donde a morte o arrebatou ao carinho desvelado da sua esposa e dos filhos e dos bons amigos, que ainda o choram. Morreu moço; grande vítima do dever!*

Eu que o admirei, recordo-me, com extrema saudade, daquela débil organização física, mas alma forte quando o chamava o cumprimento de um dever; poucos se poderão orgulhar de tanto valor moral.

Um pequeno episódio dentre muitos revelador de sua modéstia e do seu valor como profissional: Dr. Bicalho, alta competência, conhecedor admirável do serviço, examinava os traçados das ruas a cargo de Figueiredo. Ficara impressionado com o movimento de terra que em alguns pontos ou trechos apresentaram os perfis e pediu a Figueiredo que os levasse à sua casa; queria estudá-los e examiná-los. Figueiredo alarmou-se naquela modéstia, tão dos competentes e quis ouvir-me a mim que fora seu companheiro naquele árduo trabalho, verdadeiro labirinto. Vi o meu companheiro aflito, temendo que houvesse incorrido em erro. Chamei-o, fazendo-lhe ver que era tal a rede de complicações e tais tinham sido os cuidados dele ou nossos, que difícil seria, apesar de grande mestre, modificar qualquer coisa no trabalho feito. Veria que o Dr. Bicalho acabaria por devolvê-los sem correção e louvando-o pelo beneditino trabalho feito pelo escritório sob sua competente direção.

Dr. Bicalho, depois de largas tentativas, depois de muito estudo de meditado exame, chamou-se à sua casa, no Parque, onde residia, e aí nos entregou os rolos de perfis, dizendo-nos: fiz todas as tentativas para reduzir o trabalho de terrapiagem, mas é impossível alcançar melhor resultado do que o já obtido; o trabalho está feito com critério e estudo, pelo que os felicito. Saímos dali. Figueiredo, que ali entrara pálido, ia radiante. Era a justa recompensa dos seus grandes esforços no cumprimento do seu dever. É um pequeno atestado do seu grande mérito. Aarão, Bicalho, Adalberto Ferraz o tinham em alta consideração. Todos os colegas prezavam o meu bom amigo, modesto, simples, honesto, digno, a quem a nossa profissão deveu atestados eloqüentes do seu valor como técnico e como administrador público. Cumpro assim este dever para com a memória do meu bom amigo.

D. Carolina, perdoe-me a demora involuntária. Creia na leal amizade de quem se honra com a que a senhora nos dedica e lhe rogo dispor sempre dos poucos préstimos do velho amigo certo e sincero. Prado Lopes.

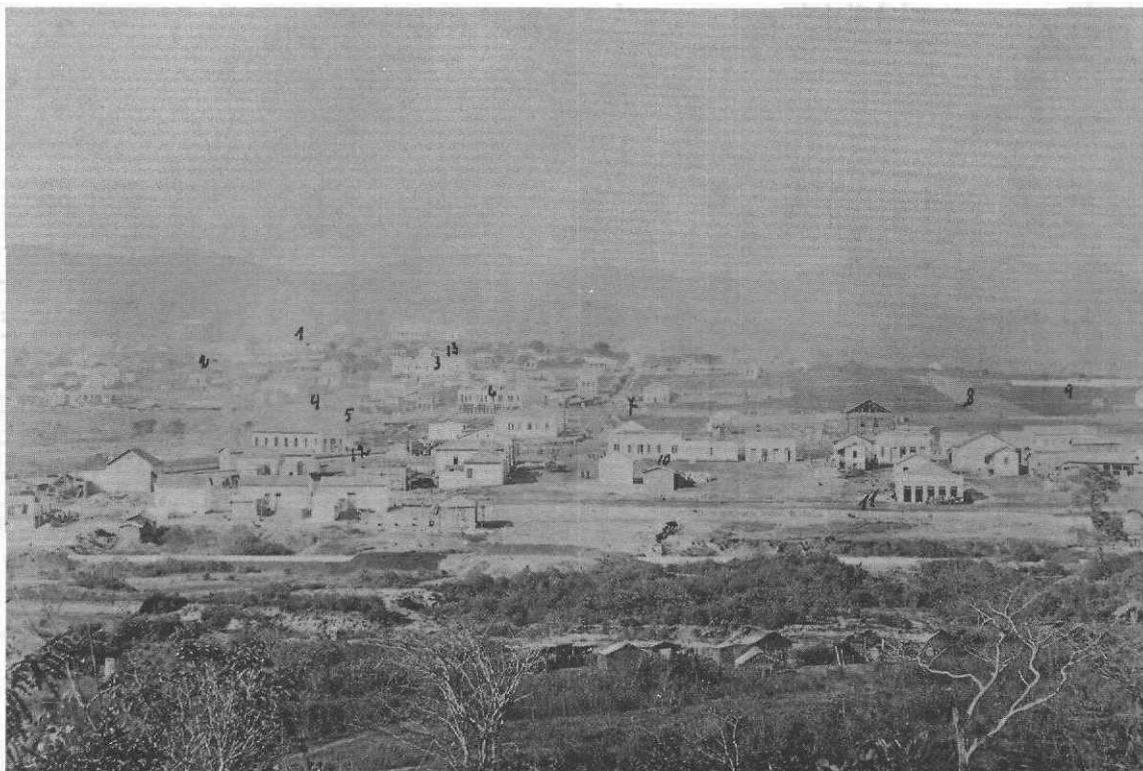
N.B. Fiz o que me foi possível, pois é difícil falar sobre a memória de um amigo sem que a alma sangre no amargor de imensa saudade que as recordações nos despertam. Procurei ser justo antes mesmo de ser amigo. Julguei e não favoreci. Terei satisfeito o que a minha boa amiga desejava?

Esta foi a minha intenção e o meu desejo. Prado Lopes.

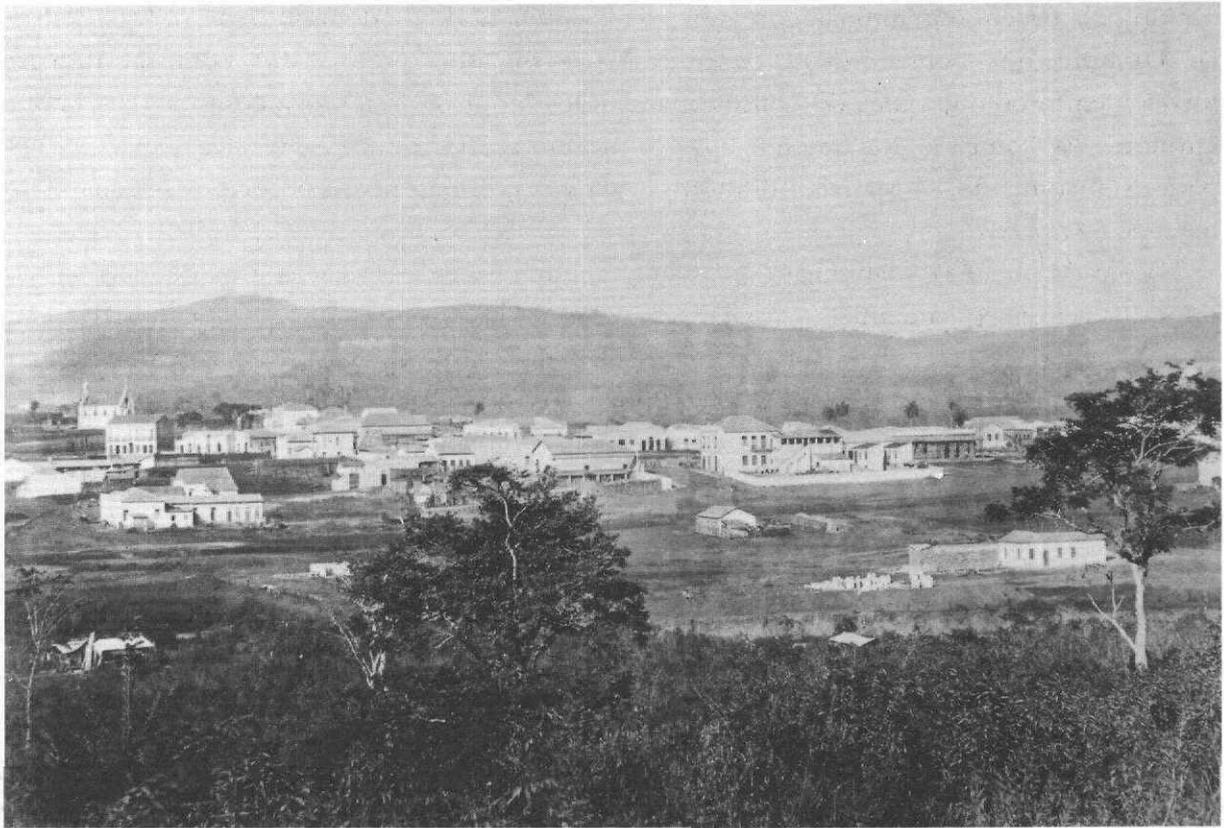
* Há engano do Dr. Prado Lopes. O Dr. Bernardo de Figueiredo foi chamado para a Prefeitura e não para a Secretaria da Agricultura.



1. Panorama da Praça da Estação (hoje Rui Barbosa) nos primeiros dias da capital; 2. ainda no 1º plano, entre carros do ramal férreo, a estação provisória e a nova em construção; 3. no 2º plano vê-se a favela ou Alto da Estação, bairro de cafuas e barracões provisórios; 4. à direita avista-se o Parque ainda inculto; 5. além do qual se vêem muitas casas do antigo arraial, inclusive a velha Matriz da Boa Viagem; 6 e 7. no 3º plano está o casario novo do bairro dos Funcionários até as proximidades do palácio; 8. no alto, ao fundo, o morro do Cruzeiro e caixa d'água.



Em prosseguimento do mesmo panorama temos: 1. a Praça da Liberdade, vendo-se as secretarias e o palácio; 2. Avenida da Liberdade; 3. o Grande Hotel; 4. o barracão da Rua da Babia, que mais tarde foi adaptado para o Teatro Soucasaux; 5. o sobrado (em construção) dos Srs. Abel Pereira dos Santos e Cia, depois desabado e reconstruído para o funcionamento do Congresso e onde estão hoje o Palácio Hotel e o Bar do Ponto; 6. o Sobrado dos Srs. Romano Fonseca e Viana, depois Delegacia Fiscal, Telégrafo Nacional e hoje adquirido e reconstruído pelo Sr. Dr. Antônio Mourão Guimarães, na Avenida Afonso Pena; 7. a Rua Espírito Santo, vendo-se o Almoarifado da Comissão Construtora no local em que se acha hoje a Matriz de São José; entre esses dois locais, vê-se, na rua, uma composição do ramal férreo urbano, descendo; pouco além a Rua Rio de Janeiro; 9. ao lado desta, o cemitério provisório; 10. na Rua dos Caetés, o Hotel Belém, hoje demolido para se construir um arranba-céu; 11. na Avenida do Comércio (hoje Santos Dumont), uma casa comercial; 12. na Avenida Amazonas, a Serraria e Carpintaria Trejelas; 13. atrás do Grande Hotel, a antiga Capela do Rosário, logo depois demolida.



Em continuação ao panorama do bairro comercial temos: 1. a Capela do Rosário; 2. o sobrado da Farmácia Seabra; 3. a casa do Dr. Cipriano de Carvalho; 4. o sobrado dos Srs. Figueiredo Neves e Cia; 5. os alicerces do prédio em que mais tarde funcionou o Cinema Comércio, ultimamente demolido para em seu lugar se construir o edifício do Banco Comércio e Indústria, todos na Rua São Paulo; 6. na Avenida Afonso Pena, dentre outras casas, vê-se a em que funcionou até há pouco a casa Bristol; 7. a Avenida do Comércio - boje Santos Dumont. (Foto João de Sales.)

"O Sr. engenheiro-chefe manda-me que escreva a V.Sa. apresentando o Sr. Dr. Olímpio de Assis, engenheiro nesta Comissão, que vai a essa capital, para, de acordo com V.Sa., fazer compra das ferragens necessárias para as casas dos funcionários públicos.

Os preços fornecidos por V.Sa. são iguais aos do retalho nesta localidade, tornando-se muito maiores juntando-se-lhes os fretes e encaixotamento. Crê o Sr. engenheiro-chefe ser, talvez, isso devido a não serem as compras feitas a dinheiro, o que pode entretanto, ser obtido pela ordem que ultimamente deu a V.Sa., em carta de 17 de junho, sob n. 116. Com o Dr. Olímpio, que bem conhece do que se precisa aqui, poderá V.Sa. comprar todo o fornecimento com grandes descontos, mandando, depois de realizar a compra, tirar conta em nome da Comissão. Recomenda ainda o mesmo senhor que sempre que fizer compras para esta Comissão, as realize a dinheiro, toda vez que não possa obter por preços mais baratos. *Fábio Leal.*"

Com tal presteza, segurança e boa vontade eram tomadas todas as providências para a intensificação máxima daqueles serviços que, a 30 de julho de 1897, já se sabia que das 130 casas iniciadas, 15 estavam quase concluídas, 60 achavam-se cobertas, 15 recebiam telhas, 20 estavam em condições de cobertura, 11 tinham prontas as fundações e 9 estavam com as fundações em início. Em agosto mais 10 casas haviam sido iniciadas, elevando-se a 140 o número das que estavam em construção, e no dia 8 de setembro, já cuidando de detalhes e acessórios para as referidas casas, o Dr. Francisco Bicalho escrevia aos Srs. Hime & Comp. e a outras casas do Rio de Janeiro, nestes termos:

"Carecendo esta Comissão de 107 fogões econômicos para as casas dos funcionários na nova capital de Minas, do valor aproximado de 100\$000, assim o comunico a V.Sa. para que se sirvam remeter-me suas propostas, com os desenhos, tipos e preços, até o dia 31 do corrente, caso lhes convenha o fornecimento".

Concomitantemente, atacava com o máximo vigor a construção das casas restantes, que perfaziam o número de 200 e o Bairro dos Funcionários converteu-se logo em uma cidadezinha risonha, no meio de uma movimentação verdadeiramente ciclópica.

Pelo quadro que se segue, organizado de acordo com as notas colhidas na *Capital*, poder-se-á ver o estado de adiantamento ou a data da conclusão daquelas casas, tendo-se em vista que o início das primeiras foi a 23 de março de 1896:

	NOMES DOS FUNCIONÁRIOS PARA OS QUAIS ERAM CONSTRUÍDAS AS CASAS	SEÇÕES	QUAR- TEIRÕES	LOTES GRATUITOS E CONTÍGUOS	ESTADO DAS CONSTRUÇÕES
1	Florentino Duarte dos Santos	5	8	12	Concluída a 16 de novembro
2	Emílio Mineiro	5	15	16	Concluída a 10 de junho
3	Antônio Carlos Felicíssimo	5	23	9 e 11	Concluída a 21 de setembro
4	José Coutinho	5	9	18	Concluída a 16 de setembro
5	Dr. Clorindo Burnier P. de Melo	5	9	21 e 22	Concluída a 10 de junho
6	José Rodrigues Pombo	5	8	16 e 18	Concluída a 16 de novembro
7	Antônio Pereira Soares	5	23	13 e 15	Concluída a 28 de dezembro
8	Francisco Soares Moreira	5	9	23 e 24	Concluída a 9 de setembro
9	Carlos A. R. Campos	5	9	13	Concluída a 16 de setembro
10	Vigilato Coelho Neto	7	10	16	Concluída a 10 de junho
11	João Batista de Freitas	5	8	8 e 10	Concluída a 28 de dezembro
12	Afonso Alves Branco	6	31	12 e 14	Concluída a 28 de dezembro
13	Antônio Augusto da Silva	6	24	23	Concluída a 28 de dezembro
14	Henrique E. Renault	5	27	7 e 8	Concluída em dezembro
15	Alfredo Lobo	6	8	14 e 16	Concluída em dezembro
16	Oscar da Silva Bessa	7	10	10 e 12	Concluída a 9 de setembro
17	Desembargador Cactano da G. Cerqueira	5	9	3 e 4	Concluída a 9 de setembro
18	Capitão Antônio Lopes de Oliveira	7	3	9 e 11	Concluída a 9 de setembro
19	Martinho A. de Macedo	5	9	1 e 2	Concluída a 9 de setembro
20	Francisco Lopes Martins Júnior	7	3	13 e 15	Concluída a 1 de outubro
21	José Pedro Barreto	6	9	13 e 15	Concluída em novembro
22	Francisco H. Malard	5	28	17	Concluída a 10 de junho
23	Francisco P. Brandão	5	15	16	Concluída a 9 de setembro
24	Antônio Duarte	5	9	16	Concluída a 9 de setembro
25	Joaquim I. Pinto Coelho	5	23	20	Concluída em dezembro
26	Anacleto Queiroga M. Pereira	7	10	6 e 8	Concluída a 28 de dezembro
27	Francisco de Paula Barcelos	7	9	19	Concluída a 9 de setembro
28	Cornélio Rosemburg	6	24	10 e 18	Concluída a 1 de outubro
29	Antônio Cesário de Lima	7	10	19 e 20	Concluída em novembro
30	Josefino Torquato de M. e Castro	6	9	10 e 12	Concluída a 28 de dezembro
31	Américo A. Leonídio Pinto	6	8	10 e 12	Concluída a 9 de setembro
32	Horácio Bueno	7	10	4 e 5	Concluída em dezembro
33	Vicente F. Dias Coelho	7	10	2	Concluída a 21 de julho
34	Rodolfo A. Gonzaga	6	31	5 e 6	Concluída a 9 de setembro
35	Teófilo N. C. Resende	7	9	21	Concluída a 16 de novembro
36	Júlio Rodrigues César	5	27	14	Concluída a 21 de setembro
37	João B. de Medeiros	5	14	18	Concluída a 9 de setembro
38	Dr. Rodolfo Jacó	5	28	1 e 7	Concluindo-se a 21 de setembro
39	Vicente do Espírito Santo	5	8	5 e 6	Concluída a 16 de novembro

	NOMES DOS FUNCIONÁRIOS PARA OS QUAIS ERAM CONSTRUÍDAS AS CASAS	SEÇÕES	QUAR- TEIRÕES	LOTES GRATUITOS E CONTÍGUOS	ESTADO DAS CONSTRUÇÕES
40	F. Pinto da Silva Carvalho	7	3	18	Concluída a 16 de novembro
41	José Nicodemos da Silva	5	23	3 e 4	Concluída a 9 de setembro
42	Francisco de Assis Martins	6	4	8	Concluída em dezembro
43	Avelino F. M. de Jesus	7	3	4 e 5	Concluída a 21 de setembro
44	Desembargador João E. de R. Costa	5	10	13	Concluída a 9 de setembro
45	Elói Prado	9	35	5	Concluída a 14 de setembro
46	José da Silva Carmo	5	9	6	Concluída em novembro
47	Dr. Alfredo Pinto V. de Melo	5	9	10 e 12	Concluída em outubro
48	José Teobaldo Mitraud	5	9	7 e 8	Concluída em outubro
49	Júlio César de Sales	5	28	2 e 3	Concluída a 28 de dezembro
50	Desembargador F. Prestes Pimentel	5	9	9 e 10	Concluída a 9 de setembro
51	Aureliano Pedro Ferreira	6	28	2	Concluída a 28 de dezembro
52	Manuel Apolo	5	28	4 e 5	Concluída a 28 de dezembro
53	Custódio Vieira de Brito	7	9	23	Concluída a 16 de dezembro
54	Afonso A. Rodrigues César	6	4	10 e 12	Concluída em dezembro
55	Francisco S. de Paula	5	16	15	Concluída em dezembro
56	Jucundino Júlio Santiago	7	3	21 e 22	Concluída a 4 de novembro
57	Herculano M. da Rocha	5	28	9 e 11	Concluída a 4 de novembro
58	Afonso Moreira da Silva	6	11	13	Concluída a 4 de novembro
59	Claudionor Lopes de Oliveira	6	8	18	Concluída a 28 de dezembro
60	José dos Passos Moreira	5	17	9	Concluída a 28 de dezembro
61	Olímpio Moreira Coelho	5	14	12 e 14	Concluída a 28 de dezembro
62	Cel. Jacinto Freire de Andrade	5	16	11 e 13	Concluída a 9 de setembro
63	Cel. João Inácio da Costa Santos	5	16	2	Concluída em dezembro
64	Augusto Pantaleão	7	9	16	Concluída em dezembro
65	Dr. Francisco de A. Gomes	5	28	6 e 8	Concluída a 9 de setembro
66	Dr. Raimundo Correia (o poeta)	5	28	10 e 12	Concluída a 9 de setembro
67	Lauro P. de Ulhoa Cintra	5	16	7 e 9	Concluída a 9 de outubro
68	Antônio Augusto Pereira da Costa	6	16	3 e 4	Concluída em novembro
69	Artur Ferreira da Cunha	5	16	12 e 14	Concluída em dezembro
70	Daniel B. de Noronha e Almeida	5	16	9 e 20	Concluída em dezembro
71	Desembargador João B.M. de Vilhena	5	16	16 e 18	Concluída a 9 de setembro
72	Antônio de Carvalho Brandão	5	8	23	Concluída a 21 de setembro
73	Curiácio Bueno da Silva	6	24	12	Concluída em dezembro
74	Carlos Joaquim da Silva	6	9	14 e 16	Concluída a 21 de setembro
75	Dr. Carlos Leopoldo Prates	7	10	22 e 23	Concluída a 9 de setembro
76	Dr. Teófilo Ribeiro	7	10	19	Concluída em dezembro
77	João Carlos de M. Prado	5	23	7	Concluída a 9 de setembro
78	Orozímbo A. F. Bretas	5	8	2	Concluída a 10 de junho
79	Roberto F. Constantino	5	10	17	Concluída a 10 de junho

	NOMES DOS FUNCIONÁRIOS PARA OS QUAIS ERAM CONSTRUÍDAS AS CASAS	SEÇÕES	QUAR- TEIRÕES	LOTES GRATUITOS E CONTÍGUOS	ESTADO DAS CONSTRUÇÕES
80	Antônio R. Barcelos	7	9	10 e 12	Concluída a 21 de setembro
81	Antônio Felipe Dias Ribeiro	5	14	23	Concluída a 9 de setembro
82	J. Felicíssimo de P. Xavier	7	10	7	Concluída a 16 de novembro
83	Amanrich E. F. de Brito	5	14	22	Concluída a 28 de dezembro
84	Dr. Virgílio de Melo Franco, dr. Afonso Arinos e Armínio de Melo Franco	6	28	6 e 8	Concluída em dezembro
85	Dr. Francisco F. Veloso	5	4	15 e 17	Concluída a 25 de outubro
86	Francisco de Paula Marinho	5	4	11 e 13	Concluída a 17 de outubro
87	Desembargador Adolfo Olinto	5	24	1 e 7	Concluída a 9 de setembro
88	Aurélio Pires	5	17	23 e 24	Concluída em dezembro
89	Boaventura R. da Costa	5	10	7 e 9	Concluída em dezembro
90	Desembargador A. L. Ferreira Tinoco	6	4	14 e 16	Concluída a 9 de setembro
91	Augusto Coutinho	5	14	10	Concluída a 9 de setembro
92	Cornélio Augusto Gama	5	23	24	Concluída a 28 de dezembro
93	Artur Longobardo de Sales	5	6	21 e 22	Concluída a 28 de dezembro
94	Galdino L. de Oliveira	5	4	21 e 22	Concluída a 28 de dezembro
95	Florêncio Jorge do Carmo	5	4	20	Concluída a 28 de dezembro
96	Manuel de Paula Ferreira	5	4	3	Concluída a 16 de novembro
97	Francisco de P. L. Oliveira	5	4	2	Concluída a 28 de dezembro
98	Nicolau José Ferreira	5	28	22 e 23	Concluída a 25 de outubro
99	Berardo N. da R. Nunan	5	28	20	Concluída a 17 de outubro
100	Tomás Correia Maia	5	28	16	Concluída a 28 de dezembro
101	Manuel J. Cabral Filho	5	41	15 e 17	Concluída a 21 de setembro
102	José B. de Paula Arocira	5	14	19 e 20	Concluída a 21 de setembro
103	Francisco de P. Nunan Mota	6	11	9	Concluída a 28 de dezembro
104	Joaquim E. da R. Couto	6	11	23	Concluída a 4 de novembro
105	José Pedro de Oliveira	6	31	19 e 20	Concluindo-se a 4 de novembro
106	Luis A. S. de Magalhães	6	24	8 e 10	Concluída a 28 de dezembro
107	Mariano R. Neves da Silva	6	35	6	Concluída a 28 de dezembro
108	João de Sousa Leal	7	9	7	Concluída a 16 de novembro
109	Manuel C. Guimarães	7	9	9	Concluída a 7 de julho
110	Francisco do C. G.	6	10	12	Concluída a 9 de setembro
111	João Damasceno Pinto	6	10	10	Concluída a 9 de setembro
112	Gabriel A. da Costa	5	16	8 e 10	Concluída a 21 de setembro
113	Desembargador Theófilo P. da Silva	5	17	17	Concluída a 9 de setembro
114	Florêncio dos Santos Coutinho	5	8	22	Concluída a 4 de novembro
115	Aureliano A. de Sousa	5	24	17 e 19	Concluída a 9 de setembro
116	Joaquim Pereira da Silva	5	9	2	Concluída a 9 de setembro
117	Francisco Guimarães Júnior	6	31	3 e 4	Concluída a 17 de outubro

	NOMES DOS FUNCIONÁRIOS PARA OS QUAIS ERAM CONSTRUÍDAS AS CASAS	SEÇÕES	QUAR- TEIRÕES	LOTES GRATUITOS E CONTÍGUOS	ESTADO DAS CONSTRUÇÕES
118	Dr. Estêvão Lobo Leite Pereira	5	14	11 e 13	Concluída a 28 de dezembro
119	Altivo José da Cunha	6	11	21 e 22	Concluída a 28 de dezembro
120	Francisco Amedée Peret	5	24	13 e 15	Concluída a 28 de dezembro
121	Pedro Muzzi de Abreu	7	10	20	Concluindo-se a 28 de dezembro
122	Dr. José Coelho de M. Gomes	6	11	19	Concluída a 9 de setembro
123	José Francisco Pascoal	6	10	16 e 18	Concluída a 9 de setembro
124	Francisco A. Pires	7	9	9	Concluída em dezembro
125	Manuel J. Cardoso	7	9	5 e 6	Concluída em dezembro
126	Luís José de Oliveira	6	28	4 e 5	Concluída em dezembro
127	Descembargador Fernandes Torres	5	4	16 e 18	Concluída em 9 de setembro
128	Dr. Recenvindo Rodrigues Pereira	5	4	16 e 18	Concluída em dezembro
129	Afonso José de Oliveira	7	17	6 e 8	Concluída em dezembro
130	Alberto Dias dos Santos	5	19	23	Concluída em dezembro
131	José Neves	5	24	21	Concluída em dezembro
132	Francisco Maldonado	7	17	10 e 12	Em pintura a 28 de dezembro
133	Luís Cirino Rodrigues	5	14	3	Concluída a 9 de setembro
134	Dr. João Pandiá Calógeras	6	24	11 e 13	Concluindo-se a 28 de dezembro
135	Tenente Diogo Pinto Homem	5	17	20 e 21	Concluída em dezembro
136	Adolfo Júlio Timburibá	6	11	7 e 8	Erguiam-se paredes em dezembro
137	José Ponciano Gomes	6	10	20	Concluída em dezembro
138	Américo B. Pinto Coelho	6	10	21	Concluída em dezembro
139	Dr. Edmundo da Veiga	5	4	1 e 7	Concluída em dezembro
140	Augusto Pereira Serpa	6	35	suburb.7	Concluída em dezembro
141	Dr. Francisco de Paula Barbosa	6	38	4	Concluída a 28 de dezembro
142	Carlos M. de Ulhoa Cintra	6	10	11 e 13	Concluída a 1º de outubro
143	Leovigildo F.A. Passos	6	10	15	Concluída em dezembro
144	Henrique C. Paula Castro	6	9	5 e 6	Concluída a 28 de dezembro
145	Luís G. de Figueiredo	6	9	1 e 2	Concluída a 28 de dezembro
146	Alexandre Coutinho	6	9	3 e 4	Concluída a 28 de dezembro
147	Carlos Fortunato Meireles	6	32	9 e 11	Concluída a 21 de setembro
148	Veríssimo A. da Silveira	6	32	13 e 15	Concluída a 28 de dezembro
149	Francisco Fonseca	7	17	14 e 16	Concluída a 28 de dezembro
150	José Jacinto Fagundes	7	17	4 e 5	Concluída a 28 de dezembro
151	Antônio N. T. P. Felicíssimo	5	24	2 e 3	Concluída a 9 de setembro
152	Antônio A. Paraíso	6	18	4 e 5	Concluída em dezembro
153	José Coelho Linhares	7	2	9 e 10	Concluída a 9 de setembro
154	Honório José das Neves	5	14	7 e 9	Concluída em dezembro
155	Leôncio Fernandes Lopes	7	3	2 e 3	Concluída a 16 de novembro
156	Antônio Felipe Gomes	6	24	2	Concluída a 9 de setembro

	NOMES DOS FUNCIONÁRIOS PARA OS QUAIS ERAM CONSTRUÍDAS AS CASAS	SEÇÕES	QUAR- TEIRÕES	LOTES GRATUITOS E CONTÍGUOS	ESTADO DAS CONSTRUÇÕES
157	João Antônio de Mendonça	6	18	9	Concluída em dezembro
158	Quintiliano T. de Oliveira	6	18	15 e 17	Concluída em dezembro
159	Hipólito Fernandes Braga	6	9	22	Concluída em dezembro
160	Eduardo Cintra	6	9	19 e 20	Concluída a 28 de dezembro
161	Cônego Antônio Cirilo de Oliveira	5	4	8	Erguiam-se paredes em dezembro
162	Francisco de Paula Ribeiro Bhering	6	42	4	Concluída a 4 de novembro
163	Dr. Virgínio R. Bhering	6	42	5	Concluída em dezembro
164	Jorge A. R. de Magalhães	6	42	2	Concluída em dezembro
165	Dr. Nelson Coelho de Sena	5	16	5	Concluída em dezembro
166	Benedito Tibúrcio de Sousa	6	32	17	Concluída a 9 de setembro
167	José Júlio dos Santos	6	38	5	Concluída a 28 de dezembro
168	Agostinho Gonçalves Pereira	6	38	6	Concluída em dezembro
169	Antônio J. B. Noronha	6	38	4	Concluída a 28 de dezembro
170	Epaminondas S. Pires	6	24	19 e 20	Concluída a 9 de setembro
171	Raimundo N. Felicíssimo	6	24	7 e 9	Concluída a 28 de dezembro
172	Pedro Ângelo Tavares	7	2	10 e 12	Concluída a 21 de setembro
173	Antônio Gomes R. Horta	7	10	9 e 11	Concluída a 1º de outubro
174	José Agostinho Lessa	6	45	13 e 15	Concluída em dezembro
175	Cândido José S. Botelho	5	10	8	Concluída em dezembro
176	Francisco C. C. Leal	5	8	3 e 4	Concluída em dezembro
177	Francisco E. A. Costa	6	24	15 e 17	Concluída em dezembro
178	Herculano P. M. Cintra	6	37	3 e 4	Concluída em dezembro
179	José Gonçalves de Magalhães	6	42	13 e 15	Concluída em dezembro
180	Francisco L. dos Santos	6	32	14	Erguiam-se paredes em dezembro
181	Saturnino R. do Nascimento	6	37	13	Concluída em dezembro
182	Antônio V. Nunes Bandeira	6	45	9 e 11	Concluída em dezembro
183	José Carlos dos Santos	7	3	18	Concluída em dezembro
184	Desembargador José A. Saraiva	5	10	21 e 22	Concluída a 9 de setembro
185	Fausto Soares Alvim	6	4	18 e 24	Concluída a 28 de dezembro
186	Augusto A. Magalhães	5	4	23 e 24	Concluída em dezembro
187	Hermano C. Lott	6	10	45	Concluída em dezembro
188	Saturnino S. R. Mourão	6	18	22	Erguiam-se paredes em dezembro
189	Carlos de Miranda Lima	6	17	3 e 4	Concluída em dezembro
190	João Pinto de Sousa	5	17	5	Concluída a 28 de dezembro
191	Pedro Augusto de Oliveira	6	28	22	Concluída em dezembro
192	Artur Felicíssimo	6	11	3 e 4	Concluída em dezembro
193	Alfredo Furst	6	14	1 e 2	Em alicerces em dezembro
194	José de Lima e Silva	6	43	5 e 6	Erguiam-se paredes em dezembro
195	Francisco José de Araújo	6	43	19 e 20	Erguiam-se paredes em dezembro
196	Manuel S. da Silva Teles	6	10	3	Em pintura em dezembro

	NOMES DOS FUNCIONÁRIOS PARA OS QUAIS ERAM CONSTRUÍDAS AS CASAS	SEÇÕES	QUAR- TEIRÕES	LOTES GRATUITOS E CONTÍGUOS	ESTADO DAS CONSTRUÇÕES
197	Dr. João Júlio Proença	6	17	23 e 24	Erguiam-se paredes em dezembro
198	J. F. Preto Couto da Cunha	4	15	17 e 18	Erguiam-se paredes em dezembro
199	Dr. Gastão da Cunha	5	17	11 e 13	Concluída em dezembro
200	Antônio T. de Paula Felicíssimo	5	24	2 e 3	Concluída a 14 de setembro

Pelo Decreto n. 818, de 15 de abril de 1895, tais habitações não deveriam exceder de:

52	prédios	tipo A	312:000\$000
70	"	" B	648:000\$000
35	"	" C	385:000\$000
27	"	" D	378:000\$000
7	"	" E	112:000\$000
9	"	" F	180:000\$000
				2.015:000\$000
200				

Entretanto, terminadas as construções e feito o cálculo das despesas, chegou a Comissão ao seguinte resultado:

Construção dos prédios	1.914:428\$386
Águas e esgotos	79:191\$000
Lajedo dos passeios	208:279\$520
Muros e portões da frente	121:565\$924
Muros divisórios	94:365\$982
Custo dos lotes contíguos	57:286\$635
		2.475:117\$447

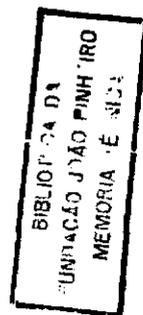
Havia, pois, um acréscimo de 460:117\$445, que deveria ser pago no prazo de dez anos, em virtude do Decreto n. 937, de 1896. Tais cálculos, porém, estavam sujeitos a alterações que depois sofreram, pois algumas casas ainda não estavam concluídas quando eles foram feitos.

Pelo relatório de 1899, do secretário da Agricultura, essas casas, com as do secretário e do chefe de Polícia custaram ao Estado 3.250:793\$143.

Essas casas seriam pagas pelos funcionários ao Estado em prestações mensais deduzidas de seus vencimentos, como já ficou dito.²³⁸

NOTAS

- 231 BICALHO. *Op. cit.*, p. 359.
- 232 MINAS GERAIS. Decreto n. 847, de 20 de agosto de 1895. Estabelece o modo de serem adjudicados aos funcionários públicos os lotes contíguos aos que lhes foram concedidos na nova Capital, prorroga o prazo para apresentação dos respectivos requerimentos e contém outras disposições sobre o assunto (*Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895. p. 223. MINAS GERAIS. Decreto n. 849, de 29 de agosto de 1895. Modifica algumas disposições do regulamento sobre construções de casas para funcionários na nova Capital (*idem*, p. 24. MINAS GERAIS. Decreto n. 937, de 20 de maio de 1896. Modifica algumas disposições dos regulamentos de construção de casas para funcionários públicos e concessão de lotes contíguos à nova capital, 1896, p. 254).
- 233 BICALHO. *Op. cit.*, p. 391-392.
- 234 *Ibidem*, p. 391-392.
- 235 *Ibidem*, p. 392.
- 236 *Ibidem*, p. 392.
- 237 *Ibidem*, p. 382.
- 238 RELAÇÃO das casas dos funcionários públicos abaixo mencionadas que se acham em construção a contar de 23 de março de 1896. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2., 16 set., 1897.



O ESFORÇO DA INICIATIVA PARTICULAR - BIBLIOTECA -
 SOCIEDADE MUSICAL BELO HORIZONTE - FÁBRICA DE FERRO -
 ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PROFISSIONAIS -
 LOJAS MAÇÔNICAS - *SOCIETÀ ITALIANA* - QUIOSQUES -
 AS PRIMEIRAS CASAS INAUGURADAS - HOTEL MONTE VERDE -
 HOTEL FLORESTA - O NOME DO BAIRRO FLORESTA



algrado a insidiosa e tenaz campanha de descrédito que os inimigos da mudança da capital urdiam e deflagravam, por todos os meios, contra Belo Horizonte, procurando afugentar daqui o indispensável concurso da iniciativa e dos esforços particulares, estes, longe de faltarem ao grandioso empreendimento de Minas, cooperaram nele decidida e brilhantemente.

Já dissemos aqui e repetimos: esse concurso veio principalmente não das grandes fortunas, que aqui rareavam, mas dos pobres e dos *remediados*, que estavam possuídos de verdadeira fé nos destinos reservados à nova capital e nela aplicavam, confiantes, os seus esforços e haveres.

Assim foi na compra dos lotes, nos empreendimentos comerciais e profissionais e nas construções de prédios, conforme tentaremos demonstrar a seguir.

Ao passo que entre os remanescentes do antigo arraial ia surgindo a cidade, como linda borboleta de casulo tosco, também iniciativas inúmeras de naturezas diversas iam aparecendo aqui, ali, acolá, em diferentes campos da atividade e, assim, naturalmente, do arraial de Belo Horizonte muitas se foram passando para a Cidade de Minas.

Aqui, eram os moços da Sociedade Literária Belo Horizonte, dando desenvolvimento à biblioteca que haviam fundado e com a qual pretendiam dotar a nova capital, conforme demonstramos na primeira parte deste volume. Essa biblioteca, instalada no Largo da Matriz, já contava nada menos de 840 volumes. Em sua sede, a 18 de agosto de 1895, era eleita a sua nova diretoria, com os nomes dos Drs. Samuel Gomes Pereira, Manuel da Silva Couto, Cícero Ferreira, Fábio Nunes Leal e Benjamim Quadros; e para a comissão de Bibliografia escolheram-se os Srs. Dr. Adolfo Radice, Artur Rodrigues Lira e Carlos Sauvage. A 10 de janeiro de 1897, a sociedade aprovava os seus estatutos e, a 18, elegia a seguinte nova diretoria para administrá-la durante aquele ano: presidente, Dr. Adalberto Ferraz; vice-presidente, Dr. Manuel Couto; 1º secretário, Dr. Ludgero Dolabela; 2º secretário, Antero da Silveira; 1º bibliotecário, Artur Lira; 2º



"A Construtora", um dos primeiros estabelecimentos de ferragens do arraial ao tempo da Comissão Construtora, situado à Rua do Rosário, no local que hoje fica entre as ruas Guajajaras, Timbiras e Sergipe e Avenida João Pinheiro. Em frente à porta está o Sr. Haas e Ex^{ma}. esposa. Na porta vê-se o Sr. Aldo Borgatti.



Largo do Rosário, vendo-se a capela demolida em 1897. Ficava mais ou menos no local em que hoje a Avenida Álvares Cabral cruza com as ruas Timbiras, Espírito Santo e Guajajaras.

bibliotecário, Otávio Carneiro; tesoureiro, coronel Manuel Lopes de Figueiredo. Desde a sua fundação, a sociedade havia arrecadado de jóias e mensalidades 10:506\$770. A receita mensal era calculada em 600\$000 e a despesa em 150\$000. Havia em caixa 900\$000. Em 1896, haviam sido consultadas 2.064 obras. Em sessão de 25 de janeiro de 1897 foram eleitos sócios honorários, pelos excelentes serviços prestados, os Drs. Fábio Nunes Leal, Francisco de Paula Oliveira e Adolfo Radice. Também prestou grandes serviços à sociedade o dedicado sócio Sr. João Elói da Costa Camelo. Inaugurada a nova capital, ficou a biblioteca a cargo do Sr. Amadeu Quaglia, já instalada em casa nova à Rua Goiás.

Ali, era o Sr. Otávio Barreto de Oliveira Braga, a 10 de setembro de 1895, organizando a banda de música a que deu o nome de “Sociedade Musical Belo Horizonte”, cuja sede era na sua própria casa, no Largo da Matriz, vizinha da biblioteca, tendo como regente o Sr. Augusto José de Souza.

Acolá, em fins de outubro daquele ano, era o Sr. Leon Andry cuidando de fundar uma fábrica de ferro, bronze e outros metais, pelo que o Dr. Francisco Bicalho, em carta de 31, ao Sr. Frederico Nogueira, agente do Rio, recomendava-lhe auxiliar aquele senhor junto à Central, para que esta lhe facilitasse o despacho de suas máquinas.

Além, era o Sr. Artur Haas, com o seu grande estabelecimento comercial “A Construtora”, sito à Rua do Rosário, fundado em 1894, lutando com dificuldades de transporte e apelando para o engenheiro-chefe que, a 29 de maio de 1896, em Ofício n. 109, escrevia ao Dr. Samuel Gomes Pereira, no Rio: “O Sr. A. Haas, com armazém de ferragens nesta localidade, pediu-me para facilitar-lhe o recebimento e transporte pela Central, de suas mercadorias, e como esse serviço está afeto a V.S^a, peço-lhe interessar-se pela pronta remessa dos gêneros dessa natureza, que forem despachados com destino ao mesmo senhor”.

E, assim, por todos os lados do arraial existiam ou iam nascendo estabelecimentos de iniciativa particular, alguns dos quais continuaram a existir na nova capital. De muitos daqueles estabelecimentos, ainda nos recordamos, tais como: Carpintaria Amblard & Comp., firma essa também proprietária da “Confeitaria Rústica”, sita à Rua de Sabará; Cervejaria dos Srs. Carlos Fornaciari & Filhos, nas proximidades da Matriz da Boa Viagem, a qual prosperou e, mais tarde, em edifício novo, com instalações novas, à Rua Sergipe, tomou a denominação de Cervejaria Renânia;* “Hotel Lima”, fundado e dirigido pelo Sr. Manuel Lima e depois transferido aos Srs. Garcia de Paiva & Comp., no Largo do Rosário, hotel que possuía um carro de praça: “Hotel do Comércio”, ou “Hotel Romaneli”, do Sr. Antônio Romaneli, introdutor dos carros de praça e das carrocinhas para entrega de pães em Belo Horizonte, proprietário também de uma padaria e de uma joalheria;** Pedreira da Lagoinha, do Dr. Chapot Prevost, para fornecimento de pedras; “A Cidade de Minas” depósito de madeiras, dos Srs. Gomes & Comp., à Rua de Sabará; Alfaiataria

* Essa cervejaria, transferida, mais tarde, para outro grande edifício à Avenida Oiapoque, esquina da Rua Curitiba, por falecimento de seu chefe, foi vendida à empresa “Polar”, tomando a cerveja esse nome. Finalmente, a cervejaria foi adquirida pela Companhia Antártica Paulista e tomou a denominação de *Antártica Mineira*.

** Esse hotel, em princípios de 1897, foi transferido para o prédio novo sito à Rua São Paulo, esquina da Rua Carijós, onde funcionou durante muitos anos.

Marini”, de Nicolau Marini, à Rua de Sabará; Casa *Noronha & Maciel*, fazendas e armarinho, no Largo da Matriz; “A Predial”, empresa de construções, de Hermilo Alves & Comp.; Fábrica de Massas Alimentícias, de Luiz Olivieri e Miguel Marchetti; “Materiais e Artigos para Construções”, de Romano Fonseca & Viana, transferida depois aos Srs. Dr. J. de Jaegher e Joseph Verdussen; “Hotel Provisório”, de Carlos Monte Verde, no Beco do Vitorino, depois na Avenida Amazonas; “Hotel Floresta”, bordel, na Avenida do Contorno, além da Estação, famosa casa de boemia, que deu nome ao bairro da Floresta, hotel de propriedade dos Srs. Carlos Monte Verde e Eduardo Spiller; “Société Anonyme Construções na Bélgica”, representantes Dr. Joseph de Jaegher; “A Nova Capital”, bazar, de Candido de Araújo, à Rua de Sabará, também proprietário de uma olaria; “Empório Americano”, de molhados, gêneros, armarinho e tintas, de horta & Brasil, depois substituídos por J. Mello & Brasil, no largo da Matriz; Afinador de Pianos, Antônio Augusto José de Souza, também vendedor de músicas; “Hotel e Restaurante Blanchardin”, à Rua de Sabará, junto ao Teatro Provisório; “Barbeiro”, Agostinho Intriéri, Largo do Rosário, depois à Rua General Deodoro; “Fábrica de Colchões e Carpintaria”, de Donato Donati, na Favela ou Morro da Estação; “Hotel Guarani”, de Júlio Runjaneck, no Beco do Gervásio; “Farmácia Abreu”, fundada em 1894 à Rua General Deodoro, pelo farmacêutico Teodoro Lopes de Abreu e da qual foi sócio e depois proprietário o Sr. Antônio Raimundo Soares; “Salão Internacional”, barbearia, de Miguel Marchetti, que aplicava bichas e ventosas; “Agência de Anúncios e Leilões”, de Eduardo Bessa; “Casa Nova”, oficinas de carros, carroças e arreios, de Domingos Mucelli; Construtor, Jean R. Rieckens, Rua de Santana; “Bazar”, de Eduardo Edwards, no Largo da Matriz, junto à ponte da Rua de Sabará; “Açougue Vasconcelos”, à Rua de Sabará, em frente à ponte; “A Educadora”, seguros, agente Francisco da Silva Lobo; “Dentista e Fotógrafo”, Manoel Faustino de Magalhães e Castro, Rua do Comércio, depois à Rua do Capão, depois à Rua Tupinambás; “Armazém do Povo”, Rua de Sabará, sobrado; “A Cooperativa Mineira”, no Largo da Matriz; “A Belo Horizonte”, armazém de Marques & Carvalho, à Rua General Deodoro, depois na Avenida Afonso Pena, *esquina da Rua São Paulo*; “Bazar Mineiro”, de Augusto Levin & Comp., à Rua Boa Vista, 124; “Armazém”, de Manuel Pinto da Assunção, à Rua do Comércio ou do Capim; “Barbearia”, de João Mialaret, à Rua do Capão; Escritório de Advocacia, do Dr. Augusto Maciel e José Neto Amarante, à Rua do Rosário; “Barbearia Coutinho”, à Rua General Deodoro, com alfaiataria ao lado; “Armazém”, de Antônio Alves Martins Júnior, à Rua do Capão; “Agência de Loterias”, de Antônio Inácio da Fonseca, no Largo da Matriz; “A Fidelidade”, armazém de José Inácio Pereira da Fonseca, à Rua do Capão, depois à Rua da Paraíba; “Hotel Belém”, do Sr. Antônio Pereira Belém, no Beco do Vitorino, depois à Rua dos Caetés com E. Santo; Lições de Piano, pelo professor Alfredo Camarate, ex-inspetor do ensino do Imperial Conservatório do Rio de Janeiro; “Ao Caipora”, armazém à Rua de Sabará; Professora de Piano, Amélia Júlia Coutinho; aulas de Violino pelo professor W. Troschel; “Farmácia Ribeiro”, de Luís Gomes Ribeiro, à Rua General Deodoro, 11; “Armazém” de Francisco Cândido da Silveira, à Rua do Comércio ou do Capim, depois à Rua S. Paulo, esquina com a Rua Tamóios; Escritório de Advocacia, do Dr. Albino Alves Filho e

Caetano Gonçalves Lopes, à Rua de Sabará; Materiais para Construções, Pedro Coussandier & Filhos; Açougue e Rancho de Tropas, de Júlio Groppi, à Rua do Capim; Pensão, de Joaquim Farneze da Paixão e D. Senhorinha Farneze, à Rua da Boa Vista; Padaria, de João José da Cunha, à Rua do Capão, a primeira do arraial; “Selaria e Fábrica de Gasosa”; de José Gonçalves de Melo & Filhos, à Rua do Comércio, próxima ao Largo do Rosário; “Tabacaria”, de Ávila & Filhos, no Largo do Rosário, com venda ambulante de artigos para fumantes em uma carrocinha puxada por dois cabritos, mudada depois para a Rua dos Carijós; “A Esperança”, armazém dos srs. Neves & Quites, à Rua General Deodoro, depois no primeiro sobrado construído na capital, à Rua dos Caetés; “Marchantes”, Francisco Caetano de Carvalho e Francisco Malta, no Cardoso; “Armazém”, de Antônio Maria da Silva Carvalho, à Rua General Deodoro, depois à Rua da Bahia.

Outras, muitas outras manifestações do esforço e da iniciativa particulares, naquele período de transição do arraial para a nova capital, existiram, por certo, e que não vão aqui relacionadas por se terem apagado na nossa memória.

Além disso, muitas instituições de outra natureza foram nascendo, tais como duas lojas maçônicas, a “Nazareth” instalada a 5 de julho de 1896 e a “Marquês de Pombal”, a primeira, fundada pelos Srs. Afonso Masini, Dr. Hermilo Alves e outros, funcionando em uma casa velha da Rua da Boa Vista; a segunda, fundada posteriormente, por iniciativa do Sr. Cândido de Araújo e outros, sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil, realizando-se as reuniões em casa do Sr. Luís Lourenço Rodrigues. A segunda reunião desta efetuou-se no dia 29 de março de 1896.

Justamente naqueles dias lançavam as bases da *Società Operaia Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*,²³⁹ em uma reunião efetuada a 31 de março, por numerosos membros da colônia. Nessa reunião ficou resolvido que em uma outra assembléia, com o maior número possível de filhos da Itália, se escolheria o conselho diretivo e seriam aprovados os estatutos da sociedade, que teria por escopo: 1. o vínculo fraternal; viva manifestação do espírito de nacionalidade; a ordem e a economia; 2. a instrução, a educação e o mútuo socorro moral e material; 3. todo italiano, geograficamente falando, bem como o filho deste, nascido fora da Itália, poderia fazer parte da sociedade; 4. o símbolo da sociedade seria a bandeira nacional italiana. A comissão organizadora era composta dos Srs. Luís Olivieri,²⁴⁰ Nicola Marini e Luigi Capobianchi. A sociedade ficou definitivamente fundada a 21 de agosto de 1897, presidida, então, pelo Sr. Donato Donati, tendo como secretário o Sr. Nicola Marini. E foi assim que nasceu a benemérita associação, que hoje tem a sua sede à Rua Tamoios, em prédio próprio.

Proliferavam, então, em Belo Horizonte os *quiosques*, que surgiam nos pontos mais movimentados, tendo havido até o incêndio de um deles na Praça da Estação, registrando-se aí a morte trágica de uma pobre mulher e de um súdito português cujas vestes se inflamaram com a explosão de um barril de aguardente, sendo socorridos pelo Sr. Ulisses Cruz, um soldado de cavalaria e outros populares.

Continuando a historiar o esforço da iniciativa particular em Belo Horizonte, diremos que foi a 28 de outubro de 1895 que o engenheiro-chefe aprovou a primeira planta para construção de prédio particular na Cidade de Minas. Fora-lhe apresentada pelo Sr. Carlos



Primeira casa que se construiu e se inaugurou na nova capital de Minas e onde se instalou o Hotel Monte Verde, o primeiro que tivemos estabelecido em casa definitiva.

Eduardo Monte Verde, a fim de construir nos lotes n. 2 e 3, do quarteirão 7, da I seção urbana. A segunda planta aprovada foi a do Sr. Luís Lourenço Rodrigues, a 4 de novembro seguinte, para construir no lote n. 17, quarteirão 15, da 11ª seção urbana, à Rua São Paulo e cuja pedra fundamental foi lançada a 24 de março de 1896.

Mas coube ao Sr. Carlos Monte Verde a glória de inaugurar a primeira casa definitiva particular na nova capital. Podemos fazer, sem receio de contestação, esta afirmativa, baseados na seguinte notícia publicada pela *A Capital*, do dia 11 de fevereiro de 1896:

“No dia 8 do corrente, o Sr. Carlos Monte Verde, por ter concluído as obras de uma das diversas casas que aqui se estão construindo, convidou algumas pessoas, entre as quais o diretor desta folha, para assistirem à inauguração da primeira casa que se conclui na nova capital mineira. Entre outras pessoas, estiveram presentes o Dr. Hermilo Alves, o nosso colega do *Belo Horizonte*, no duplo caráter de jornalista e de pároco, o Dr. J. de Jaegher, o Sr. A. Haas e um representante dos Srs. Noronha Maciel & Comp. Depois do ato religioso celebrado pelo reverendo padre Martins Dias, nosso distinto colega do *Belo Horizonte*, o Sr. Monte Verde, ofereceu aos seus convidados profuso *lanche*, sendo, ao *champagne*, levantados muitos brindes. O rev. padre Dias saudou o Estado de Minas na pessoa do seu primeiro magistrado, o benemérito Dr. Bias Fortes; e o Dr. João de Miranda, representante desta folha, levantou o brinde de honra, saudando ao ilustrado Dr. Francisco Sá, digno secretário da Agricultura e Obras Públicas. Terminou na maior cordialidade a modesta reunião, que teve por fim festejar o auspicioso acontecimento da inauguração da primeira casa que se conclui na nova capital de minas”.²⁴¹

Essa casa é a que se acha situada na Avenida Amazonas, entre a Praça 7 de Setembro e a Rua Tupinambás. Era uma parte apenas do grande prédio térreo, que ocupa todo o ângulo formado por aquela avenida e por esta rua.

Na parte então inaugurada na Avenida Amazonas, o Sr. Carlos Monte Verde, a 20 de abril seguinte, instalou o seu Hotel Monte Verde, o primeiro estabelecimento desse gênero que se abriu na nova capital, conforme o anúncio por ele publicado na *Capital*, daquela data e em dias subseqüentes:

HOTEL MONTE VERDE
EM FRENTE E PRÓXIMO DA ESTAÇÃO DE MINAS

Este bem montado hotel, a primeira e definitiva casa construída na nova capital, dá hospedagem a viajantes e operários em boas condições. Todo o serviço é dirigido pelo proprietário e sua senhora.

Pensão diária	4\$000 a 6\$000, conforme a exigência
Cama de	1\$000 a 2\$000
Almoço de	1\$000 a 2\$000
Jantar de	1\$000 a 2\$000

O proprietário, *Monte Verde*.²⁴²



Prédio da Avenida do Contorno em que existiu o Hotel Floresta, estalagem boêmia cujo nome famoso se transferiu ao elegante bairro Floresta.

A princípio, foi aquele hotel familiar e muito afreguesado, mas aos poucos o seu proprietário passou a dar hospedagem a toda casta de pessoas, inclusive mundanas, tornando-se evitado por pessoas escrupulosas, em vias de converter-se em bordel, o que não permitiu, então o capitão Lopes, subdelegado de polícia, que aconselhou o Sr. Monte Verde a dar melhor direção ao seu estabelecimento... Não obstante isso, foi de queda em queda a reputação do *Hotel Monte Verde*, que mais tarde se transformou em *cortiço*, ou habitação coletiva de horizontais, quando já se achava convertido no casarão que ali ainda hoje se vê.

Mas, quando o capitão Lopes agiu no sentido de evitar que o *Hotel Monte Verde* se degenerasse em bordel, o seu proprietário, de sociedade com o polaco, Eduardo Spiller, obtendo licença da autoridade policial e da Comissão Construtora, improvisou, e manteve, plantado no meio de uma capoeira de mato que existia na Avenida do Contorno, além da Estação de Minas (hoje pouco acima do Armazém da Central, no local em que se acha a *Pensão Floresta*), o seu famigerado *Hotel Floresta*, nome esse de que se originou a denominação dada ao bairro então nascente. O *Hotel Floresta* era uma grande sala de frente com botequim, tendo aos fundos uma porção de quatinhos de porta e janela, um *cortiço* ou *bom-será*, na gíria do povo. Instalado especialmente para hospedagem de horizontais, era um hotel bulhento, de orgias e escândalos, onde se reunia, até altas horas da noite, a boêmia inveterada, em desbragados regabofes de *comes-e-bebes*, ao som de uma concertina, que o sócio Spiller sanfonava todas as noites, aboletado sobre um tamborete a um ângulo da sala. Não havia, então, outra coisa de que a rapaziada boêmia de Belo Horizonte mais falasse do que no *Hotel Floresta*, que era o prato do dia na crônica policial. E assim, de tanto ser falado o seu famigerado nome, este se foi radicando ao local que não tinha denominação alguma anteriormente; de sorte que, quando, mais tarde, foi surgindo o lindo bairro, que é hoje um dos mais importantes e belos da capital, começou a ser designado pelo nome de *Floresta*, denominação que foi sancionada pela Prefeitura, quando inaugurou, mais tarde, a linha de bondes para ali, colocando no carro que iria circular no bairro a tabuleta "Floresta".

NOTAS

- 239 Luiz Olivieri (Itália, ?, BH, ?) Arquiteto e escultor. Diplomado em Florença, Itália, transferiu-se para o Brasil e, posteriormente, para Belo Horizonte, à época da construção. Foi membro da Comissão Construtora, como desenhista. Em 1897, abriu o primeiro escritório particular de desenho e arquitetura, tendo realizado grande número de projetos de prédios particulares no início da capital. Em 1911, realizou a 1ª exposição de trabalhos de arquitetura da cidade. Possuiu uma fábrica de massas alimentícias. Era membro da comissão organizadora da *Società Operaia Italiana de Beneficenza e Mutuo Soccorso*. Escultor, são de sua autoria algumas estatuetas de tipos populares da cidade, existentes no Museu Histórico Abílio Barreto. Projetou, dentre muitos outros, o Palacete Dantas (1916), o antigo Banco Hipotecário e Agrícola, atual BEMGE (1919), o prédio da Estação da Central do Brasil (1922). (Sobre Olivieri ver: SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Op. cit.*, PENA, Otávio. *Op. cit.*, p. 131. TASSINI, Raul. *Op. cit.*, p. 144. SILVEIRA, Vítor. *Op. cit.*, p. 542.)
- 240 *Società Operaia Italiana de Beneficenza e Mutuo Soccorso*. Sociedade fundada em 1897. Objetivava basicamente o mútuo socorro em suas várias formas, a instrução e a educação intelectual e moral de seus associados. Não tinha propósitos políticos, filosóficos ou religiosos e estava aberta a todos os cidadãos italianos e italianos naturalizados residentes em Belo Horizonte. Criada por um grupo de líderes entre os pioneiros que chegavam à cidade, congregava

representantes das camadas sociais inicialmente concentradas nos núcleos agrícolas e, posteriormente, bairro Calafate, Carlos Prates, Lagoinha e Serra. Os imigrantes italianos formavam a mais numerosa colônia da nova capital e as reuniões e eventos promovidos pela Sociedade constituíam importantes acontecimentos. Sua primeira sede construída à Rua Tamoios, em área cedida pela Prefeitura, foi inaugurada em julho de 1911. Ali funcionou a "Escola Rainha Margarida" e, ainda, uma escola estadual. O edifício de sua segunda sede, construído no mesmo local, Rua Tamoios, n. 311, foi projetado pelo arquiteto Rafaelo Berti, em 1934, e as obras de construção executadas por Luis Signorelli. O prédio mostrava fachada composta de elementos geométricos, segundo proposta de arquitetura decó, muito comum em Belo Horizonte, na década de 30. No início da Segunda Guerra, a Sociedade foi fechada e, mais tarde, com a queda do fascismo, seus arquivos destruídos. A partir de então, o prédio passou ao governo do Estado que o fez sede da Assembléia Legislativa e, na década de 70, da Câmara Municipal. Em 1988, em consequência de negociações realizadas pela Prefeitura Municipal para a construção de nova Câmara Municipal, o edifício foi demolido, perdendo a cidade significativo exemplar de uma importante fase de sua evolução arquitetônica. Contudo, a Sociedade existe, funcionando à Rua Curitiba, n. 705, tendo como presidente o Sr. Genaro Antonucci. Seu objetivo, nos dias atuais, é dar assistência aos sócios carentes no que se refere a questões de saúde (medicamentos e hospitais) (FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A classe operária em Belo Horizonte, 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p.183. TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte*: antes Curral del Rei. Belo Horizonte, 1947, p.81. PENA, Otávio. *Op. cit.*, p.24).

241 A CAPITAL. Belo Horizonte, p. 2, 11 fev., 1896.

242 HOTEL Monte Verde (Anúncio) *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 20 abr., 1896.

AS NOVAS CONSTRUÇÕES PARTICULARES -
O NOTÁVEL PROGRESSO DESTAS

feito o histórico da primeira casa e dos dois primeiros hotéis instalados na nova capital, vejamos agora o que nos conta o engenheiro-chefe, em seu relatório de abril de 1896, relativamente ao andamento das edificações particulares:

“Tendo sido aprovadas 28 plantas de casas particulares e concedidas licença para construção de 17, acham-se em andamento. Para quem julga de longe e na ignorância das circunstâncias locais, parecem muito reduzidos aqueles números, quando, entretanto, patenteiam eles a confiança dos interessados no futuro da nova cidade e o desejo, bem pensado, de antecipar o gozo de suas propriedades, arcando embora com as muito sérias dificuldades que até aqui existiam, por falta de transportes e providências que facultassem a obtenção dos materiais indispensáveis; estes primeiros construtores são dignos de elogio, pela coragem com que empreenderam trabalho em época que foi difícil para a própria Comissão, que aliás dispunha de outros recursos.

Acreditamos que muito maior seria, sem dúvida, o número de imitadores, se não fosse a campanha fervorosa e odienta que tem sido sustentada pelos adversários da idéia da mudança, no intuito de desacreditar ou, pelo menos, embaraçar o grande melhoramento do nosso Estado.

Compreende-se que, pelas fraquezas da natureza humana, o interesse particular possa cegar e, no período da discussão, tudo fosse empenhado e tidas como boas quaisquer armas para a defesa de campanário. Mas hoje que a mudança é fato resolvido e constitucional, que o próprio governo não poderia embaraçar, sem faltar a seus deveres, falseando a lei fundamental, semelhante guerra é odiosa e impatriótica, porquanto ineficaz para colher resultados no sentido que interessa a seus promotores, só tem como consequência o prejuízo do cofres públicos, o embaraço e ligeiro atraso na realização de um grande melhoramento, que tanto interessa à Mata, como qualquer das outras circunscrições do Estado, pois a todo ele pertence e representa.

Entretanto, com habilidade e coragem, dignas de melhor causa, alguns desses adversários

e especialmente um dos órgãos da imprensa mineira,* que até há pouco se salientava por uma patriótica orientação, que lhe granjeava créditos e consideração pública, não tem escolhido meios nem armas, que todas lhe servem para tudo explorar, tudo deturpar, tudo caluniar, emérito D. Basílio.

Seja permitida esta franqueza e desabafo a quem tem sido vítima, indefesa até aqui, de uma boa parte de tais botes, que lhe têm sido diretamente atirados, pelo fato de não ter recusado sua cooperação profissional para realizar-se o grande empreendimento.

Da seriedade e lealdade, característica da índole dos mineiros, provém a sua natural boa-fé e credulidade, não sendo assim de admirar que semelhante guerra, estendendo continuamente uma teia de malévolos boatos, que nunca se verificam, mas no entanto intimidam, tenha conseguido algum efeito, sobretudo por servir-lhes também de veículos alguns cidadãos que gozam da estima e confiança de seus patrícios.

Felizmente, malgrado todos os óbices e paixões de momento, as boas causas triunfam sempre e é questão de tempo.

Hoje, que a verdade sobre o estado das coisas em Belo Horizonte se vai tornando mais conhecida pelos visitantes, que começam afluír e levam para longe a impressão de surpresa que aqui receberam; agora, que começam a surgir do solo, como por encanto, alguns de seus edifícios públicos e algumas dezenas de casas para funcionários, além das de particulares, cuja construção toma impulso; agora, que se pode ver o grande movimento que aqui existe, e facilmente se encontram os materiais necessários para as construções, os quais podem ser adquiridos de fornecedores particulares ou da própria Comissão, que se acha habilitada a supri-los por preço muito razoáveis; agora, que se vê a área da futura cidade cortada de linhas férreas e por toda parte sibilando a locomotiva, no reboque de pesados trens, carregados de materiais diversos, sofregamente recebidos e empregados nas obras, que já dispõem de quase todas as instalações precisas, não receamos mais os efeitos da campanha, a que nos referimos, a qual terá de contentar-se com o mal que até aqui conseguiu fazer ao nosso Estado: as construções particulares hão de desenvolver-se forçosamente, como já se observa, e a mudança da capital se poderá fazer, em boas condições, na época marcada.

E então, dentro de outro meio, mais digno da civilização moderna, a opinião pública, mais esclarecida e progressista, auxiliará, quando não instigue, os poderes públicos a uma política mais desassombrada e larga, que francamente confie no futuro e riqueza do nosso Estado, permitindo-lhe, se não ombrear com o de São Paulo de cujo extraordinário progresso o último relatório presidencial nos dá vivo atestado, ao menos acompanhar de perto, em pacífica e louvável emulação, o do Espírito Santo, que dentro em pouco se tornará também um dos mais prósperos da União.²⁴³

Segundo o tópico transcrito do relatório do engenheiro-chefe da Comissão, até 30 de abril de 1896, haviam sido aprovados 28 projetos e expedidos 17 alvarás para construção de

* Referia-se aO *Farol*, de Juiz de Fora.

prédios particulares, sendo que, em meados de maio, estavam concluídos, além do já noticiado e pertencente ao Sr. Carlos Monte Verde, os dos Srs. Adolfo Papini, nos lotes n. 21 e 22, quarteirão 14, da I seção, e Oliveira & Comp., no lote n. 2, quarteirão 16, da mesma seção urbana. Achavam-se com a construção bastante adiantada os dos senhores abaixo relacionados:

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS	NÚMERO DOS LOTES	NÚMERO DOS QUARTEIRÕES	NÚMERO DAS SEÇÕES	NÚMERO DAS PLANTAS
Luis Lourenço Rodrigues	17	15	II	2
Antônio José Marques	6	22	II	4 e 6
José Benjamim (o primeiro sobrado)	1	19	I	
José Santino Repetto	10	14	I	10
Paulo A. dos Santos Viana	1, 2 e 3	32	II	
João Zanelato Filho	2	15	II	
Antônio Caetano Pereira e Manuel Pereira de Carvalho	13	17	II	
José Fernandes de Araújo	6	18	I	
Vicente e Carlos Verlangieri	3	22	II	
Eduardo Edwards	11 e 13	10	III	
Feliciano Negrão	1 e 2	30	II	
Francisco Menicucci	7	18	I	
Jerônimo Negrotto de Coussandier	3	15	II	
Guilhermino E. do Nascimento	2	23	V	
<i>Tinham plantas aprovadas para construção até 8 de junho de 1897 os senhores:</i>				
Dr. Herculano V. F. Pena	1 e 2	10	II	
Dr. Oscar T. M. Almeida	2	31	IV	
Ambrósio Firpi	11	30	II	
Mota Guilherme	5	19	I	
Geraldo Manuel Ferreira	7	33	II	
Antônio da Cruz Cartacho	6	18	I	
Antônio Batista Vieira	24	10	V	
Hermilo Alves & Comp.	3	23	II	
Dr. José de Magalhães, para Romano Fonseca & Viana	2, 3 e 4	33	III	
D. Joana Carolina P. C. Júnior	6	8	I	
Vitorino F.A. Rossadas	8	16	I	
Álvaro José dos Santos	19	15	II	
Francisco Caetano de Carvalho	3, 13, 14	7, 17	II	
Garcia de Paiva & Comp	14, 15	5	I	1 e 41
Joviano Teixeira Coelho	14	24	II	
Nochi Virgílio	9	18	I	
Francisco C. Seabra (sobrado)	11 e 13	15	II	
Domingos Marques Barbosa	8	5	I	
Domingos Mucelli	19	23	II	
Rafael Ponzio Pierri & Comp.	1	18	I	
Artur Haas	17	28	IV	
José Pinto Valente	3	31	IV	

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS	NÚMERO DOS LOTES	NÚMERO DOS QUARTEIRÕES	NÚMERO DAS SEÇÕES	NÚMERO DAS PLANTAS
Antônio Teixeira Rodrigues (conde de Santa Marinha)	suburbano 1	3	VI	
Carlos Monte Verde (complemento de sua casa já inaugurada)	2 e 3	7	I	
Francisco Caetano de Carvalho	15	15	II	
Hermilo Alves & Comp	2	27	II	
O mesmo	9	15	II	
O mesmo	2	16	III	
Paladino Francisco	6	16	I	
José Pereira Louro	3	17	I	
D. Petra Francisco Solanes, 3 prédios	7 e 9	30	II	
Vitor Lommez	4	18	V	
Hermilo Alves & Comp.	7 e 8	23	II	
Francisco Ferreira Rodrigues Junior	2 e 3	17	III	
Feliciano Negrão & Comp.	1 e 2	24	III	
Teófilo dos Reis Correia	12	24	II	
Dr. Levindo Ferreira Lopes	21 e 23	28	IV	
Carlos Maciel	9	24	III	
Antônio Alves Martins Júnior	1	18	V	
Francisco Henrique de Carvalho	6	33	II	
José Lasafá	2	10	V	
Lopo Gomes	1	31	II	
José Sena Scintes	5	5	I	
Rogério José Carvalho	9	27	II	
Antônio Pereira Belém	1	13	I	
João Batista Palermo	13	29	I	
Antônio Romanelli	1	23	II	3
Giovani Leonardi	8 e 10	17	I	
Dr. Hermilo Alves	2 e 9	15 e 16	II e III	
Francisco Narbono	23	13	I	
Barziza Carlo	9	14	I	
José Beils	14 e 16	15	II	
Donato Donati	4	16	I	
Manuel Peletero Cavaleiro	4	13	II	
Aníbal Vigitello	7	24	II	
José Carvalho & Comp.	3	25	II	
Francisco Cândido da Silveira	1	15	II	
Manuel Francisco de Moraes	11	16	I	
Jaime Salse	9	25	II	
Alfredo de Carvalho	6	5	I	
João Marcolino de Souza	13	25	II	
Eduardo Campos	19	13	I	
José Anguinetti	23	13	I	
Rosário Pace	4	16	I	
Olímpio Raimundo Teixeira	4	17	II	
Leopoldo César Gomes Teixeira	23	28	IV	
Severini Marchi	8	16	II	

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS	NÚMERO DOS LOTES	NÚMERO DOS QUARTEIRÕES	NÚMERO DAS SEÇÕES	NÚMERO DAS PLANTAS
Brognera Virgílio, Bovo Giovani e				
Monducci Eusébio	1	15	V	
Sebastião Brioli	8	10	II	
Montanari Mauro	4	25	II	
Feliciano Negrão & Comp.	9	24	II	
D. Adélia Prevost Nery	5 e 6	15	I	
Quites & Quites	7 e 8	33	II	
Leonardo Guttierrez	7	14	I	
Antônio Maria da Silva Carvalho	13	17	III	
Luís Lourenço Rodrigues	13	26	II	
Avelino Martins	24	14	I	
Regino José de Carvalho	9	27	II	
Dr. Cipriano José de Carvalho	17	23	II	
Manuel Luís Marques	7	30	II	
Francisco Antônio Ferreira	4	33	I	
Raimundo Dias Duarte	5	17	I	
José Caetano Aleixo	14	17	I	
Baltasar Genzoni	14 (suburb.)	35	VI	
Miguel Antônio Tregellas	6	11	I	
Benedito Manuel de Campos	7	22	V	
Antônio Maria Antunes	1, 2 e 7	20	I	
Jean Marie Joseph Verdussen	23 e 24	24	III	
Afonso Daniel Intriéri	4	20	I	
Rafael Ponzio Pierri & Comp.	1	26	II	
Duarte Augusto Teixeira	7	28	IV	
Capitão Mariano R. de Abreu	9	10	III	
O mesmo	14	10	III	
Ângelo Casa Grande	9	30	II	
José Maria da Costa e Silva	22	13	I	
Laurindo Pires de Oliveira	5	30	II	
Carlo Montanari & Comp.	1	25	II	
Eli Grimal	23	14	I	
José Benjamim	2	19	I	
Ângelo Guerra	3	9	II	
Genaro Garcia e Jaime Salse	11	25	II	
Oswaldo Barucker	6	20	I	
Capitão Antônio L. de Oliveira	10	23	V	
José Piffer	7	24	III	
Nicolau Marini	21	17	III	
Francisco Soucasaux	11 e 13	24	III	
José Pilloto	10	5	I	
Manuel Lopes da Silva Bastos	9	17	I	
Pedro Joaquim de Almeida	22	17	III	
Carlos Villani	8	28	I	
Ricardo Boschi	22	10	III	
Marco Eterovic	24	27	II	
José Lovalho	24	13	I	

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS	NÚMERO DOS LOTES	NÚMERO DOS QUARTEIRÕES	NÚMERO DAS SEÇÕES	NÚMERO DAS PLANTAS
Francisco Alves Barreto	12	27	V	
José Ignácio Pereira da Fonseca	14	28	VI	
Antônio Guarnieri	23	23	II	
Leonardo A. Gutierrez	3	31	IV	
Miguel Arnoni Irmão & Tornelli	21 e 22	23	II	
Rafael P. Pierre & F. Spinelli	14 suburbano	35	VI	
Edgar Nascentes Coelho	8 suburbano	1	I	
José d'Ávila Goulart	5 suburbano	1	I	
Carlos Montanari	1	25	II	
Francisco Menicucci	20	13	I	
Andreze Gaspar	19	24	III	
Constantino Cerini	20	23	II	
Gabarcio Giuseppe	4	18	I	
Manuel Correia Júnior e Serafim da Silva Torres	4	7	III	
Verlangia Amorino Nicola	5	20	I	
José Francisco Macedo	2 e 3	6	I	
Dr. Benjamim Moss	23 e 24	10	III	
Vigitello & Allaso	16	3	III	
Francisco Soucasaux	2 e 3	24	III	
Roberto Cooper Dickson	5	32	III	
Ricardo Penedo	2	13	I	
Augusto José de Souza	2	3	III	
Francisco Redondo Penedo	3	25	III	
José Antônio Tricoli	9 e 11	28	IV	
Soren Nielsen	4	20	VI	
Abel Pereira dos Santos (é o prédio do atual Bar do Ponto)	17	24	III	
Giuseppe Anguinetti	16	17	II	
Capri Rogério	15	14	I	
Dr. Salvador José Pinto	13	28	IV	
Antônio Luís Loureiro M. Júnior	13	19	III	
Manuel Garcia do Amaral e Jacinto Pereira Cabral	3 suburbano	6	I	
Baltasar Genzoni	14	35	VI	
Dr. Bernardo J. de Figueiredo	1 suburbano	4	I	
Adolfo Coussandier	2 e 3	31	II	
Luís Cerqueira	19	29	IV	
Manuel Pinto da Assunção	5	15	II	
D. Canuta Ferrand	22	10	VI	
João Batista Palermo	8	28	I	
Alvernaz Bitencourt & Comp.	5	17	III	
Serafim Violante	24	23	IV	
Azevedo & Bernaus	4	15	II	
D. Graciana Cantilena	3	10	II	
Manuel Apollo	20	4	VI	
Figueiredo Neves & Comp.	2	15	I	

NOMES DOS PROPRIETÁRIOS	NÚMERO DOS LOTES	NÚMERO DOS QUARTEIRÕES	NÚMERO DAS SEÇÕES	NÚMERO DAS PLANTAS
Darico Valério	10	16	I	
Laurindo Pires	8	30	II	
Casimiro Garcia	13 suburbano	35	VI	
Manuel Garcia Meleiro	1 suburbano	35	VI	
Antônio Laranjeira	2 suburbano	35	VI	
Rafael Genzoni	14 suburbano	35	VI	
Dr. Cícero Ferreira	6 suburbano	1	I	
Manuel Correia Júnior e Serafim da Silva Torres	4	7	III	
Leopoldino Emílio Costa	7 suburbano	18	I	

Além das construções particulares enumeradas neste quadro, que conseguimos organizar com grande dificuldade, dada a carência e dispersão dos dados, muitas outras se fizeram antes da inauguração da capital, elevando-se a cerca de 300 o número de edifícios novos existentes por aquela ocasião e sobre os quais não conseguimos notas seguras.

Entre essas casas novas já se contavam algumas poucas nos subúrbios, tendo sido a primeira a do Sr. Antônio Teixeira Rodrigues, conde de Santa Marinha, o grande prédio em que hoje se acha o armazém da Estrada de Ferro Central do Brasil, no lote n. 1, quarteirão 3, da VI seção, cujo alvará para construção foi expedido a 14 de agosto de 1896.

Dos prédios particulares em construção, em fins de outubro daquele ano, 67 estavam concluídos; e já em princípios de 1897 o engenheiro-chefe declarava que, à vista do notável progresso das construções, acreditava que, por ocasião da inauguração da cidade, contasse esta com 500 casas, incluídas as 200 dos servidores do Estado.

Efetivamente assim foi, tendo sido aqueles proprietários constantes do quadro acima e outros tantos em relação aos quais não conseguimos notas satisfatórias, os primeiros edificadores na nova capital, pelo que a eles rendemos as nossas homenagens.

NOTA

243 BICALHO. *Op. cit.*, p. 366-367.

COMO SE ABASTECIA DE ÁGUA O ARRAIAL E O MODERNO ABASTECIMENTO DA CIDADE



água de que se abastecia o arraial de Belo Horizonte provinha de um rego grande que o atravessava de sul para norte, pela Rua da Boa Vista e de diversas fontes e minas, situadas em vários pontos. Sendo estas, entretanto, deficientes para a população crescente e para abastecer as máquinas do ramal férreo e as construções da Comissão, a 29 de maio de 1896, esta mandou instalar uma rede de distribuição provisória cujo desenvolvimento total atingiu a 10.129 m, servindo 15 chafarizes e 29 torneiras públicas, bem como as caixas para alimentação das referidas locomotivas e de várias oficinas e hotéis, para o que se tinha feito com bastante antecedência a encomenda de 3 km de tubos de pequeno calibre. Essa rede constava de: 3.349 m de tubos de ferro de 3"; 1.030 *idem* de 2"; 1.000 *idem* de chumbo de 1"; 2.400 *idem* de $\frac{3}{4}$ "; 1.550 *idem* de $\frac{1}{2}$ ". 800 *idem* de $\frac{3}{8}$ ". Para esse abastecimento foram aproveitadas as águas do córrego Acaba-Mundo, captadas na cota 906.000. Solucionado, assim, provisoriamente o problema do abastecimento de água à cidade em construção, cuidou a Comissão do abastecimento definitivo, isto é, a captação e transporte dos mananciais, construção dos reservatórios, preparo e consolidação das ruas e avenidas que deveriam receber a rede de distribuição, conforme informou o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896.

O primeiro pensamento da Comissão foi adotar o sistema de distribuição por meio de hidrômetros, "por ser o que maior cópia de vantagens reúne para o serviço das grandes cidades." Por motivos diversos, entretanto, não foi esse o sistema adotado.

Historiando o desenvolvimento do serviço de abastecimento, escrevia o Dr. Francisco Bicalho em seu relatório citado:²⁴⁴

"O serviço de abastecimento de água está a cargo do engenheiro Manuel S. Couto, e compreende não só a tomada das águas e sua condução até o reservatório da cidade, como a sua distribuição nesta, incluindo as caixas de areia e reservatórios diversos.

Pareceu conveniente modificar o projeto que se achava aprovado, para a condução das águas do Cercadinho, o mais importante manancial para o abastecimento da cidade,

transformando-o de linha mista, que era, em outra exclusivamente forçada, encurtando assim a sua extensão total.

Mantendo a mesma cota da tomada de água (968m), baixou-se o nível do túnel à cota 960, para estabelecer-se o sifão entre a represa e o reservatório da cidade, passando pelo túnel em encanamento forçado.

Este sifão compõe-se de linhas duplas com o diâmetro de 40 cm entre a tomada de água e o túnel, na extensão de 1,960 m e 35 cm do túnel à cidade, com o comprimento de 2,150 m.

A tomada das águas é feita por intermédio de uma caixa de depuração com 625 m² de superfície, ligada à represa por uma calha com 100 m de extensão; esta caixa é subdividida por pequenas paredes desencontradas, que obrigam a água a um percurso de 175m com pequena velocidade, para permitir o depósito de areias e materiais em suspensão, antes de sua entrada nos encanamentos.

O sifão está calculado com a capacidade para o transporte de 180 litros de água por segundo, ou 50% mais do que a possança mínima do manancial, visto realizar-se esta na época do ano em que também chegam ao seu mínimo as necessidades de consumo.

O túnel terá 360m de comprimento e uma seção de 1,50m x 1,80m com seção oval nos lugares em que for necessário revestimento.

O sifão desemboca em um aqueduto de mui pequena declividade e 300m de extensão e por intermédio de uma cascata, com 14 m de queda, entrarão as águas no reservatório de distribuição na cidade, cujo nível superior ficará no cota 938 m.

A distância total entre a represa e este reservatório reduziu-se a 4.410 m.

Foi feito este estudo, organizado o projeto, implantado no terreno e entregues aos empreiteiros as precisas notas para execução dos trabalhos.

As obras para o abastecimento de água tinham sido contratadas com Antônio Homem de Loureiro Siqueira (visconde de Carvalhais), Manuel Ferreira de Miranda (barão de Miranda) e João F. Blaksley, em 13 de fevereiro, mas desde o começo tornaram eles patente a sua inaptidão para levar a bom termo semelhante empreendimento.

De fato, começaram os trabalhos sem instalação alguma, sem materiais, nem meios de transportes e outros recursos indispensáveis e assim arrastaram este serviço até forçar a rescisão daquele contrato a 26 de dezembro findo.

O trabalho que fizeram desde março até esta data ou em dez meses de serviço consistiu em movimento de terras e abertura de 40 m de extensão do túnel, por subempreitada, avaliado tudo em 37.681\$045 apenas, sendo, além da roçada e destocamento:

Escavações de terra.....	16.933 m ³
Dita em pedra solta.....	4.037 m ³
Dita em pedreira.....	376 m ³
Dita de 1a. categoria no túnel.....	90 m ³
Dita de 2a. categoria no túnel.....	62 m ³

Além do córrego do Cercadinho vai ser também aproveitado o Serra para abastecer exclusivamente a mais alta região da cidade.

As águas serão tomadas na cota 989m e recebidas em uma caixa de depuração, do mesmo tipo de acima referida, para entrarem, então, no encanamento, de linhas singela, com 30 cm de diâmetro e 1300 m de extensão até um pequeno reservatório, cujo nível superior achar-se-á na cota 984,2.

Este encanamento tem capacidade para 37 litros por segundo ou mais 50% do que a possança do manancial na seca.

Foram projetados os reservatórios, caixas de areia e mais acessórios, quer para o Cercadinho,²⁴⁵ quer para o Serra, e bem assim levantados os planos cotados para essas obras e para as duas entrada do túnel.”²⁴⁶

Falando da rede de distribuição, prosseguia o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896:

“Nos últimos meses do ano procedeu-se ao estudo deste importante assunto, com cuidado e atenção precisos para garantir a regularidade de tal serviço, que geralmente deixa muito a desejar na maioria das nossas cidades e especialmente na do Rio de Janeiro, por defeitos de origem e falta de um projeto harmônico em seu conjunto.

Uma questão preliminar ficou desde logo resolvida, em vista da topografia da nova cidade: não era conveniente o abastecimento de uma rede única. De fato, achando-se o nível de água no reservatório principal na cota 938m, e a Estação de Minas no outro extremo da cidade, na altitude de 838m, a diferença de 100m de altura era excessiva como carga estática para os encanamentos de distribuição. Assim, foi a área da cidade dividida em 4 regiões: a mais alta e que compreende a VII seção urbana, em altitude superior a 900m, terá uma rede de distribuição distinta, servida pelas águas do córrego Serra, podendo as sobras passar as redes inferiores. As três outras regiões, servidas pelas águas do Cercadinho, constituirão os serviços alto, médio e baixo da distribuição, cada uma delas servida por uma rede distinta, mas podendo passar as sobras para as inferiores ou reforçá-las em caso de necessidades, por meio de manobras ou jogo de registros, regulados à vontade.

A primeira destas regiões, servida diretamente pelo reservatório principal de distribuição, cujo nível tem a cota 938m, compreende a zona que se acha entre as altitudes 900m e 880m, indo a sua rede lançar as sobras em um pequeno reservatório de quebra de carga, na cota 895m, situado nas imediações do Palácio Presidencial.

Deste reservatório, alimentado diretamente pelo reservatório principal, parte a rede do serviço médio, que compreende a região situada entre as cotas 880 e 860 de altitude e cuja rede se liga à do serviço baixo por meio de registros de parada.

A zona mais baixa, situada entre as altitudes de 838m, é servida pela mesma caixa de quebra de carga acima referida e a sua rede vai terminar em um outro reservatório de compensação na cota 860m, no extremo da cidade, destinado a receber as sobras de todo o abastecimento, reforçar o suprimento da rede baixa e servir na região circunvizinha

suburbana, se preciso ou conveniente for.

As águas canalizadas darão 400 litros, no mínimo, por habitante e por dia, quando a cidade se achar com a população de 30.000 almas, e a rede foi calculada para distribuí-las regularmente por toda a cidade, de forma que, com o mínimo de 10 m de altura, exista por toda a parte pressão bastante para fornecê-la com abundância no 2º andar dos prédios, pelo menos.

A extensão total das quatro redes, inclusive as canalizações para sua ligação com os reservatórios de distribuição, de quebra de carga e de compensação, abrange 69.020m, dos quais cerca de 60.000m pertencem às três zonas do Cercadinho.

As artérias e rampas principais têm diâmetros reduzidos, em consequência da carga de que se dispõe, e são:

Do diâmetro de	30 cm	2.800 m
“ “ “	20 cm	4.789 m
“ “ “	15 cm	3.100 m
“ “ “	12,5cm	4.130 m
“ “ “	10 cm	2.800 m
“ “ “	7,5cm	2.760 m
Diâmetros menores.....		48.650 m
Total		69.020 m

Não sendo dado conhecer-se, desde já, qual deva ser a região de maior consumo relativo, foi estabelecida a rede para um suprimento uniforme de 3 litros por segundo e por quilômetro de canalização, mas serão estabelecidos registros de ligação entre as redes, de forma a poder-se reforçar qualquer ponto com as sobras disponíveis nas regiões de menor consumo e, tanto quanto se pode esperar, com a garantia das leis da hidráulica, nos é lícito afirmar que a nossa distribuição de água nada deixará a desejar.

Já foi descarregado no Rio de Janeiro todo o material metálico necessário para a condução das águas das represas à cidade: cerca de metade já aqui se acha e a restante ainda à espera que a Central a possa transportar.

Os 550 tubos destinados à canalização do Serra já se acham transportados e estendidos ao longo do traçado para as valas que devem recebê-los, bem assim 142 dos que devem trazer o Cercadinho, tratando-se agora da abertura de caminhos para o transporte dos restantes.

Não foi ainda feita a encomenda do material metálico para a distribuição, no intuito de não onerar agora as despesas da Comissão já bastante sobrecarregadas com os de instalações diversas, de inadiável urgência e, além disso, na esperança de alguma melhoria no mercado cambial, que tão calamitosamente tem pesado sobre o custo de toda a importação atual.

A quantidade de obras a fazer-se com a condução das águas, inclusive os dois reservatórios de distribuição na cidade, é a seguinte:

Escavações.....	6.500m ³ .
Alvenarias diversas.....	9.200m ³ .
Abertura do túnel.....	320m ³ .

Esses trabalhos vão sendo feitos por contratos parciais de tarefa ou mão-de-obra".²⁴⁷

Em julho desse ano, já a caixa de areia e a represa do reservatório do córrego Serra estavam concluídas, iniciando-se logo o assentamento da linha de tubos que as uniria. Adiantavam-se as obras de construção do reservatório daquele córrego e faziam-se escavações para a linha de tubos que o comunicaria com a caixa de areia, iniciando-se a construção da caixa de água de quebra-carga da Avenida Cristóvão Colombo, fundos do Palácio Presidencial também em construção, bem como a caixa de areia e represa do córrego Cercadinho. O túnel do Cercadinho,^{247A} a 13 de agosto, tinha 163 m de perfuração, e esta não estava sendo feita com a presteza desejada, não só devido à dureza das rochas, que se encontravam em ambas as bocas, como principalmente por causa da disposição em que elas se achavam e que tornava pouco eficaz o emprego de dinamite. Para o revestimento da parte em que o túnel não era de rocha, estavam sendo fabricados tijolos nas vizinhanças do serviço. Nessa mesma data iniciava-se o assentamento da primeira linha de tubos que deveriam fornecer água à cidade e já estavam estendidos ao longo das linhas de abastecimento muitos tubos de ferro de diversos diâmetros.

Para o abastecimento da cidade nos primeiros anos, escrevia *A Capital*, de 10 de junho de 1897,²⁴⁸ seriam aproveitados o córrego Serra e o Cercadinho, com a capacidade de 400 litros, no mínimo, por habitante, a uma população de 30.000 habitantes. Para as necessidades de futuro, ficariam reservados, além de outros, os ribeirões do Capão da Posse e do Acaba-Mundo, também adquiridos e estudados, e que com os dois primeiros abasteceriam perfeitamente uma população de 150.000 almas.

Já estavam concluídos os trabalhos para a captação e condução das águas do Serra. Fazia-se o assentamento da cobertura do reservatório de distribuição. "Uma represa construída diretamente sobre o leito do córrego permitia a derivação de suas águas para uma caixa de depuração construída à margem direita e à distância de 93 m e cuja capacidade é de 331.250 litros. A água desta pequena caixa atinge a cota de 986,900 e passa para o reservatório de distribuição por meio de uma linha de sifão de 30 cm de diâmetro, já assentada, apresentando a extensão de 1.255 m e tendo 23 pequenos pilares de alvenaria nas travessias de grotas e córregos. O reservatório de distribuição destas águas, construído numa colina que se eleva ao sul da cidade, atrás da Praça do Cruzeiro, é dividido em duas partes e tem a capacidade total de 2.042.000 litros. Apresenta o nível das águas na cota de 983.800 e é destinado atualmente ao abastecimento da parte mais alta da cidade, na zona urbana, podendo, no futuro, fazer o abastecimento dos pontos mais elevados da zona suburbana.

Para a tomada das águas do Cercadinho, do mesmo modo que para as do Serra, foi construída uma pequena represa, cujo volume de alvenaria é de 104,000 m³ que se comunica, por uma calha aberta, com a caixa de depuração, de onde as águas devem sair com destino ao



Grupo de engenheiros e outros funcionários da Comissão Construtora, vendo-se: 1. Jaime Dolabella; 2. Dr. João Pedro Cardoso; 3. Dr. Inocêncio de Holanda Lima; 4. Baltazar Reis; 5. Dr. Ludgero Dolabela; 6. Dr. Gustavo Farnese; 7. Dr. Luís Silva; 8. Dr. Ademar de Melo Franco; 9. Dr. Fernando Esquerdo; 10. Otávio Carneiro; 11. Bernardino de Queiroz Catoni; 12. Maltazar Marques.

reservatório de distribuição por uma linha dupla de sifão ou conduto forçado, cujos tubos se acham espalhados ao longo do serviço, estando já iniciado o seu assentamento.

A linha de sifão, cujo desenvolvimento total é de 4.410 m, é de 40 cm de diâmetro, até atravessar um túnel de 360 m de extensão, e de 30 cm daí ao reservatório.

Sendo maior o volume da água do Cercadinho, tem também a caixa de depuração, cuja construção está em atividade, maiores dimensões, tendo, porém, análoga disposição. A sua capacidade é de 677.500 litros e o percurso das águas é de 150 m com a velocidade de 0m,04 por metro.

Para a conclusão da perfuração do túnel, cujos trabalhos de avançamento têm sido morosos em virtude não só da natureza como da especial disposição das camadas de rocha que se apresentam em ambas as bocas, faltam apenas 50 m. Dos 360 m, extensão total, apenas 80 necessitam de revestimento. Ao aproximar-se do reservatório, de distribuição, situado na encosta do Ilídio, as águas da linha de sifão serão lançadas de 14 m de altura em uma cascata de degraus, entrando em seguida no reservatório na cota de 938.000. Estando concluído para a cava desse reservatório o movimento de terra cujo volume foi de 12.686,000m³ e feitas as necessárias instalações, foi ultimamente iniciada a construção de alvenaria. É dividido em duas partes. A capacidade é de 14.750.000 litros. A altura da água é de 5 m. Para o transporte dos materiais foi construído um ramal férreo ligado às linhas urbanas.²⁴⁹

A 10 de junho de 1897, o reservatório situado nas imediações da Praça da Liberdade estava sendo coberto. Dividiu-se em duas partes e teria a capacidade de 1.146.000 litros e as águas atingiram a cota 895.800. Quanto ao reservatório de compensação, no extremo da cidade, e destinado a receber as sobras de todo o abastecimento, reforçar o suprimento da rede inferior e servir a região suburbana circunvizinha, por não ser de imediata necessidade, ainda não tinha sido construído até meados de 1897.

Segundo *A Capital*, “a extensão total das 4 redes, inclusive as canalizações para as suas ligações com os reservatórios de *distribuição, quebra de carga e compensação, atingia a 69.000 m*, dos quais cerca de 47.000 m ou 17.000 tubos (além das peças especiais) que constituem as artérias e ramais principais” já haviam chegado na maior parte e estavam sendo assentados.

Ao inaugurar-se a cidade, estava funcionando o serviço de abastecimento de água, ainda que com muitas deficiências e imperfeições, que se foram corrigindo. Todas as casas tinham as suas instalações, notando-se excessiva pressão do líquido nas torneiras, que eram livres, em alguns pontos. Em outros pontos a distribuição era feita pelo sistema das *penas de água*, tendo ficado adiada a adoção dos hidrômetros, por motivos diversos.

As primeiras instalações de água nas casas da nova capital foram feitas pelos bombeiros, Srs. Francisco Pinto Figueira, Francisco de Sousa e Constantino Cerini.

Devido à grande pressão da água, ao abrir-se qualquer torneira esguichava um líquido branco, leitoso que, só aos poucos, ia tomando a cor natural. Durante algum tempo, ao que se dizia, essa água era nociva à saúde; produzia certa perturbação intestinal, acompanhada de cólicas, a que o povo denominava *Chegadinha...*

NOTAS

- 244 BICALHO, Francisco, Relatório. MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras. *Relatório*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, v.2, p. 384-385, 1986.
- 245 O reservatório de água do Cercadinho (posteriormente Carangola, Bairro Santo Antônio), previsto no projeto original, foi construído para distribuir as águas captadas do córrego do mesmo nome. Em 13/12/96, foi lavrado contrato para a adução das águas do Cercadinho e, em 12/12/1897 (inauguração da nova capital), já estava funcionando embora de forma deficiente. O primeiro abastecimento de água de Belo Horizonte, que funcionou a partir da inauguração, consistia na captação dos córregos Cercadinho e Serra (reservatório do Cruzeiro - vide nota n. 294), com vazão de 11 milhões litros/dia (9 milhões do Cercadinho) em condições de abastecer cerca de 30 mil habitantes. O reservatório Carangola mantém-se em funcionamento abastecido por águas do sistema Rio das Velhas, tendo sido desativada apenas sua estação de tratamento. Sobre o reservatório foi construído, em 1967, o prédio do antigo DEMAE, onde funciona atualmente a COPASA (APM/O abastecimento de água em Belo Horizonte. CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 192, 1985).
- 246 BICALHO. *Op. cit.*, p. 385-386.
- 247 *Ibidem*, p. 384-385.
- 248 NOVA capital. Abastecimento d'água. *A Capital*. Belo Horizonte, 10 jun., 1897.
- 249 *Ibidem*.

XXI

CANALIZAÇÃO DE ESGOTOS - PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS -
REDUÇÃO DO PESSOAL

cargo da 9ª Divisão, chefiada pelo Dr. Ludgero Wandick Dolabella, estavam os serviços de canalização de esgotos, de águas pluviais, regime dos rios, sua retificação, canalização e drenagens.

Sem perda de tempo, apenas se viu reorganizada a Comissão e apta para empreender a 2a. parte de sua pesadíssima tarefa, a 9a. Divisão deu começo aos estudos e cálculos para a organização do projeto da rede de esgotos.

Concluídos aqueles trabalhos preliminares, pôs mãos à obra e já em abril de 1896, em seu relatório apresentado ao governo do Estado, o Dr. Francisco Bicalho informava:

“Este problema apresenta em Belo Horizonte dificuldades que ordinariamente não se oferecem na maioria das cidades, em consequência das declividades relativamente fortes das ruas e vias públicas.

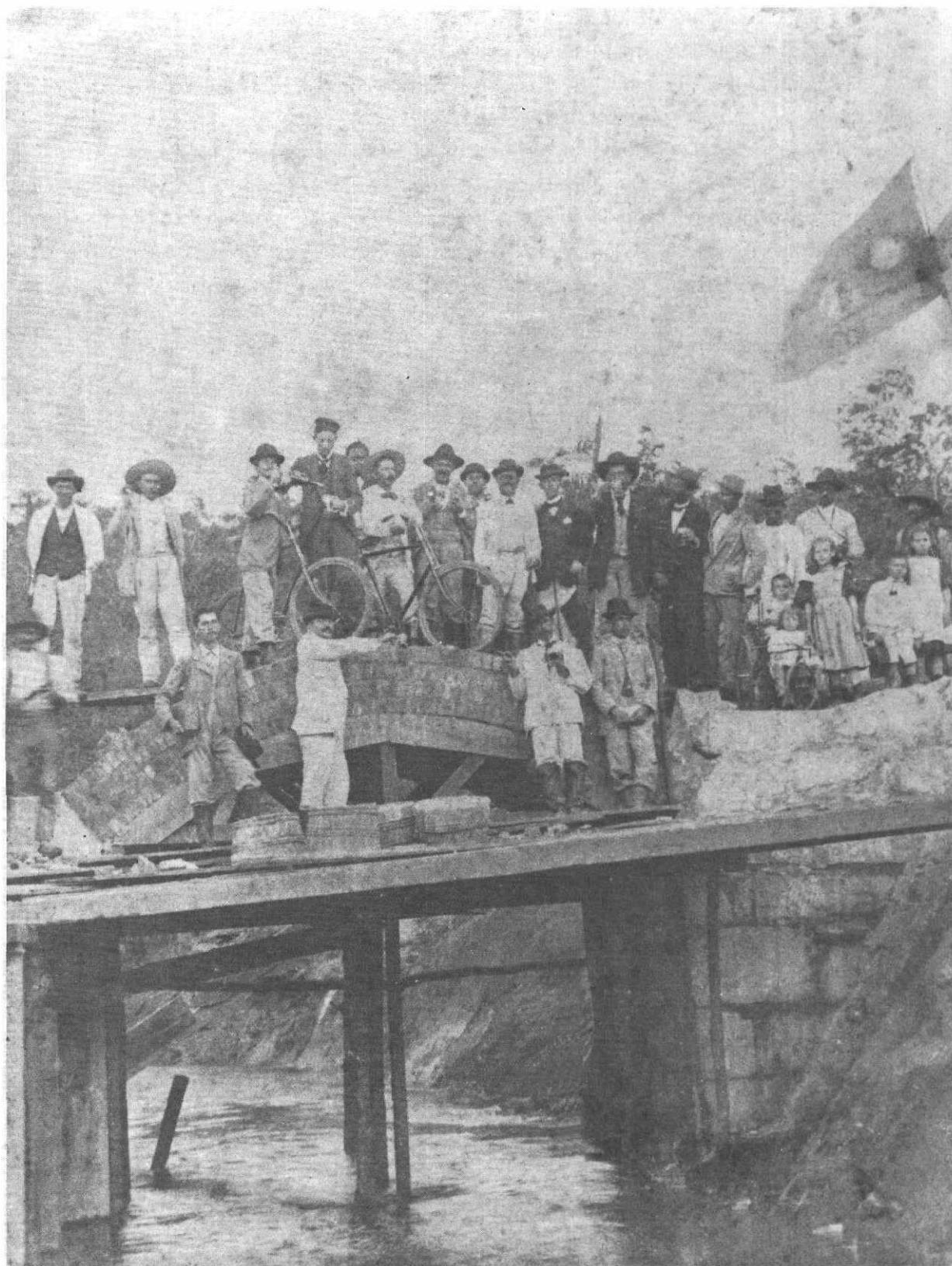
Com efeito, para que as canalizações dêem vazão aos volumes de água que por elas devem passar, bastam declividades que não excedam ordinariamente de alguns milímetros por metro.

A inclinação das ruas da nova cidade se mede, porém, por centímetros e esse excesso traria inconvenientes e perigos que, desde logo, nos chamaram a atenção.

De fato, sendo o declive que gera a velocidade da circulação nas canalizações, tem limites máximos, determinados pela natureza e construção destas, os quais não podem ser excedidos impunemente, porquanto a velocidade atua mecanicamente sobre as superfícies, e pode, por sua intensidade e permanência, danificá-las, quando não as arruíne e destrua a construção.

Assim, tivemos de aconselhar o estudo desta questão, tendo em vista principalmente a fixação de uma velocidade tal que, em circunstância alguma, pudesse pôr em risco a estabilidade e a boa conservação das obras.

Quanto ao sistema a adotar-se, não podia haver indecisão na escolha: trata-se de uma



Trabalhos de construção de galerias de esgotos no Parque, vendo-se em cima da abóbada o Dr. Fernando Esquerdo e a sua bicicleta, a primeira que existiu em Belo Horizonte.

grande cidade, capital de um rico e florescente Estado, de cujo futuro não é lícito duvidar-se, e que, portanto, deve ser edificada com todos os melhoramentos e requisitos exigidos pela higiene e comodidades de vida, que nos países civilizados são considerados indispensáveis.

Impunha-se, pois, o *tout à l'égoût*, reconhecido hoje pelas principais autoridades sobre o assunto como o mais aperfeiçoado sistema, que tem indiscutíveis vantagens sobre qualquer outro, principalmente aliado à depuração das águas dos esgotos por meio da infiltração no solo, que constitui hoje a medida mais eficaz e garantidora da salubridade e boa higiene.

Assim, adotei aquele sistema, para o qual será preparada a rede de canalização, não obstante só dever funcionar com toda a sua plenitude, quando se acharem convenientemente calçadas as vias públicas, o que não pode, nem deve ser retardado.

Com este sistema, uma rede de esgotos tem de prestar duas espécies de serviços distintos por suas condições:

1º) serviço de esgotos propriamente ditos, ou remoção para fora da cidade das matérias fecais, águas servidas e outras do abastecimento canalizado: este serviço se realiza ininterruptamente durante todo o ano, sendo, portanto, *permanente*;

2º) serviço de águas pluviais, ou recolhimento e transporte de todas as águas de chuva caídas dentro do perímetro da cidade: este serviço só se realiza durante a quadra das chuvas, que não se prolonga, ordinariamente, por mais de 4 meses no ano, sendo, pois, um serviço temporário ou *extraordinário*.

Comparados entre si estes dois serviços, quanto à sua importância em quantidade, o segundo avulta por tal forma, que poder-se-ia abstrair do primeiro para o cálculo da capacidade da rede.

Aquela importância resulta ou depende das chuvas normais da localidade, não sendo razoável preparar-se rede para chuvas de extraordinária possança, que oneraria muito o custo das obras, por exigir grandes dimensões para as canalizações e somente no intuito de exigir que uma ou outra vez, por extraordinário, corra alguma água pelas sarjetas das ruas.

Admitiremos aqui como chuva normal a que dá no pluviômetro de 36 m/m de altura por hora, a qual já é por tal forma torrencial, que, se se prolongar com a mesma intensidade por algumas horas, constituirá verdadeiro cataclismo, de mui graves conseqüências.

É certo que o observatório meteorológico já registrou aqui aguaceiros de maior intensidade, mas de duração curta e que não excedeu de alguns minutos.

A referida chuva de 36 m/m exigirá da rede de esgotos uma capacidade de vazão para 0,180 l por segundo e por quilômetro de canalização, ou 60 vezes, e que seria bastante para o serviço *permanente* de esgotos, a que nos referimos acima. Entretanto, como a canalização das águas pluviais não pode deixar de ser feita, há grande economia em fazer ambos os serviços pela mesma rede.

Quanto à velocidade máxima da circulação, como já dissemos, não deve exceder aos

limites compatíveis com a estabilidade e boa conservação das obras e, além disso, satisfazer as condições seguintes, no serviço permanente: não ser tão fraca, que permita o depósito de pequenos materiais pesados no fundo das galerias, promovendo a obstrução destas; nem tão forte, que facilite o rápido escoamento dos líquidos, deixando ficar em caminho as matérias que flutuam, como freqüentemente acontece, as quais, pela putrefação, constituem focos de infecção ou, pelo menos, de desagradável contaminação da atmosfera.

É dentro destes limites que convém estabelecer o regime para o serviço permanente ou dos esgotos propriamente ditos.

Por outro lado, conhecem-se as diferentes velocidades, capazes de atacar ou de gastar as superfícies em que se exercem permanentemente, desde a terra vegetal até as rochas graníticas.

Fixamos, pois, para o serviço permanente a velocidade de mais ou menos 1 m por segundo, que se acha nas circunstâncias e limites que acabamos de indicar, e para o serviço extraordinário, ou de águas pluviais, a de 1,83 m, a que podem perfeitamente resistir os emboços de cimento, que têm de revestir as galerias.

Convém observar que esta última velocidade, só devendo desenvolver-se por ocasião dos grandes aguaceiros, não se pode manter por muito tempo com a mesma intensidade, faltando assim um dos requisitos essenciais - a permanência ou duração - para que possa ela causar qualquer dano ou prejuízo às canalizações.

A distribuição de água potável e o recolhimento das chuvas são problemas da mesma natureza, porém inversos: o primeiro tem um todo a repartir; o segundo, parcelas a juntar, ambos, porém, subordinados a determinadas condições.

Em ambos os casos, não se pode tratar isoladamente de um trecho de rede, mas subordiná-la toda a um regime único, de forma a estabelecer completa regularidade em seu conjunto e perfeita harmonia em todas as suas partes: cada coletor, cada galeria, cada ramal deveria ter rigorosamente a seção de vazão e a declividade precisas para o transporte da quantidade de água máxima que a cada um competir.

Qualquer excesso ou deficiência em tais elementos traz sempre perturbações, de que se originam engorgitamentos, verdadeiras congestões, em um ou outro ponto, desenvolvendo pressões interiores nocivas às galerias de tijolos, que, por sua forma e construção, não são próprias para suportá-las. De um daqueles elementos - a declividade - podemos aqui francamente dispor, mas não sucede o mesmo com as seções de vazão, que ficam adstritas à série de tipos adotada, a qual varia sempre por saltos, em relação à grandeza relativa das áreas.

A perfeição teórica não se pode, pois, conseguir praticamente, e o problema se reduz a aproximar-se dele tanto quanto possível, tendo em vista considerações econômicas.

Por este motivo tivemos de estabelecer para a nossa rede 20 tipos:

— para o coletor geral e artérias principais, galerias de tijolos, de seção oval, com abertura desde 1 m até 2,40 m, variando de 20 cm;

- para as canalizações intermédias, 7 tipos, também de tijolo, de seção circular, com diâmetro de 1m até 40 cm;
- para as demais, manilhas de grés ou barro vidrado, de 8, 9, 10, 12, e 14 polegadas de diâmetro, por serem estes os calibres usuais dos fabricantes.

As alturas conseqüentes da diferença de declividade nas ruas e canalizações terão de ser consumidas por meio de obras especiais na rede e, convindo reduzir a sua importância, torna-se necessário não economizar, como geralmente sucede, mas admitir as máximas declividades, compatíveis com a velocidade fixada como limite e que já mencionamos.

Foi, pois, subordinada aos dados e condições diversas, ligeiramente esboçados, que teve de ser calculada a nossa rede, que compreende 88.620 m de desenvolvimento total.

No intuito de reduzir o custo de obra, a rede foi disposta de forma a ficar construída, em sua maior parte, por encanamentos de manilha de barro vidrado que, além do menor custo, oferecem vantagens na presteza de assentamentos e outras relativas a conservação e consertos.

A extensão total de canalização de tijolo é de 9.670 m e a de manilhas de 78.950 m.

Do mesmo modo que vamos proceder em relação à rede para o abastecimento de água, não assentaremos da rede de esgotos senão a parte que for agora necessária, devendo a restante ser feita à proporção que a cidade se for desenvolvendo, evitando-se assim um empate de capitais que pode ser adiado.

Neste trabalho, porém, será rigorosamente respeitado o projeto estabelecido, de sorte que, quando se achar concluído, o serviço de esgotos será perfeitamente feito e a nova capital nada terá a invejar, neste sentido, a qualquer outra cidade."²⁵⁰

O relatório estabelecia o seguinte quadro dos tipos para as canalizações de esgotos:

NÚMERO DOS TIPOS (m)	ABERTURA (m)	ALTURA INTERNA (m)	SECAÇÃO DE VAZÃO (m ²)	EXTENSÃO DA REDE (m)	OBSERVAÇÕES
I	3,6	3,362	6,731	-	Suprimido
II	2,40	3,103	5,735	270	Seção oval de tijolo
III	2,20	2,845	4,820	700	Idem; idem
IV	2,00	2,586	3,983	-	Idem; idem
V	1,80	2,327	3,226	-	Idem; idem
VI	1,60	2,069	2,549	1,240	Idem; idem
VII	1,40	1,810	1,952	1,450	Idem; idem
VIII	1,20	1,552	1,434	1,460	Idem; idem
IX	1,00	1,393	0,996	1,400	Idem; idem
X	1,00	1,000	0,785	520	Seção circular de tijolos
XI	0,90	0,900	0,636	320	Idem; idem
XII	0,80	0,800	0,503	420	Idem; idem
XIII	0,70	0,700	0,385	1,000	Idem; idem
XIV	0,60	0,600	0,283	750	Idem; idem
XV	0,50	0,500	0,196	140	Idem; idem
XVI	0,40	0,400	0,126	-	Idem; idem
XVII	0,35	0,350	0,096	3,560	Manilhas
XVIII	0,30	0,300	0,071	4,530	Idem; idem
XIX	0,25	0,250	0,049	4,560	Idem; idem
XX	0,225	0,225	0,040	3,720	Idem; idem
XXI	0,20	0,200	0,031	62,580	Idem; idem

Em julho de 1896 a execução dos serviços de construção era ativada consideravelmente. As escavações para a linha que iria atravessar o Parque estavam muito adiantadas e assentavam-se agora às linhas de vagonetes, tração animal, a fim de, por elas, transportar-se, ao longo das valas, todo o material necessário à construção das galerias. Era verdadeiramente ciclópica, por exemplo, a movimentação de operários e materiais no trecho hoje compreendido entre a Distribuidora de eletricidade e o Parque até o ribeirão dos Arrudas.

As manilhas para as canalizações eram fornecidas pela Cerâmica de Caeté, do Dr. João Pinheiro da Silva, por contrato de 4 de setembro. No sentido de auxiliá-lo para o perfeito cumprimento do mesmo contrato, a 6 de outubro o engenheiro-chefe escrevia nos seguintes termos ao Sr. Benjamim Quadros, no Rio:

“É portador desta o Sr. Dr. João Pinheiro da Silva, que vai a essa capital comprar três máquinas de que necessita a sua fábrica para poder cumprir o contrato feito com esta Comissão, para o fornecimento de canos para a rede de esgotos, sendo uma de cilindro para o preparo do barro, outra para a mistura do mesmo e a terceira para moldagem de canos. V.S.^a. deverá auxiliá-lo, como representante desta Comissão, e logo que tenha ele realizado a compra, telegrafe-me avisando-me da importância total para habilitar a V. S.^a. com os meios necessários ao pagamento dos aludidos maquinismos.”



Trabalhos de construção das galerias de esgotos no Parque, vendo-se ali perto a velha fazenda em que morava o Sr. Paul Villon.

Até o último dia de janeiro de 1897 era a seguinte a quantidade de serviços executados na rede de esgotos: escavações para galerias, 5.290, 329m³; pedra britada para filtros, 235, 599m³, alvenaria de tijolos, 708, 668m³; reboco nas galerias, 2.592m²; chapa de argamassa para a parte superior dos filtros, 279m²; escoramento de maneira para as cavas, 1.310, 40m².

Segundo afirmava *A Capital*,²⁵¹ de 10 de junho, a Comissão já estava recebendo manilhas de grande diâmetro, para o encanamento, fornecidas pela fábrica de propriedade do Sr. João Pinheiro da Silva, estabelecida em Caeté, para a rede de esgotos, da qual se destacavam os três principais coletores, das bacias do Serra, do Abaca-Mundo e do Arrudas, vindo este do vale do Leitão, de que receberia todas as águas. Esses principais coletores seriam de forma oval, construídos de tijolos, e suas maiores dimensões internas atingiriam: “para os dois últimos a 2,7 m na altura de 1,60 m na maior largura; para os dois do vale do Serra, 1,40 m por 1m”. A construção desses coletores e seus ramais dependia do mais completo e definitivo preparo das ruas, praças e avenidas e foi iniciada em meados de 1896, estando bastante adiantada em julho de 1897, maior desenvolvimento adquirindo à proporção que se iam reduzindo as dimensões. Nesse período estavam completamente concluídos cerca de 2.600 m daqueles coletores principais e 1.800 em ativa construção. O trabalho até então executado era representado pelos seguintes algarismos: “movimento de terra, 15.342.000 m³; reconhecimentos da vala, 2.998.000 m³; escoamento, 4.326.000 m²; alvenaria de tijolos, 4.135.000 m³; alvenaria de pedra, 132.000 m³; reboco na galeria, 2.813.000 m²; drenos 1:500.000 m. Para o esgotamento de toda a área da cidade considerada para 30.000 almas, apresentando a rede o desenvolvimento total de cerca de 97.000 m, apenas 10.000 serão de coletores de tijolos, sendo o restante construído de manilhas de grés vidrado que, além de menor custo, oferecem vantagens na presteza do assentamento, conservação e reparação.” Já se iniciar o assentamento da linha de manilhas nas ruas, praças e avenidas, e já estava iniciado o serviço das linhas domiciliares na região atravessada pelos coletores.

Iam naquele pé de adiantamento, não só esse como todos os serviços da Comissão, quando caíram sobre Belo Horizonte as primeiras bâtegas de chuva da estação que vinha entrando, e o engenheiro-chefe, precavendo-se contra as dificuldades de tal período, expediu o seguinte *memorandum* às Divisões, a 17 de outubro de 1896:

“Devendo começar agora a quadra de chuvas, em que não é possível realizarem-se trabalhos de maior importância, como se tem dado nos anteriores, julguei acertado e prudente não dar agora início a novas obras, no intuito de não prejudicar o andamento das já começadas que carecem continuar com o máximo impulso, para que possa realizar-se a mudança da capital na data marcada. Nestes termos, torna-se excessivo o atual pessoal técnico e administrativo, para o qual não haveria ocupação realmente útil, nesse período, que não é pequeno. Reconhecendo, entretanto, o merecimento, bons serviços, e conseqüentes direitos de cada um pela maneira por que têm desempenhado seus deveres, resolvi, para atender, tanto quanto possível, a estas considerações, sem prejuízo dos interesses do Estado, licenciar, sem vencimentos e sem prazo, uma parte do mesmo pessoal para, oportunamente, facultar a

cada um a reocupação de seu lugar, quando seus serviços se tornem, porventura, necessários. Como prova de minha gratidão e reconhecimento pessoal, terei sumo prazer se a qualquer dos meus bons companheiros de trabalho, colhidos nesta medida, eu puder ser útil para a obtenção de outros empregos em que aplique sua atividade, facultando, ao mesmo tempo, passagens na estrada de ferro para si, suas famílias e bagagens. Esta medida é aplicável aos constantes da lista junta, cujo exercício na Comissão cessa nesta data. Belo Horizonte, 17 de outubro de 1896. O engenheiro-chefe. *F. Bicalbo.*”

Os 29 funcionários atingidos pelo *memorandum* eram os seguintes: Dr. Adolfo Radice, engenheiro da 1a. classe; Drs. Francisco de Paulo Cunha e Nuno Alves Duarte Silva, engenheiros de 2a. classe; Eduardo Le Monier, engenheiro de 3a. classe; Michel Dessens, Francisco Antunes da Silva Guimarães, Baltasar Pinto dos Reis, Julien Riant e Dr. Jocelyn Cardoso de M. e Sousa, condutores de 1a. classe; Anísio Palhano de Jesus, Luís Charaix, Carlos Sauvage, Antônio José Gonçalves, João Caetano Lisboa, Marcos Mettrou Gavino e Fernando de Sousa Esquerdo, condutores de 2a. classe; João Batista Carneiro, desenhista de 2a. classe; Francisco Furtado Nunes e Arman Ledent, desenhistas de 3a. classe; João de Almeida, 1º escriturário; José Batista Maciel, Júlio do Egito Rosa, João Batista Gomes e Paulinho José de Sousa, terceiros escriturários; Joaquim Horta, Júlio Bressane Lopes, Benjamim Franklin de Lima, Cantidiano Ferreira de Carvalho e Afonso Bernardo Guimarães, amanuenses.

Aquele ato do engenheiro-chefe, ainda que defendido, justificado e aplaudido pela *A Capital* do dia 22,²⁵² deu ensejo aos mais perversos e tendenciosos boatos e comentários da imprensa e demais inimigos da mudança da capital. Inventaram que os trabalhos iam ser suspensos porque o governo estava sem recursos financeiros e aquela medida era o primeiro sinal de fracasso do empreendimento. Tudo mentira, invencionice, perversidade só.

Mas o engenheiro-chefe, sem dar atenção ao falatório e completando aquela providência, escrevia no dia 20 ao Sr. Benjamim Quadros, então no Rio:

“Recomendo a V. S^a. que suste todo e qualquer pedido de compras que ainda não tenha satisfeito, avisando-me, porém, o número de ordens deles para que, pelos livros de talões, resolva ulteriormente, porque não pretendo, durante os meses de chuvas dar andamento senão às obras dos palácios e casas de funcionários. Caso não tenha comprado o sino para a capela, não o faça agora.”

E a 22, mandava-lhe esta:

“Tendo sido licenciado o Sr. Dr. Samuel Gomes Pereira, queira V.S^a. tomar conta direta do serviço da Marítima, e, em meu nome, dispensar o Dr. Cantidiano de Carvalho, visto como devem ser restringidos os serviços, tanto dessa agência como os da Estrada de Ferro Central, informando-me, ao mesmo tempo, se é possível dispensar o agente, Sr. Joaquim Gonçalves de Andrade, sem prejuízo do serviço, ficando na estação apenas o ajudante, Sr. Alberto Lamartine.”

Então, durante aqueles dias terrivelmente chuvosos, todos os serviços que não poderiam ser executados sob as chuvas foram paralisados e pela localidade imperou uma tristeza

imensa, um desalento impressionante, como se tudo estivesse para acabar derretido pelos aguaceiros que caíam copiosa e ininterruptamente.

Assim, das cafuas dos operários inativos vinha, para ainda mais acentuar aquele abatimento dos espíritos, o *choro* lamentosamente dolente de violas e sanfonas, em toada monótona, que à noite fazia coro com o batraquear dos sapos nas baixadas charcosas e com o bendelengar dos cincerros que os animais de carroças, soltos pelas ruas, traziam atados ao pescoço.

Mas quando passou aquele mau tempo e a Comissão se atirou de novo, resolutamente, aos trabalhos de remate da sua pesadíssima tarefa, houve como que um *surge et ambula* por todo o Belo Horizonte.

Como os demais serviços, foi atacado o de canalização de esgotos, de sorte que, pela inauguração da cidade, estava funcionando a rede para uma população de 30.000 habitantes, ainda que apresentando muitas deficiências e irregularidades, aliás, naturalíssimas.

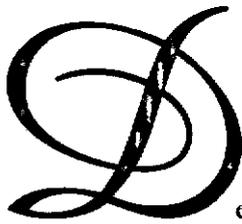
NOTAS

250 BICALHO. *Op. cit.*, p.338-390.

251 A CAPITAL. Belo Horizonte, p. 2, 10 jun., 1897.

252 NOVA capital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 22 out., 1896.

ILUMINAÇÃO E FORÇA ELÉTRICA



Depois de solucionado pela melhor forma que era possível, no momento, a magna questão dos transportes, quer externa, quer internamente; depois de realizados os principais serviços de terraplenagem e arruamentos, justamente quando se iniciavam os trabalhos propriamente de construção da cidade, a Comissão Construtora voltou as suas vistas para o problema da iluminação e força elétrica. E já a 9 de setembro de 1895, constando que o Dr. Francisco Bicalho estava resolvido a solucionar aquele problema até os primeiros dias do ano próximo, o *Bello Horizonte* ²⁵³ comentando o boato exclamava: "Quem diria ver as ruas do velho Curral del Rei iluminadas a eletricidade!"

Realmente o engenheiro-chefe mandou fazer estudos para a instalação de luz e força elétrica, com aproveitamento de uma queda do ribeirão dos Arrudas, no Freitas, tendo esta a capacidade para 150 cavalos-vapor, suficiente para desenvolver iluminação correspondente a 24.000 velas fotométricas.

Era seu pensamento fazer aquela instalação não só para iluminação pública e particular da cidade, como para o aproveitamento da eletricidade na movimentação de maquinismos industriais e nas instalações das obras em construção, durante o dia, até a inauguração da capital. Inaugurada esta, aproveitar-se-iam as redes para a iluminação da Capital, distribuindo-se pela suas ruas, avenidas e praças 650 lâmpadas de 32 velas incandescentes ou de arco voltaico de maior intensidade nas praças e avenidas, reduzido aquele número de lâmpadas.

Levando-se, porém, em conta a situação cambial no momento, que elevaria aquelas despesas a mais de 400 contos, deliberou-se adiar a execução de tal projeto para momento mais oportuno, financeiramente falando.

Entretanto, haviam sido feitas várias medições da possança do ribeirão dos Arrudas, em diversas ocasiões, por meio de flutuadores, bem como fora determinada a seção média, no trecho em que se trabalhava, colocando-se aí uma régua graduada para marcar as variações do nível da água. Verificou-se, então, que a vazão do manancial variava entre 1.700 a 3.000

litros por segundo, em épocas diversas. Embora as águas do ribeirão não devessem descer muito abaixo do nível que tinham ao darem aquele mínimo, o engenheiro-chefe julgou prudente estabelecer para possança respectiva apenas 1.000 litros por segundo.

Igualmente havia sido feito o nivelamento entre o ponto escolhido para a represa e o local em que deveriam ser assentadas as turbinas, no Freitas, bem como desenhada a planta geral, com designação das redes de fios para luz e força, a situação dos postes para a iluminação pública provisória na região habitada naqueles dias, até a estação de Minas.

Adiada, por algum tempo, pelos motivos expostos, a execução daquela iniciativa, em fins de 1896 resolveu o engenheiro-chefe levá-la a termo e, a 18 de dezembro, em Ofício n. 206 à Secretaria da Agricultura, pedia autorização para contratar as referidas instalações com a Companhia Mineira de Eletricidade, de Juiz de Fora. Acompanhando o pedido de autorização, enviava à Secretaria da Agricultura duas propostas que havia recebido: uma da casa Siemens & Walske, de Berlim, por seus intermediários no Rio de Janeiro, a qual não discriminava nem especificava os *itens* da instalação, nem detalhava com clareza os preços estabelecidos; era uma proposta global, sem garantia, inaceitável, portanto. A segunda fora-lhe apresentada, a pedido, pela Companhia Mineira de Eletricidade, de que era presidente o Sr. Bernardo Mascarenhas, uma das maiores autoridades no assunto em Minas, naqueles dias. A Companhia, porém, não tinha capital disponível e os fabricantes de materiais elétricos exigiam depósito de 50% do valor das encomendas e pagamento integral por ocasião do embarque. Por isso, para a realização das instalações, a Companhia exigia que se pusesse à sua disposição o capital necessário, responsabilizando-se ela pela execução completa dos serviços e funcionamento das instalações, por um ano, mediante 50% das encomendas, dando como garantia todo o seu capital empregado em Juiz de Fora.

Merecendo-lhe toda confiança a Companhia, cuja proposta compreendia também o fornecimento de todo o material para 300 lâmpadas particulares, solicitou o engenheiro-chefe a necessária autorização do governo para firmar o contrato. O sistema a ser adotado seria o *Westinghouse*, já praticamente conhecido entre nós. Não seria conveniente que se procurassem novidades na Europa, sendo certo que o estudo de eletricidade e todas as grandes descobertas modernas naquele ramo da ciência provinham dos Estados Unidos.

Dada pelo governo do Estado a autorização pedida pelo engenheiro-chefe, sem perda de tempo a Comissão Construtora firmava o respectivo contrato com a Companhia Mineira de Eletricidade.

Em princípios de 1897, quando iam ser iniciados aqueles trabalhos, superentendidos, como foram, pelo Sr. Bernardo Mascarenhas, que teve por auxiliares os engenheiros Carlos Hargreaves e Parker, a pretexto de inspecionar a cachoeira do ribeirão dos Arrudas, no Freitas, o Dr. Francisco Bicalho, no dia 21 de fevereiro, promoveu ali um encantador convescote, de que trataremos em outro capítulo.

A 20 de março, iniciava-se ali a instalação da usina, fazendo-se uma represa provisória de pedra, madeira e terra, sendo que o material para as instalações já havia sido pedido por telegrama, pelo Sr. Bernardo Mascarenhas. A primeira pedra da represa definitiva foi assentada no dia 4 de maio, e os trabalhos de construção do edifício da Distribuidora estavam a cargo da 6ª Divisão que, em junho, trabalhava ativamente, a fim de entregar esse prédio no mais

curto prazo possível, tendo iniciado aqueles serviços a 10 de maio. Em junho, já estavam feitos na represa 400 m³ de alvenaria, faltando apenas 30 m para sua conclusão, que foram logo executados. A calha, cuja capacidade daria para conduzir 1.200 litros d'água por segundo, tinha a extensão de 100 m e já estava com 300 m de alvenaria construídos. A água conduzida pela calha daria movimento a uma turbina com força de 450 cavalos. Entre a usina e a calha, a água seria conduzida por tubo, numa extensão de 400 m, e entre a usina em fundações e a Distribuidora, numa distância de 5.000 m, corria-se a linha para assentamento dos postes, já encomendados nos Estados Unidos. Só a 29 de julho chegou o material encomendado, sendo então acelerados os trabalhos. Em agosto assentavam-se os postes para iluminação pública. No Freitas ultimavam-se os trabalhos da usina e da represa, ao passo que se intensificavam as obras do edifício da Distribuidora. Nestas obras, no dia 3 de agosto, registrou-se um acontecimento lamentável: a queda do operário italiano Antônio Reppo, de 30 anos de idade, solteiro, de um dos andaimes ao solo, morrendo imediatamente.

Finalmente, no dia 11 de dezembro, véspera da inauguração oficial da nova capital, inaugurava-se o serviço de iluminação elétrica, sendo o acontecimento festejado com música e fogos. Foi ao anoitecer, quando se estampava na barra do poente um desses fantásticos, maravilhosos crepúsculos vesperais tão freqüentes e admirados em Belo Horizonte, que, de surpresa, a localidade se iluminou toda, como por encanto, arrancando dos lábios da população um grito de entusiasmo, ao passo que uma banda de música saiu clangorando pelas ruas velhas do arraial e pelas novas da cidade, entre aclamações populares.

De sorte que, na noite seguinte; ao inaugurar-se a capital, estava esta iluminada definitivamente, sendo notável o realce que a iluminação, elétrica imprimia na cidade nascente.

Só depois de instalada a Prefeitura é que foram feitas as primeiras ligações de luz elétrica em casas particulares.

NOTAS

253 BELO HORIZONTE. *Bello Horizonte*, p. 3, 29 set., 1895.

O PARQUE E A ARBORIZAÇÃO DA CIDADE



ntregue aos cuidados e à competência do arquiteto-jardineiro francês, Sr. Paul Villon, que foi residir em uma casa velha à margem do córrego Acaba-Mundo, próximo ao ponto em que a Avenida Afonso Pena faz junção com a Avenida Carandaí, para dentro do atual gradil do nosso grande logradouro público, estava ele projetado e iniciado, quando o Dr. Francisco Bicalho assumiu a chefia da Comissão Construtora, em maio de 1895.

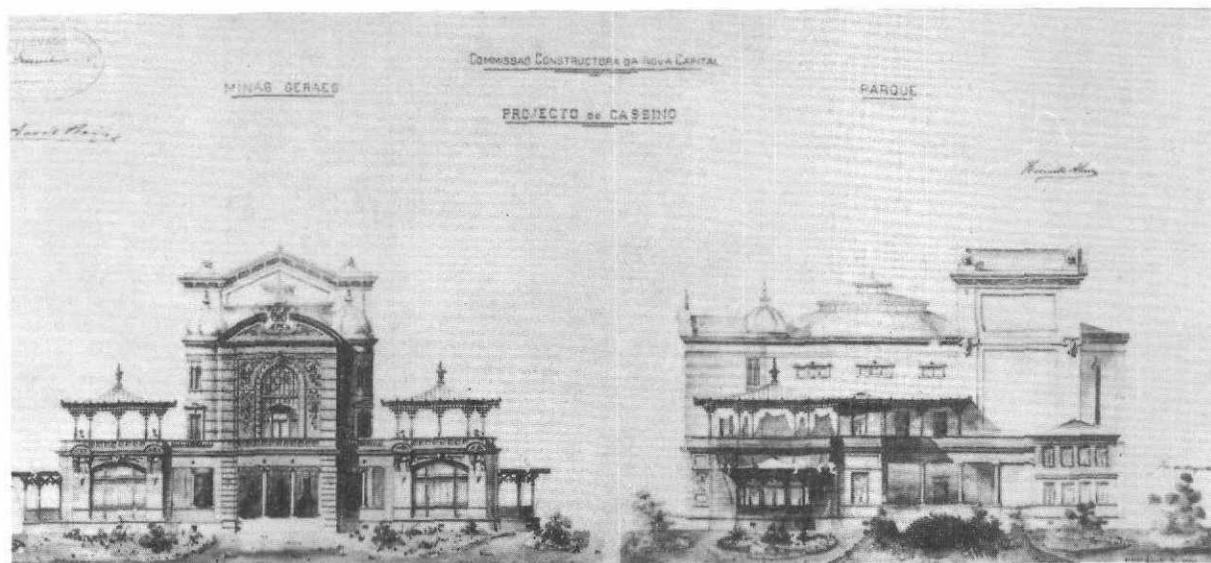
Como já dissemos, iam ser construídos nele um cassino, um restaurante, um observatório meteorológico, uma ponte artística e um belo portão de entrada, cujos projetos já haviam sido aprovados pelo governo do Estado; mas nada se fez afinal, a título de economia.

Feita a locação de todo o seu perímetro, onde foi traçado grande número de ruas e avenidas, prepararam-se duas esplanadas, uma para o cassino e outra para o restaurante, no lugar mais alto de sua área. O cassino chegou a ser iniciado e ficava localizado nas proximidades do lugar em que hoje se acha o "Instituto de Radium"; mas no dia 10 de julho de 1895, em Ofício n. 771,²⁵⁴ o engenheiro-chefe mandava suspender as obras do edifício logo que estivessem concluídos os alicerces, o que se fez.

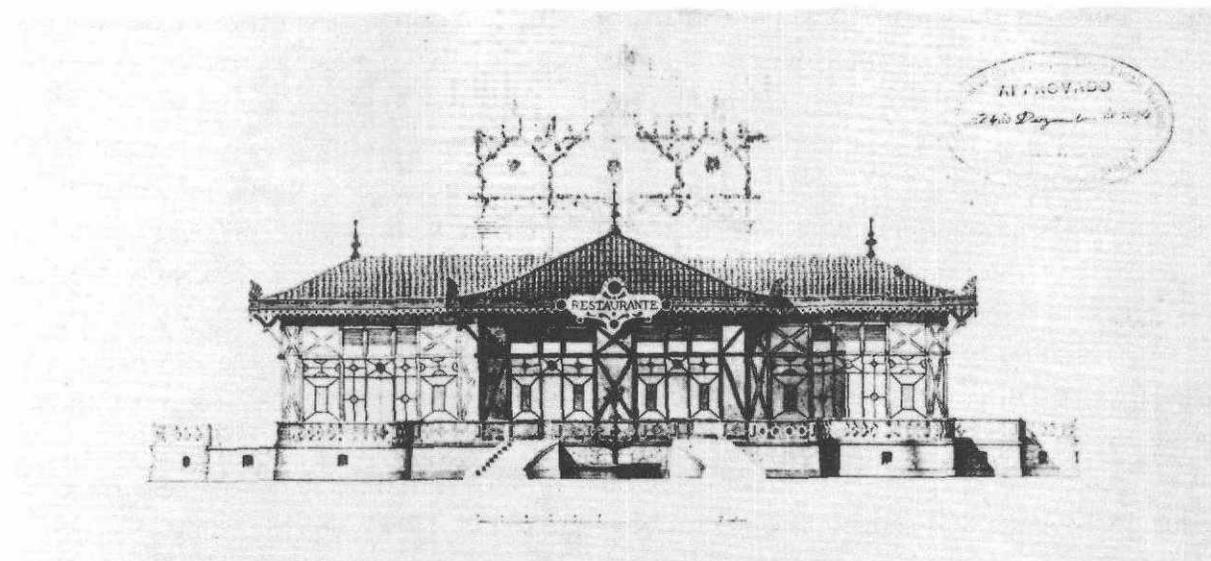
O restaurante nem se iniciou. Quanto ao observatório meteorológico, destinava-se à instalação definitiva dos aparelhos e mais objetos desse serviço que a Comissão mantinha, desde 1894.

Afinal, como dissemos, não se construiu também o observatório no Parque, ficando este reduzido às benfeitorias e embelezamentos com que se lhe ia dotando o Sr. Villon.

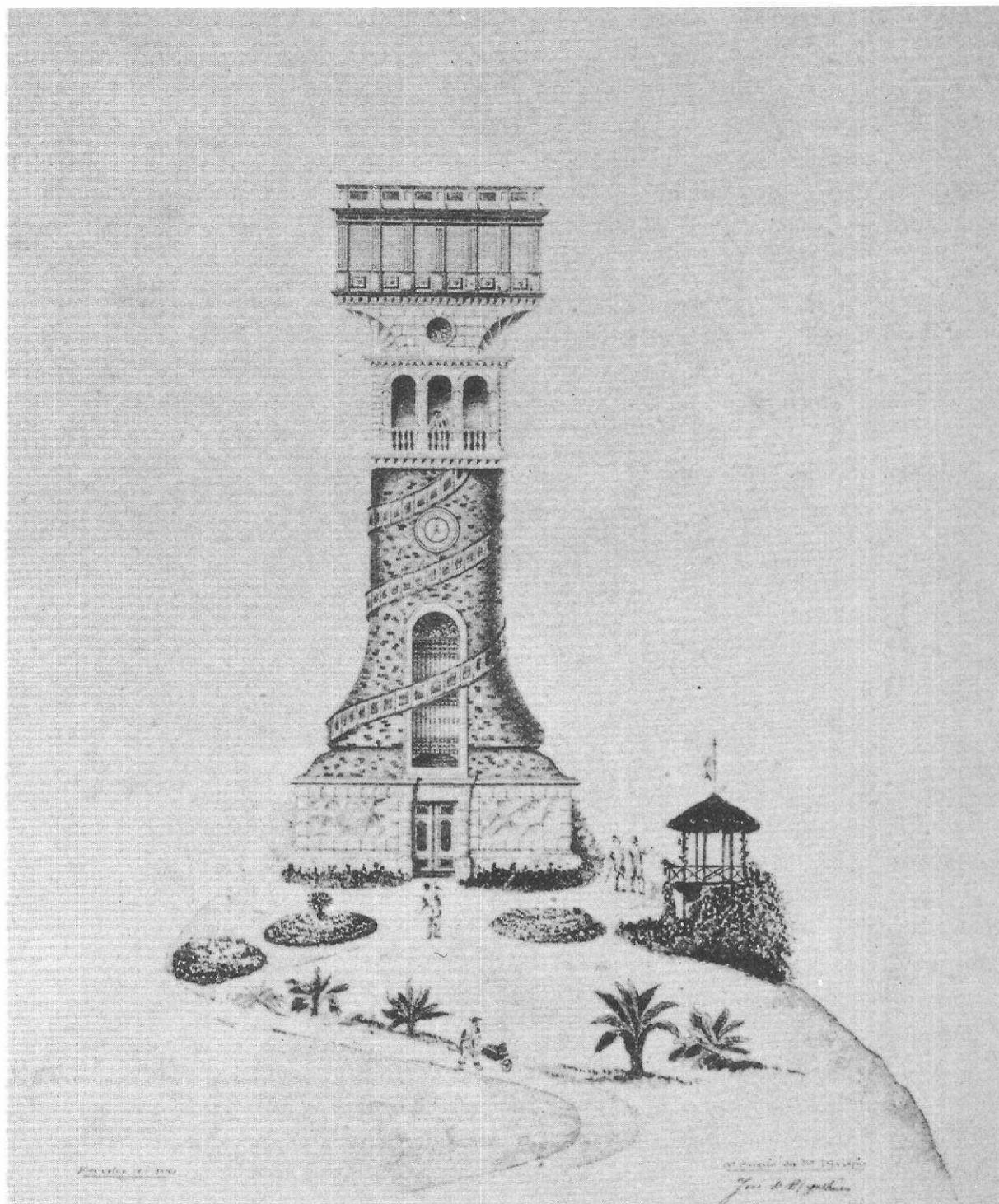
Cercado provisoriamente a arame farpado, enquanto ele ia sendo preparado, cuidou-se de criar dois grandes viveiros para floricultura e arboricultura indígena e exótica à margem do córrego Serra, destinados ambos a fornecer os elementos para a arborização e ornamento do grande logradouro público, bem como das ruas e avenidas da cidade. Em abril de 1896, esses viveiros contavam cerca de 21.000 mudas de árvores diversas, em sua maioria palmeiras em boas condições de desenvolvimento, tendo-se também, a título de experiência, ensaiado o



Projeto do cassino que ia ser e não foi construído no Parque.



Projeto do restaurante que ia ser e não foi construído no Parque.



Observatório meteorológico projetado para ser construído no Parque.

plântio de alfafa, trifólio e muitas gramíneas, segundo informava o engenheiro-chefe em seu relatório, acrescentando: “Com exceção de uma avenida, os trabalhos do Parque têm sido feitos por administração, sob a direção do Sr. Villon, arquiteto-jardineiro, que tem grande amor à sua arte e bastante gosto em seus planos. Como é natural, trabalhos desta natureza, devendo aproveitar acidentes de terreno, não podem obedecer rigorosamente à planta desenhada em escritório, que sacrifica, muitas vezes, belezas naturais, que se deparam neste ou naquele ponto; por isso, julguei acertado, em vista da competência do executor, libertá-lo de tais peias.”²⁵⁵

Até abril de 1896 os serviços que se executavam aí haviam progredido bastante, permitindo ajuizar-se desde logo, da “sua importância futura, como notável embelezamento da cidade”. Até aquele mês, além do serviço de remoção de terra, por tarefa, o que ali estava feito era representado pelos seguintes algarismos, segundo o mencionado relatório:

Alamedas com macadame.....	5.573 m ²
Ditas sem macadame	19.130 m ²
Esplanada do restaurante.....	2.897 m ²
Dita do cassino.....	3.500 m ²
Dita da entrada.....	575 m ²
Rua na floresta e outras.....	3.456 m ²
Total	36.329 m ²

A 11 de setembro, chegando a Belo Horizonte o botânico A. Glaziou, vindo de Goiás, visitou o Parque, apreciou muito quanto ali estava feito e se pretendia fazer, trocou idéias com o Sr. Villon, a quem sugeriu várias medidas de embelezamento para o nosso logradouro.

Em fins de 1895, o Sr. Paul Villon ia ao Rio, levando a seguinte autorização do engenheiro-chefe, datada de 10 de agosto: “Queira V. S^a. requisitar do Sr. Dr. Júlio Furtado, diretor de Matas, Jardins e Caças, da Capital Federal, dois mil pés sortidos de eucaliptos, para serem plantados na nova capital de Minas Gerais, passando o competente recibo e agradecendo em meu nome ao mesmo diretor”.

Por aqueles dias, o Sr. Villon fazia grande plantação de sementes de árvores que, com aqueles eucaliptos, constituiriam a futura arborização da capital. E como existisse no Largo do Rosário, próximo da antiga capela e do Hotel Lima, belíssima *saponaria* nativa que, em ocasiões próprias, cobria-se de frutos (sabonetes de soldado, na expressão popular), teve o Sr. Villon a feliz idéia de colher grande porção daqueles frutos, com os quais formou sementeiras no Parque. De sorte que as árvores dessa espécie existentes na arborização de Belo Horizonte são descendentes daquela *saponaria* do arraial.

Havia nos melhores pomares de Belo Horizonte grande número de preciosas árvores que não poderiam permanecer nos lugares em que se achavam, pois estorvavam os trabalhos de

terraplenagem que se realizavam. Arrancá-las ou decepá-las causaria pena. Concebeu o Sr. Villon a idéia providencial, que comunicou ao engenheiro-chefe, de serem aquelas árvores aproveitadas para arborização do Parque. Para isso, no dia 17 de outubro de 1895, a Comissão encomendava aos Srs. Dury-Sohy, em Paris, por 4.000 francos, uma interessante máquina destinada à transplantação de árvores, a qual foi inaugurada a 27 de maio de 1896. Essa máquina não era mais nem menos do que um carro que se abria para envolver o tronco da árvore e suas raízes com a terra que as circundava. Feita a escavação em torno das raízes, abria-se o carro sobre a cava. Diversas correntes presas a este envolviam o bloco de terra com as raízes, levantando-o à altura das rodas. Tudo preparado como ensinavam as instruções para o respectivo funcionamento, punha-se o carro em movimento, puxado por dois animais, conduzindo a árvore até o local em que seria replantada. Aí, colocava-se o carro sobre a cava adrede preparada, fazia-se descer o bloco com as raízes, soltavam-se as correntes, aterrava-se a cava e a árvore continuava a viver naturalmente. Há em nosso Parque inúmeras palmeiras e outras árvores que foram para ali transplantadas por meio do carro *Dury-Sohy*, conseguindo-se assim um parque moderno, arborizado com árvores antigas vindas de diversos pontos do arraial.

Por aqueles dias, o Dr. Henrique Gorceix, diretor do Serviço Agrícola de Minas, havia fundado na velha fazenda do Leitão, desapropriada pelo Estado, um campo prático para viveiro de plantas e sementes, que ficou a cargo do Sr. Leon Quet, desde 27 de outubro 1896 até 25 de outubro de 1897. Nessa data passou a ser conservado pelo alferes Álvaro da Silveira, que aí se conservou até 30 de junho de 1898, passando então a ser dirigido pelo Sr. Paul Villon, que acumulava os cargos de zelador daquele campo prático e do Parque da nova capital.

Sobre este, informava o secretário da Agricultura, em seu relatório de 31 de dezembro de 1896: "Continuam os trabalhos do Parque, que consistiram em movimento de terra, preparo de ruas e canteiros, transplantação de árvores, por meio de máquina, formação de lagos, etc. O viveiro já dispõe de grande quantidade de mudas para arborização".²⁵⁶

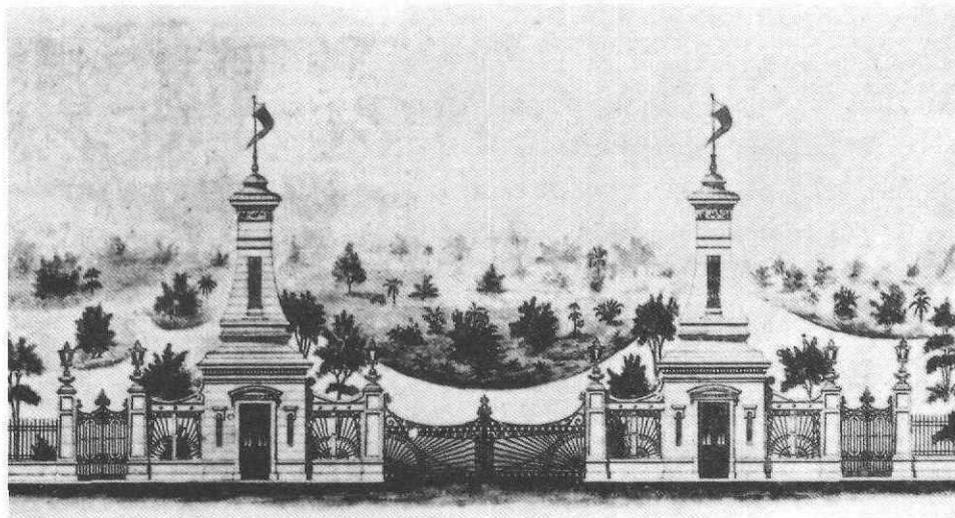
A 8 de julho de 1897 toda a área reservada para o Parque estava sendo cercada com tela e já oferecia agradabilíssimo aspecto, e na tarde de 26 de setembro teve ele o seu batismo recreativo. Nessa tarde, grande novidade atraiu o povo de Belo Horizonte para o recinto do nosso grande logradouro público. É que a corporação musical "Carlos Gomes" realizava ali a primeira retreta de uma série com que lhe deu animação durante algum tempo.

Desde então, nas tardes de domingos e quintas-feiras, a melhor sociedade da capital nascente ia para ali, dar agradáveis passeios a pé ou de carro ou de charrete, sob o pretexto das retretas, ao passo que muitos rapazes e moças lhe percorriam as ruas, avenidas e alamedas em bicicletas, exercício esportivo que estava em moda.

O que era o Parque naqueles dias conta-nos a seguinte crônica de *A Capital*: "Agora já se pode fazer uma idéia ligeira do que vai ser esse monumental jardim da nova capital do Estado de Minas. Não é aquele pedaço de terreno rudemente cultivado, onde apenas vicejavam laranjeiras, jaboticabeiras, coqueiros e esmo plantados e a vegetação quase rasteira dos



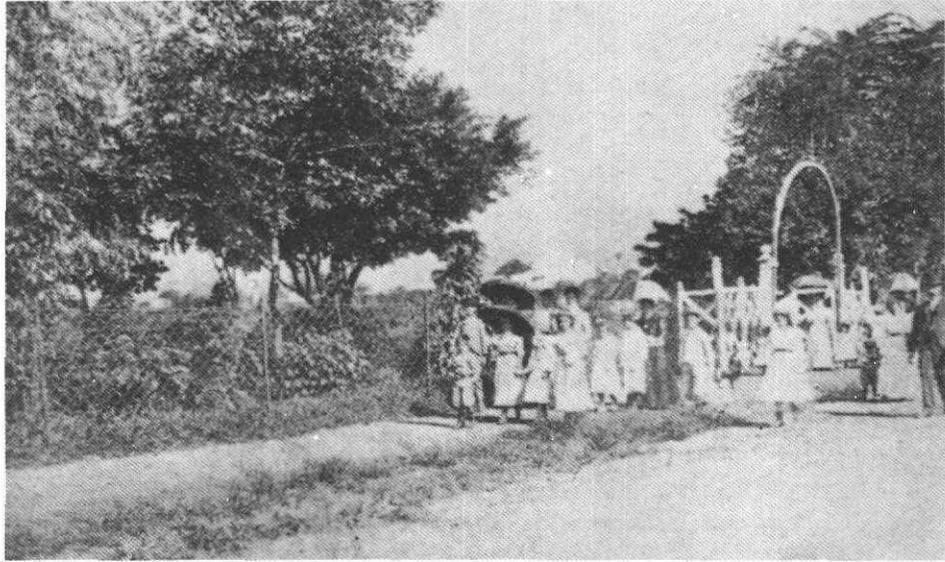
Ponte rústica projetada para ser construída no Parque.



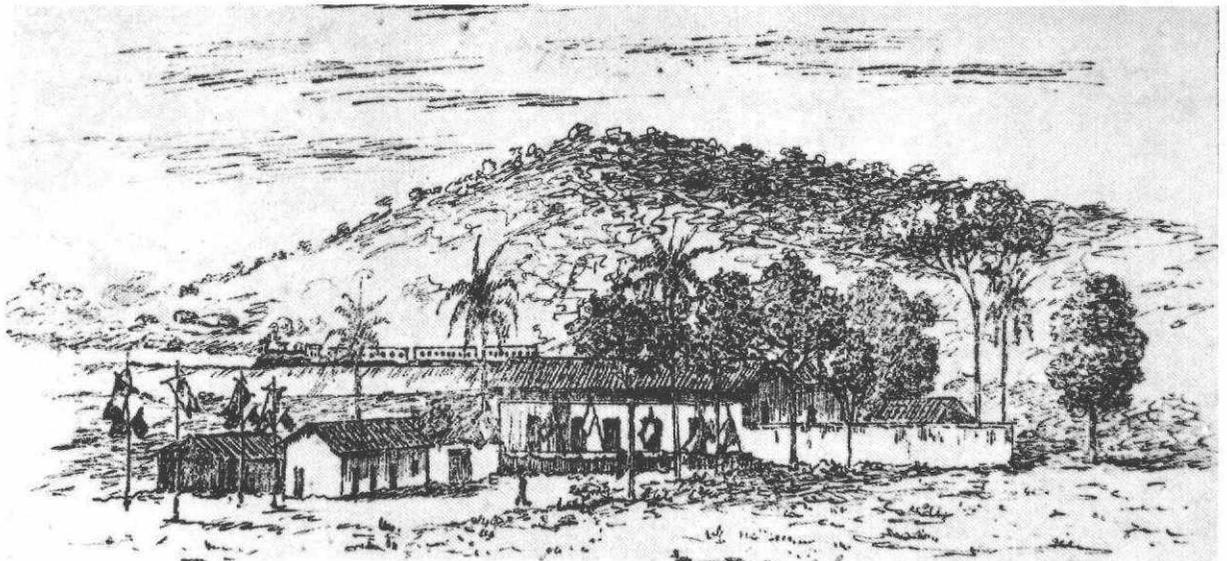
Projeto da entrada principal do Parque.



Avenida Afonso Pena nos primeiros dias da cidade.



Famílias retirando-se do Parque e seguindo pela Avenida Afonso Pena, naqueles dias.



Croquis da Chácara, hoje Parque, desenhado por Luís Olivieri, em 1897.

mandioca, lavoura predileta dos habitantes do antigo arraial. Os aspectos desordenados da natureza desaparecem pouco a pouco, os acidentes ásperos do terreno se harmonizam e alamedas largas artisticamente contornadas, entrecortadas de ruas sinuosas cercam grupos vistosamente dispostos, onde aparece uma manifestação de gosto, um pronunciamento de estética. As águas, que desordenadamente corriam formando, aqui e ali, charcos, somem-se para dar lugar a curvas graciosas, perimetrando a superfície de lagos sobre os quais se destacam ilhotas verdejantes, rochedos esparsos e pontes rústicas. Aqui um rio serpeia e desliza suavemente; lá uma adorável cascata escorre marulhosamente. A vegetação surge bela, vicejante, mostrando todo o fervor de um carinho. O arquiteto-paisagista Paul Villon, a quem está afeta a construção do Parque da capital mineira, é um homem de grande prática, de um pronunciado gosto pela sua arte, possuindo um elevado sentimento da natureza e aliando a tudo isso a fortuna de ter trabalhado com mestres distintos. Nasceu em Côtés-Saint-André a 16 de julho de 1842, de pais jardineiros. Todos os seus irmãos foram jardineiros.”

Achava-se assim o nosso Parque por ocasião da mudança da capital.

NOTAS

254 MHAB/CC, Correspondência, jul., 1895.

255 BICALHO. *Op. cit.*, p.380.

256 MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras. *Relatório ...* Ouro Preto: Imprensa Oficial, p. 211, 1897.

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL -
FECHAMENTO DAS PORTAS DE CASAS COMERCIAIS -
PROIBIÇÃO DE COMÉRCIO EM CASAS VELHAS - CAÇADORES FURTIVOS -
INÍCIO DE DEMOLIÇÃO DE CASAS VELHAS - POSTURAS MUNICIPAIS



Como se tem visto através das páginas deste livro, durante todo o período da Comissão Construtora, a vida administrativa de Belo Horizonte estava centralizada na autoridade do engenheiro-chefe, como preposto da imediata confiança do governo do Estado. Era ele, de acordo com este, quem deliberava sobre qualquer assunto de interesse local, quer este se enquadrasse ou não na legislação em vigor, sendo que as prerrogativas propriamente de caráter administrativo municipal lhe haviam sido cometidas pelos decretos que desligaram Belo Horizonte da municipalidade de Sabará.

Assim sendo, durante o período em que a Comissão se dedicou especialmente aos estudos preparatórios e organização de projetos para a construção da grande obra da capital, prescindiu o engenheiro-chefe de uma Divisão que se incumbisse particularmente do serviço de organização e administração municipal.

Iniciada, porém, a construção da cidade e reorganizados os serviços da Comissão de acordo com as exigências de uma fase de operosidade bem diferente da anterior, dentro da qual teriam de ser lançadas as bases da futura administração municipal, foi cometido à 3ª Divisão, sob a chefia do Dr. Adalberto Ferraz, subordinada à chefia geral do engenheiro-chefe da Comissão, o encargo de tudo que se referisse a serviços municipais, nada tendo ela que ver com a parte propriamente técnica dos trabalhos daquela Comissão.

Nesse particular, mostrando as necessidades de "uma cidade que surgia diretamente do mato e da floresta e que prometia muitas galas aos arquitetos, muitas folistrias científicas aos engenheiros e sobretudo muitas ralações e dores de cabeça aos futuros edis, que tivessem de pôr na regra do bem viver o bom povo de Belo Horizonte, seus subúrbios e cercanias", comentava Alfredo Camarate, numa crônica na Capital: "Porque, confessemos uma verdade: não há povo mais avesso do que o nosso à disciplina municipal. Não porque deixe de ser bom, cordato e razoável; mas porque ninguém pode aprender o que se lhe não ensina; e nós, desde o Rio de Janeiro até o alcantilado Ouro Preto, não temos visto senão municipalidades para rir

e, com povo muito dado a risos e patuscadas, rimos e patuscamos delas e com elas!

Se não começarmos desde já a pôr em vigor algumas posturas, a edificação da nova capital será um problema irresolúvel. Arriarão mantas de toucinho nos degraus da majestosa escadaria do Palácio Presidencial; atarão as alimárias às colunas do Palácio do Congresso, como se elas fossem moirões de estribaria; apascentarão bois e vacas nos talhões do nosso majestoso Parque, se é que não lhe ativarem a cultura com estrumes gratuitos e fornecidos de boa vontade; cortarão os cuidados macadames, as ruas calçadas de pedra ou de madeira com as rodas desses monstruosos carros de bois e que se talham em gume como que expressamente para reduzir as ruas a talhadas de melancia; pintarão, finalmente, o padre, a manta, o caneco e o diabo.”

Pensando mais ou menos como Alfredo Camarate, o engenheiro-chefe deu, pois, à 3ª Divisão o encargo dos serviços municipais, complexos e cheios de dificuldades tanto maiores quanto era preciso executá-los atendendo aos interesses dos particulares que, quase diretamente, se teriam de entender com a Comissão por intermédio daquela Divisão, fosse nas aquisições de terrenos para construção de casas, fosse na apresentação de plantas dos prédios a serem construídos, fosse no particular dos aluguéis das casas velhas, fosse na obtenção de licença para a construção de cafuas, barracões, estabelecimento de hotéis, casas de pensão, restaurantes, escritórios, fosse, enfim, para celebração de contratos de arrendamento de pedreiros, terrenos, etc. E tudo teria de ser resolvido de acordo com as circunstâncias de momento, sem prejuízo do futuro desenvolvimento da cidade e das boas normas de um centro que teria de servir de modelo para as demais municipalidades do Estado. Além disso, competia à 3ª Divisão providenciar sobre o fornecimento de cal e tijolos para todos os trabalhos das outras divisões, velar pela assistência pública, protegendo a população contra as moléstias, fornecendo medicamentos e amparando os operários desprovido de recursos nos casos de moléstias graves e de acidentes de trabalho, a inspeção dos gêneros alimentícios, a administração do matadouro, do serviço de imigração, limpeza pública, cemitério, iluminação, extinção de incêndios, higiene e salubridade pública, etc.

Preparando-se já para a nova ordem de coisas que a 3ª Divisão cuidava de imprimir na administração dos serviços de caráter municipal e cooperando com ela, em fins de 1895, reuniram-se os comerciantes locais e resolveram o fechamento das portas de suas casas comerciais aos domingos.

Essa inteligente providência, como era natural, despertou vivo contentamento entre os caixeiros, pelo que, no dia 15 de dezembro daquele ano, tendo à frente os Srs. José Virgílio do Nascimento, José Cesário do Nascimento, José Augusto da Costa, Alfredo de Carvalho e Américo Pires, realizaram uma reunião na *Confeitaria Rústica*, do Sr. Estêvão Amblard, à Rua de Sabará, e resolveram homenagear seus patrões. Depois de muitos discursos, organizaram uma passeata com banda de música, indo rematar a festa no *Circo Peruano*, do Sr. Savalla, que estava dando espetáculos nas proximidades do local em que se acha hoje a Distribuidora de Eletricidade, com grande sucesso da lindíssima artista muito jovem, de nome Ritinha Savalla,

o encanto da mocidade horizontina daqueles dias, como já dissemos.

Pouco antes desse acontecimento, o engenheiro-chefe, cuidando já da organização tributária da futura municipalidade, a 24 de outubro pedia com urgência ao Dr. João Penido Filho, presidente da Câmara de Juiz de Fora, informes sobre quanto era cobrado naquela cidade pelas licenças concedidas para abertura de estabelecimentos comerciais e industriais, bem como pelo alinhamento e nivelamento para as construções de prédios.

Resolvido no dia 5 de dezembro que o serviço de tributação municipal teria começo a 1º de janeiro de 1896, o que, entretanto, só aconteceu, em parte, a 1º de fevereiro, o Dr. Francisco Bicalho escreveu novamente ao Dr. Penido Filho nestes termos: "Precisando dar começo a 1º de janeiro próximo à cobrança dos impostos municipais nesta localidade, desejo merecer de V. Ex^a o obséquio de enviar-me uma tabela completa dos impostos por que se rege esse município, a fim de que, por ela, possa guiar-me com mais segurança."

O comércio e a indústria locais, instalados em barracões ou casas velhas, só pagavam à Comissão o aluguel desta ou do terreno em que aqueles se achavam. Nenhuma outra contribuição pagavam.

A 13 de janeiro de 1896²⁵⁷ o chefe da 3ª Divisão mandava afixar edital, anunciando que, de acordo com os respectivos contratos, seriam cassadas todas as concessões provisórias para qualquer ramo de negócio nos prédios velhos pertencentes ao Estado, findando-se o prazo a 31 de março de 1897. Declarava mais que o engenheiro-chefe, prorrogando o prazo de 31 de agosto do ano que corria para aquela data, o fazia a fim de que os interessados tivessem tempo de sobra para providenciar como lhes conviesse, de forma que, impreterivelmente no prazo fixado estivessem desocupados os referidos prédios, os quais seriam demolidos, bem como todos os barracões provisórios construídos por particulares no perímetro das obras em andamento. Tal aviso relativamente à demolição de casas velhas e barracões provisórios foi de novo publicado posteriormente, sendo que, a 22 de fevereiro,²⁵⁸ outro edital da Comissão, assinado pelo Sr. Antero da Silveira, anunciava concorrência pública para a colheita dos cafezais da fazenda do Cercadinho, de propriedade do Estado.

Julgando oportuno dotar a administração de meios adequados para a extinção de incêndios, a 20 de julho de 1896, o engenheiro-chefe escrevia ao Sr. Frederico Nogueira, agente no Rio, a Carta n. 149 seguinte:

"Já se achando bastante adiantadas as obras em construção, temos necessidade de aparelhar-nos para qualquer eventualidade de incêndios, e assim, peço-lhe examine e forneça preços de bombas portáteis."

Adquiridos os aparelhos extintores de incêndios, o respectivo serviço ficou organizado em 1897, segundo noticiou *A Capital* de 10 de julho.²⁵⁹

Multiplicavam-se assim as providências administrativas para a normalização da vida na localidade, naqueles dias em que Belo Horizonte apresentava aspecto *sui generis*, pois, ao passo que, em torno ia surgindo a cidade nova, com os seus bairros comercial e dos funcionários, o Parque e os edifícios públicos, ao centro conservava-se o arraial já bastante

modificado e mutilado, mas ainda com as suas ruas antigas de casas velhas e grandes quintais arborizados. E nesses quintais, aos domingos, os rapazes entregavam-se ao esporte da caça aos pássaros, prática contra a qual reclamou *A Capital*, do dia 1º de setembro, em prosa rimada, apelando para a autoridade do capitão Lopes, assim:

“Senhor Lopes capitão, muito digno delegado, chamamos vossa atenção para o fato reprovado pelas leis municipais, de andar-se passarinhando pelos fundos dos quintais, à gente sobressaltando. Estamos vendo que, um dia, na Rua de Sabará, tamanha fuzilaria cabo de um próximo dá! Que isto aqui não é fazenda del Rei nem mesmo Curral, este bom povo compreenda, etcetera e tal...”

Havia no arraial e circunjacências nada menos de 430 daquelas casas que, depois das desapropriações, foram alugadas aos funcionários da Comissão e a outras pessoas que iam chegando. Mas aquele número de habitações era relativamente pequeno, insuficiente para acomodar a população que em levas consideráveis afluía para o novo centro de atividade; e houve uma séria crise de habitação, o que determinou transigir a Comissão com o ponto de vista em que estava a princípio, de não permitir a construção de moradias provisórias. Assim, de janeiro de 1896 a 31 de maio de 1897 foram concedidos 1.111 licenças para construção de cafuas e barracões provisórios, para residência de famílias, hotéis, restaurantes, casas de pensão, não se falando nos contratos para arrendamentos de imóveis, que se elevaram a 148, produzindo uma renda de 87:051\$748, segundo noticiou *A Capital*, de 10 de junho de 1897.

Como bem previra a 3ª Divisão, as casas velhas, cafuas e barracões vieram a constituir sério obstáculo às obras da Comissão, pois, quando chegava o momento de serem necessárias demolições para o andamento daquelas obras, surgiam os casos complicados, sendo algumas vezes precisa atuação enérgica por parte da 3ª Divisão para solucionamento dos mesmos, no que aliás o Dr. Adalberto Ferraz era de uma energia férrea.

Tais demolições tiveram começo em princípios de 1897, pois a 27 de janeiro eram expedidas intimações²⁶⁰ naquele sentido aos senhores: José Gonçalves de Melo, Marques & Carvalho, Antônio Luís Loureiro Maior Júnior, Antônio Brito, Feliciano Negrão & Comp., Teodoro Lopes de Abreu, Luís Gomes Ribeiro Júnior, Horta & Brasil, Augusto Teixeira da Fonseca, Carlos Fornaciari, Francisco Malta & Comp., Cristiano Bressane Lopes, D. Ana Esméria, Duarte Augusto Teixeira, Antônio Coutinho, Eduardo Edwards, José Inácio Pereira da Fonseca, Ambrósio Firpi, Cândido Lúcio da Silveira & Filho, Francisco Alves Barreto Sobrinho, Manuel Luís Marques, Antônio Maria da Silva Carvalho, Antônio Pereira Belém, Olímpio Raimundo Teixeira, Regino José de Carvalho, Garcia de Paiva & Comp., Benedito Manuel de Campos, Quites & Quites, Miguel Francisco de Matos, Augusto da Silva Brito, Vitorino Alves Rossadas, Dr. Luís Chapot Prevost, Cândido de Araújo, Antônio José Pires, Dr. Joseph Lynch, Carlos Eduardo Monte Verde, Caetano & Carvalho, João Batista Ribeiro, Pedro Pinto Coelho, Júlio Runjaneck, José Beils, José Rossi, Dario de Meireles & Comp., coronel Francisco Otaviano Gomes, Eduardo Tramontani, Vicente Gomes de Vasconcelos, Antônio Moreira da Rocha, Joaquim Gonçalves da Costa, Domingos Antônio, Mansur João, Daniel João, Joaquim Farnese

da Paixão, Rossi Agostini, Venâncio Lopes da Cruz, Domenico Donati, José da Cruz Almeida, Verlangio Amorino Miola, Juscelino Evaristo, Manuel Luís Marques, Bálamo Carlos, Joaquim José de Paula, Elias Soddi, José Viola, José da Costa Vale, José Ribeiro do Nascimento, Antônio Pinto Coelho, Day Pré Pachali, José Pio dos Santos, Ricardo Penedo, Antônio Pedra, José Pedro, Leonel Rodrigues de Faria Sodré, Sebastião Gomes de Almeida, João da Silva Rosa, Carlos de Ávila Ferreira, Miguel Lovalho, João Luís Antônio Lopes Camargos, Carlos Lommez e muitos outros, para desocuparem, até 31 de março, as casas velhas e barracões que ocupavam, a fim de serem demolidos. Uma das primeiras casas demolidas foi a de n. 23, da Rua General Deodoro, ocupada pelo *Hotel do Comércio*, do Sr. Antônio Romanelli, conforme a seguinte notícia de *A Capital* de 22 de julho:

“O velho prédio em que funcionava o *Hotel do Comércio* está sendo demolido. Mais uma casa do antigo arraial a desaparecer.”²⁶¹

As demolições eram executadas à proporção que se iam concluindo os prédios novos e definitivos, para os quais se ia transferindo a população. E como as habitações novas foram, durante algum tempo, em número muito inferior às necessidades da população sempre crescente, somente alguns anos depois de mudada a capital desapareceram as últimas casas velhas do arraial.

Ao mesmo passo que a 3ª Divisão procurava solucionar o problema das habitações no arraial e na cidade nascente, cuidava da regulamentação dos serviços e da organização do regime tributário municipal, o que teve começo a 1º de fevereiro de 1896, com a expedição das *Posturas relativas ao Matadouro e abastecimento de carnes verdes*.

Quatro dias depois, noticiava *A Capital*: “Sabemos que se organizam posturas e que, breve, se tornarão efetivas, legislando sobre indústrias e profissões, sobre construção de prédios particulares e sobre viação na zona marcada para a nova capital. As correrias de burros soltos pelas ruas de Belo Horizonte, as gordas e serenas pastagens de cavalos e bois terão, daqui por diante, o seu recinto determinado e poderemos assim ir habituando o nosso bom povo à disciplina municipal.”²⁶²

Efetivamente, a Comissão cuidava daquele assunto, consoante nos informam os seguintes tópicos do relatório do engenheiro-chefe, de abril de 1896:

“Conquanto a atual população seja em grande parte adventícia e provisória, existe, entretanto, um grupo, já regular, de comerciantes, industriais e proprietários, que farão parte dos habitantes da nova cidade.

Convém, pois, não perdermos de vista tal necessidade, como já terá V.ª E.ª. notado em outros assuntos de que temos tratado, estabelecer, desde já, as boas normas para a vida municipal, não permitindo que se implantem vícios ou hábitos que possam trazer más conseqüências futuras, tornando então difícil a ação municipal.

Além do regulamento para matadouro e comércio de carnes verdes, já em vigor, estão adiantados outros para construções particulares, para fábricas e oficinas, para limpeza e asseio público e particular, para cobrança de impostos municipais e de indústrias e profissões, os quais irão sendo postos em vigor à medida que ficarem prontos.

Cuidamos também de posturas sobre higiene, cemitério e outros serviços da alçada municipal.

Para sua imediata aplicação, fiz publicar ligeiras instruções, contendo os meios elementares, essenciais e indispensáveis prescrições relativas às construções urbanas e por elas se têm regulado aqueles que já deram começo ao levantamento de seus prédios, cujas plantas têm sido sujeitas ao exame e aprovação desta Comissão, que não se nega a auxiliá-las com seus conselhos profissionais, além de outros auxílios que lhe seja dado poder prestar".²⁶³

Tais posturas, entretanto, se foram organizadas, não chegaram a ser postas em execução pela Comissão, assim como também a regulamentação dos impostos e taxas a que teria de ficar sujeita a nascente municipalidade. Assoberbada por múltiplos e mais urgentes trabalhos, teria sido ela forçada a adiar *sine die* aquelas providências, que foram realizadas pelo governo do Estado, já ao tempo da Prefeitura, a partir de 16 de março de 1898, limitando-se a Comissão a expedir as "Ligeiras instruções", a que se referiu o relatório citado, além do edital de 1º maio de 1897, estabelecendo que as fábricas e estabelecimentos industriais que poderiam ficar situados na zona urbana teriam de sujeitar-se, além das demais regras de construção, aos seguintes princípios:

1º) disporiam de uma chaminé construída de alvenaria de tijolos, com as dimensões necessárias ao fim a que se destina e de modo que as fumaças possam ser disseminadas na atmosfera, sem prejuízo da saúde pública;

2º) seriam ventilados por meio de portas e janelas;

3º) disporiam de luz suficiente;

4º) teriam as paredes revestidas de substância impermeável até a altura de 2 m, como asfalto ou cimento com espessura mínima de 1 cm, ou ladrilhos e azulejos com as juntas tomadas a cimento;

5º) o chão seria bem comprimido, revestido de uma camada de asfalto ou cimento de espessura mínima de um centímetro, com declividade e sarjetas convenientes para escoamento das águas servidas."²⁶⁴

Assim, as únicas epígrafes que aparecem no movimento financeiro da 3ª Divisão, como fonte de renda, são as referentes a matadouro, aluguel de imóveis, cemitério provisório e venda de lotes, com o seguinte resultado, segundo *A Capital* de 10 de junho de 1897.²⁶⁵

Receita

Matadouro.....	14:623\$600
Aluguel de imóveis.....	87:050\$748
Cemitério público provisório.....	408\$400
Venda de lotes	<u>169:145\$293</u>
	271:229\$041

Despesa

Matadouro	18:334\$900
Assistência pública e outros	10:512\$775
Imigração	35:790\$200
Cemitério público provisório.....	4:374\$000
Iluminação.....	<u>2:224\$775</u>
	199:992\$239
A maior nas despesas.....	<u>71:236\$802</u>
	271:229\$041

Referia-se esse movimento financeiro da 3ª Divisão ao período que ia da sua organização, como encarregada dos serviços municipais, a 31 de maio de 1897, e por ele se vê que, meses antes da inauguração da capital, Belo Horizonte ainda não tinha organizado o seu regime tributário, sendo os seus serviços de caráter municipal determinados e administrados a critério do chefe da Comissão Construtora, por via daquela Divisão. E assim foi até a instalação da Prefeitura.

NOTAS

- 257 LUZ, Adalberto Dias Ferraz da. Nova capital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 3, 28 jan., 1896.
- 258 LUZ, Adalberto Dias Ferraz da. Nova capital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 3, 11 fev., 1896.
- 259 NOVA capital. Extinção de incêndios. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 10 jun., 1897.
- 260 EDITAIS. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 4 fev., 1897.
- 261 A CAPITAL. Belo Horizonte, p. 1, 22 jul., 1897.
- 262 POLÍCIA Municipal. *A Capital*. Belo Horizonte, 4 fev., p. 1, 1896.
- 263 BICALHO. *Op. cit.*, p. 370-371.
- 264 EDITAIS. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2-3, 6 maio, 1897.
- 265 NOVA capital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 10 jun., 1897.

OS SERVIÇOS DE HIGIENE, ASSISTÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA,
LIMPEZA E ILUMINAÇÃO PROVISÓRIA

As condições telúricas e climatéricas em que nos achamos em Belo Horizonte não podem absolutamente servir de base para um juízo, mesmo ligeiro, em face de seu movimento demográfico, porquanto neste período de construções a população, o solo, o ar e até as águas acham-se em circunstâncias excepcionais, sujeitas a variações quase cotidianas, de acordo com os trabalhos em execução” - escreveu o engenheiro-chefe em seu relatório de 1896. E prosseguiu:

“A população que, no princípio do ano, já sofrera modificação com os trabalhos do ramal férreo, aumentou consideravelmente apenas se deu começo ao movimento de terraplenagem: levadas inteiras de trabalhadores, nacionais e estrangeiros, acompanhados alguns de suas famílias, atraídos pela facilidade de colocação e de serviço, vieram estabelecer aqui suas residências.

Foi verdadeira torrente que se despenhou, dando lugar a um aumento brusco e considerável de população, sem que tivéssemos casas confortáveis para abrigá-la, levantando-se, por toda parte, pequenas cafuas e ligeiros ranchos cobertos de sapé, cujo número crescia dia a dia, representando verdadeiros simulacros de abrigo hipotético.

A aglomeração de semelhante população, que não prima pelo amor à higiene, o acúmulo de detritos orgânicos e resíduos de toda a sorte, infetando o ambiente, a falta absoluta dos mais ligeiros elementos de confortabilidade e mesmo de asseio em suas habitações provisórias constituíam outras tantas fontes para gravemente comprometerem a salubridade pública.

Por outro lado, o solo onde se praticavam trabalhos de terraplenagem para abertura e preparo das ruas e avenidas era largamente revolvido, pondo a descoberto as matérias orgânicas, ali acumuladas de tantos anos, e que entravam em fermentação ou putrefação, favorecendo o desenvolvimento de todos os germes patogênicos, que levavam sua ação deletéria a grandes distâncias, transportados pelo ar no tempo seco e pelas águas nos meses chuvosos.

No meio de tantos elementos nocivos e perigosos, era de recear-se que alguma epidemia se desenvolvesse, trazendo o terror às classes operárias, o atraso para as obras encetadas e o descrédito para o local escolhido para a nova cidade.

Era, pois, necessário empregar todos os esforços para impedir essa calamidade, tanto mais provável, tanto mais verossímil, quanto entretínhamos relações com diferentes pontos em que a varíola e a cólera reinavam epidemicamente, fazendo grande número de vítimas.

Em boa hora, porém, tinha sido entregue o cuidado de velar pela saúde pública ao Sr. Dr. Cícero Ferreira, médico da Comissão, e é inquestionável a eficácia dos ativos e zelosos esforços por ele empregados.

O serviço de vacinação e revacinação foi estendido, quase que violentamente, ao maior número possível de operários para acobertá-los contra qualquer surpresa e, malgrado a grande relutância de alguns, elevou-se o número dos vacinados e revacinados a mais de mil.

Não era, porém, somente a varíola que se tinha a temer: as circunstâncias, acima expostas, deixavam ainda prever a possibilidade do aparecimento de febres de mau caráter e, para afastá-las, tornava-se mister, como elemento de primeira ordem, cuidar seriamente da limpeza pública e da fiscalização dos gêneros alimentícios.

A zelosa 3ª Divisão não poupou esforços para este fim e bastante conseguiu, obrigando particulares à limpeza de suas habitações, inspecionando o mercado de gêneros alimentícios, analisando o leite suprido aos consumidores, no qual, por mais de uma vez, revelou-se a fraude dos vendedores, e tomando outras providências no mesmo intuito, tendo feito aquisição de veículos apropriados ao transporte de lixo, para incineração, serviço, porém, este que não pôde ser tão bem-feito, como se desejava, em consequência da estação, que embaraçou todos os trabalhos.

Ao passo que tais medidas eram tomadas, o serviço de assistência pública não ficava esquecido, atendendo-se prontamente a todos os trabalhadores que, por falta de recursos, careciam de serviços médicos, abrindo-se verba para fornecimento de medicamentos e dieta aos indigentes, de modo que, exercendo a missão caridosa que cabe aos poderes públicos, cerceava-se, em sua nascença, qualquer moléstia que apresentasse tendência a propagar-se epidemicamente.

Apesar de todas estas providências, o aparecimento da varíola se tornava cada dia mais iminente porque então já nos achávamos por ela cercados; os lugares circunvizinhos contavam casos mais ou menos numerosos e fatais, e a vida nômade dos trabalhadores tornava facilíma a sua importação; e, de fato, o primeiro caso não tardou a aparecer.

A solicitude e o desvelo, porém, com que foi tratado o doente, que resistiu à moléstia, as enérgicas medidas de isolamento e rigorosa desinfecção a que se procedeu, pareciam dar o esperado resultado, quando um operário, vindo diretamente da Capital Federal, aqui se apresentou atacado da mesma moléstia e despertando novos sobressaltos.

Tão eficazes tinham, porém, sido as providências tomadas e tão úteis foram as precauções tidas com este segundo doente, que também ele escapou, ficando abortada, e

com estes dois únicos casos, uma epidemia que nos parecia inevitável.

Alonguei-me neste assunto, não só como manifestação de apreço e reconhecimento àqueles que tiveram a seu cargo a vigilância sobre a saúde pública, como também para mostrar a excelência do clima de uma região que, conquanto sitiada por devastadora epidemia, em más condições de higiene, em relações diárias e imediatas com focos epidêmicos, conservou imune a sua população, sob a ação de medidas preventivas, fáceis de tomar por uma municipalidade atenta e bem aparelhada.

A contingência em que nos achávamos aconselhava, de modo ineludível, a necessidade urgente e imperiosa da criação de um hospital de isolamento, onde pudessem ser recolhidos os atacados de moléstias contagiosas e infecciosas.

Esta medida foi tomada e construído, em caráter provisório, um barracão de pau-a-pique e cobertura de zinco, em boas condições higiênicas e isolamento, aparelhado convenientemente para o fim a que se destina e ao qual poderá prestar-se por muito tempo”.²⁶⁶ Esse lazareto foi construído aquém do Calafate e com ele despenderam-se 8:554\$415.

Tal era, em meados de 1896, o panorama geral da situação sanitária do arraial em vias de cidade e tais eram as perspectivas sombrias que atemorizavam justamente a Comissão Construtora, responsável pela edificação da nova capital até dezembro do ano seguinte, quando se teria de efetuar a mudança da capital, por força de lei.

Pesava, portanto, sobre os ombros da 3a. Divisão dirigida pelo Dr. Adalberto Ferraz e, particularmente, sobre os do Dr. Cícero Ferreira, médico da Comissão, imensa responsabilidade em relação ao bom ou mau êxito que tivesse a grande obra que Minas realizava aqui, pois a cargo dela estavam todos os serviços de administração, construção e organização municipal, dentre os quais avultava, pelas circunstâncias especiais expostas, os de higiene e saúde pública.

Mas, de como aquela Divisão se ia desempenhando de sua delicadíssima tarefa, já nos disse bem o relatório do engenheiro-chefe, e todos os documentos existentes comprovam exuberantemente, não somente a eficácia das medidas postas em prática por ela para preservar os habitantes de Belo Horizonte de prováveis invasões de moléstias epidêmicas, como principalmente a excelência do clima da localidade, que naquele período anormalíssimo pôde conservá-la perfeitamente sadio.

Para pequena amostra da maneira pronta e urgente como agia a Comissão, quando viu o arraial na iminência de ser invadido pela varíola, que grassava por toda parte, daremos a seguir dois despachos telegráficos expedidos a 8 de setembro de 1896. Dizia o primeiro:

“Ministro do Interior - Ouro Preto. Peço mandar mais 50 tubos, vacina, urgência. *Dr. Cícero Ferreira, médico municipal.*”

O segundo era este: “Nogueira - Rio - Rosário, 58. Urgente tubos vacina. Mande José Bernardino Sanches. *Fábio.*”

Além dessas providências de emergência, todos os cuidados, todas as precauções higiênicas no particular de manter inalterável o estado sanitário local e aparelhar a 3a.



Dr. Cícero Ferreira, médico da Comissão Construtora.

Divisão com os elementos de aperfeiçoamento para que fosse dando organização àqueles serviços, que teriam de passar à Prefeitura, quando inaugurada a cidade, mereciam a maior atenção dos responsáveis pela construção desta. Desse fato é ainda documento a seguinte carta escrita pelo engenheiro-chefe ao Sr. Frederico Nogueira, agente no Rio, a 13 de dezembro de 1895: “Peço assinar na casa Lambert, o *Tratado de Higiene Pública e Privada*, de Jules Rochard, publicação essa que está sendo feita em Paris, havendo já três fascículos publicados”.

Por outra carta do mesmo engenheiro-chefe ao referido agente, datada de 20 de janeiro de 1896, sabe-se que, pelo preço de 230\$000 fora adquirida na casa dos Srs. Fauchon & Comp., à Rua do Ouvidor, 125, no Rio, a importante obra do mesmo Rochard - *Encyclopédie de Hygiène e Médecine publique*.

Não obstante todos aqueles cuidados e desvelos da administração pela saúde de quantos labutavam em Belo Horizonte e sem embargo dos magníficos resultados que ela ia obtendo com a sua ação inteligente, pronta e segura, os inimigos da mudança da capital, lançando mão de todos os pretextos, mesmo os mais infundados, insubsistentes e absurdos, não se detinham na sua faina deplorável de desmoralizar Belo Horizonte e entravar a construção da cidade.

Foi assim que, havendo falecido no arraial o Sr. Ovídio Pinto Coelho, *O Farol*, de Juiz de Fora, um dos mais desabusados e pertinazes adversários da mudança da capital, afirmou que o referido óbito se verificara em consequência de tifo reinante na localidade. Mas *A Capital*, sempre na estacada e pronta para restabelecer a verdade sobre quanto se dizia ou escrevia desarrazoadamente sobre o que se passava em Belo Horizonte, em sua edição de 29 de março de 1897,²⁶⁷ declarava ser inverdade a afirmativa do jornal, ponderando que o estado sanitário da localidade era excelente, “naturalmente devido ao seu clima admirável”, pois no período que se atravessava, a pior estação do ano, em um solo completamente revolvido pelo extraordinário serviço de movimentação de terra e cercado por enorme aglomeração de operários, no quadro da mortalidade não se encontrava uma moléstia qualquer de fundo endêmico. Acrescentava que, se “fossem outras as condições climatéricas locais, não seria para admirar que, com tantos elementos morbígenos, Belo Horizonte se achasse a braços, não com uma, porém com diversas epidemias, sem que se pudesse, mesmo assim, acoimar de mau clima, porque essas circunstâncias anômalas seriam, por isso mesmo, passageiras, transitórias e não poderiam influir na constituição médica da localidade.”²⁶⁸

E voltando as suas vistas para Ouro Preto, onde se urdiam outras tantas perversidades contra Belo Horizonte, observava *A Capital* de 28 de maio do mesmo ano: “Sabemos que, em Ouro Preto, se diz e se propala aos quatro ventos que reina o tifo nesta localidade, fazendo muitas vítimas. Podemos garantir que é mais uma perversidade de que se lança mão contra a capital, mais um carapetão que se ajunta aos muitos em que têm sido férteis os boateiros. O livro de registro de óbitos menciona 19 falecimentos no mês de abril findo e 14 no corrente mês, sem que dentre eles se encontre *um só* caso de tifo assinalado pelos três facultativos

que aqui exercem sua profissão. A balela a que se pretende emprestar foros de verdade fica assim reduzida a seus precisos termos como todas as outras de igual jaez.²⁶⁹

Efetivamente, os Drs. Cícero Ferreira, Salvador Pinto e João de Miranda, os três facultativos a que se referia o jornal, não haviam constatado um só caso de tifo em Belo Horizonte naquele período, e os dois casos de varíola aqui aparecidos, sem maiores conseqüências, tinham vindo de fora.

Entretanto, dada a possibilidade do aparecimento de outros casos de moléstias transmissíveis na localidade, que recebia operários vindo de todos os pontos, muitos dos quais infestados por moléstias daquela natureza, improvisou-se o lazareto a que já nos referimos, o qual só de longe em longe recebia um doente suspeito.

Os serviços médicos aos operários eram prestados a domicílio e quando assim não podia ser ou porque aos doentes faltassem recursos suficientes ou porque não tinham enfermeiros, eram eles enviados ao hospital de Sabará, com o qual a Comissão havia celebrado contrato razoável, mediante uma remuneração mensal. Estabelecida assim uma subvenção àquela casa de caridade, a Comissão evitava a organização e a manutenção de um serviço que iria muito além do que custava naqueles dias.

As despesas realizadas com o serviço de assistência pública, inclusive medicamentos, funerais e auxílio ao hospital de Sabará, importaram em 4:896\$040, de janeiro de 1896 a 30 de abril de 1897, tendo sido neste período remetidos para ali 391 doentes.

No particular da demografia, pelo registro civil, sabia-se que, em 1896, nasceram no arraial 153 pessoas, casaram-se 17 e faleceram 109, ao passo que no 1º semestre de 1897 registraram-se 171 nascimentos e 247 óbitos, cujo sepultamento era feito no Cemitério Provisório, mandado preparar pelo Dr. Aarão Reis nos fundos do local destinado à Capela do Rosário, até fevereiro daquele ano, e daí por diante no Cemitério Municipal de Bonfim.

Quanto ao serviço de limpeza e iluminação provisórias, havia a Comissão despendido com eles, no primeiro semestre de 1897, 5:597\$935, provenientes de pessoal, carroças, animais, cocheiras, lampiões e combustível, sendo que para a limpeza mandara vir carroções de tipo apropriado para a remoção de lixo; e para a iluminação provisória do arraial havia instalado alguns lampiões a querosene (poucos) nos principais pontos mais freqüentados do arraial, os quais serviram até quando foi inaugurada a luz elétrica, na véspera da inauguração da capital.

NOTAS

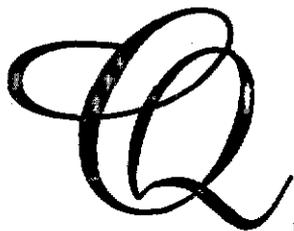
266 BICALHO. *Op. cit.*, p.371.

267 ESCOLA de Medicina. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 29 mar., 1896.

268 *Ibidem*.

269 NÃO é verdade. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 28 maio, 1896.

O MATADOURO E O SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE CARNES VERDES



Quando a Comissão Construtora se instalou em Belo Horizonte, não havia serviço regular de matadouro. A carne que então se consumia aqui, preferencialmente, era a seca ou de *vento*, de porco ou de galináceos. A carne verde era rara.

Com a chegada do pessoal da Comissão, passou-se a abater duas reses por semana, número este que se foi aumentando à proporção das exigências do consumo. A matança, porém, se fazia em lugares diversos, sem as mais elementares regras de higiene e fiscalização, tornando-se quase impossível conseguir dos marcantes os cuidados e o asseio exigidos por serviço de tal natureza.

Entretanto, as condições excepcionais de vida de Belo Horizonte exigiam um serviço de fiscalização e higiene perfeito “tanto mais imprescindível quanto, tendo-se generalizado no gado vacum a febre aftosa, devia-se recear a sua transmissão” aos consumidores de carne verde.

Este estado de coisas levou o engenheiro-chefe, por via da 3a. Divisão, à feliz providência do estabelecimento de um matadouro, ainda que com caráter provisório, “em local apropriado, com abundância de água canalizada para lavagens repetidas e perfeitas, dotado de todas as condições exigidas em construções de tal natureza e com capacidade para o abatimento de 12 reses diárias pelo menos” como ele próprio informou em seu relatório de abril de 1896.²⁷⁰

Esse matadouro estava situado a pouco mais de um quilômetro do centro da povoação, ao lado direito do ramal férreo e do ribeirão dos Arrudas, no local que tomou este nome. Era “uma casa com 9,30 m de comprimento sobre 5,40 m de largura, com acomodações necessárias para o abatimento do gado. Por dentro da casa passava um rego de água, em quantidade suficiente para todo o serviço, o qual, ainda em ponto pequeno, pois por enquanto só se abatiam 6 reses por dia, era feito com a maior presteza e com todo o asseio, podendo-se afiançar que em parte alguma era esse serviço mais bem-feito do que aqui - informava *A Capital*, de 28 de maio de 1896.²⁷¹

O serviço de condução da carne verde do Matadouro para o povoado começou a ser feito em carros apropriados no dia 18 daquele mês e era irrepreensível. A carne que se consumia era vendida, dentre outros, no Açougue Vasconcelos, à Rua de Sabará, em frente à ponte; no açougue do Sr. Júlio Groppi, à Rua do Capim e nos açougues dos Srs. Francisco Malta & Comp. e Francisco Caetano de Carvalho.

O exame da matança e das vísceras do gado estava a cargo do Dr. Cícero Ferreira, responsável pela salubridade pública do arraial, e o matadouro, conquanto provisório, havia sido construído em condições convenientes para ser gradativamente aumentado, de forma a poder bem servir à nova capital durante alguns anos, até que o Estado resolvesse construir outro, de maiores proporções e mais arquetônico. Junto dele havia um pasto fechado a arame farpado, que se destinava ao descanso do gado como um curral para o depósito das reses a serem abatidas, ambos providos de água em abundância.

A 1º de fevereiro de 1896 o engenheiro-chefe expediu as seguintes posturas pelas quais se regeu o matadouro:

“REGULAMENTO - RESOLUÇÃO N. 1

O Dr. Francisco de Paula Bicalho, superintendente dos serviços locais de Belo Horizonte, resolve aprovar as posturas relativas ao serviço do matadouro público e abastecimento de carnes verdes à população, assinadas pelo chefe dos serviços municipais, Dr. Adalberto Dias Ferraz da Luz, que as executará e fará executar. Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 1896. *F. Bicalho.*

Capítulo I

DO LUGAR DA MATANÇA E EXAME DO GADO

Art. 1º É proibida a matança de animais destinados ao consumo público fora do matadouro público.

Art. 2º Nenhum animal será abatido sem prévio exame do médico municipal ou, na falta deste, do administrador do matadouro.

§ 1º Serão rejeitados os animais que não estiveram perfeitamente sãos ou que forem magros.

§ 2º Os animais que sofrerem moléstias contagiosas serão, a juízo do médico municipal, retirados imediatamente para fora do perímetro da cidade, isolados e tratados de modo a evitar-se a transmissão da moléstia ou, então, imediatamente mortos e enterrados ou incinerados à custa dos respectivos proprietários e sob a fiscalização do administrador do matadouro.

Art. 3º As carnes e vísceras dos animais abatidos serão cautelosamente examinadas pelos mesmos funcionários e rejeitadas as que não estiverem perfeitamente sãs e imediatamente destruídas as que não puderem ser destinadas a qualquer fim industrial.

Art. 4º Nenhum animal será abatido sem que fique durante 24 horas em descanso nos pastos junto do matadouro e só entrará para o curral na ocasião da matança, para o que os

proprietários, darão entrada exclusivamente aos animais que tenham se ser abatidos no dia seguinte, tendo-se em vista a hora destinada para o começo da matança.

Art. 5º É absolutamente proibido conservar presos por mais de 12 horas, em lugares não providos de alimentação e água, os animais destinados, nos termos do artigo antecedente, a serem recolhidos aos pastos do matadouro, sob pena de não ser permitida a entrada de tais animais para o matadouro.

Art. 6º É absolutamente vedado maltratar e dar pancadas nos animais que têm de ser abatidos.

Art. 7º É absolutamente proibido matar vacas visivelmente prenhas.

Art. 8º Nas proximidades do matadouro, em lugar conveniente e como sua dependência, será estabelecido um chiqueiro para depósito, pelo prazo máximo de cinco dias, para o gado suíno destinado à matança, que ficará sob a responsabilidade dos respectivos proprietários, cabendo ao administrador fiscalizar que seja dada a conveniente alimentação.

Art. 9º Durante a matança é proibida a entrada de pessoas estranhas ao serviço, salvo licença especial do chefe dos serviços municipais.

Capítulo II DO MODO DA MATANÇA

Art. 10. Qualquer que seja o modo adotado para a matança dos animais, é essencial que sejam sangrados imediatamente, deixando-se escoar o sangue convenientemente.

Art. 11. Para o esfolamento e abertura serão os animais suspensos em ganchos apropriados e se procederá com o necessário cuidado para que nem a parte peluda do couro, nem as vísceras se ponham em contato com a carne.

Art. 12. As carnes serão em seguida suspensas nos tendais para aí sofrerem o enxugo preciso.

Art. 13. As vísceras serão imediatamente lavadas no local designado pelo administrador e colocadas em vasilhas apropriadas para serem conduzidas a seu destino.

Art. 14. Os couros serão esticados e colocados à distância de, pelo menos, 50 m do matadouro e ficarão sob a guarda do administrador até o seu completo enxugo e retirados pelos proprietários no prazo que para isso lhes for marcado pelo mesmo administrador.

Capítulo III DO TRANSPORTE

Art. 15. As carnes depois devidamente enxutas e envolvidas em panos limpos e asseados serão, provisoriamente, removidas para os açougues em carroças comuns perfeitamente limpas e asseadas.

Art. 16. As vísceras serão conduzidas e vasilhas apropriadas e de modo a não terem o mais ligeiro contato com as carnes.

Capítulo IV
DE LIMPEZA DO MATADOURO

Art. 17. A limpeza do matadouro e de todas as suas dependências ficará a cargo do administrador e será feita diariamente e logo após a retirada da carne.

Art. 18. Os resíduos não aproveitados serão incinerados, para o que serão depositados em lugar apropriado.

Art. 19. É terminantemente proibida a entrada de cães no matadouro.

Capítulo V
DOS AÇOUGUES

Art. 20. As carnes verdes só poderão ser expostas à venda em casas apropriadas - açougues.

Parágrafo único. Nos açougues não será estabelecido qualquer negócio estranho ao comércio de carnes verdes.

Art. 21. Essas casas terão o chão de cimento, de asfalto, de lajedos ou de ladrilhos mosaicos perfeitamente assentados e tomadas as juntas de modo a torná-lo impermeável e bem assim as paredes até a altura de 2 m, sendo daí para cima pintadas a óleo, bem como os tetos, portas, grades, etc.

Parágrafo único. Esta disposição não será aplicável aos açougues estabelecidos em casas do Estado e barracões provisórios.

Art. 22. Terão as portas gradeadas para facilitar a circulação do ar.

Art. 23. As mesas e balcões serão de mármore.

Art. 24. Disporão de facas e serras apropriadas para o conveniente talho da carne e ossos e de uma balança de metal com os precisos pesos e colocada em lugar que os compradores possam verificar a exatidão do peso.

Art. 25. Logo que esteja terminada a canalização provisória de água potável, serão dela providos abundantemente, de acordo com as disposições regulamentares respectivas.

Art. 26. As salas dos açougues não serão utilizadas como dormitório e nem poderão ter comunicação com gabinetes de latrinas e mictórios.

Art. 27. As carnes serão mantidas suspensas em ganchos, envolvidas em panos limpos e asseados.

Art. 28. É expressamente proibido dependurar carne, vísceras os seus preparados nas portas ou em lugares em que recebam diretamente os raios solares, devendo os açougues, situados em casas sobre cuja frente atue fortemente o sol, ser providos de toldos.

Art. 29. A carne não vendida até às 4 horas da tarde será retirada para ser salgada, começando então a lavagem dos açougues.

Art. 30. Toda a carne verde em decomposição, que for encontrada à venda, será incontinenti conduzida para o depósito de lixo para ser incinerada, sendo imposta ao

açougueiro a respectiva multa.

Art. 31. O chão, paredes, mesas, balcões, ganchos e todos os utensílios serão diariamente lavados logo após a terminação do talho (art. 29) e conservados sempre em perfeito asseio.

Art. 32. O interior dos açougues será pintado a óleo segundo o disposto no art. 21 destas posturas, de dois em dois anos, nos meses de junho a julho.

Art. 33. O disposto no art. 20 entrará em vigor no dia 15 de abril.

Capítulo VI DA FISCALIZAÇÃO E DO PESSOAL

Art. 34. A direção de todos os serviços especializados cabe ao chefe dos serviços municipais, que os fiscalizará por intermédio dos respectivos auxiliares.

Art. 35. O matadouro ficará sob a responsabilidade imediata do respectivo administrador, que será auxiliado pelos trabalhadores que forem julgados precisos.

Art. 36. Ao administrador incumbe: 1º) velar pela boa ordem do matadouro, representando contra a permanência no serviço de qualquer trabalhador que o perturbe; 2º) examinar, na ausência do médico, os animais apresentados para a matança; 3º) fazer proceder diariamente à limpeza do matadouro e suas dependências; 4º) executar e fazer executar todas as disposições referentes ao serviço interno do matadouro; 5º) receber e dar recibos das quantias devidas pelos cortadores ou proprietários de animais abatidos no matadouro; 6º) pedir e reclamar todas as medidas e providências tendentes a regular os serviços a seu cargo; 7º) *impor multas por infração de qualquer destas disposições referentes aos serviços dentro do matadouro*; 8º) marcar por editais, com o prazo de cinco dias, a hora em que deve começar a matança, regulando-a de modo a permitir que todos os cortadores possam exercer sem constrangimento nem desigualdade o seu ofício; 9º) dar imediato cumprimento às recomendações feitas pelo médico municipal; 10º) fazer diariamente em livro próprio o registro dos animais abatidos, designando-os pela sua espécie, cor, marca, peso, condição de saúde e gordura e declarando qual o marcante que o abateu ou o nome do proprietário; 11º) dar parte diária das ocorrências havidas, fazendo nela o extrato do registro determinado no artigo antecedente; 12º) tomar ponto ao pessoal jornaleiro ocupado nos serviços do matadouro e suas dependências, para o que terá o livro preciso; 13º) prestar conta perante a 3ª Divisão, até o dia 5 de cada mês, das quantias arrecadadas no mês anterior, que serão verificadas à vista dos tocos dos talões, e dos recibos passados pela tesouraria, e fazer a precisa escrituração.

Art. 37. A fiscalização dos açougues será exercida diretamente pelo médico municipal auxiliado por um fiscal.

Art. 38. O administrador do matadouro vencerá o ordenado mensal de 200\$000.

Art. 39. Os proprietários de açougues permitirão, a qualquer hora, a entrada desses funcionários ou do chefe dos serviços municipais.

Capítulo VII
DAS MULTAS E PENAS DISCIPLINARES

Art. 40. A infração de qualquer disposição deste regulamento será punida com a multa de 20\$000 a 50\$000 e o dobro nas reincidências.

Parágrafo único. Dá-se a reincidência sempre que o mesmo cidadão repetir a infração da mesma disposição.

Art. 41. As multas serão impostas, conforme os casos seguintes, pelo médico municipal, pelo fiscal ou pelo administrador do matadouro, com recurso voluntário para o chefe dos serviços municipais, sendo lavrados os precisos autos de infração e multa: 1º) ao médico municipal e respectivo fiscal cabe impor multas pela infração de qualquer disposição que se refira a serviço fora do matadouro; 2º) ao administrador do matadouro cabe impor a multa no caso de infração de qualquer disposição referente ao serviço dentro do matadouro e suas dependências.

Parágrafo único. Esses recursos serão interpostos por meio de petição, dentro do prazo fatal de 24 horas, contadas da hora da imposição da multa e que será mencionada no respectivo auto de infração.

Art. 42. O chefe dos serviços municipais poderá em todos os casos e diretamente impor multas de acordo com este regulamento.

Art. 43. As multas serão imediatamente pagas na tesouraria da Comissão ou logo depois de decididos os recursos de que trata o art. 41, mediante guia passada pela 3ª Divisão - repartição municipal.

Art. 44. As multas não pagas nas condições estipuladas no artigo antecedente serão cobradas judicialmente, de acordo com as leis em vigor, e darão lugar a ficar o respectivo infrator suspenso, por ordem escrita do chefe dos serviços municipais, de abater qualquer animal até que seja a referida multa paga ou dela relevado ou absolvido judicialmente o infrator.

Art. 45. Ao cortador, infrator uma ou mais vezes de alguma ou algumas das disposições estabelecidas nestas posturas, será cassada a licença para a matança e vedada a entrada no matadouro.

Art. 46. Será vedada a entrada no matadouro de todo aquele jornaleiro ou camarada que ali vá por motivo de serviço e se torne elemento de perturbação da ordem ou das regras que regulam a matança.

Art. 47. Ao pessoal do matadouro poderá ser imposta pelo chefe dos serviços municipais as seguintes penas, conforme a natureza da falta: 1º) admoestação em ordem de serviço; 2º) suspensão por trinta dias; 3º) demissão.

Capítulo VIII
DAS LICENÇAS E IMPOSTOS

Art. 48. Ninguém poderá abater, por sua conta ou de terceiros, animais no matadouro

público, sem prévia licença expedida para cada exercício financeiro - janeiro a dezembro - pelo chefe dos serviços municipais, pela qual pagarão a quantia de dez mil réis.

Art. 49. Os proprietários e cortadores de animais pagarão antecipadamente para a matança e por cabeça o seguinte: 1º) cinco mil réis para o gado vacum; 2º) três mil réis para o gado suíno; 3º) dois mil réis para o gado lanígero e caprino.

Art. 50. O imposto de que trata o artigo antecedente será cobrado pelo administrador do matadouro por meio de talões - recibos, numerados e rubricados pelo chefe dos serviços municipais e será recolhido no dia imediato (útil) aos cofres respectivos, mediante guia passada pela 3ª Divisão.

Art. 51. As condições para concessão de licença para abertura de açougues e respectivos impostos serão estabelecidas no regulamento geral para o exercício de indústrias e profissões.

Art. 52. As presentes posturas entrarão em vigor desde esta data, a fim de poderem os marcantes e açougueiros habilitar-se de modo a fazer a matança no matadouro a começar no dia 5 deste mês.

Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 1896. O chefe dos serviços municipais, *Adalberto Dias Ferraz da Luz*.²⁷²

Com a adoção dessas posturas ficou regularizado o serviço de abastecimento de carnes verdes à localidade.

Relativamente ao Matadouro, no qual em maio de 1897 haviam sido abatidas 160 reses, dando uma renda 978\$000, e que desde a sua instalação até junho do referido ano havia rendido 14:623\$600, assim se referiu *A Capital* do dia 10 do último mês mencionado: "O serviço do matadouro é hoje feito de um modo irrepreensível, tendo sido abatidas, desde o mês de fevereiro de 1896 até 31 de maio de 1897, 2.370 reses e 108 carneiros e porcos. O serviço é feito por conta da 3ª Divisão, que mantém o pessoal administrativo para fiscalização da matança, asseio do matadouro, cocheira, animais, carroças e condução de carnes até os açougues, importando tudo isso, durante quinze meses de serviços, em 18:334\$900, despesa que a renda do matadouro, que foi de 14:623\$600, em igual período, reduz a 3:711\$200, quantia esta que não pode ser levada à conta de despesa permanente, porquanto aí se acham incluídas as despesas de instalação, cocheiras e carroças para o transporte de carnes verdes."²⁷³

NOTAS

270 BICALHO. *Op. cit.*, p.368.

271 O MATADOURO. Hospedaria dos imigrantes. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 28 maio, 1896.

272 LUZ, Adalberto Dias Ferraz da. Regulamento [posturas relativas ao serviço do matadouro público...]. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2-3, 11 fev., 1896.

273 NOVA capital. Matadouro. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 10 jun., 1897.

O CEMITÉRIO PROVISÓRIO -
O CEMITÉRIO MUNICIPAL, DEFINITIVO, DO BONFIM

a primeira parte deste volume já ficou historiado que os sepultamentos se faziam, a princípio, no átrio da Matriz da Boa Viagem, sendo que, de meados de 1894 aos primeiros dias de 1897, passaram a ser feitos no Cemitério Provisório que a Comissão Construtora preparava em terrenos que hoje estão situados aos fundos do Orfanato Santo Antônio.

Nesse cemitério, segundo *A Capital*, edição de 10 de junho de 1897, durante o ano anterior, haviam sido sepultados 285 cadáveres, importando as despesas com ele em 3:886\$000, inclusive a construção de muros que fechavam o recinto, sendo a renda de 316\$300.

Para fechamento e abandono deste, cuidou o engenheiro-chefe da preparação do cemitério definitivo, que tomaria, logo depois, a denominação de Bonfim. Neste sentido, informava ele em seu relatório de abril de 1896:

“A fim de pôr termo aos sepultamentos no atual cemitério provisório, que fica ao centro da futura cidade, invadindo mesmo uma de suas ruas, tem-se apressado o preparo de uma das quadras em que se dividirá o cemitério definitivo, já unido à cidade pela abertura e preparo de uma rua suburbana. Acha-se este em boa situação, em relação à cidade, quanto aos ventos reinantes, mas um pouco distante para o trajeto a pé.

Quanto ao provisório, embora abandonado, vai ser cercado com muros de tijolos, pois a sua supressão e remoção de ossos não pode ter lugar senão daqui a cinco anos, tempo mínimo calculado para a completa decomposição dos corpos”.²⁷⁴

Um dos últimos sepultamentos efetuados no Cemitério Provisório foi o do Sr. Sebastião Duarte, funcionário da Comissão Construtora, realizado no dia 3 de fevereiro de 1897, sendo que no dia 8 daquele mês e ano efetuava-se a primeira inumação no Cemitério Municipal definitivo, onde se preparou ligeiramente uma quadra.

Para este cemitério da cidade fora estudado um terreno com a área de 170.036 m²,

situado no alto dos "Menezes", a 650 m do perímetro urbano, no prolongamento do eixo da Avenida Cristovão Colombo, em lugar bem alto e arejado, de solo seco e argiloso-arenoso, tendo muito próximo uma pedreira, que facilitou a sua construção. O projeto desse cemitério, com a capacidade para servir a uma população de 30.000 almas, tendo, porém, reservada área para que ele pudesse servir a uma população de 200.000 habitantes, fora submetido à aprovação do governo a 6 de março de 1895, em Ofício n. 32, e aprovado.

As obras de preparação geral desse cemitério e do respectivo necrotério foram iniciadas em agosto de 1897, sendo empreiteiro dessas obras o Sr. Conde de Santa Marinha.

O primeiro corpo que recebeu o Cemitério do Bonfim foi o da senhorinha Berta Adele Teresa de Jaegher, de 20 anos de idade, filha do engenheiro belga Dr. Joseph de Jaegher e de sua esposa, Sra. D. Ana Catarina Sofia Clara Feldhaus, no dia 8 de fevereiro de 1897. O saimento fúnebre, realizado a pé, conduzindo o corpo da primeira habitante do nosso campo santo, teve grande acompanhamento, pois a família De Jaegher pertencia ao número das mais ilustres de Belo Horizonte.

A sua sepultura ficou em posição diferente de todas as outras, talvez por descuido do empregado encarregado daquele serviço, que efetuou o sepultamento sem prévia consulta à 3ª Divisão da Comissão Construtora, sobre a posição que deveriam obedecer as sepulturas.

Visitamos agora essa sepultura, que se acha na quadra 5, cercada de gradil de ferro, em cujo centro se ergue belo e virente cipreste, que cobre de sombra o jazigo, onde há também uma cruz de madeira com o nome da extinta, o ano de seu nascimento (1877) e o do seu enterramento (1897), além de uma grinalda metálica danificada pela ação do tempo, com inscrições ilegíveis.

O Cemitério do Bonfim era ainda um matagal cercado de arame farpado, cerca essa contratada pelo Sr. José Gonçalves de Melo e construída pelo seu filho, Sr. Francisco Gonçalves de Melo, tendo sido esse jovem construtor um dos primeiros habitantes do nosso campo santo, onde foi sepultado a 5 de setembro de 1897.

A Rua do Bonfim, apenas rasgada, não tinha uma casa sequer e mais parecia uma estrada larga, contornando a encosta das terras dos Menezes.

Quando procurávamos a certeza documental de ter sido a senhorinha Berta de Jaegher a primeira habitante do Cemitério do Bonfim, verificamos um fato anômalo: dos livros de registro de sepultamento daquele cemitério não consta esta inumação, bem como a de 315 cadáveres que foram ali repousar em seguida, até a data de 3 de janeiro de 1898, quando se fez o primeiro registro, isto é o da senhorinha Maria Urcelina, de 19 anos, filha de Adão Luís, na sepultura n. 56, da quadra 2.

Entretanto, no livro de registro de inumações referido existente no cemitério encontramos a seguinte nota lançada pelo sucessor do primeiro administrador do nosso campo santo: "Antes deste livro foram inumados neste cemitério alguns cadáveres, mais ou menos 100. É o que diz o Sr. Basílio Cecílio dos Santos".

O sucessor do Sr. Basílio Cecílio dos Santos, primeiro administrador, foi o Sr. coronel José Carlos Vaz de Melo, e aquela anotação exprime a verdade, mas talvez incompleta, pois os

falecimentos verificados em Belo Horizonte depois da senhorinha Berta de Jaegher e antes da senhorinha Maria Urcelina e ali não registrados são em número de 315 e não apenas 100, como informou o primeiro administrador, referindo-se aos sepultamentos.

Temos em nosso arquivo a relação completa desses falecimentos, coligida pacientemente no Cartório do Registro Civil a cargo do coronel João Bracarense, a qual começa pelo registro da senhorinha Berta de Jaegher, falecida a 8 de fevereiro de 1897, e termina pelo de Alvina, filha de Maria do Carmo, falecida a 2 de janeiro de 1898. Só não publicamos essa relação aqui para não tornar por demais fastidioso este segundo volume de nossa obra.

Temos também examinado o livro de registro de sepultamentos efetuados no Cemitério Provisório e verificamos que dele constam muitos nomes dos que figuram em nossa relação extraída daquele cartório; pelo que se conclui terem sido efetuados muitos sepultamentos no Cemitério Provisório mesmo depois da primeira inumação feita no Bonfim.

Feito assim o sucinto histórico dos nossos cemitérios, terminaremos este capítulo dizendo que o primeiro administrador do Cemitério do Bonfim, Sr. Basílio Cecílio dos Santos, exerceu esse cargo de 3 de janeiro de 1898 até 17 de outubro de 1905, **sendo o segundo o Sr. Travassos Sobrinho, que foi substituído pelo Sr. coronel José Carlos Vaz de Melo.**

NOTA

274 BICALHO. *Op. cit.*, p. 370.

NOS TEMPLOS DO ANTIGO ARRAIAL



o meio de toda aquela agitação, daquele pandemônio, que outra coisa não era a atividade intensíssima que empolgava o velho arraial em vias de cidade, a antiga Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e a velha Capela do Rosário constituíam o refúgio balsâmico, o oásis acolhedor e bom, onde os infatigáveis obreiros da capital, os que eram crentes, iam alentar o espírito e retemperar as energias para reencetarem no dia seguinte os seus labores cruentos.

Era ali que se ouvia missa aos domingos e dias santificados, desde a madrugada até às 10 horas; era ali que se faziam as orações das tardes, nas novenas, terços e bênçãos: era ali que os recém-nascidos recebiam o batismo e as crianças maiores iam aprender a doutrina cristã; era ali que se celebravam os casamentos e se encomendavam os mortos.

Por isso, toda gente amava os dois velhos templos depois demolidos; a capela, em 1897, após a inauguração do novo pequeno templo de igual invocação que a substituiu e hoje pertencente ao Orfanato Santo Antônio; a Matriz da Boa Viagem em 1932, depois de se inaugurar a catedral. Por isso também, neste capítulo, rememoraremos com as mais sentida e sincera saudade algumas solenidades e outras ocorrências que se verificaram naqueles dois templos, no período compreendido nesta segunda parte deste volume.

Assim, diremos que, suavizando aquela trabalhadeira de Belo Horizonte, os seus habitantes assistiram, do dia 15 ao dia 18 de agosto de 1895, aos grandes festejos em honra da padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem, do Divino Espírito Santo e de Santa Ifigênia, que estiveram muito pomposos, tendo sido festeiros; da primeira, os Srs. Samuel Gomes Pereira, Américo de Macedo e Carvalho de Almeida; da segunda, uma comissão composta de 10 pessoas, cujos nomes não conseguimos saber; e da terceira, os Srs. Antônio Batista Vieira, Frederico Aquino e João Pereira. Houve missa cantada, procissão, *Te Deum*, leilão e levantamento do mastro do Divino.

Terminadas as brilhantes solenidades, que animaram grandemente o arraial durante aqueles dias, fez-se a eleição dos festeiros para o ano seguinte, sendo eleitos: festeiros da

Padroeira, o Dr. Pedro da Nobrega Sigaud e os Srs. Alberto Horta e João Batista Carneiro; festeiros do Divino, os Srs. Manuel Caetano de Carvalho (Lico), imperador, Francisco Luís de Carvalho e Francisco Cândido da Silveira, mordomos do mastro; festeiros de Santa Ifigênia, os Srs. João Avelino dos Santos, procurador; José Joaquim Ferreira e José André da Silva Diniz, mordomos do mastro.

Pouco depois, a 5 de outubro, logo pela manhã, circulou pelo arraial notícia lamentável, que a toda gente consternou: durante a noite, a Capela do Rosário havia sido assaltada por ladrões que, depois de lhe arrombarem uma das portas, roubaram-lhe, dentre outros objetos de valor, a pátena e o cálice, não tendo o capitão Lopes conseguido descobrir os ladrões.

A 25 de dezembro de 1895, pelo Natal, à meia-noite, celebrava-se na Matriz da Boa Viagem a Missa do Galo, oficiando o padre Francisco Martins Dias. Noite evocativa, toda de recordações e saudades, atraiu ao velho templo a maior parte da população do arraial, que afrontou, destemerosamente, com as suas botas e lanternas, o lamaçal e a buraqueira em que se achavam as ruas, desejosos de não perder a penúltima Missa do Galo que se celebrava na localidade.

Em abril de 1896, tivemos a Semana Santa. Segundo noticiaram os jornais, estiveram tocantes as solenidades, principalmente as procissões do Encontro e do Enterro, na Boa Viagem e na Capela do Rosário. A primeira efetuou-se em bela tarde, com numeroso acompanhamento de fiéis, que se dividiam em duas partes: uma na capela e outra na matriz, cujos sinos plangiam ao mesmo tempo. Daquela templo partiu N. S. das Dores e deste o Senhor dos Passos, dando-se o encontro, quando já era noite, na Rua do Rosário, esquina da Rua General Deodoro, onde se erguia o púlpito, do qual predicou o padre Francisco Martins Dias. Reunidas ali as duas procissões, seguiram pela Rua General Deodoro para a Matriz.

A procissão do Enterro, efetuada na Sexta-Feira da Paixão, com acompanhamento de cerca de 3.000 fiéis, na maior ordem, depois de percorrer algumas ruas do arraial e outras mal abertas da nova capital, recolheu-se à meia-noite. Consoante informam os jornais da época, quase toda a população válida do arraial tomou parte naquele cortejo da fé, pois ali estavam, desde o engenheiro mais ilustre até o operário mais humilde, formando duas extensas alas, a maior parte empunhando velas acesas, uns precedendo, outros acompanhando o esquife com o Senhor Morto, caminhando lentamente, ao som lúgubre das matracas, que o Honório Teófilo de S. Pedro, sacristão, e outros iam batendo, ou ao som da banda de música "Carlos Gomes", em suas marchas fúnebres. O extenso desfilar das irmandades com suas opas, conduzindo as cruces, os tocheiros e os ciriais; o som da música triste e das matracas lúgubres; as duas alas iluminadas dos fiéis e tudo aquilo sob o pálido latecente de um luar fantasticamente belo, de lua cheia, imprimia um cunho de profunda tristeza nas solenidades da penúltima procissão do Enterro que se realizou no arraial de Belo Horizonte.

Quando chegou maio, tivemos, na Boa Viagem, durante todo ele, às 7 horas de cada noite, os enternecidos officios do mês de Maria, nos quais, entre cânticos e flores, coroaram a Virgem Santíssima, as meninas: Robertina Maria das Dores, Maria Josefina da Cunha, Ana Josefina da Cunha, Querubina Maria das Dores, Maria Cândida Jardim, Maria José de Magalhães, Maria de



Largo do Rosário, vendo-se a capela que lhe dava o nome e que ficava situada mais ou menos no local que é hoje limitado pelas ruas Espírito Santo, Bahia, Guajajaras e Timbiras. A casa em cuja porta está um homem de pé era o Hotel Lima, mais tarde propriedade do Sr. Antônio Garcia de Paiva.

Oliveira Quites, Hercília Teixeira Cortes, Maria Florinda de Lourdes, Ana Ferreira, Maria Luísa Nogueira, Olga Dolabella, Felisbina Gonçalves, Rita Juventina de Castro, Emília Renault Coelho, Maria Renault Coelho, Carolina Bicalho, Maria Clara Batista, Maria Alves Martins, Judith Ferreira, Lucinda Gomes Teixeira, Maria Luíza Silveira, Maria Silveira, Divina Maria de Carvalho, Dejanira Maciel, Letícia Nicolau, Maria Antonieta, Júlia Ferraz, Judite Lopes e Maria Gertrudes. A menina que coroava cada noite, oferecia flores na noite seguinte e todo aquele mês de maio foi encantador. Dele nos fala *A Capital*, do dia 21, invejando os habitantes futuros da nova cidade:

“O tempo vai correndo magnificamente. Belos dias de sol fulgurante e bom, esplêndidas noites de luar num céu azul sem nuvens, frescas manhãs agradabilíssimas em que não se nota o frio intenso do sul do Estado, nem a umidade incômoda e prejudicial do nevoento Ouro Preto. Belo Horizonte é incontestavelmente um dos melhores climas do mundo. Felizes dos que tiverem de gozá-lo, quando isto, já capital, oferecer todos os confortos que, por enquanto, não pode ter”.²⁷⁵

Pelo Natal de 1896, dir-se-ia que os habitantes de Belo Horizonte, querendo despedir-se definitivamente daquela tradicional comemoração pela última vez realizada no arraial, dedicavam a ela o mais particular carinho. Assim foi que a Missa do Galo celebrada à meia-noite pelo padre Martins Dias teve excepcional concorrência, estando a Velha Boa Viagem caprichosamente ornamentada, fazendo-se ouvir no coro um grupo afinado de boas vozes de ambos os sexos, tão elogiadas por Alfredo Camarate, acompanhadas por um *harmonium*. Finda a missa, houve bailes e outros divertimentos em várias casas de famílias, permanecendo o arraial animado até o amanhecer. E tão festivo como a noite de Natal foi o dia de Ano Bom, 1º de janeiro de 1897, em que todo o arraial e a capital nascente se movimentaram nas tradicionais permutas de boas festas, presentes, visitas, etc.

A última celebração da Semana Santa no arraial de Belo Horizonte, segundo noticiou *A Capital*, de 21 de abril de 1897, teve maior concorrência de quantas se vira ali. Calculou-se em 4.000 o número de pessoas que acompanharam a procissão do Enterro, “sendo para se lamentar que o povo, em vez de se estender em alas, seguisse aos grupos, destacados uns dos outros, desordenadamente”²⁷⁶

Essa falta de ordem observada pelo jornal seria certamente consequência inevitável do cosmopolitismo, que era acentuadíssimo na localidade em véspera de se metamorfosear em cidade, e tanto mais crescente quanto maior se tornava a sua população. Por isso, a última Semana Santa do arraial não teve aquela tonalidade austera e enternecedora dos anos anteriores.

Finalizaremos este capítulo, noticiando a última festividade religiosa que se celebrou no arraial de Belo Horizonte, em honra da padroeira, a 15 de agosto, consoante informaram os periódicos locais.

Ao alvorecer do dia, estrugiram fogos, bimbalharam sinos e a banda de música “Carlos Gomes”, depois de percorrer algumas ruas, postou-se no Largo da Matriz, trombeteando os seus dobrados festivos. Às 10 horas celebrou-se a missa cantada, com acompanhamento de orquestra e cânticos sagrados, achando-se o templo repleto do que o arraial contava de mais seleta em seu meio social, de mistura com a gente humilde dali e das circunjacências, ocupando a tribuna sagrada o vigário Martins Dias. À tarde saiu a procissão, que deu volta pelo Largo, composta de milhares de fiéis. Ao recolher-se esta, à porta do templo predicou o coadjutor, padre Prudêncio Gomes da Silva, nomeado pouco antes para esse cargo, e chegado a Belo Horizonte no dia 12 daquele mês.

Antes porém, da procissão, houve “Cavalhadas”, à 1 hora da tarde, naquele Largo. Os palanques estavam apilhados de moças e rapazes. “De par com muito pó e muito calor (escrevia *A Capital*) havia muitas discordâncias gramaticais entre os mouros e os cristãos contendores em suas perlangas. Os dois grupos de cruzados vestiam-se: um de encarnado e o outro de azul, montados em cavalos magros, cuja ossada as muitas fitas pendentes não conseguiam encobrir. No momento de tirar as argolinhas, o capitão Lopes, todo vistoso em seu dolmã branco, foi presenteado com uma e retribuiu a gentileza com uma nota de considerável valor”.²⁷⁷

À tardinha, depois da procissão, ao estrugir de foguetes, houve o tradicional levantamento do mastro do Divino, ocorrendo nessa ocasião lamentável desastre, que a todos consternou: quando já estava quase a prumo, erguido por mãos de muitos homens do povo, o mastro tombou de repente, caindo em cheio sobre os ombros de uma pobre senhora de nome Maria, que ficou gravemente ofendida e foi carregada a braços para sua casa.

Apesar desse acontecimento lamentável, seguiu-se o leilão de prendas, animadíssimo, que, como nos anos anteriores, se fez em benefício do templo.

Como em toda parte, em Minas, era a religião católica, apostólica romana a que predominava em Belo Horizonte, mas, desde a instalação da Comissão Construtora, adeptos de outras crenças, como os metodistas, por exemplo, começaram a congregar-se aqui, realizando o seu culto em casas particulares, por falta de templo. Uma dessas casas era o Hotel Belém, próximo à Boa Viagem, cujo proprietário e sua família eram metodistas sinceros.

Logo que surgiu o *Bello Horizonte*, jornal católico, a 7 de setembro de 1896, seu redator, o vigário padre Francisco Martins Dias, abriu cerrada campanha, pelas colunas deste, contra os adversários da sua religião, os quais revidavam pela *A Capital*, logo que este jornal apareceu nos primeiros dias de 1896.

Pela mesma forma, assim que se fundaram as lojas maçônicas *Nazareth* e *Marquês de Pombal*, o referido sacerdote assestou contra elas as suas baterias jornalísticas, terçando armas com os fundadores e filiados destas, que também se valiam das colunas de *A Capital*.

Naqueles dias, havia no *Beco do Vitorino* ou de *Sá Emerenciana*, próximo à Matriz da Boa Viagem, pouco acima da residência do padre Chiquinho (Francisco Martins Dias), o já



Largo do Rosário, vendo-se pequena parte da capela e um dos lampiões colocados pela Comissão Construtora nos principais pontos do arraial.

referido Hotel Belém, instalado em um barracão coberto de zinco, propriedade do Sr. Antônio Pereira Belém, metodista convicto. Esse conceituado hotel, muito freqüentado, era o ponto principal de reunião dos fiéis ao credo metodista, o que o irritava o vigário católico, que de longa data vinha *turrando* com aqueles.

De uma feita, em dezembro de 1896, quando os adeptos da Igreja Batista esperavam o seu pastor, prestes a chegar, o padre Martins Dias, pelo seu jornal, censurou acremente algumas famílias que freqüentavam o Hotel Belém, e o Sr. R. C. Dickson, pastor metodista, fez pelas colunas de *A Capital*, de 17 daquele mês, a seguinte publicação:

*“Famílias caluniadas. O Bello Horizonte de domingo passado caluniou famílias honradas deste lugar. Insultou o Sr. Raimundo Pinto, fotógrafo, dizendo que este está hospedado num hotel onde famílias honradas e sérias não podem ir. É bem sabido que ele tem sua família no Hotel Belém, e, pois, sua família está insultada, bem como a família do Sr. Belém. Todos os dias vão ali famílias sérias. Estas também estão insultadas. O homem que lança mão de meios tão aviltantes para defender uma crença religiosa é um ateu e não tem religião. R. C. Dickson.”*²⁷⁸

Pouco depois, isto é, em dias de abril de 1897, o vigário Dias perdia outra vez a paciência e publicava pelas colunas de seu jornal estas linhas:

*“Alguns rapazes que freqüentam certo hotel onde se hostilizam as crenças católicas têm faltado o respeito e às conveniências que, ao menos como cidadãos, são obrigados a guardar.”*²⁷⁹

Imediatamente, pelas colunas de *A Capital*, alguns moços freqüentadores do referido hotel retrucaram, de mau humor:

“Não se entende com os abaixo-assinados o editorial do Bello Horizonte. Sem que lhes sirva de carapuça, os abaixo-assinados vêem-se na necessidade de fazer esta declaração porque pertencem ao número dos rapazes que freqüentam o Hotel Belém, com o qual embirrou o ilustre redator do Bello Horizonte, que é, ao mesmo tempo, nesta localidade, o pastor do grande rebanho cristão aqui existente. S. Rev^{ma} pode e deve instruir-nos nos preceitos da religião que professamos; quanto, porém, a lições de civilidade e bons costumes - mercê de Deus - estamos satisfeitos com a que aprendemos no lar paterno e dispensamos, sem recorrer a grosserias, as que se nos quer dar em forma de repreensão pública. Antônio Berredo Lisboa. José Silveira. Benjamim Ribeiro de Sousa. José Cerqueira. Laurindo Seabra. Américo Moreira da Silva.”

Ao que sabemos, o caso não teve outras conseqüências, mas a luta entre o pároco local e os adeptos de outras religiões não cessou até depois de instalada a capital.

NOTAS

- 275 A CAPITAL. Belo Horizonte, p. 2, 21 maio, 1896.
- 276 SEMANA Santa. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 21 abr., 1897.
- 277 CAVALHADAS. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 19 ago., 1897.
- 278 FAMÍLIAS caluniadas. *A Capital*. Belo Horizonte, 17 dez., 1896.
- 279 AO PÚBLICO. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 21 abr., 1897.

O CLIMA DE BELO HORIZONTE - COMPROVADAS AS SUAS
VANTAGENS SOBRE O DE CAMPOS DO JORDÃO

empre foi celebrada a excelência do clima de Belo Horizonte, a ponto de ter sido justamente esse predicado um dos fatores principais que preponderaram no espírito do legislador mineiro, levando-o a escolher essa localidade para aqui ser construída a nova capital, como já ficou demonstrado à sociedade no primeiro volume desta obra.

Assim sendo, neste capítulo, vamos continuar e completar, com informes mais recentes, o histórico ali feito, chegando, por fim, à conclusão de que o nosso é inquestionavelmente um dos melhores, senão o melhor clima do Brasil.

Estudando-o, havia o ilustre médico higienista da Comissão Construtora, Dr. Cícero Ferreira, iniciado uma série de interessantes artigos, no dia 13 de junho de 1896, pelas colunas de *A Capital*, abordando também nesses artigos o problema da higiene local. Do primeiro deles, extratamos os seguintes tópicos, que sintetizam o pensamento geral daquele cientista a respeito:

“Vantajosamente situado na encosta ocidental do rio das Velhas, Belo Horizonte ocupa uma posição geográfica correspondente a 19° 55' 31" de longitude sul* e 0h4m37s-59 de longitude ocidental no meridiano do Rio de Janeiro. Sob o ponto de vista do seu calor atmosférico, as observações meteorológicas registradas no decurso de dois anos consecutivos revelam uma média de 20,6°, o que nos leva a considerá-lo como fazendo parte das localidades de clima quente, colocado como se acha entre as linhas isotérmicas que vão de 15° a 25°, de acordo com a divisão estabelecida por Humboldt.

Nesta localidade as oscilações diárias e mensais se fazem dentro dos limites de 10°, isto é, que, entre o máximo e o mínimo de temperatura em 24 horas, pode-se observar uma diferença de 10°, mas realizada de modo lento e moderado; tanto que, ordinariamente, o

* Baseava-se o Dr. Cícero Ferreira nas seguintes coordenadas geográficas de Belo Horizonte obtidas pela Comissão Construtora (ver tabela na página seguinte).

termômetro que às 7 horas da manhã marca 20°, raras vezes se eleva além de 19° às 9 horas da noite, sendo o seu máximo atingido às 2 horas da tarde; prova evidente de que temos as manhãs e as noites sob a influência de uma temperatura agradabilíssima, devendo-se notar que mesmo durante o dia, nas horas de maior calma, as brisas frescas de leste tornam o calor muito tolerável.

As oscilações termométricas anuais são muito amplas: em 1894, o dia mais frio que tivemos foi a 17 de julho, em que o termômetro desceu a 3° acima de zero e o mais quente foi a 9 de outubro, em que se observou a temperatura de 33,2°; em 1896, no dia 25 de julho, o termômetro registrava outra vez 3° acima de zero e a 30 de dezembro subia a 33,8°, mostrando assim a marca de temperatura que, durante o ano, pode atingir os limites extremos de 30°, aproximadamente.

São grandes essas oscilações, não há dúvida alguma, mas se considerarmos que só se realizam lentamente no decurso de um ano, se atentarmos que só à beira-mar e em certas localidades se encontram climas constantes com ligeiros desvios térmicos entre o máximo e o mínimo, se, além disso, levarmos em linha de conta que as localidades do sul da Europa, nas proximidades do Mediterrâneo são os países mais gabados pela suavidade do seu clima e contam muitos deles oscilações térmicas anuais de 20°, não é muito que em Belo Horizonte, local situado bem no centro do continente, essas oscilações sejam um pouco mais amplas.

A falta de observações anteriores nos obriga a cingir-nos àquelas que possuímos e é sobre elas que fazemos estas apreciações, as quais, apoiadas pela tradição dos antigos moradores de Belo Horizonte e pelos fatos de nossa própria clínica em dois anos que aqui estamos, nos autorizam a dizer que o clima nada tem a invejar aos que se mostram mais favoráveis à saúde humana."

DIAS	SIRUS	ESTRELA	N. DE OBSERVAÇÕES	LATITUDE SUL	OBSERVAÇÕES
10	1ª	α Leonis (Regulus)	9	19° 55' 33" 48	Longitude
21	2ª	"	6	26 08	aproximada a W do
	3ª	δ Leonis	5	30 75	Rio de Janeiro...
	4ª	β Leonis	9	32 78	0h 4m 37559.
	5ª	β Antauri	9	31 80	A latitude foi
	6ª	α "	9	30 61	determinada pelo
23	7ª	B "	14	31 05	método das
	8ª	α Crucis	15	28 19	Circumaridianas e a
29	9ª	α Bootis (Arcturus)	12	31 02	longitude
30	10ª	"	12	32 20	aproximada, pelo
	11ª	ζ 2 Bootis	8	35 01	transporte da hora.
	12ª	α Coronx	14	31 64	
		Soma	122	---	
		Média		19° 55' 31" 21	

E concluía: “É um lugar de altitude moderada, de clima quente, variável, seco, largamente ventilado pelas correntes alísias que tornam agradabilíssimas as diferentes estações, onde não existem moléstias endêmicas, abundantemente iluminado e nas condições de se tornar uma cidade digna de nota pela sua salubridade e por suas condições higiênicas.”²⁸⁰

Tais luminosos e bem documentados artigos do Dr. Cícero Ferreira baseavam-se, como ele próprio disse, não só nas observações de sua clínica durante dois anos, como nos dados colhidos pelo posto de observações meteorológicas mantido pela Comissão Construtora e do qual fora ele encarregado, desde que chegara a Belo Horizonte, em 1894, até quando passou a médico higienista da mesma Comissão, com a reorganização desta.

Por essa ocasião, aquele posto, subordinado à 3ª Divisão, ficou a cargo do Sr. Michel Dessens e é dele o quadro das observações realizadas durante o ano de 1895, “metódica e cuidadosamente, por médias mensais e anual, para constituírem, com o tempo, um valioso repertório para o exato conhecimento do nosso clima”, como disse o engenheiro-chefe em seu relatório de abril de 1896, quadro que vai publicado a seguir.²⁸¹

Não nos foi possível conhecer as observações meteorológicas colhidas por aquele posto desde a ocasião em que foi publicado esse quadro até a inauguração da cidade, pois a Comissão Construtora, assoberbada pela multiplicidade de obras a realizar em angustíssimo prazo, não publicou outro relatório, em que tais dados deveriam figurar.

Deveríamos, pois, terminar aqui o nosso estudo histórico sobre o clima de Belo Horizonte no período abrangido por este volume. Entretanto, no justo desejo de deixar nele mais copiosa documentação comprobatória da excelência já sobejamente demonstrada de nosso clima, abrimos uma exceção para este capítulo, indo colher informes em um período de tempo mais avançado.

Assim, valemo-nos da reconhecida competência do distinto engenheiro, Dr. J. Giovanini, chefe do “Serviço Meteorológico do Estado” e autoridade no assunto, que gentilmente nos forneceu uma série de preciosíssimos quadros com observações completas colhidas entre 1911 e 1928 pelo observatório em que trabalha.

Oferecendo-nos esses quadros, que hoje se acham publicados na sua magnífica obra *O clima de Belo Horizonte*, edição do Serviço Meteorológico do Departamento Geográfico e Geológico da Secretaria da Agricultura,²⁸² 1930, escreveu-nos aquele técnico a seguinte carta elucidativa dos mesmos, mostrando clarividamente a superioridade do clima de Belo Horizonte sobre o de Campos de Jordão, tido como o melhor do Brasil:

Caro Abílio: Somente agora posso cumprir a promessa que lhe fiz.

Aí vão os dados prometidos. Chamo sua atenção para a comparação que fiz entre os principais dados meteorológicos de Belo Horizonte e Campos do Jordão, dos quais ressalta, à primeira vista, a superioridade do nosso clima: nebulosidade menor; insolação maior; percentagem menor de umidade; menor quantidade de chuva e número de dias de chuva também menor; número de dias claros menor, mas, em compensação, número de dias encobertos menor. O número de dias claros e encobertos é obtido do seguinte modo: supõe-

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL
Observações meteorológicas - Ano de 1895

	BARÔMETRO						TERMÔMETRO					
	7 H a. m.		2 H p. m.		9 H p. m.		7 H a. m.	2 H p. m.	9 H p. m.	Médias	Máxima	Mínima
	Temperatura	Altura a 0° e nível do mar	Temperatura	Altura a 0° e nível do mar	Temperatura	Altura a 0° e nível do mar						
Janeiro	20.4	761.71	27.8	758.76	21.4	761.07	20.3	26.9	21.3	22.8	28.1	18.3
Fevereiro	19.9	761.87	26.1	759.76	20.7	760.88	19.8	25.2	20.7	21.9	26.5	18.1
Março	19.6	763.20	27.3	760.51	21.0	762.63	19.6	26.3	21.0	22.3	27.3	17.7
Abril	16.4	764.71	26.2	761.38	18.3	764.24	16.5	25.3	18.4	20.1	25.7	14.4
Maiο	14.4	766.02	23.8	762.84	16.3	765.57	14.6	22.9	16.4	18.0	24.0	12.8
Junho	11.3	768.61	22.9	764.53	14.1	767.74	11.8	22.0	14.5	16.1	22.7	9.9
Julho	11.2	768.01	22.2	764.02	13.9	767.12	11.6	21.4	14.2	15.7	22.2	9.8
Agosto	12.2	766.08	25.7	761.24	15.7	765.01	12.6	24.9	16.0	17.8	25.6	10.8
Setembro	15.2	765.51	22.9	762.59	16.9	764.82	15.6	22.2	17.1	18.3	22.9	13.9
Outubro	19.2	762.44	26.9	759.41	19.7	762.05	19.3	25.9	19.9	21.7	27.2	17.7
Novembro	19.8	762.71	25.7	760.76	19.4	762.50	19.7	24.8	19.5	21.3	26.2	17.5
Dezembro	20.6	763.30	28.7	760.80	20.5	762.57	20.5	27.7	20.7	23.0	29.3	16.6
Totais	200.2	9.174.17	306.2	9.136.60	217.9	9.166.20	201.9	295.5	219.7	239.0	307.7	177.5
Médias	16.7	764.51	25.5	761.38	18.2	763.85	16.8	24.6	18.3	19.9	25.6	14.8

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL
Observações meteorológicas ano de 1895 (cont.)

	PSICRÔMETRO						HIGRÔMETRO					
	7 H a. m.		2 H p. m.		9 H p. m.		Médias	7 H a. m.	2 H p. m.	9 H p. m.		
	Umidade relativa	Tensão do vapor	Umidade relativa	Tensão do vapor	Umidade relativa	Tensão do vapor					Umidade relativa	Tensão do vapor
Janeiro	95.70	16.85	66.28	17.53	90.18	16.74	84.04	17.04	97.8	77.7	94.2	89.9
Fevereiro	89.60	15.38	67.70	16.08	87.09	15.61	81.40	15.69	93.7	78.6	92.0	88.1
Março	93.70	15.91	63.50	16.01	87.00	15.93	81.40	15.95	96.4	75.6	91.7	87.9
Abril	93.40	13.12	58.20	13.86	88.10	13.92	79.90	13.67	96.0	71.2	92.8	86.7
Maiο	92.40	11.46	58.30	12.23	88.00	12.23	79.50	11.97	95.4	71.8	92.8	86.7
Junho	94.40	9.87	48.70	9.81	86.10	10.66	76.40	10.11	96.7	63.8	91.5	84.0
Julho	93.10	9.50	51.00	9.79	83.60	10.15	75.90	9.81	96.0	65.5	89.7	83.7
Agosto	91.70	10.09	41.10	9.59	77.50	10.53	70.10	10.07	95.0	55.9	85.8	79.2
Setembro	86.90	11.58	55.80	10.90	80.80	11.70	74.50	11.37	92.0	69.0	87.9	82.9
Outubro	88.70	14.90	56.70	14.06	85.70	14.84	77.00	14.60	93.2	70.2	91.1	84.8
Novembro	87.60	15.10	62.50	14.44	85.80	14.56	78.60	14.70	92.5	74.3	91.2	86.0
Dezembro	63.90	11.50	34.50	9.69	63.30	11.33	53.90	11.05	74.9	45.5	73.1	64.5
Totais	1.071.10	155.26	664.28	153.39	1.003.08	158.20	912.64	156.03	1.119.6	819.1	1.073.8	1.004.4
Médias	89.26	12.94	55.36	12.78	83.59	13.18	76.05	13.00	93.3	93.3	89.5	83.7

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL
Observações meteorológicas ano de 1895 (cont.)

	Pluviômetro	Evaporômetro	Ozonometro	ANEMÔMETRO				NEBULOSIDADE									
				7 H a. m.		2 H p. m.		9 H p. m.		Média		7 H a. m.		2 H p. m.		9 H p. m.	
				Direção	Velocidade	Direção	Velocidade	Direção	Velocidade	Velocidade	Direção	Forma das nuvens	Estado do céu	Forma das nuvens	Estado do céu	Forma das nuvens	Estado do céu
Janeiro	314.70	3.22	1.00	—	0.92	—	3.18	—	1.64	1.77	—	8.00	—	8.30	—	7.60	
Fevereiro	326.30	2.90	1.00	—	1.60	—	2.60	—	1.90	2.00	—	8.00	—	8.70	—	6.70	
Março	219.90	3.30	1.20	—	1.10	—	2.80	—	1.20	1.60	—	6.00	—	7.30	—	4.50	
Abril	61.20	3.96	1.63	—	1.30	—	2.70	—	1.40	1.70	—	4.80	—	6.20	—	4.10	
Maió	57.60	3.10	1.70	—	1.20	—	2.40	—	1.50	1.60	—	3.60	—	6.50	—	2.00	
Junho	5.50	4.00	2.00	—	1.27	—	3.08	—	1.19	1.76	—	2.85	—	4.85	—	2.22	
Julho	40.90	3.50	2.00	—	1.10	—	2.30	—	1.10	1.60	—	4.40	—	6.00	—	3.10	
Agosto	31.80	5.40	2.00	—	1.10	—	2.50	—	1.30	1.70	—	2.00	—	4.30	—	2.30	
Setembro	99.00	3.64	2.00	—	1.76	—	2.70	—	2.26	2.24	—	6.60	—	8.10	—	6.40	
Outubro	106.30	4.50	2.00	—	2.10	—	3.00	—	2.00	2.20	—	6.50	—	7.90	—	6.00	
Novembro	271.10	3.20	2.00	—	1.70	—	2.20	—	1.90	1.90	—	8.40	—	8.20	—	7.90	
Dezembro	108.90	6.00	2.00	—	2.00	—	2.50	—	1.80	2.10	—	4.10	—	5.20	—	3.80	
Totais	1.643.20mm	46.72	20.53	—	17.15	—	31.96	—	19.19	22.17	—	65.25	—	81.55	—	56.62	
Médias	—	3.90	1.71	—	1.10	—	2.70	—	1.60	1.90	—	5.4	—	6.8	—	4.7	

se a abóbada celeste dividida em 10 partes iguais. Quando o céu está completamente limpo ou apenas com 2 partes encobertas, 0 a 2, toma-se o dia como "claro"; quando o céu está completamente "encoberto" ou com 8 partes, 8 a 10, toma-se o dia como "encoberto". O estado de 3 a 7 partes encobertas não é computado. Do que fica exposto, fácil é deduzir a vantagem existente a favor do clima de Belo Horizonte.

Quanto à temperatura, fator dos mais importantes no estudo do clima, verifica-se que, talvez com algumas desvantagens, é bem mais elevada em Belo Horizonte do que em Campos do Jordão. Este fato é, sem dúvida, em grande parte devido à altitude, que é sensivelmente menor, em Belo Horizonte.

Fazendo-se, entretanto, a comparação da *excursão* da temperatura, isto é, da diferença entre as médias das máximas e das mínimas, verifica-se que Belo Horizonte tem superioridade incontestável, portanto sua *excursão* é de 11 graus e 1 décimo, quando a de Campos do Jordão é de 12 graus e 1 décimo. Verifica-se mais que, enquanto Belo Horizonte, em dezoito anos, teve a menor mínima de 2,4 (2 graus e 4 décimos acima de zero). Campos do Jordão teve uma de 8° (oito graus abaixo de zero) no mesmo período de dezoito anos. Ainda nos dezoito anos estudados, em Belo Horizonte a maior máxima foi de 35,2°, enquanto que Campos do Jordão foi de 28,8°. Isto significa que a *excursão* entre esses extremos absolutos foi de 32,8° em Belo Horizonte e de 36° em Campos do Jordão, o que dispensa comentários.

Na estação chuvosa (quente), os dias mais quentes ocorrem em maior número no mês de novembro, ao passo que na estação seca (fria) esses dias ocorrem quase todos em setembro. Do mesmo modo, em relação aos dias frios, na estação quente ou chuvosa eles ocorrem mais vezes em outubro, quando, na estação fria ou seca, o fenômeno se dá, quase sempre, em julho.

Além dos quadros, envio um diagrama em que estão representados, graficamente, os climas padrões universal, do Taylor, brasileiro, do Dr. Henrique Moriza, de Campos do Jordão, e de Belo Horizonte, de minha autoria. Esse diagrama tem o nome de "Climograma" e dá imediata idéia do clima de um lugar, pelo menos quanto à sua sensibilidade para o organismo humano. O meteorologista australiano Taylor utilizou, para construção de seu climograma universal, dados meteorológicos de Sydney, Captown, Joanesburg, Hobart, Perth, Londres, New York, Berlim, Chicago, Toronto, Seattle e Aberdeen. O clima dessas localidades, a seu ver, é o mais favorável ao desenvolvimento do homem branco, de raça anglo-saxônica. O falecido Dr. Henrique Morize, diretor do Observatório Astronômico Nacional, construiu o climograma brasileiro utilizando dados de Garanhuns, Formosa, Catalão, Poços de Caldas, Petrópolis, Juiz de Fora, São Carlos do Pinhal, Vassouras, Teresópolis, Resende, Curitiba e Caxias, que ele considerou, no País, localidades de clima bom para o brasileiro. Sou de opinião, entretanto, que em relação às duas localidades de Minas escolhidas, Poços de Caldas e Juiz de Fora, foi ele infeliz, pois ambas apresentam um índice de umidade relativa elevado, o que deve ter contribuído para que, dentro do quadro, o climograma brasileiro se tenha afastado para a direita, isto é, para a zona mais úmida. No quadro em que estão os climogramas, as linhas

horizontais representam a média da "temperatura sensível", e as verticais, a média da umidade relativa. Comparando os quatro climogramas chega-se à conclusão de que o universal, de Taylor, abrange uma área compreendida entre 3 e 17 graus de temperatura sensível média e 68 e 81 por cento de umidade. É o verdadeiro clima ideal para o europeu, isto é, o clima de "transição", com oscilações compreendidas entre 15 a 20 graus. O climograma brasileiro do Dr. Morize abrange uma área compreendida entre 13 e 19 graus de temperatura sensível média e 75 a 82 por cento de umidade. É o clima caracteristicamente "equatorial", com oscilações inferiores a 15° e considerado ideal para o brasileiro. Comparando o climograma brasileiro com o de Belo Horizonte, verifica-se que são perfeitamente semelhantes e que o de Belo Horizonte apresenta uma grande vantagem, que é a de estar situado em zona menos úmida, pois abrange área que vai de 66 a 77 por cento de umidade. O de Campos do Jordão não se assemelha a nenhum dos outros e está colocado em zona evidentemente menos favorecida (fria e úmida). São essas as informações que posso lhe dar sobre o clima de Belo Horizonte e que espero possam ser de alguma utilidade para o seu importante trabalho. Am^o Att^o Obr^o *J. Giovanini*".

Aos interessados pelo assunto, chamamos atenção para os quadros e diagrama que nos remeteu o Dr. J. Giovanini, pelos quais se pode ainda chegar a muitas outras conclusões favoráveis ao clima de Belo Horizonte, confirmando perfeitamente a tradição bicentenária que nos legaram os antigos habitantes do arraial extinto, as judiciosas observações da Comissão de Estudos das localidades indigitadas para a nova capital e as conclusões a que chegou o ilustre médico da Comissão Construtora, Dr. Cícero Ferreira.

Eis o quadro:

Belo Horizonte: latitude, 19° 55' 27"; longitude, 43° 56' 32"; altitudes sobre o nível do mar:

Posto Meteorológico da Praça da Liberdade	945 m
Avenida Afonso Pena (Alto do Cruzeiro-Serra)	948 m
Avenida Afonso Pena (Ponto dos bondes)	850 m
Praça Rio Branco (Mercado Velho).....	842 m
Lagoinha (Alto do Menezes-Caixa d'água).....	933 m
Santo Antônio (Caixa d'água)	938 m
Santa Teresa (Quartel de Polícia).....	855 m
Santa Efigênia (Avenida Contorno com A. Maciel).....	858 m
Calafate (Rua Pampas com Diabase)	856 m
Carlos Prates (Rua Contagem com Sabinópolis)	908 m

BELO HORIZONTE (1911 - 1928)
 Temperaturas médias anuais de 18 anos

MESES	MÉDIA	MÉDIA DAS MÁXIMAS	MÉDIA DAS MÍNIMAS	EXCURSÃO
Janeiro	22.1	27.0	18.0	9.0
Fevereiro	22.5	27.7	18.0	9.7
Março	22.2	27.4	17.8	9.6
Abril	21.1	27.0	16.2	10.8
Maio	19.1	25.3	13.2	12.1
Junho	17.5	24.4	10.8	13.6
Julho	16.9	24.0	10.4	13.6
Agosto	18.4	25.3	12.2	13.1
Setembro	20.5	26.7	14.5	12.2
Outubro	21.3	26.7	16.0	10.7
Novembro	21.8	27.0	17.2	9.8
Dezembro	21.8	26.6	17.9	8.7
Ano	20.4	26.3	15.2	11.1

Estação quente (outubro a abril)

	21.8	27.1	17.3	9.8
--	------	------	------	-----

Estação fria (maio a setembro)

	18.5	25.2	12.2	13.0
--	------	------	------	------

BELO HORIZONTE
(1911-1926)

ESTAÇÃO QUENTE

Média das temperaturas extremas absolutas

ANOS	MÉDIA DAS MÁXIMAS	MÉDIA DAS MÍNIMAS	MAIOR MÁXIMA	DATA	MENOR MÍNIMA	DATA
1911	31.4	13.5	34.0	28 novembro	11.2	15 abril
1912	30.6	13.0	32.4	19 novembro	12.0	27 abril
1913	31.6	13.5	34.2	8 janeiro	11.2	30 abril
1914	31.7	14.3	32.6	30 novembro	12.4	28 abril
1915	31.9	15.0	35.2	2 março	13.0	20 outubro
1916	30.0	13.8	31.8	3 outubro	12.0	12 abril
1917	30.2	13.7	32.0	13 outubro	9.6	30 abril
1918	30.2	14.1	31.6	14 dezembro	11.7	30 abril
1919	30.2	15.3	33.4	5 outubro	13.6	4 outubro
1920	30.6	14.3	31.6	5 janeiro	10.2	20 abril
1921	31.6	13.9	32.5	26 outubro	9.8	7 outubro
1922	30.5	14.3	32.2	4 janeiro	12.0	21 abril
1923	30.9	14.1	33.6	6 dezembro	12.6	20 outubro
1924	31.3	14.2	34.0	25 outubro	12.0	30 abril
1925	31.7	13.8	32.8	1 fevereiro	9.8	4 outubro
1926	31.3	15.3	34.0	4 outubro	12.4	27 abril
				outubro - 6 vezes	abril - 11 vezes	
				novembro - 3 vezes	outubro - 5 vezes	
				janeiro - 3 vezes		
				dezembro - 2 vezes		
				fevereiro e março - 1 vez		

BELO HORIZONTE
(1911-1926)

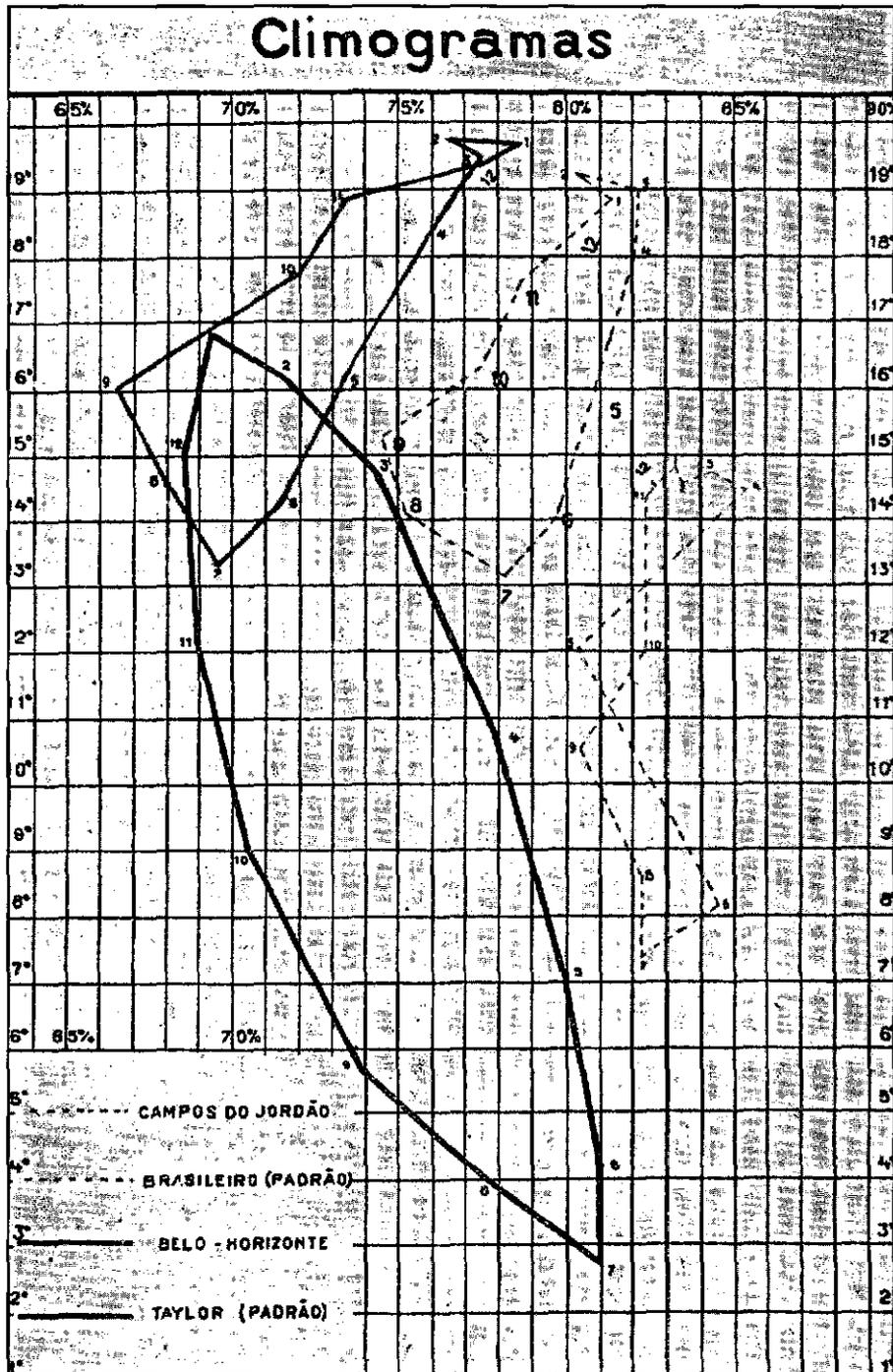
ESTAÇÃO FRIA						ANO ABSOLUTAS	
Média das temperaturas extremas absolutas						MÉDIA DAS MÁXIMAS	MÉDIA DAS MÍNIMAS
MÉDIA DAS MÁXIMAS	MÉDIA DAS MÍNIMAS	MAJOR MÁXIMA	DATA	MENOR MÍNIMA	DATA		
28.3	6.8	31.0	10 setembro	3.5	13 julho	30.1	10.7
29.7	5.8	33.4	28 setembro	4.6	17 julho	30.3	10.5
28.5	6.9	31.0	27 setembro	6.6	6 julho	30.3	10.8
29.3	7.5	33.0	25 setembro	5.4	12 junho	30.7	11.5
30.3	8.2	32.8	17 setembro	6.6	21 junho	31.3	12.2
28.4	7.8	34.6	25 setembro	4.6	9 julho	29.3	11.3
27.9	5.9	32.0	28 setembro	3.4	18 julho	29.3	10.5
28.7	5.9	33.2	29 setembro	2.4	26 junho	29.7	10.7
27.1	7.2	29.5	14 setembro	5.2	24 julho	28.9	11.9
26.1	6.7	31.2	15 setembro	2.5	24 maio	28.7	11.2
-	-	-	-	-	-	-	-
29.0	9.8	32.0	14 setembro	7.0	15 junho	29.9	12.5
28.5	7.8	29.5	1 maio	4.4	7 junho	29.9	11.5
29.5	9.0	32.0	26 setembro	6.6	3 julho	30.6	11.6
29.6	8.0	31.4	25 agosto	5.4	10 julho	30.8	11.7
29.9	8.6	34.4	16 setembro	3.4	18 julho	30.6	12.3
			setembro - 13 vezes maio - 1 vez agosto - 1 vez				julho - 10 vezes junho - 4 vezes maio - 1 vez

BELO HORIZONTE (1914-1928)
média de 15 anos

FENÔMENOS	ESTAÇÃO QUENTE	ESTAÇÃO FRIA	ANO
Trovoadas	27	4	31
Temporal	5	0.2	5
Geadas	0	0.6	0.6
Nevoeiro	13	26	39
Orvalho	32	49	82
Saraiva	0,3	0	0.3

Média da pressão barométrica, reduzida a 0 graus (1914-1928)

ESTAÇÃO QUENTE	ESTAÇÃO FRIA	ANO
688.6	691.3	689.9



Resumo comparativo dos dados climatológicos entre Belo Horizonte e Campos do Jordão, sendo estes extraídos da edição de 1928 da obra *Estações climatéricas de São Paulo*, de autoria do Dr. Belfort de Matos Filho.

Os dados, tanto de Belo Horizonte como de Campos do Jordão, referem-se a dezoito anos de observações.

Nebulosidade média anual	-	Belo Horizonte	5,0
	-	Campos do Jordão	5,1
Insolação relativa mensal	-	Belo Horizonte	56%
	-	Campos do Jordão	53%
	-	Davos Plats	41%
Temperaturas: média anual	-	Belo Horizonte	20.4°
	-	Campos do Jordão	12.8°
Média das máximas	-	Belo Horizonte	26.3
	-	Campos do Jordão	12.8
Média das mínimas	-	Belo Horizonte	15.2
	-	Campos do Jordão	7.4
Excursão	-	Belo Horizonte	11.1
	-	Campos do Jordão	12.1
Máxima absoluta geral	-	Belo Horizonte	35.2
	-	Campos do Jordão	28.8
Mínima absoluta geral	-	Belo Horizonte	2.4
	-	Campos do Jordão	8.0
Umidade relativa	-	Belo Horizonte	73%
	-	Campos do Jordão	1.692 m/m
Número de dias de chuva	-	Belo Horizonte	117
	-	Campos do Jordão	1.692 m/m
Número de dias e chuva	-	Belo Horizonte	117
	-	Campos do Jordão	127
Número de dias claros	-	Belo Horizonte	73
	-	Campos do Jordão	92
Número de dias encobertos	-	Belo Horizonte	78

Fenômenos meteorológicos diversos

	Saraiva	Trovoadas	Geadas	Nevoeiros (Para C. J. neblinas)
Belo Horizonte	4	376	1.041	372
Campos do Jordão	52	612	9	372

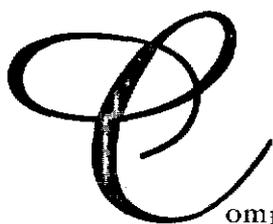
NOTAS

280 FERREIRA, Cícero. *Higiene. A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 13 jun., 1896.

281 BICALHO. *Op. cit.*, p. 371.

282 GIOVANNINI, J. *O clima de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

AINDA A AÇÃO DA INICIATIVA PARTICULAR -
 NOVOS ASPECTOS DA CIDADE EM CONSTRUÇÃO - INAUGURAÇÕES -
 INSTITUIÇÕES DE ENSINO - O CONDE DE SANTA MARINHA -
 O CAFÉ MINEIRO - O GRANDE HOTEL - AS PRIMEIRAS VILAS -
 CAMARATE E O GOSTO NAS CONSTRUÇÕES PARTICULARES



Completando quanto temos dito sobre a ação da iniciativa particular em Belo Horizonte no último período da Comissão Construtora, trataremos para aqui mais algumas notas obtidas durante as nossas pesquisas.

“Cidade em construção, verdadeira oficina de trabalho - escrevia o cronista *Nemo*, sob o título *Prosa serrana*, a 8 de julho de 1897, em *A Capital* - Belo Horizonte ainda não tem a sua Rua do Ouvidor, o ponto predileto para as palestras: o lugar por onde passe o madamismo *chic*, exibindo a *toilette* digna de nota, e fazendo crer ao rapazio solteiro que não é só no céu que habitam anjos... Falta-nos também o “café” com as suas pequenas mesas, o *brouhaha* da freguesia, os infalíveis italianos tocando, em harpas e rabecas, valsas em voga e polcas afandangadas... Tais novidades virão com o tempo, quando do antigo arraial restar apenas recordação de um *campus ubi Troja fuit*, e Belo Horizonte, garrida e moderna, for para os mineiros um petit Paris. Presentemente, quem não faz parte da “roda”, que à tarde palestra à porta da Farmácia Abreu, tão graciosa, tão bem arranjada que, dir-se-ia, não ser ali o domínio do gral e das tisanas, há de contentar-se com os passeios sem rumo certo, folgando em curtos lazeres, à hora em que o azul é límpido e o dorso das serranias esfuma-se à lenta chegada do crepúsculo... Pelos bairros dos operários começam a brilhar as primeiras luzes, e o *profeta*, escada ao ombro, corre de lampião em lampião, acendendo os *belgas*,* até que o Sr. Bernardo Mascarenhas nos traga o suavíssimo luar das lâmpadas elétricas. A espaços, vibra o silvo das locomotivas empenachadas de branco, rolando célebres ao telheiro do descanso... A meia luz vespéral envolve pouco a pouco a cidade. Passam operários, cobertos de pó, cachimbando, batendo forte os sapatos ferrados, causando calafrios a quem tem calos ... Ah! uma pisadela de tais sapatancas! ... Na imensidade, vão apontando as estrelas e a breve trecho todo o céu fulge no esplendor das constelações... Roda um carroção... Passagem livre: aí vai o bife. Que

* Só depois que a 3ª Divisão começou organizar os serviços municipais mandou colocar alguns lampiões a querosene nos pontos mais movimentados do arraial.



Rua do Chumbo (Serra) nos primeiros dias da cidade.

poeirada, Deus meu! E regressa-se aos penates, trazendo na alma suaves impressões, e, às vezes, no corpo impertinente carrapatinho, a morder, a picar, a chupar, agarrado à pele, como um burocrata à teta do tesouro... Volve-se de novo à leitura dos bons amigos, os queridos companheiros solitários: os livros e os jornais... Depois ... depois ... Morfeu docemente espreme em nossos olhos as papoulas, enquanto lá fora a água canta a sua eterna canção às invisíveis náiades, pobre ribeiro, condenado também a desaparecer! O Dolabela e o Luís Silva precisam de ti ... Como a “alma da paisagem”, correndo sob uma ponte rústica,* és lindo; mas ... os desembargadores, os chefes de seção, todo o mundo, enfim, quer o jato *tub* ... E essa gente, vizinho ribeiro, é *kneipista* à custa do governo.”²⁸³

Pelas notas que se seguem, ver-se-à como foram preenchidas, logo depois, ainda antes da inauguração da capital, as lacunas apontadas por *Nemo* em Belo Horizonte, cujo progresso naquele período foi vertiginoso.

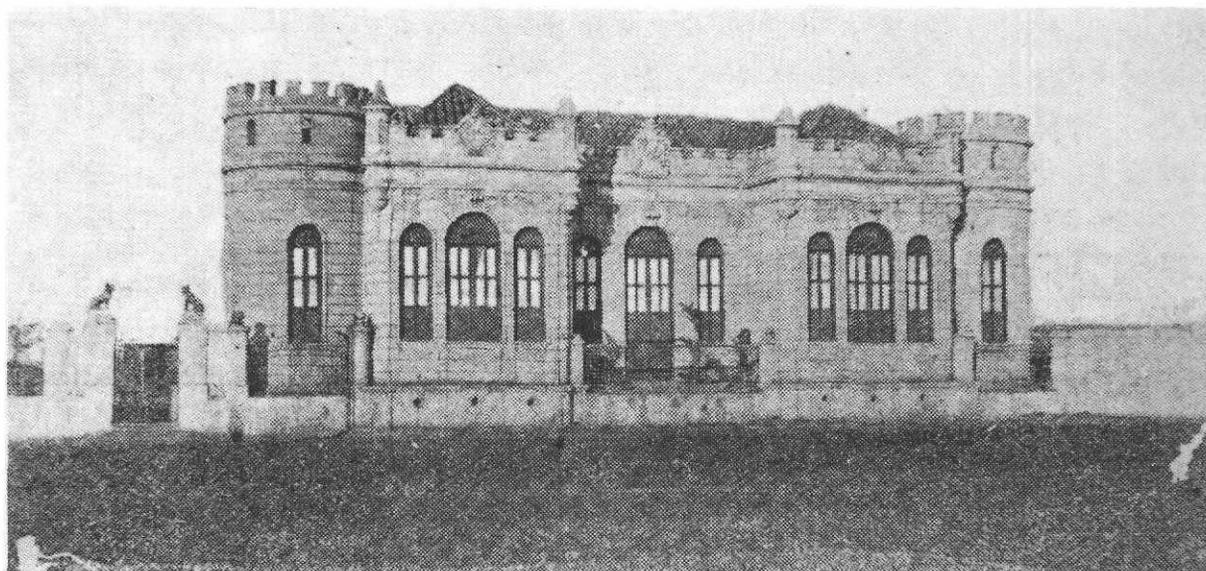
Antes, porém, do dia em que foi publicada aquela crônica, isto é, em dias de junho de 1896, os Srs. Dr. José de Magalhães e Pedro Coussandier tentaram fundar um banco em Belo Horizonte,²⁸⁴ tendo passado mesmo algumas ações. Entretanto não conseguiram levar a termo desejado aquele empreendimento.

A 1º de agosto do mesmo ano realizou-se a inauguração do “Externato de Nossa Senhora da Boa Viagem” para meninas, sob a direção da professora Sra. D. Maria Olivieri, à Rua de Sabará, o qual teve curta duração, porque, pouco depois, com a fundação efetuada pelo padre Francisco Martins Dias do “Colégio da Imaculada”, de que falaremos adiante, aquela preceptora foi encarregada de administrá-lo.

A 8 de setembro festejou-se a inauguração da casa comercial dos Srs. Marques & Carvalho, em prédio recentemente construído pelos Srs. Hermilo Alves & Comp., à Avenida Afonso Pena, esquina da Rua São Paulo, o primeiro estabelecimento comercial que se instalou nessa avenida, tendo sido a bênção do prédio dada pelo padre Francisco Martins Dias, em presença de muitos convidados.

A 1º de outubro do mesmo ano as eméritas educadoras senhorinhas Leopoldina e Romualda Cassão inauguravam um curso primário misto, de instrução, à Rua do Capão, na casa em que residiam com sua veneranda mãe Sra. D. Libânia e com seu distinto irmão, Leopoldo Cassão, mais tarde falecido no Estado do Pará. Transferindo-se depois para a nova capital, à Rua Timbiras, esse curso primário se transformou no grande *Colégio Cassão*, para educação secundária e que tantos serviços prestou à mocidade horizontina durante longos anos.

* O cronista *Nemo*, que outro não era senão Azevedo Júnior, referia-se à ponte sobre o córrego Acaba-Mundo, que passava próximo ao prédio antigo em que funcionava *A Capital*, à Rua do Sabará, onde residiam o coronel Bressané e aquele cronista.



Castelinho que existiu na Avenida Afonso Pena, esquina da Rua Tupinambás, propriedade do Sr. coronel Júlio César Pinto Coelho. Existiu no local onde está hoje a Casa Falci.

Ainda naqueles dias, a Sra. D. Júlia Vieira da Fonseca e a sua filha, a Senhorinha Laura Augusta da Fonseca, instalavam uma escola para meninas, à Rua do Rosário n. 233, com a denominação de *Colégio Progresso*, sendo depois também criadas aulas noturnas para filhos de operários. Esse colégio existiu até alguns anos depois de inaugurada a capital.

A 1º de fevereiro de 1897 instalava-se o *Colégio da Imaculada*^{283A} para meninas, fundado pelo padre Francisco Martins Dias e dirigido pela Sra. D. Maria Olivieri, auxiliada por quatro professoras, em uma casa velha nas proximidades da Matriz da Boa Viagem. Em 1898 esse colégio transferiu-se para o novo prédio, construído à Rua da Bahia, esquina da Rua Aimorés, sobrado, onde funcionou durante muitos anos, educando moças e meninas.

Ainda em dias de fevereiro daquele ano inaugurava-se o *Hotel Romanelli*, propriedade do Sr. Antônio Romanelli, à Rua dos Carijós, esquina da Rua São Paulo, cujo prédio ficara concluído em fins de 1896. Em uma das suas salas da frente foi que se instalou, meses depois, a Agência do Banco de Crédito Real, sob a gerência do Sr. Dr. João Gomes Rebelo Horta, chegado a B. Horizonte com sua Ex^{ma} família a 21 de outubro.

A 26 ainda daquele mês, às 7 horas da noite, era inaugurada a casa comercial dos Srs. Trompowsky & Comp., em belo sobrado que a firma tinha acabado de construir à Avenida da Liberdade, esquina da Rua Guajajaras. Após a bênção dada pelo padre Francisco Martins Dias, serviu-se *champagne* aos convidados e foram trocados muitos brindes. O prédio estava iluminado a gás acetileno, novidade para Belo Horizonte, pelo que foi motivo de grande curiosidade popular.

No dia 6 de março, com animada e vibrante sessão solene, instalava-se a "Sociedade Beneficente Espanhola"²⁸⁵ presidindo a reunião o Dr. Salvador Pinto, clínico na localidade, que pronunciou um discurso congratulatório com os fundadores da instituição. Achava-se presente a maior parte da colônia espanhola domiciliada em Belo Horizonte e as figuras de maior relevo no meio social, fazendo-se ouvir a banda musical regida pelo Sr. Augusto José de Sousa. Discursaram ainda os Srs. Genaro Garcia, Piñel, Jaime Salse, Teodoro Abreu, João Mialaret, Francisco Narbona e a Senhora Torres.

A 23 de abril de 1897, o Sr. Antônio Maria da Silva Carvalho mudava o seu estabelecimento comercial da velha Rua General Deodoro para o seu prédio novo construído à Rua da Bahia, em frente ao local destinado ao Congresso. Foi essa a primeira casa comercial inaugurada à Rua da Bahia.

A 29 de abril, o Sr. Alfredo Arduini instalava o seu escritório, como representante do Banco Italiano, anunciando efetuar qualquer operação bancária.

Nesse mesmo dia, inaugurava-se à Avenida Amazonas, a *Maison Moderne*, restaurante e café, do Sr. Manuel José da Silva Lima, e, na Avenida da Liberdade, o café e bilhares do Sr. José Pinto Valente, que depois o transferiu ao Sr. Raul Mendes. Este novo proprietário ali instalou, pouco depois, a sua casa de fazendas e armazinhos, posteriormente transferida para a Rua da Bahia, esquina da Avenida Paraopeba.

Em junho do mesmo ano, o redator de *A Capital* dando um passeio pela cidade que dali a cinco meses seria inaugurada, indicava alguns dos principais prédios que estavam concluídos, assim:

“Um em forma de castelo, na Avenida Afonso Pena, esquina da Rua Tupinambás, do Sr. coronel Júlio César Pinto Coelho. Na Rua Espírito Santo, *A Predial*, fábrica de ladrilhos e pedras plásticas daquele mesmo industrial, que é sócio do Dr. Hermilo Alves. O *Restaurante do Comércio* e o *Restaurante da Itália*, o *Açougue Mineiro* e o *Hotel Belém*, na Rua dos Caetés, estes dois últimos na esquina com a Rua Espírito Santo. Ainda na Rua Espírito Santo, a *Fábrica de Sabão*, do Sr. José Piloto & Comp. Na Rua da Bahia, esquina da Avenida Paraopeba, a casa do Dr. Hermilo Alves, onde estava instalada desde o dia 2 a *Farmácia Abreu*, dos Srs. Teodoro Lopes de Abreu e Antônio Raimundo Soares. Nessa mesma rua, na outra esquina, em frente, o *Grande Hotel*; a casa comercial do Sr. Antônio Maria da Silva Carvalho, pouco antes inaugurada em frente ao futuro Congresso; e a casa comercial do Sr. Eduardo Edwards. Na Rua Guajajaras, a *Livraria e Papelaria*, dos Srs. Riant & Comp., o *prédio do Sr. José Gomes* e o *sobrado com o estabelecimento comercial do Dr. Oscar Trompowsky*, na esquina da Avenida da Liberdade. Ainda na Rua dos Caetés, o *Hotel de Minas*, a modista M^{me}. Papini,* e na esquina da Rua São Paulo, o *sobrado com o negócio dos Srs. Figueiredo Neves & Comp.*, proprietário da *Casa Esperança*. Na Avenida Afonso Pena, esquina da Rua São Paulo, o *armazém de molhados e gêneros dos Srs. Marques & Comp.* Nessa mesma avenida, esquina da Rua Carijós, o *sobrado com a casa comercial dos Irmãos Verlangieri*, denominada *Stella de Itália*, inaugurada no dia 8. Ainda na Avenida Afonso Pena, entre a Rua São Paulo e a Rua Curitiba, o *sobrado com a Relojoaria Balena*. Na Avenida Paraná, a *Igreja Batista*, que tinha por pastor o Sr. J.J. Alves. Na Rua Tupinambás, o *Café e Bilhares*, do Sr. Joviano Fernandes, que no dia 30 de setembro começou a receber gelo da Companhia de Laticínios da Mantiqueira. Ainda na Avenida Paraopeba, a *Alfaiataria Mineira*, do Sr. Olímpio Raimundo Teixeira. Na Rua São Paulo, esquina da Avenida Amazonas, o *armazém dos Srs. Cândido Lúcio da Silveira & Filho*. Ao lado, em quarteirão já formado por vistosos prédios, a *residência do Sr. Francisco Cândido da Silveira*. Na Avenida Amazonas, o *Hotel Monte Verde*”.²⁸⁶

A esta lista organizada pelo jornal acrescentaremos ainda os seguintes estabelecimentos inaugurados naqueles dias: *A Fidelidade*, armazém do Sr. José Inácio Pereira da Fonseca e a casa comercial do Sr. Francisco Galdino Vieira, à Rua Paraíba; *A Luso-Brasileira*, casa de bebidas

* M^{me}. Papini foi, pois, a primeira modista da capital.



Oficinas do conde de Santa Marinha, a primeira casa que se construiu na zona suburbana e que hoje serve de armazém da Central.

e fumos, de Silva Carvalho & Silva, à Rua Timbiras, próximo ao local em que existiu a antiga Capela do Rosário; a casa comercial dos Srs. Caetano & Carvalho, na Avenida Paraná, esquina da Rua Carijós, pouco depois transferida à firma Antônio Caetano Pereira & Filhos; *Caldeireiro e Funileiro*, oficina dos Srs. Fiorito & Orlando, à Rua Tupinambás, em frente ao castelinho do coronel Júlio Pinto; *Construção de Obras e Fábrica de Pedras Plásticas*, do Sr. João Morandi, à Rua Goitacases; *Relojoaria e Joalheria*, do Sr. João Ricardo Setragni à Rua dos Caetés, próximo ao Hotel Belém; *Loja de Minas*, fazendas e armarinhos, calçados e chapéus, dos Srs. Antonino & Comp.; *A Construtora*, casa de ferragens dos Srs. Haas & Comp., também representantes da companhia de seguros *A Sul América*, à Avenida da Liberdade, esquina da Rua Guajajaras; *Escritório de Procuratórios* dos Srs. Edeltrudo Pires e Zoroastro Pires, também representante da companhia de seguros *A Educadora*, à Rua Rio Grande do Norte; *Escritório de Procuratórios* dos Srs. Raimundo de Paula Dias e Alberto Cintra, à Avenida da Liberdade; *Grande Empório Industrial* do Sr. A Teixeira Rodrigues, conde de Santa Marinha, à Avenida do Contorno, subida para o local onde iria nascer o bairro Floresta; *A Bota Elegante*, casa de calçados do Sr. Duarte Augusto Teixeira, à Rua Timbiras; *Confeitaria do Rio*, do Sr. Carlos Maciel, à Rua Guajajaras, onde o Sr. Francelino Horta fez uma exposição de jóias de Diamantina; *Comissários e Consignatários*, Srs. Proença & Irmão, à Rua da Bahia, esquina da Avenida Paraopeba; *Escritório de Advocacia*, do Dr. Pedro da Mata Machado à Rua de S. Paulo; *Escritório de Advocacia*, do Dr. Levindo Ferreira Lopes, à Rua dos Guajajaras; *Fármacia Seabra*, à Rua S. Paulo; *A Rio e Minas*, manufatura de fumos dos Srs. Oliveira & Comp., também proprietários do *Hotel de Minas*, à Rua dos Caetés; *Padaria Alemã*, (hoje *Brasil*), do Sr. Valentim Golker, à Rua Paraíba, esquina da Rua Timbiras, depois transferida ao Sr. Pedro Schininger; *Restaurante Guarani*, à Rua Tupinambás; *Tipografia Minerva*, à Avenida Amazonas; *Depósito de Móveis*, dos Srs. A. Casaes & Comp., à Rua Guajajaras; *Fármacia São José*, do Dr. João Lúcio Brandão, à Rua Timbiras; *Refinação de Açúcar*, do Sr. Miguel Búfalo, à Rua dos Caetés; *Fábrica de ladrilhos e ornatos*, na mesma rua, propriedade do Sr. Lepoldino Emílio da Costa & Comp., dirigida pelos Srs. Lunardi Giovani e filhos; *Depósito de Materiais para construções*, dos Srs. Antônio Garcia de Paiva & Comp., à Rua Espírito Santo; *Bazar*, do Sr. Miguel Francisco de Matos, à Rua Tupinambás, esquina da Rua Guarani; uma casa comercial do Sr. Antônio Batista Vieira, à Rua das Alagoas e outra do Sr. Antônio Alves Martins Júnior, na mesma rua.

Um dos raros homens de fortuna que atuaram decisivamente na construção e no progresso da nova capital era o Sr. Antônio Teixeira Rodrigues, conde de Santa Marinha, a quem *A Capital*, mercadamente, elogiava nos seguintes períodos, a 15 de julho de 1897, descrevendo o seu grande estabelecimento industrial recentemente instalado:

“O conde de Santa Marinha é um dos poucos capitalistas que têm vindo trazer à nossa cidade o eficaz concurso da fortuna e da atividade. A quantiosa soma por ele empregada na instalação da usina em uma localidade como esta, onde, no geral, apenas o minguado pecúlio do pobre vai agindo *tant bien que mal*, significa que o operoso industrial tem plena convicção de que Belo Horizonte há de ser um centro de atividade, tanto moral como material. O que o

Sr. conde de Santa Marinha há feito nesta cidade, iniciando nela diversas indústrias, é uma obra meritória, cujo realce é imenso, pois, a bem dizer, nulos têm sido os interesses pecuniários para o proprietário da usina. O Sr. conde criou aqui uma verdadeira escola de trabalho. A usina funciona num vasto prédio, próximo à estação da estrada de ferro. No imenso salão, logo à entrada, está instalada a serraria, servida pelas melhores máquinas: serras circulares, serras simples, tornos, plaina a vapor. À esquerda fica a oficina de cantaria, na qual vimos colunas e capitéis trabalhados com muita perícia. Passamos em seguida a outro compartimento onde está a fundição, também servida por excelente maquinismo. Aí vimos funcionar a máquina para tornear parafusos, podendo dar produção diária de mil parafusos de todos os tamanhos. Nessa seção trabalha a ferraria e, no extremo, a carpintaria, achando-se em construção o pavilhão para essas oficinas. A 4ª seção é a de moinhos para cereais, para torrefação de café e máquina de cortar capim. Passa-se daí para o almoxarifado da usina. Já aí estão os aparelhos para iluminação à luz elétrica, cuja montagem deve começar breve, e será para 40 lâmpadas. A força locomóvel, de fabricação inglesa, é de 30 cavalos. Na seção de carpintaria vai ser montada uma outra. É grande o depósito de madeira, quer nacionais, quer estrangeiras. A usina já recebeu a cábreia para suspender a cantaria da frente do Palácio Presidencial. Trabalham 150 operários, todos observando a maior disciplina e atenção ao seu serviço. Próximo está a construção do palacete para residência do Sr. conde de Santa Marinha.”²⁸⁷

Rematando estas merecidas notas sobre a notável individualidade daquele grande industrial, a quem Belo Horizonte muito ficou a dever, não ocultaremos que ele, depois de prestar à construção da cidade e à nascente indústria desta os maiores benefícios, empregando aqui toda a sua considerável fortuna, terminou por ficar arruinado financeiramente. Entretanto, não nos consta que haja em Belo Horizonte uma rua com o seu nome! Ficou esquecido como tantos outros beneméritos que aparecem neste livro.

A 24 de julho de 1897 registrou-se um acontecimento notável para aqueles dias incipientes de Belo Horizonte: inaugurava-se o *Café Mineiro* (o *Bar do Ponto* do nascer da cidade), propriedade do Sr. Paulino da Fonseca Saraiva, que depois o transferiu aos Srs. Barcala & Diz, à Rua Guajajaras, entre a Avenida da Liberdade e a Rua Sergipe. A bênção do estabelecimento foi dada pelo padre Francisco Martins Dias, estando a frente do prédio embandeirada e iluminada a *giorno*. Na sala do café, por ocasião da inauguração e até alta noite, o povo, em torno das mesinhas redondas de mármore, rumorejava alegremente, entre risadas e cantorias, de mistura com os pedidos em voz alta que iam fazendo os *garçons*, para dentro, ao pessoal da copa: - Um café na primeira à esquerda! Uma cerveja na terceira ao centro! Um conhaque na última à direita!

Em meio daquele *brouhaha*, tinha-se a impressão de estar em movimentado estabelecimento de grande cidade, sendo tal aspecto inteiramente novo para Belo Horizonte. A um canto, junto ao balcão, três músicos tocavam violões e flautas, plangendo valsas melancólicas ou polcas saltitantes, como reclamara o cronista *Nemo*, pela *Capital*.²⁸⁸

A pintura da sala, outra grande novidade para o meio, era constituída por anúncios de casas comerciais.

Em uma saleta reservada, o proprietário fez servir fiambres, doces, bebidas e café à imprensa e a outros convidados, que riam e troçavam gostosamente. Entre eles estava Azevedo Júnior que, no dia imediato, pela *Capital*, comentava o acontecimento:

“Bravos, Belo Horizonte, bravos! De dia em dia tu te tornas mais garrida, mais confortável, verdadeiramente possuída do teu papel de capital. Enquanto Ouro Preto murcha, tiritando na garoa das suas noites silenciosas, tu, Belo Horizonte, pensas em iniciar a *vida noturna* e já o ‘*Café Mineiro*’ não é nada mal para a aprendizagem. Como se isto não te bastasse, Belo Horizonte, para princípio da vida confortável, de mais intimidade, vais, no domingo, ver abertas de par em par, as portas do Grande Hotel. O *cook* - ouve-me, Belo Horizonte - conhece a fundo a arte de preparar em *filet aux petit pois*, como de certo, tu acostumado ao tutu e ao torresmo, não imaginas! O Figueiredo contou-me maravilhas da sabença culinária desse artista, que maneja a caçarola como o referido Figueiredo não é capaz de manejar a espada, apesar de coronel... Acresce que a adega do Grande Hotel vai ser tão bem sortida, que - não fora medo do capitão - muito hóspede tomaria o seu pileque... É, Belo Horizonte, tu que durante tanto tempo viste os teus hóspedes encafuados numas locandas mais de beira de estrada pouco freqüentada, que mesmo de uma capital, podes agora dizer às tuas visitas: Vede este hotel!’ Tu progrides; e quando, em pouco, o suave luar da luz elétrica envolver-te no seu alvo clarão, o teu aspecto há de ser feérico, convidando mesmo à vida boêmia, às alegres noitadas em que a troça ri, descuidada e feliz... Pobre de mim, rude campônio, que então estarei talvez na solidão da minha choupana, vendo o cair da folhas no nublado outono... *Go away*, grande terra!”.²⁸⁹

A 6 de agosto, consoante havia anunciado Azevedo Júnior, humoristicamente, em sua crônica, festejava-se a inauguração do Grande Hotel, propriedade do Sr. coronel Manuel Lopes de Figueiredo, e tendo como gerente o perfeito *maitre d'hôtel*, que era o Sr. Guilherme Leite da Cunha. A pedra fundamental daquele prédio fora assentada a 17 de outubro de 1896. A cerimônia da bênção inaugural do prédio realizou-se às 8 horas da manhã, oficiando o padre Francisco Martins Dias e servindo de paraninfo o Dr. Francisco Bicalho, achando-se presentes mais a senhorinha Maria Lidia Bicalho, o Dr. Luís Silva e senhora, além de outros convidados. Finda a cerimônia, o proprietário e o gerente do hotel mandaram servir café e chocolate aos presentes, enquanto estes esperavam o lauto almoço que lhes foi servido às 10:30 h, durante o qual foram erguidos brindes congratulatórios.

O Grande Hotel compunha-se, então, de 52 quartos e vastas salas para refeições e para festas. Custara 125:000\$000 e fora construído pelos Srs. José Bençon e Rodolfo Bovo. A decoração interna impressionava bem e o mobiliário luxuoso fora comprado nas oficinas do Sr. Moreira Santos, do Rio de Janeiro.

Naqueles dias, cuidava os Srs. Alberto Bressane Lopes & Comp. de construir uma vila de casinhas para pequeno aluguel nas ruas Grão-Mogol e Alfenas, a fim de se atender à grande dificuldade sempre crescente de habitações da nova cidade.

Nesse sentido fez uma proposta ao governo do Estado, por intermédio da Comissão, a qual foi formada favoravelmente no dia 6 de junho pelo engenheiro-chefe. Aceita pelo governo a proposta, em setembro era iniciada a construção de um grupo de 100 casinhas de tipos diversos, destinadas, em sua maioria, a operários e pessoas pobres. Por ocasião da mudança da capital estavam bastante adiantadas umas 15 casas das maiores, entre as ruas Rio Grande do Norte e Paraibuna, e a vila nascente, cujas habitações seriam para aluguel de 25\$ a 80\$000, tomou logo a denominação de "Villa Bressane".

Também o Sr. coronel Leopoldo César Gomes Teixeira, tendo entrado em idênticas negociações com o governo do Estado, obteve permissão e mandou construir, naqueles dias, dois grupos de casinhas para pequeno aluguel, um na parte baixa da Rua Bonfim e outro em frente a estas, do outro lado do córrego, na Rua do Ramal, sendo que todo o madeiramento destas foi aproveitado das casas velhas do antigo arraial, ao passo que iam sendo demolidas pela Comissão. Os massames dessas casas velhas foram vendidos por 15:663\$800.

Outros dois grupos idênticos de habitações pequenas foram construídos pelo Sr. coronel Júlio César Pinto Coelho à Rua do Ramal e Rua Rio Preto, na subida para o bairro da Floresta.

Finalmente, outro grupo de casinhas foi feito pelos Srs. Hermilo Alves & Comp., em terrenos de sua olaria, nas proximidades do Caracará, parte baixa da Rua Pouso Alegre e, assim, se foi remediando a grande dificuldade de habitações, principalmente para a população desfavorecida da fortuna, nos primeiros dias da cidade, quando se demolia o arraial de Belo Horizonte. De sorte que, ao ser instalada a capital, contava esta com umas duzentas casas de funcionários, umas 300 particulares, os edifícios públicos, as vilas referidas, muitas casas velhas ainda habitadas, e além de grande número de cafuas e barracões nos grandes e bulhentos bairros provisórios - *Leitão* e *Favela* ou *Alto da Estação*.

Como se vê, ao passo que a cidade ia surgindo do solo, como por encanto, também o seu comércio, a sua indústria e demais organizações de trabalho iam nascendo com ela, graças ao esforço e à fé que animava um pugilo de homens de boa vontade, confiantes no seu futuro.

Elogiando esse esforço, dizia *A Capital*, de 8 de julho de 1897, que "a área da nova cidade nas proximidades da estação da estrada de ferro já oferecia, pelo desenvolvimento que lhe estava dando o capital particular, aspecto bem agradável. Pouco a pouco iam-se formando ali os quarteirões. Notava-se um certo movimento de transeuntes, principalmente aos domingos. Não faltavam acolá os restaurantes, todos instalados em prédios novos e quase todos pertencentes a súditos italianos."²⁹⁰

Em geral, os projetos dos prédios particulares que se iam construindo eram desenhados

pelo Sr. Luís Oliviere, que no dia 22 de julho instalara o seu escritório de arquitetura à Rua de Sabará, ou pelos arquitetos da Comissão Construtora, em horas extraordinárias de trabalho.

Para aquela época, o estilo das cimalthas e platibandas com vários ornamentos, adotado geralmente, constituía a melhor expressão da arquitetura contemporânea, pelo que se fazia alvo dos maiores elogios. Mas isso não impediu que o exigente espírito de Alfredo Riancho, bordando uma crônica na *Capital*, de 10 de junho criticasse o gosto das construções particulares em Belo Horizonte, perguntando a Alfredo Camarate, que era ele próprio, “moço entre maduro e sorvado, que, tendo um diploma de arquiteto, exerce o lugar de engenheiro frigorífico na Comissão Construtora”:

“- Como vai a Capital?” - E Camarate responde sempre de mau humor: - Deixe-me, homem. É uma cidade de jogadores de chinquilha... - Por quê? - pergunta Riancho. - Porque não há platibanda, nem coroamento de cornija que não tenha dois, quatro e mesmo seis paulitos! Sempre quero ver como os jogadores hão de fazer *pontos* por cima dos telhados. Mas tirada essa chinquilhorrágia, abstraindo alguns tímpanos desproporcionados de alguns frontões biscornutos, podemos nos gabar de haver construído *a melhor cidade do Brasil*. Somos grandes ousados modernos! - É verdade; mas poderíamos ser tudo isso, conservando as duas mais louváveis virtudes dos mineiros: a simplicidade e a despreensão”.²⁹¹

Alfredo Camarate era, então, o técnico da Comissão Construtora, encarregado de opinar sobre as plantas apresentadas para construções particulares. Nenhum projeto era aprovado sem o seu próprio julgamento, sempre acatado pelo engenheiro-chefe, fosse declarando em boas condições a planta ou fosse propondo modificações. Mas Camarate, tendo em vista a urgência da construção da cidade em prazo curtíssimo, era tolerante no seu julgamento e não exigia muito dos nossos primeiros construtores de casas.

NOTAS

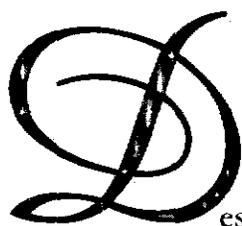
283 AZEVEDO Júnior [Nemo] Prosa serrana. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 8 jul., 1897.

283A O Colégio Imaculada, hoje existente no mesmo local do antigo (Rua da Bahia 1.584, esquina de Aimorés), não tem ligação com o colégio fundado pelo Padre Francisco Martins Dias, à época da construção da nova capital, apesar da coincidência de nome e endereço. O antigo existiu, presumivelmente, até o início do século, enquanto o atual Colégio Imaculada foi criado pela congregação das Filhas de Jesus, em 1916, funcionando inicialmente em uma casa da Avenida João Pinheiro, n. 638. Em 1918 (janeiro), o colégio foi transferido para outro prédio na rua Aimorés, 1.600, sendo que o edifício onde hoje funciona o educandário, ainda dirigido pela mesma congregação das Filhas de Jesus, é de 1940 (MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 29/12/1899, p. 2. Arquivo Biblioteca do Colégio Imaculada).

284 Bancos. No decorrer de suas primeiras décadas, Belo Horizonte viu surgir inúmeras instituições bancárias que vieram afirmar a cidade como pólo econômico e financeiro do Estado. Os serviços bancários tiveram início em 1897, com a agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, criado em 1889, com sede em Juiz de Fora. A agência foi instalada na sala de visitas do Hotel Romanelli, Rua São Paulo com Carijós. Em 1911, surge o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. O Banco Mineiro da Produção surge em 1934 e o Banco Gontijo é de 1936. Na década de 1940, têm-se: bancos Crédito e Comércio de Minas Gerais e Belo Horizonte, em 1942, Industrial Brasileiro, Popular de Minas Gerais e Crédito Mútuo de Minas Gerais, em 1943; Nacional de Minas Gerais e Financeira da Produção, em 1944, e de Crédito Popular Mineiro, em 1945. Além dos citados, há as instituições bancárias que, originadas em outros Estados, ao longo

- dos anos, se transferiram para a capital mineira, estabelecendo suas agências, como, dentre outros, o Banco Hipotecário Lar Brasileiro, o Banco Distrito Federal (1936), o Banco Londres & Sul América (1937), o Banco Salles (1940), o Banco Crédito da Borracha (1942), o Banco Ribeiro Junqueira (1943), o Banco Itaú (1944). E as Casas Bancárias A.G. Amorim & Mascarenhas, Cruzeiro do Sul, Humberto Rocio e Manoel Nicolau Júnior. (Para um estudo detalhado sobre bancos em Minas Gerais ver: COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais: 1889-1964*. Tese de Mestrado. Campinas, 1978 - mimeo., p. 17-45, p. 296. BANCO DE MINAS GERAIS. Instituições Bancárias, financeiras e securitárias. *Memória econômica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1897. p.91-92.)
- 285 N. 484 - p. 616. Sociedade Beneficente Espanhola. Não foram localizadas informações sobre a evolução dessa Sociedade que congregava imigrantes espanhóis. Entretanto, em 1911, era fundado o Grêmio Espanhol de Socorros Mútuos e Instrução, que prestava auxílio e assistência aos familiares dos associados. O Grêmio ainda mantém suas atividades, conservando a sede que possui desde o período da fundação, situada à Avenida Olegário Maciel, n. 444.
- 286 INICIATIVA particular. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 24 jun., 1897.
- 287 INICIATIVA individual. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 15 jul., 1897.
- 288 AZEVEDO Júnior. *Op. cit.*, p. 1, 29 jul., 1897.
- 289 *Ibidem*, p.1.
- 290 INICIATIVA individual. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 8 jul., 1897.
- 291 CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. As construções da nova capital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2-3, 10 jun., 1897.

NOTÍCIA DE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS VISITAS QUE RECEBEU BELO HORIZONTE NO PERÍODO DA CONSTRUÇÃO



Desde o início dos trabalhos da Comissão Construtora, o arraial recebeu constantes visitas de pessoas curiosas de o conhecer e de observar os trabalhos que se estavam aqui realizando. De tais visitas, porém, no princípio, só nos ficaram bem raros vestígios, por falta de imprensa local que as registrasse, razão pela qual as notícias de tais visitas se tornaram mais numerosas a partir de setembro de 1895.

Já tendo sido registradas em capítulos da primeira parte deste volume as visitas de Olavo Bilac, Sabino Barroso Júnior, Rodrigo Bretas, Miguel Lisboa, Afonso Pena, Bías Fortes, Davi Campista e do bispo D. Silvério Gomes Pimenta, começaremos as nossas notícias pela data de 13 de maio de 1896, quando chegaram a Belo Horizonte, a fim de dividir a fazenda do Calafate, os Srs. Drs. Francisco de Paula Negreiros Lobato, juiz de direito da comarca de Sabará e Flávio Fernandes dos Santos, representantes do Estado, Bento Epaminondas, advogado, e o escrivão Raimundo Nonato da Silva, que aqui estiveram durante alguns dias, até a conclusão do seu trabalho.

Em julho, aqui chegava o Sr. Augusto José da Silva que, a 16, publicava uma crônica em *A Capital*, sob o título *As casas da nova capital*, na qual, depois de elogiar o plano das construções e de dar a sua impressão sobre os progressos da futura *Minas*, terminava: “Parabéns, pois, aos moradores da nova capital: vão ter casas que aos primeiros assomos mostrarão a toda evidência que Minas não é uma cafraria”.²⁹²

A 21 do referido mês o arraial recebia a visita de um italiano ilustre, o Sr. Alexandre d’Atri que, em companhia dos Srs. Francisco Bicalho, Pedro Sigaud e Adalberto Ferraz, percorria a localidade e as obras em andamento, maravilhando-se diante do que viu. Em palestra com as pessoas que o acompanhavam, confessou achar-se surpreendido ante a beleza de Belo Horizonte e elogiou a maneira como eram tratados aqui os italianos, tendo-se retirado à noite

para Sabará. Mais tarde, em seu livro - *Domini e cose del Brasile*, escreveu: "*E Bello Horizonte - lo dice il suo nome - ha la bellezza del suolo; ha il sorriso della natura; ha la salubrità del clima; ha la squisitezza dell'acqua; ha la freschezza dell'aria; ha l'azzurro carico del cielo; ed è collocata in un punto dove fanno incrociamiento le fini ferroviaria più importanti del Brasile - la Centrale e la Spirito Santo-Minas*".²⁹³

Entretanto, o acontecimento mais notável daquele mês de julho foi a visita que os poderes públicos estaduais fizeram à nova capital em construção, no dia 31. Descrevemo-la:

Às 4 horas da madrugada partira de Ouro Preto um trem especial, conduzindo os seguintes senhores, com destino a B. Horizonte: Dr. Bias Fortes, presidente do Estado, Drs. Henrique Diniz e Francisco Sá, secretários do Interior e da Agricultura, este último com sua Ex^{ma}. família, senadores Joaquim Dutra, Rebello Horta, Necésio Tavares, Camilo de Brito, Carlos Sá e José Bento Nogueira; deputados Pinto de Moura, Raul Penido, Gabriel Junqueira, Teófilo Marques, Juvenal Pena e respectivas famílias, Carlos Tinoco, Inácio Murta, Camilo Soares, Felipe Nunes, Wenceslau Brás, Júlio Bueno Brandão, Freitas Castro, Duarte da Fonseca, Augusto Clementino, padre João Pio, coronel Francisco Bressane, Ribeiro de Oliveira, Manuel da Silva, Sabino Barroso Júnior, Nunes Coelho, Agostinho Pereira, cônego Manuel Alves, cônego Saturnino Dantas, padre Antônio Calixto, Coelho de Moura, Getúlio de Carvalho, Simeão Stillita e Gonzaga da Silva; Drs. João Pandiá Calógeras, Alcides Medrado e o redator do *Minas Gerais* e respectivas famílias; Francisco Maldonado, oficial de Gabinete; Dr. Gastão da Cunha, subprocurador geral do Estado; Dr. Antônio José da Cunha, capitão Edeltrudo Pires, gerente do *Estado de Minas*, e família; acadêmico Gabriel Lessa, capitão Alexandre Coutinho, capitão Pereira Barreto, Sebastião Maggy Salomon, Leopoldo Gomes, Bartolomeu Labesque e muitas outras pessoas.

Pouco antes das 10 horas da manhã chegaram a General Carneiro, cuja estação estava completamente acabada, sendo recebidos os visitantes pelos Srs. Drs. Francisco Bicalho, Aldalberto Ferraz, Ludgero Dolabela, Olímpio de Assis, Fábio Nunes Leal e outros membros da Comissão Construtora, que os aguardavam ali.

Nesse momento, ocorreu pequeno acidente, felizmente sem maiores conseqüências: ao desembarcar do carro ainda em movimento, foi o Sr. Leopoldo Gomes arremessado a grande distância, na plataforma, sofrendo uma escoriação na perna esquerda.

Passado, porém, aquele momento desagradável, examinaram o grande e belo edifício da estação, que lhes causou a melhor impressão, pelo que felicitaram calorosamente o engenheiro-chefe da Comissão e seus auxiliares pela perfeição daquela obra, felicitações que foram dirigidas particularmente aos construtores presentes, Srs. Francisco Soucasaux, Alfredo Camarate e Eduardo Edwards.

Reembarcados todos, pouco depois de 11 horas, chegavam a Belo Horizonte, indo desembarcar na esplanada da Avenida Afonso Pena, junto ao local em que iria ser construído o Palácio do Congresso, tendo atravessado o interior da grande serraria ali instalada.

Festivamente recebidos, foram os ilustres visitantes hospedados, alguns em prédios

particulares e outros na grande casa em que funcionava a Comissão Construtora, à Rua General Deodoro.

Ao meio-dia, foi-lhes servido almoço no Hotel Lima, no Largo do Rosário, já então propriedade do Sr. Antônio Garcia de Paiva. Findo o almoço, os Srs. presidente do Estado, secretário do Interior e a maior parte dos senadores e deputados e outras pessoas da comitiva tomaram animais e partiram em visita às obras em construção, acompanhados pelos Srs. Drs. Bicalho, Bernardo Figueiredo, Olímpio de Assis, José de Magalhães e outros engenheiros, que iam prestando esclarecimentos sobre a edificação da nova capital.

Em primeiro lugar foram visitar as obras consideravelmente adiantadas do Palácio Presidencial, das Secretarias do Interior e das Finanças e da Imprensa Oficial (depois Chefia de Polícia, Ginásio e hoje Arquivo Público Mineiro) e bem assim os alicerces já concluídos da Secretaria da Agricultura, sendo que o Palácio e as Secretarias do Interior e das Finanças e a Imprensa já estavam com o pavimento inferior e parte do superior erguidos.

Dali seguiram para a Serra, onde estava sendo construído um grande reservatório de água, podendo então admirar extenso e belo panorama do arraial em vias de cidade e, sucessivamente, visitaram uma represa levantada perto de um dos mananciais que deveriam abastecer a nova cidade, uma caixa de areia, já quase concluída, passando em seguida pelo bairro dos Funcionários, que já apresentava aspecto de uma cidadezinha, com as suas 130 casas bem adiantadas e outras em início, sendo que muitas estavam cobertas e algumas concluídas.

Percorreram depois todas as ruas, avenidas e praças, cujas direções e denominações achavam-se indicadas por meio de marcos colocados a pouca distância uns dos outros, com os respectivos nomes e números, sendo que as construções existentes em vários pontos da vasta zona das edificações formavam um grupo numeroso de casas, começando já a dar à localidade belo aspecto de cidade.

Em seguida, descêram em demanda do futuro bairro comercial, onde puderam admirar muitos prédios em construção e alguns concluídos e habitados, bem como a graciosa Capela do Rosário, cuja construção ficaria concluída dentro de poucos meses.

Toda a zona da nova cidade estava cortada por linhas férreas, pelas quais trafegavam continuamente os trens de lastro, compostos de extensas filas de pranchas atopetadas de materiais de toda espécie, os quais eram conduzidos aos locais das construções em andamento.

Por todos os ângulos do arraial troavam as dinamites nas pedreiras, rebentando pedras, que o lastro ia carregando para os referidos locais. Em cima dos altos andaimes, em torno das construções e em baixo de cobertas de zinco ou toldos de pano, cantavam e assobiavam alegremente os operários, italianos em sua maioria, assentando pedras, tijolos, amassando argamassas, pregando engradamentos, esquadrias ou assoalhos ou preparando as pedras de cantaria, gorro de papel à cabeça, ao cadenciado bater dos camartelos nos picões.

Aqui ouviam o silvo fino e estridente de uma locomotiva pequenina. Olhavam: era a "Mariquinhas", arrastando considerável número de vagonetes pela Avenida Afonso Pena, indo

à pedreira explorada pelo conde de Santa Marinha ou dela voltando, a conduzir material para as obras daquele industrial, um dos grandes construtores da cidade. Outros apitos, ali, além, denunciavam outras composições de lastro do ramal urbano, percorrendo a localidade em todos os sentidos.

Admirados de quanto tinham visto e estavam vendo, os excursionistas não conseguiram reprimir as demonstrações interjectivas de seu entusiasmo, do seu orgulho mesmo, ante a nova capital de Minas que ia surgindo do solo, como se este fora tocado por vara mágica de boa fada, prometendo infinitas galas e luminar futuro, comprovando irretorquivelmente a grande capacidade criadora e realizadora dos mineiros, que ali plantavam a sua obra mais gloriosa.

Cerca de quatro horas haviam demorado na visita, durante a qual percorreram os pontos mais afastados e viram quanto lhes bastava para formar uma perfeita idéia de conjunto sobre a nova cidade. Recolheram-se, portanto, à casa, a fim de repousar alguns momentos, até às 6 horas, quando lhes foi servido o grande jantar no mesmo Hotel Lima. Para não fugir à velha praxe, durante a refeição, foram trocados os mais expressivos brindes congratulatórios.

À noite, à luz de lampeões belgas, reuniram-se todos no escritório central da Comissão Construtora, examinando plantas, desenhos, fotografias, ornamentos, colhendo informações e apreciando uma coleção de bonitas amostras de umas pedras semelhantes a mármore, extraídas da pedreira do Acaba-Mundo e que estavam sendo aproveitadas em diversas construções.

Aí, em animada palestra, trocavam-se as impressões do dia externando-se todos franca e sinceramente admirados ante o extraordinário vulto de trabalho que tinha sido executado em tão curto prazo, salientando a regularidade dos serviços e seu excelente desempenho, pelo que, ao Dr. Francisco Bicalho e aos seus auxiliares dirigiram as mais calorosas felicitações. Não era menor a admiração das senhoras e senhorinhas por Belo Horizonte, que já começava a ser a maior glória de Minas Gerais.

Às 8 horas da noite, os habitantes da localidade, precedidos de uma banda de música, ali foram saudar os Poderes Executivo e Legislativo, em sinal de agradecimento pela honrada visita conferida a Belo Horizonte. Assim foi que grande massa popular, empunhando lanternas venezianas, ao espocar de foguetes, entre aclamações entusiásticas pelas ruas escuras do arraial, parou na Rua General Deodoro, em frente ao prédio da Comissão Construtora, onde, em nome dos manifestantes, falou o Sr. João Pinto Coelho, saudando aos ilustres hóspedes.

Respondendo, o presidente Bías Fortes declarou-se comovidíssimo diante daquela demonstração de apreço dos horizontinos e saudou aos obreiros gloriosos da nova capital. Reafirmou que, em dezembro do ano próximo futuro, ali estaria de novo para instalar a nova sede do governo.

Em nome do Congresso, falou em seguida o deputado padre João Pio, saudando os grandes e os humildes realizadores do maior empreendimento que Minas tinha ideado e vinha realizando - a construção da sua nova capital.

Pela Comissão Construtora, que fora também entusiasticamente saudada pelos manifestantes, discursou o Dr. Adalberto Ferraz, chefe dos serviços municipais, agradecendo aquelas homenagens e salientando o que vinha sendo o labutar e o sofrer daqueles homens do trabalho, grandes e pequenos cooperadores na edificação da cidade modelo, aos quais a Comissão era imensamente grata.

Foi este o último discurso. Depois dele os manifestantes dispersaram-se e, dentro em pouco, o arraial dormitava tranqüilamente, embalado pelo coaxar dos sapos na charneca do Parque e pelo badalar de cincerros dos animais soltos pelas ruas.

No dia imediato, às primeiras horas de luminosa manhã, recomeçaram os excursionistas as suas visitas.

Em primeiro lugar, foram, em trem especial, à bela pedreira do Acaba-Mundo. Naquele alto aprazível da serra, maravilharam-se ante o lindo panorama que dali se descortinava. De regresso, dividiram-se em grupos, visitando os pontos mais atraentes do arraial.

À disposição das senhoras e senhorinhas da comitiva foram postos cinco carros de praça, sendo quatro do "Hotel do Comércio" do Sr. Antônio Romanelli e um do Hotel Lima, os primeiros e únicos que ali existiam, para transporte de passageiros da estação para aqueles hotéis. Acomodadas naqueles veículos, as gentis visitantes, por sua vez, tiveram ensejo de percorrer os pontos mais aprazíveis de Belo Horizonte, entre os quais o Parque, onde já se notavam muitos embelezamentos.

Às 10h30 fôï servido o almoço de despedida, no Hotel Lima, sendo ao champanhe, trocados vários brindes, nos quais os ilustres membros do Executivo e do Legislativo externaram a excelente impressão que haviam recebido de tudo quanto tinham visto, desde a véspera, expandindo, ao mesmo tempo, os seus sentimentos patrióticos e a confiança que lhes inspirava o grandioso futuro de Minas, garantido pela dedicação e inteligência de seus filhos ilustres. Por isso, houve ali uma verdadeira tertúlia, em que tomaram parte discursando os Srs.: presidente Bias Fortes, saudando o Congresso; o senador Camilo de Brito, outrora grande adversário da mudança da capital, à Comissão Construtora; o Dr. Francisco Bicalho, agradecendo; os Srs. Drs. Francisco Sá, deputado Nunes Coelho, Adalberto Ferraz, deputado Camilo Soares, Raul Penido, Wenceslau Brás e acadêmico Gabriel Lessa, congratulando-se. O brinde de honra foi erguido pelo Sr. Dr. Bicalho ao Sr. presidente da República.

Logo após o almoço, a numerosa colônia italiana de Belo Horizonte veio incorporada ao Hotel Lima saudar os eminentes hóspedes, falando em nome dela o vice-cônsul da Itália, Sr. Alfredo Arduini, a cujo discurso, muito aplaudido, agradeceram os Srs. Drs. Bias Fortes e Camilo de Brito, em nome dos poderes Executivo e Legislativo.

Depois, dirigiram-se os excursionistas à grande serraria a vapor, instalada recentemente entre a Avenida Afonso Pena e a Praça da República, onde assistiram à bênção das oficinas, realizada pelo padre Francisco Martins Dias, admirando então todas as máquinas em movimento.

Fazendo as honras da casa, isto é, das oficinas, de que era encarregado, lá estava um dos

grandes beneméritos de Belo Horizonte, o Sr. Francisco Soucasaux, baixote, gordo, bigodudo, calmo, sempre de mãos metidas nos bolsos do paletó, no seu passo cadenciado, a dar explicações de tudo. A serraria estava perfeitamente montada, dispondo de máquinas aperfeiçoadas e de pessoal perito para o desempenho de todos os trabalhos que lhe fossem confiados, referentes a carpintaria ou marcenaria. Todas as máquinas funcionavam admiravelmente, pondo em Belo Horizonte uma nota forte de vibração industrial, reduzindo grandes toras de madeira em finas tábuas, que outras máquinas aparelhavam, partiam, perfuravam, recortavam com uma facilidade e perfeição admiráveis.

Terminada a inauguração da serraria, recolheram-se os excursionistas aos seus aposentos, a fim de se prepararem para o regresso, o qual se efetuou às 3 horas da tarde, vindo o trem especial recebê-los na Avenida Afonso Pena, de onde partiram para chegar a Ouro Preto às 10:45 h. da noite, após excelente viagem, tendo ficado ainda em Belo Horizonte os Srs. Drs. Francisco Sá, Raul Penido, João Pandiá Calógeras, Pinto de Moura, Alcides Medrado e respectivas famílias, bem como o senador Carlos Sá e o deputado Augusto Clementino, que regressaram dias depois.

Outra caravana de Ouro Preto que veio a Belo Horizonte foi a do Congresso Mineiro, a 2 de setembro de 1896, partindo da velha capital às 4 horas da tarde e nela tomando parte, em trem especial, os Srs. senadores Silviano Brandão, presidente do Senado, José Pedro Drummond, Levindo Lopes, barão de S. Geraldo e Gomes da Silva; deputados Eduardo Pimentel, presidente da Câmara, Camilo Prates, Leopoldo Correia, Silva Fortes, Delfim Moreira, Ottoni, Severiano de Resende, Desidério de Melo e Francisco Bressane; desembargador Gama Cerqueira, Dr. Eduardo A. da Gama Cerqueira, juiz seccional; Dr. Gastão da Cunha, subprocurador do Estado; Dr. Alfredo Pinto, ex-chefe de polícia; Dr. S. Gonzaga, Dr. José Felipe, advogado em Muriaé, Dr. Cornélio Vaz de Melo, Artur Rosemburg, taquígrafo da Câmara dos Deputados; Antônio Horta, Pedro Toledo, Artur Sales, coronel Manuel Alves de Lemos, acadêmicos Jorge, Benjamim, Abraão Brandão, José Felipe Santa Cecília, Messias Lopes e Mário Lopes.

Em Miguel Burnier baldearam para um trem especial que a Comissão Construtora havia posto à sua disposição e às 7 e pouco da noite, em companhia do Sr. Dr. Adolfo Pereira, engenheiro do 3º distrito da Central, chegaram a Sabará, onde eram esperados pelos Srs. Drs. Adalberto Ferraz e Cícero Ferreira, Alberto Bressane e coronel Manuel Lopes de Figueiredo, em companhia dos quais partiram para General Carneiro, onde visitaram a original estação que estava iluminada apenas por 3 lâmpões belgas. Obsequiados ali pelos Srs. João Batista Gomes e José Maria dos Santos Sousa, após a visita ao edifício, que muito admiraram, reembarcaram para Belo Horizonte, onde chegaram às 11 horas, indo desembarcar na Avenida Afonso Pena, junto ao local do Congresso em projeto, até onde os trouxe o comboio do ramal.

Pouco depois da meia-noite estava a maioria dos recém-chegados hospedados no Hotel Lima, reunidos em torno da grande mesa de chá, palestrando, trocando impressões, ao passo que o Sr. Dr. Silviano Brandão e um seu filho hospedaram-se em casa do Dr. Adalberto Ferraz,

à Rua General Deodoro, e o Dr. Alfredo Pinto em casa de seu cunhado, o Dr. Augusto Maciel, no Largo do Rosário.

No dia seguinte, às primeiras horas, reuniram-se todos no hotel e iniciaram suas visitas às diversas obras da nova capital, a algumas pedreiras e a outros pontos pitorescos. Às 11 horas, ao almoço, animou-se o calor oratório e discursaram: Severiano de Resende saudava Silviano Brandão e este agradecia, levantando o seu copo em honra do Congresso Mineiro, que havia votado a mudança da capital e ao Poder Executivo que vinha lealmente executando a lei, bem como à Comissão Construtora, na pessoa de seu ilustre chefe, o Sr. Dr. Francisco Bicalho, a qual realizava com perfeição o grandioso cometimento. O deputado Severiano de Resende, erguendo-se de novo, brindou depois o Poder Judiciário na pessoa do desembargador Gama Cerqueira, que agradeceu. Em nome da Comissão e do Dr. Bicalho, que não se achava presente, agradeceu o Sr. Dr. Adalberto Ferraz a saudação feita pelo Dr. Silviano, "sentindo-se satisfeito por ver mais uma vez reconhecidos os ingentes esforços do engenheiro-chefe da Comissão Construtora que, além do que fora proclamada pelo ilustre sanador, tivera a habilidade de manter entre os seus dedicados auxiliares a mais franca cordialidade, o que constituía, sem dúvida, um dos grandes elementos de sucesso com que estavam sendo coroados os seus esforços".

O Dr. Silviano Brandão em seguida saudou aos Drs. Antônio Olinto e Francisco Sá, ministro da Indústria e secretário da Agricultura, respectivamente, "recordando os importantes serviços que, patrioticamente, prestaram esses dois ilustres mineiros à República e ao nosso Estado". Saudou ainda o Dr. Silviano aos senadores presentes, ao digno representante da Justiça Federal, Dr. Gama Cerqueira, e ao Dr. Eduardo Pimentel, presidente da Câmara dos Deputados.

Pelo Dr. Prado Lopes foi saudada a Administração da Estrada de Ferro Central do Brasil, pelo muito que cooperou para a construção da nova capital, sendo particularizado o nome do Dr. Adolfo Pereira, a quem se devia o melhoramento do tráfego da bitola estreita, fornecendo materiais para a construção da capital.

O Dr. Silviano Brandão ainda brindou depois ao coronel Francisco Bressane, enaltecendo os seus grandes serviços à construção da Cidade de Minas, através das colunas do seu bem orientado jornal *A Capital*, pioneiro da defesa e propaganda desta.

O desembargador Gama Cerqueira saudou à engenharia brasileira, brilhantemente representada pela Comissão Construtora, sendo o brinde de honra levantado pelo Dr. Silviano Brandão ao Sr. presidente da República.

Terminado o almoço, foram todos visitar a grande serraria a vapor, a que já nos referimos, onde se trabalhava ativamente, preparando madeiramento para as edificações.

Dali foram visitar a "Usina", estabelecimento industrial do Sr. conde de Santa Marinha (hoje armazém da Central), na Avenida do Contorno, e dali seguiram para a pedreira explorada por aquele industrial, onde admiraram as importantes peças de cantaria que se preparavam para os grandes edifícios.

Na ida e no regresso, no trem especial do ramal urbano que os conduzia, iam admirando os progressos da nascente cidade e não ocultavam o seu quase assombro diante da monumental obra que se havia executado em pouco mais de dois anos. E como o calor àquela hora era intenso, recolheram-se ao hotel.

À tardinha, com a fresca, visitaram o bairro dos funcionários, que apresentava progressos notáveis, e foram, em seguida, ao reservatório do Cruzeiro,²⁹⁴ ao Parque e completaram o passeio percorrendo as ruas do arraial.

À tardinha, com a fresca, visitaram o bairro dos funcionários, que apresentava progressos oratória dos excursionistas outra vez sangrou copiosamente. Assim foi que o Dr. Silviano Brandão saudou ao Dr. Davi Campista e à Câmara dos Deputados, na pessoa do Dr. Eduardo Pimentel; o senador barão de S. Geraldo, aos senhores e deputados ausentes; o Dr. Eduardo Gama Cerqueira, aos Srs. Alfredo Pinto e Gastão da Cunha; este, ao desembargador Adolfo Olinto; o deputado Camilo Prates, ao Dr. Adalberto Ferraz; o Dr. Alfredo Pinto, ao Congresso Mineiro; o coronel Francisco Bressane, ao Dr. Francisco Bicalho; o barão de S. Geraldo, aos funcionários públicos, nas pessoas dos Srs. Antônio Horta, Artur Sales e Pedro Toledo; o Dr. Gastão da Cunha, ao Dr. Eduardo da Gama Cerqueira; o deputado Leopoldo Correia, ao deputado Eduardo Pimentel; o Dr. Gama Cerqueira, ao senador João Pinheiro da Silva; o Dr. Silviano Brandão, aos Srs. capitão Mariano de Abreu e coronel Manuel Alves de Lemos; o barão de S. Geraldo, aos Drs. Henrique Diniz, Francisco Sales e Aureliano de Magalhães, secretários do Interior e das Finanças e chefe de Polícia; o Sr. Antônio Horta, à mocidade republicana; o barão de S. Geraldo, à Comissão Construtora. O brinde de honra foi erguido pelo Dr. Gama Cerqueira ao Sr. presidente do Estado.

Após o jantar, aproveitando a noite que estava magnífica, foram todos visitar o Dr. Francisco Bicalho, que se achava enfermo, em sua aprazível residência, à chácara do Parque, de onde regressaram às 9 horas para dormir.

No dia seguinte, após nova visita à serraria, almoçaram e, depois do almoço, tomaram o comboio especial, que os veio buscar na Avenida Afonso Pena, e regressaram a Ouro Preto, sendo acompanhados até General Carneiro pelos Srs. Adalberto Ferraz, Prado Lopes, Ludgero Dolabela e Bernardo de Figueiredo.

Doze dias depois, isto é, a 14 de setembro, Belo Horizonte recebia a visita do Dr. Antônio Olímpio dos Santos Pires, ministro da indústria, que teve distinta recepção por parte da Comissão Construtora, cujos dirigentes o acompanharam em demorada visita aos trabalhos diversos que se executavam. S. Ex^a percorreu, em trem especial, todas as linhas férreas urbanas, cerca de 30 km, mostrando-se surpreendido pelo adiantamento das obras que assim ia visitando, no centro da futura cidade e nas suas imediações. S. Ex^a admirou muito as belas colunas da Secretaria do Interior, feitas com pedra semelhante ao mármore, do Acaba-Mundo, e umas amostras de mármore branco tiradas de uma jazida a 5 km de Belo Horizonte, onde já ia o ramal, jazida que iria ser explorada por intermédio do Sr. conde de Santa Marinha, como era pensamento do engenheiro-chefe.

Finda a visita, que durou algumas horas, o Sr ministro Antônio Olinto felicitou calorosamente ao engenheiro-chefe e a seus auxiliares pelo imenso progresso das obras de Belo Horizonte e, tomando novamente o trem especial na Avenida Afonso Pena, até onde acompanharam as principais figuras da Comissão, regressou ao Rio de Janeiro.

Ainda naquele mês, a 24, chegavam em visita à nova capital os Srs. L. von Kallenberg, encarregado dos negócios da Áustria, e von Erskert, secretário de legação da Alemanha, junto ao governo brasileiro, os quais, em companhia do Dr. Adalberto Ferraz e do coronel Francisco Bressane, redator de *A Capital*, visitaram toda a cidade nascente, exprimindo sem reservas a sua grande admiração pela obra formidável que Minas estava realizando por intermédio da Comissão Construtora.

Em novembro, era esperado, em visita a Belo Horizonte, o Sr. presidente Bias Fortes que em caráter particular, com a maior simplicidade, como determinara, viria com sua Ex^{ma}. família repousar aqui alguns dias. Preparando-lhe acomodação, o engenheiro-chefe, no dia 16, escrevia ao Sr. Leandro de Sousa:

“Tendo o Sr. conde de Santa Marinha oferecido a sua casa da Rua do Rosário por ocasião da chegada do Ex^{mo} Sr. presidente do Estado, que aqui estará depois de amanhã, peço a V.S. fazer-me entrega da chave, ficando à disposição das pessoas que ocupam parte do referido prédio, a casa da Rua General Deodoro, esquina com o Beco do Gervásio”.

Mas o presidente não veio a 18. Chegou a 23. Não foi para a referida casa. Hospedou-se no Hotel Lima. Em companhia de S. Ex^a além de sua Ex^{ma} família vieram os Srs. Drs. Manuel Ferreira Teixeira, Deodoro Gomes de Araújo e Antônio Gomes Monteiro, os dois primeiros com as respectivas famílias. Apesar do mau tempo, o Sr. presidente Bias Fortes dava diariamente aprazíveis passeios, visitando quanto havia de interessante em Belo Horizonte, declarando sempre, a quantos o consultavam a respeito, que até o dia 17 de dezembro do ano seguinte, sem falta, a capital estaria instalada aqui. Os ilustres hóspedes regressaram a Ouro Preto no dia 25, às 9 horas da manhã, sendo acompanhados até General Carneiro pelos Srs. Drs. Francisco Bicalho, Adalberto Ferraz, Ludgero Dolabela, Prado Lopes e coronel Francisco Bressane.

Foi a 10 de dezembro de 1896 que, pela primeira vez, o Dr. Francisco Antônio Sales, secretário das Finanças, visitou a nova capital em construção, tendo chegado às 7:30 h da manhã, acompanhado pelos Srs. desembargadores Adolfo Olinto e Gama Cerqueira, e Dr. Recenvindo Rodrigues Pereira, todos com as respectivas famílias, bem como Sr. Veríssimo Antônio da Silveira, os quais foram recebidos em General Carneiro pelos Srs. Drs. Adalberto Ferraz e Prado Lopes, Alberto Bressane e coronel Francisco Bressane. Esses hóspedes permaneceram na localidade até o dia 18, visitando as obras, cujos progressos e grandiosidade lhes causaram a maior admiração. Ao regressar a Ouro Preto, o secretário das Finanças afirmou que o governo instalaria a nova capital no ano seguinte.

Nesse ínterim, isto é, a 13, chegava a Belo Horizonte, partindo no dia seguinte para Ouro Preto, o Sr. conselheiro Afonso Pena, em companhia de seu irmão, Sr. coronel Manuel Teixeira Pena, presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara. S. Ex^a, após demorada visita a todas as obras, falando a jornalistas, manifestou-se contentíssimo e ufano de quanto fizera aqui a Comissão em tão pequeno lapso de tempo. Ao deixar a localidade, acompanhado até o ponto de embarque, que era a Avenida Afonso Pena, junto ao local destinado ao Congresso, pelos Srs. Drs. Francisco Sales, Adalberto Ferraz, capitão Mariano Ribeiro de Abreu e coronel Francisco Bressane, o conselheiro Afonso Pena, telegrafou nestes termos ao Dr. Aarão Reis:

“Belo Horizonte, 14. Agradabilíssima impressão visita fiz Belo Horizonte, Palácio Presidencial, Secretaria Finanças, Interior e Imprensa construção muito adiantada. Secretaria Agricultura em meio. Palácio Congresso fundação. Coletoria principal esgotos em construção, estando já encomendadas manilhas para encanamentos. Reservatório Serra pronto. A chegar tubos para distribuição. Instalações serviços excelentes. Mais de 50 casas particulares prontas, outras tantas em construção e muitas outras em plantas aprovadas. Inúmeros lotes de terrenos vendidos. Pode-se considerar realizada a mudança da capital dentro do prazo constitucional. Afonso Pena.”^{294A}

Uma das visitas mais notáveis, dentre todas que recebeu a nova capital em construção, foi incontestavelmente a do Sr. conde van den Steen, ministro plenipotenciário da Bélgica e um sábio de nomeada mundial. Registrando-a, escrevia *A Capital*, edição de 28 de janeiro de 1897:

“Esteve alguns dias nesta localidade e honrou-nos com a sua amável visita o Sr. conde W. van den Steen, digno ministro plenipotenciário da Bélgica acreditado junto ao governo da República. S. Ex^a percorreu a nova capital e examinou todas as obras em construção, mostrando-se surpreendido com o que viu. Disse-nos o ilustre diplomata que é verdadeiramente assombroso o progresso das construções no limitado período de menos de um ano, pois que elas começaram em março do ano findo. O Sr. conde den Steen é um completo cavalheiro e um espírito cultíssimo.”

Efetivamente, as impressões do conde eram as mais honrosas possíveis para os construtores da nova capital, dada a franqueza e a sinceridade com que foram expendidas e a autoridade incontestável de quem as externava.

No dia 8 do mês seguinte, já no Rio de Janeiro, aquele diplomata, entrevistado pelo *Jornal do Comércio*, disse:

“Chegado a Belo Horizonte, fui alvo do mais simpático acolhimento por parte do ilustre chefe da Comissão dos trabalhos, o Dr. Francisco Bicalho, dos Drs. José Magalhães, Manuel da Silva Couto, Antônio do Prado Lopes e Pedro Sigaud, assim como por parte do Dr. J. J. Proença e do meu compatriota, o engenheiro belga Joseph de Jaegher, representante das grandes oficinas de construção e forjas de Bruges. Todos esses senhores consagram a sua inteligência e a sua energia à edificação da nova capital e, sem lisonja, devo confessar que o estrangeiro

que, sem preconceito nem *parti-pris*, verifica o resultado de seus trabalhos, fica maravilhado. De todos os lados vê-se elevarem-se edifícios e casas particulares. Mais de 5.000 obreiros trabalharam ali na primavera passada, e ainda hoje ali trabalham mais de 3.000. Afora algumas decorações internas e outros pequenos acessórios, os palácios do presidente, dos secretários do Interior, das Finanças e da Agricultura estão quase acabados. Cento e trinta casas de funcionários acham-se igualmente prontas, bem como grande número de habitações particulares. Não se pode fazer uma idéia da enormidade dos trabalhos de aterro e nivelamento executados. Dois imensos reservatórios, com condutor de água, estão terminados e farão uma distribuição por toda a cidade, a todos os andares. Trinta quilômetros de vias férreas (sem contar a linha de Belo Horizonte a General Carneiro) foram construídos através das ruínas do arraial e transportam telhas, pedras e materiais diversos para a frente de cada edifício e de cada casa em construção. Graças à inteligência da Comissão e do conde de Santa Marinha, que tiveram a gentileza de pôr à minha disposição um trem especial, visitei três magníficas pedreiras ligadas à cidade por meio de caminhos de ferro. Aí são explorados magníficos mármore, gnaisse e granitos. Só uma coisa lastimo: é que se edifique Belo Horizonte tão sofregamente. Devia-se consagrar maior número de anos à sua construção e empregar exclusivamente aqueles esplêndidos mármore e granitos para as fachadas dos edifícios, eliminando o uso dos estuques. É, de resto, o que se fará no Palácio do Congresso que, a julgar pelos planos, será o mais lindo monumento deste gênero em toda a América do Sul.

Quando se pensa que ainda dois anos atrás Belo Horizonte não passava de uma pobre aldeia isolada, fica-se absolutamente maravilhado do que ali se vê agora. A Comissão dos trabalhos vai realizando prodígios de atividade, como nunca, em parte alguma, teve ocasião de verificar em circunstâncias tão difíceis. Porque foi preciso tudo criar no meio de um deserto, a 600 km do Rio de Janeiro, onde foram desembarcados todos os materiais e maquinismos provenientes da Europa.

Agora, em Belo Horizonte, encontram-se estabelecimentos vários, tais como serrarias a vapor, marcenarias, talhe e escultura de pedras, munidos dos mais aperfeiçoados utensílios e cheios de obreiros de todas as nacionalidades. Não tomarei a liberdade de apreciar questões financeiras que se ligam à edificação de Belo Horizonte, mas penso poder afiançar, depois do que acabo de ver, que a capital chegará a seu termo, bela e grandiosa. Estou mesmo convencido de que logo que o serviço da Estrada de Ferro Central estiver melhorado, e vias férreas transversais abertas a leste e a oeste de Minas, o futuro de Belo Horizonte estará garantido. Cedo ou tarde, a parte de Minas que fica ao norte de Itabira há de tornar-se um grande centro industrial e as vias fluviais conduzirão pela grande artéria do S. Francisco os produtos mineiros, agrícolas e pastoris com destino ao Estado da Bahia. Além disso, a futura capital está situada sobre um planalto ondulado, a mais de 800 m de altitude. A vida é sã e agradável; não tardará a ser igualmente confortável. Já agora em junho conta-se inaugurar um grande hotel moderno de 100 quartos, cuja construção está bastante adiantada.

Encontra-se também em Belo Horizonte, um clube fornecido dos principais jornais e

publicações ilustradas, assim como duas folhas locais mui bem redigidas, intituladas: *Bello Horizonte* e *A Capital*. A atividade intelectual e a literária desenvolve-se na proporção da atividade material.”²⁹⁵

Depois dessa entrevista de uma autoridade insuspeita e do valor do Sr. conde van den Steen, verdadeiro hino a Belo Horizonte, entremeados de felizes e sábios vaticínios hoje realizados, os diários parisienses *Le Journal* e *L'Echo de Paris* publicaram na seção comercial longos artigos decalcados nela dos quais destacamos estas linhas:

“O Sr. van den Steen constatou que a Comissão dos trabalhos realiza prodígios de atividade como nunca e em parte alguma ele tivera ocasião de verificar em circunstâncias tão difíceis, de vez que tudo estava por criar no meio de um deserto, a 600 km do Rio de Janeiro, onde tinha sido desembarcado todo o material e ferramentas provenientes da Europa.”

Outra visita notável que recebeu a capital em construção foi a do Sr. Thomas Thompson, ministro plenipotenciário dos Estados Unidos da América do Norte no Brasil, acompanhado de seu filho e secretário particular, Sr. Hugo Thompson, e do capitão-tenente Cordeiro da Graça, no dia 2 de abril de 1897. Em companhia do engenheiro belga, Dr. Joseph de Jaegher, vieram de Ouro Preto em trem especial. Esperados no dia 1º, diversos membros da Comissão foram encontrá-los em General Carneiro, mas os ilustres visitantes só chegaram a 2, por volta de 11 horas do dia, sendo recebidos na estação de Minas pelos Srs. Drs. Adalberto Ferraz, Manuel Couto e Prado Lopes, comissionados pelo Sr. Dr. Francisco Bicalho e coronel Francisco Bressane. Hospedaram-se na residência do Dr. De Jaegher e, após o almoço, saíram a passeio em trem especial, percorrendo todos os pontos aprazíveis e interessantes da localidade, as obras em construção e as pedreiras do Carapuça, Viação e Acaba-Mundo.

Às 6 horas da tarde, a Comissão Construtora ofereceu-lhes um jantar no Hotel de Minas, recentemente inaugurado à Rua dos Caetés, festa encantadora, que transcorreu envolta num halo de cordialidade admirável, sendo trocados os seguintes *toasts*: do Dr. Manuel Couto, em nome do chefe da Comissão, cuja ausência justificou, alegando o seu precário estado de saúde, dando por ele as boas-vindas ao Sr. ministro; deste, aos membros da Comissão e ao Estado de Minas, pela obra grandiosa que estavam realizando, digna de admiração dos povos mais civilizados; do comandante Cordeiro da Graça, aos engenheiros da Comissão Construtora; do Dr. Prado Lopes, ao comandante Cordeiro da Graça.

Após o jantar ficaram os convivas palestrando até às 10 horas da noite, quando se acomodaram para dormir.

No dia seguinte, após o luto almoço oferecido pelo Dr. J. de Jaegher, os ilustres hóspedes visitaram o bairro comercial e a serraria a vapor. Depois, foram até o Parque, em visita especial ao Dr. Francisco Bicalho, com quem mantiveram demorada palestra.

À tardinha, o Dr. de Jaegher ofereceu-lhes um jantar, em sua residência, no qual tomaram parte diversos membros da Comissão. Ao *champagne* erguerem-se os seguintes brindes: do Dr. de Jaegher ao ministro; deste ao Dr. Adalberto Ferraz, como chefe de uma cidade que via cheia

de elementos para se tornar, dentro em pouco tempo, desenvolvida e notável; do Dr. Adalberto Ferraz ao Estado da Califórnia, de onde era filho o Ministro; do Dr. Pedro Sigaud, à Ex^{ma}. família do Dr. de Jaegher; do Dr. Prado Lopes, ao Sr. Thompson Filho; do Dr. Sigaud ao ministro, como grande amigo do Brasil, o que estava provado pelas significativas demonstrações dadas por ocasião da revolta de 6 de setembro; do ministro, agradecendo; deste, ao comandante Cordeiro da Graça e ao Dr. Francisco Bicalho; do comandante Graça, agradecendo. O brinde de honra foi erguido pelo Dr. Jaegher ao presidente Bias Fortes. Após o jantar, um filhinho do Dr. de Jaegher e outro do comandante Graça recitaram poesias em francês.

No dia seguinte pela manhã, os ilustres visitantes regressaram ao Rio, levando, como lembrança, medalhas de prata comemorativas da inauguração dos trabalhos da nova capital, plantas da cidade, fotografias e amostras de minerais e madeiras, que lhes oferecera o engenheiro-chefe. Deixando Belo Horizonte, o ministro e seus companheiros de viagem manifestaram-se encantadíssimos por tudo quanto haviam admirado na futura nova capital.

Três dias depois, chegavam a Belo Horizonte o Sr. Dr. Francisco Borja de Almeida Gomes que, no dia 8, escrevia a seguinte carta ao coronel Francisco Bressane, dizendo da sua admiração pela nova capital:

“Amigo coronel Francisco Bressane. Estou aqui em Belo Horizonte há três dias e não posso deixar de transmitir ao amigo as gratas impressões que levo do esplêndido panorama que se observa nesta futura cidade. É realmente digno de notar-se como às belas condições naturais que oferece Belo Horizonte para uma importante e populosa cidade, se reúnam tantos e tão prósperos elementos de rápido e fecundo progresso.

Desde a inauguração oficial dos serviços da nova capital que aqui não voltei mais, e confesso-me agora completamente surpreendido com os elementos de vida que já apresenta este belo e aprazível centro de progresso.

O comércio de Belo Horizonte, pelo número de estabelecimentos com que já conta, e pelas transações diárias que faz, está muitíssimo animado e recebe todos os dias novos elementos de prosperidade. O bairro chamado do comércio oferece aspecto encantador pelo número crescido de sólidos e elegantes prédios de que já dispõe, estando outros, não menos encantadores, em construção bem adiantada.

A Rua São Paulo oferece já um aspecto aprazível pelos magníficos prédios particulares que já conta.

O ameno bairro dos funcionários públicos representa bem uma pequena cidade. As casas dos funcionários públicos são geralmente bem construídas, arejadas e elegantes.

Os edifícios públicos, quase concluídos, ostentam-se soberbos e esplêndidos em lugares mais eminentes da cidade.

É digna de louvores a sábia e ativa direção que a Comissão tem dado aos serviços sob sua imediata fiscalização. Notei que reina entre todos grande satisfação, sendo notável a maneira urbana e atenciosa com que tratam a todos.

Estive no *Hotel Romanelli*, que já está quase concluído e oferece aos visitantes

excelentes condições de acomodação e descanso ao lado de um ótimo e sólido tratamento que dá aos hóspedes.

É encantador o despertar pela manhã em Belo Horizonte ao silvo das locomotivas que se internam pela cidade, conduzindo vagões e vagões carregados de materiais para os lugares das diversas obras.

O clima é o que de melhor se pode desejar. Uma viração agradável corre constantemente em Belo Horizonte; ninguém se queixa nem de calor nem de frio.

A água de Belo Horizonte é agradável e boa.

Enfim, amigo Bressane, não lhe posso dizer mais porque esta vai longa, mas digo-lhe que Minas prepara-se para possuir uma das mais belas e risonhas cidades pelo seu clima, pela sua topografia, seus terrenos, suas águas, suas construções e o seu grande e importante comércio, devido à sua colocação central no Estado. Não se farão esperar os dias em que os nomes dos iniciadores deste importante melhoramento receberão de todos os mineiros os mais sinceros e entusiásticos encômios. Tenho uma grande satisfação em tudo isso e é pelo fato de estar ligado a este grande acontecimento o nome benemérito do nosso amigo Dr. Bias Fortes, essa encarnação de todas as virtudes mineiras, e cujo nome é hoje um penhor de glórias e de honras para o futuro do grande Estado de Minas Gerais."

Naquele mesmo dia 8 de abril de 1897 achava-se na nova capital em construção, que fora por ele estudada e planejada, desde o período preliminar da escolha da localidade, o Sr. Dr. Aarão Reis, ex-chefe da Comissão Construtora e então diretor do Banco da República. Chegou em companhia do Sr. Benjamim Quadros, representante da Comissão no Rio de Janeiro, para onde regressaram no dia 9, depois de uma visita minudente a todas as obras em execução.

Na véspera de partir o Dr. Aarão Reis, que foi muito homenageado pelos seus antigos companheiros de trabalho naquela Comissão, telegrafou ao presidente Bias Fortes nestes termos:

"Felicito a V. Ex^a pelo considerável progresso dos trabalhos da nova capital mineira e pela certeza de se poder realizar a transferência da administração dentro do prazo constitucional. Minhas saudações a V. Ex^a e Ex^{ma} família."

Dia movimentado foi aquele dia 8 para Belo Horizonte, pois nele ainda se registrou a visita dos Srs. Drs. Henrique Diniz e Francisco Sá, secretário do Interior e da Agricultura, acompanhados pelos Srs. desembargador Camargo Pires e professor Aurélio Pires, estes dois últimos com as respectivas famílias, os quais chegaram à uma hora da tarde.

Recebidos por muitos membros da Comissão Construtora, hospedaram-se no *Hotel de Minas*, dos Srs. Oliveira & Comp., à Rua dos Caetés, pouco antes inaugurado.

Depois de visitarem as obras da capital, cujo adiantamento muita admiração lhes causou, regressaram a Ouro Preto no dia 11.

Em agosto, deseioso de conhecer, em pessoa, o estado de adiantamento das obras de Belo Horizonte, a fim de poder fixar, em definitivo, o dia da mudança da administração do Estado, o presidente Bias Fortes visitou a localidade. Mas como era muito de seu feitio simples e modesto, fez sentir previamente à Comissão Construtora o caráter reservado de sua visita, dispensando toda espécie de homenagens que, porventura, lhe quisessem prestar.

Efetivamente a 12 aí chegava S. Ex^a com sua Ex^{ma} família, hospedando-se no Grande Hotel. Regressando a 17 para Ouro Preto, depois de examinar detidamente todas as obras da nova capital, levou S. Ex^a a convicção de que poderia efetuar a mudança nos primeiros dias de dezembro.

Uma das últimas visitas notáveis que recebeu a capital em construção, antes de ser inaugurada, foi a do presidente do Senado Mineiro e candidato à presidência do Estado, Sr. Dr. Silviano Brandão, que, a 9 de setembro, aqui chegava, hospedando-se no Grande Hotel, em companhia dos Srs. senadores barão de S. Geraldo, Dr. José Pedro Drummond, Dr. João Gomes Rebelo Horta, deputado Júlio Bueno Brandão, coronel Manuel de Oliveira Andrade, major José Esteves Mano, Vasco Azevedo, redator da *Gazeta de Pitangui*, e o acadêmico Messias Lopes.

Regressando à localidade de seus domicílios, esses visitantes levaram a mais grata e animadora impressão de quanto admiraram na futura cidade, que, 92 dias depois, era inaugurada solenemente.

NOTAS

- 292 SILVA, Augusto José da. *As casas da nova capital. A Capital. Belo Horizonte*, p. 1, 23 jul., 1896.
- 293 D'ATRI, Alessandro. *Uomini e cose del Brasile: descrizione di viaggi compiuti, negli anni 1894 e 1895*. 2 ed. Napoli: A. Tocco, 1895-1896.
- 294 O antigo reservatório de água do Cruzeiro localiza-se em uma colina, próxima à atual praça Milton Campos (antiga praça do Cruzeiro, daí o nome). Estava previsto no projeto original de abastecimento de água e foi construído entre 1896/1897, destinado a distribuir as águas captadas do córrego da Serra, para atender à região mais alta da cidade. Sua capacidade era de 2 milhões litros/dia. O conjunto arquitetônico e paisagístico do reservatório do Cruzeiro, situado em área privilegiada, cercado de antigas araucárias, de onde se descortina belíssimo panorama da cidade, foi tombado, em nível municipal, através da Lei Orgânica (março de 1990). O tombamento se justifica por seu valor histórico, arquitetônico e paisagístico. Em 1992, a administração do município elaborou projeto (ainda não iniciado), para implantar na área do reservatório o Parque Amílcar Viana Martins, que objetiva basicamente proporcionar lazer à população e preservar seu paisagismo e arquitetura. O reservatório mantém plenamente seu funcionamento, abastecendo o bairro da Serra e adjacências com água do sistema rio das Velhas. A captação do córrego da Serra (que ocorreria na área do atual parque Mangabeiras) está desativada (APM. O abastecimento de água em Belo Horizonte. CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 192/195, 1895.
- 294A HÓSPEDE ilustre. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 28 jan., 1897.
- 295 O JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, p. 2, 8 fev., 1897.

NOTÍCIAS SOBRE A VIDA SOCIAL, RECREATIVA E ARTÍSTICA
DO ARRAIAL AO TEMPO DA COMISSÃO CONSTRUTORA

Assoberbada sempre por trabalho intensíssimo, agitada, cheia de preocupações sérias e responsabilidades graves, em um meio sem conforto e desprovido de recursos, a vida dos habitantes de Belo Horizonte no período da construção da cidade não poderia ser, como não foi, fértil em acontecimentos sociais, recreativos e artísticos dignos de registro histórico.

Realmente estes iam muito pouco além da trivialidade dos fatos decorrentes de afanoso e modesto viver de uma sociedade quase sem tempo para pensar em recreações e deleites do espírito. Apenas de longe em longe uma ou outra ocorrência social, artística ou recreativa alterava aquele ambiente agitado de trabalho, em que o homem, quando deixava a labuta estafante de cada dia e que às vezes se prolongava pela noite afora, só ambicionava algumas horas de repouso reparador no conforto amorável do lar.

Todavia, como durante as nossas pesquisas para este livro logramos acolher algumas notas que bem se subordinam à epígrafe deste capítulo, e para não deixarmos de fixar alguns aspectos da vida de Belo Horizonte em sociedade, naquele período de transição, faremos aqui o registro singelo das mesmas notas, uma espécie de jornal histórico do período da construção para que a geração atual e as futuras tenham uma idéia de como se vivia no arraial em vias de se transformar na grande cidade que é hoje.

Começaremos recordando a notícia que deu *A Folha*, de Barbacena, em dias de maio de 1894, da espontânea e significativa manifestação de apreço que amigos e admiradores do fino espírito que foi Alfredo Camarate lhe levaram no dia de seu natalício, tendo havido discursos congratulatórios, bem como o indefectível profuso copo de água.

Ainda em maio de 1894, os moços que faziam parte da Comissão Construtora, no intuito de minorar a escassez de diversões no arraial, fundaram o “Clube Recreativo de Belo Horizonte”, como noticiou *O Contemporâneo*, de 16, tendo-se realizado a primeira partida a

23 de junho, conforme a notícia daquele jornal do dia 11 de julho, transcrita na primeira parte deste volume. Foi uma festa linda, que deixou tradição no arraial, tendo o “Clube Recreativo”, proporcionado outras festas igualmente brilhantes à sociedade horizontina.

A 23 de setembro de 1894 a sociedade de Belo Horizonte recebeu com legítima satisfação a notícia que trazia *O Contemporâneo*²⁹⁶ de haver o ex-deputado estadual e fazendeiro, Sr. capitão Mariano Ribeiro de Abreu, adquirido por compra a fazenda do Freitas, situada nas cercanias do arraial, onde viria residir com sua Ex^{ma} família e tratar da lavoura, o que efetivamente aconteceu pouco depois, tendo sido aquela distinta família uma das melhores aquisições feitas então pela localidade.

Outro acontecimento social de relevo foi o do consórcio do Sr. José Batista Maciel com a Ex^{ma} Senhorinha Adelaide Josefina Maciel, às 6 horas da tarde do dia 19 de setembro de 1894, em casa do irmão da noiva, Sr. Carlos Maciel, à Rua General Deodoro, tendo por paraninfos o Dr. Aarão Reis e o referido irmão da noiva, achando-se ainda presentes, dentre outras pessoas de destaque, os Srs. Dr. José Carvalho de Almeida, Dr. Samuel Gomes Pereira, Joaquim José Neto Amarante, capitão Antônio Lopes de Oliveira e farmacêutico Teodoro Lopes de Abreu. O ato civil foi celebrado pelo único juiz de paz da localidade, Sr. Antônio Batista Vieira, tendo por escrivão o velho Sr. José Pedro da Costa. O ato religioso celebrou-se na matriz da Boa Viagem com grande assistência.

A 20 de novembro do mesmo ano, à noite, os colegas, amigos e admiradores do Dr. Samuel Gomes Pereira, ao ensejo de seu natalício, foram incorporados à sua residência no Largo da Matriz, onde lhe fizeram expressiva manifestação de apreço. Recebendo aquela homenagem, o Dr. Samuel ofereceu aos manifestantes uma taça de *champagne*, sendo saudado pelos Srs. Drs. Aarão Reis, Pedro Sigaud, Josafá Belo e Américo de Macedo. Depois do agradecimento do homenageado, o Dr. Sigaud ergueu o brinde de honra à Ex^{ma} esposa deste, Sra. D. Zaira Gomes Pereira, seguindo-se animado baile pela noite afora, ao som de uma banda de música que viera com os manifestantes.

Como era natural, à proporção que o tempo corria, mais preocupava o espírito dos habitantes de Belo Horizonte a data de 17 de dezembro de 1897, termo final do prazo estabelecido por lei para a transferência da capital. Por isso, aquela data não lhes saía do pensamento, razão pela qual, deliberando os moços da Comissão Construtora fundar um clube esportivo, deram-lhe a denominação de “Clube Esportivo 17 de Dezembro”, conforme a seguinte notícia dada pelo *O Contemporâneo*, de 17 de fevereiro de 1895:

“Está eleita a diretoria do *Clube Esportivo 17 de Dezembro*, fundado em Belo Horizonte por um grupo de moços entusiastas desse apreciado gênero de diversões públicas. Compõe-se a diretoria dos seguintes cavalheiros: Dr. Ludgero Dolabela, presidente; Dr. Joaquim Lustosa,

vice-presidente; Carlos Quadros, 1º secretário; Henrique Burnier, 2º secretário; Dr. Américo de Macedo, tesoureiro; Eduardo Porto, gerente.”²⁹⁷

Esse clube tentou lançar o esporte em Belo Horizonte, realizando, mais tarde, corridas em uma pista provisória que se preparou nas proximidades das ruas Guarani, Tamoios e Avenida S. Francisco. Teve, porém, duração efêmera.

Outro consórcio de notável destaque social e realizado em Belo Horizonte foi o do ilustre par Quadros-Cunha, noticiado pelo *O Contemporâneo*, em uma de suas últimas edições de fevereiro de 1895, assim: “Casou-se no dia 19 do corrente, em Belo Horizonte, o Sr. Benjamim Quadros, honrado e zeloso chefe de contabilidade da Comissão Construtora da Nova Capital, com a Ex^{ma} Senhorita Rosinha da Cunha, prezada filha do Sr. João José da Cunha. Ao ato do casamento civil e religioso compareceu a elite da sociedade de Belo Horizonte, composta em sua maior parte de distintíssimos engenheiros e pessoas gradas da Comissão com suas famílias. Os nossos amigos Srs. João Carvalho de Aguiar, Benjamim Quadros e João José da Cunha tiveram ainda uma vez ocasião de presenciar o quanto são considerados na sociedade horizontina naquele período da construção da cidade.”

Como já ficou dito, o primeiro concerto a que assistiu a sociedade horizontina naquele período da construção da cidade realizou-se na noite de 7 de setembro de 1895, no Escritório Central da Comissão Construtora, à Rua General Deodoro, após a inauguração do ramal férreo e do assentamento das pedras fundamentais dos edifícios públicos. O programa desse concerto está publicado na íntegra no capítulo em que historiamos aquelas solenidades e foi executado pelos musicistas ouro-pretanos que tinham vindo tomar parte nas festas, Srs. Vicente do Espírito Santo, Trajano de Araújo Viana, José Nicodemos da Silva, Francisco Moreira, Domingos Monteiro, Inocêncio Pinheiro, D. Firmina Monteiro e José Felicíssimo. Foi uma linda festa de arte, que deixou a mais funda recordação e ao fim da qual o advogado, Dr. Alfredo Guimarães, improvisou eloqüente discurso, congratulando-se com os presentes pelos grandes acontecimentos daquele dia memorável.

Aquele concerto, que tão gratas recordações deixou no espírito dos horizontinos, despertou no musicista Sr. Otávio Barreto de Oliveira Braga a idéia de fundação da “Sociedade Musical Belo Horizonte”, o que levou a efeito no dia 10 do referido mês, organizando uma banda de música cuja regência ficou a cargo do professor Augusto José de Sousa e cujos ensaios se realizavam na própria residência do Sr. Otávio Barreto, em uma casa velha, junto à Biblioteca, no Largo da Matriz.

A 3 de março de 1896 chegava a Belo Horizonte e aqui fixava residência o ilustre Sr. Dr. Salvador José Pinto com sua Ex^{ma} família, vindos da Bahia, sua terra natal. Cavalheiro de distinção a toda prova, médico humanitário e competentíssimo, sempre muito estimado, aqui

viveu até alguns anos depois da inauguração da capital, prestando a esta relevantíssimos serviços em múltiplos setores da sua atividade.

No dia 6 do referido mês, igualmente, fixava residência na cidade em construção o Sr. Alfredo Arduini, investido das funções de agente consular da Itália e que se tornou muito relacionado e benquisto no meio a que prestou também apreciáveis serviços.

A 28 de maio de 1896, ao ter conhecimento de haver falecido em Barbacena a Ex^{ma} Sra. D. Carlota Benedita de Oliveira Fortes, veneranda mãe do Sr. Dr. Bias Fortes, presidente do Estado, o Sr. Dr. Francisco Bicalho suspendeu todos os trabalhos da Comissão Construtora durante aquele dia, em sinal de pesar.

Foi entusiasticamente festejada pela grande colônia italiana residente em Belo Horizonte a data de 20 de setembro, em 1896 (unificação da Itália), tendo sido tais festejos promovidos pela seguinte comissão nomeada em reunião que se havia efetuado a 5 de agosto: Srs. Alfredo Arduini, Dr. Adolfo Radice, Giuseppe Antônio Tricoli, Nicolau Marini, Afonso Masini, Ambrósio Firpi, Antônio Marchiano, Cesare Tofane, Francisco Paladini, Anibale Vigitello, Elpidio Vitori, Giuseppe Stabile, Agostinho Intriari, Luigi Capobianco, Ernesto Troschel, Severini Marchi, Pietro Bachetta, Santiago Storini e Giuseppe di Fazio. Houve sessão cívica e passeata com banda de música.

Tendo sido pouco antes organizada pelo professor Alfredo Camarate a corporação musical "Carlos Gomes", esta, no dia 24 de setembro de 1896 mandou celebrar missa solene por alma do maestro e compositor que lhe dava o nome, por ser data comemorativa do seu falecimento. A solenidade realizou-se na Capela do Rosário, então existente nas proximidades do local em que hoje se acha o edifício da Caixa Econômica Federal, à Avenida Álvares Cabral e Rua da Bahia. Naquele templo, durante a missa, a banda de música executou: *O Guarani*, de Carlos Gomes; *Folhas Soltas*, em pronto escrito, instrumentado por Camarate em 10 horas, um pequeno solo de cornetim, à elevação, também de Camarate; e a sobremarcha de Tanhauser, de Wagner, sendo a primeira vez que Belo Horizonte ouviu em público partituras dos dois grandes compositores. Foi essa a estréia daquela banda de música, que havia iniciado os seus ensaios em uma cafua, com sete amadores e agora contava 15 figuras.

Por motivo de sua nomeação, a 19 de novembro de 1896, para cônsul da Argentina em Belo Horizonte, era muito felicitado naquele dia o Sr. Adolfo Coussandier, figura de destaque social que muito cooperou pelo progresso da cidade em seus primeiros dias.

A 15 de novembro, Belo Horizonte lamentava o falecimento do estimadíssimo escriturário da Comissão Construtora, Sr. João Antero de Carvalho, cujo enterramento no

Cemitério Provisório foi muito concorrido pelos seus colegas e amigos.

Pouco tempo depois, outra ocorrência triste se registrou no arraial em vias de cidade: a 4 de janeiro de 1897 falecia a Ex^{ma} Sra. D. Mariana Florência Edwards, veneranda mãe do Sr. Eduardo Edwards, comerciante no Largo da Matriz e um dos construtores da Estação de General Carneiro. O enterro efetuou-se a 5 no Cemitério Provisório, após a encomendação na Matriz da Boa Viagem. Foi um dos últimos sepultamentos efetuados no Cemitério Provisório.

A 27 daquele mês deixava definitivamente Belo Horizonte, com sua Ex^{ma} família, o Sr. Dr. Samuel Gomes Pereira, um dos mais eminentes chefes da Comissão Construtora e autor dos estudos da localidade depois escolhida para sede da nova capital. Seguindo para Manaus, onde ia dirigir os serviços de saneamento, levou em sua companhia o notável engenheiro Adolfo Radice e o Sr. Anísio Palhano de Jesus, ex-funcionários da Comissão. Grandes homenagens receberam da sociedade horizontina ao partirem aqueles cavalheiros.

Consoante já ficou historiado no capítulo referente ao Cemitério do Bonfim, finou-se a 7 de fevereiro de 1897 a distinta Senhorinha Berta de Jaegher, filha do ilustre engenheiro belga Dr. Joseph de Jaegher, cujo corpo estava fadado pelo destino a ser o primeiro que iria repousar no solo virgem daquele campo santo, como aconteceu no dia imediato, tendo sido para ali transportado a mãos, com grande acompanhamento da melhor sociedade horizontina.

No dia 20 de fevereiro daquele mesmo ano consorciavam-se em Sabará e vinham residir em Belo Horizonte o Sr. Aurélio Lobo e a Ex^{ma} Senhorinha Altina Costa, duas ilustres figuras que até hoje se acham incorporadas ao escol social horizontino, sendo que o Sr. Aurélio Lobo já se achava aqui anteriormente, desde os primeiros dias da Comissão Construtora. A ele, desde essa época, deve Belo Horizonte boa parcela do seu progresso, como construtor, como tesoureiro da Prefeitura e como proprietário.

Quando se iniciavam os trabalhos de construção e montagem da usina de eletricidade, no Freitas, para o fornecimento de luz e força elétrica à nova capital, a pretexto de examinar a cachoeira do Arrudas, ali existente, a 21 de fevereiro de 1897, o Sr. Dr. Francisco Bicalho promoveu nesse local magnífico convescote em que tomaram parte, segundo *A Capital*, as seguintes pessoas: Senhorinhas Bicalho, Pimentel e Goulart; Senhoras Bicalho, Prado Lopes, Lynch, Adalberto Ferraz e Goulart; e Senhores Dr. Bicalho, Dr. Dolabela, Dr. Prado Lopes, Dr. Adalberto Ferraz, Dr. Olímpio de Assis, Dr. Eduardo Porto, Lahire de Vasconcelos, Dr. Manuel Couto, Dr. Pedro Sigaud, Dr. Lucas Proença, Dr. Luís Silva, Dr. Joseph Lynch, Dr. Hargreaves, coronel Francisco Lobo, coronel Leopoldo Gomes, José d'Ávila Goulart, Moraes Jardim, Artur Lira, Luís Gomes Pereira, Dr. Cipriano de Carvalho, coronel Francisco Bressane²⁹⁸ e outros. O trajeto até o Freitas foi feito em um trem especial do ramal férreo com um carro de passageiros e outro levando o farnel. Em pitoresco sítio, à sombra de árvores, à margem do

Arrudas, onde fizeram delicioso e bem regado repasto entremeado de pilhérias e brindes, passaram o dia, regressando à tardinha.

Em maio de 1897, fundava-se em Belo Horizonte o “Centro Operário Beneficente”,²⁹⁹ que se instalou em um prédio sito à Rua Paraíba.

Havia chegado a Belo Horizonte a notícia do atentado de que tinham sido vítimas o rei e a rainha da Itália, em Roma, quando se dirigiam para as corridas, e a colônia italiana, num grande movimento de indignação coletiva, a 23 de abril de 1897 veio para a rua em vibrante comício de protesto, falando vários oradores.

Grande foi o pesar sentido pela melhor sociedade horizontina pelo falecimento do Sr. João Antônio Pinto Coelho no dia 6 de maio de 1897, e por isso foi muito concorrido o seu enterro no dia 7. O Sr. Pinto Coelho era procurador de partes e cavalheiro estimadíssimo em Belo Horizonte.

Três outras notícias lamentáveis para o meio social horizontino foram registradas sucessivamente naquele período:

A 11 de maio um telegrama urgente recebido do Rio de Janeiro comunicava um conflito havido no Largo da Carioca entre o major Rodolfo Chapot Prevost e o construtor de obras Luís Lourenço Rodrigues, ambos de Belo Horizonte, e do qual resultara a morte do segundo, após uma troca de tiros de revólver. Tratando-se de duas individualidades muito conceituadas aqui, tal notícia produziu verdadeira e geral consternação no meio.

A 30 do mesmo mês, outro telegrama de igual procedência comunicava ter falecido ali um dos mais ilustres e operosos filhos de Belo Horizonte, Sr. Cândido de Araújo, proprietário do estabelecimento comercial “A Nova Capital”, à Rua de Sabará e um dos maiores batalhadores por que fosse Belo Horizonte a localidade escolhida para sede da nova capital. A sua morte, por isso, causou o mais sincero pesar.

A 5 de setembro, o Cemitério do Bonfim recebia o corpo do jovem Francisco Gonçalves de Melo, filho do Sr. José Gonçalves de Melo e de sua Ex^{ma} esposa, Sra. D. Gabriela Ernestina de Melo, falecido no dia anterior, tendo sido o saimento fúnebre realizado a pé, com grande acompanhamento de amigos e da banda de música “Carlos Gomes”. O jovem Francisco Melo fora o construtor da cerca de arame que fechava aquele campo santo, executando contrato assinado por seu pai com a Comissão Construtora.

Em setembro de 1897 havia fixado residência em Belo Horizonte, com sua Ex^{ma} família, o ilustre médico, Sr. Dr. Olinto Meireles, que foi residir à Rua São Paulo e dava consultas na Farmácia Ribeiro, bem longe estando de pensar que viria a ser, mais tarde, como o foi, um dos melhores prefeitos da capital.

A 20 daquele mês, à noite, após as entusiásticas festas realizadas pela colônia italiana durante o dia, comemorando a data da unificação da Itália, os italianos iluminaram a *giorno* a frente de suas casas nas ruas novas e velhas da localidade e reuniram-se em grande banquete no Grande Hotel, o primeiro que se serviu naquele estabelecimento recentemente inaugurado.

Por aqueles dias o meio social e artístico de Belo Horizonte ia apresentando novidades mais dignas de nota, como aconteceu, por exemplo, a 30 do referido mês, com a chegada da notável violinista Giulietta Dionesi, acompanhada pelos distintos musicistas Bickerli e Grossoni, que vinham proporcionar-nos alguns concertos. Recebida festivamente pela mais alta sociedade horizontina e pela imprensa, que lhe cercou o nome de merecidos elogios, Giulietta marcou dias de glória em Belo Horizonte. *A Capital*³⁰⁰ saudou-a com a seguinte quadrinha:

*Bem-vinda seja, Dionesi,
À Capital-oficina!
À orquestra do trabalho
Una-se a orquestra divina.*

O primeiro concerto de Dionesi efetuou-se no dia 4 de outubro, no salão de festas do Grande Hotel, que assim recebeu o seu batismo artístico. Teve a assisti-lo uma concorrência numerosa e seleta do que havia de mais fino e culto no meio social horizontino. E Alfredo Camarate, pelas colunas de *A Capital*, fazendo a crítica do concerto, disse: "A violinista, que estreou o elegante salão do Grande Hotel, ostentou tudo quanto se pode exigir à técnica do violino: afinação escrupulosíssima, mecanismo de pulso realmente exemplar, largueza de arco que roça pela prodigalidade, agilidade prodigiosa, estilo correto e distinto no frasear e, acima de tudo, uma calma imperturbável, uma imobilidade de deusa egípcia, mesmo nas mais temerosas dificuldades de execução.

Giulietta Dionesi executou na primeira festa artística o *Grande concerto em mi maior*, de Leonard, a berceuse *Dors mon enfant*, de Loret, a *Invocação religiosa*, de Tatti, a *1ª Rapsódia húngara*, de Hausen, a *Cavatina*, de Raff, a *Berceuse*, de seu irmão Romeu Dionesi e as variações sobre o *Carnaval de Veneza*, de Paganini. Em cada peça obteve um triunfo. Acompanhou-a ao piano seu marido, o maestro Grossoni, e outro artista digno de nota se apresentou com Dionesi, Guilherme Bickerli, violoncelista de subido mérito, pianista distinto e sobretudo valente intérprete de música à primeira vista."³⁰¹

Do segundo e do terceiro concertos disse aquele autorizado crítico musical: "No 2º concerto que entre nós deu esta exímia artista, dir-se-ia que um sopro divino lhe bafejava a alma, que a graça, o sentimento e a distinção lhe animavam o arco ríspido, pautado, inexorável na força e na medida, aferidos pelos estalões imobilistas dos conservatórios". "No 2º e 3º

concertos de Dionesi tomaram parte diversos e prestimosos amadores, dentre os quais sobressaiu-se o barítono Ugo Casali, bonita voz de que ele já sabe tirar bastante partido, secundado pelo violoncelista Bickerli, tão digno como artista quanto amável como cavalheiro” - dizia *A Capital*, acrescentando: “No festival em benefício de Dionesi tomou parte a Ex^{ma} Sra. D. Maria Olivieri, tocando ao piano o *Tremulo*, de Gottschalk”.³⁰²

Giulietta Dionesi e seus companheiros de excursão artística deixaram Belo Horizonte a 13 de outubro, sendo muito homenageados ao embarcarem.

Dias antes da partida de Giulietta Dionesi, isto é a 7 de outubro, ao ser distribuído em Belo Horizonte um boletim de *A Capital*, comunicando ao povo a vitória alcançada pelas forças sob o comando do general Artur Oscar contra a horda facciosa de jagunços fanáticos de Antônio Conselheiro, em Canudos, no sertão da Bahia, o chefe da Comissão Construtora, bem como o desembargador-presidente do Tribunal da Relação e o diretor de Terras da Secretaria da Agricultura, já instalados em Belo Horizonte, mandaram suspender os trabalhos das respectivas repartições, sendo hasteada a bandeira nacional. À noite um grupo de republicanos, acompanhados de grande massa popular e da banda de música “Carlos Gomes”, percorreu a localidade com manifestações de regozijo, soltando foguetes e discursando em vários pontos, estando muitas casas iluminadas a *giorno* e embandeiradas, ao passo que na Matriz da Boa Viagem o padre Francisco Martins Dias celebrava solene *Te Deum* e pronunciava uma conferência alusiva ao acontecimento. É que desde o dia 10 de março, quando na localidade havia chegado a notícia acabrunhadora do trucidamento do general Moreira César e suas forças pelos jagunços, toda a população fora tomada de profundo sentimento de revolta contra aquele selvagem massacre e ficou aguardando ansiosamente o revide, cuja notícia, afinal, nos trazia o telégrafo.

A 31 de outubro, isto é, um mês e onze dias antes de se inaugurar oficialmente a nova capital, era sepultado o interessante menino *Minas*, filhinho do Sr. Alexandre Pace e de sua Ex^{ma} esposa, D. Helena Pace, a primeira criança que havia recebido o nome da cidade que ia nascer.

Já então o arraial ia assumindo aspectos de cidade. Aí já estavam funcionando a Coletoria Estadual, o Tribunal da Relação e a Repartição de Terras da Secretaria da Agricultura, com o respectivo pessoal, instalado em casas próprias. Numa sofreguidão indescritível iam-se rematando casas de funcionários e particulares, que eram logo ocupadas pelos que chegavam e pelos habitantes da localidade, cujas habitações desocupadas iam ser demolidas. As cafuas e barracões provisórios ainda enxameavam por toda parte, além de dois verdadeiros arraiais, compostos daquela espécie de habitações - a *Favela* e o *Leitão*, aos quais Avelino Fóscolo tão exatamente se refere em seu romance *A capital*.³⁰³ Tínhamos já cafés, confeitarias, hotéis, restaurantes, padarias, farmácias, lojas, bazares, tudo instalado em prédios novos, e os carros

de praça, mais numerosos, com os seus cocheiros *mal-ajambrados* e as suas *pilecas* desaparelhadas rodavam incessantemente pelas velhas ruas do arraial e pelas novas da capital e esta ia caminhando para os seus gloriosos destinos.

NOTAS

- 296 O CONTEMPORÂNEO. Sabará, p. 2, 23 set., 1894.
- 297 CLUBE Esportivo. *O Contemporâneo*. Sabará, p. 2, 17 fev., 1895.
- 298 TOURISTE. Um piquenique. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 25 fev., 1897.
- 299 O Centro Operário Beneficente, criado em 1896, teve curta duração, encerrando suas atividades pouco tempo depois.
- 300 GIULETTA Dionesi. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 30 set., 1897.
- 301 CAMARATE, Alfredo. Julieta Dionesi. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 7, out., 1897.
- 302 *Ibidem*, p.2.
- 303 FOSCOLO, Antônio Avelino. *A Capital*. Porto: Universal, 1903.

A REVISTA DOS TRABALHOS DA COMISSÃO - ASSASSÍNIOS -
A CAPITAL EM MARCHA - ELOGIO AOS SEUS CONSTRUTORES -
IMPRESSÕES DO PADRE MARTINS DIAS



ntregue à casa editora H. Lombaerts & C., Rua dos Ourives n. 7, Rio, em agosto de 1895, o 2º fascículo da *Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora*,³⁰⁴ em março de 1896 estava publicado e o Dr. Francisco Bicalho escrevia ao Dr. Aarão Reis no dia 14 desse mês:

“Agradeço-lhe cordialmente os bons serviços prestados à publicação do 2º número da *Revista* dos nossos trabalhos, que está excelente. Deleguei ao Dr. Adalberto Ferraz a incumbência da distribuição dos exemplares e ele já lhe escreveu a respeito, segundo me informou”.

O primeiro fascículo da *Revista*, entregue à referida casa-editora em abril de 1895, fora distribuído em meados daquele ano e dele temos dado desenvolvida notícia na primeira parte deste volume.

Quanto ao 2º e último que foi publicado, trazia a seguinte matéria: retrato do padre Agostinho de Sousa Paraíso; exposição apresentada pelo Dr. Aarão Reis ao deixar a chefia da Comissão; Ofício n. 26, apresentando ao governo a planta geral da cidade; planta geral da cidade; retrato do Dr. David Campista; decretos expedidos para execução da lei sobre a nova capital; instruções regulamentares; retrato do Dr. Alexandre Stokler; tabelas para redução ao horizonte das distâncias medidas segundo a inclinação do terreno; tipos de cadernetas de residência para terraplenagem das praças, avenidas e ruas; retrato do Dr. João Pinheiro da Silva; estudo e preparo do solo; triangulação; planta da área determinada pela rede de triangulação geodésica para edificação da nova capital; planta da indicação geral das áreas respectivamente destinadas, na futura cidade, às zonas urbanas, suburbanas e de sítios para pequena lavoura; instruções para medição da base; cálculo do comprimento da base; serviço de triangulação; aferição do peso da fita; geodésia; diferença de nível entre os topos das estacas da base e respectivas altitudes; cálculo do comprimento da base; correção da catenária; primeira medição; segunda medição; ângulos corretos; valor médio das observações

dos vértices; triângulos Sul e Norte; triangulação - cálculo dos triângulos; triângulos sobre a base; triângulos das seis zonas; lados; coordenadas; esgotos; indicações gerais para servirem de base à organização do projeto; análise das águas de Belo Horizonte; tabelas das descargas e velocidade, segundo os diâmetros e declividade para encanamento circular e a água a meio do tubo; complemento da relação das propriedades adquiridas pelo Estado; clichê da Estação de General Carneiro; notícia da nova capital, transcrita de *A Folha*, de Barbacena; coordenadas geográficas de Belo Horizonte; observações meteorológicas.

Na carta acima citada sobre a *Revista*, dizia ainda o Dr. Bicalho ao Dr. Aarão Reis, referindo-se ao andamento dos serviços da nova capital:

“Os nossos serviços vão caminhando, não com a presteza que eu desejava e era mister, mas como podem ser feitos nestes tempos de chuva que tem sido extraordinária neste ano.”

Tinha razão o engenheiro-chefe, pois de janeiro a março de 1896, durante 73 dias, havia chovido em Belo Horizonte 1.538,40 mm.

Mas cessadas aquelas chuvas, no verão magnífico daquele ano, as obras da nova cidade tiveram, como já dissemos, um surto prodigioso e decisivo e esta foi surgindo, foi-se organizando e prosperando admiravelmente, no meio de verdadeira barafunda pandemoníaca.

Durante os dias era aquele ardor de trabalho por todos os ângulos da localidade e às noites, enquanto o centro do arraial habitado pela gente ordeira e morigerada descansava sob a vigilância do capitão Lopes, os dois grandes e barulhentos bairros de cafuas e barracões provisórios - a *Favela* e o *Leitão* - fervilhavam em orgias e algazarras dos vadios e das mundanas, que ali enxameavam em promiscuidade com pobres famílias de operários, e contra cujo malproceder a 23 de fevereiro de 1896 reclamava energicamente o *Belo Horizonte*.³⁰⁵

Como era natural, em um meio tal e em circunstâncias tais, algumas vezes registravam-se ali acontecimentos trágicos, como aquele que noticiou *A Capital*, de 19 de abril,³⁰⁶ contando que, pela manhã, alguém que passou pela Rua de Trás n. 1, encontrou morto, no mato, próximo a certa cafua, um indivíduo de cor branca, já em adiantado estado de putrefação, tendo o crânio aberto por profundo golpe de machado, instrumento esse que foi encontrado tinto de sangue dentro da referida cafua, cujos habitantes haviam desaparecido. O jornal, porém, não declarou se o morto foi identificado, nem disse o nome dos habitantes da cafua.

Lamentável como esse, outro acontecimento se deu e não foi registrado pela imprensa, o do encontro macabro, verificado na noite de 27 de junho de 1897, do cadáver de Manuel Gomes de Carvalho, filho de Maria Rita de Carvalho, atirado à margem da linha férrea, distante dela meio metro, apresentando três golpes profundos na nuca e na frente. Ao que parece, também sobre a autoria deste crime nada se conseguiu apurar, sendo que o registro do óbito só foi feito oito dias depois.

Mas felizmente não eram freqüentes ocorrências deploráveis como essa, graças à energia férrea e à vigilância contínua do capitão Lopes, que era de um rigor extremo para com a gente malprocedida.

Por serem raras tais ocorrências e por se sentir bem policiada a localidade, elas nem de

leve influíam na atividade ciclópica dos trabalhos da nova cidade, os quais se desenvolviam com intensidade prodigiosa, consoante registrou *A Capital*, em sua edição de 10 de junho, interpretando a opinião de quantos então viviam em Belo Horizonte:

“Já se transformou em uma bela realidade a nobre aspiração dos mineiros que se empenharam em dotar o nosso Estado com uma capital condigna da sua grandeza e da sua prosperidade e que seja o foco de onde irradie para todos os pontos do território mineiro a luz, a atividade, o progresso, enfim, todas as suas benéficas e grandes manifestações.³⁰⁷

Como todas as idéias grandiosas, como todas as medidas que se impõem pela sua necessidade, a mudança da capital triunfa, ao fim, de todos os óbices que lhe foram criados desde o seu início e das múltiplas dificuldades, algumas das quais assoberbadoras, com que teve de lutar. Alguns espíritos relativamente fortes tiveram os seus períodos de desalento, quando mais renhida ia a campanha e de muitos se apoderou a crença do insucesso do grandioso acontecimento.

De um lado os receios de que os recursos do Estado não suportassem as avultadas despesas com a construção da nova cidade, e a controvérsia, que ainda existe, sobre a utilidade de tal medida, e do outro não só dificuldades de ser encontrado lugar apropriado, como a de serem levados a efeito com bom êxito os importantes trabalhos que o gigantesco cometimento exigia; e, depois, a campanha de descrédito contra o Estado e contra Belo Horizonte, os boatos falsos e as notícias perversas que se espalhavam e ainda se propalam, contra tudo quanto diz respeito à nova capital, não se querendo levar em conta o propósito em que se acha um outro coestadano nosso - de tornar essa medida, reclamada pelos altos interesses de Minas, odiosa aos olhos dos nossos conterrâneos, que por serem modestos e simples nos seus hábitos, primam também por serem bem avisados e por terem pleno conhecimento de suas necessidades -, foram outros tantos obstáculos que tiveram de ser vencidos pelas luzes e pelo patriotismo nunca desmentido do benemérito Congresso Mineiro, pelo superior esforço e honradez dos governos de Minas que, acima de quaisquer considerações, colocaram sempre o rigoroso cumprimento dos deveres que lhes eram impostos e pela competência e inexcedíveis esforços dos que tomaram sobre seus ombros o difícil, penoso encargo, cheio de enormes responsabilidades, de realizar o notável empreendimento que vai ser o início de uma era de progresso e felicidade para o nobre e adiantado povo mineiro.

O trabalho imenso que aí temos realizado representa a grande soma de esforços perseverantes e titânicos daqueles que têm de deixar seus nomes ligados a este grande empreendimento, e põe em relevo a competência mais uma vez provada do ilustrado engenheiro-chefe da Comissão Construtora, o honrado Dr. Francisco Bicalho, glória da engenharia brasileira.

Os serviços prestados por esse ilustre mineiro ao nosso Estado no elevado posto de engenheiro-chefe da Comissão Construtora são tão relevantes, que os próprios adversários da mudança da capital, que aqui têm vindo, os têm reconhecido e proclamado; e nós que

quotidianamente acompanhamos o movimento dos trabalhos da nova cidade e de perto conhecemos as dificuldades assoberbadoras que a energia e o esforço inteligente do ilustre Dr. Bicalho e dos seus dignos auxiliares têm levado de vencida - nunca seremos dos últimos a salientar esses serviços e os proclamamos como beneméritos."

Em outros capítulos deste volume fizemos ressaltar ainda largamente o verdadeiro balanço que aquele jornal deu nas obras até então executadas, o qual revelava com nitidez o hercúleo esforço daqueles abnegados e infatigáveis obreiros do conforto e do bem-estar que os futuros habitantes de Belo Horizonte aí haviam de gozar.

Realmente, estava transformada em realidade a velha aspiração mineira. Quanto era estritamente indispensável para a instalação do governo apresentava-se quase em condições de recebê-lo, ainda que com as deficiências naturais de tais emergências. Em dezembro, pois, teríamos a nova capital *Belo Horizonte*, em *Minas*.

Daquela progresso e daquele entusiasmo então reinante dava-nos o padre Francisco Martins Dias o seu testemunho individual nos seguintes períodos com que encerrou o seu interessante folheto *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*, publicado a 7 de setembro de 1897, o primeiro editado em Belo Horizonte.

"De 7 de setembro de 1895, dia das inaugurações oficiais à data em que escrevemos - junho de 1897 -, Belo Horizonte tem-se metamorfoseado de tal modo, que surpreende e impressiona risonhamente a todos que, tendo vindo a este lugar por ocasião daquelas festas, de novo têm aqui voltado, ultimamente, por qualquer motivo atraídos. Do antigo arraial ainda existem muitos vestígios: casas velhas, cafuas, choupanas, ruas estreitas e tortas, largos e praças irregulares - eis o que se nota ainda do velho Curral del Rei. Umhas centenas de cafuas e barracões que se vêem agrupados ou disseminados aqui, acolá, são tendas dos operários da nova cidade, e que são demolidos com a mesma facilidade com que são construídos, conforme as exigências do andamento dos serviços o reclamam. Belo Horizonte é hoje um contraste de velharias e novidades: ao pé de uma cafua de barro coberta de capim ou de zinco eleva-se um edificio elegante e sólido; ao lado de um edificio velho do Curral del Rei surge um primoroso palacete da nova capital; junto de uma estreita e pobre rua, formada de casas e choupanas de todos os tons e categorias, que atestam a modéstia ou a pobreza dos antigos habitantes do Curral, estira-se desafrentada, larga e extensa rua da nova cidade. Mas essas cafuas, essas velhas casas e essas ruas irregulares do Curral vão desaparecendo, pouco a pouco, ao passo que, como por encanto, surgem outras novas. Não diria mal quem comparasse o Belo Horizonte atual com o firmamento semeado de miúdas estrelas, que vão se apagando e desaparecendo ante o brilho das de maior grandeza, que vão se manifestando. Nada é para nós mais belo, mais poético e mais recreativo do que a observação atenciosa desta sublime metamorfose material. Praza aos céus que sublime, poética e bela seja também a metamorfose social e moral!... Se na artéria do organismo social da nova capital predominasse o sangue brasileiro... Hoje trabalha-se aqui ativa e denodadamente, máxime na conclusão dos palácios e edificios indispensáveis para a transferência do governo estadual para este lugar, o que deverá ser, pela

letra da lei, até o dia 17 de dezembro do corrente ano.

O Palácio Presidencial, três secretarias, secretaria da polícia e cento e muitas casas para funcionários públicos estão quase concluídos. Os três palacetes para os secretários acham-se já em notável adiantamento, apesar de terem sido, há pouco, começados. O congresso, a casa da Imprensa Oficial, o ginásio, o quartel e um edifício para escola acham-se em fundações. Há, concluídas e já habitadas, mais de 100 casas de particulares, havendo entre estas algumas de muito gosto e elegância. Começadas ou em preparo para isto não haverá menos de 100, que dentro de pouco tempo estarão concluídas, para maior comércio da nova cidade e embelezamento de suas ruas, avenidas e praças. Parece um sonho ou um conto de fadas! Quem pensaria - já não direi 'diria' - que o velho, pobre, humilde e decadente Curral del Rei havia de, em tão rápido vôo, elevar-se à altura em que hoje o vemos, e ainda, de mais a mais, tendo diante de si um futuro tão risonho e brilhante!

Belo Horizonte, na rapidez de sua construção, pode disputar a palma a S. Petersburg, a Pompéia, a La Plata; e quem sabe se podê-lo-á também, mais tarde, quanto à sua beleza artística e à sua elegância arquitetônica de seus principais edifícios! O futuro no-lo dirá. A nova capital de Minas há de atrair a atenção do mundo europeu. Já atualmente o olhar curioso, perscrutador e exigente do visitante acha muito que admirar e que elogiar em Belo Horizonte: seu clima ameníssimo e suave, a pureza, abundância e potabilidade de suas águas, sua esplêndida disposição topográfica, seus numerosos edifícios, concluídos uns, por concluir outros e começados ainda outros; suas diversas ruas e avenidas já meio edificadas, seus importantes estabelecimentos comerciais, industriais e de serrarias a vapor, seu ativo movimento comercial, enfim tudo forma um conjunto harmonioso, que obriga o visitante, vivamente impressionado, a exclamar: Como é belo e animador! É mesmo magnífico!

Mas há muitos que não estão acostumados a sondar o fundo das coisas, e que, incapazes de uma ilação qualquer, só se impressionam com o que lhes fere a retina, passam despercebidas certas belezas naturais de Belo Horizonte, e toda a beleza artística do plano da nova cidade, que, só depois de executado, verão que é um primor, verdadeiramente um primor.

Mais alguns anos ainda, e eis-nos em plena e brilhante realidade. E então é que será completa a vitória de Belo Horizonte sobre seus poucos inimigos, que, desde hoje, vão já sentindo, pouco a pouco, o peso da sua crescente derrota. E quando alguém, em futuro não mui remoto, acertar de correr os olhos por estas obscuras páginas que aí ficam, e combinar o que as mesmas dizem com o que seus olhos vêem na nova capital deste glorioso e feliz Estado de Minas, os seus ouvidos ouvem sobre a mesma, dirá de si para si: 'Teve razão o autor deste opúsculo.' 308

NOTAS

- 304 MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H. A. Lombaerts, 1895.
- 305 BELO HORIZONTE. Belo Horizonte, p. 2, 23 fev., 1896.
- 306 ASSASSINATO. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 20 abr., 1896.
- 307 NOVA Capital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 10 jun., 1897.
- 308 DIAS, Francisco Martins (padre). *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Tip. do Belo Horizonte, 1897. p. 98-104.

BOATOS, PERFÍDIAS E CONTRADITAS -
MAIS ELOGIOS AOS CONSTRUTORES DA CIDADE



urante o período da construção da nova capital, como já temos dito várias vezes, viveram os habitantes de Belo Horizonte constantemente alarmados pelos boatos, pelas invencionices maldosas, pela cruenta e inescrupulosa campanha de maledicência que pessoas e jornais inimigos de tão alto empreendimento moviam contra o governo, contra a Comissão Construtora e principalmente contra o afortunado arraial que fora escolhido para nova sede da metrópole mineira.

Tudo quanto se pode imaginar de pior foi dito e escrito naquele período pelos referidos inimigos, no intuito pérfido de fazer fracassar o nobre cometimento, que era um anseio secular da gente montanhesa.

No presente capítulo, rememoraremos alguns desses episódios, que corroborarão os já referidos em diversos outros pontos deste e do volume anterior.

Assim, diremos que, no dia 12 de janeiro de 1896, os habitantes de Belo Horizonte foram surpreendidos por uma notícia que os desalentou, ao passo que contentava muito aos ouropretanos. Corria com insistência que o governo do Estado iria suspender os trabalhos da Comissão por motivos de dificuldades financeiras. Tais boatos, que não tinham o menor fundamento, haviam sido veiculados pelo *Farol* de Juiz de Fora. Mas, no dia 14, o *Minas Gerais* desmentia categoricamente o falso boato, afirmando que o governo jamais pensara em semelhante providência descabida. Ao contrário disso, o intuito da administração mineira era intensificar, cada vez mais, os trabalhos da Comissão, a fim de que a transferência da capital se efetuasse dentro de período constitucional.

Desfazendo o primeiro boato e corroborando a nota do *Minas Gerais*, logo circulou outro: afirmava-se que o Dr. Francisco Sá, secretário da Agricultura, transferiria para Belo Horizonte aquela secretaria, a fim de melhor atender às exigências dos trabalhos da nova capital, de sorte que não houvesse o menor motivo para o retardamento dos mesmos. Como o primeiro, aquele boato não tinha fundamento, e a Comissão, sem dar ouvidos ao falatório,

trabalhava, desdobrava-se em atividade e ação, prevendo tudo e tudo providenciando para levar ao termo desejado a grandiosa obra.

Ainda naquele mês, inventaram os boateiros que Belo Horizonte era um antro de assassinos, o que determinava ao engenheiro-chefe, no dia 20, expedir um despacho telegráfico ao Dr. Francisco Sá desmentindo a falsa notícia dada pelo *Farol*.

Mas, dentre os boatos maus, lá surgia, de longe em longe, um agradável, como aconteceu no dia 9 de fevereiro. *A Notícia*, diário carioca, escrevia:

“O Sr. Dr. Bias Fortes, governador do Estado de Minas, declarou ao Sr. marechal Jardim, quarta-feira da semana passada, que, empreterivelmente, nem que seja para uma barraca, mudará a capital de Minas para Belo Horizonte, no dia 17 de dezembro de 1897.”

Tal promissora afirmativa caiu em Belo Horizonte como porção de água fresca e límpida sobre planta germinada em terra fértil, mas que luta contra as intempéries, num anseio imenso de crescer, florir, frutificar...

No meio de tais alternativas boateiras iam marchando os trabalhos de Belo Horizonte, ao passo que *A Capital* e o *Bello Horizonte*, decididos jornais defensores e propagandistas de quanto se fazia na nova capital, não só desmantelavam as cidadelas inimigas, como veiculavam, com calor sincero, os nossos progressos, atraindo a atenção do País para o novo centro de atividade.

Noticiando a visita de dois desembargadores do Tribunal da Relação de Minas a Belo Horizonte, comentava *A Capital*, em maio de 1896:

“Aqui estiveram dois dias, seguindo depois para Ouro Preto os Srs. desembargadores Adolfo Olinto, digno presidente da Relação, e Saraiva Sobrinho. SS. Ex^{as}, em companhia do Dr. Adalberto Ferraz, percorreram todos os pontos da nova capital, examinando minuciosamente, interessadamente, todos os serviços de construção e de instalação, levando daqui as melhores impressões. Em Ouro Preto, que é o foco da maledicência contra tudo que se relaciona com a nova capital; que é de onde partem as diatribes, até em linguagem pornográfica e acanhada contra os que, num labor insano, com a maior honorabilidade e até mesmo com exagerados escrúpulos, vão desempenhando galhardamente a difícil missão que lhes foi confiada; em Ouro Preto, dizemos, existem hoje duas vezes insuspeitas e autorizadas para dizerem sobre os negócios de Belo Horizonte. As balelas, inverdades, que ali se inventam contra a nova capital encontrarão em seu curso um dique resistente na opinião sincera dos honrados desembargadores Adolfo Olinto e Saraiva Sobrinho, glórias da magistratura de nossa terra.”³⁰⁹

Este mesmo jornal, edição do dia 9 de outubro, rebatendo violentos artigos lançados pelo general Cesário Alvim contra a mudança da capital, bradava:

“Causa pismo e tristeza o conselho que o Sr. General Alvim dá aos poderes públicos do Estado - de suspenderem os trabalhos de construção da nova cidade! Só mesmo um obsedado pela paixão ou demente poderia dar semelhante conselho. Felizmente, porém, os poderes públicos sabem o que fazem e não estão dispostos a ter por guia e conselheiro.”

Contrastando com a campanha adversária, *A Capital*,³¹⁰ dirigida por Francisco Bressane, era o baluarte em que se vinham anular todos os golpes dos inimigos de Belo Horizonte. Para se ajuizar do ardor entusiástico com que esse jornal fazia a propaganda da nova capital e a defendia, veja-se abaixo o que escreveu ao ensejo do seu primeiro aniversário:

A Capital apareceu há um ano, para defender a República, que é o seu ideal, e para levar a todos os pontos do País, onde chegam os seus exemplares, notícias de que Belo Horizonte não é uma utopia, não é uma fantasia de prodígios caprichosos.

Urgia que a cidade de Minas tivesse no vasto plenário jornalístico representante que, advogando os interesses da coletividade aqui domiciliada, destruísse, ao mesmo tempo, os inúmeros ardis que contra ela não cessam de levantar os enfezados idólatras da capital de um Estado como o nosso, vegetando ingloriamente entre os rochedos ouro-pretanos, na paz dormente de um lugar colonial, emparedada num horizonte estreito.

Embora combatentes fracos, temos, sempre que se faz mister, ido ao encontro da campanha de descrédito que lá fora se levanta contra a construção desta cidade.

Ditosamente, já mui raros são esses que não querem ou fingem não querer acreditar que o Belo Horizonte surge do solo abençoado de Minas e para ser o centro poderoso de luz e de progresso que há de irradiar por toda esta vasta terra, onde vivem almas e pulsam corações de patriotas. Surge dos escombros do velho arraial do Curral del Rei a bela capital mineira, graças ao elevado alcance de vista e ao patriotismo nunca desmentido de beneméritos conterrâneos, que uma boa estrela coloca à testa dos destinos do nosso Estado; surge deste torrão querido a futura cidade de Minas, graças aos esforços hercúleos, inteligentemente aplicados, dos ilustres cidadãos a quem o governo do Estado, em boa hora, confiou a afanosa e difícil missão de construir uma cidade modelo.

Seja-nos lícito, a nós, testemunhas oculares, observadores quotidianos de tudo quanto aqui se vai fazendo de um ano a esta parte, neste dia de natural júbilo para nós, felicitar, com abundância d'alma, ao honrado chefe da Comissão Construtora e aos seus dignos auxiliares, pelo modo superior a qualquer elogio, com que vão levando a termo a grandiosa obra, a que deixarão seus nomes ligados.

Apraz-nos consignar aqui, como ato de elementar justiça, o interesse inexcedível que tomaram na realização deste gigantesco empreendimento, o notável profissional que dirige os trabalhos da nova capital e os seus incansáveis companheiros de trabalho.

O maior elogio que se poderia fazer a esses indefesos operários da grande obra está nas palavras autorizadas e insuspeitas de um estrangeiro ilustre, o Sr. conde W. van den Steen, representante diplomático da Bélgica junto ao nosso governo. S. Ex^a nos disse que se acha realmente maravilhado com o que aqui se tem feito em insignificante lapso de tempo, sabendo-se, como é certo, que ainda não há um ano que se começaram as construções. O ilustre diplomata considera realmente assombroso o progresso que aqui notou, e essa opinião que tem o grande valor da insuspeição e da autoridade, enchendo de legítimo orgulho aos que se tornam merecedores dela, traz-nos também, a nós jornalistas locais, a grande satisfação

de ver corroborado o que a esse respeito temos dito. A imprensa local, representada por esta folha e pelo *Bello Horizonte* ao lado da Comissão Construtora, seja-nos permitido dizê-lo sem vitupério, serviu de pioneira, para desbravar os óbices que mesquinhos interesses criaram contra a nova capital, cuja inauguração, marcada para o presente ano, há de ser um dos fatos mais grandiosos que a história mineira contará aos pósteros.³¹¹

Esse magnífico artigo, verdadeira glorificação merecida aos pioneiros do maior empreendimento que Minas já realizou, era assinado por Francisco Bressane e Azevedo Júnior, dois beneméritos de Belo Horizonte, que então redigiam o grande jornal. Quanto ao julgamento das obras da nova capital pelo conde W. van den Steen, vai publicado em capítulo anterior deste volume.

Ainda nessa mesma edição de *A Capital* vinha publicada bela crônica, verdadeiro hino à nova cidade, e que terminava assim:

“Belo Horizonte surge do solo num quase deslumbramento de magia: é o sonho que se transforma em realidade, é a Canaã que enfim nos aparece, é a capital digna de Minas republicana - inscrevendo no seu escudo a legenda - *Progreditor*.”³¹²

Conquanto já se aproximasse o dia determinado pela Constituição para a mudança da capital, não sendo mais admissível qualquer ação em sentido contrário, não cessava a campanha impatriótica dos antimudantistas contra o grande cometimento de Minas. Tanto assim era que, a 19 de julho de 1897, pelas colunas do *Minas Gerais*, o Sr. Gustavo Ribeiro rebatia brilhantemente certas afirmativas tendenciosas e inverídicas do cronista C.C., de Leopoldina, no *Diário Popular*, de São Paulo, sobre o governo, a política de Minas e principalmente contra a mudança da capital para Belo Horizonte, afirmando a existência do *bócio endêmico* nesta localidade, balela por demais desfeita.

Mas agora, em vésperas da instalação da nova cidade, resultava inteiramente inócua tal campanha, pois a verdade material e irretorquível dos fatos falava mais alto e eloqüentemente do que os gazeteiros com seus argumentos escritos ou do que os argumentos falados pelos endemoniados forjadores de boatos malévolos, ridículos sebastianistas de triste memória...

NOTAS

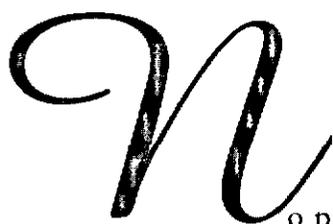
309 A CAPITAL. Belo Horizonte, p. 2, 21 maio, 1896.

310 O VELHO censor. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 9 out., 1896.

311 BRESSANE, Francisco; AZEVEDO Júnior. Primeiro ano. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 4 fev., 1897.

312 BRESSANE, Francisco; AZEVEDO Júnior. Prosseguindo. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 4 fev., 1897.

INTERESSANTES PERFIS DE VULTOS SALIENTES
NO PERÍODO DA CONSTRUÇÃO DA CAPITAL



o propósito, que acreditamos louvável, de nada desprezar que relacione e interesse à história da nova capital, publicamos a seguir uma curiosa série de perfis esquisitados pela pena ágil de Azevedo Júnior, nas colunas de *A Capital*, sob o título *Retratinhos*, onde desfilam algumas das principais figuras que atuaram na construção da nova capital e cujos nomes foram por nós ali acrescentados. Ei-los:

I - *A tout seigneur...* É o chefe cá da terra. A despeito dos cabelos brancos e da barba Andó, também branca, não se pode dizer que seja velho. Um excelente *causeur*. A carreira em que é abalizado profissional não lhe anestesiou a fibra artística. A aridez dos cálculos ele sabe suavizar lendo a prosa amaneirada dos literatos. Alma de mineiro: boa, franca, expansiva (Dr. Francisco Bicalho).

II - O braço direito também cá da terra. Farta a cabeleira preta, moreno, bigode fino, fala-se mais no nome deste homem do que mesmo no... Dr. Prudente. Bacharel em Direito, mas ao que parece detesta o calhamaço dos autos. Toda gente o conhece e há muita gente que lhe tem medo. Dizem-no um nervoso. Histórias! Um bom coração é o que ele é (Dr. Adalberto Ferraz).

III - O Argos ainda cá da terra. É como S. Pedro... na cabeça, razão por que anda sempre de casquete. O nome dele mete medo a mais de um. Sempre à paisana e de olho vivo. Enquanto os mais dormem, ele vela, espiando pelo buraco da janela os notívagos que passam. Com ele é andar direito, senão... *gaiola* ! Nas fileiras, capitão; mas aqui? é um general (capitão Lopes).

IV - Visto assim de repente, parece inglês e doutor. Inglês no rosto corado e cheio; doutor nos óculos escuros, de dia, e de noite, brancos. É o homem das *pelegas*. Monta guarda ao tesouro e, quando ele vem do Rio, toda gente vai perguntar-lhe: Como passou? Dizem que é jacobino. Conterrâneo do padre Correia, e nem por isso deixa de adorar Belo Horizonte. É o

banco ambulante cá da terra (Leopoldo Gomes).

V - Pequeno e espartinho como ele só. Falando, pisca, escrevendo, pisca; só não pisca, quando dorme. Jornalista, professor, deputado, coronel: tanta coisa num homem tão pequeno no tamanho! Grande nele o coração. Bom como ouro, ninguém diz dele senão bem: todos o estimam, todos o querem. Solteiro *enragé*. Pudera não! O coração dele é de todo mundo!... (coronel Francisco Bressane).

VI - No campo, metido nas botas, é engenheiro; mas em casa, à mesa de trabalho, o verdadeiro literato. Os seus olhos vivos, moleques, glaucos, sabem ver este mundo, apanhando-lhe a nota cômica ou ridícula. Quem o vê passar, na faina da sua profissão, e não o conhece *at home* na intimidade da palestra, há de pensar que este rapaz, porque ele o é, tem apenas o cérebro cheio de cálculos matemáticos. Que engano! É um boêmio exilado e saudoso das cançonetas trilantes e da obra prosa, noite velha, num cantinho de café, entre *chopps* espumantes e dos *havanás*... O tipo do cronista - alegre, trocista, detestando o *medalhão* e a burguesia chata e lorpa (Josafá Belo).

VII - O nome lembra um animal feroz. Um bom velho, espadaúdo, corado, que, se raspasse a barba, teria um quê de abade, mas um destes abades que cultivam a pilhéria, sorvendo a boa pitada do "areia preta", sem fazer do nariz desafinado trombone. Pai de um poeta, sabe também tanger a lira, quando é preciso dar um piparote em D. Diogo. Da terra do vatapá, embora pelo coração seja cá da terra do requeijão. Na alma um tesouro de sentimentos nobres (coronel Francisco Lobo).

VIII - Falar ligeiro, quase eletricamente. O verdadeiro *pater familia*: adora o seu lar; e acha que Pouso Alegre é um paraíso. Quando vai ao Rio - com que saudade! - oferece ao Leopoldo o exemplo do anacoreta. Sumí, tentações. Um amigo desta casa onde sempre aparece (Alberto Bressane Lopes).

IX - Nasceu na Líbia amada, bem que seja mais carioca que alfacinha. No Rio, empunhava, sem garbo, a batuta da crítica musical, ensinando a muita gente como é que se escreve a respeito do dó, ré, mi... Na imprensa, ri ancho, discutindo, sem cansar a quem o lê, a carestia dos gêneros. Viajado como o rapé. Lunetas douradas e barbas apostólicas. Quando escreve, é como se estivesse a tocar o *Bitu* como o "fura-bolo" (Alfredo Camarate).

X - De tanto lidar com os algarismos, perdeu os cabelos. Tem andado por Seca e Meca, vindo afinal dar fundo aqui, alinhando número, dividindo, multiplicando... Deus do céu! Não é em vão que ele é devoto de S. Pedro. Aqui em casa é quem nos arranja a colaboração da 3ª e 4ª páginas. Tem queda para ser o chaveiro do tesouro e sabe como é que se apanha o *anunciação*. Uma palestrinha, e mais isto e mais aquilo... pronto! está seguro o *colaborador* (Luís Gomes Pereira).

XI - A pé, ou *pedalant* no seu célebre *velo*, vemo-lo sempre direito; no entanto, quando lhe falam no nome é sempre do lado... canhoto. Graduado numa profissão em que se aprende a estudar linhas retas e curvas, quando se referem a esse doutor, é sempre do lado canhoto. É o ciclista cá da terra, e ciclista que faria um clube, se aqui o domingo não tivesse cara...

esquerda de dia de trabalho como qualquer outro dia. Moço e solteiro. Não se pense, porém, que ele tenha o coração do lado... direito (Dr. Fernando Esquerdo).

XII - Mora num quase castelo. Jacobino rubro. Chapelão de aba larga, a cuja sombra pode ficar uma legião de florianistas *enragés*. Cavanhaque à general Glicério, ele é o coronel. Não é da idade da pedra, mas faz pedras... plásticas. Acha que Juiz de Fora é muito bonita cidade; não tem, porém, Avenida Afonso Pena (coronel Júlio Pinto).

XIII - Não nasceu em Liliput, mas no Rio das Flores. Menino? Não, que ele já faz a barba; Homem? Não, que é muito pequeno. Como mora cá em casa, pode-se dizer que é tipo caixa baixa. Amanuense da Comissão. Se chegar a chefe de seção, há de ser um chefito (José Vieira ou Vieirinha).

XIV - Fronte ampla. Cabelos ligeiramente grisalhos. É o intérprete cá da terra. Mandem-lhe um grego, e ele é capaz de *temperar língua*. Trouxe da Alemanha, onde estudou e graduou-se, a gravidade de um súdito de *Bismarck*, cachimbando horas e horas, sem proferir palavra. Solteiro. Pudera não! as brumas do Norte enregalaram-lhe o coração. É da Comissão, mas sem o distintivo: botas (Dr. Manuel Couto).

XV - No nome, parece da terra do macarrão; mas é da terra do *tutu* com torresmos. Aqui é o Moisés. Com ele as náiades estão perdidas: mete-as no encanamento. Vivendo n'água, nem por isso deixa de ter o fogo republicano. Bom rapaz, sempre alegre. Parece que de olhos d'água, ele só aprecia os que pode...meter no encanamento (Dr. Ludgero Dolabela).

XVI - Cabelos *a la brosse carrée*, bigodes fartos. Médico, é todo higiene. Jacobino, mas com higiene. A sua casa é, à noite, o ponto de palestra sobre coisas e loisas... menos higiene. Colaborador cá da folha. Quando escreve é só higiene. Xará do tribuno italiano, ele não diz que Catilina bate às portas de Roma, mas apenas: tende higiene! No trato íntimo - um companheiro dedicado (Dr. Cícero Ferreira).

XVII - Um melancólico, um vencido - eis o que ele é. Nem por usar óculos azuis, vê o mundo pelo lado otimista. Luto na alma, luto no vestuário. Dedicado à Euterpe, acha que não anda mal, anunciando a *música para todos*. Se fosse à Europa e percorresse a Itália, quando visse Pádua, diria logo: *Horresco!* Aqui, talvez não o conheçam bem, se ele é um macambúzio, um retraído... (Otávio Barreto).

XVIII - Deu-lhe Deus bom nariz para farejar nascimentos, óbitos e casamentos. No Belo Horizonte de hoje ele é uma relíquia do passado. Progrida quem quiser, vá para diante quem tiver pressa; ele, impassível, continua a escrever que "no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, aos tantos dias de tal mês, perante mim, etc." E vai ele, representante de patriarcais usanças, farejando quem nasce, quem morre, quem casa, matutando sobre esta grave questão: morre mais gente do que nasce... Os defuntos pagam o registro, e os que vêm até a vida... não cumprem a Lei... Que pirralhos atrevidos! Ó têmpera! Ó mores! (José Pedro da Costa).

XIX - Magrinho, miudinho, de lunetas... Veio de Ouro Preto; e quando veio trouxe logo o seu diploma. Abriu escritório, uma saleta miudinha, como ele mesmo. Por fim, achou que,

sendo a vida um tremedal, era melhor ir logo para o Tremedal. E vai breve, magrinho, miudinho, de lunetas. O seu nome é de um bicho bravo: ele, porém, é pacatozinho, incapaz de feitos que exijam grande lutas. Devoto de Santa Cecília e, *in illo tempore*, já queimou as pestanas, revendo provas, coitado! Foi funcionário tipo B (Dr. Alfredo Lobo).

XX - O seu nome é uma garantia ou, pelo menos, um consolo para o doente. É médico. Pálido e magro, pequeninas suíças. Ora a cavalo, ora de carro. Moço ainda. Chamá-lo é, decerto, um lenitivo: lembra-se a gente que ele é xará de Jesus, e zaz! pode beber, confiante, a tisana prescrita.. Salve! (Dr. Salvador Pinto).

XXI - Simpático, amável; no entanto, toda gente diz que ele é bonito... no nome. Engenheiro, nas horas vagas, inventa coisas complicadas que dão tratos à bola. Muito entendido em lances de xeque-mate. Colaborador cá da folha, que se honra com as engenhosas produções dele, que não é bonito... no nome. Usa lunetas e o *distintivo*: as botas. Mas não é da Comissão (Dr. Francisco Feio).

XXII - Sim, senhor; este é bonito e o seu nome lembra a mitologia e uma nota musical. Um rapagão, cabelos pretos, bigode preto e um par de olhos tão meigos... engenheiro e, no serviço que superintende, está aprendendo a ver Jó... Da terra do Leopoldo (Dr. Olímpio Camilo de Assis).

XXIII - Vivendo nas pedreiras, tem um coração de... cera, e a cabeça lisa como uma rocha... sem carapuça. Rival de Barba Azul, prático como ele só no *conjugo vobis*. Sabe de cor e salteado o verbo casar. Veio d'além mar e, ao que parece, só para... casa. Gostou tanto da terra brasileira que... casou com ela. Amável ao extremo, bom como ouro, um cavalheiro. Não admira, pois, que se case tantas vezes. A sua arma é a marreta, a sua divisa: casai! (José de Ávila Goulart).

XXIV - Falando a carregar os rr num português meio francês, ninguém dirá que ele é carioca. Dizer-lhe o nome é lembrar uma carta de jogar. Gordo, olhinhos vivos, nariz típico da raça de que ele tem o sangue. Negociante na Avenida da Liberdade. Não pode gostar da Alemanha. Oh! l'Alsace-Lorraine... Católico? Cremos que o templo dele é a sinagoga (A. Haas).

XXV - Coincidências da... fotografia: este, a cavalo, muito firme, lembra Guilherme I da Alemanha. Tipo de alemão, suíças de um branco dourado... Pinta, mas não pinta e nem se pinta. No Rio, pintava magníficas tabuletas: era o rival de Tribiani. Ah! se ele pintasse uma para *A Capital*, ele que aqui tanto vai pintando... (Frederico Steckel).

XXVI - *Un vieux garçon*... aposentado. Moreno, lunetas, bigode branco. Conhece Paris à *merveille* e, na sua distração algo melancólica, canta intimamente a *chanson du vieux temps*. Engenheiro da Comissão, mas prescindiu do *distintivo*, já sabido. Tem andado por Seca e Meca, e acha que Belo Horizonte precisa de pontes e calçadas. *Très bien, mon vieux garçon!*

XXVII - Cá da terra é o rival de S. Pedro: Qu'ê delas as chaves? Baixote, gorducho, de botas, é *enorme*. Se alfacinha ou tripeiro, é o que ele *nã* tem contas a *dari*. No dia em que ele deixar de ser porteiro da Comissão, dizem que montará um armazém de secos e molhados. - *Ao Cartaxo*. Depois disso, será da ordem de *Bela Biçosa* muito digno Sr. *encommendoire*. (José Maria dos Santos Sousa).

XXVIII - Magro como um retirante do Ceará. Simpático, bonzinho, é engenheiro da Comissão. Não faz, nem diz *bernardices*. Mora na Rua do Capão. Acreditai, porém: ele não o é. No rosto barbado e magro parece que se levantou da cama, após grave enfermidade. É um *figo* passado.

XXIX - Magro, testa ampla, bom nariz... Na casa dele - por sinal que bem catita - não há breu: mas há xaropes, tisanas e, em elegante vitrina, essências finas, de que ele até - generoso! - prometeu-me um frasquinho... Kneippista, à hora, porém, em que toda gente está almoçando. Gosta que todos tenham saúde; mas, que diabo! a farmacopéia precisa viver. Sede razoáveis, senhores: Adoecei! Ele tem tanto xarope... (Teodoro Lopes de Abreu).

XXX - Baixo, gorducho, olhos escuros, andar compassado, com um ombro derreado. Faz jardins e nisso é voz geral - mete lanças em... África. Nasceu em França, mas o seu coração é todo pela África. Canta cançonetas e nivela a olho nu. Adora árvores e frutos no exercício de suas funções de organizador de parques... Depois, *la joie de vivre: bon repas, bon gite et le reste* (Paul Villon).

XXXI - Não berra e no entanto toda gente diz que o nome dele é quase um berreiro. Imberbe, tem um nariz que fareja longe os jagunços. Gosta de acrobacia. Vota mesmo certo pendor pela arte das cabriolas, quando que as faz é uma artista. Então, vai até a ginástica... do discurso. Jacobino, dizem que rubro. Patriota do primeiro berro... (Antônio Berredo Lisboa).

XXXII - Que conste, pelo menos, nunca foi à Holanda. Gorducho, baixote, muito risonho. É engenheiro e nosso vizinho. Dizem-no um pachorrento. O seu *embonpoint* promete torná-lo digno da frase de Ortigão: "Todo o homem que se trata, ao fim de certo tempo, cria barriga! Que assim seja (Dr. Inocência de Holanda Lima).

XXXIII - Novato cá na terra. Cabelo curto, barba a Andó. É todo melúrias, delicadezas, curvaturas. Quando anda, parece que valsa. Acha que o Grande Hotel deve ter sempre muitos hóspedes, hóspedes em penca. E ele, todo delicadezas, todo melúrias, todo correto, provará que gerente, ele! (Guilherme Leite).

XXXIV - Logo que a gente o vê, ao cumprimentá-lo, há de, por força dizer que casou. Cabelo curto, olhos vivos, bigodões. Dizem que é muito pachorrento.... Pudera não! Se ele tem a pachorra de ter nome francês e nascer na terra do bom vinho e das cachopas. Empreiteiro, fez a Estação de General Carneiro; agora, vive ali no barracão ao lado do Congresso, onde toda gente que com ele trata ou saúda, não pode deixar de perguntar se ele casou... (Francisco Soucasaux).

XXXV - Alto, magrela, pálido, olhinhos penetrantes sempre velados por uns óculos, se lhe tirassem o pequeno bigode e fizessem-no envergar uma *sotaina*, olé! que perfeito Santo Inácio de Loiola. Mas o diabo do rapaz, ao que consta, não reza, não faz jejum, não consulta os teólogos, não quer figurar depois de *lambido* no catálogo dos bem-aventurados: também não creio que entrará na calderinha do compadre *Botelho*... Palestra um dia, uma noite inteira a caminhar, gesticulando, como mordido pela tarântula, fazendo a gente arrebrantar o sério com aquela *verve* humorística, fina, mordaz, impagável, inesgotável. Caráter nobilíssimo, chefe de

família ultra-extremoso, amigo dedicado até o sacrifício, patriota às direitas e democrata, jornalista de *pulso*, satírico, político intransigente, nenhum interesse próprio lhe tolhe a franqueza e justa apreciação sobre *princípios*. É por isso mesmo um judeu errante, um boêmio, um... *nemo*. – Nota: Este retratinho é publicado na própria seção, mas a pedido do fotógrafo que tirou a careta do patrão (Azevedo Júnior).

XXXVI - Não é tripeiro, mas é do *Porto*... no nome. Fisicamente, louro como um inglês, magrinho, olhos verde-mar. Engenheiro da Comissão. Ao que parece, vê este mundo pelo prisma de “doiradas cores”. Não admira! Casou-se há três meses apenas. O seu coração canta ainda a suave canção do amor... (Dr. Eduardo Porto).

XXXVII - Magrinho, miudinho, sempre de batina. Pastoreia o rebanho do Senhor, e quando vê ovelhas peladas pela tina protestante, ele protesta logo. Aos domingos prega no púlpito da imprensa. Nos dias úteis, de hissope em punho, benze casas, esconjurando o capeta que pode estar escondido atrás da porta (padre Francisco Martins Dias).

XXXVIII - Alfaiate e artista cabeleireiro. Corta cabelos e calças no barracão do Congresso. Gosta que toda gente faça a barba; ele, porém, tem-na toda. Se alfacinha ou tripeiro, ignora-se: o que é certo é que quando veio da *santa terra* já veio de tesoura na mão para tosquiá a humanidade e ir-lhe aos queixos... raspando-os. Como todo barbeiro, há de estar falando sempre (Antônio de Almeida Coutinho).

XXXIX - Moreno, baixote, de botas e chapelete de palha. Não é rei mago, mas tem o nome de um deles. Amável, risonho, bom rapaz e solteiro. Empregado da Comissão. Quase nosso vizinho; mora ali adiante, na República. Não sabemos se é positivista. Pelo menos tem cara disso (Baltazar Marques).³¹³

NOTA

313 RETRATINHOS. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 2, 15, 22, 29 jul., 1897.

NOTÍCIA RESUMIDA DOS TRABALHOS EXECUTADOS
PELA COMISSÃO CONSTRUTORA DURANTE O ANO DE 1897

Antes de passarmos em revista a situação financeira do Estado relativamente à construção da sua nova capital; antes de mostrarmos o verdadeiro custo desta; antes de historiarmos os preparativos feitos para a grande solenidade inaugural e de darmos a descrição completa desta, dedicaremos este capítulo à reprodução, na íntegra, de valioso documento inédito por nós descoberto no Arquivo daquela comissão.

Trata-se de um resumo do último relatório apresentado pelo Dr. Francisco Bicalho ao governo do Estado, trabalho executado pelo então chefe da Contabilidade, Sr. Luís Gomes Pereira e datado de 17 de maio de 1898. Ei-lo:

"INFORMAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA EXTINTA COMISSÃO
CONSTRUTORA, DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1897

I

Administração Central

Secretaria - Foi o seguinte o movimento de papéis entrados; requerimentos, 2.443; cartas, 745; ofícios, 255; memorandos, 671; papéis diversos; 158; no total de 4.272. Foram expedidos: ofícios, 326; cartas, 516; memorandos, 715; circulares, 8; diversos, 41; no total de 1.606.

Novações de contratos - Foram feitas as seguintes: em 23 de setembro de 1897 com os Srs. Zeimer & Cia. para fornecimento de tijolos e cal, referente ao contrato pelos mesmos assinado em 6 de março do ano anterior; em 27 de setembro com o Dr. João Pinheiro da Silva para o fornecimento de manilhas e peças especiais destinadas ao serviço da rede de esgotos.

Rescisão de contrato - Foi rescindido no dia 28 de setembro o contrato firmado em 15 de março do ano anterior com os Srs. Virgílio Machado & Cia., para o fornecimento de cal.

Ajustes - Foram feitos os seguintes ajustes: com o engenheiro José de Jaegher para um portão grande de ferro forjado, dois ditos pequenos, um balcão e duas janelas do mesmo material para o edifício da Secretaria da Agricultura; com o engenheiro João Proença para 2.000 toneladas de carvão de Cardiff; com o engenheiro João Proença, de 156 fogões de tipo n. 1 e 43 do de n. 5; com *The Brazilian Contracts Corporation Limited* o fornecimento do material metálico e acessórios para os trabalhos do abastecimento de água, além de 410 hidrantes e toda a armação metálica para um mercado; com a mesma companhia para o fornecimento de material sanitário destinado ao serviço de esgotos, além de 6 jogos de tarrachas de 1 1/2" e 4", rosca de gás; com o engenheiro João Proença, de material sanitário para os trabalhos de esgotos; com o Sr. Bernardo Mascarenhas, do material para a instalação de luz elétrica; com os Srs. Vieitas & Cia. para o fornecimento de 217 vidros de duas grossuras e 38 de cores; com os Srs. Boher & Cia., de uma cerca de arame para o perímetro do Parque; com os Srs. Doux & Ferreira e Monteiro & Cia., para o fornecimento de tapeçarias, reposteiros e outros objetos de ornamentação destinados aos edifícios públicos; com a *The Brazilian Contrats Corporation Limited*, de 700 tubos de ferro fundido; com os Srs. Emanuele Cresta & Cia., de mosaicos de madeira; com o Sr. A. Teixeira Rodrigues para a construção de uma capela no cemitério; com o engenheiro José de Jaegher para fornecimento de material metálico destinado ao necrotério.

II

Almoxarifado - O movimento desta seção foi o seguinte:

Valor dos objetos que passaram do ano anterior	357:058\$179
<i>Idem</i> dos objetos entrados durante o ano	4.119:088\$370
<i>Idem</i> dos objetos devolvidos pelas Divisões	<u>66:372\$108</u>
Soma	4.542:518\$657
Valor dos objetos saídos	<u>4.459:595\$248</u>
Existência em 31 de dezembro.....	82:923\$409

III

Iluminação elétrica - Foi construída no ribeirão dos Arrudas uma represa, no lugar denominado Freitas, para a utilização da força motriz, fornecida pela água do mesmo ribeirão. Da represa a água dá movimento por meio de uma calha a capacidade de 1.200 litros por segundo, e de um encanamento de aço de 1 m de diâmetro e 412 de comprimento, a uma turbina da força de 400 cavalos efetivos.

A usina está montada com máquinas aperfeiçoadas, sistema Westinghouse, calculada para desenvolver 300.000 *wats* a 400 *volts* de pressão. A turbina está ligada diretamente a um dínamo que desenvolve 400 cavalos de corrente alternativa de duas fases, produzindo 750

ampéres e 400 volts. A corrente da máquina geradora passa em 6 grandes transformadores, que elevam a pressão de 400 *volts* para 4.000 e é conduzida à estação central de distribuição, situada no quarteirão 32, seção IV, por 3 cabos de cobre pesando 300 gramas por metro corrente, com o percurso de 5.735 m. Os cabos são apoiados sobre 165 postes de ferro, com cruzetas de madeira e isoladores de vidro.

Na estação central de distribuição estão os aparelhos aperfeiçoados para medir a pressão e a quantidade de corrente que alimenta os dois circuitos da iluminação pública. Antes de ser feita a distribuição dos circuitos da cidade, a corrente é de novo transformada para 2.000 *volts* e distribuída por 400 lâmpadas de 32 velas em 42 km de fio de cobre, sobre 882 postes de ferro, sendo o circuito dividido em 20 séries de 20 lâmpadas cada uma.

Para a iluminação do Palácio Presidencial e das secretarias as lâmpadas são de 10, 16, 32 e 1.000 velas. Para a iluminação das ruas e edifícios públicos a turbina funciona com força de 102 cavalos e a estação distribuidora com 72.287 *wats* ou 96.9 cavalos, perdendo cerca de 5%, devido à resistência dos cabos e transformadores.

Caso a força de 400 cavalos possa ser mantida, e isso depende de volume de água na máxima estiagem, se poderá contar para toda a cidade com 2.000 lâmpadas de 16 velas para particulares e 1.200 de 32 para o serviço de iluminação das ruas.

Foram construídas no Freitas os seguintes edifícios: uma casa para funcionamento da usina, uma dita para o administrador da mesma e duas ditas para operários. O edifício onde funciona a estação central de distribuição foi feito pela 6ª Divisão.

IV

Oficinas de carpintaria - Estas oficinas continuaram a prestar serviços de acordo com as instruções expedidas em 23 de julho de 1896. A despesa durante o ano de 1897 foi de 753:594\$108 e a receita, compreendendo os serviços feitos para as diversas Divisões e particulares, consta do seguinte quadro.

DIVISÕES	MATERIAIS	SERRARIA	OFICINAS DE CARPINTARIA	TOTAL
1ª	22:278\$954	4:669\$967	6:518\$389	33:467\$310
3ª	7:086\$813	212\$959	2:561\$845	9:861\$617
5ª	13:929\$894	1:055\$328	1:594\$365	16:579\$587
6ª	6:401\$692	1:193\$239	1:338\$533	8:933\$462
7ª	166:176\$266	84:845\$842	124:407\$234	375:429\$342
8ª	22:128\$976	1:652\$976	4:571\$591	28:353\$432
9ª	13:485\$043	1:284\$963	3:102\$635	17:890\$641
10ª	187:318\$270	53:750\$104	40:348\$781	281:417\$155
Somas particulares	438:805\$797 53:773\$817	148:665\$378 12:601\$078	184:461\$373 3:936\$823	771:932\$548 70:311\$718
Total	492:579\$614	161:266\$456	188:398\$196	842:244\$266

1ª DIVISÃO

A 1ª Divisão esteve a cargo do Dr. Francisco Bicalho, engenheiro-chefe e se bem que os trabalhos de electricidade a ela estivessem directamente afetos, contudo algumas Divisões executaram também detalhes deste serviço. A despesa feita com a referida Divisão foi a seguinte:

Administração.....	101:264\$144
Biblioteca	1:474\$075
Despesas gerais.....	308\$000
Objetos para escritório.....	2:204\$283
Almoxarifado	30:201\$716
Portaria.....	8:204\$750
Litografia	1:360\$700
Iluminação eléctrica.....	<u>882:572\$832</u>
Soma:.....	1.027:590\$500

2ª DIVISÃO

Esta Divisão, dirigida pelo Sr. Luís Gomes Pereira, tem a seu cargo os trabalhos de contabilidade, escrituração, verificação das quantias que contêm as folhas de medição enviadas pelas outras divisões, assim como dos respectivos certificados, além de outros documentos a processar e verificar, referentes ao débito e crédito da Comissão. A despesa com ela feita consta do seguinte quadro:

Administração.....	51:887\$922
Utensílios.....	220\$000
Objetos para escritório.....	1:000\$650
Despesas gerais.....	<u>197\$875</u>
Soma.....	53:306\$447

O anexo A demonstra a receita e a despesa da Comissão Construtora durante o ano.

3ª DIVISÃO

Esta Divisão, encarregada dos serviços municipais, teve como chefe o Dr. Adalberto Ferraz e os serviços que executou vão abaixo discriminados:

I - *Venda de lotes* - Foram vendidos durante o ano de 1897 os seguintes lotes: urbanos,

202; suburbanos, 54, no total de 256. A importância da venda atingiu a soma de 226:477\$013.

II - *Expedição de títulos* - Foram expedidos os títulos dos seguintes lotes: de funcionários públicos - urbanos, 119; suburbanos, 6, somando 125; de proprietários em Ouro Preto - urbanos, 75; suburbanos, 15, somando 90; de ex-proprietários em Belo Horizonte - urbanos, 18, perfazendo o total de 233 lotes.

Permutas - Foram efetuadas permutas de 58 lotes do Estado por 72 de particulares, havendo em favor do primeiro uma diferença de preços da importância de 9:976\$619.

Plantas - Foram apresentadas e aprovadas 254 plantas correspondentes a 262 prédios, destinados a serem construídos na zona urbana e 82 plantas, correspondentes a 112 casas para serem construídas na zona suburbana. Foram expedidos 262 alvarás de licença para a construção de 262 prédios na zona urbana e 112 relativos a esse mesmo número de casas na zona suburbana.

Matadouro - Durante o ano foram abatidas 2.884 reses com o total de 334.670 quilos, 10 carneiros com o peso de 132 quilos e 84 porcos pesando 5.281 quilos. A receita importou em 20:503\$600.

Limpeza pública - Procedeu-se à limpeza em 116 quarteirões da zona urbana e ruas adjacentes, sendo assim distribuído o serviço segundo as seções: 1ª seção, 32 quarteirões; 2ª seção, 28 quarteirões; 3ª seção, 20 quarteirões; 4ª seção, 27 quarteirões; 5ª seção, 8 quarteirões 6ª seção, 1 quarteirão. O lixo recebido foi removido ou queimado segundo a sua natureza. A remoção diária do mesmo foi feita com toda a regularidade.

Como meio de prevenir a hidrofobia, em virtude da existência de muitos cães vadios, para a matança dos mesmos, foram empregadas 1.850 bolas de estriquinina.

Tratou-se de dar escoamento às águas estagnadas existentes em vários pontos da cidade, além de outras medidas sanitárias aconselhadas pela higiene.

Procedeu-se à limpeza, desinfecção e pintura do barracão que era destinado a receber imigrantes, o qual passou a servir de alojamento provisório ao batalhão da brigada policial que está na cidade.

Extinção de formigas - Foram extintos 32 formigueiros em diversos pontos da cidade pelo processo Bataillard, tendo sido gastos para o mesmo fim 32 latas de formicida.

Demolições - Foram demolidas 24 casas e cafuas pertencentes ao Estado, sendo recolhido a depósito todo o material aproveitável. Procedeu-se igualmente à demolição da antiga Igreja do Rosário.

Licenças - Foram concedidas 1.258 licenças para a construção de cafuas e barracões diversos.

Multas - Efetuou-se a cobrança de 88 multas por infração de editais e regulamentos, produzindo para os cofres públicos a renda de 1:286\$000.

Extinção de incêndios - Em vista da grande quantidade de madeira, quer bruta, quer aparelhada, existente nas oficinas de carpintaria e serraria, que funcionavam em barracão de madeira, podendo, em vista disso, apesar da vigilância diurna e noturna, originar-se algum

incêndio, foram, como meio preventivo, compradas ao Corpo de Bombeiros da Capital Federal duas bombas sistema Metry Weather & Sons para serem manobradas à mão, as quais se acham em depósito anexo às mesmas oficinas.

As despesas realizadas com esta divisão atingiu a verba abaixo especificada:

Escritório	2:341\$000
Utensílios	393\$000
Extinção de incêndios.....	7:204\$700
Imigração	10:500\$600
Iluminação pública.....	4:701\$675
Assistência pública.....	6:171\$180
Despesas gerais	1:240\$403
Matadouro	18:502\$056
Lazareto	699\$200
Cemitério provisório.....	1:162\$000
Administração	47:046\$382
Abastecimento de água provisório.....	1:386\$000
Serviços diversos.....	20:161\$889
Conservação de ruas, etc.....	9:247\$825
Objetos de consumo	3:424\$970
Observatório meteorológico	999\$550
Extinção de formigueiros.....	3:063\$200
Livros, revistas e plantas.....	10:000\$000
 Soma	 148:245\$630

4ª DIVISÃO

Esta Divisão esteve a cargo do Dr. Manuel da Silva Couto, ocupando-se com a verificação dos cálculos de medição e organização das respectivas folhas de pagamento das diferentes Divisões. Executou também vários cálculos, projetos e desenhos destinados às mesmas Divisões. No arquivo confiado a esta Divisão existem livros escriturados, cadernetas e plantas de vários projetos que foram estudados. A despesa com ela efetuada foi a seguinte:

Administração.....	33:582\$387
Escritório	176\$300
 Soma	 33:750\$687

5ª DIVISÃO

Ao Dr. Prado Lopes foi afeta a direção desta Divisão, que tem por fim o serviço do tráfego, lomoção e conservação, não só do ramal férreo que de Minas se dirige a General Carneiro, como ainda de várias linhas que foram construídas para transporte de materiais ao local dos serviços em execução. A extensão total das linhas em tráfego é de 41.773 m, sendo:

Ramal propriamente dito	14.800 m
Linhas de serviço:	
Carapuça	1.706 m
Hermilo Alves	887 m
Palácio	2.240 m
Calcário	5.400 m
Reservatório	1.500 m
Congresso	850 m
Quartel	1.700 m
Mercado	1.200 m
Linch	1.000 m
Viação	1.300 m
Morro das Pedras	9.000 m
Nova imprensa	200 m

Obras executadas - Além da Estação de General Carneiro totalmente construída e já funcionando, foram construídas casas para os agentes de General Carneiro e Minas, armazém em Minas, abrigo das máquinas, casas de turma em General Carneiro, Freitas e entre Cardoso e Minas, postos em Marzagão, Freitas e Cardoso, no ramal; nas linhas urbanas os postos do Congresso, Mercado, Palácio e Calcário.

Continua a funcionar prestando bons serviços a oficina montada em General Carneiro, que tem todos os elementos necessários para a reparação do material.

O serviço continua a ser feito com 6 máquinas, sendo 4 tipo Consolidation e 2 de passageiros. A conservação da linha foi feita com toda a regularidade, assim como a vigilância. Estes trabalhos compreenderam nivelamento, lastro com terra e areia, macadamização do leito, assentamento de trilhos e desvios, preparo do leito, roçada, capina, abertura e valetas, desobstrução das mesmas, substituição de dormentes e postes, reforços de aterros, alargamento de cortes e outros trabalhos de reparação tendentes à conservação da linha.

Acha-se montado no lugar denominado Cardoso um britador para preparo do macadame.

O material empregado no serviço das máquinas consta do seguinte quadro:

MESES	CARVÃO QUILOS	GRAXA QUILOS	ESTOPA QUILOS	ÓLEO DE BANHA LITROS	ÓLEO PARA CILINDROS LITROS	QUEROSENE LITROS	TIJOLOS DE POLIR UNIDADE
Janeiro	131.320	525,5	213	522	-	31	8
Fevereiro	120.460	432,5	228	439	-	29	6
Março	138.860	507	285,5	526	-	45	6
Abril	129.780	547	289	571	-	49,5	8
Maió	153.900	579	232	619	-	55,5	6
Junho	205.040	525,5	307	597,5	-	50	6
Julho	249.700	566,5	286,5	588	-	79	8
Agosto	274.340	541,5	233,5	538	6	74	6
Setembro	270.340	481	308	580	18	96	4
Outubro	288.900	218,5	333	531	400	86	6
Novembro	267.280	584	300	175	467	60	8
Dezembro	272.100	633	321	226	401	72,5	5
Total	2.502.020	6.141	3.336,5	5.912,5	1.292	737,5	77

A despesa com essa Divisão atingiu a cifra de 1.621:980\$097, sendo propriamente com o ramal 952:389\$375 e o excedente empregado em serviços a ela relativos. O anexo B dá o quadro demonstrativo da receita e despesa do ramal durante o ano.

6ª DIVISÃO

Esta Divisão, dirigida pelo Dr. Bernardo Figueiredo, teve a seu cargo todos os trabalhos relativos ao arruamento, demarcação, pontes, movimento de terra e outros importantes.

Calçamento - O sistema de calçamento até agora empregado é o conhecido sob a demonstração de *Macadame* e durante o ano a superfície macadamizada elevou-se a 32.900 m², distribuídos pelas ruas 9, 32, Avenidas Afonso Pena, Liberdade, e praças da Estação e da Liberdade.

Canalização do córrego Acaba-Mundo - No trecho da Avenida Afonso Pena, tarefa entregue ao engenheiro Francisco Feio, a extensão trabalhada foi de 392 m correntes, correspondendo aos seguintes volumes de escavação e mão-de-obra: escavação em diversas categorias 2.659,916 m³; alvenaria de pedra com argamassa de cimento e areia 424.189 m³. No trecho referente à Rua 12, tarefa do coronel Manuel Lopes de Figueiredo, a extensão trabalhada foi de 554,38 m, correspondendo aos seguintes volumes de escavação e mão-de-obra: escavação em diversas categorias, 5.715,792 m³; alvenaria de pedra com argamassa de cimento e areia, 1.916,319 m³.

Demarcação - Foram completamente demarcadas as ruas e lotes de 1ª, 6ª e 8ª seções suburbanas e uma parte da 2ª.

Pontes - A ponte artística sobre o ribeirão dos Arrudas na Avenida Tocantins tem pronta toda a parte que se refere a alvenaria, estando concluído também o assentamento do estrado, apenas faltando a colocação do gradil. Foi construído um pontilhão em arco na Avenida G sobre o córrego Acaba-Mundo, fazendo-se também uma ponte de madeira sobre o ribeirão dos Arrudas no lugar denominado "Saco", ligando a 2ª seção suburbana à 6ª, uma pequena ponte de ferro sobre o canal do Acaba-Mundo, além de trabalhos feitos na Ponte Davi Campista.

Está quase concluído o edifício do necrotério e ficaram completamente concluídas não só a casa destinada ao zelador do cemitério, como também o barracão feito na Praça do Mercado para abrigo das tropas e dos carros vindos de vários pontos com destino à cidade e o edifício destinado à estação central de distribuição de eletricidade, o qual, começando em 10 de maio, ficou pronto para funcionar em 1º de dezembro.

Parque - Os serviços do parque continuaram com atividade, achando-se preparada a zona do mesmo compreendida pelas Avenidas Afonso Pena e Tocantins. Foram feitas duas cascatas, represas, uma ponte rústica, dois grandes lagos, além de outros trabalhos de ornamentação. As alamedas e ruas nesse espaço acham-se regularmente traçadas, tendo-se começado a fazer o plantio de árvores, existindo para esse fim cerca de 20 mil mudas de plantas escolhidas.

Foram também colocados os postes para a iluminação elétrica.

A despesa com a Divisão foi a seguinte:

Administração.....	23:473\$535
Ponte Davi Campista	4:250\$518
Utensílios de campo.....	5\$000
Escritório.....	111\$600
Serviços diversos.....	501\$000
Parque e jardins.....	187:107\$292
Canal do Acaba-Mundo	41:924\$739
Avenidas e ruas.....	355:446\$659
Luz elétrica.....	38:319\$216
Ponte artística (Avenida Tocantins).....	27:275\$565
Cemitério Municipal.....	<u>90\$000</u>
Soma.....	678:505\$124

7ª DIVISÃO

Não tendo esta Divisão remetido as notas do serviço que executou, só é possível dar o quadro da despesa com ela efetuada, fornecida pela Contabilidade, e que é o seguinte:

Palácio e Secretarias	117:879\$572
Pedreira Acaba-Mundo	1:377\$000
Utensílios de campo	1:645\$100
Administração.....	41:943\$192
Antiga Imprensa Oficial	144:489\$115
Escritório.....	1:394\$700
Congresso.....	32:274\$805
Nova Imprensa Oficial	105:073\$654
Ginásio	128:491\$966
Quartel.....	110:216\$242
Escola	56:750\$019
Capela	29:390\$804
Eletricidade	1:994\$875
Secretarias	905:497\$994
Serviços diversos	109:395\$350
Palácio presidencial	<u>357:518\$913</u>
Soma.....	2.152:333\$301

8ª DIVISÃO

Ao Dr. Ludgero Dolabela foi confiada a direção desta Divisão, que tratou de continuar com toda a regularidade os serviços de abastecimento de água.

Canalização - O serviço de abertura de valetas e assentamento de tubos de ferro foi dado aos seguintes tarefeiros:

Alfredo Arduini, tarefa do trecho compreendido entre a Avenida Afonso Pena e o novo cemitério - encanamento de 0,05, 1.000 m.

Agostinho Martini, tarefa das ruas 10, 14, 16, 19, 29 e 43 e avenidas J, L, M e N - encanamentos de 0,5, 252 m; de 0,062, 576 m; de 0,075, 295 m; de 0,15, 400 m, somando 1.522 m.

Antônio Magliocco, tarefa da Rua 8 e Avenida Afonso Pena - encanamento de 0,062, 140 m; de 0,20, 50 m, somando 190 m;

Leonardo Gutierrez, tarefa nas ruas 22 e 23 - encanamento de 0,20, 1.000 m;

Malbino Pereira da Costa, tarefa nas Ruas 9, 27, 29, 35 e Praça da Liberdade - encanamento de 0,05, 680 m; de 0,125, 381 m, somando 1.031 m;

João Panerone, tarefa nas Ruas 29, 34 e Avenida J - encanamento de 0,05, 135 m; de 0,062, 112 m; de 0,15, 36 m, somando 283 m;

Juan Munaz Carrion, tarefa nas Ruas 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 21, 27, 31, 41, 43, do Chumbo, Grão Mogol, Lavras, prolongamento da 14, Avenida G e matadouro - encanamento de 0,05, 2.673,70 m; de 0,062, 4.288,50 m; de 0,075, 1.976 m; de 0,10, 1.120 m; de 0,125, 750 m, somando 10.808,20 m;

José Paulo de Medeiros, tarefa da caixa do Palácio à Avenida V, Ruas 22, 26, Avenidas Afonso Pena e Z - encanamento de 0,30, 2.581 m; de 0,20, 780 m, somando 3.361 m;

Miguel Francisco, tarefa nas Ruas 6, 10, 11, 12, 13, 22, 26, 27, 29, 31, 33, 35; da Rua 22 à caixa de quebra do Cruzeiro; da mesma rua à caixa do Palácio; Avenidas A, E, H, J, M, O, Q; do reservatório da Serra à caixa de quebra do Cruzeiro; avenida do Contorno e espaço compreendido entre as secretarias - encanamento de 0,50, 2.903 m; de 0,062, 1.231 m; de 0,10, 869,75 m; de 0,075, 420 m; de 0,125, 606,50 m; de 0,15, 1.732 m; de 0,20, 1.435 m; de 0,30, 335 m, somando 9.632,25 m.³¹⁴

Linha do Cercadinho - Essa linha que parte da caixa de areia do Cercadinho e vem terminar nas proximidades do reservatório principal, é dupla em toda a sua extensão, tendo o diâmetro de 0,40 até a boca jusante do túnel e o de 0,35 daí até às proximidades do reservatório. O tarefeiro desse serviço foi o Sr. Leonardo Gutierrez e a extensão assentada durante o ano foi a seguinte: encanamento de 0,40, 3.690 m; *idem* de 0,35, 3.058 m somando 6.748 m. O total da canalização de ferro assentada durante o ano de 1897 eleva-se a 35.575,45 m e a de chumbo a 6.060 m precisamente.

Túnel - Ficou terminada no dia 31 de dezembro a perfuração do túnel, que mede de boca a boca, 350,20 m, não tendo havido diferença apreciável no encontro das duas galerias de avançamento. Continua em execução o serviço de revestimento na parte da galeria aberta em xisto desagregável.

Caixa de areia do Cercadinho - Está terminada a construção desta caixa de depuração, a qual tem capacidade suficiente para conter 677.500 litros, tendo a água pela disposição da mesma um percurso de 150 m com uma velocidade de **1 m em 40 segundos**. Esta caixa acha-se ligada à represa por uma calha descoberta de alvenaria de pedra, com seção retangular, tendo de comprimento 71 m.

Reservatório principal - O reservatório principal de distribuição acha-se situado na encosta do Ilídio e as águas da linha de sifão do Cercadinho, são lançadas no mesmo da altura de 14 m, por meio de uma cascata em degraus, entrando no reservatório na cota 938.000. Este serviço não se acha concluído, tendo sido feita até 31 de dezembro a seguinte quantidade de obra: escavação, 469.105 m³; terras desmoronadas, 914.648 m³; alvenaria de pedra, 2.296.778 m³; descarga de pedras, 249.225 m³. A tarefa de sua construção foi dada ao engenheiro Oscar Trompowsky Leitão de Almeida. Ficaram concluídas também a caixa de

quebra do Cruzeiro e as coberturas para o reservatório do Cruzeiro e a caixa de quebra do Palácio. Foram feitas ligações para edifícios públicos, casas de funcionários públicos, casas particulares e construções diversas, utilizando-se não só as linhas de abastecimento definitivo como as do provisório. As despesas feitas com a Divisão foram as seguintes:

Serviços diversos.....	7:783\$775
Objetos de consumo	665\$234
Utensílios de campo.....	49\$500
Administração.....	24:844\$095
Escritório.....	1:195\$250
Abastecimento provisório.....	11:764\$050
Abastecimento definitivo.....	<u>1.044:800\$338</u>
Soma.....	1.091:102\$242

9ª DIVISÃO

Esta Divisão, também a cargo do Dr. Ludgero Dolabela, ocupou-se com o serviço da rede de esgotos, regime de rios e outros trabalhos relativos à engenharia sanitária. A totalidade de serviços feitos até 31 de dezembro em coletores de alvenaria de tijolo com argamassa de cimento e areia, interiormente rebocados, compreende a extensão de 5.252 m. Destes coletores, o maior de forma oval e tipo VI, tem de abertura 1,60 m e de altura interno no eixo 2,07m; e o menor de seção circular e tipo XV tem de abertura e altura interna no eixo 0,500.

Para se vencer a excessiva declividade do terreno em alguns pontos, conservando a quantidade de aterro conveniente sobre as galerias, de modo a não dificultar as ligações com os prédios e as linhas de manilhas, foi necessário estabelecer-se degraus, fazendo-se, em seguida a estes, câmaras retangulares, de alvenaria de pedra, com abertura em abóbada de alvenaria de tijolo. Acha-se também concluída uma calha de alvenaria de pedra com argamassa de cimento e areia, tendo o comprimento de 130 m e a seção retangular útil de 1,70x0,8 internamente rebocada, a qual descarrega o emissário do Parque, que coleta a parte alta da cidade no

Para a drenagem da parte baixa, foi construído um grande emissário tendo até certa distância a abertura de 1,40 m e altura interna no eixo de 1,81 m tipo VII oval, e depois, até o lugar da descarga, que ainda não se acha pronto, a abertura de 1,60 m e a altura interna no eixo de 2,07 m, tipo VI oval. Foram e continuam a ser assentadas nos diversos pontos da rede, sempre que as faz sentir a necessidade, caixas de descarga automáticas e não automáticas (*flushing-tanks*), sistema Douton. Os ventiladores são munidos de tampões de ferro gradeado e do mesmo modo os poços de inspeção (*man-boles*). Estes últimos possuem um balde de folha de ferro, destinado a reter os detritos que as enxurradas possam transportar.

Instalações sanitárias completas foram feitas no Palácio Presidencial, secretarias, repartição de Polícia, casas dos secretários e do chefe de Polícia e em muitas outras dos funcionários públicos. Nestas instalações foram assentadas latrinas dos tipos Cardinal, Unitas, Zone, Adamant, mictórios Rouge e Adamant, além de banheiros, lavabos, pias, bidês de porcelana e caixa de descarga Hopkins & Causer. Foram feitas pelas circunstâncias topográficas algumas obras de arte na construção dos coletores, dentre as quais figuram como principais três passagens sobre o córrego do Acaba-Mundo, duas sobre o córrego do Capão, uma sobre o ribeirão dos Arrudas e duas à margem direita do Canal Arrudas, no trecho compreendido entre a praça da Estação e a Avenida Tocantins, finalmente outra na Rua Rio de Janeiro. A quantidade de obra feita durante o ano consta dos seguintes quadros:

I

Designação	Unidade	Quantidade
Alvenaria de tijolo em arco		
Tipo VI	m ³	1.986.238
Tipo VII	"	1.532.422
Tipo VIII	"	576.277
Tipo IX	"	213.743
Tipo X	"	343.945
Tipo XI	"	48.521
Tipo XII	"	125.755
Tipo XIII	"	56.194
Tipo XIV	"	92.134
Tipo XV	"	23.143
Alvenaria de pedra com argamassa	"	1.375.864
Alvenaria comum de tijolo	"	284.223
Alvenaria de pedra seca	"	88.910
Pedra britada	"	272.690

II

Designação	Unidade	Quantidade
Concreto	m ³	139.451
Reboco	m ²	19.061.66
Escoramento (terreno vasoso)	"	
Escoramento (terreno não-vasoso)	"	1.948.40
Rejuntamento	"	86,74
Aparelho grosso de picão	"	61,55
Lastro de pedra seca	"	104,98
Ferro em obra	quilo	715
Aterro feito com terra depositada	m ³	11.443.767
Aterro feito com material escavado	"	32.500

O cálculo da escavação foi feito por meio de tabelas organizadas pelo Dr. engenheiro-chefe, as quais dão imediatamente o preço de metro corrente da escavação, em função da largura e profundidade da cava.

O preço total foi o seguinte:

Para escavação em terra seca.....	24:502\$337
Para escavação em terra molhada.....	869\$350
Para escavação em pedra solta	8:517\$510
Para escavação em vasa	8:422\$972
Para escavação em rocha	9:980\$933
Soma.....	52:293\$102

Foram tarefeiros desse serviço os engenheiros Hermilo Alves e Francisco Feio.

Canalização de manilhas – Durante o ano foram assentadas manilhas de vários diâmetros na extensão total de 3.920 m. Nas juntas das diversas linhas são sempre feitos poços de visita.

A Divisão teve também a seu cargo a construção de três ramais, o primeiro partindo da Praça do Mercado à pedreira do Morro das Pedras, o segundo, da mesma praça à pedreira da Viação e o terceiro partindo também da linha que vai à pedreira do Acaba-Mundo e terminando no local em que se acha o reservatório principal, os quais comportaram vários serviços.

Canal Arrudas - O revestimento das paredes desse canal, compreendendo uma calçada de 2 m de largura sobre o leito, ficou trabalhado em uma extensão de 430 m, não estando, porém, completamente pronto o referido trecho. A despesa efetuada com a Divisão foi a seguinte:

Despesas gerais	10\$800
Pedreira do Morro das Pedras (ramal)	8:062\$025
Pedreira da Viação (ramal)	4:400\$807
Administração.....	29:527\$890
Serviços diversos.....	5:978\$500
Ramal férreo do reservatório principal.....	3:475\$575
Escritório.....	960\$900
Canal do Arrudas	68:658\$765
Esgotos	1.200:824\$406
Soma.....	1.321:899\$668

10ª DIVISÃO

Esta Divisão teve como chefe o Dr. Bernardo de Figueiredo, que foi encarregado da construção das casas para os funcionários públicos. O quadro abaixo indica o serviço feito durante o ano pela referida Divisão.

TIPO DAS CASAS	CONCLUÍDAS	EM PINTURA	ATRASADAS	TOTAL
A	19	6	28	53
B	32	15	18	65
C	14	13	10	37
D	8	10	4	22
E	3	3	7	13
F	7	1	1	9
F2	1	-	-	1
Soma	84	48	68	200

A coluna denominada "Em pintura" quer dizer casas que já estavam com esse trabalho começado, ou prontas para recebê-lo. A coluna intitulada "Atrasadas" compreende as casas que estavam com serviços de pedreiros e carpinteiros. Destas, uma de tipo C estava apenas em fundações. Ficaram prontos 4.300 m² de passeios de lajes ou pedra plástica. Uma casa das de secretários e a do chefe de Polícia foram entregues; uma outra das de secretários estava quase terminada e a terceira ainda recebendo alvenaria. Em todas estas faltavam ainda obras acessórias como cocheiras, lavanderias, etc. Esta Divisão teve também a seu cargo os trabalhos do Cemitério Municipal, bastante adiantados. A despesa com ela feita foi a seguinte:

Escritório.....	996\$350
Cemitério Municipal.....	20:936\$366
Serviços diversos.....	5:401\$400
Administração.....	43:379\$981
Casas para funcionários públicos.....	1.481:707\$569
Eletricidade	1:041\$875
Soma.....	1.553:463\$541

Anexo A

Comissão Construtora da Nova Capital do Estado de Minas Gerais. Balanço 1897

Verbas	Importâncias
<i>Receita</i>	
Saldo em 1896.....	3:043\$615
Imposto de selo - arrecadação.....	4:070\$000
Eventuais - receitas diversas.....	51:441\$366
Multas - receitas diversas.....	2:264\$392
Almoxarifado - vendas.....	78:955\$315
<i>Transporte</i>	139:774\$688
Transportes.....	6:711\$969
Aluguéis de imóveis.....	50:550\$730
Reposições - receitas diversas.....	52:574\$037
Telégrafo - renda Ramal e Central.....	872\$968
Cauções e depósitos.....	54:387\$939
Ramal Férreo - renda Ramal e Central.....	700:294\$432
Lotes urbanos - renda.....	167:497\$436
Matadouro - renda.....	20:094\$000
Imposto de indústrias e profissões.....	80\$000
Lotes urbanos - renda.....	46:046\$605
Telefone - renda.....	1:353\$320
Oficinas de carpintaria - renda.....	9:208\$020
Imposto estadual - arrecadação.....	43:311\$321
Secretaria da Agricultura.....	9.402:000\$000
Soma.....	10.694:757\$465

Despesa:

Despendeu-se durante o ano, conforme os documentos

n. 5.218 a 7.863.....	10.567:135\$859
Saldo para 1898.....	127:621\$606

Contabilidade, 17 de maio de 1898. Luís Gomes Pereira ³¹⁵

NOTAS

- 314 Rua seis (6) - Maranhão; Rua oito (8) - Piauí; Rua nove (9) - Caetés; Rua dez (10) - Ceará; Rua onze (11) - Tupinambás; Rua doze (12) - Paraibuna (apenas um trecho da antiga Paraibuna), atual Prof. Moraes; Rua treze (13) - Carijós; Rua quatorze (14) - Rio Grande do Norte; Rua dezesseis (16) - Paraíba; Rua dezoito (18) - Pernambuco; Rua dezenove (19) - Goitacazes; Rua vinte e um (21) - Pe. Rolim; Rua vinte e dois (22) - Sergipe; Rua vinte e três (23) - Guajajaras; Rua vinte e seis (26) - Bahia; Rua vinte e sete (27) - Aimorés; Rua vinte e oito (28) - Rua Espírito Santo; Rua vinte e nove (29) - Bernardo Guimarães; Rua trinta e um (31) - Gonçalves Dias; Rua trinta e dois (32) - São Paulo; Rua trinta e três (33) - Cláudio Manoel; Rua trinta e quatro (34) - Curitiba; Rua trinta e cinco (35) - St^a Rita Durão; Rua trinta e sete (37) - Inconfidentes; Rua quarenta e um (41) - Tomé de Souza; Rua quarenta e três (43) - Antônio Albuquerque - Rua Ramal, atual Conselheiro Rocha. Avenidas: B - Contorno; E - Amazonas; G - Brasil; H - Paraúna, atual Getúlio Vargas; J - Comércio, atual Santos Dumont; L - Carandaí; M - Paraibuna, atual Bernardo Monteiro; (trecho maior da antiga Paraibuna); O - Paraná; Q - São Francisco, atual Olegário Maciel; V - Paraopeba, atual Augusto de Lima; Z - não identificada como avenida e sim como Rua Goiás.
- 315 MHAB. Documentos diversos, 1897.

MOVIMENTO FINANCEIRO RELATIVO À CONSTRUÇÃO
DA NOVA CAPITAL - O CUSTO DESTA

ntes de chegarmos ao termo final deste despretensioso trabalho, com a narrativa dos acontecimentos das vésperas e das grandes festividades inaugurais da cidade, passaremos um golpe de vista sobre a face financeira do grande esforço de Minas na construção da sua nova capital.

“Nenhuma tarefa mais pesada cabe ao governo do que essa de dar execução à Lei constitucional n. 3, de 17 de dezembro de 1893” – salientava o Dr. Francisco Sá, secretário da Agricultura, em seu relatório apresentado ao Sr. presidente Bias Fortes, em maio de 1897 e referente ao ano anterior. E prosseguia:

“Fixando a mudança da capital para Belo Horizonte e a realização das obras indispensáveis à instalação do governo no brevíssimo prazo de quatro anos, dir-se-ia teve o legislador constituinte o intuito de pôr à difícil prova, a energia e a capacidade de trabalho daqueles a quem fosse cometido o colossal empreendimento.

Pois bem: já se pode afirmar, com segurança, que a lei será literalmente cumprida; e tudo está disposto para que, no prazo constitucional, fique efetuada a mudança da sede do governo.

A grande obra compreende: custoso movimento de terras para o traçado e nivelamento das ruas; construção de um ramal férreo ligando a nova cidade à Estrada de Ferro Central do Brasil, com primorosa estação de entroncamento, estações secundárias, casas para turmas e agentes, oficina de reparação, etc., e uma rede de viação urbana para transportes de materiais de construção; construção de cinco edifícios públicos para Palácio da Presidência, Secretarias do Interior, Finanças, Agricultura e Polícia; iniciação de outros para o Congresso, Palácio da Justiça, Imprensa Oficial, Quartel, Ginásio, Escolas; construção de uma capela, serviços de abastecimento de água, esgotos, iluminação e ajardinamento, afora os trabalhos preparatórios de estudos, desapropriação, levantamento topográfico e geodésico; essa obra imensa está quase concluída em sua parte essencial e grandemente adiantada na restante.

Pode bem avaliar o esforço que tamanho resultado exigiu quem não ignorar que só em

março de 1896 tiverem iniciação regular as obras de construção, tendo sido as que começaram em fins de 1895 quase completamente interrompidas nos primeiros meses do ano findo e quem for capaz de avaliar as dificuldades de toda ordem que embaraçaram os progressos da construção, no período exatamente em que podiam estes ter maior impulso.

Justos louvores cabem, portanto, ao operoso pessoal da Comissão Construtora e particularmente ao digno engenheiro, Dr. Francisco de Paula Bicalho, a quem devo especial agradecimento pelo auxílio inteligente e patriótico que prestou ao governo em tarefa tão ouriçada de asperezas, dificuldades, contrariedade e dissabores.

Na superintendência dos trabalhos, à ação do governo tem presidido o pensamento de restringi-lo ao essencial para a instalação da capital, reservando ao futuro e quiçá aos poderes locais a execução de melhoramentos urbanos que serão necessários e dando menor desenvolvimento a alguns grandes edifícios, de mais custosa arquitetura e cuja construção lucrará assim em economia e perfeição.

Com esse pensamento, duas vezes, desde 1895, foram reduzidos os quadros do pessoal técnico e administrativo, sendo para assinalar-se que com a diminuição pela metade, dos gastos da administração, nenhuma restrição houve na massa de trabalhos que cumpria executar.

Três créditos consignou o Poder Legislativo para as obras da nova capital: o 1º, de 5 mil contos, em 1893; o 2º, de 10 mil contos, em 1895; o 3º, de 10 mil contos, em 1896. Comparada a soma com as despesas realizadas por conta deles até a presente data (maio de 1897), tem-se:

Créditos.....	25.000:000\$000
Despesas	<u>17.515:873\$664</u>
Restam	7.484:126\$336 ³¹⁶

Todas as vezes que se discutiam e votavam no Congresso a abertura daqueles créditos, os congressistas adversários da mudança da capital, que não eram poucos, bateram-se contra eles, crivando o governo, e a Comissão Construtora, de invectivas, afirmando que se estava levando o Estado à ruína e procurando mostrar a desnecessidade, a inoportunidade daquele empreendimento.

Numa dessas ocasiões, em 1896, o deputado Camilo Prates, que fora adversário sincero de tal mudança, teve um gesto de grande elevação moral, declarando-se favorável à abertura do crédito que se ia votar, nos seguintes termos:

“Tendo tido a honra de fazer parte da comissão que organizou o projeto de lei que regula a construção da capital, sabe esta câmara que fui um vencido no meio da Comissão, e a minha opinião foi impressa e largamente distribuída em um voto em separado; mas, apesar disso, penso que, atualmente, quaisquer que sejam os sacrifícios que o Estado de Minas tenha de fazer, somos obrigados a cumprir a Constituição. Daríamos um sinal de evidente fraqueza e de desconhecimento dos nossos deveres de legisladores se recuássemos diante do

cumprimento da Constituição. Nem se pode dizer, Sr. Presidente, que a disposição contida na letra *b* compromete o crédito do Estado; ao contrário, penso que o nosso descrédito resultaria de não continuarmos a votar as autorizações necessárias ao governo para prosseguir na obra encetada da construção da nova capital. Só uma razão, Sr. presidente, poderia influir para que assim procedêssemos: a absoluta falta de meios pecuniários, o que, com certeza, não poderia ser julgado um argumento em favor da nossa prosperidade financeira. Demais, Sr. presidente, o dinheiro despendido na nova capital está criando valores, que não podem ser abandonados. O Estado de Minas não pode, por todas estas razões, deter-se no cumprimento de uma disposição constitucional, sem primeiro faltar à sua honra, sem prejudicar os seus créditos. (*Apoiados! Muito bem!*)”

Depois do último crédito de 10 mil contos votado em 1896, verificou-se que os recursos pecuniários disponíveis do Estado não comportariam os grandes dispêndios que este seria forçado a fazer para a execução das obras projetadas e indispensáveis na nova capital.

Em face de tal situação, o recurso que houve foi o de se recorrer no crédito. Deliberou, assim, o governo negociar um empréstimo no estrangeiro e, a 16 de junho daquele ano, assinou o respectivo contrato de emissão de 130.000 títulos do valor nominal de 500 francos cada um com o Banco de Paris e Países Baixos, tendo sido esse empréstimo lançado em princípios de 1897, deixando um resultado líquido de 40.347.972 francos ou seja, 37.515:019\$227, destinados à construção da capital e a auxílio à viação férrea, consoante a Lei n. 187, de 12 de setembro.

Desafogado, por esse modo, com os novos recursos, pôde o governo levar a bom termo a sua ingente tarefa, sendo que o *controle* do serviço financeiro da Comissão Construtora era feito pela 2ª Divisão (Contabilidade), a cargo do Sr. Benjamin Quadros, tendo por tesoureiro o Sr. Leopoldo César Gomes Teixeira, de quem era fiel o Sr. Pedro Joaquim de Almeida, sendo chefe guarda-livros o Sr. Luís Gomes Pereira.

Como os demais, eram irrepreensíveis os serviços de contabilidade da Comissão e deles nos dão uma idéia os bem-feitos quadros seguintes, relativos à vida financeira da mesma Comissão, conforme o relatório do engenheiro-chefe, de abril de 1896:

N. 2 - COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 Receita de 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOUREARIA

MESES	Secretaria da Agricultura	Imposto de selos	Eventuais	Multas	Almoxarifado	Transportes	Aluguéis de imóveis
<i>Transporte</i>	7.996:347\$450	39:975\$500	31:128\$848	484\$028	4:297\$575	933\$470	60:364\$081
Janeiro	—	659\$500	9:390\$229	173\$853	1:991\$590	435\$360	6:003\$020
Fevereiro	—	447\$500	898\$964	50\$000	1:013\$320	252\$380	4:582\$120
Março	1.000:000\$000	525\$500	1:766\$300	133\$617	3:032\$500	285\$200	6:357\$420
Abril	1.000:000\$000	417\$500	1:205\$988	10\$000	4:686\$880	171\$300	5:955\$280
Maiο	—	399\$000	1:066\$030	153\$258	5:712\$690	65\$020	5:151\$833
Junho	500:000\$000	505\$500	1:499\$561	460\$000	9:848\$703	275\$000	6:197\$560
Julho	1.500:000\$000	336\$000	2:585\$509	581\$500	20:043\$935	—	4:597\$180
Agosto	—	255\$000	3:944\$672	930\$400	10:635\$394	15:081\$360	5:630\$520
Setembro	500:000\$000	283\$000	7:920\$111	27\$600	7:655\$361	523\$435	4:565\$840
Outubro	500:000\$000	452\$500	8:398\$054	59\$000	10:299\$819	2:089\$487	3:805\$500
Novembro	300:000\$000	—	2:492\$516	30\$000	1:214\$709	86\$785	7:193\$685
Dezembro	200:000\$000	155\$000	2:089\$279	44\$000	3:489\$287	588\$295	4:878\$310
Soma	13.496:347\$450	44:411\$500	74:386\$061	3:137\$256	83:921\$763	20:787\$092	125:282\$389

N. 2 - COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 Reccita de 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOURARIA (cont.)

MESES	Reposições	Telégrafos	Cauções e fianças	Ramal férreo Tráfego	Colônia do Barreiro	Terrenos urbanos	Matadouro provisório
<i>Transporte</i>	16:477\$600	5:975\$372	321:942\$972	52:855\$698	7:000\$000	36:998\$001	—
Janeiro	52\$600	594\$370	4:642\$287	9:443\$475	20:000\$000	21:466\$181	—
Fevereiro	49\$000	630\$773	3:210\$932	43:535\$735	—	15:721\$806	458\$000
Março	309\$075	678\$064	8:127\$471	4:513\$670	—	3:243\$600	509\$000
Abril	86\$800	545\$424	4:014\$213	40:964\$020	—	—	503\$000
Maió	84\$000	578\$156	4:124\$814	21:517\$475	—	4:128\$640	750\$000
Junho	27\$000	733\$776	1:326\$160	72:598\$303	—	2:328\$540	1:035\$000
Julho	5\$000	683\$968	20:007\$122	34:047\$621	—	1:430\$500	1:134\$600
Agosto	9:370\$428	518\$560	12:735\$561	47:334\$722	—	—	1:378\$400
Setembro	20:836\$868	606\$520	5:868\$511	43:408\$211	—	—	1:296\$600
Outubro	5\$000	606\$700	1:299\$064	45:478\$298	—	9:937\$670	1:448\$200
Novembro	7:960\$400	333\$960	4:202\$146	28:696\$944	—	9:311\$960	1:028\$400
Dezembro	1:952\$098	390\$380	1:000\$000	34:097\$897	—	1:906\$800	1:020\$000
Soma	57:215\$869	12:876\$023	392:500\$253	478:492\$079	27:000\$000	106:473\$698	10:561\$200

N. 2 - COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 Receita de 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOUREARIA (cont.)

MESES	Imposto de indústrias e profissões	Terrenos suburbanos	Telefone	Oficinas de carpintaria	Imposto mineiro	Total
<i>Transporte</i>	—	—	—	—	—	8.574.779\$595
Janeiro	—	—	—	—	—	74.852\$465
Fevereiro	40\$000	—	—	—	—	70.890\$530
Março	10\$009	—	—	—	—	1.029.491\$417
Abril	10\$000	—	—	—	—	1.058.570\$405
Maiο	—	14.751\$330	—	—	—	58.482\$246
Junho	—	—	—	—	—	596.835\$103
Julho	—	—	497\$150	—	—	1.585.950\$085
Agosto	20\$000	—	—	46\$380	—	107.881\$397
Setembro	10\$000	1.037\$841	370\$000	971\$451	—	595.381\$349
Outubro	—	—	—	875\$460	—	584.754\$752
Novembro	—	2.859\$840	—	1.312\$762	—	366.724\$117
Dezembro	20\$000	1.544\$544	109\$360	1.112\$347	18\$137	254.415\$774
Soma	110\$000	20.193\$555	976\$510	4.318\$400	18\$137	14.959.009\$235

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 1897. O amanuense *Antônio Domingos do Amaral*.
 Confere. Belo Horizonte, 31 de janeiro de 1897. Pelo G. L. *João Amaral Franco*.

Visto. Belo Horizonte, 20 de março de 1897. O chefe da contabilidade interino, *Luís Gomes Pereira*.

N. 4 - COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Despesa de 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOUREARIA

MESES	Almoxarifado	Acondicionamentos	Transportes	Consertos	Ajudas de custo	Despesas gerais
<i>Transporte</i>	417:630\$672	6:557\$800	38:957\$850	306\$000	55:200\$000	64:264\$361
Janeiro	119:077\$395	474\$200	5:189\$425	—	—	866\$340
Fevereiro	6:817\$310	—	519\$000	—	—	282\$100
Março	31:393\$865	3\$000	726\$650	—	—	471\$060
Abril	278:649\$997	286\$500	49:432\$690	—	—	1:680\$530
Maiο	180:051\$519	69\$000	3:216\$174	—	—	1:678\$280
Junho	155:271\$683	46\$500	1:162\$462	—	150\$000	1:697\$460
Julho	228:747\$191	149\$500	10:219\$300	—	600\$000	1:214\$130
Agosto	178:337\$329	330\$000	4:730\$500	—	—	502\$000
Setembro	211:237\$932	400\$000	2:403\$870	—	—	8:897\$000
Outubro	262:433\$718	120\$000	8:188\$030	—	—	3:534\$120
Novembro	223:096\$019	213\$000	1:954\$660	—	—	2:158\$530
Dezembro	100:487\$921	—	5:966\$625	—	—	1:152\$120
Soma	2:393:232\$551	8:649\$500	132:668\$236	306\$000	55:950\$000	88:398\$031

N. 4 - COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Despesa de 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOUREARIA (cont.)

MESES	Imóveis	Divisões extintas: 3ª, 4ª, 5ª e 6ª	Divisões atuais		Beneficiarias em imóveis	Cauções e fianças
			Pessoal	Material		
<i>Transporte</i>	780:601\$726	2.545:123\$186	827:046\$297	2.419:796\$186	3:435\$650	183:124\$200
Janeiro	—	—	138:121\$468	324:888\$335	—	500\$000
Fevereiro	—	—	98:182\$990	286:135\$082	—	—
Março	—	—	130:377\$631	320:701\$137	—	12:575\$485
Abril	66\$000	—	252:018\$525	542:368\$281	—	10:536\$230
Maiο	35\$200	—	152:764\$102	304:839\$150	—	5:000\$000
Junho	—	—	169:345\$254	249:022\$754	—	—
Julho	82\$110	—	156:533\$591	426:834\$343	—	18:605\$176
Agosto	—	—	142:862\$182	381:395\$457	—	17:513\$048
Setembro	—	—	166:727\$185	296:418\$766	—	—
Outubro	—	—	277:926\$942	280:435\$675	—	10:000\$000
Novembro	26\$690	—	51:490\$000	143:834\$268	—	—
Dezembro	7:844\$740	—	36:073\$984	44:707\$495	—	—
Soma	788:656\$466	2.545:123\$186	2.599:470\$121	6.021:376\$932	3:435\$650	257:854\$139

N.4 - COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Despesa de 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOUREARIA (cont.)

MESES	Juros de cauções	Colônia do Barricero	Reposições	Officinas de carpintaria	Total
<i>Transporte</i>	424\$859	27:000\$000	—	—	7.369:468\$787
Janeiro	—	—	—	—	589:117\$163
Fevereiro	—	—	—	—	391:936\$482
Março	32\$083	—	—	—	496:280\$911
Abril	—	—	—	—	1.135:038\$753
Maiο	404\$166	—	—	—	648:057\$591
Junho	—	—	—	—	576:696\$083
Julho	—	—	—	—	842:985\$341
Agosto	—	—	400\$000	8:764\$900	734:835\$416
Setembro	—	—	—	—	686:084\$756
Outubro	—	—	—	14:295\$425	856:934\$910
Novembro	—	—	400\$000	382\$000	373:555\$167
Dezembro	—	—	200\$000	8:541\$375	254:974\$260
Soma	861\$108	27:000\$000	1:000\$000	31:983\$700	14.955:965\$620

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 1897. O amauense Antônio Domingos do Amaral.

Confere. Belo Horizonte, 31 de janeiro de 1897. Pelo G. L. João Amaral Franco.

Visto. Belo Horizonte, 20 de março de 1897. O chefe da contabilidade interino, Luís Gomes Pereira.

N. 1 -- COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Renda Geral: 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOURARIA

MESES	Ordem de crédito da Secretaria de Finanças ao Banco da República do Brasil e Recebedoria de Minas	Imposto de selo descontado nas folhas de pagamento do pessoal de nomeação	Diferenças encontradas em contas, restituidas pelos respectivos vendedores ou fornecedores	Juros das quantias em c/c da Comissão no Banco da República do Brasil pagos pelo mesmo	Vendas de moinhos, massames, telhas, lenha, impressos e concessão de licença para espetáculos públicos	Imposto de 6%, transmissão de propriedades	Vendas de fotografias, heliografias e litografias
<i>Transporte</i>	7.996.347\$450	39.975\$500	16.000\$000	12.924\$090	5.290\$200	9.472\$584	2.690\$000
Janeiro	—	659\$500	319\$600	7.989\$200	—	819\$930	—
Fevereiro	—	447\$500	—	—	100\$000	614\$232	—
Março	1.000.000\$000	525\$500	—	—	432\$000	900\$400	115\$000
Abril	1.000.000\$000	417\$500	—	—	153\$000	870\$300	—
Maiο	—	399\$000	—	—	80\$000	530\$400	—
Junho	500.000\$000	505\$500	—	—	—	768\$000	—
Julho	1.500.000\$000	336\$000	—	—	—	328\$400	—
Agosto	—	255\$000	9.370\$428	2.085\$570	—	302\$700	—
Setembro	500.000\$000	283\$000	—	4.443\$880	—	2.047\$793	—
Outubro	500.000\$000	452\$500	—	877\$710	2.500\$000	1.889\$100	—
Novembro	300.000\$000	—	—	—	90\$000	1.396\$500	—
Dezembro	200.000\$000	155\$000	—	—	30\$000	683\$220	—
Soma	13.496.347\$450	44.411\$500	25.690\$028	28.320\$450	8.675\$200	20.623\$559	2.805\$000

N. 1 — COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Renda Geral: 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOUREARIA (cont.)

MESES	Cobrança de 1/2% sobre valor de cheques a particulares	Renda do cemitério provisório	Quantias descontadas nas folhas de pagamento como multas e reposições — e multas de particulares	Preço de venda de objetos da Comissão a particulares, feita pelo almoxarifado	Importância de fretes que sobrecarregaram os objetos vendidos pelo almoxarifado	Quantias recebidas pelos alugueis de casas e terrenos do Estado	Descontos nas folhas de pagamento por extravio culpável de objetos do Estado
<i>Transporte</i>	240\$550	392\$100	484\$028	4:297\$575	933\$470	60:364\$081	259\$600
Janeiro	—	39\$300	226\$453	1:991\$590	435\$360	6:003\$020	—
Fevereiro	—	40\$900	99\$000	1:013\$320	252\$380	4:582\$120	—
Março	—	23\$300	442\$692	3:032\$500	285\$200	6:337\$420	—
Abril	—	—	96\$800	4:686\$880	171\$300	5:955\$280	—
Maiο	—	18\$500	237\$258	5:712\$690	65\$020	5:151\$833	—
Junho	—	—	487\$000	9:848\$703	275\$000	6:197\$560	—
Julho	—	—	586\$500	20:043\$935	—	4:597\$180	—
Agosto	—	17\$500	930\$400	10:635\$394	64\$000	5:630\$520	—
Setembro	—	74\$00	27\$600	7:655\$361	523\$435	4:565\$840	—
Outubro	—	32\$200	64\$000	10:299\$819	2:089\$487	3:805\$500	—
Novembro	—	34\$000	30\$000	1:214\$709	86\$785	7:193\$685	—
Dezembro	—	36\$300	122\$200	3:489\$287	588\$295	4:878\$350	—
Soma	240\$550	708\$400	3:833\$931	83:921\$763	5:769\$732	125:282\$389	259\$600

N. 1 — COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Renda Geral: 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOUREARIA (cont.)

MESES	Renda telegráfica arrecadada	Valor de objetos e consertos feitos pelas oficinas da 6ª Divisão ext., e restituição de 15:000\$000 do empréstimo do R. F.	Depósitos de garantia de propostas, contratos, reforço de caução e fianças de empregados da Comissão	Quantia restituída ao vendedor de um terreno que ficou fora do perimetro	Renda do ramal ferroo arrecadada	Quantia recebida pela venda de lotes urbanos	Quantias fornecidas para a Colonia do Barreiro, pela Secretaria das Finanças
<i>Transporte</i>	5:975\$372	15:418\$000	321:941\$972	800\$000	52:240\$558	36:998\$001	7:000\$000
Janeiro	594\$370	—	4:642\$287	—	7:249\$980	21:466\$181	20:000\$000
Fevereiro	630\$773	—	3:210\$932	—	42:659\$050	15:721\$806	—
Março	678\$064	—	8:127\$471	—	4:050\$460	3:243\$600	—
Abril	545\$424	—	4:014\$213	—	37:658\$890	—	—
Maiο	578\$156	—	4:124\$814	—	19:032\$390	4:128\$640	—
Junho	733\$776	—	1:326\$160	—	67:999\$748	2:328\$540	—
Julho	683\$968	—	20:007\$122	—	28:511\$901	1:430\$500	—
Agosto	518\$560	—	12:735\$561	—	45:151\$552	—	—
Setembro	606\$520	—	5:868\$511	—	38:724\$541	—	—
Outubro	606\$700	—	1:299\$064	—	43:782\$748	9:937\$670	—
Novembro	333\$960	—	4:202\$146	—	28:218\$634	9:311\$960	—
Dezembro	390\$380	—	1:000\$000	—	29:996\$184	1:906\$800	—
Soma	12:876\$023	15:418\$000	392:500\$253	800\$000	445:276\$636	106:473\$698	27:000\$000

N. 1 — COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Renda Geral: 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOOURARIA (cont.)

MESES	Importância de lucro sobre a venda de objetos feita pelo almoxarifeado	Importância de direitos arrecadados, do Estado de Minas Geraes	Renda do matadouro: imposto do gado, transporte de carne e aluguel de pasto	Imposto de indústrias e profissões	Quantia recebida pela venda de lotes urbanos	Direitos de nomeação, jóia e mensalidade de montepio de maquinistas da Estrada de Ferro Central em serviço na R. F.	Importância de instalação de telefones e em casas particulares e de sua renda
<i>Transporte</i>	103\$324	615\$140	—	—	—	—	—
Janeiro	192\$199	2:223\$495	—	—	—	—	—
Fevereiro	101\$332	919\$185	458\$000	40\$000	—	—	—
Março	295\$600	463\$210	509\$000	10\$000	—	—	—
Abril	182\$688	3:305\$130	503\$000	10\$000	—	—	—
Maiο	437\$130	2:485\$085	750\$000	—	14:751\$330	—	—
Junho	626\$461	4:598\$555	1:035\$000	—	—	105\$100	—
Julho	2:248\$209	5:535\$720	1:134\$600	—	—	8\$900	497\$150
Agosto	1:530\$002	2:183\$170	1:378\$400	20\$000	—	8\$900	—
Setembro	1:345\$238	4:683\$670	1:296\$600	10\$000	1:037\$841	8\$900	370\$000
Outubro	3:090\$144	1:695\$550	1:448\$200	—	—	8\$900	—
Novembro	887\$516	478\$320	1:028\$400	—	2:859\$840	—	—
Dezembro	1:306\$759	4:119\$850	1:020\$000	20\$000	1:544\$544	—	109\$360
Soma	12:346\$602	33:306\$080	10:561\$200	110\$000	20:193\$555	140\$700	976\$510

N. 1 — COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Renda Geral: 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

MOVIMENTO DA TESOURARIA (cont.)

MESES	Direitos restituídos pela Alfandega do Rio de Janeiro	Importância de materiais vendidos pelas oficinas de carpintaria e de mão-de-obra	Importância recebida de <i>The B.C. Corporation Limited</i> por modificações em carros de bitola larga e adiantamento de 10.000\$000	Diferenças de materiais fornecidos para as casas dos funcionários públicos e pagamentos pelos respectivos fareiros	Imposto de sub-rogação de direito	Modificações em casas de funcionários públicos e pagamentos pelos respectivos donos	Produto de arrematações de animais por infração de ordens municipais	Totais
<i>Transporte</i>								8.574.779\$595
Janeiro	—	—	—	—	—	—	—	74.852\$465
Fevereiro	—	—	—	—	—	—	—	70.890\$530
Março	—	—	—	—	—	—	—	1.029.491\$417
Abril	—	—	—	—	—	—	—	1.058.570\$405
Maio	—	—	—	—	—	—	—	58.482\$246
Junho	—	—	—	—	—	—	—	596.835\$103
Julho	—	—	—	—	—	—	—	1.585.950\$085
Agosto	15:017\$360	46\$380	—	—	—	—	—	107.881\$397
Setembro	—	971\$451	20:567\$450	266\$418	—	—	—	595.381\$349
Outubro	—	875\$460	—	—	—	—	—	4.754\$752
Novembro	6:637\$000	1:312\$762	—	—	25\$	1:323\$400	59\$500	366.724\$117
Dezembro	—	1:112\$347	—	455\$898	10\$	1:418\$000	23\$000	254:415\$774
Soma	21:654\$360	4:318\$400	20:567\$450	725\$316	35\$	2:641\$400	82\$500	14.959:009\$23

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 1897. *João Amarel Franco* — 2º escriturário.

Visto. Belo Horizonte, 20 de março de 1897. O chefe da contabilidade. *Luís Gomes Pereira*.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Despesa geral de 22 de fevereiro de 1894 a 31 de dezembro de 1896

Pessoal técnico e administrativo	1.848:349\$310
Fotografia (pessoal e material)	33:362\$398
Observatório meteorológico	10:661\$000
Construções provisórias, consertos e reparos de prédios	68:415\$017
Conservação de ruas, pontes e estradas	14:548\$550
Móveis.....	36:456\$346
Utensílios de escritório	35:063\$116
Utensílios de campo.....	147:859\$720
Semoventes.....	6:570\$000
Despesas gerais	84:290\$651
Objetos de consumo	253:541\$815
Distribuição provisória de água	11:666\$709
Extinção de formigueiros.....	77:587\$400
Sondagens e serviços de campo.....	4:885\$100
Fiscalização das matas.....	4:650\$000
Carpintaria e ferraria custeio (4ª e 6ª Divisões extintas e 10ª atual)	34:501\$125
Triangulação geodésica	28:583\$990
Topografia	70:240\$275
Levantamento de plantas das fazendas:	
Cercadinho, Barreiro, Taquaril e Calafate	14:575\$600
Água: estudo para o abastecimento, obras e materiais.....	806:750\$167
Cemitério provisório.....	7:651\$650
Colônia do Barreiro (folhas de pagamento)	1:621\$100
Residências	18:108\$804
Avenidas (inclusive locação e nivelamento)	1.144:852\$107
Igreja e capela.....	87:062\$809
Parque e jardins	183:703\$582
Ponte Davi Campista.....	49:153\$596
Palácio Presidencial.....	271:057\$960
Ramal férreo (construção, material fixo e rodante e tráfego).....	3.534:301\$457
Álbum de vistas, revistas e plantas litográficas	73:514\$620
Biblioteca.....	3:836\$500
Litografia.....	2:781\$900
Editais	5:548\$500
Cassino.....	16:651\$553
Cemitério novo	32:644\$750
Casas para funcionários públicos (despesa geral)	143:393\$278
Casas para funcionários públicos (construção).....	340:463\$657
Diversos serviços (pessoal jornalheiro do almoxarifado, serviço do correio, etc.).....	22:522\$745

Materiais para construção	1.681:741\$417
Hospedaria de imigrantes.....	36:108\$950
Imprensa Oficial.....	127:853\$377
Lazareto	7:343\$215
Locomóvel, compressor, britadores, etc.....	59:033\$630
Material rodante para bitola larga (inclusive folhas de pagamento do desvio em Lafaiete)	653:246\$823
Matadouro provisório	24:455\$145
Pedreiras	396:134\$270
Palácio do Congresso	61:670\$618
Palácio da Justiça	110\$400
Secretarias (construção e diversos).....	460:932\$408
Canalização do Arrudas (movimento de terra e revestimento).....	132:435\$053
Almoxarifado (material existente).....	357:058\$179
Acondicionamentos	8:649\$500
Transportes (inclusive direitos aduaneiros).....	132:668\$236
Ajudas de custo.....	55:950\$000
Imóveis	788:656\$466
Benfeitorias.....	3:435\$650
Cauções, fianças e juros	258:715\$247
Colônia do Barreiro.....	27:000\$000
Materiais comprados, diretamente, pelas Divisões.....	36:382\$147
Assistência pública.....	2:633\$160
Oficinas de carpintaria.....	218:982\$200
Pontes.....	43:680\$691
Despesas extraordinárias (com recepção, hospedagem do presidente do Estado, secretários, etc.).....	8:311\$360
Massames, etc.....	5:870\$000
Projetos e plantas.....	67:577\$865
Polícia	278\$300
Praça do mercado	4:380\$812
Postos telefônicos	4:730\$522
Restituições (de multas, etc.).....	1:375\$420
Hospital provisório - no Calafate.....	15\$000
Instalações de máquinas elétricas	482\$000
Esgotos.....	75:208\$600
C/ a receber	70:603\$135
C/ da Secretaria da Agricultura (objetos fornecidos).....	9:625\$500
Saldo.....	<u>3:043\$615</u>
Rs.	15.357\$827\$768

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 1897. *João Amaral Franco*, 2º escriturário.

O último balancete das despesas realizadas pela Comissão Construtora, durante o ano de 1897, foi apresentado ao governo pela Prefeitura, e por ele se verifica que, a partir de fevereiro, foram estes os dispêndios do Estado, por via daquela Comissão:

Fevereiro	1.249:229\$722
Março	619:673\$086
Abril	975:973\$896
Maió	601:140\$000
Junho	889:216\$148
Julho	845:689\$759
Agosto	1.086:272\$021
Setembro	781:015\$179
Outubro	745:916\$628
Novembro	1.204:370\$513
Dezembro	<u>1.122:516\$364</u>
Total	10:121:013\$316

Mas o custo da cidade, até 15 de maio de 1899, foi-nos fornecido pelo relatório apresentado pelo secretário da Agricultura ao Sr. presidente do Estado, segundo o qual se verifica montar a 31.803:572\$978, sendo 29:350:329\$896 requisitados por aquela secretaria, e 2.453:243\$082 provenientes de renda própria da capital, do ramal férreo (inclusive parte da Central), telégrafos, cauções, impostos estaduais, etc.

Os créditos votados para os serviços de construção da capital estavam grandemente excedidos, existindo ainda contas a serem liquidadas, pendentes de exames, medições finais de diversas empreitadas.

Conseqüentemente, outros créditos foram votados e abertos, sendo o seguinte o quadro da despesa feita por conta deles, desde 22 de fevereiro de 1894 até 15 de maio de 1899:

Águas - abastecimento definitivo	2.385:954\$244
Águas - abastecimento provisório	26:400\$814
Assistência pública	19:020\$915
Avenidas, etc., movimento de terras, inclusive britador	1.999:160\$812
Acondicionamentos	15:416\$762
Álbum de vistas	24:150\$000
Ajudas de custo e empregados da Comissão	55:950\$000
Biblioteca	5:310\$575
Cassino	17:363\$708
Conservação de pontes, ruas e estradas	32:894\$092
Canal do Acaba-Mundo	83:138\$022
Canal do Arrudas	267:156\$917
Casas dos funcionários, dos secretários e chefe de polícia	3.250:793\$143

Juros de cauções e fianças.....	1:747\$634
Cemitério e necrotério.....	145:602\$010
Cemitério provisório.....	8:864\$450
Congresso (fundação).....	187:272\$701
Capela do Rosário.....	64:755\$815
Corpo de Bombeiros (material).....	7:604\$700
Casas para operários.....	79:455\$001
Congresso (casa alugada).....	15:288\$325
Diversos serviços.....	465:101\$263
Despesas gerais.....	26:682\$446
Eletricidade.....	1.221:597\$912
Igreja (desaterro da praça, etc.).....	75:911\$111
Esgotos.....	2.049:330\$915
Editais e outras publicações.....	4:937\$460
Extinção de formigueiros.....	82:637\$350
Edificações pequenas.....	26:613\$750
Secretaria da Polícia e Senado.....	133:736\$315
Festejos e recepções.....	84:501\$337
Geodésia.....	28:634\$310
Fórum.....	292:108\$933
Gabinete fotográfico.....	11:450\$920
Hospedaria de imigrantes.....	75:557\$116
Ginásio.....	427:946\$206
Desapropriação de imóveis.....	841:666\$036
Iluminação pública (antiga).....	5:408\$275
Linhas urbanas (construção e custeio).....	1.053:643\$044
Litografia.....	7:938\$966
Lazareto (construção e custeio).....	8:554\$415
Matadouro (construção e custeio).....	63:600\$356
Móveis.....	37:299\$346
Mercado.....	143:927\$916
Objetos de consumo.....	1.450:843\$697
Observatório meteorológico.....	11:660\$550
Pessoal técnico e administrativo.....	1.664:026\$649
Palácio presidencial.....	1.389:612\$084
Parque e jardins.....	410:914\$393
Pedreira do Morro das Pedras.....	68:528\$078
Pedreira do Carapuça.....	87:457\$639
Pedreira da Viação.....	19:662\$193
Pedreira do Acaba-Mundo.....	60:290\$129
Pedreira da Lagoinha.....	7:045\$478
Pedreira do Cardoso.....	60:464\$286
Ponte Davi Campista.....	54:267\$860
Ponte da Lagoinha.....	21:576\$850
Ponte da Praça da Estação.....	21:651\$001
Ponte da Praça da Estação provisória.....	1:102\$300
Ponte do Saco.....	6:981\$302
Ponte da Rua Cláudio Manuel.....	1:962\$500

Ponte da Serra	1:143\$226
Ponte Artística	65:119\$875
Polícia (barracão consertado).....	4:438\$300
Vencimento do prefeito.....	8:200\$000
Palácioda Justiça (plantas)	13:955\$000
Quartel	757:261\$172
Desvios e barracão em Lafaiete	93:346\$585
Reparos em casas velhas.....	43:540\$000
Ronda das matas.....	5:336\$000
Revistas e plantas litográficas	48:900\$320
Secretaria da Agricultura.....	733:212\$542
Secretaria das Finanças.....	753:073\$738
Secretaria do Interior	896:934\$935
Semoventes	5:290\$000
Instrumentos fornecidos à Repartição de Terras.....	8:134\$880
Ajuda de custo dos funcionários	114:764\$803
Mudança do governo.....	34:937\$302
Objetos fornecidos pelo Almojarifado	9:625\$500
Débito de Miguel Tregellas	9:003\$725
Débito de Manuel Lopes de Figueiredo	133:562\$859
Imprensa Oficial.....	290:691\$383
Transporte do pessoal da Comissão.....	24:366\$810
Topografia	113:710\$825
Transporte de material	442:153\$343
Telefone.....	16:834\$057
Utensílios de escritório	45:803\$948
Utensílios de campo.....	108:432\$554
Adiantamento de materiais a Frederico Antônio Steckel.....	227:431\$825
Restituições feitas pela Comissão	605:280
Material para a bitola larga, extravio de carvão, etc.	681:476\$428
Débito de Carlos Antonini	3:663\$786
Débito do Ministério da Viação	3:630\$000
Material existente no Almojarifado	29:797\$174
Construção do ramal	2.289:813\$215
Construção do ramal do Caracará.....	1:500\$000
Construção do prolongamento.....	36:960\$984
Material rodante	993:748\$569
Despesas do tráfego.....	1.701:075\$966

Total 31.951:610\$242

Do total de 31.951:610\$242 devemos descontar

134:306\$583 proveniente de descontos feitos pela

Secretaria de Finanças a pedido desta e mais

13:730\$681, com que entrou o ex-tesoureiro da Comissão

para os cofres das Finanças, isto é, a soma..... 148:037\$264

SOMA..... 31.803:572\$978

Receita

Lucro do Almojarifado	19:340\$420
Vendas de animais	208\$500
Juros pagos pelo Banco da República	38:497\$155
Cheques a particulares - de Comissão	240\$550
Renda do cemitério	2:399\$500
Aluguéis de casas velhas	179:099\$680
Venda de café colhido	600\$000
Diferença de câmbio em tintas	796\$540
Imposto de indústria e profissões	52:914\$800
Vendas de lotes urbanos	339:137\$732
Venda de lotes suburbanos	92:611\$790
Renda da luz elétrica	94\$075
Venda de massames	15:663\$800
Multas e reposições	8:378\$494
Renda do matadouro	48:518\$800
Venda de fotografias	2:965\$000
Transmissão de propriedades	87:969\$948
Telefone	3:926\$030
Oficinas (receita)	33:567\$570
Total da receita própria da nova capital	926:930\$384

Renda do tráfego do ramal, inclusive a parte pertencente

à Estrada de Ferro Central do Brasil	1.417:507\$043
Renda do telégrafo	13:748\$991
Cauções depositadas	85:627\$508

Impostos estaduais

Imposto de consumo	102:038\$620
Imposto de trânsito	5:968\$800
Selo de nomeações	49:419\$000
Selo de contratos	5\$000
Sub-rogação de direitos	35\$000
Total dos impostos arrecadados	157:466\$420
Requisições da Secretaria da Agricultura	29.350.329\$896
Total da receita	31.803:572\$978

Resumo:

Despesa	31.803:572\$978
Receita	31.803:572\$978"

Convém notar que na receita entram as parcelas provenientes de impostos estaduais (157:466\$420), cauções (85:627\$508) e a renda do ramal (1.431:256\$034), inclusive a parte pertencente à central que, adicionada às duas primeiras parcelas, constituem dívida.

Somando o total de 31.951:610\$242 das despesas pagas com os 4.350:329\$896 de despesas a se pagarem, verificamos que o verdadeiro custo da cidade naquele período era de 36.301:940\$138, importe relativamente pequeno para o grande vulto da obra realizada.³¹⁷

NOTAS

316 SÁ, Francisco. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado ...* Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897. p. 20-208.

317 *Ibidem*, p. 221.

EM MARCHA PARA O DIA DA INAUGURAÇÃO DA NOVA CAPITAL -
 SEBASTIANISTAS - DETERMINA-SE A MUDANÇA -
 A IMPRENSA MUDANTISTA VAI OFERECER UMA CANETA
 COM PENA DE OURO PARA ASSINATURA DO DECRETO INAUGURAL -
 INTENSIFICAM-SE OS TRABALHOS - A DATA INAUGURAL -
 PROVIDÊNCIAS PARA A MUDANÇA -
 INSTALAM-SE AS PRIMEIRAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS -
 CRIA-SE A COMARCA DE BELO HORIZONTE - O NOME DA CIDADE -
 CHEGA O SECRETÁRIO DAS FINANÇAS - COMO SE FEZ A MUDANÇA -
 FUNCIONÁRIOS QUE CHEGAM -
 ASPECTOS DE OURO PRETO E DE BELO HORIZONTE

proximava-se o dia 17 de dezembro, termo final do prazo estabelecido pela Lei n. 3, adicional à Constituição, para se efetuar a transferência do Governo do Estado para Belo Horizonte e a administração ainda não havia determinado a data certa em que teria lugar tal acontecimento.

Os *sebastianistas* ouro-pretanos e de outros pontos do Estado queimavam agora os últimos cartuchos *pro domo suo*. Diziam, baseados em absurdos ou ingênuos argumentos, que naquela data a lei estaria caduca e anulado o propósito do legislador mineiro constituinte de tirar de Ouro Preto a sede governamental.

Demasiada má-fé ou infantil ingenuidade, apregoada sincera ou insinceramente, o certo, porém, é que só tinha a virtude de despertar um sorriso irônico nos lábios da gente mineira, que não mais estava resolvida a fazer-se cega ... Pois a convicção geral de toda gente de boa vontade era a de que a mudança estava prestes e nada mais a impediria.

Já a 25 de junho de 1896 escrevia a *Gazeta Comercial e Financeira*: "O governo do Estado de Minas está resolvido a fazer a mudança para a nova capital no dia 15 de novembro de 1897. Um dos nossos companheiros de redação, que acaba de chegar de Belo Horizonte, relatou-nos entusiasmado o adiantamento que ali se observa nas obras em construção. Há mais de 300 casas quase concluídas, assim como progridem prodigiosamente os edifícios destinados às repartições públicas, cujas solidez e artística construção farão de Belo Horizonte uma das mais belas capitais do Brasil."

Era certo que o governo efetuaría a mudança dentro do prazo constitucional, mas ainda

não havia determinado seguramente o dia em que tal acontecimento teria lugar. A *Gazeta* veiculava apenas um boato.

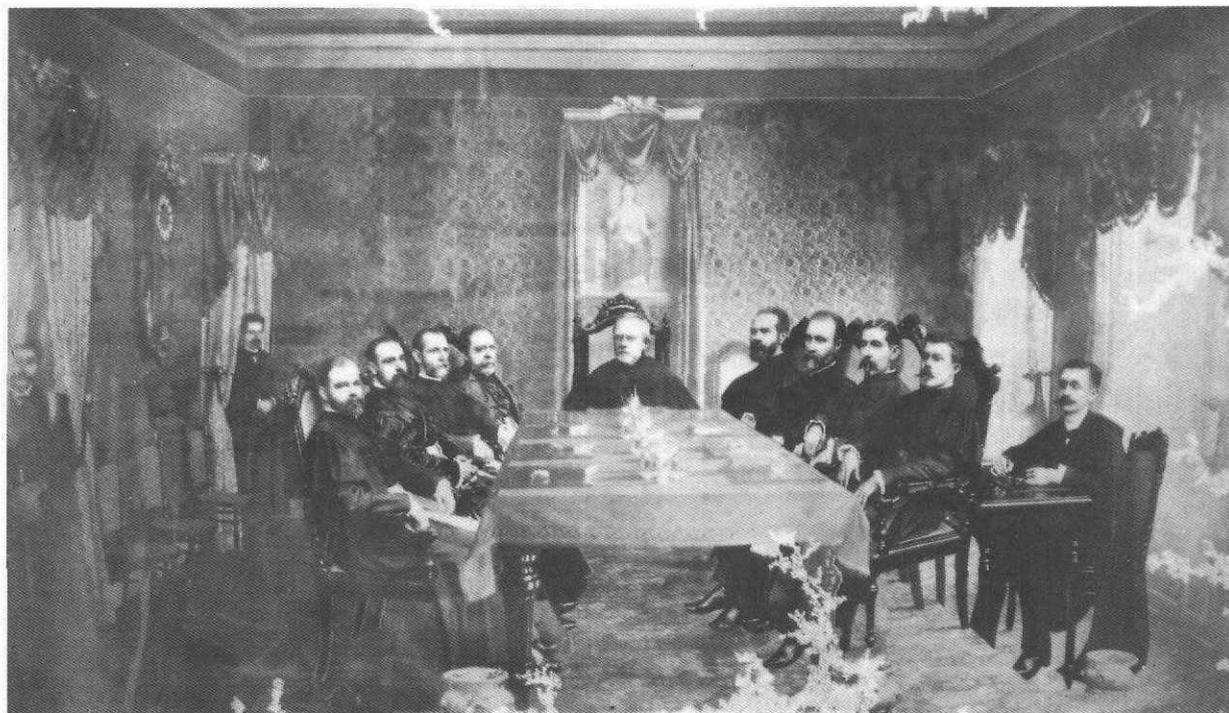
Ao entrar o ano de 1897 uma absorvente preocupação empolgava o espírito do Dr. Francisco Bicalho e de seus denodados auxiliares: só lhes restavam onze meses e poucos dias para trabalhar nas obras imprescindíveis ao estabelecimento do governo aqui, tinham ainda diante de si considerável massa de serviços a executar e a impertinente chuva daquele fim de estação embaraçava-lhes os passos. Mas, se bem pouco podiam fazer agora, tinham tudo preparado e seguramente previsto para o avançamento geral e decisivo no momento oportuno.

Por sua vez, o governo do Estado ia tomando as providências necessárias para o remate da ingente tarefa. O *Minas Gerais* de 16 de janeiro informava: "O governo do Estado acaba de ordenar as necessárias providências para que, em junho próximo, comece a remoção das repartições públicas para Belo Horizonte, a fim de, no prazo constitucional, estar completa a mudança, sem os atropelos e dificuldades da remoção simultânea de todos os serviços. Estão sendo ativadas as instalações precisas para que desde 1º de junho comece a funcionar na nova capital o Tribunal da Relação, conforme as ordens já expedidas à Comissão Construtora".³¹⁸

A 25 de fevereiro, *A Capital*,³¹⁹ recordando a ação da maioria da imprensa mineira favorável à mudança da capital, quando foi da propaganda Alexandre Stockler, apelava para essa imprensa, a fim de contribuir com um donativo em dinheiro a fim de se adquirir a caneta e a pena de ouro com que o presidente do Estado deveria assinar o decreto de instalação da Cidade de Minas. Tal apelo foi logo atendido pelos seguintes jornais, que enviaram suas contribuições à redação de *A Capital: A Folha, o Jornal do Comércio, o Correio de Minas, a Gazeta de Cataguases, a Cidade de Uberaba, O Rio Verde, o Bello Horizonte, A Aurora, O Mediador, O Campo Belo, a Gazeta de Ouro Fino, O Industrial, o Novo Eco, o Centro de Minas, O Vargem Grandense, O Palmirense, A Procelaria, Astréia, O Lidador, o Município de Curvelo, O Frutal, a Gazeta Sul Mineira, O Paracatu, e O Boêmio.*

Sucediam-se assim as providências preparatórias do grande acontecimento, sendo certo que aqueles dias se tornavam por demais pequenos em relação ao vulto enorme da obra a realizar; pelo que, a 24 de junho, o engenheiro-chefe ordenou que o trabalho das Divisões e os de campo da Comissão se estendessem também aos domingos, até a hora normal dos dias úteis. Quem esteve em Belo Horizonte naquele período, como o autor deste livro, pôde atestar a ação dinâmica de todas as Divisões da Comissão, que operavam prodígios de atividade, urgidas pela angústia de tempo, desproporcional ao muito que tinham por fazer.

Já então era voz corrente aqui ser pensamento do governo realizar a mudança da capital, não a 17 de dezembro, quando terminaria o prazo estabelecido pela Constituição, mas a 12 do mesmo mês. Tal antecipação, dizia-se, era fundada no receio de que os intransigentes e chicanistas adversários da mudança pudessem ainda lançar mão de algum recurso para inquirar de caduco o dispositivo constitucional a respeito, por expiração do prazo.



O primeiro Tribunal da Relação do Estado de Minas, a primeira repartição pública que se instalou na nova capital. Sob a presidência do desembargador João Bráulio Moinho de Vilbena, aí se vêem, à esquerda, os desembargadores Fernando Torres, Ferreira Tinoco, Gama Cerqueira e Prestes Pimentel; à direita os desembargadores Adolfo Olinto, Resende Costa, Teófilo Pereira e José Saraiva e o secretário, Dr. José Coelho de Magalhães Gomes. Em pé, às portas laterais da esquerda, o escrivão Antônio Felipe Dias Ribeiro e um contínuo.

Cuidando já do transporte do material administrativo, a Secretaria da Agricultura, então a cargo interinamente do Dr. Francisco Sales, secretário das Finanças, por haver deixado o lugar o Dr. Francisco Sá, propôs ao engenheiro-chefe da Comissão que a mudança se fizesse por meio de trens especiais do ramal férreo, e aquele chefe, no dia 14 de julho, respondeu em Ofício n. 105:

“Em resposta ao Aviso n. 293, de 10 do corrente, cabe-me informar a V. Ex^a que não será possível fazer-se a mudança por meio de trens especiais do ramal, por ser muito diminuto o material rodante, tendo sido todos os carros transformados em plataformas para transporte de materiais, que mal bastam para as necessidades do serviço de construção. Penso que o melhor meio de se fazer a mudança é o próprio governo requisitar da Administração da Estrada de Ferro Central os trens especiais necessários entre Ouro Preto e General Carneiro, combinando a quantidade deles e os dias em que devem ser feitos, ou melhor ainda, contratar com a mesma Administração o aluguel, por mês, de 3 locomotivas e 30 carros com o respectivo pessoal de tração e tráfego, entregues a esta Comissão, que se encarregará de dirigir o serviço. Saúde e fraternidade. Ex^{mo} Sr. Dr. Francisco Antônio Sales, secretário interino dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O engenheiro-chefe, *Francisco de Paula Bicalho*.”³²⁰

Apesar de não estar ainda resolvido em definitivo a maneira como se faria a mudança geral, foi esta iniciada pelos meios comuns, cumprindo-se o que havia determinado o governo a respeito, com pequena modificação de data.

Assim, a primeira repartição estadual que se instalou em Belo Horizonte foi a Coletoria, conjuntamente com a Caixa Econômica, no dia 10 de agosto de 1897, provisoriamente em dependência do velho casarão em que funcionava a Comissão Construtora, à rua General Deodoro, sendo coletor e agente o Sr. coronel Antônio Francisco Junqueira. Haviam sido criadas a Coletoria e a Agência pelo Decreto n. 1.056, de 28 de julho³²¹ e a 18 de novembro passaram a funcionar no prédio da Secretaria das Finanças, cujas obras estavam sendo ultimadas.

Dos poderes públicos do Estado o primeiro a se instalar na quase capital foi o Tribunal da Relação, cujos desembargadores, no dia 5 de agosto, já se achavam em Belo Horizonte, reunindo-se aqui pela primeira vez em uma sala do 3º pavimento da Secretaria do Interior, em sessão extraordinária, para julgamento de uma petição de *habeas corpus*. Tal sessão, entretanto, não foi a de instalação definitiva daquele tribunal na nova capital, pois esta só se realizou no mesmo local, a 1º de setembro, sendo que, findos os trabalhos, o desembargador Adolfo Olinto, presidente, despediu-se de seus colegas, porque havia sido nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi, portanto, o Poder Judiciário o primeiro que se instalou na nova capital, funcionando provisoriamente no edifício da Secretaria do Interior.

O Tribunal da Relação presidido, então, pelo desembargador Fernando Prestes Pimentel, compunha-se dos seguintes desembargadores, após o afastamento do Dr. Adolfo Olinto: João Bráulio Moinhos de Vilhena, Teófilo Pereira da Silva, José J. Fernandes Torres, João E. de Resende Costa, José R. Saraiva, Antônio Luís Ferreira Tinoco e Caetano da Gama Cerqueira.

Depois do Tribunal da Relação instalou-se a Repartição de Terras, pois a 5 de setembro, o

Dr. Carlos Prates, inspetor de Terras e Colonização, transmitia de Belo Horizonte ao secretário da Agricultura o seguinte telegrama: "A Repartição de Terras e Colonização ficou instalada aqui. O serviço ordinário de expediente já está em andamento." Foi, portanto, a Repartição de Terras a terceira que se instalou na Cidade de Minas, funcionando no 1º pavimento também da Secretaria do Interior.

A 13 daquele mês era publicado o Decreto Federal n. 2.603,³²² que reorganizava a Guarda Nacional do Estado e criava um comando superior na nova capital, constituído por uma brigada de infantaria, uma de cavalaria e uma de artilharia, sendo posteriormente nomeado seu comandante o coronel Mariano Ribeiro de Abreu.

A 15, era promulgada a Lei Mineira n. 223,³²³ que criava na Cidade de Minas uma comarca de 4ª entrância, com a denominação de Belo Horizonte. Conseqüentemente, em virtude dessa e da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, adicional à Constituição, a capital que estava para ser inaugurada teria a denominação de *Minas*, ao passo que a comarca ficaria denominada *Belo Horizonte!* Havia, pois, um nome para os efeitos dos Poderes Executivo e Legislativo e outro para os do Poder Judiciário!

Contra a denominação dada à nova cidade pela referida Lei n. 3 havia protestado o *Bello Horizonte*, jornal do padre F. Martins Dias, e *A Capital*, de 1º de julho, apoiando a opinião de seu colega, escrevia: "Concordamos com o colega do *Bello Horizonte* que, no seu último número, faz ver a inconveniência de dar-se a esta cidade o nome de *Minas*. Oficialmente podem chamá-la assim, mas o povo nunca há de seguir a burocracia. O nome de Belo Horizonte já está consagrado, já está aceito, já tem o cunho da popularidade. O de *Minas* é exatamente o contrário: ninguém o pronuncia para referir-se à cidade e sim ao Estado. Demais, Belo Horizonte é título expressivo e que realmente esta localidade merece: o horizonte que aqui se descortina é vasto, é límpido, mormente nos dias límpidos, em que a nossa natureza deslumbra-nos na sua louçania primaveril. O de *Minas* não exprime coisa alguma, é antipático. Concordamos, pois, com o colega que, nestas linhas, tem a nossa adesão, à idéia que acaba de aventar. O Congresso resolverá a questão? O nome de *Minas* foi dado por letra constitucional. *Hoc opus ...?*"³²⁴

Somente a 1º de julho de 1901, em virtude da Lei n. 302,³²⁵ perdeu a nova capital o nome de *Minas* e passou a denominar-se *Belo Horizonte*, nome do arraial desde 1890. Futuramente historiaremos como se fez essa mudança de nome, que ocorreu em período de tempo não abrangido por este volume.

Voltando ao fio da nossa narrativa sobre as providências que iam sendo tomadas para a transferência geral da Administração do Estado, diremos que a 19 de setembro daquele ano de 1897, aqui chegava o Dr. Francisco Sales, secretário das Finanças e interino da Agricultura, hospedando-se no Grande Hotel, pouco antes inaugurado. S. Exª viera fixar com o engenheiro-chefe os últimos detalhes sobre a mudança da capital e, em conseqüência desse entendimento, a 25 o Dr. Francisco Bicalho, em Ofício n. 185, propunha ao Dr. Francisco Pereira Passos, pouco antes nomeado diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil:

“Tendo de efetuar-se a transferência da capital de Ouro Preto para a Cidade de Minas, em Belo Horizonte, até o dia 17 de dezembro próximo, tornam-se precisas providências sobre o transporte das mobílias e trens de casa dos funcionários e arquivos públicos, que não podem sofrer demoras para não embarçar ou enterrar o exercício da administração do Estado.

Tendo o governo me autorizado a entender-me com V. Ex^a sobre este objeto, venho pedir a benévola atenção de V. Ex^a, sugerindo um alvitre que V. Ex^a julgará, atendendo ao interesse público de que se trata.

Parece-me que a referida mudança se deveria fazer, sem atropelo nem embaraços, quer para o governo de Minas, quer para a Estrada, por meio dos trens ordinários em correspondência, fazendo o mesmo governo requisições para despacho de mercadorias pela forma ordinária e passe para os empregados, suas famílias e bagagens, efetuando o respectivo pagamento pela conta apresentada pela Estrada, logo que estivesse terminada a mudança.

Para isso, bastaria que a Estrada tornasse diários os trens CC1 e CC2, fornecendo, cada dia, em Ouro Preto, os carros de mercadorias vazios que pelo governo fossem requisitados ao Sr. inspetor do 3º Distrito do Tráfego.

Pelos CC2 e CC9 esses carros carregados poderiam vir no mesmo dia até Sabará, onde máquinas do Ramal de Belo Horizonte iriam recebê-los e entregar carros vazios recebidos na véspera.

Por esta forma, com 24 carros destinados a este serviço, poderia efetuar-se todo o transporte em menos de um mês.

As passagens para os funcionários, famílias e bagagens seriam dadas nos trens ordinários de viajantes, mediante requisição do governo ao agente de Ouro Preto.

Atendendo à espécie de mercadorias - mobílias usadas, roupas e demais trens domésticos de uso - e com o fim de simplificar os despachos, poderia ser aplicada indistintamente a taxa da classe 3 da tarifa 3ª.

O Sr. chefe de Divisão, Dr. Manuel S. Couto, vai com este receber as ordens e decisões de V. Ex^a sobre este assunto e, bem assim, fornecer qualquer outros esclarecimentos”.

Levando pessoalmente esse ofício, o Dr. Couto foi ao Rio e assentou, em definitivo, com o diretor da Central, o processo da mudança nas bases indicadas pelo engenheiro-chefe, segundo o Ofício n. 204, de 7 de outubro, do Dr. Francisco Bicalho ao secretário da Agricultura, comunicando o que ficara estabelecido e de como satisfizeram ao engenheiro-chefe as providências postas em prática pela Central dão-nos a prova os dois despachos telegráficos transmitidos a 28 de novembro, o primeiro ao Dr. Pereira Passos, diretor, e o segundo ao Dr. Aguiar Moreira, chefe do Tráfego daquela ferrovia:

“Cordialmente agradeço ao meu antigo chefe e amigo providências dadas para transporte mobílias instalações nova capital a 12 de dezembro próximo”.

“Agradeço auxílio e boa vontade transporte mobílias instalação capital. Confio suas providências não ficarem demoradas caminho”.

Tão bem pensadas e dispostas haviam sido as providências combinadas entre o governo, a Comissão e a diretoria da Central, que, de setembro a dezembro, operou-se nas melhores condições, sem atropelos e com relativa facilidade, a mudança completa de todo o aparelho administrativo, inclusive o funcionalismo, que se foi instalando definitivamente nas respectivas casas, com todas as suas bagagens, exceção apenas da Imprensa Oficial, que ainda permaneceu alguns meses em Ouro Preto, aguardando a terminação do prédio em que teria de ser instalada, na avenida Paraopeba. Essa mudança custou aos cofres do Estado 34:937\$302.

Dos mais altos membros do governo, o primeiro a chegar a Belo Horizonte foi o Dr. Francisco Sales, secretário das Finanças e interino da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com sua Ex^{ma} família, a 1º de novembro. Recebido em General Carneiro pelos Srs. Dr. Adalberto Ferraz e família, Leopoldo César Gomes Teixeira, Dr. Américo Diamantino, Alberto Bressane, Alberto Teixeira, Alfredo Bressane e coronel Francisco Bressane, S. Ex^a hospedou-se no Grande Hotel; mas no dia imediato transferiu-se para o palacete recentemente construído para sua residência à Avenida da Liberdade, onde se acha hoje instalada a Prefeitura.

Acompanhando S. Ex^a haviam chegado de Ouro Preto o arquivo e todo o material burocrático da Secretaria das Finanças, cujo edifício ainda não estava concluído, pelo que o acesso aos pavimentos médio e superior se fazia por meio de uma escada provisória de madeira, não obstante já haverem chegado as escadas definitivas, que iam ser assentadas com urgência.

Contavam, então, pessoas chegadas de Ouro Preto, a quem ouvimos, que, de agosto até dezembro, período em que se efetuou a mudança da capital, era lúgubre o aspecto daquela antiga cidade, em meio dos aprestos para a transferência da administração para a nova capital.

Quem transitava pelas ruas da velha capital ouvia, de manhã até alta noite, nas repartições públicas e nas habitações particulares um incessante martelar monótono e tétrico, como se a cidade fora transformada em uma grande oficina de carpintaria. Era o serviço de encaixotamento de tudo que deveria ser transportado para a nova capital.

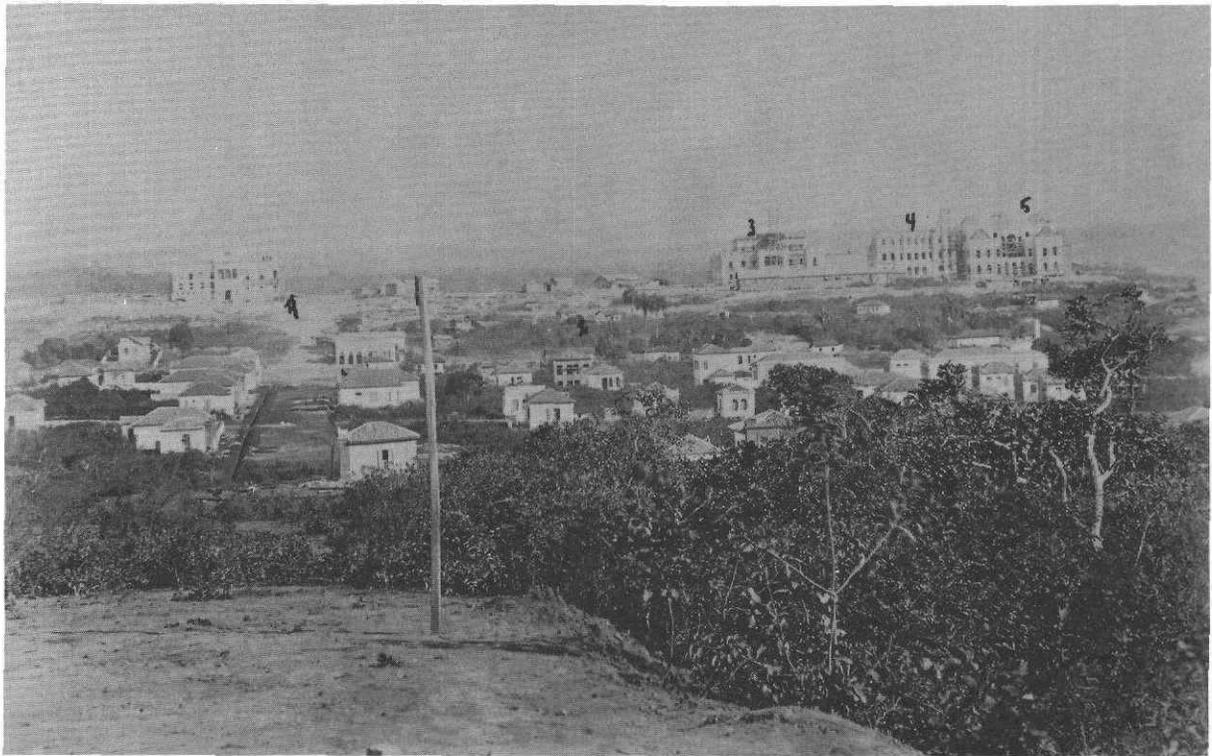
À proporção que os volumes iam ficando prontos para a viagem, eram carregados até a estação, de onde os comboios da Central os conduziam até Sabará. Aí, as locomotivas do Ramal Férreo de Belo Horizonte vinham entregar os carros vazios e conduziam os carregados até a nova cidade, indo deixar os volumes no lugar mais próximo do prédio em que tinham de ficar.

Enquanto todas essas coisas se passavam, ia por todo o Ouro Preto um alarido, uma lamentação, uma tristeza de causar mágoa, aumentando cada vez mais, quando os comboios partiam repletos de famílias, pejados de bagagens, atulhados de material burocrático e as casas e repartições públicas iam ficando desertas, e as velhas ruas se iam despovoando.

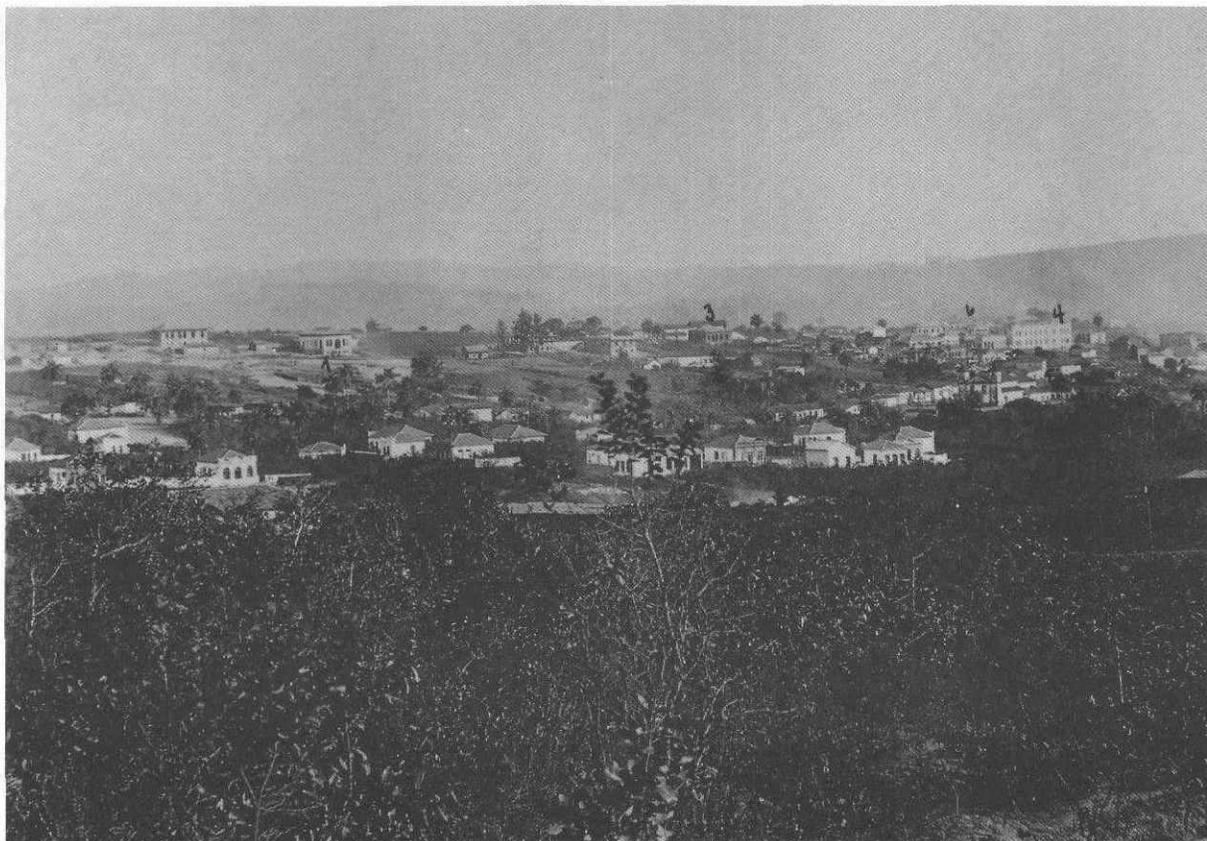
Naquele transe, muita dor se converteu em revolta e os inimigos da mudança, pertinazes nos seus propósitos, entravam a espalhar boatos alarmantes e sediciosos. Falava-se em violências contra o governo e amaldiçoava-se Belo Horizonte, como se a predestinada localidade fosse culpada de quanto se fazia.



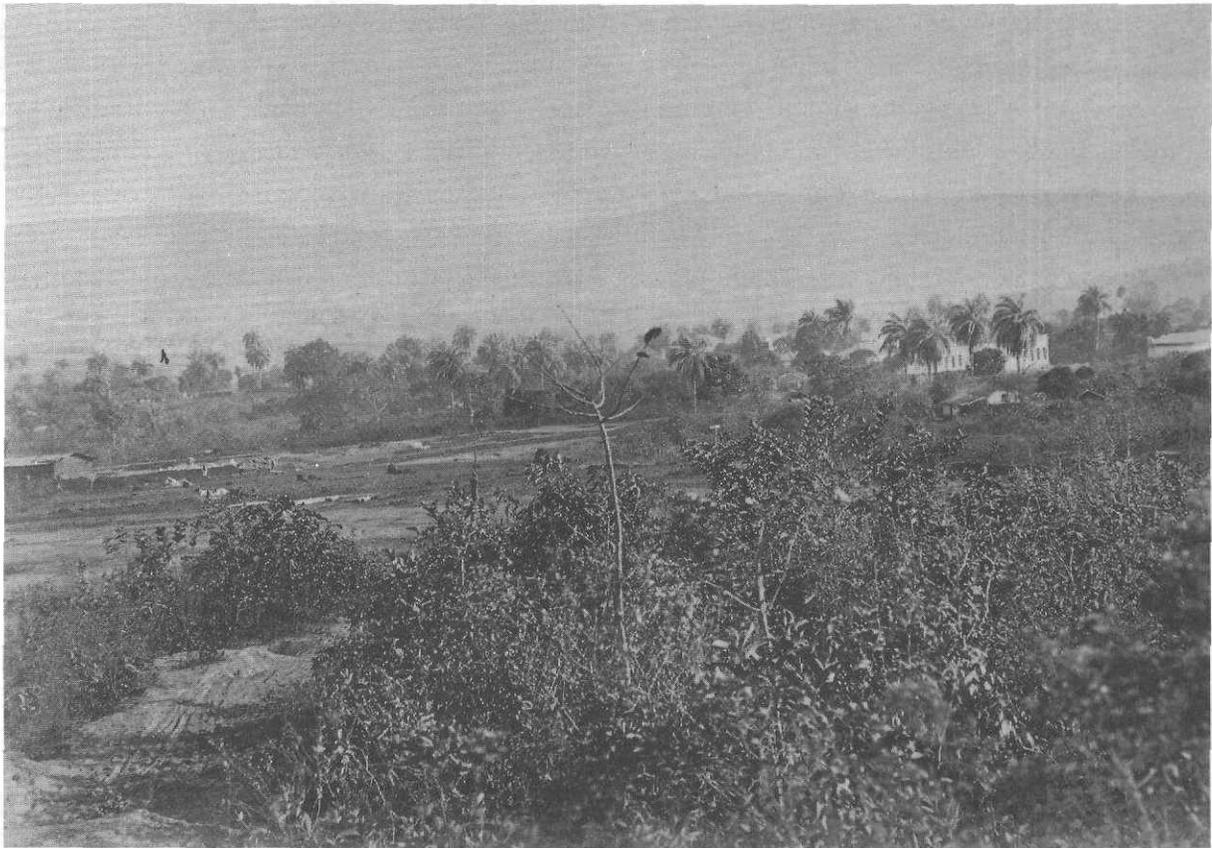
Panorama do bairro dos Funcionários, vendo-se: 1. no alto à direita, a caixa d'água que existe atrás do palácio; 1.a a Avenida Cristóvão Colombo; 2. casinha em que residiu o autor deste livro.



Em continuação a esse panorama, vêem-se: 1. a Rua Santa Rita Durão em direção ao palácio e este em conclusão; 2. à direita, casinhas velhas da Rua Santana; 3. na Praça da Liberdade, entre barracões, as Secretarias do Interior; 4. a das Finanças; 5. a da Agricultura, todas em conclusão; 6. aquêm da praça vêem-se cafuas e casas velhas das antigas ruas Santana e do Capão; mais embaixo, as novas ruas das Alagoas e Pernambuco e outras que as atravessam.



Neste panorama salientam-se: 1. a Avenida da Liberdade e nesta o palacete do conselheiro Afonso Pena; 2. abaixo, casas velhas da Rua do Capão e novas do bairro dos Funcionários, destacando-se a Matriz da Boa Viagem; 3. a Rua General Deodoro, no alto, atrás de um prédio em construção, vê-se a antiga capela do Rosário; 4. e, pouco abaixo, o Grande Hotel; 5. atrás da Matriz está o prédio antigo da Comissão Construtora; 6. atrás do Grande Hotel vê-se a Imprensa Oficial em construção.



Em prosseguimento, vêem-se: 1. os barracões que existiram no local destinado ao Congresso, em que hoje se constrói o Palácio da Municipalidade, na Avenida Afonso Pena; para além, o bairro comercial em formação e cá embaixo o Parque ainda inculto. (Foto João de Sales.)

Tal estado de coisas tomou maior vulto quando, a 14 de novembro, os jornais divulgaram a notícia de que, em conferência realizada em Barbacena, entre o presidente Bias Fortes e seus auxiliares de governo, Drs. Francisco Sales e Henrique Diniz, ficara definitivamente marcada para o dia 12 de dezembro a transferência da administração do Estado para a nova capital, devendo o presidente partir daquela cidade às 5 horas da manhã, em trem especial, que receberia em Miguel Burnier os convidados que viessem de Ouro Preto. Segundo era voz corrente, a partida do presidente Bias Fortes, de Barbacena e não de Ouro Preto, era medida de precaução, determinada pelos boatos terroristas espalhados pelos elementos adversários.

Formando um contraste flagrante em relação às ocorrências de Ouro Preto era o que se passava em Belo Horizonte, onde imperava uma animação, um entusiasmo indescritíveis de pessoas que chegavam a cada momento nos comboios especiais, aumentando-lhe continuamente a população, animando as suas ruas, enchendo-a de ruidosa alegria festiva, a ponto de se tornarem deficientes as suas casas para comportarem os seus novos povoadores em tão grande número.

O que era, então, a nova capital conta-nos o Dr. Alfredo Moreira Pinto nas seguintes linhas de desenvolvida crônica que publicou no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, a 25 de novembro de 1897,³²⁶ 17 dias antes da instalação oficial da cidade:

“Regressando da cidade de Santa Luzia do Rio das Velhas, tão rica de tradições gloriosas, parei na bela estação de General Carneiro, do Ramal de Belo Horizonte, onde tomei o trem que me conduziu à nova capital do Estado de Minas Gerais.

Já de longe se avistavam os monumentais edifícios da bela cidade, ainda há pouco tempo modesta freguesia de Curral del Rei.*

A impressão que experimenta o viajante ao chegar à cidade é agradabilíssima. Por toda parte a vida, a animação o comércio e a atividade de centenas de trabalhadores, verdadeiros *yankees*, que em 16 meses têm desmoronado elevações, aterrado baixadas, aberto e nivelado ruas, construído cerca de 700 casas** e erguido os palácios que ostentam a cidade.

Belo Horizonte, ou mais acertadamente Minas, estende-se por uma vasta e bela planície, com algumas elevações, contornada em parte pela serra do Curral del Rei, e cortada pelo ribeirão Arrudas e por diversos afluentes dele. Vai ser inaugurada em 17 de dezembro*** com 38 edifícios públicos, entre os quais avultam o Palácio do Governo, ainda não concluído, as quatro Secretarias do Interior, das Finanças, da Agricultura e da Polícia, a Imprensa Oficial, o Palácio da Relação, o ginásio, o quartel, também ainda não concluído, a estação de eletricidade, a Igreja do Rosário, 4 palacetes para residência dos secretários e do chefe de Polícia, estação e armazém da estrada de ferro e cerca de 700 (*sic*) casas de gosto moderno e com uma população de 12.000 habitantes.

* O arraial denominava-se Belo Horizonte desde 1890.

** É engano. Não passariam de 500 as casas novas, por ocasião da instalação da cidade.

* Foi inaugurada a 12 de dezembro e não a 17, data em que terminava o prazo constitucional. (Notas do autor deste livro.)

O que mais me impressionou, na rápida visita que fiz ao Palácio do Governo, foi a decoração da sala de jantar e a pintura alegórica executada na frisa que coroa o entalhamento entre a cimalha e o teto, destacando-se dentre as decorações os quatros painéis representando a caça, a pesca, o trabalho e o ócio.

As pinturas da Secretaria do Interior são todas de gosto, merecendo especial menção as do vão da escada, dos gabinetes do presidente e do secretário e a da Galeria Central. No terceiro pavimento desse edifício funciona o Tribunal da Relação e na ala direita do primeiro pavimento a Repartição de Terras. Na fachada principal destaca-se o escudo do Estado, pintado a bronze dourado e encabeçado pelo busto da República, de mármore jaspe, resguardado sob a cúpula, cujo fundo é pintado de azul celeste.

A Igreja do Rosário, inaugurada a 26 de setembro findo, é um templo pequeno e elegante. Seu estilo é gótico. Sobre a verga da porta se vê, em baixo-relevo de cimento, a imagem de Nossa Senhora, rodeada de anjos. O interior é bellissimo. Está colocada em posição pouco elevada da Avenida Amazonas.

Uma das obras que mais apelou para a minha atenção é o belo e extenso Parque, que tem 850 m em quadro, ou 79 ha. É um dos maiores parques do mundo.

As ruas são retas e bastante largas, tendo 20 m; as avenidas 35. A Avenida Afonso Pena tem 50 m de largura.

Está muito adiantado o serviço de distribuição de água, regulando o fornecimento de 400 litros por habitante. A distribuição vai ser feita por hidrômetros.*

A iluminação é elétrica** com força iluminante de 64.000 velas para o serviço público e particular.

A despesa do Estado até o presente tem sido de 200 mil contos,*** inclusive o Ramal Férreo de Belo Horizonte.

É engenheiro-chefe das obras o Dr. Francisco Bicalho, uma das glórias da engenharia brasileira.

Tal é a impressão que deixou em meu espírito a rápida visita que acabo de fazer à bela e futura capital do Estado de Minas Gerais”.

O Dr. Alfredo Moreira Pinto não fez referência aos nossos subúrbios, que já contavam algumas casas, poucas, nem à zona colonial, que se ia povoando e onde já contávamos a Colônia do Barreiro, que, embora em organização, dispunha de diversas máquinas para lavoura e tinha uma população de 53 pessoas nacionais e estrangeiras.

No centro da cidade até já se anunciavam casas para alugar e vender. É assim que na *A Capital*, de 28 de outubro³²⁷ daquele ano, o Sr. Ernesto Troschel declarava ter, na Rua Tupinambás, esquina da Rua Guarani, 5 casas para vender ou alugar, sendo 4 de sobrado.

* Não foi adotado esse sistema e sim o de penas de água, havendo muitas torneiras livres.

** Estava em experiência. Foi inaugurada a 11 de dezembro seguinte.

*** É engano. Deve ser 20 mil contos, pois o custo real da capital, até 15 de maio de 1899, montou a 36.301:940\$138. (Notas do autor deste livro.)

Outro anúncio era o do Dr. Cipriano de Carvalho, para alugar a sua casa na Avenida Afonso Pena, esquina das ruas São Paulo e Tupinambás, onde afinal foi residir o coronel Felipe de Melo, comandante da Brigada Policial. Ainda outro anúncio era o do Sr. Laurindo Pires de Oliveira, para vender uma tipo A na 7ª seção, também o Dr. Hermilo Alves anunciava alugar um *chalet* na Rua Aimorés. E havia, finalmente, um anúncio anônimo para a venda de uma casa com 5.000 m de terreno nos Menezes, na Lagoinha.

Era assim a capital, naqueles dias, e era com verdadeiro anseio que se aguardava o almejado dia inaugural, que marcaria o início de uma nova era de prosperidade para Minas.

NOTAS

- 318 MINAS GERAIS. Ouro Preto, p. 2, 16 jan., 1897.
- 319 A IMPRENSA mineira. *A Capital*. Belo Horizonte, 25 fev., 1897.
- 320 MHAB. Documentos diversos, 1897.
- 321 MINAS GERAIS. Decreto n. 1.056, de 28 de julho de 1897. Criando uma Coletoria para a arrecadação de impostos na nova capital. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais de 1897*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898, p.207.
- 322 BRASIL. Decreto n. 2.603, de 13 de setembro de 1897. Reorganiza a Guarda Nacional do Estado de Minas Gerais e cria um comando superior na nova capital. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1897*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, partes 1-2, p.755.
- 323 MINAS GERAIS. Lei n. 223, de 15 de setembro de 1897. Cria desde já na Cidade de Minas (nova capital) uma comarca de quarta entrância com a denominação de Belo Horizonte. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais de 1897. Op. cit.*, p.20.
- 324 NÓS. *A Capital*. Belo Horizonte, 1 jul., 1897, p.1.
- 325 MINAS GERAIS. Lei n. 302, de 1ª de julho de 1901. Muda para "Belo Horizonte" a denominação da capital do Estado de Minas Gerais. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais: 1901*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1901, p.3.
- 326 PINTO, Alfredo Moreira. Crônica. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, p. 1, 25 nov., 1897.
- 327 CASAS. Para alugar e à venda. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 2, 21 out., 1897.

PREPARATIVOS PARA AS FESTAS INAUGURAIS -
 PROSSEGUIMENTO DA MUDANÇA -
 CHEGAM O SECRETÁRIO DO INTERIOR, O CHEFE DE POLÍCIA,
 O COMANDANTE DA BRIGADA POLICIAL E OUTROS FUNCIONÁRIOS -
 A CAPITAL CELEBRA EM ARTIGO DE FUNDO
 O PRÓXIMO ACONTECIMENTO -
 INAUGURA-SE, ENTRE FESTAS, A ILUMINAÇÃO ELÉTRICA



Conquanto se propalasse que não haveria festas oficiais por ocasião da inauguração da cidade, estava numa dobadoura a nova capital e tudo aqui eram preparativos para os memoráveis festejos, promovidos pela imprensa local, desde 18 de novembro de 1897, quando *A Capital* noticiou:

“Estamos informados de que a mudança do governo para esta cidade se realizará nos primeiros dias de dezembro próximo e o auto de inauguração da nova capital será lavrado imediatamente. Constando-nos também que não haverá festejos oficiais, o diretor desta folha e o nosso ilustre colega do *Bello Horizonte* resolveram convocar o povo desta cidade para uma reunião em que se deverá resolver sobre o melhor modo de solenizar o ato da mudança da capital. Para esse fim foi distribuído o seguinte boletim:

Ao povo de Belo Horizonte - Devendo realizar-se em um dos primeiros dias de dezembro a instalação do governo do Estado nesta cidade, os abaixo-assinados, representantes da imprensa local, convidam o povo desta futura cidade, representado nas diversas classes populares aqui residentes, para comparecer a uma reunião que se efetuará no dia 21 do corrente (domingo), às 12 horas do dia, num dos salões do escritório da Comissão Construtora, a fim de se resolver sobre os festejos populares com que deve ser solenizado esse ato memorável, que virá marcar o início de uma nova era de progresso e adiantamento para o nosso querido Estado. Belo Horizonte, 17 de novembro de 1897. *Padre Francisco Martins Dias. Francisco Bressane de Azevedo*”.³²⁸

Efetivamente, no dia e hora marcados, reunia-se elevado número de cavalheiros, representando todas as classes sociais para o fim já mencionado e o coronel Francisco Bressane aclamou presidente da assembléia o Dr. Francisco Bicalho, o que foi sancionado por aplausos gerais. Este, assumindo a presidência, depois de agradecer a investidura, salientou que aceitava aquele posto, não como chefe da Comissão, mas como pessoa do povo, pois nem o governo do Estado, nem a Comissão promoveriam festas oficiais para se solenizar a

instalação da nova capital; mas louvava aquele movimento popular tendente a festejar tão memorável data para o nosso Estado. Concluiu dizendo que a festa deveria ser digna do acontecimento, digna da pessoa a quem iria ser feita e digna de quem a iria realizar. Convidou para secretários os Drs. Oscar Trompowsky e Joseph de Jaegher, dando em seguida a palavra ao coronel Francisco Bressane, que expôs sucintamente os fins da reunião e propôs que se nomeasse uma comissão de muitos membros que se encarregaria de promover os festejos. O padre Martins Dias, tomando a palavra, foi de parecer que se ampliasse aquela proposta e o Dr. Adalberto Ferraz acentuou que para a grande comissão só deveriam ser nomeadas pessoas estranhas à Comissão Construtora e ao funcionalismo público. Aprovadas as propostas, foram nomeadas as seguintes comissões, que ficaram convidadas para se reunirem novamente às 5 horas da tarde, a fim de deliberarem sobre o modo como deveriam agir:

Comércio: Dr. Oscar Trompowsky, Artur Haas, comendador Feliciano Negrão, Antônio Garcia de Paiva, Eduardo Edwards, José Campos, Francisco Cândido Seabra, Antônio Alves Martins Júnior, Rafael Ponzio Pierre, Álvaro José dos Santos, Rosalino Quites, Teodoro Lopes de Abreu, Joaquim Oliveira e Sousa, Antônio Maria da Silva Carvalho, Luís Gomes Ribeiro Júnior, José Verdussen e Antônio da Cruz Cartaxo.

Indústria: Dr. Hermilo Alves, coronel Manuel Lopes de Figueiredo, conde de Santa Marinha, Alberto Bressane Lopes, coronel Júlio César Pinto Coelho, Dr. Joseph Lynch, capitão Mariano Ribeiro de Abreu, José d'Avila Goulart, Dr. Joseph de Jaegher, Alfredo Arduini, José Tricoli Filho, Leonardo Gutierrez, Adolfo Coussandier, Chapot Prevost, Frederico Steckel, José Pereira Louro, Dr. João Proença, Dr. Joaquim Proença e Dr. Francisco Feio.

Médicos: Drs. Salvador Pinto e Olinto Meireles,

Banquero: Dr. João Gomes Rebelo Horta.

Advogados: Senador Levindo Lopes, Dr. Pedro da Mata Machado, capitão Caetano Gonçalves Lopes e comendador Francisco Ovídio de Sousa Lopes.

Fazendeiros: Capitão José Carlos Vaz de Melo, Cândido Lúcio da Silveira, Joaquim Ferreira da Luz, Alípio Ferreira de Melo, Manuel Vicente da Fonseca, Sinfrônio Brochado, Manuel da Costa Camargo e Vicente Arcanjo Ferreira.

Artistas: Antônio Augusto Giestal, Francisco Ferreira da Silva, José Francisco Condessa, João Morandi, Casimiro Garcia, Domingos Marques Barbosa, Francisco Soucasaux, Jaime Salse, Manuel Domingos, Ângelo Casa Grande, Pedro Bachetta, Genaro Garcia e Francisco Narbona.

Imprensa: Coronel Francisco Bressane de Azevedo e o vigário Francisco Martins Dias.

Às 5 horas da tarde desse mesmo dia reuniram-se as diversas comissões e o Dr. Trompowsky propôs e foi aclamado o coronel Francisco Bressane para diretor dos festejos. Este, assumindo a presidência da reunião, pediu permissão para não aceitar a honrosa incumbência, por motivos que expôs, indicando em seu lugar o Sr. Dr. João Gomes Rebelo Horta. Falaram os Srs. Tricoli e Trompowsky, aplaudindo a indicação, ao passo que o Dr. Rebelo Horta agradecia a lembrança de seu nome, mas insistia por que fosse preferido o coronel

Bressane. Este reafirmou as razões que tinha para não aceitar, sendo então aclamado unanimemente o Dr. Rebelo Horta que, assumindo a presidência, depois de pronunciar eloqüente discurso de agradecimento, propôs a seguinte diretoria para os festejos, que foi imediatamente aclamada: vice-presidente, Dr. Joseph de Jaegher; tesoureiro, Dr. Oscar Trompowsky; 1º e 2º secretários, Drs. Salvador Pinto e Alfredo Arduini.

O Dr. Trompowsky propôs e foi aprovado que se facultassem à mesa todos os poderes para o desempenho de sua missão, já para nomear as comissões que julgasse necessárias, já para tomar outras providências. Propôs mais, sendo também aprovado, que a todos os membros da comissão de festejos fossem distribuídas listas para a subscrição de donativos. Para base das despesas a se fazerem, essas listas deveriam ser apresentadas à mesa no dia seguinte à noite.

O capitão Mariano Ribeiro de Abreu achou o prazo muito curto e propôs que ele fosse de três dias, ao passo que o vigário Martins Dias era de opinião que tal prazo deveria ser de dois dias, o que foi aprovado.

Por proposta do coronel Bressane, ficou resolvido mais que, recebidas as listas, a mesa nomeasse as comissões que julgasse necessárias e propôs ainda que se convidasse o Dr. Afonso Pena para assistir à inauguração da cidade, por ter sido em seu governo que se iniciaram os trabalhos da nova capital. Disse que era um convite excepcional e nenhum outro deveria ser feito devido às dificuldades de hospedagem condigna.

Aprovadas essas propostas, os Srs. Gutierrez e Martins Dias apresentaram outra proposta que não foi aceita, encerrando-se a sessão.

No dia 23, às 7 horas da noite, realizou-se nova reunião para recebimento das listas e a fim de serem tomadas outras providências. À mesa foram apresentadas, então, 41 listas, cujas importâncias subscritas elevaram-se a 8:719\$000.*

Em seguida o Dr. Salvador Pinto leu o esboço do programa dos festejos, o qual teve aprovação unânime, sendo ainda apresentadas outras propostas, que ficaram para ser discutidas no sábado, às mesmas horas, quando seriam apresentadas as últimas listas, que perfariam o total de 64, com as respectivas importâncias.

Efetivamente, na reunião de sábado foram tomadas as últimas providências relativas aos festejos.

A 9 de dezembro, por intermédio dos jornais, a grande comissão incumbida dos festejos pedia a todos os moradores das ruas por onde teria de passar o cortejo presidencial o favor de ornamentarem as frentes de suas casas e de auxiliarem no preparo e enfeite das vias públicas, que eram a Rua dos Caetés, a Avenida Amazonas, a Avenida Afonso Pena, a Rua Guajajaras e a Avenida da Liberdade. A mesma comissão pedia mais aos habitantes da localidade que iluminassem durante a noite as frentes de suas habitações situadas nas ruas e

* Segundo o balancete apresentado pelo Dr. Trompowsky a 1º de julho de 1898, as despesas com os festejos elevaram-se a 16:173\$310, e em reunião da Comissão realizada no dia 3 daquele mês foram aprovadas as contas e deliberado que se vendessem os ornamentos adquiridos para a festa em benefício da biblioteca da Cidade de Minas, o que se fez.

avenidas mencionadas e ainda solicitava que os passeios ou quaisquer movimentos populares coletivos de regozijo só se realizassem nos lugares que estivessem convenientemente iluminados e ornamentados.

O programa das festas fora publicado pelo *A Capital* do dia 3,³²⁹ e tudo fazia prever que estas seriam brilhantíssimas. Várias casas comerciais, como a do Sr. Artur Haas, haviam adquirido grande cópia de artigos para enfeites de casas e ruas, bem como archotes para as passeatas populares nas noites de 11, 12 e 13, e aquele jornal fazia constar que as pessoas que desejassem dar alguma importância para ser distribuída pelos pobres, por intermédio do padre Francisco Martins Dias, no dia da inauguração, poderiam enviá-las para aquela redação.

Enquanto esses acontecimentos se passavam, prosseguia-se na mudança de pessoas e coisas de Ouro Preto para aqui, onde já se achavam, com as respectivas famílias: o Dr. Henrique Diniz, secretário do Interior; o Dr. Aureliano Magalhães, chefe de Polícia; o Dr. Estevão Lobo, oficial de gabinete da Presidência do Estado; o coronel Felipe de Melo, comandante da Brigada Policial, com o respectivo 1º Batalhão e o Esquadrão de Cavalaria; os Drs. Francisco Barbosa e João Pinheiro de Campos, diretor e secretário da repartição de Higiene; o Dr. Recenvindo Rodrigues Pereira, diretor da Secretaria da Agricultura; o Sr. Antônio de Almeida, secretário da Polícia; o Dr. Teófilo Ribeiro, diretor da Secretaria das Finanças; o senhor Virgílio de Melo Franco e os deputados federais Drs. Alfredo Pinto e Pandiá Calógeras, além de todos os demais funcionários das diversas repartições públicas. Havia chegado também o professor Antônio Correia e Castro, que iria realizar uma exposição de seus quadros no Grande Hotel, a primeira que se faria na nova capital.

Enfim, tudo estava preparado e a postos para o memorável acontecimento que, no dia 9, era glorificado pelo *A Capital*. Este, depois de fazer um feliz retrospecto do que fora a cruenta e arrojada, dizia:

“Felizmente, porém, para todos nós, crédulos e incrédulos, graças à atividade verdadeiramente prodigiosa da benemérita Comissão Construtora e graças às providências acertadíssimas tomadas pelo patriótico governo do Estado, S. Exa. (referindo-se ao presidente do Estado), não se instalará em uma barraca, mas no próprio Palácio Presidencial, em frente ao qual, num elegante coreto, em presença de todo o povo e muito antes de terminado o prazo constitucional, assinará, no dia 12 do corrente, o decreto da instalação do governo nesta bela cidade. Muito antes de terminado o prazo constitucional, dizemos nós e efetivamente assim é, porquanto, o prazo dentro do qual deve ser mudada a capital termina a 14 de fevereiro de 1898, data do decreto que regulou o disposto no art. 2º da Lei n. 3, adicional à Constituição e não a 17 do corrente, que é a data daquela lei. Tocamos de passagem neste assunto, unicamente para justificar a asserção acima, pois, felizmente, mister não é discutir uma questão cujo interesse desaparece com a mudança da capital antes mesmo do dia 17 do corrente.

Quiséramos hoje, que estamos a chegar ao termo da grande e inolvidável jornada, passar um olhar retrospectivo e deixar daqui consignados, com imparcialidade e justiça, os louvores

a que têm incontestável direito os autores desta grandiosa obra, começando pelos que levantaram e propagaram a idéia, pelos que, numa luta titânica, triunfaram no seio do Congresso Legislativo, passando depois pelos que, na esfera executiva, venceram, sem desalentos, todas as dificuldades assoberbadoras, para chegarmos, por fim, a este punhado de obreiros heróicos que, resistindo às intempéries, domando a natureza e sofrendo e vencendo as mil dificuldades de que só pode dar testemunho quem foi companheiro de jornada - transformaram este velho povoado irregular e acidentado, composto de casabres quase por completo desaparecidos, na bela cidade moderna que aqui presenciamos cheios de assombro e dominados de legítimo orgulho. E a nossa admiração é tanto mais justa, quanto, não há ainda dois anos, apenas existiam colocados nos alicerces as primeiras pedras fundamentais de alguns dos principais edifícios públicos; e o nosso pasmo chega ao extremo, quando nos recordamos de que todas estas construções foram feitas de março do ano passado para cá e quando algumas delas, como o Palácio Presidencial, em condições normais, talvez não ficassem prontas em quatro anos. O prazo era, porém, fatal, imprescindível se tornava que os edifícios se concluíssem dentro dele e para isso foi preciso desenvolver um verdadeiro prodígio de atividade e esforço.

Quisemos rememorar hoje, repetimos, todas as peripécias e todos os lances grandiosos desta memorável campanha e render o nosso sincero preito de homenagem a todos os que nela tomaram parte decisiva. Não comportam, porém, as nossas colunas a apreciação detalhada de fatos e acontecimentos que dariam para encher alguns volumes. Nas poucas que aqui ficam, escritas ao correr da pena e sob a impressão de incômodos físicos que o entusiasmo não pode dominar por completo, temos por fim principal saudar o triunfo esplêndido da grandiosa idéia, comunicando aos mineiros, com três dias de antecedência, o notável acontecimento que, tornando memorável a data de 12 de dezembro, vem rasgar novos horizontes ao progresso moral e material do nosso querido Estado. E de envolta com esta saudação, que encerra também os sinceros e ardentes votos que fazemos pelo progresso e desenvolvimento da nova cidade, aqui deixamos os protestos da nossa admiração e do nosso reconhecimento de mineiros obscuros, mas decididamente devotados ao engrandecimento da nossa estremecida terra, para com todos quantos, desde os altos poderes do Estado até o último dos operários, colaboraram neste gigantesco empreendimento, que representa o esforço hercúleo de uma geração de fortes que, apesar de assoberbada pelas dificuldades provindas dos gloriosos feitos de 13 de maio, de 15 de novembro, ainda se achou com forças para levar a efeito o *maior cometimento que se tem tentado no Estado e quiçá no Brasil. Salve Minas!*"

Esse entusiasmo de *A Capital* era o reflexo perfeito das vibrações em que se agitava a alma de quantas pessoas habitavam Belo Horizonte e nesse entusiasmo crescente, nessa vibração indescritível, chegamos ao dia 11, véspera da instalação oficial da nova capital.

O programa festivo ia sendo cumprido à risca. Pelas ruas e pelas casas novas e velhas habitações tudo se movimentava numa azáfama de ornamentação e instalações.

Na Praça da Liberdade atiyavam-se os últimos preparativos dos pavilhões destinados às solenidades inaugurais e a mesma coisa se notava dali até à Estação de Minas, pelas ruas e avenidas por onde teria de passar o cortejo. Havia um anseio geral pelo dia imediato. Tudo quanto se via parecia a realização de um sonho imensamente feliz. O dia estava firme e de um sol rutilante.

Ao anoitecer, houve um deslumbramento de surpresa por toda a localidade. Como por encanto, ela se iluminou de repente, apresentando inédito e maravilhoso aspecto.

Centenas de lâmpadas elétricas pontilhavam luminosamente a vastidão da cidade nascitura, projetando claridade fixa, admirável nas ruas, praças e avenidas ainda mal povoadas.

Na Praça da Liberdade principalmente, a iluminação dava grande realce aos edifícios inacabados das Secretarias e do Palácio. Bandas de música, então (a do 1º Batalhão da Brigada e a "Carlos Gomes"), percorreram a localidade vibrando dobrados festivos, ao passo que, por toda parte, espocavam foguetes e ecoavam aclamações populares, que se alongaram pela noite afora.

Na véspera da sua inauguração, estava a nova capital iluminada à eletricidade.

NOTAS

328 MUDANÇA da capital. *A Capital*. Belo Horizonte, 18 nov., 1897.

329 MUDANÇA da capital. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 3 e 9 dez., 1897.

COM GRANDES SOLENIDADES E ENTRE RUIDOSOS FESTEJOS
 INSTALA-SE OFICIALMENTE A CIDADE DE MINAS,
 NOVA CAPITAL DO ESTADO, EM BELO HORIZONTE



ela madrugada de 12 de dezembro de 1897, retumbante salva de 21 tiros de dinamites atroou o espaço, saudando o alvorecer da memorável data, e logo o clangorar de duas bandas musicais percorreu as ruas de Belo Horizonte, despertando os seus habitantes com os vivos acentos do Hino Nacional e de vibrantes marchas e dobrados.

A cidade embrionária apresentava aspecto festivo no seu primeiro dia de existência. As ruas principais amanheceram embandeiradas e ostentando belos arcos triunfais, ornamentadas de folhagem, festões, bandeirolas, galhardetes e árvores plantadas para efeito durante as festas.

O Café Mineiro, a Confeitaria Rio de Janeiro a Maison Moderne, La Stella di Italia não haviam cerrado as suas portas durante a noite, repletas de consumidores, bebendo, comendo, cantando, conversando, num vozear alegre, folgazão.

Nos dois bairros, dos funcionários e do comércio, os habitantes continuavam azafamados nos arranjos domésticos de suas casas novíssimas e toda a cidade se aprestava para os grandes acontecimentos do dia.

Às 11 horas partia para General Carneiro um trem especial conduzindo as comissões e demais pessoas incumbidas de receber o presidente do Estado, que partira de Barbacena pela madrugada. Nesse comboio seguiam os Drs. Henrique Diniz e Francisco Sales, secretários do Interior e das Finanças, Aureliano Magalhães, chefe de Polícia, senador João Gomes Rebello Horta, engenheiros Joseph de Jaegher e Oscar Trompowsky, Drs. Salvador Pinto e Alfredo Arduini, diretores da grande Comissão dos festejos populares; Drs. Francisco Bicalho, Adalberto Ferraz, Manuel Couto, Prado Lopes, Bernardo de Figueiredo, Ludgero Dolabela, Olímpio de Assis, Bráulio Pena Eduardo Porto, João Pedro Cardoso, Srs. Artur Lira, Resende, Catoni, Luís Gomes Pereira, da Comissão Construtora; senador Levindo Lopes, deputado Carneiro de Rezende, Drs. Recenvindo Rodrigues Pereira, Carlos Prates, Hermilo Alves, Carlos Hargreaves; desembargadores Prestes Pimentel, presidente da Relação, Gama Cerqueira e João Bráulio



Croquis da Avenida da Liberdade no dia da inauguração da cidade, a 12 de dezembro de 1897, desenho de Luis Olivieri.

Moinhos de Vilhena; coronel Felipe de Melo, comandante da Brigada Policial, coronel Antônio Francisco Junqueira, capitão Edeltrudo Pires, Bernardo Mascarenhas, comendador Miguel Tregellas, Leonardo Gutierrez, Adolfo Timburibá, muitos outros membros da Comissão Construtora e crescido número de outras pessoas de todas as classes sociais, bem como os representantes da imprensa local.

Chegados a General Carneiro, cuja estação estava admiravelmente ornamentada, enquanto esperavam o comboio especial conduzindo o Sr. presidente Bias Fortes e sua comitiva, alguns engenheiros da Comissão Construtora plantaram na praça em frente várias mudas de cedro, que hoje se vêem, ali, transformadas em frondosas árvores.

Às 12h40 chegava o esperado comboio, que partira de Barbacena pela madrugada e no qual viajavam, além do Sr. presidente Bias Fortes e sua Ex^{ma}. Família, os Srs. conselheiro Afonso Pena, o coronel Manuel Lopes de Figueiredo, o major Jardim, o coronel Leopoldo César Gomes Teixeira, o visconde de Carandaí, os Drs. A. Cunha, Tavares de Melo, Rodrigues Caldas, Leopoldo Costa, Josafá Belo e família, Borja de Almeida e família, Olegário Maciel, João Gualberto, Joaquim Sepúlveda, Mariano Barcelar, coronel Jacinto Freire de Andrade, Camilo Leite, Álvaro Lacerda, Raimundo de Carvalho, Amílcar Savassi, Júlio Claro, Carlos Bekag, Augusto Avelino, José Nicodemos, coronel Guadalupe, Dr. Francisco Mendes Pimentel, major Pedro Vaz, coronel Francisco Mascarenhas, Altino Mascarenhas, Aurélio de Figueiredo, Artur Joviano, de *A Folha*, Alberto Delpino, de *O Mensal*, ambos de Barbacena, a banda de música do Ginásio da mesma cidade, além de crescido número de senhoras e senhoritas e outros cavalheiros.

Ouviram-se, então, entusiásticas aclamações, ao passo que as bandas musicais executavam o Hino Nacional e subiam ao espaço centenas de foguetes.

Ao desembarcar o presidente, sempre aclamado pela grande massa popular que repletava a *gare* triangular, recebeu das mãos do coronel Francisco Bressane um exemplar de *A Capital*, edição especial consagrada ao memorável acontecimento do dia e cuja reprodução fotográfica aqui estampamos. Outros exemplares foram oferecidos aos Srs. Francisco Sales, Henrique Diniz e conselheiro Afonso Pena.

À 1h15 da tarde partia de General Carneiro o extenso comboio, agora composto de 13 carros de passageiros, puxados por duas locomotivas, a *Belo Horizonte* e a *Ouro Preto*, as mesmas que haviam feito o especial por ocasião da inauguração do Ramal e do assentamento das pedras fundamentais dos edifícios públicos, a 7 de setembro de 1895.

Durante o trajeto, não só dentro dos carros como pelas margens da linha e nas pequenas estações intermediárias, que estavam lindamente ornamentadas, vibravam as mais entusiásticas aclamações populares, sendo que na pedreira do Carapuça, de que era arrendatário o Sr. José d'Ávila Goulart, a passagem do grande comboio foi saudada por uma salva de 21 tiros de dinamite.

Às 2 horas precisamente, ao silvo prolongado das duas locomotivas na curva de entrada de Belo Horizonte, por todos os pontos da nova cidade estrugiram girândolas e dinamites, ao



Brasão da Cidade de Minas, hoje Belo Horizonte.

A CAPITAL

DIRECTOR-FRANCISCO BRESSANE

ASSIGNATURAS ANUAIS PARICIAES 1897 N. 98

BELO HORIZONTE, 12 DE DEZEMBRO DE 1897

ESTADO DE MINAS GERAES

1894
12 DE DEZEMBRO

1897
12 DE DEZEMBRO



SALVE, MINAS!

1897

GOVERNO DO ESTADO	GOVERNO DO ESTADO
<p>1º SECRETARIO</p> <p>Dr. Affonso Pinheiro</p> <p>Dr. Simeão Estanislau</p> <p>Dr. David Coimbra</p> <p>Dr. Antonio Carneiro</p> <p>Dr. Francisco Feres</p> <p>Dr. Alfredo Pinto</p>	<p>1º SECRETARIO</p> <p>Dr. Manoel Teófilo</p> <p>Dr. Henrique Leite</p> <p>Dr. Francisco Salles</p> <p>Dr. Francisco de Paula</p> <p>Dr. Alfredo Faria</p> <p>Dr. Antonio Magalhães</p>

1897

12 DE DEZEMBRO

HOMENAGEM D' "A CAPITAL"

1894
12 DE DEZEMBRO



SALVE, MINAS!

1897

1894
12 DE DEZEMBRO



SALVE, MINAS!

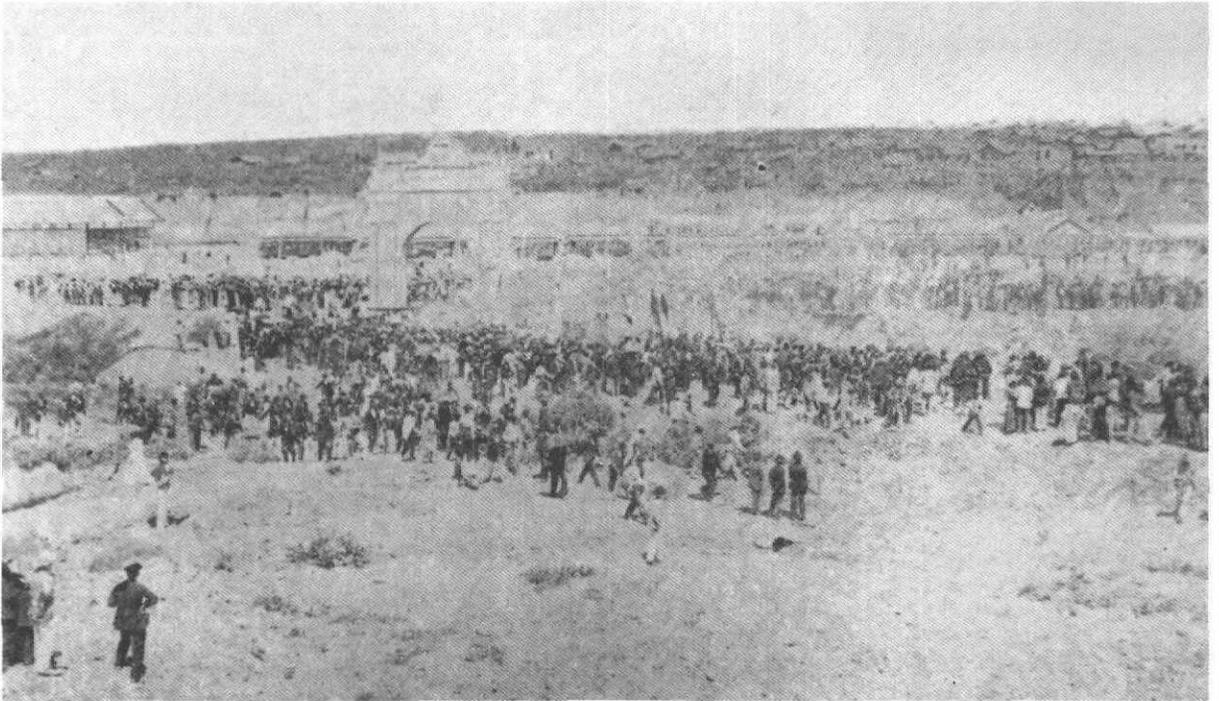
1897

1897

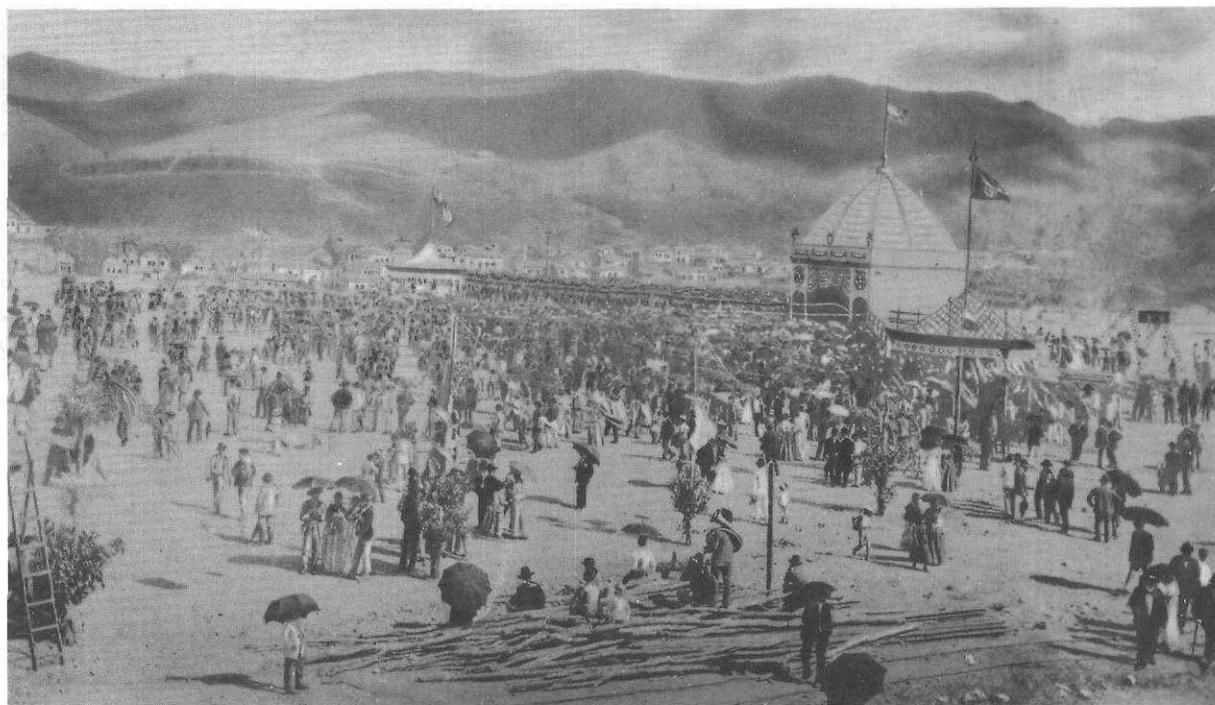
12 DE DEZEMBRO

HOMENAGEM D' "A CAPITAL"

Edição especial de A Capital, consagrada à inauguração da cidade, no dia 12 de dezembro de 1897.



Chegada do comboio especial conduzindo o presidente Bias Fortes e sua comitiva no dia da inauguração da cidade.



*Festejos inaugurais da cidade, na Praça da Liberdade, no dia 12 de dezembro de 1897.
No pavilhão principal que aqui se vê foi assinado o Decreto n. 1.085 declarando inaugurada a cidade.*

passo que na grande praça da Estação de Minas dez mil pessoas seguramente aclamaram delirantemente o Sr. presidente do Estado, seus auxiliares de governo e a Comissão Construtora, enquanto as bandas musicais eletrizavam a multidão com o Hino Nacional.

No meio daquele delírio entusiástico, que descia da *Favela*, avolumava-se na Estação e se espalhava pela grande esplanada e circunvizinhanças, onde se movia irrequieta imensa onda popular, o Sr. presidente Bias Fortes e mais pessoas que o acompanhavam desembarcaram na capital que ia ser inaugurada.

Partilhando das emoções inexprimíveis daquele acontecimento e das alegrias daquele dia, o mais feliz para Minas, estava o autor deste livro, contando 14 anos de idade, e que bem longe estava de pensar que, 37 anos depois, viria contar a uma cidade de 180 mil habitantes a história daquela incipiente capital de 12.000 almas, a ser inaugurada momentos após.

Mas, como dizia, desembarcados o presidente e sua comitiva, formou-se o grande cortejo, que se pôs em movimento, rumo à Praça da Liberdade. Na Praça da Estação, o esquadrão de cavalaria, em uniforme de grande gala, depois de prestar continências ao chefe de Estado, seguiu-lhe os passos, prestando guarda de honra. Transposto um alto e vistoso arco triunfal ali elegantemente erguido, já na Ponte Davi Campista, foi o presidente Bias Fortes saudado pelo advogado Dr. Alfredo Guimarães em nome da comissão dos festejos populares e do povo de Belo Horizonte, ao qual agradeceu S. Ex^a em eloqüente e mencionado discurso, reivindicando para o Congresso Mineiro e para o conselheiro Afonso Pena a grande parcela de glória atribuída ao governo do Estado na construção da nova capital.

Sempre envolvido pelas mais expressivas demonstrações de regozijo popular, prosseguiu o cortejo, a pé, pela Rua dos Caetés, onde gentil filhinha do Sr. Oliveira Campos leu ao Sr. presidente Bias Fortes delicada poesia de boas-vindas, oferecendo-lhe lindo ramalhete de flores naturais, gentileza que S. Ex^a agradeceu beijando-lhe a mão.

Entre aclamações e clangores musicais, prosseguiu o cortejo pela Avenida Amazonas, pela Avenida Afonso Pena, pelas ruas da Bahia e Guajajaras a Avenida da Liberdade, até a Praça da Liberdade, onde o entusiasmo da multidão tocou ao extremo.

“No belo pavilhão que aí se armou para receber o benemérito presidente - noticiou depois *A Capital*³³⁰ - já se achavam membros da comissão dos festejos populares, Dr. Pedro da Mata Machado, orador oficial, Azevedo Júnior, Francisco Bressane de Azevedo, Artur Lobo, Luís Silva, vigário Martins Dias, do *Bello Horizonte*, alunas do Colégio da Imaculada com o seu belo estandarte, coronel Francisco Lobo, representante do *País*, muitas senhoras e cavalheiros.

O pavilhão central, cuja cobertura afetava forma de um zimbório, estava elegantemente ornado de sanefas de cetim, bandeiras, galhardetes e escudos com inscrições alegóricas, tendo um altar improvisado para a celebração do *Te Deum*.

Ao lado da mesa, onde S. Ex^a ia assinar o decreto da instalação da cidade, repousava sobre um pedestal a estátua da Liberdade. Os dois outros pavilhões que, como duas alas, acompanhavam o pavilhão central, terminando em dois lindos coretos, estavam destinados às

senhoras, convidados, orquestra e banda de música. A multidão que cercava os pavilhões era computada em mais de 10 mil pessoas.

Recebido com sua Ex^{ma}. Senhora pelos membros da Comissão dos festejos populares, subiram Ss. Ex^{as} para o pavilhão central, acompanhados pelos ilustres secretários Srs. Diniz e Sales, Dr. Afonso Pena, Dr. Francisco Sá, Dr. Francisco Bicalho e engenheiros da Comissão Construtora, membros do Tribunal da Relação, conde de Santa Marinha, representantes da imprensa e muitas outras pessoas gradas, dentre as quais distintíssimas senhoras e senhoritas.

Aí, depois de breve descanso, o Sr. senador João Gomes Rebelo Horta deu a palavra ao nosso ilustre colega Azevedo Júnior, para fazer a entrega do tinteiro de prata e da pena de ouro, que a imprensa mineira oferecia ao ilustre presidente do Estado, para assinar o decreto de instalação da nova capital. Azevedo Júnior, o inspirado artista, sempre belo na palavra, como profundo e delicado no estilo, começa parafraseando um pensamento de Carlos de Laet para mostrar por que aceitou a incumbência que vai desempenhar. Depois de citar uma frase de Pierre Loti, alude ao papel da imprensa brasileira na atualidade, expendendo diversas considerações a respeito. Define o governo do Estado de Minas, nas três palavras: *pax, labor et robus*, e mostra, depois de uma análise dos acontecimentos políticos, qual tem sido o procedimento de Minas republicana, que compara ao campônio de Emílio Zola. Pede desculpas da singeleza do “presente”, dizendo que os jornalistas mineiros são os deserddados da fortuna e que, como o personagem de que fala Coppé, vivem caminhando dentro de um sonho.

O presidente Bias Fortes, extraordinariamente emocionado, agradece o brinde que lhe é feito pela imprensa mineira, e diz que a essa corporação importante tem Minas devido à realização das suas maiores conquistas, entre as quais figura o extraordinário cometimento que ora se desvenda a todos os olhares. Referindo-se ao fato extraordinário da realização da capital em um prazo tão limitado, S. Ex^a diz que só o grande esforço da benemérita Comissão Construtora poderia ter conseguido tal prodígio. Rapidamente analisa o progresso feito pelo Estado depois da proclamação da República, cujo desenvolvimento estava pedindo um campo mais vasto para a sua atividade, hoje felizmente realizado.

Sua Ex^a, não conseguindo conter a visível emoção que o dominava por completo, assina com os seus secretários o Decreto n. 1.085 seguinte:

O presidente do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição do Estado e em cumprimento do art. 13 de duas disposições transitórias e da Lei n. 3, adicional à mesma Constituição, decreta:

Artigo único. É declarada instalada a Cidade de Minas e para ela transferida a sede dos Poderes Públicos do Estado de Minas Gerais. Os secretários de Estado dos Negócios do Interior, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e das Finanças assim o tenham entendido e façam executar. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, na cidade de Minas, 12 de dezembro de 1897. *Crispim Jacques Bias Fortes. Dr. Henrique Augusto de Oliveira Dinis. Francisco Antônio de Sales.*³³¹

Decreto n.º 1085, de 12 de dezembro de 1897.

Declara installada a cidade de Minas
e para ella transferida o Governo.

O Doutor Presidente do Estado de Minas Geraes,
no uso das attribuições que lhe confere a Constituição
do Estado, em cumprimento do artigo 13 d. suas
disposições transitórias, do Lei n.º 3 additional à
mesma Constituição,

Decreta

Artigo unico - É declarada installada a cidade de
Minas, para elle transferida a sede dos Poderes
Públicos do Estado de Minas Geraes.

O Secretário de Estado dos Negocios de Interior,
da Agricultura, Commercio, Obras Públicas e das
Finanças assim o tenham entendido e façam executar.

Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes,
na Cidade de Minas, 12 de dezembro de 1897

Abel Pereira Rodrigues
D. Henrique Augusto de Oliveira Diniz

Francisco Antonio de Sales, Con-
tador de Finanças e Intendente da
Agricultura.

Esse decreto estava escrito em uma folha de pergaminho creme e à sua leitura, feita em voz alta pelo Dr. Estêvão Lobo, oficial de gabinete da Presidência, todas as bandas musicais executaram o Hino Nacional, no meio das mais entusiásticas aclamações. Sobre o Dr. Bias foram atiradas flores e confete em profusão, sendo nessa ocasião dada uma salva de 21 tiros, subindo ao espaço muitas girândolas.

Em seguida teve lugar a entrega da bela cesta de flores artificiais, que o povo de Belo Horizonte ofereceu à Ex^{ma}. esposa do Benemérito presidente. Ao fazer-se a entrega de tão delicado mimo, a Ex^{ma}. Sra. D. Joana de Aquino, cunhada do Dr. Francisco Sales, leu com bastante sentimento a seguinte poesia de Artur Lobo:

I

*Um mimo dar-vos; mas que mimo de ouro
dar-vos pudera quem vos canta agora?
Que mimo dar-vos se o maior tesouro
é o vosso próprio coração, senhora?
Mimo opulento de valia rara,
gemas, tesouros, que maior riqueza,
se tendes vós a pérola mais cara
do coração na concha, com certeza?
Flores, senhora, flores e meus versos,
versos mais pobres que estas pobres flores,
de que se vão aromas já dispersos,
de que se vão as derradeiras cores.
Eis o que vimos ofertar, somente,
mas que flores e versos bem consigam
dizer desta alma o júbilo fremente;
que eles traduzam, vos murmurem, digam:*

II

*"Bem-vinda vós! No azul sereno e escampo
a treva à luz do dia dissipou-se!
Vede! Que ao longe anda sonora e doce
a luz valsando e rindo pelo campo.
Como um clarão de incêndios reverbera
o azul aceso; e vem na luz sonora
ruflando as asas rútilas da aurora
o baldaquino em flor da primavera.*

*Rastilhem résteas de ouro pela escarpa
da montanha; nos píncaros nevoentos,
dentre a queixosa vibração dos ventos,
canta harmoniosa e doce a voz de uma harpa.
Como um colar de estrelas, que cintila,
cintile o orvalho; que a manhã sem nimbos,
estrelada de flores e corimbos,
core do sol a rútila pupila.
Sede bem-vinda! Que vossa alma irrompa
numa aleluia festiva e clara,
e a vossa voz de risos rubros rara
em rubros risos e canções prorrompa!"*

Houve um cascadear de aplausos e, serenados estes, "o senador Horta deu a palavra ao Dr. Pedro da Mata Machado para, em nome da Comissão dos festejos populares, saudar os Poderes Públicos" - prosseguiu. *A Capital* - "O Dr. Pedro Mata, depois de haver assinalado a importância da mudança da capital e encarecido o trabalho de todos os heróis que concorreram para o êxito brilhante da grandiosa empresa, disse: "Como declinar, pois, esses nomes, se eles são tantos e se tudo seria inútil para ainda mais fundamente gravá-los na gratidão mineira? Lícito me seja, pois, senhores, sintetizar todas essas saudações nas que tenho de dirigir aos Poderes Públicos do Estado. O Congresso Legislativo é o que primeiro ressalta espontaneamente para receber nossos aplausos sinceros; dos seus ilustres membros, já beneméritos pela forma por que souberam moldar nossas instituições democráticas, dependeu o grande, o gigantesco passo para a realização deste ideal que todos nós acalentamos. E eles souberam dá-lo sobranceira e nobremente. Não lhes entibiou a fé nem lhes esmoreceu a coragem cívica toda a mole formidável de dificuldades que foram entepostas ao grande cometimento, e que todos nós conhecemos, como história que é de ontem. Haurindo pujança e força na consciência do próprio dever, votaram os ilustres congressistas a lei constitucional de onde promanou, como de fonte primária, a mudança da capital. A esses compatriotas distintos tributemos, pois, a nossa imorredoura gratidão.

Do Poder Judiciário, senhores, que poderia eu dizer para bem significar toda a grandeza moral dessa notável conquista da civilização, a meu ver a única no mundo social, definitiva e inabalável, tantos e tão assinalados têm sido os serviços que desse poder, na sua esfera calma, serena, augusta e soberana há prestado à especie humana. Certo é que todos os publicistas e sociólogos encarecem do modo mais elevado a missão benéfica e salutar desse poder, que é garantia suprema dos nossos direitos; que é o porto bonançoso, onde os homens, angustiados pelo tumultuar de todas as paixões, encontram seguro abrigo; que é o farol luminoso que brilha com luz benéfica e sempre amiga, jorrando os esplendores da justiça, que ofusca aos grandes do dia, mas que acaricia e consola aos pequeninos, aos deserdados da sorte. E eu vos

confesso, senhores, que, para mim, nada há mais nobre no mundo e de nenhum modo mais elevada se manifesta a grandeza moral da espécie, do que quando um representante honrado e digno desse nobilíssimo poder distribui justiça inflexível. *Suum cuique tribuere* - dar a cada um o que é seu - a respeito de tudo e de todos, é, senhores, o mais fulgurante brasão de glórias que um mortal pode aspirar. Eis por que venero profundamente os magistrados do direito e da lei, eis por que o povo mineiro respeita, estima e admira seus honrados supremos magistrados, esses cidadãos ilustres, encanecidos no serviço da pátria e no labutar incessante pela garantia dos nossos direitos, ímprobo labor que tem como recompensa única o culto sincero que todos os homens de espírito rendem a esses heróis do *Direito*. Eu vos saúdo, pois, ilustres representantes, na terra mineira, a vós que sois o símbolo expressivo, a representação perfeita do mais nobre e do mais santo sentimento que a alma humana pode abrigar.

E a vós, ilustre presidente do grande Estado mineiro, para trazer-vos as saudações de todo um povo, eu preciso dizer-vos, primeiramente, que não fui dos que concorreram com o seu voto para elevar-vos a esse posto supremo, onde tanto se tem realçado a grandeza moral de vossa alma! Não, Ex^{mo}. Senhor; quando eu confiava nos partidos políticos, quando eu acreditava que eles se poderiam organizar tendo por base o interesse público, filiado a um dos grupos que disputam a supremacia política do nosso Estado, combati pela imprensa e pela tribuna, com franqueza e lealdade, vossa eleição. Tempos após, os sucessos profundamente sintomáticos que sopravam violentamente em todo o Brasil, nesse período revolucionário em que o homem vive dobrado, no dizer de eminente pensador, firmaram definitivamente no meu espírito a condenação inexorável dos chamados partidos políticos, que viviam a impressionar-me, desde os tempos acadêmicos, com as suas mentiras, falsidades e aleivosias em todo o decurso do império, e que na República, com as suas ambições desregradas, arrancam as últimas ilusões que ainda enfloresciam nos corações patriotas. Eu, então, segreguei-me completamente desses partidos que não se alimentavam de uma fé, que não se enobreciam com uma bandeira de combate, mas que se constituem pelos agrupamentos, onde os patriotas são asfixiados pela turbamulta dos ambiciosos e dos audazes. Eu condeno e desprezo a esses agrupamentos, soldados pela afinidade variada, fugitiva, proteiforme do interesse, que faz de um dia para outro o chefe supremo desse grande povo transformar-se miraculosamente no fugitivo solitário de Campinas. Então, Ex^{mo}. Senhor, tendo me libertado das peias partidárias, na posição calma e serena em que me coloquei, podendo repetir, como o poeta, que "tenho o coração sossegado", posso também julgar os homens pelo que eles valem individualmente. Nessas condições, Sr. presidente, sinto-me perfeitamente bem para saudar-vos em nome do povo mineiro. É o que vos pode dizer neste momento o obscuro advogado que vos dirige a palavra e que nada deseja, nada aspira e nada quer, a não ser o exercício da sua nobilíssima profissão. É que sois, pela vossa probidade espontânea e natural, pela singeleza dos vossos hábitos modestos e sugestivos, pela grandeza calma e serena da vossa investidura moral, enfim, pelos dotes do vosso espírito e do vosso coração - a

encarnação genuína e perfeita do gênio e do caráter mineiro. Sim, Ex^{mo}. Senhor, o destino em suas leis imperscrutáveis, não podia ter encontrado um mineiro mais digno para presidir a grandiosidade deste ato que tanto significa e promete ao nosso futuro. A V. Ex^a, repito, a encarnação expressiva do gênio e do caráter mineiro, estava reservada a missão de inaugurar a capital que há de presidir à evolução das nossas grandezas - física, moral e intelectual -, à hegemonia que, de direito, nos compete na Federação Brasileira. Tereis, sem dúvida, errado, pois o erro é partilha dos homens, e muitas vezes tereis deixado de fazer o que vos aconselhava o impulso espontâneo da vossa natureza franca e leal, tantas e tão iniludíveis são as exigências na malfadada política. O que tereis, porém, mais uma vez notado, é que das vossas nobilíssimas qualidades morais, em evidência na alta administração, se tem originado tão poderosas correntes de simpatia e confiança, prendendo vossa individualidade aos corações mineiros, que neles tereis sempre um lugar amplo e seguro à nossa estima, respeito e admiração. E oxalá, senhor, seja vosso exemplo imitado e seguido; oxalá vosso substituto, compenetrado das responsabilidades que deixas na alta administração, saiba seguir, tranqüilamente como vós, a rota desejada, a fim de que possamos um dia atingir a plenitude da grandeza moral, que vós (dirigindo-se à esposa do Dr. Bias Fortes), Ex^{ma}. Senhora, simbolizais para nós, como peclara representante que sois do que nos é mais caro ao espírito e ao coração - a mãe de família mineira. A V. Ex^a, pois, devo dirigir as últimas palavras desta pálida oração, que, confiada à minha incompetência, não pode traduzir a grande soma de emoções que faz vibrar intensamente, neste dia, a alma mineira. Procurando significar, porém, com esta saudação aquilo que eu não pude dizer, em nome das nossas mais caras aspirações de futuro; em nome de todas as grandes e belas qualidades deste povo; eu saúdo respeitosamente, na pessoa de V. Ex^a, as mães de famílias mineiras, aquelas que, mais do que ninguém, cooperarão para as nossas prosperidades, criando no seu exemplo e retemperando nas suas virtudes os pequeninos entes que serão mais tarde - os sábios legisladores, os ilustres presidentes e os egrégios magistrados deste grande povo.³³²

Ao terminar o seu discurso, entre calorosas palmas, o orador fez entrega ao Sr. presidente de um quadro com cartão de ouro em fundo de pelúcia azul, que o povo de Belo Horizonte oferecia ao Estado de Minas e que se destinava a ornamentar o salão de honra do Palácio Presidencial.

Em seguida, para saudar ao Dr. Afonso Pena, toma a palavra o Dr. Francisco Sá, que, em brilhante discurso, põe em evidência as qualidades políticas e administrativas excepcionais do ex-presidente de Minas, fator importante no coroamento da obra que os mineiros hoje tanto admiram. Lembra os serviços por S. Ex^a prestados já à República, já ao Estado de Minas, de que é digno filho. Referindo-se à nova cidade, o orador extasia-se diante do rápido desenvolvimento que ela teve, devido, de um lado à confiança do governo, de outro, aos admiráveis esforços dos engenheiros que a construíram. Acrescenta, porém, que não basta só isso; que a *urbs* está criada, faltando, porém, a *civitas*, que o orador deseja venha rápida também, para ser o baluarte da inteligência, do patriotismo e da confraternidade.

Respondendo, o Dr. Afonso Pena declarou sentir-se jubiloso ante o espetáculo que a seus olhos se desdobrava. Disse, enaltecendo Minas, que essa tem sabido atravessar impávida as crises políticas, serena e desassombrada em seus sentimentos republicanos. Mostrou que a Providência Divina como que paira sobre o nosso Estado, cuja Constituição foi decretada em nome de Deus Todo-Poderoso, e que Minas, no dia em que festejava as suas glórias, não se esqueceu de vir abrigar-se à sombra do culto divino.

Invocou a Deus para que sobre o nosso Estado lançasse as suas bençãos e a sua onisciente proteção.

Discursou, em seguida, brevemente, o Dr. Pedro Sigaud para saudar ao presidente Bias Fortes em nome do operariado, e S. Ex^a respondendo, em agradecimento, declarou que reconhecia o esforço e a dedicação que as classes trabalhadoras desenvolveram para que a mudança da capital fosse uma realidade no prazo constitucional. Acrescentou que lhe era tão grata aquela manifestação, como grato era a S. Ex^a lembrar os valiosos serviços prestados pelas mesmas.

Em nome da imprensa local usou, depois, da palavra o Dr. Luís Silva, dizendo que, com bastante admiração, já se podia contemplar do elevado ponto de vista que fora atingido o campo onde, havia quatro anos, se feriu a batalha cruenta do trabalho, cuja vitória estava assinalada pelo grande empreendimento que havia de ficar como um ponto brilhante na história da civilização americana. Recordou que, para semelhante luta, não houve desfalecimentos, não houve lágrimas, não houve ódios. Pelo contrário, cada avanço conseguido marcava nova conquista para a liberdade e para o progresso. Em face dos resultados conseguidos com o grandioso cometimento que se festejava, consequência do regime inaugurado em 1889, a esperança deveria ser a força dos brasileiros. Lembrou que os dias atuais não estavam sendo dos mais felizes; que o momento era cheio de preocupações, mas a nuvem havia de passar para que a estrela de novo surgisse serena e radiosa, iluminado o futuro, que, na expressão ardente de Victor Hugo - pertence a Voltaire e não a Krupp, ao livro e não à espada, à vida e não à morte. Disse que é justamente quando as crises políticas perturbam a vida das nacionalidades que mais necessária se torna a concentração de todas as forças para remover o obstáculo que tolhe a marcha do progresso. Enalteceu as virtudes do presidente Bias Fortes e de seus auxiliares e terminou saudando a grande vitória de Minas conquistada com a mudança da sua capital.

Como representante que era do País, também o coronel Francisco Lobo saudou o presidente Bias Fortes e formulou votos de felicidade à capital que se inaugurava.

Pelo Tribunal da Relação usou da palavra o desembargador Gama Cerqueira, agradecendo as saudações dirigidas à egrégia corporação que representava e fazendo ressaltar a importância do papel que desempenhava o Poder Judiciário no concerto administrativo, em nome daquela corporação, felicitava Minas que agora possuía uma capital digna dos seus grandes destinos e congratulava-se com o governo pelo futuro acontecimento de sua instalação em Belo Horizonte.

BELLO HORIZONTE

Officinas e redacção
Largo da Matriz

BRASIL—MINAS

Orgão religioso, litterario e noticioso

DIRECCION GERAL.—PAPEL FRANCISCO MARTINS DIAS

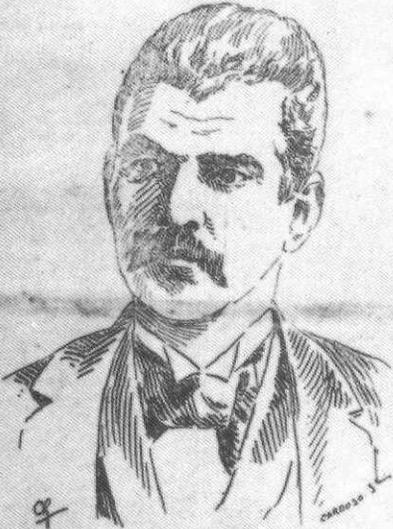
ASSIGNATURA
PARA A NOVA CAPITAL
ANNO 8000
PARA POZA
ANNO 10000

Anno III

Bello Horizonte, 12 de Dezembro de 1897

Num. 119

Homenagem do «Bello Horizonte» ao Governo do Estado de Minas, á Commissão Constructora e aos heroes da Nova Capital



Dr. Christin Jacques Blas Fortes
(ACTUAL PRESIDENTE DE MINAS)



Dr. Francisco de P. Bualho
(ACTUAL CHEFE DA COMISSÃO C. DA N. CAPITAL)



Dr. Aurélio Heis
(EX CHEFE DA COMISSÃO C. DA NOVA CAPITAL)



Conselheiro Afonso Penna
(EX PRESIDENTE DE MINAS)

O Bello Horizonte n. 119, edição do dia da inauguração da cidade e em homenagem a esse acontecimento e às principais figuras que nele tomaram parte.

A seguir, o Sr. Otávio Carneiro pediu licença para ler um pequeno discurso, que terminava por um requerimento com muitas assinaturas, em que se pedia ao presidente do Estado mudar o nome da Avenida da Liberdade para Avenida Floriano Peixoto.

Levantando-se, o presidente Bias Fortes declarou que tomava em consideração o pedido, mas para dar o nome de Marechal Floriano a qualquer outra rua, pois o nome de Avenida da Liberdade já era bastante glorioso para ser substituído por outro.

Por fim, pediu a palavra o padre Francisco Martins Dias, redator do *Bello Horizonte*, que, depois de ler um telegrama congratatório do Sr. Aarão Reis, saudou o governo em nome do clero, oferecendo a S. Ex^a e às demais pessoas presentes alguns exemplares de uma edição especial que imprimira de seu jornal *Bello Horizonte* em homenagem ao glorioso dia.

Seguiu-se o solene *Te Deum*, durante o qual se fez ouvir excelente orquestra constituída por um grupo de amadores ouro-pretanos, dentre os quais uma distinta senhora.

Terminada a solenidade religiosa, o presidente Bias Fortes e sua Ex^{ma}. Senhora foram acompanhadas até o Palácio pelos secretários de Estado, membros do Tribunal da Relação, representantes da Comissão dos festejos, da Comissão Construtora, deputados, senadores, militares, jornalistas e grande multidão, em constantes aclamações a S.S. Ex^{as}. Mas o presidente Bias Fortes sentia-se visivelmente fatigado e adoentado, muito havendo contribuído, sem dúvida, para esse estado não somente a penosa viagem que fizera, como a série de fortes emoções que haviam sacudido o seu coração de republicano sincero.

E assim terminou a solenidade oficial da instalação da *Cidade de Minas em Belo Horizonte*.

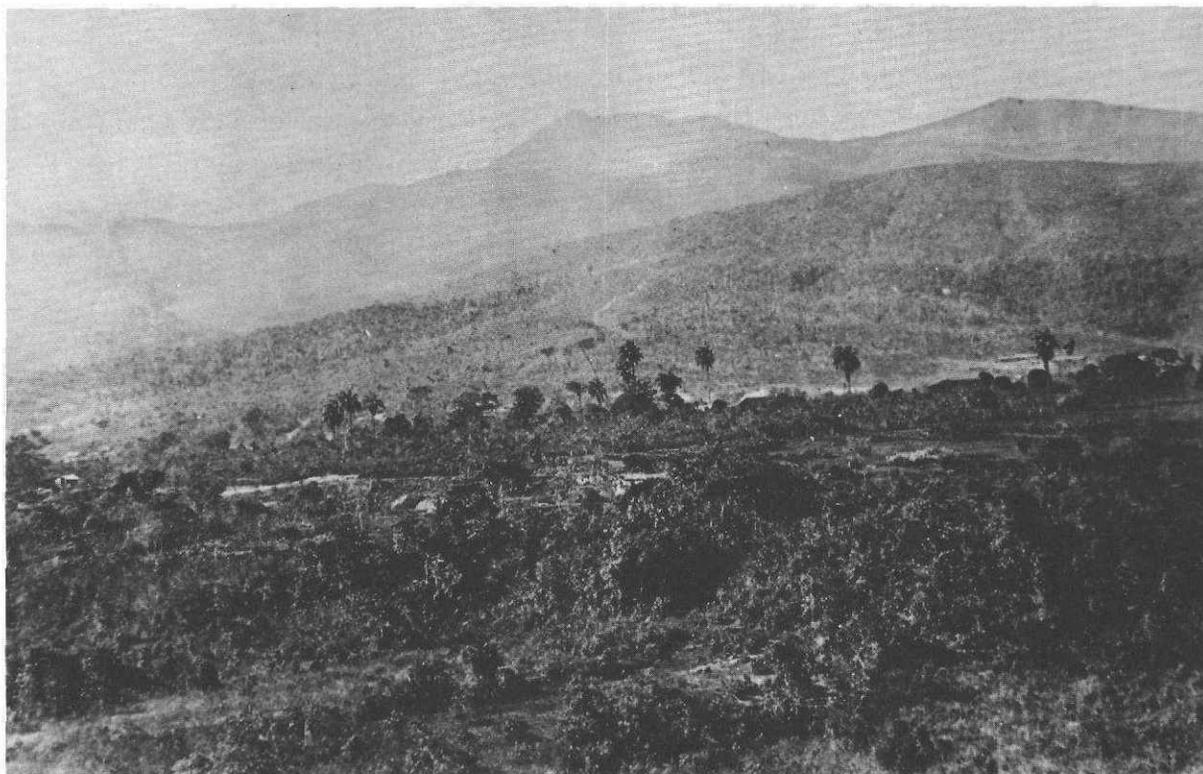
À tarde e pela noite adentro o povo continuou dando expansão às suas alegrias e ao seu entusiasmo. O Café Mineiro, a Confeitaria Rio de Janeiro, a Maison Moderne, La Stella di Italia e outros estabelecimentos dessa natureza estiveram com as suas portas abertas quase toda a noite, atendendo à grande freguesia que, em grupos animados, trocava congratulações pelo memorável acontecimento que acabava de assistir, da instalação da nova capital de Minas.

NOTAS

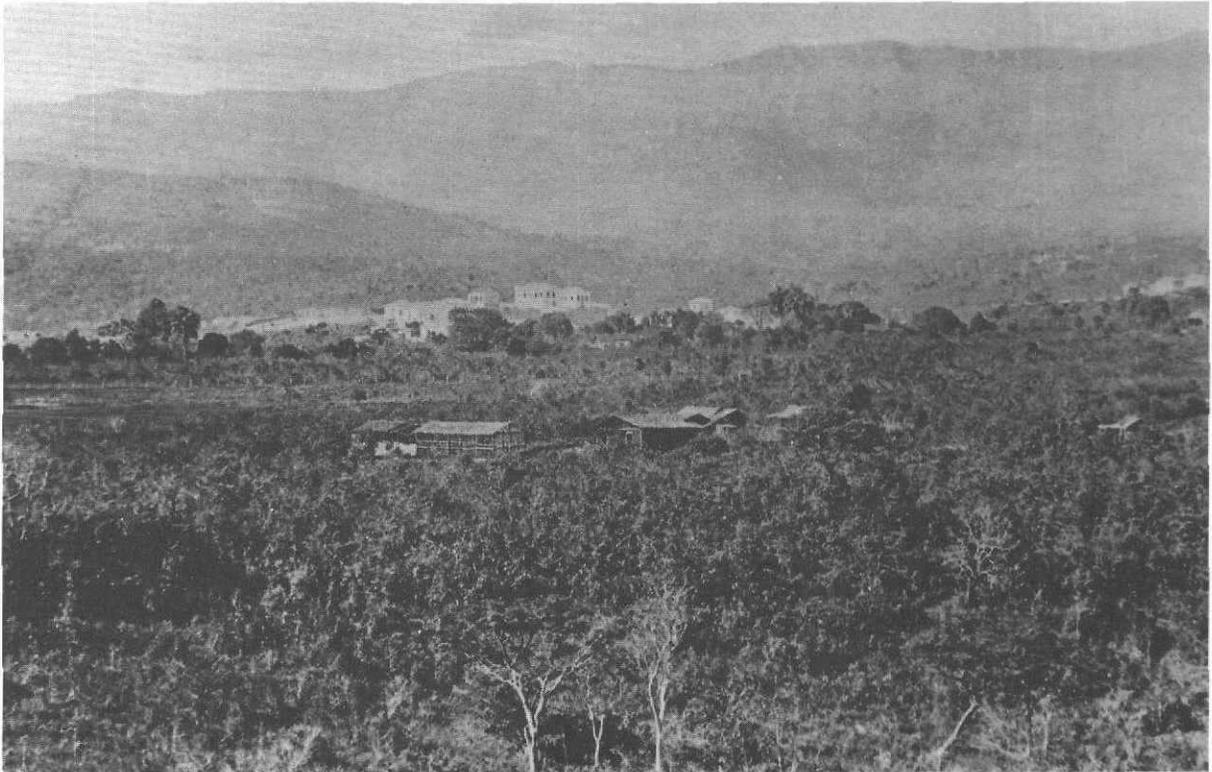
330 O TRIUNFO. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 21 dez., 1897.

331 MINAS GERAIS. Decreto n. 1.085, de 12 de dezembro de 1897. Declara instalada a Cidade de Minas e para ela transferida a sede do Governo. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais: 1897. Op. cit.*, p.229.

332 O TRIUNFO. *Op. cit.*, p.1.



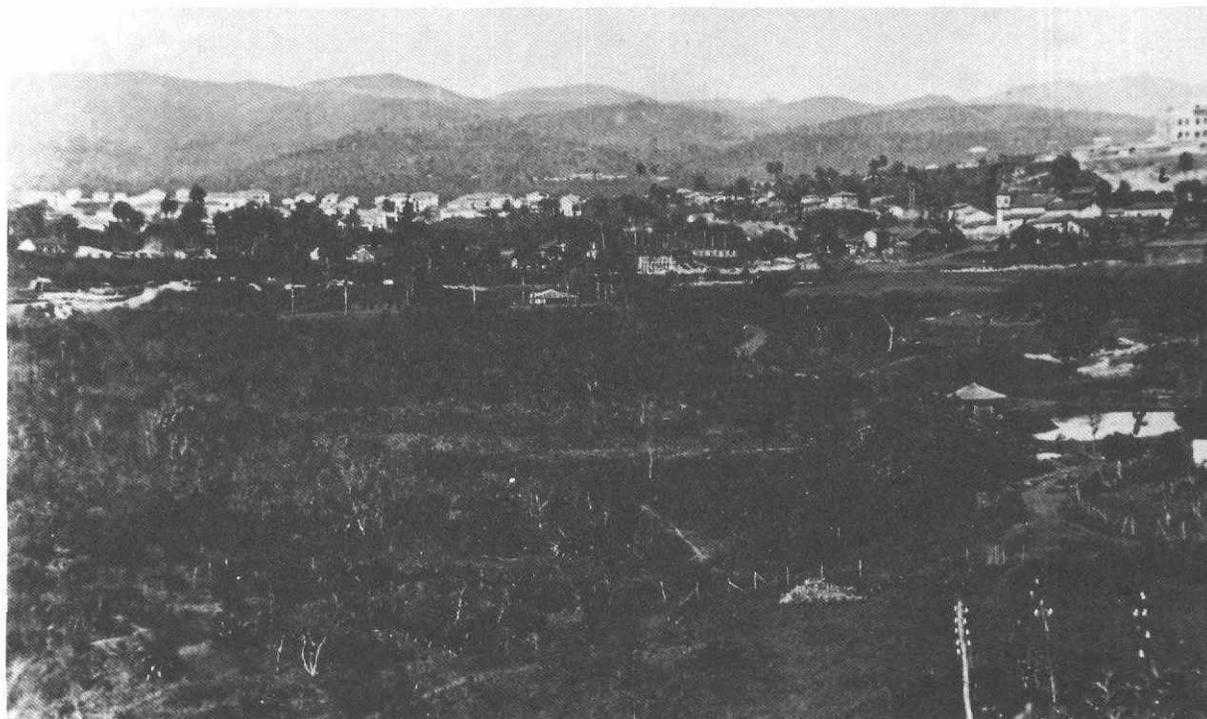
Panorama do bairro do Quartel (hoje Santa Efigênia) por onde passava a estrada que ia para Sabará, vendo-se (1) a olaria do Sr. Carlos Antonini.



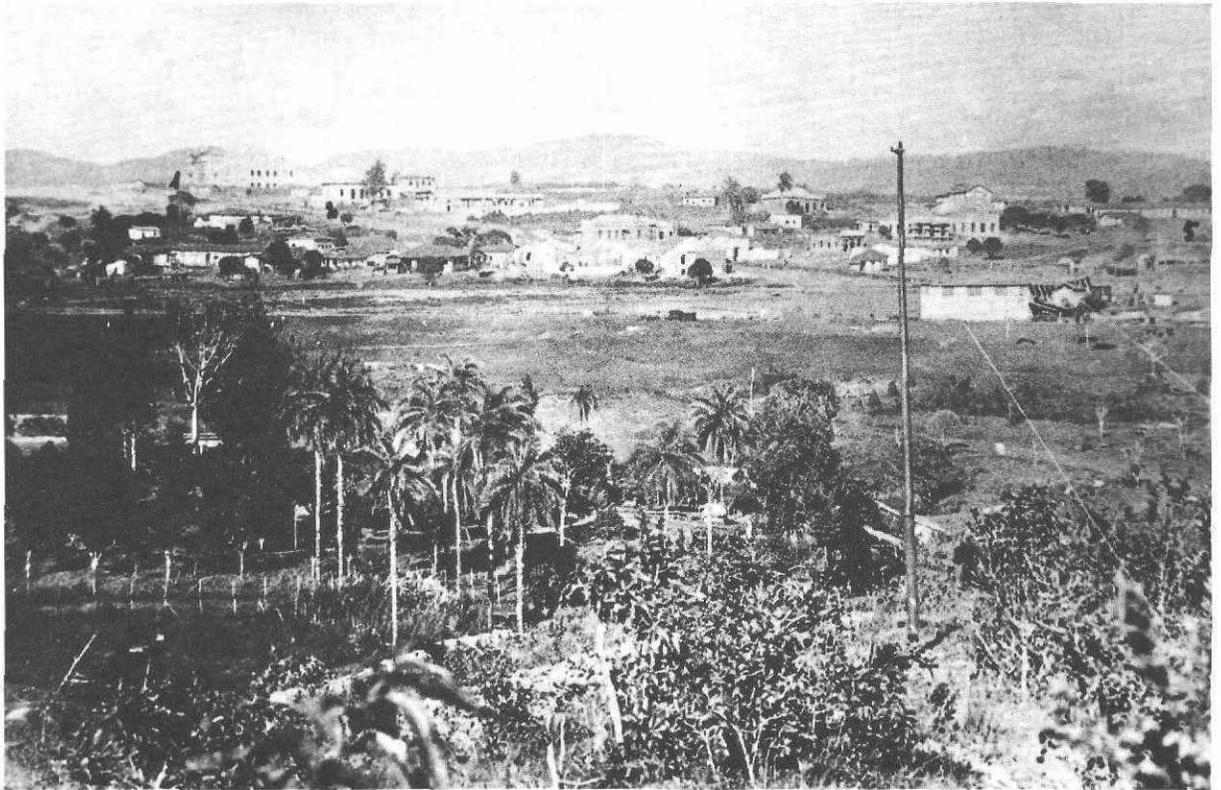
Início do bairro dos Funcionários, destacando-se um trecho da Rua Maranhão.



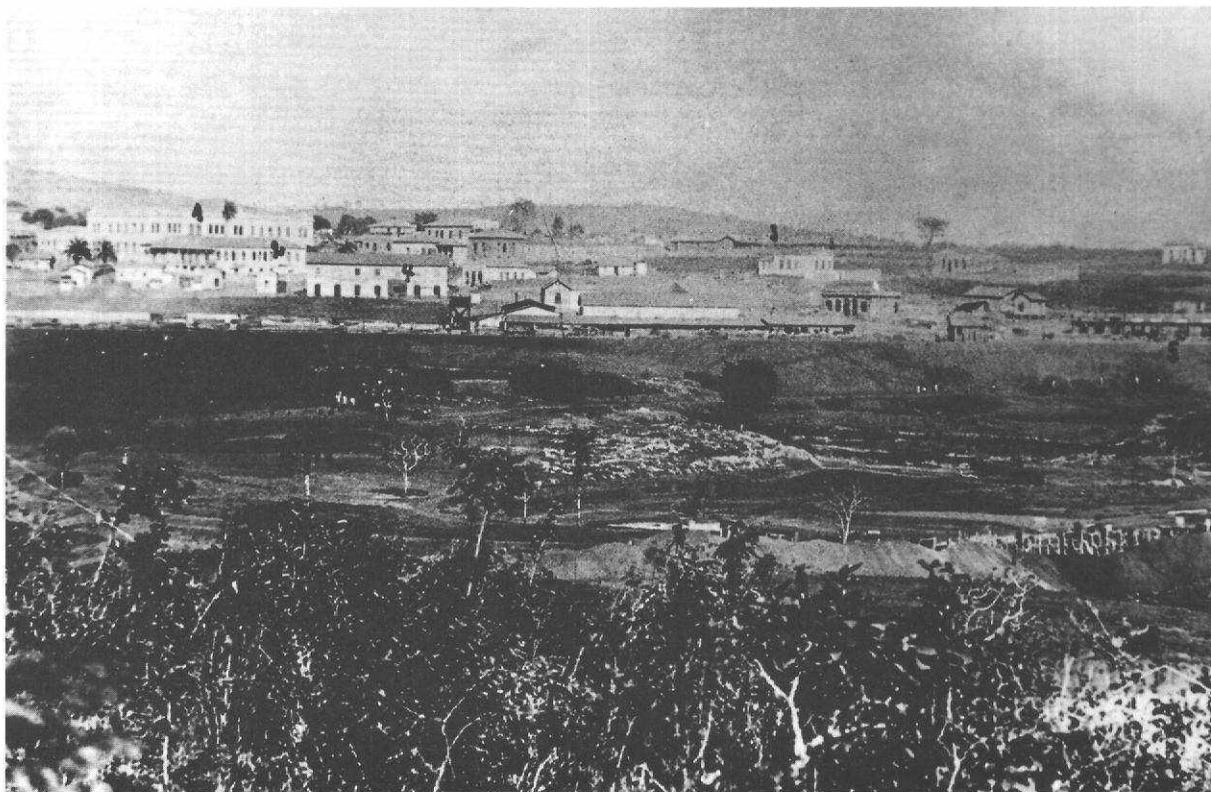
Continuação do bairro dos Funcionários, vendo-se, no alto do Morro do Cruzeiro, a caixa d'água.



Continuação do bairro dos Funcionários até a Praça da Liberdade, destacando-se: 1. a Distribuidora de Eletricidade, em construção; 2. a Velha Matriz da Boa Viagem; 3. partindo desta, mais ou menos na direção da atual rua das Alagoas, o casario antigo da Rua do Capão; 4. na extremidade, ao alto, a Secretaria da Agricultura, em construção; 5. atrás desta, casas antigas da Rua Santana; 6. ao lado direito da Secretaria, o local onde existiu a barroca aterrada pela Comissão Construtora; 7. abaixo da Matriz da Boa Viagem, o Parque em formação.



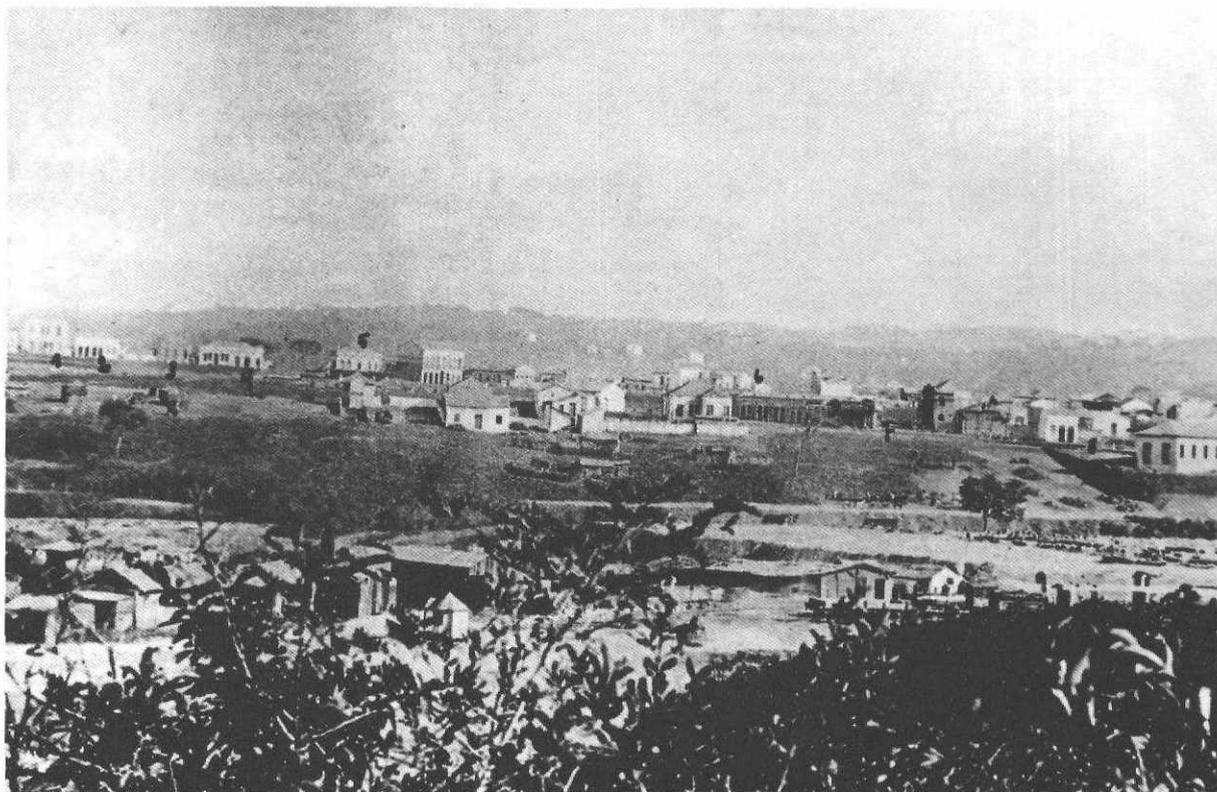
1. No alto, a Praça da Liberdade com as Secretarias das Finanças, concluída, e a do interior, em conclusão; 2. descendo, à direita, a Avenida da Liberdade (boje João Pinheiro), a casa do conselheiro Afonso Pena, a do secretário das finanças (atualmente Prefeitura), a do secretário do Interior (depois Senado e boje dependências da Prefeitura) em construção; 3. embaixo, entre prédios novos, várias casas velhas da Rua General Deodoro; 4. à direita e acima, o Largo e a antiga Capela do Rosário; 5. o Hotel Lima, na extremidade; 6. abaixo do casario, a Avenida Afonso Pena sem uma casa sequer; 7. ao lado dessa avenida, barracões das oficinas de carpintaria serraria e marcenaria; 8. embaixo, no outro lado dessa avenida, o Parque em formação.



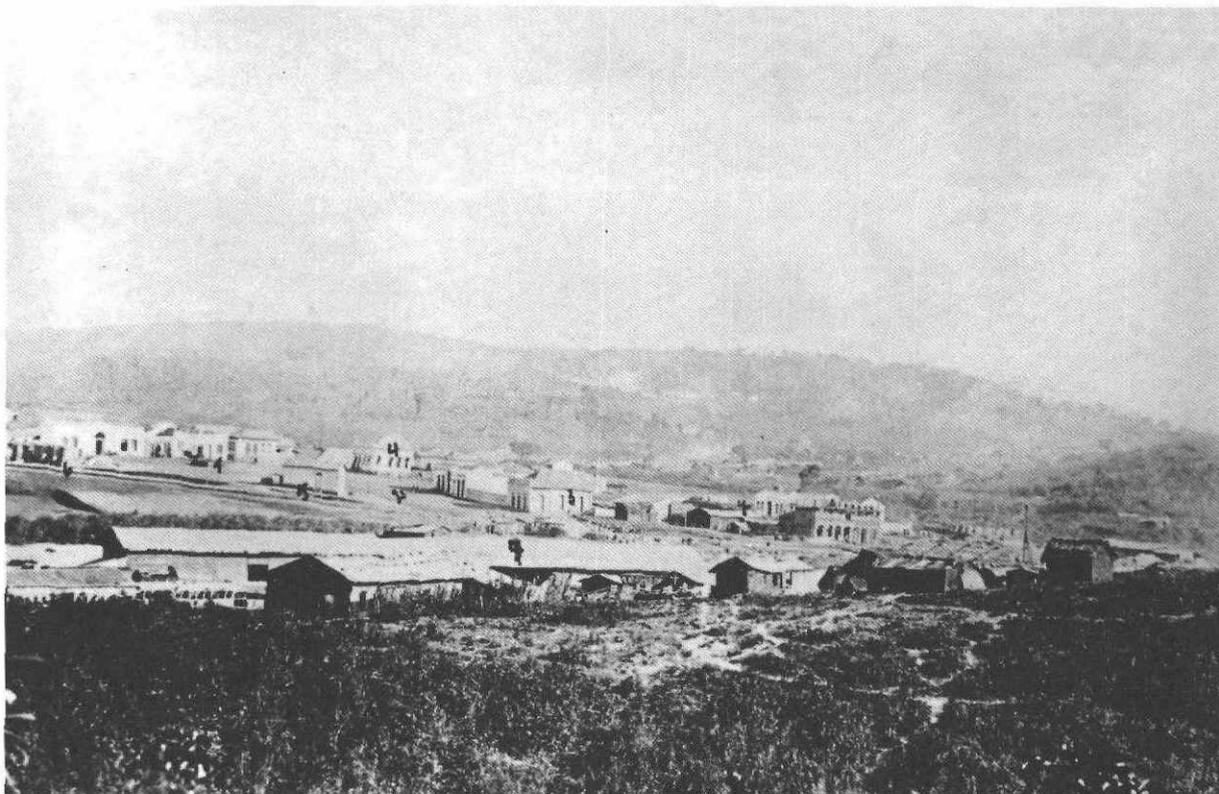
Em continuação vê-se: 1. o Grande Hotel; 2. a casa do Dr. Hermilo Alves, em cuja esquina se instalou a Farmácia Abreu; 3. a Rua da Babia em formação; acima desta, a Imprensa Oficial em construção; 4. na Rua Goiás, um grande barracão das oficinas de serraria e carpintaria; 5. a Avenida Afonso Pena com a Rua da Babia, vendo-se o grande barracão que mais tarde foi adaptado para o Teatro Soucasaux; na esquina fronteira, formado por essas vias públicas, em construção, o prédio em que hoje está o Palácio Hotel e o Bar do Ponto; 6. embaixo, o Parque.



O centro da cidade, vendo-se da esquerda para a direita: 1. na Rua Tupis, o sobradinho do Sr. Gaspar Andreze, construído por ele e sua senhora; 2. a casa do Sr. José Verdussen, construída na Rua Espírito Santo; 3. na Avenida Afonso Pena somente o prédio que foi dos Srs. Romano Fonseca e Viana, mais tarde delegacia fiscal, telégrafo e hoje reconstruído pelo Sr. Dr. Antônio Mourão Guimarães; 4. ao lado deste, no local em que está hoje a Matriz de S. José, o Almojarifado da Comissão Construtora, junto ao qual está um comboio de cargas do ramal férreo urbano, na Rua Espírito Santo; 5. acima desse local está o cemitério provisório; 6. pouco além deste, a Capela do Rosário, hoje ligada ao Orfanato Santo Antônio, o primeiro templo que se construiu na capital; 7. em frente à capela vê-se a casa comercial dos Srs. Cândido Lúcio da Silveira e Filho, na Rua São Paulo; 8. abaixo desta só se vêem barracões e cafuas; havendo apenas uma casa na Avenida Amazonas; cá embaixo, o Parque povoado de cafuas.



Em continuação na Rua São Paulo, vêem-se: 1. o sobrado do farmacêutico Seabra; 2. a casa que foi do Sr. Francisco Caetano de Carvalho; 3. a casa que pertence ao Sr. Luís Lourenço Rodrigues; 4. a casa do Sr. Álvaro José dos Santos, na esquina da Rua Carijós; 5. em frente a esta, o Hotel Brasil, do Sr. Antônio Romanelli, onde se instalou a agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; 6. na Avenida Afonso Pena, entre outras casas, o castelinho do Sr. Coronel Júlio César Pinto Coelho, onde está hoje o sobrado Falci; 7. na Rua Tupinambás, esquina com Avenida Amazonas, o Hotel Monte Verde, a primeira casa inaugurada na capital; 8. vê-se aí um trecho da Rua Espírito Santo; 9. embaixo, uma composição do ramal férreo urbano.



Em construção do bairro Comercial, vêem-se: 1. a Rua Espírito Santo, com três casas apenas, sendo uma na esquina da Rua Caetés, onde se instalou o Hotel Belém, hoje demolida para se construir um arranha-céu; 2. a Rua dos Caetés, com cinco casas; 3 e 4. sendo a primeira, de baixo para cima, o Hotel de Minas, e a da esquina com a Rua Espírito Santo, o açougue Miranda; 5. na Avenida Amazonas, o local em que se acha hoje o Hotel Sul-Americano (Edifício Aurélio Lobo); 6. na Avenida Amazonas, não se vê uma casa sequer; 7. na Avenida do Comércio, vêem-se poucas casas; 8. ao longe, na Lagoinha, só se vêem barracões e cafuas; 9. cá embaixo, na margem do Arrudas, barracões e cafuas.

REMATE DOS FESTEJOS INAUGURAIS - A PRIMOGÊNITA DA
CAPITAL - MANIFESTAÇÕES E OUTRAS HOMENAGENS AO
PRESIDENTE DO ESTADO, AO ENGENHEIRO-CHEFE DA COMISSÃO
CONSTRUTORA E A OUTROS VULTOS NOTÁVEIS



o alvorecer do dia 13, o segundo de existência da nova capital, os seus habitantes e hóspedes, não obstante fatigados pelas festividades e intensas emoções da véspera, continuaram entregues às vibrações entusiásticas, desde os primeiros albores da madrugada, quando reboou pela cidade uma salva de 21 tiros de dinamites e as bandas de música percorreram-na executando dobrados e marchas triunfais.

A essa hora, quem, por acaso, transpusesse um dos umbrais de pequena e obscura cafuva situada então atrás da Secretaria das Finanças, à margem da linha férrea do Ramal Urbano, aí conheceria a primogênita da nova capital, nascida uma hora depois de terminado o dia inaugural, isto é na primeira hora do dia 13. Efetivamente, lá veria em seu bercinho humilde a menina *Minas Horizontina*, filha do pintor do palácio e das secretarias, Sr. Cãnfora Luigi e de sua esposa, Sra. D. Ângela Coracci, italianos, chegados, havia pouco tempo, para trabalharem nas obras da capital. Coincidindo o nascer desta com o despertar da criança para a vida, os pais, como homenagem ao acontecimento que ainda festejava, deram-lhe o nome da cidade recém-nascida, combinando com o do arraial que deixara de existir. O registro civil dessa criança foi feito, dias depois, no cartório do velho escrivão Sr. José Pedro da Costa, hoje a cargo do Sr. João Bracarense, e foi testemunhado pelos Srs. Giuseppe Mariconi e Euseppe Saturno, que o assinaram.*

* Hoje, a Sra. D. Minas Horizontina está casada, tem três filhos e reside, bem como seus pais, no bairro da capital denominado Carlos Prates.

Em relação ao primeiro nascimento verificado no arraial, escrevi, em carta ao *Diário da Tarde* de 20/11/1940, o seguinte:

“No segundo volume da minha obra *Belo Horizonte* – Memória histórica e descritiva, mostrei, documentadamente, que a primeira pessoa nascida na nova capital de Minas (inaugurada a 12 de dezembro de 1897) foi a menina Minas Horizontina, que viu a luz da vida à uma hora de 12 para 13 daquele mês e ano.

Quanto ao período anterior, isto é, aquele que abrange a existência do arraial de Curral del Rei (1701-1890) e a do arraial de Belo Horizonte (1890-1897), é impossível saber-se quem nasceu aí em primeiro lugar, porque nos arquivos dos antigos templos da freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem não há livros de registro de nascimentos referentes aos tempos mais remotos da localidade e o livro de registro civil mais antigo do arraial data de 7 de abril de 1879 e foi instituído pelo art. 4º do Decreto n. 5.604, de 25 de abril de 1874, em virtude do art. 2º da Lei n. 1.829, de 9 de setembro de 1870.

Mas, à proporção que o dia avançava, prosseguiram as festividades conseqüentes da inauguração. Assim, logo às primeiras horas da manhã, a colônia portuguesa incorporada a um grupo de artistas e operários, precedidos das bandas musicais militar, operária e do Ginásio de Barbacena, foram ao Palácio saudar o Sr. presidente Bias Fortes, indo depois até à chácara do Parque, levar outras tantas saudações ao engenheiro-chefe da Comissão Construtora, homenageando também em seguida a outras individualidades salientes e à imprensa, através da palavra de seus oradores. Um desses homenageados foi o Dr. Salvador Pinto, secretário da Comissão dos festejos, que ofereceu aos manifestantes delicado lanche em sua residência à Avenida da Liberdade.

Às 7:30 h da noite, grande massa popular, precedida por duas bandas musicais, dirigiu-se, em *marche-aux-flambeaux*, à residência do Dr. Francisco Bicalho, no Parque, levando-lhe estrondosa e significativa manifestação de apreço e agradecimento de todas as classes sociais da Cidade de Minas. Num delírio de aclamações, a grande mole humana, empunhando milhares de lanternas venezianas e archotes, penetrou o nosso grande logradouro público e parou em frente à residência do homenageado. A bela vivenda do Dr. Bicalho estava fartamente iluminada e repleta de pessoas amigas, dentre as quais quase todos os seus auxiliares, o conselheiro Afonso Pena e muitas famílias.

Destacando-se dentre a multidão, Azevedo Júnior, em fúlgido discurso, disse por forma inexcitavelmente brilhante e expressiva, a saudação do povo ao eminente engenheiro e aos seus dignos auxiliares que, de maneira tão completa, vencendo toda sorte de empecilhos, com uma bravura sem par, tinham realizado a tarefa penosíssima que lhes confiara o governo, qual a de construir a nova capital em angustíssimo prazo fatal. Disse com exatidão e fulgor

Portanto, o que se pode afirmar com segurança é que o registro n. 1 desse livro é datado de 17 de abril de 1879 e se refere à menina Ana, filha de Joaquim Hermeto Damasceno e de sua esposa D. Maria Salomé dos Santos e nascida no dia 21 de março, no lugar denominado Ressaca.

O segundo livro de registro de nascimento do arraial, livro existente como o primeiro no cartório de 1º ofício da capital, data de 15 de dezembro de 1888 e foi aberto na forma do Regulamento n. 8.886, de 7 de março desse ano e o seu registro n. 1 é datado de 12 de janeiro de 1889; esse registro refere-se ao menino José, filho de Antônio Alves Martins e de sua esposa D. Olinda Ferreira Passos, nascido no dia 9 de janeiro mencionado, na Várzea do Cercado.

Se tomarmos para base dos registros a data da instalação da Comissão Construtora da nova capital (1º de março de 1894) verificamos, no mesmo livro de nascimentos citado, que a primeira pessoa aí registrada, após aquela data, e sob n. 281, a 20 de março, é o menino Manuel, filho de Francisco de Sousa e de sua esposa D. Flausina Luísa da Silva, nascido a 19 do mesmo mês, também na Várzea do Cercado e logo falecido.

Mas a primeira criança nascida no arraial, depois de instalada a Comissão Construtora, foi o menino Manuel Alves, nascido a 15 de março de 1894 e registrado sob n. 282, a 22 do mesmo mês, filho de Vitor Alves do Vale e de sua esposa D. Joaquina Luísa Pinto.

O registro da menina Abigail, nascida a 13 de junho de 1895, filha do Sr. Alberto da Cunha Horta e de sua esposa Ex^{ma}. Sra. D. Cândida Alves Horta, então moradores à Rua de Trás, na casa n. 42, é efetivamente de n.4 e foi feito a 14 do mencionado mês e ano, no terceiro livro de registro de nascimentos.

Acontece, porém, que esse n. 4 do registro se refere à numeração de ordem do referido livro n. 3 e não à de ordem de todos os nascimentos verificados no arraial.

Por isso, nem mesmo em relação ao início dos trabalhos da Comissão Construtora (1º de março de 1894) esse registro se refere à primeira pessoa nascida no arraial. Essa primeira pessoa em relação ao período em apreço é, como ficou dito, o menino Manuel Alves, nascido a 15 de março de 1894.

Como se vê, Sr. redator, à *História de Belo Horizonte*, na parte que já foi escrita, continua não tendo novidade para o seu muito agradecido amigo e admirador, que lhe será muito grato pela publicação desta. *Abílio Barreto* (20/11/1940).

singular ao grande chefe a infinita gratidão do povo por aquela obra imortal, que era um verdadeiro milagre de operosidade, sendo as suas palavras entrecordadas de aplausos.

Em nome do Dr. Bicalho e da Comissão falou agradecendo o Dr. Pedro Sigaud, seguindo-se-lhe com a palavra o Dr. Olinto Meireles que, depois de enaltecer o acontecimento da mudança da capital, pôs em relevo os grandes serviços efetuados pela Comissão, referindo-se especialmente aos Drs. Bicalho e Adalberto Ferraz, o primeiro como chefe geral e o segundo como encarregado dos complexos e delicados serviços municipais.

Agradecendo em nome da Comissão, em nome do Dr. Bicalho e no seu próprio nome, o Dr. Adalberto Ferraz reivindicou para o governo do Estado as glórias do acontecimento que tanto envaidecia e exaltava a gratidão do povo mineiro.

Também usou da palavra o coronel Francisco Bressane que, em seu nome e como representante da imprensa local, declarou sentir-se feliz em saudar ao Dr. Bicalho e a seus denodados auxiliares ao fim de tão brilhante jornada, quando todos eles tinham as fronte coroadas de louros da mais estupenda vitória. Terminou por erguer vivas aos homenageados, ao presidente Bias Fortes e ao Estado de Minas.

Após os agradecimentos do Dr. Bicalho, em sentido e sucinto discurso, este incumbiu ao Dr. Prado Lopes de focalizar ali os inolvidáveis serviços que haviam sido prestados a Minas pelo Dr. Aarão Reis, como primeiro chefe da Comissão Construtora, seu organizador e a quem se devia o planejamento e os estudos preliminares e básicos e os principais projetos da nova capital. E o Dr. Prado Lopes, em feliz improviso, fez o elogio da grande eficiência de ação e da notável obra realizada pelo Dr. Aarão Reis em Belo Horizonte, pelo que o nome do notável engenheiro estaria imorredouramente ligado ao monumento erguido por Minas sobre os escombros do velho e tradicional arraial, que acabava de desaparecer. Terminou dirigindo uma saudação muito expressiva à Mãe de Família, encarnada na virtuosa esposa do Dr. Francisco Bicalho.

Com esse discurso, deu-se por terminada a manifestação, seguindo os manifestantes pela Avenida da Liberdade até à Praça, cujo aspecto era deslumbrante, graças ao surpreendente efeito da ornamentação, realçado pela farta iluminação.

Em frente ao Palácio Presidencial, o Sr. Manuel da Silva Lima pronunciou entusiástico discurso, congratulando-se com o Sr. presidente Bias Fortes e com o Congresso mineiro pela vitória que Minas vinha de alcançar com a inauguração da sua nova capital.

Descendo a escadaria do palácio ainda inacabado, o Dr. Aureliano Magalhães, chefe de Polícia, veio comunicar ao povo que o Sr. presidente do Estado não poderia comparecer ali, por se achar enfermo, acamado, desde a véspera. Por isso, agradecia em nome de S. Ex^a aquelas homenagens.

Então, o coronel Bressane interpretando o sentir dos manifestantes, lamentou a enfermidade do Sr. presidente Bias Fortes, tanto mais quando, assim, S. Ex^a privava o povo do prazer de homenageá-lo, como merecia. Terminou formulando votos sinceros pelo pronto restabelecimento do grande chefe mineiro.

Falaram ainda: o poeta Artur Lobo, saudando o governo em nome da Loja Maçônica e augurando todas as prosperidades à Cidade de Minas; o coronel Francisco Bressane, saudando o presidente da República, Dr. Prudente de Moraes; o Dr. Francisco Mendes Pimentel, diretor de *A Folha*, de Barbacena, para dizer que a instâncias de amigos, ia ele, hóspede ainda de poucas horas da Cidade de Minas, falar em nome dela, cuja grandeza, desenvolvimento e singular beleza lhe haviam produzido impressão muito acima da sua expectativa, a qual expôs, salientando as dificuldades vencidas na grande obra, em período de tempo tão curto; rememorou a campanha insidiosa e impatriótica de descrédito levantada contra o monumental empreendimento e contra o governo do Estado; pôs em evidência os esforços inauditos que haviam feito o Estado e a Comissão Construtora, edificando a nova capital, com a qual Minas rasgava novos, amplos e belos horizontes ao seu progresso; por isso, em nome dela saudou ao Sr. presidente Bias Fortes; pelo Sr. presidente do Estado, o Dr. Aureliano Magalhães agradeceu em um só discurso a todas as saudações dirigidas a S. Ex^a e terminou dirigindo expressiva saudação à imprensa; em nome desta, o jornalista Azevedo Júnior, dizendo que a imprensa preparava as rosas do Capitólio e as urzes da Tarpéia, tinha bênçãos para os que cumpriam os seus deveres e maldição para os que os atraçoavam, folgava em ouvir referências à imprensa, feitas por quem já estivera nessa oficina do pensamento, não como operário, mas na posição de chefe; por isso, como soldado da mesma imprensa, agradecia a saudação do Dr. Aureliano de Magalhães.

Naquele momento ali chegaram alguns membros da Comissão dos festejos, acompanhados pela banda de música do Ginásio de Barbacena, que cumprimentaram o Sr. presidente do Estado na pessoa do Dr. Aureliano Magalhães, dando-se, então, por encerradas as festividades daquela noite. Mas o povo, tendo à sua frente as corporações musicais, atravessou a praça, desceu pela Avenida da Liberdade, percorrendo diversas ruas em aclamações constantes, até alta noite, quando se dispersou, na mais perfeita ordem.

XLII

O DR. F. BICALHO PEDE EXONERAÇÃO -
HOMENAGEM AO DR. PRADO LOPES -
O DR. BICALHO DIRIGE UMA CIRCULAR AOS SEUS AUXILIARES -
EXTINGUE-SE A COMISSÃO CONSTRUTORA -
O PRIMEIRO BANQUETE NO PALÁCIO DA LIBERDADE -
CRIA-SE A PREFEITURA -
DEPOIS DE RECEBER OUTRAS HOMENAGENS
O DR. BICALHO RETIRA-SE DA CAPITAL

inda naquele dia 13 o Dr. Francisco Bicalho havia dirigido ao Sr. presidente do Estado o seguinte Ofício n. 251:

Ex^{mo}. Sr. Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, presidente do Estado. Tendo sido ontem lavrado o auto de instalação da capital na nova cidade e devendo, naturalmente, ser dada uma outra organização para conclusão das obras do Estado, que se acham em andamento, e bem assim criada a administração Municipal para a direção dos respectivos serviços e obras, venho solicitar de V. Ex^a minha exoneração do cargo de engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital.

Atendendo às dificuldades de toda sorte e à falta de recursos com que se teria de lutar, foi por demais curto o prazo marcado pela Constituição para a construção de toda uma cidade, dotada dos melhoramentos e requisitos exigidos pela vida social moderna.

Graças, porém, à patriótica iniciativa do benemérito antecessor de V. Ex^a e, principalmente, à força de vontade, largueza de vistas e energia de ação com que V. Ex^a conseguiu vencer dificuldades que pareciam insuperáveis, acha-se cumprida a disposição de nossa lei fundamental.

Com o maior júbilo, congratulo-me, portanto, com V. Ex^a pelo fato que foi ontem solenizado e que constituiu mais um título de benemerência com que os anais da história mineira recomendarão à gratidão dos vindouros o nome de V. Ex^a.

É certo que nem todas as obras estão concluídas e os calçamentos apenas executados em parte relativamente pequena, mas não me parece que fosse possível fazer-se mais do que se fez.

Não há exemplo no Brasil de trabalhos feitos, na quantidade, variedade e presteza, com que o foram os de Belo Horizonte e semelhante resultado o foi devido ao fervoroso empenho com que V. Ex^a se consagrou, dedicando-lhes sempre a mais cuidadosa atenção.

Sem dúvida alguma a Comissão Construtora não teria conseguido o que conseguiu, se não tivesse encontrado no benemérito presidente do Estado o decidido apoio com que

a sustentou, a tenacidade com que a animou e a energia e prontidão com que removeu dificuldades.

Finda a missão com que fui honrado, não posso calar os meus sentimentos de profunda gratidão pelas provas de confiança com que V. Ex^a me distinguiu e que constituem preciosa distinção a que ligo o maior valor.

Seja-me também permitido, como cumprimento de um dever, para mim muitíssimo grato, recomendar, neste momento, ao patriótico governo de V. Ex^a, como dignos de real apreço, os serviços prestados pelos meus distintos companheiros de trabalho, que não pouparam esforços nem mediram sacrifícios para levarem a bom termo a pesada tarefa que lhes coube e à qual consagraram todas as suas forças com inexcedível dedicação. Saúde e fraternidade. O engenheiro-chefe, *Francisco Bicalho*".

Esse ofício fora encaminhado ao Sr. presidente do Estado por intermédio do Sr. secretário interno da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a quem o Dr. Bicalho dirigira o de n. 252, da mesma data.

No dia 14, a capital recém-nascida ainda não tinha dado por terminadas as demonstrações do seu regozijo e ainda se entregava a expansões congratulatórias e agradecidas. Assim foi que, ao anoitecer, os funcionários da Divisão de que era chefe o Dr. Antônio do Prado Lopes, encarregado dos serviços do ramal férreo, tendo à sua frente uma banda de música, fizeram-lhe significativa manifestação de apreço, indo à sua residência, onde falaram o major Jardim e o Dr. Pedro Sigaud, salientando quão valiosa tinha sido a ação do manifestado naquele ramo de serviço que tão decisivamente havia cooperado para a construção da capital, focalizando o seu zelo, a sua delicadeza aliada à energia, que o tornara considerado mais um companheiro acatadíssimo do que um chefe. Terminando o seu discurso, o major Jardim ofereceu-lhe, em nome da 5^a Divisão, um aparelho de prata para chá.

Em imaginoso e emocionado discurso, o Dr. Prado Lopes agradeceu a cativante homenagem e congratulou-se com seus companheiros pelo término feliz da ingente tarefa em que todos haviam empregado o melhor de seus esforços e inteligência e prestado a Minas assinalado serviço.

Terminado o período das festividades inaugurais e retiradas quantas pessoas tinham vindo compartilhar delas, começou a Cidade de Minas a ensaiar os seus primeiros passos para a existência que se lhe abria cheia de animações, palpitante de vida, envolta em refulgente halo de esperanças...

Já era tempo de se cuidar da nova ordem de sua vida e de suas coisas e, assim, no dia 18, o Dr. Francisco Bicalho expediu a seguinte circular aos seus auxiliares:

"Com a correção, desinteresse e elevação de sentimentos com que sempre procederam, dando assim um motivo de orgulho e ufania ao companheiro e amigo, que teve a fortuna de dirigir tão briosa Comissão, todos os Srs. chefes de serviço e engenheiros, sem exceção, o médico, o secretário, o representante do Rio, o almoxarife, o tesoureiro, muitos condutores, desenhistas e empregados de administração, sem dúvida no intuito de não trazerem ao



Dr. Antônio do Prado Lopes, chefe da Divisão encarregada do ramal férreo.

governo o mais ligeiro embaraço para a nova organização que tem de ser dada para a conclusão de alguns trabalhos e para a instalação dos serviços municipais, apresentaram-se seus pedidos de exoneração dos cargos em que, com tanto brilhantismo e distinção, prestaram os mais relevantes serviços em prol da edificação da Cidade de Minas.

Levo este fato ao conhecimento do governo, mas não darei andamento e solução a tais requerimentos, sem que tenha o governo resolvido sobre a nova organização, pedindo aos meus distintos companheiros que continuem até então a desempenhar as funções que lhes cabem com o zelo e dedicação a que já me habituaram, pois não podem ficar sem direção os trabalhos e serviços que se acham em andamento.

Grande número dos referidos requerimentos veio acompanhado de cartas, que muito me honram e desvanecem, e, na impossibilidade de responder desde já a todas elas, peço aos seus signatários que aceitem os protestos de minha sincera gratidão e a asseveração de que guardarei sempre a mais efetuosa e grata recordação de todos aqueles que compuseram a briosa e esforçada Comissão, que me orgulho de ter dirigido.”

No mesmo sentido o engenheiro-chefe havia dirigido ao secretário da Agricultura, no dia 16, o Ofício n. 255, e no dia 3 de janeiro de 1898, com a expedição do decreto do governo do Estado concedendo-lhe a exoneração do cargo que exercia, ficou virtualmente extinta a Comissão Construtora. Mas a extinção se tornou realmente efetiva pelo Decreto n. 1.095, dessa mesma data, concebido nestes termos:

“O doutor presidente do Estado de Minas Gerais resolve extinguir a Comissão Construtora da Nova Capital, criada pelo Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894, e reorganizada pelos de n. 826 e 827, de 7 de julho de 1895, passando a direção dos serviços a ela confiados para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que conservará pessoal necessário à conclusão das obras em andamento e ao tráfego do ramal férreo.”³³³

Na véspera do dia da lavratura desse decreto, às 6 horas da tarde, realizava-se no Palácio Presidencial o banquete oferecido pelo Sr. presidente Bias Fortes à Comissão Construtora, o primeiro que se efetuou ali.

À cabeceira da mesa sentou-se o Sr. Dr. Bias Fortes, tendo à sua esquerda os Srs. Drs. Henrique Diniz, Francisco Sales e Francisco Sá, e à direita os Srs. Drs. Francisco Bicalho, Adalberto Ferraz e Estêvão Lobo. Os demais lugares foram ocupados pelos engenheiros da Comissão e outros convidados.

Ao *champagne*, ergueram-se os seguintes brindes: do Dr. Bias Fortes ao Dr. Francisco Bicalho e ao Dr. Aarão Reis, agradecendo em nome de Minas os assinalados serviços que haviam prestado como chefes da Comissão Construtora; do Dr. Adalberto Ferraz, em nome do Dr. Francisco Bicalho, agradecendo a saudação e congratulando-se com o governo por se achar instalado em sua nova capital; do Dr. Francisco Sales ao Dr. Adalberto Ferraz, como denodado auxiliar da Comissão e organizado dos serviços municipais da Cidade de Minas; deste ao Dr. Afonso Pena, como iniciador do grandioso cometimento de Minas; do Dr. Francisco Sá aos secretários de Estado, seus antigos companheiros de administração; do Dr. Bias Fortes à

Comissão Construtora; do Dr. Prado Lopes, agradecendo em nome desta; do Dr. Estêvão Lobo aos engenheiros da Comissão, na pessoa do Dr. Manuel Couto; do Dr. Pedro Sigaud ao Dr. Adalberto Ferraz; do Dr. Francisco Sá à Comissão, nas pessoas dos chefes de Divisão; do Dr. Olímpio de Assis ao Dr. Hermilo Alves; do Dr. Alberto Horta, agradecendo em nome do Dr. Hermilo; do Dr. Luís Silva à administração do presidente Bias Fortes. Rematando a série de brindes, o Sr. presidente do Estado enalteceu os serviços prestados a Minas pelo marechal Jerônimo Jardim, quando diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, e ergueu o brinde de honra ao Sr. Dr. Prudente de Moraes, presidente da República. E assim terminou aquele banquete congratulatório e de agradecimento, o primeiro realizado no Palácio da Liberdade, e que significava a consagração dos heróicos e gloriosos esforços dos construtores da nova capital.

No dia em que foi extinta a Comissão Construtora, o Dr. Francisco Bicalho, em Ofício n. 2, enviou ao secretário da Agricultura os pedidos de exoneração que lhe haviam sido apresentados anteriormente pelos seus auxiliares e, no dia 5, em Ofício n. 4, ao mesmo secretário, comunicava-lhe:

“Pelo Aviso n. 5, de 4 do corrente, dignou-se V. Ex^a comunicar-me que, tendo sido extinta, por decreto de 3, a Comissão Construtora da Nova Capital, foi concedida a exoneração pedida pelos funcionários constantes da relação que acompanhou o mesmo aviso, devendo ser aproveitados os serviços dos demais empregados da mesma Comissão, de conformidade com as ordens expedidas por essa Secretaria. Tendo sido, igualmente, concedida, na mesma data, a exoneração que pedi de engenheiro-chefe da Comissão Construtora, com a declaração de que a direção dos respectivos serviços passam à Secretaria da Agricultura, penso que, para execução do disposto no referido aviso e tendo em vista a declaração com que ele termina, só me cabe a entrega dos serviços que se acham a cargo dos engenheiros dispensados. Assim, dei ordem ao chefe da 5^a Divisão, engenheiro Antônio do Prado Lopes Pereira, para entregar os serviços ao seu imediato, o condutor de 1^a classe, Sr. Barbosa Resende; ao engenheiro Manuel da Silva Couto, para passar ao engenheiro Pedro da Nóbrega Sigaud não só os serviços da 7^a Divisão, como também os da 4^a, visto não ter ficado nesta, funcionário algum; ao representante interino da Comissão, Sr. Benjamim Constant Quadros, para passar igualmente os encargos da Agência no Rio ao seu imediato, Sr. Guilherme Cogorno de Oliveira, e, finalmente, ao engenheiro Américo Diamantino Lopes, para entregar os serviços de eletricidade, no Freitas, ao engenheiro Eduardo Alves da Silva Porto, encarregado de idênticos serviços na cidade. Rogo a V. Ex^a que se digne determinar a quem deve apresentar-se ao secretário da Comissão, Sr. Artur Rodrigues Lira, a quem passo os serviços da 1^a Divisão, que a mim estavam diretamente afetos. Cabe-me acrescentar que, além dos empregados que pediram exoneração e cujos requerimentos tive a honra de passar às mãos de V. Ex^a, com o meu Ofício n. 2, de 3 do corrente, existem outros que não sei se acham incluídos no número daqueles aproveitados nos termos da declaração final do Aviso n. 5, a que me referi. Ao terminar, devo declarar que, com o maior prazer, ficarei à disposição de V. Ex^a, alguns dias, para qualquer explicação ou serviços que, porventura, possam ser úteis e reitero os protestos

da minha gratidão pelas provas de honrosa confiança com que V. Ex^a sempre me distinguiu.”

Extinta a Comissão Construtora, os restantes serviços de construção, que estavam a seu cargo, passaram com alguns funcionários à Secretaria da Agricultura, como determinou o Decreto n. 1.095, exceção feita dos de caráter municipal, que foram transferidos para a Prefeitura.

Anteriormente, isto é, a 29 de dezembro de 1897, havia sido criada esta Prefeitura, pelo Decreto n. 1.088,³³⁴ sendo na mesma data nomeado seu primeiro prefeito o Sr. Dr. Adalberto Ferraz da Luz, com os seguintes funcionários aproveitados do quadro da Comissão Construtora, segundo o Aviso n. 15, de 17 de janeiro de 1898, da Secretaria da Agricultura: Drs. Ludgero Wandick Dolabela, Luís José da Silva, Bernardo Joaquim de Figueiredo, Artur Rodrigues Lira, Luís Barbosa de Resende, Luís Gomes Pereira, major Luís R. de Moraes Jardim, Francisco da Silva Lobo, Otávio Barbosa Carneiro, Baltazar Marques, Baltazar Reis, Lahire de Figueiredo Vasconcelos, Paul Villon, João do Amaral Franco, João Batista Carneiro, Leopoldo César Gomes Teixeira, Pedro Joaquim de Almeida, Antero Adolfo da Silveira, Joaquim Ramos de Lima, Alfredo Alves Pinto e Guilherme A. Cogorno de Oliveira.

Segundo o mesmo aviso, passaram a trabalhar na Secretaria da Agricultura os seguintes funcionários da extinta Comissão: Dr. Pedro da Nóbrega Sigaud, Eduardo Alves da Silva Porto, Bráulio Pena, Edgar Nascentes Coelho, Alberto Horta e Marcos Mettrou Gavino. Os demais funcionários da Comissão foram exonerados.

Antes da sua partida da Cidade de Minas, mais uma carinhosa e expressiva homenagem foi prestada ao Dr. Francisco Bicalho. Apesar de chuvosa a tarde de 25 de dezembro de 1897, os amigos e colegas, precedidos de uma banda de música, levaram-lhe, à sua pitoresca vivenda no Parque, afetuosa manifestação de apreço, discursando por essa ocasião o Dr. João Gomes Rebelo Horta, que lhe ofereceu em nome dos presentes um rico faqueiro de prata encerrado em linda caixa de madeira de lei forrada de camurça e um excelente barômetro-ancro. Em cada uma das caixas contendo aqueles mimos havia um cartão de prata com a seguinte inscrição: “Ao Dr. Francisco Bicalho - alguns amigos e admiradores. B. Horizonte, 17/12/97.”

Na mesma ocasião o orador ofereceu à Ex^{ma}. esposa do homenageado belíssimo ramallete de flores artificiais, em cuja fita de gorgorão verde e grená franjada de ouro lia-se expressiva dedicatória.

Depois do discurso de agradecimento do Dr. Bicalho, serviu-se delicada mesa de doces e *champagne*, havendo então uma revoada oratória, sendo brindados: o Dr. Bicalho, os empreiteiros e tarefeiros, nas pessoas dos Srs. Dr. Joseph Lynch e Antônio Tricoli, os chefes da Divisão da Comissão Construtora, a colônia italiana, a classe operária, o Dr. Hermilo Alves, o Dr. Aarão Reis, a engenharia brasileira, o corpo legislativo, representado pelo senador Horta, as senhoras brasileiras, a imprensa, o Dr. João Pinheiro, o Dr. Domingos Rocha e o Dr. Herculano

Pena. O brinde de honra foi erguido pelo Dr. Lynch aos Drs. Afonso Pena e Bias Fortes.

Em todos aqueles discursos sentia-se o ardor entusiástico, a ufania com que era celebrada a vitória de Minas por haver inaugurado a sua nova capital e sentia-se a sinceridade com que todos enalteciam a glória dos construtores da cidade.

Dias depois, isto é, a 15 de janeiro de 1898, o Dr. Bicalho e sua Ex^{ma}. família partiam da Cidade de Minas para Juiz de Fora, sendo ainda grandemente homenageados por ocasião do seu embarque. A estação estava literalmente repleta de todas as classes sociais da cidade e foram comovedoras as despedidas. Até General Carneiro, os que partiam foram acompanhados pelas seguintes pessoas: Drs. Henrique Diniz, secretário do Interior, Francisco Sales, secretário das Finanças e Interino da Agricultura, Adalberto Ferraz, prefeito da capital e família, deputado federal Alfredo Pinto, Dr. Gomes de Sousa, Dr. Pinheiro Campos, Dr. Cícero Ferreira, coronel Francisco Bressane, Dr. Parker, Dr. Manuel Couto, Dr. Ludgero Dolabela, Dr. Prado Lopes, Dr. Porto, Dr. Olímpio de Assis, Dr. Bráulio Pena, Dr. Joseph Lynch e família, Dr. Bernardo Figueiredo, Honório Couto, Dr. Luís Silva, Artur Lira, Luís Gomes Pereira, Leopoldo César Gomes Teixeira, Alberto Bressane, capitão Antônio Lopes de Oliveira, Alberto Horta, João Gomes, Pedro de Almeida, Joviano Coelho, capitão Caetano Lopes, Juscelino de Queirós, Joaquim Ramos de Lima, Baltazar Marques, Baltazar Reis, Antônio Berredo Lisboa, José Cerqueira, Drs. João e Lucas Proença, Gustavo Farneze, Otávio Carneiro, Lahire de Vasconcelos, José d'Ávila Goulart, Henrique Sarty, Honório Gandra, Domingos Barbosa, José e Antônio Tricoli.

Pode-se afirmar com absoluta certeza que foram verdadeiramente consagradas as homenagens que a Cidade de Minas prestou ao Dr. Francisco Bicalho, desde o dia da instalação oficial da capital até o momento de sua partida.*

* Nasceu o dr. Francisco de Paula Bicalho a 18 de julho de 1847, na cidade de São João del Rei. Era filho de Lucas Claudemiro Dias Bicalho e D. Maria Augusta Carneiro Leão Dias Bicalho, irmã do Marquês do Paraná. Iniciou a vida como caixeiro de um seu cunhado, tentou o curso de Direito e, afinal, fez o curso da Escola Politécnica, diplomando-se em Engenharia Civil em 1871. Antes de vir assumir o posto de chefe da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas, ocupou destacadas posições em serviços profissionais. Deixando a Comissão Construtora, ainda em 1898, foi nomeado diretor da Estrada de Ferro Leopoldina Railway Company Ltd. Em 1901 foi encarregado pelo Governo Federal de receber a Estrada de Ferro Recife e a Estrada de Ferro Sul de Pernambuco e entregá-las à Great Western of Brazil Railway Company, arrendatária de ambas. Em agosto desse mesmo ano foi nomeado inspetor geral das Obras Públicas da Capital Federal e nesse cargo prestou relevantíssimos serviços, dotando a cidade de grandes melhoramentos. Em 1903 foi nomeado chefe da Comissão das Obras de Melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro e logo em seguida diretor técnico da Companhia Fiscal e Administrativa das mesmas obras. Nesse posto, delineou todo o plano e projetos dessas obras, porto, cais, avenida e armazéns e, como complemento delas e melhoramento da cidade, os da abertura da Avenida Central, prolongamento até o mar do Canal do Mangue e arrasamento do Morro do Senado. Dessas obras, salvo as da Avenida Central, confiada ao engenheiro Paulo de Frontim, todas as demais foram iniciadas, feitas e concluídas sob a direção técnica do Dr. Francisco Bicalho. Também o plano financeiro para execução dessas obras era seu e mereceu os mais honrosos elogios dos competentes. O denominado "Projeto Bicalho" para melhoramentos do porto compreendia também o prolongamento do atual porto até a ponta do Caju e outros trabalhos, considerados padrões de obra técnica. Aposentado em 1911, veio a falecer em Petrópolis às 5 horas da manhã do dia 18 de novembro de 1919, com 72 anos de idade, deixando viúva D. Isabel de Menezes Bicalho, com quem se casara a 18 de dezembro de 1875. Foi sepultado no Cemitério de S. João Batista do Rio de Janeiro, sendo-lhe prestadas excepcionais homenagens, em Petrópolis, durante a trasladação do corpo e no cemitério, onde falou o Dr. José Luís Lecoq de Oliveira, dizendo-lhe o último adeus. A Prefeitura deu a denominação de "Avenida Bicalho" à que até essa data se chamava "Avenida Lauro Müller". O Dr. Francisco Bicalho deixou diversos trabalhos, dentre os quais o *Quebramento da bitola na 5ª seção da Estrada de Ferro D. Pedro II*, 1866; *Esgotos das grandes cidades*, 1900; *Estudos e projetos do abastecimento de água à cidade do Rio de Janeiro*, 1902; *Exposição do plano para a realização dos melhoramentos dos Portos da República e Projetos para prolongamento das obras do Porto do Rio de Janeiro*, 1907.

NOTAS

- 333 MINAS GERAIS. Decreto n. 1.093, de 3 de janeiro de 1898. Declara extinta a Comissão Construtora da Nova Capital e dá providências para a continuação das obras em andamento. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais: 1898*. Cidade de Minas: Imprensa Oficial, 1899, p.1.
- 334 MINAS GERAIS. Decreto n. 1.088, de 29 de dezembro de 1897. Cria a Prefeitura da Cidade Minas. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais: 1897*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898.

COMO A CAPITAL CELEBROU O ACONTECIMENTO DA
INAUGURAÇÃO DA CIDADE DE MINAS



tempo de encerrarmos a nossa narrativa dos fatos que constituem a segunda fase da história da nova capital e o fazemos com indizível satisfação, na certeza de termos prestado ao Brasil, e particularmente a Minas, o maior de quantos serviços nos foi dado realizar em toda a nossa existência.

Inabalável no nosso propósito, até aqui rigorosamente mantido, de nada escrevermos sem documentação que autentique e consolide a nossa narrativa, ainda neste último capítulo, ao dizermos que foram verdadeiramente apoteóticas as festividades e demonstração de júbilo popular por ocasião de se inaugurar a nova capital, passaremos aos presentes e vindouros filhos de Belo Horizonte os vibrantes períodos com que, sob a epígrafe - *O triunfo - A Capital*, de 21 de dezembro de 1897, celebrou o acontecimento. Ei-los:

“Ecoam ainda dulçorosamente aos nossos ouvidos os sons festivos das fanfarras alegres e dos hinos triunfais entoados em honra da grande vitória do trabalho aqui solenizada entusiástica e brilhantemente no dia 12 do corrente,

Foi a vitória do progresso contra a rotina; da razão contra o preconceito; da inteligência contra a obsecação; dos que procuravam alargar os horizontes da pátria mineira contra os que tentavam conservá-los adstritos às montanhas que cercam a vetusta Ouro Preto, de venerável memória, mas incapaz, pelas suas condições de clima e topografia, de ser um foco de progresso em todas as suas largas manifestações, de desempenhar, enfim, a elevada missão que se destina a uma capital.

A nossa pena de jornalistas obscuros, neste período excepcional que atravessa a nossa pátria, desde o memorável 13 de maio até hoje, em que grandiosos acontecimentos se têm desenrolado e fatos extraordinários têm abalado a alma nacional; neste lapso de tempo em que estava sujeita à atual geração a solução dos mais importantes problemas políticos e sociais que podem interessar a uma nacionalidade, bem poucas vezes se tem encontrado em presença de sucessos que tanto tinham feito compreender a sua nulidade como aquele de que tratamos.

Fazemos esta franca declaração para que os que nos lêem não suponham que temos a veleidade de fazer nestas linhas a apologia do arrojado empreendimento que acaba de ser levado a efeito pelo glorioso Estado de Minas, de que nos orgulhamos de ser filhos.

Para isso seria necessário que nos alimentasse a divina chama do talento com que Rui Barbosa escreveu a *Epopéia* de 15 de novembro e com que Quintino Bocaiúva tem lapidado tantos artigos cintilantes.

Entretanto, esta notabilíssima obra, a maior que no seu gênero se têm realizado no Brasil e a mais grandiosa que Minas leva a seu termo sob o melhores auspícios e por entre os aplausos populares, merecia bem uma apologia feita por um Castelar, e uma epopéia burilada por um Camões. De fato, fazer surgir do nada uma cidade moderna, grande e bela, observando todos os preceitos da ciência e todas as regras da arte, dentro do mais escasso período de quatro anos, num lugar onde tudo faltava e onde só abundavam dificuldades assoberbadoras, capazes de fazer recuar a quem não tivesse bastante consciência do seu valor e a quem desconhecesse os largos recursos que felizmente não têm faltado ao Estado, já é um acontecimento verdadeiramente assombroso, que terá de fulgurar perenemente numa das mais belas páginas da nossa história, lembrando os nomes dos heróis que tomaram parte nessa memorável campanha, em que a pena serviu de gládio, em que a palavra produziu o efeito do canhão, em que o compasso, a serra e o malho, a picareta e a alavanca serviram de lanças e baionetas.

Mas o fato culminante, que baldamente procuraríamos salientar, é o valor moral deste extraordinário acontecimento. Ele vem, antes de tudo, revelar mais uma vez que os hábitos simples, que a vida modesta do povo mineiro, receoso sempre de se envolver em aventuras, de se entregar aos azares da sorte caprichosa, e da fortuna cega e sempre esquiva; vem provar categórica e brilhantemente que a índole do povo mineiro e seus hábitos cautelosos não são incompatíveis, como muita gente supõe, com os grandes empreendimentos. E a superioridade do mineiro está justamente em saber aquilatar, com precisão e certeza das medidas que envolvem um real melhoramento; a sua superioridade consiste em saber discriminar os lances de resultados duvidosos dos cometimentos cujos efeitos são, pode-se dizer, a consequência lógica de premissas estabelecidas.

Tem-se propalado que o capital aqui empregado podia, com mais vantagem, ser destinado a melhoramentos cuja utilidade não seremos os últimos a reconhecer, como sejam: o desenvolvimento de vias férreas e o aumento da introdução de imigrantes.

Os que assim pensam estão ainda influenciados pelos hábitos rotineiros, que chegaram até nós, e com os quais a atual geração vai rompendo firme e conscienciosamente, graças ao regime federativo, que nos abriu larguíssimos horizontes e graças à compreensão que vamos tendo da vida social moderna e dos destinos que devemos dar a um povo civilizado e que para felicidade sua têm o dever de não contrariar e sim obedecer aos benéficos influxos de progresso.

Seria incontestavelmente útil construir-se mais algumas centenas de quilômetros de

vias férreas, introduzindo-se no Estado mais alguns milhares de braços válidos que, ligando-se ao solo, viessem explorar todos os tesouros que a mão pródiga da natureza concedeu a este abençoado torrão.

Não nos esqueçamos, porém, de que só com os serviços de estradas de ferro, nestes últimos anos, tem o Estado dispendido quantia superior a 20 mil contos e que a introdução de trabalhadores, feita em larga escala, mas também com todas as cautelas, tem custado aos cofres públicos soma bastante avultada.

Isso quer dizer que os Poderes Públicos, longe de se descuidarem, têm sido solícitos em satisfazer as necessidades primeiras do Estado.

Não somos dos que, obsecados pelo erro, não reconhecemos essas vantagens. Estamos, porém, muito distanciados dos que, apregoando-as, só fazem apologia de um progresso falho, que pouco mais visa que o interesse material.

Os que assim procedem esquecem-se dos altos destinos que somos chamados a cumprir e que nos impõe o dever de promover, ao lado do progresso material sem o qual não há riqueza, o progresso moral, sem o qual não seremos nunca um povo plenamente consciente dos seus destinos um Estado digno de uma nação republicana.

O progresso não está unicamente em se desenvolver a riqueza pública e a particular sob o ponto de vista restritamente material; consiste em atender, promover e realizar todos os interesses de ordem material e moral.

É por isso que dizemos que o fato culminante que acabamos de solenizar, com a consciência dos que compreendem e procuram resolver os grandes problemas sociais de que dependem a felicidade e a grandeza de um povo - não é o acontecimento aliás apreciável, da construção de uma grande cidade, num período de tempo limitadíssimo; não é o fato material da mudança de uma capital: é o resultado moral, altamente benéfico, de um alcance imenso, que este sublime acontecimento nos vai trazer.

A capital de um Estado compreende-se que deva ser, como o coração animal, um verdadeiro centro de vida, atividade e força, cuja irradiação se comunique a todo o organismo, evitando a paralisia das extremidades.

Compreendida assim o que seja uma capital, é fora de dúvida que dela depende direta e imediatamente a vida do Estado.

Acrescentaremos que a capital não é somente o coração do Estado - é também a sua cabeça diretora. O coração pode levar exuberância de vida material e levá-la a todos os pontos do organismo. Essa vida, porém, será inútil ou talvez prejudicial, se o órgão pensante não funcionar regularmente.

Queremos dizer que não bastam para satisfazer a todas as necessidades do organismo humano, considerado no seu complexo material e moral, a simples exuberância de vida material; é essencial a vida intelectual.

Queremos dizer ainda que não basta que a capital seja um centro de atividade industrial e comercial somente, não obstante a simples idéia dessa atividade nos trazer a correlata de

um certo desenvolvimento intelectual; preciso é seja ela também um foco de movimento intelectual em todas as suas manifestações - científica, literária e artística.

Uma capital de posse de todos esses elementos forçosamente há de ser um centro motor do progresso, irradiando para todos os pontos, à semelhança do sol, cujas funções não se limitam a servir a si só; mas é ainda um centro atrator das grandes fortunas que emigram do Estado para as grandes cidades à procura dos confortos que proporciona a vida moderna e das vantagens que nelas encontram as largas aspirações especulativas.

Em uma capital, como esta, há de ser em futuro muito próximo, nós o esperamos confiadamente, os Poderes Públicos do Estado, que vivem, ou devem viver mais diretamente da opinião e para a opinião, o Executivo e o Legislativo, conseguirão naturalmente essa aspiração democrática, sem a qual o regime por nós adotado jamais será o que desejamos que ele seja e o que ele deve ser - o governo do povo pelo povo.

Estamos convencidos, repetimos, de que esta já bela cidade será muito brevemente um grande centro de atividade intelectual, comercial, industrial e artística, não lhe faltando todo o fausto e todas as comodidades da vida moderna.

Esforcemo-nos todos, pois, governantes e governados, pela consecução deste desiderato, para que as manifestações do progresso material e moral se alarguem mais e mais, estendendo-se a todo o Estado; e nós, fruindo prosperidade, conscientes da nossa missão, cada vez mais nos tornaremos dignos dos foros de povo civilizado, sabendo executar plenamente o regime proclamado a 15 de novembro, o único capaz de fazer a felicidade do livre continente americano.

Mais uma vez, salve, Minas!"³³⁵

NOTA

335 O TRIUNFO. *Op. cit.*, p.1.

BIBLIOGRAFIA



Além do cabedal de conhecimentos próprios que possuímos sobre a história de Belo Horizonte, pelo fato de termos vivido aqui desde 1895, com pequenas interrupções, e além da contribuição de informes individuais de muitas pessoas que aqui viveram nesse mesmo período, servimo-nos das seguintes fontes de consulta para a elaboração deste volume:

1. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais.*
2. *O Contemporâneo*, jornal de Sabará, coleção que nos emprestou o Sr. Dr. Zoroastro Passos.
3. Livros e papéis da Comissão Construtora da Nova Capital, na Prefeitura e no Arquivo Público Mineiro.
4. *Revista dos Trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital*, 2 fascículos em nosso poder.
5. *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*, do padre Francisco Martins Dias, edição de 1897, em nosso poder.
6. *Bello Horizonte*, o primeiro jornal aqui fundado, alguns números existentes na Biblioteca Municipal.
7. *A Capital*, o segundo jornal fundado em Belo Horizonte, coleção em nosso poder.
8. *Minas Gerais*, órgão oficial dos poderes do Estado, coleção.
9. *Exposição*, apresentada pelo Sr. Dr. Aarão Reis ao exonerar-se do cargo de engenheiro-chefe da Comissão Construtora, 1895, em nosso poder.
10. Relatórios da Diretoria de Obras Públicas da Secretaria da Agricultura, 1894-1899.
11. *A Folha*, jornal de Barbacena, alguns números.
12. *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, alguns números.
13. *O País*, jornal do Rio de Janeiro, alguns números.

14. Livros de registro civil de casamentos, nascimentos e óbitos, no cartório do 1º Ofício da capital, 1897-1898.
15. *A imprensa em Belo Horizonte*, monografia estatística do Sr. Joaquim Nabuco Linhares, na *Revista do Arquivo Público Mineiro*.
16. *Monografia de Belo Horizonte*, pelo Dr. Alfredo Moreira Pinto - 1901.

Quanto às fotografias e alguns desenhos que ilustram este volume, devemos-os à gentileza dos Srs. Dr. Flávio Fernandes dos Santos, Dr. Eduardo Borges da Costa, Dr. Olímpio de Assis, Antero da Silveira, Jaime Dolabela, Dr. José Renault Coelho, Luís Olivieri, João Passos e Ex^{ma}. Sra. D. Laura Alves Passos, além de outras de nossa propriedade.

ÍNDICE

PONDERAÇÕES INICIAIS.....	17
---------------------------	----

PRIMEIRA PARTE

I -	Ecoss produzidos pela lei que escolheu Belo Horizonte para aí ser edificada a nova capital - A visita de Olavo Bilac e outros cavalheiros à localidade.....	23
II -	O engenheiro Aarão Reis, convidado para organizar e dirigir a Comissão Construtora, vem a Belo Horizonte - A estrada do arraial - A animação deste.....	26
III -	Pelo Decreto n. 680 o governo cria a Comissão Construtora da Nova Capital, cujos trabalhos são por ele regulamentados - É nomeado o engenheiro-chefe - Ouro Preto luta pela sua regalia de capital - Um boletim - Instala-se a Comissão Construtora.....	29
IV -	Dúvidas do povo horizontino - Reunião convocada pelo engenheiro-chefe - Discursos deste e do padre F. Martins Dias - Início dos trabalhos - Dificuldades vencidas.....	47
V -	Alfredo Camarate e a estrada até Sabará - Suas observações sobre o arraial - Os primeiros termos firmados - A operosidade e os projetos do engenheiro-chefe e seus auxiliares.....	51
VI -	O ramal férreo - Sua construção - Assentamento da pedra fundamental da estação de General Carneiro - Parada dos trens da Central naquela estação - Ata das solenidades - Telegramas congratulatórios - Inauguração do telégrafo para Belo Horizonte.....	57

VII -	As desapropriações - Belo Horizonte desliga-se definitivamente de Sabará - Consultor técnico para a Comissão Construtora - Êxodo de alguns horizontinos	71
VIII -	Relação das propriedades adquiridas pelo Estado por meio de desapropriações efetuadas pela Comissão Construtora da nova capital.....	81
IX -	Observações de Alfredo Camarate sobre costumes e coisas de Belo Horizonte nos primeiros dias da Comissão Construtora da nova capital	95
X -	Andamento dos trabalhos - Mais impressões de Camarate - Mês de Maria - Visita do bispo - Clube Recreativo.....	107
XI -	Sepultamentos no adro da matriz - Cemitério Provisório - Quadro do pessoal da Comissão Construtora	113
XII -	Instruções regulamentares para o funcionamento das divisões da Comissão Construtora da nova capital	122
XIII -	O problema das águas - Estudos - Traçados em sifão e em calha - Medição dos mananciais - Plano das canalizações - Disposições dos reservatórios - Elementos de canalização - Trabalhos realizados.....	164
XIV -	Sempre a campanha contra a mudança da capital - Situação eleitoral de Belo Horizonte - Correspondência trocada entre o governo do Estado e o Bispado sobre a demolição dos templos do arraial	174
XV -	A visita do presidente Afonso Pena, do presidente eleito Bias Fortes e do secretário da Agricultura, Davi Campista, a Belo Horizonte - Data memorável.....	179
XVI -	Premiando o mérito - Fundação da Biblioteca de Belo Horizonte e do Museu Paula Oliveira - <i>A Revista Geral dos Trabalhos da Comissão Construtora</i>	185
XVII -	Empossa-se o presidente Bias Fortes - Notícia sobre o desenvolvimento dos trabalhos de geodésia e topografia	191
XVIII -	Especificações gerais e tabelas que acompanhavam os contratos feitos com a Comissão Construtora para as obras da nova capital	203
XIX -	O Grande Hotel - A ponte Davi Campista - Projeto de mudança das capitais Federal e do Estado - Concorrência para as obras de abastecimento de água - Palácio Presidencial, matriz, capela - Regulamento n. 803	230
XX -	Providências para as construções - Aniversário da Comissão - Palácio da Administração - Casas para funcionários - Divergência de orientação - Politicagem - Clube 17 de Dezembro - Início do Palácio Presidencial.....	242

XXI -	A planta geral da nova capital - Os nomes das ruas, praças e avenidas - Ausenta-se, por enfermidade, o engenheiro-chefe - Chefia interina da Comissão	250
XXII -	Decreto e regulamento para construção de casas para funcionários públicos - Hasta pública destas construções	257
XXIII -	O engenheiro-chefe pede exoneração - A mensagem presidencial e a capital - Soneto encomiástico - Acróstico - Divisão e demarcação de lotes - Medalhas comemorativas - Mudança de cruzeiro - Exonera-se o Dr. Aarão Reis - É substituído pelo Dr. Francisco Bicalho - Recepção deste - Sua posse - Relatório Aarão Reis	262
XXIV -	Exposição apresentada ao governo do Estado pelo Dr. Aarão Reis ao deixar a chefia da Comissão Construtora.....	268

SEGUNDA PARTE

I -	Apreensões e receios desfeitos - Reorganiza-se a Comissão Construtora - Reforma do Regulamento n. 680 - Reanimação - Redução do pessoal - Hino ao trabalho	336
II -	A ordem pública no arraial - O capitão Lopes e a sua ação em Belo Horizonte	347
III -	O problema dos transportes - O ramal férreo da Cidade de Minas.....	356
IV -	Aspectos de Belo Horizonte, em fins de 1895, vistos pelo autor deste livro ao chegar	367
V -	A inauguração do ramal férreo e o assentamento das pedras fundamentais dos edifícios públicos	377
VI -	A imprensa de Belo Horizonte até a inauguração da capital.....	389
VII -	Deficiência de operários - Apelo à imigração - Preparo das ruas, praças, avenidas, canais e pontes.....	398
VIII -	A primeira área da cidade - As primeiras negociações de lotes - Não cessava a campanha contra a nova capital.....	406
IX -	Justa compensação aos proprietários em Ouro Preto	416
X -	Escritório de representações no Rio de Janeiro - Teatro e diversões ao tempo da Comissão Construtora.....	432
XI -	Ainda o problema dos transportes e o ramal férreo - Telefones e telégrafos	439
XII -	O ramal férreo urbano - Instruções para o seu funcionamento e para o fornecimento de materiais de construção.....	451
XIII -	Onde iria ser o centro de maior atividade comercial da nova capital?.....	460
XIV -	Notícia sobre os materiais empregados na construção da nova capital	466

XV -	A construção dos grandes edifícios públicos	479
XVI -	Ainda a construção dos grandes edifícios e dos primeiros templos da nova capital	494
XVII -	<i>Lotes e casas para funcionários públicos -</i> Como nasceu o bairro habitado pelos servidores do Estado	515
XVIII -	O esforço da iniciativa particular - Biblioteca - Sociedade Musical Belo Horizonte - Fábrica de ferro - Estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais - Lojas maçônicas - <i>Società Italiana</i> - Quiosques - As primeiras casas inauguradas - Hotel Monte Verde - Hotel Floresta - O nome do bairro Floresta	534
XIX -	As novas construções particulares - O notável progresso destas	545
XX -	Como se abastecia de água o arraial e o moderno abastecimento da cidade ...	552
XXI -	Canalização de esgotos - Paralisação dos serviços - Redução do pessoal	560
XXII -	Iluminação e força elétrica	570
XXIII -	O Parque e a arborização da cidade	573
XXIV -	Organização municipal - Fechamento das portas de casas comerciais - Proibição de comércio em casas velhas - Caçadores furtivos - Início de demolição de casas velhas - Posturas municipais	582
XXV -	Os serviços de higiene, assistência e saúde pública, limpeza e iluminação provisória	589
XXVI -	O matadouro e o serviço de abastecimento de carnes verdes	595
XXVII -	O cemitério provisório. O cemitério municipal, definitivo, do Bonfim	602
XXVIII -	Nos templos do antigo arraial	605
XXIX -	O clima de Belo Horizonte - Comprovadas as suas vantagens sobre o de Campos do Jordão	613
XXX -	Ainda a ação da iniciativa particular - Novos aspectos da cidade em construção - Inaugurações - Instituições de ensino - O conde de Santa Marinha - O Café Mineiro - O Grande Hotel - As primeiras vilas - Camarate e o gosto nas construções particulares	628
XXXI -	Notícia de algumas das principais visitas que recebeu Belo Horizonte no período da construção	641
XXXII -	Notícias sobre a vida social, recreativa e artística do arraial ao tempo da Comissão Construtora	656
XXXIII -	A revista dos trabalhos da Comissão - Assassínios - A capital em marcha - Elogio aos seus construtores - Impressões do padre Martins Dias	665
XXXIV -	Boatos, perfídias e contraditas - Mais elogios aos construtores da cidade	671
XXXV -	Interessantes perfis de vultos salientes no período da construção da capital ..	675

XXXVI -	Notícia resumida dos trabalhos executados pela Comissão Construtora durante o ano de 1897.....	681
XXXVII -	Movimento financeiro relativo à construção da nova capital - O custo desta.....	698
XXXVIII -	Em marcha para o dia da inauguração da nova capital - Sebastianistas - Determina-se a mudança - A imprensa mudantista vai oferecer uma caneta com pena de ouro para assinatura do decreto inaugural - Intensificam-se os trabalhos - A data inaugural - Providências para a mudança - Instalam-se as primeiras repartições públicas - Cria-se a comarca de Belo Horizonte - O nome da cidade - Chega o secretário das Finanças - Como se fez a mudança - Funcionários que chegam - Aspectos de Ouro Preto e de Belo Horizonte	719
XXXIX -	Preparativos para as festas inaugurais - Prosseguimento da mudança - Chegam o secretário do Interior, o chefe de Polícia, o comandante da Brigada Policial e outros funcionários - <i>A Capital</i> celebra em artigo de fundo o próximo acontecimento - Inaugura-se, entre festas, a iluminação elétrica.....	733
XL -	Com grandes solenidades e entre ruidosos festejos, instala-se oficialmente a Cidade de Minas, nova capital do Estado, em Belo Horizonte.....	739
XLI -	Remate dos festejos inaugurais - A primogênita da capital - Manifestação e outras homenagens ao presidente do Estado, ao engenheiro-chefe da Comissão Construtora e a outros vultos notáveis.....	765
XLII -	O Dr. F. Bicalho pede exoneração - Homenagem ao Dr. Prado Lopes - O Dr. Bicalho dirige uma circular aos seus auxiliares - Extingue-se a Comissão Construtora - O primeiro banquete no Palácio da Liberdade - Cria-se a Prefeitura - Depois de receber outras homenagens, o Dr. Bicalho retira-se da capital	769
XLIII -	Como <i>A Capital</i> celebrou o acontecimento da inauguração da Cidade de Minas	777

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- ABRANTES, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, *marquês de*
HA p. 147
- ABREU, Anastácio Sinfrônio de
HA p. 191
- ABREU, Antônio José de
HM p. 86
- ABREU, Antônio Manuel de
HA p. 168, 194
HM p. 392 (foto)
- ABREU, Antônio Ribeiro de, *Coronel*
HM p. 73(foto)
- ABREU, Bartolomeu Paes de
HA p. 98, 143, 144, 150, 152, 156
- ABREU, Cândido de
HM p. 116 (foto), 117, 344
- ABREU, Cândido Ferreira de
HM p. 382
- ABREU, Davi dos Santos
HM p. 421
- ABREU, Francisco de Paula X. de
HM p. 422
- ABREU, João Manuel de
HA p. 186
- ABREU, Joaquim de
HA p. 217, 229
- ABREU, Joaquim Manuel de
HA p. 189
- ABREU, José Joaquim de
HA p. 186, 215, 217, 218, 227
- ABREU, José Joaquim de
HM p. 85, 309
- ABREU, José Manuel de
HA p. 186, 203
HM p. 84
- ABREU, Josefina Celso de
HM p. 426
- ABREU, Lídio Gonçalves de
HM p. 45, 117
- ABREU, Luís Gonçalves de
HA p. 204, 206
- ABREU, Manuel Francisco de
HM p. 85
- ABREU, Mariano de
HA p. 405, 425, 426
- ABREU, Mariano Ribeiro de, *capitão*
HA p. 243
HM p. 93, 382, 471, 549, 648, 650, 657, 723, 734, 735
- ABREU, Pedro Muzzi de
HM p. 530
- ABREU, Rodolfo
HM p. 382
- ABREU, Teodoro Lopes de
HM p. 181 (foto), 308, 311, 370, 372 (foto), 375 (foto),
465, 538, 585, 632, 633, 657, 679, 734
- ABREU, Teopista
HM p. 372 (foto)
- ABREU JÚNIOR, José Manuel de
HM p. 86
- ADORNO, Antônio Dias
HA p. 81
- AFONSO V, *rei de Portugal*
HA p. 96
- AFONSO, João Antônio
HM p. 423
- AFRICANO, João Paulo
HM p. 424
- AGOSTINI, Rossi
HM p. 586
- AGUIAR, Antônio de Carvalho
HA p. 186
- AGUIAR, João Carvalho de
HA p. 184, 186, 189, 212, 215, 218, 229, 237
HM p. 26, 45, 48, 81, 88, 116 (foto), 117, 309, 311,
392 (foto), 658
- AGUIAR, José Carvalho de
HA p. 215
- AGUIAR, Manuel Carvalho de
HA p. 186, 189, 205, 212
- AGUIAR, Maria Eduarda
HM p. 428

- AGUILAR, Sebastião Pereira
HA p. 105, 107, 119, 124, 125
- ALBERGARIA, Francisca de Paula Soares
HM p. 421
- ALBERGARIA, Francisca Rosa Soares
HM p. 421
- ALBERGARIA, Luís Maria Soares de
HM p. 426
- ALBUQUERQUE, José Ricardo
HM p. 362
- ALBUQUERQUE, Vespasiano d', *coronel*
HM p. 49, 269
- ALCÂNTARA, Geraldino José de
HM p. 87
- ALCÂNTARA, Sérgio Casemiro
HM p. 87
- ALEIXO, José Caetano
HM p. 549
- ALEXANDRE, Antônio
HM p. 309
- ALEXANDRE, Francisco
HM p. 309
- ALIVERTI, Marieta
HM p. 437
- ALLENDE, Carlos
HM p. 433
- ALLENDE, Carmen
HM p. 433
- ALMEIDA, Ana Barbosa
HM p. 91
- ALMEIDA, Antônio
HM p. 382, 736
- ALMEIDA, Antônio Augusto de
HM p. 417
- ALMEIDA, Antônio Gonçalves de
HM p. 60, 90, 299, 307, 308, 362
- ALMEIDA, Antônio José de
HM p. 92
- ALMEIDA, Borja
HM p. 382, 741
- ALMEIDA, Carvalho de
HM p. 605
- ALMEIDA, Correia de
Ver ALMEIDA, José Joaquim Correia de, *padre*
- ALMEIDA, Daniel B. de Noronha e
HM p. 528
- ALMEIDA, Francisco de Paula Bueno de
HM p. 65
- ALMEIDA, Francisco José de
HM p. 82, 470
- ALMEIDA, Inocência Maria de
HM p. 424
- ALMEIDA, João Carvalho de
HA p. 342
HM p. 117, 344, 568
- ALMEIDA, Joaquina Maria de
HM p. 425
- ALMEIDA, José Carvalho de
HA p. 342, 345, 348, 356, 357, 387, 417
HM p. 26, 57, 61, 64, 65, 118, 189, 264, 296, 345, 356,
410, 517, 657
- ALMEIDA, José Joaquim Correia de, *padre*
HA p. 303, 314, 317, 329, 396, 404, 405
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de
HA p. 342, 345, 372, 411, 422, 423
- ALMEIDA, Lourenço, *dom*
HA p. 281
- ALMEIDA, Lucas Ribeiro de
HA p. 142
- ALMEIDA, Luís de Oliveira Castanheira de
HM p. 48, 65, 198
- ALMEIDA, Manuel de, *padre*
HA p. 131
- ALMEIDA, Matias Cardoso de
HA p. 84, 124, 125
- Almeida, Miguel Calmon Du Pin e
Ver ABRANTES, Miguel Calmon Du Pin e Almeida,
marquês de
- ALMEIDA, Honestalda Cândida de
HM p. 424
- ALMEIDA, N. Jobim R. de
HM p. 362
- ALMEIDA, Oscar T. M.
HM p. 547
- ALMEIDA, Oscar Trompowsky Leitão de
HM p. 465, 633, 691, 734, 735, 739
- ALMEIDA, Pedro de
Ver ASSUMAR, Pedro de Almeida, *conde de*

- ALMEIDA, Pedro Joaquim de
HM p. 68, 117, 330, 344, 413, 549, 700, 774, 775
- ALMEIDA, Sebastião Gomes
HM p. 586
- ALVARENGA, Manuel de Araújo da Cunha
HA p. 217, 218
- ALVARENGA, Martinho de
HA p. 128
- ALVES, Antônio Justino
HM p. 93
- ALVES, Bernardino
HA p. 207
- ALVES, Carlos Ferreira
HA p. 326, 327, 331, 333, 402, 418, 422, 424, 425, 426
- ALVES, Domitila Angélica
HM p. 420
- ALVES, E
HA p. 414
- ALVES, Egídio de Paula
HA p. 197, 202
- ALVES, Francisco Ferreira
HM p. 422
- ALVES, Hermilo
HM p. 64, 65, 93, 104 (foto), 105, 117, 181 (foto),
184, 188, 189, 254, 255, 264, 279, 339, 362, 465, 521,
539, 541, 548, 633, 694, 732, 734, 739, 773, 774
- ALVES, João Francisco de Paula
HM p. 426
- ALVES, Joaquim
HA p. 182
- ALVES, Joaquim José
HA p. 199, 207
- Alves, Manuel, *cônego*
Ver PEREIRA, Manuel Alves, *cônego*
- ALVES, Ricardo
HM p. 263
- ALVES Filho, Albino
HM p. 538
- ALVES SOBRINHO, Joaquim
HM p. 90
- ALVIM, Amélia Augusta
HM p. 419
- Alvim, Cesário
Ver ALVIM, José Cesário de Faria
- ALVIM, Fausto Soares
HM p. 531
- ALVIM, Hldefonso
HA p. 323, 327, 331
- ALVIM, José Cesário de Faria
HA p. 297, 299, 300, 301, 329, 330, 334
HM p. 672
- ALVIM, Leopoldo Barbosa F.
HM p. 426
- ALZ, Antônio
HA p. 127
- ALZ, Joseph
HA p. 127, 129
- AMARAL, Antônio Domingos do
HM p. 703, 706
- AMARAL, Francisco Teixeira do
HA p. 286, 290, 294
HM p. 422
- AMARAL, Manuel Garcia do
HM p. 550
- AMARANTE, José Joaquim Neto
HM p. 94, 117, 190, 264, 316, 657
- AMBLARD, Estevão
HM p. 374, 583
- AMBOGGI, Ângelo
HA p. 404
- AMOR DIVINO, Bernardino José do
HM p. 419
- AMPARO, Joana Maria do
HM p. 94
- AMURRIO, Félix
HM p. 433
- ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de
HA p. 327, 328, 426
HM p. 509
- Andrada, Gomes Freire
Ver BOBADELA, Gomes Freire de Andrada, *conde de*
- ANDRADA, José Antônio Freire de
HA p. 164
- ANDRADE, Domingos do E. Santo
HM p. 420
- ANDRADE, Eugênio Freire
HA p. 281
- ANDRADE, Felício José de
HM p. 422

- ANDRADE, Fortunata Correia de
HM p. 421
- ANDRADE, Francisco de Assis Pereira de
HA p. 294
- ANDRADE, Horácio
IIM p. 382, 423
- ANDRADE, Jacinto Freire de, *coronel*
HM p. 528, 741
- ANDRADE, Joaquim Gonçalves de
HM p. 568
- ANDRADE, Joaquim José de
HA p. 201, 207
- ANDRADE, José Maria de, *padre*
HA p. 194, 203, 207, 217, 218
- ANDRADE, Manuel Eustáquio Martins de
HA p. 402
- ANDRADE, Maria Leite de
HM p. 428
- ANDRÉ, Manuel
HA p. 127
- ANDRÉA, Francisco José Sousa Soares de, *general*
HA p. 284
- Andreoni, João Antônio, *frei*
Ver ANTONIL, André João [Frei João Antônio, Andreoni]
- ANDRY, Leon
HM p. 537
- ANGUINETTI, José
HM p. 548
- Anhanguera I
Ver SILVA, Bartolomeu Bueno da, chamado o Anhanguera I
- Anhanguera II
Ver SILVA, Bartolomeu Bueno da, chamado o Anhanguera II
- ANTISTE, Giacomio
HM p. 73 (foto)
- ANTONIL, André João, *pseud. de Frei João Antônio Andreoni*
HA p. 93, 113, 115, 116
- ANTONINI, Carlos
HA p. 244
HM p. 248, 303, 307, 451, 485, 494, 495, 497
- ANTÔNIO, dom Bispo de Mariana
HM p. 176, 178
- ANTÔNIO, Custódio
HA p. 194
- ANTÔNIO, José
HA p. 205
- ANTÔNIO, Manuel
HA p. 205, 206
- ANTUNES, Ana Ermelinda Álvares
HM p. 417
- ANTUNES, Antônio Maria
HM p. 418, 549
- ANTUNES, Francisco José
HM p. 422
- ANTUNES, Maria J. Álvares
HM p. 427
- ANTUNES, Maria Norbertina
HM p. 428
- ANTUNES, Serafim Gonçalves
HM p. 429
- ANUNCIÇÃO, Maria H. da
HM p. 94
- APOLO, Manuel
HM p. 528, 550
- AQUINO, Bernardino José de, *padre*
HA p. 184, 195, 196, 204, 206, 213, 214, 215, 217, 218, 256, 259
HM p. 84
- AQUINO, Ernesto José de
HA p. 259
HM p. 312
- AQUINO, Francisco de
HA p. 220
- AQUINO, Frederico de
HM p. 86, 605
- AQUINO, Joana de
HM p. 749
- AQUINO, Tomás Gonçalves de
HA p. 209
- ARA, Manuel
HM p. 433
- ARANHA, Bento da Cunha
HA p. 112, 202
- ARANTES, Francisco de Paula, *padre*
HA p. 177, 178, 212, 221, 432
- ARAÚJO, Antônio Correia de
HM p. 117, 309

- ARAÚJO, Antônio da Costa
HA p. 198, 202
- ARAÚJO, Antônio Ferraz de
HA p. 144
- ARAÚJO, Cândido de
HA p. 186, 229, 234, 301, 431
HM p. 23, 26, 28, 48, 65, 73 (foto), 84, 94, 96 (foto),
115, 309, 391, 471, 539, 585, 661
- ARAÚJO, Carlota Ferreira de
IIM p. 420
- ARAÚJO, Conrado Ribeiro de
HM p. 420
- ARAÚJO, Deodoro Gomes de
HM p. 382, 649
- ARAÚJO, Francisco Anacleto de
HM p. 88, 310
- ARAÚJO, Francisco Bressane, *coronel*
HM p. 642, 646, 647, 648, 649, 650, 652, 653,
654, 673, 674, 676, 725, 741, 767, 768, 775
- ARAÚJO, Francisco da Costa
HA p. 112, 217, 218
- ARAÚJO, Francisco José de
HM p. 422, 531
- ARAÚJO, Francisco Maciel de
HA p. 136
- ARAÚJO, Francisco Rodrigues de
HA p. 127
- ARAÚJO, João de
HA p. 126
- ARAÚJO, Joaquim da Costa
HA p. 201
- ARAÚJO, José Antônio da Costa
HA p. 202, 203, 206
- ARAÚJO, José Bernardino de
HM p. 85
- ARAÚJO, José da Costa
HA p. 203
- ARAÚJO, José Fernandes de
HM p. 547
- ARAÚJO, José Gomes de
HA p. 164, 203
- ARAÚJO, José Paulo de
HM p. 247
- ARAÚJO, Manuel
HA p. 128
- ARAÚJO, Manuel Antônio da Costa
HA p. 217, 218
- ARAÚJO, Manuel de
HA p. 192, 202
- ARAÚJO, Manuel Ferreira
HM p. 423
- ARAÚJO, Manuel Luís de
HM p. 427
- ARAÚJO, Manuel da Costa
HA p. 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206
- ARAÚJO, Ricardo Chelles de
HA p. 212
- ARDUINI, Alfredo
HM p. 632, 645, 659, 690, 734, 735, 739
- AREDES, Miguel de
HA p. 129
- ARINOS, Afonso
Ver FRANCO, Afonso Arinos de Melo
- ARMAND
HA p. 364
- ARNAULD
HA p. 384, 417
- ARNOUX, E.
HA p. 381
- AROEIRA, José Bernardes de Paula
IIM p. 425
- ARRUDA, Francisco de
Ver SÁ, Francisco de Arruda e
- ARZÃO, Francisco, *alferes*
HA p. 128
- ARZÃO, Leonel Nardes de
HA p. 124
- ASCENÇÃO, Bernardo Augusto
HM p. 419
- ASEDO, João Nunes
HA p. 134, 135
- ASSIS, Olímpio Camilo de
HM p. 118, 345, 678
- ASSIS, Olímpio Carvalho de
HM p. 61, 65, 341 (foto), 414, 488, 517, 522, 526,
642, 643, 660, 739, 773, 775
- ASSIS MARTINS, *visconde de*
HM p. 382

ASSUMAR, Pedro de Almeida, *conde de*
 HA p. 105, 126, 138, 139, 141, 142, 160, 170, 281, 284

ASSUNÇÃO, Custódio da, *frei*
 HA p. 131

ASSUNÇÃO, Delfina Rosa da
 HA p. 197

ASSUMPCÃO, Manuel Pinto da
 HA p. 229
 HM p. 87, 310, 311, 413, 462, 538, 550

ATAÍDE, João Alfredo
 HM p. 425

ATAÍDE, Raimundo N. S.
 HM p. 423

AUGUSTO, Frederico
 HA p. 322, 407, 425, 426

AUSTIN, Ernest
 HM p. 117, 192

AVELAR, Antônio Luis de
 HA p. 179, 195, 204

AVELAR, Estanislau José de
 HA p. 197

AVELAR, Isabelina Emília de
 HA p. 200

AVELAR, José Pedro de
 HA p. 194

AVELAR, Ludovico José de
 HA p. 204

AVELINA, Maria
 HM p. 84

AVELINO, Augusto
 HM p. 382, 741

ÁVILA, Basílio d'
 HM p. 376

AZEDO, Antônio Pereira
 HM p. 417

AZEREDO, Antônio de
 HA p. 81

AZEREDO, Domingos
 HA p. 81

AZEREDO, Marcos de
 HA p. 81, 86

AZEVEDO, Bueno de
 HM p. 382

AZEVEDO, Diogo Pereira de
 HM p. 420

AZEVEDO, Domingos de
 HA p. 164, 166

AZEVEDO, Francisco Bressane de, *coronel*
 HM p. 391, 394 (foto), 414, 733, 734, 735, 746, 767

AZEVEDO, Francisco de Paula Bueno de
 HM p. 311

AZEVEDO, João Bressane de
 HA p. 304

AZEVEDO, João Francisco de
 HA p. 217

AZEVEDO, Manuel de
 HA p. 128

AZEVEDO, Vasco
 HM p. 23, 655

AZEVEDO JÚNIOR, José Maria Teixeira de
 HM p. 389, 391, 395, 397, 630, 637, 674, 675, 680,
 746, 747, 766, 768

BACHETTA, Pedro
 HM p. 497, 507, 659, 734

BAETA, Afonso
 HM p. 419

BALENA, Antônio
 HM p. 418

BALSONE, G.
 HM p. 386

BALTASAR, Brás, *dom*
 Ver SILVEIRA, Brás Baltasar, *dom*

BANDEIRA, Antônio Virgílio Nunes
 HM p. 418, 531

BANDEIRA, Francisco de Assis
 HM p. 418

BANHO, Galdino Alves
 HA p. 293, 294

BANNITZ, Guilherme
 HM p. 118

BATISTA, Henrique Longuinho
 HM p. 424

BARBOSA, Alexandre de Sousa
 HA p. 329, 425, 426

BARBOSA, Antônio de Sá
 HA p. 129, 131, 132

BARBOSA, Antônio Ferreira HM p. 84	BARCELOS, Maria HM p. 423
BARBOSA, Antônio José Lage HA p. 294	BARCELOS, Pedro de HM p. 470
BARBOSA, Domingos Marques HM p. 547, 734, 775	BARNABÉ, Adriano de Sousa HA p. 191
BARBOSA, Eduardo Augusto Pimentel HA p. 402	BARREIROS, Francisco Dias HM p. 421
BARBOSA, Eduardo Pereira HA p. 316	BARREIROS, Vicente HA p. 330
BARBOSA, Faustino Rebelo HA p. 129	BARRETO, Belquior Velho HA p. 126
BARBOSA, Felisberto José HM p. 91	BARRETO, Francisco José Velho HA p. 126
BARBOSA, Francisco de Paula HM p. 382, 530, 736	BARRETO, Francisco Velho HA p. 126
BARBOSA, Frutuoso Ferreira HA p. 199, 206	BARRETO, João Velho HA p. 126, 129, 132
BARBOSA, Januário Marques HM p. 60, 299, 307, 362	BARRETO, José Pedro HM p. 527
BARBOSA, João da Conceição HM p. 425	BARRETO, Joseph de Miranda HA p. 113
BARBOSA, Juscelino HM p. 382	BARRETO, Nicolau HA p. 81
BARBOSA, Laura dos Santos HM p. 426	BARRETO, Paulo José Velho HA p. 126
BARBOSA, Nelson Dario Pimentel HA p. 426	BARRETO, Pereira, <i>capitão</i> HM p. 642
BARBOSA, Paulo HA p. 128	BARRETO Sobrinho, Francisco Alves HM p. 550, 585
BARBOSA, Pedro Alves HA p. 199	BARROS, Antônio de HA p. 126
BARBOSA, Rui HM p. 778	BARROS, Antônio Ribeiro de HA p. 134
BARCELAR, Mariano HM p. 741	BARROS, Bento Gonçalves de HA p. 138
BARCELOS, Antônio Rodrigues HM p. 417, 529	BARROS, Domingos de Sousa, <i>capitão</i> HA p. 123, 124, 127
BARCELOS, Francisco de Paula HM p. 527	BARROS, Estevão de HA p. 126
BARCELOS, Isabel HM p. 424	BARROS, João C. de HM p. 397
BARCELOS, José Maria dos Reis HM p. 424	BARROS, Nicolau Antônio de HA p. 294

- BARROS, Valentin de
HA p. 209
- BARROSO JÚNIOR, Sabino
HA p. 325, 332, 426
HM p. 24, 424, 641, 642
- BARUCKER, Osvaldo
HM p. 549
- BASÍLIO, *padre*
HA p. 131
- BATISTA, João
HA p. 128
- BATISTA, João [João Batista dos Óculos]
HM p. 395, 436
- BATISTA, Maria Clara
HM p. 608
- BATISTA Júnior, Antônio
HA p. 243, 260, 274 (foto)
- BASTOS, Francisco A. de O.
HM p. 421
- BASTOS, Manuel Lopes da Silva
HM p. 549
- BEILS, José
HM p. 548, 585
- BELARMINA, Cândida
HM p. 92
- BELÉM, Antônio Pereira
HM p. 460, 463, 465, 538, 548, 585, 611
- BELFORD, *doutor*
HM p. 382
- BELO, Josafá
HM p. 118, 245, 657, 676, 741
- BEMFICA, Antônio dos Santos Reis
HM p. 89, 311
- BEMFICA, Damaso dos Santos
HM p. 93
- BENÇON, José
HM p. 637
- BENEDITA, Maria
HA p. 197
- BENEDITO, Ângelo
HM p. 418
- BENEVIDES, Antônio Maria Correia de Sá e, *dom*
HA p. 256
- BENJAMIM, José
HM p. 547, 549
- BENNITZ, Guilherme
HM p. 345
- BENTO, José
HA p. 326
- BERNARDA, Ana Maria
HA p. 192
- BERNET, George
HM p. 117
- BESSA, Eduardo
HM p. 538
- BESSA, Francisco Amâncio
HM p. 85, 91
- BESSA, Oscar da Silva
HM p. 527
- BETIM, Maria Garcia
HA p. 84
- BEZERRA, Antônio
HA p. 127
- BEZERRA, Fábio
HA p. 128
- BHERING, Francisco de Paula Ribeiro
HM p. 118, 531
- BHERING, Jaime Bretas
HM p. 118, 247, 344, 449
- BHERING, Josina Emília Bretas
HM p. 426
- BHERING, Leopoldo Augusto Ribeiro
HM p. 426
- BHERING, Maria Fortunata
HM p. 427
- BHERING, Virgínio Rolemberg
HA p. 322
HM p. 531
- BIAS FORTES, Crispim Jacques
Ver FORTES, Crispim Jacques Bias - *presidente de Minas Gerais*
- BICALHO, Carolina
HM p. 608

- BICALHO, Francisco de Paula
 HA p. 240
 HM p. 262, 265, 266, 290, 335, 337, 338 (foto), 339, 341 (foto), 350, 353, 354, 356, 358, 362, 365, 370, 376, 377, 383, 384, 385, 386, 398, 399, 404, 406, 410, 411, 439, 441, 442, 445, 446, 451, 452, 456, 457, 460, 469, 473, 479, 486, 488, 501, 511, 519, 521, 522, 537, 552, 559, 568, 569, 570, 571, 573, 584, 596, 637, 641, 642, 643, 644, 645, 647, 648, 649, 650, 652, 659, 660, 665, 666, 667, 675, 681, 684, 699, 722, 723, 724, 731, 733, 739, 747, 766, 767, 769, 770, 772, 773, 774, 775
- BICALHO, Isabel de Meneses
 HM p. 775
- BICALHO, José F. Francfort d'A.
 HM p. 425
- BICALHO, Lucas
 HM p. 173
- BICALHO, Lucas Claudemiro Dias
 HM p. 775
- BICALHO, Maria Augusta Carneiro Leão Dias
 HM p. 775
- BICALHO, Maria Lídia
 HM p. 637
- BILAC, Olavo
 HA p. 83, 86, 243, 316
 HM p. 23, 24, 641
- BITENCOURT, Alvernaz
 HM p. 413
- BITENCOURT, Jacinto Machado
 HA p. 335
- BLAKSLEY, João F.
 HM p. 308, 311, 553
- BOBADELA, Gomes Freire de Andrada, *conde de*
 HA p. 164, 328, 425, 426
- BOCAIUVA, Quintino
 HA p. 322
 HM p. 777
- BOCARRO, Estêvão Raposo
 HA p. 96, 98, 124, 125, 132, 138, 141
- BOLINA, José Vítor
 HM p. 82
- BORBA GATO, Manuel, *tenente-coronel*
 HA p. 84, 86, 88, 89, 90, 100, 105, 113, 124, 125, 129
- BORGATTI, Aldo
 HM p. 535 (foto)
- BORGES, Ana Rita
 HM p. 85
- BORGES, Ifigênia Francisca
 HM p. 421
- BORGES, Manuel Dias
 HA p. 124, 126
- BOSCHI, Ricardo
 HM p. 549
- BOSISIO, Pedro
 HM p. 116 (foto), 117, 344
- BOTELHO, Antero
 HM p. 382
- BOTELHO, Francisco Azarias de Queirós
 HA p. 294
- BOUTHILIER, Paul
 HM p. 117, 192
- BOVO, Rodolfo
 HM p. 637
- BRACARENSE, João
 HM p. 765
- BRAGA, Antônio Pereira
 HA p. 201
- BRAGA, Antônio Rodrigues
 HM p. 417
- BRAGA, Camilo da Costa
 HM p. 420
- BRAGA, Ernesto da Silva
 HA p. 294
- BRAGA, Francisco Fernandes
 HA p. 191
- BRAGA, Hypólito Fernandes
 HM p. 531
- BRAGA, José Peixoto da Silva
 HA p. 146, 149
- BRAGA, Maria Eulália de Sousa
 HM p. 428
- BRAGA, Otávio Barreto de Oliveira
 HM p. 344, 537, 658, 677
- BRANCO, Afonso Alves
 HM p. 418, 527
- BRAND, Ehrhard
 HM p. 308
- BRANDÃO, Abraão
 HM p. 646
- BRANDÃO, Antônio Carvalho
 HA p. 316
 HM p. 417, 528

- BRANDÃO, Cesário Rodrigues
HM p. 420
- BRANDÃO, Francisco P.
HM p. 527
- BRANDÃO, Francisco Silviano de Almeida
HM p. 646, 647, 648, 655
- BRANDÃO, João Lúcio
HM p. 391, 635
- BRANDÃO, Jorge
HM p. 471
- BRANDÃO, Júlio Bueno
HA p. 425, 426
HM p. 642, 655
- BRANDÃO, Manuel Faustino Correia
HA p. 284, 294
- BRANDÃO, Manuel Luís
HA p. 205
- BRANDÃO, Maria da Conceição M.
HM p. 427
- BRANDÃO, Maria das Dores
HM p. 428
- BRANDÃO, Martiniano da Fonseca Reis
HA p. 294
- Brandão, Silviano
Ver BRANDÃO, Francisco Silviano de Almeida
- BRANT, Felisberto Ferreira
HM p. 391
- BRANT, Francisco
HM p. 446
- BRÁS, Gabriela de Oliveira
HM p. 422
- BRÁS, Wenceslau
HA p. 402, 425, 426
HM p. 642, 645
- BRASIL, Alexina de Oliveira
HA p. 404
- BRASIL, Alfredo
HM p. 312, 431
- BRÁULIO, João
HA p. 402, 425, 426
- BRESSANE, Alberto
Ver LOPES, Alberto Bressane
- BRESSANE, Alfredo
HM p. 725
- BRESSANE, Francisco
Ver ARAÚJO, Francisco Bressane
- BRESSANE, Júlio
HM p. 115
- BRETAS, Orozimbo A. F.
HM p. 528
- BRETAS, Randolpho
HM p. 429
- BRETAS, Rodrigo
HM p. 24, 641
- BRILLAT, Savarin
HM p. 54
- BRIOLI, Sebastião
HM p. 549
- BRITO, Afonso de
HM p. 382
- BRITO, Amanrich E. F. de
HM p. 529
- BRITO, Américo Vieira de
HM p. 419
- BRITO, Ana Maria Guedes de
HA p. 126
- BRITO, Antônio
HM p. 585
- BRITO, Antônio José
HM p. 94
- BRITO, Augusto da Silva
HM p. 585
- BRITO, Camilo Luís Maria de
HA p. 294, 323, 326, 401, 407, 425, 426
HM p. 419, 642, 645
- BRITO, Custódio Vieira de
HM p. 528
- BRITO, Eufrosino F. de
HM p. 423
- BRITO, Fernandes de
HA p. 128
- BRITO, Francisco Luís M. de
HM p. 422
- BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de
HM p. 118, 173, 190, 264, 290
- BRITO, Josino de Paula
HA p. 326, 327, 402, 425, 426

- BRITO, Otávio Vicira de
HM p. 428
- BROCHADO, Cândido José dos Santos, *major*
HA p. 184, 202, 205, 212, 213, 215, 217, 218, 241
- BROCHADO, Damaso, *coronel*
HA p. 260
- BROCHADO, Damaso, *desembargador*
HA p. 212
- BROCHADO, Sinfrônio José dos Santos
HA p. 237, 241
HM p. 81, 734
- BROGLIA, Mário
HM p. 185
- BUENO, Antônio
HM p. 433
- Bueno, Bartolomeu
Ver SILVA, Bartolomeu Bueno da
- BUENO, Horácio
HM p. 424, 527
- BUENO, Isabel
HA p. 98, 141
- BÚFALO, Miguel
HM p. 635
- BURGOS, Manuel Correia
HM p. 427
- BURLAMAQUI, José Ascânio
HM p. 117, 192
- BURNIER, Henrique
HM p. 117, 185, 198, 658
- BURNIER, Miguel
HA p. 296
- BUZELIN, Carlos Horta
HM p. 420
- CABALE, Manuel
HM p. 433
- CABRAL, Domingos Marques, *padre*
HA p. 130
- CABRAL, Joseph de Morais
HA p. 141
- CABRAL Filho, Manuel José
HM p. 428, 529
- CAETANO, Francisco
HM p. 311
- CAETANO, Lindolfo
HA p. 327
- CAETANO, Lúcio
HA p. 204
- CAFÉ, Ricardo Ribeiro
HM p. 429
- CALDAS, Lucas Machado Veloso
HM p. 426
- CALDAS, Rodrigues
HM p. 741
- CALDAS, Vasco Rodrigues
HA p. 81
- CALDEIRA, Antônio de Sousa
HA p. 127
- CALDEIRA, Aristides
HA p. 325, 328, 329
- CALDEIRA, Aristóteles Xavier
HM p. 65, 68
- CALIXTO, Antônio, *padre*
HM p. 642
- CALÓGERAS, João Pandiá
HM p. 642, 646, 736
- CAM, Diogo Martins
HA p. 81
- CAMARATE, Alfredo
HA p. 251, 267
HM p. 51, 56, 57, 60, 62 (foto), 64, 65, 72, 95, 98, 107,
110, 111, 113, 115, 299, 307, 308, 353, 362, 402, 433,
437, 501, 538, 583, 639, 642, 656, 659, 662, 676
- CAMARGO, Edeltrudo Pires
HM p. 515
- CAMARGO, Manuel da Costa
HM p. 734
- CAMARGOS, João Luís Antônio Lopes
HM p. 586
- CAMARGOS, Manuel Teixeira
HA p. 241
- CAMARGOS, Silvério Ribeiro
HA p. 227, 229
- CAMARGOS, *viscondessa de*
HM p. 430
- CAMELO, João Elói da Costa
HM p. 391, 397, 537
- CAMELO, Porfírio
HM p. 391

CAMILO, Francisco de Paula
HM p. 421

CAMÕES, Luís de
HM p. 778

CAMPEIRO, João dos Santos
HM p. 424

CAMPELO, Justino
HA p. 203

CAMPISTA, Davi Moretzshon
HA p. 327, 331, 333
HM p. 44, 74, 179, 181 (foto), 184, 188, 230, 231 (foto),
420, 497, 641, 648, 665

CAMPOS, Antenor Pedro de
HM p. 449

CAMPOS, Antônio Cardoso de
HA p. 141

CAMPOS, Artur, *coronel*
HA p. 108, 130

CAMPOS, Benedito Manuel de
HM p. 549, 585

CAMPOS, Caetano César de
HM p. 118, 173, 189, 262, 264, 290, 293

CAMPOS, Carlos A. R.
HM p. 527

CAMPOS, Eduardo
HM p. 548

CAMPOS, Fortunato Pereira
HM p. 421

CAMPOS, Francisco
HM p. 509

CAMPOS, Gonzaga de
HM p. 382

CAMPOS, Honório Pereira
HM p. 424

CAMPOS, João Pinheiro de
HM p. 736, 775

CAMPOS, José
HM p. 734

CAMPOS, Oliveira
HM p. 746

CAMPOS, Sinfrônio de Sousa
HM p. 470

CANDEIAS, Francisco Zeferino
HM p. 421

CÂNDIDA, Fortunata
HA p. 198

CÂNDIDO, Antônio
HA p. 169, 425, 426

CÂNDIDO, Antônio Gentil Gomes
HM p. 417

CÂNDIDO, Francisco
HM p. 382

CÂNDIDO, José
HA p. 169

CÂNDIDO, Joaquim
HA p. 243

CÂNDIDO, Manuel
HA p. 167

CANDRA, Honório da Silva
HM p. 198

CAPOBIANCHI, Luigi
HM p. 539, 659

CARAMURU [Diogo Álvares Correia]
HA p. 79

CARANDAÍ, *visconde de*
HM p. 741

CARDIM, Francisco Gomes
HM p. 45

CARDOSO, Camilo
HA p. 189

CARDOSO, Elias Antônio
HM p. 84

CARDOSO, João da Silva
HA p. 224
HM p. 84, 91, 310

CARDOSO, João Pedro
HM p. 557 (foto), 739

CARDOSO, Joaquim da Silva
HA p. 224

CARDOSO, José Ferreira
HA p. 202, 205

CARDOSO, Manuel Francisco
HA p. 198, 200, 203, 205

CARDOSO, Manuel Leitão
HA p. 112

CARDOSO, Manuel J.
HM p. 530

- CARDOSO, Matilde C. Ascensão
HM p. 427
- CARILLO, Enrique
HM p. 433
- CARLO, Barziza
HM p. 548
- Carlos, Antônio
Ver ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de
- CARLOS, Bálsamo
HM p. 586
- CARLOS, João
HA p. 206
- CARLOS, Manuel
HA p. 198
- CARLOTA, Inês de Castro M.
HM p. 424
- CARMO, Camila Maria do
HM p. 419
- CARMO, Carlos César
HM p. 419
- CARMO, Emília Bernardina do
HM p. 421
- CARMO, Florêncio Jorge do
HM p. 529
- CARMO, José da Silva
HM p. 528
- CARNEIRO, *general*
HM p. 57
- CARNEIRO, Gomes, *general*
HM p. 403
- CARNEIRO, João Batista
HM p. 117, 344, 568, 606, 774
- CARNEIRO, Joaquim de Freitas
HM p. 93
- CARNEIRO, Manuel Alves, *tenente*
HA p. 112
- CARNEIRO, Martin
HM p. 382
- CARNEIRO, Otávio Barbosa da Silva
HM p. 116 (foto), 117, 344, 557 (foto), 755, 774, 775
- CARRION, Juan Munaz
HM p. 691
- CARTACHO, Antônio da Cruz
HM p. 734
- CARVALHAES, Antônio Homem de Loureiro, *visconde de*
HM p. 308, 312, 517, 553
- CARVALHO, Adão da Purificação
HM p. 417
- CARVALHO, Adão Luís
HM p. 84
- CARVALHO, Adolfo
HM p. 419
- CARVALHO, Albino Gaspar de
HM p. 419, 421
- CARVALHO, Alfredo de
HM p. 548, 583
- CARVALHO, Ana Leopoldina de A.
HM p. 418
- CARVALHO, Antônio de Albuquerque Coelho de,
governador das Capitânicas reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais
HA p. 93, 99, 100, 107, 120, 125, 166, 279
- CARVALHO, Antônio Emídio Teixeira de
HM p. 344
- CARVALHO, Antônio Gomes de
HA p. 194
- CARVALHO, Antônio Maria da Silva
HM p. 372 (foto), 549, 585, 632, 633, 734
- CARVALHO, Antônio Vieira de
HM p. 418
- CARVALHO, Cantidiano Ferreira de
HM p. 344, 568
- CARVALHO, Cipriano José de
HM p. 44, 425, 426, 427, 549, 660, 732
- CARVALHO, Divina Maria de
HM p. 608
- CARVALHO, Domingos João de
HA p. 127
- CARVALHO, F. Pinto da Silva
HM p. 528
- CARVALHO, Feu de
HA p. 139, 161
- CARVALHO, Francisco Caetano de
HM p. 45, 48, 76 (foto), 85, 92, 309, 539, 547
- CARVALHO, Francisco Henrique
HM p. 548
- CARVALHO, Francisco Luís de
HA p. 184, 189, 192, 196, 198, 199, 200, 208, 229
HM p. 606

- CARVALHO, Getúlio de
HM p. 642
- CARVALHO, Inácia de
HA p. 198, 204, 205, 209
- CARVALHO, João Antero de
HM p. 344, 659
- CARVALHO, Joaquim Severiano de
HM p. 424
- CARVALHO, José Caetano de
HA p. 186, 189
- CARVALHO, José Maria da Silva
HM p. 465
- CARVALHO, José Tristão de
HM p. 424
- CARVALHO, Manuel Barroso de
HM p. 45, 117
- CARVALHO, Manuel Caetano de
HA p. 186, 195, 208
HM p. 94, 606
- CARVALHO, Manuel Gomes de
HM p. 666
- CARVALHO, Manuel Pereira de
HA p. 126
HM p. 547
- CARVALHO, Maria Ifigênia de
HA p. 214
- CARVALHO, Maria Rita de
HM p. 666
- CARVALHO, Martim de
HA p. 81
- CARVALHO, Raimundo de
HM p. 741
- CARVALHO, Reduzina Ferreira de
HM p. 429
- CARVALHO, Regino José
HM p. 549, 585
- CARVALHO, Rita da Silveira
HM p. 76 (foto)
- CARVALHO, Rogério José
HM p. 548
- CARVALHO, Silvério Ribeiro de
HM p. 429
- CARVALHO, Tomé de
HM p. 311
- CARVALHO, Vitor
HM p. 310, 311, 312
- CASA GRANDE, Ângelo
HM p. 549
- CASALI, Ugo
HM p. 663
- CASSÃO, Leopoldina
HM p. 630
- CASSÃO, Leopoldo
HM p. 630
- CASSÃO, Libânia
HM p. 630
- CASSÃO, Romualda
HM p. 630
- CÁSSIA, Rita Senhorinha de
HA p. 208, 217, 218
- CASSIANO, Luís
HA p. 301
HM p. 23
- CASTANHEDE, Luís
HA p. 342
HM p. 118
- CASTEL BRANCO, Rodrigo, *dom*
HA p. 88, 89, 91
- CASTELNAU, Francis de la Porte
HA p. 188
- CASTILHOS, Joaquim Inácio de
HA p. 202, 215
- CASTRO, André de Melo e
Ver GÁLVEAS, André de Melo e Castro, *conde das*
- CASTRO, Antônio Correia e
HM p. 736
- CASTRO, Felizardo Gomes de
HA p. 198
- CASTRO, Henrique G. de Paula
HM p. 424, 530
- CASTRO, João Ewerton da Silva
HM p. 45, 94, 111, 115, 308, 312, 344
- CASTRO, João Francisco de Paula
HM p. 426
- CASTRO, José Alves de
HM p. 117
- CASTRO, José Felipe de Freitas
HM p. 642

- CASTRO, Josefino Torquato de Magalhães e
HM p. 515, 527
- CASTRO, Manuel Faustino de Magalhães e
HM p. 538
- CASTRO, Manuel Rocha de, *capitão-mor*
HA p. 132
- CASTRO, Rita Juventina de
HM p. 608
- CASTRO, Teresa de Paula
HM p. 429
- CASTRO, Vicente de
HA p. 164, 166
- CATA PRETA, Ana Augusta de Oliveira
HM p. 418
- CATA PRETA, Júlia Lima de Oliveira
HM p. 418
- CATÃO, Francisca de P. de O.
HM p. 422
- CATONI, Bernardino de Queirós
HM p. 557 (foto), 739
- CAVALCANTE, Francisco M. dos Santos
HM p. 421
- CAVALEIRO, Manuel Pelcetero
HM p. 548
- CAZALINHO, Manuel Francisco
HA p. 127
- CECÍLIA, Ana
HM p. 88
- CERINI, Constantino
HM p. 550, 558
- CERQUEIRA, Caetano da Gama, *desembargador*
HM p. 379, 385, 527, 646, 647, 648, 649, 721 (foto),
722, 739
- CERQUEIRA, Eduardo A. da Gama
HM p. 646, 648
- CERQUEIRA, Eduardo Ernesto da Gama
HA p. 323, 329, 331, 425, 426
- CERQUEIRA, Ernesto
HM p. 391
- CERQUEIRA, Francisco Manuel
HA p. 198
- CERQUEIRA, José
HM p. 449, 611, 775
- CERQUEIRA, José dos Reis
HA p. 196
- CERQUEIRA, Luís Daniel Cornélio de
HA p. 184, 186, 214, 215, 217, 218, 224, 229, 230, 232
HM p. 45, 48, 74, 82, 392 (foto), 395
- CÉSAR, Afonso A. Rodrigues
HM p. 528
- CÉSAR, Júlio Rodrigues
HM p. 527
- CÉSAR, Luís Ferreira
HA p. 170
- CÉSAR, Moreira, *general*
HM p. 663
- CÉSAR, Rodrigo, *general*
HA p. 144, 147, 149, 150, 151, 152
- CHAGAS Sobrinho, José Gomes
HM p. 118, 309
- CHALMERS, George
HM p. 49
- CHARAIX, Luís
HM p. 117, 345, 568
- CHAVES, Antônio Gonçalves, *desembargador*
HA p. 322
- CHAVES, Manuel Fernandes
HM p. 428
- CHAVES Júnior, Antônio Gonçalves
HA p. 294
- CHENOT, Maria Justina
HM p. 427
- CHI, Santiago
HM p. 433
- CINTRA, Alberto
HM p. 635
- CINTRA, Carlos M. de Ulhôa
HM p. 530
- CINTRA, Eduardo
HM p. 430, 531
- CINTRA, Francisca Carolina de U.
HM p. 421
- CINTRA, Herculano P. U.
HM p. 424, 531
- CINTRA, João P. de Ulhôa
HM p. 426

- CINTRA, José P. de Ulhôa
HM p. 425
- CINTRA, Lauro P. de Ulhôa
HM p. 382, 528
- CIOCCI, Sebastião, *frei*
HM p. 383
- CLARK, Hildebrando
HA p. 179
- CLARO, Júlio
HM p. 741
- CLAUDINO, Luís Hilário
HM p. 87
- CLEMENTINO, Augusto
HA p. 322, 323, 325, 326, 327, 407, 423, 425, 426
HM p. 642, 646
- CLETO, João
HA p. 204, 208
- COCAIS, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, *barão de*
HA p. 182
- COELHO, Américo B. Pinto
HM p. 530
- COELHO, Antônio Pinto
HM p. 586
- COELHO, Camila Silveira da S.
HM p. 420
- COELHO, Edgard Nascentes
HM p. 117, 376, 414, 509, 550, 774
- COELHO, Emília Renault
HM p. 608
- COELHO, Florêncio Machado
HM p. 421
- COELHO, Francelino
HA p. 206
- COELHO, Francisca de A. M.
HM p. 422
- COELHO, Francisco
HA p. 192, 198, 205, 206
- COELHO, Henrique Deodato Dias
HM p. 423
- COELHO, Jacinto Dias
HM p. 425
- COELHO, Joana Campelo
HA p. 200
- COELHO, João
HA p. 126
- COELHO, João Antônio Pinto
HM p. 661
- COELHO, João Pinto
HM p. 644
- COELHO, Joaquim I. Pinto
HM p. 527
- COELHO, Joaquina Fernandes
HM p. 424
- COELHO, José Maria Vaz Pinto
HA p. 294
- COELHO, José Moreira
HM p. 247
- COELHO, Joseph da Costa
HA p. 170
- COELHO, Joviano Teixeira
HM p. 344, 363, 449, 547, 775
- COELHO, Júlio César Pinto, *coronel*
HA p. 234, 235
HM p. 631 (foto), 633, 638, 734
- COELHO, Luís Teixeira, *padre*
HA p. 174
- COELHO, Maria da Cruz P.
HM p. 427
- COELHO, Maria Renault
HM p. 608
- COELHO, Narbal Nascente
HM p. 449
- COELHO, Nunes
HM p. 642, 645
- COELHO, Olímpio Moreira
HA p. 316
HM p. 528
- COELHO, Ovídio Pinto
HM p. 593
- COELHO, Pedro Pinto
HM p. 585
- COELHO, Simão
HA p. 127
- COELHO, Vicente F. Dias
HM p. 527
- COELHO Neto, Demétrio
HM p. 420

- COELHO Neto, Vigilato
HM p. 430, 527
- COMPASSO, Felício da Rocha
HA p. 197, 202, 204, 205, 208, 209
- COMPASSO, Luís da Rocha
HA p. 204
- COMPASSO, Manuel da Rocha
HA p. 195, 204, 207, 217, 218
- COMPASSO, Manuel Luís da Rocha
HA p. 217
- CONCEIÇÃO, Ana Maria da
HM p. 91
- CONCEIÇÃO, Ana Peres da
HA p. 173
- CONCEIÇÃO, Ana Severina da
HA p. 192, 201, 206
- CONCEIÇÃO, Antônio da, *frei*
HA p. 149
- CONCEIÇÃO, Clara Maria da
HA p. 197
- CONCEIÇÃO, João Soares da
HM p. 92
- CONCEIÇÃO, Joaquim Rosa da
HM p. 91
- CONCEIÇÃO, José Esteves da
HA p. 189
- CONCEIÇÃO, Júlia Maria da
HA p. 203, 205
- CONCEIÇÃO, Lucas Esteves da
HA p. 189
- CONCEIÇÃO, Manuel Cândido da
HM p. 93
- CONCEIÇÃO, Manuel Gonçalves da
HA p. 189
- CONCEIÇÃO, Manuel Pinto da
HA p. 200, 205
HM p. 90, 311
- CONCEIÇÃO, Maria Albina da
HM p. 85
- CONCEIÇÃO, Maria da
HM p. 92
- CONCEIÇÃO, Pedro Arbues C. da
HM p. 428
- CONCEIÇÃO, Rita Joaquina da
HA p. 202
- CONCEIÇÃO, Severina de Paula
HM p. 429
- CONDESSA, José Francisco
HM p. 508, 734
- CONSELHEIRO, Antônio
HM p. 663
- CONSTANTINO, José
HM p. 449
- CONSTANTINO, Roberto E.
HM p. 528
- CONTAGEM, Martinho Álvares da Silva
HA p. 294
- COPPÉ
HM p. 747
- COPSEY
HA p. 347
- CORACCI, Ângela
HM p. 765
- CORDEIRO, Manuel Luís da Silva
HM p. 45, 117, 344
- CORDELO, Antônio, *padre*
HA p. 139
- CORIOLANO, Francisco de, *Frei*
HA p. 263
- CORNEHLS, Cesar George
HM p. 117
- CORNEHLS, Frederico
HM p. 117, 344
- CORREIA, Antônio Demétrio G.
HM p. 417
- CORREIA, Bernardino
HM p. 363
- CORREIA, Bernardo da Costa
HA p. 191
- CORREIA, Cândido da Costa
HM p. 91
- CORREIA, Carlos, *padre*
HA p. 283
- Correia, Diogo Álvares
Ver CARAMURU, [Diogo Álvares Correia]

- CORREIA, Domingos dos Reis
 HA p. 226, 237
 HM p. 86
- CORREIA, Félix
 HA p. 128
- CORREIA, Inocêncio Serzedelo
 HA p. 379
- CORREIA, João
 HA p. 81
- CORREIA, João Alves
 HM p. 91
- CORREIA, José Casimiro
 HA p. 189, 194
- CORREIA, José dos Reis
 HA p. 186
- CORREIA, José Francisco
 HM p. 81
- CORREIA, Justino Lopes
 HM p. 84
- CORREIA, Leandro
 HA p. 209
- CORREIA, Leopoldo
 HM p. 646, 648
- CORREIA, Malaquias dos Reis
 HA p. 186, 229
- CORREIA, Maria
 HA p. 205, 206
- CORREIA, Raimundo
 HA p. 304
 HM p. 528
- CORREIA, Raimundo da Costa
 HA p. 200
- CORREIA, Saturnino
 HM p. 344
- CORREIA, Sebastião
 HA p. 128
- CORREIA, Teófilo dos Reis
 HM p. 90, 548
- Correia de Almeida,
 Ver ALMEIDA, José Joaquim Correia, *padre*
- CORREIA JÚNIOR, Manuel
 HM p. 550, 551
- CORREIA NETO, Oscavo
 HA p. 329
- CORTES, Agostinho
 HM p. 382
- CORTES, Hercília Teixeira
 HM p. 608
- COSTA, Adriano José da
 HA p. 195, 206
- COSTA, Adriano Martins da
 HA p. 191, 192, 197, 200, 209
- COSTA, Altina
 HM p. 660
- COSTA, Ana Rodrigues da
 HA p. 192, 203, 207
- COSTA, Anastácio de Miranda
 HA p. 186
- COSTA, Antônio
 HM p. 382
- COSTA, Antônio Augusto Pereira da
 HM p. 528
- COSTA, Antônio da
 HA p. 192, 194
- COSTA, Antônio de Macedo, *dom*
 HA p. 404
- COSTA, Antônio Marcelino da
 HM p. 91
- COSTA, Antônio Pereira da
 HA p. 194, 207
 HM p. 423
- COSTA, Augusto Lopes
 HM p. 91
- COSTA, Balbina Pereira da
 HM p. 84
- COSTA, Bernardo da
 HA p. 204
- COSTA, Boaventura Rodrigues da
 HM p. 419
- COSTA, Borges da
 HA p. 381
- COSTA, Camilo de Miranda, *capitão*
 HA p. 184, 189, 192, 196, 198, 204, 206, 207, 208
- COSTA, Carlos
 HA p. 127
- COSTA, Crispiniano de Miranda
 HA p. 186, 189
 HM p. 92, 311

COSTA, Custódio HA p. 105	COSTA, João Manuel da HA p. 197, 200, 206
COSTA, Daniel Martins da HA p. 209	COSTA, João Rodrigues da HA p. 200
COSTA, Domingos da HA p. 128	COSTA, Joaquim Antônio da HA p. 217, 218
COSTA, Domingos Francisco da HA p. 127	COSTA, Joaquim da HA p. 199, 201
COSTA, Domingos Soares da HA p. 164	COSTA, Joaquim Gonçalves da HM p. 585
COSTA, Eduardo Augusto Álvares da HM p. 421	COSTA, Joaquim Miranda HM p. 90
COSTA, Ernesto Silvestre da HM p. 421	COSTA, Joaquim Moreira da HA p. 217
COSTA, Francisco E.A. HM p. 531	COSTA, José Alves da HA p. 164, 166
COSTA, Francisco José da HM p. 422	COSTA, José Antônio da HA p. 195, 203
COSTA, Francisco Nogueira da HA p. 198, 205	COSTA, José Augusto da HM p. 583
COSTA, Gabriel A. da HM p. 529	COSTA, José Belarmino da HA p. 217, 218
COSTA, Gabriel Carlos Álvares da HM p. 422	COSTA, José da HM p. 312
COSTA, Heitor Gavino Lopes da HM p. 117	COSTA, José Maria da HA p. 217, 218
COSTA, Herculano Martins da HA p. 199	COSTA, José Patrício da HA p. 192, 201, 202, 206, 207
COSTA, Inácia da HA p. 206	COSTA, José Pedro da HA p. 217, 218 HM p. 45, 48, 82, 657, 677, 765
COSTA, Inocência Vieira da HA p. 192, 195, 199, 206	COSTA, Josefa Maria da HA p. 191
COSTA, Isidora da HA p. 200	COSTA, Lauriano Fernandes da HA p. 200, 204, 207
COSTA, Jacinto Antônio da HM p. 425	COSTA, Leopoldino Emílio HM p. 551
COSTA, João da HA p. 127	COSTA, Leopoldo HM p. 741
COSTA, João de Miranda HA p. 186	COSTA, Luís Gonçalves da HA p. 192, 200
COSTA, João E. de Resende, <i>desembargador</i> HM p. 528, 721 (foto), 722	COSTA, Luís Nogueira da HA p. 192, 195, 204, 208
COSTA, João Gonçalves da HA p. 194	

- COSTA, Luís Nogueira da, *padre*
HA p. 256
- COSTA, Luisa da
HM p. 92
- COSTA, Malbino Pereira
HM p. 691
- COSTA, Manuel
HA p. 191, 194, 198, 206, 209
- COSTA, Manuel da
HA p. 128
- COSTA, Manuel Higino
HA p. 217, 218
- COSTA, Manuel Joaquim da
HA p. 199
- COSTA, Manuel Martins da
HA p. 217
- COSTA, Manuel Pereira da
HA p. 191, 202
- COSTA, Manuel Ribeiro da
HA p. 112
- COSTA, Manuel Teixeira da
HA p. 429
- COSTA, Maria da
HA p. 206, 209
- COSTA, Maria Francisca da
HA p. 206
- COSTA, Maria José da
HA p. 191
- COSTA, Maria Rita da
HA p. 199, 206
- COSTA, Mariana Pereira da
HA p. 201
- COSTA, Moura
HA p. 330
- COSTA, Patrício da
HA p. 203
- COSTA, Paulo Araújo da
HA p. 112
- COSTA, Quintiliano Rodrigues da
HA p. 207
- COSTA, Raimundo Rodrigues da
HA p. 192, 195, 203, 205, 206, 207, 217, 218
- COSTA, Resende, *desembargador*
HM p. 379
- COSTA, Rita Casimira do Carmo e
HA p. 217, 218
- COSTA, Samuel Cristiano da
HA p. 224, 229
- COSTA, Sebastião Arruda da
HA p. 107
- COSTA, Silva
HA p. 402
- COSTA, Silvana Cândida da
HA p. 217, 218
- COSTA, Teixeira da
HA p. 332, 407, 412, 425, 426
- COSTA, Valentin Pereira da
HA p. 209
- COSTA, Vitória da
HA p. 127
- COSTA JÚNIOR, Vitorino
HM p. 91
- COSTA SOBRINHO, Crispiniano de Miranda
HM p. 90
- COTRIM, Catarina de Oliveira
HA p. 98
- COTRIM, Inês de Oliveira
HA p. 98
- COTRIM, Pedro Emiliano
HM p. 115
- COURA, José da Silva
HA p. 217, 218
- COUSSANDIER, Adolfo
HM p. 413, 420, 421, 422, 425, 426, 427, 429, 430,
550, 659, 734
- COUSSANDIER, Jerônimo Negrotto de
HM p. 547
- COUSSANDIER, Pedro
HM p. 417, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 429,
630
- COUTINHO, Alexandre, *capitão*
HM p. 530, 642
- COUTINHO, Amélia Júlia
HM p. 538
- COUTINHO, Antônio
HM p. 585
- COUTINHO, Antônio de Almeida
HM p. 680

COUTINHO, Augusto HM p. 417, 529	CRUZ, Cândido Augusto da HM p. 420
COUTINHO, Clemente Pereira de Azeredo HA p. 112	CRUZ, Casimiro Correia da HA p. 196
COUTINHO, Florêncio dos Santos HM p. 529	CRUZ, Custódio José da Costa HA p. 294
COUTINHO, José HM p. 527	CRUZ, Delfina Marta da HM p. 87
COUTINHO, Pedro Raimundo de Siqueira HM p. 118, 345	CRUZ, Domingos Francisco da HA p. 170
COUTO, Agostinho José C. do HM p. 417	CRUZ, Domingos Gomes HA p. 126
COUTO, Antônio Augusto do HM p. 418	CRUZ, Francisco Basílio da HM p. 91
COUTO, Augusto Sales HM p. 423	CRUZ, Francisco Bernardo da HM p. 65
COUTO, Dionísio da Silva HM p. 92	CRUZ, Francisco de Paula HA p. 189
COUTO, Honório HM p. 341 (foto), 775	CRUZ, João da HM p. 462
COUTO, Jerônimo da Silva HA p. 189	CRUZ, José de Paula HM p. 425
COUTO, Joaquim E. da R. HM p. 529	CRUZ, Manuel da, <i>dom</i> HA p. 161
COUTO, Joaquim Ferreira HM p. 93	CRUZ, Pedro da, <i>padre</i> HA p. 131
COUTO, Joaquim Pereira HA p. 201	CRUZ, Raimundo Jorge da HA p. 207
COUTO, Manuel da Silva HA p. 204, 206, 342, 345, 359 HM p. 45, 61, 65, 118, 190, 264, 296, 341 (foto), 345, 377, 385, 501, 504, 507, 521, 534, 552, 650, 652, 660, 677, 686, 724, 739, 773, 775	CRUZ, Raimundo José da HA p. 191
COUTO, Mariano da Silva HA p. 206	CRUZ, Ulisses HM p. 539
CRUZ, Ana Lopes da HM p. 419	CRUZ, Venâncio Lopes da HM p. 586
CRUZ, Antônia Lopes HM p. 418	CUBAS, Brás HA p. 96
CRUZ, Antônio Leão Lopes da HM p. 417	CUNHA, A. HM p. 741
CRUZ, Antônio Severiano da HA p. 195	CUNHA, Altivo José da HM p. 530
CRUZ, Balbina Maria da C. HM p. 419	CUNHA, Ana Josefina da HM p. 606
	CUNHA, Antônio Alexandrino da HM p. 81

- CUNHA, Antônio José da
HM p. 642
- CUNHA, Artur Ferreira da
HM p. 528
- CUNHA, Bento Eugênio de Araújo
HM p. 449
- CUNHA, Feliciano Pinto Coelho da
Ver COCAIS, Feliciano Pinto Coelho da Cunha,
barão de
- CUNHA, Francisco Alexandre da
HM p. 81
- CUNHA, Francisco de Paula
HM p. 117, 345, 568
- CUNHA, Gastão da
HM p. 379, 532, 642, 646, 648
- CUNHA, Guilherme Leite da
HM p. 637
- CUNHA, J. F. Preto Couto da
HM p. 532
- CUNHA, João da, *padre*
HA p. 131
- CUNHA, João José da
HA p. 186, 264
HM p. 48, 85, 91, 310, 539, 658
- CUNHA, João Pereira da
HA p. 189
- CUNHA, Lassance
HM p. 362
- CUNHA, Manuel de Araújo da
HA p. 205, 208, 215
- CUNHA, Manuel Pereira da
HA p. 127
- CUNHA, Maria Arcanja da
HM p. 428
- CUNHA, Maria Josefina da
HM p. 606
- CUNHA, Miguel da, *padre*
HA p. 131
- CUNHA, Rosinha da
HM p. 658
- CUNHA, Simão da
HA p. 326
- CUNHA, Vicente da
HA p. 189
- DAL'ARA, Gustavo
HM p. 117
- DAMASCENO, Francisco
HA p. 189
- DAMASCENO, João
HA p. 186, 196, 200, 202, 208
- DAMÁSIO, Leônidas Botelho
HM p. 426
- DANTAS, Saturnino, *cônego*
HM p. 642
- DÁRIO, Nelson
HA p. 329
- D'ATRI, Alexandre
HM p. 641
- D'EL-REI, Tomé Fortes
Ver REI, Tomé Fortes d'el
- DELFINA, Ana Maria
HA p. 167
- DELFINA, Fortunata
HA p. 198
- DELGADO, João Manhães dos Santos
HM p. 115, 344
- DELLAVALLE, Pietro
HM p. 309, 310
- DELPINO, Alberto
HM p. 741
- DEMOLOMBÉ
HA p. 405
- DEODORO, *general*
Ver FONSECA, Manuel Deodoro da, *presidente do Brasil*
- DERBY, Orville
HA p. 346
- DESCHAMPS, Teresa Amélia de O.
HM p. 429
- DESSENS, Michel
HA p. 342
HM p. 117, 344, 568, 615
- DESTERRO, Joseph, *padre*
HA p. 131
- DEUS, Antônio Pinto de
HA p. 203
- DEUS, Maria José Alves de
HA p. 206

- DHELHOMME, Daniel
HM p. 116 (foto), 117, 344
- DIAMANTINO, Américo
HM p. 725
- DIAS, Alexandre, *padre*
HA p. 136
- DIAS, Ana Bonifácia
HM p. 418
- DIAS, Antônio João
HM p. 93
- DIAS, Carlota
HM p. 88
- DIAS, Domingos Francisco Barbosa
HA p. 127
- DIAS, Eulina Felicíssima
HM p. 421
- DIAS, Fernão
Ver PAIS, Fernão Dias
- DIAS, Francisco Martins, *padre*
HA p. 110, 169, 173, 184, 239, 256, 264, 267, 271, 432.
HM p. 25, 47, 71, 77, 78, 94, 110, 115, 176, 184, 336, 347, 374, 379, 383, 386, 389, 485, 541, 606, 608, 609, 611, 630, 632, 636, 637, 645, 663, 668, 680, 723, 733, 734, 735, 736, 746, 755
- DIAS, Inácio
HA p. 128
- DIAS, João
HA p. 204
- DIAS, Joaquim Francisco
HA p. 202
- DIAS, Lázaro
HA p. 128
- DIAS, Manuel Lopes
HM p. 449
- DIAS, Raimundo de Paula
HM p. 635
- DIAS, Robério
HA p. 122, 160
- DIAZ, Mercedes
HM p. 433
- DICKENS, Henrique Werneck
HM p. 117, 344
- DICKSON, Roberto Cooper
HM p. 460, 463, 465, 550, 611
- DINIZ, Antônio Alves
HA p. 192
- DINIZ, Antônio Balbino da Silva
HA p. 194
- DINIZ, Antônio da Rocha
HA p. 194, 208
- DINIZ, Cirilo
HM p. 310
- DINIZ, Henrique Augusto de Oliveira
HA p. 325, 326, 328, 331, 407, 425, 426
HM p. 379, 385, 388, 642, 648, 654, 730, 736, 739, 741, 747, 772, 775
- DINIZ, João Cleto da Silva
HA p. 189, 195, 201
- DINIZ, José André da Silva
HM p. 606
- DINIZ, José Cleto da Silva
HA p. 168, 241, 243
HM p. 86, 92
- DINIZ, Leonel Martins da Silva
HA p. 194, 199, 203, 204
- DINIZ, Manuel Roberto da Silva, *padre*
HA p. 178
- DIONESI, Giuletta
HM p. 662, 663
- DOLABELA
HM p. 630
- DOLABELA, Jaime
HM p. 557 (foto)
- DOLABELA, Ludgero Wandick
HM p. 116 (foto), 117, 190, 192, 264, 295, 341 (foto), 345, 377, 434, 534, 557 (foto), 560, 642, 648, 649, 657, 660, 677, 690, 692, 739, 774, 775
- DOLABELA, Olga
HM p. 608
- DOMINGOS, Manuel
HM p. 734
- DOMINGOS, Miguel
HA p. 129
- DONATI, Domênico
HM p. 586
- DONATI, Donato
HM p. 413, 538, 539, 548
- DORES, Antônio Augusto das
HM p. 418

- DORES, Querubina Maria das
HM p. 606
- DORES, Regina Angélica das
HM p. 86
- DORES, Robertina Maria das
HM p. 606
- DRUMMOND, José Pedro
HA p. 407, 408 (foto), 409, 411, 412, 413, 415, 416,
417, 418, 421, 422, 423, 424, 425, 431
HM p. 646, 655
- DUARTE, Antônio
HM p. 527
- DUARTE, Augusto Rodrigues
HM p. 437
- DUARTE, Feliciano de Lima
HM p. 382
- DUARTE, João Antônio
HM p. 425
- DUARTE, Manuel Pinto
HM p. 85
- Duarte, Nuno Álvares
Ver SILVA, Nuno Álvares Duarte
- DUARTE, Raimundo Dias
HM p. 382, 549
- DUARTE, Sebastião
HM p. 602
- DUPRET,
HM p. 382
- DUTRA, Joaquim
HM p. 642
- EDWARDS, Eduardo
HA p. 223, 229, 230, 237, 243
HM p. 45, 48, 60, 62 (foto), 64, 65, 85, 87, 89, 90, 299,
307, 308, 310, 311, 362, 375 (foto), 402, 538, 547,
585, 633, 642, 660, 734
- EDWARDS, Mariana Florência
HM p. 660
- EIRAS, Joaquim Martins
HA p. 201
- ELENA Sobrinho, João Batista
HM p. 426
- ENCARNAÇÃO, Maria Lessa da
HA p. 206
- ENCARNAÇÃO, Quitéria Francisca da
HA p. 207
- ENCARNAÇÃO, Rita Gonçalves da
HA p. 207
- EPAMINONDAS, Bento
HA p. 231, 301, 431
HM p. 641
- ERVEN, Francisco Wan
HA p. 322
- ESMÉRIA, Ana
HM p. 585
- ESPÍRITO SANTO, Cactana Celestina do
HM p. 420
- ESPÍRITO SANTO, Maria José do
HM p. 428
- ESPÍRITO SANTO, Mariana do
HA p. 206
- ESPÍRITO SANTO, Senhorinha Florinda do
HA p. 208
- ESPÍRITO SANTO, Vicente E
HM p. 386, 430, 527, 658
- ESQUERDO, Fernando
HM p. 376, 557 (foto), 677
- ESQUERDO, Fernando de Sousa
HM p. 568
- ETEROVIC, Marco
HM p. 549
- EULÁRIO, José
HA p. 189
- EUSÉBIO, Antônio
HA p. 198, 199, 207
- EUSÉBIO, Monducci
HM p. 549
- EUSTÁQUIO, Manuel
HA p. 326, 328, 425, 426
- EVANGELISTA, João
HA p. 186, 259
- EVARISTO, Juscelino
HM p. 586
- FAGUNDES, José Jacinto
HM p. 426, 530
- FAGUNDES, Honestaldo José
HM p. 424
- FAJARDO, Rogério
HM p. 117

FARIA, Afonso Pinheiro HM p. 418	FEIO, Francisco HM p. 385, 678, 688, 694, 734
FARIA, Ana Joaquina de HM p. 84	FEIO, Inácio da Rocha HA p. 105
FARIA, Ana Romana de HA p. 214	FEIO, Manuel Alves Cordeiro de Araújo HM p. 344
FARIA, Antônio de HA p. 127	FELDHAUS, Ana Catarina Sofia Clara HM p. 603
FARIA, Antônio Faustino de HA p. 189, 194, 196, 198, 207	FELICÍSSIMO, Ana Ermelinda HM p. 417
FARIA, Antônio Galdino HM p. 85	FELICÍSSIMO, Antônio Carlos HM p. 527
FARIA, Antônio Pereira HM p. 417	FELICÍSSIMO, Antônio N. T. P. HM p. 530, 532
FARIA, Artur Benevenuto de HM p. 395	FELICÍSSIMO, Artur HM p. 382, 531
FARIA, Eduardo HM p. 417	FELICÍSSIMO, Feliciano de P. HM p. 422
FARIA, Guilherme Augusto de HM p. 117, 344, 449	FELICÍSSIMO, José HM p. 382, 386, 658
FARIA, Honório Pinheiro de HM p. 424	FELICÍSSIMO, Raimundo N. HM p. 531
FARIA, João de HA p. 127	FELICÍSSIMO, Silvéria de Paula HM p. 429
FARIA, João Pereira HM p. 425	FELIPE, José HM p. 646
FARIA, José João de HA p. 189	FERNANDES, Afonso HM p. 417
FARIA, José Pereira de HM p. 426	FERNANDES, Antônio HM p. 449
FARIA, Leopoldino HM p. 117	FERNANDES, Antônio José HA p. 166
FARIA, Manuel João de HA p. 186	FERNANDES, Elias HM p. 449
FARNEZE, Gustavo HM p. 557 (foto), 775	FERNANDES, Felício HA p. 192
FARNEZE, Senhorinha HM p. 368 (foto), 462, 539	FERNANDES, Francisco Cândido, <i>alferes</i> HA p. 186, 211 (foto), 224, 226, 229, 230, 237 HM p. 88
FAUCONIER, B. C. HM p. 386	FERNANDES, Inácio Antônio HA p. 294
FAUSTINO, Antônio HA p. 196	FERNANDES, José Bonifácio HM p. 426
FAZIO, Giuseppe di HM p. 659	

- FERNANDES, Joviano
HM p. 633
- FERNANDES, Lauriano
HA p. 199
- FERNANDES, Rita
HA p. 200, 208
- FERNANDES, Servando Pinto
HA p. 208
- FERNANDES, Silvano Pinto
HA p. 208
- FERRADAS, Gabriel
HM p. 433
- FERRAND, Canuta
HM p. 550
- FERRARI, Artur
HM p. 117
- FERRARI, Francisco
HM p. 497, 507
- FERRAZ, Adalberto
Ver LUZ, Adalberto Dias Ferraz da
- FERRAZ, Antônio Teixeira
HA p. 195
- FERRAZ, Júlia
HM p. 608
- FERREIRA, Alípio Luís
HM p. 85
- FERREIRA, Ana
HM p. 608
- FERREIRA, Antônia Carolina
HM p. 418
- FERREIRA, Antonina Augusta do Carmo
HM p. 418, 419
- FERREIRA, Antônio Basílio
HM p. 417
- FERREIRA, Artur Dias
HM p. 417
- FERREIRA, Aureliano Pedro
HM p. 528
- FERREIRA, Balbina
HM p. 419
- FERREIRA, Basílio Luís, *capitão*
HA p. 189
- FERREIRA, Carlos de Ávila
HM p. 586
- FERREIRA, Cícero
Ver RODRIGUES, Cícero Ferreira
- FERREIRA, Clemente Luís
HA p. 189, 197, 214
- FERREIRA, Delfina Olímpia
HM p. 419
- FERREIRA, Euflausina Maria
HM p. 421
- FERREIRA, Felipe
HM p. 422
- FERREIRA, Francisco Antônio
HM p. 549
- FERREIRA, Francisco de P. Soares
HM p. 421
- FERREIRA, Galdino D.
HM p. 417
- FERREIRA, Generosa A.
HM p. 422
- FERREIRA, Geraldo Manuel
HM p. 547
- FERREIRA, Gonçalo
HA p. 135
- FERREIRA, Gregório Pedro
HM p. 422
- FERREIRA, Inácia
HA p. 209
- FERREIRA, João de Seixas
HA p. 186, 189, 194, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 205
- FERREIRA, João Rodrigues
HA p. 200, 202, 208
- FERREIRA, Joaquim de Seixas
HM p. 92
- FERREIRA, Joaquim Gonçalves
HA p. 425, 426
HM p. 379
- FERREIRA, Joaquim Luís
HA p. 194
- FERREIRA, José Antônio
HA p. 207
- FERREIRA, José Antônio da Costa
HA p. 205
- FERREIRA, José Basílio
HM p. 424

- FERREIRA, José Joaquim
HM p. 425, 606
- FERREIRA, José Luís
HA p. 227
- FERREIRA, Judith
HM p. 608
- FERREIRA, Júlio César
HM p. 65
- FERREIRA, Clemente Luís, *tenente*
HA p. 189
- FERREIRA, Manuel
HA p. 198
- FERREIRA, Manuel Acácio
HA p. 186
- FERREIRA, Manuel de Paula
HM p. 427, 529
- FERREIRA, Manuel Gonçalves
HA p. 217, 218
- FERREIRA, Manuel Rodrigues
HA p. 205
- FERREIRA, Manuel Tertuliano
HM p. 427
- FERREIRA, Marcelino Rodrigues
HA p. 189
- FERREIRA, Marcelo Gomes
HA p. 206, 209
- FERREIRA, Maria Delminda
HM p. 427
- FERREIRA, Maria do Carmo
HM p. 428
- FERREIRA, Maria S.
HM p. 88
- FERREIRA, Mariano Gonçalves
HM p. 68
- FERREIRA, Nicolau José
HM p. 428, 529
- FERREIRA, Perciliano de Seixas
HM p. 92
- FERREIRA, Silvério Rodrigues
HA p. 200, 207, 208
- FERREIRA, Simão
HM p. 429
- FERREIRA, Veridiano Gonçalves
HA p. 194, 197, 202, 204, 208, 209
- FERREIRA, Vicente Arcanjo
HM p. 734
- FERREIRA, Vicente Luís, *capitão*
HA p. 220
- FERREIRA, Vitorino Arcanjo
HM p. 88, 94
- FERRUGEM, Pedro José
HA p. 194, 196, 198, 201
- FERRUGO, Francisco Borges
HA p. 189
- FEU, Delfina
HM p. 420
- FIDÉLIS, Ovídio Saraiva
HM p. 428
- FIGUEIRA, Antônio Gonçalves
HA p. 84
- FIGUEIRA, Francisco Pinto
HM p. 558
- FIGUEIREDO, Aguinaldo de
HA p. 274 (foto)
- FIGUEIREDO, Aurélio de
HM p. 741
- FIGUEIREDO, Bernardo Joaquim
HM p. 117, 280, 341 (foto), 344, 414, 488, 517, 521, 522, 550, 643, 648, 688, 695, 739, 774, 775
- FIGUEIREDO, Carlos Pinto de
HA p. 335
- FIGUEIREDO, Carolina de
HM p. 521
- FIGUEIREDO, Elizabeth Batista de
HA p. 274 (foto)
- FIGUEIREDO, Luís G. de
HM p. 530
- FIGUEIREDO, Manuel Lopes de, *coronel*
HM p. 537, 637, 646, 688, 734, 741
- FILGUEIRAS, Álvaro de Matos, *cônego*
HA p. 161
- FIRPI, Ambrósio
HM p. 547, 585, 659
- FONSECA, Antônio Custódio da
HA p. 194
- FONSECA, Antônio Fortunato da
HM p. 418

- FONSECA, Antônio Inácio da
HM p. 538
- FONSECA, Antônio Inocêncio Pereira da
HA p. 215, 217
- FONSECA, Antônio Pinto da
HM p. 382
- FONSECA, Antônio Rodrigues da
HA p. 112
- FONSECA, Augusto Teixeira da
HM p. 585
- FONSECA, Claudino Pereira da
HM p. 420
- FONSECA, Deodoro da, *general*
Ver FONSECA, Manuel Deodoro da, *presidente do Brasil*
- FONSECA, Domingos Rodrigues da
HA p. 105
- FONSECA, Fausta Cândida
HM p. 422
- FONSECA, Francisco
HM p. 530
- FONSECA, Francisco Antônio da
HA p. 189, 198, 199, 220
- FONSECA, Francisco Ferreira de Assis
HA p. 404
- FONSECA, Henrique Duarte da
HA p. 415, 425
HM p. 642
- FONSECA, José Antônio da
HM p. 424
- FONSECA, José Inácio Pereira
HM p. 538, 550, 585, 633
- FONSECA, Júlia Vieira da
HM p. 632
- FONSECA, Laura Augusta da
HM p. 632
- FONSECA, Manuel
HA p. 128
- FONSECA, Manuel Deodoro da, *presidente do Brasil*
HA p. 231, 315, 316, 334
- FONSECA, Manuel Vicente da
HM p. 93, 470, 734
- FONSECA, Maria I. Galvão da C.
HM p. 427
- FONSECA, Pedro de Macedo V. da
HM p. 429
- FONTES, Manuel Monteiro
HA p. 164, 166
- FONTOURA, José Cardoso
HA p. 198, 203
- FORNACIARI, Carlos
HM p. 374, 585
- FORTES, Antônio de Sá
HA p. 328
- FORTES, Carlos da Silva
HA p. 325, 326, 407, 425, 426
HM p. 646
- FORTES, Carlota Benedita de Oliveira
HM p. 659
- FORTES, Crispim Jacques Bias, *presidente de Minas Gerais*
HA p. 303, 304, 305, 315, 333, 403, 404, 425, 426, 427, 429
HM p. 68, 176, 177, 178, 179, 181 (foto), 182, 183, 188, 191, 257, 262, 265, 266, 305, 338 (foto), 340, 366, 377, 379, 383, 384, 385, 388, 391, 407, 410, 463, 541, 641, 642, 644, 645, 649, 653, 654, 655, 659, 672, 698, 730, 741, 744 (foto), 746, 747, 749, 752, 753, 754 (foto), 755, 766, 767, 768
- FORTES, Silva
Ver FORTES, Carlos da Silva
- FÓSCOLO, Avelino
HA p. 301
HM p. 663
- FRADINHO, Francisco de Paula
HM p. 422
- FRAGA, Cipriano da
HA p. 202
- FRAGA, Horácio Ferreira
HA p. 224, 229
- FRANCISCA, Ana
HM p. 92
- FRANCISCA, Maria
HM p. 87
- FRANCISCA, Narcisa
HA p. 194, 205
- FRANCISCA, Rita Maria
HA p. 207
- FRANCISCO, Miguel
HM p. 691

- FRANCISCO, Paladino
HM p. 548
- FRANCO, Ademar de Melo
HM p. 557 (foto)
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo
HM p. 382, 529
- FRANCO, Armínio de Melo
HM p. 529
- FRANCO, Atabalipa Americano
IIM p. 419
- FRANCO, João do Amaral
HM p. 118, 345, 703, 711, 774
- FRANCO, Manuel Simões
HM p. 423
- FRANCO, Quintiliano da Rocha
HA p. 207
- FRANCO, Raimunda Nonato
HM p. 429
- FRANCO, Virgílio Martins de Melo
HA p. 293, 294, 325, 407, 426
HM p. 430, 529, 736
- FREIRE, Felipe dos Santos
HA p. 142
- FREITAS, Ana Esméria de
HM p. 86
- FREITAS, Antônio Zeferino de
HA p. 195
- FREITAS, Camilo Lélis de
HA p. 196
- FREITAS, Cláudio Marcelino Pereira de
HA p. 189
- FREITAS, Floriano José de
IIA p. 198, 200
- FREITAS, Herculano de
HM p. 232
- FREITAS, João Batista
HM p. 527
- FREITAS, Leonor Gabriela M.
HM p. 426
- FREITAS, Luís Tibúrcio de
IIM p. 45
- FREITAS, Manuel de
HA p. 127
- FREITAS, Manuel José de
HA p. 189
- FREITAS, Rafael Carneiro de
IIA p. 189, 196
- FREITAS, Rita Constança de
HM p. 90
- FRONTIN, Paulo de
HM p. 446
- FRUTUOSA, Maria
HM p. 92
- FURST, Alfredo
HM p. 417, 531
- FURTADO, Francisco José
HM p. 184
- FURTADO, João Francisco Vieira
HM p. 64, 115, 344
- FURTADO, Júlio
HM p. 576
- FURTADO, Manuel Basílio
HA p. 294
- GABAGLIA, Eugênio de Barros Raja
HA p. 342, 345, 353, 360, 379
HM p. 118, 190, 192, 194, 198, 264, 285, 295
- GADELHA, Joaquim Francisco
HM p. 426
- GALVÃO, Antônio Nunes
IIA p. 294
- GALVEAS, André de Melo e Castro, *conde das*
HA p. 170
- GAMA, Alexandre Pereira da
HA p. 164
- GAMA, Antônio da
IIA p. 198
- GAMA, Cornélio Augusto
HM p. 529
- GAMA, José Augusto de Carvalho
IIM p. 426
- GAMA, José Pereira
HA p. 191, 204
- GAMA, Rafael Archanjo C. da
HM p. 423
- GAMA, Romualdo Antônio de Carvalho
HM p. 429

- | | |
|--|--|
| GANDAVO, Pero de Magalhães
HA p. 81 | GOMES, Almeida
HM p. 382 |
| GANDRA, Honório
HM p. 117, 775 | GOMES, Antônio Felipe
HM p. 417, 530 |
| GARCIA, Casimiro
HM p. 503, 551, 734 | GOMES, Carlos
HM p. 659 |
| GARCIA, Genaro
HM p. 549, 632, 734 | GOMES, Cruz
HM p. 436 |
| GARCIA, Vicente
HM p. 64 | GOMES, Domingos de Magalhães
HM p. 420 |
| GARDUM, Eusébio
HA p. 129 | GOMES, Felizardo de Castro
HA p. 189 |
| GASPAR, Andreze
HM p. 550 | GOMES, Francisco Borja de Almeida
HM p. 653 |
| GAVINO, Marcos Mettrou
HM p. 568, 774 | GOMES, Francisco Coelho de M.
HM p. 422 |
| GENZONI, Baltasar
HM p. 549, 550 | GOMES, Francisco de A.
HM p. 528 |
| GENZONI, Rafael
HM p. 551 | GOMES, Francisco de Magalhães
HM p. 422 |
| GERTRUDES, Maria
HM p. 608 | GOMES, Francisco Otaviano
HM p. 585 |
| GESTEIRA, Carlota Augusta Magalhães
HM p. 419 | GOMES, Francisco Vidal
HM p. 308 |
| GESTEIRA, Antônio Coelho de Magalhães
HM p. 417 | GOMES, João Batista
HM p. 117, 181 (foto), 344, 568, 646, 775 |
| GIESTAL, Antônio Augusto
HM p. 511, 734 | GOMES, João Vítor de Magalhães
HM p. 425 |
| GIL, Francisco de Paula
HM p. 421 | GOMES, Joaquim de Oliveira
HM p. 93 |
| GIOVANI, Bovo
HM p. 549 | GOMES, José
HM p. 633 |
| GIOVANINI, J.
HM p. 615, 620 | GOMES, José Coelho de Magalhães
HM p. 530, 721 (foto) |
| GIUSEPPE, Gabarcio
HM p. 550 | GOMES, José Ponciano
HM p. 530 |
| GIZ, Antônio Bento
HA p. 127 | Gomes, Leopoldo
Ver TEIXEIRA, Leopoldo César Gomes |
| GLAZIOU, A.
HM p. 576 | GOMES, Lopo
HM p. 548 |
| GLIMMER, Wilhelm
HA p. 81 | GOMES, Manuel de Magalhães
HM p. 427 |
| GOLKER, Valentin
HM p. 635 | GOMES, Manuel Diniz
HM p. 427 |

- GOMES, Pedro Coelho de M.
HM p. 428
- GOMES, Sant'Ana
HM p. 386
- GONÇALVES, Alexandre
HA p. 107
- GONÇALVES, Ana
HA p. 192
- GONÇALVES, Anacleto
HA p. 203
- GONÇALVES, Antônio
HA p. 128, 194
- GONÇALVES, Antônio José
HM p. 116 (foto), 117, 185, 344, 568
- GONÇALVES, Antônio Luís
HA p. 195
- GONÇALVES, Antônio Pereira
HM p. 307
- GONÇALVES, Domingos
HA p. 196
- GONÇALVES, Felipe
HA p. 202
- GONÇALVES, Felisberta
HA p. 199
- GONÇALVES, Felisbina
HM p. 608
- GONÇALVES, Francelino
HA p. 198, 205
- GONÇALVES, Francisco Justino
HA p. 189, 199
- GONÇALVES, João
HA p. 191, 192
- GONÇALVES, João José
HM p. 424
- GONÇALVES, Joaquim
HA p. 192
- GONÇALVES, Joaquim Domingos
HM p. 89
- GONÇALVES, José dos Santos
HM p. 424
- GONÇALVES, Leandro
HA p. 198
- GONÇALVES, Manuel
HA p. 198
- GONÇALVES, Manuel, *capitão*
HA p. 127
- GONÇALVES, Manuel Germano
HM p. 90
- GONÇALVES, Serafim Francisco
HM p. 429
- GONÇALVES, Silvério Luís
HA p. 208
- GONZAGA, Rodolfo Augusto
HM p. 429, 527
- GONZAGA, S.
HM p. 646
- GORCEIX, Henrique
HA p. 397
HM p. 577
- GOSLING, Frederico
HM p. 413
- GOUDINHO, Florêncio dos Santos
HM p. 422
- GOULART, Amélia
HA p. 223
- GOULART, Antônio Rodrigues
HM p. 82
- GOULART, José d'Ávila
HM p. 413, 466, 550, 660, 678, 734, 741, 775
- GOULART, Zacarias Rodrigues
HM p. 88
- GOUVEIA, Joaquim Coelho
HM p. 425
- GOUVEIA, José Xavier de
HM p. 117, 247
- GRAÇA, Cordeiro da
HM p. 652, 653
- GRIMAL, Eli
HM p. 549
- GROPPI, Júlio
HM p. 539, 596
- GROSSO, João
HA p. 203
- GUADALUPE, Antônio de, *frei*
HA p. 154
- GUALBERTO, João
HM p. 741

- GUARANTA, Marcelina
HM p. 433
- GUARNIERI, Antônio
HM p. 550
- GUARNIERI, Mariano
HM p. 417, 421, 427, 428, 429, 430
- GUEDES, Manuel Ferreira
HM p. 427
- GUERRA, Ângelo
HM p. 549
- GUERRA, Antônio Apolinário
HM p. 417
- GUERRA, Joaquim Rodrigues de P.
HM p. 425
- GUILHERME, José
HA p. 186
- GUILHERME, José Rodrigues
HA p. 202
- GUILHERME, Mota
HM p. 547
- GUILHERME JÚNIOR, José Luís
HA p. 189
- GUILHERME JÚNIOR, José Rodrigues
HA p. 202, 203
- GUIMARÃES, Afonso Bernardo
HM p. 568
- GUIMARÃES, Albino da Costa
HM p. 417
- GUIMARÃES, Alfredo
HM p. 382, 385, 386, 658, 746
- GUIMARÃES, Antônio Bernardo de Sousa
HA p. 167, 201
- GUIMARÃES, Antônio de Sousa
HA p. 164, 165 (foto), 166, 167
- GUIMARÃES, Antônio Delfino de Souza
HA p. 189
- GUIMARÃES, Antônio J. E.
HM p. 423
- GUIMARÃES, Basílio Rodrigues
HA p. 189
- GUIMARÃES, Cândida Maria de Sousa
HA p. 195, 196
- GUIMARÃES, Clementino
HM p. 382
- GUIMARÃES, Francisco Antunes da Silva
HM p. 116 (foto), 117, 344, 568
- GUIMARÃES, Francisco Cândido
HA p. 221
- GUIMARÃES, Francisco da Costa
HM p. 422
- GUIMARÃES, Francisco de Sousa
HA p. 199
- GUIMARÃES, Generosa A. E.
HM p. 422
- GUIMARÃES, Horácio
HA p. 259
- GUIMARÃES, Horácio Cândido de Sousa
HA p. 167
- GUIMARÃES, José Antônio da Silva
HM p. 425
- GUIMARÃES, José Cândido de Sousa
HA p. 167, 168
- GUIMARÃES, José Francisco Alves
HA p. 194, 206
- GUIMARÃES, Manuel C.
HM p. 529
- GUIMARÃES, Maria Cândida de Souza
HA p. 167, 168
- GUIMARÃES, Matias
HM p. 382
- GUIMARÃES, Roberto
HM p. 435, 437
- GUIMARÃES, Úrsula Paulina de Sousa
HA p. 167, 197
- GUIMARÃES, Vicente da Costa
HM p. 430
- GUIMARÃES JÚNIOR, Francisco
HM p. 529
- GURGEL, Francisco Amaral
HA p. 117
- GUSMÃO, Bernardo Pereira de
HA p. 136
- GUSMÃO, Domingos Felipe de
HA p. 156, 157
- GUTIERREZ, Leonardo A.
HA p. 244
HM p. 462, 485, 549, 550, 690, 734, 735, 741
- GUZZI, José
HM p. 312

- HAAS, Artur
 HA p. 222 (foto)
 HM p. 363, 465, 535 (foto), 537, 541, 547, 678, 734, 736
- HARGREAVES, Carlos
 HM p. 571, 660, 739
- HEILBUTH, Walter
 HA p. 304, 305
- HENRION, Augusto
 HM p. 417
- HENRIQUE, Pio José
 HM p. 91
- HENRIQUES, Manuel T. Tomás
 HM p. 423
- HERNANDE, Félix
 HM p. 433
- HOMEM, Diogo Pinto, *tenente*
 HM p. 530
- HOMEM, Rodrigo Pinto
 HM p. 429
- HONORATO, Miguel
 HM p. 91
- HORFO, José
 HM p. 64
- HORIZONTALINA, Minas
 HM p. 765
- HORTA, Alberto
 HM p. 117, 344, 606, 774, 775
- HORTA, Antônio
 HM p. 382, 646, 648
- HORTA, Antônio Gomes R.
 HM p. 531
- HORTA, Francelino
 HM p. 635
- HORTA, Francisco A. C.
 HM p. 413
- HORTA, João Gomes Rebelo
 HA p. 329, 333, 407, 425, 426, 429
 HM p. 632, 642, 655, 734, 735, 739, 747, 750, 774, 775
- HORTA, Joaquim
 HM p. 118, 345, 568
- HORTA, Mário da Cunha
 HM p. 449
- HOWYAN, G.
 HA p. 322
- HUGO, Vitor
 HM p. 753
- IGLESIAS, Luísa
 HM p. 433
- IGLESIAS, Victoria
 HM p. 433
- INGOLDGBY, William
 HM p. 118
- INTRIERI, Afonso Daniel
 HM p. 549
- INTRIERI, Agostinho
 HM p. 538, 659
- ITABIRANO, Artur
 HA p. 323, 326, 332
- JACÓ, Rodolfo
 HA p. 179
 HM p. 527
- JAEGHER, Berta Adele Teresa de
 HM p. 603, 660
- JAEGHER, Joseph de
 HM p. 469, 507, 538, 541, 603, 650, 652, 653, 660, 682, 734, 735, 739
- JARDIM, Ana
 HM p. 247
- JARDIM, Hilário Mendes da Cunha
 HA p. 182
- JARDIM, J.
 HM p. 345
- JARDIM, Jerônimo R. de Morais, *marechal*
 HM p. 358, 362, 365, 366, 382, 385, 442, 773
- JARDIM, Joana Augusta
 HA p. 227
- JARDIM, João Carlos
 HA p. 167
- JARDIM, José Cândido
 HA p. 168
- JARDIM, José Maria da Cunha
 HA p. 203
- JARDIM, José Moreira da Cunha
 HA p. 194
- JARDIM, Luís R. de Morais, *major*
 HM p. 341 (foto), 449, 660, 741, 770, 774
- JARDIM, Maria Cândida
 HM p. 606

- JERÔNIMO, Francisco J.
HM p. 471
- JERSEY, Antônio Maria de Albuquerque O'Connell
HA p. 322
- JESUS, Ana Custódia de
HA p. 192
- JESUS, Ana Pereira de
HA p. 206
- JESUS, Anísio Palhano
HM p. 118, 185, 345, 568, 660
- JESUS, Antônia Alberta de
HM p. 418
- JESUS, Antônia Cândida de
HM p. 86
- JESUS, Antônia Francisca Rosalina de
HA p. 246
HM p. 84
- JESUS, Antônio Ambrósio de
HM p. 418
- JESUS, Avelino E Máximo de
HM p. 417, 528
- JESUS, Camila Cândida de
HA p. 274 (foto)
HM p. 419
- JESUS, Firmino Caetano de
HM p. 421
- JESUS, Florêncio Fernandes de
HM p. 421
- JESUS, Francisca Cândida de
HM p. 421
- JESUS, Francisca M. de
HM p. 423
- JESUS, Gertrudes Gonçalves de
HA p. 199
- JESUS, João Pedro de
HM p. 425
- JESUS, Joaquina Carolina de
HM p. 424
- JESUS, José de
HA p. 167
- JESUS, Manuel de
HA p. 205
- JESUS, Manuel João Pereira de
HM p. 84
- JESUS, Maria de
HM p. 87
- JESUS, Maria Escolástica de
HM p. 428
- JESUS, Paula Rosa de
HM p. 428
- JESUS, Rita Rosa de
HM p. 86
- JESUS, Teresa Augusta de
HM p. 429
- JESUS, Teresa E. de
HM p. 423
- JESUS, Tomé do Nascimento
HM p. 429
- JOÃO IV, *rei de Portugal*
IIA p. 123
- JOÃO V, *rei de Portugal*
HA p. 144, 151
- JOÃO, Daniel
HM p. 585
- JOÃO, Mansur
HM p. 585
- JOAQUIM, Antônio
HA p. 194
- JOAQUIM, Tomé
HM p. 92
- JOAQUINA, Ana
HA p. 194, 204, 205
- JOAQUINA, Maria
HM p. 92
- JORGE, Raimundo
HA p. 199
- JOSÉ, Manuel
HA p. 203
- JOVIANO, Artur
HM p. 741
- JUNQUEIRA, Antônio Francisco
HM p. 418, 722, 741
- JUNQUEIRA, Gabriel
HM p. 642
- JUSTINO, Antônio
HA p. 194, 206
- JUSTINO, Manuel
HM p. 92

- KALLENBERG, L. von
HM p. 649
- KINGSTONE, Henrique Augusto
HM p. 45
- KINGSTONE, Luís Eugênio
HM p. 45
- KRUGER, Henrique von
HM p. 118
- KUBITSCHKEK, João Nepomuceno
HA p. 327, 331, 402, 425, 426
- LABESQUE, Bartolomeu
HM p. 422, 424, 425, 428, 642
- LACERDA, Álvaro
HM p. 741
- LACERDA, Antônio Pereira de, *capitão*
HA p. 126
- LACERDA, João Pereira de
HA p. 126
- LAÇO, Diogo Gonçalves
HA p. 81
- LAET, Carlos de
HM p. 747
- LAGOA, Francisco de Paula Rocha
HA p. 326, 426
- LAGOA, Rita Maria de Cássia
HM p. 429
- LAGROTTA, Teresa
HM p. 429
- LAMARTINE, Alberto
HM p. 449, 568
- LANA, Francisco de P.
HM p. 423
- LANA, José Mariano da Costa
HM p. 424
- LANA, Manuel de Oliveira
HM p. 428
- LARA, José de Almeida, *padre*
HA p. 154, 156
- LARANJEIRA, Manuel Lourenço
HM p. 232, 289, 307, 402
- LASAFÁ, José
HM p. 548
- LE MONIER, Eduardo
HM p. 117, 568
- LEAL, Alexandre Henrique
HM p. 312, 316
- LEAL, Alexandre Teófilo de C.
HM p. 65, 117
- LEAL, Correia
HM p. 436
- LEAL, Fábio Nunes
HA p. 171, 244, 271
HM p. 65, 115, 180, 181 (foto), 186, 188, 190, 264, 272, 308, 313, 344, 432, 495, 526, 534, 537, 591, 642
- LEAL, Francisco C. C.
HM p. 531
- LEAL, Francisco Ferreira
HA p. 214
- LEAL, Francisco Gonçalves da Costa
HM p. 421
- LEAL, João de Sousa
HM p. 425, 529
- LEAL, Teófilo de Carvalho
HM p. 344
- LEANDRO, Manuel
HA p. 208
- LEÃO, José Carneiro
HA p. 112
- LEDENT, Arman
HM p. 568
- LEITÃO, João Correia
HA p. 127
- LEITE, Ana Margarida
HM p. 418
- LEITE, Camilo
HM p. 741
- LEITE, Guilherme
HM p. 679
- LEITE, José Domingos
HA p. 164
- LEME, Agostinho
HA p. 127
- LEME, Domingos Ferreira
HA p. 127
- LEME, Fernão Dias Pais
Ver PAIS, Fernão Dias
- LEME, Maria de Abreu Pedroso
HA p. 96

- LEME, Martins
HA p. 96
- LEME, Mateus
HA p. 105
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes
HA p. 89, 96, 99, 100, 113, 122, 143, 151, 154, 155,
156, 163
- LEMOS, Fernando César
HA p. 304
- LEMOS, Manuel Alves de, *coronel*
HM p. 646, 648
- LEMOS, Manuel Joaquim de
HA p. 316
HM p. 428
- LEMOS, Maria Isabel de
HM p. 427
- LEONARDI, Giovanni
HM p. 309, 548
- LESSA, Argentina
HM p. 419
- LESSA, Gabriel
HM p. 642, 645
- LESSA, Henrique
HM p. 385
- LESSA, José
HM p. 385
- LESSA, José Agostinho
HM p. 424, 531
- LESSA, Senhorinha da Silva
HM p. 429
- LESSA, Tomás Pacheco Ferreira
HA p. 294
- LIAIS, Emanuel
HA p. 364
- LIEBMAN, Maria J. de Sant'Ana
HM p. 428
- LIMA, Abílio
HM p. 65
- LIMA, Antônio Arcanjo de
HM p. 65, 118
- LIMA, Antônio Augusto de
HA p. 315, 316, 317, 318 (foto), 319 (foto)
HM p. 418
- LIMA, Antônio Cesário de
HM p. 419, 527
- LIMA, Benjamim de Miranda
HM p. 419
- LIMA, Benjamim Franklin de
HM p. 118, 344, 568
- LIMA, Bernardino Augusto de
HA p. 100, 326, 329, 407, 425, 426,
HM p. 382, 395, 419
- LIMA, Carlos de Miranda
HM p. 531
- LIMA, Carolina da Ascensão
HM p. 420
- LIMA, Cláudio A. Bernhaus de
HM p. 420
- LIMA, Cristiano Maurício Stokler de
HA p. 294
- LIMA, Florentino dos Santos
HA p. 198, 214
- LIMA, Francisco da Costa
HM p. 421
- LIMA, Inácio Dias de
HM p. 91
- LIMA, Inocêncio de Holanda
HM p. 557 (foto), 679
- LIMA, Isibina César
HM p. 424
- LIMA, João Pinto de Almeida
HM p. 309, 311
- LIMA, Joaquim Ramos de
HM p. 345, 774, 775
- LIMA, José Cristiano Stokler de
HA p. 294, 315
- LIMA, José Severiano de
HM p. 382
- LIMA, Júlia Augusta da S.
HM p. 425
- LIMA, Lauro de
HM p. 426
- LIMA, Leonel de Sousa
HA p. 196, 204
- LIMA, Manuel da Silva
HM p. 767
- LIMA, Manuel José da Silva
HM p. 633

- LIMA, Manuel Roiz
HA p. 112
- LIMA, Pacífico de
HA p. 189
- LIMA, Quintiliano Augusto de
HM p. 311
- LIMA, Rodrigues
HM p. 28
- LINHARES, Joaquim Nabuco
HA p. 284, 304
- LINO II, *papa*
HA p. 252
- LIRA, Artur Rodrigues
HM p. 45, 111, 115, 306, 341 (foto), 344, 534, 660, 739, 773, 774, 775
- LISBOA, Anacleto Nunes Mendes
HM p. 418
- LISBOA, Antônio César Berredo
HM p. 372 (foto), 449, 611, 679, 775
- LISBOA, Antônio Gonçalves
HA p. 156
- LISBOA, Carlos Belo
HM p. 117
- LISBOA, João Caetano
HM p. 568
- LISBOA, João da Silva
HM p. 426
- LISBOA, Miguel
HM p. 24, 641
- LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro
HM p. 421, 422, 425, 428
- LOBATO, Francisco de Faria
IIA p. 326, 328, 332, 423, 425, 426
- LOBATO, Francisco de Paula Negreiros
HM p. 641
- LOBATO, Marcelo da Silva
HA p. 173
- LOBO, Alfredo
HM p. 527, 678
- LOBO, Artur
HA p. 301
HM p. 391, 746, 749, 768
- LOBO, Aurélio
HM p. 433, 509, 660
- LOBO, Bernardo de Mendonça
HA p. 166
- LOBO, Estêvão
HM p. 382, 736, 749, 773
- LOBO, Francisco da Silva, *coronel*
HA p. 316
HM p. 88, 96 (foto), 117, 181 (foto), 182, 190, 264, 275, 327, 330, 341 (foto), 344, 538, 660, 676, 746, 774
- LOBO, Manuel
HA p. 124
- LOMMEZ, Carlos
HM p. 586
- LOMMEZ, Vitor
HM p. 548
- LOPES, Alberto Bressane
HM p. 311, 391, 413, 414, 471, 646, 649, 725, 734, 775
- LOPES, Américo Diamantino
HM p. 117, 341 (foto), 344, 410, 773
- LOPES, Antônio do Prado
HM p. 341 (foto), 414, 521, 522, 650, 770, 771 (foto), 773, 775
- LOPES, Caetano
HA p. 196
- LOPES, Caetano Gonçalves, *capitão*
HM p. 539, 734, 775
- Lopes, *capitão*
Ver OLIVEIRA, Antônio Lopes de, *capitão*
- LOPES, Cristiano Bressane
HM p. 585
- LOPES, Fortunata da Costa
HM p. 421
- LOPES, Francisco José
HM p. 421
- LOPES, Francisco Ovídio de Sousa
HA p. 186
HM p. 117, 344, 351, 734
- LOPES, José Ozias de Sousa
HM p. 310
- LOPES, Judite
HM p. 608
- LOPES, Júlio Bressane
HM p. 344, 568
- LOPES, Leôncio Fernandes
HM p. 530

- LOPES, Levindo
 HA p. 323, 425, 426
 HM p. 548, 635, 646, 734, 739
- LOPES, Luís, *padre*
 HA p. 131
- LOPES, Manuel
 HA p. 128
- LOPES, Manuel da Paixão
 HM p. 428
- LOPES, Mário
 HM p. 646
- LOPES, Messias
 HM p. 646, 655
- Lopes, Prado
 Ver PEREIRA, Antônio do Prado Lopes
- LOPES, Saturnino Fernandes
 HM p. 429
- LOPES Sobrinho, José
 HA p. 186
 HM p. 90
- Lotes, José dos
 Ver MACEDO, José Francisco de [José dos Lotes]
- LOTI, Pierre
 HM p. 747
- LOTT, Hermano C.
 HM p. 531
- LOURDES, Maria Florinda de
 HM p. 608
- LOURO, José Pereira
 HM p. 548, 734
- LOVALHO, José
 HM p. 549
- LOVALHO, Miguel
 HM p. 586
- LUCAS, José dos Santos
 HM p. 426
- LUIGI, Cãnfora
 HM p. 765
- LUÍS, Adão
 HM p. 603
- LUSTOSA, Augusto de Abreu Lacerda
 HM p. 195
- LUSTOSA, Joaquim
 HM p. 117, 185, 192, 657
- LUZ, Adalberto Dias Ferraz da
 HA p. 323, 328, 329, 401
 HM p. 75, 115, 181 (foto), 188, 189, 190, 264, 271, 341 (foto), 344, 353, 354, 374, 376, 385, 411, 414, 501, 522, 534, 582, 585, 591, 641, 642, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 652, 660, 665, 672, 675, 725, 734, 739, 767, 772, 773, 774, 775
- LUZ, Amélia Augusta da
 HM p. 417
- LUZ, Antônio da
 HA p. 128
- LUZ, Antônio Ferreira da
 HM p. 90
- LUZ, Francisco Ferreira da
 HA p. 186
 HM p. 92
- LUZ, Ilídio Ferreira da
 HA p. 186, 243
 HM p. 90, 311, 471
- LUZ, Joaquim Ferreira da
 HA p. 186, 241
 HM p. 82, 184, 734
- LUZ, Joaquim Pereira da
 HA p. 229
- LUZ, Rita Ambrosina da
 HM p. 429
- LUZ, Sabino Machado da
 HM p. 423
- LYNCH, Carlos
 HM p. 444
- LYNCH, Joseph
 HM p. 60, 299, 307, 308, 313, 362, 399, 503, 585, 660, 734
- MACEDO, Américo de
 HM p. 45, 116 (foto), 117, 190, 191, 199, 202, 255, 264, 287, 344, 413, 605, 658
- MACEDO, João Lobo de
 HA p. 107
- MACEDO, José Francisco de [José dos Lotes]
 HM p. 416, 425, 462, 465, 550
- MACEDO, Manuel Lourenço
 HA p. 205
- MACEDO, Manuel Pedro de
 HM p. 428
- MACEDO, Martinho A. de
 HM p. 527

- MACHADO, Álvaro da Mata
HA p. 327
- MACHADO, Antônio Pereira
HA p. 191
- MACHADO, Bertolino
HM p. 493, 504
- MACHADO, Cristiano
HM p. 404
- MACHADO, Francisca de Sales
HM p. 422
- MACHADO, Francisco de Sousa, *padre*
HA p. 245, 256
HM p. 26, 81
- MACHADO, Francisco X.
HM p. 422
- MACHADO, Frederico Marcondes
HA p. 294
- MACHADO, Joaquim Lourenço
HM p. 425
- MACHADO, Joseph
HA p. 126
- MACHADO, Lucas Rodrigues
HA p. 129, 132
- MACHADO, Lucas Xavier
HA p. 129
- MACHADO, Luís Pereira
HA p. 191
- MACHADO, Maximiano B.
HM p. 423
- MACHADO, Pedro Mata
HM p. 635, 734, 746, 750
- MACHADO, Virgílio Cristiano, *coronel*
HA p. 223
HM p. 65, 69, 73 (foto), 86, 88, 93, 299, 307
- MACIEL, Adelaide Josefina
HM p. 657
- MACIEL, Augusto
HM p. 538
- MACIEL, Carlos
HM p. 84, 115, 182, 264, 274, 308, 311, 316, 317, 344,
509, 548, 635, 657
- MACIEL, Dejanira
HM p. 608
- MACIEL, José Batista
HM p. 117, 344, 568, 657
- MACIEL, Olegário
HA p. 327
HM p. 741
- MACIEL, Rodolfo
HM p. 312
- MACIEL Júnior, João Batista
HM p. 345
- MADUREIRA, Decemília Ferreira
HM p. 420
- MADUREIRA, Manuel Nunes
HA p. 112
- MAGALDI, Antônio Felício
HM p. 419
- MAGALHÃES, Augusto A.
HM p. 531
- MAGALHÃES, Augusto Correia de
HM p. 419
- MAGALHÃES, Aureliano Moreira de
HA p. 294
HM p. 648, 636, 639, 767, 768
- MAGALHÃES, Carlos
HM p. 382
- MAGALHÃES, Carlos Augusto Soares de
HM p. 420
- MAGALHÃES, Deolinda Gonzaga de
HM p. 420
- MAGALHÃES, Fortunato Coelho de
HM p. 421
- MAGALHÃES, Francisco de A. Soares
HM p. 421
- MAGALHÃES, Joana Gonçalves de
HM p. 425
- MAGALHÃES, Joaquim Caetano de
HM p. 424
- MAGALHÃES, Jorge Augusto de
HM p. 382, 531
- MAGALHÃES, José de
HA p. 164
HM p. 64, 65, 114 (foto), 180, 186, 188, 190, 264, 282,
287, 383, 485, 500, 521, 547, 630, 643, 650
- MAGALHÃES, José de Calasans T. de
HM p. 425
- MAGALHÃES, José Gonçalves de
HM p. 531

- MAGALHÃES, José Teodoro de
HM p. 424
- MAGALHÃES, Luís Augusto Soares de
HM p. 426, 529
- MAGALHÃES, Maria José de
HM p. 606
- MAGALHÃES, Olinto de.
HA p. 322, 323, 331
- MAGLIOCCO, Antônio
HM p. 690
- MAIA, Antônio Augusto
HM p. 313
- MAIA, Antônio da, *padre*
HA p. 131
- MAIA, José Antônio da Silva
HA p. 173
- MAIA, Tomás Correia
HM p. 529
- MAIOR, Antônio Luís de Loureiro
HM p. 312
- MAIOR Júnior, Antônio Luís Loureiro
HM p. 585
- MALARD, Francisco H.
HM p. 527
- MALDONADO, Fausto Fábio
HM p. 382
- MALDONADO, Francisco
HM p. 379, 530, 642
- MALHEIROS, Felício da Cunha
HM p. 65, 344
- MALHEIROS, Manuel Bento
HM p. 427
- MALTA, Francisco
HM p. 539
- MANNA, Donato
HM p. 118
- MANO, José Esteves
HM p. 655
- MARCHETTI, Miguel
HM p. 538
- MARCHI, Severini
HM p. 548, 659
- MARCHIANO, Antônio
HM p. 659
- MARIA, Camilo Luís
HM p. 423
- MARIA, Cândido Roque José
HM p. 419
- MARIA, Pedro Luís
HM p. 428
- MARICONI, Giuseppe.
HM p. 765
- MARINHO, Antônio Pereira
HA p. 191
- MARINHO, Brás Rebelo, *capitão*
HA p. 131
- MARINHO, Cônego
HA p. 182
- MARINHO, Francisco de Paula
HM p. 529
- MARINHO, Saldanha
HA p. 402
- MARINI, Nicolau
HM p. 538, 539, 549, 659
- MARINS, João de
HA p. 128
- MARQUES, Antônio José
HM p. 547
- MARQUES, Baltasar
HM p. 557 (foto), 680, 774, 775
- MARQUES, Carlos
HA p. 326, 425
- MARQUES, José
HA p. 105, 201
- MARQUES, José Gonçalves
HA p. 202, 203, 205, 207
- MARQUES, Júlio Antônio
HM p. 90
- MARQUES, Manuel Luís:
HM p. 549, 585, 586
- MARQUES, Paulo
HA p. 128
- MARQUES, Severino
HM p. 413
- MARQUES, Silvéria Maria
HM p. 429
- MARQUES, Teófilo
HM p. 642

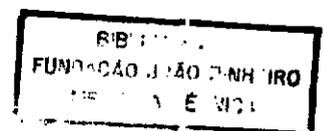
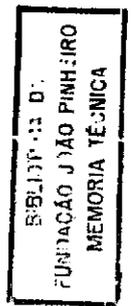
- MARTINEZ, Carmem
HM p. 433
- MARTINI, Agostinho
HM p. 690
- MARTINO, João
HM p. 423
- MARTINO, Vicente
HM p. 430
- MARTINS, A. de Assis
HA p. 214
- MARTINS, Ana
HA p. 196
- MARTINS, Ana Antônia
HA p. 191, 206
- MARTINS, Angelino Cláudio
HM p. 418
- MARTINS, Antônio Alves
HA p. 189
HM p. 84
- MARTINS, Antônio Cândido
HM p. 82
- MARTINS, Antônio Pedro
HM p. 82
- Martins, Assis, *visconde*
Ver ASSIS Martins, *visconde*
- MARTINS, Avelino
HM p. 549
- MARTINS, Bento José
HA p. 164
- MARTINS, Domingos Pinto
HA p. 197
- MARTINS, Felicíssimo Alves
HA p. 189
- MARTINS, Felisberta Rosa
HM p. 86
- MARTINS, Francisco de Assis
HM p. 528
- MARTINS, Frutuoso Alves
HM p. 85
- MARTINS, Ildefonso
HA p. 200
- MARTINS, Inácio Antônio de Assis
HA p. 294
- MARTINS, Jerônimo Dias
HA p. 203, 207
- MARTINS, João
HA p. 200
- MARTINS, João Cândido
HA p. 184, 189, 201, 215, 243
HM p. 94
- MARTINS, Joaquim Vicente
HM p. 88
- MARTINS, José Antônio, *padre*
HA p. 294
- MARTINS, José Joaquim
HM p. 86
- MARTINS, Leonídia A. de Assis
HM p. 426
- MARTINS, Maria Alves
HM p. 608
- MARTINS, Rita
HM p. 92
- MARTINS, Rufino
HA p. 194
- MARTINS, Sebastião Cândido
HM p. 94
- MARTINS, Vitorino
HM p. 86
- MARTINS, Zacarias
HM p. 92
- MARTINS Júnior, Antônio Alves
HM p. 48, 85, 93, 309, 538, 548, 635, 734
- MARTINS Júnior, Francisco Lopes
HM p. 527
- MARTINS Sobrinho, Joaquim
HA p. 215
- MASCARENHAS, Altino
HM p. 741
- MASCARENHAS, Bernardo
HM p. 571, 628, 682, 741
- MASCARENHAS, Fernando Martins
HA p. 279
- MASCARENHAS, Francisco
HA p. 119
HM p. 741
- MASCARENHAS, João
HA p. 141

- MASCARENHAS, Viriato Diniz
HA p. 327, 407, 416, 422, 425, 426
- MASINI, Afonso
HM p. 303, 308, 312, 451, 485, 497, 500, 539, 659
- MATA, Álvaro
HA p. 425, 426
- MATA, João Capistrano G. da
HM p. 427
- MATA MACHADO
Ver MACHADO, Mata
- MATEOS, Ismênia
HM p. 433
- MATEOS, Manano
HM p. 433
- MATIAS, Manuel da Costa
HM p. 428
- MATOS, Ana de
HA p. 197, 201, 202, 206
- MATOS, Ana Maria de
HA p. 192, 204
- MATOS, André Cursino de, *capitão*
HA p. 155
- MATOS, Daniel de Sousa
HM p. 449
- MATOS, Davi Sousa
HM p. 65, 115, 344
- MATOS, João Vieira de
HA p. 168
- MATOS, Manuel João de
HA p. 194
- MATOS, Miguel Francisco de
IIM p. 585, 635
- MATOS Filho, Belfort de
HM p. 627
- MATOSO, Eusébio de Queirós C.
HM p. 311
- MAURO, Montanari
HM p. 413, 549
- MEDEIROS, Bento Inácio de
HM p. 65, 509
- MEDEIROS, João Batista de
HM p. 424, 527
- MEDEIROS, João Lopes de
HA p. 128
- MEDEIROS, José Paulo de
HM p. 691
- MEDRADO, Alcides
HM p. 382, 642, 646
- MEGLIORATI, Luís
HM p. 89
- MEIRELES, Antônio Ferreira
HA p. 112
- MEIRELES, Carlos Fortunato
HM p. 420, 530
- MEIRELES, Hipólito Pereira
HA p. 217
- MEIRELES, José de
HA p. 203
- MEIRELES, Manuel Rodrigues
HA p. 112
- MEIRELES, Moisés Duarte de
HA p. 206
- MEIRELES, Olinto
HM p. 661, 734, 767
- MEIRELES, Quitéria Bernarda Pereira de
HA p. 217, 218
- MEIRELES, Silvério Leite
HA p. 196, 205
- MEIRELES, Teresa Augusta
HM p. 429
- MELEIRO, Manuel Garcia
HM p. 551
- MELO, Alfredo Pinto Vieira de
HM p. 391, 395, 528, 646, 647, 648, 736, 775
- MELO, Alípio Ferreira de
HM p. 734
- MELO, Antônio de Almeida
HM p. 117
- MELO, Antônio Teixeira de
HA p. 196
- MELO, Bernardino Vaz de
HA p. 186
- MELO, Bernardo Augusto Vaz de
HA p. 229
- MELO, Bernardo Vaz de
HA p. 224, 226
- MELO, Clorindo Burnier P. de
HM p. 527

- MELO, Cornélio Vaz de
HM p. 420, 646
- MELO, Damaso Vaz de
HA p. 186
- MELO, Desidério de
HM p. 646
- MELO, Eduardo Cavalcante de Campos
HM p. 45, 61, 65, 118, 172, 285
- MELO, Ezequiel Antônio de
HM p. 421
- MELO, Felipe de, *coronel*
HM p. 382, 732, 736, 741
- MELO, Francisco Antônio Vaz de, *major*
HA p. 184, 195, 198, 201, 220, 224
HM p. 81, 308, 310
- MELO, Francisco Gonçalves de
HM p. 603, 661
- MELO, Gabriela Ernestina de
HM p. 661
- MELO, Guilherme Ricardo Vaz de
HA p. 224, 229, 240, 259
HM p. 26, 48, 82, 88, 309, 310, 312, 370
- MELO, Hilário Antônio Vaz de
HA p. 232
- MELO, Hilário Augusto Vaz de
HA p. 227, 229, 230
- MELO, João Antônio Vaz de
HA p. 220
- MELO, João Carlos Vaz de
HA p. 232
- MELO, João de Araújo Vaz de
HA p. 186, 214, 217, 218, 229, 232
- MELO, José Carlos Vaz de, *coronel*
HA p. 212, 223, 224, 229, 230, 231, 232, 237, 257
HM p. 48, 84, 85, 88, 90, 309, 311, 603, 604, 734
- MELO, José Gonçalves de
HM p. 247, 311, 312, 462, 470, 585, 603, 661
- MELO, José Tavares de
HA p. 425, 426
- MELO, Lídia de
HA p. 246
- MELO, Manuel Alves Ferreira de
HA p. 224
HM p. 82
- MELO, Manuel Alves Pereira de
HA p. 229
- MELO, Manuel Pinto
HA p. 127
- MELO, Petrina Vaz de
HA p. 246
- MELO, Raimundo Vaz de, *cônego*
HA p. 186, 229, 256
- MELO, Tavares de
HM p. 741
- MELO, Teofisto Vaz de
HM p. 391
- MELO Júnior, Francisco Vaz de
HA p. 215
- MELO FRANCO
Ver, FRANCO, Afonso Arinos de Melo
- MELO FRANCO
Ver FRANCO, Virgílio Martins de Melo
- MELO Neto, Francisco Vaz de
HA p. 237
HM p. 82, 309
- MENDES, Domingos
HA p. 127
- MENDES, Emília Augusta da Silva
HM p. 421
- MENDES, Raul
HM p. 633
- MENDONÇA, Francisco de Paula
HM p. 421
- MENDONÇA, João Antônio de
HM p. 424, 531
- MENDONÇA, João de, *padre*
HA p. 130
- MENDONÇA, João Roquete Carneiro de
HA p. 425, 426
- MENDONÇA, Manuel, *capitão*
HA p. 105
- MENDONÇA, Manuel Furtado, *cônego*
HA p. 161
- MENDONÇA, Mateus Francisco de
HA p. 166
- MENEZES, Alexandre Stokler Pinto de
HA p. 298 (foto), 299
- MENEZES, Antônio de Sousa
HM p. 449

- MENEZES, Artur de Sá e, *governador das Capitanias Reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais*
HA p. 89, 90, 117, 279
- MENEZES, César de
HA p. 147, 154
- MENEZES, Francisco, *fret*
HA p. 117
- MENEZES, Francisco de Sousa
HA p. 179, 189, 199, 214
- MENEZES, João de Sousa
HA p. 189
- MENEZES, Joaquim de Sousa
HA p. 229
HM p. 86, 92, 313
- MENEZES, José J. Viegas de
HM p. 423
- MENEZES, Luís de Sousa
HA p. 200, 208
- MENEZES, Manuel Dias da Silva
HA p. 217
- MENEZES, Manuel Nogueira de
HA p. 205
- MENEZES, Rodrigo César de, *governador da capitania de São Paulo*
HA p. 143, 144, 147, 151
- MENEZES, Vasco Francisco César de [*conde de Sabugosa*]
HA p. 155
- MENICUCCI, Francisco
HM p. 547, 550
- MERILHON, Merlin M. M.
HA p. 405
- MESQUITA, Ana Joaquina de
HM p. 90
- MESQUITA, Manuel Pereira
HA p. 322
- MEZ, Manuel
HA p. 129
- MIALARET, João
HM p. 309, 310, 312, 532, 632
- MIGUEL, José
HM p. 91
- MILANEZ, Carlota
HM p. 433
- MINEIRO, Emílio
HM p. 527
- MINEIRO, Jovelino
HM p. 382
- MIOLA, Verlangio Amorino
HM p. 586
- MIQUET, Paul
HA p. 223
- MIRANDA, Antônio de
HA p. 107
- MIRANDA, Garcia Ribeiro de
HM p. 471
- MIRANDA, João de
HM p. 541, 594
- MIRANDA, Joaquim Meneses de
HA p. 243
- MIRANDA, Manuel Ferreira, *barão de*
HM p. 308, 311, 497, 515
- MIRANDA, Marcelino Pinto de
HM p. 427
- MIRANDA, Sebastião Correia de
HA p. 132, 133
- MIRANDA, Simplício Gonçalves de
HA p. 199, 205, 209
- MIRCO, Domenico
HM p. 386
- MITRAUD, José Teobaldo
HM p. 528
- MOGELLAT, Juan
HM p. 433
- MONTANARI, Carlos
HM p. 549, 550
- MONTANDON, Eduardo Augusto
HA p. 294
- MONTERASO, José Fecundo
HA p. 323, 328, 405
- MONTEVERDE, Carlos Eduardo
HM p. 313, 413, 414, 433, 460, 465, 538, 541, 543, 547, 548, 585
- MONTERO, Juan
HM p. 433
- MONTEIRO, Antônio Gomes
HM p. 418, 649
- MONTEIRO, Bernardo Pinto
HA p. 167
HM p. 419
- MONTEIRO, Carlos Benedito
HM p. 423

- MONTEIRO, Claudiano da C.
HM p. 423
- MONTEIRO, Domingos
HM p. 386, 658
- MONTEIRO, Domingos Fernandes
HM p. 420
- MONTEIRO, Domingos Pinto
HA p. 200
- MONTEIRO, F. de P. F.
HM p. 417
- MONTEIRO, Firmina
HM p. 386, 658
- MONTEIRO, Francisca Ana D.
HM p. 422
- MONTEIRO, Francisco
HM p. 386
- MONTEIRO, Francisco Isidro
HM p. 117
- MONTEIRO, Frutuoso Gomes
HM p. 421
- MONTEIRO, Isidro Petronílio
HM p. 424
- MONTEIRO, Joana Maria dos Prazeres
HM p. 423
- MONTEIRO, João da Costa
HM p. 423
- MONTEIRO, Manuel Henrique
HM p. 93
- MONTEIRO, Olímpia Fernandes
HM p. 428
- MONTEIRO, Vicente Gomes
HM p. 430
- MONTERO, Juan
HM p. 433
- MONTES, Manuel
HM p. 433
- MORAIS, Benvenida de Assis P. de
HM p. 419
- MORAIS, Joseph de
HA p. 142
- MORAIS, Luís Martinho de
HA p. 342, 345, 363
HM p. 45, 65, 118, 172, 190, 264, 290, 303, 345, 377,
479, 481, 485, 495, 501
- MORAIS, Manuel Francisco de
HM p. 548
- MORAIS, Prudente de [Prudente José de Morais Barros]
presidente do Brasil
HM p. 768, 773
- MORAIS, Severino Horácio de
HA p. 229
- MORANDI, João
HM p. 501, 635, 734
- MOREIRA, Aguiar
HM p. 446, 724
- MOREIRA, Ana
HA p. 208
- MOREIRA, Antônio
HM p. 417
- MOREIRA, Augusto Gonçalves de Sousa
HA p. 328, 425, 426
- MOREIRA, Augusto Pinto
HM p. 418
- MOREIRA, Casimiro Alves
HA p. 189, 196, 214
- MOREIRA, Cesário Modesto
HM p. 420
- MOREIRA, Delfim [Delfim Moreira da Costa Ribeiro]
HM p. 646
- MOREIRA, Francisco José Soares
HM p. 383, 386, 422, 658
- MOREIRA, Francisco Soares
HM p. 527
- MOREIRA, Januário de Godói
HA p. 141
- MOREIRA, João
HA p. 200
- MOREIRA, Joaquim Olinto
HA p. 218
- MOREIRA, José Cândido
HM p. 86
- MOREIRA, José dos Passos
HM p. 425, 528
- MOREIRA, José Gonçalves
HA p. 202
- MOREIRA, Leandro Correia
HA p. 204
- MOREIRA, Olímpio
HM p. 428



MOREIRA, Reginaldo da Silva
HA p. 207

MORIN, Alexis
HM p. 117

MORIZE, Henrique
HM p. 619, 620

MOSS, Benjamim
HM p. 550

MOTA, Cardoso da
HM p. 435, 437

MOTA, Francisco de P. Nunan
HM p. 529

MOTA, José Pedro da
HA p. 194

MOTA, Manuel Vieira da
HM p. 92

MOTA, Pedro Teixeira da
HM p. 429

MOTTA, Joaquim Luís da
HM p. 425

MOURA, Francisco
HM p. 382

MOURA, Francisco José Coelho de
HA p. 425, 426
HM p. 642

MOURA, J. Gentil da Silva
HM p. 117

MOURA, Pinto de
HM p. 642, 646

MOURA, Raimundo Neves
HM p. 429

MOURÃO, Bernardino de Sena R.
HM p. 419

MOURÃO, Francisco
HA p. 414

MOURÃO, Francisco Ribeiro
HM p. 422

MOURÃO, Saturnino S. R.
HM p. 531

MUCELLI, Domingos
HM p. 538, 547

MULLER, Augusto
HA p. 297

MUNIZ, Antônio
HA p. 202

MUNIZ, João
HA p. 207

MUNIZ, José
HA p. 195

MURTA, Casimira Madureira
HM p. 420

MURTA, Francisco
HM p. 382

MURTA, Inácio
HA p. 325, 327, 332
HM p. 642

MUSQUEIRA, Antônio Luís M.
HM p. 423

MUSQUEIRA, Maria J. de Magalhães
HM p. 428

NARBONA, Francisco
HM p. 548, 632, 734

NASCIMENTO, Antônio Rodrigues do
HM p. 313, 418

NASCIMENTO, Guilhermino E. do
HM p. 547

NASCIMENTO, José Cesário do
HM p. 583

NASCIMENTO, José Ribeiro do
HM p. 586

NASCIMENTO, José Virgílio do
HM p. 583

NASCIMENTO, Manuel Carlos do
HM p. 449

NASCIMENTO, Manuel Jacinto do
HM p. 91

NASCIMENTO, Maria Custódia do
HA p. 194

NASCIMENTO, Maria Rosa do
HM p. 427

NASCIMENTO, Saturnino R. do
HM p. 531

NAVARRO, Aspícueta, *padre*
HA p. 81

NECA, Flávia Martins
HM p. 421

- NEGRÃO, Feliciano
HM p. 547, 734
- NEGRÃO, José Duarte da Costa
HM p. 413
- NEIVA, Estevão
HM p. 117
- Nemo,
Ver AZEVEDO JÚNIOR, José Maria Teixeira de
- NEPOMUCENO, João Evangelista
HM p. 93
- NERY, Adélia Prevost
HM p. 549
- NETO, Antônio José
HM p. 417
- NETO, José Francisco
HA p. 293, 294
- NEVES, Artur Getúlio das
HA p. 297
- NEVES, Augusta Maria P.
HM p. 418
- NEVES, Honório José das
HM p. 530
- NEVES, Idalino Rodrigues
HM p. 424
- NEVES, Jacinto das
HM p. 367, 369
- NEVES, José
HM p. 425, 530
- NEVES, Randolfo A. Baeta
HM p. 429
- NEVES, Vicente de Sousa
HM p. 430
- NICÁCIO, Dutra
HA p. 425, 426
- NICODEMOS, José
HM p. 741
- NICOLA, Verlangia Amorino
HM p. 550
- NICOLAU, Leticia
HM p. 608
- NILSEN, Soren
HM p. 550
- NINA, Urquiza
HA p. 342
- NOGUEIRA, Ana Alves
HM p. 91
- NOGUEIRA, Antônio Augusto Celso
HM p. 418
- NOGUEIRA, Cândido
HM p. 118
- NOGUEIRA, Francisco Alves
HA p. 192, 194
HM p. 84, 86
- NOGUEIRA, Frederico Augusto
HM p. 115, 330, 344, 432, 442, 537, 584, 593
- NOGUEIRA, Jacinto de Barros
HA p. 202
- NOGUEIRA, Joaquim Alves
HM p. 90
- NOGUEIRA, Joaquim Cândido
HM p. 344
- NOGUEIRA, Joaquim de Sousa
HM p. 309
- NOGUEIRA, José Bento
HM p. 642
- NOGUEIRA, Luís Justino
HA p. 204
- NOGUEIRA, Manuel
HA p. 209
- NOGUEIRA, Maria Luísa
HM p. 608
- NOGUEIRA, Martinho
HA p. 189
- NOGUEIRA, Pedro Gomes
HA p. 182
- NOGUEIRA, Serafim, *alferes*
HA p. 184, 192, 204, 208
- NOGUEIRA Júnior, Francisco Alves
HA p. 189
- NORBERTO, Joaquim
HA p. 283
- NORONHA, Antônio J. B.
HM p. 531
- NORONHA, Antônio Luís Pinto de
HA p. 293, 294
- NUNAN, Berardo N. da R.
HM p. 529

- NUNAN, Francisco de Paula da R.
HM p. 422
- NUNES, André
HA p. 126
- NUNES, Felipe
HM p. 642
- NUNES, Francisco Furtado
HA p. 342
HM p. 45, 117, 345, 568
- NUNES, Joseph
HA p. 126
- NUNES, Pedro Augusto da Silva
HM p. 428
- NUNES NETO, Manuel
HA p. 132, 133
- Óculos, João dos
Ver BATISTA, João [João dos Óculos]
- OLÍMPIO, Domingos
HM p. 382, 385
- OLINTO, Adolfo
HM p. 504, 511, 529, 648, 649, 672, 721 (foto), 722
- OLINTO, Antônio
Ver PIRES, Antônio Olinto Santos
- OLINTO, José
HM p. 382
- OLIVEIRA, Afonso José de
HM p. 530
- OLIVEIRA, Alfredo A. Ferreira de
HM p. 417
- OLIVEIRA, Ana de
HA p. 192, 195
- OLIVEIRA, Antônio Augusto
HM p. 418
- OLIVEIRA, Antônio Cirilo de, cônego
HM p. 531
- OLIVEIRA, Antônio de
HA p. 107
- OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de
HM p. 81
- OLIVEIRA, Antônio Lopes, *capitão*
HA p. 226
HM p. 181 (foto), 347, 348, 349 (foto), 350, 351, 353, 354, 370, 374, 434, 527, 543, 549, 585, 657, 666, 675, 775
- OLIVEIRA, Antônio Rodrigues de
HA p. 195
- OLIVEIRA, Aristides de
HA p. 342
HM p. 117, 345
- OLIVEIRA, Basília de
HA p. 195
- OLIVEIRA, Bráulia de
HA p. 192
- OLIVEIRA, Cândido de
HA p. 402
- OLIVEIRA, Cândido Luís Maria de
HM p. 419
- OLIVEIRA, Claudionor Lopes de
HM p. 528
- OLIVEIRA, Davi Francisco de
HM p. 420
- OLIVEIRA, Domingos Alves de
HM p. 60, 299, 307, 308
- OLIVEIRA, Francisco Batista Ribeiro de
HA p. 326, 407, 425, 426
HM p. 642
- OLIVEIRA, Francisco de, *padre*
HA p. 127, 130, 131
- OLIVEIRA, Francisco de Assis
HM p. 421
- OLIVEIRA, Francisco de Paula
HM p. 118, 173, 186, 188, 294, 421, 529, 537
- OLIVEIRA, Francisco Nogueira de
HA p. 182
- OLIVEIRA, Francisco Xavier Ferraz de
HA p. 166
- OLIVEIRA, Galdino L. de
HM p. 529
- OLIVEIRA, Guilherme A. Cogorno de
HM p. 774
- OLIVEIRA, Honorina Augusta de
HM p. 424
- OLIVEIRA, Inácio de
HA p. 196
- OLIVEIRA, J. Marques de
HA p. 214
- OLIVEIRA, João Paulo Ferreira de
HM p. 425

- OLIVEIRA, Joaquina Rosa de
HA p. 197, 202
- OLIVEIRA, José Lopes de
HM p. 424
- OLIVEIRA, José Luís Lecoq de
HM p. 775
- OLIVEIRA, José Maria de, *capitão*
HA p. 197
- OLIVEIRA, José Pedro de
HM p. 529
- OLIVEIRA, Laurindo Pires de
HM p. 549, 732
- OLIVEIRA, Luís José de
HM p. 530
- OLIVEIRA, Manuel de
HA p. 126
- OLIVEIRA, Manuel de Carvalho
HM p. 427
- OLIVEIRA, Manuel Dias de
HA p. 229
- OLIVEIRA, Manuel Galdino de
HM p. 89
- OLIVEIRA, Manuel Joaquim de
HA p. 205
- OLIVEIRA, Manuel Servio de, *padre*
HA p. 131
- OLIVEIRA, Marçal Benigno de
HM p. 115
- OLIVEIRA, Maria Luísa de
HM p. 427
- OLIVEIRA, Maximiana Pereira de
HM p. 428
- OLIVEIRA, Olímpio Ferrer de F.
HM p. 428
- OLIVEIRA, Pedro Augusto de
HM p. 531
- OLIVEIRA, Quintiliano Teixeira de
HM p. 429, 531
- OLIVEIRA, Raimundo Caetano B. de
HM p. 429
- OLIVEIRA, Severo Barbosa de
HM p. 429
- OLIVEIRA, T. de
HM p. 423
- OLIVEIRA, Umbelina Bibiana de
HA p. 209, 217, 218
- OLIVEIRA Júnior, Severo Barbosa
HM p. 429
- OLIVETTE, Francisco
HM p. 422
- OLIVIERI, Luís
HM p. 345, 378 (foto), 380 (foto), 538, 539, 639, 740
(gravura)
- OLIVIERI, Maria
HM p. 630, 632, 663
- ORLANDINI, J.
HM p. 467
- ORNELA, Francisco de Lima
HM p. 449
- ORTEGA, Juan
HM p. 433
- ORTIZ, Bartolomeu Bueno da Silva
HA p. 141, 154, 156
- ORTIZ, Diogo de Escobar
HA p. 98
- ORTIZ, Francisco de Escobar
HA p. 96
- ORTIZ, João Leite da Silva, *capitão*
HA p. 91, 93, 94, 96, 97 (foto), 98, 99, 100, 102, 105,
107, 112, 117, 119, 122, 124, 125, 127, 132, 138, 139,
141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 151, 152, 154, 155,
156, 157, 163, 164, 166, 168, 169, 270, 332
HM p. 367
- OSCAR, Artur, *general*
HM p. 663
- OTONI, Cristiano, *senador*
HM p. 382, 385, 646
- OTONI, Otávio Esteves
HA p. 327, 329, 331, 333, 402, 403, 416, 425, 426
- OTONI, Teófilo
HA p. 182
- PACE, Alexandre
HM p. 663
- PACE, Helena
HM p. 663
- PACE, Rosa
HM p. 413
- PACE, Rosário
HM p. 413, 548

- PACHALI, Day Pre
HM p. 586
- PACHECO, Antônio da Costa
HA p. 186
- PACHECO, Clementino Luís
HM p. 420
- PACHECO, Damaso da Costa, *coronel*
HA p. 184, 194, 196, 197, 201, 202, 208, 214
- PACHECO, Eduardo da Costa
HA p. 189, 215, 217, 218
- PACHECO, Francisco da Costa
IIA p. 229
HM p. 88, 92
- PACHECO, José de Freitas
HA p. 203, 204
- PACHECO, Manuel de Freitas
HA p. 173, 192, 243
- PACHECO, Maria Joaquina
HM p. 91
- PACHECO, Pedro da Costa, *capitão*
HA p. 112
- PACHECO, Rafael Casimiro de Freitas
IIA p. 207
- PACÍFICA, Firmina Herculana
HM p. 421
- PÁDUA, Antônio de
HM p. 311, 312
- PÁDUA, Cândido Elói Tassara de
HM p. 420
- PÁDUA, João Antônio Tassara de
HM p. 424
- PAINHAS, Francisco Antônio
HM p. 422
- PAINHAS, Serafim Afonso
IIM p. 429
- PAES, Bartolomeu
Ver ABREU, Bartolomeu Paes de
- PAES, Fernão Dias
HA p. 83, 84, 85 (foto), 86, 88, 90, 96, 122, 125, 160, 203
- PAES, José Dias
HA p. 84
- PAIVA, Antônio Garcia de
HM p. 607 (foto), 643, 734
- PAIVA, Elisiário de
HM p. 421
- PAIVA, Francisco de Paula
HM p. 421
- PAIVA, Joseph de
HA p. 107
- PAIVA, Manuel José de
HM p. 427
- PAIVA, Maria da Conceição
HM p. 428
- PAIVA, Mateus de, *padre*
HA p. 131
- PAIXÃO, Ana Joaquina da
HA p. 192
- PAIXÃO, Joaquim Farnese da
HM p. 368 (foto), 539, 585
- PAIXÃO, Maria da
HM p. 91
- PAIXÃO, Roberta da
HM p. 91
- PAIXÃO, Rodolfo
HA p. 414, 416
- PAIXÃO, Senhorinha Farnese
Ver FARNESE, Senhorinha
- PALADINI, Francisco
HM p. 659
- PALERMO, João Batista
HM p. 548, 550
- PALHA, Gaspar Fernandes
IIA p. 96
- Palhano, Anísio
Ver JESUS, Anísio Palhano
- PALHANO, Francisco, *padre*
IIA p. 139
- PALHARES, Camilo Ferreira
HM p. 93
- PALHARES, Maria Clara de A.
HM p. 427
- PALOMBO, Pompilho Antônio
HM p. 428
- PANERONE, João
HM p. 691
- PANTALEÃO, Augusto
HM p. 417, 528

- PAPAGAIO, Antônio Félix Ramos
HM p. 419
- PAPINI, Adolfo
HM p. 547
- PARAÍSO, Agostinho Francisco de Sousa, *padre*
HA p. 288, 289 (foto), 291, 292, 294
HM p. 665
- PARAÍSO, Antônio A.
HM p. 530
- PARANÁ, Honório Hermeto Carneiro Leão, *marquês de*
HM p. 775
- PARANHOS, Marcos da Silva
HM p. 64
- PASCOAL, José Francisco
HM p. 530
- PASSOS, Adolfo José dos
HM p. 418
- PASSOS, Antônio Augusto dos
HM p. 419
- PASSOS, Antônio de Jesus
HM p. 417
- PASSOS, Antônio Maria
HM p. 418
- PASSOS, Francisco Pereira
HM p. 723, 724
- PASSOS, Gabriel Ferreira
HM p. 87, 90, 311
- PASSOS, João Ferreira
HM p. 87, 94, 372 (foto), 376
- PASSOS, Joaquim Ferreira
HM p. 85
- PASSOS, Joaquim Francisco dos
HM p. 425
- PASSOS, Joaquim José dos
HM p. 423
- PASSOS, Leopoldino dos
HA p. 326
- PASSOS, Leovigildo F.A.
HM p. 530
- PASSOS, Manuel Ferreira
HM p. 87, 90
- PASSOS, Sabino de Jesus
HM p. 429
- PASSOS, Vicente Ferreira
HM p. 430
- PATRÍCIO, José
HA p. 204
- PAULA, Ambrosina Maria de
HM p. 418
- PAULA, Ana das Dores
HM p. 417
- PAULA, Ana Vicência de
HM p. 418
- PAULA, Érico de
HA p. 97 (desenho)
- PAULA, Francisco Antônio de
HM p. 421
- PAULA, Francisco S. de
HM p. 528
- PAULA, Joaquim Dias de
HM p. 426
- PAULA, Joaquim José de
HM p. 586
- PAZ, Artur Fernandes Campos da
HA p. 223
HM p. 85, 385
- PAZZI, Maria Madalena de
HA p. 192, 201, 206
- PEDERNEIRAS, Paranhos
HM p. 382
- PEDRA, Antônio
HM p. 586
- PEDRO, José
HM p. 586
- PEDRO, Sebastião
HM p. 429
- PEDROSA, Antônio Ferreira
HM p. 419
- PEDROSO, Francisco
HA p. 124
- PEIXOTO, Clemente José
HA p. 196, 197
- PEIXOTO, Floriano Vieira, *presidente do Brasil*
HA p. 334, 400, 401, 405
HM p. 404

PENA, Afonso Augusto Morcira, *presidente de Minas Gerais*
 HA p. 325, 327, 332, 335, 336 (foto), 342, 346, 400,
 401, 409
 HM p. 26, 29, 31, 44, 45, 68, 74, 77, 174, 175, 176,
 179, 181 (foto), 182, 183, 184, 188, 189, 191, 230,
 379, 383, 385, 388, 641, 650, 735, 741, 746, 747, 752,
 753, 754 (foto), 766, 772, 775

PENA, Bráulio
 HM p. 739, 774, 775

PENA, Herculano Veloso Ferreira
 HA p. 307, 312, 316
 HM p. 547, 774

PENA, Joaquim José de Oliveira
 HA p. 329

PENA, Juvenal
 HM p. 642

PENA, Manuel Teixeira, *coronel*
 HM p. 650

PENA JÚNIOR, Afonso
 HM p. 382

PENEDO, Francisco Redondo
 HM p. 550

PENEDO, Ricardo
 HM p. 550, 586

PENELLA, Pascoal Gonçalves
 HA p. 112

PENIDO, Agostinho Máximo Nogueira
 HA p. 299, 401

PENIDO, Raul
 HM p. 642, 645, 646

PENIDO Filho, João
 HM p. 584

PENTEADO, Francisco Rodrigues
 HA p. 105

PEQUENO, Pio
 HM p. 382

PEREIRA, Abeijard
 HA p. 325, 425, 426

PEREIRA, Adolfo
 HM p. 65, 117, 184, 190, 264, 279, 446, 521, 646, 647

PEREIRA, Agostinho Gonçalves
 HM p. 531, 642

PEREIRA, Amaro Francisco
 HA p. 191

PEREIRA, Anacleto Queiroga M.
 HM p. 527

PEREIRA, Antônio
 HA p. 195

PEREIRA, Antônio Caetano
 HM p. 547

PEREIRA, Antônio do Prado Lopes
 HM p. 117, 192, 345, 445, 449, 457, 647, 648, 649,
 652, 653, 660, 687, 739, 767, 770, 773, 775

PEREIRA, Antônio Emílio Martins
 HM p. 449

PEREIRA, Benjamim Rodrigues
 HA p. 290

PEREIRA, Casimiro Soares
 HA p. 196

PEREIRA, Diogo
 HA p. 128

PEREIRA, Estêvão Lobo Leite
 HM p. 530

PEREIRA, Felis
 HA p. 127

PEREIRA, Francisco Militão
 HM p. 93

PEREIRA, Francisco Nicolau
 HM p. 115, 422

PEREIRA, Francisco Xavier de Araújo
 HA p. 136

PEREIRA, Gaspar Ricardo
 HA p. 161

PEREIRA, Jacinta Pio
 HM p. 425

PEREIRA, Jacinto
 HA p. 272

PEREIRA, João de Sales
 HM p. 425

PEREIRA, João Gualberto
 HM p. 449, 605

PEREIRA, João Lélio, *capitão*
 HA p. 184, 200, 214, 215, 220
 HM p. 92

PEREIRA, Joaquim João
 HM p. 84

PEREIRA, Joaquim Nicolau
 HM p. 312

PEREIRA, Joviano Gonçalves
 HM p. 425

- PEREIRA, Justina Bárbara
HM p. 426
- PEREIRA, Lafaiete Barbosa Rodrigues
HA p. 402
HM p. 470
- PEREIRA, Leandra M. da Conceição
HM p. 426
- PEREIRA, Luís Gomes
HM p. 111, 117, 327, 328, 330, 341 (foto), 344, 395, 414, 660, 676, 681, 700, 703, 706, 711, 739, 774, 775
- PEREIRA, Luís Vitor
HM p. 311
- PEREIRA, Manuel Alves, *cônego*
HA p. 326, 331, 407, 425, 426
HM p. 642
- PEREIRA, Manuel Gomes
HM p. 117, 414
- PEREIRA, Manuel Luís
HA p. 204
- PEREIRA, Maria da Conceição
HM p. 427
- PEREIRA, Maria Rosa
HM p. 428
- PEREIRA, Oscar
HM p. 395
- PEREIRA, Paulino Pio
HM p. 428
- PEREIRA, Pedro Pio
HM p. 428
- PEREIRA, Recenvindo Rodrigues
HM p. 111, 173, 290, 379, 530, 649, 736, 739
- PEREIRA, Samuel Gomes
HA p. 316, 342, 345, 351, 358, 375, 387, 391, 422
HM p. 26, 45, 57, 111, 116 (foto), 117, 186, 189, 191, 202, 264, 284, 339, 356, 377, 386, 439, 473, 534, 537, 568, 605, 657, 660
- PEREIRA, Silvério Rodrigues
HA p. 214
- PEREIRA, Simão da Silva
HA p. 166
- PEREIRA, Teodomiro Alves
HA p. 292, 293, 294, 407, 425
- PEREIRA, Turiano
HM p. 395
- PEREIRA, Vicente Rodrigues
HA p. 173
- PEREIRA, Zaira Gomes
HM p. 657
- PEREIRA, Zeno
HM p. 395, 397
- PERET, Francisco Amedéc
HM p. 421, 530
- PERET, Guilherme Amedéc
HM p. 422
- PESSOA, João Gomes
HM p. 425
- PESTANA, Paulino, *padre*
HA p. 131
- PESTANA, Rangel
HM p. 255
- PEYRETON, Carlos
HM p. 117, 345
- PICÃO, Gaspar
HA p. 96
- PIEDADE, Maria da
HM p. 434, 436, 437
- PIERRE, Rafael Ponzio
HM p. 413, 734
- PIFFER, José
HM p. 549
- PILOTO, José
HM p. 549
- PIMENTA, Francisco José, *padre*
HA p. 178, 256
- PIMENTA, Silvério Gomes, *dom bispo de Mariana*
HA p. 256
HM p. 110, 641
- PIMENTEL, Antônio da Silva Caldeira
HA p. 151, 152, 154, 155
- PIMENTEL, Eduardo
HA p. 329, 425, 426
HM p. 646, 647, 648
- PIMENTEL, Fernando Prestes, *desembargador*
HM p. 528, 721 (foto), 722, 739
- PIMENTEL, Francisco Mendes
HM p. 741, 768
- PIMENTEL, Júlio
HM p. 382
- PINHEIRO, Inocêncio
HM p. 307, 386, 424, 658

- PINHO, Leonel de Matos
HA p. 204
- PINHO, Manuel de Matos
HA p. 204, 241
- PINHO, Quintiliano de Matos
HA p. 186
- Pinto, Alfredo
Ver MELO, Alfredo Pinto Vieira de
- PINTO, Alfredo Alves
HM p. 115, 316, 317, 344, 379, 774
- PINTO, Alfredo Moreira
HA p. 323
HM p. 730, 731
- PINTO, Américo A. Leonídio
HM p. 382, 527
- PINTO, Ana Joaquina
HM p. 90
- PINTO, Andrade
HM p. 382, 446
- PINTO, Antônio Teixeira
HA p. 163
- PINTO, Augusto de Faria
HM p. 247
- PINTO, Basílio
HA p. 194, 198
- PINTO, Bernardo Ferreira
HM p. 87
- PINTO, Domingos Francisco
HA p. 207
HM p. 118
- PINTO, Francisco Guedes
HA p. 128
- PINTO, Inácio Ferreira
HA p. 199
- PINTO, João Damasceno
HM p. 529
- PINTO, João Gonçalves
HA p. 202
- PINTO, Joaquim José
HM p. 82
- PINTO, José Ferreira
HA p. 218
- PINTO, Júlio, *coronel*
HM p. 635, 677
- PINTO, Luís Maria da Silva
HA p. 174
- PINTO, Manuel José
HA p. 205
- PINTO, Matias da Costa, *padre*
HA p. 154, 155, 156
- PINTO, Miguel
HM p. 85
- PINTO, Quitéria
HA p. 198
- PINTO, Raimundo
HM p. 611
- PINTO, Salvador José
HM p. 550, 594, 632, 658, 678, 734, 735, 739, 766
- PINTO, Sebastião Ferreira
HM p. 429
- PINTO, Vicência de P. Alves
HM p. 430
- PINTO Júnior, Francisco Alves
HM p. 117
- PIO, João, *padre*
HM p. 642, 644
- PIRES, Alberto
HA p. 105
- PIRES, Américo
HM p. 583
- PIRES, Antônio José
HM p. 310, 585
- PIRES, Antônio Olinto dos Santos, *governador interino de Minas Gerais*
HA p. 81, 299
HM p. 69, 362, 366, 382, 385, 647, 649
- PIRES, Aurélio
HM p. 382, 387, 529
- PIRES, Bento
HA p. 105, 124, 125, 207, 208, 270
- PIRES, Edeltrudo
HM p. 382, 635, 642, 741
- PIRES, Epaminondas S.
HM p. 531
- PIRES, Francisco A.
HM p. 530
- PIRES, Laurindo
HM p. 551

- PIRES, Salvador
HA p. 105
- PIRES, Zoroastro
HM p. 382, 635
- PLISCKE, Roberto
HM p. 415
- POCH, Pedro
HM p. 429
- POMA, Carlos
HM p. 348
- POMBO, Cesário Rodrigues
HM p. 420
- POMBO, Francisco Frz. *padre*
HA p. 130
- POMBO, José Rodrigues
HM p. 423, 527
- POMBO, Maria T. Soares
HM p. 427
- PONTES, Manuel da Costa
HA p. 112, 113
- PONTES, Sizinio Ribeiro
HM p. 429
- PORTA, Júlio
HM p. 60, 299, 307, 309, 311, 312, 362
- PORTELA, João Jorge
HA p. 112
- PORTO, Agostinho de A.
HM p. 423
- PORTO, Antônio da Silva
HA p. 195, 201, 217
- PORTO, Domingos da Silva
HM p. 420
- PORTO, Eduardo Alves da Silva
HM p. 118, 341 (foto), 344, 501, 658, 660, 680, 739, 773, 774, 775
- PORTO, Reginaldo de Oliveira
HA p. 200
- POURCINE, Félix
HM p. 117
- POVAS, Manuel Rodrigues
HA p. 204
- PRADO, Antônio da Silva, *padre*
HA p. 160, 161
- PRADO, Domingos Rodrigues do
HA p. 91, 122, 124, 125, 142, 143
- PRADO, Elói
HM p. 528
- PRADO, João Carlos de M.
HM p. 528
- PRADO, Joaquim Alves Ferreira
HM p. 247
- PRATA, Boaventura Simões
HM p. 419
- PRATA, Carlos Simões
HM p. 420
- PRATA, Maria do C.
HM p. 423
- PRATES, Camilo Felinto
HA p. 323, 402, 407
HM p. 646, 648
- PRATES, Carlos Leopoldo
HM p. 382, 528, 723, 739
- PRAZERES, Ana Nogueira dos
HA p. 192, 196
- PRAZERES, Clara Luciana Maria dos
HM p. 88
- PRAZERES, Pedro dos
HA p. 220
- PRESGREAVE, Miguel Frederico
HM p. 117, 345
- PRETO, Manuel Vieira, *cônego*
HA p. 161
- PREVOST, Luís Chapot
HM p. 470, 537, 585, 734
- PREVOST, Rodolfo Chapot
HM p. 661
- PROENÇA, Francisco
HA p. 81
- PROENÇA, João Júlio
HM p. 173, 532, 650, 682, 734, 775
- PROENÇA, Lucas
HM p. 660, 775
- QUADROS, Benjamim Constant
HM p. 45, 111, 117, 182, 190, 264, 275, 328, 330, 433, 534, 565, 568, 654, 658, 700, 773
- QUADROS, Carlos
HM p. 117, 658

- QUAGLIA, Amadeu
HM p. 537
- QUEIROGA, Minervina B. de
HM p. 427
- QUEIRÓS, Eusébio
HM p. 65
- QUEIRÓS, Francisco Rosa de
HA p. 215
- QUEIRÓS, Juscelino de
HM p. 775
- QUERINO, Justino
HA p. 189
- QUET, Leon
HM p. 577
- QUITES, Claudionor J. de O.
HM p. 423
- QUITES, Maria de Oliveira
HM p. 606
- QUITES, Rosalino
HM p. 734
- RABELO, Antônio, *capitão*
HA p. 120
- RABELO, Francisco Correia Ferreira
HA p. 294
- RABELO, Francisco de P. Fernandes
HM p. 422
- RADICE, Adolfo de
HM p. 45, 116 (foto), 117, 195, 198, 344, 534, 537,
568, 659, 660
- RAJA GABAGLIA, Eugênio de Barros
Ver GABAGLIA, Eugênio de Barros Raja
- RAMALHO, Antônio Leite
HM p. 418
- RAMOS, Antônio Augusto da Silva
HM p. 471
- RAMOS, Celestina Benta
HM p. 420
- RAMOS, José Morcira
HM p. 449
- RAMOS, Rita Pio
HM p. 429
- RANGEL, João Jorge, *capitão-mor*
HA p. 112
- RANGEL, Joseph da Fonseca, *cônego*
HA p. 131, 161
- RAPOSO, Pedro Dias
HA p. 98, 105
- RAPOSO, Verônica Dias
HA p. 98
- RASO, Sepriano Gomes, *padre*
HA p. 131
- REBELO, César
HM p. 65
- REGO, Ana Maria do
HA p. 192, 200
- REGO, Antônio Pereira
HA p. 128
- REGO, José Ricardo de Sá
HA p. 284, 286, 287
- REGO, Manuel do
HA p. 127
- REGO, Sebastião Fernandes do
HA p. 152
- REI, Francisco Homem d'el
HA p. 108, 129, 130
- REI, Tomé Portes d'el
HA p. 108, 130
- REINOSO, Juan
HM p. 433
- REIS, Aarão
HA p. 220, 240, 337 (foto), 338, 342, 343, 346, 396,
402, 410, 411, 412, 414, 415, 419
HM p. 26, 29, 44, 45, 47, 48, 49, 56, 57, 59, 60, 61, 64,
65, 68, 69, 71, 72, 77, 78, 81, 89, 97, 107, 110, 115,
134, 163, 174, 179, 181 (foto), 182, 183, 184, 185,
186, 188, 189, 191, 194, 226, 229, 230, 242, 245, 246,
250, 253, 254, 262, 264, 265, 266, 305, 316, 328, 330,
338 (foto), 347, 350, 353, 354, 365, 377, 382, 383,
385, 398, 479, 488, 511, 521, 522, 594, 650, 654, 657,
665, 666, 754 (foto), 755, 767, 772, 774
- REIS, Antônio dos
HM p. 311
- REIS, Baltazar Pinto dos
HM p. 118, 345, 557 (foto), 568, 774, 775
- REIS, Bernardo Cisneiro da Costa
HA p. 323, 425, 426
- Reis, Elói
Ver SILVA, Elói dos Reis

- REIS, Francisco José da Silva
 HA p. 186
 HM p. 89
- REIS, João Firmino dos
 HM p. 86
- REIS, João Francisco dos
 HM p. 425
- REIS, José dos
 HA p. 194, 209
- REIS, Malaquias dos
 HM p. 86
- REIS, Manuel Vieira dos
 HM p. 427
- REIS, Maria da P. de Magalhães
 HM p. 427
- REIS, Valeriano M. de C.
 HM p. 423
- RENAULT, Henrique Eduardo
 HM p. 424, 527
- RENDINGTON, Jorge
 HM p. 426
- REPETTO, José Santino
 HM p. 547
- REPPPO, Antônio
 HM p. 572
- RESENDE, Carneiro de
 HM p. 739
- RESENDE, Joaquim José
 HM p. 65, 115
- RESENDE, Luís Barbosa
 HM p. 117, 185, 773, 774
- RESENDE, Pádua
 HM p. 379, 385
- RESENDE, Severiano Nunes Cardoso de
 HA p. 326, 328, 331, 425, 426
 HM p. 647
- RESENDE, Teófilo
 HM p. 382, 527
- RIANT, Julien
 HM p. 117, 568
- RIBEIRO, Agostinho de Paula
 HM p. 417
- RIBEIRO, Antônio Felipe Dias
 HM p. 419, 529, 721 (foto)
- RIBEIRO, Antônio Joaquim
 HM p. 419
- RIBEIRO, Carolina J. de Jesus
 HM p. 420
- RIBEIRO, Domingos
 HA p. 127
- RIBEIRO, Floriano Dias
 HM p. 423
- RIBEIRO, Francisco Andrônico, *padre*
 HA p. 168
- RIBEIRO, Francisco José da Silva
 HA p. 294
- RIBEIRO, Francisco Pires
 HA p. 84
- RIBEIRO, Gustavo
 HM p. 674
- RIBEIRO, Inácia Rangel
 HM p. 423
- RIBEIRO, Inácio
 HA p. 128
- RIBEIRO, João
 HA p. 128, 204
- RIBEIRO, João Antônio
 HM p. 426
- RIBEIRO, João Batista
 HM p. 585
- RIBEIRO, João da Costa
 HA p. 200
- RIBEIRO, Joaquim Cipriano
 HM p. 425
- RIBEIRO, Joaquim de Assis
 HM p. 118, 185
- RIBEIRO, Joaquim Felizardo
 HA p. 203
- RIBEIRO, José
 HA p. 112
- RIBEIRO, José da Costa Machado de Sousa
 HA p. 291
- RIBEIRO, Lucas, *padre*
 HA p. 139
- RIBEIRO, Luís Gomes
 HM p. 538
- RIBEIRO, Manuel, *padre*
 HA p. 131

- RIBEIRO, Marciano Pereira
HA p. 304
- RIBEIRO, Maria M. Policarpo
HM p. 428
- RIBEIRO, Miguel da Silva
HM p. 427
- RIBEIRO, Serafim
HA p. 206
- RIBEIRO, Severo Mendes dos Santos
HA p. 293, 294
- RIBEIRO, Silvestre
HM p. 68
- RIBEIRO, Teófilo
HM p. 528, 736
- RIBEIRO JÚNIOR, Luís Gomes
HM p. 585, 734
- RIBEIRO JÚNIOR, Manuel Vicente
HM p. 517
- RICARDA, Ana
HM p. 84
- RICARDO, José Marçal
HM p. 426
- RIFCKENS, Jean R.
HM p. 538
- RIRAS, Antônio Martins
HA p. 189
- ROCHA, André da
HA p. 206
- ROCHA, Antônio Fiuza da
HM p. 417
- ROCHA, Antônio Moreira da
HM p. 585
- ROCHA, Daniel da, *coronel*
HM p. 179, 433
- ROCHA, Domingos José da,
HA p. 303, 322, 326, 410, 411
HM p. 774
- ROCHA, Felício da
HA p. 217, 218
- ROCHA, Francisca da
HM p. 421
- ROCHA, Francisco de Faria
HA p. 113
- ROCHA, Francisco João da
HM p. 90
- ROCHA, Francisco Sales da
HA p. 198, 207
- ROCHA, *Henrique Gomes da*
HA p. 186
HM p. 82
- ROCHA, Herculano M. da
HM p. 528
- ROCHA, João José da
HM p. 425
- ROCHA, João Vieira da
HA p. 209
- ROCHA, Joaquim da
HA p. 201, 204
- ROCHA, Joaquim Gomes da
HA p. 184, 189, 195, 201, 241
- ROCHA, *Joaquim José da*
HA p. 192, 201
- ROCHA, José Clemente da
HA p. 215
- ROCHA, José Guilherme da
HM p. 84
- ROCHA, José Silvestre da
HM p. 94
- ROCHA, Josefa Bernarda da
HA p. 199
- ROCHA, Luís Pinto da
HM p. 426
- ROCHA, Manuel da
HA p. 126
- ROCHA, Maria Amélia Bandeira da
HM p. 418
- ROCHA, Maximiano da
HA p. 182
HM p. 84
- ROCHA, Modestino
HM p. 81
- ROCHA, Quintiliano de Sales
HA p. 207
- ROCHA, Sétimo de Paula
HM p. 60
- ROCHA, Silvana Joaquina da
HA p. 208

- ROCHA Sobrinho, Manuel Fiuza da
HM p. 428
- ROCHARD, Jules
HM p. 593
- RODRIGUES, Ambrósio
HA p. 195
- RODRIGUES, Ana Joaquina
HA p. 192, 206
- RODRIGUES, Antônio
HA p. 204
- RODRIGUES, Antônio Lourenço
HA p. 194
- RODRIGUES, Antônio Teixeira
Ver SANTA MARINHA, Antônio Teixeira Rodrigues,
conde de
- RODRIGUES, Bernardo José
HA p. 164
- RODRIGUES, Cícero Ferreira
HM p. 117, 188, 264, 274, 314, 341 (foto), 344, 374,
414, 501, 534, 551, 590, 591, 592 (foto), 594, 596,
613, 615, 620, 646, 677, 775
- RODRIGUES, Francisco Cirino
HM p. 422
- RODRIGUES, Garcia
HA p. 84, 86, 88, 89
- RODRIGUES, Gertrudes da Costa
HM p. 422
- RODRIGUES, João
HA p. 192, 203
- RODRIGUES, João Valamiel
HM p. 426
- RODRIGUES, José
HA p. 203
- RODRIGUES, José Francisco
HM p. 423
- RODRIGUES, Luís Cirino
HM p. 530
- RODRIGUES, Luís Francisco
HM p. 426
- RODRIGUES, Luís Lourenço
HM p. 539, 541, 547, 549, 661
- RODRIGUES, Manuel
HA p. 127
- RODRIGUES, Manuel Grieco
HM p. 427
- RODRIGUES, Maria
HA p. 194
- RODRIGUES, Maria Francisca
HM p. 427
- RODRIGUES, Raimundo
HA p. 192, 204, 207
- RODRIGUES, Silvério
HA p. 201, 205
- RODRIGUES, Tomás José
HM p. 429
- RODRIGUES JÚNIOR, Francisco Ferreira
HM p. 548
- RODRIGUES JÚNIOR, José
HA p. 203
- ROGÉRIO, Capri
HM p. 550
- ROIZ, Antônio
HA p. 127
- ROIZ, Carlos
HA p. 128
- ROIZ, Paulo
HA p. 128
- ROLEMBERG, Zacarias de Faro
HM p. 118
- ROMANELLI, Antônio
HM p. 310, 313, 463, 537, 548, 586, 632
- ROMANO, Júlio
HM p. 54
- ROMÃO, Antônio Rodrigues
HM p. 419
- RONDON, Francisco, *capitão*
HA p. 129
- ROQUETE,
Ver MENDONÇA, João Roquete Carneiro de
- ROSA, Adélia Albana
HM p. 417
- ROSA, Constância
HA p. 197, 201
- ROSA, João da Silva
HM p. 586
- ROSA, Júlio Egito
HM p. 65, 115, 344, 568
- ROSA, Mário
HM p. 92

- ROSÁRIO, Florentino Teixeira do
HM p. 422
- ROSÁRIO, João Correia do
HM p. 93
- ROSÁRIO, Manuel do
HM p. 86
- ROSEMBURG, Artur
HM p. 646
- ROSEMBURG, Cornélio
HM p. 382, 527
- ROSEMBURG, Rosalina Alves
HM p. 429
- ROSSADAS, Lourenço de Sousa
HA p. 129, 132
- ROSSADAS, Vitorino F. Alves
HM p. 547, 585
- ROSSI, José
HM p. 585
- ROUSSIM, Antônio, *cônego*
HM p. 379, 383
- ROY, George
HM p. 310
- RUAS, Miquelina Maria
HM p. 428
- RUEFF, Clemente
HM p. 429
- RUNJANECK, Júlio
HM p. 538, 585
- SÁ, Artur de
Ver MENEZES, Artur de Sá e, *governador das capitâncias reunidas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais*
- SÁ, Carlos
HM p. 642
- SÁ, Francisco
HA p. 322
HM p. 68, 191, 193 (foto), 241, 245, 253, 257, 260, 261, 340, 344, 366, 379, 385, 388, 407, 409, 445, 515, 519, 541, 642, 645, 646, 647, 654, 671, 698, 722, 747, 752, 772, 773
- SÁ, Francisco de Arruda e
HA p. 90, 105, 107, 124, 125
- SÁ, Francisco Gomes de
HM p. 422
- SÁ, João Peixoto de
HM p. 426
- SABINO, Manuel
HA p. 189
- SABUGOSA, *conde de*
Ver MENEZES, Vasco Francisco César de, *conde de*
- SACRAMENTO, Ana Andreza do
HM p. 417
- SACRAMENTO, Francisco do
HM p. 422
- SAINT ANDRÉ, Paul Bouthillier de
HM p. 116 (foto), 344
- SALDANHA, Aires de
HA p. 281
- SALES, Artur
HM p. 382, 646, 648
- SALES, Artur Longobardo de
HM p. 529
- SALES, Eugênio de
HA p. 332, 402, 425, 426
- SALES, Francisco Antônio de
HA p. 326, 328, 402, 405, 425
HM p. 193 (foto), 379, 388, 648, 649, 650, 722, 723, 725, 730, 739, 741, 747, 749, 772, 775
- SALES, Henrique
HM p. 25, 511
- SALES, João da Cruz
HM p. 65, 117, 344, 372 (foto)
- SALES, João Francisco de
HM p. 86
- SALES, Júlio César de
HM p. 528
- SALGADO, Maria Inácia
HM p. 423
- SALGUEIRO, José Alves
HA p. 164
- SALOMON, Sebastião Maggy
HM p. 642
- SALSE, Jaime
HM p. 548, 632, 734
- SAM CAMILLO, Maria Clara de
HA p. 206
- SAMPAIO, Afonso
HM p. 449
- SAMPAIO, José Inácio de Carvalho
HM p. 426

- SANCHES, José Bernardino
HM p. 591
- SANDE, Francisco de Almeida
HA p. 112
- SANDY, João
HM p. 395
- SANTANA, José Antônio de
HM p. 91
- SANT'ANA, José de
HA p. 220
- SANT'ANA, Luís de, *frei*
HA p. 149
- SANTANA, Maria Rita
HM p. 428
- SANTA CECÍLIA, Antônio de
HM p. 417
- SANTA CECÍLIA, José Felipe
HM p. 646
- SANTA MARINHA, Antônio Teixeira Rodrigues, *conde de*
HM p. 413, 458, 467, 485, 494, 495, 509, 548, 551,
603, 634 (foto), 635, 636, 644, 647, 648, 649, 651,
682, 734, 747
- SANTA ROSA, Carlos Antônio de
HM p. 420
- SANTIAGO, Camilo de Lélis
HM p. 420
- SANTIAGO, Carolina Rosalina
HM p. 420
- SANTIAGO, Felipe
HM p. 421
- SANTIAGO, José Júlio
HM p. 117
- SANTIAGO, Jucundino Júlio
HM p. 425, 528
- SANTÍSSIMA TRINDADE, José, *dom*
HA p. 174, 178
- SANTO ANDRÉ, Cosme de, *frei*
HA p. 149
- SANTOS, Abel Pereira dos
HM p. 550
- SANTOS, Agostinho Dias dos
HM p. 417
- SANTOS, Agostinho José dos
HA p. 194
HM p. 417
- SANTOS, Alberto Dias dos
HM p. 530
- SANTOS, Alfredo Cata Preta
HM p. 419
- SANTOS, Álvaro José dos
HM p. 547, 734
- SANTOS, Aníbal Pedro dos, *capitão*
HM p. 115, 182, 190, 274, 309, 312, 313
- SANTOS, Antônio Alves dos
HM p. 418
- SANTOS, Antônio Avelino dos
HA p. 186, 215, 229
HM p. 86
- SANTOS, Antônio Eusébio dos
HA p. 194, 197, 200, 207, 208, 217, 218
- SANTOS, Antônio Felício dos
HM p. 382
- SANTOS, Antônio Martins dos
HM p. 419
- SANTOS, Antônio Pereira dos
HM p. 247
- SANTOS, Antônio Ricardo dos
HM p. 417
- SANTOS, Augusto Justino Fernandes dos
HM p. 419
- SANTOS, Basílio Cecílio
HM p. 603, 604
- SANTOS, Belarmino da Rocha
HA p. 167
- SANTOS, Camilo Avelino dos
HM p. 82
- SANTOS, Cândida Dias dos
HM p. 420
- SANTOS, Carlos José dos
HM p. 420
- SANTOS, Carlota Fernandes dos
HM p. 420
- SANTOS, Claudina Ferreira dos
HM p. 419
- SANTOS, Delfino Dias dos
HM p. 420
- SANTOS, Eduardo da Costa
HM p. 395

SANTOS, Ernesto de Lima
HM p. 45, 115, 308, 313

SANTOS, Felipe dos
Ver FREIRE, Felipe dos Santos

SANTOS, Fernandes Martins dos
HM p. 423

SANTOS, Flávio *Fernandes dos*
HM p. 641

SANTOS, Florentino Duarte dos
HA p. 199
HM p. 527

SANTOS, Francisco Antônio dos
HM p. 421

SANTOS, Francisco L. dos
HM p. 531

SANTOS, Francisco Querino dos
HM p. 89

SANTOS, Gabriel
HM p. 422

SANTOS, Gabriel de Oliveira
HA p. 316

SANTOS, Jeferson
HM p. 310

SANTOS, Joana Cata-Preta
HM p. 425

SANTOS, João Alves dos
HA p. 294

SANTOS, João Antônio dos, *dom*
HA p. 295

SANTOS, João Avelino dos
HM p. 606

SANTOS, João Egídio dos
HM p. 425

SANTOS, João Honorato do E.
HM p. 426

SANTOS, João Inácio da Costa
HM p. 528

SANTOS, João José dos
HM p. 423

SANTOS, João Xavier dos
HM p. 425

SANTOS, Joaquim Augusto de Oliveira
HM p. 424, 426

SANTOS, Joaquim José dos
HM p. 89, 93

SANTOS, José Carlos dos
HM p. 531

SANTOS, José Dias dos
HM p. 423

SANTOS, José Firmo dos
HM p. 426

SANTOS, José Joaquim dos
HM p. 426

SANTOS, José Júlio dos
HM p. 531

SANTOS, José Pio dos
HM p. 586

SANTOS, Joseph dos
HA p. 127

SANTOS, Luísa Amador dos
HM p. 426

SANTOS, Luísa Francisca de Paula dos
HM p. 426

SANTOS, Manuel Antônio dos
HM p. 427

SANTOS, Manuel dos
HA p. 127

SANTOS, Manuel Estêvão dos
HM p. 427

SANTOS, Manuel Marçal dos
HM p. 427

SANTOS, Marçal José dos
HM p. 428

SANTOS, Maria M. de Resende
HM p. 427

SANTOS, Maria Rodrigues dos
HM p. 427

SANTOS, Moreira
HM p. 637

SANTOS, Olímpio J. dos
HM p. 88

SANTOS, Pedro Luís dos
HM p. 429

SANTOS, Perciliana Indomila A. dos
HM p. 428

- SANTOS, Raimundo José dos
HA p. 207
HM p. 429
- SANTOS, Reginaldo José dos
HA p. 198
- SANTOS, Rita G. dos
HM p. 423
- SANTOS, Sebastião dos
HM p. 93
- SANTOS, Sebastião Firmo dos
HM p. 247
- SANTOS, Silvana Maria dos
HM p. 92
- SANTOS, Tomás de Aquino dos
HM p. 92
- SÃO GERALDO, Barão
HM p. 382, 648, 655
- SÃO JOSÉ, Fortunata Maria de
HA p. 198
- SÃO PEDRO, Honório Teófilo de
HM p. 82, 92, 606
- SARAIVA, José R.
HM p. 721 (foto), 722
- SARAIVA, Paulino da Fonseca
HM p. 636
- SARAIVA, Regina
HM p. 413
- SARAIVA Sobrinho, José A., *desembargador*
HM p. 531, 672
- SARDINHA, Francisco da C.
HM p. 423
- SARDA, Vítor Maria
HM p. 417, 422
- SARTY, Henrique
HM p. 775
- SATURNINO, Francisco de Paula
HM p. 422
- SATURNO, Euseppe
HM p. 765
- SAUVAGE, Carlos
HM p. 117, 344, 534, 568
- SAVALA, Casimiro
HM p. 437
- SAVALA, José Ramos
HM p. 434, 437, 583
- SAVALA, Nenê
HM p. 437
- SAVALA, Ritinha
HM p. 434, 437, 583
- SAVASSI, Amilcar
HM p. 741
- SCHININGER, Pedro
HM p. 635
- SCOTT, Guilhermina Augusta
HM p. 422
- SCOTTI, Bárbara
HM p. 419
- SEABRA, Deolindo
HM p. 395
- SEABRA, Francisco Cândido
HM p. 547, 734
- SEABRA, Laurindo
HM p. 449, 611
- SEINTES, José Sena
HM p. 548
- SEIXAS, Eugênia de
HA p. 197
- SEIXAS, Isidoro José Pereira de
HA p. 213
- SEIXAS, João de
HA p. 194
- SENA, Bernardino Alves de
HA p. 206
- Sena, Costa
Ver SENA, Joaquim Cândido da Costa
- SENA, Joaquim Cândido da Costa
HA p. 304, 325, 326, 327, 332, 402, 404, 407, 411,
413, 415, 417, 425, 426
- SENA, Nelson Coelho de
HM p. 531
- SEPÚLVEDA, Joaquim Aureliano de
HA p. 322
HM p. 741
- SERPA, Augusto Pereira
HM p. 530
- SERRA, Frutuoso Simões
HA p. 204, 214
- SETRAGNI, João Ricardo
HM p. 635

- SEVERINA, Ana
HA p. 204
- SICARD, Noel Pedro
HA p. 342
HM p. 116 (foto), 117, 192, 344
- SIGAUD, Pedro da Nóbrega
HM p. 118, 192, 341 (foto), 345, 501, 504, 507, 606,
641, 650, 653, 657, 660, 753, 767, 770, 773, 774
- SILVA, Afonso Moreira da
HM p. 528
- SILVA, Albino Barbosa da
HM p. 417
- SILVA, Alejandro
HM p. 433
- SILVA, Amâncio Hermógenes da
HM p. 418
- SILVA, Ambrosina Elvira Augusta da
HM p. 418
- SILVA, Amélia Augusta da
HM p. 417
- SILVA, Américo Moreira da
HM p. 611
- SILVA, Américo Pereira da
HM p. 116 (foto), 118, 312
- SILVA, Ana Claudina da
HA p. 192
- SILVA, Ana Rosa do S.
HM p. 417
- SILVA, André Ferreira da
HM p. 418
- SILVA, Antônio Augusto da
HM p. 527
- SILVA, Antônio Dias da
HA p. 195
- SILVA, Antônio Gonçalves da
HA p. 194
- SILVA, Antônio Luís da
HA p. 194
- SILVA, Antônio Martins Ferreira da
HA p. 326, 327, 425, 426
- SILVA, Antônio Simões da
HM p. 81
- SILVA, Antônio Vieira da
HA p. 189, 196
HM p. 417
- SILVA, Artur
HM p. 118
- SILVA, Augusto José da
HM p. 641
- SILVA, Bartolomeu Bueno da, *chamado Anbanguera I*
HA p. 122
- SILVA, Bartolomeu Bucno da, *chamado Anbanguera II*
HA p. 91, 92 (foto), 99, 105, 119, 120, 122, 141, 143,
144, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 157
- SILVA, Benjamim Severiano da
HM p. 419
- SILVA, Bento Moreira da
HA p. 192, 195, 200, 206, 207
- SILVA, Bento Paes da
HA p. 98, 154
- SILVA, Bernardino Rocha e
HM p. 65
- SILVA, Bernardo Alves da
HA p. 195, 205, 207, 208
- SILVA, Bernardo da
HA p. 128
- SILVA, Bernardo Friz, *padre*
HA p. 112
- SILVA, Bernardo José da
HA p. 194, 196, 207, 209
- SILVA, Cândido Maximiano da
HM p. 420
- SILVA, Carlos Joaquim da
HM p. 528
- SILVA, Carlos Manuel da
HM p. 420
- SILVA, Cassiano Emiliano da
HM p. 420
- SILVA, Catarina de Sena e
HM p. 92
- SILVA, Curiácio Bueno da
HM p. 528
- SILVA, Delfina Maria da
HM p. 86
- SILVA, Edmundo
HM p. 435, 437
- SILVA, Elói dos Reis e
HA p. 328, 402, 415, 416, 417, 418, 423, 425, 426

- SILVA, Felicidade Gomes da
HM p. 421
- SILVA, Felipe da, *padre*
HA p. 161, 256
- SILVA, Firmiana da
HA p. 194, 198, 208
- SILVA, Florinda Fausta da
HM p. 421
- SILVA, Francisco Bueno da
HA p. 156
- SILVA, Francisco Coelho da
HA p. 198, 204
- SILVA, Francisco de Paula e
HM p. 86
- SILVA, Francisco Ferreira da
HA p. 197, 198
HM p. 312, 481, 503, 734
- SILVA, Francisco Jorge
HA p. 122
- SILVA, Francisco José da
HA p. 189, 197, 214
- SILVA, Francisco Luís
HA p. 198
- SILVA, Frederico Augusto Álvares da, *desembargador*
HA p. 303
- SILVA, Frutuoso da
HM p. 86
- SILVA, Gervásio Ferreira da, *padre*
HA p. 131
- SILVA, Gonçalo, *padre*
HA p. 131
- SILVA, Gonzaga da
HM p. 642
- SILVA, Higino Álvares de Abreu e
HA p. 294
- SILVA, Higino Ferreira da
HM p. 423
- SILVA, Honório Gomes da
HM p. 424
- SILVA, Isabel Paes da
HA p. 98
- SILVA, Jacinto Pereira da
HA p. 226, 229
HM p. 85
- SILVA, João Antônio da
HA p. 200
- SILVA, João Batista da
HM p. 424
- SILVA, João Belarmino Ferreira da
HM p. 424
- SILVA, João Carneiro da
HA p. 128
- SILVA, João Correia da
HA p. 128
- SILVA, João Damaso da
HA p. 215
- SILVA, João dos Reis da
HM p. 91
- SILVA, João Francisco Pereira da
HA p. 127
HM p. 87
- SILVA, João Moreira da
HA p. 173
- SILVA, João Pereira da
HA p. 127, 201
- SILVA, João Pinheiro da, *governador de Minas Gerais*
HA p. 231, 232, 233 (foto), 299, 300, 303, 315, 322
HM p. 565, 648, 665, 681, 774
- SILVA, João Tertuliano da
HM p. 425
- SILVA, Joaquim Antônio Gomes da
HA p. 425, 426
HM p. 646
- SILVA, Joaquim Bonifácio F. da
HM p. 425
- SILVA, Joaquim da
HA p. 186
- SILVA, Joaquim Pereira da
HM p. 529
- SILVA, Joaquim Pinto da
HM p. 89
- SILVA, Joaquim Simplício da
HM p. 85
- SILVA, José André da
HM p. 84
- SILVA, José Antônio da
HM p. 85
- SILVA, José da, *padre*
HA p. 283

- SILVA, José de Lima e
HM p. 531
- SILVA, José Eugênio da
HA p. 167
- SILVA, José Joaquim de Abreu e
HA p. 214
- SILVA, José Luís da
HA p. 202
- SILVA, José Maria da Costa
HM p. 549
- SILVA, José Nicodemos da
HM p. 386, 658
- SILVA, José Nogueira da
HM p. 86, 94
- SILVA, José Pereira da
HA p. 202
HM p. 423
- SILVA, José Serrano M. da
HM p. 425
- SILVA, José Simões da
HA p. 203
HM p. 87, 89
- SILVA, José Soares da
HM p. 426
- SILVA, Josefina Clara da
HM p. 424
- SILVA, Joseph da
HA p. 127
- SILVA, Júlio César da
HA p. 342
HM p. 117
- SILVA, Juvenal de Sá e
HA p. 322
- SILVA, Luís
HM p. 341 (foto), 557 (foto), 630, 637, 660, 746, 753,
773, 774, 775
- SILVA, Luís Diogo Lobo da, *governador da capitania de Minas Gerais*
HA p. 164
- SILVA, Manuel da
HA p. 126, 128, 196
HM p. 642
- SILVA, Manuel Dias da
HA p. 241
- SILVA, Manuel Ferreira da, *tenente-coronel*
HA p. 192, 195, 197, 202, 208
- SILVA, Manuel Gonçalves
HA p. 206
- SILVA, Manuel José da
HA p. 331, 333
- SILVA, Manuel Martins da
HA p. 195, 199, 201, 205
- SILVA, Marcelina da
HA p. 127
- SILVA, Marciana Maria da
HM p. 427
- SILVA, Marcos José Diniz
HA p. 189
- SILVA, Margarida Teodora da
HM p. 91
- SILVA, Mariano Neves da
HM p. 382, 529
- SILVA, Modesto
HM p. 449
- SILVA, Nuno Álvares Duarte
HM p. 45, 116 (foto), 118, 198, 287, 344, 568
- SILVA, Pedro da
HA p. 127
- SILVA, Pedro José da
HM p. 429
- SILVA, Policena Felipa da
HM p. 91
- SILVA, Policina Balbino
HM p. 91
- SILVA, Prudêncio Gomes da
HM p. 609
- SILVA, Quitéria Leite da
HA p. 141
- SILVA, Raimundo Nonato da
HM p. 641
- SILVA, Rita Bernardina da
HM p. 91
- SILVA, Rita de Oliveira e
HA p. 208
- SILVA, Rita Guilhermina da
HM p. 84
- SILVA, Rufino Rodrigues da
HA p. 208
- SILVA, Sinval de Sá e
HM p. 61, 118

- SILVA, Targino
HA p. 402, 425, 426
- SILVA, Teodoro Barbosa da
HA p. 198, 207
- SILVA, Teófilo Pereira da, *desembargador*
HA p. 294
HM p. 429, 529, 721 (foto), 722
- SILVA, Teresa Leite da
HA p. 141
- SILVA Filho, João Pereira da
HA p. 229
- SILVA Júnior, Antônio Álvares de Abreu e
HA p. 294
- SILVA Júnior, Bernardino Ferreira da
HM p. 419
- SILVA Júnior, Luís José da
HM p. 117, 345
- SILVEIRA, Álvaro da
HM p. 577
- SILVEIRA, Antero Adolfo
HM p. 116 (foto), 117, 344, 392 (foto), 534, 774
- SILVEIRA, Antônio
HA p. 259
- SILVEIRA, Antônio Joaquim da
HA p. 229
HM p. 26, 45, 76 (foto), 81, 82, 310
- SILVEIRA, Balbino Lúcio da
HM p. 91
- SILVEIRA, Brás Baltasar, *governador das capitanias de São Paulo e Minas Gerais*
HA p. 120, 122, 123, 125
- SILVEIRA, Cândido Lúcio da
HA p. 186, 229, 243, 264
HM p. 45, 48, 81, 85, 87, 91, 93, 310, 312, 734
- SILVEIRA, Etelvina Joaquina da
HM p. 88
- SILVEIRA, Francisco Cândido da
HM p. 48, 88, 310, 462, 538, 548, 606, 633
- SILVEIRA, Francisco de Sales
HM p. 91
- SILVEIRA, Jerônimo Pedroso da
HA p. 122
- SILVEIRA, Joaquim Lúcio da
HA p. 201
- SILVEIRA, José
HM p. 372 (foto), 611
- SILVEIRA, José Inácio da, *padre*
HA p. 294
- SILVEIRA, Luís Lúcio da
HM p. 89
- SILVEIRA, Manuel Carlos da
HA p. 164
- SILVEIRA, Veríssimo A. da
HM p. 530, 649
- SILVÉRIO, João
HA p. 189
- SIMÕES, Carlos
HM p. 420
- SIMÕES, José
HA p. 189
- Siqueira, Antônio Homem de Loureiro
Ver CARVALHÃES, Antônio Homem Loureiro de, *visconde de*
- SIQUEIRA, Atanásio Nunes
HA p. 129
- SIQUEIRA, Bartolomeu Bueno de
HA p. 90
- SIQUEIRA, Joaquim Bonifácio de
HA p. 97
- SIQUEIRA, José
HM p. 372 (foto)
- SIQUEIRA, Manuel de Matos, *padre*
HA p. 107
- SIQUEIRA, Maria Eulália de
HM p. 89
- SIQUEIRA, Teresa
HA p. 202
- SIQUEIRA, Zenaide
HA p. 97
- SIÚVES, Paulino
HM p. 395
- SOARES, Adão Pedro
HM p. 382, 418
- SOARES, Ana de Jesus
HM p. 417
- SOARES, Antônio
HA p. 209

- SOARES, Antônio Gomes
HA p. 194
- SOARES, Antônio Pereira
HM p. 417, 418, 527
- SOARES, Antônio Pereira da Costa
HA p. 195
- SOARES, Antônio Raimundo
HM p. 118, 310, 372 (foto), 538
- SOARES, Balbina
HM p. 419
- SOARES, Camilo
HM p. 642, 645
- SOARES, Diogo, *padre*
HA p. 146
- SOARES, Etelvina
HM p. 421
- SOARES, Felício
HA p. 195
- SOARES, Felipe
HA p. 197
- SOARES, Fernando Nogueira, *capitão*
HA p. 128
- SOARES, Francisco da Costa
HA p. 128
- SOARES, Gabriel
HA p. 81
- SOARES, João Augusto
HM p. 424
- SOARES, José
HA p. 241
- SOARES, José Antônio da Costa
HA p. 198, 206, 208
- SOARES, José Bento, *coronel*
HA p. 299
HM p. 424
- SOARES, Maria Augusta
HM p. 427
- SOARES, Maria Branca
HM p. 427
- SOARES, Rita Carlota
HM p. 429
- SOARES, Salvador
HA p. 128
- SOARES, Sancho
HA p. 194, 198, 208
- SOARES, Teotônio José
HM p. 430
- SOARES, Teresa
HA p. 199
- SODDI, Elias
HM p. 586
- SODRÉ, Leonel Rodrigues de Faria
HM p. 586
- SOLANES, Petra Francisco
HM p. 548
- SOUKASAUX, Francisco
HM p. 58 (foto), 61, 62 (foto), 64, 65, 299, 307, 308,
362, 402, 463, 465, 473, 509, 539, 642, 646, 679, 734
- SOUSA, Américo Cândido de
HA p. 168
- SOUSA, Antônia Gonçalves de
HA p. 167
- SOUSA, Antônio Augusto José de
HM p. 538
- SOUSA, Antônio Bento de
HM p. 417
- SOUSA, Antônio Cândido de
HA p. 168
- SOUSA, Antônio Francisco de
HM p. 91
- SOUSA, Antônio José de
HA p. 168
HM p. 423
- SOUSA, Antônio Martins de
HA p. 168
HM p. 449
- SOUSA, Antônio Pereira de
HA p. 294
- SOUSA, Antônio Rodrigues de
HA p. 189, 195, 208
- SOUSA, Artur F. de
HM p. 362
- SOUSA, Augusto José de
HM p. 470, 537, 550, 632, 658
- SOUSA, Aureliano A. de
HM p. 529
- SOUSA, Benedito Tibúrcio de
HM p. 419, 531

- | | |
|--|---|
| SOUSA, Benjamim Ribeiro de
HM p. 449, 611 | SOUSA, João de
HA p. 126, 128 |
| SOUSA, Camilo Cândido de
HA p. 168 | SOUSA, João Luís de Almeida e
HA p. 407, 425, 426 |
| SOUSA, Cândida Maria de
HA p. 168, 194 | SOUSA, João Marcolino de
IIM p. 548 |
| SOUSA, Caseriro José de
HM p. 419 | SOUSA, João Muniz de
HA p. 205 |
| SOUSA, Elisiário José de
HM p. 421 | SOUSA, João Pinto de
HM p. 531 |
| SOUSA, Enes de
IIA p. 378 | SOUSA, João Pires de
HM p. 424 |
| SOUSA, Felícia Gonçalves de
HA p. 167, 168 | SOUSA, João Torquato de
HA p. 186 |
| SOUSA, Felício José de
HA p. 197 | SOUSA, Joaquim Ângelo de
HM p. 426 |
| SOUSA, Felicíssimo Cândido de
HA p. 168 | SOUSA, Joaquim Cândido de
HA p. 168 |
| SOUSA, Fernando Cândido de
HA p. 168 | SOUSA, Joaquim José de
HA p. 201 |
| SOUSA, Francisca Cândida de
HA p. 168 | SOUSA, Joaquim Oliveira e
HM p. 734 |
| SOUSA, Francisco Cândido de
HA p. 168 | SOUSA, Joaquim Teixeira de
HA p. 322, 400
HM p. 425 |
| SOUSA, Francisco de
HA p. 81, 127
IIM p. 558 | SOUSA, Jocelyn Cardoso de M. e
HM p. 568 |
| SOUSA, Francisco de Paula
HM p. 421, 423 | SOUSA, José Bernardes de
HA p. 189, 203 |
| SOUSA, Francisco Emílio de
IIM p. 399 | SOUSA, José Fernandes de
IIM p. 423 |
| SOUSA, Gomes de
HM p. 775 | SOUSA, José Maria dos Santos
HM p. 646, 678 |
| SOUSA, Horácio Cândido de
HA p. 168 | SOUSA, José Pereira de
HA p. 164, 166 |
| SOUSA, Jacinta Silveira de
HM p. 425 | SOUSA, José Vieira de
HA p. 164, 166 |
| SOUSA, João Antônio de
HA p. 167, 168 | SOUSA, Joseph de
HA p. 127 |
| SOUSA, João Coelho de
HA p. 81 | SOUSA, Júlio César Ferreira de
IIM p. 45, 61, 111, 118, 345, 410 |
| SOUSA, João Cirino de
HA p. 167 | SOUSA, Leandro de
HM p. 649 |

- SOUSA, Leonardo Nardes de Arzão e
HA p. 105
- SOUSA, Luísa Cândida de
HA p. 168
- SOUSA, Manuel Cândido de
HA p. 168
- SOUSA, Manuel de
HA p. 126
- SOUSA, Manuel Pedro de
HA p. 189
- SOUSA, Manuel Rodrigues de
HM p. 471
- SOUSA, Maria Augusta de
HA p. 168
- SOUSA, Maria Felisbina de
HM p. 427
- SOUSA, Paulino José de
HM p. 117, 181 (foto), 344, 568
- SOUSA, Pedro Cândido de
HA p. 168
- SOUSA, Pedro Lopes de
HA p. 96
- SOUSA, Petrina Cândida de
HA p. 168
- SOUSA, Policena Maria de
HA p. 168
- SOUSA, Raimundo Cândido de
HA p. 168
- SOUSA, Rita Romana de
HM p. 92
- SOUSA, Serafim Nogueira de
HA p. 192, 195, 196, 208
- SOUSA, Tomé de
HA p. 79
- SOUSA NETO, Francisco de
HA p. 205
- SOUSA Neto, Pio de
HA p. 189, 194, 195, 206
- SOUTO MAIOR, João de Sousa, *sargento*
HA p. 125, 127, 132, 141
- SPAGIAR, Henrique
HM p. 470
- SPERLING, Bruno von
HM p. 419
- SPILLER, Eduardo
HM p. 415, 538, 543
- SPINOSA, Francisco Bruza
HA p. 79, 81
- STABILE, Giuseppe
HM p. 659
- STECKEL, Frederico Antônio
HA p. 243
HM p. 486, 492, 504, 507, 734
- STEEN, W. van den, *conde*
HM p. 650, 652, 673, 674
- S'ULITA, Simão
HM p. 642
- STOKLER, Alexandre
HA p. 297, 298(foto), 300, 301
HM p. 385, 665
- STORINI, Santiago
HM p. 659
- SUTIL, Salvador, *padre*
HA p. 131
- SUTUVAL, Manuel da Fronte
HA p. 128
- TAITE, Fernando Adolfo, *padre*
HM p. 82
- TAPAJÓS, Torquato
HA p. 335
- TAQUES, Antônio Pereira
HA p. 105
- TAQUES, Pedro
Ver LEME, Pedro Taques de Almeida Pais
- TAUNAY, Afonso d'Escagnolle
HA p. 96, 146, 152, 154
- TAVARES, Antônio
HA p. 89
- TAVARES Filho, Antônio José
HM p. 418
- TAVARES, Antônio Raposo
HA p. 96
- TAVARES, Brás Bernardino Loureiro
HM p. 382
- TAVARES, Henrique
HA p. 129
- TAVARES, João
HA p. 129

TAVARES, Manuel de Sousa HA p. 164	TEIXEIRA, Maria de Jesus HM p. 427
TAVARES, Necésio HM p. 642	TEIXEIRA, Maria Fernandes HM p. 428
TAVARES, Pedro Ângelo HM p. 531	TEIXEIRA, Mariano HM p. 93
TAVARES, Roque HA p. 129	TEIXEIRA, Olímpio Raimundo HM p. 311, 548, 585, 633
TAYTSON, Adolfo Fernando, <i>padre</i> HA p. 229	TEIXEIRA, Procópio Honório HM p. 117, 344
TAYTSON, Francisco, <i>padre</i> HA p. 256	TELES, Carlos Maria da Silva HA p. 400, 401
TEIXEIRA, Antônio Mendes HA p. 132	TELES, Manuel S. da Silva HM p. 531
TEIXEIRA, Cecília Emília de Sousa HA p. 167	TEODORA, Leonídia Lourença de P. HM p. 426
TEIXEIRA, Duarte Augusto HM p. 549, 585, 635	TEODORA, Madalena HM p. 85
TEIXEIRA, Edward Nasário HA p. 259	TEODORO, Francisco HM p. 91
TEIXEIRA, Francisco HA p. 199	THOMPSON, Hugo HM p. 652, 653
TEIXEIRA, João dos Reis HM p. 425	THOMPSON, Thomas HM p. 652
TEIXEIRA, João Cecílio dos Reis HM p. 424	TIMBURIBÁ, Adolfo Júlio HM p. 530, 741
TEIXEIRA, Joaquim Gomes HM p. 309, 312, 471	TINOCO, Antônio Luís Ferreira, <i>deseembargador</i> HM p. 529, 721 (foto), 722
TEIXEIRA, Joaquim Osório HM p. 426	TINOCO, Carlos HM p. 642
TEIXEIRA, José da Costa HM p. 425	TIRADENTES, [Joaquim José da Silva Xavier] HA p. 283
TEIXEIRA, José Luís HM p. 425	TOFANE, Cesare HM p. 659
TEIXEIRA, Leopoldo César Gomes, <i>coronel</i> HM p. 117, 182, 184, 190, 264, 275, 330, 341 (foto), 344, 501, 548, 638, 642, 660, 676, 700, 725, 741, 774, 775	TOLEDO, Cândido de Assis HM p. 65, 115
TEIXEIRA, Manuel Ferreira HM p. 649	TOLEDO, Carlos HA p. 401
TEIXEIRA, Manuel Inácio HA p. 186, 205, 214	TOLEDO, Pedro HM p. 646, 648
TEIXEIRA, Manuel Tomás HM p. 428	TORQUATO, Afonso de Jesus HM p. 417
	TORRES, Angélica F. de Araújo HM p. 419

- TORRES, Artur
HM p. 385
- TORRES, Francisco José Ferreira
HA p. 294
- TORRES, João da Costa
HA p. 195, 200
- TORRES, José Joaquim Fernandes, *desembargador*
HM p. 426, 530, 721 (foto), 722
- TORRES, Maria dos Santos
HM p. 427
- TORRES, Olímpio Ferreira
HM p. 428
- TORRES, Serafim da Silva
HM p. 550, 551
- TOSTES, Francisco da Silva
HA p. 202
- TOSTES, Lucas Bicalho
HM p. 45, 118
- TOTÓ, Antônio Pinto da Paula
HA p. 186
- TOURINIO, Sebastião Fernandes
HA p. 81
- TRAMONTANI, Eduardo
HM p. 585
- TREGELLAS, Miguel Antônio
HM p. 427, 549, 741
- TRICOLI, Caetano
HM p. 507
- TRICOLI, Giuseppe Antônio
HM p. 507, 550, 659, 734, 774, 775
- TRICOLI Filho, José
HM p. 734
- TRINDADE, Francisco de Sousa
HA p. 189
- TRINDADE, Manuel da
HM p. 85
- TRINDADE, Paulo José da
HA p. 189
- TRINDADE, Raimundo, *cônego*
HA p. 174, 178
- TROMPOWSKY, Oscar
Ver ALMEIDA, Oscar Trompowsky Leitão de.
- TROSCHER, Ernesto
HM p. 345, 423, 437, 659, 731
- TROSCHER, W.
HM p. 501, 538
- TURIO, Eduardo
HM p. 419, 422, 424, 429, 430
- ULHÔA Filho, Antônio de
HM p. 471
- VALADÃO, Manuel Inácio Gomes
HA p. 425, 426
- VALADARES, Antônio Maria
HA p. 194
- VALADARES, José Vieira
HA p. 189, 195
- VALADARES, Lourenço, *padre*
HA p. 131
- VALADARES, Manuel Querino
HA p. 205
- VALADARES, Marciano Vieira
HA p. 194, 206
- VALADARES, Mariano Vieira
HA p. 204, 205
- VALDEALDE, Joaquim
HM p. 433
- VALE, Antônio Martins do
HA p. 194
- VALE, Antônio Pereira do
HA p. 195
- VALE, Felicíssimo Alves do
HA p. 186, 197, 199, 207
- VALE, Francisco Alves do
HA p. 186, 189, 191, 194, 197, 198, 201, 203, 205
- VALE, João Alves do
HA p. 167
- VALE, Joaquim Alves do
HM p. 85
- VALE, José Alves do
HM p. 92
- VALE, José da Costa
HM p. 586
- VALE, Manuel Duarte do
HA p. 132
- VALE, Raimundo Antônio Pereira do
HA p. 207
- VALE, Silvério Pereira do
HA p. 208

- VALENTE, José Pinto
HM p. 547, 633
- VALÉRIO, Darico
HM p. 551
- VAMPRÉ, João
HM p. 382
- VASCO, Heitor
HM p. 436
- VASCONCELOS, Antão de
HM p. 385
- VASCONCELOS, Branca de Carvalho
HM p. 501
- VASCONCELOS, Diogo de
HA p. 108, 117, 119, 123, 130, 147, 150, 312, 316, 320
HM p. 44
- VASCONCELOS, João Teixeira da Fonseca
HA p. 224
- VASCONCELOS, José Teixeira da Fonseca, *desembargador*
HA p. 173
- VASCONCELOS, Lahire de Figueiredo
HM p. 413, 660, 774, 775
- VASCONCELOS, Nasário Teixeira da Fonseca, *tenente*
HA p. 189
- VASCONCELOS, Vicente Gomes de
HM p. 585
- VAZ, Gonçalves
HA p. 126
- VAZ, Pedro, *major*
HM p. 741
- Vaz de Melo
Ver MELO, Vaz
- VEIGA, Bernardo Jacinto da
HA p. 179, 182
- VEIGA, Edmundo da
HM p. 382, 530
- VEIGA, Francisco Luís da
HM p. 422
- VEIGA, José Pedro Xavier da
HA p. 305, 326, 331, 332, 407, 411, 412, 425, 426
- VELASCO, Gabriel José
HM p. 422
- VELOSO, Antônio Augusto
HA p. 326
- VELOSO, Camilo, *padre*
HA p. 401
- VELOSO, Francisco de P. S.
HM p. 422
- VELOSO, Francisco de Paula F.
HM p. 422
- VELOSO, Francisco E.
HM p. 529
- VELOSO, Herculano
HA p. 256
- VELOSO, Ludovico Ferreira
HM p. 426
- VERDUSSEN, José
HM p. 117, 538, 549, 734
- VERÍSSIMO, José
HM p. 382
- VERLANGIERI, Carlos
HM p. 547
- VERLANGIERI, Vicente
HM p. 547
- VERÔNICA, Rita
HM p. 86
- VERSCHNEIDER, George
HM p. 117, 192
- VIANA, Basílio Maria de Araújo, *capitão*
HA p. 202, 208, 239
- VIANA, Camilo Isidoro
HA p. 182
- VIANA, Ferreira
HA p. 402
- VIANA, Isidro
HM p. 463
- VIANA, João de Araújo
HM p. 92
- VIANA, Manuel Nunes
HA p. 119, 125, 139, 279
- VIANA, Manuel Pereira de Melo
HM p. 90
- VIANA, Paulo Alves dos Santos
HM p. 547
- VIANA, Trajano de Araújo
HM p. 86, 386, 658
- VIÇOSO, Antônio Ferreira, *dom bispo de Mariana*
HA p. 178

- VIDAL, Francisco
HA p. 194
- VIDAL, Júlio
HM p. 117, 382
- VIEIRA, Ana
HA p. 208
- VIEIRA, Antônio de Pádua Batista
HA p. 167, 212, 229, 230, 232, 241, 259
HM p. 26, 48, 81; 82, 87, 90, 117, 309, 547, 605, 635, 657
- VIEIRA, Antônio Casimiro Batista
HA p. 226
- VIEIRA, Antônio Justino
HM p. 91
- VIEIRA, Casimiro Batista, *capitão*
HA p. 186, 189, 194, 196, 207, 214, 218, 226, 229
HM p. 84
- VIEIRA, Domingos de Abreu
HA p. 283
- VIEIRA, Francisca Clementina
HM p. 89
- VIEIRA, Francisco Cardoso
HA p. 198
- VIEIRA, Francisco Galdino
HM p. 633
- VIEIRA, Francisco Luís
HM p. 84
- VIEIRA, Francisco Peregrino
HM p. 90
- VIEIRA, Francisco Primo
HM p. 93
- VIEIRA, Inácia Alves
HA p. 199, 203
- VIEIRA, Jacinto
HM p. 61, 93, 118, 185, 344
- VIEIRA, João, *capitão*
HA p. 191, 205
- VIEIRA, João Fernandes
HM p. 424
- VIEIRA, Joaquim Batista
HA p. 246
- VIEIRA, José Cândido Batista
HA p. 186
- VIEIRA, José Custódio
HM p. 90, 372 (foto), 677
- VIEIRA, José Jacinto
HA p. 196, 200
- VIEIRA, Joseph
HA p. 129
- VIEIRA, Lourenço de Valadares, padre
HA p. 131
- VIEIRA, Manuel
HA p. 107, 128
- VIEIRA, Manuel Fernandes
HM p. 427
- VIEIRA, Marciano José
HA p. 191, 205
- VIEIRA, Maria Antônia
HM p. 89
- VIEIRA, Maria Batista
HA p. 274 (foto)
- VIEIRA, Maria Joana
HM p. 427
- VIEIRA, Maximiano Batista
HA p. 186
HM p. 82
- VIEIRA, Rafael Batista
HA p. 186, 189, 201, 207, 212
- VIEIRA, Severino
HA p. 189
- VIEIRA, Teodoro da Silva
HA p. 201, 209
- VIEIRA, Vicente
HA p. 191
- VIEIRA Filho, Casimiro Batista
HA p. 186
- VIGTELO, Aníbal
HM p. 548, 659
- VILANI, Carlos
HM p. 549
- VILAS NOVAS, Baltasar Nogueira
HM p. 84
- VILHENA, João Bráulio Moinhos de, *desembargador*
HM p. 528, 721 (foto), 722, 739
- VILLON, Paul
HM p. 116 (foto), 117, 287, 344, 573, 576, 577, 581, 679, 774
- VIOLA, José
HM p. 586

VIOLANTE, Serafim
HM p. 550

VIOTTI, Domingos Rodrigues
HA p. 402, 407, 425, 426

VIRGÍLIO, Brognara
HM p. 549

VIRGÍLIO, Nochi
HM p. 547

VITORI, Elpídio
HM p. 659

XAVIER, Francisco
HA p. 127, 129

XAVIER, José Felicíssimo de P.
HM p. 425, 529

ZANELATO Filho, João
HM p. 547

ZEPERINO, Joaquim da Costa
HA p. 201

ZICKLER, Hermano
HM p. 344

ÍNDICE TOPONÍMICO

ACIDENTES GEOGRÁFICOS

Cachoeiras

- Arrudas, do
HA p. 245
HM p. 660
- Capivara, do
HA p. 377
- Carandaí, do
HA p. 389
- Grande
HA p. 198, 206
- Ilhéus, de
HA p. 357, 412, 424
- Paraúna, do
HA p. 377
- Santa Rita, de
HA p. 357
- Vau
HA p. 399

Capão

Mato isolado no meio de um descampado; mata roçada que se corta para lenha em oposição à mata virgem.

- Diamante, do
HA p. 208
- Diamante do Brejo, do
HA p. 203
- Grande
HA p. 201, 236
- Peroba, da
HA p. 206
- Tejuco, do (Cercado)
HA p. 194
- Viúva, da
HA p. 202

Córregos

- Ribeiro, riacho, regato.
- Acaba-Mundo
HA p. 108, 184, 244, 246, 248, 351,
358, 375, 381, 419
HM p. 59, 165, 167, 170, 171, 179, 251, 282,
291, 292, 294, 383, 395, 404, 435, 552, 556, 56
573, 630, 688, 689, 693, 714
- Águas Santas, das
HA p. 357
- Aleixo, do
HM p. 168
- Barreirinho, do
HA p. 354
- Barreiro, do
HA p. 166
- Bolina, do
HA p. 198, 236, 270
HM p. 165, 167, 291
- Bom Sucesso, do
HA p. 94
HM p. 165, 293
- Capão da Posse, do
HA p. 236
HM p. 165, 172, 293, 556
- Capão Grande
HA p. 236
- Caracará, do
HA p. 196
HM p. 165, 169, 362, 458, 638
- Cardoso
HA p. 236, 244, 270, 358
HM p. 165, 167, 293
- Cercadinho
HA p. 236, 358, 375, 381, 419
HM p. 165, 167, 168, 170, 171, 192, 282,
291, 292, 293, 294, 452, 457, 554, 555, 556, 691
- Cercado
HA p. 375
HM p. 165
- Chácara
HM p. 168, 171

- Confisco, do
HA p. 203
- Ferrugem
HA p. 167
- Freitas, do
HA p. 270
HM p. 28, 59
- Fretais
HA p. 203
- Fundo
HA p. 201, 374, 376, 378, 381
- Gentio
IIM p. 165, 167, 291, 403
- Graminha, da
HA p. 377
- Gratidão, da
HA p. 353, 377, 381
- Ilha, da
HA p. 236, 358
IIM p. 165, 167, 291
- Inácio Gama, do
HA p. 377
- Independência, da
HA p. 361
- José Honório
HA p. 377
- Lagoinha
HA p. 244
HM p. 169, 403
- Leitão, do
HA p. 200, 236, 244, 270, 351, 358
IIM p. 165, 167, 171, 291, 293, 295
- Linhares, do
HA p. 377
- Macacos, dos
HA p. 105, 215, 375
- Mangabeiras
HA p. 236, 244
IIM p. 165, 167, 170, 286, 291
- Manuel Luís
HM p. 59
- Mariano Alves
HM p. 59
- Menezes
HA p. 270
HM p. 169
- Pastinho
HA p. 244
- Pinto, do
IIM p. 165, 167, 171, 293, 309
- Piteiras, das
HA p. 236
- Ponte Queimada
HM p. 165
- Posse, do
HM p. 291, 293
- Tabatinga
HA p. 201
- Taquaril
HA p. 236, 358
HM p. 59, 165, 167, 171, 291, 293
- Tombadouro
HA p. 116, 194, 196
HM p. 59
- Encostas
Declive de um monte ou colina, ladeira, rampa.
- Ilídio, do
HM p. 165, 167, 171, 292, 691
- Gargantas
Passagem estreita e apertada entre duas montanhas, estreito, desfiladeiro.
- Embaú, do
HA p. 84
- Embaú
Ver também Mantiqueira, serra da
- João Alves, de
HM p. 59
- Rabelo, do
HM p. 59
- Taquaril, do
HM p. 59
- Lagoas
Almeida, do
HA p. 246
Lagoinha
HA p. 93
Maria Dias, de
HA p. 179, 246

Sapé, do HA p. 358	Vau do Sobradinho, do HA p. 354
Seca HA p. 166, 167, 168, 195, 196, 198, 200, 203, 246, 358 HM p. 59, 457	Picos Ver Serras
Vapabuçu, de HA p. 86	Planaltos Planície sobre montes, terreno elevado que se estende em planície.
Montes Ver Serras	Goiás, de HM p. 23
Morros Monte de pequena elevação, outeiro.	Mantiqueira, da HA p. 323, 327, 328, 332, 347, 365
Barreirinho, do HA p. 354	Pium-í, de HA p. 325, 327, 328, 332
Cândido Lúcio HM p. 293	Sumidouros Escoadouro
Confisco, do HA p. 199, 205, 209	Rio das Velhas, do HA p. 105
Grande HA p. 136	Senhora das Dores, de HA p. 204
Liberdade, da HA p. 354	Riachos Ver Córregos
Ouro Podre, do HA p. 142	Ribeirões Ribeiro um tanto largo de águas engrossadas.
Pedras, das HM p. 167, 292, 293, 402, 457, 458, 467, 694	Abóboras, das HA p. 105, 119
Pinto HM p. 293	Águas Limpas HA p. 348, 355, 374, 381
Porteira de Taboa, da HM p. 171	Alberto Dias HA p. 376, 386
Roça Grande, da HA p. 107	Areias, das HA p. 192
Sabará, de HM p. 293	Bento Pires, do HA p. 199, 270
Santa Cruz, de HM p. 165, 171	Borba, do HA p. 100
Santa Quitéria, de HA p. 304	Burros, dos HA p. 377
Taboas, das HM p. 167	Cachoeirinha, da HA p. 377

Campo, do HA p. 105	Tapera, da HA p. 353
Crime, do HA p. 354	Rios
Curral del Rei, do HA p. 166	Araçuaí HA p. 86
Feira, da HA p. 377	Araguaia HA p. 346
Franklin, do HA p. 377	Arrudas HA p. 100, 102, 107, 125, 196, 201, 237, 244, 311, 350, 351, 358, 375, 385, 420, 421 HM p. 48, 59, 60, 64, 65, 164, 169, 171, 179, 180, 184, 194, 200, 230, 251, 287, 288, 295, 297, 298, 301, 302, 307, 399, 402, 403, 457, 463, 466, 565, 567, 570, 571, 595, 661, 682, 689, 693, 694, 713, 714, 730.
Gaia, do HA p. 100	Arrudas Ver também Grande, ribeirão
Grama, da HA p. 353, 377, 381	Atibaia HA p. 150
Grande HA p. 107, 235, 236, 237, 244	Capivara HA p. 381
Grande Ver também Arrudas, rio	Carandaí HA p. 328, 348, 349, 356, 357, 374, 385
Jequitibá, de HA p. 311	Cipó HA p. 312, 378, 385
Mata, da HA p. 309, 311	Curral HA p. 235
Nico, do HA p. 377	Doce HA p. 89, 325, 327, 332, 390
Onça, do HA p. 200, 215	Grande HA p. 84, 146, 150, 309, 323, 325, 327, 328, 332, 357, 385
Pampulha, da HA p. 241	Guaicuí HA p. 308
Pantana, da HA p. 375	Guaporé HA p. 346
Pedras, das HA p. 355, 374	Guarurumba HA p. 150
Pinto, do HA p. 244, 270, 351	Itacambira HA p. 86, 117
Prata, da HA p. 100	Itamarandiba HA p. 86
Raposos HA p. 105	Itamonte HA p. 304
Saco, do HA p. 270	
Serra, da HA p. 375, 381 HM p. 59, 165, 167, 170, 171, 282, 291, 292, 294, 403, 554, 555, 556, 567	

Jaguari
HA p. 150

Jequitinhonha
HA p. 81, 86, 390

Madeira
HA p. 346

Mogiguaçu
HA p. 150

Mortes, das
HA p. 84, 328, 348, 349, 356, 357, 359, 376, 377,
378, 385, 412, 416, 417, 424

Ourinas, das
HA p. 81, 146, 150

Pará
HA p. 391

Paracatu
HA p. 399

Paraíba
HA p. 353

Paraibuna
HA p. 353, 360, 361, 362, 378, 381, 386, 389

Paraná
HA p. 346

Paranaíba
HA p. 146, 150

Paraopeba
HA p. 84, 350, 388, 397

Paraúna
HA p. 312, 327, 354, 378, 381, 382, 385, 389

Pardo
Ver Ourinas, das

Prata, da
HA p. 89

São Francisco
HA p. 81, 89, 105, 107, 113, 117, 120, 308, 346,
347, 350, 388, 390, 397, 399

Sapucaí
HA p. 150

Tocantins
HA p. 149, 308, 346

Urucuia
HA p. 399

Velhas, das
HA p. 84, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 100, 107, 112,
113, 115, 117, 119, 120, 146, 150, 237, 246, 288,
290, 300, 301, 304, 308, 309, 311, 317, 323, 327,
328, 350, 354, 359, 386, 391, 397
HM p. 24, 59, 64, 65, 165, 179, 297, 298, 339,
445, 467, 491, 492, 730

Verde
HA p. 399

Vermelho
HA p. 149

Serras

Grande porção da superfície sólida do globo que se eleva acima do solo circunjacente; serra, cordilheira, montanha.

Bonfim, do
HA p. 350

Caraça, do
HA p. 325, 327, 332

Congonhas, das
HA p. 90, 91, 93, 94, 105, 158, 166, 167, 168,
188, 215

Congonhas, das
Ver também Curral, do

Contagem, da
HA p. 244, 350

Curral, do
HA p. 90, 91, 94, 158, 235, 239, 241, 244, 246,
270, 304, 309, 311, 350, 358, 375
HM p. 59, 164, 200, 363, 467, 730

Curral, do
Ver também Congonhas, das

Esmeraldas, das
HA p. 122

Espinhaço, do
HA p. 86, 346, 354

Lenheiro, do
HA p. 350

Mantiqueira, da
HA p. 84, 346, 353, 357, 396

Mar, do
HA p. 346, 353

Mário
HA p. 351, 377

Marzagão
HM p. 59

Matosinhos, de
HA p. 215

Matuto, do
HA p. 215

Moeda, da
HA p. 350

Morro Velho de Curral del Rei
HA p. 188

Ouro Branco, do
HA p. 350

Piedade, da
HA p. 188, 244
HM p. 165

Santa Luzia, de
HA p. 215

São José, de
HA p. 348, 349, 355, 356, 357, 374, 381, 382,
413, 417

Taquaril, do
HA p. 215, 246, 263

Vales

Arrudas, do
HM p. 297

Caracará
HA p. 203

Guaiçuí, do
HA p. 323

Leitão, do
HM p. 168, 171, 172

Mogiguaçu
HA p. 146

Navio, do
HA p. 194

Paracatu, do
HA p. 202, 390

Paraíba, do
HM p. 299, 356

Paraopeba, do
HA p. 323, 350

Rio das Velhas, do
HM p. 59

Vargens

Ver Várzeas

Várzeas

Campo plano ou de pouco pendor, planície.

Capão da Posse

HA p. 351

Marçal, do

HA p. 325, 327, 328, 331, 332, 340, 342, 345,
347, 348, 349, 350, 355, 357, 359, 364, 366, 367,
368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 378, 381,
382, 383, 384, 385, 386, 388, 389, 390, 396, 397,
406, 407, 410, 411, 412, 414, 415, 416, 419, 420,
423, 424, 426, 432
HM p. 444

Porto, do

HA p. 348, 349, 356, 417

LOCALIDADES

Arraiais

Locais menores, povoados incluídos, lugarejo,
localidade menor que povoado. Aldeias pequenas.

Abóboras

HA p. 100, 107, 128, 129, 135, 173, 204

Abóboras

Ver também Contagem, Contagem das Abóboras

Aplicação de Bicas

HA p. 178

Arraial Velho

HA p. 90, 105, 117, 119, 126

Arraial Velho

Ver também Santo Antônio da Mouraria

Benfica

HA p. 353, 362, 377

Betim

HA p. 105, 161, 173, 174, 178, 186

Betim

Ver também Capela Nova do Betim

Boa Viagem

Ver Nossa Senhora da Boa Viagem

Bom Sucesso

HA p. 94, 166, 169, 201, 206, 221, 264

Borba, do

Ver Arraial Velho

- Brumado
HA p. 173, 178
- Buritís
HA p. 173
- Cachoeira do Campo
HA p. 141, 281
- Caeté
HA p. 93, 105, 119, 120
HM p. 565
- Camelinho
HM p. 367
- Capela Nova do Betim
HA p. 105, 173, 189, 237
- Capela Nova do Betim
Ver também Betim
- Carmo, do
HA p. 119
- Catas Altas do Mato Dentro
HA p. 325, 327, 332
- Conceição do Brumado
HA p. 174
- Congonhas
HA p. 105, 136, 173, 204, 214, 215, 217, 237, 239
- Congonhas
Ver também Nova Lima
- Congonhas de Sabará
HA p. 94, 232, 239
- Congonhas de Sabará
Ver também Nova Lima
- Contagem
HA p. 100, 105, 107, 108, 119, 161, 166, 173,
174, 178, 189, 200, 215, 237, 241, 246
HM p. 376
- Contagem
Ver também Abóboras, Contagem das Abóboras
- Contagem das Abóboras
HA p. 125, 173, 186, 204
- Contagem das Abóboras
Ver também Abóboras, Contagem das Abóboras
- Curral del Rei
HA p. 94, 98, 99, 100, 102, 105, 107, 108, 109,
112, 115, 116, 117, 119, 122, 124, 125, 126, 129,
130, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 142,
144, 155, 156, 158, 160, 163, 164, 167, 168, 170,
172, 173, 174, 177, 178, 182, 184, 185(gravura),
186, 189, 190, 210, 212, 213, 214, 215, 217, 218,
220, 221, 223, 224, 225 (foto), 229, 230, 232,
239, 260, 268, 270, 271, 301, 309, 311, 312, 317,
332, 430 (foto)
HM p. 74, 367, 368 (foto), 395, 570, 668, 673, 730
- Gouveia
HM p. 367
- Ibituruna
HA p. 84
- Itatiaiuçu
HA p. 105, 173, 178
- Itaverava
HA p. 90, 113
- Jequitibá
HA p. 288, 290, 309, 359
HM p. 367
- Jesus, Maria e José
HA p. 174
- Lagoa Santa
HA p. 84, 246, 309
- Lapinha
Ver São João do Sumidouro
- Mateus Leme
HA p. 173, 174, 178
- Matias Barbosa
HA p. 362
- Matias Cardoso
HA p. 117, 139
- Matosinhos
HA p. 246, 309, 311, 414
- Muzambinho
HA p. 390
- Nossa Senhora da Boa Viagem
HA p. 126, 135
HM p. 47
- Nossa Senhora das Neves
HA p. 174
- Nova Lima
HA p. 94, 105, 232, 239
- Nova Lima
Ver também Congonhas e Congonhas do Sabará

Ouro Bueno HA p. 170	Santo Antônio da Mouraria Ver também Arraial Velho
Paraítinga HA p. 89	Santo Antônio da Roça Grande HA p. 105, 107, 125, 160
Paraopeba HA p. 88, 113, 128, 166, 244	Santo Antônio do Bom Retiro HA p. 136
Passagem do Paraopeba HA p. 129, 130	Santo Antônio do Rio Acima HA p. 232
Pedra do Sino HM p. 470	Santo Antônio do Rio do Peixe HA p. 295
Piedade do Paraopeba HA p. 173, 174, 178	São João do Sumidouro HA p. 84
Pinto HA p. 236, 270, 351, 375 HM p. 87, 91, 93, 180, 286	São Miguel HA p. 136
Pitangui HA p. 91, 122, 125, 142	Serro Frio HA p. 102, 126, 136
Piteiras HA p. 270 HM p. 78, 79, 367	Sete Lagoas HA p. 129, 173, 178, 230, 309, 311, 312
Raposos HA p. 105, 136, 160, 173, 215, 232 HM p. 59	Sítio HA p. 357, 413
Registro das Abóboras Ver Contagem das Abóboras	Sumidouro HA p. 88, 90
Ressaquinha HA p. 221	Tejuco HA p. 126, 191, 197, 199, 200, 207
Ribeirão de Jaboticatubas HA p. 332	Traíras HA p. 308
Rio das Flores HM p. 677	Várzea de Matosinhos HA p. 348, 349
Rio das Pedras HA p. 232	Venda Nova HA p. 173, 189, 192, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 214, 215, 220, 241, 246 HM p. 59, 78, 367
Rio das Velhas HA p. 90, 99	Vespasiano HM p. 69, 367, 470
Rio Manso HA p. 173, 178	Vila Nova de Lima Ver Congonhas
Roça Grande Ver Santo Antônio da Roça Grande	Bairros
Santana HA p. 149	Cada uma das partes principais em que se divide uma cidade.
Santa Quitéria HA p. 173, 174, 178, 215, 221, 237	Alto da Estação HM p. 65, 350, 369, 382, 538, 638
Santo Antônio da Mouraria HA p. 90, 125, 136	Alto da Estação Ver também Favela, Floresta

- Carlos Prates
HM p. 620
- Comércio
HM p. 739
- Córrego do Leitão
Ver Leitão
- Favela
HM p. 65, 350, 369, 382, 538, 638, 663, 666, 746
- Favela
Ver também Alto da Estação, Floresta
- Floresta
HA p. 239, 246
HM p. 65, 460, 534, 538, 542 (foto), 543, 635, 638
- Floresta
Ver também Alto da Estação, Favela
- Funcionários
HM p. 515, 520 (foto), 522, 526, 739
- Lagoinha
HA p. 196, 201, ?, 270
HM p. 48, 169, 180, 367, 369, 402, 620
- Leitão, do
HM p. 350, 369, 638, 663, 666
- Morro da Estação
Ver Alto da Estação
- Pinto, do
HM p. 168
- Santa Efigênia
HM p. 51, 369, 620
- Santa Teresa
HM p. 620
- Santo Antônio
HM p. 620
- Serra
HM p. 620, 643, 691
- Cidades
Nome comum às povoações de maior importância e grandeza.
- Alto Rio Doce
HM p. 354
- Araxá
HA p. 390
- Barbacena
HA p. 299, 316, 328, 331, 332, 340, 342, 345, 347, 351, 352, 355, 357, 359, 363, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 375, 378, 381, 382, 383, 386, 387, 388, 389, 390, 395, 397, 400, 402, 403, 404, 406, 407, 410, 413, 414, 423, 426, 427, 429
HM p. 23, 59, 113, 179, 232, 382, 389, 444, 656, 659, 666, 730, 739, 741, 766, 768
- Bonfim
Ver também Santana do Paraopeba (Vila)
- Congonhas de Sabará
Ver Nova Lima
- Conselheiro Lafaiete
HM p. 60, 61, 64, 302, 359, 363, 441, 470, 473, 713, 716
- Curvelo
HA p. 288
- Diamantina
HA p. 126, 295, 354
HM p. 367, 397, 635
- Diamantina
Ver também Tejuco
- Itabira do Mato Dentro
HA p. 119, 309, 325
HM p. 470
- Juiz de Fora
HA p. 235, 305, 312, 327, 331, 332, 340, 342, 345, 347, 353, 355, 360, 361, 362, 363, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 377, 378, 379, 381, 382, 383, 384, 386, 388, 389, 390, 396, 397, 410
HM p. 174, 382, 389, 399, 404, 410, 444, 571, 584, 593, 619, 671, 677, 775
- Lafaiete
Ver *Conselheiro Lafaiete*
- Lavras
HA p. 348
- Mariana
HA p. 178, 252, 279, 280, 281, 282 (foto)
- Mariana
Ver Ribeirão do Carmo (Arraial)
- Nova Lima
HA p. 105, 232

Ouro Preto

HA p. 91, 113, 119, 221, 231, 252, 256, 279, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 291, 293, 294, 296, 297, 299, 300, 304, 305, 307, 309, 312, 316, 320, 322, 323, 326, 330, 334, 335, 390, 400, 401, 402, 403, 405, 407, 409, 410, 422, 428, 431, 432
 HM p. 24, 25, 28, 29, 44, 51, 60, 68, 74, 77, 102, 115, 137, 175, 176, 179, 230, 232, 234, 238, 240, 245, 253, 260, 261, 274, 282, 300, 336, 339, 340, 366, 377, 379, 382, 383, 385, 386, 389, 400, 403, 407, 409, 410, 413, 416, 430, 437, 445, 460, 462, 504, 509, 511, 515, 517, 518, 519, 522, 583, 591, 593, 608, 637, 642, 646, 648, 649, 650, 655, 672, 677, 685, 719, 722, 724, 725, 730, 736, 777

Ouro Preto

Ver também Vila Rica, Vila Rica (Vila)

Pará de Minas

Ver Patufufio (Vila)

Peçanha

HA p. 309, 390

Pirapora

HA p. 308, 399

Poços de Caldas

HM p. 619

Pouso Alegre

HM p. 374, 676

Queluz

HM p. 470

Rio das Mortes

HA p. 138

Rio das Velhas

HA p. 124, 126, 138, 139, 142, 171, 174

Sabará

HA p. 91, 102, 108, 117, 118, 119, 124, 125, 133, 135, 138, 142, 163, 173, 174, 179, 182, 189, 196, 210, 212, 214, 215, 217, 221, 222, 223, 225, 226, 228, 230, 232, 234, 237, 239, 243, 246, 256, 260, 262, 299, 308, 309, 311, 316, 317, 350, 391, 397, 427, 431, 432
 HM p. 23, 24, 26, 28, 48, 51, 57, 59, 64, 65, 71, 75, 77, 97, 111, 129, 175, 179, 200, 232, 242, 247, 269, 271, 347, 350, 384, 388, 389, 446, 470, 594, 641, 646, 724, 725

Sabará-buçu

Ver Sabará

Santa Bárbara

HA p. 136, 325

HM p. 68, 650

Santa Luzia

HA p. 173, 217, 234, 239, 246, 308, 311, 332, 391
 HM p. 24, 232, 470, 730

Santa Luzia do Rio das Velhas

Ver Santa Luzia

São Gonçalo do Sapucaí

HA p. 304, 307, 390

São João del Rei

HA p. 125, 133, 283, 286, 297, 299, 328, 348, 350, 357, 359, 364, 372, 386, 414, 416, 417

HM p. 105, 775

Serro

HA p. 288, 295

Tiradentes

HA p. 328, 350

Vila Nova de Lima

Ver Nova Lima

Vila Real de Sabará

Ver Sabará

Vila Rica

HA p. 138, 142, 164, 170, 279, 281, 282, 303

Vila Rica

Ver também Vila Rica (Vila), Ouro Preto

Colônias

População de emigrantes

Barreiro

HM p. 712, 713

Carandaí

HA p. 348, 349

Felizardo

HA p. 348, 349

Mariano

HA p. 353

Fazendas

Propriedade rústica, herdade.

Água Branca

HA p. 200, 201

Ana Maria

HA p. 207

Areias, das

HA p. 192

Bananal, do

HA p. 197, 200, 202, 205

- Barreiro, do
HA p. 191, 194
HM p. 90, 94, 288
- Barreiro de Cima, do
HA p. 241
- Batista
HA p. 241
- Bento Pires
HA p. 192, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 203,
207, 209, 241
- Boa Vista, da
HA p. 191, 192, 194, 201, 203, 362
HM p. 91
- Bom Jesus do Sumidouro
HA p. 204
- Bom Sucesso
HA p. 196, 198, 206
- Braga, do
HA p. 191, 194, 201, 204, 205, 207
- Cachoeira
HA p. 191, 192, 196, 198, 199, 205, 208
- Cachoeirinha
HA p. 192, 197, 200, 202, 205, 243
- Cactano Cego, do
HM p. 92
- Calafate, do
HA p. 196, 198, 204
HM p. 641, 712
- Campo, do
HA p. 202
- Campo Alêgre
HA p. 192, 204, 309, 311
- Capão, do
HA p. 195, 196, 203, 205, 207, 209, 243, 246
HM p. 90
- Capão Grande, do
HA p. 167, 168, 195, 200, 245
- Capão Pequeno, do
HA p. 167, 168, 195, 200
HM p. 288
- Cardoso
HA p. 243
- Carijós
HA p. 194, 197, 201, 202, 203, 207
- Carneiros, dos
HA p. 200, 201, 205, 241
- Casado, do
HA p. 194, 197, 198, 205, 206
- Cercadinho, do
HA p. 108, 169, 196, 241
HM p. 288, 712
- Cercado, do
HA p. 94, 98, 100, 107, 108, 112, 116, 163, 164,
165, 166, 167, 168, 169, 191, 196, 197, 198, 200,
241
HM p. 367
- Coqueiros, dos
HA p. 178, 241
- Del Rei
HM p. 585
- Embiras, das
HA p. 192, 196, 198, 205, 208
- Engenho, do
HA p. 192, 197, 199, 200, 202, 208, 209
- Engenho Nogueira
HA p. 199, 241
- Floriano
HA p. 207
- Freitas, do
HA p. 243
HM p. 93, 657
- Fretais, do
HA p. 192, 194, 203
- Fretais de Baixo, do
HA p. 192
- Galheiro, do
HA p. 354
- Gameleira, da
HA p. 213
- Gangorra
HA p. 205, 209
- Geraldo, do
HA p. 206
- Horto Florestal
Ver João Cândido Martins
- Jaguara, do
HA p. 309, 311
- Jatobá, do
HA p. 178, 197, 200, 203, 241
- João Caldas, de
HM p. 92

João Cândido Martins HA p. 243	Pacheco HA p. 205, 207
João Cleto HA p. 205	Palmital, do HA p. 192, 194, 196, 198, 199, 200, 205 HM p. 90, 93
Lages, das HM p. 24	Pampulha HA p. 192, 198, 201, 205, 208, 209, 221, 241
Lagoa HA p. 192	Pantana, da HA p. 197
Leitão, do HA p. 204 HM p. 91, 288, 312, 351	Pastinho, do HA p. 192, 241
Macedo, do HA p. 207	Peão HA p. 241
Maravilha, da HA p. 202, 207	Pilões, dos HA p. 197, 201, 202, 203, 207
Maravilha de Cima, da HA p. 202	Pindaibas, das HA p. 192, 194
Mariana HA p. 207	Pintos HA p. 186
Mato Grosso HA p. 198, 203, 207	Quilombo HA p. 186, 192, 197, 202, 203
Matos HA p. 192, 206	Redondo HA p. 186
Matuto, do HA p. 191, 192	Ressaca HA p. 209
Mutuca, da HA p. 194, 202	Retiro, do HA p. 196, 197, 201
Mergulhão HA p. 192, 198, 199, 208	Saco, do HA p. 192 HM p. 92
Monjolo, do HA p. 194, 203	Saco Grande, do HA p. 195
Neves, das HA p. 192, 201, 202	São João HA p. 208
Nogueiras HA p. 198, 208	São João Batista HA p. 198, 205, 208, 243
Nova Floresta HA p. 197, 201, 215, 241, 264	Senhor Bom Jesus, do HA p. 199
Olaria, da HA p. 178, 197, 200	Senhora das Dores, de HA p. 194
Olhos d'Água HA p. 241	Soares, do HA p. 203
Onça HA p. 195	Sobradinho HA p. 202

Sobrado, do
HA p. 192, 199, 202, 206, 209

Sumidouro, do
HA p. 194

Taquaril
HM p. 288, 712

Tejuco
HA p. 194, 200

Tenente
HA p. 197

Tombadouro
HA p. 207, 243

Tucambira
HA p. 136

Venda Nova
HA p. 203

Lavras

Terreno de mineração, mina - cavidade, veio no seio da terra de onde se extraem quaisquer substâncias líquidas ou sólidas.

Capão
HA p. 102

Congonhas
HA p. 102, 239

Cuiabá
HA p. 151, 152

Curral del Rei
HA p. 99, 100

D. Florisbela
HA p. 102

Duffles
HA p. 102

Espírito Santo
HA p. 102

Faria
HA p. 102

Gabiroba
HA p. 102

Gaia
HA p. 102

Glória
HA p. 102

Morro Velho
Ver Congonhas

Papa Farinha
HA p. 102

Pissarão
HA p. 102

Raposos
HA p. 102

Rio das Velhas
HA p. 90

Sabarã-buçú
HA p. 81, 83, 86, 88, 89, 90, 119, 125, 279

Taquaril
HA p. 102

Vila Boa de Goiás
HA p. 98, 141

Locais

Lugar, localidade, sítio

Acaba-Mundo
HM p. 457, 462, 471 (foto)

Alagoinhas
HA p. 93
HM p. 91, 92

Almeida
HA p. 332

Alto do Cruzeiro
HA p. 94
HM p. 110, 180, 232, 404, 620

Alto do Cruzeiro
Ver também Cruzeiro

Alto do Fidalgo
HA p. 89

Aranha
HA p. 173, 178

Areias
HA p. 197, 201, 203, 205, 206, 207

Arrudas
HA p. 237
HM p. 57, 61, 73 (foto), 82, 86, 90, 449, 660

Bananal
HA p. 201

Barra
HA p. 117

- Barra Mansa
HA p. 348
- Barra do Tejuco
HA p. 200
- Barra do Jequitibá
HA p. 309, 311
- Barreiro
HA p. 194, 195, 196, 197, 206
HM p. 87
- Barro Preto
HA p. 102, 112
HM p. 81, 89, 91
- Barroca
HM p. 199, 286
- Bento Pires
HA p. 105, 198, 200, 204, 205, 208, 270
HM p. 78, 79
- Boa Vista
HA p. 197, 198, 204, 205, 206
HM p. 165, 171, 180, 286
- Bolina
HA p. 204
HM p. 85
- Bom Sucesso
HA p. 221
- Cachoeira
HA p. 205
HM p. 78, 79
- Cachoeirinha
HA p. 202, 203
- Calafate
HA p. 107, 169, 201, 259, 264, 268
HM p. 78, 79, 92, 591, 620, 712, 713
- Caláju
HM p. 93
- Calcário
HM p. 458
- Camacho
HA p. 208
- Campanhã
HA p. 205
- Campo
HA p. 209
- Campo Alegre
HA p. 203
- Campos do Mamede
HA p. 208
- Cancela
HA p. 194, 200, 208
HM p. 93, 94
- Cândido
HM p. 286
- Capão
HA p. 205, 207
HM p. 311
- Caracará
HA p. 204
HM p. 458, 716
- Carapuça
HM p. 286, 458, 466, 472 (quadro)
- Cardoso
HA p. 107, 203, 205, 245, 270
HM p. 51, 78, 79, 286, 311, 379, 446, 449, 458, 466, 472 (quadro), 687
- Cercadinho
HA p. 94, 195, 198, 204
HM p. 92, 286, 691
- Cercado
HA p. 91, 113, 197, 204, 205, 206
- Coqueiros
HA p. 203
- Corguinho
HA p. 206
- Correias
HM p. 89
- Cruzeiro
HA p. 304
HM p. 199, 286, 292, 691, 692
- Cruzeiro
Ver também Alto do Cruzeiro
- Cunha
HM p. 199, 286
- Diamante do Brejo
HA p. 201
- Engenho do Bento Pires
HA p. 195
- Felipe da Costa
HM p. 89
- Freitas
HA p. 107, 270
HM p. 379, 446, 449, 570, 571, 572, 660, 683

Fretais

HA p. 206

Gameleira

HA p. 167

General Carneiro

HA p. 107

HM p. 64, 65, 69, 265, 300, 302, 356, 359, 362, 363, 364, 439, 441, 442, 444, 445, 446, 449, 451, 456, 457, 458, 470, 642, 646, 648, 649, 651, 652, 687, 739, 741, 775

Gorduras

HA p. 197

Honório Bicalho

HM p. 59

Horto Florestal

HA p. 243

Jatobá

HA p. 215

João Aires

HA p. 357

João Carlos

HA p. 264, 270

HM p. 78, 79

Lagoa Bonita

HM p. 89

Lagoinha

HM p. 84, 88, 93, 94, 286, 309, 311, 312, 732

Lobeira

HM p. 85

Macacos

HA p. 127

Macedo

HA p. 206

Madeira

HA p. 197

Maria Pereira

HA p. 166

Marzagão

HA p. 107

HM p. 51

Mato Limpo

HA p. 204

Matuto

HA p. 198, 206

Menezes

HA p. 270

HM p. 286, 603, 732

Mergulhão

HA p. 192, 201

Monjolos

HA p. 203

Morro da Estação

HA p. 245

Morro Redondo

HM p. 85, 200

Morro Velho

HA p. 239

Mutuca

HA p. 173

Muzongue

HA p. 206, 207

Navio

HM p. 89, 92, 311

Neves

HA p. 173, 203

Nogueira

HA p. 107

Nova Floresta

HA p. 205

Nova Imprensa

HM p. 458

Olaria

HA p. 195, 200

HM p. 311

Olaria da Cava

HM p. 90

Olhos d'Água

HA p. 197, 202, 205, 207, 215

Oliveira

HA p. 192

Onça

HA p. 192

Palmital

HA p. 127, 130, 204, 207, 208

Pampulha

HA p. 196, 197, 198, 199, 205, 206, 208, 209, 221

- Paraúna
 HA p. 322, 326, 327, 331, 332, 340, 342, 345,
 347, 354, 355, 363, 366, 367, 368, 369, 370, 371,
 372, 377, 379, 381, 383, 385, 386, 388, 389, 390,
 391, 395, 410
- Pastinho
 HA p. 197, 200, 201, 205, 264
 HM p. 286
- Pasto
 HA p. 203, 206
 HM p. 286
- Pedra
 HM p. 286
- Pindaíbas
 HA p. 197, 200, 202, 204, 205, 206, 208
- Ponte Nova
 HA p. 359
- Porto Velho
 HA p. 146
- Quinta do Sumidouro
 HA p. 309, 311
- Rabelo
 HM p. 286
- Redondo
 HM p. 286
- Ressaca
 HA p. 192, 197, 198, 201, 202, 205, 206, 208,
 209, 264
- Retiro
 HM p. 90
- Ribeirão
 HA p. 192, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 203,
 204, 205
- Ribeirão da Onça
 HA p. 195
- Saco
 HA p. 107, 196
 HM p. 689
- Saco das Cavalas
 HA p. 196
- Saco das Pedras
 HA p. 204, 207
- Saco Grande
 HA p. 195, 205
- Santa Cruz
 HA p. 351, 375
- São Francisco
 HA p. 325, 359
- Serra
 HA p. 195, 201, 204, 236
- Sobradinho
 HA p. 192, 195, 197, 198, 199, 202, 206, 207, 399
- Sobrado
 HA p. 206
- Sumidouro
 HA p. 88, 90, 195, 204, 207
- Taboleiro
 HA p. 196
- Tapera
 HA p. 203
- Tijuco
 HA p. 215
- Tombadouro
 HA p. 207
- Urubu
 HA p. 206
- Vargem
 HA p. 199
- Vargem Formosa
 HA p. 200
- Pedreira
 Lugar de onde se extrai pedra.
- Acaba-Mundo
 HA p. 270
 HM p. 457, 467, 468 (foto), 471 (foto), 644, 645,
 648, 652, 689, 694, 714, 715
- Calcário
 HM p. 452, 457, 458
- Carapuça
 HM p. 451, 473, 652, 715, 741
- Cardoso
 HM p. 715
- Lagoinha
 HM p. 457, 458, 467, 472, 537, 715
- Viação, da
 HM p. 457, 458, 467, 652, 694, 715

Regiões

Território que se distingue de outros próximos por condições particulares de clima, de produção, etc.

Mata

HA p. 388

Vilas

Povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a uma aldeia.

Guaicuí

HA p. 290, 304

Patufufio

HA p. 178

Ribeirão do Carmo

HA p. 91, 113, 117, 119, 133, 160, 279, 280, 281 (foto)

Santana do Paraopeba

HA p. 84

Vila da Rainha

HA p. 120

Vila do Carmo

HA p. 120, 125

Vila Carmo

Ver também Ribeirão do Carmo

Vila do Infante

HA p. 120

Vila do Príncipe

HA p. 120, 125

Vila Nova

HA p. 256

Vila Nova da Rainha

HA p. 136

Vila Nova de Lima

HA p. 105, 239, 241
HM p. 59

Vila Real de Nossa Senhora da Conceição

HA p. 131, 136

Vila Real de Sabará

HA p. 120, 122

Vila Real de Sabará

Ver também Sabará (Cidade)

Vila Rica

HA p. 102, 120, 125, 133, 281

Vila Rica

Ver também Vila Rica (Cidade)

LOGRADOUROS

Avenidas

A

Ver Afonso Pena

Afonso Pena

HA p. 263

HM p. 247, 253, 255, 269, 288, 374, 383, 392 (foto), 404, 406, 458, 462, 463, 465, 470, 497, 500, 538, 573, 579 (foto), 580 (foto), 620, 630, 631 (foto), 633, 642, 643, 645, 646, 648, 650, 677, 688, 690, 731, 732, 747

Álvares Cabral

HA p. 211 (foto), 244, 246, 257
HM p. 254, 536 (foto), 659

Amazonas

HM p. 254, 406, 457, 463, 500, 538, 541, 633, 635, 731, 735, 746

Araguaia

HM p. 254

Araguari

HM p. 254

Brasil

HM p. 253, 404, 485, 509

Brasil

Ver também Floriano Peixoto

Carandaí

HM p. 96 (foto), 254, 383, 573

Comércio

HM p. 180, 230, 254, 288, 406

Contorno

HM p. 254, 351, 403, 413, 460, 538, 543, 620, 635, 647, 691

Cristóvão Colombo

HA p. 258
HM p. 53, 287, 556, 603

Dezessete de Dezembro

Ver Contorno

E

HM p. 691

Floriano Peixoto

HM p. 509, 755

Floriano Peixoto

Ver também Brasil

- G
Ver Brasil
- H
HM p. 691
- Itacolomi
HM p. 254
- J
HM p. 691
- João Pinheiro
HA p. 246, 263
HM p. 65, 444, 535 (foto)
- João Pinheiro
Ver também Liberdade
- L
HM p. 691
- Liberdade
HM p. 254, 288, 404, 463, 465, 485, 511, 632, 633, 635, 636, 678, 688, 691, 725, 735, 740 (foto), 755, 766, 767, 768
- Liberdade
Ver também João Pinheiro
- M
HM p. 691
- Mantiqueira
HM p. 254
- N
Ver Liberdade
- O
HM p. 691
- Oiapoque
HM p. 254, 537
- Oswaldo Cruz
HM p. 383
- Paraíbuna
HM p. 254
- Paraná
HA p. 179, 246
HM p. 254, 633
- Paraopeba
HA p. 245
HM p. 254, 508, 633, 635
- Paraúna
HM p. 254
- Parque
HM p. 254
- Prado
HM p. 254
- Q
HM p. 691
- Ramal
HM p. 254
- São Francisco
HM p. 254, 406, 658
- Tocantins
HM p. 254, 351, 403, 689, 693
- V
HM p. 691
- Z
HM p. 691
- Becos
- Barroca, da
HA p. 245
HM p. 88, 200
- Basílio, do
HA p. 245
- Chácara, da
HA p. 245
HM p. 200
- Fonte Grande
HA p. 245
HM p. 200
- Francisco Cândido
HM p. 200
- Francisco Lúcio
HA p. 245
- Gentio, do
HA p. 245
- Gervásio, do
HA p. 245
HM p. 81, 82, 85, 86, 94, 200, 538, 649
- João Lélis, do
HM p. 200
- Major Cândido, do
HA p. 245
HM p. 200
- Pimpão, do
HA p. 245
- Siá Merenciana
Ver Vitorino

Vitorino, do

HA p. 245

HM p. 104 (foto), 460, 538, 609

Vitorino, do

Ver também Gervásio, do

Estações

General Carneiro

HM p. 57, 60, 61, 62 (foto), 64, 65, 68, 283, 298, 307, 308, 316, 357, 358, 362, 363, 379, 439, 441, 442, 444, 445, 446, 642, 660, 666, 679, 687, 722

Miguel Burnier

HM p. 730

Estradas

Marzagão, de

HM p. 51

Paulo Afonso, de

HA p. 308

Sabará, de

HM p. 200, 269

Venda Nova, de

HM p. 59, 297

Largos

Boa Viagem, da

Ver Matriz, da

Congresso, do

HM p. 452, 457, 458

Liberdade, da

HM p. 452

Matriz, da

HA p. 222 (foto), 243, 245, 248, 249 (foto), 310
HM p. 24, 26, 51, 82, 85, 88, 89, 92, 94, 180, 186, 187 (foto), 188, 200, 269, 310, 311, 312, 374, 375 (foto), 392, 395, 433, 534, 537, 538, 609, 657, 658, 660

Mercado, do

HM p. 452, 453

Rosário, do

HA p. 244, 245, 246, 257

HM p. 88, 110, 165, 200, 309, 437, 462, 536 (foto), 537, 538, 539, 576, 607 (foto), 610 (foto), 643, 647

Paradas

Marzagão

HM p. 307, 379, 442, 444, 446, 449, 687

Parques

Chácara

HA p. 245, 430 (foto)

HM p. 26, 56, 580, 648

Chácara

Ver também Parque Municipal

Parque Municipal

HA p. 239, 245

HM p. 255, 269, 287, 370, 374, 381 (foto), 383, 384, 401, 403, 463, 511, 522, 561 (foto), 565, 566 (foto), 576, 577, 578 (foto), 580, 581, 645, 648, 652, 682, 689, 692, 731, 766

Pontes

Lagoinha, da

HM p. 48, 715

Saco, do

HA p. 205, 207, 270

HM p. 88, 89, 90, 310, 369, 715

Serra, da

HM p. 286, 716

Praças

América

HM p. 253

Ametista

HM p. 254, 265

Belo Horizonte

HM p. 253, 509

Benjamim Constant

HM p. 253, 381 (foto), 509

Catorze de Fevereiro

HM p. 253

Catorze de Julho

HM p. 253

Catorze de Outubro

HM p. 253

Catorze de Setembro

HM p. 253

Cruzeiro

HA p. 263

HM p. 253, 265, 499 (foto), 556

Doze de Outubro

HA p. 121, 245

HM p. 369

Escolas

HM p. 253

Esmeralda HM p. 254	Topázio HM p. 254
Estação, da HM p. 180, 192, 233 (foto), 253, 402, 403, 404, 406, 463, 538, 539, 693, 715, 746	Três de Maio HM p. 253
Federação, da HM p. 253	Treze de Maio HM p. 253
José Bonifácio HM p. 253	Turquesa HM p. 254
Liberdade, da HA p. 244, 245, 263 HM p. 248, 253, 369, 384, 457, 462, 467, 485, 486, 494, 620, 688, 691, 738, 745, 746 (foto); 767, 768	Vinte e Quatro de Fevereiro HM p. 253
Marechal Deodoro HM p. 253	Vinte e Um de Abril HM p. 253
Mercado, do HM p. 288, 402, 403, 404, 457, 458, 689, 694, 713	Ruas
Mercado, do Ver também Rio Branco	Abaeté HM p. 254
Opala HM p. 254	Adalberto Ferraz HA p. 270
Progresso HM p. 253	Adamina HM p. 254
Quinze de Junho HM p. 253	Aimorés HA p. 245 HM p. 254, 632, 732
Quinze de Novembro HM p. 253	Aituroca HM p. 254
República, da HM p. 253, 288, 511, 645	Alagoas HA p. 222, 244, 245, 246 HM p. 53, 254, 635
Rio Branco HM p. 620	Albita HM p. 254
Rio Branco Ver também Mercado	Além Paraíba HM p. 254
Rubi HM p. 254	Alfenas HM p. 254, 638
Safira HM p. 254	Almandina HM p. 254
Sete de Setembro HM p. 253, 541	Alto Rio Doce HM p. 254
Sete de Setembro (Cruzeiro) HM p. 404	Alvarenga Peixoto HM p. 254, 503
Tiradentes HM p. 253	Álvares Maciel HM p. 254, 620
	Amianto HM p. 254

Andes HM p. 254	Blenda HM p. 254
Andesita HM p. 254	Boa Vista HA p. 228, 236, 257, 258 HM p. 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 104 (foto), 200, 248, 312, 462, 474 (foto), 539, 552
Anfibólios HM p. 254	Bonfim HM p. 638
Angito HM p. 254	Borba Gato HM p. 254
Anhanguera HM p. 254	Buriti HM p. 254
Antônio de Albuquerque HM p. 254	Caetés HM p. 254, 457, 463, 465, 538, 539, 633, 635, 652, 654, 735, 746
Aqueduto HM p. 200	Calcedônia HM p. 254
Ará HM p. 254	Caldas HM p. 254
Araçuaí HM p. 254	Cambuci HM p. 254
Arapé HM p. 254	Campanha HM p. 254
Araxá HM p. 254	Campo Belo HM p. 254
Ardósia HM p. 254	Capão, do HA p. 236, 245, 248, 310 (foto), 433 (foto) HM p. 26, 53 (foto), 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 109 (foto), 180, 200, 308, 309, 310, 311, 312, 352, 375 (foto), 538, 630, 679
Baependi HM p. 254	Caparaó HM p. 254
Baetita HM p. 254	Capim, do HA p. 245 HM p. 87, 88, 92, 93, 94, 370, 462, 538, 539
Bagagem HM p. 254	Caraça HM p. 254
Bahia HA p. 244, 245, 257 HM p. 254, 372 (foto), 403, 404, 463, 465, 500, 503, 508, 539, 607 (foto), 632, 635, 746	Carangola HM p. 254
Bambuí HM p. 254	Caratinga HM p. 254
Barbacena HM p. 254	Carijós HA p. 179, 246 HM p. 254, 537, 539, 632, 633, 635
Baritina HM p. 254	Carlota Dias HM p. 84, 88, 200
Berilo HM p. 254	
Bernardo Guimarães HM p. 65, 254, 485, 511	

Catorze HM p. 691	de Trás Ver Trás, rua de
Cassiterita HM p. 254	Dez HM p. 690
Caxambu HM p. 254	Dezenove HM p. 690
Ccará HM p. 254	Dezesseis HM p. 690
Cerusa HM p. 254	Dezoito HM p. 691
Chapecô HM p. 254	Diabase HM p. 254, 620
Chopin HM p. 254	Dialogita HM p. 254
Chumbo HM p. 254, 629 (foto), 691	Diamantina IIA p. 270 HM p. 254
Cinábrio HM p. 254	Dilomia HM p. 254
Cinofana HM p. 254	Diorita HM p. 254
Cláudio Manoel HA p. 244 HM p. 254, 511, 715	Domingos Vieira HM p. 254
Cobalto HM p. 254	Doze IIM p. 691
Cobre HM p. 254	Emboabas HM p. 254
Comércio HA p. 236, 245 HM p. 87, 88, 89, 310, 311, 538, 539	Erê HM p. 254
Congonhas HA p. 121, 236, 245 HM p. 82, 84, 85, 86, 87, 89, 92, 180, 200, 461(foto)	Esmaltina HM p. 254
Contagem HM p. 620	Espírito Santo HA p. 244, 245 HM p. 254, 457, 458, 462, 465, 470, 508, 536 (foto), 607 (foto), 633, 635
Cristal HM p. 254	Estibina HM p. 254
Cristina HM p. 254	Euclásio HM p. 254
Curitiba HM p. 254, 537, 633	Felipe dos Santos HM p. 254
Curvelo HM p. 254	Fernandes Tourinho HM p. 254
	Ferro HM p. 254

Flores, das HA p. 299	Inconfidentes HM p. 254
Formiga HA p. 270 HM p. 254	Indaiá HM p. 254
Frutal HM p. 254	Inhaúma HM p. 254
Fuchista HM p. 254	Itabira HM p. 254
Galena HM p. 254	Itabirito HM p. 254
General Deodoro HA p. 228, 231, 236, 245, 248, 257, 263, 265 (foto) HM p. 45, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 93, 94, 104 (foto), 180, 265, 308, 309, 310, 311, 313, 349 (foto), 350, 370, 373 (foto), 374, 384, 391, 460, 538, 539, 606, 632, 643, 647, 649, 657, 658, 722	Itacamita HM p. 254
General Deodoro Ver também Saco, do	Itacolomito HM p. 254
Goiás HM p. 463, 537	Itajubá HM p. 254
Goitacases HM p. 254, 635	Itambé HM p. 254
Gonçalves Dias HM p. 254, 485, 503	Itapecerica HA p. 270 HM p. 254
Grafito HM p. 254	Itatiaia HM p. 254
Granada HM p. 254	Itinga HM p. 254
Grão Mogol HM p. 254, 638, 691	Jacuí HM p. 254
Grão Pará HM p. 254	Jacutinga HM p. 254
Guaicuí HM p. 254	Jaguari HM p. 254
Guaicurus HM p. 254	Januária HM p. 254, 413
Guajajaras HA p. 244, 263, 265 (foto) HM p. 254, 444, 458, 465, 535 (foto), 536 (foto), 607 (foto), 632, 633, 635, 636, 735, 746	Jaspe HM p. 254
Guarani HM p. 254, 635, 658, 731	Jequitinhonha HM p. 254
Hematita HM p. 254	Juiz de Fora HM p. 254
	Lambari HM p. 254
	Lavras HM p. 254, 691

Lazulita HM p. 254	Montes Claros HM p. 254
Leitão, do HM p. 89	Moscovita HM p. 254
Leopoldina HM p. 254	Mucuri HM p. 254
Leste HM p. 254	Muriaé HM p. 254
Liberdade HM p. 254	Muzambinho HM p. 254
Linhito HM p. 254	Níquel HM p. 254
Luerina HM p. 254	Niquelina HM p. 254
Malaquisto HM p. 254	Nove HM p. 688, 691
Maltito HM p. 254	Nunes Viana HM p. 254
Manaus HM p. 254	Oeste HM p. 254
Manganês HM p. 254	Oito HM p. 691
Manhuaçu HM p. 254	Oligisto HM p. 254
Maranhão HM p. 254	Oliveira HM p. 254
Marcosita HM p. 254	Ônix HM p. 254
Marechal Deodoro Ver General Deodoro	Onze HM p. 691
Mariana HM p. 254	Orenoque HM p. 254
Mármore HM p. 254	Otonis, dos HM p. 254
Matipó HM p. 254	Ouro, do HM p. 254
Mato Grosso HM p. 254	Ouro Fino HM p. 254
Mica HM p. 254	Ouro Preto HM p. 254
Minas Novas HM p. 254	Outono HM p. 254
Monte Alegre HM p. 254	Padre Marinho HM p. 254

Padre Rolim
HM p. 254

Palma
HM p. 254

Palmira
HM p. 254

Pampas
HM p. 254, 620

Paraíba
HM p. 96 (foto), 254, 538, 633, 635

Paracatu
HM p. 254

Paraíbuna
HM p. 254

Patos
HM p. 254

Patrocínio
HM p. 254

Peçanha
HM p. 254

Pergamita
HM p. 254

Pernambuco
HA p. 263
HM p. 25, 254, 514

Piau
HM p. 254

Piauí
HM p. 254

Pico
HM p. 254

Piracicaba
HM p. 254

Piranga
HM p. 254

Pirapetinga
HM p. 254

Pirapora
HM p. 254

Pirites
HM p. 254

Pirolosita
HM p. 254

Piropo
HM p. 254

Pitangui
HM p. 254

Pium-í
HM p. 254

Platina
HM p. 254

Plombagina
HM p. 254

Ponte Nova
HM p. 254

Poperi
HM p. 254

Porfiro
HM p. 254

Pouso Alegre
HM p. 254, 638

Pouso Alto
HM p. 254

Prata
HM p. 254

Primavera
HM p. 254

Quarenta e Três
HM p. 691

Quarenta e Um
HM p. 691

Quartzo
HM p. 254

Quefuz
HM p. 254

Ramal
HM p. 638

Rio das Velhas
HM p. 254

Rio de Janeiro
HM p. 115, 254, 463

Rio Doce
HM p. 254

Rio Grande do Norte
HM p. 254, 638

Rio Grande do Sul
HM p. 254

Rio Novo HM p. 254	Serpentina HM p. 254
Rio Pardo HM p. 254	Serro HM p. 254
Rio Preto HM p. 254, 638	Sete Lagoas HM p. 254
Rosário HA p. 211 (foto), 216 (foto), 228, 236, 245, 257, 265 (foto) HM p. 81, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 230, 310, 311, 313, 363, 371 (foto), 395, 444, 462, 535 (foto), 537, 538, 606, 649	Siclrose HM p. 254
Rutilo HM p. 254	Sienita HM p. 254
Sabará HA p. 225 (foto), 228, 236, 243, 245, 248 HM p. 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96 (foto), 100, 115, 180, 200, 254, 309, 310, 312, 313, 374, 391, 392 (foto), 433, 435, 474 (foto), 537, 538, 539, 583, 585, 639	Silva Jardim HM p. 254
Sabinópolis HM p. 620	Silva Ortiz IIA p. 94
Saco, do HA p. 231	Spath HM p. 254
Saco, do Ver também General Deodoro, rua	Tabajaras HM p. 254
Salinas HM p. 254	Taleito HM p. 254
Santana HA p. 236, 238 (foto), 244, 245, 261 (foto) HM p. 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 538	Tales HM p. 254
Santa Catarina HM p. 254	Tamoios HM p. 115, 254, 406, 463, 500, 538
Santa Rita Durão HA p. 244 HM p. 254, 485	Tapuias HM p. 254
São Paulo HM p. 115, 254, 463, 500, 537, 538, 541, 630, 633, 635, 653, 661, 732	Timbiras HA p. 244, 263 HM p. 391, 444, 535 (foto), 536 (foto), 607 (foto), 630, 635
Sapucaí HM p. 254, 369	Tomás Gonzaga HM p. 254
Seis HM p. 691	Tomé de Sousa HM p. 254
Sergipe HA p. 228 (foto), 244, 246, 258, 263 HM p. 254, 391, 444, 485, 535 (foto), 537, 636	Traíras HM p. 254
	Trás, de HA p. 245 HM p. 82, 84, 85, 86, 87, 88.
	Trás n 1, de HA p. 245 HM p. 666
	Trás n 2, de HA p. 245

Treze
HM p. 691

Trifana
HM p. 254

Trinta e Dois
HM p. 688

Trinta e Cinco
Ver Santa Rita Durão

Trinta e Quatro
HM p. 691

Trinta e Três
HM p. 691

Trinta e Um
HM p. 691

Tupinambás
HM p. 254, 403, 538, 541, 633, 635, 732

Tupis
HM p. 115, 463

Turfa
HM p. 254

Turmalina
HM p. 254

Ubá
HM p. 254

Uberaba
HM p. 254

Uronita
HM p. 254

Urucua
HM p. 254

Varginha
HM p. 254

Viçosa
HM p. 254

Vinte e Dois
HM p. 691

Vinte e Nove
HM p. 691

Vinte e Oito
Ver Espírito Santo

Vinte e Seis
Ver Bahia

Vinte e Sete
HM p. 691

Vinte e Três
HM p. 690

Vinte e Um
HM p. 691

Z
Ver Goiás

Travessas

Jangadeiro
HA p. 304

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

A IMPRENSA Mineira. *A Capital*. Belo Horizonte, p. 1, 25 fev., 1897.

ABREU, Capistrano de. Os primeiros descobridores de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 6, p. 365-377, 1901.

ALMEIDA, José Joaquim Correia de (padre). *Decriptude metromoniaca*. Rio de Janeiro: Tipografia. Laemmert, 1894, p. 33: Incoerência legislativa.

_____. Imparcialidade aarônica. *A Folha*. Barbacena, 23 jul., 1893.

_____. Minha sensata opinião. *A Folha*. Barbacena, 26 nov., 1893.

_____. Para o Curral del Rei. *O Jornal de Minas*. Ouro Preto, 16 abr., 1891.

_____. Neologismo congressual. *A Folha*. Barbacena, 17 dez. 1893.

_____. *Sensaborias métricas*: ou versos piegas. Rio de Janeiro: Tip. Laemmert, 1890.

AMARAL, Francisco Teixeira de. Discurso. MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial, 1867. *Anais*. Ouro Preto, 1867.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A imigração italiana em Minas Gerais: 1896-1915* [s.n.t.]

ANDRADE, Djalma. *História alegre de Belo Horizonte*: comemoração do cinquentenário de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1947.

ANDRADE, Francisco de Assis. Relação dos chefes do governo mineiro e seus secretários. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 24, 1975.

ANUÁRIO DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 2, n. 2, 1954.

ANTONIL [frei João Antônio Andreoni] *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Sousa & Cia, 1837.

AO PÚBLICO. *A Capital*. Belo Horizonte, 21 abr., 1897.

AOS SRS. PROPRIETÁRIOS de Ouro Preto e Belo Horizonte [Anúncio]. *A Capital*. Belo Horizonte, 3 jun., 1897.

ARAÚJO, Aristóteles (Org.) *Almanaque comercial da cidade de Belo Horizonte*: 1923.

ASSASSINATO. *A Capital*. Belo Horizonte, 20 abr. 1896.

AZEVEDO, Djalma Alves de. Não realizou o historiador seu último desejo. *O Diário*. Belo Horizonte, 23 jul., 1959.

_____. Não se perderá a história contemporânea. *O Diário*. Belo Horizonte, 19 ago., 1958.

_____. Ameaçada a história contemporânea da capital. *O Diário*. Belo Horizonte, 10 ago., 1958.

AZEVEDO, Vasco. Carta. *O Contemporâneo*. Sabará, 9 jan., 1894.

AZEVEDO Júnior. A consagração de anteontem. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 23 e 24 abr., 1923.

AZEVEDO Júnior [Nemo]. Prosa serrana. *A Capital*. Belo Horizonte, 8 jul., 1897.

BAETA, Nilton. *A indústria siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

BANCO DE MINAS GERAIS. *Memória econômica da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 1897, Instituições bancárias, financeiras e securitárias.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

- _____. *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção da Família, 1968.
- _____. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.
- _____. *A verdade sobre a história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Precisa, 1985.
- BARRETO, Abílio. Belo Horizonte: memória histórica e descritiva. Documentos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 23, p. 215-349, 1929.
- _____. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. História antiga. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928.
- _____. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. História antiga. 2 ed., Belo Horizonte: Rex, 1936.
- _____. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. História média. Belo Horizonte: Rex, 1936.
- _____. Centenário do Dr. Aarão Reis. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 29 abr., 1953.
- _____. Um pouco da história de Belo Horizonte. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 29 out., 1935.
- _____. Recordar é viver. Teatro e cinematógrafos de Belo Horizonte. *Alterosa*. Belo Horizonte, v. 9, n. 81, jan., 1947.
- _____. *Resumo histórico de Belo Horizonte: 1701-1947*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.
- _____. *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 12 dez., 1947.
- BECHMANN, G. *Distribution d'eau et assainissement*. 2 ed., Paris: Polytechnique, 1899, t. 2.
- BELO HORIZONTE. Portaria n. 967, de 1 de outubro de 1958 [Designa Comissão]. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 3 out., 1958.
- BELO HORIZONTE. Belo Horizonte. *Minas Gerais*. 29 set., 1895, 23 fev., 1896.

BELO Horizonte. *O Contemporâneo*. Sabará, 11 fev., 1894.

BELO Horizonte. *Jornal de Minas*. Ouro Preto, 15 jul., 1891.

BENEVIDES, Antônio Maria Correia de Sá e (dom). Ofício. *O Contemporâneo*. Sabará, 23 set., 1894.

BICALHO, Francisco. Relatório. MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras. *Relatório*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

BILAC, Olavo. Crônica. *Almanaque da Cidade de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 178-179, 1900.

_____. *Poesias*. 10., ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1923. p. 275: O caçador de esmeraldas.

BLAKE, Augusto V. A. Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BRAGA, José Peixoto da Silva. Notícias que dá ao P.M. Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga do que passou da primeira bandeira que entrou ao descobrimento das Minas dos Goias até sair da cidade de Belém do Grão Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 69, t.1, p.217-233, 1906.

BRASIL. Arquivo Nacional. *Documentos históricos*. Rio de Janeiro: Broggio & Reis, 1928. v.1, p. 179: Provisão da serventia de ofício de provedor da Fazenda Real da Vila de São Jorge capitania dos Ilhéus provido na pessoa do capitão João de Araújo de Eça.

BRASIL. Carta Imperial de 23 de novembro de 1837. Concede a Antônio Luís Avelar, por tempo de 15 anos a propriedade e o uso exclusivo de uma máquina de fiar e tecer algodão e lã, que em parte inventou em parte melhorou. *Leis do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, parte 2, p.55.

BRASIL. *Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1897*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, partes 1-2.

BRESSANE, Francisco; AZEVEDO Júnior. Primeiro ano. *A Capital*. Belo Horizonte, 28 jan., 1898.

_____. Prosseguindo. *A Capital*. Belo Horizonte, 4 fev., 1897.

CAMARATE, Alfredo. Calçamento. *A Capital*. Belo Horizonte, 11 fev., 1896.

_____. Julietta Dionesi. *A Capital*. Belo Horizonte, 7 e 14 out., 1897.

_____. Pinceladas. *A Capital*. Belo Horizonte, 3 mar., 1896.

CAMARATE, Alfredo [Alfredo Riancho]. As construções da nova capital. *A Capital*. Belo Horizonte, 10 jun., 1897.

_____. Por montes e vales. *O Contemporâneo*. Sabará, 5 jun., 1894.

_____. _____. *Minas Gerais*. Ouro Preto, 21, 25 e 28 mar., 1894; 1, 5, 8, 11, 15, abr., 1894; 6, 10, 23 maio, 1894; 6 e 7 jun., 1894.

_____. _____. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 36, 1895.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Contagem: origem*. Belo Horizonte: Mazza, 1991.

CAMPOS, Caetano César de. Abastecimento d'água, esgotos, canalização de águas pluviais, modificação dos cursos d'água e drenagem. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista geral dos trabalhos...* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895. v.1.

A CAPITAL. Belo Horizonte, 11 fev., 13 abr., 21 maio, 17 dez., 1896; 4 mar., 10 jun., 22 jul., 1897.

CAPITÃO Lopes. *A Capital*. Belo Horizonte, 15 abr., 1897.

CARTA da Comarca de Tamanduá à Rainha Maria I acerca de limites de Minas Gerais com Goiás. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, v.2, n.2, p. 372-388, abr./jun., 1897.

CARTAS de Sesmarias. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, v.2, p.257-269, 1897.

_____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.6, p.1.193-1.230, 1901.

_____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.9, p.407-546; 885-913, 1904.

- _____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 10, p. 899-979, 1905.
- _____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.12, p.825-1.000, 1907.
- _____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 14, p. 17-209, 1909.
- _____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.15, p. 483-500, 1910.
- _____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 17, p. 679-747, 1912.
- _____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 18, p. 611-715, 1913.
- _____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 19, p. 347-436, 1921.
- CARVALHO, Teófilo Feu de. *Comarcas e termos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.
- CASA Artur Haas. *Revista Social Trabalhista*. Belo Horizonte, Veloso & Cia, n. 59, 1947.
- CASAS para alugar e à venda. *A Capital*. Belo Horizonte, 21 out., 1897.
- CASTELNAU, Francis. *Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud: de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Pará...* Paris: Bertrand, 1850-1857.
- CAVALHADAS. *A Capital*. Belo Horizonte, 19 ago., 1897.
- CHAGÉ, D. Mudança da Capital. *O Contemporâneo*. Sabará, 1º out., 1893.
- CLARK, Hildebrando. *Notícia estatístico-corográfica dos municípios mineiros*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927: *Notícia estatístico-corográfica de Belo Horizonte*.
- CLUBE Esportivo. *O Contemporâneo*. Sabará, 17 fev., 1895.
- COELHO, José João Teixeira. Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.8, n.1-2, p.399-581, 1903.
- COELHO, Júlio César Pinto. Arraial de Belo Horizonte. *Anuário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 512-519. 1918.
- CONCORRÊNCIA. *Minas Gerais*, Ouro Preto, 30 abr., 1895.

CONDE de Santa Marinha. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 5 nov., 1900.

O CONTEMPORÂNEO. Sabará, 11 fev., 3 mar., 16 e 27 maio, 5 e 14 jun., 11 jul., 12 ago., 23 set., 14 out., 23 dez., 1894; 17 fev. 1895; 13 nov. 1898; 20 jul., 1902.

O CORREIO DO POVO. Varginha, 25 maio, 1890.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais: 1889-1964*. Tese de mestrado. Campinas, 1978 (mimeo.).

COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

COUTO, Soter. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1954.

D'ATRI, Alessandro. *Uomini e cose del Brasile: descrizione dli viaggi compiuti, negli anni 1894 e 1895*. 2 ed., Napoli: A. Tocco, 1895-1896.

DEBONI, Luis A. org. *A presença italiana no Brasil*. Torino: Escola Superior de Teologia, 1990.

DELENDÁ Cartago. *O Jornal de Minas*. Ouro Preto, 17 abr., 1891.

DEMOLIÇÃO do prédio do Grande Hotel. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 4 abr., 1956.

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, 11 e 18 abr., 1923; 13 out., 1927.

DIAS, Francisco Martins (padre). *Traços históricos e descritivos de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Tipografia do Belo Horizonte, 1897.

DICIONÁRIO brasileiro de artistas plásticos. Brasília: MEC, 1979.

DIVERSÕES. Acróstico. *O Contemporâneo*. Sabará, 21 abr., 1895.

DOCUMENTOS históricos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 6, n. 1, p. 1.158-1.170, jan./mar., 1901.

DOUTOR Aarão Reis. *O Contemporâneo*. Sabará, 20 jan., 1895.

DRUMOND, Pedro. Discurso. *Minas Gerais*. Ouro Preto, 15 dez., 1893.

- DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Universidade Estadual, 1991.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *Caminhos operários em Minas Gerais*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- EDIFÍCIOS Públicos. *A Capital*, Belo Horizonte, 30 abr., 1896.
- _____. _____. Belo Horizonte, 28 maio, 1896.
- EDITAIS. *A Capital*. Belo Horizonte, 4 fev., 1897.
- _____. _____. Belo Horizonte, 6 maio, 1897.
- ESCOLA de Medicina. *A Capital*. Belo Horizonte, 29 mar., 1896.
- ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 26 jun., 1935, e 3 jul., 1956.
- _____. Ouro Preto, 12 set., 1891.
- FÁBRICA e estação de Marzagão. *Anuário histórico e corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 3, 1909.
- FAMÍLIAS caluniadas. *A Capital*. Belo Horizonte, 17 dez., 1896.
- FARIA, Maria Auxiliadora. Os abandonados de sempre. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, v.8, p.99-105, 1989.
- _____. *A Guarda Nacional em Minas: 1831-1873*. Curitiba: UFPR, 1977 (mimeo.).
- FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Sousa. A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- FERRAND, Paul. *L'or a Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Pequeno dicionário brasileiro da língua*. 10. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- FERREIRA, Cícero. Higiene. *A Capital*. Belo Horizonte, 13 jun., 1896.

FERREZ, Marc. *Álbum da Avenida Central*. São Paulo: Ex Libris, 1983.

FIGUEIRA, Manoel Fernandes, (Org). *Memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4 ed., Lisboa: Artur Brandão, 1925.

A FOLHA. Barbacena, 13 abr., 1894.

FORTES, Crispim Jaques Bias. Mensagem. MINAS GERAIS. *Anais da Câmara dos Deputados*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895.

_____. Ofício. *O Contemporâneo*. Sabará, 23 dez., 1894.

FÓSCOLO, Antônio Avelino. *A Capital*. Porto: Universal, 1903.

FRANCISCO Soucasaux. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 26 e 27 jan., 1904.

FREDERICO Antônio Steckel. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 8 jan., 1921.

FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939.

FRIEIRO, Eduardo. Alfredo Camarate e a nova capital mineira. *Kriterion: Revista da Faculdade de Filosofia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 18, n. 65, p. 260-266, jan./dez., 1965.

GANDAVO, Pedro de Magalhães. História da província de Santa Cruz. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 6, p.1.171, 1901.

GIOVANNINI, J. *O clima de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

GIULETTA Dionesese. *A Capital*. Belo Horizonte, 30 set., 1897.

GOMES, Jarbas Vidal. A Matriz da Boa Viagem. *Revista de História e Arte*. Belo Horizonte, n. 3-4, p. 58-60, abr./set., 1963.

GOMES, Leonardo José Magalhães. *Memória de ruas: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura/Museu Histórico Abílio Barreto, 1992

- GROSSI, Yonne de Sousa. *Mina de Morro Velho: a extração do homem. Uma história de experiência operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais: 1700-1750. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH, v.2, p. 7-36, jun., 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, t.1, v.2, p. 258-310: Metais e pedras preciosas.
- HONRA ao mérito. *A Capital*. Belo Horizonte, 12 ago., 1897.
- HÓSPEDE ilustre. *A Capital*. Belo Horizonte, 28 jan., 1897.
- HOTEL Monte Verde [Anúncio]. *A Capital*. Belo Horizonte, 20 abr., 1896.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Três Séculos de Minas*. Belo Horizonte: Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, 1985 (Cadernos de Minas, 1).
- IMIGRAÇÃO. *O Contemporâneo*. Sabará, 2 set., 1896.
- INDÚSTRIA Têxtil. Companhia Industrial Sabarense. *Revista Industrial de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893-1894.
- INICIATIVA individual. *A Capital*. Belo Horizonte, 15 jul., 1897.
- _____. _____, Belo Horizonte, 8 jul., 1897.
- INICIATIVA particular. *A Capital*. Belo Horizonte, 24 jun., 1897.
- JACOB, Rodolfo. *L'État de Minas Gerais*. Belo Horizonte [s.ed.]. 1920.
- _____. *Minas Gerais no XX século*. Rio de Janeiro: Gomes, 1911.
- _____. Notas geognósticas e montanísticas sobre as lavras de ouro de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, v.2, p. 612-683, 1897.
- JORNAL DE MINAS. Ouro Preto, 3 abr., 1891.

O JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 8 fev., 1897.

LEVEN, Michel Marie. *Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte: 1893-1914*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG/DCP, 1977 (mimeo.).

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. Nobiliarquia paulistana. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Garnier, v. 33, 1870; v. 34, 1871; v. 35, 1872.

_____. *Nobiliarquia paulistana: história e genealogia*. 3. ed., São Paulo: Martins, 1955. 3v.

LEMOS, Celina Borges. *Determinação do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Tese de mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1988 (mimeo.).

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA Augusto de. Ilustres confrades e amigos. *A Capital*. Belo Horizonte, 28 jan., 1896.

_____. Mensagem dirigida ao Congresso. *O Contemporâneo*. Sabará, 11 fev., 1894.

LIMA Júnior, Augusto de. De Curral del Rei a Belo Horizonte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 4, 1957.

_____. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *A mudança da capital: apontamentos históricos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

LOTT, Paulo Vaz. Vai falar agora o eng. Dr. Aarão Reis. Ele não teve culpa de nada. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 12 dez., 1975.

LUIS Cerqueira. *O Contemporâneo*. Sabará, 22 jul., 1894.

- LUZ, Adalberto Dias Ferraz da. História da fundação da nova capital. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895. v. 1, p. 9-10.
- _____. Nova capital. *A Capital*. Belo Horizonte, 28 jan., 11 fev. e 30 jul., 1896.
- _____. Regulamento [posturas relativas ao serviço do matadouro público...]. *A Capital*. Belo Horizonte, 11 fev., 1896.
- A MÁ FÉ. *A Capital*. Belo Horizonte, 28 jan., 1896.
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.
- MAGALHÃES, José de. A nova capital de Minas. *A Capital*. Belo Horizonte, 28 jan., 1896.
- MARIQUINHA, relíquia histórica de Belo Horizonte. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 26 jun., 1935.
- MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, J. Marques (Org.). *Almanaque administrativo civil e industrial da província de Minas Gerais para o ano de 1865*. Ouro Preto: Tip. de Minas Gerais, 1864.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1982.
- _____. *Ano de 1869 para servir o de 1870*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.
- _____. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1873, p. 144-145.
- _____. *Ano de 1874 para servir no ano de 1875*. Ouro Preto: Tipografia Paula Castro, 1874.
- O MATADOURO. Hospedaria dos Imigrantes. *A Capital*. Belo Horizonte, 28 maio, 1896.
- MENEGALE, Nilza Botelho. *Cento e vinte e duas invocações da Virgem Maria no Brasil: história, folclore, iconografia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MINAS GERAIS. *Coleção das leis e decretos do Estado de Minas Gerais: 1894*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895.

_____. _____. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1895.

_____. _____. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

_____. _____. 1897. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898.

_____. _____. 1898. Cidade de Minas: Imprensa Oficial, 1899.

_____. _____. 1901. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1901.

MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895. 2v.

MINAS GERAIS. Congresso Constituinte. *Anais: Ata da instalação do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais aos 7 de abril de 1891*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

_____. *Anais: Ata da 12ª sessão da comissão eleita para dar parecer sobre o projeto de Constituição*. 24 de abril de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896, p. 529.

_____. *Anais: 28ª sessão ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas aos 4 de junho de 1891*. Ouro Preto: 1891, p. 415-416.

MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* Sessão extraordinária em Barbacena. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894. p. 135-136.

_____. *Anais do Senado Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893.

_____. *Leis mineiras*. Ouro Preto: Tipografia do Correio de Minas, 1845.

_____. _____. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1854.

_____. _____. Mariana: Tipografia Episcopal, 1855.

_____. _____. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1862.

_____. _____. Ouro Preto: Tipografia Paula Castro, 1867.

_____. _____. Ouro Preto: Tipografia. Paula Castro, 1868.

_____. _____. Ouro Preto: Tipografia Paula Castro, 1869.

_____. _____. Ouro Preto: Tipografia Paula Castro, 1871.

_____. _____. Ouro Preto: Tipografia Atualidade, 1879.

_____. _____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903.

MINAS GERAIS. Constituição 1891. *Constituição e leis adicionais decretadas e promulgadas pelo Congresso Legislativo Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927.

_____. Governo. *Relatórios*. Ouro Preto: 1839: Fala dirigida à Assembléia Provincial de Minas Gerais.

_____. Secretaria de Agricultura. *Atlas corográfico municipal*. Belo Horizonte: 1926.

_____. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras. *Relatório*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

_____. Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras. *Relatório...* Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897.

MINAS GERAIS. Ouro Preto, 16 jan., 23 out., 1897.

_____. Belo Horizonte, 29 jan., 23 e 24 maio, 1904; 14 jan., 1906; 1º maio, 1909; 27 abr., 26 jun., 1912; 15 maio, 1913; 3 e 5 fev., 1916; 19 e 21 nov., 1919; 15 ago., 1920; 13 e 14 ago., 1923; 24 fev., 1924; 24 set., 13 out., 1927; 23 ago., 1941.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

MONTEIRO, Norma de Góes (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano - 1889-1991*. Belo Horizonte: UFMG/Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

MORAIS, Frederico. Eles construíram Minas. Artur Haas. Um pioneiro da venda a prestação revolucionária o comércio de Minas. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 7 jul., 1963.

MOURÃO, Paulo Krüger Correia. *História de Belo Horizonte: 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

MUDANÇA da Capital. *A Capital*. Belo Horizonte, 18 nov. 1897.

_____. Belo Horizonte, 3 e 9 dez., 1897.

_____. *O Contemporâneo*. Sabará, 29 jun., 1890.

_____. *A Folha*. Barbacena, 10 ago., 1893.

MUDANÇA das capitais. *O Contemporâneo*. Sabará, 14 out., 1894.

NÃO é verdade. *A Capital*. Belo Horizonte, 28 maio, 1896. p. 1.

SENA, Nelson de (Org.). *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v.5, 1913.

_____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

NETO, Azeredo. Dois curralenses ilustres. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v.2, p. 107-108, 1945.

NETO, Silveira. Todos pensam que a paróquia da Boa Viagem por ser a mais antiga da cidade é rica. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 30 dez., 1949.

NEVES, Lourenço Baeta. Um grande engenheiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 12 jun., 1938.

NÓS. *A Capital*. Belo Horizonte, 1 jul., 1897.

NOTAS sociais. *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 20 e 28 out., 1912; 7 jul., 1920.

NOVA capital. Abastecimento d'água. *A Capital*. Belo Horizonte, 25 fev. e 22 out., 1896; 10 jun., 28 out., 1897.

A NOVA capital. *A Folha*. Barbacena, 13 abr., 1894.

NOVA cidade. *Jornal de Minas*. Ouro Preto, 10 abr., 1891.

- OFÍCIO do Secretário do Interior. *O Contemporâneo*. Sabará, 11 jul., 1894.
- OLIVEIRA, Antônio Lopes (capitão). Edital. *A Capital*. Belo Horizonte, 5 abr., 1896.
- PALÁCIO da Liberdade: restauração 1981-1983. Belo Horizonte: IEPHA [s.d.].
- PALÁCIO do Congresso. *A Capital*. Belo Horizonte, 4 fev., 1896.
- PARAÍSO, Agostinho Francisco (padre). Discurso. MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial, 1867. *Anais*. Ouro Preto, 1867.
- O PARECER. *Jornal de Minas*. Ouro Preto, 16 abr., 1891.
- PENA, Herculano. Parecer. *O Movimento*. Ouro Preto, 12 abr., 1891.
- PENA, Otávio. *Notas cronológicas de Belo Horizonte: 1711-1930*. Belo Horizonte, 1950.
- PEREIRA, Samuel Gomes. Estudo e preparo do solo. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895, p. 37-52.
- PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894-1899.
- _____. Crônica. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 25 nov., 1897.
- _____. *Monografia de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902.
- PIRES, Antônio Olinto dos Santos. A mineração - Riquezas minerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 8, n. 3-4, p. 880-1.037, jul./dez., 1903.
- _____. A serra da Piedade. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 7, n. 3-4, p. 811, 1902.
- PIRES, Aurélio. Mestres de outrora. Cícero Ribeiro Ferreira Rodrigues. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 22, 1928.
- POLÍCIA municipal. *A Capital*. Belo Horizonte, 4 fev., 1896.

PRATES, Camilo. Parecer. MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* Sessão extraordinária em Barbacena. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894, p. 18.

PRIMEIRA Biblioteca Pública de Belo Horizonte. *Boletim da Biblioteca Pública de Minas Gerais Prof. Luís de Bessa*. Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 52-53, jul., 1970.

QUARENTA e um anos de atividade na atual capital mineira. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 19 fev., 1935.

REGO, José Ricardo de Sá. Relatório. MINAS GERAIS. Governo. *Relatórios do governo mineiro: Fala dirigida a Assembléia Provincial da...* Ouro Preto: Tip. Social, 1851, p. 38.

REIS, Aarão. *Comissão d'estudo das localidades indicadas para a nova capital*. Relatório apresentado a sua Ex^a Sr. Dr. Afonso Pena, presidente do Estado pelo engenheiro.... Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, jan./maio, 1893. p. 2-6: Instruções (anexo).

_____. Despachos. *Minas Gerais*. Ouro Preto, 2 fev., 1895.

_____. Explicação. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, v.1, p. 5-6, 1895.

_____. *Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Crispim Jaques Bias Fortes...* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895.

_____. Ofício n. 26, de 23 de março de 1895, apresentando ao governo as plantas da cidade. In: MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos...* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895. v. 2, p. 59-60.

RELAÇÃO das casas dos funcionários públicos abaixo mencionadas que se acham em construção a contar de 23 de março de 1896. *A Capital*. Belo Horizonte, 16 set., 1897. p. 2.

RELAÇÃO dos proprietários de casas em Ouro Preto com direito a lotes de terrenos para construções na futura capital do Estado conforme a Lei n. 3... *Minas Gerais*, Ouro Preto, 28 jul., 1895.

REPRESENTAÇÃO dirigida ao Congresso pelo povo ouro-pretano. MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* Sessão extraordinária em Barbacena. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação de estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

_____. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, v.39, p. 129-162, jul., 1974.

RETRATINHOS. *A Capital*. Belo Horizonte, 15, 22, 29 jul., 1897.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Ouro Preto: Imprensa Oficial, v. 35, parte 1, p. 261-267, 1872.

_____. Ouro Preto: Imprensa Oficial, v. 2, 1897.

_____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 6, p. 3-25, 1901.

_____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 10, p. 904-905, 1905.

_____. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 27, dez., 1976.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: t. 78, parte 2, 1915.

REVISTA INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS. Ouro Preto: Imprensa Oficial, v. 1, 1893-1894.

REVISTA SOCIAL TRABALHISTA. Belo Horizonte: Veloso & Cia, n. 59, 1947.

ROCHA, Domingos. Parecer. MINAS GERAIS. Congresso Constituinte, 1891. *Anais...* Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

SÁ, Francisco. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado...* Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897.

SALES, Francisco. Parecer. MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. *Anais...* Sessão extraordinária em Barbacena. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1894, p. 14.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Belo Horizonte: histoire d'une capitale au XIX: representations urbaines et architecturales française au Brèsil - Une étude de cas*. Tese de doutorado. Paris, 1992 (mimeo.).

- SÃO PAULO. Arquivo do Estado. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo, 1895, v.12; 1901, v. 32.
- _____. Arquivo do Estado. *Inventários e testamentos*. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1921. v. 25, p. 383-441.
- SEMANA Santa. *A Capital*. Belo Horizonte, 21 abr., 1897, p. 2.
- SENA, Nelson de. A memória de Luís Cassiano. *Anuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1906.
- _____. *O cinquentenário de Belo Horizonte: 12 de dezembro de 1945*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.
- _____. Corografia do Estado. *Anuário histórico e corográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1909, v. 1, n. 3, p. 254.
- SILVA, Augusto José da. As casas da nova capital. *A Capital*. Belo Horizonte, 23 jul., 1896. p. 1.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *História da conjuração mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- SILVA, Luís Roberto da. *Doce dossiê de BH*. Belo Horizonte: Cedáblio, 1991.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira República. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- SILVEIRA, Álvaro da. *Flora e serras mineiras*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial [s.d].
- SILVEIRA, Vítor. *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
- TASSINI, Raul. *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte: antes Curral del Rei*. Belo Horizonte: 1947.
- TAUNAY, Afonso de. Um grande bandeirante - Bartolomeu Paes de Abreu: (1674-1738). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 1922, t. 1, p. 423.
- TEATRO. *A Capital*. Belo Horizonte, 9 out. 1896, 4 mar., 1897.

TEIXEIRA, Edvar Nazário. *Álbum católico do Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1923.

TOMBAMENTO do Metrôpole só depende do governador. *Diário da Tarde*. Belo Horizonte, 27 maio 1983.

TOURISTE. Um piquenique. *A Capital*. Belo Horizonte, 25 fev., 1897.

TRINDADE, Raimundo (cônego). *Instituições de igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: MEC/SPHAN, 1945.

O TRIUNFO. *A Capital*. Belo Horizonte, 21 dez., 1897.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade; BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Controvérsias historiográficas sobre as origens do arraial Curral del Rei*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura - Museu Histórico Abílio Barreto, 1991 (mimeo.).

VARGAS, Deodato Antônio. *Dicionário português*. Porto, 1973.

VASCO, Heitor. A Maria da Piedade. *A Capital*. Belo Horizonte, 4 mar., 1897.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. 2v.

_____. _____. 4 ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

_____. *História média de Minas Gerais*. 4 ed., Belo Horizonte: Itatiaia [s.d.].

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897. 4v.

O VELHO censor. *A Capital*. Belo Horizonte, 9 out., 1896.

A VISITA dos soberanos belgas. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 30 set., 1920.

BELO HORIZONTE - MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA

EQUIPE DE APOIO

Revisão dos Índices

CLÁUDIA TELES DE MENEZES TEIXEIRA

Assistentes

CATERINA UXA JACOB

JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA DE CARVALHO

MARIANA DE CAMPOS PINHEIRO MOREIRA

MARIANA TEIXEIRA DE CARVALHO

RAUL MENDES WERNECK DA ROCHA

Digitação

ELEN JACQUELINE M. PARREIRAS

Produção Gráfica

CLÁUDIA GOMES CHAVES



Este livro foi confeccionado *no formato*
fechado 21x26cm, com texto principal em tipo
garamond book 11/16, papel AP 90g., capa dura com
sobrecapa. Fitolitos Policrom e impressão Rona Editora.

Tiragem de 1.000 exemplares

Belo Horizonte

Inverno de 1996

CEHC - FJP



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Centro de Estudos Históricos
e Culturais
Alameda das Acácias, 70
São Luís - Pampulha
31.275-150 - BH - MG
CEP 30.160-040

